ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional
Em circulação desde 1º de outubro de 1862

SEÇÃO 1

Ano CLIV Nº 235

Brasília - DF, sexta-feira, 8 de dezembro de 2017

Sumário

PÁGINA

Atos do Poder Legislativo 1
Atos do Congresso Nacional 7
Atos do Senado Federal 7
Atos do Poder Executivo 7
Presidência da República 17
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 20
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações 27
Ministério da Cultura 31
Ministério da Defesa 40
Ministério da Educação 41
Ministério da Fazenda 47
Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços 60
Ministério da Integração Nacional 60
Ministério da Justiça e Segurança Pública 61
Ministério da Saúde 67
Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União 205
Ministério das Cidades 205
Ministério de Minas e Energia 213
Ministério do Desenvolvimento Social 216
Ministério do Esporte 217
Ministério do Meio Ambiente 217
Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão 219
Ministério do Trabalho 250
Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil 256
Ministério Público da União 261
Tribunal de Contas da União 268
Poder Judiciário 287
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais .. 288

Atos do Poder Legislativo

LEI Nº 13.530, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017

Altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, a Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009, a Medida Provisória nº 2.156-5, de 24 de agosto de 2001, a Medida Provisória nº 2.157-5, de 24 de agosto de 2001, a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), a Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, a Lei nº 9.766, de 18 de dezembro de 1998, a Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, a Lei nº 12.688, de 18 de julho de 2012, e a Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013; e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"CAPÍTULO I
DO FUNDO DE FINANCIAMENTO ESTUDANTIL"

"Art. 1º É instituído, nos termos desta Lei, o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), de natureza contábil, vinculado ao Ministério da Educação, destinado à concessão de financiamento a estudantes de cursos superiores não gratuitos e com avaliação positiva nos processos conduzidos pelo Ministério, de acordo com regulamentação própria.

§ 1º O financiamento de que trata o **caput** deste artigo poderá beneficiar estudantes matriculados em cursos da educação profissional, técnica e tecnológica, e em programas de mestrado e doutorado com avaliação positiva, desde que haja disponibilidade de recursos, nos termos do que for aprovado pelo Comitê Gestor do Fundo de Financiamento Estudantil (CG-Fies).

.....

§ 6º O financiamento com recursos do Fies será destinado prioritariamente a estudantes que não tenham concluído o ensino superior e não tenham sido beneficiados pelo financiamento estudantil, vedada a concessão de novo financiamento a estudante em período de utilização de financiamento pelo Fies ou que não tenha quitado financiamento anterior pelo Fies ou pelo Programa de Crédito Educativo, de que trata a Lei nº 8.436, de 25 de junho de 1992.

§ 7º A avaliação das unidades de ensino de educação profissional e tecnológica para fins de adesão e participação no Fies ocorrerá de acordo com os critérios de qualidade e os requisitos fixados pelo Ministério da Educação, nos termos do que for aprovado pelo CG-Fies.

§ 8º O Ministério da Educação, nos termos do que for aprovado pelo CG-Fies, editará regulamento para estabelecer os critérios de elegibilidade de cada modalidade do Fies.

§ 9º O Ministério da Educação poderá definir outros critérios de qualidade e, nos termos do que for aprovado pelo CG-Fies, requisitos para adesão e participação das instituições de ensino no Fies." (NR)

"Art. 1º-A. Para os fins do disposto nesta Lei, considera-se:

I - empregador: pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, com a qual o financiado pelo Fies mantenha vínculo empregatício ou funcional, nos termos da legislação pertinente;

II - empregado ou servidor: trabalhador regido pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, ou pelo regime estatutário;

III - família: grupo composto pelo financiado pelo Fies e por cônjuge ou companheiro, pais, madrasta ou padrasto, irmãos solteiros, filhos e enteados solteiros e menores tutelados, desde que vivam sob o mesmo teto ou que tenham o financiado como dependente declarado;

IV - renda familiar mensal: soma dos rendimentos brutos auferidos mensalmente pela totalidade dos membros da família;

V - remuneração bruta: valores de natureza remuneratória recebidos a qualquer título pelo financiado pelo Fies;

VI - valor mensal vinculado à renda: parcela mensalmente recolhida, vinculada à renda do financiado pelo Fies, definida na forma do inciso VIII do **caput** do art. 5º-C desta Lei;

VII - desconto em folha: ato de responsabilidade do empregador, efetivado por meio da retenção de percentual da remuneração bruta do empregado ou do servidor, devidamente consignado em folha de pagamento, destinado à amortização de financiamento do Fies, na forma estabelecida pela alínea "a" do inciso VIII do art. 5º-C desta Lei."

"Seção I
Das Receitas do Fundo de Financiamento Estudantil"

"Art. 2º .....
.....

§ 1º .....
.....

III - a alienação, total ou parcial, a empresas e a instituições financeiras, dos ativos de que trata o inciso II deste parágrafo e dos ativos representados por financiamentos concedidos na forma desta Lei;

IV - a contratação de empresas e de instituições financeiras para serviços de cobrança administrativa e de administração dos ativos referidos no inciso III deste parágrafo.

.....

§ 7º É vedada a inclusão da remuneração de que trata o § 3º deste artigo na planilha de custo prevista no § 3º do art. 1º da Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999.

§ 8º É a União dispensada do processo licitatório nos casos de contratação de empresas públicas e de instituições financeiras oficiais federais para os fins previstos nos incisos III e IV do § 1º deste artigo e no § 3º do art. 3º desta Lei." (NR)

"Seção II
Da Gestão do Fundo de Financiamento Estudantil"

"Art. 3º A gestão do Fies caberá:

I - ao Ministério da Educação, na qualidade de:

a) formulador da política de oferta de vagas e de seleção de estudantes, nos termos do que for aprovado pelo CG-Fies;

b) supervisor do cumprimento das normas do programa;

c) administrador dos ativos e passivos do Fies, podendo esta atribuição ser delegada ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE);

II - a instituição financeira pública federal, contratada na qualidade de agente operador, na forma a ser regulamentada pelo Ministério da Educação;

III - ao Comitê Gestor do Fundo de Financiamento Estudantil (CG-Fies), que terá sua composição, sua estrutura e sua competência instituídas e regulamentadas por decreto, na qualidade de:

a) formulador da política de oferta de financiamento;

b) supervisor da execução das operações do Fies sob coordenação do Ministério da Educação.

§ 1º O Ministério da Educação, nos termos do que for aprovado pelo CG-Fies, editará regulamento sobre:

I - as regras de seleção de estudantes a serem financiados, devendo ser considerados a renda familiar **per capita** e outros requisitos, e as regras de oferta de vagas;

II - os casos de transferência de curso ou instituição, de renovação, de suspensão temporária e de dilação e encerramento do período de utilização do financiamento;

.....

V - o abatimento de que trata o art. 6º-B desta Lei;

VI - os requisitos e os critérios específicos para adesão e financiamento de cursos de:

a) pedagogia e licenciatura como parte das políticas educacionais de fomento à qualidade da formação de professores;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800001

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

b) formação em outras áreas consideradas prioritárias para o desenvolvimento econômico e social sustentável, nacional e regional.

§ 2º De acordo com os limites de crédito estabelecidos pelo Ministério da Educação, nos termos do que for aprovado pelo CG-Fies, as instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil poderão, na qualidade de agente financeiro, conceder financiamentos com recursos do Fies.

§ 3º Na modalidade do Fies de que tratam os Capítulos II e II-A desta Lei, as atribuições de agente operador, de agente financeiro do Fies e de gestor do Fundo Garantidor do Fies (FG-Fies), de que trata o art. 6º-G desta Lei, poderão ser exercidas pela mesma instituição financeira pública federal contratada pelo Ministério da Educação, desde que a execução das atribuições seja segregada por departamentos.

§ 4º As instituições financeiras disponibilizarão ao CG-Fies informações sobre os financiamentos concedidos, na forma estabelecida em regulamento.

§ 5º O agente operador disponibilizará ao CG-Fies os indicadores do Fies e as informações relativas ao financiamento sob sua posse, na forma estabelecida em regulamento, e fará a gestão do programa, conforme as normas estabelecidas.

§ 6º O Ministério da Educação, ao estabelecer a oferta de vagas no âmbito do Fies, observará a disponibilidade financeira e orçamentária e a compatibilidade com as metas de resultados fiscais estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias.

§ 7º As decisões que apresentem impacto fiscal serão tomadas por unanimidade dos representantes da União no CG-Fies.

§ 8º Na composição do CG-Fies, a representação do Ministério da Educação:

I - exercerá a Presidência e a Vice-Presidência;

II - terá direito a voto de desempate, no exercício da Presidência, sem prejuízo do disposto no § 7º deste artigo.

§ 9º As atribuições da Secretaria Executiva do CG-Fies serão exercidas pelo FNDE.

§ 10. O CG-Fies poderá convidar representantes das instituições de educação superior, dos estudantes e dos demais segmentos envolvidos para participar de reuniões, sem direito a voto." (NR)

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
IMPRENSA NACIONAL

MICHEL MIGUEL ELIAS TEMER LULIA
Presidente da República

ELISEU LEMOS PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil

PEDRO ANTONIO BERTONE ATAÍDE
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

SEÇÃO 1
Publicação de atos normativos

SEÇÃO 2
Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal

SEÇÃO 3
Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

HELDER KLEIST OLIVEIRA
Coordenador de Editoração e Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados para a comercialização de assinaturas impressas e eletrônicas

http://www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fone: (61) 3441-9450

"Art. 4º .....

.....

§ 1º-A. O valor total do curso financiado de que trata o **caput** deste artigo será discriminado no contrato de financiamento estudantil com o Fies, que especificará, no mínimo, o valor da mensalidade no momento da contratação e sua forma de reajuste, estabelecida pela instituição de ensino superior, para todo o período do curso, nos termos do que for aprovado pelo CG-Fies.

.....

§ 4º Para os efeitos do disposto nesta Lei, os encargos educacionais referidos no **caput** deste artigo considerarão todos os descontos aplicados pela instituição, regulares ou temporários, de caráter coletivo, conforme regulamento, ou decorrentes de convênios com instituições públicas ou privadas, incluídos os descontos concedidos devido ao seu pagamento pontual, respeitada a proporcionalidade da carga horária.

§ 5º .....

.....

IV - exclusão da instituição de ensino como beneficiária de novas vagas no âmbito do Fies na hipótese de não atendimento aos critérios de qualidade de crédito e aos requisitos de que trata o § 9º do art. 1º desta Lei por mais de 2 (dois) ciclos de avaliação consecutivos, de acordo com a periodicidade definida pelo CG-Fies, sem prejuízo da manutenção dos estudantes já financiados, inclusive no que diz respeito à obrigação de sanar as irregularidades relativas à qualidade dos serviços prestados, sob pena de multa.

§ 6º Será encerrado o financiamento se for constatada, a qualquer tempo, inidoneidade de documento apresentado ou falsidade de informação prestada pelo estudante à instituição de ensino, ao Ministério da Educação, ao agente operador ou ao agente financeiro, hipótese em que o estudante permanecerá obrigado a realizar o pagamento do saldo devedor constituído até a data de encerramento do financiamento, devidamente atualizado, na forma estabelecida em regulamento.

§ 7º O Ministério da Educação, nos termos do art. 3º desta Lei, poderá criar regime especial na forma a ser estabelecida em regulamento, nos termos do que for aprovado pelo CG-Fies, para dispor sobre:

.....

II - (revogado);

.....

§ 9º Os contratos e aditamentos de financiamentos concedidos no âmbito do Fies até o segundo semestre de 2017, inclusive, serão condicionados à adesão da entidade mantenedora de instituição de ensino ao Fies e ao fundo de que trata o inciso III do **caput** do art. 7º da Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009, nos termos de seu estatuto.

§ 10. A oferta de novos financiamentos no âmbito do Fies e os aditamentos, a partir do primeiro semestre de 2018, serão condicionados à adesão da entidade mantenedora de instituição de ensino ao Fies e ao FG-Fies, de que trata o art. 6º-G desta Lei, nos termos de seu estatuto.

§ 11. Para aderir ao Fies, a instituição de ensino deverá comprometer-se a realizar aportes ao FG-Fies por meio da aplicação dos seguintes percentuais sobre os encargos educacionais:

I - 13% (treze por cento) no primeiro ano da entidade mantenedora no FG-Fies;

II - entre 10% (dez por cento) e 25% (vinte e cinco por cento) do segundo ao quinto ano da entidade mantenedora no FG-Fies, variável em função da evasão dos estudantes e do não pagamento da coparticipação ou de outros valores devidos pelo estudante financiado pelo Fies, na forma a ser estabelecida em regulamento, nos termos do que for aprovado pelo CG-Fies; e

III - a razão entre o valor apurado para pagamento da honra e o valor mensal esperado do pagamento pelo financiado, referentes ao ano anterior, da carteira da entidade mantenedora, na forma a ser estabelecida em regulamento, nos termos do que for aprovado pelo CG-Fies, após o quinto ano da entidade mantenedora no FG-Fies.

§ 12. Para o sexto e o sétimo anos da entidade mantenedora no FG-Fies, a razão de que trata o inciso III do § 11 deste artigo não poderá ser inferior a 10% (dez por cento).

§ 13. O percentual de contribuição ao FG-Fies de que trata o inciso I do § 11 deste artigo poderá variar em função do porte das instituições de ensino, nos termos do que for aprovado pelo CG-Fies.

§ 14. Para os financiamentos pelo Fies inferiores a 100% (cem por cento) dos encargos educacionais, a parcela não financiada será paga pelo estudante em boleto único ao agente financeiro, o qual fará os repasses devidos às entidades mantenedoras até o segundo dia útil subsequente ao da compensação bancária, sem ônus adicionais para elas.

§ 15. A forma de reajuste referida no § 1º-A deste artigo será estipulada no momento da contratação do financiamento do curso pelo estudante com o Fies, tomará, como base, índice de preço oficial definido pelo CG-Fies, obedecerá ao percentual estabelecido pela instituição de ensino superior incidente sobre o referido índice de preço oficial, que vigerá durante todo o contrato, e a ela não se aplicará a planilha de custo a que se refere o § 3º do art. 1º da Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999.

§ 16. O valor correspondente ao percentual não financiado será de responsabilidade do estudante financiado pelo Fies, e não será garantido pela União, pelo agente financeiro ou pelo agente operador, e a obrigação de repasse à entidade mantenedora somente será gerada após o recebimento pelo agente financeiro do pagamento devido pelo estudante.

§ 17. A exclusão da instituição de ensino nos termos do inciso IV do § 5º deste artigo não a isenta de responsabilidade quanto ao risco de crédito dos financiamentos já concedidos.

§ 18. Por ocasião da primeira contratação de financiamento pelo estudante com o Fies, independentemente do semestre que estiver cursando, o valor total do curso a ser financiado na instituição de ensino será estipulado em contrato.

§ 19. O valor dos encargos educacionais que superar o das bolsas parciais concedidas no âmbito do Programa Universidade para Todos (Prouni) poderá ser objeto do financiamento de que trata o **caput** deste artigo." (NR)

"Art. 4º-B. O agente operador poderá estabelecer valores máximos e mínimos de financiamento, conforme regulamentação do Ministério da Educação, nos termos do que for aprovado pelo CG-Fies." (NR)

"Art. 5º Os financiamentos concedidos com recursos do Fies até o segundo semestre de 2017 e os seus aditamentos observarão o seguinte:

.....

§ 7º (Revogado).

.....

§ 10. A redução dos juros, estipulados na forma estabelecida pelo inciso II do **caput** deste artigo, ocorrida anteriormente à data de publicação da Medida Provisória nº 785, de 6 de julho de 2017, incidirá sobre o saldo devedor dos contratos já formalizados.

....." (NR)

"Art. 5º-A. Serão mantidas as condições de amortização fixadas para os contratos de financiamento celebrados no âmbito do Fies até o segundo semestre de 2017.

§ 1º O financiado que tenha débitos vencidos até 30 de abril de 2017 e não pagos poderá liquidá-los mediante a adesão ao Programa Especial de Regularização do Fies e a opção pelo pagamento à vista e em espécie de, no mínimo, 20% (vinte por cento) do valor da dívida consolidada, sem reduções, em 5 (cinco) parcelas mensais e sucessivas, vencíveis de agosto a dezembro de 2017, sendo o restante:

I - liquidado integralmente em janeiro de 2018, em parcela única, com redução de 50% (cinquenta por cento) dos encargos contratuais;

II - parcelado em até 145 (cento e quarenta e cinco) parcelas mensais e sucessivas, vencíveis a partir de janeiro de 2018, com redução de 40% (quarenta por cento) dos encargos contratuais; ou

III - parcelado em até 175 (cento e setenta e cinco) parcelas mensais e sucessivas, vencíveis a partir de janeiro de 2018, com redução de 25% (vinte e cinco por cento) dos encargos contratuais.

§ 2º (VETADO).

§ 3º O valor mínimo de cada prestação mensal dos parcelamentos previstos neste artigo será de R$ 200,00 (duzentos reais)." (NR)

"Art. 5º-B. O financiamento da educação profissional e tecnológica e de educação superior poderá ser contratado pelo estudante trabalhador, na modalidade Fies-Trabalhador, em caráter individual, ou por empresa, para custeio da formação profissional e tecnológica e de graduação superior de trabalhadores, na modalidade Fies-Empresa.

.....

§ 1º-A. Na modalidade denominada Fies-Trabalhador, o estudante, em caráter individual, figurará como tomador do empréstimo, comprovado seu vínculo empregatício para a contratação do financiamento.

§ 2º No Fies-Empresa, poderão ser pagos com recursos do Fies exclusivamente cursos de formação inicial e continuada, de educação profissional técnica de nível médio e de educação superior.

.....

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800002

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

§ 5º O financiamento da educação profissional e tecnológica e dos cursos superiores com recursos do Fies, na modalidade Fies-Empresa, observará:

I - o risco da empresa contratante do financiamento;

II - a amortização em até 48 (quarenta e oito) meses;

III - a garantia, a ser prestada nas seguintes modalidades:

a) fiança, no caso de microempresas e de pequenas e médias empresas;

b) fiança, penhor ou hipoteca, no caso de empresas de grande porte.

§ 6º É facultado à empresa contratante do financiamento, a qualquer tempo, realizar amortizações extraordinárias ou liquidação do saldo devedor, dispensada a cobrança de juros sobre as parcelas vincendas.

§ 7º Regulamento disporá sobre os requisitos, as condições e as demais normas para contratação do financiamento de que trata este artigo." (NR)

"Art. 5º-C. Os financiamentos concedidos a partir do primeiro semestre de 2018 observarão o seguinte:

I - o prazo definido em regulamento, nos termos do que for aprovado pelo CG-Fies, sem prejuízo do disposto no § 3º deste artigo;

II - taxa de juros real igual a zero, na forma definida pelo Conselho Monetário Nacional;

III - o oferecimento de garantias pelo estudante financiado ou pela entidade mantenedora da instituição de ensino;

IV - o início do pagamento do financiamento no mês imediatamente subsequente ao da conclusão do curso, sem prejuízo do disposto no § 2º deste artigo;

V - a participação das instituições de ensino no risco do financiamento, na condição de devedoras solidárias do FG-Fies, na proporção de suas contribuições ao Fundo;

VI - a comprovação de idoneidade cadastral do fiador na assinatura dos contratos e dos termos aditivos, observado o disposto no § 4º deste artigo;

VII - a garantia obrigatória do FG-Fies para o estudante, no âmbito do Fies, cabendo ao CG-Fies dispor sobre as condições para a sua incidência e estabelecer os casos em que será exigida de forma exclusiva ou concomitante com as garantias previstas no inciso III do **caput** deste artigo, observado que, em qualquer hipótese, será aplicada de forma exclusiva para os contratos firmados por estudantes integrantes de famílias cadastradas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico);

VIII - quitação do saldo devedor remanescente após a conclusão do curso, na forma do regulamento editado pelo Ministério da Educação e observado o que for aprovado pelo CG-Fies, em prestações mensais equivalentes ao maior valor entre o pagamento mínimo e o resultante da aplicação percentual mensal vinculada à renda ou aos proventos mensais brutos do estudante financiado pelo Fies, cabendo a obrigação do recolhimento das prestações mensais aos seguintes agentes:

a) o empregador ou o contratante nos termos da Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, que será responsável pela retenção na fonte do percentual da remuneração bruta, fixado em contrato, e pelo repasse, observado o limite de 5% (cinco por cento), quando se tratar de verbas rescisórias;

b) o sócio de pessoa jurídica financiado pelo Fies, que será responsável pelo recolhimento do percentual incidente sobre o total das verbas de natureza remuneratória recebidas da sociedade, especialmente lucros, dividendos e **pro labore**;

c) o trabalhador autônomo financiado pelo Fies, que será responsável pelo recolhimento do percentual fixado em contrato, calculado sobre a renda mensal auferida com a sua atividade profissional;

d) o financiado pelo Fies que tenha renda ou proventos não previstos nas alíneas "a", "b" e "c" deste inciso, que será responsável pelo recolhimento do percentual fixado em contrato, incidente sobre tais rendas ou proventos recebidos a qualquer título em cada mês.

§ 1º Ao longo do período de utilização do financiamento e do período de amortização, o estudante financiado pelo Fies é obrigado a pagar diretamente ao agente financeiro parcelas mensais referentes aos gastos operacionais com o Fies, na forma estabelecida em regulamento editado pelo Ministério da Educação, nos termos do que for aprovado pelo CG-Fies.

§ 2º É facultado ao estudante financiado, voluntariamente e a qualquer tempo, realizar amortizações extraordinárias ou a quitação do saldo devedor, com redução dos encargos incidentes sobre a operação proporcional ao período de utilização do financiamento, sem prejuízo da concessão de desconto em caso de liquidação antecipada da dívida, nos termos definidos pelo CG-Fies.

§ 3º Excepcionalmente, por iniciativa do estudante financiado pelo Fies, a instituição de ensino à qual esteja vinculado poderá dilatar em até 4 (quatro) semestres o prazo para a conclusão regular do curso financiado.

§ 4º Na hipótese de verificação de inadimplência do estudante em relação ao pagamento dos encargos operacionais de que trata o § 1º deste artigo ou da parcela não financiada de que trata o § 14 do art. 4º desta Lei ou de inidoneidade cadastral do fiador após a assinatura do contrato, o aditamento do financiamento será sobrestado até a comprovação da restauração da adimplência do estudante ou da restauração da idoneidade do fiador ou de sua substituição, sem prejuízo das cobranças pelas formas legais admitidas e respeitado o prazo de suspensão temporária do contrato.

§ 5º É o agente financeiro autorizado a pactuar condições especiais de amortização ou alongamento excepcional de prazos para os estudantes, por meio de estímulos à liquidação, ao reparcelamento e ao reescalonamento das dívidas do Fies, admitida a concessão de descontos incidentes sobre os encargos contratuais e o saldo devedor da dívida, conforme regulamentação do CG-Fies.

§ 6º Na hipótese de transferência de curso, serão aplicados ao financiamento os juros relativos ao curso de destino, a partir da data da transferência.

§ 7º Para os fins do disposto no inciso III do **caput** deste artigo, o estudante poderá oferecer fiança ou outras formas de garantia definidas em regulamento, nos termos aprovados pelo CG-Fies.

§ 8º Eventuais alterações dos juros estabelecidos na forma do inciso II do **caput** deste artigo incidirão somente sobre os contratos firmados a partir da data de entrada em vigor da alteração.

§ 9º A utilização exclusiva do FG-Fies para garantir operações de crédito no âmbito do Fies dispensa o estudante de oferecer a garantia prevista no § 7º deste artigo.

§ 10. Na hipótese prevista no § 3º deste artigo, o valor máximo que poderá ser financiado pelo Fies será o correspondente a 2 (dois) semestres letivos, mantidas a incidência de juros e as demais condições de amortização de que trata este artigo.

§ 11. Ao firmar o contrato de financiamento, o estudante financiado ou o seu representante legal autorizará:

I - a amortização, em caráter irrevogável e irretratável, nas formas previstas no inciso VIII do **caput** deste artigo;

II - o débito em conta-corrente do saldo devedor vencido e não pago.

§ 12. Os contratos em vigor poderão ser alterados, a requerimento do estudante financiado ou do seu representante legal, para contemplar as formas de amortização previstas no inciso VIII do **caput** deste artigo, observadas as condições previstas no § 11 deste artigo.

§ 13. A parcela não financiada de que trata o § 14 do art. 4º desta Lei será decorrente de percentual dos encargos educacionais, o qual será definido em regulamento em função da renda familiar **per capita** do estudante financiado pelo Fies e do valor do curso financiado, nos termos do que for aprovado pelo CG-Fies.

§ 14. Os valores financiados considerarão a área do conhecimento, a modalidade e a qualidade do curso financiado, a localização geográfica da instituição de ensino, observadas as condições definidas em ato do Ministro de Estado da Educação, nos termos do que for aprovado pelo CG-Fies, e os limites de financiamento a que se refere o § 2º do art. 3º desta Lei.

§ 15. O Fies restituirá, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de formalização do pedido de ressarcimento, o valor de pagamento não voluntário feito a maior do que o valor devido pelo financiado, acrescido de atualização monetária ou juros, nos termos do que for aprovado pelo CG-Fies.

§ 16. Para efeito do disposto na alínea "a" do inciso VIII do **caput** deste artigo:

I - o estudante financiado é obrigado a informar ao empregador a sua condição de devedor do Fies e a verificar se as parcelas mensais objeto do financiamento estão sendo devidamente recolhidas, cabendo à instituição consignatária adotar as providências para registro da consignação em folha de pagamento;

II - o empregador é obrigado a consultar o sistema disponibilizado pelo Ministério da Educação, ou por outro órgão a ser definido em regulamento, para fins de retenção e repasse à instituição consignatária do valor mensal vinculado à renda do empregado ou do servidor financiado pelo Fies;

III - as retenções destinadas ao pagamento dos financiamentos de que trata esta Lei terão preferência sobre outras da mesma natureza que venham a ser autorizadas posteriormente pelo financiado pelo Fies.

§ 17. Será de 20% (vinte por cento) o percentual máximo de vinculação de renda ou proventos brutos de qualquer natureza de que trata o inciso VIII do **caput** deste artigo."

"Art. 6º Na hipótese de inadimplemento das prestações devidas pelo estudante financiado pelo Fies, o agente financeiro promoverá a cobrança administrativa das parcelas vencidas com o rigor praticado na cobrança dos créditos próprios, e adotará as medidas cabíveis com vistas à recuperação das parcelas em atraso, nos termos do que for aprovado pelo CG-Fies, incluídos os encargos contratuais incidentes.

.....

§ 4º O agente financeiro cobrará as parcelas de encargos educacionais não financiados com recursos do Fies." (NR)

"Art. 6º-B. .....

.....

§ 7º Somente farão jus ao abatimento mensal referido no **caput** deste artigo os financiamentos contratados até o segundo semestre de 2017." (NR)

"Art. 6º-D. Nos casos de falecimento ou invalidez permanente do estudante financiado pelo Fies, o saldo devedor será absorvido por seguro prestamista obrigatório, a ser contratado pelo estudante logo após a assinatura do contrato de financiamento do Fies, no prazo estabelecido no contrato de financiamento, exceto quanto aos contratos firmados até o segundo semestre de 2017." (NR)

"Art. 6º-E. (Revogado)."

"Art. 6º-F. O Fies poderá abater mensalmente, na forma a ser estabelecida em regulamento, nos termos do que for aprovado pelo CG-Fies, 1% (um por cento) do saldo devedor consolidado, incluídos os juros devidos no período e independentemente da data de contratação do financiamento, dos estudantes de que tratam o inciso I do **caput** e o § 2º do art. 6º-B desta Lei e até 50% (cinquenta por cento) do valor mensal devido pelo financiado pelo Fies dos estudantes de que trata o inciso II do **caput** do art. 6º-B desta Lei.

§ 1º O abatimento mensal referido no **caput** deste artigo será operacionalizado anualmente pelo agente operador do Fies, vedado o primeiro abatimento em prazo inferior a 1 (um) ano de trabalho.

§ 2º O direito ao abatimento mensal referido no **caput** deste artigo será sustado, na forma a ser estabelecida em regulamento, pelo agente operador do Fies, nas hipóteses em que o estudante financiado deixar de atender às condições previstas nos incisos I e II do **caput** e no § 2º do art. 6º-B desta Lei.

§ 3º Somente farão jus ao abatimento mensal de que trata o **caput** deste artigo os financiamentos contratados a partir do primeiro semestre de 2018."

"CAPÍTULO II-A
DO FUNDO GARANTIDOR DO FUNDO
DE FINANCIAMENTO ESTUDANTIL"

"Art. 6º-G. É a União autorizada a participar, no limite global de até R$ 3.000.000.000,00 (três bilhões de reais), de fundo de natureza privada, denominado Fundo Garantidor do Fies (FG-Fies), que tem por função garantir o crédito do Fies.

§ 1º A integralização de cotas pela União será autorizada por decreto e poderá ser realizada a critério do Ministro de Estado da Fazenda por meio de:

I - moeda corrente;

II - títulos públicos;

III - ações de sociedades nas quais a União tenha participação minoritária;

IV - ações de sociedades de economia mista federais excedentes ao necessário para manutenção de seu controle acionário;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800003

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

V - outros recursos.

§ 2º A representação da União na assembleia de cotistas ocorrerá na forma estabelecida no inciso V do **caput** do art. 10 do Decreto-Lei nº 147, de 3 de fevereiro de 1967.

§ 3º O FG-Fies não contará com qualquer tipo de garantia ou aval por parte do poder público e responderá por suas obrigações até o limite dos bens e dos direitos integrantes de seu patrimônio.

§ 4º O FG-Fies terá natureza privada e patrimônio próprio separado do patrimônio dos cotistas e da instituição administradora e será sujeito a direitos e obrigações próprios.

§ 5º O FG-Fies poderá ser criado, administrado, gerido e representado judicial e extrajudicialmente por instituição financeira controlada, direta ou indiretamente, pela União, observadas as normas a que se refere o inciso XXII do **caput** do art. 4º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964.

§ 6º O estatuto do FG-Fies disporá sobre:

I - as operações passíveis de garantia pelo FG-Fies;

II - a competência para a instituição administradora do FG-Fies deliberar sobre a gestão e a alienação dos bens e dos direitos do Fundo, de forma a zelar pela manutenção de sua rentabilidade e liquidez;

III - a remuneração da instituição administradora do FG-Fies;

IV - o aporte das entidades mantenedoras de que trata o § 11 do art. 4º desta Lei;

V - a previsão de que os aportes das mantenedoras de ensino serão destacados dos encargos educacionais devidos mensalmente à entidade mantenedora pelo agente operador e repassados ao FG-Fies em moeda corrente;

VI - a previsão de que a honra associada à carteira de entidade mantenedora, devida pelo FG-Fies, será debitada das cotas dessa entidade mantenedora;

VII - a indicação de que as cotas integralizadas pela União somente serão utilizadas na hipótese de as cotas de entidade mantenedora não serem suficientes para cobertura da honra dos financiamentos originados por essa entidade mantenedora."

"Art. 6º-H. É criado o Conselho de Participação do FG-Fies, órgão colegiado cujas composição e competência serão estabelecidas em ato do Poder Executivo federal, assegurada a representação, como cotistas, das mantenedoras das instituições de educação superior.

Parágrafo único. A habilitação do FG-Fies para receber a participação da União de que trata o **caput** do art. 6º-G é condicionada à submissão, pela instituição financeira, do estatuto a que se refere o § 6º do art. 6º-G desta Lei ao Conselho de Participação do FG-Fies para exame prévio."

"CAPÍTULO III-A
DAS RESPONSABILIDADES E DAS PENALIDADES"

"Art. 15-A. O empregador que deixar de reter ou repassar à instituição consignatária os valores correspondentes ao pagamento do financiamento estudantil responderá como devedor solidário exclusivamente pelos valores consignados em folha de pagamento, na forma desta Lei e de seu regulamento.

§ 1º É vedada a inclusão do nome do financiado pelo Fies em cadastro de inadimplentes quando o valor mensal vinculado à renda for retido e o empregador ou a instituição financeira não o repassar à instituição consignatária.

§ 2º Constatada a hipótese prevista no § 1º deste artigo, é cabível o ajuizamento de ação monitória, nos termos da legislação processual civil, contra o empregador ou a instituição financeira e os seus representantes legais.

§ 3º Na hipótese de falência do empregador antes do repasse das importâncias descontadas dos mutuários, o direito de receber as importâncias retidas é assegurado à instituição consignatária, na forma prevista em lei.

§ 4º A instituição financeira poderá, em acordo celebrado com o empregador, assumir a responsabilidade pela retenção de que trata a alínea "a" do inciso VIII do **caput** do art. 5º-C desta Lei.

§ 5º O disposto no **caput** deste artigo somente se aplica após a disponibilização ao empregador do sistema a que se refere o inciso II do § 16 do art. 5º-C desta Lei."

"Art. 15-B. O descumprimento das obrigações de reter e repassar o valor da amortização mensal do financiamento do Fies ensejará a aplicação, pelo Ministério da Educação, de multa equivalente ao dobro do valor total devido."

"Art. 15-C. A multa a que se refere o art. 15-B desta Lei equivalerá a 3 (três) vezes o valor mensal vinculado à renda, na hipótese de restar comprovado, em processo de apuração de responsabilidades, que o descumprimento das obrigações tenha decorrido de má-fé do financiado ou de seu empregador, na forma a ser estabelecida em regulamento.

§ 1º Na hipótese prevista no **caput** deste artigo, a pena pecuniária será acrescida de juros equivalentes à taxa referencial do Selic para títulos federais, no período compreendido entre a data do cometimento do descumprimento da obrigação e a data do efetivo pagamento.

§ 2º Estão sujeitos ao disposto neste artigo:

I - os familiares cujas rendas tenham sido utilizadas para obter o financiamento;

II - os terceiros que concorrerem para fraudar o Fies, especialmente aqueles que fornecerem informações cadastrais falsas ou deixarem de repassar as amortizações mensais do financiamento.

§ 3º Em caso de reincidência, o valor da multa será aplicado em dobro.

§ 4º É dispensado do pagamento da multa o responsável que reparar o dano antes da notificação formal, em processo para apuração de responsabilidade.

§ 5º Ressalvada a hipótese prevista no § 4º deste artigo, é vedado fixar pena igual ou inferior à vantagem auferida, quando for possível determinar esse valor."

"CAPÍTULO III-B
DO PROGRAMA DE FINANCIAMENTO ESTUDANTIL"

"Art. 15-D. É instituído, nos termos desta Lei, o Programa de Financiamento Estudantil, destinado à concessão de financiamento a estudantes em cursos superiores não gratuitos, com avaliação positiva nos processos conduzidos pelo Ministério da Educação, de acordo com regulamentação própria, e que também tratará das faixas de renda abrangidas por essa modalidade do Fies.

§ 1º Aplica-se à modalidade do Fies prevista no **caput** deste artigo o disposto no art. 1º, no art. 3º, exceto quanto ao § 3º, e no art. 5º-B desta Lei.

§ 2º A concessão da modalidade do Fies prevista no **caput** deste artigo, em complementaridade à modalidade prevista no Capítulo I desta Lei, será aplicável somente ao rol de cursos definido pelo CG-Fies.

§ 3º O valor máximo de financiamento na hipótese de dilação da duração regular do curso de que trata o § 3º do art. 5º desta Lei poderá ser ampliado na modalidade do Fies prevista no **caput** deste artigo, desde que sejam utilizados recursos próprios das instituições financeiras."

"Art. 15-E. São passíveis de financiamento pela modalidade do Fies prevista no art. 15-D desta Lei até 100% (cem por cento) dos encargos educacionais cobrados dos estudantes pelas instituições de ensino devidamente cadastradas para esse fim pelo Ministério da Educação, em contraprestação aos cursos referidos no art. 1º desta Lei em que estejam regularmente matriculados, vedada a cobrança de qualquer valor ou taxa adicional sobre o valor total do curso originalmente financiado, fixado no momento da contratação do financiamento pelo estudante com as instituições de ensino.

§ 1º O valor total do curso originalmente financiado será discriminado no contrato de financiamento estudantil da modalidade do Fies prevista no art. 15-D desta Lei, o qual especificará, no mínimo, o valor da mensalidade no momento da contratação e o índice de reajuste ao longo do tempo, na forma a ser estabelecida em regulamento.

§ 2º Para os efeitos do disposto nesta Lei, os encargos educacionais referidos no **caput** deste artigo considerarão todos os descontos aplicados pela instituição, regulares ou temporários, de caráter coletivo ou decorrentes de convênios com instituições públicas ou privadas, incluídos os descontos concedidos devido ao seu pagamento pontual, respeitada a proporcionalidade da carga horária."

"Art. 15-F. Na modalidade do Fies a que se refere o art. 15-D desta Lei:

I - não haverá garantia do FG-Fies e do Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo (FGeduc) na forma prevista no inciso III do **caput** do art. 7º da Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009;

II - poderão ser oferecidos como garantia, no financiamento concedido ao trabalhador ou a qualquer de seus dependentes constantes da declaração de composição familiar para fins de análise de elegibilidade do Fies:

a) até 10% (dez por cento) do saldo de sua conta vinculada ao FGTS, limite que poderá ser elevado pelo respectivo Conselho Curador, devendo o valor correspondente a esse percentual ser calculado e retido no momento da tomada do financiamento e o trabalhador impossibilitado de movimentá-lo nas hipóteses previstas no art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, enquanto vigente a garantia prevista neste inciso;

b) até 100% (cem por cento) do valor da multa paga pelo empregador;

III - somente poderá ser acionada a garantia de que trata o inciso II deste artigo na ocorrência das hipóteses previstas nos §§ 1º e 2º do art. 18 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, e na ocasião prevista no art. 484-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho);

IV - não se aplica o disposto no § 2º do art. 2º da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, à garantia referida no inciso II deste artigo;

V - só poderão ser oferecidos os limites de garantia de que trata o inciso II deste artigo caso não estejam sendo utilizados nas operações de crédito consignado de que trata o § 5º do art. 1º da Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003;

VI - caso os percentuais de garantia de que trata o inciso II deste artigo estejam sendo utilizados, o trabalhador é impossibilitado de oferecê-los como garantia nas operações de crédito consignado de que trata o § 5º do art. 1º da Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003;

VII - cabe ao agente operador do FGTS definir os procedimentos operacionais necessários à execução do disposto nos incisos II, III, IV, V e VI deste artigo, nos termos do inciso II do **caput** do art. 7º da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990."

"Art. 15-G. As condições de concessão do financiamento ao estudante serão definidas entre o agente financeiro operador do crédito, a instituição de ensino superior e o estudante, obedecidos os critérios estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional."

"Art. 15-H. Na hipótese de verificação de inadimplência do estudante com o financiamento a que se refere o art. 15-D desta Lei ou de inidoneidade cadastral após a assinatura do contrato, o agente financeiro operador do crédito poderá suspender o financiamento até a comprovação da restauração da adimplência ou da idoneidade, respeitado o prazo de suspensão temporária do contrato."

"Art. 15-I. O Conselho Monetário Nacional definirá os critérios e as condições gerais das operações de crédito da modalidade de financiamento de que trata o art. 15-D desta Lei."

"Seção I
Das Fontes de Recursos"

"Art. 15-J. Constituem recursos da modalidade do Fies de que trata o art. 15-D desta Lei:

I - os advindos dos seguintes fundos de desenvolvimento:

a) Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FDCO), instituído pela Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009;

b) Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE), instituído pela Medida Provisória nº 2.156-5, de 24 de agosto de 2001;

c) Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA), instituído pela Medida Provisória nº 2.157-5, de 24 de agosto de 2001;

II - os advindos dos seguintes fundos constitucionais de financiamento, instituídos pela Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989:

a) Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO);

b) Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE);

c) Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO);

III - os advindos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES);

IV - outras receitas que lhe forem destinadas.

Parágrafo único. A aplicação dos recursos a que se referem os incisos I e II do **caput** deste artigo terá a finalidade de diminuir as desigualdades regionais e prover o mercado com mão de obra qualificada para atendimento da demanda do setor produtivo da região e deverá:

I - ser efetuada na respectiva região;

II - ser precedida de estudo técnico regional;

III - ser compatível com o respectivo plano regional de desenvolvimento;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800004

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

IV - atender às carências efetivas ou potenciais do mercado de trabalho da região;

V - considerar as vocações produtivas regionais e locais identificadas no estudo técnico regional."

"Art. 15-K. A concessão de fontes de financiamento para os agentes financeiros operadores poderá ser feita nas seguintes modalidades:

I - leilão;

II - adesão;

III - outras modalidades definidas em regulamento, nos termos do que for aprovado pelo CG-Fies."

"Seção II
Dos Agentes Financeiros Operadores de Crédito"

"Art. 15-L. Compete aos agentes financeiros operadores de crédito:

I - gerir os recursos solicitados para a utilização da modalidade do Fies de que trata o art. 15-D desta Lei, conforme a fonte de recursos a ela destinados, na forma a ser estabelecida em regulamento, nos termos do que for aprovado pelo CG-Fies;

II - fiscalizar e comprovar as informações prestadas pelo proponente;

III - propor e solicitar aos gestores das fontes de recursos a liberação de recursos financeiros em favor dos proponentes;

IV - assumir risco de crédito em cada operação, nos termos definidos pelo CG-Fies, e para as fontes de que tratam os incisos I e II do **caput** do art. 15-J desta Lei, observando o disposto na legislação específica de cada fundo;

V - apresentar ao Ministério da Educação e aos gestores das fontes de recursos, até o décimo dia de cada mês, relatório referente aos contratos vigentes, renegociados e liquidados no mês anterior, que conterá, no mínimo:

a) número do contrato;

b) nome do devedor;

c) saldo devedor;

d) valor renegociado ou liquidado;

e) quantidade e valor de prestações;

f) taxa de juros;

g) valor referente à amortização e às taxas de juros cobradas pelas fontes de recursos;

h) outras informações solicitadas pelo Ministério da Educação;

VI - negociar os aspectos de contratação dos financiamentos, observados os critérios e as condições estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional e o disposto no art. 3º desta Lei;

VII - restituir os valores devidos referentes a amortização e juros ao fundo de origem do recurso, no prazo estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional;

VIII - implementar as medidas decorrentes dos atos editados pelo Ministro de Estado da Educação, nos termos do que for aprovado pelo CG-Fies, relativos à alocação e à aplicação dos recursos da modalidade do Fies de que trata o art. 15-D desta Lei;

IX - atender a outras diretrizes e normas relativas às atividades das instituições financeiras no que concerne ao Fies, em ambas as modalidades.

Parágrafo único. Para fins do disposto nesta Lei, consideram-se agentes financeiros operadores as instituições financeiras autorizadas pelo Banco Central do Brasil, que serão selecionadas nos termos do art. 15-K desta Lei."

"Art. 15-M. Nas hipóteses de falecimento ou invalidez permanente do estudante financiado pela modalidade do Fies de que trata o art. 15-D desta Lei, o saldo devedor será absorvido pela instituição financeira que concedeu o financiamento, situação em que é admitido o seguro prestamista, nos termos fixados pela instituição financeira.

Parágrafo único. As hipóteses a que se refere o **caput** deste artigo deverão ser devidamente comprovadas, na forma da legislação pertinente."

"CAPÍTULO IV
DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS"

"Art. 20-A. (Revogado)."

"Art. 20-B. O Ministério da Educação regulamentará as condições e o prazo para a transição do agente operador, tanto para os contratos de financiamento formalizados até o segundo semestre de 2017 quanto para os contratos formalizados a partir do primeiro semestre de 2018.

§ 1º Enquanto não houver a regulamentação de que trata o **caput** deste artigo, o FNDE dará continuidade às atribuições decorrentes do encargo de agente operador.

§ 2º É autorizada a contratação da Caixa Econômica Federal, com fundamento no inciso VIII do **caput** do art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para exercer as atribuições previstas no § 3º do art. 3º desta Lei, facultada à União eventual contratação de outra instituição financeira pública federal disciplinada pelo disposto no § 8º do art. 2º desta Lei, sob o mesmo fundamento legal."

"Art. 20-C. O disposto no Capítulo III desta Lei aplica-se aos financiamentos do Fies concedidos anteriormente à data de publicação da Medida Provisória nº 785, de 6 de julho de 2017."

"Art. 20-D. O Ministério da Educação, nos termos do que for aprovado pelo CG-Fies, poderá dispor sobre regras de migração, que sempre será voluntária, para os estudantes com financiamentos concedidos anteriormente à data de publicação da Medida Provisória nº 785, de 6 de julho de 2017."

"Art. 20-E. O CG-Fies será instituído no prazo de 15 (quinze) dias, contado da data de entrada em vigor da Medida Provisória nº 785, de 6 de julho de 2017."

"Art. 20-F. Até que o CG-Fies seja instituído, o Ministério da Educação poderá editar, para o processo seletivo do primeiro semestre de 2018, as regulamentações desta Lei, independentemente de consulta a outros órgãos, exceto quanto aos seguintes dispositivos desta Lei:

I - §§ 1º, 7º, 8º e 9º do art. 1º;

II - art. 1º-A;

III - incisos I e III do **caput** do art. 3º;

IV - §§ 1º, 2º, 4º, 5º e 7º do art. 3º;

V - § 1º-A, inciso IV do § 5º, § 7º, incisos II e III do § 11, § 12 e § 15 do art. 4º;

VI - art. 4º-B;

VII - § 1º do art. 5º-A;

VIII - incisos I, VII e VIII do **caput** do art. 5º-C;

IX - §§ 1º, 7º, 13, 14 e 15 do art. 5º-C;

X - art. 6º;

XI - art. 6º-F;

XII - § 2º do art. 15-D;

XIII - inciso III do **caput** do art. 15-K;

XIV - inciso VIII do **caput** do art. 15-L;

XV - art. 20-D;

XVI - outros dispositivos que gerem impacto fiscal, os quais serão regulamentados em ato conjunto dos Ministros de Estado da Educação e da Fazenda."

"Art. 20-G. A instituição financeira pública federal que exercer as atribuições previstas no § 3º do art. 3º desta Lei também será responsável pela administração do FGeduc dos financiamentos formalizados até o segundo semestre de 2017."

"Art. 20-H. A instituição financeira pública federal a que se refere o art. 20-G desta Lei, além de promover a cobrança administrativa nos termos do art. 6º desta Lei, também promoverá a cobrança judicial dos débitos referentes aos financiamentos e encargos concedidos até o segundo semestre de 2017, nos termos do que for aprovado pelo CG-Fies."

Art. 2º A Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 7º .....
.....

II - transferências do FDCO, equivalentes a 2% (dois por cento) do valor de cada liberação de recursos;
....." (NR)

"Art. 16. É criado o FDCO, de natureza contábil, vinculado à Sudeco, com a finalidade de assegurar recursos para:

I - a implementação de projetos de desenvolvimento e a realização de investimentos em infraestrutura, ações e serviços públicos considerados prioritários no Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste;

II - o financiamento de estudantes regularmente matriculados em cursos superiores e de educação profissional, técnica e tecnológica, não gratuitos, na região Centro-Oeste.

§ 1º O Conselho Deliberativo do Desenvolvimento do Centro-Oeste, observadas as orientações gerais fixadas pelo Ministério da Integração Nacional, estabelecerá, além do disposto no § 4º do art. 10 desta Lei Complementar:

I - os critérios para a seleção dos projetos de investimento, segundo a relevância para o desenvolvimento regional e conforme o estabelecido no Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste;

II - as prioridades para a aplicação dos recursos do FDCO e os critérios para a exigência de contrapartida dos Estados e dos Municípios no que se refere aos projetos de investimento apoiados.

§ 2º O Conselho Monetário Nacional definirá os critérios e as condições gerais dos financiamentos de que trata o inciso II do **caput** deste artigo.

§ 3º As dotações para o financiamento de que trata o inciso II do **caput** deste artigo não excederão 20% (vinte por cento) do orçamento do FDCO, conforme definido em regulamento, pelo prazo de 5 (cinco) anos, contado da data de entrada em vigor da Medida Provisória nº 785, de 6 de julho de 2017, nos termos do § 4º do art. 118 da Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016.

§ 4º Os recursos de que trata o § 3º deste artigo não aplicados no financiamento de que trata o inciso II do **caput** deste artigo serão direcionados para as demais finalidades previstas nesta Lei Complementar, conforme disposto em regulamento.

§ 5º O financiamento de que trata o inciso II do **caput** deste artigo atenderá aos requisitos previstos na Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, e terá a sua aplicação orientada pelo CG-Fies.

§ 6º No caso do financiamento de que trata o inciso II do **caput** deste artigo, o FDCO poderá ter como agentes operadores as instituições financeiras de que trata o parágrafo único do art. 15-L da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001." (NR)

"Art. 17. .....
....."

§ 7º Do montante de recursos a que se refere o inciso I do **caput** do art. 18 desta Lei será destinado anualmente o percentual de 5% (cinco por cento) para apoio a atividades de pesquisa, desenvolvimento e tecnologia de interesse do desenvolvimento regional, a ser operacionalizado pelo agente operador do FDCO e aplicado na forma definida pelo Conselho Deliberativo." (NR)

Art. 3º A Medida Provisória nº 2.156-5, de 24 de agosto de 2001, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 3º É criado o Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE), de natureza contábil, a ser gerido pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), com a finalidade de assegurar recursos para a realização, em sua área de atuação, de investimentos:

I - em infraestrutura e serviços públicos e em empreendimentos produtivos com grande capacidade germinativa de novos negócios e de novas atividades produtivas;

II - em financiamento a estudantes regularmente matriculados em cursos superiores e de educação profissional, técnica e tecnológica não gratuitos.
.....

§ 2º Do montante de recursos a que se refere o inciso I do **caput** do art. 4º desta Medida Provisória, será destinado anualmente o percentual de 5% (cinco por cento) para apoio a atividades de pesquisa, desenvolvimento e tecnologia de interesse do desenvolvimento regional, a ser operacionalizado pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A. e aplicado na forma regulamentada pelo Conselho Deliberativo.

§ 3º O Conselho Monetário Nacional definirá os critérios e as condições gerais do financiamento de que trata o inciso II do **caput** deste artigo.

§ 4º As dotações para o financiamento de que trata o inciso II do **caput** deste artigo não excederão 20% (vinte por cento) do orçamento do FDNE, conforme definido em regulamento, pelo prazo de 5 (cinco) anos, contado da data de entrada em vigor da Medida Provisória nº 785, de 6 de julho de 2017, nos termos do § 4º do art. 118 da Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800005

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

§ 5º Os recursos de que trata o § 4º deste artigo não aplicados no financiamento de que trata o inciso II do **caput** deste artigo serão direcionados para as demais finalidades previstas nesta Medida Provisória, conforme disposto em regulamento.

§ 6º O financiamento de que trata o inciso II do **caput** deste artigo atenderá aos requisitos previstos na Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, e terá sua aplicação orientada pelo CG-Fies." (NR)

"Art. 6º-A. No caso do financiamento a estudantes de que trata o inciso II do **caput** do art. 3º desta Medida Provisória, o FDNE poderá ter como agentes operadores as instituições financeiras de que trata o parágrafo único do art. 15-L da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001."

Art. 4º A Medida Provisória nº 2.157-5, de 24 de agosto de 2001, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 3º É criado o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA), de natureza contábil, a ser gerido pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), com a finalidade de assegurar recursos para a realização, em sua área de atuação, de investimentos:

I - em infraestrutura e serviços públicos e em empreendimentos produtivos com grande capacidade germinativa de novos negócios e de novas atividades produtivas;

II - em financiamento a estudantes regularmente matriculados em cursos superiores e de educação profissional, técnica e tecnológica não gratuitos.

.....

§ 2º Do montante de recursos a que se refere o inciso I do **caput** do art. 4º desta Medida Provisória, será destinado anualmente o percentual de 5% (cinco por cento) para apoio a atividades de pesquisa, desenvolvimento e tecnologia de interesse do desenvolvimento regional, a ser operacionalizado pelo Banco da Amazônia S.A. e aplicado na forma regulamentada pelo Conselho Deliberativo.

§ 3º O Conselho Monetário Nacional definirá os critérios e as condições gerais do financiamento de que trata o inciso II do **caput** deste artigo.

§ 4º As dotações para o financiamento de que trata o inciso II do **caput** deste artigo não excederão 20% (vinte por cento) do orçamento do FDA, conforme definido em regulamento, pelo prazo de 5 (cinco) anos, contado da data de entrada em vigor da Medida Provisória nº 785, de 6 de julho de 2017, nos termos do § 4º do art. 118 da Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016.

§ 5º Os recursos de que trata o § 4º deste artigo não aplicados no financiamento de que trata o inciso II do **caput** deste artigo serão direcionados para as demais finalidades previstas nesta Medida Provisória, conforme disposto em regulamento.

§ 6º O financiamento de que trata o inciso II do **caput** deste artigo atenderá aos requisitos previstos na Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, e terá a sua aplicação orientada pelo CG-Fies." (NR)

"Art. 6º-A. No caso do financiamento a estudantes de que trata o inciso II do **caput** do art. 3º desta Medida Provisória, o FDA poderá ter como agentes operadores as instituições financeiras de que trata o parágrafo único do art. 15-L da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001."

Art. 5º A Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 3º .....

I - concessão de financiamento aos setores produtivos das regiões beneficiadas;

.....

XII - ampla divulgação das exigências de garantia e de outros requisitos para a concessão de financiamento;

XIII - concessão de financiamento a estudantes regularmente matriculados em cursos superiores não gratuitos, de que trata a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001." (NR)

"Art. 4º São beneficiários dos recursos dos fundos constitucionais de financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste:

I - produtores e empresas, pessoas físicas e jurídicas, e cooperativas de produção que, de acordo com as prioridades estabelecidas nos planos regionais de desenvolvimento, desenvolvam atividades produtivas nos setores agropecuário, mineral, industrial, agroindustrial, de empreendimentos comerciais e de serviços das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste;

II - estudantes regularmente matriculados em cursos superiores e de educação profissional, técnica e tecnológica não gratuitos que contribuirão para o desenvolvimento do setor produtivo das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, de acordo com as prioridades estabelecidas nos planos regionais de desenvolvimento.

.....

§ 4º Os estudantes e os cursos mencionados no inciso II do **caput** deste artigo deverão atender aos requisitos estabelecidos no art. 1º da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001." (NR)

Art. 6º O art. 46 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 3º, 4º e 5º:

"Art. 46. .....

.....

§ 3º No caso de instituição privada, além das sanções previstas no § 1º deste artigo, o processo de reavaliação poderá resultar em redução de vagas autorizadas e em suspensão temporária de novos ingressos e de oferta de cursos.

§ 4º É facultado ao Ministério da Educação, mediante procedimento específico e com aquiescência da instituição de ensino, com vistas a resguardar os interesses dos estudantes, comutar as penalidades previstas nos §§ 1º e 3º deste artigo por outras medidas, desde que adequadas para superação das deficiências e irregularidades constatadas.

§ 5º Para fins de regulação, os Estados e o Distrito Federal deverão adotar os critérios definidos pela União para autorização de funcionamento de curso de graduação em Medicina." (NR)

Art. 7º O art. 2º da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 2º .....

.....

II - à legislação trabalhista;

III - ao prévio credenciamento no Ministério da Educação e no Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, renovável a cada 5 (cinco) anos.

....." (NR)

Art. 8º O art. 2º da Lei nº 9.766, de 18 de dezembro de 1998, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

"Art. 2º .....

Parágrafo único. As contas específicas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios destinadas à movimentação das Quotas do Salário-Educação serão abertas pelo FNDE e mantidas, a critério do respectivo ente federado, em instituição financeira oficial." (NR)

Art. 9º O **caput** do art. 2º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso XII:

"Art. 2º .....

.....

XII - admissão de profissional de nível superior especializado para atendimento a pessoas com deficiência, nos termos da legislação, matriculadas regularmente em cursos técnicos de nível médio e em cursos de nível superior nas instituições federais de ensino, em ato conjunto do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e do Ministério da Educação.

....." (NR)

Art. 10. A Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 12-A. As bolsas de estudo concedidas no âmbito do processo de certificação de entidades beneficentes de assistência social de que trata esta Lei constituem-se em instrumentos de promoção da política pública de acesso à educação do Ministério da Educação."

"Art. 15. .....

§ 1º Os alunos beneficiários das bolsas de estudo de que trata esta Lei, ou seus pais ou responsáveis, quando for o caso, respondem legalmente pela veracidade e autenticidade das informações por eles prestadas.

§ 2º Compete à entidade de educação confirmar o atendimento, pelo candidato, ao perfil socioeconômico e aos demais critérios estabelecidos pelo Ministério da Educação.

.....

§ 4º Os estudantes a serem beneficiados pelas bolsas de estudo para os cursos de graduação poderão ser pré-selecionados pelos resultados do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

§ 5º É vedado ao estudante acumular bolsas de estudo em entidades de educação certificadas na forma desta Lei.

§ 6º O Ministério da Educação disporá sobre os procedimentos para seleção de bolsistas, especialmente quanto à sua operacionalização por meio de sistema específico." (NR)

Art. 11. (VETADO).

Art. 12. O art. 9º da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 9º É instituída a avaliação específica para curso de graduação em Medicina, com instrumentos e métodos que avaliem conhecimentos, habilidades e atitudes, conforme ato do Ministro de Estado da Educação.

§ 1º (Revogado).

§ 2º (Revogado)." (NR)

Art. 13. O Ministério da Educação divulgará, obrigatoriamente, em sítio eletrônico próprio, as informações relevantes sobre o funcionamento e as condições de acesso ao Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) e ao Programa de Financiamento Estudantil.

Art. 14. É o Ministério da Educação autorizado a conceder bolsas e auxílios destinados à promoção da assistência e da permanência dos estudantes de graduação presencial das instituições federais de ensino.

Parágrafo único. Os benefícios de que trata o **caput** deste artigo serão concedidos por meio de programas instituídos pelo Ministério da Educação, em regulamentação específica.

Art. 15. Ficam os Estados, o Distrito Federal e os Municípios autorizados a corrigir, até 31 de dezembro de 2017, as diferenças entre a receita e a despesa previstas e as efetivamente realizadas que resultem no não atendimento da aplicação do percentual mínimo obrigatório em manutenção e desenvolvimento do ensino público de que trata o **caput** do art. 69 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), desde que as referidas diferenças advenham dos recursos recebidos em decorrência da Lei nº 13.254, de 13 de janeiro de 2016.

Art. 16. Revogam-se o inciso II do § 7º do art. 4º, o § 7º do art. 5º, os arts. 6º-E e 20-A da Lei nº 10.260, de 12 julho de 2001, e os §§ 1º e 2º do art. 9º da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013.

Art. 17. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 7 de dezembro de 2017; 196º da Independência e 129º da República.

MICHEL TEMER
Henrique Meirelles
José Mendonça Bezerra Filho
Dyogo Henrique de Oliveira
Helder Barbalho
Eliseu Padilha

LEI Nº 13.531, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017

Dá nova redação ao inciso III do parágrafo único do art. 163 e ao § 6º do art. 180 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei altera o inciso III do parágrafo único do art. 163 e o § 6º do art. 180 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, que tratam, respectivamente, do delito de dano e receptação referente a bens públicos.

Art. 2º O inciso III do parágrafo único do art. 163 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 163. .....

Parágrafo único. .....

.....

III - contra o patrimônio da União, de Estado, do Distrito Federal, de Município ou de autarquia, fundação pública, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviços públicos;

....." (NR)

Art. 3º O § 6º do art. 180 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, passa a vigorar com a seguinte redação:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800006

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

"Art. 180. .....
.....

§ 6º Tratando-se de bens do patrimônio da União, de Estado, do Distrito Federal, de Município ou de autarquia, fundação pública, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviços públicos, aplica-se em dobro a pena prevista no **caput** deste artigo." (NR)

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 7 de dezembro de 2017; 196º da Independência e 129º da República.

MICHEL TEMER
Torquato Jardim

LEI Nº 13.532, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017

Altera a redação do art. 1.815 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, para promover ação visando à declaração de indignidade de herdeiro ou legatário.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei confere legitimidade ao Ministério Público para promover ação visando à declaração de indignidade de herdeiro ou legatário, na hipótese que menciona.

Art. 2º O art. 1.815 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, passa a vigorar acrescido do seguinte § 2º, renumerando-se o atual parágrafo único para § 1º:

"Art. 1.815. .....

§ 1º .....

§ 2º Na hipótese do inciso I do art. 1.814, o Ministério Público tem legitimidade para demandar a exclusão do herdeiro ou legatário." (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 7 de dezembro de 2017; 196º da Independência e 129º da República.

MICHEL TEMER
Eliseu Padilha

Atos do Congresso Nacional

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Eunício Oliveira, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 177, DE 2017

Susta o art. 1º e o parágrafo único do art. 2º da Portaria nº 1.253 de 12 de novembro de 2013 do Ministério da Saúde, que altera atributos de procedimentos na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do Sistema Único de Saúde.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam sustados o art. 1º e o parágrafo único do art. 2º da Portaria nº 1.253 de 12 de novembro de 2013 do Ministério da Saúde, que altera atributos de procedimentos na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do Sistema Único de Saúde.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 6 de dezembro de 2017
Senador EUNÍCIO OLIVEIRA
Presidente do Senado Federal

ATO DECLARATÓRIO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 67, DE 2017

O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que a Medida Provisória nº 794, de 9 de agosto de 2017, que "Revoga a Medida Provisória nº 772, de 29 de março de 2017, a Medida Provisória nº 773, de 29 de março de 2017, e a Medida Provisória nº 774, de 30 de março de 2017", teve seu prazo de vigência encerrado no dia 6 de dezembro do corrente ano.

Congresso Nacional, em 7 de dezembro de 2017
Senador EUNÍCIO OLIVEIRA
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

Atos do Senado Federal

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Eunício Oliveira, Presidente, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO
Nº 23, DE 2017

Autoriza o Estado do Paraná a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US$ 235.000.000,00 (duzentos e trinta e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Estado do Paraná autorizado a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US$ 235.000.000,00 (duzentos e trinta e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

Parágrafo único. Os recursos da operação de crédito de que trata o **caput** destinam-se ao financiamento parcial do "Programa Estratégico de Infraestrutura e Logística de Transporte do Paraná".

Art. 2º A operação de crédito prevista no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I - devedor: Estado do Paraná;

II - credor: Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID);

III - garantidor: República Federativa do Brasil;

IV - valor: até US$ 235.000.000,00 (duzentos e trinta e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América);

V - modalidade: Mecanismo de Financiamento Flexível;

VI - prazo de desembolso: o prazo original de desembolso será de 5 (cinco) anos, contado a partir da data de entrada em vigor do contrato, sendo que qualquer prorrogação do prazo original de desembolso deverá contar com a anuência do garantidor;

VII - cronograma estimativo de desembolso: US$ 20.863.978,50 (vinte milhões, oitocentos e sessenta e três mil, novecentos e setenta e oito dólares dos Estados Unidos da América e cinquenta centavos) em 2017, US$ 51.706.531,00 (cinquenta e um milhões, setecentos e seis mil, quinhentos e trinta e um dólares dos Estados Unidos da América) em 2018, US$ 61.674.389,50 (sessenta e um milhões, seiscentos e setenta e quatro mil, trezentos e oitenta e nove dólares dos Estados Unidos da América e cinquenta centavos) em 2019, US$ 48.496.325,50 (quarenta e oito milhões, quatrocentos e noventa e seis mil, trezentos e vinte e cinco dólares dos Estados Unidos da América e cinquenta centavos) em 2020, US$ 34.961.632,00 (trinta e quatro milhões, novecentos e sessenta e um mil, seiscentos e trinta e dois dólares dos Estados Unidos da América) em 2021 e US$ 17.297.143,50 (dezessete milhões, duzentos e noventa e sete mil, cento e quarenta e três dólares dos Estados Unidos da América e cinquenta centavos) em 2022;

VIII - amortização: prestações semestrais, consecutivas e, na medida do possível, iguais, vencendo-se a primeira em até 66 (sessenta e seis) meses e a última em até 25 (vinte e cinco) anos, a contar da data de assinatura do contrato;

IX - juros: exigidos sobre os saldos devedores diários a uma taxa de juros anual baseada na **Libor** para cada trimestre mais a margem aplicável para empréstimos do capital ordinário do credor, enquanto o empréstimo não tiver sido objeto de conversão;

X - conversão: o devedor poderá solicitar conversão de moeda e de taxa de juros em qualquer momento durante a vigência do contrato, conforme disposto contratualmente;

XI - comissão de crédito: até 0,75% a.a. (setenta e cinco centésimos por cento ao ano) sobre o saldo não desembolsado do empréstimo, com incidência a partir de 60 (sessenta) dias a contar da data de assinatura do contrato;

XII - despesas com inspeção e supervisão gerais: em determinado semestre, até 1% (um por cento) do valor do empréstimo, dividido pelo número de semestres compreendidos no prazo original de desembolso.

Parágrafo único. As datas de pagamento do principal e dos encargos financeiros, bem como as datas dos desembolsos, poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo, e os montantes estimados dos desembolsos em cada ano poderão ser alterados conforme a execução contratual.

Art. 3º É a República Federativa do Brasil autorizada a conceder garantia ao Estado do Paraná na operação de crédito externo de que trata esta Resolução.

Parágrafo único. A autorização prevista no **caput** é condicionada:

I - ao cumprimento substancial das condições prévias ao primeiro desembolso;

II - à comprovação da situação de adimplemento quanto aos pagamentos de tributos, empréstimos e financiamentos devidos à União e quanto à prestação de contas de recursos anteriormente dela recebidos, nos termos do art. 10 da Resolução do Senado Federal nº 48, de 21 de dezembro de 2007;

III - à celebração de contrato de concessão de contragarantia entre o Estado do Paraná e a União, sob a forma de vinculação das cotas de repartição das receitas tributárias previstas nos arts. 157 e 159, complementadas pelas receitas próprias de impostos estabelecidas no art. 155, nos termos do § 4º do art. 167, todos da Constituição Federal, bem como de outras garantias em direito admitidas.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contado a partir da entrada em vigor desta Resolução.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 7 de dezembro de 2017
Senador EUNÍCIO OLIVEIRA
Presidente do Senado Federal

Atos do Poder Executivo

REPUBLICAÇÃO

DECRETO Nº 9.230, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2017

Publica-se a seguir o texto do Acordo de Complementação Econômica Entre os Governos da República Argentina, da República Federativa do Brasil, da República do Paraguai e da República Oriental do Uruguai, Estados Partes do MERCOSUL que Subscrevem este Acordo, e o Governo da República da Colômbia, por ter sido omitido na publicação feita no DOU de 7 de dezembro de 2017, Seção 1.

ACORDO DE COMPLEMENTAÇÃO ECONÔMICA ENTRE OS GOVERNOS DA REPÚBLICA ARGENTINA, DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, DA REPÚBLICA DO PARAGUAI E DA REPÚBLICA ORIENTAL DO URUGUAI, ESTADOS PARTES DO MERCOSUL QUE SUBSCREVEM ESTE ACORDO, E O GOVERNO DA REPÚBLICA DA COLÔMBIA

Os Governos da República Argentina, da República Federativa do Brasil, da República do Paraguai e da República Oriental do Uruguai, Estados Partes do MERCOSUL, e o Governo da República da Colômbia serão denominados "Partes Signatárias".

Para os efeitos do presente Acordo, as "Partes Contratantes" são, por um lado, os Estados Partes do MERCOSUL que assinam o presente Acordo, e, por outro, a República da Colômbia.

Considerando que é necessário fortalecer o processo de integração da América Latina, a fim de alcançar os objetivos previstos no Tratado de Montevidéu 1980, mediante a concertação de acordos abertos à participação dos demais países membros da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), que permitam a conformação de um espaço econômico ampliado;

Que é conveniente oferecer aos agentes econômicos regras claras e previsíveis para o desenvolvimento do comércio e do investimento, para propiciar, desta forma, uma participação mais ativa dos mesmos nas relações econômicas e comerciais entre as Partes Contratantes;

Que a conformação de áreas de livre comércio na América Latina constitui um meio relevante para aproximar os esquemas de integração existentes;

Que a integração econômica regional é um dos instrumentos essenciais para que os países da América Latina avancem em seu desenvolvimento econômico e social, assegurando uma melhor qualidade de vida para os seus povos;

Que a vigência das instituições democráticas constitui um elemento essencial para o desenvolvimento do processo de integração regional;

Que as Partes Contratantes promovem a livre concorrência e rejeitam o exercício de práticas restritivas à mesma;

Que o processo de integração deve abranger aspectos relativos ao desenvolvimento e à plena utilização da infraestrutura física;

Que o Acordo de Marraqueche, pelo qual se estabelece a Organização Mundial do Comércio (OMC), constitui o marco de direitos e obrigações aos quais se ajustarão as políticas comerciais e os compromissos do presente Acordo;

Que, em 18 de outubro de 2004, os Governos de Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, Estados Partes do MERCOSUL, e os Governos da Colômbia, Equador e Venezuela, naquele momento Países Membros da Comunidade Andina, assinaram o Acordo de Complementação Econômica No. 59;

Convêm em Celebrar o presente Acordo de Complementação Econômica, ao amparo do Tratado de Montevidéu 1980 e da Resolução 2 do Conselho de Ministros da ALALC.

TÍTULO I
Objetivos e alcance

Artigo 1

O presente Acordo tem os seguintes **objetivos:**

a) Estabelecer o marco jurídico e institucional de cooperação e integração econômica e física que contribua para a criação de um espaço econômico ampliado que vise a facilitar a livre circulação de bens e serviços e a plena utilização dos fatores produtivos, em condições de concorrência entre as Partes Contratantes;

b) Formar uma área de livre comércio entre as Partes Contratantes mediante a expansão e a diversificação do intercâmbio comercial e a eliminação das restrições tarifárias e não tarifárias que afetam o comércio recíproco;

c) Alcançar o desenvolvimento harmônico na região, levando em conta as assimetrias derivadas dos diferentes níveis de desenvolvimento econômico das Partes Signatárias;

d) Promover o desenvolvimento e a utilização da infraestrutura física, com especial ênfase no estabelecimento de corredores de integração, que permitam a diminuição de custos e a geração de vantagens competitivas no comércio regional recíproco e com terceiros países fora da região;

e) Promover e impulsionar os investimentos entre os agentes econômicos das Partes Signatárias;

f) Promover a complementação e cooperação econômica, energética, científica e tecnológica;

g) Promover consultas, quando for o caso, nas negociações comerciais que se efetuem com terceiros países e agrupamentos de países extrarregionais.

Artigo 2

As disposições do presente Acordo serão aplicadas no território das Partes Signatárias.

TÍTULO II
Programa de liberalização comercial

Artigo 3

As Partes Contratantes conformarão uma Zona de Livre-Comércio por meio de um Programa de Liberalização Comercial, que será aplicado aos produtos originários e procedentes dos territórios das Partes Signatárias. Esse Programa consistirá em desgravações progressivas e automáticas, aplicáveis às tarifas vigentes para a importação de terceiros países em cada Parte Signatária, no momento da aplicação das preferências, conforme o disposto nas suas legislações.

Não obstante o estabelecido no parágrafo anterior, para os produtos incluídos no Anexo I, a desgravação será aplicada unicamente sobre as tarifas consignadas nesse Anexo.

Para os produtos que não figuram no Anexo I, a preferência será aplicada sobre o total das tarifas, incluídos os direitos aduaneiros adicionais.

No comércio de bens, a classificação das mercadorias reger-se-á pela nomenclatura do Sistema Harmonizado de Designação e Codificação de Mercadorias, em sua versão regional NALADI/SH 96 e suas futuras atualizações, as quais não modificarão o âmbito nem as condições de acesso negociadas, e cuja data de entrada em vigor será definida pela Comissão Administradora.

Com o objetivo de imprimir transparência à aplicação e ao alcance das preferências, as Partes Signatárias notificar-se-ão obrigatoriamente, a partir da entrada em vigor do presente Acordo, acerca dos ditames de classificação ditados ou emitidos por seus respectivos organismos competentes com base nas notas explicativas do Sistema Harmonizado. Em caso de eventuais divergências de interpretação, as Partes Signatárias poderão recorrer à Organização Mundial de Aduanas (OMA), sem prejuízo do indicado no inciso j) do Artigo 38 do presente Acordo.

Este Acordo incorpora as preferências tarifárias negociadas anteriormente entre as Partes Signatárias nos Acordos de Alcance Parcial no âmbito da ALADI, como consta do Programa de Liberalização Comercial.

Do mesmo modo, este Acordo incorpora as preferências tarifárias e outras condições de acesso negociadas anteriormente nos Acordos de Alcance Regional no âmbito da ALADI, conforme refletido no Programa de Liberalização Comercial. Entretanto, serão aplicadas as preferências tarifárias e outras condições de acesso que estejam sendo aplicadas pelas Partes Signatárias na data de subscrição do presente Acordo, ao amparo do Acordo Regional Referente à Preferência Tarifária Regional (PTR) e dos Acordos Regionais de Abertura de Mercados em favor dos Países de Menor Desenvolvimento Econômico Relativo (LAM), na medida em que ditas preferências e demais condições de acesso sejam mais favoráveis que as estabelecidas no presente Acordo.

No entanto, serão mantidas em vigor as disposições dos Acordos de Alcance Parcial e dos Acordos de Alcance Regional, quando se referirem a matérias não incluídas no presente Acordo.

Artigo 4

Com o objetivo de implementar o Programa de Liberalização Comercial, as Partes Signatárias acordam entre si os cronogramas específicos e suas regras e disciplinas, apresentados no Anexo II.

Artigo 5

As Partes Signatárias não poderão adotar gravames e encargos de efeitos equivalentes distintos dos direitos aduaneiros que afetam o comércio amparado pelo presente Acordo. Quanto aos existentes na data da assinatura do Acordo, somente poderão ser mantidos os gravames e encargos que constam nas Notas Complementares, os quais poderão ser modificados, mas sem aumentar a incidência dos mesmos. As mencionadas Notas figuram no Anexo III.

Entender-se-ão por "gravames" os direitos aduaneiros e qualquer outro encargo de efeito equivalente que incidam sobre as importações originárias das Partes Signatárias. Não estão compreendidos neste conceito as taxas e encargos análogos quando sejam equivalentes ao custo dos serviços prestados nem os direitos antidumping ou compensatórios.

Artigo 6

As Partes Signatárias não manterão nem introduzirão novas restrições não tarifárias em seu comércio recíproco.

Entender-se-á por "restrições" toda medida ou mecanismo que impeça ou dificulte as importações ou exportações de uma Parte Signatária, salvo as permitidas pela Organização Mundial do Comércio, doravante, OMC.

Artigo 7

As Partes Signatárias manter-se-ão mutuamente informadas, por meio dos organismos nacionais competentes, sobre as eventuais modificações dos direitos aduaneiros e remeterão cópia das mesmas à Secretaria Geral da ALADI para sua informação.

Artigo 8

No que se refere às licenças de importação, as Partes Signatárias reger-se-ão pelo disposto no Acordo sobre Procedimentos para os Trâmites de Licenças de Importação da OMC.

Artigo 9

As Partes Signatárias, em um prazo não superior a noventa (90) dias contados a partir da data de entrada em vigor deste Acordo, intercambiarão listas de medidas que afetem seu comércio recíproco, tais como, licenças não automáticas, proibições ou limitações à importação e exigências de registro ou similares, com a finalidade exclusiva de transparência. A inclusão de medidas nesta lista não prejulga acerca de sua validade ou pertinência legal.

Do mesmo modo, as Partes Signatárias manter-se-ão mutuamente informadas, por meio dos organismos nacionais competentes, sobre as eventuais modificações dessas medidas e remeterão cópia das mesmas à Secretaria Geral da ALADI para sua informação.

No caso de normas, regulamentos técnicos e avaliação da conformidade e medidas sanitárias e fitossanitárias aplicam-se os procedimentos relativos à transparência previstos nos anexos específicos.

Artigo 10

Nenhuma disposição do presente Acordo será interpretada no sentido de impedir que uma Parte Signatária adote ou aplique medidas de conformidade com o Artigo 50 do Tratado de Montevidéu 1980 e/ou com os Artigos XX e XXI do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT) de 1994.

Artigo 11

As mercadorias usadas, inclusive aquelas identificadas como tal em posições ou subposições do Sistema Harmonizado, não se beneficiarão do Programa de Liberalização Comercial.

TÍTULO III
Regime de origem

Artigo 12

As Partes Signatárias aplicarão às importações realizadas ao amparo do Programa de Liberalização Comercial o Regime de Origem que consta do Anexo IV, deste Acordo.

TÍTULO IV
Tratamento nacional

Artigo 13

No que se refere ao tratamento nacional, as Partes Signatárias reger-se-ão pelo disposto no Artigo III do GATT de 1994 e no Artigo 46 do Tratado de Montevidéu 1980.

TÍTULO V
Medidas antidumping e compensatórias

Artigo 14

Na aplicação de medidas antidumping ou compensatórias, as Partes Signatárias reger-se-ão por suas respectivas legislações, as quais deverão ser consistentes com o Acordo relativo à Aplicação do Artigo VI do Acordo Geral sobre Tarifas Alfandegárias e Comércio de 1994 e o Acordo sobre Subsídios e Medidas Compensatórias da OMC.

Do mesmo modo, as Partes Signatárias cumprirão os compromissos assumidos relacionados aos subsídios no âmbito da OMC, sem prejuízo do disposto no Artigo 18.

Artigo 15

Caso uma das Partes Signatárias de uma Parte Contratante aplique medidas antidumping ou compensatórias sobre as importações procedentes de terceiros países, dará conhecimento delas à outra Parte Contratante para a avaliação e o acompanhamento das importações no seu mercado dos produtos objeto das medidas, por meio dos organismos nacionais competentes.

Artigo 16

As Partes Contratantes ou Signatárias deverão informar qualquer modificação ou derrogação de suas leis, regulamentos ou disposições em matéria de antidumping ou de direitos compensatórios, dentro dos quinze (15) dias após à publicação das respectivas normas no veículo de difusão oficial. Essa comunicação realizar-se-á por meio de mecanismo previsto no Título XXIII do Acordo.

TÍTULO VI
Livre concorrência

Artigo 17

As Partes Contratantes promoverão as ações que forem necessárias para dispor de um marco adequado para a identificação e sanção de eventuais práticas restritivas à livre concorrência.

TÍTULO VII
Subsídios

Artigo 18

As Partes Signatárias condenam toda prática desleal de comércio e comprometem-se a eliminar as medidas que possam causar distorções ao comércio bilateral, conforme o disposto pela OMC.

Nesse sentido, as Partes Signatárias acordam não aplicar ao comércio recíproco industrial subsídios contrários ao disposto pela OMC.

Não obstante, as Partes Signatárias acordam não aplicar ao comércio recíproco agrícola toda forma de subsídios à exportação.

Quando uma Parte Signatária decidir apoiar os seus produtores agropecuários, orientará as suas políticas de apoio interno àquelas que:

a) não tenham efeitos de distorção ou estes sejam mínimos sobre o comércio ou a produção; ou

b) estejam excetuadas de qualquer compromisso de redução, conforme o Artigo 6.2 do Acordo sobre Agricultura da OMC e suas modificações posteriores.

Os produtos que não cumpram o disposto neste artigo não se beneficiarão do Programa de Liberalização Comercial.

A Parte Signatária que se considerar afetada por qualquer uma destas medidas poderá solicitar à outra Parte Signatária informação detalhada sobre o subsídio supostamente aplicado. A Parte Signatária consultada deverá remeter informação detalhada em um prazo de quinze (15) dias. Dentro dos trinta (30) dias após a recepção da informação, realizar-se-á uma reunião de consulta entre as Partes Signatárias envolvidas.

Realizada esta consulta, se for constatada a existência de subsídios às exportações, a Parte Signatária afetada poderá suspender os benefícios do Programa de Liberalização Comercial ao produto ou produtos beneficiados pela medida.

TÍTULO VIII
Salvaguardas

Artigo 19

As Partes Contratantes adotam o Regime de Salvaguardas que consta do Anexo V.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800008

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

TÍTULO IX
Solução de controvérsias

Artigo 20

As controvérsias que surgirem da interpretação, aplicação ou descumprimento do presente Acordo e dos Protocolos e instrumentos complementares adotados no âmbito deste Acordo serão dirimidas conforme o Regime de Solução de Controvérsias assinado mediante um Protocolo Adicional a este Acordo, o qual deverá ser incorporado pelas Partes Signatárias conforme o que dispuser a este efeito a sua legislação interna.

Tal Protocolo Adicional entrará em vigor e será plenamente aplicável para todas as Partes Signatárias a partir da data da última ratificação.

Durante o período entre a data de entrada em vigor deste Acordo e a de entrada em vigor do Protocolo Adicional, aplicar-se-á o mecanismo transitório que figura como Anexo VI. As partes na controvérsia, de comum acordo, poderão aplicar supletivamente as disposições que constam do Protocolo Adicional em tudo aquilo que não estiver previsto no Anexo citado.

As Partes Signatárias poderão dispor acerca da aplicação provisória do Protocolo Adicional na medida em que as suas legislações nacionais assim o permitirem.

TÍTULO X
Valoração aduaneira

Artigo 21

Em seu comércio recíproco, as Partes Signatárias reger-se-ão pelas disposições do Acordo relativo à Aplicação do Artigo VII do Acordo Geral sobre Tarifas Alfandegárias e Comércio de 1994 e pela Resolução 226 do Comitê de Representantes da ALADI.

TÍTULO XI
Obstáculos técnicos ao comércio

Artigo 22

As Partes Contratantes comprometem-se a evitar que os regulamentos técnicos, procedimentos de avaliação da conformidade e metrologia constituam obstáculos injustificados ao comércio.

As Partes Signatárias reger-se-ão pelo estabelecido no Anexo VII sobre Obstáculos Técnicos ao Comércio.

TÍTULO XII
Medidas sanitárias e fitossanitárias

Artigo 23

As Partes Contratantes se comprometem a evitar que as medidas sanitárias e fitossanitárias constituam obstáculos injustificados ao comércio.

As Partes Signatárias reger-se-ão pelo estabelecido no Regime de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias, que consta do Anexo VIII.

TÍTULO XIII
Medidas Especiais

Artigo 24

A República Argentina, a República Federativa do Brasil e a República da Colômbia adotam, para os seus respectivos comércios recíprocos, o Regime de Medidas Especiais que consta no Anexo IX para os produtos listados nos Apêndices do citado Anexo.

TITULO XIV
Promoção e intercâmbio de informação comercial

Artigo 25

As Partes Contratantes apoiar-se-ão nos programas e tarefas de difusão e promoção comercial, facilitando a atividade de missões oficiais e privadas, a organização de feiras e exposições, a realização de seminários informativos, de estudos de mercado e outras ações tendentes ao melhor aproveitamento do Programa de Liberalização Comercial e das oportunidades que proporcionem os procedimentos estabelecidos em matéria comercial.

Artigo 26

Para os efeitos previstos no Artigo anterior, as Partes Contratantes programarão atividades que facilitem a promoção recíproca, por parte das entidades públicas e privadas em ambas as Partes Contratantes, de produtos do seu interesse, compreendidos no Programa de Liberalização Comercial do presente Acordo.

TÍTULO XV
Serviços

Artigo 27

As Partes Contratantes reger-se-ão pelo estabelecido em um Protocolo Adicional ao presente Acordo sobre Comércio de Serviços.

As Partes Signatárias poderão promover a adoção e o aprofundamento das medidas tendentes a facilitar a expansão e a diversificação progressiva do comércio de serviços nos seus territórios, conforme os direitos, obrigações e compromissos derivados da participação respectiva no Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços da OMC (GATS).

TÍTULO XVI
Investimentos e dupla tributação

Artigo 28

As Partes Signatárias procurarão estimular a realização de investimentos recíprocos, com o objetivo de intensificar os fluxos bilaterais de comércio e a transferência de tecnologia, conforme as suas respectivas legislações nacionais.

Artigo 29

As Partes Signatárias que assinem novos acordos em matéria de investimentos poderão incorporá-los como Protocolos Adicionais ao presente Acordo.

Os acordos bilaterais assinados entre as Partes Signatárias com anterioridade à data de assinatura deste Acordo manterão a sua plena vigência.

Artigo 30

As Partes Signatárias examinarão a possibilidade de assinar novos acordos para evitar a dupla tributação. Os acordos bilaterais assinados entre as Partes Signatárias com anterioridade à data deste Acordo manterão a sua plena vigência.

TÍTULO XVII
Propriedade intelectual

Artigo 31

As Partes Signatárias reger-se-ão pelo Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio da OMC, assim como pelos direitos e obrigações que constam do Convênio sobre Diversidade Biológica de 1992. Igualmente procurarão desenvolver normas e disciplinas para a proteção dos conhecimentos tradicionais.

TÍTULO XVIII
Facilitação do comércio, assistência mútua e cooperação aduaneira

Artigo 32

Os Acordos que as Partes Contratantes assinem em matéria de facilitação do comércio, assistência mútua e cooperação aduaneira serão incorporados como Protocolos Adicionais ao presente Acordo.

TÍTULO XIX
Transporte

Artigo 33

As Partes Signatárias promoverão a facilitação dos serviços de transporte terrestre, fluvial, lacustre, marítimo e aéreo, a fim de oferecer as condições adequadas para a melhor circulação de bens e pessoas, atendendo à maior demanda que resultará do espaço econômico ampliado.

Para esse fim, as Partes Signatárias poderão estabelecer normas e compromissos específicos tendentes a facilitar os serviços de transporte que se enquadrem no marco indicado nas normas deste título, assim como fixar os prazos para sua implementação.

TÍTULO XX
Complementação científica e tecnológica

Artigo 34

As Partes Contratantes procurarão facilitar e apoiar formas de colaboração e iniciativas conjuntas em matéria de ciência e tecnologia, assim como projetos conjuntos de pesquisa.

Para tanto, poderão acordar programas de assistência técnica recíproca, destinados a elevar os níveis de produtividade dos referidos setores, obter o máximo aproveitamento dos recursos disponíveis e estimular a melhoria da sua capacidade competitiva, tanto nos mercados da região como internacionais.

A assistência técnica mencionada desenvolver-se-á entre as instituições nacionais competentes.

As Partes Contratantes promoverão o intercâmbio de tecnologia nas áreas agropecuária, industrial, de normas técnicas e em matéria de saúde animal, vegetal e outras, consideradas de mútuo interesse.

Para tanto, se levarão em consideração os convênios assinados em matéria científica e tecnológica vigentes entre as Partes Signatárias do presente Acordo.

TÍTULO XXI
Cooperação

Artigo 35

As Partes Signatárias impulsionarão conjuntamente iniciativas orientadas a promover a integração produtiva, a competitividade das empresas e sua participação no comércio recíproco, com especial ênfase nas Pequenas e Médias Empresas (PMEs).

As Partes Signatárias procurarão promover mecanismos de cooperação financeira e a busca de mecanismos de financiamento dirigidos, entre outros, ao desenvolvimento de projetos de infraestrutura e à promoção de investimentos recíprocos.

TÍTULO XXII
Zonas francas

Artigo 36

As Partes Signatárias acordam continuar tratando o tema das zonas francas e áreas aduaneiras especiais.

TÍTULO XXIII
Administração e avaliação do acordo

Artigo 37

As Partes Signatárias estabelecem a Comissão Administradora do Acordo (a seguir, Comissão), integrada pelos Coordenadores Nacionais do Grupo Mercado Comum dos Estados Partes do MERCOSUL signatários do presente Acordo, ou pelas pessoas por eles designados, como uma Parte Contratante, e pelos representantes do Ministério de Comércio, Indústria e Turismo da Colômbia, como outra Parte Contratante.

A Comissão reunir-se-á de maneira presencial ou por qualquer meio tecnológico ao menos uma vez ao ano em reunião ordinária, e em reunião extraordinária quando acordado pelas Partes. As reuniões da Comissão serão presididas sucessivamente por cada Parte Contratante.

A Comissão adotará suas decisões por consenso das Partes Signatárias. Para efeitos do presente Artigo, entender-se-á que a Comissão adotou uma decisão por consenso sobre um assunto submetido à sua consideração, se nenhuma das Partes Signatárias manifestar sua oposição de maneira formal e justificada à adoção da decisão.

Na ausência de alguma Parte Signatária nas reuniões da Comissão, a Ata e seus respectivos Anexos que forem objeto de consenso entre as Partes Signatárias presentes na reunião serão considerados aprovados se, em um prazo de (30) dias corridos posteriores à reunião que os aprovou, as Partes Signatárias ausentes não manifestarem qualquer objeção de maneira formal e justificada.

Artigo 38

A Comissão Administradora terá as seguintes funções e atribuições:

a) estabelecer seu próprio regulamento interno.

b) velar pelo cumprimento das disposições do presente Acordo e seus Protocolos Adicionais e Anexos;

c) determinar em cada caso as modalidades e prazos em que se levarão a cabo as negociações destinadas à realização dos objetivos do presente Acordo, podendo-se constituir grupos de trabalho para tal fim;

d) avaliar periodicamente os avanços do Programa de Liberalização Comercial, o cumprimento dos objetivos e o funcionamento geral do presente Acordo;

e) aprovar qualquer modificação do presente Acordo, seus Protocolos Adicionais e Anexos;

f) aprovar o aprofundamento de todas as disciplinas incluídas no Acordo, assim como a incorporação de novas disciplinas que se convenha;

g) monitorar o desenvolvimento do Acordo e recomendar às Partes as modificações que estime convenientes;

h) aprofundar o Acordo, inclusive acelerando o Programa de Liberalização Comercial para qualquer produto ou grupo de produtos que, de comum Acordo, as Partes Signatárias convenham;

i) aprovar a adoção das atualizações da NALADI/SH 96 a que se refere o quarto parágrafo do Artigo 3 do presente Acordo e procurar resolver eventuais divergências de interpretação em matéria de classificação tarifária;

j) contribuir para a solução de controvérsias que surjam com relação à interpretação, aplicação e descumprimento, em conformidade com o previsto no Anexo VI e no Protocolo Adicional que aprova o Regime de Solução de Controvérsias;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800009

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

k) realizar o acompanhamento da aplicação das disciplinas comerciais acordadas entre as Partes Contratantes, tais como regime de origem, regime de salvaguardas, medidas antidumping e compensatórias e práticas restritivas à livre concorrência;

l) estabelecer, quando for o caso, procedimentos para a aplicação das disciplinas comerciais contempladas no presente Acordo e propor eventuais modificações para tais disciplinas;

m) aprovar as modificações do regime de origem e procedimentos para o controle e verificação de origem;

n) estabelecer mecanismos adequados para efetuar o intercâmbio de informação relativa à legislação nacional, disposto no Artigo 16 do presente Acordo;

o) intercambiar informação sobre as negociações que as Partes Contratantes ou Signatárias realizem com terceiros países para formalizar Acordos não previstos no Tratado de Montevidéu 1980;

p) cumprir as demais tarefas que forem encomendadas à Comissão Administradora em virtude das disposições do presente Acordo, seus Protocolos Adicionais e outros instrumentos assinados em seu âmbito ou pelas Partes Contratantes;

q) prever em seu regulamento interno o estabelecimento de consultas bilaterais entre as Partes Signatárias sobre as matérias contempladas no presente Acordo;

r) determinar os valores de referência para os honorários dos árbitros e especialistas que participem dos procedimentos de Solução de Controvérsias do presente Acordo.

s) aprovar e modificar as Regras de Procedimento dos tribunais arbitrais que sejam estabelecidos no marco do Regime de Solução de Controvérsias do presente Acordo.

TÍTULO XXIV
Disposições gerais

Artigo 39

Manter-se-ão em vigor as disposições que não forem incompatíveis com o presente Acordo ou quando se referirem a matérias não incluídas no mesmo que constam nos Acordos de Alcance Parcial de Complementação Econômica Nos. 39 e 48, nos Acordos de Alcance Parcial de Renegociação Nos. 18, 23 e 25 e nos Acordos Comerciais Nos. 5 e 13, assinados no âmbito do Tratado de Montevidéu 1980.

Igualmente, e sem prejuízo do previsto no Artigo 43, quando a Secretaria Geral da ALADI notificar às Partes Signatárias que recebeu a quinta notificação que indica o cumprimento dos procedimentos de incorporação ao seu direito interno, o presente Acordo substituirá para as relações mútuas entre as Partes Contratantes, em todas as suas disposições, o Acordo de Complementação Econômica No. 59.

Artigo 40

A Parte que celebrar um acordo não previsto no Tratado Montevidéu de 1980 deverá:

a) informar às outras Partes Signatárias, dentro de um prazo de quinze (15) dias após a assinatura do Acordo, anexando seu texto e seus instrumentos complementares; e

b) anunciar, na mesma ocasião, disposição de negociar, em um prazo de noventa (90) dias, concessões equivalentes às outorgadas e recebidas de forma global.

TÍTULO XXV
Convergência

Artigo 41

Por ocasião da Conferência de Avaliação e Convergência, à qual se refere o Artigo 33 do Tratado de Montevidéu 1980, as Partes Contratantes examinarão a possibilidade de proceder à progressiva convergência dos tratamentos previstos no presente Acordo.

TÍTULO XXVI
Adesão

Artigo 42

Em cumprimento ao estabelecido no Tratado de Montevidéu 1980, o presente Acordo está aberto à adesão, mediante negociação prévia, dos demais países-membros da ALADI.

A adesão será formalizada uma vez negociados os seus termos entre as Partes Contratantes e o país aderente, mediante a celebração de um Protocolo de Adesão a este Acordo.

TÍTULO XXVII
Vigência

Artigo 43

O presente Acordo e seus Protocolos Adicionais terão duração indefinida e entrarão em vigor bilateralmente dez (10) dias depois que a República da Colômbia e pelo menos uma das outras Partes Signatárias tenham notificado à Secretaria-Geral da ALADI sua incorporação aos respectivos ordenamentos jurídicos internos.

Para as demais Partes Signatárias, o Acordo entrará em vigor dez (10) dias depois da data em que tenham notificado à Secretaria-Geral da ALADI sua incorporação aos respectivos ordenamentos jurídicos internos.

Sem prejuízo do previsto no Artigo 20, as Partes Signatárias poderão aplicar este Acordo de forma provisória enquanto se cumprem as formalidades necessárias para a incorporação do Acordo a seu direito interno. As Partes Signatárias comunicarão à Secretaria-Geral da ALADI a aplicação provisória do Acordo, a qual, por sua vez, informará às Partes Signatárias a data de aplicação provisória bilateral, quando for o caso.

Desde que esteja previsto em suas respectivas legislações nacionais, as Partes Signatárias poderão dar aplicação provisória aos Protocolos Adicionais que se assinem no marco do presente Acordo.

TÍTULO XXVIII
Denúncia

Artigo 44

A Parte Signatária que deseje denunciar o presente Acordo deverá comunicar sua decisão à Comissão Administradora com sessenta (60) dias de antecedência ao depósito do respectivo instrumento de denúncia na Secretaria-Geral da ALADI. A denúncia surtirá efeito para as Partes Signatárias uma vez transcorrido um ano contado a partir do depósito do instrumento e a partir desse momento cessarão, para a Parte Signatária denunciante, os direitos adquiridos e as obrigações contraídas em virtude do presente Acordo.

Sem prejuízo do anterior e antes de transcorridos os seis (6) meses posteriores à formalização da denúncia, as Partes Signatárias poderão estabelecer os direitos e obrigações que continuarão em vigor pelo prazo que se acorde.

TÍTULO XXIX
Emendas e aditamentos

Artigo 45

As emendas ou aditamentos ao presente Acordo serão efetuados por consenso das Partes Signatárias. Eles serão submetidos à aprovação por decisão da Comissão Administradora e formalizados mediante Protocolo.

A Comissão poderá aprovar que os mencionados Protocolos sejam assinados por duas ou mais partes Signatárias envolvidas. Esses Protocolos serão válidos exclusivamente entre elas.

TÍTULO XXX
Disposições finais

Artigo 46

A Secretaria-Geral da ALADI será depositária do presente Acordo, do qual enviará cópias devidamente autenticadas às Partes Signatárias.

Artigo 47

A importação pela República Federativa do Brasil dos produtos incluídos no presente Acordo não estará sujeita à aplicação do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante, estabelecido pelo Decreto-Lei No. 2.404, de 23 de dezembro de 1987, conforme o disposto no Decreto No. 97.945, de 11 de julho de 1989, suas alterações e complementações.

Artigo 48

A importação pela República Argentina não estará sujeita à aplicação da Taxa de Estatística reimplementada pelo Decreto No. 389 com data de 23 de março de 1995, suas alterações e complementações.

Artigo 49

Os prazos aos quais se refere este Acordo estão expressos em dias corridos e serão contados a partir do dia seguinte ao ato ou fato ao qual se refere, sem prejuízo do que se dispuser nos Anexos correspondentes.

TITULO XXXI
Protocolos Adicionais ao presente Acordo

Artigo 50

As emendas, aditamentos e vigência dos Protocolos Adicionais reger-se-ão pelo disposto nos artigos 43 e 45 do presente Acordo.

Feito na cidade de Mendoza, República Argentina, aos vinte e um dias do mês de julho de dois mil e dezessete, em dois originais, em idiomas português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente válidos.

_____
Pela República Argentina

_____
Pela República Federativa do Brasil

_____+_____
Pela República do Paraguai

_____
Pela República Oriental do Uruguai

_____
Pela República da Colômbia

DECRETO Nº 9.231, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017

Altera o Decreto nº 8.009, de 15 de maio de 2013, que dispõe sobre a reorganização da Comissão Nacional de População e Desenvolvimento.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso VI, alínea "a", da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º O Decreto nº 8.009, de 15 de maio de 2013, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º A Comissão Nacional de População e Desenvolvimento - CNPD passa a integrar a estrutura da Secretaria-Geral da Presidência da República." (NR)

"Art. 3º .....

I - um representante indicado pelo titular de cada um dos seguintes órgãos e entidades:

a) Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos da Secretaria-Geral da Presidência da República, que a presidirá;

b) Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres da Secretaria de Governo da Presidência da República;

d) Ministério dos Direitos Humanos;

.....

g) Ministério do Desenvolvimento Social;

.....

i) Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão;

j) Ministério da Fazenda;

k) Ministério do Trabalho;

l) Ministério da Justiça e Segurança Pública;

.....

II - um representante da sociedade civil indicado mediante consulta pelo presidente de cada um dos seguintes conselhos e entidades:

.....

b) Conselho Nacional dos Direitos Humanos - CNDH;

.....

f) Conselho Nacional de Previdência - CNP;

.....

§ 1º Os representantes a que se refere o **caput**, titulares e suplentes, serão designados em ato do Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República.

....." (NR)

"Art. 4º A CNPD terá um Comitê-Executivo, composto por um titular e suplente designados pelo titular de cada um dos seguintes órgãos:

I - Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos da Secretaria-Geral da Presidência da República, que o presidirá;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800010

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

II - Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres da Secretaria de Governo da Presidência da República;

.....

IV - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão; e

....." (NR)

"Art. 8º A Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada prestará apoio técnico e administrativo ao funcionamento da CNPD." (NR)

"Art. 9º A CNPD elaborará o seu regimento interno e o submeterá à aprovação do Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República." (NR)

Art. 2º Ficam transferidos para a Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos da Secretaria-Geral da Presidência da República os projetos referentes aos acordos de cooperação técnica firmados pela extinta Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

Art. 3º Ficam revogados os seguintes dispositivos do Decreto nº 8.009, de 2013:

I - as alíneas "c" e "e" do inciso I do **caput** do art. 3º; e

II - o art. 10.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 7 de dezembro de 2017; 196º da Independência e 129º da República.

MICHEL TEMER
Dyogo Henrique de Oliveira
W. Moreira Franco

DECRETO Nº 9.232, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017

Altera o Decreto nº 9.035, de 20 de abril de 2017, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, remaneja cargos em comissão, substitui cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE e transforma cargos em comissão.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput,** inciso VI, alínea "a", da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam remanejados, na forma do Anexo I, os seguintes cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS:

I - do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão para a Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão: um DAS 101.4; e

II - da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão para o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão:

a) um DAS 102.2; e

b) dois DAS 102.1.

Art. 2º Ficam remanejados, da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão para o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, na forma do Anexo II, em cumprimento à Lei nº 13.346, de 10 de outubro de 2016, duas FCPE 102.3.

Parágrafo único. Ficam extintos dois cargos em comissão do Grupo-DAS, conforme demonstrado no Anexo II.

Art. 3º O Anexo II ao Decreto nº 9.035, de 20 de abril de 2017, passa a vigorar na forma do Anexo III a este Decreto.

Art. 4º Os ocupantes dos cargos em comissão e das funções de confiança que deixam de existir na Estrutura Regimental do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão por força deste Decreto ficam automaticamente exonerados ou dispensados.

Art. 5º Os apostilamentos decorrentes das alterações promovidas na Estrutura Regimental do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão deverão ocorrer na data de entrada em vigor deste Decreto.

Art. 6º O Anexo I ao Decreto nº 9.035, de 2017, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 2º .....

I - .....

.....

b) .....

1. Subsecretaria de Planejamento e Orçamento; e

2. Subsecretaria de Assuntos Administrativos;

....."(NR)

"Art. 4º .....

.....

II - orientar, no âmbito do Ministério, a execução das atividades de administração patrimonial, de ouvidoria e das atividades relacionadas aos sistemas federais de planejamento e de orçamento, de contabilidade, de administração financeira, de administração dos recursos de informação e informática, de recursos humanos, de organização e inovação institucional e de serviços gerais.

§ 1º A Secretaria-Executiva exerce, ainda, a função de órgão setorial dos Sistemas de Planejamento e de Orçamento Federal, de Administração Financeira Federal, de Organização e Inovação Institucional - Siorg, de Gestão de Documentos de Arquivo - Siga, de Pessoal Civil da Administração Federal - Sipec, de Serviços Gerais - Sisg e de Contabilidade Federal por meio das Subsecretarias de Planejamento e Orçamento e de Assuntos Administrativos.

....." (NR)

"Art. 5º À Subsecretaria de Planejamento e Orçamento compete:

....." (NR)

"Art. 6º À Subsecretaria de Assuntos Administrativos compete:

....." (NR)

"Art. 24. .....

.....

XIV - promover o atendimento aos órgãos do Sipec nos assuntos relativos à gestão de pessoas;

....." (NR)

"Art. 56. Ao Chefe de Gabinete do Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, ao Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno, ao Consultor Jurídico, aos Subsecretários, aos Diretores e aos demais dirigentes incumbe planejar, dirigir, coordenar e orientar a execução das atividades das respectivas unidades e exercer outras atribuições que lhes forem cometidas em suas áreas de competência." (NR)

Art. 7º Este Decreto entra em vigor em 19 de dezembro de 2017.

Brasília, 7 de dezembro de 2017; 196º da Independência e 129º da República.

MICHEL TEMER
Dyogo Henrique de Oliveira

ANEXO I

REMANEJAMENTO DE CARGOS EM COMISSÃO

CÓDIGO	DAS-UNITÁRIO	DA SEGES/MP PARA O MP (a)		DO MP PARA A SEGES/MP (b)	
		QTD.	VALOR TOTAL	QTD.	VALOR TOTAL
DAS 101.4	3,84	-	-	1	3,84
DAS 102.2	1,27	1	1,27	-	-
DAS 102.1	1,00	2	2,00	-	-
SUBTOTAL		3	3,27	1	3,84
SALDO DO REMANEJAMENTO (c = a-b)				2	-0,57

ANEXO II

REMANEJAMENTO DE FUNÇÕES COMISSIONADAS DO PODER EXECUTIVO - FCPE E DEMONSTRATIVO DOS CARGOS EM COMISSÃO DO GRUPO-DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIORES - DAS EXTINTOS NO PODER EXECUTIVO FEDERAL EM CUMPRIMENTO À LEI Nº 13.346, DE 10 DE OUTUBRO DE 2016

a) FUNÇÕES COMISSIONADAS DO PODER EXECUTIVO REMANEJADAS:

CÓDIGO	DAS-UNITÁRIO	DA SEGES/MP PARA O MP	
		QTD	QTD.VALOR TOTAL
FCPE 102.3	1,26	2	2,52
SALDO DO REMANEJAMENTO		2	2,52

b) DEMONSTRATIVO DE CARGOS EM COMISSÃO EXTINTOS:

CÓDIGO	DAS-UNITÁRIO	QTD.	VALOR TOTAL
DAS-3	2,10	2	4,20
TOTAL		2	4,20

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800011

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO III

(Anexo II ao Decreto nº 9.035, de 20 de abril de 2017)

"a) .....
.....

SECRETARIA-EXECUTIVA	1	Secretário-Executivo	NE
	1	Secretário-Executivo Adjunto	DAS 101.6
	3	Diretor de Programa	DAS 101.5
	4	Assessor	DAS 102.4
	3	Assessor	FCPE 102.4
	2	Assessor Técnico	FCPE 102.3
	1	Assistente	DAS 102.2
	2	Assistente Técnico	DAS 102.1
Gabinete	1	Chefe de Gabinete	DAS 101.4
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
	1	Assessor Técnico	FCPE 102.3
	2	Assistente Técnico	DAS 102.1
Coordenação	2	Coordenador	DAS 101.3
Coordenação	1	Coordenador	FCPE 101.3
Assessoria Técnica e Administrativa	1	Chefe de Assessoria	FCPE 101.4
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
Coordenação	1	Coordenador	FCPE 101.3
Divisão	3	Chefe	DAS 101.2
Serviço	1	Chefe	DAS 101.1
Serviço	1	Chefe	FCPE 101.1
Ouvidoria	1	Ouvidor	DAS 101.4
Divisão	1	Chefe	FCPE 101.2
Serviço	1	Chefe	FCPE 101.1
Coordenação	1	Coordenador	FCPE 101.3
Corregedoria	1	Corregedor	FCPE 101.4
Coordenação	1	Coordenador	FCPE 101.3
Serviço	1	Chefe	DAS 101.1
	2	Assistente	FCPE 102.2
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	1	Subsecretário	DAS 101.5
	3	Assistente	DAS 102.2
	1	Assistente	FCPE 102.2
Divisão	1	Chefe	FCPE 101.2
	3		FG-1
Coordenação-Geral de Planejamento e Desenvolvimento Institucional	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Coordenação	2	Coordenador	FCPE 101.3
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
Divisão	1	Chefe	FCPE 101.2
Divisão	1	Chefe	DAS 101.2
Serviço	2	Chefe	DAS 101.1
Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Coordenação	2	Coordenador	FCPE 101.3
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
Divisão	3	Chefe	FCPE 101.2
Divisão	3	Chefe	DAS 101.2
	1		FG-1
SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS	1	Subsecretário	DAS 101.5
	1	Gerente de Projeto	DAS 101.4
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
	1	Assistente	FCPE 102.2
Divisão	1	Chefe	DAS 101.2
Coordenação-Geral de Administração Predial	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Divisão	1	Chefe	FCPE 101.2
Serviço	1	Chefe	DAS 101.1
Serviço	1	Chefe	DAS 101.1
	6		FG-1
Coordenação	3	Coordenador	FCPE 101.3
Divisão	1	Chefe	DAS 101.2
Divisão	2	Chefe	FCPE 101.2
Serviço	4	Chefe	DAS 101.1
Serviço	2	Chefe	FCPE 101.1
Coordenação-Geral de Aquisições	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
	2		FG-1
Coordenação	1	Coordenador	FCPE 101.3
Divisão	3	Chefe	DAS 101.2
Divisão	1	Chefe	FCPE 101.2
Serviço	2	Chefe	DAS 101.1

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800012

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Divisão	1	Chefe	FCPE 101.2
	11		FG-1
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
Coordenação	3	Coordenador	FCPE 101.3
Divisão	2	Chefe	DAS 101.2
Divisão	3	Chefe	FCPE 101.2
Serviço	1	Chefe	DAS 101.1
Serviço	2	Chefe	FCPE 101.1
Coordenação-Geral de Contratos	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Divisão	1	Chefe	DAS 101.2
Coordenação	2	Coordenador	DAS 101.3
Serviço	2	Chefe	DAS 101.1
Coordenação-Geral de Execução Orçamentária e Financeira	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Coordenação	2	Coordenador	FCPE 101.3
Divisão	1	Chefe	DAS 101.2
Divisão	3	Chefe	FCPE 101.2
Serviço	2	Chefe	FCPE 101.1
CONSULTORIA JURÍDICA	1	Consultor Jurídico	DAS 101.5

.....

DEPARTAMENTO DE NORMAS E SISTEMAS DE LOGÍSTICA	1	Diretor	DAS 101.5
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
	2	Assistente Técnico	DAS 102.1
Coordenação-Geral de Normas	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
Coordenação-Geral dos Sistemas de Compras Governamentais	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Coordenação	1	Coordenador	FCPE 101.3
Coordenação-Geral do Processo Eletrônico Nacional	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Coordenação	1	Coordenador	FCPE 101.3
Coordenação-Geral de Informações e Apoio à Logística	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Divisão	1	Chefe	DAS 101.2
DEPARTAMENTO DE TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	1	Diretor	DAS 101.5
Coordenação-Geral de Governança Colaborativa e Gestão do Conhecimento	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Divisão	2	Chefe	DAS 101.2
Coordenação-Geral de Normas e Processos	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
Coordenação-Geral da Plataforma Tecnológica de Transferências Voluntárias	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	1	Coordenador	FCPE 101.3
Coordenação-Geral de Capacitação e Serviços	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	1	Coordenador	FCPE 101.3
CENTRAL DE COMPRAS	1	Diretor	DAS 101.5
	1	Coordenador	FCPE 101.3
Divisão	1	Chefe	DAS 101.2
Coordenação-Geral de Estratégias de Aquisições e Contratações	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	1	Coordenador	FCPE 101.3
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
Divisão	1	Chefe	DAS 101.2
Coordenação-Geral de Licitações	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
Coordenação-Geral de Gestão de Atas e Contratos	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
Coordenação	1	Coordenador	FCPE 101.3
Divisão	1	Chefe	DAS 101.2

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800013

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Coordenação-Geral de Serviços Compartilhados	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Divisão	1	Chefe	DAS 101.2

.....

SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS	1	Secretário	DAS 101.6
	1	Secretário-Adjunto	DAS 101.5
Gabinete	1	Chefe de Gabinete	DAS 101.4
	3	Assessor	DAS 102.4
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
	1	Assistente	FCPE 102.2
	1	Assistente Técnico	DAS 102.1
Coordenação	1	Coordenador	FCPE 101.3
Divisão	1	Chefe	FCPE 101.2
Serviço	2	Chefe	DAS 101.1
	1	Assistente Técnico	DAS 102.1
	1		FG-1
Coordenação-Geral de Informações Gerenciais	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
	1	Assessor Técnico	FCPE 102.3
Divisão	1	Chefe	FCPE 101.2
DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO E PROVIMENTO DE PESSOAS	1	Diretor	DAS 101.5
Coordenação-Geral de Concursos e Movimentação de Pessoas	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Divisão	4	Chefe	FCPE 101.2
Coordenação-Geral de Procedimentos Judiciais	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Divisão	2	Chefe	FCPE 101.2
Coordenação-Geral de Normas de Empregados Públicos, Militares e Ex-Territórios	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Divisão	2	Chefe	FCPE 101.2
Coordenação-Geral de Cadastro	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Coordenação	1	Coordenador	FCPE 101.3
Divisão	2	Chefe	DAS 101.2
Serviço	1	Chefe	DAS 101.1
DEPARTAMENTO DE CARREIRAS E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS	1	Diretor	DAS 101.5

.....

b) .....

CÓDIGO	DAS-UNITÁRIO	SITUAÇÃO ATUAL		SITUAÇÃO NOVA	
		QTD.	VALOR TOTAL	QTD.	VALOR TOTAL
NE	6,41	1	6,41	1	6,41
DAS 101.6	6,27	10	62,70	10	62,70
DAS 101.5	5,04	58	292,32	58	292,32
DAS 101.4	3,84	94	360,96	93	357,12
DAS 101.3	2,10	79	165,90	79	165,90
DAS 101.2	1,27	106	134,62	106	134,62
DAS 101.1	1,00	50	50,00	50	50,00
DAS 102.5	5,04	6	30,24	6	30,24
DAS 102.4	3,84	30	115,20	30	115,20
DAS 102.3	2,10	21	44,10	21	44,10
DAS 102.2	1,27	39	49,53	40	50,80
DAS 102.1	1,00	41	41,00	43	43,00
SUBTOTAL 1		535	1.352,98	537	1.352,41
FCPE 101.4	2,30	92	211,60	92	211,60
FCPE 101.3	1,26	117	147,42	117	147,42
FCPE 101.2	0,76	135	102,60	135	102,60
FCPE 101.1	0,60	17	10,20	17	10,20
FCPE 102.4	2,30	11	25,30	11	25,30
FCPE 102.3	1,26	11	13,86	13	16,38
FCPE 102.2	0,76	58	44,08	58	44,08

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800014

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

FCPE 102.1	0,60	5	3,00	5	3,00
SUBTOTAL 2		446	558,06	448	560,58
FG-1	0,20	169	33,80	169	33,80
FG-2	0,15	97	14,55	97	14,55
FG-3	0,12	25	3,00	25	3,00
SUBTOTAL 3		291	51,35	291	51,35
TOTAL		1.272	1.962,39	1.276	1.964,34

" (NR)

DECRETO Nº 9.233, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017

Promulga a Emenda ao Artigo 1º da Convenção sobre Proibições ou Restrições ao Emprego de Certas Armas Convencionais que Podem ser Consideradas como Excessivamente Lesivas ou Geradoras de Efeitos Indiscriminados e o Protocolo sobre Restos Explosivos de Guerra - Protocolo V da Convenção de 1980.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, da Constituição, e

Considerando que a Convenção sobre Proibições ou Restrições ao Emprego de Certas Armas Convencionais que Podem ser Consideradas como Excessivamente Lesivas ou Geradoras de Efeitos Indiscriminados foi aprovada pelo Congresso Nacional por meio do Decreto Legislativo nº 104, de 24 de agosto de 1995, e promulgada pelo Decreto nº 2.739, de 20 de agosto de 1998;

Considerando que o texto da Emenda ao Artigo 1º da Convenção sobre Proibições ou Restrições ao Emprego de Certas Armas Convencionais que Podem ser Consideradas como Excessivamente Lesivas ou Geradoras de Efeitos Indiscriminados e do Protocolo sobre Restos Explosivos de Guerra - Protocolo V da Convenção de 1980, aprovados, respectivamente, na Segunda Conferência de Revisão da referida Convenção, em 21 de dezembro de 2001, e na Reunião de Estados Partes, em 28 de novembro de 2003, foram aprovados pelo Congresso Nacional por meio do Decreto Legislativo nº 66, de 1º de setembro de 2010; e

Considerando que a Emenda e o Protocolo entraram em vigor para a República Federativa do Brasil, no plano jurídico externo, em 30 de maio de 2011;

D E C R E T A :

Art. 1º Fica promulgada a Emenda ao Artigo 1º da Convenção sobre Proibições ou Restrições ao Emprego de Certas Armas Convencionais que Podem ser Consideradas como Excessivamente Lesivas ou Geradoras de Efeitos Indiscriminados, anexa a este Decreto.

Art. 2º Fica promulgado o Protocolo sobre Restos Explosivos de Guerra - Protocolo V à Convenção sobre a Proibições ou Restrições ao Emprego de Certas Armas Convencionais que Podem ser Consideradas como Excessivamente Lesivas ou Geradoras de Efeitos Indiscriminados, anexo a este Decreto

Art. 3º São sujeitos à aprovação do Congresso Nacional atos que possam resultar em revisão da Convenção e do Protocolo e ajustes complementares que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional, nos termos do inciso I do **caput** do art. 49 da Constituição.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 7 de dezembro de 2017; 196º da Independência e 129º da República.

MICHEL TEMER
Eduardo Dias da Costa Villas Bôas
Aloysio Nunes Ferreira Filho

Convenção sobre Proibições ou Restrições ao Emprego de Certas Armas Convencionais que Podem ser Consideradas como Excessivamente Lesivas ou Geradoras de Efeitos Indiscriminados

EMENDA AO ARTIGO 1º DA CONVENÇÃO (21/12/2001)

PROTOCOLO SOBRE RESTOS EXPLOSIVOS DE GUERRA (28/11/2003)

Emenda ao Artigo 1º da Convenção sobre Proibições ou Restrições ao Emprego de Certas Armas Convencionais que Podem ser Consideradas como Excessivamente Lesivas ou Geradoras de Efeitos Indiscriminados

Por ocasião de sua Segunda Conferência de Revisão, realizada de 11 a 21 de dezembro de 2001, os Estados-Partes da Convenção decidiram modificar como segue o artigo 1º da mesma, com o objetivo de estender o âmbito de sua aplicação aos conflitos armados não-internacionais. Esta decisão figura na Declaração Final da Segunda Conferência de Revisão, tal como reproduzida no documento CCW/ CONF. II/ 2.

"Decidem emendar o artigo 1º da Convenção, que passa a ser lido como segue:

1. Esta Convenção e seus Protocolos anexos se aplicam nas situações referidas no artigo 2º das Convenções de Genebra sobre Proteção de Vítimas de Guerra, de 12 de agosto de 1949, incluindo toda situação descrita no parágrafo 4º do artigo 1º do Protocolo Adicional I dessas Convenções.

2. Esta Convenção e seus Protocolos anexos se aplicam também, além das situações mencionadas no parágrafo 1º do presente artigo, às situações referidas no artigo 3º das Convenções de Genebra sobre Proteção de Vítimas de Guerra, de 12 de agosto de 1949. A presente Convenção e seus Protocolos anexos não se aplicam a situações internas de tensão e desordem, como rebeliões, atos isolados e esporádicos de violência e outros atos de caráter similar que não sejam conflitos armados.

3. No caso de conflitos armados que não apresentem caráter internacional e que ocorram no território de uma das Altas Partes Contratantes, cada parte do conflito deverá aplicar as proibições e restrições previstas na presente Convenção e Protocolos anexos.

4. Nenhuma disposição da presente Convenção ou dos Protocolos anexos será evocada com o fim de atentar contra a soberania de um Estado ou contra a responsabilidade do Governo de, através dos meios legítimos, manter e restabelecer o estado de direito e a ordem no Estado ou defender sua unidade nacional e integridade territorial.

5. Nenhuma disposição da presente Convenção e dos seus Protocolos anexos será evocada como justificativa para intervenção, direta ou indireta, por qualquer razão, em um conflito armado ou em assuntos internos ou externos da Alta Parte Contratante em cujo território o conflito se produzir.

6. A aplicação das disposições da presente Convenção e de seus Protocolos anexos a partes de um conflito que não sejam Altas Partes Contratantes que tenham aceitado a Convenção ou seus Protocolos anexos não altera, explícita ou implicitamente, seu status jurídico ou o de um território contestado.

7. As disposições dos parágrafos 2 a 6 deste artigo não devem prejudicar Protocolos adicionais adotados após 1º de janeiro de 2002, os quais poderão retomar, excluir ou modificar o escopo de suas disposições em relação ao designado neste artigo.

Convenção sobre Proibições ou Restrições ao Emprego de Certas Armas Convencionais que Podem ser Consideradas como Excessivamente Lesivas ou Geradoras de Efeitos Indiscriminados

Protocolo sobre Restos Explosivos de Guerra (Protocolo V da Convenção de 1980)

Adotado em 28 de novembro de 2003.

As Altas Partes Contratantes,

Reconhecendo os sérios problemas humanitários pós-conflito causados por restos explosivos de guerra,

Conscientes da necessidade de concluir um Protocolo de medidas corretivas pós-conflito de natureza genérica, visando minimizar os riscos e efeitos dos restos explosivos de guerra,

E dispostas a adotar medidas preventivas de caráter genérico, por meio de melhores práticas voluntárias especificadas em um Anexo Técnico para aprimorar a confiabilidade das munições, minimizando assim a ocorrência de restos explosivos de guerra;

Acordaram o seguinte:

Artigo 1
Disposição Geral e Escopo de Aplicação

1. Em conformidade com a Carta das Nações Unidas e com as normas do direito internacional sobre conflitos armados a elas aplicáveis, as Altas Partes Contratantes concordam em cumprir com as obrigações estipuladas neste Protocolo, tanto individualmente como em cooperação com outras Partes Contratantes, para mitigar os riscos e efeitos de restos explosivos de guerra em situações de pós-conflito.

2. Este Protocolo se aplicará aos restos explosivos de guerra no território terrestre das Altas Partes Contratantes, incluídas as águas interiores.

3. Este Protocolo se aplicará a situações resultantes de conflitos aos quais se referem os parágrafos de 1 a 6 do Artigo 1 da Convenção, conforme a emenda de 21 de dezembro de 2001.

4. Os Artigos 3, 4, 5 e 8 deste Protocolo se aplicam aos restos explosivos de guerra que não sejam os restos explosivos de guerra definidos no parágrafo 5 do Artigo 2 deste Protocolo.

Artigo 2
Definições

Para o propósito deste Protocolo,

1. *Munições Explosivas* significam munições convencionais contendo explosivos, com a exceção de minas, armadilhas e outros dispositivos tais como definidos no Protocolo II desta Convenção, conforme as emendas de 3 de maio de 1996.

2. *Munições não Explodidas* significam munições explosivas que foram escorvadas, espoletadas, armadas, ou de outra forma preparadas para uso e usadas em um conflito armado. Podem ter sido disparadas, jogadas, lançadas ou arremessadas e deveriam ter explodido, mas falharam e não explodiram.

3. *Munições Explosivas Abandonadas* significam munições explosivas que não tenham sido utilizadas durante um conflito armado, que tenham sido abandonadas ou descartadas por uma das partes em um conflito armado e que não estejam mais sob o controle da parte que as abandonou ou descartou. Munições explosivas abandonadas podem ou não ter sido escorvadas, espoletadas, armadas, ou de outra forma preparadas para uso.

4. *Restos Explosivos de Guerra* significam munições não explodidas e munições explosivas abandonadas.

5. *Restos Explosivos de Guerra Existentes* significam munições não explodidas e munições explosivas abandonadas existentes antes da entrada em vigor deste Protocolo paras as Altas Partes Contratantes em cujo território se encontrem.

Artigo 3
Limpeza, remoção ou destruição de restos explosivos de guerra

1. Cada Alta Parte Contratante e parte em um conflito armado deverá cumprir com as responsabilidades estabelecidas neste Artigo, com respeito a restos explosivos de guerra em território sob seu controle. Nos casos em que um usuário de munição explosiva que tenha se tornado um resto explosivo de guerra não exercer controle do território, o usuário deverá, após a cessação das ações de hostilidades, providenciar, quando for possível, entre outras coisas, assistência técnica, financeira, material ou de recursos humanos, bilateralmente, ou por meio de terceiros mutuamente acordados, inclusive, entre outros, por meio do sistema das Nações Unidas ou outras organizações relevantes, para facilitar a sinalização e limpeza, remoção ou destruição de tais restos explosivos de guerra.

2. Após a cessação das hostilidades ativas e tão logo seja possível, cada Alta Parte Contratante e parte em um conflito armado deverá sinalizar e limpar, remover ou destruir os restos explosivos de guerra em territórios afetados sob seu controle. Será conferida prioridade para limpeza, remoção ou destruição em áreas afetadas por restos explosivos de guerra que apresentem grave risco humanitário, conforme o parágrafo 3 deste artigo.

3. Após a cessação das hostilidades ativas e tão logo seja possível, cada Alta Parte Contratante e parte em um conflito armado deverá adotar as seguintes providências nos territórios afetados sob seu controle, de forma a reduzir os ricos apresentados por restos explosivos de guerra:

a) inspecionar e avaliar a ameaça apresentada por restos explosivos de guerra;

b) avaliar e priorizar a necessidade e a praticabilidade em termos de sinalização e limpeza, remoção ou destruição;

c) sinalizar e limpar, remover ou destruir restos explosivos de guerra;

d) tomar providências para mobilizar os recursos necessários para executar tais atividades.

4. Ao conduzir as atividades acima indicadas, as Altas Partes Contratantes e partes em um conflito armado deverão levar em consideração padrões internacionais, incluindo os Padrões Internacionais de Combate a Minas ("International Mine Action Standards").

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800015

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

5. As Altas Partes Contratantes cooperarão, quando for apropriado, tanto entre si mesmas como com outros Estados, organizações internacionais e regionais e organizações não-governamentais apropriadas, no fornecimento de, entre outras coisas, assistência técnica, financeira, material e de recursos humanos, incluindo, nas circunstâncias adequadas, na realização de operações conjuntas necessárias para cumprir com o disposto neste Artigo.

Artigo 4
Registro, manutenção e transmissão de informações

1. As Altas Partes Contratantes e partes em um conflito armado deverão, da maneira mais abrangente e tanto quanto for praticável, registrar e manter informações sobre o uso ou abandono de munições explosivas, de modo a facilitar a rápida sinalização e limpeza, remoção ou destruição dos restos explosivos de guerra, o esclarecimento sobre os riscos e o fornecimento de informações relevantes para a parte que exerça o controle do território e para as populações civis naquele território.

2. As Altas Partes Contratantes e partes em um conflito armado que tenham usado ou abandonado munições explosivas que possam ter se tornado restos explosivos de guerra deverão, sem demora, logo após a cessação das hostilidades e tanto quanto for possível, sujeito aos legítimos interesses de segurança destas partes, colocar tais informações à disposição da parte ou das partes que exerçam o controle da área afetada, bilateralmente ou por meio de terceiros mutuamente acordados, incluindo, entre outros, as Nações Unidas ou, por solicitação, a disposição de outros organismos apropriados que satisfaçam a parte que fornecer as informações, de que se encarregam ou irão encarregar-se do esclarecimento sobre os riscos, da sinalização e limpeza, remoção ou destruição de restos explosivos de guerra na área afetada.

3. Ao registrar, manter e transmitir tais informações, as Altas Partes Contratantes deverão levar em consideração a Parte 1 do Anexo Técnico.

Artigo 5
Outras precauções para a proteção da população civil, pessoas e bens civis contra os riscos e efeitos de restos explosivos de guerra

1. As altas Partes Contratantes e partes envolvidas em um conflito armado deverão tomar todas as precauções factíveis no território sob seu controle afetado por restos explosivos de guerra, de forma a proteger a população civil, pessoas e bens civis contra os riscos e efeitos de restos explosivos de guerra. Precauções factíveis são aquelas precauções que são viáveis ou possíveis em termos práticos, levando-se em conta todas as circunstâncias que prevalecerem na ocasião, incluindo considerações de ordem humanitária e militar. Estas precauções poderão incluir advertências, esclarecimento das populações civis sobre os riscos, sinalizações, instalação de cercas e monitoramento do território afetado por restos explosivos de guerra, conforme estipulado na Parte 2 do Anexo Técnico.

Artigo 6
Providências para a proteção de missões e organizações humanitárias contra os efeitos de restos explosivos de guerra

1. Cada Alta Parte Contratante e parte envolvida em um conflito armado deverá:

a) Proteger contra os restos explosivos de guerra, da melhor forma possível, as missões e organizações humanitárias que estejam operando ou que venham a operar em área sob controle da Alta Parte Contratante ou parte envolvida em um conflito armado, e com o consentimento daquela parte.

b) Por solicitação de tais missões ou organizações humanitárias, fornecer, da melhor forma possível, informações sobre a localização de todos os restos explosivos de guerra que sejam de seu conhecimento no território onde as missões ou organizações humanitárias solicitantes estejam ou estarão operando.

2. As disposições deste Artigo se aplicam sem prejuízo do Direito Internacional Humanitário vigente ou outros instrumentos internacionais aplicáveis ou decisões emanadas do Conselho de Segurança das Nações Unidas que prevejam um nível mais elevado de proteção.

Artigo 7
Assistência com respeito aos restos explosivos de guerra existentes

1. Cada Alta Parte Contratante tem o direito de buscar e receber assistência, quando for apropriado, de outras Altas Partes Contratantes, de Estados que não sejam partes do presente Protocolo e de organizações e instituições internacionais pertinentes que lidem com os problemas decorrentes de restos explosivos de guerra existentes.

2. Cada Alta Parte Contratante que esteja em condições de fazê-lo deverá fornecer assistência para tratar de problemas decorrentes de restos explosivos de guerra existentes, conforme seja necessário e possível. Ao prestar essa assistência, as Altas Partes Contratantes também deverão levar em consideração os objetivos humanitários desse Protocolo, bem como padrões internacionais, incluindo os Padrões Internacionais de Ação Contra as Minas.

Artigo 8
Cooperação e assistência

1. Cada Alta Parte Contratante que esteja em condições de fazê-lo deverá fornecer assistência para a sinalização e limpeza, remoção ou destruição de tais restos explosivos de guerra, e para o esclarecimento sobre riscos para a população civil e atividades correlatas, particularmente por meio do sistema das Nações Unidas, de outras organizações ou instituições internacionais, regionais ou nacionais adequadas, do Comitê Internacional da Cruz Vermelha, das sociedades nacionais da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho e sua Federação Internacional, de organizações não-governamentais, ou em bases bilaterais.

2. Cada Alta Parte Contratante que esteja em condições de fazê-lo deverá fornecer assistência para o atendimento e a reabilitação e a reintegração social e econômica das vítimas de restos explosivos de guerra. Essa assistência poderá ser prestada, entre outros, por meio do sistema das Nações Unidas, de outras organizações ou instituições internacionais, regionais ou nacionais adequadas, do Comitê Internacional da Cruz Vermelha, das sociedades nacionais da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho e sua Federação Internacional, organizações não-governamentais, ou em bases bilaterais.

3. Cada Alta Parte Contratante que esteja em condições de fazê-lo deverá contribuir para fundos de crédito dentro do sistema das Nações Unidas, assim como para outros fundos de crédito apropriados, para facilitar o fornecimento de assistência dentro do escopo desse Protocolo.

4. Cada Alta Parte Contratante deverá ter o direito de participar, do modo mais completo possível, do intercâmbio de equipamentos, materiais e informações científicas e tecnológicas, com exceção de tecnologias relacionadas a armamentos, que sejam necessárias para a implementação desse Protocolo. As Altas Partes Contratantes se comprometem a facilitar tais intercâmbios de acordo com a legislação nacional e não imporão restrições indevidas ao fornecimento de equipamentos de remoção de restos explosivos de guerra e nem de informações tecnológicas relacionadas com fins humanitários.

5. Cada Alta Parte Contratante se compromete a fornecer informações para as bases de dados relevantes de ação contra as minas estabelecidas dentro do sistema das Nações Unidas, especialmente informações a respeito dos vários meios e tecnologias para a remoção de restos explosivos de guerra, listas de especialistas, agências especializadas, ou pontos de contato nacionais para a remoção de restos explosivos de guerra e, de forma voluntária, informações técnicas sobre os tipos de munições explosivas pertinentes.

6. As Altas Partes Contratantes podem apresentar solicitações de assistência, apoiadas por informações pertinentes, às Nações Unidas, a outros organismos apropriados, ou a outros Estados. Estas solicitações podem ser apresentadas ao Secretário-Geral das Nações Unidas, que as transmitirá a todas as Altas Partes Contratantes e aos organismos internacionais e organizações não-governamentais pertinentes.

7. No caso de solicitações feitas às Nações Unidas, o Secretário-Geral das Nações Unidas, dentro dos recursos de que disponha, poderá tomar as medidas cabíveis para avaliar a situação e, em cooperação com a Alta Parte Contratante solicitante e outras Altas Partes Contratantes com responsabilidade tal como estabelecida no Artigo 3 acima, recomendar as providências cabíveis para a assistência. O Secretário-Geral pode também se reportar às Altas Partes Contratantes sobre estas avaliações, assim como sobre o tipo e o alcance da assistência solicitada, incluindo possíveis contribuições oriundas dos fundos de crédito estabelecidos dentro do sistema das Nações Unidas.

Artigo 9
Medidas Gerais Preventivas

1. Tendo em vista as diferentes situações e capacidades, cada Alta Parte Contratante é encorajada a tomar medidas genéricas preventivas visando reduzir a ocorrência de restos explosivos de guerra, incluindo, mas não limitados a isso, os casos referidos na parte 3 do Anexo Técnico.

2. Cada Alta Parte Contratante poderá, de forma voluntária, realizar intercâmbio de informações relacionadas aos esforços para promover e estabelecer melhores práticas, com respeito ao parágrafo 1 deste Artigo.

Artigo 10
Consultas das Altas Partes Contratantes

1. As Altas Partes Contratantes se comprometem a se consultarem e cooperarem mutuamente sobre todas as questões relacionadas à implementação deste Protocolo. Para este fim, uma Conferência das Altas Partes Contratantes deverá ser realizada conforme seja do acordo da maioria, maioria essa de não menos que dezoito Altas Partes Contratantes.

2. O trabalho das Conferências das Altas Partes Contratantes deverá incluir:

a) revisão do status e da operação deste Protocolo;

b) considerações sobre assuntos pertinentes à implementação nacional deste Protocolo, incluindo emissão de relatórios e suas atualizações em bases anuais;

c) preparação de conferências de revisão.

3. Os custos das Conferências das Altas Partes Contratantes deverão ser arcados pelas Altas Partes Contratantes e Estados não parte que participem da Conferência, de acordo com a escala de avaliações das Nações Unidas devidamente ajustada.

Artigo 11
Cumprimento

1. Cada Alta Parte Contratante deverá determinar que suas forças armadas e agências ou departamentos pertinentes emitam instruções e procedimentos operacionais apropriados, e que seu pessoal receba treinamento consistente com as estipulações pertinentes deste Protocolo.

2. As Altas Partes Contratantes se comprometem a se consultarem e cooperarem mutuamente, bilateralmente, por meio do Secretário-Geral das Nações Unidas, ou por meio de outros procedimentos internacionais apropriados, para resolver quaisquer problemas que possam surgir em relação à interpretação e aplicação das estipulações desse Protocolo.

Anexo Técnico

Este Anexo Técnico contém melhores práticas sugeridas para atingir os objetivos contidos nos Artigos 4, 5 e 9 deste Protocolo. Este Anexo Técnico será implementado pelas Altas Partes Contratantes de forma voluntária.

1. Registro, arquivamento e liberação de informação para Munição Não Explodida (MNE) e Munição Explosiva Abandonada (MEA)

a) Registro de informações: Com referência a munição explosiva que possa se tornar uma MNE, um Estado deverá se empenhar para registrar as seguintes informações com a maior precisão possível:

i) a localização das áreas que tenham sido alvo de munições explosivas;

ii) o número aproximado de munições explosivas usadas nas áreas citadas em (i)

iii) o tipo e a natureza das munições explosivas usadas nas áreas citadas em (i)

iv) a localização geral de MNE conhecida e provável

Nos casos em que um Estado tenha sido obrigado a abandonar munições explosivas durante as operações bélicas, o mesmo deverá se esforçar para deixar a MEA de uma forma segura e registrar informações sobre esses armamentos, da seguinte forma:

v) a localização da MEA;

vi) a quantidade aproximada de MEA em cada local específico;

vii) os tipos de MEA em cada local específico.

b) Arquivamento de Informações: nos casos em que um Estado tiver realizado registros em conformidade com o parágrafo a), estes deverão ser arquivados de modo a permitir a busca e subseqüente liberação, em conformidade com o parágrafo c).

c) Liberação de Informações: as informações registradas e arquivadas por um Estado de acordo com os parágrafos a) e b) deverão, levando-se em conta os interesses de segurança e outras obrigações do Estado que fornece as informações, ser liberadas de acordo com as seguintes disposições:

i) Conteúdo:

Sobre MNE, a informação liberada deverá conter detalhes sobre:

1) a localização geral de MNE conhecida e provável;

2) os tipos e número aproximado de munições explosivas usadas nas áreas alvejadas;

3) o método para identificação de uma munição explosiva, incluindo cor, tamanho, formato e outros sinais relevantes;

4) o método para a eliminação segura das munições explosivas.

Sobre a MEA a informação liberada deverá conter detalhes sobre:

5) a localização da MEA;

6) o número aproximado de MEA em cada local específico;

7) os tipos de MEA em cada local específico;

8) o método para identificação de uma munição explosiva, incluindo cor, tamanho e formato

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800016

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

9) informações sobre tipos e métodos de acondicionamento de MEA;

10) estado de prontidão;

11) a localização e natureza de quaisquer armadilhas conhecidas que estejam presentes na área da MEA.

ii) Destinatário: as informações deverão ser liberadas para a parte ou partes que estiverem no controle do território afetado e para aquelas pessoas ou instituições as quais o Estado que libera as informações está convencido de que estão ou estarão envolvidas com o limpeza de MNE ou MEA na área afetada, no esclarecimento da população civil sobre os riscos de MNE ou MEA.

iii) Mecanismo: um Estado deverá, quando possível, fazer uso daqueles mecanismos estabelecidos internacional ou regionalmente para a liberação de informações, tais como através do UNMAS (Serviço das Nações Unidas para Ação contra as Minas), IMSMA (Sistema de Gerenciamento de Informações sobre Ação contra as Minas) e outras agências especializadas, que tal Estado considere adequado.

iv) Momento da liberação: as informações deverão ser liberadas tão logo seja possível, levando-se em consideração assuntos tais como operações militares ou humanitárias que estejam sendo realizadas nas áreas afetadas, a disponibilidade e confiabilidade das informações e questões de segurança pertinentes.

2. Avisos, esclarecimento sobre riscos, sinalização, isolamento e monitoração Palavras Chave

a) Avisos significam o fornecimento pontual de informações de cautela para a população civil, com a intenção de minimizar os riscos causados por restos explosivos de guerra em territórios afetados.

b) Esclarecimentos sobre riscos para a população civil devem ser constituídos por programas de educação sobre risco para facilitar a troca de informações entre as comunidades afetadas, autoridades governamentais e organismos humanitários, de tal forma que as comunidades afetadas possam ser informadas sobre a ameaça de restos explosivos de guerra. Programas de educação sobre riscos são, geralmente, uma atividade de longo prazo.

Elementos de melhores práticas de avisos e educação sobre riscos

c) Todos os programas de avisos e educação sobre riscos deverão, sempre que possível, levar em conta os padrões nacionais e internacionais em vigor, incluindo os Padrões Internacionais de Ação contra as Minas.

d) Avisos e educação sobre riscos deverão ser fornecidos para a população civil afetada, o que inclui civis vivendo nas áreas que contém restos explosivos de guerra ou em torno delas, assim como civis em trânsito por tais áreas.

e) Os avisos deverão ser dados, tão logo seja possível, dependendo do contexto e das informações disponíveis. Um programa de educação sobre riscos deverá substituir um programa de avisos tão logo seja possível. Avisos e educação sobre riscos deverão ser fornecidos para as comunidades afetadas o mais cedo possível.

f) As partes envolvidas em um conflito deverão utilizar-se de terceiros, tais como organizações internacionais e organizações não-governamentais, quando não possuírem recursos e conhecimentos necessários para aplicar um programa eficiente de educação sobre riscos.

g) As partes envolvidas em um conflito deverão fornecer, se possível, recursos adicionais para avisos e programa de educação sobre riscos. Tais itens podem incluir: fornecimento de apoio logístico, produção de materiais didáticos sobre o assunto, apoio financeiro e informações cartográficas gerais.

Sinalização, isolamento e monitoração de restos explosivos de guerra

h) Quando possível, a qualquer momento durante ou após um conflito, onde existirem restos explosivos de guerra, as partes envolvidas em um conflito deverão, o mais brevemente possível e da forma mais abrangente possível, assegurar-se que as áreas contendo restos explosivos de guerra estejam sinalizadas, isoladas e monitoradas de forma a assegurar a exclusão eficiente de civis, de acordo com as seguintes disposições.

i) Sinais de aviso baseados nos métodos de sinalização reconhecidos pela comunidade afetada deverão ser utilizados na sinalização de áreas de risco suspeitas. Os sinais e outras marcas sinalizadoras dos limites da área de risco deverão, tanto quanto possível, ser visíveis, legíveis, duráveis e resistentes aos efeitos do ambiente, e deverão identificar claramente qual dos lados da linha divisória é considerado como estando dentro de uma área afetada por restos explosivos de guerra e qual lado é considerado seguro.

j) Deverá ser estabelecida uma estrutura apropriada, responsável pelo monitoramento e pela manutenção de sistemas de sinalização permanentes e temporários, integrada aos programas nacionais e locais de educação sobre riscos.

3. Medidas preventivas genéricas

Ao produzir ou adquirir munições explosivas, os Estados deverão, da forma mais abrangente e apropriada possível, aplicar esforços para assegurar-se que as seguintes medidas serão implementadas e respeitadas durante o ciclo de vida de munições explosivas.

a) Gestão da Fabricação de Munições

i) Os processos de produção deverão ser projetados com vistas a atingir maior confiabilidade das munições.

ii) Os processos de produção deverão estar sujeitos a medidas certificadas de controle de qualidade.

iii) Durante a produção de munições explosivas, deverão ser aplicados padrões certificados e internacionalmente reconhecidos de garantias de qualidade.

iv) Testes de aceitação deverão ser realizados por meio de provas de fogo real em diversas condições ou por meio de outros processos validados.

v) Padrões de alta confiabilidade deverão ser exigidos em transações ou transferências de munições explosivas.

b) Gestão de munições

De forma a assegurar o melhor grau possível de confiabilidade de longo prazo para as munições explosivas, os Estados são instados a aplicar as normas de melhores práticas e procedimentos operacionais relacionados à sua armazenagem, transporte, armazenagem em campo e manuseio de acordo com as seguintes orientações.

i) Munições explosivas, quando for necessário, deverão ser armazenadas em instalações seguras ou recipientes apropriados que possam proteger as munições explosivas e seus componentes em uma atmosfera controlada, se necessário.

ii) Um Estado deverá transportar munições explosivas entre as instalações de produção e instalações de armazenagem e o campo de maneira a minimizar os danos às munições explosivas.

iii) Um Estado deverá se utilizar de recipientes adequados e ambientes controlados, quando for necessário, ao estocar e transportar munições explosivas.

iv) O risco de explosões em paióis deverá ser minimizado com o uso de arranjos adequados de estocagem.

v) Os Estados deverão aplicar procedimentos adequados para a catalogação, rastreio e testes, que devem incluir informações sobre a data de fabricação de cada número, lote ou grupo de munições explosivas, e informações sobre os lugares onde as munições explosivas têm estado, as condições em que foram armazenadas e a quais fatores ambientais estiveram expostas.

vi) As munições explosivas armazenadas deverão, quando for apropriado, passar periodicamente por testes de fogo real para se assegurar de que as armas e munições funcionam conforme o desejado.

vii) Sub-montagens de munições explosivas armazenadas deverão, quando for apropriado, passar por testes de laboratório para se assegurar de que as armas e munições funcionam conforme o desejado.

viii) Quando for necessário, medidas apropriadas deverão ser tomadas como resultado das informações adquiridas com as atividades de registro, rastreio e testes, incluindo ajustes à vida útil esperada dos armamentos, de forma a manter a confiabilidade das munições explosivas estocadas.

c) Treinamento

O treinamento adequado de todo pessoal envolvido no manuseio, transporte e uso de munições explosivas é fator importante na busca por assegurar a confiabilidade das operações conforme o pretendido. Os Estados deverão, portanto, adotar e manter programas de treinamento adequados para assegurar-se de que o pessoal seja adequadamente treinado com respeito às munições com as quais terão que lidar.

d) Transferência

Um Estado que planeje transferir munição explosiva para outro Estado que já não seja possuidor daquele tipo de munição explosiva deverá envidar esforços no sentido de assegurar que o Estado que vai receber aquele tipo de munição explosiva tenha a capacidade para estocar, manter e usar aqueles explosivos corretamente.

e) Produção Futura

Um Estado deverá examinar as formas e meios para aperfeiçoar a confiabilidade das munições explosivas que pretende produzir ou adquirir, com vistas a obter a maior confiabilidade possível.

DECRETO Nº 9.234, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017

Altera o Decreto nº 9.009, de 23 de março de 2017, para prorrogar o remanejamento, em caráter temporário, de cargos em comissão para a Casa Civil da Presidência da República.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso VI, alínea "a", da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º O Decreto nº 9.009, de 23 de março de 2017, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 3º Ficam remanejados, da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão para a Casa Civil da Presidência da República, até 31 de dezembro de 2018, os seguintes cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS:
....." (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 7 de dezembro de 2017; 196º da Independência e 129º da República.

MICHEL TEMER
Dyogo Henrique de Oliveira

Presidência da República

DESPACHOS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nº 505, de 7 de dezembro de 2017.

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição, decidi vetar parcialmente, por contrariedade ao interesse público, o Projeto de Lei de Conversão nº 34, de 2017 (MP nº 785/17), que "Altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, a Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009, a Medida Provisória nº 2.156-5, de 24 de agosto de 2001, a Medida Provisória nº 2.157-5, de 24 de agosto de 2001, a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), a Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, a Lei nº 9.766, de 18 de dezembro de 1998, a Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, a Lei nº 12.688, de 18 de julho de 2012, e a Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013; e dá outras providências".

Ouvida, a Casa Civil da Presidência da República manifestou-se pelo veto ao seguinte dispositivo:

§ 2º do art. 5º-A da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, alterado pelo art. 1º do projeto de lei de conversão

"§ 2º A adesão ao Programa Especial de Regularização do Fies ocorrerá por meio de requerimento a ser apresentado até o dia 31 de setembro de 2017 e abrangerá os débitos indicados pelo financiado."

Razão do veto

"Visando tornar efetivo o Programa Especial criado pelo projeto de lei, de modo a se permitir a adesão ao mesmo pelos interessados, torna-se imperioso o veto do dispositivo, tendo em vista que o prazo limite nele previsto refere-se a data inexistente e que já expirou."

Os Ministérios do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e da Educação opinaram pelo veto ao dispositivo a seguir transcrito:

Art. 11

"Art. 11. A Lei no 12.688, de 18 de julho de 2012, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 3º .....
.....

§ 1º .....
.....

IV - a ampliação da oferta de bolsas de estudo integrais para estudantes de graduação presencial nas instituições de educação superior participantes do programa.
....." (NR)

"Art. 13. .....
.....

§ 1º A concessão de bolsas de estudo de que trata o **caput** deste artigo atenderá ao requisito previsto no art. 3ª da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, e às demais condições estabelecidas pelo Ministério da Educação, eliminada a etapa final de seleção pelos critérios das instituições de educação superior, admitindo-se a concessão a brasileiros não portadores de diploma de curso de graduação cuja renda familiar mensal **per capita** não exceda 3 (três) salários-mínimos.

....." (NR)"

Razão do veto

"O dispositivo pode levar à interpretação ampliativa do **caput** do artigo 13 e à consequente redução do pagamento em espécie de dívidas tributárias, com potencial redução de receitas e comprometimento do orçamento do Ministério da Educação."

Essas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar os dispositivos acima mencionados do projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Nº 506, de 7 de dezembro de 2017. Restituição ao Congresso Nacional de autógrafos do projeto de lei que, sancionado, se transforma na Lei nº 13.531, de 7 de dezembro de 2017.

Nº 507, de 7 de dezembro de 2017. Restituição ao Congresso Nacional de autógrafos do projeto de lei que, sancionado, se transforma na Lei nº 13.532, de 7 de dezembro de 2017.

CASA CIVIL

IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 313, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2017

Institui a Ouvidoria no âmbito da Imprensa Nacional e aprova seu Regimento Interno.

O DIRETOR-GERAL DA IMPRENSA NACIONAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 5°, inciso II e o art. 20, do Regimento Interno, aprovado pela Portaria nº 147, de 9 de março de 2006, alterado pela Portaria nº 446, de 26 de junho de 2008, da Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, e tendo em vista o que dispõe inciso I do § 3º do art. 37 da Constituição Federal de 1988 e a Instrução Normativa nº 1 da Ouvidoria-Geral da União da Controladoria-Geral da União, de 05 de novembro de 2014, resolve:

Art. 1º Fica instituída a Ouvidoria no âmbito da Imprensa Nacional e aprovado seu Regimento Interno, na forma do Anexo a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Portaria-IN nº 99, de 27 de maio de 2004.

PEDRO BERTONE

ANEXO

REGIMENTO INTERNO DA OUVIDORIA

DA OUVIDORIA

CATEGORIA E COMPETÊNCIA

Art. 1º À Ouvidoria, órgão setorial da Controladoria-Geral da União, compete receber, examinar e dar encaminhamento a reclamações, elogios, sugestões e denúncias referentes a procedimentos e ações de agentes e órgãos, no âmbito da Imprensa Nacional.

Art. 2º A Ouvidoria será coordenada por um Ouvidor, cujas funções serão providas na forma da legislação pertinente.

Art. 3º O ocupante do cargo previsto no artigo anterior será substituído, em suas faltas ou impedimentos, por servidor por ele indicado e previamente designado na forma da legislação específica.

ATRIBUIÇÕES DO DIRIGENTE

Art. 4º Ao Ouvidor incumbe:

I - assessorar diretamente o Diretor-Geral no âmbito de sua atuação;

II - gerir o sistema SIC em atendimento à Lei de Acesso à Informação (LAI);

III - planejar, dirigir, coordenar, orientar a execução, acompanhar e avaliar as atividades de sua respectiva unidade;

IV - estabelecer canais de comunicação que venham agilizar as respostas às manifestações recebidas, agindo com transparência, imparcialidade e justiça, junto as unidades da Imprensa Nacional;

V - apresentar, periodicamente, relatórios de atividades e pesquisas de nível de satisfação da Ouvidoria;

VI - providenciar respostas às manifestações recebidas pela Ouvidoria, acompanhar as providências adotadas e, se necessário, promover entendimentos na busca de soluções por parte das unidades da Imprensa Nacional;

VII - ouvir e orientar os cidadãos em suas manifestações relativas às reclamações, denúncias, elogios ou sugestões sobre os serviços prestados pela Imprensa Nacional;

VIII - disseminar formas de participação popular no acompanhamento da prestação de serviços públicos pela Imprensa Nacional;

IX - zelar pela qualidade do registro das manifestações, que visem à plena comunicação, interna e externa, sobre o andamento dessas manifestações;

X - manter sigilo sobre as informações levadas a seu conhecimento, no exercício de suas funções; e

XI - representar a Imprensa Nacional junto a entidades e organizações, internas e externas e em fóruns relacionados às atividades de Ouvidoria.

PORTARIA Nº 315, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2017

Institui Comissão de Avaliação e Validação das Respostas das áreas técnicas da Imprensa Nacional aos pedidos de acesso à informação no âmbito da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e dá outras providências.

O DIRETOR-GERAL DA IMPRENSA NACIONAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 5°, inciso II, do Regimento Interno, aprovado pela Portaria nº 147, de 9 de março de 2006, alterado pela Portaria nº 446, de 26 de junho de 2008, da Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, e tendo em vista o que dispõe na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, resolve:

Art. 1º Fica instituída a Comissão de Avaliação e Validação (CAV) das respostas das áreas técnicas da Imprensa Nacional às solicitações de acesso à informação no âmbito da Lei nº 12.527, de 2011, com as seguintes atribuições:

I - opinar sobre as informações produzidas pelas áreas técnicas em respostas às solicitações de acesso à informação; e

II - validar, por meio do seu Coordenador, as respostas das áreas técnicas às solicitações de acesso à informação.

Art. 2º A Comissão será formada por 3 (três) representantes, titular e suplente, designados pelos titulares da Diretoria-Geral, Assessoria de Controle Interno, e Ouvidoria.

Parágrafo único. A coordenação da Comissão ficará a cargo do representante da Diretoria-Geral.

Art. 3º A Comissão poderá deliberar por meio eletrônico ou presencialmente, a critério de seu coordenador, cabendo a ele o voto de desempate.

Parágrafo único - As reuniões da Comissão serão registradas em Ata, exceto quando não ocorrerem presencialmente, ocasião na qual o Coordenador poderá optar por arquivar os correios eletrônicos que representem as discussões e decisões tomadas.

Art. 4º Os representantes das áreas técnicas da IN, titulares e suplentes, responsáveis pela aprovação e encaminhamento das informações de suas respectivas áreas à CAV, serão os Coordenadores-Gerais e seus respectivos suplentes.

Art. 5º Os representantes de que trata o art. 4º deverão indicar, diretamente à Ouvidoria, servidores responsáveis pelo trâmite interno das referidas solicitações de acesso à informação em suas respectivas áreas.

Art. 6º O trâmite das solicitações de acesso à informação via LAI será feito por meio de Sistema, gerenciado pela Ouvidoria, e obedecerá ao fluxo estabelecido no Anexo Único desta Portaria.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PEDRO BERTONE

ANEXO I

FLUXO DO TRÂMITE DE SOLICITAÇÃO DE ACESSO À INFORMAÇÃO

1 - Solicitação do Cidadão

O cidadão solicita o acesso à informação à IN pelos possíveis meios:

- Pessoalmente: a Ouvidoria recebe o cidadão e faz a inclusão da solicitação no SIC/IN;

- Pelo e-mail do SIC/IN: sic@in.gov.br;

- Pelos Correios: o protocolo registra e encaminha a solicitação à Ouvidoria, que a inclui no SIC/IN;

- Pelo telefone da Ouvidoria (número indicado no site da IN): nesse caso, a Ouvidoria orienta o cidadão a fazer a solicitação por meio do SIC/IN. Na impossibilidade do cidadão ter acesso à internet, a Ouvidoria faz a inclusão no SIC/IN; e

- Pelo Sistema E-SIC: a solicitação é recebida via sistema CGU, que migra para o SIC/IN.

2 - SIC/IN - Sistema gerenciado pela Ouvidoria da IN

Ao receber a solicitação de acesso à informação, a Ouvidoria verificará as seguintes situações:

a) Se a informação solicitada não for de competência da IN, a Ouvidoria deverá indicar o órgão ou entidade que a detém ou remeter o requerimento a esse órgão ou entidade, cientificando o interessado da remessa de sua solicitação, encerrando-se o processo; e

b) Se a informação solicitada for de competência da IN, o trâmite da solicitação deverá obedecer os seguintes passos:

Primeiro: A Ouvidoria analisará o assunto e, na mesma data de recebimento, enviará a solicitação à área técnica, que deverá, no prazo máximo de 24 horas, confirmar se o assunto é ou não de sua competência;

Segundo: Se a área técnica informar que o assunto não é de sua competência, a Ouvidoria deverá fazer novo encaminhamento à área correta, que também deverá, no prazo máximo de 24 horas, confirmar se o assunto é ou não de sua competência;

Terceiro: Sendo confirmada a competência, a área técnica deverá responder a referida solicitação no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data de recebimento, encaminhando a resposta para avaliação e validação da CAV;

Obs.: Na elaboração da resposta, em casos de dúvidas ou apreciações de situações jurídicas, a área técnica poderá submeter o assunto à análise da CAV, via e-mail institucional (cav@in.gov.br).

Quarto: A CAV deverá, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, analisar, sugerir alterações (se for o caso) e validar a resposta, encaminhando-a à Ouvidoria para remessa ao cidadão; e

Quinto: A Ouvidoria encaminhará a resposta ao cidadão, não ultrapassando o prazo legal de 20 (vinte) dias, encerrando o processo com o arquivamento dos documentos gerados.

Obs.: Em caso de negativa ao acesso à informação, as áreas técnicas deverão atentar-se quanto à necessidade de, conforme determina o Art. 19 do Decreto 7.724/2012, incluir na resposta formulada:

a) razões da negativa de acesso e seu fundamento legal;

b) indicação da autoridade que classificou (Reservada, Secreta e Ultrassecreta) ou tomou a decisão de negar acesso (situações que envolvam dados pessoais e outros sigilos protegidos por lei), indicando a possibilidade de recurso, prazo e autoridade competente para apreciá-lo; e

c) possibilidade de apresentação de pedido de desclassificação da informação, quando for o caso, indicando a autoridade classificadora que o apreciará.

RECURSO

Recurso em 1ª instância será submetido ao Coordenador-Geral da área técnica responsável pela resposta inicial.

Recurso em 2ª instância será submetido ao Diretor-Geral da IN.

RECURSO DE 1ª INSTÂNCIA

O cidadão interpõe recurso via E-SIC que é direcionado para o SIC IN, cujo trâmite deverá obedecer os seguintes passos:

Primeiro: A Ouvidoria, na mesma data de recebimento, reabrirá a solicitação inicial e encaminhará o recurso à área técnica responsável pela formulação da resposta inicial;

Segundo: A área técnica deverá responder o referido recurso no prazo máximo de 3 (três) dias, a contar da data de recebimento, encaminhando a resposta para avaliação e validação da CAV;

Obs.: Na elaboração da resposta, em casos de dúvidas ou apreciações de situações jurídicas, a área técnica poderá submeter o assunto à análise da CAV, via e-mail institucional (cav@in.gov.br).

Terceiro: A CAV deverá, no prazo máximo de 1 (um) dia, analisar, sugerir alterações à área técnica (se for o caso) e validar a resposta, encaminhando-a à Ouvidoria para remessa ao cidadão; e

Quarto: A Ouvidoria encaminhará a resposta ao cidadão, não ultrapassando o prazo legal de 5 (cinco) dias, encerrando o processo com o arquivamento dos documentos gerados.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800018

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RECURSO DE 2ª INSTÂNCIA

O cidadão interpõe recurso via E-SIC que é direcionado para o SIC IN, cujo trâmite deverá obedecer os seguintes passos:

Primeiro: A Ouvidoria, na mesma data de recebimento, reabrirá a solicitação inicial e encaminhará o recurso ao Gabinete do Diretor-Geral;

Segundo: O Gabinete do Diretor-Geral deverá responder o referido recurso no prazo máximo de 3 (três) dias, a contar da data de recebimento, encaminhando a resposta para avaliação e validação da CAV;

Terceiro: A CAV deverá, no prazo máximo de 1 (um) dia, analisar, sugerir alterações (se for o caso) e validar a resposta, encaminhando-a à Ouvidoria para remessa ao cidadão; e

Quarto: A Ouvidoria encaminhará a resposta ao cidadão, não ultrapassando o prazo legal de 5(cinco) dias, encerrando o processo com o arquivamento dos documentos gerados.

PORTARIA Nº 316, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA IMPRENSA NACIONAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 5°, inciso II, do Regimento Interno, aprovado pela Portaria nº 147, de 9 de março de 2006, alterado pela Portaria nº 446, de 26 de junho de 2008, da Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, e tendo em vista o que dispõe na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, resolve:

Art. 1º Designar a OUVIDORIA da Imprensa Nacional como unidade responsável para exercer as atividades operacionais do SIC.

Art. 2º Designar os Coordenadores-Gerais e os Coordenadores, assim como seus respectivos substitutos, como respondentes responsáveis, junto à Ouvidoria, referente às demandas provenientes do e-SIC e do e-OUV.

Art. 3º Ficam revogados os artigos 3º e 4º da Portaria nº 109, de 10 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União nº 91, de 11 de maio de 2012, Seção 2.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PEDRO BERTONE

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM GOIÁS

PORTARIA Nº 24, DE 26 DE SETEMBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA DO ESTADO DE GOIÁS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VIII do Art. 130 do Regimento Interno do INCRA, aprovado pela Portaria/INCRA/P/nº 49 de 31 de janeiro de 2017, publicada no DOU nº 23 de 01 de fevereiro de 2017, bem como a norma de execução vigente que rege a matéria de reconhecimento de indivíduos ou famílias; e

Considerando que a reforma agrária visa promover a melhor distribuição de terra mediante modificações no regime de posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social, desenvolvimento rural sustentável, aumento de produção e promoção social, conforme preconiza o Plano Nacional de Reforma Agrária - PNRA;

Considerando o disposto contido na Portaria INCRA/P nº 175, de 19 de abril de 2016, publicada no DO de 20 de abril de 2016, para reconhecimento de indivíduos ou famílias quilombolas para fins de acesso às políticas do PNRA; resolve:

Art. 1º Reconhecer (41) famílias da Comunidade Tomás Cardoso, código SIPRA nº GOO444000, localizada nos municípios de Barro Alto e Santa Rita do Novo Destino, Estado Goiás, pertencente ao Território Quilombola TOMAS CARDOSO.

Art. 2º O procedimento de seleção das famílias candidatas a beneficiários ao PNRA, ora reconhecidos pelo INCRA, estarão submetidos aos critérios de vedação contidos no artigo 20 da Lei nº 8.629/93.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

EURÍPEDES MALAQUIAS DE SOUZA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM PERNAMBUCO

PORTARIA Nº 24, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA NO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VIII do Art. 130 do Regimento Interno do INCRA, aprovado pela Portaria/INCRA/P/nº 49 de 31 de janeiro de 2017, publicada no DOU nº 23 de 01 de fevereiro de 2017.

Considerando a necessidade de dar destinação ao imóvel rural denominado Engenho Penanduba, com área de 565,4280 ha, localizado no município de Jaboatão dos Guararapes, no estado de Pernambuco, declarado de interesse social para fins de reforma agrária através do decreto de 08/10/1996, cuja imissão de posse se deu em 22/11/2016, em conformidade com o registro contábil no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União - SPIUnet, conta 12321.01.00 - status em processo de incorporação.

Considerando que os órgãos técnicos específicos desta Superintendência Regional procederam a análise no processo administrativo INCRA/SR(03)PE/N.º 54000.017807/2017-67 e decidiram pela regularidade da proposta, de acordo com os atos normativos que regulamentam a matéria. Resolve:

Art. 1º. Aprovar a proposta de destinação para assentamento de trabalhadores rurais do imóvel acima citado que prevê a criação de 55 (cinquenta e cinco) unidades agrícolas familiares, de acordo com o anteprojeto de parcelamento elaborado.

Art. 2º. Determinar a Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária - SR(03)/F desta Superintendência Regional que proceda a atualização cadastral do imóvel no Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) e inclusão do arquivo gráfico relativo ao perímetro na base dos dados cartográficos.

Art. 3º. Criar o Projeto de Assentamento Fazenda 21, Código do SIPRA PE0419000, área de 565,4280 ha (quinhentos e sessenta e cinco hectares, quarenta e dois ares e oitenta centiares), localizado no município de Jaboatão dos Guararapes, estado do Pernambuco, a ser implantado por esta Superintendência Regional, em articulação com as Diretorias desta Instituição.

Art. 4º. Providenciar a comunicação à Prefeitura Municipal acerca da criação deste Projeto de Assentamento, para inclusão das famílias no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico).

Art. 5º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

HELIODORO DALTINO JERÔNIMO SANTOS

RETIFICAÇÃO

Na Portaria INCRA/SR(03)/nº 021, de 29 de junho de 2009, publicada do DOU de 03 de julho de 2009, que criou o Projeto de Assentamento Riacho Seco, Código SIPRA PE0383000, **onde se lê:** área de 2.561,6410 ha (dois mil e quinhentos e sessenta e um hectares, sessenta e quatro ares e dez centiares), **leia-se:** 2.649,0560 ha (dois mil, seiscentos e quarenta e nove hectares, cinco ares e sessenta centiares).

INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

DESPACHO

Processo n° 99990.000740/2017-54
Interessado: AR QUEIROZ E MANTOVAN

DEFIRO do pedido de alteração do nome de AR QUEIROZ E MANTOVAN para AR CERTIFAST e pelo deferimento da alteração de endereço da IT CERTIFAST da AR CERTIFAST, vinculada às AC CERTISIGN MÚLTIPLA, AC CERTISIGN JUS, AC CERTISIGN RFB e AC BR RFB, que funcionará na Rua José Versolato, 111, Sala 3610, Centro, São Bernardo do Campo/SP.

GASTÃO JOSÉ DE OLIVEIRA RAMOS
Diretor-Presidente

SECRETARIA ESPECIAL DE AGRICULTURA FAMILIAR E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

PORTARIA Nº 674, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO ESPECIAL DE AGRICULTURA FAMILIAR E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto na lei 10.420, de 10 de abril de 2002 e no Decreto 4.962, de 22 de janeiro de 2004, e considerando que os pagamentos de benefícios seguem às condições vigentes na data de adesão do agricultor, conforme o artigo 9º do Decreto 4.962/2004, de 22 de janeiro de 2004, resolve:

Art. 1º Autorizar o pagamento dos benefícios relativos a 2016/2017 aos agricultores (as) que aderiram ao Garantia-Safra nos municípios constante no anexo.

Art. 2º Os pagamentos serão realizados a partir do mês de dezembro 2017, nas mesmas datas definidas pelo calendário de pagamento de benefícios sociais da Caixa Econômica Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JEFFERSON CORITEAC

ANEXO

(Safra 2016/2017)

UF	Município	IBGE
BA	Abaíra	2900108
BA	América Dourada	2901155
BA	Anagé	2901205
BA	Andaraí	2901304
BA	Barra da Estiva	2902807
BA	Barra do Mendes	2903003
BA	Barreiras	2903201
BA	Barro Alto	2903235
BA	Belo Campo	2903508
BA	Boa Vista do Tupim	2903805
BA	Bom Jesus da Lapa	2903904
BA	Bom Jesus da Serra	2903953
BA	Boninal	2904001
BA	Botuporã	2904209
BA	Brumado	2904605
BA	Buritirama	2904753
BA	Caculé	2905008
BA	Caetanos	2905156
BA	Caetité	2905206
BA	Cafarnaum	2905305
BA	Campo Alegre de Lourdes	2905909
BA	Campo Formoso	2906006
BA	Canápolis	2906105
BA	Candiba	2906600
BA	Cândido Sales	2906709
BA	Canudos	2906824
BA	Carinhanha	2907103
BA	Casa Nova	2907202
BA	Caturama	2907558
BA	Central	2907608
BA	Condeúba	2908705
BA	Cordeiros	2909000
BA	Coribe	2909109
BA	Curaçá	2909901
BA	Dom Basílio	2910107
BA	Encruzilhada	2910404
BA	Feira da Mata	2910776
BA	Formosa do Rio Preto	2911105
BA	Guajeru	2911659
BA	Guanambi	2911709
BA	Iaçu	2911907
BA	Ibiassucê	2912004
BA	Ibipeba	2912400
BA	Ibipitanga	2912509
BA	Ibiquera	2912608
BA	Ibitiara	2913002
BA	Ibititá	2913101
BA	Ibotirama	2913200
BA	Igaporã	2913408
BA	Iramaia	2914307
BA	Iraquara	2914406
BA	Irecê	2914604
BA	Itaberaba	2914703
BA	Itaeté	2915007
BA	Itaguaçu da Bahia	2915353
BA	Itiruçu	2916906
BA	Iuiú	2917334
BA	Jacaraci	2917409
BA	Jaguarari	2917706
BA	João Dourado	2918357
BA	Juazeiro	2918407
BA	Jussara	2918506
BA	Jussiape	2918605
BA	Lagoa Real	2918753
BA	Lajedinho	2919009
BA	Lapão	2919157
BA	Lençóis	2919306
BA	Licínio de Almeida	2919405
BA	Livramento de Nossa Senhora	2919504
BA	Macajuba	2919603
BA	Macaúbas	2919801
BA	Macururé	2919900
BA	Maetinga	2919959
BA	Malhada	2920205
BA	Malhada de Pedras	2920304
BA	Manoel Vitorino	2920403
BA	Maracás	2920502

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800019

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

BA	Marcionílio Souza	2920809
BA	Matina	2921054
BA	Mirangaba	2921401
BA	Mirante	2921450
BA	Morpará	2921609
BA	Morro do Chapéu	2921708
BA	Mortugaba	2921807
BA	Mulungu do Morro	2922052
BA	Muquém de São Francisco	2922250
BA	Nova Redenção	2922854
BA	Oliveira dos Brejinhos	2923209
BA	Palmas de Monte Alto	2923407
BA	Paramirim	2923605
BA	Paratinga	2923704
BA	Pindaí	2924504
BA	Piripá	2924702
BA	Planaltino	2924900
BA	Planalto	2925006
BA	Poções	2925105
BA	Presidente Dutra	2925600
BA	Presidente Jânio Quadros	2925709
BA	Remanso	2926004
BA	Riachão das Neves	2926202
BA	Riacho de Santana	2926400
BA	Rio do Antônio	2926806
BA	Rio do Pires	2926905
BA	Ruy Barbosa	2927200
BA	Santa Maria da Vitória	2928109
BA	São Félix do Coribe	2929057
BA	São Gabriel	2929255
BA	Seabra	2929909
BA	Sebastião Laranjeiras	2930006
BA	Serra do Ramalho	2930154
BA	Serra Dourada	2930303
BA	Sítio do Mato	2930758
BA	Souto Soares	2930808
BA	Tabocas do Brejo Velho	2930907
BA	Tanque Novo	2931053
BA	Tremedal	2931806
BA	Uauá	2932002
BA	Uibaí	2932408
BA	Umburanas	2932457
BA	Urandi	2932606
BA	Utinga	2932804
BA	Várzea Nova	2933158
BA	Vitória da Conquista	2933307
BA	Wagner	2933406
BA	Xique-Xique	2933604
CE	Morada Nova	2308708
MG	Bocaiúva	3107307
MG	Botumirim	3108503
MG	Leme do Prado	3138351
MG	Medina	3141405
PI	Anísio de Abreu	2200707
PI	Betânia do Piauí	2201739
PI	Bonfim do Piauí	2201929
PI	Campinas do Piauí	2202109
PI	Conceição do Canindé	2202802
PI	Dom Inocêncio	2203453
PI	Jacobina do Piauí	2205151
PI	João Costa	2205359
PI	Paulistana	2207801
PI	São Braz do Piauí	2209559
PI	São Lourenço do Piauí	2210359
PI	São Miguel do Fidalgo	2210391
PI	São Raimundo Nonato	2210607
PI	Tamboril do Piauí	2210953
PI	Várzea Branca	2211357

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

PORTARIA Nº 402, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017

Dá nova redação ao art. 3ª da Portaria AGU nº 549, de 29 de agosto de 2016.

A **ADVOGADA-GERAL DA UNIÃO**, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e XVIII do art. 4ª da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, resolve:

Art. 1º O art. 3ª da Portaria AGU 549, de 29 de agosto de 2016, publicada no Diário Oficial da União nº 167, de 30 de agosto de 2016, Seção 1, pág. 5, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º Podem ser contemplados com financiamento de estudos os Advogados da União, Procuradores Federais, Procuradores da Fazenda Nacional, Procuradores do Banco Central, integrantes do quadro suplementar previsto no art. 46 da Medida Provisória nº 2.229-43, de 06 de setembro de 2001 e servidores administrativos, que estiverem em efetivo exercício na Advocacia-Geral da União ou em seus Órgãos Vinculados. "

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GRACE MARIA FERNANDES MENDONÇA

PORTARIA Nº 405, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017

Dispõe sobre a carteira de identidade funcional dos servidores administrativos em exercício na Advocacia-Geral da União.

A ADVOGADA-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 4º e 52 da Lei Complementar no 73, de 10 de fevereiro de 1993, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.703, de 15 de fevereiro de 2006, art. 38, § 5º, da Lei nº 13.327, de 29 de julho de 2016, e considerando o que consta no Processo 00404.005053/2017-21, resolve:

Art. 1º Adotar as características, especificadas em anexo, da carteira de identidade funcional dos servidores administrativos em exercício na Advocacia-Geral da União.

Art. 2º A aposentadoria, exoneração, demissão ou qualquer forma de cessação do exercício do agente público torna nula, de pleno direito, a identidade funcional expedida, obrigando o identificado a restituí-la à Advocacia-Geral da União.

Art. 3º Em caso de extravio ou roubo, o agente público fica obrigado a comunicar imediatamente a ocorrência à Advocacia-Geral da União.

Art. 4º A Secretaria-Geral de Administração adotará as providências para a contratação de empresa especializada em prestação de serviços para a emissão das carteiras de identidade funcional de acordo com o modelo.

Parágrafo único. Ficam mantidas as características previstas na Portaria nº 1.649, de 6 de dezembro de 2007, enquanto não formalizada a contratação de que trata o *caput*.

Art. 5ª Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GRACE MARIA FERNANDES MENDONÇA

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

GABINETE DO MINISTRO

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 36, DE 8 DE SETEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, tendo em vista a previsão contida no art. 28-A, §§ 6º e 7º, da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, considerando o disposto no Decreto nº 8.852, de 20 de setembro de 2016, o que está previsto na Instrução Normativa nº 44, de 2 de outubro de 2007, e o que consta do Processo nº 21000.035819/2017-14, resolve:

Art. 1º Reconhecer os Estados do Amapá, Amazonas e zona de proteção do Pará como zona livre de Febre Aftosa com vacinação.

§ 1º A zona de proteção do estado do Pará é composta pelos municípios de Afuá, Breves, Faro, Gurupá, Melgaço e Terra Santa; as partes do município de Chaves localizadas na região do Rio Croarí e, ainda, as ilhas deste município; parte do município de Juruti, composta pela região localizada a oeste da ferrovia ALCOA e a região do Rio Mamuru, na divisa com o Estado do Amazonas.

§ 2º A zona livre reconhecida neste artigo será submetida à Organização Mundial de Saúde Animal - OIE para reconhecimento internacional.

Art. 2º O egresso de animais vivos susceptíveis à febre aftosa, seus produtos e subprodutos da zona livre referida no art. 1º e destinados à zona livre de febre aftosa com vacinação, com reconhecimento internacional, deverá cumprir os seguintes requisitos:

I - para animais susceptíveis à febre aftosa, atender ao previsto no inciso II, art. 27, da Instrução Normativa nº 44, de 2 de outubro de 2007;

II - para produtos e subprodutos obtidos de animais suscetíveis à febre aftosa, atender ao previsto no art. 34 e arts. 36 a 41 da Instrução Normativa nº 44, de 2 de outubro de 2007;

III - as provas diagnósticas previstas ficam dispensadas quando os animais forem destinados ao abate imediato; e

IV - os produtos cárneos do abate de animais citados no caput deste artigo deverão ser destinados ao mercado nacional.

Art. 3º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as Instruções Normativas SDA nº 17, de 24 de maio de 2017; SDA nº 28 de 25 de novembro de 2013, e o art. 2º da Instrução Normativa MAPA nº 16, de 16 de junho de 2014 .

BLAIRO MAGGI

PORTARIA Nº 2.346, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, tendo em vista o disposto no § 1o do art. 5o do Decreto-Lei no 79, de 19 de dezembro de 1966, alterado pela Lei no 11.775, de 17 de setembro de 2008, e o que consta do Processo nº 21000.043414/2017-50, resolve:

Art. 1º Publicar o preço mínimo básico de R$0,92/kg de uva industrial 15º glucométricos, da safra 2017/18, para os Estados das Regiões Sul, Sudeste e Nordeste, com vigência de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2018, conforme fixado pelo Conselho Monetário Nacional no Voto CMN 83, de 19 de outubro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BLAIRO MAGGI

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL NO ESTADO DO PARANÁ

PORTARIA Nº 666, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições contidas no art. 44, do Regimento Interno das SFAs, aprovado através da Portaria Ministerial nº 428, de 09 de junho de 2010, publicada no DOU no dia 14 de junho de 2010, e Portaria SE/MAPA nº 1.231 de 09 de junho de 2017, publicada no DOU no dia 16 de junho de 2017. E tendo em vista o disposto no art. 2º, do Anexo I, da Instrução Normativa nº 66, de 27 de novembro de 2006, Art. 3º, da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, e do Decreto nº 4.074, de 04 de janeiro de 2002, e o que consta no Processo nº 21034.011360/2016-95, resolve:

Art. 1° Renovar o credenciamento da empresa MANN & CIA LTDA - ME - Unidade de União da Vitória, CNPJ 00.093.600/0002-22, credenciada junto ao MAPA sob o nº BR PR 621, localizada na Rua Estanislau Glomb, 110, Ouro Verde, União da Vitória-PR, para, na qualidade de empresa prestadora de serviços de tratamentos fitossanitários com fins quarentenários no trânsito internacional de vegetais e suas partes, executar tratamentos nas modalidades de:

Tratamento Térmico (HT)

Secagem em Estufa (KD)

Art. 2° A renovação de credenciamento de que trata esta Portaria terá validade por 05 (cinco) anos, podendo ser renovado por igual período, mantido o mesmo número de credenciamento inicial, devendo a Empresa requerer a renovação por meio da apresentação de requerimento encaminhado ao Serviço de Sanidade Vegetal do Paraná em até 120 (cento e vinte) dias antes do vencimento do mesmo.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ORIO BASTOS

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL NO ESTADO DE SANTA CATARINA
DIVISÃO DE DEFESA AGROPECUÁRIA
SERVIÇO DE SANIDADE VEGETAL

PORTARIA Nº 303, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2017

A SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA EM SANTA CATARINA, designada pela Portaria Ministerial nº 1.756, de 10/08/2017, publicada no DOU de 11/08/2017, no uso das atribuições contidas no inciso XXII, art. 44, do Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, aprovado pela Portaria Ministerial nº 428, de 09 de junho de 2010, e tendo em vista o disposto no Art. 2º do Anexo I da Instrução Normativa nº 66, de 27 de novembro de 2006, Art. 4º da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, no Decreto nº 4.074, de 4 de janeiro de 2002 e o que consta no Processo nº 21050. .003084/2004-50, resolve:

Art. 1º - Renovar o credenciamento sob o número BR SC 107 da empresa ITASPURG DO BRASIL FUMIGAÇÕES E INSPEÇÕES AGRICOLAS LTDA, CNPJ nº 06.203.625/0001-37, localizada na rua Almirante Barroso 516, Centro, Itajaí/SC, para, na qualidade de empresa que realiza tratamento fitossanitário com fins quarentenários no trânsito internacional de vegetais, seus produtos, subprodutos e embalagem de madeira, executar os seguintes tratamentos: Fumigação em Contêineres (FEC-BM); Fumigação em Contêineres (FEC-Fosfina); Fumigação em Silos Herméticos (FHS-Fosfina); Fumigação em Porões de Navio (FPN-Fosfina); Fumigação sob Câmara de Lona (FCL-Fosfina); Fumigação sob Câmara de Lona (FCL-MB); e Tratamento Térmico (HT).

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800020

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 2º - O Credenciamento de que trata esta Portaria terá validade por cinco (5) anos, podendo ser renovado, mediante requerimento encaminhado à Superintendência Federal de Agricultura/SC, em até 120 (cento e vinte) dias antes do vencimento, conforme estipulado pela Instrução Normativa n° 66/2006.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

UÉLLEN LISOSKI DUARTE COLATTO

PORTARIA Nº 304, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2017

A SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA EM SANTA CATARINA, designada pela Portaria Ministerial nº 1.756, de 10/08/2017, publicada no DOU de 11/08/2017, no uso das atribuições contidas no inciso XXII, art. 44, do Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, aprovado pela Portaria Ministerial nº 428, de 09 de junho de 2010, e tendo em vista o disposto no Art. 2º do Anexo I da Instrução Normativa nº 66, de 27 de novembro de 2006, Art. 4º da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, no Decreto nº 4.074, de 4 de janeiro de 2002 e o que consta no Processo nº 21050. 003439/2006-72, resolve:

Art. 1º - Renovar o credenciamento BR SC 251 da empresa MANOEL MARCHETTI INDÚSTRIA E COMERCIO LTDA, CNPJ 84.148.436/0002-01, sito à Rua Marquês do Herval 2489, Ibirama/SC, para, na qualidade de empresa que realiza tratamento fitossanitário com fins quarentenários no trânsito internacional de vegetais, seus produtos, subprodutos e embalagens de madeiras, executar os seguintes tratamentos: Secagem em Estufa (KD) e Tratamento Térmico (HT).

Art. 2º - O Credenciamento de que trata esta Portaria terá validade por cinco (5) anos, podendo ser renovado, mediante requerimento encaminhado à Superintendência Federal de Agricultura/SC, em até 120 (cento e vinte) dias antes do vencimento, conforme Instrução Normativa n° 66/2006.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

UÉLLEN LISOSKI DUARTE COLATTO

PORTARIA Nº 305, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2017

A SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA EM SANTA CATARINA, designada pela Portaria Ministerial nº 1.756, de 10/08/2017, publicada no DOU de 11/08/2017, no uso das atribuições contidas no inciso XXII, art. 44, do Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, aprovado pela Portaria Ministerial nº 428, de 09 de junho de 2010, e tendo em vista o disposto no Art. 2º do Anexo I da Instrução Normativa nº 66, de 27 de novembro de 2006, Art. 4º da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, no Decreto nº 4.074, de 4 de janeiro de 2002 e o que consta no Processo nº 21050. .001384/2005-11, resolve:

Art. 1º - Renovar o credenciamento sob o número BR SC 141 da empresa SCHELLER INDÚSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS LTDA, CNPJ nº 76.603.315/0001-95, localizada A Rua Filemonn Zimmermann, 255, Atalanta/SC, para, na qualidade de empresa que realiza tratamento fitossanitário com fins quarentenários no trânsito internacional de vegetais, seus produtos, subprodutos e embalagem de madeira, para executar os seguintes tratamentos: Secagem em Estufa (KD) e Tratamento Térmico (HT).

Art. 2º - O Credenciamento de que trata esta Portaria terá validade por cinco (5) anos, podendo ser renovado, mediante requerimento encaminhado à Superintendência Federal de Agricultura/SC, em até 120 (cento e vinte) dias antes do vencimento, conforme Instrução Normativa n° 66/2006.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

UÉLLEN LISOSKI DUARTE COLATTO

SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

SERVIÇO NACIONAL DE PROTEÇÃO DE CULTIVARES

DECISÃO Nº 87, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2017

O Serviço Nacional de Proteção de Cultivares em cumprimento ao art. 46 da Lei nº 9.456/97, de 25 de abril de 1997, resolve tornar público o ARQUIVAMENTO do pedido de proteção da cultivar de soja (Glycine max (L.) Merr.), denominada BRSMG 772, protocolo n° 21806.000244/2013-101 apresentado por Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA e Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais - EMPAMIG, por contrariar o inciso IV do art. 3, os incisos V e VII do art.14 e com base no disposto no § 5º do art.18 da Lei nº 9.456, de 1997.

RICARDO ZANATTA MACHADO
Coordenador

DECISÃO Nº 88, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2017

O Serviço Nacional de Proteção de Cultivares, em cumprimento ao disposto no § 7° do art. 18 da Lei n° 9.456, de 25 de abril de 1997 e pelo Decreto n° 2.366, de 5 de novembro de 1997, DEFERE os pedidos de proteção de cultivar das espécies relacionadas:

ESPÉCIE	DENOMINAÇÃO DA CULTIVAR	NÚMERO DO PROTOCOLO
Chrysanthemum L.	Currant Yoirvine	21806.000129/2008
Glycine max (L.) Merr.	CD 2800	21806.000305/2013
Glycine max (L.) Merr.	CD 2792RR	21806.000177/2014
Fragaria L.	Pircinque	21806.000020/2016
Phalaenopsis Blume	MI00316	21806.000060/2016
Alstroemeria L.	Tesmass	21806.000098/2016
Alstroemeria L.	Tesmari	21806.000099/2016
Glycine max (L.) Merr.	SW ATRIA RR	21806.000172/2016
Triticum aestivum L.	IPR POTYPORÃ	21806.000234/2016
Eucalyptus spp	SUZMA2019	21806.000304/2016
Glycine max (L.) Merr.	BS2599LL	21806.000307/2016
Glycine max (L.) Merr.	ST729LL	21806.000308/2016
Prunus salicina Lindl.	SCS438 Zafira	21806.000323/2016
Triticum aestivum L.	TBIO Alpaca	21806.000034/2017
Alstroemeria L.	Zalsadeco	21806.000050/2017
Alstroemeria L.	Zanalshelen	21806.000051/2017
Alstroemeria L.	Zalice	21806.000052/2017
Alstroemeria L.	Zalsapoem	21806.000053/2017
Saccharum L.	Vertix 6	21806.000131/2017
Saccharum L.	Vertix 8	21806.000132/2017
Saccharum L.	Vertix 5	21806.000134/2017
Saccharum L.	Vertix 7	21806.000136/2017

Fica aberto o prazo de 60 (sessenta) dias para recurso, contados da publicação desta.

RICARDO ZANATTA MACHADO
Coordenador

RESOLUÇÃO Nº 18, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2017

O Secretário de Defesa Agropecuária, de acordo as atribuições que lhe confere o art. 18 do Anexo I do Decreto nº 8.852, de 20 de setembro de 2016, considerando o disposto no art. 43 da Instrução Normativa nº 37, de 5 de setembro de 2016, e o que consta do Processo nº 21000.011521/2017-19, resolve:

Art. 1º Reconhecer o Estado do Paraná como Área sob Sistema de Mitigação de Risco (SMR) para Cancro Cítrico *(Xanthomonas citri* subsp. *citri*).

Parágrafo único. Excetuam-se do disposto no *caput* os municípios de Adrianópolis, Agudos do Sul, Almirante Tamandaré, Araucária, Antonina, Balsa Nova, Bocaiuva do Sul, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Campo Magro, Cerro Azul, Colombo, Contenda, Curitiba, Doutor Ulysses, Fazenda Rio Grande, Guaraqueçaba, Guaratuba, Itaperuçu, Mandirituba, Matinhos, Morretes, Paranaguá, Pinhais, Piraquara, Pontal do Paraná, Quatro Barras, Rio Branco do Sul, São José dos Pinhais, Tijucas do Sul e Tunas do Paraná.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LUIS EDUARDO PACIFICI RANGEL

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 46, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 18 e 53 do Anexo I do Decreto nº 8.852, de 20 de setembro de 2016, tendo em vista o disposto no Decreto nº 24.114, de 12 de abril de 1934, no Decreto nº 1.355, de 30 de dezembro de 1994, no Decreto nº 5.759, de 17 de abril de 2006, na Instrução Normativa nº 23, de 2 de agosto de 2004, na Instrução Normativa nº 6, de 16 de maio de 2005, e o que consta dos Processos nº 21000.010959/2005-46 e nº 21000.019997/2017-06, resolve:

Art. 1º O Art. 2º da Instrução Normativa Nº 3, de 20 de março de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º (...)

I. - DA 1 - O envio se encontra livre de *Lecanoideus floccissimus, Aleurocanthus woglumi* e *Opsiphanes tamarindi*; e

II. - DA 14 - Os frutos de banana não apresentam risco quarentenário com respeito ao fungo *Mycosphaerella fijiensis*, considerando a aplicação do sistema integrado de medidas para diminuição do risco, oficialmente supervisionado e acordado com o país importador.

III. - DA 15 - O envio encontra-se livre de *Ralstonia solanacearum raça 2*, de acordo com o resultado de análise laboratorial, laudo nº (indicar o número da análise)." (NR) Art. 2º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

LUIS EDUARDO PACIFIC RANGEL

DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO DE INSUMOS AGRÍCOLAS

COORDENAÇÃO-GERAL DE AGROTÓXICOS E AFINS

ATO Nº 111, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017

Resumo dos pleitos concedidos de registro de acordo com o Artigo 14 do Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002.

1 - a. Nome do titular: UPL do Brasil Indústria e Comércio de Insumos Agropecuários S.A. - Ituverava/SP

b. Marca Comercial: Paclobutrazol Técnico UPL

c. Resultado do pedido: Deferido, concedido registro n° 27117, conforme processo 21000.010982/2012-60

d. Fabricante: Jiangsu Sevencontinent Green Chemical Co., Ltd. (Unit l) nº 28 Chengbei Road, Zhangjiagang 215600 Jiangsu China

e. Nome Químico: (2RS,3RS)-1-(4-chlorophenyl)-4,4-dimethyl-2-(1H-1,2,4-triazol-1-yl)pentan-3-ol

f. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica; Nome Comum: Paclobutrazol

g. Indicação de uso: Trata-se de produto técnico

h. Classificação toxicológica: III - Medianamente Tóxico

i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade Ambiental: II - Produto muito perigoso ao meio ambiente

2 - a. Nome do titular: UPL do Brasil Indústria e Comércio de Insumos Agropecuários S.A. - Ituverava/SP

b. Marca Comercial: Raksha 800 WP

c. Resultado do pedido: Deferido, concedido registro n° 27217, conforme processo 21000.004344/2010-48

d. Fabricante: UPL Ltd. - Plot nº 750 Jhagadia GIDC, Bharuch, Gujarat 393110 Índia; Formulador: UPL Ltd. - Unit nº 05, Plot nº 746 & 750, Jhagadia GIDC, Bharuch, Gujarat 393110 - Índia

e. Nome Químico: manganese ethylenebis)dithiocarbamate)(polymeric)complex with zinc salt; Nome comum: Mancozebe

f. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica

g. Indicação de uso: Indicado para as culturas de batata, cebola, citros, maçã, feijão, melão, rosa, tomate, uva.

h. Classificação toxicológica: I - Extremamente Tóxico

i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade Ambiental: III - Produto perigoso ao meio ambiente

3 - a. Nome do titular: UPL do Brasil Indústria e Comércio de Insumos Agropecuários S.A. -Ituverava/SP

b. Marca Comercial: Uthane 800 WP

c. Resultado do pedido: Deferido, concedido registro n° 27317, conforme processo 21000.004345/2010-92

d. Fabricante: UPL Ltd. - GIDC Ankeshwar Dist. Bharuch 393002 - Gujarat, Índia Formulador: UPL Ltd. - Unit nº 05, Plot nº 746 & 750, Jhagadia GIDC, Bharuch Gujarat - Índia

e. Nome Químico: manganese ethylenebis(dithiocarbamate)(polymeric)complex with zinc salt; Nome Comum: Mancozebee.

f. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800021

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

g. Indicação de uso: Indicado para as culturas de batata, cebola, citros, feijão, maçã, melão, rosa, tomate e uva.

h. Classificação toxicológica: I - Extremamente Tóxico

i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade Ambiental: III - Produto perigoso ao meio ambiente

4 - a. Nome do titular: Volcano Agrociência Indústria e Comércio de Defensivos Agrícolas Ltda. - São Paulo/SP

b. Marca Comercial: Carbendazim 500 Volcano

c. Resultado do pedido: Deferido, concedido registro n° 27417, conforme processo 21000.007683/2009-42

d. Fabricante: Jiangsu Lanfeng Biochemical Co., Ltd. - nº120 Xin"na road, 22140, Xinyi City, Jiangsu Province China; Formulador: Arysta Lifescience do Brasil Ind. Quim. Agropec. S.A. - Rod. Sorocaba Pilar do Sul, km 122, Salto de Pirapora/SP

e. Nome Químico: methyl benzimidazol-2-ylcarbamate Nome comum: Carbendazim

f. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica

g. Indicação de uso: Indicado para as culturas de algodão, citros e feijão.

h. Classificação toxicológica: III - Medianamente Tóxico

i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade Ambiental: III - Produto perigoso ao meio ambiente.

5 - a. Nome do titular: Agro Import do Brasil Ltda. - Porto Alegre/RS

b. Marca Comercial: Hexazuron

c. Resultado do pedido: Deferido, concedido registro n° 27517, conforme processo 21000.004253/2011-93

d. Fabricante: Anhui Guangxin Agrochemical Group Co., Ltd. Qingling Vilalge, Xinhang Town, 242235 Guangde County, Anhui China; Jiangsu Lanfeng Biochemical Co. Ltd. - nº 120 Xin"na Road, Xinyi, Jiangsu China; Jiangsu Lanfeng Biochemical Co. Ltd. - Suhua Road, Xinyi Economic & Technological Development Zone, 221400 Xinyi, Jiangsu China - Formulador: Jiangsu Lanfeng Biochemical Co. Ltd. - Suhua Road, Xinyi Economic & Technological Development Zone, 221400 Xinyi, Jiangsu China

e. Nome Químico: 3-cyclohexyl-6-dimethylamino-1-methyl-1,3,5-triazine-2,4(1H,3H)-dione, 3-(3,4-dichlorophenyl)-1,1-dimethylurea Nome comum: Hexazinona, Diurom

f. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica

g. Indicação de uso: Indicado para a cultura da cana de açúcar.

h. Classificação toxicológica: III - Medianamente tóxico

i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade Ambiental: II - Produto muito perigoso ao meio ambiente

6 - a. Nome do titular: UPL do Brasil Indústria e Comércio de Insumos Agropecuários S.A. - Ituverava/SP

b. Marca Comercial: Mepiquat Chloride DVA 250 SL

c. Resultado do pedido:Deferido, concedido registro n° 27617, conforme processo 21000.003230/2010-81

d. Fabricante: Nantong Agrochemical Co., Ltd. - nº 2 Mafengnam Road Matang Town, Rodong 226401 Jiangsu China - Formulador: Chemtura Indústria Química do Brasil Ltda - Rio Claro/SP; Prentiss Química Ltda - Campo Largo/PR; Tagma Brasil Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda- Paulínia/SP; Sipcam Nichino Brasil S.A. -Uberaba/MG; Servatis S.A. - Resende/RJ; Alfa Rio Química Ltda - Parque Caxias/RJ; UPL do Brasil Indústria e Comércio de Insumos Agropecuários S.A. - Ituverava/SP; AGM Argentina S.A. - Parcela 3, Cp B1630cfa,Parque Industrial de Pilar, Buenos Aires, Argentina; Jiangsu Nantong Jinling-Agrochemical Co. Ltd. Nº 2, Mafengnam Road, Matang Town 226401 Rudong, Jiangsu China; Sulphur Mills Limited - MIDC Plot nº 8, Turbhe Naka, Thane Belapur Road, Dist. Thane 400613 New Bombay, Maharashtra Índia; Sulphur Mills Limited - Plot. Nº 1904, A-18/18M, GIDC, Panoli Industrial area, Dist. Bharuch Ankleshwar, Gujarat Índia; Sulphur Mills Limited - Plot nº 1905/1928/29/30, GIDC., Panoli Industrial area, Dist. Bharuch Ankleshwar, Gujarat Índia

e. Nome Químico: 1,1-dimethylpiperidinium chloride; Nome comum: Cloreto de Mepiquate

f. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica

g. Indicação de uso: Indicado para a cultura de algodão.

h. Classificação toxicológica: III - Medianamente Tóxico

i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade Ambiental: III - Produto perigoso ao meio ambiente

7 - a. Nome do titular: Allierbrasil Agro Ltda. - São Paulo/SP

b. Marca Comercial: Marathon 800 WG

c. Resultado do pedido: Deferido, concedido registro n° 27717, conforme processo 21000.002482/2013-35

d. Fabricante: Sinochem Ningbo Chemicals Co., Ltd. - Dui Gou Gang Town (Chemical Industry Zone), Guan Nan County Lian Yun Gang, Jiangsu China - Formulador: Zhejiang Funong Botech Co., Ltd. - Latian Yongqiang, 325024, Wenzhou China; CHD"S Agrochemicals SAIC - Supercarretra km 9, Campo Tacuru, Hernandarias - Paraguai; Zhejiang Hisun Chemical Co., Ltd. - nº 97 Waisha Road, Jiaojiang District, Taizhou Zhejiang China

e. Nome Químico: (RS)-5-amino-1-(2,6-dichloro-alfa-alfa-alfa-trifluoro-p-tolyl)-4-trifluoro-methylsulfinylpyrazole-3-carbonitrile; Nome comum: Fipronil

f. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica

g. Indicação de uso: Indicado para as culturas de cana de açúcar, milho e soja.

h. Classificação toxicológica: I - Extremamente tóxico

i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade Ambiental: II - Produto muito perigoso ao meio ambiente

8 - a. Nome do titular: Allierbrasil Agro Ltda. - São Paulo/SP

b. Marca Comercial: Acetamiprido Crop

c. Resultado do pedido: Deferido, concedido registro n° 27817, conforme processo 21000.008596/2015-51

d. Fabricante: Zhejiang Hisun Chemical Co. Ltd. - nº 97 Waisha Rd. Jiaojiang District Taizhou, Zhejiang China - Formulador: Zhejiang Hisun Chemical Co., Ltd. - nº 97 Waisha Rd. Jiaojiang District, Taizhou Zhejiang China

e. Nome Químico: (E)-N1-[(6-chloro-3-pyridyl)methyl]-N2-cyano-N1-methylacetamidine; Nome comum: Acetamiprido

f. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica

g. Indicação de uso: Indicado para as culturas de algodão, batata, feijão, maçã, mamão, melancia, melão, tomate e trigo.

h. Classificação toxicológica: III - Medianamente Tóxico

i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade Ambiental: II - Produto muito perigoso ao meio ambiente

9 - a. Nome do titular: Allierbrasil Agro Ltda. - São Paulo/SP

b. Marca Comercial: Taffeta HS

c. Resultado do pedido: Deferido, concedido registro n° 27917, conforme processo 21000.003780/2015-12

d. Fabricante: Zhejiang Hisun Chemical Co., Ltd. - nº 97 Waisha Rd., Jaojiang District, Taizhou, Zhejiang China - Formulador: Zhejiang Hisun Chemical Co., Ltd. - nº 97 Waisha Rd., Jiaojiang District, Taizhou Zhejiang China

e. Nome Químico: (E)-N1-[(6-chloro-3-pyridyl)methyl]-N2-cyano-N1-methylacetamidine Nome comum: Acetamprido

f. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica

g. Indicação de uso: Indicado para as culturas de algodão, batata, feijão, maçã, mamão, melancia, melão, tomate e trigo.

h. Classificação toxicológica: III - Medianamente Tóxico

i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade Ambiental: II - Produto muito perigoso ao meio ambiente

10 - a. Nome do titular: Allierbrasil Agro Ltda. - São Paulo/SP

b. Marca Comercial: Taffeta HS 200 SP

c. Resultado do pedido: Deferido, concedido registro n° 28017, conforme processo 21000.003707/2015-32

d. Fabricante: Zhejiang Hisun Chemical Co., Ltd. - nº 97 Waisha Rd. Jiaojiang District, Taizhou Zhejiang, China - Formulador: Zhejiang Hisun Chemical Co., Ltd. - nº 97 Waisha Rd. Jiaojiang District Taizhou Zhejiang China

e. Nome Químico: (E)-N1-[(6-chloro-3-pyridyl)methyl]-N2-cyano-N1-methylacetamidine Nome comum: Acetamiprido

f. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica

g. Indicação de uso: Indicado para as culturas algodão, batata, feijão, maçã, mamão, melancia, melão, tomate e trigo.

h. Classificação toxicológica: III - Medianamente tóxico

i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade Ambiental: II - Produto muito perigoso ao meio ambiente

11 - a. Nome do titular: Allierbrasil Agro Ltda. - São Paulo/SP

b. Marca Comercial: Taffeta SP

c. Resultado do pedido: Deferido, concedido registro n° 28117, conforme processo 21000.002844/2015-50

d. Fabricante: Zhejiang Hisun Chemical Co., Ltd. - nº 97 Waisha Rd. Jiaojiang District, Taizhou Zhejiang China - Formulador: Zhejiang Hisun Chemical Co., Ltd. - nº 97 Waisha Rd., Jiaojiang District, Taizhou Zhejiang China

e. Nome Químico: (E)-N1-[(6-chloro-3-pyridyl)methyl]-N2-cyano-N1-methylacetamidine, Nome comum: Acetamiprido

f. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica

g. Indicação de uso: Indicado para as culturas de algodão, batata, feijão, maçã, mamão, melancia, melão, tomate e trigo.

h. Classificação toxicológica: III - Medianamente Tóxico

i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade Ambiental: II - Produto muito perigoso ao meio ambiente

12 - a. Nome do titular: Koppert do Brasil Sistemas Biológicos Ltda. - Piracicaba/SP

b. Marca Comercial: Interceptor

c. Resultado do pedido: Deferido, concedido registro n° 28217, conforme processo 21000.009314/2017-02

d. Fabricante/Formulador: Koppert do Brasil Holding Ltda - Rodovia Margarida da Graça Martins, km 17,5 SP 135 - Estrada Tupi, Piracicaba/SP

e. Nome Químico: não se aplica; Nome comum: Beauveria baussiana

f. Nome científico, no caso de agente biológico: Beauveria baussiana cepa IBCB 66

g. Indicação de uso: Em todas as culturas com ocorrência do alvo biológico

h. Classificação toxicológica: IV - Pouco Tóxico

i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade Ambiental: IV - Pouco perigoso ao meio ambiente

13 - a. Nome do titular: Prophyto Comércio e Serviços Ltda. - São Paulo/SP

b. Marca Comercial: Cymoxanil Técnico Indofil

c. Resultado do pedido: Deferido, concedido registro n° 28317, conforme processo 21000.004379/2012-49

d. Fabricante: Indofil Industries Limited - Azad Nagar, Sandoz Baug P.O. Off Ghodbunder Road, Near Chitalsar, Manpada, 400 607 Thane, Maharashtra Índia

e. Nome Químico: 1-(2-cyano-2-5-tert-butyl-1,3,4-thiadiazol-2-yl)-1,3-dimethylurea, Nome comum: Cimoxanil

f. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica

g. Indicação de uso: Trata-se de produto técnico

h. Classificação toxicológica: III - Medianamente Tóxico

i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade Ambiental: IV - Produto pouco perigoso ao meio ambiente

14 - a. Nome do titular: Lemma Consultoria de Apoio Administrativo, Agronegócio Importação e Exportação Ltda. - Campinas/SP

b. Marca Comercial: Carbendazim Técnico Sino-Agri

c. Resultado do pedido: Deferido, concedido registro n° 28417, conforme processo 21000.052730/2016-39

d. Fabricante: Ningxia Wynca Technology Co. Ltd. Taisha Industrial Park, Pingluo, Ningxia, 753401 - China

e. Nome Químico: methyl benzimidazol-2-ylcarbamate Nome comum: Carbendazim

f. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica

g. Indicação de uso: Trata-se de produto técnico

h. Classificação toxicológica: III - Medianamente tóxico

i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade Ambiental: III - Produto perigoso ao meio ambiente

15 - a. Nome do titular: Iharabras S.A. Indústrias Químicas - Sorocaba/SP

b. Marca Comercial: Absoluto SC

c. Resultado do pedido: Deferido, concedido registro n° 28517, conforme processo 21000.031608/2016-21

d. Fabricante: Jiangsu Xinhe Agrochemical Co. Ltd. Nº 19 Xingang Road Economic Development Zone 221400 Xinyi, Jiangsu China; Jiangsu Weunite Fine Chemical Co., Ltd. Jinger Road, Industry Chemical Park, Xinyi Jiangsu China; GB Biosciences Corporation 2239 Hadden Road, 77015 Houston, Texas , EUA; Pilarquim Shanghai Co., Ltd. - 1500 Hang-Tang Road, Dist. Feng Xian 201405 Jin-Hui Town, Shangai China; Jiangsu Weunite Fine Chemicals Co. Ltd. - Jin Ger Road, Industry Chemical Park, Xinyi Jiangsu China; Formulador: Iharabras S.A. Indústrias Químicas - Sorocaba/SP

e. Nome Químico: tetrachloroisophthalonitrile Nome comum: Clorotalonil

f. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica

g. Indicação de uso: Indicado para as culturas de amendoim, batata, berinjela, cebola, cenoura, feijão, mamão, melancia, pepino, rosa e tomate.

h. Classificação toxicológica: I - Altamente tóxico

i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade Ambiental: II - Produto muito perigoso ao meio ambiente

16 - a. Nome do titular: Koppert do Brasil Sistemas Biológicos Ltda. - Piracicaba/SP

b. Marca Comercial: Challenger

c. Resultado do pedido: Deferido, concedido registro n° 28617, conforme processo 21000.037948/2016-66

d. Fabricante/Formulador: Koppert do Brasil Holding Ltda - Piracicaba/SP; Koppert do Brasil Sistemas Biológicos Ltda - Piracicaba/SP; Koppert BV - Veillingweg 14, 2651 BE P.O. Box 55 - Berkel Mem Rodenrijs, Holanda

e. Nome Químico: Não se aplica; Nome comum: Isaria fumorosea

f. Nome científico, no caso de agente biológico: Isaria fumorosea Cepa ESALQ-1296

g. Indicação de uso: Em todas as culturas com ocorrência dos alvos biológicos

h. Classificação toxicológica: III - Medianamente Tóxico

i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade Ambiental: IV - Produto pouco perigoso ao meio ambiente

17 - a. Nome do titular: UPL do Brasil Indústria e Comércio de Insumos Agropecuários S.A. - Ituverava/SP

b. Marca Comercial: Acetamiprid 200 SP UPL BR

c. Resultado do pedido: Deferido, concedido registro n° 28717, conforme processo 21000.001039/2015-17

d. Fabricante: GSP Cropscience Private Ltd. - 100 - 103, G.V.M.M. Industrial Estate, Odhav, 382415 Ahmedabad, Gujarat Índia; Ningbo Sunjoy Agroscience Co., Ltd. - Beihai Road, nº 1165, Ningbo Chemical Indsustry Zone, Xiepu Town, Dist. Zhenhai 315040 Ningbo, Zhejiang China - Formulador: GSP Cropscience Private Ltd. - 100-103, G.V.M.M. Industrial Estate, Odhav, 3822415 Ahmedabad, Gujarat Índia; Sulphur Mills Limited - Plot nº 1904, A-18/18, G.I.D.C., Panoli Industrial area, Dist. Bharuch Ankleshwar, Gujarat, Índia; Sulphur Mills Limited Plot nº 1905/1928/29/30, G.I.D.C. Panoli Industrial area, Dist. Bharuch Ankleshwar, Gujarat Índia; Sulphur Mills Limited - Plot nº 230/231/232, G.I.D.C. Opp Cheminova Unit-I, Panoli, Dist. Bharuch, Gujarat Índia; UPL Limited - 3101/2, G.I.D.C. Dist. Bharuch 393002 Ankleshwar, Gujarat Índia; UPL do Brasil Indústria e Comércio de Insumos Agropecuários S.A. - Ituverava/SP

e. Nome Químico: (E)-N1-[(chloro-3-pyridyl)methyl]-N2-cyano-N1-methylacetamidine, Nome comum: Acetamiprido

f. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica

g. Indicação de uso: Indicado para as culturas de algodão, batata, feijão, maçã, mamão, melancia, melão, pinhão manso, tomate e trigo.

h. Classificação toxicológica: III - Medianamente Tóxico

i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade Ambiental: II - Produto muito perigoso ao meio ambiente

18 - a. Nome do titular: Syngenta Proteção de Cultivos Ltda. - São Paulo/SP

b. Marca Comercial: Adante XTRA

c. Resultado do pedido: Deferido, concedido registro n° 28817, conforme processo 21000.012621/2010-96

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800022

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

d. Fabricante: Syngenta Limited - Earls Road, Stirlingshire Grangemouth -0 FK3 8XG - Escócia, Bayer Cropscience Schweiz AG - Rothausstrasse 61-Ch-4132, Muttenz, Suíça, Saltigo GmbH Leverkusen - Operations Chempark Leverkusen 51369-Leverkusen - Alemanha, DSM Chemie Linz - St. Peterstrasse, 25 A 4021 - Linz - Áustria, Alzchem AG-Dr. Albert Frank-Strasse 32, 83308 - Trotsberg Alemanha, Syngenta India Limited - Goa Site, Santa Mônica Plant, Corlim, Ilhas Goa - 403110 Índia; Pyosa S.A. de C.V. Unidad Químicos Finos - Av. Manuel l. Barragán y Lerdo de Tejada Zona Industrial, San Nicolas de los Garza 66450 Nuevo Leon México; Formulador: Syngenta Proteção de Cultivos Ltda - Paulínia/SP, Syngenta South Africa (Pty) ltd. Brits production - 4- krokodildrift Road, Brits 0250 África do Sul; Syngenta Crop protection, Inc. Omaha Site - 4111, Gibson Road, NE 68107 Omaha EUA, Syngenta Agro S.A. - La Relba s/n 36400 Porrino (Pontevedra) Espanha, Syngenta S.A. - Carretera Via Manomal, km 6 Cartagena Colômbia, Syngenta Production France S.A.S. Usine Aigues Vives - Route de La Gare, BR 1 F30670, Aigues Vives, França

e. Nome Químico: methyl(E)-2-{2-[6-(2-cyanophenoxy)pyrimidin-4-yloxy]phenyl}-3-methoxyacrylate;(2RS,3RS,2RS,3SR)-2-(4-chlorophenyl)-3-cyclopropyl-1-91H-1,2,4-triazol-1-yl)butan-2-ol; 3-(2-chloro-1,3-thiazol-5-ylmethyl)-5-methyl-1,3,5-oxadiazinan-4-ylidene(nitro) Nome Comum: Azoxistrobina, Ciproconazol, Tiametoxam

f. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica

g. Indicação de uso: Indicado para a cultura da soja

h. Classificação toxicológica: III - Medianamente tóxico

i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade Ambiental: II - Produto muito perigoso ao meio ambiente

19 - a. Nome do titular: Genbra Distribuidora de Produtos Agrícolas Ltda. - Foz do Iguaçu/PR

b. Marca Comercial: Cletodim 240 EC Genbra

c. Resultado do pedido: Deferido, concedido registro n° 28917, conforme processo 21000.009068/2013-57

d. Fabricante:Shandong Cynda Chemical Co., Ltd. - Economic Development area, Boxing County 256500 Shandong China; Tecnomyl S.A. - Parque Industrial Avay Villeta Paraguai, Formulador: Tecnomyl S.A. - Parque Industrial Avay Villeta Paraguai

e. Nome Químico: (+/-)-2-[(E)-1-[(E)3-chloroallyloximino]propyl]-5-[2-ethylthio)propyl]-3-hidroxy-2-cyclohexen-1-one Nome Comum: Cletodim

f. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica

g. Indicação de uso: Indicado para as culturas de algodão, alho, batata, cebola, cenoura, feijão, fumo, mandioca, melancia, tomate e soja.

h. Classificação toxicológica: I - Extremamente tóxico

i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade Ambiental: III - Produto perigoso ao meio ambiente

20 - a. Nome do titular: Allierbrasil Agro Ltda. - São Paulo/SP

b. Marca Comercial: Boiadeiro 800 WG

c. Resultado do pedido: Deferido, concedido registro n° 29017, conforme processo 21000.002482/2013-35

d. Fabricante: Sinochem Ningbo Chemicals Co. Ltd. Dui Gou Gang Town (Chemical Industry Zone), Guan Nan County Lian Yun Gang Jiangsu China - Formulador: Zhejiang Yongnong Chem. Ind. Co., Ltd. - Latian Yongqiang, 325024, Wenzhou, Zhejiang China, CHD"S Agrochemicals SAIC - Supercarretera km 9, Campo Tacuru, Hernandarias, Paraguai

e. Nome Químico: (RS)-5-amino-1-(2,6-dichloro-alfa,alfa,alfa-trifluoro-p-tolyl)-4-trifluoro methylsulfinylpyrazole-3-carbonitrile Nome comum: Fipronil

f. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica

g. Indicação de uso: Indicado para as culturas de algodão, cana de açúcar, batata, milho e soja.

h. Classificação toxicológica: I - Extremamente Tóxico

i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade Ambiental: II - Produto muito perigoso ao meio ambiente

21 - a. Nome do titular: Syngenta Proteção de Cultivos Ltda. - São Paulo/SP

b. Marca Comercial: Benzoato de Emamectina Técnico

c. Resultado do pedido: Deferido, concedido registro n° 29117, conforme processo 21000.007274/2013-22

d. Fabricante: Syngenta Nantong Crop Protection Co., Ltd. - nº 1 Zhang Yang Road Economic and Technological Development area, 226009 Nantong Jiangsu China

e. Nome Químico: mistura contendo 90% de (10E,14E,16E)-(1R,4S,5"S,6S,6"R,84,12S,13S,20R,21R,24S)-6"-[(S)-sec-butyl]-21,24-dihydroxy-5",11,13,22-tetramethyl-2-oxo-3,7,19-trioxatetracyclo[15.6.1.1^{4,8}.0^{20,24}]pentacosa-10,14,16,22-tetraene-6-spiro-2"-(5",6"-dihydro-2"H-pyran)-12-yl-2,6-dideoxy-3-O-methyl-4-O-(2,4,6-trideoxy-3-O-methyl-4-methylamino-alfa-L-lyxo-hexopyranosyl0-alfa-L-arabino-hexopyranoside e 10% de (10E,14E,16E)-(1R,4S,5"S,6S,6"R,8R,12S,13S,20R,21R,24S)-21,24-dihydroxy-6"-isopropyl-5",11,13,22-tetramethyl-2-oxo-3,7,19-trioxatetracyclo[15.6.1.1^{4,8}.O^{20,24}]pentacosa-10,14,16,22-tetraene-6-spiro-2"-(5",6"-dihydro-S"H-pyran)-12-yl-2,6-dideoxy-3-O-methyl-4-O-(2,4,6-trideoxy-3-O-methyl-4-methylamino-alfa-L-lyxo-hexopyranosyl)-alfa-L-arabino-hexapyranoside; Nome comum: Benzoato de Emamectina

f. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica

g. Indicação de uso: Trata-se de produto técnico

h. Classificação toxicológica: I - Extremamente tóxico

i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade Ambiental: II - Produto muito perigoso ao meio ambiente

22 - a. Nome do titular: CCAB Agro S.A. - São Paulo/SP

b. Marca Comercial: Haloxifop CCAB 124,7 EC

c. Resultado do pedido: Deferido, concedido registro n° 29217, conforme processo 21000.012448/2010-26

d. Fabricante: Shandong Luba Chemical Co., Ltd. Loujia Village Tangwang Town, Licheng District Jinan City 250106 Shandong Province China, Formulador: Tecnomyl S.A. - Parque Industrial Avay, Villeta Paraguai

e. Nome Químico: (R)-2-{4-[3-chloro-5-(trifluoromethyl)-2-pyridyloxy]phenoxy}propanoate; Nome comum: Haloxifop-p-metil

f. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica

g. Indicação de uso: Indicado para as culturas de algodão, feijão e soja.

h. Classificação toxicológica: I - Extremamente Tóxico

i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade Ambiental: III - Produto perigoso ao meio ambiente

23 - a. Nome do titular: Vigna Brasil Assessoria em Agronegócios Ltda. - São Paulo/SP

b. Marca Comercial: Permethrin 384 EC

c. Resultado do pedido: Deferido, concedido registro n° 29317, conforme processo 21000.009371/2009-73

d. Fabricante: Tagros Chemicals India Ltd. - A4/1&2, Sipcto Industrial Complex, Pachayankuppam, 607 005, Cuddalore Índia, Formulador: Tagros Chemicals India Ltd. - A4/1&2, Sipcto Industrial Complex, Pachayankuppam, 607 005, Cuddalore Índia

e. Nome Químico: 3-phenoxybenzyl(1RS,3RS,1RS,3SR)-3-(2,2-dichlorovinyl)-2,2-dimethylcyclopropanecaboxylate Nome Comum: Permetrina

f. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica

g. Indicação de uso: Indicado para as culturas de algodão, café, couve, couve-flor, fumo, milho, repolho, soja, tomate e trigo.

h. Classificação toxicológica: I - Extremamente tóxico

i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade Ambiental: II - Produto muito perigoso ao meio ambiente

24 - a. Nome do titular: Genbra Distribuidora de Produtos Agrícolas Ltda. - Foz do Iguacu/PR

b. Marca Comercial: Haloxifop-metílico 124,7 EC Genbra

c. Resultado do pedido: Deferido, concedido registro n° 29417, conforme processo 21000.012238/2010-38

d. Fabricante: Shandog Luba Chemical Co., Ltd. - Loujia Village, Tangwang Town, Licheng District 2350106 Jinan Shandong China, Formulador: Tecnomyl S.A. - Parque Industrial Avay, Villeta Paraguai

e. Nome Químico: (R)-2-{4-[3-chloro-5-(trifluoromethyl)-2-pyridyloxy]phenoxy}propionic acid, Nome Comum: Haloxifop-p-metílico

f. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica

g. Indicação de uso: Indicado para as culturas de algodão, feijão e soja.

h. Classificação toxicológica: I - Extremamente tóxico

i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade Ambiental: III - Produto perigoso ao meio ambiente

25 - a. Nome do titular: Syngenta Proteção de Cultivos Ltda. - São Paulo/SP

b. Marca Comercial: Lambda-Cyhalothrin Pré-Mistura

c. Resultado do pedido: Deferido, concedido registro n° 29517, conforme processo 21000.005583/2013-68

d. Fabricante: Syngenta Limited - Huddersfield Manufacturing Centre - P.O. Box a 38, HD2 1FF Huddersfield - West Yorkshire, Reino Unido - Grã Bretanha, Jiangsu Yangnong Chemical Co., Ltd. 39 Wenfeng Road, 225009 Yangzhou Jiangsu China, Fabricante da Pré Mistura: Syngenta Proteção de Cultivos Ltda - Paulínia/SP, Syngenta Crop Protection, INC. 3905 Highway 75, River Road, St Gabriel 70776, Louisiana - EUA, Syngenta Chemicals B.V. - Belgian Branch, Rue de Tyberchamps, 37, B-7180, Seneffe Bélgica

e. Nome Químico: reaction product comprising equal quantities of (R)-alfa-cyano-3-phenoxybenzyl(1S,3S)-3-[(Z)-2-chloro-3,3,3-trifluoropropenyl]-2,2-dimethylcyclopropanecarboxylate and (S)-alfa-cyano-3-phenoxybenzyl-(1R,3R)-3-[(Z)-2-chloro-3,3,3-trifluoropropenyl]-2,2-dimethylcyclopropanecarboxylate, Nome Comum: Lambda-cialotrina

f. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica

g. Indicação de uso: Trata-se de produto técnico

h. Classificação toxicológica: III - Medianamente tóxico

i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade Ambiental: II - Produto muito perigoso ao meio ambiente

26 - a.Nome do titular: Nortox S.A. - Arapongas/PR

b. Marca Comercial: Abamectin 72 EC Nortox

c. Resultado do pedido:Deferido, concedido registro n° 29617, conforme processo 21000.006321/2014-00

d. Fabricante: Inner Mongolia New Veyong Bio-Chemical Co., Ltd. - Dalate Region, 014300 Wangaizhao Town, Inner Mongolia, China; Formulador: Nortox S.A. - Arapongas/PR; Nortox S.A. - Rondonópolis/MT; Inner Mongolia New Veyong Bio-Chemical Co., Ltd. Dalate Region, 014300 Wangaizhao Town, Inner Mongolia China; Hebei Yetian Agrochemicals Co., Ltd. - Industrial Zone, South of Yuanshi County Shijiazhuang, Hebei China

e. Nome Químico: (10E,14E,16E,22Z)-(1R,4S,5"S,6S,6"R,8R,12S,13S,20R,21R,24S)-6"-[(S)-secbutyl]-21,24-dihydroxy-5",11,13,22-tetramethyl-2-oxo-(3,7,19-trioxatetracyclo[15.6.1.14,8.020,24]pentacosa-10,14,16,22-tetraene-6-spiro-2"-(5",6"-dihydro-2"H-pyran)-12-yl-2,6-dideoxy-4-O(2,6-dideoxy-3-O-methyl-alfa-L-arabino-hexopyranosyl)-3-O-methyl-alfa-L-arabino-hexopyranoside (i) mixture with (10E,14E,16E,22Z)-(1R,4S,5"S,6S,6"R,8R,12S,13S,20R,21R,24S)-21,24-dihydroxy-6"-isopropyl-5",11,13,22-tetramethyl-2-oxo-3,7,19-trioxatetracyclo[15.6.1.14,8.020,24]pentacosa-10,14,16,22-tetraene-6-spiro-2"-(5",6"-dihydro-2"H-pyran)-12-yl-2,6-dideoxy-4-O(2,6-dideoxy-3-O-methyl-alfa-L-arabino-hexopyranosyl)-3-O-methyl-alfa-L-arabino-hexo pyranoside (ii) (4:1) Nome Comum: Abamectina

f. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica

g. Indicação de uso: Indicado para as culturas de algodão, citros, crisântemo, feijão, melancia, morango, pepino, pimentão, roseira, maçã, tomate e café.

h. Classificação toxicológica: I - Extremamente Tóxico

i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade Ambiental: II - Produto muito perigoso ao meio ambiente

27 - a. Nome do titular: UPL do Brasil Indústria e Comércio de Insumos Agropecuários S.A - Ituverava/SP

b. Marca Comercial: Permetrina 384 EC DVA

c. Resultado do pedido: Deferido, concedido registro n° 29717, conforme processo 21000.013627/2011-61

d. Fabricante: Tagros Chemicals India Limited - A-4/1& A-4/2, Sipcot Industrial Cuddalore, Tamil Nadu Índia; Formulador: Adama Brasil S.A. - Londrina/PR e Taquari/RS; Chemtura Indústria Química do Brasil Ltda - Rio Claro/SP; Iharabras S.A. Indústrias Químicas - Sorocaba/SP; Nortox S.A. - Rondonópolis/MT e Arapongas/PR; Prentiss Química Ltda - Campo Largo/PR, Sipcam Nichino Brasil S.A. - Uberaba/MG; Tagma Brasil Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda - Paulínia/SP; UPL do Brasil Indústria e Comércio de Insumos Agropecuários S.A. - Ituverava/SP; Tagros Chemicals India Ltd. - A-4/1 & 2, Sipcot Industrial Complex, Pahcayankuppam, Cuddadore Tamil Nadu Índia, UPL Argentina S.A. - Ruta Nacional 3, km 92, Abbott, Buenos Aires Argentina, UPL Limited 3101/2, G.I.D.C. Dist. Bharuch 393002 Ankleshwar, Gujarat Índia

e. Nome Químico: 3-phenoxybenzyl (1RS,3RS,1RS,3SR)-3-(2,2-dichlorovinyl)-2,2-dimethylcyclopropanecarboxylate; Nome comum: Permetrina

f. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica

g. Indicação de uso: Indicado para as culturas de algodão, soja, milho e tomate.

h. Classificação toxicológica: I - Extremamente tóxico

i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade Ambiental: II - Produto muito perigoso ao meio ambiente

28 - a. Nome do titular: Syngenta Proteção de Cultivos Ltda. - São Paulo/SP

b. Marca Comercial: Proclaim 50

c. Resultado do pedido: Deferido, concedido registro n° 29817, conforme processo 21000.007281/2013-24

d. Fabricante: Syngenta Nantong Crop Protection Co. Ltd. - nº 1 Zhongyang Road Economic and Technological Development area, 226009 Nantong Jiangsu China, Formulador: Gowan Milling LLC. 12300 East Country Eighth Street, 85365 Yuma,Arizona - EUA, Exwold Technology Limited - Tofts Farm East Tofts Farm (East) Industrial Estate, TS25 2BW Hartlepool, Reino Unido - Grã Bretanha

e. Nome Químico: Mistura contendo 90% de (10E,14E,16E)-(1R,4S,5"S,6S,6"R,84,12S,13S,20R,21R,24S)-6"-[(S)-sec-butyl]-21,24-dihydroxy-5",11,13,22-tetramethyl-2-oxo-3,7,19-trioxatetracyclo[15.6.1.1^{4,8}.0^{20,24}]pentacosa-10,14,16,22-tetraene-6-spiro-2"-(5",6"-dihydro-2"H-pyran)-12-yl-2,6-dideoxy-3-O-methyl-4-O-(2,4,6-trideoxy-3-O-methyl-4-methylamino-alfa-L-lyxo-hexopyranosyl0-alfa-L-arabino-hexopyranoside e 10% de (10E,14E,16E)-(1R,4S,5"S,6S,6"R,8R,12S,13S,20R,21R,24S)-21,24-dihydroxy-6"-isopropyl-5",11,13,22-tetramethyl-2-oxo-3,7,19-trioxatetracyclo[15.6.1.1^{4,8}.O^{20,24}]pentacosa-10,14,16,22-tetraene-6-spiro-2"-(5",6"-dihydro-S"H-pyran)-12-yl-2,6-dideoxy-3-O-methyl-4-O-(2,4,6-trideoxy-3-O-methyl-4-methylamino-alfa-L-lyxo-hexopyranosyl)-alfa-L-arabino-hexapyranoside, Nome comum: Benzoato de emamectina

f. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica

g. Indicação de uso: Indicado para as culturas de algodão, feijão e soja.

h. Classificação toxicológica: I - Extremamente tóxico

i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade Ambiental: II - Produto muito perigoso ao meio ambiente

29 - a. Nome do titular: Sabero Organics América S.A. - Belo Horizonte/MG

b. Marca Comercial: Chlorsab 480 EC

c. Resultado do pedido: Deferido, concedido registro n° 29917 , conforme processo 21000.010400/2010-83

d. Fabricante:Sabero Organics Gujarat Limited - Plot nº 2102, GIDC - Dist. Bulsar, Sarigam - Índia; Formulador: Sabero Organics Gujarat Limite - Plot nº 2102, GIDC - Dist. Bulsar, Sarigam Índia, Iharabras S.A. Indústrias Químicas - Sorocaba/SP, Arysta Lifescience do Brasil Indústria Química e Agropecuária Ltda - Salto de Pirapora/SP, Sipcam UPL Brasil S.A. - Uberaba/MG, Nufarm Indústria Química e Farmacêutica S.A. - Maracanaú/CE, Servatis S.A. - Resende/RJ, Tagma Brasil Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda - Paulínia/SP

e. Nome Químico: O,O-diethyl O-3,5,6-trichloro-2-pyridyl-phosphorothioate, Nome comum: Clorpirifos

f. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica

g. Indicação de uso: Indicado para as culturas de algodão, café e milho.

h. Classificação toxicológica: I - Extremamente Tóxico

i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade Ambiental: II - Produto muito perigoso ao meio ambiente

30 - a.Nome do titular: Adama Brasil S.A. - Londrina/PR

b. Marca Comercial: Shelter 250 FS

c. Resultado do pedido: Deferido, concedido registro n° 30017, conforme processo 21000.005197/2009-90

d. Fabricante: Adama Makhteshim Ltd., Beer-Sheva - Neot-Hovav, Eco-Industrial Park, Beer-Sheva, Israel, Dalian Raizer Pesticides Co. Ltd. Nº 101 Xinanyao Jinzhou Dalian, Formulador: Adama Brasil S.A. - Londrina/PR, Adama Brasil S.A. - Taquari/RS.

e. Nome Químico: (RS)-5-amino-1-(2,6-dichloro-alfa,alfa,alfa-trifluoro-p-tolyl)-4-trifluoro methylsulfinylpyrazole-3-carbonitrile, Nome comum: Fipronil

f. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica

g. Indicação de uso: Indicado para as culturas de feijão, soja, milho e pastagem

h. Classificação toxicológica: II - Altamente Tóxico

i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade Ambiental: II - Produto muito Perigoso ao Meio Ambiente

33 - a. Nome do titular: Nortox S.A. - Arapongas/PR

b. Marca Comercial: Hexazinona Nortox SL

c. Resultado do pedido: Deferido, concedido registro n° 30317, conforme processo 21000.010578/2010-24

d. Fabricante: Nortox S.A. - Arapongas/PR, Anhui Guangxin Agrochemical Co. Ltd. - Caijiashan Pengcun Village Xinhang Town Guangde County, Xuancheng Anhui China; Formulador: Nortox S.A. - Arapongas/PR e Rondonópolis/MT, Anhui Guangxin Agrochemical Co. Ltd. - Caijiashan Pengcun Village Xinhang Town Guangde County, Xuancheng Anhui China

e. Nome Químico:3-cyclohexyl-6-dimethylamino-1-methyl-1,3,5-triazine-2,4(1H,3H)-dione , Nome comum: Hexazinona

f. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica

g. Indicação de uso: Indicado para a cultura da cana de açúcar.

h. Classificação toxicológica: I - Extremamente Tóxico

i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade Ambiental: III - Produto perigoso ao meio ambiente

34 - a.Nome do titular: Cropchem Ltda. - Porto Alegre/RS

b. Marca Comercial: Krost 806 SL

c. Resultado do pedido: Deferido, concedido registro n° 30417, conforme processo 21000.000298/2013-51

d. Fabricante: Jiangsu Good Harvest - Weien Agrochemical Co. Ltd. - Loagang Qidong City Jiangsu Province China; Changzhou Wintafone Chemical Co. Ltd. West Weitang Chemical Industry Zone, Chunjiang Town Ximbei District, Changzhou area, Changzhou City, Jiangsu Province China; Shandong Weifang Rainbow Chemical Co. Ltd. Binhai Economic Development area, Weifang City, Shandong Province China; Formulador: Changzhou Wintafone Chemical Co. Ltd. - West Weitang Chemical Industry Zone, Chunjiang Town Ximbei District, Changzhou area, Changzhou City, Jiangsu Province China, Jiangsu Good Harvest Weien Agrochemical Co. Ltd. Loagang, Qidong City Jiangsu Province China, Nortox S.A. - Arapongas/PR.

e. Nome Químico: dimethylammonium (2,4-dichlorophenoxy)acetate, Nome comum: 2,4-D

f. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica

g. Indicação de uso: Indicado para as culturas de arroz, café, cana de açúcar, milho, pastagem, soja (plantio direto), trigo.

h. Classificação toxicológica: I - Extremamente Tóxico

i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade Ambiental: III - Produto perigoso ao meio ambiente

35 - a. Nome do titular:Cropchem Ltda. - Porto Alegre/RS

b. Marca Comercial: Chiva WP

c. Resultado do pedido: Deferido, concedido registro n° 30517, conforme processo 21000.007712/2012-71

d. Fabricante: Limin Chemical Co., Ltd. 31 Xintan Road, Industrial Development Zone of Xinyi 221400 Xinyi Jiangsu China; UPL Limited Plot nº 750 G.I.D.C. P.B. nº 9, Dist. Bharuch 393 110 Jhagadia, Gujarat Índia; Limin Chemical Co. Ltd. 31 Xintan Road Industrial Development Zone of Xinyi 221400 Xinyi Jiangus China; Formulador: Limin Chemical Co. Ltd. 31 Xintan Road Industrial Development Zone of Xinyi 221400 Xinyi Jiangus China

e. Nome Químico: manganese ethylenebis(dithiocarbamate)(polymeric)complex with zinc salt; 1-(2-cyano-2-methoxyiminoacetyl)-3-ethylurea, Nome comum: mancozebe; cimoxanil

f. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica

g. Indicação de uso: Indicado para as culturas de batata, cebola, tomate e uva.

h. Classificação toxicológica: I - Extremamente Tóxico

i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade Ambiental: III - Produto perigoso ao meio ambiente

36 - a. Nome do titular: Iharabras S.A. Indústrias Químicas - Sorocaba/SP

b. Marca Comercial: Absoluto WG

c. Resultado do pedido: Deferido, concedido registro n° 30617, conforme processo 21000.031608/2016-21

d. Fabricante: Jiangsu Xinhe Agrochemical Co., Ltd. Nº 19 Xingang Road Economic Development Zone 221400 Xinyi, Jiangsu China; Jiangsu Weunite Fine Chemical Co. Ltd. Jinger Road, Industry Chemical Park Xinyi Jiangsu China; GB Biosciences Corporation 2239 Hadeen Road, 77015 Houston Texas, EUA; Pilarquim (Shanghai) Co. Ltd. 1500 Hang-Tang Road, Dist. Feng Xian 201405 Jin-Hui Town Shanghai China; Jiangsu Weunite Fine Chemicals Co. Ltd. Jinger Road, Industry Chemical Park Xinyi Jiangsu China; Formulador: Iharabras S.A. IndústriasQuímicas - Sorocaba/SP

e. Nome Químico: tetrachloroisophthalonitrile Nome comum: Clorotalonil

f. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica

g. Indicação de uso: Indicado para as culturas de amendoim, batata, berinjela, cebola, cenoura, feijão, mamão, melancia, pepino, rosa e tomate.

h. Classificação toxicológica: I - Extremamente Tóxico

i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade Ambiental: III - Produto perigoso ao meio ambiente

37 - a. Nome do titular: Iharabras S.A. Indústrias Químicas - Sorocaba/SP

b. Marca Comercial: Approve WG

c. Resultado do pedido: Deferido, concedido registro n° 30717, conforme processo 21000.002232/2014-86

d. Fabricante: Iharabras S.A. Indústria Química - Sorocaba/SP, Basf S.A. - Guaratinguetá/SP, Nippon Soda Co., Ltd. - Takaoka Plant - 300 Mukaino Honmachi, Takaoka, Toyama Japão, Nisso Namhae Agro Co. Ltd. 323-1, Nakpo-Dong, yeosu-City, Jaollanam-Do, Coreia do Sul, Ishihara Sangyo Kaisha Ltd. 1, Ishihara-Cho, Yokkichi-City-Mie 5100842, Japão, Union Chemical Corporation - 42, Fikji-Daero 436 beongil, Heungdeok-Gu, Cheongju-si, Chungcheongbug-do, Coreia do Sul; Formulador: Iharabras S.A. Indústrias Químicas - Sorocaba/SP, Sipcam Nichino Brasil S.A. - Uberaba/MG

e. Nome Químico: dimethyl 4,4-(O-phenylene)bis(3-thioallophanate)-3-chloro-N-(3-chloro-5-trifluoromethyl-2-pyridyl)-trifluoro-2,6-dinitro-ptoluidine, Nome comum: Tiofanato-metílico, Fluazinam

f. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica

g. Indicação de uso: Indicado para as culturas de algodão, ervilha, feijão, maçã, milho, soja e tomate.

h. Classificação toxicológica: III - Medianamente Tóxico

i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade Ambiental: II - Produto muito perigoso ao meio ambiente

38 - a. Nome do titular: Iharabras S.A. Indústrias Químicas - Sorocaba/SP

b. Marca Comercial: Viviful SC

c. Resultado do pedido: Deferido, concedido registro n° 30817, conforme processo 21000.003782/2015-01

d. Fabricante: Ihara Chemical Industry Co. Ltd. -1800 Nakanogo Fujikawa-cho, Ihara-Gun 4213306 Fuji Shizuoka Japão, K-l Chemical Industry Co., Ltd. 328 Shioshinden 4371213 Iwata, Shizuoka Japão; Formulador: Iharabras S.A. Indústrias Químicas - Sorocaba/SP, Sipcam Nichino Brasil S.A. - Uberaba/MG, Nortox S.A. - Arapongas/PR e Rondonópolis/MT; Ultrafine Tech. Ind. Com. de produtos Químicos Ltda - Indaiatuba/SP, Ouro Fino Química Ltda - Uberaba/MG, Tagma Brasil Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda - Paulínia/SP

e. Nome Químico: calcium 3-oxido-5-oxo-4-propionylcyclohex-3-enecarboxylate, Nome comum: Proexadiana cálcica

f. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica

g. Indicação de uso: Indicado para as culturas de maçã, trigo, aveia, centeio, cevada, triticale.

h. Classificação toxicológica: III - Medianamente Tóxico

i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade Ambiental: III - Produto perigoso ao meio ambiente

39 - a. Nome do titular: Koppert do Brasil Sistemas Biológicos Ltda. - Piracicaba/SP

b. Marca Comercial: Puma

c. Resultado do pedido: Deferido, concedido registro n° 30917, conforme processo 21000.006971/2014-47

d. Fabricante/Formulador: Koppert do Brasil Holding Ltda - Piracicaba/SP; Koppert BV - Veilingweg 14, 2651 BE P.O. Box 55 - Berkel em Rodenrijs, Holanda

e. Nome Químico: não se aplica Nome comum: isaria fumorosea

f. Nome científico, no caso de agente biológico: Isaria fumorosea Cepa ESALQ-1296

g. Indicação de uso: Em todas as culturas com ocorrência dos alvos biológicos

h. Classificação toxicológica: III - Medianamente Tóxico

i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade Ambiental: IV - Produto pouco Perigoso ao Meio Ambiente

40 - a. Nome do titular: UPL do Brasil Indústria e Comércio de Insumos Agropecuários S.A. - Ituverava/SP

b. Marca Comercial: Tridium

c. Resultado do pedido: Deferido, concedido registro n° 31017, conforme processo 21000.005712/2015-80

d. Fabricante: Jingbo Agrochemicals Technology Co. Ltd. - Economic Development Zone Boxing County Binzhou City, Shandong Province 256500; Cerexagri B.V. Harbour nº3255 Tankhoofd 10, P.O. Box 6030 3196 KE, Vondelingenplaat Rotterdam Holanda; UPL Limited - Plot nº 750 G.I.D.C. Industrial Estate P.B. nº 9 Jhagadia, 393 110, Distr. Bharuch Gujarat Índia; Jiangsu Sevencontinent Green Chemical Co. Ltd. 28 Chengbei Road, Zhangjiagang 215600 Jiangsu China, UPL Limited - Plot nº 3-11 G.I.D.C. Vapi, 396195, Valsad District, Gujarat Índia; Formulador: UPL Limited - nº 5 Plot nº 750, Jhagadia G.I.D.C. Bharuch Gujarat 393110 Índia; UPL Limited - Plot nº 3-11, G.I.D.C. Vapi, 396195, Valsad District, Gujarat Índia; Cerexagri B.V. - Harbour nº 3255, Tankhoofd 10, P.O. Box 6030 3196 KE, Vondelingenplaat, Rotterdam Holanda; UPL do Brasil Indústria e Comércio de Insumos Agropecuários S.A. - Ituverava/SP.

e. Nome Químico: methyl (E)-2-{2-[6-(2-cyanophenoxy)pyrimidin-4-yloxy]phenyl}-3-methoxyacrylate; manganese ethylene bis(dithiocarbamate)(polymeric) complex with zinc salt; (RS)-1-p-chlorophenyl-4,4-dimethyl-3-(1H-1,2,4-triazol-1-ylmethyl)pentan-3-ol, Nome comum: Azoxistrobina, Mancozebe, Tebuconazole

f. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica

g. Indicação de uso: Indicado para a cultura da soja.

h. Classificação toxicológica: II - Altamente Tóxico

i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade Ambiental: II - Produto muito Perigoso ao Meio Ambiente

41 - a. Nome do titular: Sumitomo Chemical do Brasil Representações Ltda. - São Paulo/SP

b . Marca Comercial: Protone

c. Resultado do pedido: Deferido, concedido registro n° 31117, conforme processo 21000.010480/2011-58

d. Fabricante: Sichuan Lomon Bio Technology Co. Ltd. - Mei Economic Development Zone East Mei Shan City, Sichuan Province 620036 China, Formulador: A to Z Drying INC. 215 State Street, Osage, Iowa 56041 - EUA, Manipulador: Iharabras S.A. Indústrias Químicas - Sorocaba/SP; FMC Química do Brasil Ltda - Uberaba/MG, Nufarm Indústria Química e Farmacêutica S.A. - Maracanaú/CE

e. Nome Químico: (2Z,4E)-5-[(1S)-1-hydroxy-2,6,6-trimethyl-4-oxocyclohex-2-em-1-yl]-3-methylpenta-2,4-dienoic acid; Nome comum: Ácido Abscísico

f. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica

g. Indicação de uso: Indicado para a cultura da uva

h. Classificação toxicológica: III - Medianamente Tóxico

i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade Ambiental: IV - Produto Pouco Perigoso ao Meio Ambiente

42 - a.Nome do titular: Vectorcontrol Indústria e Comércio de Produtos Agropecuários Ltda. - São Paulo/SP

b. Marca Comercial: Helymax EC

c. Resultado do pedido: Deferido, concedido registro n° 31217, conforme processo 21000.001078/2016-97

d. Fabricante/Formulador: Vectorcontrol Indústria e Comércio de Produtos Agropecuários Ltda. - São Paulo/SP

e. Nome Químico: não se aplica Nome comum: Bacillus thuringiensis

f. Nome científico, no caso de agente biológico: Bacillus thuringiensis CEPA CCT 1306

g. Indicação de uso: Todas as culturas de ocorrência da praga

h. Classificação toxicológica: IV - Pouco Tóxico

i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade Ambiental: IV - Pouco Perigoso ao Meio Ambiente

43 - a. Nome do titular: Dow Agrosciences Industrial Ltda. - São Paulo/SP

b. Marca Comercial: Neolist

c. Resultado do pedido: Deferido, concedido registro n° 31317, conforme processo 21000. 008236/2014-78

d. Fabricante: The Dow Chemical Company 701 Washington Street Midland, Michigan 48640, EUA, Dow Agrosciences Southem Africa (PTY) Ltd. Old Mill Site, Canelands 4341, Durban 4000, África do Sul; Atanor S.C.A. Paula Albarracin de Sarmiento, s/nº Rio Tercero, Pcia. De Córdoba Argentina, Atul Limited Atul 396020 Gujarat Índia; Polaquimia S.A. de C.V. km 144 Carretera Federal México Veracrus, San Cosme Xaloztoc Tlaxcala México Atul Limited - Atul Limited - Atul 396020 Gujarat Índia, Monsanto Company 800 N, Lindberg Bouvelard St. Louis Missouri EUA, Monsanto do Brasil Ltda - São José dos Campos/SP, Monsanto Argentina - Maipu 1210 Buenos Aires Argentina; Monsanto Europe S.A. - Avenue de Ter-

vuren 270272, PO BOX 1-B-1150, Bruxelas Bélgica; Monsanto Austrália Ltd. PO BOX 6051 St. Kilda Rd Central 3004, Melbourne Austrália; Intermedi Chimici Ravenna S.p.A. ICR - Zona Industriale Ponticelle Comune Di Ravenna Itália; Atanor S.C.A. - Ruta 8 km 60, Calle 3 Y 8, Parque Industrial Pilar, 1629 Pilar Buenos Aires Argentina; Zhejiang Xinan Chemical Industry Group Co. Ltd. - Nº 93 Baisha Road, Jiande, Xinanjiang Zhejiang China; Formulador: Dow Agrosciences Industrial Ltda - Franco da Rocha/SP; Van Dest Supply Company 1434 200th Street Webster City lowa, 50595 EUA

e. Nome Químico: N-(phosphonomethyl)glycine(2,4-dichlorophenoxy)acetic acid, Nome comum: 2,4-D Sal colina

f. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica

g. Indicação de uso: Indicado para a cultura de milho e soja

h. Classificação toxicológica: I - Extremamente Tóxico

i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade Ambiental: III - Produto Perigoso ao Meio Ambiente

44 - a. Nome do titular: Dow Agrosciences Industrial Ltda. - São Paulo/SP

b. Marca Comercial: Arrange

c. Resultado do pedido: Deferido, concedido registro n° 31417, conforme processo 21000.008236/2014-78

d. Fabricante: The Dow Chemical Company 701 Washington Street Midland Michigan 48640 EUA, Dow Agrosciences Southem Africa (PTY) Ltd. Old Mill Site Canelands 4341, Durban 4000, África do Sul, Atanor S.C.A. - Paula Albarracin de Sarmiento s/nº Rio Tercero Pcia, de Córdoba Argentina, Atul Limited Atul, 396020 Gujarat Índia, Polaquimia S.A. de C.v. km 144 Carretera Federal México-Vera cruz, San Cosme Xaloztoc Tlaxcal México, Monsanto Company 800 N Lindberg Boulevard St. Luois Missouri - EUA,- Monsanto do Brasil Ltda - São José dos Campos/SP, Monsanto Argentina Maipu 1210, Buenos Aires Argentina, Monsanto Europe S.A. - Avenue de Tervurem 270-272, PO Box 1-B-1150, Bruxelas Bélgica; Monsanto Austrália Ltd. PO Box 6051, St. Kilda Rd Central 3004, Melbourne Austrália, Intermedi Chimici Ravenna S.p.A. ICR - Zona Industriale Ponticelle Comune Di Ravenna Itália, Atanor S.C.A. Ruta 8 km 60, Calle 3 Y8, Parque Industrial Pilar, 1629 Pilar, Buenos Aires Argentina; Zhejiang Xinan Chemical Industry Group Co. Ltd. Nº 93 Baisha Road, Jiande, Xinanjiang Zhejiang China, Formulador: Dow Agrosciences Industrial Ltda - Franco da Rocha/SP; Van Dest Supply Company 1434 220th Street, Webster City l0wa 50595 - EUA

e. Nome Químico: N-(phosphonomethyl)glycine; (2,4-dichlorophenoxy)acetic acid, Nome comum: 2,4-D Sal Colina

f. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica

g. Indicação de uso: Indicado para as culturas de soja e milho

h. Classificação toxicológica: I - Extremamente Tóxico

i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade Ambiental: III - Produto perigoso ao meio ambiente

45 - a. Nome do titular: Dow Agrosciences Industrial Ltda. - São Paulo/SP

b. Marca Comercial: Lifter

c. Resultado do pedido: Deferido, concedido registro n° 31517, conforme processo 21000.008236/2014-78

d. Fabricante: The Dow Chemical Company 701 Washington Street, Midland Michigan 48640 - EUA; Dow Agrosciences Southem Africa (PTY) Ltd. Old Mill Site, Canelands 4341, Durban 4000 África do Sul, Atanor S.C.A. - Paula Albarracín de Sarmiento s/nº Rio Tercero, Pcia. De Córdoba Argentina; Atul Limited Atul 396020 Gujarat índia, Polaquimia S.A. de C.V. km 144 Carretera Federal México vra cruz San Cosme Xaloztoc Tlaxcala México, Monsanto Company 800 N Lindberg Boulevar St. Louis Missouri EUA, Monsanto do Brasil Ltda - São José dos Campos/SP, Monsanto Argentina Maipu 1210 Buenos Aires Argentina, Monsanto Europe S.A. Avenue de Tervuren 270-272 PO Box 1-B-1150, Bruxelas Bélgica, Monsanto Austrália Ltd. PO Box 6051, St. Kilda Rd Central 3004 Melbourne Austrália, Intermedi Chimici Ravenna S.p.A ICR Zona Industriale Ponticelle Comune Di Ravenna Itália, Atanor S.C.A. Ruta 8 km 60 calle 3 Y 8 parque industrial Pilar, 1629 Pilar, Buenos Aires Argentina, Zhejiang Xinan Chemical Industry Group Co., Ltd. Nº 93 Baisha Road, Jiande Xinanjiang Zhejiang China; Formulador: Dow Agrosciences Industrial Ltda - Franco da Rocha/SP, Van Dest Supply Company 1434 220th Street Webster City lowa 50595, EUA

e. Nome Químico: N-(phosphonomethyl)glycine (2,4-dichlorophenoxy)acetic acid, Nome comum: 2,4-D Sal Colina

f. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica

g. Indicação de uso: indicado para as culturas de milho e soja.

h. Classificação toxicológica: I - Extremamente Tóxico

i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade Ambiental: III - Produto Perigoso ao Meio Ambiente

46 - a. Nome do titular: Iharabras S.A. Indústrias Químicas - Sorocaba/SP

b. Marca Comercial: Cerconil

c. Resultado do pedido: Deferido, concedido registro n° 31617, conforme processo 21000.006847/2014-81

d. Fabricante: Nippon Soda Co, Ltd. - Takaoka plant 300 Mukaino Honmachi, Takaoka Toyama 933-8507 Japão, Nisso Namhae Agro Co. Ltd. -323-1 Nakpo-dong, Yeosu-City Jaollanam-Do, Coreia do Sul, Iharabras S.A. Indústrias Químicas-Sorocaba/SP, GB Biosciences Corporation - 2239 Haden Road, TX 77015 - EUA, Jiangsu Xinhe Agrochemical Co. Ltd. Nº 19 Xingang Road China, Jiangsu Weunute Fine Chemical Co. Ltd. - Jinger Road, Chemical Industrial Park, Xinyi City, Jiangsu Province China; Formulador: Iharabras S.A. Indústrias Químicas - Sorocaba/SP

e. Nome Químico: dimethyl 4,4-(O-phenylene)bis(3-thioallophanate); tetrachloroisophthalonitrile, Nome comum: Tiofanato-metílico, Clorotalonil

f. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica

g. Indicação de uso: indicado para as culturas de feijão, melancia e tomate.

h. Classificação toxicológica: II - Altamente Tóxico

i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade Ambiental: II- Produto muito perigoso ao meio ambiente

47 - a. Nome do titular: Agroimport do Brasil Ltda. - Porto Alegre/RS

b. Marca Comercial: Diflucrop

c. Resultado do pedido: Deferido, concedido registro n° 31717, conforme processo 21000.003975/2012-10

d. Fabricante: Jiangyin Suli Chemical Co. Ltd. Nº 7 Runhua Road, Ligang Town cidade de Jiangyin, Jiangsu Provincia China Formulador: Jiangyin Suli Chemical Co. Ltd. Nº 7 Runhua Road Ligang Town, cidade de Jiangyin Jiangsu Provincia China, 214444

e. Nome Químico: 1-(4-chlorophenyl)-3-(2,6-difluorobenzoyl)urea, Nome comum: Diflubenzurom

f. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica

g. Indicação de uso: Indicado para as culturas de algodão, citros, milho, soja e tomate.

h. Classificação toxicológica: I - Extremamente Tóxico

i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade Ambiental: III - Produto Perigoso ao Meio Ambiente

48 - a. Nome do titular: Allierbrasil Agro Ltda. - São Paulo/SP

b. Marca Comercial: Instal 800 WG

c. Resultado do pedido: Deferido, concedido registro n° 31817, conforme processo 21000.002737/2013-60

d. Fabricante: Sinochem Ningbo Chemicals Co., Ltd. Dui Gou Gang Town (Chemical Industry Zone), Guan Nan County Lian Yun Gang Jiangsu China; Formulador: Zhejiang Funong Botech Co., Ltd. Latian Yongqiang 325024, Wenzhou China; CHD"S Agrochemicals SAIC Supercarretera km 9, Campo Tucuru Hernandarias Paraguai; Zhejiang Hisun Chemical Co. Ltd. Nº 97 Waisha Road, Jiaojiang District, Taizhou Zhejiang Chia; Ningbo Sujoy Agroscience Co. Ltd. Dui Gou Gant Town (Chemical Industry Zone), Lian Yun Gang Jiangsu China

e. Nome Químico: (RS)-5-amino-1-(2,6-dichloro-alfa, alfa, alfa-trifluoro-p-tolkyl)-4-trifluoromethylsulfinylpyrazole-3-carbonitrile Nome comum: Fipronil

f. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica

g. Indicação de uso: Indicado para as culturas de algodão, batata, cana de açúcar, milho e soja.

h.Classificação toxicológica: I - Extremamente Tóxico

i.Classificação quanto ao potencial de periculosidade Ambiental: II - Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente

49 - a. Nome do titular: Koppert do Brasil Sistemas Biológicos Ltda. - Piracicaba/SP

b. Marca Comercial: No Hop

c. Resultado do pedido: Deferido, concedido registro n° 31917, conforme processo 21000.009317/2017-38

d. Fabricante: Koppert do Brasil Holding Ltda - Piracicaba/SP; Formulador: Koppert do Brasil Sistemas Biológicos Ltda - Piracicaba/SP

e.Nome Químico: Não se aplica Nome comum: Metarhizium anisopliae

f. Nome científico, no caso de agente biológico: Metarhizium anisopliae cepa IBCB 425

g. Indicação de uso: Em todas as culturas com ocorrência do alvo biológico.

h. Classificação toxicológica: IV - Pouco Tóxico

i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade Ambiental: IV - Produto pouco Perigoso ao Meio Ambiente

50 - a. Nome do titular: : Koppert do Brasil Sistemas Biológicos Ltda. - Piracicaba/SP

b. Marca Comercial: Bioinsect

c. Resultado do pedido: Deferido, concedido registro n° 32017, conforme processo 21000.009310/2017-16

d. Fabricante: Koppert do Brasil Holding Ltda - Piracicaba/SP , Formulador: Koppert do Brasil Sistemas Biológicos Ltda - Piracicaba/SP

e. Nome Químico: Não se aplica Nome comum: Metarhizium anisopliae

f. Nome científico, no caso de agente biológico: Metarhizium anisopliae cepa IBCB 425

g. Indicação de uso: Em todas as culturas com ocorrência do alvo biológico.

h. Classificação toxicológica: IV - Pouco Tóxico

i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade Ambiental: IV - Produto pouco Perigoso ao Meio Ambiente

51 - a. Nome do titular: Koppert do Brasil Sistemas Biológicos Ltda. - Piracicaba/SP

b. Marca Comercial: Trianum WG

c. Resultado do pedido: Deferido, concedido registro n° 32117, conforme processo 21000.002856/2017-46

d. Fabricante: Koppert do Brasil Holding Ltda - Piracicaba/SP , Formulador: Koppert do Brasil Holding Ltda - Piracicaba/SP , Koppert do Brasil Sistemas Biológicos Ltda - Piracicaba/SP; Koppert BV - Veilingweg 14, 2651, BE P.O. Box 55 - Berkel em Rodenrijs Holanda

e. Nome Químico: Não se aplica

Nome comum: Trichoderma harzianum

f. Nome científico, no caso de agente biológico: Trichoderma harzianum cepa T-22

g.Indicação de uso: Em todas as culturas com ocorrência do alvo biológico.

h.Classificação toxicológica: IV - Pouco Tóxico

i.Classificação quanto ao potencial de periculosidade Ambiental: IV - Produto pouco Perigoso ao Meio Ambiente

52 - a. Nome do titular: Koppert do Brasil Sistemas Biológicos Ltda. - Piracicaba/SP

b. Marca Comercial: Albatroz

c. Resultado do pedido: Deferido, concedido registro n° 32217, conforme processo 21000.009306/2017-58

d. Fabricante/Formulador: Koppert do Brasil Holding Ltda - Piracicaba/SP; Koppert do Brasil Sistemas Biológicos Ltda - Piracicaba/SP, Koppert BV Veilingweg 14 2651 BE P.O. Box 155, Berkelen Rodenrijs Holanda

e. Nome Químico: Não se aplica Nome comum: Beauveria bassiana

f. Nome científico, no caso de agente biológico: Beauveria bassiana cepa IBCB 66

g. Indicação de uso: Em todas as culturas com ocorrência do alvo biológico.

h. Classificação toxicológica: IV - Pouco Tóxico

i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade Ambiental: IV - Produto pouco Perigoso ao Meio Ambiente

53 - a. Nome do titular: Koppert do Brasil Sistemas Biológicos Ltda. - Piracicaba/SP

b. Marca Comercial: Avenger

c. Resultado do pedido: Deferido, concedido registro n° 32317, conforme processo 21000.062472/2016-00

d. Fabricante/Formulador: Koppert do Brasil Holding Ltda - Piracicaba/SP; Koppert do Brasil Sistemas Biológicos Ltda - Piracicaba/SP, Koppert BV Veilingweg 14 2651 BE P.O. Box 155, Berkelen Rodenrijs Holanda

e. Nome Químico: Não se aplica, Nome comum: Beauveria bassiana

f. Nome científico, no caso de agente biológico: Beauveria bassiana cepa IBCB 66

g. Indicação de uso: Em todas as culturas com ocorrência do alvo biológico.

h. Classificação toxicológica: IV - Pouco Tóxico

i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade Ambiental: IV -Produto pouco Perigoso ao Meio Ambiente

54 - a. Nome do titular: Koppert do Brasil Sistemas Biológicos Ltda. - Piracicaba/SP

b. Marca Comercial: Entomite

c. Resultado do pedido: Deferido, concedido registro n° 32417, conforme processo 21000.062470/2016-11

d. Fabricante/Formulador: Koppert do Brasil Holding Ltda - Piracicaba/SP; Koppert do Brasil Sistemas Biológicos Ltda - Piracicaba/SP, Koppert BV Veilingweg 14 2651 BE P.O. Box 155, Berkelen Rodenrijs Holanda

e. Nome Químico: não se aplica Nome comum: Stratiolaelaps scimitus

f. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica

g. Indicação de uso: Em todas as culturas com ocorrência do alvo biológico

h. Classificação toxicológica: Não determinado devido à natureza do produto (inimigos naturais)

i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade Ambiental: IV - Produto pouco Perigoso ao Meio Ambiente

55 - a. Nome do titular: Koppert do Brasil Sistemas Biológicos Ltda. - Piracicaba/SP

b. Marca Comercial: Celta

c. Resultado do pedido: Deferido, concedido registro n° 32517, conforme processo 21000.062468/2016-33

d. Fabricante/Formulador: Koppert do Brasil Holding Ltda - Piracicaba/SP; Koppert do Brasil Sistemas Biológicos Ltda - Piracicaba/SP, Koppert BV Veilingweg 14 2651 BE P.O. Box 155, Berkelen Rodenrijs Holanda

e. Nome Químico: não se aplica Nome Comum: Phytoseiulus macropilis

f. Nome científico, no caso de agente biológico: Phytoseiulus macropilis

g. Indicação de uso: Em todas as culturas com ocorrência do alvo biológico

h. Classificação toxicológica: Não determinado devido à natureza do produto (inimigos anturais)

i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade Ambiental: IV - Produto pouco Perigoso ao Meio Ambiente

56 - a. Nome do titular: BRA Defensivos Agrícolas Ltda. - Piracicaba/SP

b. Marca Comercial: Arcar

c. Resultado do pedido: Deferido, concedido registro n° 32617, conforme processo 21000.010693/2017-75

d. Fabricante/Formulador: Koppert do Brasil Holding Ltda - Piracicaba/SP; Koppert do Brasil Sistemas Biológicos Ltda - Piracicaba/SP, Koppert BV Veilingweg 14 2651 BE P.O. Box 155, Berkelen Rodenrijs Holanda

e. Nome Químico: não se aplica - Nome Comum: Metarhizium anisopliae

f. Nome científico, no caso de agente biológico: *Metarhizium anisopliae* cepa IBCB 425

g. Indicação de uso: Em todas as culturas com ocorrência do alvo biológico

h. Classificação toxicológica: IV - Pouco Tóxico

i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade Ambiental: IV - Produto pouco Perigoso ao Meio Ambiente

57 - a. Nome do titular: Bayer S.A. - São Paulo/SP

b. Marca Comercial: Votivo Prime

c. Resultado do pedido: Deferido, concedido registro n° 32717, conforme processo 21000.061964/2016-70

d. Fabricante/Formulador: Bayer CropScience LP - 8400 Hawthorn Road, 64120 Kansas City, Missouri - EUA

e. Nome Químico: não se aplica - Nome Comum: Bacillus firmus

f. Nome científico, no caso de agente biológico: Bacillus firmus cepa I-1582

g. Indicação de uso: Em todas as culturas com ocorrência do alvo biológico

h. Classificação toxicológica: III - Medianamente Tóxico

i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade Ambiental: IV - Produto pouco Perigoso ao Meio Ambiente

58 - a. Nome do titular: Bayer S.A. - São Paulo/SP

b. Marca Comercial: Oleaje Prime

c. Resultado do pedido: Deferido, concedido registro n° 32817, conforme processo 21000.004691/2017-47

d. Fabricante/Formulador: Bayer CropScience LP - 8400 Hawthorn Road, 64120 Kansas City, Missouri - EUA

e. Nome Químico: não se aplica - Nome Comum: Bacillus firmus

f. Nome científico, no caso de agente biológico: Bacillus firmus cepa I-1582

g. Indicação de uso: Em todas as culturas com ocorrência do alvo biológico

h. Classificação toxicológica: III - Medianamente Tóxico

i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade Ambiental: IV - Produto pouco Perigoso ao Meio Ambiente

59 - a. Nome do titular: Bayer S.A. - São Paulo/SP

b. Marca Comercial: Andril Prime

c. Resultado do pedido: Deferido, concedido registro n° 32917, conforme processo 21000.004686/2017-34

d. Fabricante/Formulador: Bayer CropScience LP - 8400 Hawthorn Road, 64120 Kansas City, Missouri - EUA

e. Nome Químico: não se aplica - Nome Comum: Bacillus firmus

f. Nome científico, no caso de agente biológico: Bacillus firmus cepa I-1582

g. Indicação de uso: Em todas as culturas com ocorrência do alvo biológico

h. Classificação toxicológica: III - Medianamente Tóxico

i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade Ambiental: IV - Produto pouco Perigoso ao Meio Ambiente

60 - a. Nome do titular: Isk Biosciences do Brasil Defensivos Agrícolas Ltda. - Indaiatuba/SP

b. Marca Comercial: Cymoxanil Técnico ISK

c. Resultado do pedido: Deferido, concedido registro n° 33017, conforme processo 21000.008957/2014-88

d. Fabricante: Indofil Industries Limited - Azad Nagar, Sandoz Baug P.O. Off Ghodbunder Road, Near Chitalsar, Manpada 400607 Thane Maharashtra Índia

e. Nome Químico: 1-(2-cyano-2-5-tert-butyl-1,3,4-thiadiazol-2-yl)-1,3-dimethylurea; Nome Comum: Cimoxanil

f. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica

g. Indicação de uso: Trata-se de produto técnico

h. Classificação toxicológica: III - Medianamente Tóxico

i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade Ambiental: IV -Produto pouco Perigoso ao Meio Ambiente

61 - a. Nome do titular: Sinon do Brasil Ltda. - Porto Alegre/RS

b. Marca Comercial: Tebuconazole Técnico Sinon

c. Resultado do pedido: Deferido, concedido registro n° 33117, conforme processo 21000.011206/2011-04

d. Fabricante: Sinon Corporation 101 Nanrong Road, Ta-Tu 43245 Taichung Taiwan; Sinon Chemical (China) Co. Ltd. 28, Beicun Road, Zhelin Town Fengxian District Shanghai China; Zhejiang Bosst CropScience Co. Ltd. Hangzhou Bay Cross-Sea Bridge New Area.

e. Nome Químico: (RS)-1-p-chlorophenyl-4,4-dimethyl-3-(1H-1,2,4-triazol-1-ylmethyl)pentan-3-ol; Nome Comum: Tebuconazol

f. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica

g. Indicação de uso: Trata-se de produto técnico

h. Classificação toxicológica: I - Extremamente Tóxico

i. Classificação quanto ao potencial de periculosidade Ambiental: II - Produto muito Perigoso ao Meio Ambiente

CARLOS RAMOS VENÂNCIO
Coordenador-Geral

DEPARTAMENTO DE SANIDADE VEGETAL

RESOLUÇÃO Nº 5, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017

O Diretor do Departamento de Sanidade Vegetal, de acordo com as atribuições que lhe confere o art. 23 do Anexo I do Decreto nº. 8.852, de 20 de setembro de 2016, considerando o disposto na Instrução Normativa Nº 03, de 20 de março de 2014, e o que consta dos Processos nº 21000.010959/2005-46 e nº 21000.019997/2017-06, resolve:

Art. 1º Aprovar o plano de trabalho para implementação do sistema integrado de medidas fitossanitárias de mitigação de risco associado à praga Mycosphaerella fijiensis na exportação de frutos de Banana (Musa acuminata) do Equador para o Brasil.

Art. 2º Revogar o Ato nº 2, de 29 de julho de 2014.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS VINÍCIUS SEGURADO COELHO



Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 6.760/SEI, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, e, considerando o que consta do Processo nº 01250.069841/2017-17, resolve:

Art. 1º Autorizar, de acordo com o artigo 16 do Decreto n.º 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, à REDE FAMÍLIA DE COMUNICAÇÃO LTDA., concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, no município de Limeira, estado de São Paulo, a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital, na localidade de Itapira, estado de São Paulo, por meio do canal 44 (quarenta e quatro), visando à retransmissão de seus próprios sinais.

Art. 2º A presente autorização reger-se-á pelas disposições do citado Decreto e demais normas específicas.

Art. 3º A execução do Serviço deverá se iniciar na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ressalvada a hipótese da entidade comprovar por estudo de viabilidade, apresentado juntamente com o projeto técnico de instalação da estação neste Ministério, que não interferirá em outra entidade outorgada, com utilização do mesmo canal.

Parágrafo único. Caso fique comprovada a viabilidade referida no caput, a autorização de uso de radiofrequência deverá ser emitida pela Anatel em data anterior ao desligamento do sinal analógico.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 6.765/SEI, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, e, considerando o que consta do Processo nº 01250.069455/2017-17, resolve:

Art. 1º Autorizar, de acordo com o artigo 16 do Decreto n.º 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, à RÁDIO E TELEVISÃO RECORD S.A., concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, no município de São Paulo, estado de São Paulo, a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital, na localidade de Mongaguá, estado de São Paulo, por meio do canal 14 (quatorze), visando à retransmissão de seus próprios sinais.

Art. 2º A presente autorização reger-se-á pelas disposições do citado Decreto e demais normas específicas.

Art. 3º A execução do Serviço deverá se iniciar na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ressalvada a hipótese da entidade comprovar por estudo de viabilidade, apresentado juntamente com o projeto técnico de instalação da estação neste Ministério, que não interferirá em outra entidade outorgada, com utilização do mesmo canal.

Parágrafo único. Caso fique comprovada a viabilidade referida no caput, a autorização de uso de radiofrequência deverá ser emitida pela Anatel em data anterior ao desligamento do sinal analógico.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 6.767/SEI, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, e, considerando o que consta do Processo nº 01250.069159/2017-16, resolve:

Art. 1º Autorizar, de acordo com o artigo 16 do Decreto n.º 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, à RÁDIO E TELEVISÃO RECORD S.A., concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, no município de São Paulo/SP a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital, na localidade de Cravinhos, estado de São Paulo, por meio do canal 29 (vinte e nove), visando à retransmissão de seus próprios sinais.

Art. 2º A presente autorização reger-se-á pelas disposições do citado Decreto e demais normas específicas.

Art. 3º A execução do Serviço deverá se iniciar na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ressalvada a hipótese da entidade comprovar por estudo de viabilidade, apresentado juntamente com o projeto técnico de instalação da estação neste Ministério, que não interferirá em outra entidade outorgada, com utilização do mesmo canal.

Parágrafo único. Caso fique comprovada a viabilidade referida no caput, a autorização de uso de radiofrequência deverá ser emitida pela Anatel em data anterior ao desligamento do sinal analógico.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 6.768/SEI, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, e, considerando o que consta do Processo nº 01250.069178/2017-42, resolve:

Art. 1º Autorizar, de acordo com o artigo 16 do Decreto n.º 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, à RÁDIO E TELEVISÃO RECORD S.A., concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, no município de São Paulo/SP, a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital, na localidade de Jaboticabal, estado de São Paulo, por meio do canal 35 (trinta e cinco), visando à retransmissão de seus próprios sinais.

Art. 2º A presente autorização reger-se-á pelas disposições do citado Decreto e demais normas específicas.

Art. 3º A execução do Serviço deverá se iniciar na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ressalvada a hipótese da entidade comprovar por estudo de viabilidade, apresentado juntamente com o projeto técnico de instalação da estação neste Ministério, que não interferirá em outra entidade outorgada, com utilização do mesmo canal.

Parágrafo único. Caso fique comprovada a viabilidade referida no caput, a autorização de uso de radiofrequência deverá ser emitida pela Anatel em data anterior ao desligamento do sinal analógico.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 6.906/SEI, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, e, considerando o que consta do Processo nº 01250.070465/2017-03, resolve:

Art. 1º Autorizar, de acordo com o artigo 16 do Decreto n.º 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, à RÁDIO E TELEVISÃO RECORD S.A., concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, no município de São Paulo, estado de São Paulo, a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráte secundário, com utilização de tecnologia digital, na localidade de Piquete, estado de São Paulo, por meio do canal 35 (trinta e cinco), visando à retransmissão de seus próprios sinais.

Art. 2º A presente autorização reger-se-á pelas disposições do citado Decreto e demais normas específicas.

Art. 3º A execução do Serviço deverá se iniciar na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ressalvada a hipótese da entidade comprovar por estudo de viabilidade, apresentado juntamente com o projeto técnico de instalação da estação neste Ministério, que não interferirá em outra entidade outorgada, com utilização do mesmo canal.

Parágrafo único. Caso fique comprovada a viabilidade referida no caput, a autorização de uso de radiofrequência deverá ser emitida pela Anatel em data anterior ao desligamento do sinal analógico.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 6.934/SEI, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES], observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, e, considerando o que consta do Processo nº 01250.069899/2017-52, resolve:

Art. 1º Autorizar, de acordo com o artigo 16 do Decreto n.º 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, à RÁDIO E TELEVISÃO RECORD S.A., concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, no município de São Paulo, estado de São Paulo, a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital, na localidade de Bragança Paulista (Vargem), estado de São Paulo, por meio do canal 43 (quarenta e três), visando à retransmissão de seus próprios sinais.

Art. 2º A presente autorização reger-se-á pelas disposições do citado Decreto e demais normas específicas.

Art. 3º A execução do Serviço deverá se iniciar na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ressalvada a hipótese da entidade comprovar por estudo de viabilidade, apresentado juntamente com o projeto técnico de instalação da estação neste Ministério, que não interferirá em outra entidade outorgada, com utilização do mesmo canal.

Parágrafo único. Caso fique comprovada a viabilidade referida no caput, a autorização de uso de radiofrequência deverá ser emitida pela Anatel em data anterior ao desligamento do sinal analógico.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

CONSELHO DIRETOR

ACÓRDÃOS DE 4 DE DEZEMBRO DE 2017

Nº 618 - Processo nº 53548.001738/2007-58
Recorrente/Interessado: BRASIL TELECOM S.A. - FILIAL MATO GROSSO DO SUL. CNPJ/MF nº 76.535.764/0324-28

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 301/2017/SEI/AD (SEI nº 2117446), integrante deste acórdão: a) conhecer do Recurso Administrativo para, no mérito, negar-lhe provimento; e, b) reformar, de ofício, o valor da sanção de multa.

Nº 622 - Processo nº 53554.001003/2008-26
Recorrente/Interessado: TELEMAR NORTE LESTE S.A. CNPJ/MF nº 33.000.118/0001-79

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 283/2017/SEI/AD (SEI nº 2071147), integrante deste acórdão: a) conhecer do Recurso Administrativo interposto, para, no mérito, dar-lhe provimento parcial; b) receber o requerimento protocolizado e indeferir o pedido formulado pela Recorrente de suspensão deste processo; e, c) não conhecer da petição extemporânea protocolizada sob o SEI nº 2146292.

JUAREZ MARTINHO QUADROS DO NASCIMENTO
Presidente do Conselho

ACÓRDÃO Nº 623, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2017

Processo nº 53500.008897/2006-49
Recorrente/Interessado: BRASIL TELECOM S.A. - FILIAL MATO GROSSO.

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 310/2017/SEI/AD (SEI nº 2130944), integrante deste acórdão: a) retificar as alíneas "b" e "d" do Despacho nº 2.173/2009/UNACO/UNAC/SUN, de 27 de março de 2009; b) conhecer do Recurso interposto para, no mérito, dar-lhe provimento parcial; c) reformar, de ofício, a decisão recorrida; e, d) receber o requerimento protocolizado e indeferir o pedido formulado pela Recorrente de suspensão deste processo.

JUAREZ MARTINHO QUADROS DO NASCIMENTO
Presidente do Conselho

ACÓRDÃOS DE 6 DE DEZEMBRO DE 2017

Nº 624 - Processo nº 53500.010886/2014-39
Recorrente/Interessado: OI S.A., TELEMAR NORTE LESTE S.A. CNPJ/MF n. 76.535.764/0001-43 e 33.000.118/0001-79

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 227/2017/SEI/OR (SEI nº 1938230), integrante deste acórdão, conhecer do Recurso Administrativo para, no mérito, negar-lhe provimento.

Nº 625 - Processo nº 53563.000894/2007-11
Recorrente/Interessado: TELEMAR NORTE LESTE S.A. CNPJ/MF nº 33.000.118/0016-55

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 284/2017/SEI/OR (SEI nº 2108789), integrante deste acórdão: a) receber o pedido protocolizado sob o SEI nº 1191578 e indeferi-lo; b) indeferir o pedido de suspensão de trâmite deste processo constante da petição SEI nº 1986619; c) conhecer do Recurso Administrativo para, no mérito, negar-lhe provimento; d) revisar, de ofício, o valor final da multa; e, e) determinar à Recorrente para que comprove o ressarcimento aos usuários.

Nº 626 - Processo nº 53508.008323/2014-19
Recorrente/Interessado: RÁDIO JORNAL DE MACAÉ LTDA. CNPJ/MF nº 40.185.837/0001-77

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 279/2017/SEI/OR (SEI nº 2097934), integrante deste acórdão: a) conhecer do Recurso Administrativo para, no mérito, negar-lhe provimento; e, b) converter, de ofício, a sanção de multa em advertência.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800027

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Nº 627 - Processo nº 53536.000036/2008-77
Recorrente/Interessado: OI S.A. CNPJ/MF nº 33.000.118/0001-79

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 256/2017/SEI/AD (SEI nº 2007404), integrante deste acórdão: a) conhecer do Recurso Administrativo para, no mérito, negar-lhe provimento; b) reformar, de ofício, a sanção de multa anteriormente aplicada por meio do Despacho nº 4.358/2010/UNACO/UNAC/SUN, de 8 de outubro de 2010; e, c) receber e indeferir a petição sob o SEI nº 1194631.

Nº 628 - Processo nº 53500.007413/2008-14
Recorrente/Interessado: STAR ONE S.A. CNPJ/MF nº 03.964.292/0001-70

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 237/2017/SEI/AD (SEI nº 1977050), integrante deste acórdão: a) conhecer do Recurso de Ofício para, no mérito, negar-lhe provimento; e, b) conhecer do Recurso Voluntário para, no mérito, negar-lhe provimento.

Nº 629 - Processo nº 53500.027025/2012-28
Recorrente/Interessado: R S T SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA. CNPJ/MF nº 08.316.162/0001-45

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 295/2017/SEI/AD (SEI nº 2102762), integrante deste acórdão, conhecer do Recurso de Ofício para, no mérito, negar-lhe provimento.

Nº 630 - Processo nº 53569.001349/2011-61
Recorrente/Interessado: TELEMAR NORTE LESTE S.A. CNPJ/MF nº 33.000.118/0009-26

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 243/2017/SEI/AD (SEI nº 1990132), integrante deste acórdão: a) conhecer do Recurso Administrativo interposto em face do Despacho nº 3.937/2013-COQL/SCO, de 8 de agosto de 2013, para, no mérito, negar-lhe provimento; e, b) receber o requerimento protocolizado (SEI nº 1378562) e indeferir o pedido formulado pela Recorrente de suspensão deste processo.

Nº 631 - Processo nº 53560.000529/2007-29
Recorrente/Interessado: TELEMAR NORTE LESTE S.A. CNPJ/MF nº 33.000.118/0015-74

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 296/2017/SEI/AD (SEI nº 2103054), integrante deste acórdão: a) conhecer do Recurso Administrativo interposto contra o Despacho nº 1.614/2010/UNACO/UNAC/SUN, de 15 de março de 2010, para, no mérito, negar-lhe provimento; b) receber o documento de fls. 115-122 para indeferir os pedidos nele constantes; c) reformar, de ofício, o Despacho nº 1.614/2010/UNACO/UNAC/SUN, de 15 de março de 2010; e, d) receber o requerimento protocolizado sob o SEI nº 1193112 e indeferir o pedido formulado pela Recorrente de suspensão deste processo.

Nº 632 - Processo nº 53500.013400/2012-52
Recorrente/Interessado: OI S.A. CNPJ/MF nº 76.535.764/0001-43

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 300/2017/SEI/AD (SEI nº 2115173), integrante deste acórdão: a) conhecer do Recurso Administrativo interposto em face do Despacho Decisório nº 5.613/2013-CODI/SCO, de 20 de novembro de 2013, para, no mérito, negar-lhe provimento; e, b) receber o requerimento protocolizado em 8 de fevereiro de 2017 e indeferir o pedido formulado pela Recorrente de suspensão deste processo.

Nº 633 - Processo nº 53500.032525/2008-03
Recorrente/Interessado: SERVPRO SERVIÇOS DE PROCESSAMENTO E COMÉRCIO LTDA. CNPJ/MF nº 10.862.209/0001-18

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 226/2017/SEI/AD (SEI nº 1913336), integrante deste acórdão, conhecer do Recurso de Ofício para, no mérito, negar-lhe provimento.

Nº 634 - Processo nº 53500.002547/2014-89
Recorrente/Interessado: DAVOI ISP - PROVEDOR DE SOLUÇÕES E ACESSO A INTERNET LTDA. CNPJ/MF nº 08.997.741/0001-09

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 294/2017/SEI/AD (SEI nº 2102745), integrante deste acórdão, conhecer do Recurso de Ofício para, no mérito, negar-lhe provimento.

Nº 635 - Processo nº 53560.000237/2007-96
Recorrente/Interessado: TELEMAR NORTE LESTE S.A. CNPJ/MF nº 33.000.118/0003-30

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 285/2017/SEI/OR (SEI nº 2113803), integrante deste acórdão: a) receber o pedido de suspensão do trâmite deste Pado, protocolizado sob o nº 1192511 e indeferi-lo; b) conhecer da petição de Aditamento ao Recurso Administrativo protocolizada sob o nº 53508.005259/2010 em 6 de maio de 2010; c) não conhecer da petição extemporânea protocolizada sob o nº 2143251; d) conhecer do Recurso Administrativo para, no mérito, negar-lhe provimento; e, e) rever, de ofício, o valor total da sanção.

Nº 636 - Processo nº 53539.000987/2009-05
Recorrente/Interessado: TNL PCS S.A. CNPJ/MF nº 04.164.616/0001-59

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade dos presentes, nos termos da Análise nº 156/2017/SEI/LM (SEI nº 2123643), integrante deste acórdão: a) receber o pedido de suspensão do trâmite deste Pado, protocolizado sob o nº 1322257, e indeferi-lo; b) conhecer do Recurso Administrativo interposto pela TNL PCS S.A. (OI MÓVEL) em face do Ato nº 5.760, de 6 de setembro de 2010, exarado pelo Superintendente de Serviços Privados (SPV), para, no mérito, negar-lhe provimento; c) reformar, de ofício, a decisão recorrida; e, d) determinar o recolhimento do valor correspondente à reparação dos usuários não contemplados nas medidas de ressarcimento adotadas oportunamente pela Empresa.

Nº 637 - Processo nº 53560.002268/2012-49
Recorrente/Interessado: TV DIÁRIO LTDA. CNPJ/MF nº 23.493.364/0001-56

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 283/2017/SEI/OR (SEI nº 2108625), integrante deste acórdão, conhecer do Recurso Administrativo para, no mérito, negar-lhe provimento.

Nº 638 - Processo nº 53524.003777/2013-14
Recorrente/Interessado: MUNICÍPIO DE ITABIRITO. CNPJ/MF nº 18.307.835/0001-54

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 291/2017/SEI/OR (SEI nº 2127537), integrante deste acórdão: a) conhecer do Recurso Administrativo para, no mérito, negar-lhe provimento; e, b) rever, de ofício, o Despacho Decisório nº 757/2016/SEI/FIGF/SFI, de 6 de dezembro de 2016.

JUAREZ MARTINHO QUADROS DO NASCIMENTO
Presidente do Conselho

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO CEARÁ, RIO GRANDE DO NORTE E PIAUÍ

ATOS DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017

Decreta a extinção da autorização de uso de radiofrequências, declarando extinta a autorização do Serviço Limitado Privado, de caráter restrito e para uso próprio, da(s) entidade(s) relacionada(s):

Nº 14.376 - ANTONIMAR L DE O CORDEIRO - ME, Processo nº 53563.000887/2016-01, CNPJ nº 10463403000120, Fistel nº 50414357400;

Nº 14.377 - ASA BRANCA VII ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A, Processo nº 5350.0601752/2015-01, CNPJ nº 11694618000204, Fistel nº 50412882248;

Nº 14.379 - PERCOL POTIGUAR EMPREENDIMENTOS E COMERCIO LTDA, Processo nº 53560.001360/2017-04, CNPJ nº 11981289000193, Fistel nº 20000026417;

Nº 14.380 - STARK SEGURANÇA PRIVADA LTDA - ME, Processo nº. 53560.002279/2017-33, CNPJ nº 27490097000114, Fistel nº 50415297958;

Nº 14.381 - WESTFORT SEGURANÇA PRIVADA LTDA - ME, Processo nº. 53560.000590/2013-14, CNPJ nº 17384498000136, Fistel nº 50410331619.

GILBERTO STUDART GURGEL NETO
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DE GOIÁS, MATO GROSSO, MATO GROSSO DO SUL E TOCANTINS

UNIDADE OPERACIONAL NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

ATO Nº 14.502, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2017

Processo nº 53548.001836/2017-67.

Expede autorização à CX MS PUBLICIDADE LTDA, CNPJ nº 11134734000180, para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

JOSÉ AFONSO COSMO JUNIOR
Gerente

ATO Nº 14.507, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2017

Processo nº 53548.001822/2017-43.

Expede autorização à ORALDO ZANON JUNIOR, CNPJ nº 93427360172, para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

JOSÉ AFONSO COSMO JUNIOR
Gerente

ATO Nº 14.568, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017

Expede autorização à FIDELIS DOS SANTOS DANTAS - ME, CNPJ nº 37.183.225/0001-30 para exploração do Serviço Limitado Privado e outorga autorização de uso de radiofrequência associada a autorização do serviço.

JOSÉ AFONSO COSMO JUNIOR
Gerente

ATO Nº 14.569, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017

Expede autorização à COLPAR PARTICIPACOES S/A, CNPJ nº 03.801.924/0004-28 para exploração do Serviço Limitado Privado e outorga autorização de uso de radiofrequência associada a autorização do serviço.

JOSÉ AFONSO COSMO JUNIOR
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO

ATO Nº 14.406, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2017

Processo nº 53500.083287/2017-87.

Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à W M W GONCALVES LTDA-ME, CNPJ 03.241.294/0001-31, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Belém/PA.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATO Nº 14.551, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2017

Autoriza FURUKAWA ELECTRIC LATAM S.A., CNPJ nº 51.775.690/0020-54, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade de Brasília/DF, no período de 13/12/2017 a 28/01/2018.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATO Nº 14.582, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017

Autoriza a Embaixada da República da Macedônia a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, durante visita do Senhor Gjorge Ivanov, Presidente da República da Macedônia, nas cidades de Brasília/DF, Rio de Janeiro/RJ e São Paulo/SP, no período de 10/12/2017 a 16/12/2017.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800028

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CONSELHO GESTOR DO FUNDO PARA O DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DAS TELECOMUNICAÇÕES

RESOLUÇÃO Nº 114, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2017

O CONSELHO GESTOR DO FUNDO PARA O DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DAS TELECOMUNICAÇÕES - FUNTTEL, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 3º da Lei nº 10.052, de 28 de novembro de 2000, pelo art. 5º do Decreto nº 3.737, de 30 de janeiro de 2001, e pelo §5º do art. 12 da Resolução nº 01 do Funttel, de 20 de março de 2001, resolve

Art. 1º Aprovar o Plano de Aplicação de Recursos 2017-2019 da Fundação CPqD, no valor total de R$ 53.946.824,14 (Cinquenta e três milhões, novecentos e quarenta e seis mil, oitocentos e vinte e quatro reais e quatorze centavos), conforme quadro abaixo:

PAR 2017 - 2019				
PROJETO	DESPESAS	VALORES EM R$		
		2017	2018-2019+	TOTAL
100GETH	CUSTEIO	2.900.000,00	-	2.900.000,00
	CAPITAL	-	-	-
	TOTAL	2.900.000,00	-	2.900.000,00
TOTAL PROJETOS PAR 2010	CUSTEIO	2.900.000,00	0,00	2.900.000,00
	CAPITAL	0,00	0,00	0,00
	TOTAL	2.900.000,00	-	2.900.000,00
ASIC-DSP	CUSTEIO	4.454.000,00	-	4.454.000,00
	CAPITAL	-	-	-
	TOTAL	4.454.000,00	-	4.454.000,00
LAB4G	CUSTEIO	-	1.200.000,00	1.200.000,00
	CAPITAL	-	1.865.947,74	1.865.947,74
	TOTAL	-	3.065.947,74	3.065.947,74
TOTAL PROJETOS PAR 2012	CUSTEIO	4.454.000,00	1.200.000,00	5.654.000,00
	CAPITAL	0,00	1.865.947,74	1.865.947,74
	TOTAL	4.454.000,00	3.065.947,74	7.519.947,74
PLATAFORMA IoT	CUSTEIO	1.156.000,00	27.174.600,00	28.330.600,00
	CAPITAL	-	1.850.000,00	1.850.000,00
	TOTAL	1.156.000,00	29.024.600,00	30.180.600,00
TOTAL PROJETO PAR 2016	CUSTEIO	1.156.000,00	27.174.600,00	28.330.600,00
	CAPITAL	0,00	1.850.000,00	1.850.000,00
	TOTAL	1.156.000,00	29.024.600,00	30.180.600,00
TOTAL DOS PARs	CUSTEIO	8.510.000,00	28.374.600,00	36.884.600,00
	CAPITAL	0,00	3.715.947,74	3.715.947,74
	TOTAL	8.510.000,00	32.090.547,74	40.600.547,74
TUDOIP	CUSTEIO	3.755.411,64	7.620.306,40	11.375.718,04
	CAPITAL	-	-	0,00
	TOTAL	3.755.411,64	7.620.306,40	11.375.718,04
TSAM	CUSTEIO	1.970.558,36	0,00	1.970.558,36
	CAPITAL	-	-	0,00
	TOTAL	1.970.558,36	-	1.970.558,36
TOTAL DAS RESCISÕES DE PROJETOS	CUSTEIO	5.725.970,00	7.620.306,40	13.346.276,40
	CAPITAL	-	0,00	0,00
	TOTAL	5.725.970,00	7.620.306,40	13.346.276,40
TOTAL GERAL	CUSTEIO	14.235.970,00	35.994.906,40	50.230.876,40
	CAPITAL	-	3.715.947,74	3.715.947,74
	TOTAL	14.235.970,00	39.710.854,14	53.946.824,14

§ 1º Fica a FINEP autorizada a avaliar a adequação de escopo do projeto ASIC-DSP proposta pelo CPqD, com a respectiva redução de valor.

§ 2º A liberação dos valores previstos neste artigo está condicionada à aprovação das Leis Orçamentárias Anuais dos exercícios correspondentes, inclusive eventuais créditos suplementares, bem como de disponibilidade e limites orçamentários e financeiros.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ MÜLLER BORGES
Presidente do Conselho

RESOLUÇÃO Nº 115, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2017

O CONSELHO GESTOR DO FUNDO PARA O DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DAS TELECOMUNICAÇÕES - FUNTTEL, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 3º da Lei nº 10.052, de 28 de novembro de 2000, pelo art. 5º do Decreto nº 3.737, de 30 de janeiro de 2001, e pelo §5º do art. 12 da Resolução nº 01 do Funttel, de 20 de março de 2001, resolve:

Art. 1º Aprovar o Plano de Aplicação de Recursos 2017-2019 do agente financeiro Finep, no valor total de R$ 647,34 milhões (Seiscentos e quarenta e sete milhões, trezentos e quarenta mil reais), conforme quadro abaixo:

PAR/FINEP	2017	2018	2019	Total
Fomento de Operações Aprovadas - Não Reembolsável	1,45	0,09	0,00	1,54
Fomento de Novas Operações - Não Reembolsável	0,00	0,00	0,00	0,00
Financiamento de Operações - Reembolsável	196,83	218,97	230,00	645,80
Totais	198,28	219,06	230,00	647,34

valores em R$ milhões

§ 1º A liberação dos valores previstos neste artigo está condicionada à aprovação das Leis Orçamentárias Anuais dos exercícios correspondentes, inclusive eventuais créditos suplementares, bem como de disponibilidade e limites orçamentários e financeiros.

§ 2º O Presidente deste Conselho fica autorizado a assinar contrato de empréstimo dos recursos reembolsáveis com a Finep, conforme valor previsto no quadro acima.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ MÜLLER BORGES
Presidente do Conselho

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

DIRETORIA DE GESTÃO E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

DESPACHO DE 6 DE DEZEMBRO DE 2017

469.ª RELAÇÃO DE CREDENCIAMENTO - LEI 8.010/90

ENTIDADE	CREDENCIAMENTO	CNPJ
Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Ciência e Tecnologia - FACTO	900.1270/2017	03.832.178/0001-97

CLAUDIO DA SILVA LIMA
Diretor
Substituto

DESPACHO DE 6 DE DEZEMBRO DE 2017

706ª RELAÇÃO DE CREDENCIAMENTO - LEI 8.010/90

ENTIDADE	CREDENCIAMENTO	CNPJ
Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEM	900.0093/1990	00.402.552-0005-50
Casa de Saúde Santa Marcelina - CSSM	900.0464/1993	60.742.616/0001-60

CLAUDIO DA SILVA LIMA
Diretor
Substituto

SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

PORTARIA Nº 6.788, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017

A SECRETÁRIA DE RADIODIFUSÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 12, parágrafo único, do Regulamento de Sanções Administrativas, aprovado pela Portaria n° 112, de 22 de abril de 2013, publicada no Diário Oficial da União de 23 de abril de 2013, e tendo em vista o que consta no Processo n° 53000.004102/2014, com fulcro na Nota Técnica n° 26729/ 2017/SEI-MC, resolve:

Art. 1º Classificar como Grave a seguinte infração prevista em diploma legal, relativo aos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão, e não constante do Anexo IV do Regulamento de Sanções Administrativas:

INFRAÇÃO	SERVIÇOS	DIPLOMAS LEGAIS	GRADAÇÃO	PONTOS
Operar o serviço em canal virtual diferente daquele que foi aprovado.	RTV	Art. 5°, § 1°, da Portaria n° 1.289, de 16 de março de 2017 c/c art. 27 do Decreto n° 5.371, de 17 de fevereiro de 2005.	Grave	8
Operar o serviço em canal virtual diferente daquele que foi aprovado.	TV	Art. 5°, § 1°, da Portaria n° 1.289, de 16 de março de 2017 c/c art. 28, item 16 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963.	Grave	8

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VANDA JUGURTHA BONNA NOGUEIRA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800029

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, COMUNITÁRIA E DE FISCALIZAÇÃO

PORTARIA Nº 6.370, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, COMUNITÁRIA E DE FISCALIZAÇÃO, no uso da competência que lhe foi delegada por meio da Portaria MCTIC nº 2881, publicada no D.O.U. de 05 de junho de 2017, tendo em vista o que consta no processo nº 53900.037898/2016-60, de acordo com os parâmetros fixados na Portaria nº 112, de 22 de abril de 2013, com a redação dada pela Portaria nº 5.774, de 16 de dezembro de 2016 e pela Portaria nº 562, de 22 de dezembro de 2011, publicada no D.O.U. em 23 de dezembro de 2011, e com fulcro na Nota Técnica nº 25.061/2017/SEI-MCTIC, cujos fundamentos adota na forma prevista no art. 50, § 1º, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Retificar os pontos atribuídos à entidade FUNDAÇÃO FREI JOÃO BATISTA VOGEL, outorgada para executar o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada (Fistel 13008000380) e em onda média (Fistel 13008000207), no município de Anápolis e radiodifusão sonora em onda média (Fistel 13008002323) no município de Catalão, todas no estado de Goiás, por meio da Portaria nº. 5551/2017/SEI-MCTIC, publicada no D.O.U. em 28/09/2017, devendo-se ler "lhe atribuir 8 (oito) pontos para cada outorga" ao invés de "lhe atribuir 4 (quatro) pontos para cada outorga", haja vista o cometimento das duas infrações de naturezas diferentes previstas nas alíneas "b" e "c", do art. 38, da Lei n° 4.117, de 27 de agosto de 1962.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

PORTARIAS DE 5 DE DEZEMBRO DE 2017

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, COMUNITÁRIA E DE FISCALIZAÇÃO, no uso da competência que lhe foi delegada por meio da Portaria MCTIC nº 2881, publicada no D.O.U. de 05 de junho de 2017, e tendo em vista o que consta no processo abaixo, resolve:

Art. 1º Aplicar à Entidade abaixo relacionada a penalidade de suspensão, que por este ato fica convertida em multa.

Art. 2º Estas Portarias entram em vigor na data de suas publicações.

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Sanção	Valor (R$)	Enquadramento Legal	Portaria	Embasamento da Portaria de Multa
53000.009390/2013	Rádio Panema Ltda	FM	Andirá	PR	Multa	2.773,33	Art. 38, alínea "b" da Lei nº 4.117/1962.	Portaria DECEF n° 6880, de 05/12/2017	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 858/2008
01250.002301/2017	Rádio E Televisão Matogrossense Ltda	TV	Rondonópoli, Sinop	MT	Multa	29.938,14	Art. 38, alínea "b" da Lei nº 4.117/1962.	Portaria DECEF n° 7020, de 05/12/2017	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

PORTARIAS DE 6 DE DEZEMBRO DE 2017

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, COMUNITÁRIA E DE FISCALIZAÇÃO no uso da competência que lhe foi delegada por meio da Portaria MCTIC nº 2881, publicada no D.O.U. de 05 de junho de 2017, e tendo em vista o que consta no processo abaixo, resolve:

Art. 1º Aplicar à Entidade abaixo relacionada a penalidade de suspensão, que por este ato fica convertida em multa.

Art. 2º Estas Portarias entram em vigor na data de suas publicações.

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Sanção	Valor (R$)	Enquadramento Legal	Portaria	Embasamento da Portaria de Multa
53000.031228/2013	FECMANT - Fundação Educativa e Cultural de Mantena	FME	Mantena	MG	Multa	6.146,57	Art. 38, alínea "b" e "c" da Lei nº 4.117/1962.	Portaria DECEF n° 6904, de 06/12/2017	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011 Portaria MC n° 858/2008
53000.031862/2013	Sistema Vanguarda de Comunicação Ltda	FM	Varginha	MG	Multa	6.652,92	Art. 38, alínea "b" da Lei nº 12.872/2013.	Portaria DECEF n° 6926, de 06/12/2017	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011
53000.066699/2013	Rádio Difusora Oeste Ltda	OM	Osasco	SP	Multa	4.989,69	Art. 38, alínea "b" da Lei nº 10.610/2002.	Portaria DECEF n° 6996, de 06/12/2017	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

COORDENAÇÃO-GERAL DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

PORTARIA Nº 6.339/SEI, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2017

A COORDENADORA-GERAL DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA, DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, COMUNITÁRIA E DE FISCALIZAÇÃO, DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 76,parágrafo 6°, inciso VI, do Regimento Interno do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, aprovado pela Portaria nº 1729, de 31 de março de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 04 de abril de 2017 e considerando o Processo Administrativo nº 01250.039643/2017-11, resolve:

Art. 1º Autorizar a Associação Comunitária Cultural e Educadora de Olímpia, a transferir o local de instalação do sistema irradiante da Rua Silva Jardim,s/n° - Centro para a Rua David de Oliveira, N°1255, SL 02 - Centro, na localidade de Olímpia / SP. A entidade foi autorizada pela Portaria de Autorização n° 945/2008 publicada no Diário Oficial da União em 31 de dezembro de 2008, a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária. O referido ato de autorização foi deliberado pelo Congresso Nacional, conforme Decreto Legislativo nº 17/2012, publicado no Diário Oficial da União em 28 de fevereiro de 2012, conforme consta nos autos do Processo de Autorização n° 53000.012260/2003.

Parágrafo único. O sistema irradiante da estação transmissora da entidade, em razão do disposto no caput, localizar-se-á nas coordenadas geográficas com latitude em 20°44"20"S e longitude 48°54"58"W.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

INALDA CELINA MADIO

DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL

PORTARIA Nº 6.960/SEI, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, SUBSTITUTA, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 2º, da Portaria nº 1.862, de 6 de abril de 2017, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 01250.015956/2017-83, resolve:

Art. 1º Consignar à RÁDIO BERTIOGA FM STEREO LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter primário, na localidade de Bertioga/SP, o canal 13 (treze), correspondente à faixa de frequência de 210 a 216 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º A execução do Serviço deverá se iniciar na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROSANGELA PETRI DUARTE

PORTARIA Nº 7.046/SEI, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2017

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 2º, da Portaria nº1.862, de 6 de abril de 2017, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº01250.073731/2017-41, resolve:

Art. 1º Consignar ao SISTEMA DE COMUNICAÇÃO PANTANAL S/C LTDA., autorizatário do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, na localidade de Florianópolis/SC, o canal 49 (quarenta e nove), correspondente à faixa de frequência de 680 a 686 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º A execução do Serviço deverá se iniciar na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ressalvada a hipótese da entidade comprovar por estudo de viabilidade, apresentado juntamente com o projeto técnico de instalação da estação neste Ministério, que não interferirá em outra entidade outorgada, com utilização do mesmo canal.

Parágrafo único. Caso fique comprovada a viabilidade referida no caput, a autorização de uso de radiofrequência deverá ser emitida pela Anatel em data anterior ao desligamento do sinal analógico.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

INEZ JOFFILY FRANÇA

COORDENAÇÃO-GERAL PÓS DE OUTORGAS

DESPACHO Nº 1.971/SEI, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE PÓS-OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 4º, inciso III, da Portaria n.° 1.729, de 31 de março de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.065937/2017-06, resolve:

Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, da RÁDIO CAJAZEIRAS FM LTDA. - ME, permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Campina Grande-PB, utilizando o canal n.º 290 (duzentos e noventa), classe C, nos termos da Nota Técnica n.º 27225/2017/SEI-MCTIC.

ALTAIR DE SANTANA PEREIRA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800030

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DESPACHO Nº 1.982/SEI, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE PÓS-OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 4º, inciso III, da Portaria n.° 1.729, de 31 de março de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.059477/2017-79, resolve:

Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, da FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA APARECIDA, permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Aparecida - SP, utilizando o canal n.º 282 (duzentos e oitenta e dois), classe A1, nos termos da Nota Técnica n.º 27341/2017/SEI-MCTIC.

ALTAIR DE SANTANA PEREIRA

DESPACHO Nº 1.987/SEI, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE PÓS-OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 4º, inciso III, da Portaria n.° 1.729, de 31 de março de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.060895/2017-17, resolve:

Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, da RÁDIO CETAMA DE BARBALHA S. A., permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Barbalha-CE, utilizando o canal n.º 299 (duzentos e noventa e nove), classe A2, nos termos da Nota Técnica n.º 27451/2017/SEI-MCTIC.

ALTAIR DE SANTANA PEREIRA

DESPACHO Nº 1.999/SEI, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE PÓS-OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 4º, inciso III, da Portaria n.° 1.729, de 31 de março de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.004427/2016-73, resolve:

Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, da SOCIEDADE RÁDIO CARIJÓS LTDA, permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Conselheiro Lafaiete/MG, utilizando o canal n.º 222 (duzentos e vinte e dois), classe A4, nos termos da Nota Técnica n.º 27602/2017/SEI-MCTIC.

ALTAIR DE SANTANA PEREIRA

Ministério da Cultura

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 112, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2017

Fixa as metas institucionais para o exercício de 2017.

A MINISTRA DE ESTADO DA CULTURA, INTERINA, no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, tendo em vista o disposto no art. 5º do Decreto nº 7.133, de 19 de março de 2010 c/c o art. 29 da Portaria nº 109, de 8 de outubro de 2014, e considerando o contido no inciso III do art. 1º do Decreto nº 8.851, de 20 de setembro de 2016, resolve:

Art. 1º Definir as Unidades de Avaliação e fixar as metas institucionais, global e intermediárias, para fins de apuração da avaliação institucional no âmbito do Ministério da Cultura das Gratificações de Desempenho de Atividade Cultural - GDAC, de Atividade de Cargos Específicos - GDACE, de Atividade de Infraestrutura - GDAIE e de Atividade de Políticas Sociais - GDAPS, para o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2017, relativo ao 8º ciclo de avaliação.

Art. 2º As metas fixadas poderão ser revistas, a qualquer tempo dentro do ciclo de avaliação, na hipótese de superveniência de fatores que influenciem significativa e diretamente a sua consecução, desde que a própria unidade não tenha dado causa a tais fatores.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIANA RIBAS DA SILVA

ANEXO I

META INSTITUCIONAL - GLOBAL				
Unidade de Avaliação	Meta Institucional	Indicador	Fórmula de Cálculo	Meta a atingir no exercício de 2017
MinC	Instituir o Plano de Diretrizes e Metas para o biênio 2017/2018.	Plano de Diretrizes e Metas publicado em meio oficial.	Plano publicado = 100% Plano não publicado = 0%	100%

ANEXO II

METAS INSTITUCIONAIS - INTERMEDIÁRIAS				
Unidade de Avaliação	Meta Institucional	Indicador	Fórmula de Cálculo	Meta a atingir no exercício de 2017
Gabinete do Ministro	Aprimorar o atendimento do Gabinete do Ministro.	Elaborar Proposta de Plano de Divulgação e Sensibilização em conjunto com a Assessoria de Comunicação Social e o Plano de Capacitação com a Coordenação de Desenvolvimento de Pessoas relativos ao novo sistema de Colegiados do MinC. (Assessoria de Apoio Administrativo)	Elaboração da Proposta de Plano de Divulgação e Sensibilização e o Plano de Capacitação juntos à CODEP e a ASCOM = 100%; Não elaboração da Proposta de Plano de Divulgação e Sensibilização e o Plano de Capacitação juntos à CODEP e a ASCOM = 0%.	100%
		Percentual de Mensagens recebidas na Ouvidoria e tratadas. (Ouvidoria).	Razão entre o número total de mensagens recebidas na Ouvidoria e o número de mensagens tratadas no período de 1 (um) ano.	90%
		Percentual de Requerimentos de Informação tratados no prazo legal. (Ouvidoria).	Razão entre o número de Requerimentos de Informação recebidos oficialmente e o número de Requerimentos de Informação tratados no prazo legal.	90%
		Percentual de Requerimentos de Informação Parlamentar (Câmara e Senado) tratados no prazo legal. (ASPAR).	Razão entre o número de Requerimento de Informação Parlamentar recebidos oficialmente e o número de Requerimentos de Informação Parlamentar tratados no prazo legal.	90%
		Publicação de 480 conteúdos nas redes sociais (twitter e Facebook) do Ministério da Cultura no período de 1 (um) ano. (ASCOM).	Número de publicações nas redes sociais no período de 1 (um) ano/ 480.	100%
		Acompanhamento do Ministro de Estado da Cultura nos eventos quando solicitado. (ASCOM).	Razão entre o número total dos registros acompanhados pelo Cerimonial e número total de registros/eventos e demais acontecimentos da agenda do Ministro.	100%
Consultoria Jurídica	Troca de sistema interno.	Migração para o Sistema AGU de Inteligência Jurídica - SAPIENS.	Sistema migrado = 100%; Sistema não migrado = 0%.	100%
Secretaria-Executiva	Assegurar a presteza e a eficácia na elaboração de expedientes oficiais demandados e submetidos à SE/MinC e demais solicitantes internos e externos.	Elaborar e expedir documentos oficiais no âmbito da SE/MinC. Anualmente.	3.000 (três mil expedientes).	≥ 3.000
Subsecretaria de Gestão Estratégica	Capacitar os servidores efetivos do PECC em exercício no Ministério da Cultura. (CGMOR).	Percentual de servidores que participaram de curso de capacitação oferecido pela Coordenação de Desenvolvimento de Pessoas - CODEP.	Razão entre: o total de servidores efetivos do PECC em exercício no MinC; e o quantitativo de servidores na mesma condição que participaram de pelo menos um curso de capacitação oferecido pela CODEP em 2017; multiplicado por 100.	80%

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800031

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

	Planejamento Estratégico da Fundação Cultural Palmares, como projeto-piloto para a construção do Planejamento Estratégico do Ministério da Cultura. (CGPES)	Percentual de execução das etapas previstas para a construção do projeto-piloto.	Número de etapas do projeto-piloto concluídas até 31/12/2017/ Número de etapas previstas para o período 01/01/2017 - 31/12/2017).	75%
	Responder a 100% dos questionamentos da Ouvidoria e do email do sniic@cultura.gov.br. (CGEST).	Quantidade de processos respondidos (SEI - SIC). Quantidade de emails respondidos (SNIIC).	Análise do SEI e da caixa do SNIIC.	100%
	Implantação da estrutura institucional, publicada pelo Decreto 8837/2016, no Sistema de Administração de Pessoal - SIAPE. (COGEP).	a. Reestruturação dos cargos propostos na nova estrutura; b. Realocação dos demais servidores na nova estrutura criada.	a. Total de anteriores/ Total de cargos novos; b. Total de servidores ativos / Total de servidores com localização conferida.	a. 100% dos servidores com cargo ou função de confiança nomeados, exonerados ou apostilados ao novo quadro de cargos em comissão e função de confiança, proposto pelo Decreto 8837/2016. b. 100% dos servidores realocados à nova estrutura Regimental
	Disponibilizar para uso Institucional o Sistema de Férias Web fornecido pelo Ministério do Planejamento. (COGEP).	Percentual de funcionalidades do sistema em uso.	Quantidade de funcionalidades /Quantidade de funcionalidades em uso.	Utilizar 80% das funcionalidades previstas no Sistema de Férias Web.
	Disponibilizar o sistema dos Assentamentos Funcionais Digitais - AFD para uso nas unidades da COGEP. (COGEP).	Percentual de unidades da COGEP que receberam acesso ao AFD.	Quantidade de unidades da COGEP/ Quantidade de unidades que possuem acesso ao AFD.	Disponibilização de 100% de acesso ao AFD disponibilizado aos servidores da COGEP.
	Elaborar e publicar o PDTIC do MinC para o biênio 2018-2020. (CGTEC).	Documento do PDTIC elaborado e publicado.	1 (um) PDTIC 2018-2020 vigente.	1
	Concluir a apuração de processos correicionais (PAD, PAR, Sindicâncias e Investigações Preliminares) (Núcleo de Correição - NuCor).	Percentual de processos com apuração concluída pelo Núcleo de Correição (relatório final elaborado e enviado à Autoridade Julgadora).	Razão (A/B) sendo (A) o quantitativo de processos correicionais (PAD, PAR, Sindicâncias e Investigações Preliminares) com apuração concluída pelo Núcleo de Correição (relatório final elaborado e enviado à Autoridade Julgadora); e (B) o total de processos correicionais encaminhados ao Núcleo de Correição (Instaurados e a Instaurar).	15%
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração	Garantir a fluidez dos processos que tramitam na unidade SPOA no SEI.	Porcentagem de processos analisados e encaminhados pela SPOA no SEI	(Quantidade de processos com andamento fechado na unidade em 2017/quantidade de processos com tramitação na unidade em 2017)*100	90%
	Analisar processos de prestação de contas e encaminhá-los para: emissão de parecer técnico, aprovação, reprovação, diligências à Convenente, instauração de TCE. (CGEXE).	Análises de prestação de contas e/ou encaminhamentos.	Número de pareceres e/ou despachos emitidos pela CPCON.	90 pareceres e/ou despachos emitidos pela CPCON.
	Atendimento a demandas de órgãos de controle no prazo estabelecido. (CGEXE).	Nível de atendimento às demandas.	(Número de demandas respondidas/número de demandas recebidas)*100.	90%
	Executar os procedimentos necessários à execução financeira. (CGEXE).	Nível de demandas possíveis de atendimento, tendo em vista o contingenciamento de servidores e de disponibilidade orçamentária e financeira.	(Número de demandas atendidas/número de demandas recebidas)*100.	70%
	Reduzir o valor de aluguel do Ed. Parque Cidade Corporate. (CGCON).	Nível de redução do valor mensal (porcentagem).	(Valor mensal em 01/01/2017 - valor mensal em 31/12/2017)*100 / valor mensal em 01/01/2017.	≥ 15%
	Realização das Aquisições e Contratação de serviços demandados. (CGCON).	Proporção de serviço ou bens entregues ao setor demandante (porcentagem).	(Quantidade de bens e serviços entregues / quantidade de bens e serviços demandados)*100.	100%
	Realização das repactuações solicitadas. (CGCON).	Proporção de repactuações executadas (porcentagem).	(Quantidade de repactuações realizadas/quantidade de repactuações solicitadas)*100.	100%
	Realização das prorrogações de contratos dentro do prazo legal. (CGCON).	Proporção de contratos prorrogados dentro do prazo legal (porcentagem).	(quantidades de contratos prorrogados no prazo legal/quantidade de prorrogações necessárias)*100.	100%
	Reduzir os custos mensais com locação de veículos. (CGCON).	Nível de redução do custo mensal (porcentagem).	(valor mensal em 01/01/2017 - valor mensal em 31/12/2017)*100 / valor mensal 01/01/2017.	≥ 70%
	Reduzir os custos com serviço de vigilância no Ed. Parque Cidade Corporate. (CGCON).	Valor mensal (em R$).	Valor mensal gasto com contratos de vigilância no Ed. Parque Cidade Corporate em dezembro de 2017.	0
	Redução dos postos de limpeza do 11º andar do Ed. Parque Cidade Corporate e da BDB. (CGCON).	Nível de redução do custo mensal (porcentagem).	(Valor mensal em 01/01/2017 - valor mensal 31/12/2017)*100 / valor mensal em 01/01/2017.	≥ 15%
	Realização da doação dos bens móveis considerados inservíveis no Ministério da Cultura. (CGCON).	Proporção de doações realizadas.	(quantidade de doações realizadas em 2017/quantidade de processos de doação abertos em 2017)*100.	100%
	Registro de preço de materiais de consumo por meio de licitação. (CGCON).	Registros de Preços realizados.	Quantidade de atas de registros de preços de materiais de consumo realizadas.	≥ 1

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800032

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

	Aquisição de eletroeletrônicos por meio de licitação. (CGCON).	Registros de Preços realizados.	Quantidade de atas de registros de preços de eletroeletrônicos realizadas.	≥ 1
	Distribuir os documentos recebidos no Protocolo às demais unidades do MinC. (CGCON).	Nível de documentos distribuídos (porcentagem).	(Quantidade de processos gerados/quantidade de processos concluídos na unidade)*100.	≥ 80%
	Elaborar a Proposta Orçamentária do MinC para o exercício de 2018. (CGPOF).	Encaminhamento da Proposta Orçamentária do Ministério da Cultura - MinC à Secretaria de Orçamento Federal - SOF.	Encaminhamento da Proposta orçamentária do MinC à SOF = 100%; Não Encaminhamento da Proposta Orçamentária do MinC à SOF = 0%.	100%
Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural	Acompanhar in loco a execução das parcerias constantes na Programação Anual de Fiscalização.	Relatórios de acompanhamento in loco emitido.	(Quantidade de instrumentos de repasse acompanhados in loco / Quantidade de visitas programadas)*100.	50%
Secretaria da Economia da Cultura	Desenvolver e aplicar métricas de mensuração do impacto das indústrias culturais sobre a evolução da economia brasileira para elaboração do Atlas Econômico da Cultura Brasileira. (Departamento de Sustentabilidade e Inovação e Departamento de Estratégia Produtiva).	Publicação de livros com o Modelo Metodológico e estudos específicos para quatro eixos, quais sejam: empreendimentos culturais, mercado de trabalho, políticas públicas de fomento e comércio internacional.	Dois primeiros volumes do Atlas Econômico da Cultura Brasileira lançados = 100% Dois primeiros volumes do Atlas Econômico da Cultura Brasileira não lançados = 0%	100%
	Assegurar a presteza nas respostas às demandas formuladas - via e-mail - pela sociedade, referentes ao tema Direito Autoral. (Departamento de Direito Autoral).	Percentual de e-mails respondidos.	Total de e-mails respondidos.	95% de e-mails respondidos.
	Assegurar a presteza nas análises e respostas aos pedidos de Pareceres Técnicos relacionados a Direitos Autorais, encaminhados a este Departamento. (Departamento de Direito Autoral).	Percentual de Pareceres Técnicos realizados.	Total de pareceres técnicos realizados.	95% de pareceres emitidos.
	Assegurar e ampliar o acesso ao livro e à leitura. (Departamento de Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas).	Documentos emitidos para formalização, acompanhamento, fiscalização ou prestação de contas, e demais diligências, das ações/projetos implementados via convênios, termos de fomento, contratos, editais, termos de parceria e/ou cooperação.	Fórmula de Cálculo: Número de documentos de monitoramento emitidos > 500.	100%
Secretaria de Infraestrutura Cultural	Análise de propostas apresentadas via SICONV, visando à celebração de convênios/contratos de repasse.	Proposta analisada.	(Número de propostas analisadas / Número de propostas cadastradas)*100	70%
	Realização de capacitação para gestão dos CEUs para os municípios que participarem do 3º Ciclo de Ativações, realizado no ano de 2017.	Quantidade de municípios que receberam capacitação em gestão dos CEUs.	Somatório de todos os municípios que receberam capacitação.	≥ 75
Secretaria de Articulação e Desenvolvimento Institucional	Divulgar a cultura brasileira no exterior, apoiar projetos de cooperação e ampliar a participação qualificada do Brasil nos foros internacionais.	Participação do Brasil nas reuniões do Mercosul, da UNASUL e da CPLP a serem realizadas em 2017.	Razão entre o número de reuniões programadas para o período de apuração e o nº de participação em reuniões realizadas em 2017, multiplicado por 100. (13 reuniões)	100%
	Atualização do "Relatório do exercício de 2016 de acompanhamento das Metas do Plano Nacional de Cultura" a ser consolidado em 2017.	Relatório atualizado.	Relatório atualizado = 100%; Relatório não atualizado = 0%.	100%
	Atingir o percentual de 45% dos municípios brasileiros com adesão ao Sistema Nacional de Cultura.	Municípios com Acordos de Cooperação Federativa publicados no DOU.	Razão entre o número de municípios com adesão ao SNC e o número total de municípios brasileiros.	45%
Secretaria do Audiovisual	Aperfeiçoar os processos de acompanhamento e fiscalização de projetos de incentivo fiscal, convênios e instrumentos congêneres em execução.	Percentual de Acompanhamento e fiscalização de projetos incentivados e conveniados em prazo de execução.	Razão (A/B)*100, sendo: (A) O número de projetos incentivados e conveniados em execução que estejam em acompanhamento ou fiscalização; e (B) o total de projetos incentivados e conveniados em prazo de execução.	50%
Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura	Realizar encontros explicativos acerca da publicação da nova Instrução Normativa da Lei Rouanet	15 (quinze) visitas em 7 (sete) cidades, atingindo um público de aproximadamente 4.000 pessoas	Lista de presença. Link sobre o encontro: (http://rouanet.cultura.gov.br/eventos-2/)	Realizar 15 encontros, de forma a abranger todas as regiões brasileiras, nas seguintes cidades: 02 em Brasília (DF); 04 no Rio de Janeiro (RJ); 02 em Belo Horizonte (MG); 02 em Porto Alegre (RS); 02 em Recife (PE); 01 em Belém (PA); 02 em São Paulo (SP).

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800033

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DESPACHO Nº 125, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2017

Processo/MinC nº 01545.000593/2007-02
PRONAC nº 07-6218

Nos termos do § 1º do art. 50, de 29 de janeiro de 1999 e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 1º do Decreto nº 8.851, de 20 de setembro de 2016, recebo o recurso interposto pelo proponente Amauri Araújo Antunes, CPF 066.581.018-09, nos autos do Processo nº 01545.000593/2007-02, com base nas razões contidas no Parecer nº 663/2017/CONJUR-MinC/CGU/AGU e no Relatório de Recurso nº 523/2017/G3/PASSIVO/SEFIC/MinC, da Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura. Determino ainda o encaminhamento dos autos à SEFIC, para as demais providências cabíveis.

MARIANA RIBAS DA SILVA
Ministra
Interina

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA

SUPERINTENDÊNCIA DE FOMENTO

DESPACHO Nº 139, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DE FOMENTO da ANCINE, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria n° 262-E, publicada em D.O.U. em 30/08/2017 e alterada pela Portaria nº 344-E, publicada em D.O.U. em 16/11/2017; e em cumprimento ao disposto na Lei n o 8.685, de 20 de julho de 1993, na Medida Provisória nº 2.228-1, de 06 de setembro de 2001, no Decreto nº 4.456, de 04 de novembro de 2002, e considerando o inciso II do art. 31 da Resolução de Diretoria Colegiada nº 59 da ANCINE, decide:

Art. 1º Autorizar a alteração de agência bancária e publicar as contas de captação do projeto audiovisual relacionado abaixo, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos nos termos dos artigos indicados.

12-0516 - Helena
Processo: 01580.034082/2012-17
Proponente: RMS PRODUÇÕES CINEMATOGRÁFICAS LTDA ME.
Cidade/UF: Vitória / ES
CNPJ: 01.592.538/0001-03
Valor total aprovado: R$ 999.033,75
Valor aprovado no Art. 1º da Lei nº. 8.685/93: R$ 949.082,06
Banco: 001- agência: 3877-6 conta corrente: 17642-7
Prazo de captação: até 31/12/2017.

Art. 2º Aprovar os projetos audiovisuais e suas análises complementares, para o qual as proponentes ficam autorizadas o qual a proponente fica autorizada a captar recursos nos termos das leis indicadas, cujo prazo de captação se encerra em 31/12/2019.

17-0725 - EM UM MUNDO INTERIOR - DISTRIBUIÇÃO
Processo: 01416.025385/2017-55
Proponente: KINOSCÓPIO CINEMATOGRÁFICA E COMÉRCIO LTDA - EPP
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 02.395.043/0001-49
Valor total aprovado: R$ 344.000,00
Valor aprovado no Art. 1º da Lei nº. 8.685/93: R$ 245.100,00
Banco: 001- agência: 4328-1 conta corrente: 2750-2
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 81.700,00
Banco: 001- agência: 4328-1 conta corrente: 2751-0

17-0741 - MINHA FAMÍLIA PERFEITA - DISTRIBUIÇÃO
Processo: 01416.005896/2017-51
Proponente: TOTAL ENTERTAINMENT LTDA.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 02.863.008/0001-07
Valor total aprovado: R$ 1.123.021,00
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.066.869,95
Banco: 001- agência: 3520-3 conta corrente: 27964-1

Art. 3º Autorizar a alteração de agência bancária e publicar as contas de captação do projeto audiovisual relacionado abaixo, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos nos termos dos artigos indicados.

14-0269 - MARGINAL ALADO
Processo: 01580.043012/2014-11
Proponente: BRAVURA CINEMATOGRÁFICA LTDA.
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 19.069.618/0001-36
Valor total aprovado: R$ 1.079.948,45
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 238.234,50
Banco: 001- agência: 0300-X conta corrente: 75690-3
Valor aprovado no Art. 3º da Lei nº. 8.685/93: R$ 87.716,52
Banco: 001- agência: 0300-X conta corrente: 75688-1
Valor aprovado no Art. Art. 39, inciso X, MP nº 2.228-1/01: R$ 500.000,00
Banco: 001- agência: 0300-X conta corrente: 75689-X
Prazo de captação: até 31/12/2017.

Art. 4º Aprovar a análise complementar do projeto audiovisual, para qual a proponente fica autorizada a captar recursos nos termos dos artigos indicados.

12-0421 - MADAME DUROCHER
Processo: 01580.029362/2012-11
Proponente: NEXUS CINEMA E VÍDEO LTDA.
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 53.976.478/0001-18
Valor total aprovado: de R$ 7.507.335,92 para R$ 5.107.766,70
Valor aprovado no Art. 1º da Lei nº. 8.685/93: de R$ 700,000.00 para 0,00
Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 1.114.935,57 para R$ 1.157.473,50
Banco: 001- agência: 3017-1 conta corrente: 15079-7
Valor aprovado no Art. 3º da Lei nº. 8.685/93: de R$ 1,200,000.00 para 0,00
Valor aprovado no Art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 1,000,000.00 para R$ 750.000,00
Banco: 001- agência: 3017-1 conta corrente: 15080-0
Prazo de captação: até 31/12/2017.

Art. 5º Autorizar a substituição do título do projeto audiovisual relacionado abaixo.

14-0413 - De "O SEGREDO DE GIOVANNI" para " O BUSCADOR".
Processo: 01580.070911/2014-97
Proponente: BERNY FILMES PROJETOS ARTÍSTICOS E CULTURAIS LTDA - ME
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 07.125.823/0001-92

Art. 6º Este Despacho Decisório entra em vigor na data de sua publicação.

MARCIAL RENATO DE CAMPOS

FUNDAÇÃO NACIONAL DE ARTES

PORTARIA Nº 318, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017

O Diretor-Executivo da Fundação Nacional de Artes - FUNARTE, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Presidente da Funarte, nos termos da Portaria nº. 002 de 05 de janeiro de 2017, publicada no D.O.U. de 06 de janeiro de 2017,

Considerando:

- a Recomendação nº 01/2016, do Ministério Público Federal do Rio de Janeiro, que exige a implantação do controle eletrônico de freqüência dos servidores da Funarte, tratada no Processo nº 01530.001325/2015-79;

- a exigência contida no artigo 1º. do Decreto Nº. 1.867, de 17/04/1996, que impõe à administração pública federal, autárquica e fundacional o controle eletrônico do registro de assiduidade e pontualidade dos servidores públicos federais;

- a necessidade de dar cumprimento ao referido dispositivo legal, ajustando o controle de freqüência dos servidores à legislação vigente, possibilitando agilizar e tornar eficazes a supervisão e a fiscalização dessas atividades;

- a necessidade de estabelecer diretrizes referentes à jornada de trabalho dos servidores da Funarte, visando respaldar a Coordenação de Recursos Humanos - CRH nos procedimentos inerentes ao processo de freqüência de seus servidores;

- a relevância do tema, que pode ensejar responsabilidades ao servidor e à sua chefia imediata pela não observância das regras estabelecidas;

- a obrigatoriedade de observância aos princípios da administração pública - Legalidade, Moralidade, Impessoalidade, Eficiência e Publicidade;

- o disposto no art. 19 da Lei nº. 8.112/1990, que estabelece que "Os servidores cumprirão jornada de trabalho fixada em razão das atribuições pertinentes aos respectivos cargos, respeitada a duração máxima do trabalho semanal de quarenta horas e observados os limites mínimo e máximo de 04 (quatro) horas e 08 (oito) horas diárias, respectivamente.";

- o disposto no Decreto 1.590/1995, sobre a jornada de trabalho dos servidores da Administração Pública Federal direta, das autarquias e das fundações públicas federais, e dá outras providências;

- a necessidade de complementar e fortalecer o Sistema de Controle Interno da Funarte, instrumentalizando a Coordenação de Recursos Humanos para o exercício de suas atribuições, resolve:

Art. 1º Instituir, nos termos da presente Portaria, o controle e o acompanhamento da jornada de trabalho dos servidores da Fundação Nacional de Artes - Funarte, compatibilizando as necessidades individuais às especificidades do serviço.

Parágrafo único. O acompanhamento mencionado no caput dar-se-á por meio do Sistema de Acompanhamento de Frequência - SAF.

Art. 2º O funcionamento e a manutenção do SAF são de responsabilidade da Coordenação de Recursos Humanos - CRH e da Divisão de Informática - DINFO, no âmbito das suas competências.

DAS DEFINIÇÕES

Art. 3º Para os fins desta Portaria considera-se:

I - jornada de trabalho: período durante o qual o servidor executa suas atribuições funcionais;

II - unidade administrativa: unidade de lotação do servidor conforme a estrutura organizacional aprovada em Portaria pelo Ministério da Cultura;

III - chefia imediata: titular da unidade administrativa.

IV - Atestado Médico: conforme determina a Resolução CFM nº 1658/2002, é um documento emitido por médico ou odontólogo para justificar a ausência no trabalho por motivo de doença. Na elaboração do atestado devem constar o(s) dia(s) de afastamento do trabalho, o diagnóstico ou CID - Classificação Internacional de Doenças (quando expressamente autorizado pelo paciente), registros de forma legível e a identificação do profissional emitente mediante assinatura e carimbo ou número de registro no respectivo conselho profissional.

V - Declaração/Atestado de Comparecimento: é um documento preenchido por médico/ dentista, demais profissionais da saúde ou funcionário administrativo, a pedido do paciente, que justifica as horas não trabalhadas por conta de um atendimento ou exame. A declaração não implica na necessidade de afastamento do trabalho, apenas informa que o paciente esteve presente na consulta ou procedimento para justificativa da ausência parcial no trabalho.

DO PÚBLICO ALVO

Art. 4º Aplicam-se as disposições da presente portaria aos seguintes servidores:

I - ocupantes de cargo efetivo do quadro de pessoal da Funarte;

II - nomeados para cargo comissionado;

III - requisitados;

IV - cedidos por outros órgãos;

V - em exercício provisório; e

VI - em exercício descentralizado de carreira.

DA JORNADA DE TRABALHO

Art. 5º A jornada de trabalho regular é de 8 horas diárias e a carga horária semanal de 40 horas.

§1º A apuração do cumprimento da jornada de trabalho do servidor será efetuada no SAF em minutos.

§2º O horário de funcionamento da Funarte será de 7 as 20 horas.

§3º A Escola Nacional de Circo e os espaços finalisticos terão seus horários de funcionamento estabelecidos em função do atendimento das atividades a serem realizadas, cujas jornadas serão informadas previamente à CRH.

§4º Os registros de ocorrências, justificativas, como também de excepcionalidades deverão ser realizados no SAF, pelas chefias imediatas ou por servidor indicado pela chefia da unidade administrativa.

§5º O servidor que se ausentar das dependências da Funarte por necessidade de serviço, com a devida autorização da chefia imediata, terá a ocorrência registrada no SAF em código específico.

§6º O servidor da Funarte que tem jornada de trabalho reduzida, por lei, terá sua jornada de trabalho determinada pela Presidência, de acordo com os interesses da Instituição, observada a legislação vigente.

Art. 6º O servidor ocupante de cargo efetivo exclusivamente poderá requerer a redução da jornada de trabalho de 8 horas diárias e 40 horas semanais para 6 horas diárias e 30 horas semanais ou 4 horas diárias e 20 horas semanais, com remuneração proporcional. (art.8°, da MP792/2017).

§1º O servidor deverá apresentar requerimento devidamente fundamentado à chefia imediata, a qual o submeterá ao Diretor da área e, posteriormente, à Presidência da Funarte para autorização, para cumprir jornada de trabalho em período reduzido, sem prejuízo das atribuições da unidade.

§2º A jornada reduzida poderá ser revertida em integral ou ampliada, a qualquer tempo, de ofício ou a pedido do servidor, de acordo com o juízo de conveniência e oportunidade da administração.

§3º É vedada a concessão de jornada de trabalho reduzida com remuneração proporcional ao servidor ocupante de cargo comissionado, função gratificada, ou que receba a Gratificação Temporária das Unidades dos Sistemas Estruturadores da Administração Pública Federal - GSISTE.

§4º O descumprimento da jornada de trabalho pode caracterizar impontualidade, falta injustificada, inassiduidade habitual ou abandono de cargo, nos termos da Lei nº 8.112/1990.

§5º O intervalo para refeição será obrigatório nos dias em que a jornada de trabalho for superior a 6 horas.

§6º O intervalo para refeição não será computado como de efetivo exercício e terá duração de 01 hora.

§7º Quando a jornada de trabalho for superior a 6 horas e não houver registro de ausência para refeição, ou este for inferior a 1 hora, será computado o intervalo de 1 hora para refeição.

§8º Nos dias em que a jornada de trabalho for igual ou inferior a 6 horas, por programação de horário especial, nos termos do art.98 da Lei nº 8.112/1990, o intervalo para refeição não será obrigatório, sendo computadas apenas as interrupções de no máximo 15 minutos efetivamente utilizadas.

Art. 7º Os servidores ocupantes de cargos comissionados estão submetidos ao regime de dedicação integral, conforme Lei nº 8.112/1990.

Art. 8º Conforme previsto no art. 6º, parágrafo 7º, item b, do Decreto nº 1.590, de 10 de agosto de 1995, são dispensados do controle de frequência os ocupantes de cargos comissionados: DAS 101.4, DAS 101.5 e DAS 101.6.

Art. 9º Os períodos trabalhados, em caráter excepcional, antes das 7h, depois das 20h, e em sábados, domingos e feriados, por servidores que cumprem horário de trabalho no período entre 7h as 20h de segunda-feira a sexta-feira, deverão ser previamente autorizados pela Presidência da Funarte, registrados pela chefia imediata no SAF e comunicados à Coordenação de Recursos Humanos - CRH.

Art. 10 Nos termos do art. 98 e seus parágrafos, da Lei nº. 8.112/1990, será concedido horário especial ao servidor estudante, quando comprovada a incompatibilidade entre o horário escolar e o da Funarte, sem prejuízo do exercício do cargo.

§1º Os horários de entrada e saída do servidor estudante estão, obrigatoriamente, sujeitos ao horário de funcionamento da Funarte.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800034

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

§2º Também será concedido horário especial ao servidor portador de deficiência, quando comprovada a necessidade por junta médica oficial, independentemente de compensação de horário. (§ 2°, art.98, da Lei nº 8.112/1990).

§3º A disposição do parágrafo anterior é extensiva ao servidor que tenha cônjuge, filho ou dependente portador de deficiência. (Redação dada pela Lei nº 13.370, de 2016).

DA FLEXIBILIZAÇÃO

Art. 11 O servidor da Funarte poderá realizar sua jornada de trabalho diária sendo: hora inicial entre 7h e 11h, e hora final, entre 16h e 20h, por conveniência de sua unidade de lotação, com o devido conhecimento de sua chefia imediata e da Direção a qual sua unidade de lotação está submetida.

Art. 12 O servidor da Funarte terá tolerância de até 30 minutos de atraso, a contar da hora inicial da jornada de trabalho, entre 7h e 11h, e deverá compensar esse atraso no mesmo dia.

Art. 13 Os atrasos, faltas e saídas antecipadas, sem justificativas estarão sujeitas a compensação, e deverão ser compensadas até o último dia do mês, observando a necessidade da compensação dentro do mesmo exercício.

Parágrafo único. Os atrasos, faltas e saídas antecipadas motivadas por participação do servidor em atividades externas específicas previamente designadas, tais como reuniões, apresentações, audiências públicas, grupos de trabalho, fiscalizações, dentre outras, são justificados e não estarão sujeitos a compensação.

Art. 14 As horas excedentes trabalhadas, para fins de compensação, não caracterizam serviço extraordinário.

DA ESTRUTURAÇÃO DA FREQUÊNCIA

Art. 15 A apuração da frequência dar-se-á por meio eletrônico, através do SAF, utilizando os registros automáticos de entrada e saída, constantes do sistema eletrônico de controle de acesso.

Art. 16 Deverão ser registrados no SAF, até o quinto dia útil do mês subsequente ao de verificação das ocorrências, as faltas, ausências, licenças e outros afastamentos legais, férias, recesso, serviço externo, horário especial, participação regulamentar em treinamentos e outros eventos.

§1º Os trabalhos externos deverão ser registrados no SAF pela chefia imediata do servidor.

§2º A ocorrência de trabalho externo, quando no SAF, inclusive viagens devidamente comprovadas, será registrada automaticamente 8 horas, havendo a necessidade da chefia imediata inserir as justificativas cabíveis e validar a ação, sendo que em caso específico para afastamentos por viagens a serviço ao exterior, a justificativa se dará por Portaria de liberação do servidor.

§3º As licenças e afastamentos deverão ser comunicados pelas chefias imediatas à Coordenação de Recursos Humanos - CRH, as quais serão registradas no SAF.

§4º As chefias deverão validar os períodos trabalhados, em caráter excepcional, fora do horário compreendido como horário de trabalho de seu subordinado, observando o dispositivo no art. 11.

Art. 17 A ausência parcial ocorrida em virtude de comparecimento do servidor, ou para acompanhamento de pessoa da família que conste no assentamento funcional, a consultas, exames e demais procedimentos, é justificada mediante atestado / declaração de comparecimento, desde que tenha sido assinado por profissional competente, sendo dispensada a compensação das horas correspondentes.

§1º O afastamento integral da jornada de trabalho para acompanhamento de familiar, somente poderá ser concedido mediante lançamento do atestado médico no Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos - SIAPE, e submetido a perícia médica realizada pela Unidade de atenção à saúde do servidor -Unidade SIASS, conforme as regras do Decreto nº 7.003, de 9 de novembro de 2009, que regulamenta os arts. 202 a 205 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

§2º O afastamento integral da jornada de trabalho para tratamento da própria saúde, somente poderá ser concedido mediante lançamento do atestado médico na Unidade SIASS, e submetido a perícia médica realizada pela Unidade de atenção à saúde do servidor -Unidade SIASS, conforme as regras do Decreto nº 7.003, de 9 de novembro de 2009, que regulamenta os arts. 202 a 205 da Lei nº 8.112/1990.

Art. 18 Os servidores da Funarte terão livre acesso aos seus registros individuais do SAF para fins de conferência, exclusivamente para consulta.

DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 19 São atribuições dos servidores:

I - registrar diariamente todas as entradas e saídas no equipamento destinado para este fim;

II - apresentar à sua chefia imediata documentos que justifiquem as eventuais ausências amparadas por disposições legais, exceto atestado médico, que deve ser devidamente encaminhado para Coordenação de Recursos Humanos - CRH, conforme Decreto nº 7.003, de 9 de novembro de 2009, que regulamenta os arts. 202 a 205, da Lei nº 8.112/1990.Lembrando que em hipótese alguma o atestado deve ser anexado ao relatório de freqüência ou encaminhado via Memorando.

III - informar à chefia imediata as ausências do posto de trabalho.

Art. 20 São atribuições das chefias imediatas:

I - orientar seus subordinados para o fiel cumprimento do disposto na presente Portaria;

II - zelar pelo cumprimento da jornada de trabalho diária, pela assiduidade e pontualidade de seus subordinados;

III - validar os períodos trabalhados, em caráter excepcional, fora do horário compreendido como jornada de trabalhodiária de seu subordinado;

IV - informar no SAF as ocorrências relacionadas ao cumprimento da jornada de trabalho diária de seu subordinado;

V - atestar a freqüência de seus subordinados até o 5º dia útil do mês subsequente ao de apuração, por meio do SAF, realizando os devidos apontamentos.

VI - acompanhar e validar as horas relativas a trabalhos externos, como também, os horários excedentes (§ 4º do art.15).

Art. 21 As atribuições das chefias imediatas, referentes ao acompanhamento da freqüência de seus subordinados, poderão ser delegadas aos seus substitutos designados.

Art. 22 Compete à Divisão de Informática - DINFO:

I - disponibilizar o SAF e os mecanismos para a manutenção do cadastro de servidores, além de se responsabilizar pela integridade, confiabilidade, sigilo, manutenção e segurança do sistema.

Art. 23 Compete à Coordenação de Recursos Humanos - CRH:

I - fazer a apuração das ocorrências registradas no SAF; e

II - efetuar os descontos relativos às ausências, faltas não justificadas e horas não compensadas conforme orientação das chefias imediatas.

III - manter os equipamentos eletrônicos biométricos de controle de freqüência dos servidores da Funarte em perfeitas condições de funcionamento, bem como, a de manter o ajuste permanente dos horários em conformidade com a Hora Legal Brasileira.

IV - orientar as chefias e seus substitutos designados sobre a utilização desta Portaria, bem como, sanear dúvidas que surjam.

Art. 24 Os equipamentos eletrônicos biométricos de controle de freqüência dos servidores da Funarte ficarão sob guarda e responsabilidade da Divisão de Patrimônio - DIPAT.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 25 Estarão disponíveis no SAF as informações relativas aos registros diários de frequência dos servidores, para fins de conferência do próprio servidor e de sua respectiva chefia imediata.

Art. 26 A utilização indevida do controle de acesso e do SAF será apurada mediante processo disciplinar podendo acarretar ao infrator e ao beneficiário as sanções previstas em lei.

Art. 27 Na impossibilidade de utilização do SAF serão utilizadas folhas de ponto impressas, mediante orientação da CRH.

Art. 28 Os casos omissos serão decididos pela Coordenação-Geral de Planejamento e Administração - CGPA, ouvida a Coordenação de Recursos Humanos - CRH.

DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 29 O SAF será implantado em fase de testes entre os meses de dezembro/2017 e janeiro/2018, para a realização de ajustes e adequação no seu funcionamento, bem como cadastramento dos servidores.

Parágrafo único. Nesta fase, os servidores ficam obrigados, também, a registrarem suas entradas e saídas no Sistema.

Art. 30 Até que o SAF seja implantado integralmente, a freqüência dos servidores continuará sendo registrada na folha individual de ponto.

Art. 31 O SAF entrará em funcionamento normal a partir de fevereiro de 2018.

Art. 32 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Boletim de Pessoal.

REINALDO DA SILVA VERÍSSIMO

SECRETARIA DA CIDADANIA E DA DIVERSIDADE CULTURAL

PORTARIA Nº 17, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017

Dispõe sobre a retificação da Portaria nº 15, de 27 de novembro de 2017, contendo a Homologação do Resultado Final do Edital de Seleção Pública n.º 1, de 26 de maio de 2017, Culturas Populares - Edição Leandro Gomes de Barros.

A Secretária da Cidadania e da Diversidade Cultural do Ministério da Cultura, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pelo Art. 13 do Decreto nº 8.837, de 17 de agosto de 2016, resolve:

Art. 1º Retificar a Portaria nº 15, de 27 de novembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União, de 28 de novembro de 2017, Seção 1, páginas 11 a 34, referente à Homologação do Resultado Final do Edital Culturas Populares - Edição Leandro Gomes de Barros, publicado no Diário Oficial da União de 29 de maio de 2017, Seção 3, páginas 19 a 21.

Art. 2º Retificar o número do CNPJ das seguintes instituições:

Nº	Instituição	CNPJ	Cidade	UF	Mota Final	Situação Final
13	Associação dos Sambadores e Sambadeiras do Estado da Bahia	07.810.132/0001-28	Santo Amaro	BA	100	PREMIADO
26	Centro Cultural Piollin	09.291.279/0001-84	João Pessoa	PB	98,5	PREMIADO

Art. 3º Retificar o número do CPF das seguintes pessoas físicas:

Nº	Candidato(a)	CPF	Cidade	UF	Nota Final	Situação Final
23	Manoel Chaves Ribeiro	243.611.862-00	Marapanim	PA	100	PREMIADO
34	Wilson Ribeiro da Silva	278.159.434-20	Recife	PE	100	PREMIADO
45	Benedito Carlos Gonçalves Lima	063.559.511-72	Corumbá	MS	100	PREMIADO
167	Grigório Papea dos Reis	038.812.983-20	Presidente Juscelino	MA	95	PREMIADO
173	José Felipe da Silva	792.045.114-00	Riachuelo	RN	94,5	PREMIADO
179	Laurene da Costa Ataíde	091.850.462-72	Belém	PA	94,5	PREMIADO

Art. 4º Retificar o nome das seguintes pessoas físicas:

Nº	Candidato(a)	CPF	Cidade	UF	Nota Final	Situação Final
27	Maria Goreth Costa Herédia Luz	909.782.776-00	Contagem	MG	100	PREMIADO
63	Daniel Ângelo da Costa Neto	071.683.234-82	Itajá	RN	98,5	PREMIADO

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DÉBORA FERNANDA PINTO ALBUQUERQUE

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800035

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 737, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Aprovar o(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)

177901 - A Quadrilha Macambira de Juripiranga

odair josé da silva

CNPJ/CPF: 026.966.664-82

Processo: 01400032410201726

Cidade: Juripiranga - PB;

Valor Aprovado: R$ 160.692,50

Prazo de Captação: 08/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: O projeto "Quadrilha Macambira de Juripiranga" consiste em uma turnê de dança de quadrilha contemporânea e em palestras educativas na área do projeto.

177914 - American Idiot

HIBRIDA EVENTOS E PRODUÇÕES LTDA - ME

CNPJ/CPF: 18.742.001/0001-77

Processo: 01400032442201721

Cidade: Rio de Janeiro - RJ;

Valor Aprovado: R$ 7.982.420,00

Prazo de Captação: 08/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: O projeto visa a realização da montagem e temporada no Brasil do espetáculo musical AMERICAN IDIOT, que conta a história de 3 jovens americanos, em plena era Bush,que saem da fase adolescente em busca do "American Dream".

177985 - COLORADO DO BRAS - CARNAVAL 2018

Gremio Recreativo Escola de Samba Colorado do Brás

CNPJ/CPF: 57.864.167/0001-18

Processo: 01400032656201706

Cidade: São Paulo - SP;

Valor Aprovado: R$ 927.366,00

Prazo de Captação: 08/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: O projeto envolve a preparação, desenvolvimento do enredo, ensaios para o desfile da Escola de Samba Colorado do Brás para o carnaval 2018 no sambódromo do Anhembí SãoPaulo.

177921 - Cultura & Cidadania Circula

Vitral Consultoria e Projetos Culturais Ltda

CNPJ/CPF: 17.975.703/0001-38

Processo: 01400032460201711

Cidade: São João del Rei - MG;

Valor Aprovado: R$ 248.395,80

Prazo de Captação: 08/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: Circulação do projeto Cultura & Cidadania por 04 cidades do interior de Minas Gerais. Cada cidade receberá uma semana intensa de atividades, com apresentações de artes cênicas; intervenções artísticas, exibições de filmes e realização de oficinas culturais. Todas as atividades serão ofertadas gratuitamente ao público.

177584 - MOCIDADE ALEGRE - CARNAVAL 2018

GREMIO RECREAT CULT E ESCOLA DE SAMBA MOCIDADE ALEGRE

CNPJ/CPF: 43.220.052/0001-86

Processo: 01400030939201713

Cidade: São Paulo - SP;

Valor Aprovado: R$ 1.727.020,60

Prazo de Captação: 08/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: Elaboração, desenvolvimento, produção, promoção e realização do desfile de Carnaval do Grêmio Recreativo Cultural Escola de Samba Mocidade Alegre, entidade carnavalesca, atual Tri Campeã do carnaval de São Paulo, pertencente ao Grupo Especial, no Pólo Cultural Grande Otelo, Sambódromo do Anhembi, São Paulo/SP, no dia 10 de Fevereiro de 2018, com o tema-enredo: "A Voz Marrom que não Deixa o Samba Morrer!". E para mais uma vez declarar seu amor ao samba, a Mocidade Alegre se propõe a fazer um tributo de gratidão a cantora Alcione, mostrando de uma forma poética e artistica em um desfile de carnaval. O Projeto em questão além de colaborar com o desenvolvimento de toda execução para um desfile de carnaval, também irá viabilizará a distribuição de 2.000 fantasias para a Comunidade. Proporcionando aos participantes, cidadãos desfavorecidos economicamente uma vivência cultural, tendo como meta na realização deste projeto levar a cultura ao alcance de todos, os telespectadores e participantes.

177950 - UM PRESENTE PARA RAMIRO

KAVANTAN & ASSOCIADOS - PROJETOS E EVENTOS CULTURAIS LTDA - ME

CNPJ/CPF: 56.568.884/0001-30

Processo: 01400032580201719

Cidade: São Paulo - SP;

Valor Aprovado: R$ 937.269,60

Prazo de Captação: 08/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: Criação, produção, montagem e 60 apresentações gratuitas do espetáculo teatral infanto-juvenil "UM PRESENTE PARA RAMIRO" escrito por Valdo Resende, prioritariamente em espaços culturais públicos (centros culturais e/ou escolas) e sedes de Ongs.

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)

177742 - 1ª Mostra Papareia de Música Instrumental

Renato Cegantini de Morais

CNPJ/CPF: 040.022.859-95

Processo: 01400031567201734

Cidade: São Leopoldo - RS;

Valor Aprovado: R$ 352.816,68

Prazo de Captação: 08/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: O Projeto 1º Mostra Papareia da Música Instrumental vem para abrir espaço para a música instrumental. Com enfoque especial na valorização dos músicos locais, apresentará à população de forma gratuita 05 shows locais e 04 shows nacionais, proporcionando o acesso à arte e fomentando o consumo e difusão da música instrumental.

177395 - Canoas jazz

SUZANA PEREIRA SCHWUCHOW - ME

CNPJ/CPF: 13.504.512/0001-37

Processo: 01400030506201750

Cidade: Porto Alegre - RS;

Valor Aprovado: R$ 277.749,00

Prazo de Captação: 08/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: Realizar 01 Festival de Jazz em Canoas-RS, em locais como nas 03 Estações do Trensurb e no Parque Municipal Getúlio Vargas, com entrada franca. O objetivo é proporcionar ao público que circula nas estações do trem e parque, e que tem pouco acesso ao jazz instrumental, a oportunidade de apreciar este gênero musical.

177969 - Concertos Sinfônicos Itinerantes - III Edição

ASSOCIAÇÃO ORQUESTRA SINFÔNICA MÚSICOS VOLUNTÁRIOS DE LAGES

CNPJ/CPF: 10.693.813/0001-68

Processo: 01400032622201711

Cidade: Lages - SC;

Valor Aprovado: R$ 632.951,00

Prazo de Captação: 08/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: Proporcionar a realização da 3ª. Edição do Projeto "Concertos Sinfônicos Itinerantes", atendendo diretamente 60 Adolescentes, Jovens e Adultos, nas práticas de Música Instrumental em níveis de aprendizado e aperfeiçoamento, tendo como resultado do Processo Pedagógico, a participação do aluno na formação da Orquestra Sinfônica Músicos Voluntários de Lages, interpretando obras de renomados compositores em 04 Concertos Didáticos e 06 Concertos de Gala.

177988 - Espetáculos culturais em Garibaldi

Marca Produções Artísticas Ltda

CNPJ/CPF: 07.793.081/0001-73

Processo: 01400032660201766

Cidade: Nova Prata - RS;

Valor Aprovado: R$ 152.032,50

Prazo de Captação: 08/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: Este projeto tem o propósito de realizar um festival cultural no município de Garibaldi - RS, no Parque Municipal da Fenachamp, como parte das atividades culturais paralelas à ExpoGaribaldi, com a apresentação de um espetáculo cênico de humor e mágica, sete shows de música erudita/instrumental e um de música regionalista gaúcha.

177962 - Orquestra Jovem da Fundação Marcopolo

Claudia Giovana Bressan

CNPJ/CPF: 664.190.770-87

Processo: 01400032610201789

Cidade: Caxias do Sul - RS;

Valor Aprovado: R$ 282.464,00

Prazo de Captação: 08/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: Dar continuidade às atividades da Orquestra Jovem da Fundação Marcopolo, formada por crianças e jovens da comunidade caxiense e região nordeste do Rio Grande do Sul, a fim de oportunizar-lhes melhores condições de educação e inserção social. O grupo constitui-se por cerca de 80 alunos de nível musical intermediário e iniciante. Serão realizadas até 4 (quatro) apresentações, no total, todas gratuitas e alcançarão um público de, aproximadamente, 800 (oitocentas) pessoas.

177975 - Showroom Cultural em Ponta Grossa

SIMONE NUNES - ME

CNPJ/CPF: 14.019.827/0001-51

Processo: 01400032646201762

Cidade: Curitiba - PR;

Valor Aprovado: R$ 308.205,00

Prazo de Captação: 08/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: Este projeto consiste em realizar na cidade de Ponta Grossa a proposta de 10 apresentações musicais com entrada franca e classificação livre e ministrar aulas de instrumentos musicais e canto coral erudito sendo: - 5 shows de artistas de renome nacional de música instrumental, sendo 1 por mês.- Aulas gratuitas semanais de instrumentos musicais como violão, flauta e canto coral erudito. O público alvo compreende em crianças entre 7 e 14 anos, estudantes de escolas públicas. Semanalmente, haverá um encontro para a reunião dos alunos de todos os cursos coordenados por um professor de música e reforçados conjuntamente os conteúdos musicais, que resultarão posteriormente em 5 apresentações, 1 por mês, com entrada franca. As aulas ocorrerão durante o ano letivo, como opção para contra-turno escolar. Para a execução das aulas, dar-se-á preferência a espaços sem custos, que poderá ser possível pela busca por parcerias com empresários locais que se identifiquem com a proposta do projeto.

ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º)

177966 - A arte pode ser o que ela quiser

MADAI Produções EIRELI - EPP

CNPJ/CPF: 08.490.296/0001-88

Processo: 01400032619201790

Cidade: São Paulo - SP;

Valor Aprovado: R$ 2.559.567,00

Prazo de Captação: 08/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: A mostra "A arte pode ser o que ela quiser ser" é uma proposta de exposição de artes visuais composta de obras que ocuparão dois andares do espaço Farol Santander, que tenham um diálogo direto com o público onde este passa a fazer parte da obra de arte visual em um ambiente imersivo. Em tempos em que a palavra de ordem é a imaterialidade e uma consequente austeridade que é projetada a partir dela, a arte como parte da produção humana tende a se desvincular do objeto artístico e a subjetividade de cada um dos seus fruidores, antes espectadores, agora são coautores.

177849 - EXPOSIÇÃO X

Agilidade Entret e Especiliz em Capt de Incentivos Fiscais Ltda ME

CNPJ/CPF: 18.116.792/0001-20

Processo: 01400032089201780

Cidade: São Paulo - SP;

Valor Aprovado: R$ 8.966.031,75

Prazo de Captação: 08/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: SINOPSE: Uma exposição inédita nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro com 9 meses de duração, sendo 5 meses em São Paulo e 4 meses no Rio de Janeiro, sobre a vida de uma das figuras mais queridas da cultura pop e da da televisão brasileira, Xuxa Meneghel. Uma viagem pelo cenários dos programas, brincadeiras e o universo da Xuxa, com itens do acervo pessoal, que encanta gerações. Em um cenário interativo, o público poderá vivenciar a experiência de estar nesse munda mágico, criado por Xuxa ao longo da carreira, e viajar, inclusive, na réplica da nave utilizada pela apresentadora em seus programas infantis. A exposição contará com recursos interativos audiovisuais e imagéticos que traçam a história da artista e da TV Brasileira nos anos 1980. A exposição contará ainda com catálogo e site interativo.

177948 - O encontro entre a cultura popular e a natureza no Brasil (titulo provisório)

NITRO IMAGENS LTDA - ME

CNPJ/CPF: 07.308.879/0001-82

Processo: 01400032571201710

Cidade: Belo Horizonte - MG;

Valor Aprovado: R$ 526.039,80

Prazo de Captação: 08/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: O projeto "O encontro entre a cultura popular e a natureza no Brasil" (titulo provisório) prevê a realização de exposições de artes visuais nas 46 unidades dos CEU"s (Centro Educacional Unificado) na cidade de São Paulo, apresentando o trabalho dos fotógrafos Andrea Goldschmidt e João Marcos Rosa, que investigam a relação entre manifestações da cultura popular brasileira e a diversidade da natureza do país, criando dípticos fotográficos balizados por um viés estético. As fotografias apresentam a riqueza das festas tradicionais brasileiras e a exuberância de nossos biomas. Uma verdadeira imersão pelas raízes do que somos enquanto povo e enquanto terra. Além das exposições (produto principal), prevê-se a publicação de um livro e a produção de uma plataforma virtual.

177850 - SELEÇÃO BRASILEIRA EXPERIENCE

Agilidade Entret e Especiliz em Capt de Incentivos Fiscais Ltda ME

CNPJ/CPF: 18.116.792/0001-20

Processo: 01400032090201712

Cidade: São Paulo - SP;

Valor Aprovado: R$ 4.715.846,19

Prazo de Captação: 08/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: Seleção Brasileira Experience é uma exposição interativa que narra a história da Seleção Brasileira de Futebol desde sua criação em 1914 até os dias de hoje, quando integra o patrimônio histórico imaterial brasileiro. A exposição conta com material imagético que traça linha do tempo, com fotos, documentos, camisas e vídeos com depoimentos históricos de atletas, jornalistas, historiadores e amantes do universo do futebol brasileiro e de sua importância para a formação cultural do país, como fator integrador e de inclusão. Conta ainda com sala fechada com capacidade para 50 pessoas para exibição de documentário em formato 360 graus sobre a história das muitas equipes que representaram o Brasil ao longo de sua história.

ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)

177747 - Memória em Película - Um Registro Histórico da Produções César Nunes

Fatima Medeiros de Almeida Menna Barreto

CNPJ/CPF: 012.524.307-36

Processo: 01400031572201747

Cidade: Petrópolis - RJ;

Valor Aprovado: R$ 259.851,60

Prazo de Captação: 08/12/2017 à 31/12/2017

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800036

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Resumo do Projeto: O projeto ?Memória em Película - Um Registro Histórico da Produções César Nunes? propõe editar um livro sobre a história de uma das precursoras dos cinejornais exibidos em salas de projeção nos anos de1940 a 80. A produtora registrava os fatos e personalidades do Brasil e do mundo na chamada ?Revista da Tela?. Também produzia documentários e filmes publicitários. O projeto propõe a edição de um livro sobre a história da produtora a partir da recuperação e digitalização do antigo acervo, e a criação de um site exclusivo, dedicado a preservar a memória do registro de personagens e ocasiões históricas do Brasil e do mundo. O livro contará a origem da produtora, prestando uma homenagem à equipe de profissionais que trabalhou na César Nunes, reproduzindo imagens extraídas dos próprios filmes digitalizados para relembrar alguns dos fatos mais importantes do século XX. O projeto ora defendido envolve o acervo remanescente, sob responsabilidade da família do jornalista, morto em 1990.

177799 - Petrópolis - Cidade Imperial (reedição)
Prazerdeler Editora Ltda ME
CNPJ/CPF: 05.009.831/0001-48
Processo: 01400031830201795
Cidade: Petrópolis - RJ;
Valor Aprovado: R$ 193.943,82
Prazo de Captação: 08/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: Reedição de livro de cunho humanístico que descreve a História de Petrópolis, lançado pela primeira vez há quase dez anos por meio da Lei Federal de Incentivo à Cultura. Ricamente ilustrada e baseada em ampla pesquisa histórica, a publicação se apresenta como importante fonte de consulta a professores e pesquisadores.

ANEXO II

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 26)
177906 - Tao&Qual
IGOR CAYRES RODRIGUES MARKETING - ME
CNPJ/CPF: 15.534.889/0001-64
Processo: 01400032420201761
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 1.232.116,60
Prazo de Captação: 08/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: Realização do Festival Nipo-Brasileiro TAOEQUAL, em São Paulo (SP), em Comemoração aos 110 anos da Imigração Japonesa no Brasil, por meio de uma programação artistica composta por músicos japoneses e brasileiros.

PORTARIA Nº 738, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Aprovar a redução de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual (is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

ANEXO

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
172384 - CIRCULAÇÃO TEATRAL PELO INTERIOR DE MINAS GERAIS
NUCLEO AS DE PAUS - PRODUCOES TEATRAIS LTDA – ME
CNPJ/CPF: 12.651.039/0001-58
Cidade: Abatiá - PR;
Valor Reduzido: R$ 500,00
Valor total atual: R$ 77.370,00
176959 - FESTA INTERNACIONAL DO CHURRASCO
Lucio Mauro Brasil Vasconcellos
CNPJ/CPF: 11.940.062/0001-08
Cidade: Pelotas - RS;
Valor Reduzido: R$ 26.696,00
Valor total atual: R$ 162.590,00
177015 - OS PROTEGIDOS DA PRINCESA - DESFILE DE CARNAVAL 2018
Gremio Cultural Esportivo Recreativo Escola de Samba Protegidos da Princesa
CNPJ/CPF: 75.527.796/0001-34
Cidade: Florianópolis - SC;
Valor Reduzido: R$ 36.600,00
Valor total atual: R$ 1.433.838,20
ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
172277 - Mãos que Tocam V - Plano Anual
Obras Sociais Jorge Faim Filho
CNPJ/CPF: 00.570.180/0001-47
Cidade: Catalão - GO;
Valor Reduzido: R$ 11.392,00
Valor total atual: R$ 802.922,09
175716 - OFICINA DA MARÉ 2017
PRETO NO BRANCO PRODUCOES EIRELI - EPP
CNPJ/CPF: 21.463.801/0001-63
Cidade: Rio Claro - SP;
Valor Reduzido: R$ 300,00
Valor total atual: R$ 757.709,20
175790 - Plano Anual de Atividades Culturais do Instituto Prosdócimo Guerra
Instituto Prosdocimo Guerra
CNPJ/CPF: 08.260.530/0001-80
Cidade: Pato Branco - PR;
Valor Reduzido: R$ 67.210,00
Valor total atual: R$ 551.236,40

PORTARIA Nº 739, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Aprovar a(s) alteração(ões) do(s) nome(s) do(s) projeto(s) abaixo relacionado(s):

PRONAC: 151819 - CAUBY! CAUBY!, publicado na portaria nº 0311/15 de 29/05/2015, no D.O.U. em 01/06/2015, para CAUBY! CAUBY! Uma Lembrança.

PRONAC: 154361 - Exposições - 10 anos do Museu da Língua Portuguesa (título provisório), publicado na portaria nº 0607/15 de 15/10/2015, no D.O.U. em 16/10/2015, para Estação da Língua Portuguesa.

PRONAC: 159339 - Baía de Guanabara: um futuro, publicado na portaria nº 0681/15 de 26/11/2015, no D.O.U. em 27/11/2015, para Baía de Guanabara: passado, presente, futuros.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

PORTARIA N° 740, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016, o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, e o art. 6º da Instrução Normativa nº 1, de 24 de junho de 2013, resolve:

Art. 1º - Informar que, nos termos do art. 83 da Instrução Normativa MinC nº 01/2013, cabe ao proponente emitir comprovantes em favor dos doadores ou patrocinadores, bem como manter o controle documental das receitas e despesas do projeto pelo prazo de dez anos, contados da aprovação da prestação de contas, à disposição do MinC e dos órgãos de controle e fiscalização, caso seja instado a apresentá-las, conforme previsto no art. 36 da Instrução Normativa RFB nº 1.131, de 21 de fevereiro de 2011.

Art. 2º - Tornar pública a relação do(s) projeto(s) apoiado(s) por meio do mecanismo Incentivo a Projetos Culturais do Programa Nacional de Apoio a Cultura (PRONAC), instituído pela Lei nº 8.313 de 23 de dezembro de 1991, que tiveram a reversão da reprovação do projeto e passa a ser aprovado, no âmbito desta Secretaria, em observância ao disposto no parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, no §1º do art. 20 da Lei nº 8.313, de 1991, conforme anexo I.

Art. 3º - Tornar pública a relação do(s) projeto(s) apoiado(s) por meio do mecanismo Incentivo a Projetos Culturais do Programa Nacional de Apoio a Cultura (PRONAC), instituído pela Lei nº 8.313 de 23 de dezembro de 1991, que tiveram a reversão da reprovação do projeto e passa a ser aprovado com ressalvas, no âmbito desta Secretaria, em observância ao disposto no parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, no §1º do art. 20 da Lei nº 8.313, de 1991, conforme anexo II.

Art. 4º - Tornar pública a relação do(s) projeto(s) apoiado(s) por meio do mecanismo Incentivo a Projetos Culturais do Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC) instituído pela Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que tiveram suas prestações de contas REPROVADA(S) no âmbito desta Secretaria, em observância ao disposto no parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, no §1º do art. 20 da Lei nº 8.313, de 1991, e nos art.43 e art. 44 da Portaria 46, de 13 de março de 1998, conforme anexo III.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

ANEXO I

PRONAC	PROJETO	PROPONENTE	CNPJ/CPF	RESUMO DO PROJETO	VALOR APROVADO	VALOR CAPTADO
03-1188	Festival de Cordas Nathan Schwartzman	Cora Pavan de Oliveira Capparelli	418.533.856-20	Promover a realização do "Festival de Cordas Nathan Schwartzman", que pretende reunir crianças e jovens estudantes de instrumentos de corda, (violino, viola, violoncelo e contrabaixo) da região do Triângulo Mineiro (Uberlândia, Ituiutaba, Uberaba).	49.601,68	49.601,68
03-4717	Um Passeio Musical Poético	Eliane Lobo Martins	385.074.633-04	Montagem e encenação do espetáculo teatral " Um Passeio Musical Poético", de autoria do autor, ator e diretor e teatro Cacau Brasil, constituido de uma colagem de aspectos da cultura cearense (Teatro, formado por jovens oriundos dos cursos de teatro e dança da Escola de Música Tapera das Artes e do Projeto Terra do Sol - desenvolvidos na cidade de Aquiraz - Ceará	116.904,70	50.000,00
05-9288	Festa de Santo Antônio 2006	Associação Amigos da Cultura de Ouro Branco	01.930.616/0001-24	O projeto Festa de Santo Antônio 2006 é a realização de uma celebração histórica em homenagem ao Santo Padroeiro, tombada pelo IPHAN, será promovida pela Associação Amigos da Cultura de Ouro Branco	342.559,80	230.000,00
06-8365	Circo Vox	Circo Velox Ltda. ME	04.770.455/0001-47	Produzir e colocar em cartaz três espetáculos de concepções diferentes, para públicos distintos: "Quiprocó", "Nostalgia" e "Noites Únicas". Promover workshops e aulas semanais de canto, instrumentos musicais e dança para aprimoramento dos artistas do grupo	475.460,70	213.000,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800037

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO II

PRONAC	PROJETO	PROPONENTE	CNPJ/CPF	RESUMO DO PROJETO	VALOR APROVADO	VALOR CAPTADO
04-5123	Júlio de Castilhos - O Líder e o Seu Legado	Axt Consultoria Histórica Ltda	04.022.633/0001-51	Editar uma obra de qualidade gráfica/editorial, com 280 páginas, no formato de 21,0x28,0cm, ilustrada, com tiragem de 2.000 exemplares, e organização do Prof. Miguel Frederico do Espírito Santo, do Ministério Público do Rio Grande do Sul e membro do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.	58.889,70	58.000,00
04-6418	Circuito Arte e Cultura nos Bairros - Ano III	Drummond Consultores Associados Ltda	03.900.849/0001-00	Organizar um circuito de arte e cultura itinerante por 30 bairros de Belo Horizonte, que atinja as 05 regiões na qual a cidade está dividida, sendo os bairros beneficiados pelo projeto.	569.463,40	297.000,00
06-8365	Circo Vox	Circo Velox Ltda. ME	04.770.455/0001-47	Produzir e colocar em cartaz três espetáculos de concepções diferentes, para públicos distintos: "Quiprocó", "Nostalgia" e "Noites Únicas". Promover workshops e aulas semanais de canto, instrumentos musicais e dança para aprimoramento dos artistas do grupo. Publicação do livro "Circo Nostalgia" como parte complementar ao projeto Nostalgia criado para a terceira idade.	475.460,70	213.000,00
06-10985	Peça de Teatro SOS Criança - Uma Lei Legal - Divulgação	Fundação de Apoio e Assistência SOS Criança.	03.472.808/0001-60	Produção de material em DVD e cartilhas para divulgação da legislação sobre incentivos fiscais, inclusive a Lei Rouanet, sendo que também serão realizadas 03 apresentações nos teatros e em espaços cedidos por empresas e sociedade civil	116.121,20	55.872,26
07-6121	Resgate Histórico do Hospital de Caridade de Florianópolis	Casa Da Palavra Editora Ltda Me	07.649.085/0001-82	Pesquisar e registrar, em livro, o surgimento e o desenvolvimento do Hospital de Caridade de Florianópolis, com 242 anos de existência e de dedicação da comunidade onde encontra-se inserida, com destaque para os integrantes da Irmandade do Senhor Jesus dos Passos.	248.424,00	108.159,00

ANEXO III

PRONAC	PROJETO	PROPONENTE	CNPJ/CPF	RESUMO DO PROJETO	VALOR APROVADO	VALOR CAPTADO	VALOR NOMINAL A SER RESTITUÍDO AO FNC
02-3045	Encontro com o escritor IV	Antonio José Laé de Souza	514.107.378-53	TEMA E OBJETIVO: Edição de livros para valorizar e promover obras literárias, despertando em alunos do ensino fundamental e ensino médio o gosto pela leitura e a possibilidade de criar textos escritos em qualquer gênero: crônicas, contos, cenas teatrais, etc. PECULIARIDADE:O trabalho é dirigido prioritariamente para alunos da rede pública de ensino, mas poderá ser realizado em escolas particulares. TIRAGEM: 16.000 exemplares do livro "Acontece...", 4.500 exemplares o livro "Coisas de Homem&Coisas de mulher".	74.712,00	71.375,00	R$ 1.506,67
03-0017	Mundo é um Moinho (O)	Casa da Gávea	01400.011433/2002-11	Encenar a peça teatral " O Mundo é um Moinho", de Fauzi Arap durante dois meses em teatro na Zona Sul do Rio de Janeiro, seguindo em turnê pelas cidades de Campo Grande, Cuiabá e Brasília. Tem estréia prevista para o 2º semestre de 2003. Os ingressos serão comercializados entre R$ 10,00 e R$ 30,00.	429.220,20	300.000,00	R$ 300.000,00
03-1103	Prêmio Literário Graciliano Ramos	J.C.B. Consultoria e Assessoria Ltda	36.104.362/0001-70 http://salic.cultura.gov.br/relatorio/resultado-projeto?cnpfcpf=02289567000155	Promoção de concurso literário no meio universitário a partir da obra de Graciliano Ramos. PECULIARIDADE: Acreditamos que o projeto irá provocar um importante aquecimento dos debates em torno da literatura brasileira num ambiente dos mais favoráveis a esta questão, que é a universidade. Tiragem: 1000 exemplares	57.981,00	51.818,33	R$ 51.818,33
03-2505	Teatro Palácio Avenida - Ano 2	Calvin Entretenimento Ltda	74.118.340/0001-58	O projeto " Teatro Palácio Avenida - Ano 2", pretende contratar espetáculos de teatro, dança, música instrumental e clássica, para se apresentarem no Teatro Palácio Avenida, em Curitiba/PR. As apresentações serão dirigidas para os alunos da rede pública de ensino. Comercialização de ingressos aos preços de R$ 10,00 e R$ 5,00 reais.	1.580.069,20	1.479.000,00	R$ 1.479.000,00
03-6459	Giramundo Teatro de Bonecos- Manutenção 2004	Giramundo teatro de bonecos	19.295.450/0001-87	Apresentação do Giramundo Teatro de Bonecos- Manutenção 2004, vêm com a intenção de criar condição de sustentação para as diversas atividades do Grupo Giramundo. O proponente prevê a produção de um DVD, sobre o Giramundo Teatro de Bonecos, além da publicação de dois livros infantis.	450.684,30	292.416,00	R$292.416,00
03-6587	Janelas Para o Mundo	Instituto Vygotskij - Centro de Estudos e Pesquisa em Educação	04.884.369/0001-65	O projeto surgiu da necessidade de analisar o uso da internet em diferentes culturas, estudar de que forma um instrumento da mais moderna tecnologia atua e possibilita novas formas de comunicação, práticas culturais e transformações na linguagem e nos indivíduos. Há dois pontos principais como diretrizes: a internet e a comunicação entre diferentes e distantes culturas e o seu processo de desenvolvimento.	952.710,00	238.750,00	R$ 305.255,43
03-7080	Mágico de Oz - O	The Oz Produções Ltda	05.667.895/0001-36	Montagem de espetáculo teatral "O Mágico de Oz", sob direção de Billy Bond	1.084.889,74	1.000.000,00	R$ 1.000.000,00
04-2112	Conclusão da Reforma do Complexo do Ver-o-Peso	Fundação Cultural Do Município De Belém	34.847.335/0001-61	O projeto pretende garantir a preservação permanente do Complexo do Ver-o-Peso, através da conclusão da obra iniciada pela Prefeitura de Belém, oportunizando toda a comunidade regional, nacional e internacional de desfrutar da beleza desse inestimável patrimônio cultural da humanidade atraves da recuperação, readaptação e restauro do mesmo.Como última etapa do projeto, apresenta os seguintes itens: restauração completa da Praça do Relógio, do antigo Necrotério Público Municipal, da Feira do Açaí; revitalização dos quiosques da época ao longo da área beneficiada pelo projeto, da Rede de lampadários de toda a via de circulação, do piso histórico da Praça D. Pedro II.	5.245.384,46	316.895,86	R$ 316.895,86

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800038

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

04-6154	Exposição imagem das letras: centenário Erico Verissimo e Mario Quintana	Leonid Streliaev	092.000.450-49	O projeto Centenário Erico Verissimo e Mario Quitana, vai mostrar imagens inéditas, objetos pessoais, documentos, manuscritos e recortes das obras de duas mais importantes personalidades da literatura gaúcha, o escritor Erico Verissimo e o poeta Mario Quintana. Vai editar um catálogo com 128 páginas e com tiragem de 3.000 exemplares para distribuição gratuita, por meio do Ministério da Cultura para instituições de referência e pelo sistema de bibliotecas públicas do Estado do Rio Grande do Sul.	275.734,75	275.734,75	R$ 275.734,75
05-1937	Semana Cultural ACADEF - 2005	Mauro de Vargas Morales	02.923.777/0001-53	Realizar a Semana Cultural da ACADEF para exposição de oficinas culturais, integração cultural e público, encontro da cultura local, realização de espetáculos, e será dado continuidade a um projeto social. Os ingressos no valor de R$ 5.00 e cada pessoa terá que trazer uma latinha vazia e uma garrafa pet, pois os mesmos retornam em benefícios a ACADEF. Total de ingressos 50.000 - 300 patrocinador -150 outros - 34.550 venda normal, 15.000 promocional, valor R$ 5,00 normal e R$ 4,50 promocional.	926.842,80	298.508,00	R$ 298.508,00
05-3644	Alienista no Interior	Carlos Tadeu Delgado	891.097.916-04	Tem como objetivo apresentação gratuita, 40 cidades mineiras, do espetáculo de Teatro, baseado no conto de Machado de Assis, entre julho de 2005 e julho de 2006. Tiragem de 20.000 ingressos. Ficha técnica: elenco Gláucia Enes, Carlos Delgado, Elisângela Souza, Daniel Furtado, Rubens Xavier, direção, e adaptação Carlos Delgado, preparação de ator Daniel Furtado Simões, figurino e adereços Márcio Gato, confecção de figurino Solange Otto, fotos Fernando Barbosa, sonoplastia Janaína Starling, iluminação Daniel Furtado, operação de luz Adão Magela, projeto gráfico Clarice Maia Scotti, administração do projeto Gláucia Enes, contra-regragem Hely Rodrigues, produção geral Cia Forte de Teatro.	255.978,00	95.000,00	R$ 95.000,00
05-5839	Projeto Cultural AMAPrado	Associação Pradense Proprietários Veículos Transporte	88.709.126/0001-80	Tem como objetivo é disponibilizar espetáculos de danças, teatro, música instrumental folclórica, tradicionalista, regionalista e popular para preservar a identidade cultural da região tendo como resultado a geração de renda e empregos em período de férias escolares e trabalhistas do Rio Grande do Sul, As apresentações nos dias 28 a 31 de dezembro de 2005 e 01 de janeiro de 2006, no horário 20:30 horas e em outros três domingos, sendo um a cada mês, nos meses de janeiro a março de 2006 à tarde, na Av. dos Imigrantes, nº 520 na cidade de Antônio Prado / RS.	295.212,00	140.531,04	R$ 140.531,04
06-7616	Brasil Instrumental - 2ª Edição	Associação Cultura Interativa	04.509.701/0001-01	Estão programados concertos em Cianorte, Curitiba, Londrina e Foz de Iguaçu, objetivando a divulgação das formações instrumentais locais em todo estado.	72.842,75	72.842,75	R$ 72.842,75
06-9464	Revista PZZ - Arte, Política e Cultura	Carlos Antonio Pará Barbosa da Silva	619.888.552-68	Edição e publicação da Revista PZZ, possibilitando a divulgação, exibição, circulação, das diversas linguagens artísticas, científicas, e expressões simbólicas da Cultura Amazônica e de valor universal.	184.332,67	60.000,00	R$ 60.000,00
06-10007	Dia Nacional do Samba 2006	Guanumbi Promoções e Eventos Ltda.	06.536.800/0001-08	Comemoração do Dia nacional do Samba, no Teatro Municipal do Rio de Janeiro, do qual participarão figuras de destaque da música brasileira dentre elas Beth Carvalho, que será a mestre de cerimônias. Artista de todas as vertentes subirão ao palco do Teatro Municipal mostrando toda graça do samba carioca.	801.753,00	550.000,00	R$ 550.000,00
07-4161	Mestre de Capela - Concertos na Catedral	Attílio Carattiero Cultural e Eventos Ltda.	01.861.308/0001-94	Realização de 7 concertos de música erudita para órgão de tubos. As apresentações terão variações de execução, como recital solo ou concertos com outros convidados, órgão a quatro mãos, missa para órgãos e dois sopranos.	315.133,83	100.000,00	R$ 100.000,00
07-10057	Doutores do Riso	Daniela Dezan	070.483.798-63	Visitas semanais de uma equipe de atores palhaços a hospitais públicos de São Paulo, uma Casa de Apoio à Crianças com câncer e pediatrias de laboratórios. Previsto para ocorrer de 01/12/2007 a 31/12/2008.	267.098,70	267.098,70	R$ 268.900,00
08-5466	Natal Praia do Cassino	Mauro de Vargas Morales	02.923.777/0001-53	Promover o projeto intitulado"Natal praia do Cassino", que terá oficinas artesanais, shows artísticos e peças teatrais, enfocando a data festiva e histórica do Natal.	332.035,00	190.000,00	R$ 190.000,00
09-3411	Festival De Dança De Itajaí	Liziane Bortolatto	006.957.169-48	O Festival De Dança De Itajaí será realizado em dezembro de 2009 na cidade de Itajaí, região norte do litoral de Santa Catarina. O evento será composto por apresentações de grupos profissionais e amadores com coreografias curtas de todas as modalidades: jazz, dança contemporânea, ballet clássico, street dance, danças populares, etc. Também serão realizadas em paralelo oficinas e uma Mostra de Vídeo Dança.	147.422,00	34.822,55	R$ 34.822,55
10-0403	Com Você Perto De Mim	Igart Producoes e Comunicacoes Artisticas Ltda	68.608.041/0001-07	Conjunto de 8 shows musicais intimistas, 8 apresentações, no Centro Cultural Banco do Brasil do Rio de Janeiro, Teatro III, com apresentações aos sábados e domingos às 19h, durante um mês, 4 fins de semana. Cada show um cantor irá se apresentar com um instrumentista. Serão convidados nomes de prestígio da MPB como Danilo Caymmi e Muri Costa, Suely Costa e Jaime Allen, Nana Caymmi e Cristóvao Bastos, Miucha e Leandro Braga, Emilio Santiago e João Lira, entre outros.	178.155,00	175.000,00	R$ 175.000,00
10-0643	Circuito de Música Erudita Praça da Liberdade	Celso Cícero da Silva	500.793.526-34	Realizar dois dias de show de musica erudita no Circuito Cultural Praça da Liberdade com a participação de diversos grupos e orquestras de Minas Gerais. O evento contará com a participação de diversos alunos de escolas de música de Belo Horizonte	225.790,00	225.790,00	R$ 225.790,00
10-3200	Circuito de Vaquejada	Monterey Produções Artísticas E Publicidade Ltda	03.956.813/0001-48	O Circuito de Vaquejada sera realizado em 02 etapas no Estado do Ceará, no período de 30 de julho até 01 de agosto e de 03 a 05 de dezembro de 2010. Além das tradicionais provas envolvendo nossos corajosos vaqueiros, cada	1.180.472,00	560.000,00	R$ 560.000,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800039

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

				etapa contará com apresentações musicais renomadas e grupos regionais/locais, como forma de incentivo as produções e artistas do Ceará e demais estados da região nordeste.			
10-6296	Minha Escola Lê	Editora Ecoarte Ltda - Me	03.205.403/0001-65	Edição de livros para desenvolvimento de projeto de leitura e escrita em escolas públicas. É aberto a escolas de todo o país, atingindo alunos a partir do 6º ano. Cada aluno recebe um livro para leitura, questionários e folhas par redação. Os melhores alunos recebem outra obra como prêmio. O professore recebe um manual para o desenvolvimento das atividades.	90.180,00	90.050,00	R$ 1.905,71

RETIFICAÇÃO

Na portaria nº 715 de 27/11/2017, publicada no D.O.U. n.º 227 de 28/11/2017, Seção 1, páginas 34 e 35, referente ao Projeto EXPOSIÇÃO ARTE COM AS MÃOS - Pronac:17 7030:

Onde se lê: ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 26)

Leia se: ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18, § 1º)

Ministério da Defesa

COMANDO DA AERONÁUTICA

GABINETE DO COMANDANTE

PORTARIA Nº 1.787/GC3, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2017

Aprova a reedição do RCA 12-1 "Regulamento de Administração da Aeronáutica".

O COMANDANTE DA AERONÁUTICA, de conformidade com o previsto nos incisos XI e XIV do art. 23 da Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica, aprovada pelo Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009, e considerando o que consta do Processo nº 67800.002478/2017-86, resolve:

Art. 1º Aprovar a reedição do RCA 12-1 "Regulamento de Administração da Aeronáutica (RADA)", que com esta baixa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revoga-se a Portaria nº 2.189/GC3, de 29 de dezembro de 2014, publicada no Diário Oficial da União nº 252, de 30 de dezembro de 2014.

O Regulamento de que trata a presente Portaria será publicado no Boletim do Comando da Aeronáutica (BCA).

Ten Brig Ar NIVALDO LUIZ ROSSATO

PORTARIA Nº 1.845/GC3, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017

Aprova a edição da NSCA 3-14, que dispõe sobre Certificações e Credenciais do Sistema de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos.

O COMANDANTE DA AERONÁUTICA, de acordo com o previsto no art. 18, inciso II e seu Parágrafo único, da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, no inciso XIV do art. 23 da Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica, aprovada pelo Decreto nº 6.834 de 30 de abril de 2009, e considerando o que consta do Processo nº 67012.002798/2017-12, resolve:

Art. 1º Aprovar a edição da NSCA 3-14 "Certificações e Credenciais do Sistema de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (SIPAER)", que com esta baixa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

A Norma de que trata a presente Portaria será publicada no Boletim do Comando da Aeronáutica (BCA).

Ten Brig Ar NIVALDO LUIZ ROSSATO

PORTARIA Nº 1.846/GC3, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017

Aprova a reedição da NSCA 3-13, que dispõe sobre os Protocolos de Investigação de Ocorrências Aeronáuticas da Aviação Civil, conduzidas pelo Estado Brasileiro.

O COMANDANTE DA AERONÁUTICA, de acordo com o previsto no art. 18, inciso II e seu Parágrafo único, da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, no inciso XIV do art. 23 da Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica, aprovada pelo Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009, e considerando o que consta do Processo nº 67012.002798/2017-12, resolve:

Art. 1º Aprovar a reedição da NSCA 3-13 "Protocolos de Investigação de Ocorrências Aeronáuticas da Aviação Civil conduzidas pelo Estado Brasileiro", que com esta baixa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revoga-se a Portaria nº 166/GC3, de 12 de fevereiro de 2014, publicada no Diário Oficial da União nº 32, de 14 de fevereiro de 2014, Seção 1, página 12.

A Norma de que trata a presente Portaria será publicada no Boletim do Comando da Aeronáutica (BCA).

Ten Brig Ar NIVALDO LUIZ ROSSATO

PORTARIA Nº 1.847/GC3, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017

Aprova a reedição da NSCA 3-10, que dispõe sobre a Formação e Capacitação dos Recursos Humanos do Sistema de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos.

O COMANDANTE DA AERONÁUTICA, de acordo com o previsto nos incisos I e XIV do Art. 23, da Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica, aprovada pelo Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009, e considerando o que consta do Processo nº 67012.002088/2017-92, resolve:

Art. 1º Aprovar a reedição da NSCA 3-10 "Formação e Capacitação dos Recursos Humanos do Sistema de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos", que com esta baixa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revoga-se a Portaria n° 60-T/DDOC, de 18 de setembro de 2013, publicada no Boletim do Comando da Aeronáutica nº 221, de 19 de novembro de 2013.

A Norma de que trata a presente Portaria será publicada no Boletim do Comando da Aeronáutica (BCA).

Ten Brig Ar NIVALDO LUIZ ROSSATO

PORTARIA Nº 1.848/GC3, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017

Aprova a reedição da NSCA 3-12, que dispõe sobre o Código de Ética do Sistema de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos.

O COMANDANTE DA AERONÁUTICA, de acordo com o previsto nos incisos I e XIV do Art. 23, da Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica, aprovada pelo Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009, e considerando o que consta do Processo nº 67012.002088/2017-92, resolve:

Art. 1º Aprovar a reedição da NSCA 3-12 "Código de Ética do SIPAER", que com esta baixa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revoga-se a Portaria nº 60/CEN, de 31 de outubro de 2008, publicada no Boletim do Comando da Aeronáutica nº 215, de 13 de novembro de 2008.

A Norma de que trata a presente Portaria será publicada no Boletim do Comando da Aeronáutica (BCA).

Ten Brig Ar NIVALDO LUIZ ROSSATO

PORTARIA Nº 1.849/GC3, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017

Aprova o Regulamento do Centro de Comunicação Social da Aeronáutica.

O COMANDANTE DA AERONÁUTICA, de conformidade com o previsto no inciso XI do art. 23 da Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica, aprovada pelo Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009, e considerando o que consta do Processo nº 67003.002600/2017-18, resolve:

Art. 1º Aprovar a reedição do ROCA 21-38 "Regulamento do Centro de Comunicação Social da Aeronáutica (CECOMSAER)", que com esta baixa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revoga-se a Portaria nº 409/GC3, de 22 de julho de 2011, publicada no Diário Oficial da União nº 141, de 25 de julho de 2011.

A Norma de que trata a presente Portaria será publicada no Boletim do Comando da Aeronáutica (BCA).

Ten Brig Ar NIVALDO LUIZ ROSSATO

PORTARIA Nº 1.854/GC4, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017

Delega competência para representar o Comando da Aeronáutica no uso do Sistema de Requerimento Eletrônico de Imóveis da União.

O COMANDANTE DA AERONÁUTICA, de conformidade com o previsto no art. 77 do Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946, tendo em vista o disposto no § 1º do art. 23, Anexo I, da Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica, aprovada pelo Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009; § 1º do art. 1º da Lei nº 5.658, de 7 de junho de 1971; § 1º do art. 3º da Portaria nº 318, de 18 de dezembro de 2014, e considerando o que consta do Processo COMAER nº 60000.002992/2016-15, resolve:

Art. 1º Delegar competência ao Diretor de Infraestrutura da Aeronáutica para representar o Comando da Aeronáutica no uso do Sistema de Requerimento Eletrônico de Imóveis da União.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Torna-se insubsistente a Portaria Nº 1.645/GC4, de 8 de novembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União nº 216, Seção 1, de 10 de novembro de 2017.

Ten Brig Ar NIVALDO LUIZ ROSSATO

COMANDO DE PREPARO

V COMANDO AÉREO REGIONAL

GRUPAMENTO DE APOIO DE CANOAS

PORTARIA GAP CO Nº 90-T/ARC, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2017

Aprova a sanção administrativa à empresa PRESERVE - COMÉRCIO E SERVIÇOS MULTIMODAIS LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 01.247.947/0001-64, na modalidade de Impedimento de Licitar e Contratar com a União.

O Chefe do Grupamento de Apoio de Canoas - GAP-CO, usando da competência regimental que lhe foi conferida através da Portaria nº 57/GC1, de 10 de janeiro de 2017, publicada no Boletim do Comando da Aeronáutica nº 007, de 12 de janeiro de 2017, e tendo em vista os fatos apurados no Processo Administrativo de Apuração de Irregularidade (PAAI) nº 67278.005228/2017-63, resolve:

Art. 1º Aplicar sanção à empresa PRESERVE - COMÉRCIO E SERVIÇOS MULTIMODAIS LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 01.247.947/0001-64, na modalidade de Impedimento de Licitar e Contratar com a União, pelo prazo de 2(dois) anos, contados a partir de sua publicação no Diário Oficial da União, com base no que prevê o Artigo 7º, da Lei nº 10.520/2002, em consonância com sugestão do item 6.1.14, alínea "f", da Instrução do Comando da Aeronáutica nº 12-23/2017, por entender que a falha na execução contratual resultou em transtornos comprometedores ao desempenho da Administração.

Art. 2º A aplicação da penalidade se dá em razão de inadimplemento injustificado por parte da empresa, ao descumprir obrigações contratuais apuradas no Processo Administrativo de Apuração de Irregularidade (PAAI), tendo-lhe sido oportunizado o contraditório e a ampla defesa.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cel Int CARLOS ADRIANO PINHEIRO BARREIRA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800040

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

COMANDO DA MARINHA

DIRETORIA-GERAL DE NAVEGAÇÃO

DIRETORIA DE PORTOS E COSTAS

PORTARIA Nº 349/DPC, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017

Dispensa da obrigatoriedade do Serviço de Praticagem.

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria no 156/MB, do Comandante da Marinha, de 3 de junho de 2004, e de acordo com o contido no art. 4o da Lei no 9.537, de 11 de dezembro de 1997 (Lei de Segurança do Tráfego Aquaviário em Águas sob Jurisdição Nacional - LESTA), resolve:

Art. 1º Dispensar da obrigatoriedade do Serviço de Praticagem a embarcação empregada na navegação de apoio marítimo, abaixo listada, comandada pelo Capitão de Longo Curso ANTONIO CARLOS CARVALHO CALANDRINI MATOS (CIR: 021P2001129720) e pelo Capitão de Cabotagem MARCOS ANTÔNIO MOREIRÃO DA CRUZ (CIR: 381P2001331245), com arqueação bruta (AB) acima de 3.000 e menor ou igual a 5.000, que atende ao preconizado no inciso 5, da alínea c, do item 0404 das Normas da Autoridade Marítima para o Serviço da Praticagem - NORMAM-12/DPC (1a Revisão):

NOME DA EMBARCAÇÃO	NÚMERO DE INSCRIÇÃO	LOCAL DE INSCRIÇÃO	PORTOS DE OPERAÇÃO AUTORIZADOS
BRUCE KAY	4430481911	Delegacia da Capitania dos Portos em Itajaí	Rio de Janeiro, Niterói, Sepetiba, Ilha Guaíba, Ilha Grande (TEBIG), Angra dos Reis e Forno (RJ)

Art. 2º A dispensa da obrigatoriedade do Serviço de Praticagem está limitada aos portos e terminais mencionados, devendo ser respeitadas as restrições operacionais e características dos respectivos portos e terminais.

Art. 3º Os comandantes da embarcação dispensada deverão observar a alínea d, do item 0404, da NORMAM-12/DPC (1a Revisão), comunicando obrigatoriamente à Estação de Praticagem e/ou ao Serviço de Tráfego de Embarcação (VTS) a sua movimentação dentro da Zona de Praticagem.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação em DOU.

Art. 5º Fica revogada a Portaria no 382, de 17 de dezembro de 2013, publicada no DOU de 20 de dezembro de 2013.

Vice-Alte. WILSON PEREIRA DE LIMA FILHO

PORTARIA Nº 350/DPC, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017

Dispensa da obrigatoriedade do Serviço de Praticagem.

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria no 156/MB, do Comandante da Marinha, de 3 de junho de 2004, e de acordo com o contido no art. 4o da Lei no 9.537, de 11 de dezembro de 1997 (Lei de Segurança do Tráfego Aquaviário em Águas sob Jurisdição Nacional - LESTA), resolve:

Art. 1º Dispensar da obrigatoriedade do Serviço de Praticagem a embarcação empregada na navegação de apoio marítimo, abaixo listada, comandada pelo Capitão de Cabotagem GUTEMBERG BRAGA BAPTISTA JUNIOR (CIR: 381P2004003922) e pelo Capitão de Cabotagem KLAYTON BARROS MARQUES (CIR: 021P2006005699), com arqueação bruta (AB) acima de 3.000 e menor ou igual a 5.000, que atende ao preconizado no inciso 5, da alínea c, do item 0404 das Normas da Autoridade Marítima para o Serviço da Praticagem - NORMAM-12/DPC (1a Revisão):

Nome da Embarcação	Número de Inscrição	Local de Inscrição	Portos de Operação Autorizados
BRAM BUCCANEER	4430483248	Delegacia da Capitania dos Portos em Itajaí	Rio de Janeiro, Niterói, Sepetiba, Ilha Guaíba, Ilha Grande (TEBIG), Angra dos Reis e Forno (RJ)

Art. 2º A dispensa da obrigatoriedade do Serviço de Praticagem está limitada aos portos e terminais mencionados, devendo ser respeitadas as restrições operacionais e características dos respectivos portos e terminais.

Art. 3º Os comandantes da embarcação dispensada deverão observar a alínea d, do item 0404, da NORMAM-12/DPC (1a Revisão), comunicando obrigatoriamente à Estação de Praticagem e/ou ao Serviço de Tráfego de Embarcação (VTS) a sua movimentação dentro da Zona de Praticagem.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação em DOU.

Art. 5º Fica revogada a dispensa da obrigatoriedade do serviço de praticagem concedida para a embarcação "BRAM BUCCANEER" por meio da Portaria no 380, de 17 de dezembro de 2013, publicada no DOU de 20 de dezembro de 2013.

Vice-Alte. WILSON PEREIRA DE LIMA FILHO

Ministério da Educação

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA NORMATIVA Nº 18, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017

Estabelece os procedimentos de pré-seleção e adesão de municípios para autorização de funcionamento de curso de graduação em medicina por instituição de educação superior privada, precedida de Chamamento Público.

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, e tendo em vista o disposto nos incisos I e II do art. 3º da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º A pré-seleção de municípios para autorização de funcionamento de curso de graduação em medicina por instituição de educação superior privada compete à Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior - SERES, segundo os procedimentos estabelecidos nesta Portaria, e deverá observar, necessariamente:

I - a relevância e a necessidade social da oferta de curso de medicina; e

II - a estrutura de equipamentos públicos, os cenários de atenção na rede, os programas de saúde existentes e disponíveis no município a ser selecionado, segundo informações fornecidas pelo Ministério da Saúde - MS, nos termos do art. 3º, § 1º, II, da Lei nº 12.871, de 2013.

Art. 2º A análise da estrutura de equipamentos públicos, os cenários de atenção na rede e os programas de saúde existentes e disponíveis na região de saúde e no município de oferta do curso deverão contemplar os seguintes critérios:

I - não ser capital do Estado;

II - não possuir oferta de curso de medicina em seu território;

III - possuir mais de 65.000 (sessenta e cinco mil) habitantes, conforme as estimativas de população para os municípios brasileiros, com data de referência em 1º de julho de 2017, publicadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE;

IV - estar localizado nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do território brasileiro;

V - estar distante, pelo menos, 50 km (cinquenta quilômetros) de local de curso de medicina pré-existente e de cursos de medicina previstos no plano de expansão das universidades federais ou de municípios constantes do Anexo I da Portaria nº 543, de 04 de setembro de 2014;

VI - possuir número de leitos do Sistema Único de Saúde - SUS disponíveis por aluno maior ou igual a 5 (cinco), tendo em vista a abertura de turmas com, no mínimo, 50 (cinquenta) alunos;

VII - possuir Equipes Multiprofissionais de Atenção Domiciliar - EMAD;

VIII - possuir o número mínimo de 17 (dezessete) Equipes de Atenção Básica - EAB;

IX - possuir leitos de urgência e emergência ou pronto-socorro;

X - possuir, pelo menos, 3 (três) Programas de Residência Médica nas especialidades prioritárias, preferencialmente em Medicina Geral de Família e Comunidade;

XI - ter aderido ao Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade na Atenção Básica - PMAQ, do MS;

XII - possuir Centro de Atenção Psicossocial - CAPS; e

XIII - possuir hospital com 80 (oitenta) leitos do SUS, exclusivos para o curso de medicina a ser implantado, com potencial para ser certificado como hospital de ensino, conforme legislação de regência.

Art. 3º As informações necessárias à avaliação da estrutura dos equipamentos públicos, cenários de atenção na rede e programas de saúde serão disponibilizadas pela Secretaria de Gestão do Trabalho e Educação em Saúde, do MS, a pedido da SERES.

§ 1º A SERES poderá, para fins de verificação de disponibilidade da estrutura dos equipamentos públicos, cenários de atenção na rede e programas de saúde, considerar os dados da Região de Saúde na qual se insere o município de oferta do curso, conforme definição estabelecida pelo Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011.

§ 2º Outros municípios da mesma Região de Saúde, bem como gestores estaduais, poderão ofertar sua rede como cenário de prática, desde que celebrem termo de parceria com o gestor local do SUS do município pré-selecionado para ofertar curso de medicina.

§ 3º Em caso de inexistência ou insuficiência de Programas de Residência Médica nas áreas prioritárias no município, a SERES disciplinará a respeito de obrigação específica para abertura de vagas pela instituição de educação superior privada vencedora do edital de seleção de propostas para obtenção de autorização de funcionamento de curso de medicina.

Art. 4º Para participar dessa pré-seleção, o município deverá aderir ao chamamento público, de acordo com as orientações e os critérios a serem estabelecidos pela SERES em edital específico.

Art. 5º Os municípios pré-selecionados receberão visitas in loco a serem realizadas por comissões de especialistas designadas pela SERES, para verificação da estrutura de equipamentos públicos, cenários de atenção na rede e programas de saúde, com o fim de garantir as condições necessárias à implantação do curso de medicina.

Art. 6º O município selecionado, após verificação das comissões de especialistas, deverá celebrar Termo de Compromisso com a SERES com o intuito de efetivar sua inclusão em Chamamento Público objetivando a seleção de mantenedoras para autorização de funcionamento de curso de medicina.

§ 1º Por meio do Termo de Compromisso de que trata o caput, o dirigente municipal e o gestor local do SUS se comprometem a disponibilizar para a instituição de educação superior vencedora do edital de mantenedoras a estrutura de equipamentos públicos, cenários de atenção na rede e programas de saúde necessários para a implantação e funcionamento do curso de graduação em medicina.

§ 2º O Termo de Compromisso deverá prever o regramento da estrutura dos equipamentos públicos, cenários de atenção na rede e programas de saúde por meio do Contrato Organizativo de Ação Pública Ensino-Saúde - COAPES, conforme estabelecido na Portaria Interministerial MEC/MS nº 10, de 20 de agosto de 2014.

Art. 7º Os municípios que não obtiverem resultado satisfatório na verificação in loco a ser realizada, de que trata o art. 5º, serão excluídos do processo de seleção.

Art. 8º O município pré-selecionado que tiver curso de medicina autorizado por iniciativa do sistema estadual ou federal de ensino ou, ainda, em função da expansão da rede federal será excluído do processo de seleção.

Art. 9º O município selecionado que deixar de cumprir os compromissos assumidos perante o Ministério da Educação - MEC será excluído do processo de seleção.

Art. 10. Os casos omissos e dúvidas surgidas na aplicação das disposições desta Portaria serão dirimidos pelo Secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior.

Art. 11. Ficam revogadas a Portaria Normativa nº 05, de 1º de abril de 2015, e demais disposições em sentido contrário.

Art. 12. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MENDONÇA FILHO

DESPACHO

Processo nº: 71000.104223/2009-30
Interessada: Instituto das Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus
Assunto: Anulação de Decisão Ministerial. Despacho do Ministro de 11 de maio de 2017, publicado no DOU de 12 de maio de 2017.

DECISÃO: Vistos os autos do processo em referência, com base no Parecer nº 01814/2017/CONJUR-MEC/CGU/AGU, de 4 de dezembro de 2017, cujos fundamentos adoto, nos termos do artigo 50, § 1º, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999: ANULO a decisão proferida pelo Despacho do Ministro de 11 de maio de 2017, publicado no DOU de 12 de maio de 2017, REVOGO a Portaria nº 378, de 2 de agosto de 2013, da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior - SERES, publicada no DOU de 5 de agosto de 2013, conheço do recurso interposto pela entidade e DOU-LHE provimento para DEFERIR o pedido de renovação do Certificado de Entidades Beneficentes de Assistência Social - CEBAS ao Instituto das Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus, referente ao período de 1º/1/2010 a 31/12/2012.

MENDONÇA FILHO
Ministro

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800041

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DESPACHO DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017

Processo nº: 23123.003456/2017-97
Interessada: Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA
Assunto: Juízo de admissibilidade de apuração disciplinar em relação à denúncia de irregularidades envolvendo o servidor da UNILA, Sr. Luiz Fernando Boff Zarpelon.

DECISÃO: Vistos os autos do processo em referência, e com fulcro no Parecer nº 01635/2017/CGAA-CONJUR-MEC/CGU/AGU, da Consultoria Jurídica junto a este Ministério, cujos fundamentos adoto, nos termos do art. 50, § 1º, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, determino o arquivamento da presente denúncia, tendo em vista a ausência de indícios, nos autos, de infração funcional de dirigente máximo da UNILA, nos termos do parágrafo único do artigo 144 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e do art. 1º do Decreto nº 3.669, de 23 de novembro de 2000.

MENDONÇA FILHO
Ministro

DESPACHO DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer CNE/CES nº 276/2017, do Conselho Nacional de Educação da Câmara de Educação Superior, que conheceu de recurso interposto contra decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior - SERES para, no mérito, dar-lhe provimento, reformando os efeitos da Portaria SERES/MEC nº 355, de 8 de agosto de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 9 de agosto de 2016, para autorizar o funcionamento do curso superior de tecnologia em Gestão de Recursos Humanos, a ser oferecido pela Faculdade do Norte Novo de Apucarana, localizada na Avenida Zilda Seixas Amaral, nº 4.350, no bairro Parque Industrial Norte, município de Apucarana, estado do Paraná, mantida pelo Centro de Estudo Superior de Apucarana - CESA, com sede no mesmo município e estado, com o número de vagas anuais a ser fixado pela SERES, conforme consta do Processo nº 00732.002930/2017-90. (Registro e-MEC nº 201405244)

MENDONÇA FILHO
Ministro

DESPACHO DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer CNE/CES nº 502/2017, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, que conheceu do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, reformando a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão de Educação Superior do Ministério da Educação - SERES/MEC, expressa na Portaria SERES nº 924, de 29 de agosto de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 30 de agosto de 2017, para autorizar o funcionamento do curso superior de Informática, licenciatura, a ser oferecido pela Faculdade Dama, instalada na rua Frederico Kohler, nº 89, bairro Campo D''Água Verde, município de Canoinhas, estado de Santa Catarina, com 50 (cinquenta) vagas totais anuais, conforme consta do Processo nº 00732.002940/2017-25 (Registro e-MEC nº 201415590).

MENDONÇA FILHO
Ministro

DESPACHO DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer CNE/CES nº 504/2017, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, que conheceu do recurso interposto pela Pró-Técnica Paulista Ltda. para, no mérito, dar-lhe provimento, suspendendo os efeitos da decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação - SERES-MEC, exarada na Portaria nº 804, de 28 de julho de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 31 de julho de 2017, para autorizar o funcionamento do curso superior de Tecnologia em Logística, a ser ofertado pela Faculdade de Tecnologia Oswaldo Cruz - Fatec Oswaldo Cruz, com sede na Rua Brigadeiro Galvão, nº 540, Prédio 1, 7º andar, bairro Barra Funda, no município de São Paulo, estado de São Paulo, mantida pela Pró-Técnica Paulista Ltda., sediada no mesmo município e estado, com o número de vagas anuais a ser fixado pela SERES, e determinar, ainda, que a Fatec Oswaldo Cruz protocole o seu pedido de recredenciamento, conforme o estipulado pela Portaria Normativa MEC nº 26, de 21 de dezembro de 2016, conforme consta do Processo nº 00732.002944/2017-11. (Registro e-MEC nº 201502008)

MENDONÇA FILHO
Ministro

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS

PORTARIA N° 2.908, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2017

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS, usando das atribuições conferidas por Decreto de 14 de junho de 2017, publicado no Diário Oficial da União de 16.06.2017, resolve:
TORNAR SEM EFEITO os termos da Portaria GR nº 2.439/2017, datada de 09 de outubro de 2017 e publicada no Diário Oficial da União do dia 18 de outubro de 2017, que prorrogou, por 1 (um) ano, a validade do Concurso Público para provimento de cargos na Carreira de Magistério Superior, objeto do Edital nº 025, de 16/05/2016, publicado no DOU de 17/05/2016, conforme segue:

Unidade	Área de Conhecimento	Portaria de Homologação	Prazo de validade inicial	Prazo de validade final
ISB/Coari	Nutrição e Ciências de Alimentos	Portaria GR nº 2.914 de 07/11/2016 e publicado no DOU em 14/11/2016	14/11/2017	14/11/2018

SYLVIO MÁRIO PUGA FERREIRA

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 82, de 4 de dezembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 5 de dezembro de 2017, Seção 1, página 19.
Onde se lê em Anexo I desta Portaria:

UF	CNPJ	Código IBGE	Número de Matrículas	Valor do Repasse	Valor de capital do Repasse	Valor de custeio do Repasse
AC	04.033.254./000.1-67	12	5.993	R$ 9.359.183	R$ 0	R$ 9.359.183
AL	12.200.218./000.1-79	27	7.480	R$ 4.901.815	R$ 3.937.279	R$ 964.536
AM	04.312.419./000.1-30	13	12.990	R$ 9.944.016	R$ 1.704.721	R$ 8.239.294
AP	00.394.577./000.1-25	16	2.516	R$ 1.535.536	R$ 349.825	R$ 1.185.712
BA	13.937.065./000.1-00	29	10.057	R$ 6.026.761	R$ 2.719.781	R$ 3.306.980
CE	07.954.514./000.1-25	23	25.415	R$ 30.003.741	R$ 11.966.703	R$ 18.037.038
DF	00.394.676./000.1-07	53	4.154	R$ 2.718.237	R$ 0	R$ 2.718.237
ES	27.080.563./000.1-93	32	15.105	R$ 22.309.622	R$ 15.090.000	R$ 7.219.622
GO	01.409.705./000.1-20	52	14.440	R$ 13.438.054	R$ 3.356.812	R$ 10.081.242
MA	03.352.086./000.1-00	21	11.262	R$ 12.153.299	R$ 9.607.496	R$ 2.545.803
MG	18.715.599./000.1-05	31	24.640	R$ 27.535.099	R$ 5.095.682	R$ 22.439.417
MS	02.585.924./000.1-22	50	9.750	R$ 4.334.404	R$ 3.151.768	R$ 1.182.636
MT	03.507.415./000.8-10	51	7.680	R$ 9.696.316	R$ 3.679.945	R$ 6.016.370
PA	05.054.937./000.1-63	15	7.660	R$ 5.860.649	R$ 1.861.775	R$ 3.998.874
PB	08.778.250./000.1-69	25	18.766	R$ 25.990.236	R$ 10.348.709	R$ 15.641.527
PE	10.572.071./000.1-12	26	20.875	R$ 25.710.528	R$ 4.104.334	R$ 21.606.194
PI	06.554.729./000.1-96	22	13.140	R$ 8.756.941	R$ 1.893.445	R$ 6.863.496
PR	76.416.965./000.1-21	41	4.500	R$ 1.617.478	R$ 537.774	R$ 1.079.704
RJ	42.498.659./000.1-60	33	13.200	R$ 17.898.677	R$ 9.109.712	R$ 8.788.965
RN	08.241.804./000.1-94	24	16.400	R$ 15.654.566	R$ 4.406.323	R$ 11.248.243
RO	04.564.530./000.1-13	11	4.605	R$ 3.578.500	R$ 408.516	R$ 3.169.984
RR	84.012.012./000.1-26	14	5.122	R$ 2.406.204	R$ 1.460.501	R$ 945.702
RS	92.941.681./000.1-00	43	1.327	R$ 2.653.998	R$ 1.200.000	R$ 1.453.998
SC	82.951.328./000.1-58	42	4.618	R$ 4.901.800	R$ 408.708	R$ 4.493.091
SE	13.128.798./001.4-18	28	7.911	R$ 8.841.737	R$ 4.322.185	R$ 4.519.553
SP	46.384.111./000.1-40	35	15.294	R$ 20.857.042	R$ 0	R$ 20.857.042

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

PORTARIA Nº 232, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017

O Presidente da FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto aprovado pelo Decreto nº 8.894, de 1º de março de 2017, Considerando o disposto no art. 5º do Decreto nº 7.133, de 19 de março de 2010, e na Portaria Interministerial nº 428, de 6 de setembro de 2012, que estabelecem os critérios e procedimentos específicos de avaliação individual e institucional da administração pública federal para fins de atribuição da Gratificação de Atividade de Ciência e Tecnologia - GDACT, instituída pela Medida Provisória nº 2.229, de 6 de setembro de 2001, e Considerando o Plano Plurianual 2016-2019 e a Lei Orçamentária Anual nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, resolve:

Art. 1º - Instituir o Plano de Metas Institucionais da Fundação Joaquim Nabuco para o período de 1º de março de 2017 a 28 de fevereiro de 2018, composto pelas seguintes metas globais: Meta I - Disponibilizar 65 (sessenta e cinco) publicações resultantes de estudos e pesquisas educacionais e socioeducativas. Meta II - Publicar 30 (trinta) títulos por meio de livros, revistas, vídeos e multimídia, resultantes de estudos e pesquisas científico-culturais. Meta III - Promover 30 (trinta) cursos para o aprimoramento técnico-científico e o desenvolvimento local sustentável. Meta IV - Realizar 50 (cinquenta) eventos educacionais e culturais para divulgação e difusão do conhecimento nos campos da Educação, da Cultura e das Ciências Sociais e Humanas. Meta V - Preservar 810.000 (oitocentos e dez mil) acervos históricos, administrativos e artísticos, para o fortalecimento do patrimônio. Meta VI - Capacitar 70 (setenta) servidores em processos de qualificação e requalificação, por meio de cursos de diferentes modalidades.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

LUIZ OTAVIO CAVALCANTI

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800042

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

TO	25.053.083./000.1-08	17	4.350	R$ 1.681.515	R$ 1.043.131	R$ 638.385
Total Geral			289.250	R$ 300.365.953,00	R$ 101.765.124,00	R$ 198.600.829,00

leia-se:

UF	CNPJ	Número de Matrículas	Valor do Repasse	Valor de capital do Repasse	Valor de custeio do Repasse
AC	04.033.254/000.1-67	5.993	R$ 9.359.183,19	R$ 0,00	R$ 9.359.183,19
AL	12.200.218/000.1-79	7.480	R$ 4.901.815,08	R$ 3.937.279,28	R$ 964.535,79
AM	04.312.419/000.1-30	12.990	R$ 9.944.015,54	R$ 1.704.721,06	R$ 8.239.294,48
AP	00.394.577/000.1-25	2.516	R$ 1.535.536,25	R$ 349.824,68	R$ 1.185.711,57
BA	13.937.065/000.1-00	10.057	R$ 6.026.761,09	R$ 2.719.780,98	R$ 3.306.980,11
CE	07.954.514/000.1-25	25.415	R$ 30.003.740,98	R$ 11.966.702,66	R$ 18.037.038,32
DF	00.394.676/000.1-07	4.154	R$ 2.718.237,23	R$ 0,00	R$ 2.718.237,23
ES	27.080.563/000.1-93	15.105	R$ 22.309.622,39	R$ 15.090.000,00	R$ 7.219.622,39
GO	01.409.705/000.1-20	14.440	R$ 13.438.054,34	R$ 3.356.812,04	R$ 10.081.242,30
MA	03.352.086/000.1-00	11.262	R$ 12.153.298,59	R$ 9.607.495,76	R$ 2.545.802,83
MG	18.715.599/000.1-05	24.640	R$ 27.535.098,56	R$ 5.095.681,85	R$ 22.439.416,71
MS	02.585.924/000.1-22	9.750	R$ 4.334.403,65	R$ 3.151.767,60	R$ 1.182.636,05
MT	03.507.415/000.8-10	7.680	R$ 9.696.315,50	R$ 3.679.945,41	R$ 6.016.370,10
PA	05.054.937/000.1-63	7.660	R$ 5.860.648,89	R$ 1.861.774,74	R$ 3.998.874,15
PB	08.778.250/000.1-69	18.766	R$ 25.990.236,27	R$ 10.348.709,21	R$ 15.641.527,06
PE	10.572.071/000.1-12	20.875	R$ 25.710.527,81	R$ 4.104.333,61	R$ 21.606.194,20
PI	06.554.729/000.1-96	13.140	R$ 8.756.941,03	R$ 1.893.444,59	R$ 6.863.496,44
PR	76.416.965/000.1-21	4.500	R$ 1.617.478,21	R$ 537.773,96	R$ 1.079.704,25
RJ	42.498.659/000.1-60	13.200	R$ 17.898.676,69	R$ 9.109.712,16	R$ 8.788.964,53
RN	08.241.804/000.1-94	16.400	R$ 15.654.565,91	R$ 4.406.323,12	R$ 11.248.242,79
RO	04.564.530/000.1-13	4.605	R$ 3.578.499,69	R$ 408.515,97	R$ 3.169.983,72
RR	84.012.012/000.1-26	5.122	R$ 2.406.203,85	R$ 1.460.501,44	R$ 945.702,41
RS	92.941.681/000.1-00	1.327	R$ 2.653.998,00	R$ 1.200.000,00	R$ 1.453.998,00
SC	82.951.328/000.1-58	4.618	R$ 4.901.799,51	R$ 408.708,21	R$ 4.493.091,30
SE	13.128.798/001.4-18	7.911	R$ 8.841.737,38	R$ 4.322.184,79	R$ 4.519.552,59
SP	46.384.111/000.1-40	15.294	R$ 20.857.041,92	R$ 0,00	R$ 20.857.041,92
TO	25.053.083/000.1-08	4.350	R$ 1.681.515,45	R$ 1.043.130,88	R$ 638.384,57
Total Geral		289.250	R$ 300.365.953,00	R$ 101.765.124,00	R$ 198.600.829,00

SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

PORTARIA Nº 1.249, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017

Decide pela instauração de Processo Administrativo - Processo MEC n° 23000.017990/2011-81.

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, em atenção ao disposto nos arts. 206 e 209 da Constituição, 46 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, 2°, 4° e 10 da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, 2º, 48 e 50 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, 11, 47, 48 e 60 do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 8.754, de 10 de maio de 2016, tendo em vista as razões expostas na Nota Técnica nº 269/2017-CGSE/DISUP/SERES/MEC, inclusive como motivação, resolve:

Art. 1ºFica instaurado Processo Administrativo para aplicação de penalidade perante o curso de graduação, bacharelado em Fisioterapia (cód. 54973), ofertado no município do Rio de Janeiro - RJ, pela FACULDADE BEZERRA DE ARAÚJO - FABA (cód. 1263).

Art. 2ºFicam mantidas as medidas cautelares aplicadas pelo Despacho SERES/MEC nº 249, de 2011, publicado no Diário Oficial da União (DOU) de 5 de dezembro de 2011.

Art. 3ºSeja notificada e intimada a Instituição, atendendo ao art. 28 da Lei nº 9.784, de 1999, para apresentação de defesa no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 51 do Decreto 5773, de 2006, alterado pelo Decreto nº 8.754, de 2016.

Art. 4ºSeja efetivada a notificação por meio da publicação desta portaria no DOU e por meio eletrônico, pelo Sistema de Comunicação da Caixa de Mensagens do e-MEC, conforme disposto no art. 1º da Portaria Normativa MEC nº 40, de 2007, alterada e republicada no DOU em 29 de dezembro de 2010.

Art. 5ºFica designado o Titular da Coordenação-Geral de Supervisão Estratégica, desta SERES/MEC, para condução do Processo Administrativo instaurado

Art. 6ºEsta portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

PORTARIA Nº 1.250, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017

Dispõe sobre a instauração de processo administrativo para aplicação de penalidade em face dos cursos de graduação relacionados nas Tabelas I e II, por não adesão a Protocolo de Compromisso ou não cumprimento das ações assumidas, em procedimento de regulação.

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto nº 8.066, de 7 de agosto de 2013, acolhendo a íntegra da Nota Técnica CGSE/DISUP/SERES/MEC nº 272, de 2017, inclusive como motivação, em atenção ao disposto no arts. 206, VII, 209, I e II, 211, §1° e 214, III, da Constituição, art. 46, § 1º, da Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996, art. 2º e art. 3º da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, bem como arts. 2°, 5º, 45 e 50, §1°, da Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999, arts. 11, § 3°, 45 a 57 e 69-A do Decreto n.º 5.773, de 9 de maio de 2006, e Portaria Normativa MEC n° 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, resolve:

Art. 1º Fica instaurado processo administrativo para aplicação de penalidade aos cursos das Instituições de Educação Superior - IES constantes das TABELAS I e II, nos termos do art. 10 da Lei nº 10.861, de 2004, dos arts. 50 e seguintes do Decreto nº 5.773, de 2006, e do arts. 38 e seguintes da Portaria Normativa MEC nº 40, de 2007, republicada em 2010.

Art. 2º Fica aplicada medida cautelar, em face unicamente da Instituição privada referida na TABELA II, de suspensão de novos contratos de Financiamento Estudantil - FIES e de participação em processo seletivo para oferta de bolsas do Programa Universidade para Todos - PROUNI, com fundamento no art. 69-A, parágrafo único, incisos I, II e IV do Decreto nº 5.773, de 2006, estritamente em relação ao respectivo curso objeto do Despacho SERES/MEC nº 192, de 2012 para o qual a Instituição não tenha firmado protocolo de compromisso.

Art. 3º Ficam notificadas as IES cujos cursos constam das TABELAS I e II, nos termos do art. 28 da Lei nº 9.784, de 1999, para apresentação de defesa no prazo de 15 (quinze) dias, contados da publicação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800043

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO

Tabela I: IES com cursos abrangidos pelo Despacho SERES/MEC nº 192, de 2012 - Tendência Positiva - Descumprimento de ações do Protocolo de Compromisso

Cód. IES	Nome da IES	Município/Estado	Cód. Curso	Curso	Processo e-MEC
218	FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE DUQUE DE CAXIAS	DUQUE DE CAXIAS/RJ	22237	LETRAS - PORTUGUÊS	201216455
296	UNIVERSIDADE DA REGIÃO DA CAMPANHA	BAGÉ/RS	6852	SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	201216504
569	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ	BELÉM/PA	12032	LETRAS	201216468
569	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ	BELÉM/PA	18490	LETRAS	201216487
456	CENTRO UNIVERSITÁRIO SANT´ANNA	SÃO PAULO/SP	106954	ANÁLISE E DESENVOL-VIMENTO DE SISTEMAS	201216482
1273	FACULDADE CAMPO LIMPO PAULISTA	CAMPO LIMPO PAULISTA/SP	50444	ENGENHARIA ELÉTRICA	201216516
468	FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE ITAPETININGA	ITAPETININGA/SP	9684	MATEMÁTICA	201216449
1034	UNIÃO DE ESCOLAS SUPERIORES DA FUNESO	OLINDA/PE	8395	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	201216438

Tabela II: IES com cursos abrangidos pelo Despacho SERES/MEC nº 192, de 2012 - Tendência Negativa - Descumprimento de ações do Protocolo de Compromisso

Cód. IES	Nome da IES	Município/Estado	Cód. Curso	Curso	Processo e-MEC
1727	FACULDADE DE CARIACICA	CARIACICA/ES	47902	ENGENHARIA ELÉTRICA	201216566
218	FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE DUQUE DE CAXIAS	DUQUE DE CAXIAS/RJ	5795	BIOLOGIA	201216593
218	FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE DUQUE DE CAXIAS	DUQUE DE CAXIAS/RJ	5796	MATEMÁTICA	201216584
456	CENTRO UNIVERSITÁRIO SANT´ANNA	SÃO PAULO/SP	21712	CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO	201216618
1488	FACULDADE PARAÍSO	SÃO GONÇALO/RJ	22013	SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	201216590
1454	FACULDADE SALESIANA DO NORDESTE	RECIFE/PE	71437	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	201216632
2320	INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO ATENEU	VILA VELHA/ES	74240	PEDAGOGIA	201216624
167	UNIVERSIDADE METODISTA DE SÃO PAULO	SÃO BERNARDO DO CAMPO/SP	89000	REDES DE COMPUTADORES	201216574

Tabela III: IES com cursos abrangidos pelo Despacho SERES/MEC nº 192/2012 - Não firmatura de Protocolo de Compromisso

Cód. da IES	Nome da IES	Município/Estado	Cód. do Curso	Curso	Processo e-MEC
296	UNIVERSIDADE DA REGIÃO DA CAMPANHA	BAGÉ/RS	19289	MATEMÁTICA	201216437
1968	FACULDADE ATLÂNTICO	ARACAJU/SE	53557	PEDAGOGIA	201216496
3164	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO	CUIABÁ/MT	46181	ALIMENTOS	201216477
5216	FACULDADE ANHANGUERA DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DE SOROCABA	SOROCABA/SP	48453	PROCESSOS QUÍMICOS	201216535
5369	FACULDADES INTEGRADAS ASMEC	OURO FINO/MG	48722	QUÍMICA	201216478
793	CENTRO UNIVERSITÁRIO ESTÁCIO RADIAL DE SÃO PAULO - ESTÁCIO UNIRADIAL	SÃO PAULO/SP	54137	ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS	201216587
509	FACULDADES INTEGRADAS DE CRUZEIRO	CRUZEIRO/SP	10302	MECÂNICA	201216585
2183	CENTRO UNIVERSITÁRIO FUNDAÇÃO SANTO ANDRÉ	SANTO ANDRÉ/SP	60743	SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	201216569
145	FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS	RIO DE JANEIRO/RJ	4663	PEDAGOGIA	201216583
1951	INSTITUTO DE EDUCAÇÃO E ENSINO SUPERIOR DE SAMAMBAIA	BRASÍLIA/DF	57455	LETRAS - PORTUGUÊS	201216579
218	FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE DUQUE DE CAXIAS	DUQUE DE CAXIAS/RJ	48802	SISTEMA DE INFORMAÇÃO	201216607

DESPACHO Nº 245, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017

Arquiva Processos de Supervisão de IES com IGC Satisfatório Reiterado -2015 e 2016.

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, em atenção aos referenciais qualidade expressos na legislação e nos instrumentos de avaliação dos cursos e instituições de ensino superior, e às normas que regulam o processo administrativo na Administração Pública Federal, e com fundamento nos arts. 206 e 209 da Constituição, art. 46 da Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996, arts. 2º e 3º da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, arts. 2°, 48 e 50 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e no capítulo III do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, acolhendo a íntegra da Nota Técnica nº 280/2017-CGSE/DISUP/SERES/MEC, determina que:

I - Sejam arquivados os processos de supervisão instaurados em face das Instituições de Educação Superior relacionadas, em anexo, por terem apresentado resultados satisfatórios nos IGCs referentes aos anos de 2015 e de 2016;

II - Sejam notificadas as Instituições relacionadas em anexo do teor da decisão, atendendo ao art. 28 da Lei nº 9.784, de 1999, por meio eletrônico, pelo Sistema de Comunicação da caixa de mensagens do e-MEC, conforme disposto no art. 1º da Portaria Normativa MEC nº 40, de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

ANEXO

IES COM IGC SATISFATÓRIOS - 2015 e 2016

Código IES	IES	Processo de Supervisão
2539	FACULDADE EVANGÉLICA DO MEIO NORTE - FAEME	23709.00016/2016-16
5394	INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR INTEGRADO - IESI	23000.020711/2013-29
492	FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS ECONÔMICAS E CONTÁBEIS DE GUARATINGUETÁ - FACEAG	23000.000527/2013--62
1383	FACULDADE JOSÉ LACERDA FILHO DE CIÊNCIAS APLICADAS - FAJOLCA	23000.000553/2013--91
1797	FACULDADE NORTE PARANAENSE - UNINORTE (FACULDADE LONDRINA)	23000.000374/2013-53
1722	FACULDADE DE PORTO VELHO - FIP	23000.000583/2013--05
3877	FACULDADE BRASIL CENTRAL-FBC	23709.000023/2016-18
14115	FACULDADE PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS DE PONTE NOVA	23709.000029/2016--95
5599	LIBERTAS - FACULDADES INTEGRADAS	23709.000028/2016-41
1967	FACULDADE DO VALE DO ITAPECURU - FAI	23000.017337/2011-12

DESPACHO Nº 246, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017

Revoga medidas cautelares em razão de IGC satisfatório referente ao ano de 2016.

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, em atenção aos referenciais de qualidade expressos na legislação e nos instrumentos de avaliação dos cursos e instituições de ensino superior, e às normas que regulam o processo administrativo na Administração Pública Federal, e com fundamento nos arts. 206 e 209 da Constituição, art. 46 da Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996, arts. 2º e 3º da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, arts. 2°, 48 e 50 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e no capítulo III do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, acolhendo a íntegra da Nota Técnica nº 281/2017-CGSE/DISUP/SERES/MEC, determina que:

I- Ficam revogadas as medidas cautelares preventivas aplicadas pelos respectivos despachos em relação às Instituições de Educação Superior listadas, em anexo, por terem apresentado resultado satisfatório no IGC referente ao ano de 2016, sem prejuízo da manutenção do trâmite dos respectivos processos de supervisão, até que seja verificado in loco o cumprimento do Termo de Saneamento de Deficiências;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800044

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

II - Sejam notificadas as IES do teor da decisão, atendendo ao art. 28 da Lei nº 9.784, de 1999, por meio eletrônico, pelo sistema de comunicação do e-MEC, conforme disposto no art. 1º da Portaria Normativa MEC nº 40, de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

ANEXO

INSTITUIÇÕES QUE OBTIVERAM IGC SATISFATÓRIO REFERENTE AO ANO DE 2016.

DESPACHO	CÓD. IES	IES	Nº PROCESSO
198/2012	3826	FACULDADE DE SALVADOR	23000.000461/2013-19
97/2015	1956	FACULDADE REGIONAL BRASILEIRA DE MACEIÓ- IBESA	23709.000013/2016-82
97/2015	15468	FACULDADE PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS DE LEOPOLDINA	23709.000030/2016-10
238/2011	728	FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS DE CURVELO- FACIC	23000.017323/2011-07

DESPACHO Nº 247, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017

Decide o Processo MEC n° 23000.017965/2011 -06.

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, em atenção ao disposto nos arts. 206 e 209 da Constituição, 46 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, 2°, 4º e 10 da Lei 10.861, de 14 de abril de 2004, 2º, 48 e 50 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e 52 do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, com base na Nota Técnica nº 260/2017-CGSE/DISUP/SERES/MEC determina, em relação ao curso de graduação, bacharelado em Enfermagem (cód. 59208), ofertado no município de Teófilo Otoni - MG, pela Instituição FACULDADES UNIFICADAS DE TEÓFILO OTONI - FUTO (cód. 5370), que:

(I)Ficam revogadas as medidas cautelares aplicadas por meio do Despacho SERES/MEC nº 242, de 2011;

(II)Seja arquivado o Processo MEC nº 23000.017965/2011 -06;

(III)Seja notificada a Instituição do teor da decisão, atendendo ao art. 28 da Lei nº 9.784, de 1999, pelo Sistema de Comunicação da Caixa de Mensagens do e-MEC, conforme disposto no art. 1º da Portaria Normativa MEC nº 40, de 2007, alterada e republicada no DOU em 29 de dezembro de 2010.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

DESPACHO Nº 248, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017

Dispõe sobre o Processo Administrativo nº 23709.000011/2017-74.

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, tendo em vista os instrumentos de avaliação e as normas que regulam o processo administrativo na Administração Pública Federal, e com fundamento expresso nos art. 206 e 209 da Constituição, no art. 46 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, no art. 2º da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, na Lei nº 10.861, de 2004, e no Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, tendo em vista as razões expostas na Nota Técnica nº 267/2017-CGSE/DISUP/SERES/MEC, perante a FACULDADE JK DE TECNOLOGIA (cód. 4173), mantida pela ASSOCIAÇÃO DE ENSINO SUPERIOR JUSCELINO KUBITSCHEK (cód. 13385), CNPJ 08.611.500/0001-71, que:

(I)ficam revogadas as medidas cautelares aplicadas por meio da Portaria SERES/MEC nº 378, de 25 de abril de 2017, publicada no Diário Oficial da União (DOU) em 26 de abril de 2017;

(II)seja suspensa a abertura de novos cursos de graduação e de pós-graduação;

(III)seja retomado o fluxo do processo regulatório e-MEC nº 201002683 para fins de Recredenciamento;

(IV)seja a Instituição notificada do teor da decisão, nos termos do art. 28 da Lei nº 9.784, de 1999, pelo Sistema de Comunicação da Caixa de Mensagens do e-MEC, conforme disposto no art. 1º da Portaria Normativa MEC nº 40, de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010.

(V)seja a Instituição intimada da possibilidade de apresentação de recurso contra a decisão de aplicação da penalidade ao Conselho Nacional de Educação no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação deste Despacho, nos termos do artigo 53 do Decreto nº 5.773, de 2006.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

DESPACHO Nº 249, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017

INTERESSADOS: INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR (IES) COM OFERTA DE CURSOS RECONHECIDOS QUE OBTIVERAM RESULTADO NO CONCEITO PRELIMINAR DE CURSOS (CPC) - ANO REFERÊNCIA 2016 - DIVULGADOS EM 2017.

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no exercício de suas atribuições previstas no 9.005, de 14 de março de 2017, acolhendo integralmente a Nota Técnica nº 62/2017/CGARCES/ DIREG/SERES/MEC, inclusive como motivação, nos termos do art. 50, do §1º, da Lei nº 9.784, de 1996, torna públicos os procedimentos e prazos para renovação de reconhecimento de cursos de graduação, tomando como referência os resultados do ciclo avaliativo - ano de 2016, conforme anexo deste Despacho.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

ANEXO

Nota Técnica nº 62/2017/CGARCES/DIREG/SERES/SERES
PROCESSO Nº 23000.047294/2017-95
INTERESSADO: SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

EMENTA: sistematiza parâmetros e procedimentos para renovação de reconhecimento de cursos superiores, nas modalidades presencial e a distância, tomando como referência os resultados do ciclo avaliativo, divulgado por meio do Conceito Preliminar de Curso - CPC 2016, em conformidade com o Decreto Federal nº 5.773, de 9 de maio de 2006 e suas alterações, e na Portaria Normativa MEC nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, e suas alterações.

I. INTRODUÇÃO

1. A presente Nota Técnica sistematiza parâmetros e procedimentos adotados para a expedição de ato regulatório de renovação de reconhecimento de cursos superiores, nas modalidades presencial e a distância, inseridos no ciclo avaliativo do SINAES - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - ano referência 2016, cujo resultado alcançado no CPC foi divulgado neste ano de 2017.

II. DO CICLO REGULATÓRIO DE UM CURSO SUPERIOR

2. A oferta de curso superior é condicionada à emissão prévia de ato autorizativo por parte do Ministério da Educação(1). Os atos autorizativos emitidos pelo MEC para os cursos de educação superior são, em ordem cronológica: autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento. A legislação nacional preceitua que tais atos serão emitidos por prazo determinado, devendo ser periodicamente renovados, após regular avaliação.

3. Assim sendo, uma instituição de educação superior regularmente credenciada ou uma entidade em fase de credenciamento deverá, respeitadas as prerrogativas de autonomia das Universidades e Centros Universitários, solicitar ao MEC autorização para funcionamento de seus cursos.

4. Uma vez publicado o ato de autorização, poderá ser o curso regularmente ofertado. No período entre 50 (cinquenta) e 75% (setenta e cinco por cento) do prazo previsto para a integralização da carga horária, a Instituição deverá protocolar pedido de reconhecimento de curso.

5. Superadas essas duas fases iniciais, de entrada no Sistema Federal de Ensino, um curso passará, então, por renovações periódicas de seu reconhecimento.

6. Com o advento do SINAES, a renovação de reconhecimento dos cursos passou a ser atrelada a um ciclo avaliativo, no qual todos os cursos superiores do País se inserem. O ciclo avaliativo do SINAES tem como referência as avaliações trienais de desempenho de estudantes (ENADE)

7. As avaliações do ciclo avaliativo são orientadas por indicadores de qualidade expedidos periodicamente pelo INEP, em cumprimento à Lei n° 10.861, de 2004, na forma da Portaria Normativa MEC n° 40/2007. Os indicadores de qualidade serão expressos numa escala de cinco níveis, em que os níveis iguais ou superiores a 3 (três) indicam qualidade satisfatória.

8. O indicador de qualidade para os cursos, calculado pelo INEP com base nos resultados do ENADE e demais insumos constantes das bases de dados do MEC, segundo metodologia própria, aprovada pela CONAES, atendidos os parâmetros da Lei nº 10.861, de 2004, é o Conceito Preliminar de Curso (CPC), instituído pela Portaria Normativa nº 4, de 05 de agosto de 2008.

9. O CPC será calculado no ano seguinte ao da realização do ENADE de cada área com base na avaliação de desempenho de estudantes, corpo docente, infraestrutura, recursos didático-pedagógicos e demais insumos, conforme orientação técnica aprovada pela CONAES.

10. No ciclo avaliativo do SINAES, os cursos superiores de graduação dividem-se em três grupos, tomando como base a área de conhecimento, no caso dos Bacharelados e Licenciaturas, e os eixos tecnológicos, no caso dos Cursos Superiores de Tecnologia. Vale ressaltar que a classificação referida independe da participação deste curso no ENADE. Ou seja, tomando-se como exemplo: um CST em Mecanização Agrícola classifica-se no Grupo Verde, ainda que não tenha sido implantada a prova do ENADE para este curso.

Grupo VERDE(2)
oBacharelados nas áreas de Saúde, Agrárias e áreas afins;
oCST dos eixos tecnológicos: Ambiente e Saúde, Produção Alimentícia, Recursos Naturais, Militar e Segurança.

Grupo AZUL
oBacharelados nas áreas de Ciências Exatas e áreas afins;
oLicenciaturas;
oCST dos eixos tecnológicos: Controle e Processos Industriais, Informação e Comunicação, Infraestrutura e Produção Industrial.

Grupo VERMELHO
oBacharelados nas áreas de Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Humanas e áreas afins;
oCST dos eixos tecnológicos: Gestão e Negócios, Apoio Escolar, Hospitalidade e Lazer e Produção Cultural e Design.

III - PARÂMETROS E PROCEDIMENTOS PARA RENOVAÇÃO DE RECONHECIMENTO

11. Uma vez calculado e divulgado o CPC pelo INEP, compete ao MEC, órgão regulador do Sistema Federal de Ensino, dar as consequências previstas na legislação educacional para tal indicador. Assim sendo, apresentam-se agora os parâmetros e procedimentos para a renovação de reconhecimento dos cursos cujo indicador, ano referência 2016, foi publicado no ano de 2017 (Grupo VERDE).

12. Ressalta-se que, embora tenham sido divulgados os resultados do CPC 2016 para todos os cursos e instituições com resultados válidos para fins de avaliação, conforme Portaria INEP nº 550, de 20 de junho de 2017, somente se enquadram nos parâmetros de renovação de reconhecimento definidos na presente Nota Técnica aqueles cursos que se encontravam reconhecidos no Cadastro e-MEC em 31 de dezembro de 2016. Os cursos reconhecidos em momento

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800045

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

posterior, durante o ano de 2017, terão os atos renovados somente no próximo ciclo VERDE.

III.1 Cursos já reconhecidos que tenham obtido resultado insatisfatório (CPC < 3) no CPC do ano referência 2016:

O processo de renovação de reconhecimento será aberto, de ofício, pelo Ministério da Educação.

A SERES/MEC notificará a IES - Instituição de Educação Superior para que instrua o pedido de renovação de reconhecimento.

O processo se iniciará na fase de Despacho Saneador, de onde seguirá, obrigatoriamente, para a avaliação in loco junto ao INEP.

Após a fase de avaliação, o processo seguirá para Parecer Final, momento em que a SERES, analisando os elementos que compõem a instrução processual, decidirá acerca do pedido de renovação de reconhecimento.

Obtido conceito insatisfatório na avaliação in loco, a Secretaria poderá determinar a celebração de Protocolo de Compromisso, na forma do Art. 39, do Decreto n° 5.773/2006.

Em sendo sugerida a celebração de Protocolo de Compromisso, o processo seguirá o fluxo descrito no item III.2.

Nos casos em que a IES não proceder à instrução processual ou deixar de manifestar-se quando suscitada, o processo será arquivado, implicando situação de irregularidade do curso em razão de ausência de ato autorizativo válido. Nesta hipótese será aberto processo administrativo pela Diretoria de Supervisão da Educação Superior (DISUP), para aplicação ao curso das penalidades previstas no Art. 10, §2º, da Lei nº 10.861/2004 e no art. 52, do Decreto nº 5.773/2006.

Os processos de renovação de reconhecimento dos cursos que se enquadram nesta situação serão abertos durante o mês de fevereiro de 2018.

III.2 Cursos já reconhecidos que tenham obtido resultados insatisfatórios reiterados no ciclo de avaliação do SINAES, evidenciados pela obtenção de CPC < 3 referente aos anos de 2013 e 2016, em atenção ao art. 36-A da Portaria Normativa nº 40, de 2007, redação dada pela Portaria Normativa nº 24, de 2012:

O processo de renovação de reconhecimento será aberto, de ofício, pelo Ministério da Educação.

A SERES/MEC notificará a IES para que se manifeste sobre proposta de Protocolo de Compromisso. A IES terá 60 (sessenta) dias para manifestar seu aceite ou não ao Protocolo.

Caso concorde com a proposta de Protocolo de Compromisso, a IES deverá, então, apresentar Plano de Melhorias, o qual será utilizado como parâmetro para nova avaliação. A IES deverá, também, apontar os membros da Comissão de Acompanhamento do Protocolo de Compromisso, bem como o prazo que julga necessário para a concretização das ações de melhoria pactuadas para o curso.

Iniciam-se, então, as fases de inserção dos Relatórios Parciais, quando necessários, e de Termo de Cumprimento de Protocolo de Compromisso. Esta última permanecerá aberta pelo prazo estipulado pela IES quando do preenchimento do protocolo de compromisso. A inserção do termo de cumprimento do Protocolo de Compromisso, em sua aba específica no processo e-MEC, é indispensável para que a IES possa solicitar a visita de avaliação de cumprimento do protocolo.

Uma vez inserido o termo de cumprimento de protocolo e solicitada a avaliação pela IES, o processo seguirá para realização de avaliação in loco, com a finalidade de verificar o cumprimento das medidas de saneamento pactuadas.

Após a fase de avaliação, o processo seguirá para Parecer Final, momento em que a SERES, analisando os elementos que compõem a instrução processual, decidirá acerca do pedido de renovação de reconhecimento.

Obtido conceito insatisfatório na avaliação in loco, ou quando da não concordância com a Proposta de Protocolo de Compromisso, o processo seguirá para Parecer Final, momento em que será analisada a pertinência de se instaurar processo administrativo para aplicação ao curso das penalidades previstas no Art. 10, §2º, da Lei nº 10.861/2004 e no art. 52, do Decreto nº 5.773/2006.

Nos casos em que a IES não proceder à instrução processual ou deixar de manifestar-se quando suscitada, o processo será arquivado, implicando situação de irregularidade do curso em razão de ausência de ato autorizativo válido. Nesta hipótese será aberto processo administrativo pela Diretoria de Supervisão da Educação Superior (DISUP), para aplicação ao curso das penalidades previstas no Art. 10, §2º, da Lei nº 10.861/2004 e no art. 52, do Decreto nº 5.773/2006.

Os processos de renovação de reconhecimento dos cursos que se enquadram nesta situação serão abertos durante o mês de fevereiro de 2018.

III.3 Cursos de graduação em Medicina já reconhecidos que tenham obtido resultado satisfatório (CPC ≥ 3) no CPC do ano referência 2016:

O processo de renovação de reconhecimento será aberto, de ofício, pelo Ministério da Educação.

A SERES/MEC notificará a IES para que instrua o pedido de renovação de reconhecimento.

O processo se iniciará na fase de Despacho Saneador, de onde seguirá, obrigatoriamente, para a avaliação in loco junto ao INEP.

Após a fase de avaliação, o processo seguirá para Parecer Final, momento em que a SERES, analisando os elementos que compõem a instrução processual, decidirá acerca do pedido de renovação de reconhecimento.

Obtido conceito insatisfatório na avaliação in loco, a Secretaria poderá determinar a celebração de Protocolo de Compromisso, na forma do Art. 39, do Decreto n° 5.773/2006.

Em sendo sugerida a celebração de Protocolo de Compromisso, o processo seguirá o fluxo descrito no item III.2.

Nos casos em que a IES não proceder à instrução processual ou deixar de manifestar-se quando suscitada, o processo será arquivado, implicando situação de irregularidade do curso em razão de ausência de ato autorizativo válido. Nesta hipótese será aberto processo administrativo pela Diretoria de Supervisão da Educação Superior (DISUP), para aplicação ao curso das penalidades previstas no Art. 10, §2º, da Lei nº 10.861/2004 e no art. 52, do Decreto nº 5.773/2006.

Os processos de renovação de reconhecimento dos cursos que se enquadram nesta situação serão abertos durante o mês de março de 2018.

III. 4 Cursos de graduação em Enfermagem e Odontologia já reconhecidos, que tenham obtido CPC satisfatório, CPC =3, no CPC do ano referência 2016:

O processo de renovação de reconhecimento será aberto, de ofício, pelo Ministério da Educação.

A SERES/MEC notificará a IES para que instrua o pedido de renovação de reconhecimento.

O processo se iniciará na fase de Despacho Saneador, de onde seguirá, obrigatoriamente, para a avaliação in loco junto ao INEP.

Após a fase de avaliação, o processo seguirá para Parecer Final, momento em que a SERES, analisando os elementos que compõem a instrução processual, decidirá acerca do pedido de renovação de reconhecimento.

Obtido conceito insatisfatório na avaliação in loco, a Secretaria poderá determinar a celebração de Protocolo de Compromisso, na forma do Art. 39, do Decreto n° 5.773/2006.

Em sendo sugerida a celebração de Protocolo de Compromisso, o processo seguirá o fluxo descrito no item III.2.

Nos casos em que a IES não proceder à instrução processual ou deixar de manifestar-se quando suscitada, o processo será arquivado, implicando situação de irregularidade do curso em razão de ausência de ato autorizativo válido. Nesta hipótese será aberto processo administrativo pela Diretoria de Supervisão da Educação Superior (DISUP), para aplicação ao curso das penalidades previstas no Art. 10, §2º, da Lei nº 10.861/2004 e no art. 52, do Decreto nº 5.773/2006.

Os processos de renovação de reconhecimento dos cursos que se enquadram nesta situação serão abertos durante o mês de março de 2018.

III. 5 Cursos na área da saúde (bacharelados) e cursos superiores de tecnologia em Radiologia e Gestão Hospitalar, na modalidade a distância, já reconhecidos, que tenham obtido resultado satisfatório, CPC = 3 ou CPC = 4, no CPC do ano referência 2016:

O processo de renovação de reconhecimento será aberto, de ofício, pelo Ministério da Educação.

A SERES/MEC notificará a IES para que instrua o pedido de renovação de reconhecimento.

O processo se iniciará na fase de Despacho Saneador, de onde seguirá, obrigatoriamente, para a avaliação in loco junto ao INEP.

Após a fase de avaliação, o processo seguirá para Parecer Final, momento em que a SERES, analisando os elementos que compõem a instrução processual, decidirá acerca do pedido de renovação de reconhecimento.

Obtido conceito insatisfatório na avaliação in loco, a Secretaria poderá determinar a celebração de Protocolo de Compromisso, na forma do Art. 39, do Decreto n° 5.773/2006.

Em sendo sugerida a celebração de Protocolo de Compromisso, o processo seguirá o fluxo descrito no item III.2.

Nos casos em que a IES não proceder à instrução processual ou deixar de manifestar-se quando suscitada, o processo será arquivado, implicando situação de irregularidade do curso em razão de ausência de ato autorizativo válido. Nesta hipótese será aberto processo administrativo pela Diretoria de Supervisão da Educação Superior (DISUP), para aplicação ao curso das penalidades previstas no Art. 10, §2º, da Lei nº 10.861/2004 e no art. 52, do Decreto nº 5.773/2006.

Os processos de renovação de reconhecimento dos cursos que se enquadram nesta situação serão abertos durante o mês de março de 2018.

III.6 Cursos já reconhecidos que tenham obtido resultado satisfatório, CPC = 3, no CPC do ano referência 2016, ofertados por Instituições que tenham obtido resultado insatisfatório (menor que 3) no Índice Geral de Cursos (IGC) e que não tenham passado por visita de avaliação in loco desde 2007:

O processo de renovação de reconhecimento será aberto, de ofício, pelo Ministério da Educação.

A SERES/MEC notificará a IES para que instrua o pedido de renovação de reconhecimento.

O processo se iniciará na fase de Despacho Saneador, de onde seguirá, obrigatoriamente, para a avaliação in loco junto ao INEP.

Após a fase de avaliação, o processo seguirá para Parecer Final, momento em que a SERES, analisando os elementos que compõem a instrução processual, decidirá acerca do pedido de renovação de reconhecimento.

Obtido conceito insatisfatório na avaliação in loco, a Secretaria poderá determinar a celebração de Protocolo de Compromisso, na forma do Art. 39, do Decreto n° 5.773/2006.

Em sendo sugerida a celebração de Protocolo de Compromisso, o processo seguirá o fluxo descrito no item III.2.

Nos casos em que a IES não proceder à instrução processual ou deixar de manifestar-se quando suscitada, o processo será arquivado, implicando situação de irregularidade do curso em razão de ausência de ato autorizativo válido. Nesta hipótese será aberto processo administrativo pela Diretoria de Supervisão da Educação Superior (DISUP), para aplicação ao curso das penalidades previstas no Art. 10, §2º, da Lei nº 10.861/2004 e no art. 52, do Decreto nº 5.773/2006.

Os processos de renovação de reconhecimento dos cursos que se enquadram nesta situação serão abertos durante o mês de março de 2018.

III.7 Cursos já reconhecidos que tenham obtido resultado satisfatório CPC ≥ 3, no CPC do ano referência 2016, cujos atos autorizativos tenham sofrido aditamento de mudança de endereço provisória ou aumento do número de vagas ofertadas, bem como cursos objeto de replicação de atos autorizativos ou medidas de supervisão que determinem a realização de visita in loco ou impliquem na vedação de dispensa de visita, ou ainda cursos pertencentes a IES que estejam com o ato institucional vencido, e não possuam processo de recredenciamento em trâmite no e-MEC:

O processo de renovação de reconhecimento será aberto, de ofício, pelo Ministério da Educação.

A SERES/MEC notificará a IES para que instrua o pedido de renovação de reconhecimento.

O processo se iniciará na fase de Despacho Saneador, de onde seguirá para a avaliação in loco junto ao INEP.

Após a fase de avaliação, o processo seguirá para Parecer Final, momento em que a SERES, analisando os elementos que compõem a instrução processual, decidirá acerca do pedido de renovação de reconhecimento.

Obtido conceito insatisfatório na avaliação in loco, a Secretaria poderá determinar a celebração de Protocolo de Compromisso, na forma do Art. 39, do Decreto n° 5.773/2006.

Em sendo sugerida a celebração de Protocolo de Compromisso, o processo seguirá o fluxo descrito no item III.2.

Nos casos em que a IES não proceder à instrução processual ou deixar de manifestar-se quando suscitada, o processo será arquivado, implicando situação de irregularidade do curso em razão de ausência de ato autorizativo válido. Nesta hipótese será aberto processo administrativo pela Diretoria de Supervisão da Educação Superior (DISUP), para aplicação ao curso das penalidades previstas no Art. 10, §2º, da Lei nº 10.861/2004 e no art. 52, do Decreto nº 5.773/2006.

A SERES poderá dispensar da avaliação in loco os cursos, com exceção dos cursos de Medicina, que tiveram aumento de vagas e que obtiveram CPC do ano referência 2016 igual a 5. Nesses casos, o curso será enquadrado na situação descrita no item III.6.

Os processos de renovação de reconhecimento dos cursos que se enquadram nesta situação serão abertos durante o mês de abril de 2018.

III.8 Demais cursos já reconhecidos que tenham obtido resultado satisfatório (CPC ≥ 3) no CPC do ano referência 2016 não enquadrados nas situações descritas nos parágrafos anteriores:

O processo de renovação de reconhecimento será aberto, de ofício, pelo Ministério da Educação e o ato será expedido, em sequência, sem necessidade de manifestação por parte da IES, dispensada qualquer formalidade.

Os cursos que inicialmente se enquadrariam nesta situação, mas possuem processos de renovação de reconhecimento atualmente em tramitação no sistema e-MEC, somente terão seus atos de renovação de reconhecimento expedidos com a conclusão dos mesmos.

Os processos de renovação de reconhecimento dos cursos que se enquadram nesta situação serão abertos durante o mês de dezembro de 2017.

III.9 Cursos já reconhecidos que tenham ficado Sem Conceito (S/C) e Cursos pertencentes ao ciclo VERDE não participantes do ENADE no ano de referência 2016 e que não possuam processo de renovação de reconhecimento em trâmite no sistema e-MEC:

O processo de renovação de reconhecimento será aberto, de ofício, pelo Ministério da Educação.

A SERES/MEC notificará a IES para que instrua o pedido de renovação de reconhecimento.

O processo se iniciará na fase de Despacho Saneador, e seguirá para a avaliação in loco junto ao INEP.

Após a fase de avaliação, o processo seguirá para Parecer Final, momento em que a SERES, analisando os elementos que compõem a instrução processual, decidirá acerca do pedido de renovação de reconhecimento.

Obtido conceito insatisfatório na avaliação in loco, a Secretaria poderá determinar a celebração de Protocolo de Compromisso, na forma do Art. 39, do Decreto n° 5.773\2006.

Em sendo sugerida a celebração de Protocolo de Compromisso, o processo seguirá o fluxo descrito no item III.2.

Nos casos em que a IES não proceder à instrução processual ou deixar de manifestar-se quando suscitada, o processo será arquivado, implicando situação de irregularidade do curso em razão de ausência de ato autorizativo válido. Nesta hipótese será aberto processo administrativo pela Diretoria de Supervisão da Educação Superior (DISUP), para aplicação ao curso das penalidades previstas no Art. 10, §2º, da Lei nº 10.861/2004 e no art. 52, do Decreto nº 5.773/2006.

Os processos de renovação de reconhecimento dos cursos que se enquadram nesta situação serão abertos durante o mês de maio de 2018.

IV. DISPOSIÇÕES FINAIS

13. Não será dispensada a visita nos casos de cursos que passaram por aditamento de mudança de local de oferta com deferimento provisório e que tenham sido visitados apenas no endereço anterior ao aditamento ou cursos que tenham passado por aumento de vagas e ainda não tenham sido avaliados com os novos quantitativos autorizados, com exceção dos cursos que tiveram aumento de vagas e que obtiveram CPC do ano referência 2016 igual a 5.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800046

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

14. As IES que se encontram com processo de migração para o Sistema Federal de Ensino em trâmite não terão suas renovações de reconhecimento regidas por esta Nota Técnica, devendo observar o determinado no parecer final do processo de Migração.

15. As IES que tiveram concluídos seus processos de migração para o Sistema Federal de Ensino terão seus processos de renovação de reconhecimento regidos por esta Nota Técnica, contudo, somente poderão ser dispensados de visita e contemplados pelo disposto no item III.6, caso já tenham tido portarias de concessão ou renovação de ato autorizativo emitidas após avaliação in loco pelo MEC em momento posterior à conclusão do processo de migração.

V. ENCAMINHAMENTO

16. Diante do exposto, considerando a maior racionalidade, eficiência e efetividade do fluxo ora apresentado, recomenda-se sua imediata adoção e seu encaminhamento como subsídio para alteração do marco regulatório vigente.

Brasília, 7 de dezembro de 2017.

ANDRÉA OLIVEIRA DE S. SILVA

Coordenadora Geral de Autorização e Reconhecimento de Cursos de Educação Superior

CGARCES/DIREG/SERES

JOANA DARC DE CASTRO RIBEIRO

Coordenadora Geral de Regulação da Educação a Distância

COREAD/DIREG/SERES

PATRÍCIA AUGUSTA FERREIRA VILAS BOAS

Diretora de Regulação da Educação Superior

De acordo. Encaminhe-se conforme proposto.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

Secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior

(1) Art. 209, da Constituição Federal c/c Art. 46 da Lei 9.394/96

(2) O Artigo 33-E da Portaria Normativa MEC nº 40/2007 apresenta a seguinte nomenclatura: Ano I, Ano II e Ano III

UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA

PORTARIA Nº 1.196, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2017

O Reitor pro tempore da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, nomeado pela Portaria nº 722/2017 do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Educação, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º Delegar competência ao titular do cargo de VICE-REITOR, código CD-2, para, nas hipóteses de ausências do REITOR, praticar os atos administrativos abaixo enumerados.

I Eqmitir e publicar portarias de concessão de afastamento do País;

II Assinar termo de posse e exercício de servidor;

III Homologar férias;

IV Assinar portaria de nomeação e exoneração de cargo efetivo;

V Assinar portaria de designação e dispensa de função gratificada;

VI Assinar portaria de nomeação e exoneração de cargo em comissão;

VII Assinar portarias de demissão;

VIII Ordenar Despesas;

IX Autorizar e/ou aprovar diárias e passagens como Autoridade Superior, Ministro Dirigente, Proponente e Ordenador de Despesas;

X Assinar Contratos e Convênios;

XI Ratificar Dispensa e Inexibilidade;

XII Aprovar Aditivos e Apostilamentos Contratuais.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GUSTAVO OLIVEIRA VIEIRA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS

PORTARIA Nº 1.273, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2017

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS, no uso de suas atribuições legais e regimentais, considerando o Memorando Eletrônico nº 01/2017, de 1º/12/2017, do Comitê de Governança Digital desta Instituição, resolve:

Art. 1º Aprovar o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação 2017-2020, proposto pelo Comitê de Governança Digital (CGD) da UFLA.

Art. 2º A integralização dos recursos propostos no Plano Diretor fica condicionada aos ajustes orçamentários a que se sujeita a instituição, bem como à disponibilidade de recursos no decorrer do período de execução do Plano.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JOSÉ ROBERTO SOARES SCOLFORO

Extrato do PDTIC 2017-2020 da UFLA

O PDTIC 2017-2020 é composto por 129 necessidades, distribuídas em seis categorias: Informação, Serviços, Infraestrutura, Contratações, Segurança de TI e Governança de TI. As necessidades foram priorizadas pelo CGD por meio da técnica GUT (G=Gravidade, T=Tendência e U=Urgência), em que a maior prioridade é 125. O resumo do inventário de necessidades pode ser verificado no Quadro 1 e o resumo do Plano Orçamentário no Quadro 2.

Quadro 1: Resumo do inventário de necessidades do PDTIC 2017-2020 da UFLA

Categoria	GUT 125	GUT 100	< GUT 100
Informação	55	12	38
Serviços	3	0	2
Infraestrutura	3	2	5
Contratações	5	1	1
Segurança	1	0	0
Governança	1	0	0
Total:	68	15	46
Total Geral:	129		

Quadro 2: Resumo do Plano Orçamentário para o PDTIC 2017-2020 da UFLA

Categoria	Investimento	Custeio
Informação	N/D	R$ 781.990,82
Serviços	N/D	R$ 255.000,00
Infraestrutura	R$ 25.915.595,57	R$ 1.050.000,00
Contratação	R$100.000,00	R$1.493.519,00
Total:	R$ 26.015.595,57	R$ 3.580.509,82
Total Geral:	R$ 29.596.105,39	

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE PESSOAS

DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

PORTARIA N° 868, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017

A Diretora do Departamento de Desenvolvimento de Pessoas no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.032831/2017-50, homologa o resultado do concurso público aprovado pelo Conselho de Unidade do Centro de Comunicação e Expressão, para a carreira do Magistério Superior, realizado pelo Departamento de Jornalismo, objeto do Edital nº 035/DDP/ 2017, publicado no Diário Oficial da União de 31 de julho de 2017, Seção 3, página 85.

Campo de Conhecimento: Jornalismo, Inovação e Empreendedorismo

Regime de Trabalho: DE

Vagas: 1 (uma) sendo esta, preferencialmente, reservada para candidatos negros conforme prevê a seção 4 deste Edital

Classe/Denominação/Nível: A/Adjunto A/1

Lista geral:

Classificação	Candidato	Média final
1º	STEFANIE CARLAN DA SILVEIRA	9,17
2º	LÍVIA DE SOUZA VIEIRA	7,81
3º	JANARA NICOLETTI	7,26

Lista de Pessoas com Deficiência:
NÃO HOUVE CANDIDATO INSCRITO
Lista de Pessoas Negras:
NÃO HOUVE CANDIDATO APROVADO

ELIETE WARQUEN BAHIA COSTA

Ministério da Fazenda

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 525, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017

Aprova o Regimento Interno da Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Política Fazendária (SE/CONFAZ).

O MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 9.003, de 13 de março de 2017, resolve:

Art. 1º Aprovar o Regimento Interno da Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, na forma do anexo a esta Portaria.

Art. 2º Fica revogada a Portaria MF nº 425, de 18 de agosto de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

HENRIQUE DE CAMPOS MEIRELLES

ANEXO

REGIMENTO INTERNO DA SECRETARIA EXECUTIVA DO CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA

CAPÍTULO I

DA FINALIDADE

Art. 1º A Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Política Fazendária - SE/CONFAZ tem por finalidade promover os trabalhos administrativos necessários ao funcionamento do CONFAZ e da Comissão Técnica Permanente do ICMS - COTEPE/ICMS, em conformidade com os dispositivos regulamentares editados pelo plenário do Conselho.

CAPÍTULO II

DA ORGANIZACÃO

Art. 2º A Secretaria-Executiva do CONFAZ será dirigida por um Secretário-Executivo, designado pelo Secretário Executivo do Ministério da Fazenda.

Parágrafo único. Para o desempenho de suas funções, a Secretaria Executiva do CONFAZ contará com o Gabinete (GAB), a Assessoria do Gabinete (ASGAB), a Assessoria Executiva (ASEX) e a Assessoria Legislativa (ASLEG).

CAPÍTULO III

DAS COMPETÊNCIAS DAS UNIDADES

Art. 3º À Secretaria-Executiva do CONFAZ compete:

I - promover os trabalhos administrativos necessários ao funcionamento do Conselho e da COTEPE/ICMS;

II - receber, preparar, dar tramitação, expedir e arquivar documentação relativa ao Conselho e à COTEPE/ICMS;

III - elaborar as atas das reuniões do Conselho e da COTEPE/ICMS, coletar as assinaturas do Presidente ou coordenador da reunião a que se refere, do Presidente da COTEPE/ICMS e do Secretário-Executivo, distribuir cópias das atas aos representantes dos Estados e encaderná-las e arquivá-las;

IV - registrar os debates das reuniões do Conselho, procedendo a sua revisão, impressão e, periodicamente, à encadernação, para formação dos anais;

V - distribuir aos membros do Conselho, com antecedência de, no mínimo, doze dias, a ata da sessão anterior, a ser submetida à discussão e votação, e bem assim a pauta das reuniões, com as proposições e demais matérias objeto de apreciação;

VI - distribuir aos representantes dos Estados na COTEPE/ICMS, com antecedência mínima de oito dias, a ata da sessão anterior, a ser submetida à discussão e votação, bem como a pauta da reunião, com as proposições e demais assuntos a serem apreciados;

VII - distribuir credenciais a assessores estaduais, por indicação dos Conselheiros, e bem assim a outras autoridades convidadas a fazer parte dos trabalhos ou a prestar esclarecimentos acerca de matérias incluídas na pauta da reunião do CONFAZ;

VIII - preparar e submeter ao Presidente da COTEPE/ICMS a pauta das reuniões da Comissão;

IX - preparar as matérias a serem examinadas pelos representantes dos Estados na reunião da COTEPE/ICMS;

X - subsidiar os membros do Conselho e da COTEPE/ICMS com informações, estudos e dados técnicos referentes à matéria a ser apreciada pelo plenário dos colegiados;

XI - encaminhar aos representantes dos Estados os assuntos da COTEPE/ICMS, comunicando-lhes suas decisões;

XII - providenciar a expedição de Circular da COTEPE/ICMS, para formalização de medidas necessárias ao desempenho das atribuições da Secretaria-Executiva;

XIII - manter arquivo atualizado da legislação de interesse do Conselho e da COTEPE/ICMS;

XIV - manter arquivos dos Convênios, Protocolos, Ajustes SINIEF, Resoluções e outros atos firmados ou celebrados no âmbito do Conselho;

XV - manter arquivo das atas, dos relatórios dos grupos ou subgrupos de trabalho e de todos os demais documentos apreciados nas reuniões da COTEPE/ICMS;

XVI - providenciar a publicação, no Diário Oficial da União, dos Convênios, Protocolos, Ajustes SINIEF, Resoluções e demais atos resultantes de deliberação do Conselho ou celebrados no âmbito de sua competência;

XVII - providenciar a publicação, no Diário Oficial da União, de Ato Declaratório de ratificação ou de rejeição de Convênio;

XVIII - informar aos membros do Conselho, na data da ocorrência, as publicações a que se referem os incisos XVI e XVII;

XIX - providenciar a publicação, no Diário Oficial da União, dos atos firmados no âmbito da COTEPE/ICMS;

XX - anotar e catalogar as deliberações do Conselho e da COTEPE/ICMS, para orientação normativa;

XXI - consolidar e divulgar os dados de arrecadação de tributos estaduais, balança comercial interestadual, além de outras matérias de interesse dos representantes dos Estados;

XXII - convocar os grupos de trabalho do âmbito da COTEPE/ICMS, preparar sua agenda e acompanhar suas atividades; e

XXIII - desincumbir-se de outros trabalhos, por determinação do Conselho, ou do seu Presidente, bem como das atribuições previstas no Regimento da COTEPE/ICMS.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800047

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 4º Ao Gabinete compete assistir o Secretário Executivo em sua representação institucional e na agenda de compromissos e desincumbir-se das tarefas de secretaria e do atendimento de solicitações administrativas feitas pelas Assessorias.

Art. 5º À Assessoria do Gabinete compete o assessoramento ao Secretário Executivo do CONFAZ em todas as matérias de competência do órgão, podendo ser atribuída ao seu titular a função de representação e de coordenação de reuniões em seu âmbito.

Art. 6º À Assessoria Executiva compete:

I - agendar as reuniões do CONFAZ, de Secretários e da COTEPE/ICMS em cada trimestre do ano em curso;

II - elaborar a pauta, convocar e preparar as reuniões da COTEPE/ICMS, com a inclusão de propostas substitutivas, de assuntos em pauta extra e dos demais assuntos de caráter urgente ingressados na Secretaria-Executiva;

III - distribuir os pleitos recebidos para os grupos de trabalho técnicos do âmbito da COTEPE/ICMS que estejam em sua alçada de atribuições;

IV - preparar a convocação dos grupos e subgrupos de trabalho sob sua alçada para apreciação, análise e proposta de encaminhamento dos assuntos a serem submetidos aos plenários da COTEPE/ICMS e do CONFAZ;

V - apreciar os relatórios finais elaborados pelos grupos de trabalho sob sua alçada e destacar os assuntos para encaminhamento à COTEPE/ICMS e adoção de providências relativas às propostas feitas pelos seus membros;

VI - juntar nos processos administrativos sob sua análise o extrato dos relatórios dos grupos e subgrupos de trabalho com as conclusões respectivas;

VII - juntar nos processos administrativos sob sua análise o extrato da ata das reuniões da COTEPE com as respectivas deliberações;

VIII - adotar as providências cabíveis nos processos administrativos de sua alçada e registrá-las nos controles próprios;

IX - manter registro e controle atualizados das propostas de atos normativos de iniciativa da COTEPE/ICMS e dos respectivos grupos de trabalho e daqueles editados pela COTEPE/ICMS;

X - manter atualizados os sistemas eletrônicos de controle de processos e documentos em trâmite na Secretaria-Executiva do CONFAZ, com inclusão das informações e andamentos pertinentes;

XI - arquivar e manter o acervo de documentação do âmbito do CONFAZ e integrar comissão ministerial de gestão documental;

XII - coordenar e supervisionar o Setor de Gestão Documental Interna (SGDI);

XIII - executar triagem dos processos administrativos e documentação sob sua responsabilidade;

XIV - desincumbir-se das atividades relativas à gestão de pessoas, contratos, serviços gerais e transportes no âmbito da Secretaria-Executiva do CONFAZ;

XV - planejar, coordenar e supervisionar as atividades internas de orçamento, programação e execução financeira;

XVI - atestar a efetiva prestação de serviços no âmbito da Secretaria-Executiva do CONFAZ; e

XVII - atender a outros encargos pertinentes.

Art. 7º À Assessoria Legislativa compete:

I - elaborar a pauta, convocar e preparar as reuniões do CONFAZ, de conformidade com as deliberações da COTEPE/ICMS, com a inclusão de propostas substitutivas, de assuntos em pauta extra e dos demais assuntos de caráter urgente solicitados pelos Conselheiros ou ingressados na Secretaria-Executiva;

II - assessorar as reuniões do CONFAZ e da COTEPE/ICMS presenciais e elaborar as respectivas atas;

III - distribuir os pleitos recebidos para os grupos de trabalho técnicos do âmbito da COTEPE/ICMS que estejam em sua alçada de atribuições;

IV - preparar a convocação dos grupos e subgrupos de trabalho sob sua alçada para apreciação, análise e proposta de encaminhamento dos assuntos a serem submetidos aos plenários da COTEPE/ICMS e do CONFAZ;

V - apreciar os relatórios finais elaborados pelos grupos de trabalho sob sua alçada e destacar os assuntos para encaminhamento à COTEPE/ICMS e adoção de providências relativas às propostas feitas pelos seus membros;

VI - juntar nos processos administrativos sob sua análise o extrato dos relatórios dos grupos e subgrupos de trabalho com as conclusões respectivas;

VII - juntar nos processos administrativos sob sua análise o extrato da ata das reuniões da COTEPE/ICMS com as respectivas deliberações;

VIII - adotar as providências cabíveis nos processos administrativos de sua alçada e registrá-las nos controles próprios;

IX - manter registro e controle atualizados das propostas de atos normativos ingressados ou editados no âmbito do CONFAZ;

X - converter as propostas aprovadas pelo CONFAZ em atos normativos, com anotação nos controles próprios de propostas e de ratificação;

XI - providenciar a publicação, na imprensa oficial, dos atos normativos aprovados pelo CONFAZ, dos atos editados pela COTEPE/ICMS e pelo Secretário Executivo e das retificações que se fizerem necessárias e comunicar os Conselheiros e membros da COTEPE/ICMS da referida publicação;

XII - controlar o cumprimento dos prazos relativos à publicação dos atos normativos aprovados pelo CONFAZ e dos atos editados pela COTEPE/ICMS e pelo Secretário Executivo e à vigência e ratificação deles, quando for o caso;

XIII - administrar e manter atualizado o sítio do CONFAZ na rede mundial de computadores e no ambiente eletrônico restrito do órgão;

XIV - adotar as providências relacionadas à alteração de membros do CONFAZ e da COTEPE/ICMS, mantendo controles e registros atualizados;

XV - dar cumprimento às deliberações do CONFAZ e da reunião de Secretários;

XVI - preparar e encaminhar à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional ou à Advocacia-Geral da União as informações fáticas para defesa do CONFAZ ou dos atos por ele editados em ações judiciais;

XVII - atender as solicitações oriundas da Ouvidoria do Ministério da Fazenda e aquelas relativas à legislação de acesso à informação por parte dos cidadãos;

XVIII - executar triagem dos processos administrativos e documentação sob sua responsabilidade;

XIX - elaborar as súmulas de decisões do CONFAZ e da COTEPE/ICMS;

XX - elaborar o relatório anual de atividades da Secretaria-Executiva do CONFAZ;

XXI - desincumbir-se das atividades relativas à concessão de diárias e emissão de passagens para as viagens a serviço no âmbito da Secretaria-Executiva do CONFAZ, até a respectiva prestação de contas;

XXII - desincumbir-se das atividades relativas a recursos materiais e patrimoniais, convênios, licitações e contratos, administração patrimonial, infraestrutura, sistemas e serviços de tecnologia;

XXIII - realizar a avaliação de desempenho institucional dos servidores; e

XXIV - atender a outros encargos pertinentes.

Art. 8º A estrutura da Secretaria-Executiva do CONFAZ é composta dos cargos de dois Assessores Técnicos, dois Assistentes, um Assistente Técnico e uma FG-1, de acordo com a estrutura regimental do Ministério da Fazenda.

Parágrafo único. Os ocupantes das funções previstas no caput deste artigo serão substituídos, em suas faltas ou impedimentos, por servidores previamente designados na forma da legislação específica.

CAPÍTULO IV

DAS ATRIBUIÇÕES DOS DIRIGENTES

Art. 9º Ao Secretário-Executivo do CONFAZ compete:

I - assistir o Presidente do Conselho de Política Fazendária - CONFAZ, na supervisão e coordenação das atividades do Conselho e da COTEPE/ ICMS;

II - assistir o Secretário-Executivo e o Secretário-Executivo Adjunto do Ministério da Fazenda, relativamente à infraestrutura da Secretaria-Executiva do CONFAZ, para a execução dos trabalhos necessários ao funcionamento do Conselho e da COTEPE/ICMS;

III - assessorar e manter informado o Presidente da COTEPE/ ICMS dos atos relacionados à coordenação das atividades do Conselho e dos seus órgãos assessores;

IV - subsidiar os membros do Conselho e da COTEPE/ICMS com informações, estudos e dados técnicos referentes à matéria a ser apreciada pelos plenários;

V - assinar e providenciar a publicação, no Diário Oficial da União, dos atos editados no âmbito do CONFAZ e da COTEPE/ICMS;

VI - instituir normas complementares e procedimentos padrões relativos à sua área de atuação;

VII - divulgar as orientações normativas em assuntos relacionados com os procedimentos disciplinares no âmbito da Secretaria-Executiva do CONFAZ;

VIII - substituir o Presidente da COTEPE/ICMS em suas ausências eventuais;

IX - aprovar a escala de férias de servidores de sua área de responsabilidade; e

X - executar outras providências que lhe forem cometidas pelo Presidente do CONFAZ e solicitadas no âmbito dos órgãos assessores que compõem o Conselho.

Art. 10. Aos Coordenadores das Assessorias Executiva e Legislativa incumbe, no âmbito das respectivas unidades, dirigir, orientar, supervisionar, coordenar, avaliar, realizar e controlar a execução das atividades pertinentes às suas áreas de atuação.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 11. Os recursos humanos e materiais para estruturação da Secretaria-Executiva do CON-FAZ serão providos pela Secretaria-Executiva do Ministério da Fazenda.

Art. 12. Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação do presente Regimento Interno serão solucionadas pelo Secretário-Executivo do CONFAZ.

PORTARIA N° 526, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017

Regulamenta dispositivos da Lei Complementar nº 159, de 19 de maio de 2017, e do Decreto nº 9.109, de 27 de julho de 2017, referentes à avaliação de empresas a serem privatizadas no âmbito do Regime de Recuperação Fiscal.

O MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 159, de 19 de maio de 2017, e no Decreto nº 9.109, de 27 de julho de 2017, resolve:

Art. 1º Para a verificação da comprovação de que trata o inciso IV do § 2º do art. 1º do Decreto nº 9.109, de 2017, e o inciso II do § 1º do art. 4º da Lei Complementar nº 159, de 2017, serão consideradas como capazes de gerar recursos elegíveis à quitação de passivos as privatizações de empresas estatais com patrimônio líquido positivo, que deverá ser comprovado a partir do envio das demonstrações financeiras auditadas do último exercício da empresa aprovadas por assembleia geral.

Art. 2º A avaliação de viabilidade prevista no § 3º do art. 8º do Decreto nº 9.109, de 2017, considerará o valor de avaliação obtido por entidade especializada contratada pelo Estado mediante aplicação do método do fluxo de caixa descontado e o valor de patrimônio líquido contábil constante das demonstrações financeiras auditadas do último exercício social aprovadas por assembleia geral, o que for menor.

§ 1º Na hipótese de a empresa estatal ter suas ações negociadas em bolsa, será adotado o menor valor entre aquele apurado nos termos do caput e o preço de mercado apurado na data da avaliação

§ 2º O limite para a concessão de garantia da União para os financiamentos autorizados na forma do inciso VI do caput do art. 11 da Lei Complementar nº 159, de 2017, será de cinquenta por cento do valor de avaliação das empresas a serem privatizadas, limitado nos termos deste artigo, conforme previsto no § 4º do art. 13 do Decreto nº 9.109, de 2017.

§ 3º Na hipótese de o valor de avaliação obtido mediante aplicação do método do fluxo de caixa descontado resultar em valor inferior ao valor de patrimônio líquido contábil, a viabilidade de que trata o caput será verificada mediante a avaliação das adequações do método do fluxo de caixa descontado utilizado.

§ 4º A Coordenação-Geral de Participações Societárias da Secretaria do Tesouro Nacional se pronunciará sobre avaliação de viabilidade prevista neste artigo

Art. 3º Em caso de pedido de pré-acordo de que trata o art. 14 do Decreto nº 9.109, de 2017, a avalição dos valores dos ativos ofertados para privatização será realizada nos termos do artigo 2º desta Portaria, e a avaliação da superioridade destes valores em relação ao previsto nas alíneas "a" e "b", inciso II, § 2º, art. 14 do referido Decreto, pela Coordenação-Geral das Relações e Análise Financeira dos Estados e Municípios do Tesouro Nacional.

§ 1º A dispensa do Estado de privatizar ativos prevista no inciso II, § 2º, art. 14 do Decreto nº 9.109, de 2017, poderá ser efetuada na mesma medida em que o valor dos ativos ofertados para privatização for maior que:

I - o valor acumulado das reduções extraordinárias de dívidas previstas no art. 9º da Lei Complementar nº 159, de 2017; ou

II - os valores necessários à obtenção do equilíbrio fiscal, entendidos como o valor absoluto acumulado dos resultados nominais.

§ 2º Para fins de aplicação do disposto no § 1º serão acumulados os valores da data prevista para entrada em vigor do Regime até o término do exercício financeiro em que o Estado atingiria o equilíbrio fiscal.

§ 3º A Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda poderá não autorizar a dispensa de privatizar ativos caso o estoque de restos a pagar projetado represente fração significativa ou crescente da receita corrente projetada do Estado.

§ 4º Entende-se como valor dos ativos ofertados para privatização o somatório dos resultados positivos das avaliações de viabilidade realizadas nos termos do art. 2º.

§ 5º As avaliações de viabilidade a que se refere o § 4º poderão ser feitas utilizando-se apenas o patrimônio líquido contábil constante das demonstrações financeiras auditadas do último exercício social aprovadas por assembleia geral.

Art. 4º Para efeitos do disposto no inciso VI do art. 11 da Lei Complementar nº 159, de 2017, e do disposto no § 4º do art. 13 do Decreto nº 9.109, de 2017, considerar-se-á os valores de avaliação apresentados pelo Estado ou Distrito Federal quando da formalização do pleito de operação de crédito de antecipação de receita de privatização da empresa, nos termos do art. 2º.

Art. 5º O limite de cinquenta por cento de que trata o § 4º do art. 13 do Decreto nº 9.109, de 2017, para concessão de garantia da União às operações de crédito de antecipação de receitas de privatização de empresas, aplica-se ao valor de contratação da operação, responsabilizando-se a garantidora pelo pagamento do montante equivalente à totalidade das obrigações contratuais, principais e acessórias, constituídas das prestações de natureza financeira devidas pelo ente tomador, compostas de principal, encargos, juros, multas, taxas e acessórios.

Art. 6º Na hipótese de a privatização envolver empresas que atuem em setores diversos daqueles mencionados expressamente no inciso I do § 1º do art. 2º da Lei Complementar nº 159, de 2017, a avaliação específica do Ministério da Fazenda de que trata o § 5º do art. 13 do Decreto nº 9.109, de 2017, exigida para concessão de garantia da União, será formalizada por meio de manifestação do Ministro da Fazenda, na homologação do Plano de Recuperação Fiscal ou em ato posterior quando recomendado pelo Conselho de Supervisão.

Art. 7º Os recursos gerados mediante a privatização de empresas estatais, conforme previsto na alínea "c" do inciso II do § 2º do art. 1º do Decreto nº 9.109, de 2017, deverão ser destinados, quando da alienação das empresas, à quitação de passivos, observada a seguinte ordem de prioridade.

I - operações de crédito contratadas no âmbito do inciso VI do art. 11 da Lei Complementar nº 159, de 2017;

II - dívidas contratadas junto a bancos federais garantidas pela União; e

III - dívidas com a União, prioritariamente aquelas decorrentes de garantias honradas no âmbito do art. 17 da Lei Complementar nº 159, de 2017;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800048

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

§ 1º O valor do conjunto de passivos listados na forma do caput equivalerá, no mínimo, ao dobro do valor de avaliação das empresas a serem privatizadas, apurado nos termos do art. 2º, a ser verificado pela Coordenação-Geral das Relações e Análise Financeira dos Estados e Municípios da Secretaria do Tesouro Nacional.

§ 2º Para fins da aplicação da receita de capital de que trata o caput deverá ser observada a vedação prevista no art. 44 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 8º Compete ao Estado ou Distrito Federal, observado o disposto na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, conduzir o processo licitatório de que trata o art. 9º do Decreto nº 9.109, de 2017, não cabendo ao Ministério da Fazenda determinar a modalidade a ser aplicada.

Parágrafo único. Em caso de dispensa ou inexigibilidade de licitação caberá ao Estado ou Distrito Federal apresentar justificativa, que será submetida à apreciação da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

Art. 9º Fica revogada a Portaria nº 381, de 9 de agosto de 2017.

Art. 10. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE DE CAMPOS MEIRELLES

PORTARIA Nº 527, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017

Aprova o Regimento Interno da Escola de Administração Fazendária (ESAF).

O MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 9.003, de 13 de março de 2017, resolve:

Art. 1º Fica aprovado o Regimento Interno da Escola de Administração Fazendária (ESAF), na forma do Anexo a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogada a Portaria MF nº 106, de 3 de junho de 2008.

HENRIQUE DE CAMPOS MEIRELLES

ANEXO

REGIMENTO INTERNO DA ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA

CAPÍTULO I

DA CATEGORIA E FINALIDADE

Art. 1º A Escola de Administração Fazendária (ESAF), criada pelo Decreto nº 73.115, de 8 de novembro de 1973, órgão específico singular, diretamente subordinado ao Ministro de Estado da Fazenda, tem por finalidade:

I - promover e intensificar programa de treinamento sistemático, progressivo e ajustado às necessidades do Ministério da Fazenda nas suas diversas áreas;

II - dar capacitação técnico-profissional aos servidores do Ministério da Fazenda;

III - sistematizar e planejar o recrutamento e a seleção de pessoal para preenchimento de cargos, empregos e funções do Ministério da Fazenda, inclusive no tocante ao acesso;

IV - supervisionar, orientar e controlar os processos seletivos previstos no item anterior;

V - planejar cursos não integrados no currículo normal da Escola;

VI - supervisionar, orientar e controlar os Centros Regionais incumbidos da execução dos projetos de recrutamento, seleção e cursos não curriculares;

VII - executar projetos e atividades de recrutamento, seleção e treinamento que venham a ser convencionados com órgãos e entidades da administração pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, organismos nacionais e internacionais; e

VIII - executar outros projetos que venham a ser determinados pelo Ministro da Fazenda.

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO

Art. 2º A ESAF tem a seguinte estrutura organizacional:

1 - Unidade Central:

1.1. Diretoria-Geral Adjunta (DIRGE)

1.2. Divisão de Educação Fiscal (DIEFI)

1.3. Diretoria de Educação a Distância (DIEAD)

1.3.1.Serviço de Gestão de Produção de Cursos (SGPro)

1.4. Diretoria de Eventos e Capacitação (DIREC)

1.4.1.Divisão de Planejamento, Organização e Execução de Eventos (DIPOE)

1.5. Diretoria de Recrutamento e Seleção (DIRES)

1.5.1.Divisão de Recrutamento e Seleção (DRESE)

1.6. Diretoria de Cooperação Técnica e Contencioso de Cursos e Concursos (DIRCO)

1.6.1.Serviço de Cooperação Técnica (SERCO)

1.7. Diretoria de Educação (DIRED)

1.7.1.Serviço de Formação e Educação Permanente (SEFEP)

1.7.2.Serviço de Pós Graduação e Pesquisa (SEPEP)

1.8. Diretoria de Tecnologia e Informação (DITEC)

1.8.1.Serviço de Tecnologia e Informação (SETEC)

1.9. Diretoria de Finanças (DIRFI)

1.9.1.Divisão de Execução Orçamentária e Financeira (DIOFI)

1.10.Diretoria de Administração (DIRAD)

1.10.1. Serviço Administrativo (SEADM)

1.10.2. Serviço de Gestão de Pessoas (SEGEP)

1.10.3. Serviço de Licitações e Contratos (SELIC)

1.10.4. Prefeitura (PREFE)

2 - Unidades Descentralizadas:

2.1. Centros Regionais de Treinamento da Escola de Administração Fazendária (CENTRESAF), com sedes em Belém/PA, Belo Horizonte/MG, Curitiba/PR, Fortaleza/CE, Porto Alegre/RS, Recife/PE, Rio de Janeiro/RJ, Salvador/BA, São Paulo/SP e as seguintes jurisdições:

2.1.1. CENTRESAF-PA: Pará, Amazonas, Amapá, Rondônia, Roraima e Acre;

2.1.2. CENTRESAF-MG: Minas Gerais;

2.1.3. CENTRESAF-PR: Paraná e Santa Catarina;

2.1.4. CENTRESAF-CE: Ceará, Piauí e Maranhão;

2.1.5. CENTRESAF-RS: Rio Grande do Sul;

2.1.6. CENTRESAF-PE: Pernambuco, Rio Grande do Norte, Paraíba e Alagoas;

2.1.7. CENTRESAF-RJ: Rio de Janeiro e Espírito Santo;

2.1.8. CENTRESAF-BA: Bahia e Sergipe;

2.1.9. CENTRESAF-SP: São Paulo.

§ 1º O atendimento de serviços da Escola demandados por unidades fazendárias, órgãos e entidades no Distrito Federal e nos estados de Goiás, Tocantins, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul será prestado pela sede.

§ 2º As unidades centrais e descentralizadas subordinam-se ao Diretor-Geral.

Art. 3º A ESAF é dirigida por Diretor Geral; as Diretorias por Diretores; as Divisões e os Serviços por Chefes; a Prefeitura por Prefeito; e os Centros Regionais de Treinamento por Diretores Regionais, cujas funções serão providas na forma da legislação pertinente.

Parágrafo único. Para desempenho de suas funções, o Diretor-Geral contará com dois Diretores Gerais Adjuntos, dois Assessores Técnicos e dois Assistentes Técnicos.

Art. 4º Os ocupantes das funções previstas no caput e no parágrafo único do art. 3º serão substituídos, com exceção dos Assessores e Assistentes Técnicos, em suas faltas ou impedimentos, por servidores indicados em ato do Diretor-Geral, na forma da legislação específica.

CAPÍTULO III

DAS COMPETÊNCIAS DAS UNIDADES

Art. 5º À Diretoria-Geral Adjunta (DIRGE) compete:

I - planejar, promover e intensificar programas de treinamento sistemáticos, progressivos e ajustados às necessidades do Ministério da Fazenda (MF) nas suas diversas áreas e aos macroprocessos transversais de trabalho inerentes ao Ministério;

II - promover a formação e o aperfeiçoamento técnico profissional dos servidores do Ministério;

III - sistematizar, planejar, supervisionar, orientar e controlar o recrutamento e a seleção de pessoal para o preenchimento de cargos do Ministério;

IV - planejar e promover pesquisa básica e aplicada, além de desenvolver e manter programas de cooperação técnica com organismos nacionais e internacionais sobre matéria de interesse do Ministério;

V - planejar e executar cursos, projetos e atividades de recrutamento, seleção e treinamento que venham a ser conveniados com órgãos e entidades da administração pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e com organismos nacionais e internacionais;

VI - administrar o Fundo Especial de Treinamento e Desenvolvimento (FUNTREDE), de natureza contábil, de que trata o Decreto nº 73.115, de 8 de novembro de 1973;

VII - coordenar e executar ações de educação fiscal; e

VIII - coordenar o desempenho de atividades administrativas e de tecnologia da informação.

Art. 6º À Divisão de Educação Fiscal (DIEFI/DIVEF) compete:

I - planejar, coordenar, executar e avaliar o desenvolvimento dos projetos e das atividades relativos à sua área de atuação;

II - planejar, coordenar, monitorar e avaliar as atividades do Programa Nacional de Educação Fiscal (PNEF) e do Grupo de Educação Fiscal (GEF), atuando na integração dos órgãos federais, estaduais, municipais e outras organizações;

III - estabelecer parcerias para a ampliação do alcance do PNEF; e

IV - planejar, coordenar, executar, divulgar e avaliar o desenvolvimento de ações educacionais relacionadas ao PNEF.

Art. 7º À Diretoria de Educação a Distância (DIEAD) compete:

I - planejar, coordenar, executar e avaliar o desenvolvimento dos projetos e das atividades relativos à sua área de atuação;

II - planejar, coordenar e avaliar as atividades de desenvolvimento de metodologia educacional na modalidade a distância;

III - promover a formação dos profissionais envolvidos na elaboração de conteúdo em relação a ferramentas e técnicas pedagógicas do ensino a distância;

IV - prover assistência pedagógica aos conteúdistas para elaboração do planejamento educacional ou projeto pedagógico, mapas de atividade, matriz de design instrucional e roteiro para desenvolvimento do curso;

V - coordenar, controlar e avaliar o desenvolvimento de cursos produzidos nas diversas mídias para o ensino a distância; e

VI - planejar, coordenar e avaliar as ofertas de cursos realizados no ambiente virtual de aprendizagem da ESAF.

Art. 8º Ao Serviço de Gestão de Produção de Cursos (SGPro) compete apoiar o Diretor de Educação a Distância no planejamento, na coordenação, na execução e na avaliação do desenvolvimento dos projetos e das atividades relativos à sua área de atuação.

Art. 9º À Diretoria de Eventos e Capacitação (DIREC) compete:

I - planejar, coordenar, executar e avaliar o desenvolvimento dos projetos e das atividades relativos à sua área de atuação;

II - executar e coordenar os projetos de eventos de capacitação presencial;

III - organizar, executar e supervisionar encontros, reuniões, congressos, seminários e outros eventos correlatos planejados pela sede da ESAF; e

IV - coordenar, controlar e executar os cursos de formação e de programas de desenvolvimento gerencial.

Art. 10. À Divisão de Planejamento, Organização e Execução de Eventos (DIPOE) compete o planejamento, a organização e a execução dos eventos, bem como realizar a prestação de contas de todos os projetos financeiros relativos aos eventos.

Art. 11. À Diretoria de Recrutamento e Seleção (DIRES) compete:

I - planejar, coordenar, executar e avaliar o desenvolvimento dos projetos e das atividades relativos à sua área de atuação;

II - planejar, dirigir, coordenar, executar, controlar e avaliar as atividades de recrutamento e seleção de servidores públicos para o Ministério da Fazenda e para outros órgãos da administração pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que venham a ser conveniados;

III - orientar e supervisionar as atividades de organização e execução de processos seletivos de âmbito regional e nacional;

IV - executar a logística de concursos públicos e processos seletivos realizados pela ESAF no Distrito Federal;

V - supervisionar as atividades de elaboração, composição e revisão de provas de concursos públicos e prestar assessoramento técnico às respectivas Bancas Examinadoras; e

VI - coordenar atividades de editoração e impressão de provas de concursos públicos.

Art. 12. À Divisão de Recrutamento e Seleção (DRESE) compete apoiar o Diretor de Recrutamento e Seleção (DIRES) no planejamento, na coordenação, na execução e na avaliação do desenvolvimento dos projetos e das atividades relativos à sua área de atuação.

Art. 13. À Diretoria de Cooperação Técnica e Contencioso de Cursos e Concursos (DIRCO) compete:

I - planejar, coordenar, executar e avaliar o desenvolvimento dos projetos e das atividades relativos à sua área de atuação;

II - planejar, dirigir, coordenar, controlar e avaliar as atividades de desenvolvimento e manutenção de programas de cooperação técnica com organismos nacionais e internacionais, em especial com universidades, institutos de pesquisa, escolas de governo e organizações ou associações acadêmicas e de pesquisa;

III - prospectar e promover atividades de integração, intercâmbio e cooperação técnica, mantendo, para tanto, relação com entidades governamentais e não governamentais nacionais e internacionais;

IV - coordenar, controlar e avaliar as atividades provenientes de acordos firmados com organismos multilaterais; e

V - acompanhar os processos judiciais que envolvam a ESAF, fornecendo e elaborando informações que subsidiem a defesa da União em questões afetas aos cursos e concursos realizados pela ESAF, ressalvadas as competências da Advocacia-Geral da União.

Art. 14. Ao Serviço de Cooperação Técnica (SERCO) compete apoiar o Diretor de Cooperação Técnica e Contencioso de Cursos e Concursos (DIRCO) no planejamento, na coordenação, na execução e na avaliação do desenvolvimento dos projetos e das atividades relativos à sua área de atuação.

Art. 15. À Diretoria de Educação (DIRED) compete:

I - planejar, coordenar, executar e avaliar o desenvolvimento dos projetos e das atividades relativos à sua área de atuação;

II - planejar, coordenar e avaliar as atividades de desenvolvimento de metodologia educacional da ESAF;

III - propor diretrizes educacionais destinadas à geração, disseminação e internalização de conhecimentos;

IV - supervisionar as atividades de planejamento educacional e pedagógico dos eventos executados pelos Centros Regionais;

V - coordenar as atividades de secretaria escolar da sede e dos CENTRESAFs, que consistem em realizar, controlar e manter atualizados o registro escolar de notas e a documentação de alunos; gerir certificados de conclusão de cursos e eventos; emitir declarações de participação em cursos e eventos de capacitação; e

VI - coordenar as atividades da Biblioteca da ESAF, que consistem em executar serviços de classificação e catalogação de manuscritos, de livros raros e preciosos, de mapotecas, de publicações oficiais e seriadas, de bibliografia e referência, bem como zelar pela guarda e preservação do acervo bibliotecário.

Art. 16. Ao Serviço de Formação e Educação Permanente (SEFEP) compete:

I - planejar, coordenar e avaliar as atividades de formação inicial e desenvolvimento permanente, prioritariamente, dos integrantes das carreiras do Ministério da Fazenda, inclusive quanto aos conhecimentos necessários para o exercício profissional do servidor;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800049

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

II- planejar, coordenar, controlar e avaliar os programas de desenvolvimento de competências gerenciais; e

III - planejar, coordenar e avaliar o desenvolvimento de programas de formação da rede de facilitadores de aprendizagem.

Art. 17. Ao Serviço de Pós-Graduação e Pesquisa (SEPEP) compete:

I - planejar, coordenar e avaliar as atividades relativas à oferta de cursos de pós-graduação;

II - promover estudos e pesquisas em temas de interesse do Ministério da Fazenda;

III - coordenar e executar as atividades relacionadas às publicações da ESAF; e

IV - planejar, coordenar, executar, controlar e avaliar as atividades de realização de prêmios de monografia, de artigos e de teses.

Art. 18. À Diretoria de Tecnologia da Informação (DITEC) compete:

I - planejar, coordenar, executar e avaliar o desenvolvimento dos projetos e das atividades relativos à sua área de atuação;

II - planejar, coordenar, acompanhar, executar e supervisionar as atividades relacionadas à tecnologia da informação;

III - elaborar, manter, atualizar e divulgar as normas e procedimentos padrões relativos à área de informática;

IV - promover a racionalização de recursos, o incremento de produtividade e a melhoria da qualidade na prestação dos serviços e no uso dos recursos tecnológicos;

V - promover a padronização e a especificação para aquisição dos recursos de tecnologia da informação;

VI - definir a plataforma tecnológica e os padrões de tecnologia da informação para uso na Escola;

VII - realizar estudos e prospecção na área de tecnologia da informação, integrando novas tecnologias às atividades da Escola;

VIII - avaliar, propor e homologar o uso de novas tecnologias;

IX - fiscalizar os contratos de prestação de serviços relacionados à tecnologia da informação;

X - dar apoio aos usuários de informática para o uso de equipamentos, aplicativos e sistemas informatizados;

XI - aplicar programa de conscientização dos usuários quanto à segurança de dados e informações;

XII - acompanhar a instalação e a manutenção de aplicativos e componentes de informática, bem como a distribuição, remanejamento e desativação;

XIII - prestar suporte técnico ao parque de equipamentos;

XIV - planejar e executar as atividades de multimeios e de produção de material em mídia digital;

XV - auditar a utilização dos serviços de rede de computadores; e

XVI - propor ações e normas com relação à segurança no uso das redes de computadores.

Parágrafo único. A ESAF observará, no exercício dessas competências, as políticas, diretrizes, normas e recomendações dos órgãos central e setorial do Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática (SISP).

Art. 19. Ao Serviço de Tecnologia da Informação compete apoiar o Diretor de Tecnologia e Informação (DITEC) no planejamento, na coordenação, na execução e na avaliação do desenvolvimento dos projetos e das atividades relativos à sua área de atuação.

Art. 20. À Diretoria de Finanças (DIRFI) compete:

I - planejar, coordenar, executar e avaliar o desenvolvimento dos projetos e das atividades relativos à sua área de atuação;

II - planejar, coordenar, executar, supervisionar, orientar e avaliar as atividades de programação, execução e controle orçamentário e financeiro do Fundo Especial de Treinamento e Desenvolvimento (Funtrede), gerido pela ESAF, bem como dos recursos de execução descentralizada recebidos pela Escola;

III - propor ao Diretor-Geral normas regulamentares relativas à sua área de competência;

IV - praticar atos de administração relativos à execução orçamentária e financeira e demais atos inerentes ao exercício das competências regimentais, inclusive daquelas objeto de delegação específica;

V - subsidiar o Diretor-Geral das informações necessárias à gestão das ações orçamentárias constantes do Plano Plurianual (PPA) sob a responsabilidade da Escola;

VI - coordenar a conferência dos projetos financeiros elaborados pelas unidades centrais e descentralizadas da Escola;

VII - manter constante articulação com o órgão setorial dos sistemas de planejamento, de orçamento, de administração financeira e de contabilidade, visando à adequação das atividades às diretrizes emanadas no âmbito de tais sistemas;

VIII - coordenar e orientar o processo de elaboração da proposta orçamentária anual da ESAF para as ações que estejam sob a responsabilidade da Escola;

IX - supervisionar e orientar as unidades descentralizadas da ESAF quanto à execução orçamentária e financeira; e

X - manter registro dos instrumentos de parcerias e controlar a sua execução orçamentária e financeira.

Art. 21. À Divisão de Execução Orçamentária e Financeira (DIOFI) compete apoiar o Diretor de Finanças (DIRFI) no planejamento, na coordenação, na execução e na avaliação do desenvolvimento dos projetos e das atividades relativos à sua área de atuação.

Art. 22. À Diretoria de Administração (DIRAD) compete:

I - planejar, coordenar, executar e avaliar o desenvolvimento dos projetos e das atividades relativos à sua área de atuação;

II - planejar, coordenar, executar e avaliar as atividades de: material; patrimônio; concessão de diárias e passagens; protocolo; arquivo; serviços gerais; compras e licitações; administração da infraestrutura, do transporte, do alojamento, da rouparia e da refeição;

III - executar e acompanhar práticas referentes à administração de informações funcionais; e

IV - desenvolver as atividades de apoio administrativo e logístico às unidades descentralizadas da ESAF.

Art. 23. Ao Serviço Administrativo (SEADM) compete:

I - instruir, controlar e supervisionar os processos de concessão de diárias e passagens;

II - obter autorização para afastamento do país, solicitar emissão de passaportes e de vistos consulares; e

III - desenvolver e coordenar as atividades de apoio da unidade central da Escola relativas à gestão de material e reprografia, da informação documental (protocolo e arquivo) e do patrimônio.

Art. 24. Ao Serviço de Gestão de Pessoas (SEGEP) compete:

I - gerenciar procedimentos relacionados à seleção, alocação, mobilidade interna, avaliação de desempenho, planejamento de capacitação dos servidores da ESAF, gestão do clima organizacional e promoção da qualidade de vida;

II - apoiar a Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração (SPOA) do Ministério da Fazenda no que se refere à administração de pessoal;

III - desenvolver e controlar as atividades de assentamento funcional, segundo as orientações da unidade setorial de gestão de pessoas do Ministério da Fazenda; e

IV - coordenar, com a supervisão da SPOA, o ingresso, o egresso e as atividades dos estagiários e terceirizados em serviço na Escola.

Art. 25. Ao Serviço de Licitações e Contratos (SELIC) compete:

I - desenvolver as atividades relativas a compras e contratações; e

II - desenvolver atividades relativas à gestão e controle de contratos, inclusive junto à Superintendência Administrativa do Ministério da Fazenda do Distrito Federal (SAMF/DF).

Art. 26. À Prefeitura (PREFE) compete:

I - zelar pela manutenção das dependências da Escola e pelo funcionamento e uso adequado dos serviços de manutenção predial, vigilância, jardinagem, telefonia, transporte, alojamento, rouparia e refeição da sede;

II - administrar o complexo esportivo e o uso das dependências da ESAF; e

III - executar, controlar e avaliar as atividades de atendimento e informações a alunos e usuários.

Art. 27. Aos Centros Regionais de Treinamento, no âmbito de suas respectivas circunscrições, compete:

I - planejar, coordenar, executar e avaliar o desenvolvimento dos projetos e das atividades relativos à sua área de atuação;

II - planejar, coordenar, executar e avaliar as atividades de administração e capacitação de acordo com as orientações da unidade central;

III - planejar, executar e controlar as atividades de recrutamento e seleção no âmbito da sua jurisdição, sob a coordenação da unidade central competente;

IV - atender às demandas da unidade central da Escola com participação das etapas relacionadas ao planejamento, à concepção e à execução de programas e ações educacionais de responsabilidade da ESAF; e

V - planejar e executar atividades orçamentárias, financeiras e patrimoniais na condição de unidade gestora.

CAPÍTULO IV

DAS ATRIBUIÇÕES DOS DIRIGENTES

Art. 28. Ao Diretor Geral incumbe:

I - assistir o Ministro de Estado da Fazenda em assuntos pertinentes à área de competência da Escola de Administração Fazendária;

II - representar a ESAF, ativa e passivamente, ou por representante expressamente designado, bem como fazer-se representar, em órgãos de deliberação coletiva, em grupos de trabalho, em comissões e em discussões nacionais ou internacionais de interesse do Ministério da Fazenda;

III - planejar, dirigir, coordenar, acompanhar e avaliar as atividades da ESAF, bem como orientar a sua execução;

IV - definir a estrutura organizacional e funcional da ESAF, estabelecendo as subordinações e hierarquias das unidades da Escola, observada a estrutura regimental do Ministério da Fazenda;

V - regulamentar os assuntos necessários ao desenvolvimento das ações da Escola mediante atos administrativos;

VI - ordenar despesas, assinar notas de empenho e ordens bancárias no âmbito da ESAF;

VII - celebrar e aprovar contratos, ajustes, convênios ou outros instrumentos de parceria, relativos às atividades inerentes à ESAF e ratificar despachos de inexigibilidade ou de dispensa de licitação;

VIII - aprovar a execução dos projetos da ESAF;

IX - decidir, em grau de recurso, sobre atos e despachos das autoridades subordinadas, dirimir conflitos de competência e de jurisdição entre essas autoridades e avocar, a qualquer momento e a seu critério, a decisão de quaisquer processos administrativos ou de outros assuntos, no âmbito da ESAF;

X - aprovar planos anuais e plurianuais de trabalho, bem como a proposta orçamentária e o cronograma de desenvolvimento da ESAF;

XI - assinar os certificados de conclusão de cursos, treinamentos e de eventos similares, em conjunto com o diretor da área responsável pela realização do evento;

XII - instaurar comitês temáticos internos para discussão e deliberação sobre assuntos de interesse da Escola;

XIII - coordenar, orientar, acompanhar e avaliar a execução das atividades de contencioso de cursos e concursos, no tocante à expedição de certidões e resposta às citações, intimações, notificações, questionamentos ou instrumentos congêneres de natureza administrativa ou judicial sobre assuntos afetos à Escola;

XIV - coordenar, acompanhar e avaliar o processo de relacionamento e comunicação da Escola com a imprensa e a sociedade;

XV - assinar editais de concursos públicos; e

XVI - coordenar, orientar, acompanhar e avaliar as atividades de gestão estratégica da ESAF.

Art. 29. Aos Diretores-Gerais Adjuntos compete:

I - assistir o Diretor-Geral em assuntos pertinentes a políticas, diretrizes de atuação e relações interinstitucionais necessárias à execução das atividades da Escola de Administração Fazendária;

II - assessorar o Diretor-Geral no planejamento, direção, orientação, acompanhamento, controle e avaliação das atividades executadas pelas unidades da Escola; e

III - desempenhar outras atribuições que lhe forem delegadas pelo Diretor-Geral da ESAF.

Art. 30. Aos assessores do Diretor-Geral compete:

I - padronizar e facilitar o compartilhamento de recursos, metodologias, ferramentas e técnicas de gerenciamento de processos e projetos;

II - assistir diretamente o Diretor-Geral no âmbito de sua atuação;

III - assessorar o Diretor-Geral no planejamento, na coordenação, na supervisão, no acompanhamento e na avaliação das atividades da ESAF;

IV - coordenar a elaboração de manuais, de normas, de relatórios e de procedimentos; e

V - coordenar as atividades de comunicação institucional, assessoria de imprensa, publicidade e propaganda, relações públicas, gestão de sítios web, programação visual e produção audiovisual.

Art. 31. Aos Diretores incumbe:

I - planejar, coordenar, executar, controlar e prestar contas das demais atividades administrativas relacionadas aos projetos financeiros de sua unidade;

II - prestar assessoria técnica para o planejamento, a organização e a execução de eventos de treinamento e capacitação;

III - assistir o Diretor-Geral da ESAF nos assuntos relacionados à sua área de atuação;

IV - apoiar e supervisionar as atividades das unidades descentralizadas nos assuntos relacionados à sua área de atuação;

V - subsidiar o trabalho do Escritório de Projetos e Processos com informações de projetos e processos de sua área de atuação; e

VI - praticar os demais atos inerentes ao exercício de suas atribuições, ou daquelas que lhes tiverem sido delegadas.

Parágrafo único. Aos Diretores Regionais cabe assinar os contratos administrativos, convênios, instrumentos de parceria e outros ajustes referentes às suas áreas de atuação, tendo como limite o valor previsto na alínea "a" do inciso II do artigo 23 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, salvo delegação do Diretor-Geral quando acima desse limite.

Art. 32. Ao Diretor de Administração incumbe ainda:

I - autorizar a requisição, alienação, permuta, cessão e baixa de materiais e de bens patrimoniais, respeitada a legislação vigente; e

II - homologar licitações, dispensar licitações e declarar situações de inexigibilidade de licitação, na forma da legislação vigente, e assinar contratos administrativos.

Art. 33. Ao Diretor de Finanças incumbe, ainda, praticar atos de administração e execução orçamentária e financeira e demais atos inerentes ao exercício de suas atribuições, ou daquelas que lhes tiverem sido delegadas.

Art. 34. Aos Chefes e Prefeito incumbe planejar, supervisionar, orientar, executar, controlar e avaliar as atividades de suas respectivas áreas de atuação, praticando os atos inerentes ao exercício de suas atribuições, ou daquelas que lhes tiverem sido delegadas.

Art. 35. Aos Diretores Regionais incumbe:

I - praticar atos administrativos e de execução orçamentária e financeira;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800050

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

II - autorizar requisição, alienação, permuta, cessão e baixa de materiais e de bens patrimoniais, respeitada a legislação vigente;

III - homologar licitações, dispensar licitações e declarar situações de inexigibilidade de licitação, e celebrar contratos administrativos, convênios, termos de execução descentralizada, instrumentos de parceria e outros ajustes, tendo como limite o valor previsto na alínea "a" do inciso II do artigo 23 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, salvo delegação do Diretor-Geral quando acima desse limite;

IV - sugerir ao Diretor-Geral da Escola servidor a ser designado para atuar como corresponsável do Diretor Regional nos atos referentes à execução orçamentária e financeira; e

V - praticar os demais atos inerentes ao exercício de suas atribuições, ou daquelas que lhes tiverem sido delegadas.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 36. A Escola de Administração Fazendária participará da programação e da execução dos programas de capacitação de pessoal do Ministério da Fazenda, por meio de eventos executados pela própria Escola, em conjunto com a Coordenação Geral de Gestão de Pessoas da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração (COGEP/SPOA) e da Secretaria-Executiva (SE) do Ministério da Fazenda.

Art. 37. A ESAF poderá:

I - participar da realização e coordenação de programas específicos, em conjunto com outras instituições, mediante acordos celebrados;

II - celebrar e executar termos de execução descentralizada, convênios, acordos, ajustes, protocolo de intenções ou outros instrumentos de parcerias e praticar atos decorrentes de contratos firmados com órgãos da administração pública ou entidades privadas, observada a legislação específica; e

III - implantar e desenvolver cursos de pós-graduação quer com recursos próprios, quer mediante instrumentos de parceria com universidades, e institutos de pesquisa ou outras organizações, observada a legislação pertinente.

Art. 38. Os casos omissos e as dúvidas sobre a aplicação do presente Regimento Interno serão solucionados pelo Diretor Geral da ESAF.

ANEXO II

QUADRO DEMONSTRATIVO
DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA DA ESAF

UNIDADE	CARGO/ FUNÇÃO/Nº	DENOMINAÇÃO CARGO	DAS/FG/FCPE
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA	1	Diretor-Geral	DAS 101.5
Diretoria-Geral Adjunta	2	Diretor-Geral Adjunto	DAS 101.4
	2	Assessor Técnico	DAS 102.3
	2	Assistente Técnico	DAS 102.1
	1		FG-3
Divisão	1	Chefe	FCPE 101.2
Diretoria de Educação à Distância	1	Diretor	FCPE 101.3
Serviço	1	Chefe	FCPE 101.1
Diretoria de Eventos e Capacitação	1	Diretor	DAS 101.3
Divisão	1	Chefe	DAS 101.2
Diretoria de Recrutamento e Seleção	1	Diretor	DAS 101.3
Divisão	1	Chefe	DAS 101.2
Diretoria de Cooperação Técnica e Contencioso de Cursos e Concursos	1	Diretor	DAS 101.3
Serviço	1	Chefe	FCPE 101.1
Diretoria de Educação	1	Diretor	FCPE 101.3
Serviço	2	Chefe	FCPE 101.1
Diretoria de Tecnologia e Informação	1	Diretor	FCPE 101.3
Serviço	1	Chefe	FCPE 101.1
Diretoria de Finanças	1	Diretor	FCPE 101.3
Divisão	1	Chefe	FCPE 101.2
Diretoria de Administração	1	Diretor	FCPE 101.3
Serviço	2	Chefe	FCPE 101.1
Serviço	1	Chefe	DAS 101.1
Prefeitura	1	Prefeito	DAS 101.2
Centros Regionais de Treinamento	9	Diretor Regional	DAS 101.2

PORTARIA Nº 528, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017

Delega competência para declarar a interrupção de férias de servidores por necessidade do serviço.

O MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto no art. 80 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e nos arts. 11 e 12 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, regulamentado pelo Decreto nº 83.937, de 6 de setembro de 1979, resolve:

Art. 1º Fica delegada a competência para declarar a interrupção de férias de servidores por necessidade do serviço aos titulares das seguintes unidades deste Ministério, admitida a subdelegação:

I - Gabinete do Ministro;
II - Secretaria-Executiva;
III - Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;
IV - Secretaria da Receita Federal do Brasil;
V - Secretaria do Tesouro Nacional;
VI - Secretaria de Política Econômica;
VII - Secretaria de Acompanhamento Econômico;
VIII - Secretaria de Assuntos Internacionais;
IX - Secretaria de Previdência;
X - Escola de Administração Fazendária;
XI - Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração;
XII - Conselho de Controle de Atividades Financeiras; e
XIII - Conselho Administrativo de Recursos Fiscais.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas:

I - a Portaria MF nº 248, de 14 de julho de 2005; e

II - a alínea "a" do inciso II do art. 1º da Portaria MF nº 466, de 16 de dezembro de 2016.

HENRIQUE DE CAMPOS MEIRELLES

DESPACHO

Processo nº: 17944.100477/2017-93.
Interessados: Estado de Pernambuco e Caixa Econômica Federal.
Assunto: Contrato de garantia a ser celebrado entre a União e o Estado de Pernambuco, com a interveniência da Caixa Econômica Federal, e Contrato de Vinculação de Receitas e de Cessão e Transferência de Crédito, em Contragarantia, a ser firmado entre a União e o Estado de Pernambuco, com a interveniência da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil S/A, ambos relativos a Contrato de Financiamento nº 0495.607-99, firmado entre a Caixa Econômica Federal e o Estado de Pernambuco, no valor de até R$ 340.000.000,00 (trezentos e quarenta milhões de reais), de principal, para financiamento de despesas de capital.
Despacho: Tendo em vista as manifestações da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional quanto ao cumprimento dos requisitos legais aplicáveis, autorizo as contratações, observadas as normas e formalidades legais e regulamentares pertinentes.

HENRIQUE DE CAMPOS MEIRELLES
Ministro

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

COORDENAÇÃO DE CONTROLE DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS SANCIONADORES

PAUTA DE JULGAMENTO

PAUTA DE JULGAMENTOS, ABERTOS AO PÚBLICO, DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS SANCIONADORES - CVM.
PAS CVM nº RJ2013/2759 - Companhia de Seguros Aliança Bahia
Data:14.12.2017
Horário:15h
Relator: Diretor Henrique Balduino Machado Moreira

Acusados	Advogados
Antônio Tavares da Câmara	Marcelo Trindade - OAB/RJ nº 67.729
José Alfredo Cruz Guimarães	Marcelo Trindade - OAB/RJ nº 67.729
Marcelo Cintra Zarif	Caio Druso de Castro Penalva Vita - OAB/BA nº 14.133
Paulo Sérgio Freire de Carvalho Gonçalves Tourinho	Marcelo Trindade - OAB/RJ nº 67.729

Reportamo-nos à pauta de julgamento de processos administrativos sancionadores publicada no D.O.U. de 28 de novembro de 2017, Seção 1, pág. 43 para informar que, por decisão do Relator, Diretor Henrique Machado, a Sessão de Julgamento do PAS CVM nº RJ2013/2759 - Companhia de Seguros Aliança Bahia foi retirada de pauta.

Rio de Janeiro, 7 de dezembro de 2017.
JOSÉ PAULO DIUANA DE CASTRO
Chefe

RETIFICAÇÃO

No âmbito do Processo Administrativo Sancionado CVM nº RJ2014/13353 - Mundial S.A Produtos de Consumo, reportamo-nos à Pauta de Julgamentos publicada no D.O.U. de 05 de dezembro de 2017, Seção 1, pág. 23, para informar que dia 22 de dezembro de 2017 é uma sexta-feira.

Dessa forma:

Onde se lê: ...

PAS CVM nº RJ2014/13353 - Mundial S.A. Produtos de Consumo.

Data: 22.12.2017 - terça-feira

Horário: 10h

Relator: Pablo Renteria

Local: Rua Sete de Setembro, 11 - 34º andar - Centro - Rio de Janeiro - RJ.

Objeto do processo: prática não equitativa no mercado de valores mobiliários (Instrução CVM nº 08/79, I e II, d) e atualização intempestiva do Formulário de Referência (Instrução CVM nº 480/2009, art. 24, caput e §3º, II).

Acusados	Advogados
Cristiano Jacó Renner	Danilo Knijnik - OAB/RS 34.445
Michael Lenn Ceitlin	Danilo Knijnik - OAB/RS 34.445
Paulo Roberto Leke	Danilo Knijnik - OAB/RS 34.445
Edson Queiroz Barcelos Junior	Marcelo Freitas Pereira - OAB/SP nº 127.546
Jose Maria de Cesarino Henriques Soares	Marcelo Freitas Pereira - OAB/SP nº 127.546

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800051

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Zhepar Participações Ltda.	Sergio Mattos - OAB/RS nº 40.193
YA Global Investments BR, LLC.	Não constituiu advogado.

Leia-se:

...

PAS CVM nº RJ2014/13353 - Mundial S.A. Produtos de Consumo.

Data: 22.12.2017 - sexta-feira

Horário: 10h

Relator: Pablo Renteria

Local: Rua Sete de Setembro, 11 - 34º andar - Centro - Rio de Janeiro - RJ.

Objeto do processo: prática não equitativa no mercado de valores mobiliários (Instrução CVM nº 08/79, I e II, d) e atualização intempestiva do Formulário de Referência (Instrução CVM nº 480/2009, art. 24, caput e §3º, II).

Acusados	Advogados
Cristiano Jacó Renner	Danilo Knijnik - OAB/RS 34.445
Michael Lenn Ceitlin	Danilo Knijnik - OAB/RS 34.445
Paulo Roberto Leke	Danilo Knijnik - OAB/RS 34.445
Edson Queiroz Barcelos Junior	Marcelo Freitas Pereira - OAB/SP nº 127.546
Jose Maria de Cesarino Henriques Soares	Marcelo Freitas Pereira - OAB/SP nº 127.546
Zhepar Participações Ltda.	Sergio Mattos - OAB/RS nº 40.193
YA Global Investments BR, LLC.	Não constituiu advogado.

SUPERINTENDÊNCIA-GERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES INSTITUCIONAIS

ATOS DECLARATÓRIOS DE 4 DE DEZEMBRO DE 2017

Nº 16.005 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, autoriza LEONARDO BARROS ABBOUD, CPF n° 371.434.048-37, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 558, de 26 de março de 2015.

Nº 16.006 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, autoriza FABIO VILLAS BOAS PASSOS, CPF nº 016.743.467-51, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 558, de 26 de março de 2015.

Nº 16.007 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, autoriza ARTUR DE ALMEIDA LOSNAK, CPF n° 401.902.108-26, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 558, de 26 de março de 2015.

Nº 16.008 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, autoriza LUCAS ALVES ANDRADE, CPF n° 399.432.528-55, a prestar os serviços de Consultor de Valores Mobiliários, previstos na Instrução CVM nº 592, de 17 de novembro de 2017.

Nº 16.009 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, autoriza LUIZ FELIPE ASP DE QUEIROZ, CPF n° 055.819.537-75, a prestar os serviços de Consultor de Valores Mobiliários, previstos na Instrução CVM nº 592, de 17 de novembro de 2017.

VERA LUCIA SIMÕES ALVES
PEREIRA DE SOUZA
Em exercício

ATOS DECLARATÓRIOS DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017

Nº 16.010 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, autoriza ARES CAPITAL GESTORA DE RECURSOS LTDA., CNPJ nº 28.674.641, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 558, de 26 de março de 2015.

Nº 16.011 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, cancela, a pedido, a autorização concedida a MAURICIO LEVI, CPF nº 797.054.489-49, para prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 558, de 26 de março de 2015.

Nº 16.012 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, cancela, a pedido, a autorização concedida a FUNDAÇÃO CESP, CNPJ nº 62.465.117, para prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 558, de 26 de março de 2015.

Nº 16.013 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, cancela, a pedido, a autorização concedida a JOALDO BRUNO DE OLIVEIRA, CPF nº 050.238.495-62, para prestar os serviços de Consultor de Valores Mobiliários, previstos na Instrução CVM nº 592, de 17 de novembro de 2017.

Nº 16.014 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, cancela, a pedido, a autorização concedida a MARSUPIAL CONSULTORIA DE VALORES MOBILIARIOS LTDA, CNPJ nº 12.598.234/0001-61, para prestar os serviços de Consultor de Valores Mobiliários, previstos na Instrução CVM nº 592, de 17 de novembro de 2017.

Nº 16.015 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, cancela, a pedido, a autorização concedida a LAURO DE ARAUJO SILVA NETO, CPF nº 499.885.306-68, para prestar os serviços de Consultor de Valores Mobiliários, previstos na Instrução CVM nº 592, de 17 de novembro de 2017.

Nº 16.016 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, cancela, a pedido, a autorização concedida a LOCKTON BRASIL CONSULTORIA E CORRETORA DE SEGUROS LTDA, CNPJ nº 00.330.313, para prestar os serviços de Consultor de Valores Mobiliários, previstos na Instrução CVM nº 592, de 17 de novembro de 2017.

Nº 16.020 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, autoriza a AHEAD CONSULTORIA DE INVESTIMENTOS LTDA, CNPJ nº 17.507.321, a prestar os serviços de Consultor de Valores Mobiliários, previstos na Instrução CVM nº 592, de 17 de novembro de 2017.

Nº 16.021 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, autoriza GUSTAVO LUIZ HON NASCIMENTO, CPF nº 351.576.188-83, a prestar os serviços de Consultor de Valores Mobiliários, previstos na Instrução CVM nº 592, de 17 de novembro de 2017.

Nº 16.022 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, cancela, a pedido, a autorização concedida a LUIZ GUSTAVO CASSILATTI FURLANI, CPF nº 314.680.748-30, para prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 558, de 26 de março de 2015.

VERA LUCIA SIMÕES ALVES
PEREIRA DE SOUZA
Em exercício

CONSELHO DE CONTROLE DE ATIVIDADES FINANCEIRAS

RESOLUÇÃO Nº 29, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017

Dispõe sobre os procedimentos a serem observados pelas pessoas reguladas pelo COAF, na forma do § 1º do artigo 14 da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, relativamente a pessoas expostas politicamente.

O Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF, no uso da atribuição que lhe confere o inciso IV do art. 9º do Estatuto aprovado pelo Decreto nº 2.799, de 8 de outubro de 1998, e tendo em vista o disposto no art. 52 da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, cuja execução e cumprimento no Brasil foram determinados pelo Decreto nº 5.687, de 31 de janeiro de 2006, torna público que o Plenário do Conselho, em sessão realizada em 06 de dezembro de 2017, com base no § 1º do art. 14 da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, resolveu:

Art. 1º As pessoas reguladas pelo COAF, nos termos do artigo 9º da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, devem adotar as providências previstas nesta Resolução para o acompanhamento de operações ou propostas de operações com pessoas expostas politicamente.

§1º Para fins do disposto nesta Resolução, consideram-se pessoas expostas politicamente:

I - os detentores de mandatos eletivos dos Poderes Executivo e Legislativo da União;

II - os ocupantes de cargo, no Poder Executivo da União, de:

a) Ministro de Estado ou equiparado;

b) Natureza Especial ou equivalente;

c) presidente, vice-presidente e diretor, ou equivalentes, de entidades da administração pública indireta; e

d) Grupo Direção e Assessoramento Superior - DAS, nível 6, ou equivalente;

III - os membros do Supremo Tribunal Federal, dos Tribunais Superiores e dos Tribunais Regionais Federais, do Trabalho e Eleitorais;

IV - o Procurador-Geral da República, o Procurador-Geral do Trabalho, o Procurador-Geral da Justiça Militar e os Procuradores-Gerais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal;

V - os membros do Tribunal de Contas da União e o Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União;

VI - os presidentes e tesoureiros nacionais, ou equivalentes, de partidos políticos;

VII - os governadores e secretários de Estado e do Distrito Federal, os Deputados Estaduais e Distritais, os presidentes, ou equivalentes, de entidades da administração pública indireta estadual e distrital e os presidentes de Tribunais de Justiça, Militares, de Contas ou equivalente de Estado e do Distrito Federal;

VIII - os Prefeitos, Vereadores, Presidentes de Tribunais de Contas ou equivalente dos Municípios.

§2º Para fins do disposto nesta Resolução, também são consideradas pessoas expostas politicamente aquelas que, no exterior, sejam:

I - chefes de estado ou de governo;

II - políticos de escalões superiores;

III - ocupantes de cargos governamentais de escalões superiores;

IV - oficiais generais e membros de escalões superiores do poder judiciário;

V - executivos de escalões superiores de empresas públicas; ou

VI - dirigentes de partidos políticos.

§3º Para fins do disposto nesta Resolução, também são consideradas pessoas expostas politicamente os dirigentes de escalões superiores de entidades de direito internacional público ou privado.

§4º Para fins de identificação de pessoas expostas politicamente que se enquadram no §1º deste artigo, as pessoas reguladas pelo COAF deverão consultar base de dados específica, disponibilizada pelo Governo Federal.

§5º Para fins de identificação de pessoas expostas politicamente que se enquadram nos §§ 2º e 3º deste artigo, as pessoas reguladas pelo COAF deverão recorrer a fontes abertas e bases de dados públicas e privadas.

§6º A condição de pessoa exposta politicamente perdura até cinco anos contados da data em que a pessoa deixou de se enquadrar nos §§ 1º, 2º e 3º deste artigo.

Art. 2º As pessoas reguladas pelo COAF devem dedicar especial atenção às operações ou propostas de operações envolvendo pessoa exposta politicamente, bem como com seus familiares, estreitos colaboradores e ou pessoas jurídicas de que participem, observando, nos casos de maior risco, pelo menos os seguintes procedimentos:

I - obter a autorização prévia do sócio administrador para o estabelecimento de relação de negócios ou para o prosseguimento de relações já existentes;

II - adotar devidas diligências para estabelecer a origem dos recursos;

III - conduzir monitoramento reforçado e contínuo da relação de negócio.

§1º Para fins do disposto no caput são considerados familiares os parentes, na linha direta, até o segundo grau, o cônjuge, o companheiro, a companheira, o enteado e a enteada.

§2º Para fins do disposto no caput são considerados estreitos colaboradores:

I - pessoas naturais que são conhecidas por terem sociedade ou propriedade conjunta em pessoas jurídicas de direito privado ou em arranjos sem personalidade jurídica, que figurem como mandatárias, ainda que por instrumento particular, ou possuam qualquer outro tipo de estreita relação de conhecimento público com uma pessoa exposta politicamente;

II - pessoas naturais que têm o controle de pessoas jurídicas de direito privado ou em arranjos sem personalidade jurídica, conhecidos por terem sido criados para o benefício de uma pessoa exposta politicamente.

Art. 3º Às pessoas mencionadas no art. 1º, bem como aos seus administradores, quando pessoa jurídica, que deixarem de cumprir as obrigações desta Resolução serão aplicadas, cumulativamente ou não, pelo COAF, as sanções previstas no art. 12 da Lei nº 9.613, de 1998, na forma do disposto no Decreto nº 2.799, de 1998, e na Portaria do Ministro de Estado da Fazenda nº 330, de 18 de dezembro de 1998.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor no prazo de noventa dias a partir da data de sua publicação, quando ficará revogada a Resolução nº 16, de 28 de março de 2007.

ANTONIO GUSTAVO RODRIGUES

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800052

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA

SECRETARIA EXECUTIVA

ATO COTEPE/PMPF Nº 23, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017

Preço médio ponderado ao consumidor final (PMPF) de combustíveis.

O Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do art. 5º do Regimento desse Conselho e considerando o disposto nos Convênios ICMS 138/06, de 15 de dezembro de 2006 e 110/07, de 28 de setembro de 2007, respectivamente, divulga que as unidades federadas indicadas na tabela a seguir adotarão, a partir de 16 de dezembro de 2017, o seguinte preço médio ponderado ao consumidor final (PMPF) para os combustíveis referidos nos convênios supra:

PREÇO MÉDIO PONDERADO AO CONSUMIDOR FINAL												
UF	GAC	GAP	DIESEL S10	ÓLEO DIESEL	GLP (P13)	GLP	QAV	AEHC	GNV	GNI	ÓLEO COMBUSTÍVEL	
	(R$/ litro)	(R$/ litro)	(R$/ litro)	(R$/ litro)	(R$/ kg)	(R$/ kg)	(R$/ litro)	(R$/ litro)	(R$/ m³)	(R$/ m³)	(R$/ litro)	(R$/ Kg)
AC	4,8265	4,8265	4,1780	4,1241	5,7355	5,7355	-	3,6636	-	-	-	-
*AL	4,1730	4,1730	3,3380	3,3630	-	5,0030	2,3200	3,2860	2,6460	-	-	-
AM	4,0751	4,0751	3,4260	3,3435	-	4,9353	-	3,3879	-	-	-	-
AP	3,7910	3,7910	4,2600	3,7160	5,6323	5,6323	-	3,6500	-	-	-	-
*BA	4,0550	4,2000	3,4200	3,2600	4,7800	4,8500	-	3,2010	2,4400	-	-	-
CE	3,8600	3,8600	3,1875	3,1450	4,0961	4,0961	-	3,1700	-	-	-	-
*DF	4,3260	5,8590	3,8020	3,6630	5,2539	5,2539	-	3,4170	3,2990	-	-	-
*ES	3,9803	4,9080	3,3657	3,2792	4,5321	4,5321	2,5835	3,3562	-	-	-	-
*GO	4,2295	6,0985	3,4690	3,3709	5,0915	5,0915	-	2,7944	-	-	-	-
*MA	3,6900	4,5610	3,2080	3,1560	-	4,9769	-	3,2180	-	-	-	-
MG	4,3045	5,4986	3,6051	3,4635	5,2062	5,2062	4,1900	3,0588	-	-	-	-
*MS	4,1106	5,4033	3,8357	3,7071	5,4383	5,4383	2,5590	3,1473	2,5627	-	-	-
MT	4,1036	5,5875	3,7359	3,6426	7,1070	7,1070	3,3065	2,4730	2,6641	2,2000	-	-
PA	3,9710	3,9710	3,3360	3,2390	3,8915	3,8915	-	3,4420	-	-	-	-
*PB	3,8771	6,5800	3,1907	3,0963	-	4,7548	2,3246	3,1312	2,7241	-	1,6900	1,6900
PE	4,1999	4,1999	3,1630	3,0800	4,2123	4,2123	-	2,9950	-	-	-	-
*PI	4,0197	4,0197	3,3836	3,2692	4,8881	4,8881	2,2772	3,2637	-	-	-	-
*PR	4,0100	4,9800	3,2000	3,1000	4,5500	4,5500	-	2,8400	-	-	-	-
*RJ	4,4760	4,9019	3,6390	3,4770	-	5,1805	2,4456	3,4100	2,4000	-	-	-
RN	4,0900	6,8900	3,4580	3,3285	4,7519	4,7519	-	3,2680	2,8305	-	1,6900	1,6900
*RO	4,0960	4,0960	3,4510	3,5410	-	5,5160	-	3,4510	-	-	2,9656	-
RR	4,0500	4,1100	3,4900	3,3900	5,6600	6,1600	3,1000	3,6700	-	-	-	-
RS	4,2594	5,5621	3,3594	3,2526	4,9767	6,2064	-	3,7232	2,6802	-	-	-
SC	3,9600	5,0900	3,1600	3,0400	4,8500	4,8500	-	3,1800	1,9500	-	-	-
SE	3,9889	4,1480	3,3830	3,2110	6,0700	6,0700	2,2950	3,1590	2,6960	-	-	-
*SP	3,9020	3,9020	3,4260	3,2900	4,8677	5,1482	-	2,7210	-	-	-	-
TO	4,1500	6,1900	3,1600	3,0800	6,1500	6,1500	3,7300	3,3500	-	-	-	-

* PMPF alterados pelo presente ATO COTEPE.

MANUEL DOS ANJOS MARQUES TEIXEIRA

ATO COTEPE/MVA Nº 23, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017

Altera as Tabelas I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X, XI, XII, XIII e XIV anexas ao ATO COTEPE/ICMS 42/13, que divulga as margens de valor agregado a que se refere à cláusula oitava do Convênio ICMS 110/07, que dispõe sobre o regime de substituição tributária nas operações com combustíveis e lubrificantes, derivados ou não de petróleo, e com outros produtos.

O Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso de suas atribuições e considerando o disposto na cláusula oitava do Convênio ICMS 110/07, de 28 de setembro de 2007, torna público que o Estado de São Paulo, a partir de 16 de dezembro de 2017, adotará as margens de valor agregado, a seguir indicadas nas Tabelas I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X, XI, XII, XIII e XIV do Ato COTEPE/ICMS 42/13, de 20 de setembro de 2013.

ANEXO I - OPERAÇÕES REALIZADAS PELAS DISTRIBUIDORAS E DEMAIS REMETENTES DE OUTRAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO
(Art. 1º, I, "a", 1 - regra geral)

UF	Gasolina Automotiva e Álcool Anidro		Gasolina Automotiva Premium e Álcool Anidro		Álcool Hidratado				Óleo Combustível		Gás Natural Veicular	
	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Interestaduais			Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais
						7%	12%	Originado de Importação 4%				
*SP	113,28%	183,43%	113,28%	183,43%	17,23%	26,05%	33,22%	22,11%	10,48%	34,73%	-	-

ANEXO II - OPERAÇÕES REALIZADAS POR PRODUTOR NACIONAL DE COMBUSTÍVEIS
(Art. 1º, I, "b", 1 - regra geral)

UF	Gasolina Automotiva Comum		Gasolina Automotiva Premium		Óleo Diesel		Óleo Diesel S10		GLP (P13)		GLP		Óleo Combustível		Gás Natural Veicular	
	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais
*SP	113,28%	183,43%	113,28%	183,43%	64,95%	86,99%	65,46%	87,57%	210,31%	252,63%	110,60%	139,19%	-	-	-	-

ANEXO III - OPERAÇÕES REALIZADAS POR IMPORTADORES DE COMBUSTÍVEIS
(Art. 1º, I, "c", 1 - regra geral)

UF	Gasolina Automotiva Comum		Gasolina Automotiva Premium		Óleo Diesel		Óleo Diesel S10		GLP (P13)		GLP		QAV		Álcool Hidratado	
	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais
*SP	113,28%	183,43%	113,28%	183,43%	64,95%	86,99%	65,46%	87,57%	210,31%	252,63%	110,60%	139,19%	40,76%	87,69%	17,23%	22,11%

ANEXO IV - OPERAÇÕES REALIZADAS PELAS DISTRIBUIDORAS E DEMAIS REMETENTES DE OUTRAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO
(Art. 1º, I, "a", 2 - CIDE não computada no preço pelo produtor nacional)

UF	Gasolina Automotiva Comum e Álcool Anidro		Gasolina Automotiva Premium e Álcool Anidro		Óleo Combustível	
	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais
*SP	125,22%	199,30%	125,22%	199,30%	18,73%	44,80%

ANEXO V - OPERAÇÕES REALIZADAS POR PRODUTOR NACIONAL DE COMBUSTÍVEIS
(Art. 1º, I, "b", 2 - CIDE não computada no preço pelo produtor nacional)

UF	Gasolina Automotiva Comum		Gasolina Automotiva Premium		Óleo Diesel		Óleo Diesel S10		GLP (P13)		GLP		Óleo Combustível	
	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais
*SP	125,22%	199,30%	125,22%	199,30%	69,38%	92,01%	69,74%	92,42%	210,31%	252,63%	110,60%	139,19%	-	-

ANEXO VI - OPERAÇÕES REALIZADAS PELAS DISTRIBUIDORAS E DEMAIS REMETENTES DE OUTRAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO
(Art. 1º, I, "a", 3 - PIS/PASEP e COFINS não computadas no preço pelo produtor nacional)

UF	Gasolina Automotiva Comum e Álcool Anidro		Gasolina Automotiva Premium e Álcool Anidro		Óleo Combustível	
	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais
*SP	267,86%	388,86%	267,86%	388,86%	19,11%	45,25%

ANEXO VII - OPERAÇÕES REALIZADAS POR PRODUTOR NACIONAL DE COMBUSTÍVEIS
(Art. 1º, I, "b", 3 - PIS/PASEP e COFINS não computadas no preço pelo produtor nacional)

UF	Gasolina Automotiva Comum		Gasolina Automotiva Premium		Óleo Diesel		Óleo Diesel S10		GLP (P13)		GLP		Óleo Combustível	
	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais
*SP	267,86%	388,86%	267,86%	388,86%	117,42%	146,47%	115,57%	144,38%	253,23%	252,63%	128,23%	159,22%	-	-

ANEXO VIII - OPERAÇÕES REALIZADAS PELAS DISTRIBUIDORAS E DEMAIS REMETENTES DE OUTRAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO
(Art. 1º, I, "a", 4 - PIS/PASEP, COFINS e CIDE não computadas no preço pelo produtor nacional)

UF	Gasolina Automotiva Comum e Álcool Anidro		Gasolina Automotiva Premium e Álcool Anidro		Óleo Combustível	
	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais
*SP	304,89%	438,07%	304,89%	438,07%	24,26%	51,54%

ANEXO IX - OPERAÇÕES REALIZADAS POR PRODUTOR NACIONAL DE COMBUSTÍVEIS
(Art. 1º, I, "b", 4 - PIS/PASEP, COFINS e CIDE não computadas no preço pelo produtor nacional)

UF	Gasolina Automotiva Comum		Gasolina Automotiva Premium		Óleo Diesel		Óleo Diesel S10		GLP (P13)		GLP		Óleo Combustível	
	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais
*SP	304,89%	438,07%	304,89%	438,07%	125,18%	155,27%	122,89%	152,67%	253,23%	252,63%	128,23%	159,22%	-	-

ANEXO X - OPERAÇÕES REALIZADAS POR IMPORTADOR DE COMBUSTÍVEIS
(Art. 1º, I, "c", 2 - exigibilidade suspensa ou sem pagamento de CIDE pelo importador)

UF	Gasolina Automotiva Comum		Gasolina Automotiva Premium		Óleo Diesel		Óleo Diesel S10		GLP (P13)		GLP		QAV		Álcool Hidratado	
	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais
*SP	125,22%	199,30%	125,22%	199,30%	69,38%	92,01%	69,74%	92,42%	210,31%	252,63%	110,60%	139,19%	47,69%	96,92%	17,23%	22,11%

ANEXO XI - OPERAÇÕES REALIZADAS POR IMPORTADOR DE COMBUSTÍVEIS
(Art. 1º, I, "c", 3 - exigibilidade suspensa ou sem pagamento de PIS/PASEP e COFINS pelo importador)

UF	Gasolina Automotiva Comum		Gasolina Automotiva Premium		Óleo Diesel		Óleo Diesel S10		GLP (P13)		GLP		QAV		Álcool Hidratado	
	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais
*SP	267,86%	388,86%	267,86%	388,86%	117,42%	146,47%	115,57%	144,38%	253,23%	252,63%	128,23%	159,22%	47,97%	97,29%	17,23%	22,11%

ANEXO XII - OPERAÇÕES REALIZADAS POR IMPORTADOR DE COMBUSTÍVEIS
(Art. 1º, I, "c", 4 - exigibilidade suspensa ou sem pagamento de PIS/PASEP, COFINS e CIDE pelo Importador)

UF	Gasolina Automotiva Comum		Gasolina Automotiva Premium		Óleo Diesel		Óleo Diesel S10		GLP (P13)		GLP		QAV		Álcool Hidratado	
	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais
*SP	304,89%	438,07%	304,89%	438,07%	125,18%	155,27%	122,89%	152,67%	253,23%	252,63%	128,23%	159,22%	55,25%	107,00%	17,23%	22,11%

ANEXO XIII - OPERAÇÕES REALIZADAS PELAS DISTRIBUIDORAS E DEMAIS REMETENTES DE OUTRAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO
(Art. 1º, I, "a", 5 - PIS/PASEP e COFINS não computadas no preço pela distribuidora de combustíveis)

UF	Álcool Hidratado			
	Internas	Interestaduais		
		7%	12%	Originado de Importação 4%
*SP	17,23%	-	33,22%	-

ANEXO XIV - OPERAÇÕES REALIZADAS POR DISTRIBUIDORAS DE COMBUSTÍVEIS, PRODUTOR NACIONAL DE LUBRIFICANTES, IMPORTADOR DE LUBRIFICANTES E DEMAIS REMETENTES DE OUTRAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO
(Art. 1º, II - lubrificantes)

UF	Lubrificantes Derivados de Petróleo		Lubrificantes Não Derivados de Petróleo			
	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais		
				7%	12%	Originado de Importação 4%
*SP	61,31%	96,72%	61,31%	-	73,12%	88,85%

MANUEL DOS ANJOS MARQUES TEIXEIRA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800054

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DESPACHO Nº 168, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017

Publica os Laudos de Análise Funcional - PAF - ECF.

O Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do art. 5º do Regimento desse Conselho e em conformidade com o disposto na cláusula décima do Convênio ICMS 15/08, de 4 de abril de 2008, comunica que as empresas desenvolvedoras de Programa Aplicativo Fiscal - PAF-ECF abaixo identificadas registraram nesta Secretaria Executiva os seguintes laudos de análise funcional, nos quais consta não conformidade, emitidos pelos órgãos técnicos credenciados pela Comissão Técnica Permanente do ICMS-COTEPE/ICMS, a seguir relacionados:

1. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PRS

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
PXS Serviços de Informatica Ltda	02.981.289/0001-00	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número:PRS0232017,nome: ps320, versão:3.9 , código MD-5: 42ebc58e9cf4695c5ec7af40739ad8c1 *PS320

MANUEL DOS ANJOS MARQUES TEIXEIRA

DESPACHO Nº 169, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017

Publica os Laudos de Análise Funcional - PAF - ECF.

O Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do art. 5º do Regimento desse Conselho e em conformidade com o disposto na cláusula décima do Convênio ICMS 15/08, de 4 de abril de 2008, comunica que as empresas desenvolvedoras de Programa Aplicativo Fiscal - PAF-ECF abaixo identificadas registraram nesta Secretaria Executiva os seguintes laudos de análise funcional, nos quais não consta não conformidade, emitidos pelos órgãos técnicos credenciados pela Comissão Técnica Permanente do ICMS-COTEPE/ICMS, a seguir relacionados:

1. Escola Politécnica de Minas Gerais - POLIMIG

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Sebastião de Oliveira Pessoa - Microinformática - ME	04.241.966/0001-71	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número:POL1202017,nome: Salc, versão: 12.17, código MD-5: 303686071E872255C4AF57639D465EB7 * SALC

MANUEL DOS ANJOS MARQUES TEIXEIRA.

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

SUBSECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO

COORDENAÇÃO-GERAL DE FISCALIZAÇÃO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 74, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017

Autoriza fornecimento de selos de controle para importação de cigarros ao estabelecimento da empresa JTI Processadora de Tabaco do Brasil Ltda., CNPJ nº 03.334.170/0001-09.

O COORDENADOR-GERAL DE FISCALIZAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 51, inciso I, da Instrução Normativa RFB nº 770, de 21 de agosto de 2007, e tendo em vista o que consta do Processo nº 13005.721912/2017-77, declara:

Art. 1º Fica o estabelecimento da empresa JTI Processadora de Tabaco do Brasil Ltda., CNPJ nº 03.334.170/0001-09, autorizado a importar cigarros de acordo com as especificações descritas abaixo.

1) País de Origem	Alemanha	
2) Marca Comercial	3) Preço de Venda a Varejo	4) Quantidade autorizada de vintenas
2.1) Winston BlueInternational	3.1) R$ 5,25/ vintena	4.1) 2.008.000
2.2) Winston Classic International	3.2) R$ 5,25/ vintena	4.2) 38.500
2.3) Winston Purple Mint	3.3) R$ 5,25/ vintena	4.3) 25.000
2.4) Camel Filters International Blend	3.4) R$ 6,25/ vintena	4.4) 88.500
5) Cigarro	King Size 84mm	
6) Embalagem	Box	
7) Valor Taxa Art. 13 Lei nº12.995/2014 - Cor dos Selos de Controle	R$ 0,01 / vintena - Selo Vermelho	
8) Unidade da RFB para recebimento dos selos de controle	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Santa Cruz do Sul/RS	

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FLÁVIO VILELA CAMPOS

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 1ª REGIÃO FISCAL

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASÍLIA-PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 261, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2017

O INSPETOR-CHEFE DA ALFÂNDEGA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASILIA - PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK, no uso de suas atribuições e de acordo com a competência conferida pelo art. 11, § 3º da Instrução Normativa SRF nº 338, de 7 de julho de 2003, atendendo ao que consta do processo nº 10111.721930/2017-53 e com fundamento no art. 131 combinado com o art. 124 do Regulamento Aduaneiro, aprovado pelo Decreto nº 6.759, de 05/02/2009, declara:

Face à dispensa do pagamento de tributos, por efeito de depreciação, e após a publicação do presente ato no Diário Oficial da União, acha-se liberado, para fins de transferência de propriedade o veículo marca VOLVO, modelo XC60 T5, ano 2014, cor branca, chassi YV1DZ40C7F2669995, desembaraçado por meio da Declaração de Importação nº 14/2208311-1, de 14/11/2014, pela Alfândega do Porto de Santos/SP, de Gao Yuansi, CPF nº 703.060.061-46, para Breno de Souza Oliveira, CPF nº 717.319.541-15.

Este Ato Declaratório somente produzirá efeitos perante o Departamento de Trânsito quando acompanhado de cópia da sua publicação no Diário Oficial da União.

ALEXANDRE MARTINS ANGOTI

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PALMAS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 28, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017

O AUDITOR-FISCAL RECEITA FEDERAL DO BRASIL, responsável pelo expediente da DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PALMAS, conforme portaria de delegação de competência de nº 64 de 23/11/2017, no uso das atribuições que lhe confere o § 3º do art. 810 do Decreto 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, alterado pelo Decreto nº 7.213, de 15 de junho de 2010, e no parágrafo único do art. 1º da IN RFB nº 1.209, de 07 de novembro de 2011, declara:

Art. 1º Incluído no Registro de Ajudante de Despachante Aduaneiro:

NOME	CPF/Nº REGISTRO	PROCESSO
TAINÁ RIBEIRO NEPOMUCENO	334.335.978-55	13117.720497/2017-25

Art. 2º O interessado relacionado no art. 1º deverá se inscrever no Registro Informatizado de Despachantes Aduaneiros e de Ajudantes de Despachante Aduaneiro, por meio do Sistema CAD-ADUANA, nos termos do art. 9º da Instrução Normativa RFB nº 1.273, de 6 de junho de 2012, e dos arts. 1º e 2º do Ato Declaratório Executivo Coana nº 16, de 8 de junho de 2012.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ALBERTO CARLOS DE JESUS CARNEIRO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 2ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RIO BRANCO

INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CRUZEIRO DO SUL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 6, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017

Autoriza entrada de aeronave no País e saída dele, conforme o art. 26 do Dec. n.º 6.759, de 5 de fevereiro de 2009.

A INSPETORA CHEFE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CRUZEIRO DO SUL/AC, no uso da competência estabelecida pelo § 3º do artigo 28 da Portaria RFB nº 3.518, de 30 de setembro de 2011, conforme o disposto no art. 26 do decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, tendo em vista a solicitação constante do processo administrativo nº 10232.720079/2014-22, autoriza:

Art. 1º A entrada no país, por uma única vez, no dia 18/12/2017, a saída por uma única vez no dia 19/12/2017, a entrada no país e a saída dele, por uma única vez, no dia 20/12/2017 de aeronave, tipo B1900D, matrículas OB-1875P ou OB-1985, Operadora Aero Transporte S/A, pelo Aeroporto Internacional de Cruzeiro do Sul, em caráter eventual e temporário, exclusivamente para que possam ocorrer as atividades e os controles aduaneiros referentes.

Art. 2º O Aeroporto fica sob jurisdição da Inspetoria da Receita Federal do Brasil em Cruzeiro do Sul/AC, que exercerá o controle aduaneiro no local.

Art. 3º Este ADE entra em vigor em 7 de Dezembro de 2017.

NEIDE SOARES DE SANTANA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800055

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 3ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM IMPERATRIZ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 7, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2017

O DELEGADO SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE IMPERATRIZ/MA, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 302, II, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e considerando o que consta no Termo de Informação Fiscal e demais documentos do Dossiê 10010.017751/0617-25, resolve:

Declarar, com fundamento no art. 3º da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, concedido o Registro Especial nº 0320200/0001, para a atividade de produtor de bebidas, ao estabelecimento da pessoa jurídica Indústria e Comércio de Bebidas Brasil Tropical Ltda, CNPJ 13.733.840/0002-96, localizada na Av. 1, n° 100, Quadra B, Distrito Industrial, Imperatriz/MA, CEP 65.903-971.

Este Ato Declaratório Executivo produzirá efeitos a partir da sua publicação no Diário Oficial da União.

FRANCISCO TIAGO BARROS CONDE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 8, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2017

O DELEGADO SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE IMPERATRIZ/MA, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 302, II, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e considerando o que consta no Termo de Informação Fiscal e demais documentos do Dossiê 10010.017751/0617-25, resolve:

Declarar, com fundamento no art. 3º da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, concedido o Registro Especial nº 0320200/0002, para a atividade de engarrafador de bebidas, ao estabelecimento da pessoa jurídica Indústria e Comércio de Bebidas Brasil Tropical Ltda, CNPJ 13.733.840/0002-96, localizada na Av. 1, n° 100, Quadra B, Distrito Industrial, Imperatriz/MA, CEP 65.903-971.

Este Ato Declaratório Executivo produzirá efeitos a partir da sua publicação no Diário Oficial da União.

FRANCISCO TIAGO BARROS CONDE

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 7ª REGIÃO FISCAL

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE VITÓRIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 24, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017

O INSPETOR-CHEFE DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DO PORTO DE VITÓRIA-ES NA 7ª REGIÃO FISCAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no § 3º do art. 810 do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, com a redação que lhe foi dada pelo art. 1º do Decreto nº 7.213, de 15 de junho de 2010, e nos termos do art. 12 e parágrafo único da Instrução Normativa RFB nº 1.209, de 7 de novembro de 2011, resolve:

Art. 1º Incluir no registro de Ajudante de Despachante Aduaneiro a seguinte inscrição:

NOME	CPF	PROCESSO
CLEMILSON DA SILVA LEITE	082.656.847-54	12466.720568/2017-17

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FABRÍCIO BETTO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NITERÓI

SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 63, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2017

Declara inapta a inscrição de SELLEF JPM COMÉCIO LTDA ME perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) e a inidoneidade dos documentos fiscais por ela emitidos.

O CHEFE DO SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere a delegação de competência consubstanciada no art. 1º da Portaria DRF/NIT nº 106, de 23 de setembro de 2017, publicada no D.O.U. de 26 de setembro de 2017, declara:

Art. 1º Inapta a inscrição nº 13.467.587/0001-95 no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica da empresa SELLEF JPM COMÉRCIO LTDA, por não ter sido localizada no endereço constante dos cadastros da Secretaria da Receita Federal do Brasil, tendo em vista o disposto no parágrafo 5º do artigo 81 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e no inciso II do artigo 40 da Instrução Normativa RFB nº 1.634/2016 conforme o constante do Processo Administrativo nº 15540.720.352/2017-00.

Art. 2º Inidôneos, não produzindo efeitos tributários, em favor de terceiro interessado, os documentos por ela emitidos a partir da publicação do presente ato, em virtude do contido no art. 47 da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

MARCIO BARBOSA BATISTA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 214, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2017

Suspende a imunidade tributária da pessoa jurídica que especifica.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições que lhe confere o inciso VI, do artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, tendo em vista o disposto no artigo 32 da Lei n° 9.430/96, de 27 de dezembro de 1996, artigos 12, 13 e 14 da Lei n° 9.532, de 10 de dezembro de 1997 2012 e, considerando o que consta do processo nº 12448.729563/2017-60, resolve:

Art. 1º - DECLARAR suspenso o gozo da imunidade tributária, relativamente ao ano-calendário de 2013 para a VIVA RIO CNPJ nº 00.343.941/0001-28, responsável como sucessora pelos atos de Viva Comunidade, CNPJ nº 04.856.049/0001-00.

Art. 2º - A interessada poderá, no prazo de 30 (trinta) dias da ciência, apresentar impugnação à Delegada da Receita Federal do Brasil de Julgamento no Rio de Janeiro, conforme previsto no Inciso, I, do § 6° do art 32 da Lei n° 9.430/96.

Art. 3º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MONICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 215, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2017

Declara Inapta a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ)

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no uso de suas atribuições, definidas no Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 512 de 2 de outubro de 2013 e publicada no Diário Oficial da União de 4 de outubro de 2013, com base na Lei nº 9.430/96, e na Lei nº 11.941/09, e nas disposições contidas na Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 6 de maio de 2016, que rege o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, resolve:

Art. 1º - TORNAR INAPTA a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica(CNPJ) da sociedade abaixo, conforme os artigos 40, inciso II, 41 parágrafo 2º e 42, inciso I e parágrafo 3º , da Instrução Normativa RFB nº 1.634/2016, em virtude da empresa não ter sido localizada em seu domicílio fiscal.

PROCESSO ADMINISTRATIVO	INSCRIÇÃO CNPJ	NOME EMPRESARIAL
12448.728536/2017-70	33.040.494/0001-97	CATEP CALDERARIA TECNICA PESADA LTDA - EPP

Art. 2º- Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo os efeitos constantes dos art. 45 e 47 da supracitada Instrução Normativa.

MONICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 216, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2017

Concede, à pessoa jurídica que menciona, habilitação para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI) de que trata a Instrução Normativa SRF nº 758/2007.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições regimentais definidas pelo artigo 302, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, publicada no D.O.U. de 17 de maio de 2012, tendo em vista o disposto no artigo 11, caput, da Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, publicada no D.O.U. de 27 de julho de 2007, com suas alterações posteriores e, considerando o que consta do processo nº 11707.720990/2017-11, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.488/2007 e regulamentado pelo Decreto nº 6.144/2007, consoante o disposto no artigo 11, da Instrução Normativa nº 758, de 25 de julho de 2007, publicada no D.O.U. de 27 de julho de 2007, com suas alterações posteriores, nos exatos termos da Portaria (SPDE) nº 235 de 07 de agosto de 2017, do Ministério de Minas e Energia, publicada no D.O.U. de 08 de agosto de 2017.

EMPRESA: MYRTOS GERAÇÃO DE ENERGIA S/A.

CNPJ nº 20.630.087/0001-98

CEI nº - não possui (art.19, II, "c" e art 26, I - ambos da IN RFB 971/2009)

NOME DO PROJETO: UTE TERMOIRAPÉ I

ATO AUTORIZATIVO: Portaria MME nº 549, de 28 de dezembro de 2015 (alterada pelo Despacho SCG/ ANEEL nº 629, de 07 de março de 2017), combinado com o Art. 4º, inciso I, da Portaria MME nº 274, de 19 de agosto de 2013.

SETOR DE INFRAESTRUTURA: Transmissão de Energia Elétrica.

PRAZO ESTIMADO DE EXECUÇÃO: de julho/2017 e a dezembro de 2019.

Art. 2º - Os benefícios do REIDI poderão ser usufruídos nas aquisições e importações realizadas no período de 05 (cinco) anos contados da data da habilitação da pessoa jurídica, titular do projeto de infraestrutura (Lei nº 11.488/2007, art. 5º c/c art. 4º, § único do Decreto nº 6.144/2007).

Art. 3º - A presente habilitação poderá ser cancelada "ex offício" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da beneficiária, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do regime.

Art. 4º - Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MONICA PAES BARRETO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO II

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 15, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2017

Declara suspensas as isenções previstas em legislações tributárias específicas da pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DO RIO DE JANEIRO II, no uso das atribuições regimentais que lhe confere o artigo 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, com fundamento nos §§ 3° e 4° do art. 32 da Lei n° 9.430, de 27 de dezembro de 1996, observado o que consta do processo administrativo nº 10872.720292/2017-41, declara:

Art. 1º- Suspensas as isenções previstas em legislações tributárias específicas, para o período compreendido entre 01/01/2013 e 31/12/2014, da pessoa jurídica CENTRO ADMINISTRADOR DE BENS RIO DE JANEIRO, CNPJ nº 01.070.787/0001-20, pelas razões expendidas naquele processo.

Art. 2°- Poderá o contribuinte, dentro do prazo de 30 (trinta) dias da ciência deste Ato Declaratório Executivo, manifestar sua inconformidade, por escrito, assegurados o contraditório e a ampla defesa, nos termos do artigo 32, parágrafo 6°, da Lei nº 9.430/96, relativamente ao procedimento acima, à Delegacia da Receita Federal de Julgamento no Rio de Janeiro.

Art. 3°- Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ALFREDO LUIZ VALLE DO NASCIMENTO

PORTARIA Nº 2, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2017

Exclusão do Refis

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO II, com delegação de competência constante na Resolução do Comitê Gestor do REFIS nº 37, de 31 de agosto de 2011, por sua vez constituído pela Portaria Interministerial MF/MPAS nº 21, de 31 de janeiro de 2000, no uso da competência estabelecida no § 1º do art. 1º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, e no inciso IV do art. 2º do Decreto nº 3.431, de 24 de abril de 2000, tendo em vista o disposto no inciso XIV do art. 79 da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, resolve:

Art.1º Excluir do Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, por estarem configuradas as hipóteses de exclusão previstas nos incisos I e XI, do art. 5°, c/c inciso III do art. 3° da Lei 9.964/2000, a pessoa jurídica CINEMAS RIVER LTDA, CNPJ 33.836.990/0001-51, com efeitos a partir de 10/2014 (inciso II, § 2º, art. 15, do Decreto nº 3.431/2000), conforme o despacho decisório exarado no processo administrativo n° 18470.724381/2015-30.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALFREDO LUIZ VALLE DO NASCIMENTO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800056

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 144, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017

Declara habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro) a pessoa jurídica que menciona.

O INSPETOR-CHEFE ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO, no uso da competência prevista no art. 9º da Instrução Normativa RFB nº 1.415, de 4 de dezembro de 2013, declara:

Art. 1º Fica habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro), em razão de o dossiê digital de atendimento nº 10010.036602/0917-53, com fulcro nos artigos 4º, parágrafo único, inciso II, alínea "b", 6º, 7º, 8º, caput, e 9º, § 1º, inciso II, todos da IN RFB nº 1.415/2013, a pessoa jurídica subcontratada para prestação de serviços STARNAV SERVIÇOS MARÍTIMOS LTDA., CNPJ (matriz) nº 09.078.935/0001-65, extensivo a todas as suas filiais, até 31/12/2020, devendo ser observado o disposto na citada Instrução Normativa, em especial nos seus arts. 1º a 3º.

Art. 2º A operadora contratante, indicadora da pessoa jurídica habilitada, é STATOIL BRASIL ÓLEO E GÁS LTDA., CNPJ (matriz) nº 04.028.583/0001-10.

Art. 3º No caso de descumprimento do regime aplica-se o disposto no art. 311 do Decreto nº 6.759/09, e a multa prevista no art. 72, inciso I, da Lei nº 10.833/03, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis.

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

RUY AFONSO LOPES SALDANHA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 8ª REGIÃO FISCAL

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE SÃO PAULO/GUARULHOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 27, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2017

Autoriza o AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONGONHAS / SÃO PAULO, em caráter excepcional, a realizar a operação que especifica no dia 05/12/2017.

O INSPETOR-CHEFE DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE SÃO PAULO/GUARULHOS (SP), no uso da competência estabelecida pelo §3º do art. 28 da Portaria RFB nº 3.518, de 30 de setembro de 2011, com a redação dada pela Portaria RFB nº 113, de 31 de janeiro de 2013, e conforme Ato Declaratório Executivo SRRF08 nº 24, de 23 de abril de 2013, declara:

Art.1º Fica o AEROPORTO DE CONGONHAS/SÃO PAULO, situado no município de São Paulo - SP, autorizado a realizar, em caráter excepcional, a operação de desembarque, no dia 05 de dezembro de 2017, prevista no inciso I e caput do retro referido art. 28 relativamente à aeronave VC-2 (BEM-190) FAB 2591, procedente de Buenos Aires - Argentina.

Art.2º Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeito no dia 05 de dezembro de 2017.

ANDRÉ LUIZ GONÇALVES MARTINS

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MARÍLIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 21, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017

Declara "inapta" a inscrição no CNPJ da pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO-ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MARÍLIA - SÃO PAULO, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 302, 303, 307 e 314, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no § 2º do artigo 42 da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 6 de maio de 2016, publicada no DOU de 9 de maio de 2016, declara:

Art. 1.º Inapta a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) nº 03.403.776/0001-40, da empresa REVISE INTERMEDIAÇÕES E PARTICIPAÇÕES EIRELI - ME, com fundamento no inciso II do artigo 40 e inciso I do artigo 42 da Instrução Normativa RFB nº 1.634/2016, com efeitos a partir de 23/10/2017, face aos elementos de prova juntados ao processo administrativo nº 13830.722417/2017-52;

Art. 2º A pessoa jurídica declarada inapta por este Ato Declaratório será incluída no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Federais (CADIN) de acordo com o que determina a alínea "b", do inciso II, do art. 2º, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002;

Art. 3º São declarados inidôneos os documentos emitidos, a partir da publicação deste Ato Declaratório no Diário Oficial da União, pela pessoa jurídica referida no art. 1º e,

Art. 4º Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

SÉRGIO CANEVARI

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO E ANÁLISE TRIBUTÁRIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 39, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017

Cancela inscrição no registro especial para operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos.

O CHEFE DO SEORT DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS/SP, no uso da competência estabelecida nos incisos II e VII do artigo 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e conforme delegação de competência prevista no inciso VIII do artigo 6º da Portaria DRF/SJC nº 75, de 12 de maio de 2011, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009, e na Instrução Normativa RFB nº 976, de 7 de dezembro de 2009, resolve:

Art. 1ºCancelar as inscrições no registro especial de que trata o art. 1º da Lei nº 11.945, de 2009, dos estabelecimentos relacionados no Anexo Único a este Ato Declaratório Executivo, em razão da baixa de seus respectivos CNPJ.

Art. 2ºEste Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

DALMAY MORETO WOLLMANN

ANEXO ÚNICO

RAZÃO SOCIAL	CNPJ	REGISTRO	ADE
AHLSTROM BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE PAPEIS ESPECIAIS LTDA	00.767.144/0004-10	FP-08120/00082	0028/2011
AHLSTROM BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE PAPEIS ESPECIAIS LTDA	00.767.144/0004-10	IP-08120/00083	0028/2011
JORNAL E EDITORA NEW TIMES DE JACAREI LTDA ME	04.738.940/0001-33	UP-08120/00091	0036/2011
JORNAL E EDITORA NEW TIMES DE JACAREI LTDA ME	04.738.940/0001-33	GP-08120/00092	0036/2011
IRMAOS SANDRIN PUBLICIDADE LTDA - ME	11.302.963/0001-66	UP-08120/00075	0073/2010

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SOROCABA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 94, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017

Cancela o Registro Especial para realizar operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SOROCABA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 2º da Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009, bem como o art. 7º da Instrução Normativa RFB nº 976, de 7 de dezembro de 2009, e considerando o que consta no processo nº 13876.720819/2017-96, declara:

Art. 1º CANCELADA a inscrição no Registro Especial sob nº UP 08110/00162, Tipo USUÁRIO, concedida para ASSOCIAÇÃO SÃO PAULO DA BOA IMPRENSA, CNPJ nº 50.233.915/0001-15, através do ADE 127/2010 publicado em 21/06/2010, para realizar operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos (Papel Imune), em razão da hipótese de cancelamento expressa no inciso III, do artigo 7º, da IN RFB nº 976/2009.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data da sua publicação.

FRANCISCO JOSÉ BRANCO PESSOA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 95, DE 7 DEZEMBRO DE 2017

Cancela o Registro Especial para realizar operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SOROCABA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 2º da Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009, bem como o art. 7º da Instrução Normativa RFB nº 976, de 7 de dezembro de 2009, e considerando o que consta no dossiê nº 10100.009005/1117-99, declara:

Art. 1º CANCELADA a inscrição no Registro Especial sob nº GP 08110/00163, concedida para GRAFICA BOITUVA LIMITADA - EPP, CNPJ nº 57.431.124/0001-49, através do ADE 128/2010 publicado em 21/06/2010, para realizar operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos (Papel Imune), em razão da hipótese de cancelamento expressa no inciso III, do artigo 7º, da IN RFB nº 976/2009.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data da sua publicação.

FRANCISCO JOSÉ BRANCO PESSOA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 96, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017

Cancela o Registro Especial para realizar operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SOROCABA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 2º da Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009, bem como o art. 7º da Instrução Normativa RFB nº 976, de 7 de dezembro de 2009, e considerando o que consta no dossiê memorial nº 10010.004770/1217-94, declara:

Art. 1º CANCELADO o Registro Especial para realizar operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos (Papel Imune), dos seguintes registros e estabelecimentos, por estarem com a situação cadastral "BAIXADA" perante o CNPJ, preenchendo a hipótese de cancelamento expressa no inciso II, do artigo 7º, da IN RFB nº 976/2009:

Registro	CNPJ	Razão Social	Data da Baixa
GP-08110/00172	01.142.640/0002-80	IPANEMA SISTEMA GRÁFICO E EDITORA LTDA	18/06/2012
UP-08110/00173	01.142.640/0002-80	IPANEMA SISTEMA GRÁFICO E EDITORA LTDA	18/06/2012
IP-08110/00174	01.142.640/0002-80	IPANEMA SISTEMA GRÁFICO E EDITORA LTDA	18/06/2012
UP-08110/00166	06.965.831/0001-84	ABDA EDITORA LTDA - ME	14/03/2012
UP-08110/00131	07.602.781/0005-67	DIÁRIO DE SÃO PAULO COMUNICAÇÕES LTDA	26/08/2013
UP-08110/00152	10.410.042/0001-54	JORNAL E GRÁFICA AGN LTDA - ME	16/02/2016
GP-08110/00153	10.410.042/0001-54	JORNAL E GRÁFICA AGN LTDA - ME	16/02/2016
FP-08110/00157	45.943.370/0001-09	FEDRIGONI BRASIL PAPEIS LTDA.	03/02/2016

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data da sua publicação.

FRANCISCO JOSÉ BRANCO PESSOA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800057

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 245, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017

Concede Regime Especial de Suspensão da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes sobre as receitas de vendas de matérias-primas (MP), produtos intermediários (PI) e materiais de embalagem (ME), adquiridos por pessoa jurídica preponderantemente exportadora.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 226 e 305 (dada a delegação prevista pelo artigo 303), do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203/2012, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa RFB nº 595, de 27 de dezembro de 2005 (e alterações) e o constante do processo administrativo nº 18186.729516/2017-21, resolve:

Art. 1º Conceder à pessoa jurídica a seguir identificada e a seus estabelecimentos o Regime Especial de que trata a Instrução Normativa RFB nº 595, de 27 de dezembro de 2005, e alterações posteriores.

Nome empresarial: Perdue Comercial, Importadora e Exportadota Ltda

Nº Inscrição no CNPJ : 26.456.135/0001-50

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de publicação.

GUILHERME BIBIANI NETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 246, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017

Concede Co-habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infraestrutura da Indústria Petrolífera nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste (REPENEC)

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 226 e 305, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203/2012, tendo em vista o disposto na Lei n° 12.249, de 11 de junho de 2010 (arts. 1° a 5°), no Decreto n° 7.320, de 28 de setembro de 2010 (art. 2º a 6º), e na Instrução Normativa RFB n° 1.074, de 1° de dezembro de 2010 (art. 2º a 4º) e o constante no processo administrativo nº 13811.723904/2011-75:

Art. 1º Reconhecer à pessoa jurídica a seguir identificada a Habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura da Indústria Petrolífera nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste (REPENEC), nos termos do art. 2º a 6º, do Decreto n° 7.320, de 28 de setembro de 2010, e art. 4º, § 1º, da IN RFB nº 1.074, de 01 de outubro de 2010, e alterações posteriores:

Nome empresarial: Enfil S/A Controle Ambiental

Nº Inscrição no CNPJ: 00.286.550/0001-19

Nº Portaria de Aprovação do projeto: Portaria Ministério das Minas e Energia nº 318, de 19 de maio de 2011 (DOU: 23/05/2011)

Nome do projeto: Refinaria Abreu e Lima

Setor de infraestrutura favorecido: refino de petróleo

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de publicação.

GUILHERME BIBIANI NETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 247, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2017

Indeferir Requerimento de Habilitação Definitiva de pessoa jurídica ao Programa Mais Leite Saudável, instituído pela Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015, com base no art. 9º-A da Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004, incluído pela Lei nº 13.137/2015.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO, no uso da atribuição que lhe conferem os artigos 226 e 305, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203/2012, tendo em vista o disposto no Decreto n° 8.533, de 30 de setembro de 2015, na Instrução Normativa RFB nº 1.590, de 5 de novembro de 2015, e o constante do processo administrativo/dossiê nº 10010.018156/0917-03, resolve:

Art. 1º Indeferir à pessoa jurídica a seguir identificada a Habilitação Definitiva ao Programa Mais Leite Saudável, de que trata o art. 1° e 2º do Decreto n° 8.533, de 30 de setembro de 2015, e os artigos 1° ao 3° e 19, § 6º, da Instrução Normativa RFB nº 1.590, de 25 de julho de 2007:

Nome empresarial: Gvinah Indústria e Comércio de Alimentos e Panificação Ltda

Nº Inscrição no CNPJ: 01.585.358/0001-96

Período de Vigência do Projeto: 01/01/2016 a 31/12/2016

Art. 2º Fica sem efeito, retroativamente à data de sua concessão, a habilitação provisória da empresa acima identificada, conforme o caput do art. 19 da IN RFB nº 1.590/2015.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de publicação.

GUILHERME BIBIANI NETO

PORTARIA Nº 302, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017

Reinclui pessoa jurídica no REFIS.

A DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA/SP, tendo em vista a competência delegada pela Resolução do Comitê Gestor do REFIS nº 37, de 31 de agosto de 2011, por sua vez constituído pela Portaria Interministerial MF/MPAS nº 21, de 31 de janeiro de 2000, no uso da competência estabelecida no § 1º do art. 1º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, e no inciso IV do art. 2º do Decreto nº 3.431, de 24 de abril de 2000, tendo em vista o disposto no inciso XIV do art. 79 da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, resolve:

Art. 1º Tornar insubsistente a exclusão da pessoa jurídica relacionada no quadro abaixo, conforme despacho exarado no processo administrativo a seguir indicado:

CNPJ	NOME EMPRESARIAL	PROCESSO	PORTARIA DE EXCLUSÃO
62.795.158/0001-52	ESQUEMA IMÓVEIS, ADMINISTRAÇÃO E COMÉRCIO EIRELI	16152.720181/2017-47	244/2017

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GUILHERME BIBIANI NETO
Delegado

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 9ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 282, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017

Declara a nulidade de inscrição perante o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF, por fraude na inscrição.

O DELEGADO ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 224 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14/05/2012 e com fundamentos nos artigos 17, 18 e 19 da Instrução Normativa RFB nº 1.548, de 13 de fevereiro de 2015, declara:

I - Nula a inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF nº 969.003.269-00, emitida em nome de LEANDRO JOSE COSTA, por fraude na inscrição, considerando o constante no processo nº 11516.724900/2017-17.

ARI SILVIO DE SOUZA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MARINGÁ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 52, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2017

Declara inaptidão de empresa perante o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas e inidoneidade dos documentos fiscais por ela emitidos.

O DELEGADO-ADJUNTO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MARINGÁ/PR, no uso da atribuição que lhe confere o art. 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, (DOU de 17/05/2012), resolve:

Art. 1º Declarar INAPTA a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) da empresa SEAGE - TERRAPLENAGEM E MECANIZAÇÃO LTDA. - ME, CNPJ nº 85.068.021/0001-00, com fundamento no art. 81, § 5º da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996 c/c os arts. 40, II e 42, II, § 2º da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016, por sua não localização no endereço constante nos cadastros da RFB, e tudo o mais que consta no processo administrativo nº 10950.725992/2017-52;

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MILTON VIDOTTI MARTINEZ

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 10ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTO ÂNGELO

INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM TRÊS PASSOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 1, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2017

Declara o cancelamento das CERTIDÕES POSITIVAS COM EFEITO DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

O INSPETOR-CHEFE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM TRES PASSOS-RS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e, tendo em vista o disposto no art. 15 da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1751, DOU de 03/10/2014 e considerando o dossiê nº 10090.000519/1117-45, declara:

Art. 1º - Cancelada, por liberação indevida, a Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Divida Ativa da União com código de controle 13D7.C014.486A.668D, liberada e emitida em 10/11/2017, com validade até 09/05/2018, da contribuinte MOSELI RACHELLE, CPF 816.106.960-34, por existir débito vencido na emissão da Certidão e, cancelada a sua liberação em 01/12/2017.

Art. 2º - Cancelada, por liberação indevida, a Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Divida Ativa da União com código de controle EADB.6CB7.CAFD.2BB0, liberada em 10/11/2017 e emitida em 20/11/2017, com validade até 19/05/2018, da contribuinte MOSELI RACHELLE, CPF 816.106.960-34, por existir débito vencido na emissão da Certidão e, cancelada a sua liberação em 01/12/2017.

Art. 3º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

PAULO WINK

INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PORTO ALEGRE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 11, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2017

Inscrição no Registro de Ajudante de Despachante Aduaneiro.

O INSPETOR-CHEFE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PORTO ALEGRE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 224 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto na IN/RFB nº1.209, de 07 de novembro de 2011 e no artigo 810 do Decreto nº 6759, de 05 de fevereiro de 2009, com nova redação dada pelo artigo 1º do Decreto nº 7.213, de 15 de junho de 2010, resolve:

Art. 1º INCLUIR no Registro de Ajudantes de Despachante Aduaneiro:

CPF	NOME	PROCESSO
431.129.510-34	LISIANE GUEDES VIAL	10494.720902/2017-61

Art. 2º A Ajudante de Despachante Aduaneiro deverá incluir seus dados cadastrais, mediante utilização de certificado digital, no Cadastro Aduaneiro Informatizado de Intervenientes no Comércio Exterior- sistema CAD-ADUANA, para fins de sua efetivação no Registro Informatizado de Ajudantes de Despachante Aduaneiro, de acordo com a IN RFB nº 1.273, de 06 de junho de 2012 e ADE COANA nº 27, de 17 de setembro de 2013.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

GASTÃO FIGUEIRA TONDING

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800058

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL
SUBSECRETARIA DA DÍVIDA PÚBLICA

PORTARIA Nº 1.027, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2017

O SUBSECRETÁRIO DA DÍVIDA PÚBLICA, DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, no uso da competência que lhe confere a Portaria STN nº 143, de 12 de março de 2004, tendo em vista o disposto na Portaria MF nº 183, de 31 de julho de 2003, e em conformidade com o disposto no Decreto nº 578, de 24 de junho de 1992, na Medida Provisória nº 2.183-56, de 24 de agosto de 2001, na Portaria nº 652 MEFP/MARA, de 1º de outubro de 1992, e na Instrução Normativa Conjunta INCRA/STN nº 01, de 07 de julho de 1995, resolve:

Art. 1º Autorizar a emissão de Títulos da Dívida Agrária - TDA, na forma escritural, no valor atualizado de R$ 9.994.540,42 (nove milhões, novecentos e noventa e quatro mil, quinhentos e quarenta reais e quarenta e dois centavos), relacionados nas Solicitações de Lançamento/INCRA nºs 40/17 a 50/17, com as seguintes características:

Data de Emissão	VNA na data de emissão (R$)	Prazo de Vencimento	Taxa de Juros	Quantidade	Financeiro na data de emissão (R$)	Financeiro em 06/12/2017 (R$)
01/05/2010	91,87	5 anos	6% a.a.	3.034	278.733,58	388.898,12
01/11/2010	92,24	15 anos	3% a.a.	11.119	1.025.616,56	1.330.388,08
01/07/2014	94,14	15 anos	3% a.a.	2.036	191.669,04	221.473,00
01/06/2015	94,99	5 anos	2% a.a.	31.701	3.011.277,99	3.284.699,08
01/12/2015	96,01	15 anos	3% a.a.	27.690	2.658.516,90	2.895.938,70
01/03/2016	96,43	15 anos	3% a.a.	6.746	650.516,78	700.504,64
01/04/2016	96,63	15 anos	3% a.a.	11.320	1.093.851,60	1.172.638,80
TOTAL				93.646	R$ 8.910.182,45	R$ 9.994.540,42

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ FRANCO MEDEIROS DE MORAIS

PORTARIA Nº 1.043, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2017

O SUBSECRETÁRIO DA DÍVIDA PÚBLICA, DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, no uso da competência que lhe confere a Portaria STN nº 143, de 12 de março de 2004, tendo em vista o disposto na Portaria MF nº 183, de 31 de julho de 2003, e em conformidade com o art. 7º da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, e com o Decreto nº 3.859, de 4 de julho de 2001, resolve:

Art. 1º Autorizar a emissão de 70.835.319 (setenta milhões, oitocentos e trinta e cinco mil, trezentos e dezenove) Certificados Financeiros do Tesouro, Série E, Sub-série 1 - CFT-E1, no valor de R$ 251.379.884,21 (duzentos e cinquenta e um milhões, trezentos e setenta e nove mil, oitocentos e oitenta e quatro reais e vinte e um centavos), a serem colocados em favor do Fundo de Financiamento Estudantil - Fies, observadas as seguintes condições:

I - Código do ativo, agente de custódia, data de emissão, data de vencimento, quantidade e valor:

TÍTULO	AGENTE DE CUSTÓDIA	DATA DE EMISSÃO	DATA DE VENCIMENTO	QUANTIDADE	VALOR EM R$
HCFTEE0146	BANCO DO BRASIL	01/01/2016	01/01/2046	65.199.601	231.379.887,63
HCFTEE0146	CAIXA	01/01/2016	01/01/2046	5.635.718	19.999.996,58
TOTAL				70.835.319	251.379.884,21

II - data-base: 1º de julho de 2000;
III - forma de colocação: direta, em favor do interessado;
IV - modalidade: nominativa;
V - valor nominal na data-base: R$ 1,00;
VI - valor nominal em 1º de dezembro de 2017: R$ 3,548793;
VII - taxa de juros: não há;
VIII - atualização do valor nominal: mensalmente, pela variação do Índice Geral de Preços - Mercado - IGP-M do mês anterior, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV;
IX - resgate do principal: em parcela única, na data do seu vencimento, sem prejuízo de resgate antecipado.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ FRANCO MEDEIROS DE MORAIS

Há 207 anos,
nascia o jornalismo brasileiro.
Nascia a Gazeta do Rio de Janeiro,
jornal impresso nos prelos
da Impressão Régia,
hoje Imprensa Nacional.



Informações Oficiais
www.in.gov.br

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS

PORTARIA Nº 559, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS, no uso de suas atribuições legais e considerando o que lhe autoriza a Resolução nº 203, 10 de dezembro de 2012, do Conselho de Administração da SUFRAMA, em seu Art. 12, na forma do Inciso II e § 3º, e os termos do Parecer Técnico de Projeto nº 55/2017-SPR/CGPRI, da Superintendência Adjunta de Projetos da SUFRAMA, resolve:

Art. 1º APROVAR o projeto industrial de DIVERSIFICAÇÃO da empresa WERK DO BRASIL INDÚSTRIA ELETRO-ELETRÔNICA S/A, CNPJ: 13.632.884/0001-49, Inscrição Suframa: 20.1592.01-0, na Zona Franca de Manaus, na forma do Parecer Técnico de Projeto nº 55/2017-SPR/CGPRI, para produção de RELÓGIO DE PULSO - (Cód. Suframa 0202), recebendo os incentivos previstos nos Artigos 7º e 9º do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, alterado pela Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991, e legislações posteriores

Art. 2º DEFINIR que a redução da alíquota do Imposto de Importação (II) relativo às matérias-primas, materiais secundários e de embalagem, componentes e outros insumos de origem estrangeira, utilizados na fabricação do produto constante no Art. 1º desta Portaria, será de 88% (oitenta e oito por cento), conforme parágrafo 4º, do Art. 7º, do Decreto-Lei nº 288/67, com redação dada pela Lei n.º 8.387/91.

Art. 3º FIXAR os limites de importação de insumos para fabricação do produto constante no Art. 1º desta Portaria, os quais deverão ser remanejados do produto Câmera de Televisão para uso em Circuito Fechado de TV (Cód. Suframa 0776) - aprovado pela Resolução CAS nº 206/2016 - na forma do § 3º, do Art. 12, da Resolução nº 203/12-CAS, em:

Discriminação	Valor em US$ 1.00		
	1º ANO	2º ANO	3º ANO
RELÓGIO DE PULSO	1,009,640	1,211,568	1,453,881

Art. 4º DETERMINAR sob pena de suspensão ou cancelamento dos incentivos concedidos, sem prejuízo da aplicação de outras cominações legais cabíveis:

I - o cumprimento, quando da fabricação do produto a que se refere o Art. 1º desta Portaria, do Processo Produtivo Básico definido no Decreto nº 783, Anexo III, de 25 de março de 1993;

II - o atendimento das exigências da Política Nacional do Meio ambiente, conforme disciplina a Legislação no âmbito Federal, Estadual e Municipal;

III- a manutenção de cadastro atualizado na SUFRAMA, de acordo com as normas em vigor; e

IV - o cumprimento das exigências contidas na Resolução nº 203, de 10 de dezembro de 2012, bem como as demais Resoluções, Portarias e Normas Técnicas em vigor.

Art. 5º Revogar os termos da Portaria nº 551/2017 publicada no Boletim de Serviço de 21/11/2017.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

APPIO DA SILVA TOLENTINO

PORTARIA Nº 566, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS, no uso de suas atribuições legais e considerando o que lhe autoriza o Art. 12, Inciso I, da Resolução nº 203, de 10 de dezembro de 2012, do Conselho de Administração da SUFRAMA e os termos do Parecer Técnico de Análise nº 14/2017-SPR/CGPRI, resolve:

Art. 1° APROVAR o projeto técnico-econômico simplificado de IMPLANTAÇÃO da empresa AAVA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE COLCHÕES LTDA. - EPP; CNPJ: 27.521.198/0001-05, na Zona Franca de Manaus, na forma do Parecer Técnico de Análise Nº 14/2017-SPR/CGPRI para a fabricação de COLCHÃO DE ESPUMA (código SUFRAMA 1354) e COLCHÃO DE ESPUMA E DE MOLA COMBINADOS (código SUFRAMA 1395), concedendo-lhe o usufruto do benefício fiscal previsto no Art. 9º do Decreto-lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, e legislação posterior aplicável.

Art. 2º - DETERMINAR, sob pena de suspensão ou cancelamento do projeto, sem prejuízo da aplicação de outras cominações legais cabíveis:

I - o cumprimento, quando da fabricação dos produtos a que se refere o Art. 1º desta Portaria, do Processo Produtivo Básico definido na Portaria Interministerial nº 408 - MDIC/MCT, de 03 de setembro de 2003;

II- o atendimento das exigências da Política Nacional do Meio Ambiente, conforme disciplina a Legislação no âmbito Federal, Estadual e Municipal;

III - a manutenção do cadastro atualizado na SUFRAMA, de acordo com as normas em vigor;

IV - o cumprimento das exigências contidas na Resolução nº 203, de 10 de dezembro de 2012, bem como das demais Resoluções, Portarias e Normas Técnicas em vigor.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

APPIO DA SILVA TOLENTINO

PORTARIA Nº 583, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2017

Penalidade de suspensão dos incentivos fiscais pela não aplicação de investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento - P&D.

O SUPERINTENDENTE DA ZONA FRANCA DE MANAUS, no uso das atribuições que lhe confere o art. 20 do Decreto nº 7.139, de 29 de março de 2010, e, em conformidade com o que disciplina o art. 16 da Resolução CAS nº 301 de 16 de dezembro de 2010 combinado com art. 24 da Resolução CAS nº 71 de 06 de maio de 2016;

CONSIDERANDO o que consta nos Processo nº 52710.000690/2017-41, os termos da Parecer Técnico nº 278/2017 - COART/CGTEC/SAP e a constatação de inadimplência referente aos investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento na Amazônia, como contrapartida do usufruto dos incentivos fiscais previstos no art. 7º da Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, que deveriam ter sido realizados pela empresa U. S. COMERCIAL DA AMAZÔNIA INDÚSTRIA E COM. DE SUPRIMENTO DE INFORMÁTICA LTDA., detentora de obrigações de aplicação de P&D dos anos-base 2014, 2015 e 2016;

CONSIDERANDO esgotado o prazo estabelecido pelo art. 24 da Resolução CAS nº 71, de 2010, o não atendimento do edital de convocação de 18/09/2017, de modo a não se pronunciar sobre a regularização referente aos investimentos em atividades de P&D; resolve:

Art. 1º Suspender, por 90 dias, com base § 4º do art. 27 da Resolução SUFRAMA nº 71, de 6 de maio de 2016, os incentivos fiscais concedidos à linha do produto de informática, abaixo listado, da empresa U. S. COMERCIAL DA AMAZÔNIA INDÚSTRIA E COM. DE SUPRIMENTO DE INFORMÁTICA LTDA., beneficiária do incentivo previsto 7º da Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, que deixou de realizar investimentos em P&D conforme dispõe o art. 9º da Portaria Interministerial nº 269 de 30 de agosto de 2013.

Descrição do Produto Código Suframa	Descrição do Produto NCM	Documento Aprobatório
0375	TONALIZADOR	Resolução nº 205 DE 28/11/2013

Art. 2º A suspensão vigorará até que sejam adimplidas as obrigações, hipótese em que se dará a reabilitação, ou, caso contrário, expire-se o prazo estabelecido, quando serão cancelados os benefícios por meio de Resolução do Conselho de Administração da SUFRAMA - CAS, em conformidade com o estabelecido pelo art. 24 da Resolução CAS nº 71 de 06 de maio de 2016.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

APPIO DA SILVA TOLENTINO

PORTARIA Nº 586, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS, no uso de suas atribuições legais e considerando o que lhe autoriza a Resolução nº 203, de 10 de dezembro de 2012, do Conselho de Administração da SUFRAMA, no inciso III do Art. 12, e os termos da Parecer Técnico do Projeto nº 64/2017 - SPR/CGPRI, da Superintendência Adjunta de Projetos da SUFRAMA, resolve:

Art. 1º APROVAR o projeto industrial de DIVERSIFICAÇÃO da empresa COMETAIS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE METAIS LTDA.(Filial) (CNPJ: 02.896.727/0003-96 e Inscrição SUFRAMA: 30.0187.01-7), na Zona Franca de Manaus, na forma do Parecer Técnico de Projeto nº 64/2017 - SPR/CGPRI, para produção de PÓ DE ALUMÍNIO (Código SUFRAMA nº 2166), para o gozo do incentivo previsto no Art. 9º do Decreto Lei Nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, alterado pela Lei nº 8387, de 30 de dezembro de 1991.

Art. 2º ESTABELECER para o produto constante do Art. 1° desta Portaria, os seguintes limites anuais de importação de insumos:

Discriminação	Valor em US$ 1.00		
	1º ANO	2º ANO	3º ANO
PÓ DE ALUMÍNIO	4,266,540	5,119,848	7,110,900

Art. 3º DETERMINAR sob pena de suspensão ou cancelamento dos incentivos concedidos, sem prejuízo da aplicação de outras cominações legais cabíveis:

I- o cumprimento, quando da fabricação dos produtos constantes do Art. 1º desta Portaria, do Processo Produtivo Básico definido pela Portaria Interministerial nº 14 - MDIC/MCTIC, de 8 de fevereiro de 2017;

II- o atendimento das exigências da Política Nacional do Meio ambiente, conforme disciplina a Legislação no âmbito Federal, Estadual e Municipal;

III- a manutenção de cadastro atualizado na SUFRAMA, de acordo com as normas em vigor; e

IV- o cumprimento das exigências contidas na Resolução nº 203, de 10 de dezembro de 2012, bem como as demais Resoluções, Portarias e Normas Técnicas em vigor.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

APPIO DA SILVA TOLENTINO

Ministério da Integração Nacional

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 636, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017

Autoriza empenho e transferência de recursos ao Município de Dom Basílio/BA, para ações de Defesa Civil.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei n. 12.340, de 1º de dezembro de 2010, Lei n. 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1º Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de Dom Basílio/BA, no valor de R$ 1.824.940,71 (um milhão, oitocentos e vinte e quatro mil, novecentos e quarenta reais e setenta e um centavos), para a execução de ações de Resposta, conforme processo n. 59052.000602/2017-51.

Art. 2º Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2040.22BO.0001; Natureza de Despesa: 4.4.40.42; Fonte: 0100; UG: 530012.

Art. 3º Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União - D.O.U.

Art. 4º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 14 do Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELDER BARBALHO

PORTARIA Nº 637, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017

Autoriza empenho e transferência de recursos adicionais ao Município de Campinápolis/MT, para ações de Defesa Civil.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei n. 12.340, de 1º de dezembro de 2010, Lei n. 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1º Autorizar o empenho e o repasse de recursos adicionais ao Município de Campinápolis/MT, no valor de R$ 1.139.547,58 (um milhão, cento e trinta e nove mil, quinhentos e quarenta e sete reais e cinquenta e oito centavos), para a execução de obras de recuperação de danos causados por chuvas intensas, descritas no Plano de Trabalho juntado ao processo n. 59050.000718/2013-86.

Art. 2º Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2040.22BO.0001; Natureza de Despesa: 4.4.40.42; Fonte: 0100; UG: 530012.

Art. 3º O Plano de Trabalho foi analisado e aprovado pela área competente, com cronograma de desembolso previsto para liberação dos recursos em duas parcelas.

Art. 4º Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 365 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União - D.O.U.

Art. 5º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1º desta Portaria.

Art. 6º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 14 do Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELDER BARBALHO

PORTARIA Nº 638, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017

Autoriza empenho e transferência de recursos complementares para ações de Defesa Civil ao Municipio de Maceió - AL

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei n. 12.340, de 1° de dezembro de 2010, na Lei n. 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e o repasse de recursos complementares ao Município de Maceió - AL, no valor de R$ 5.023.268,47 (cinco milhões, vinte e três mil, duzentos e sessenta e oito reais e quarenta e sete centavos), para a execução de ações de Resposta, conforme processo nº 59052.000503/2017-79.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELDER BARBALHO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800060

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 639, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017

Discrimina ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC a serem executadas por meio de transferência obrigatória

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição, e considerando o disposto no art. 2-A, incluído pela Medida Provisória nº 786, de 12 de julho de 2017, na Lei 11.578, de 26 de novembro de 2007, resolve:

Art. 1° Instituir como obrigatórias as transferências aos entes federados necessárias à execução das ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, conforme informações constantes na tabela.

AÇÃO	DESCRIÇÃO DA AÇÃO	CÓDIGO DO EMPREENDIMENTO	DETALHAMENTO	MUNICÍPIO / UF
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Execução de Serviços de Recuperação de Estradas Vicinais	DEPUTADO IRAPUAN PINHEIRO- CE
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Execução de serviços de Pavimentação em Ruas e Vias	MULUNGU - PB
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Execução de serviços de Pavimentação em Ruas e Vias	PACAJUS - CE
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Execução de serviços de Pavimentação em Ruas e Vias	PARAMBU - CE
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Execução de serviços de Pavimentação em Ruas e Vias	CRATÉUS -CE
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Construção de Feira do Produtor	SANTA BÁRBARA - PA
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Execução de serviços de Pavimentação em Ruas e Vias	SANTA BÁRBARA - PA
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Execução de serviços de Pavimentação em Ruas e Vias	BOM JESUS DO TOCANTINS - PA
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Execução de serviços de Pavimentação em Ruas e Vias	SANTA HELENA - PB
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Execução de serviços de Pavimentação em Ruas e Vias	SERRA REDONDA - PB
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Execução de serviços de Pavimentação em Ruas e Vias	POCINHOS - PB
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Execução de serviços de Pavimentação em Ruas e Vias	MATARACA - PB
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Execução de serviços de Pavimentação em Ruas e Vias	FREI MARTINHO - PB
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Execução de Serviços de Recuperação de Estradas Vicinais	PIQUET CARNEIRO - CE
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Execução de serviços de Pavimentação em Ruas e Vias	PEDRA BRANCA - CE
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Execução de serviços de Pavimentação em Ruas e Vias	URUBURETAMA - CE
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Construção de Matadouro	JAGUARETAMA - CE
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Execução de serviços de Passagens Molhadas	POTIRETAMA - CE

Art. 2º Compete à Secretaria ou Entidade Vinculada da Administração Pública Federal, a qual estiver consignada a dotação orçamentária relativa à ação constante na tabela acima, a análise e aprovação formal pela unidade competente do termo de compromisso de que trata o § 1º do art. 3º da Lei nº 11.578, de 26 de novembro de 2007.

Parágrafo único. Na hipótese de a transferência obrigatória ser efetivada por intermédio de instituição ou agente financeiro público federal, atuando como mandatário da União, caberá a essas entidades a aprovação de que trata o caput deste artigo.

Art. 3º Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELDER BARBALHO

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

PORTARIA Nº 247, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, nomeado pela Portaria n. 1.799, publicada no DOU, de 31 de agosto de 2016, Seção II, consoante delegação de competência conferida pela Portaria MI n. 195, de 14 de agosto de 2015, publicada no DOU, de 17 de agosto de 2015, e tendo em vista as disposições da Lei n. 12.340, de 1º de dezembro de 2010, da Portaria MI n. 384, de 23 de outubro de 2014, e, ainda, o contido no Processo Administrativo n. 59050.000310/2012-23, resolve:

Art. 1º Prorrogar o prazo de execução das ações de Recuperação previstos no art. 4º da Portaria n. 730, de 26 de dezembro de 2012, que autorizou empenho e transferência de recursos ao Município de Além Paraíba - MG, para ações de Defesa Civil, para até 03/06/2018.

Art. 2º Ficam ratificados os demais dispositivos da Portaria acima citada, não alterados por esta.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

RENATO NEWTON RAMLOW

PORTARIA Nº 252, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, nomeado pela Portaria n. 1.799, publicada no DOU, de 31 de agosto de 2016, Seção II, consoante delegação de competência conferida pela Portaria MI n. 195, de 14 de agosto de 2015, publicada no DOU, de 17 de agosto de 2015, e tendo em vista as disposições da Lei n. 12.340, de 1º de dezembro de 2010, da Portaria MI n. 384, de 23 de outubro de 2014, e, ainda, o contido no Processo Administrativo n. 59050.000065/2012-54, resolve:

Art. 1º Prorrogar o prazo de execução das ações de recuperação previstos no art. 4º da Portaria n. 702, de 17 de dezembro de 2012, que autorizou empenho e transferência de recursos ao Município de Ubá/MG, para ações de Defesa Civil, para até 05/03/2018.

Art. 2º Ficam ratificados os demais dispositivos da Portaria acima citada, não alterados por esta.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

RENATO NEWTON RAMLOW

Ministério da Justiça e Segurança Pública

COMISSÃO DE ANISTIA

PAUTA DA 22ª SESSÃO DE TURMA A SER REALIZADA EM 14 DE DEZEMBRO DE 2017

O 1° VICE-PRESIDENTE DA COMISSÃO DE ANISTIA do Ministério da Justiça e Segurança Pública, criada pelo artigo 12, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, torna público a todos os interessados e aos que virem a presente PAUTA, ou dela conhecimento tiverem, que no dia 14 de dezembro de 2017, a partir das 09h00, no Edifício Sede, Sala Térreo, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, sito na Esplanada dos Ministérios, Bloco T, Brasília, DF, realizar-se-á sessão da Comissão de Anistia

I - Processos com observância da ordem cronológica de protocolo - Portaria nº 652, de 04 de agosto de 2017:

Nº	REQUERIMENTO	TIPO	NOME	CONSELHEIRO RELATOR
1.	2003.01.16417	A	NELSON DE OLIVEIRA CRUZ	ANA MARIA LIMA DE OLIVEIRA BAIA
2.	2003.01.16425	A	GILVANDO FERREIRA SANTOS	RITA MARIA DE MIRANDA SIPAHI
3.	2003.15.19175	A	AUGUSTO CESAR TORRES	PAULO LOPO SARAIVA
4.	2003.01.19734	A	MARIO BORGES BATISTA	ENEÁ DE STUTZ E ALMEIDA
5.	2003.01.19770 APENSO AO 2003.01.23005	A	BARTOLOMEU SILVA MARQUES	GUSTAVO GONÇALVES UNGARO
6.	2003.01.20898	A	PAULO FREDERICO HOMERO	MARINA DA SILVA STEINBRUCH
7.	2003.01.20914	R A	ROBERTA ZELDE CLIVATI BOTEJARA CLAUDIO BOTEJARA JUNIOR *POST MORTEM*	MÁRIO MIRANDA DE ALBUQUERQUE
8.	2003.01.22184	A	ANTONIO EUSTAQUIO ALVES DA SILVA	GUSTAVO GONÇALVES UNGARO
9.	2003.01.23636	A	JOSE FERNANDES MENEZES DA SILVA	MÁRIO MIRANDA DE ALBUQUERQUE
10.	2003.01.23641	R A	JOSE GUEDES DE SA *POST MORTEM* JULIO FELICIANO DE SÁ *POST MORTEM*	RITA MARIA DE MIRANDA SIPAHI
11.	2003.01.23820	A	GILSON RAIMUNDO BARBOSA VEIGA *POST MORTEM*	PAULO LOPO SARAIVA
12.	2004.01.40682	A	JULIO CESAR FERNANDES REIS	PAULO LOPO SARAIVA
13.	2004.01.47706	A	LIDICE PONTES DA SILVA CARNEIRO	PAULO LOPO SARAIVA

II - Processos incluídos em Bloco: Vereador - Portaria nº 652, de 04 de agosto de 2017:

Nº	REQUERIMENTO	TIPO	NOME	CONSELHEIRO RELATOR
14.	2003.01.34269	A	JOSE FREIRE DO NASCIMENTO	ENEÁ DE STUTZ E ALMEIDA
15.	2003.01.36087	A	DELVINO ANGELO PETRY *POST MORTEM*	MARINA DA SILVA STEINBRUCH
16.	2004.01.40110	A	JOAO ROGERIO TEIXEIRA	RITA MARIA DE MIRANDA SIPAHI
17.	2004.01.41372	A	MARIA JOSE RODRIGUES HENRIQUE	GUSTAVO GONÇALVES UNGARO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800061

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

18.	2004.01.41379	A	FLORESBELA AGRELA DE SOUSA	ENEÁ DE STUTZ E ALMEIDA
19.	2004.01.43066	R A	ELISEU STRUB *POST MORTEM* HERMAN STRUB *POST MORTEM*	ENEÁ DE STUTZ E ALMEIDA
20.	2004.01.43068	A	NESTORINO FERRARI	EUNICE APARECIDA DE JESUS PRUDENTE
21.	2004.01.43162	A	MOISES ASCARI	ANA MARIA LIMA DE OLIVEIRA BAIA
22.	2004.01.43617	R A	MARIA NELIDA CEZAR DE ALCANTARA MARTINHO PEDRO DE ALCÂNTARA *POST MORTEM*	EUNICE APARECIDA DE JESUS PRUDENTE
23.	2004.01.44436	R A	EUGENIO RAMOS CORDEIRO JOÃO CORDEIRO DA SILVA *POST MORTEM*	ANA MARIA LIMA DE OLIVEIRA BAIA
24.	2004.01.45100	A	JOSE RODRIGUES PEREIRA	EUNICE APARECIDA DE JESUS PRUDENTE
25.	2004.01.45336	A	SADI ANDRADE DA SILVA	GUSTAVO GONÇALVES UNGARO
26.	2004.01.45378	A	LUIZ FRANCISCO FALTENCIO PAGANELLI *POST MORTEM*	ENEÁ DE STUTZ E ALMEIDA
27.	2004.01.48052	A	JOAO SOUZA MACIEL *POST MORTEM*	MARINA DA SILVA STEINBRUCH
28.	2004.01.48666	R A	MARIA DE LOURDES CARVALHO BENEDITO GENTIL POCAY *POST MORTEM*	VANDA DAVI FERNANDES DE OLIVEIRA
29.	2004.01.48676	A	ARMANDO MARVULLE	ANA MARIA LIMA DE OLIVEIRA BAIA
30.	2004.01.48683	A	WILLIAN CURY	PAULO LOPO SARAIVA
31.	2005.01.49649	A	ANTONIO CARA SANCHES	MÁRIO MIRANDA DE ALBUQUERQUE
32.	2005.01.49672	A	JOAO GONÇALVES DOS SANTOS	VANDA DAVI FERNANDES DE OLIVEIRA
33.	2005.01.49871	A	WALDEMAR DA SILVA VIANA	VANDA DAVI FERNANDES DE OLIVEIRA
34.	2005.01.49875	R A	MARIA EDITE DE CARVALHO DESIDERIO JOÃO DESIDÉRIO SOBRINHO *POST MORTEM*	VANDA DAVI FERNANDES DE OLIVEIRA
35.	2005.01.49877	A	AFONSO OLIVEIRA COSTA	EUNICE APARECIDA DE JESUS PRUDENTE
36.	2005.01.49881	R A	FRANCISCA DESIDERIO DE OLIVEIRA MELO JANUÁRIO JOSÉ DE MELO *POST MORTEM*	RITA MARIA DE MIRANDA SIPAHI
37.	2005.01.49887	A	LEAO MOREIRA DE SOUZA	MÁRIO MIRANDA DE ALBUQUERQUE
38.	2005.01.50105	A	ALBERTO FRANCISCO VESP	MARINA DA SILVA STEINBRUCH

A - ANISTIANDO
R - REQUERENTE

FRANCISCO REZEK
1º Vice-Presidente da Comissão

COMISSÃO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA NOS PORTOS, TERMINAIS E VIAS NAVEGÁVEIS

DELIBERAÇÃO Nº 727, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2017

Os Membros da Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - CONPORTOS, presentes na 111ª. Reunião Ordinária, realizada em 05 de Dezembro de 2017, analisando os autos do Processo nº 08020.005241/2017-15, de interesse da AUTO SHIP - Prestadora de Serviços de Entidade Certificadora de Embarcações Ltda., CNPJ n] 08.333.414/0001-44, à luz da Resolução CONPORTOS nº 44, de 17 de fevereiro de 2009, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, de 25 subsequente, por meio do qual a nominada postula o credenciamento de integrante do seu corpo técnico; e

Considerando que a nominada Organização de Segurança (OS) renovou o seu credenciamento, conforme Deliberação CONPORTOS nº 602, de 26 de fevereiro de 2016, constante da protocolização nº 08020.00.1229/2016-19, deliberaram:

a) CREDENCIAR como integrante do corpo técnico da ORGANIZAÇÃO DE SEGURANÇA (OS), denominada AUTO SHIP - Prestadora de Serviços de Entidade Certificadora de Embarcações Ltda., CNPJ nº 08.333.414/0001-44, com sede na Rua Floriano Peixoto, nº 120, 10º Andar, Sala 101, Bairro Centro, Município de Araçatuba, Estado de São Paulo, para elaborar Estudos de Avaliações de Riscos e/ou Planos de Segurança Pública Portuária, de instalações portuárias localizadas no território brasileiro, o profissional LUÍS ALBERTO DAIA MARTINS DO LAGO, CPF nº 085.772.768-05, ficando certo que somente este e os constantes da Deliberação CONPORTOS nº 602, de 26 de fevereiro de 2016, poderão ter acesso às áreas e documentos necessários, ao desenvolvimento dos trabalhos objeto deste credenciamento;

b) REGISTRAR que a nominada Organização de Segurança (OS) tem como sócios proprietários MAURÍCIO KAZUTO MURAYAMA, CPF nº 551.692.527-49, e RODRIGO KENDY MURAYAMA, CPF nº 354.137.428-43, os quais respondem solidariamente por todos os atos praticados pelos integrantes da equipe de trabalho por eles indicados; e

c) DETERMINAR que a Secretaria Executiva da CONPORTOS promova a publicação deste ato em Diário Oficial da União e os registros aplicáveis.

NELBE FERRAZ DE FREITAS
Presidente
Pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública

ROGÉRIO PASSOS CAETANO DA SILVA
Pelo Ministério da Defesa/Comando da Marinha

ANTONIO BRAGA SOBRINHO
Pelo Ministério da Fazenda

GABRIEL BOFF MOREIRA
Pelo Ministério das Relações Exteriores

ARMANDO RIBEIRO MOREIRA
Pelo Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

DELIBERAÇÃO Nº 728, DE 5 DE DEZEMBRO DE 22017.

Os Membros da Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - CONPORTOS, presentes na 111ª. Reunião Ordinária, realizada em 05 de Dezembro de 2017, após análise dos documentos apresentados e firmados pelo Coordenador Substituto da Comissão Estadual de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis, no Estado de São Paulo - CESPORTOS/SP, capeados pelo Ofício nº 146.2017, complementado pelo Ofício nº 158.2017 CESPORTOS/SP, de 11 de agosto e 13 de setembro de 2017, respectivamente, acompanhados do Plano de Segurança Pública Portuária, Revisão 03.Janeiro/2017, aprovado no âmbito daquele Colegiado Estadual, protocolizados sob o nº 08020.004.470/2017-72; e

Considerando que o mencionado Plano de Segurança é compatível com a realidade existente e que, neste sentido, é cabível a revalidação da Declaração de Cumprimento nº 098/2005, com a nova denominação social comprovada com documentação que acompanhou o Ofício nº 158.2017 CESPORTOS/SP, de 13 de setembro de 2017, parte integrante do supracitado feito, deliberaram:

a) APROVAR o Plano de Segurança Pública Portuária, Revisão 03.Janeiro/2017, da instalação DEICMAR ARMAZENAGEM E DISTRIBUIÇÃO LTDA., CNPJ nº 58.188.756/0020-59, nova razão social de DEICMAR S/A, localizada no Ponto 1, Cais do Saboó, Porto Organizado de Santos, Bairro do Saboó, Município de Santos, Estado de São Paulo;

b) REVALIDAR, pelo prazo de 05 (cinco) anos, a contar da publicação deste ato em Diário Oficial da União, o prazo de validade da DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO nº 098/2005, de que trata a Resolução CONPORTOS nº 26/2004, por cumprir as disposições da Convenção SOLAS - 1974 e as diretrizes da Parte A do Código Internacional para a Proteção de Navios e Instalações Portuárias (Código ISPS) e o previsto no seu Plano de Segurança Pública Portuária aprovado pela Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - CONPORTOS; e

c) DETERMINAR que a Secretaria Executiva da CONPORTOS promova a publicação deste ato em Diário Oficial da União e os registros aplicáveis, dando-se a conhecer à Comissão Coordenadora dos Assuntos da Organização Marítima Internacional (CCA/IMO), perante Ministério da Defesa / Comando da Marinha e à Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ).

NELBE FERRAZ DE FREITAS
Presidente
Pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública

ROGÉRIO PASSOS CAETANO DA SILVA
Pelo Ministério da Defesa/Comando da Marinha

ANTONIO BRAGA SOBRINHO
Pelo Ministério da Fazenda

GABRIEL BOFF MOREIRA
Pelo Ministério das Relações Exteriores

ARMANDO RIBEIRO MOREIRA
Pelo Ministério dos Transportes, Portos
e Aviação Civil

DELIBERAÇÃO Nº 729, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2017

Os Membros da Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - CONPORTOS, presentes na 111ª. Reunião Ordinária, realizada em 05 de Dezembro de 2017, após análise dos documentos apresentados e firmados pelo Coordenador da Comissão Estadual de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis, no Estado do Amazonas - CESPORTOS/AM, capeados pelo Ofício nº 960/2017 CIAPA/SR/PF/AM, de 29 de setembro de 2017, consistentes no Plano de Segurança Pública Portuária, Revisão 03.Julho/2017, aprovado no âmbito daquele Colegiado Estadual, conforme Ata de Reunião de 28 de setembro de 2017, protocolizados sob o nº 08020.005967/2017-16, bem como o envio do Relatório Circunstanciado de Verificação nº 001/2017 datado em 29 de novembro de 2017 e firmado pelos representantes da CESPORTOS/AM e pelo representante da ANTAQ, recomendando a Concessão de Declaração de Cumprimento, conforme disposto na Resolução nº 26 da CONPORTOS de 08 de Junho de 2004, deliberaram:

a) APROVAR o Plano de Segurança Pública Portuária, Revisão 03.Janeiro/2017, da instalação HERMASA NAVEGAÇÃO DA AMAZÔNIA S/A - TERMINAL GRANELEIRO HERMASA, CNPJ nº 84.590.892/0002-07, localizada na Estrada das Indústrias, Km 7,5, Zona Urbana, Município de Itacoatiara, Estado do Amazonas, que analisado no âmbito daquele Colegiado Estadual restou deliberado pela aprovação;

b) REVALIDAR, pelo prazo de 05 (cinco) anos, a contar da publicação deste ato em Diário Oficial da União, o prazo de validade da DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO nº 160/2007, de que trata a Resolução CONPORTOS nº 26/2004, por cumprir as disposições da Convenção SOLAS - 1974 e as diretrizes da Parte A do Código Internacional para a Proteção de Navios e Instalações Portuárias (Código ISPS) e o previsto no seu Plano de Segurança Pública Portuária aprovado pela Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - CONPORTOS; e

c) DETERMINAR que a Secretaria Executiva da CONPORTOS promova a publicação deste ato em Diário Oficial da União e os registros aplicáveis, dando-se a conhecer à Comissão Coordenadora dos Assuntos da Organização Marítima Internacional (CCA/IMO), perante Ministério da Defesa / Comando da Marinha e à Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ).

NELBE FERRAZ DE FREITAS
Presidente
Pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública

ROGÉRIO PASSOS CAETANO DA SILVA
Pelo Ministério da Defesa/Comando da Marinha

ANTONIO BRAGA SOBRINHO
Pelo Ministério da Fazenda

GABRIEL BOFF MOREIRA
Pelo Ministério das Relações Exteriores

ARMANDO RIBEIRO MOREIRA
Pelo Ministério dos Transportes, Portos
e Aviação Civil

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800062

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DELIBERAÇÃO Nº 730, DE 5 DE DEZEMBRO 2017

Os Membros da Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - CONPORTOS, presentes na 111ª. Reunião Ordinária, realizada em 05 de Dezembro de 2017, após análise dos documentos apresentados e firmados pelo Coordenador da Comissão Estadual de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis, no Estado do Amazonas - CESPORTOS/AM, capeados pelo Ofício nº 960/2017 CIAPA/SR/PF/AM, de 29 de setembro de 2017, consistentes no Estudo de Avaliação de Risco e no Plano de Segurança Pública Portuária, aprovados no âmbito daquele Colegiado Estadual, conforme Ata de Reunião de 28 de setembro de 2017, protocolizados sob o nº 08020.005966/2017-63 e considerando o Relatório Circunstanciado nº 003/2017 datado em 07 de novembro de 2017, firmados pelo Coordenador da Comissão Estadual de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis, no Estado do Amazonas - CESPORTOS/AM e pelo Representante da ANTAQ, recomendando a Concessão de Declaração de Cumprimento, conforme disposto na Resolução nº 26 da CONPORTOS de 08 de Junho de 2004

Considerando que a instalação portuária, seguir nominada, ainda não foi certificada pela CONPORTOS, à luz da Resolução CONPORTOS nº 26/2004, deliberaram:

a) APROVAR o Estudo de Avaliação de Risco e o Plano de Segurança Pública Portuária da instalação ATEM"S DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO S/A, CNPJ nº 03.987.364/0001-03, localizada na Rua Pajurá, 103, Vila Buriti, Município de Manaus, Estado do Amazonas, que analisados no âmbito daquele Colegiado Estadual restaram deliberados pela aprovação;

b) CONCEDER, pelo prazo de 05 (cinco) anos, a contar da publicação deste ato em Diário Oficial da União, a DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO da instalação ATEM"S DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO S/A, CNPJ nº 03.987.364/0001-03, localizada na Rua Pajurá, 103, Vila Buriti, Município de Manaus, Estado do Amazonas, de que trata a Resolução CONPORTOS nº 26/2004, por cumprir as disposições do Capítulo XI-2 e da Parte A do Código Internacional para a Proteção de Navios e Instalações Portuárias - Código ISPS e o previsto no seu Plano de Segurança Pública Portuária aprovado pela Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - CONPORTOS e;

b) DETERMINAR que a Secretaria Executiva da CONPORTOS promova a publicação deste ato em Diário Oficial da União e os registros aplicáveis, dando-se a conhecer à Comissão Coordenadora dos Assuntos da Organização Marítima Internacional (CCA/IMO), perante Ministério da Defesa / Comando da Marinha e à Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ).

NELBE FERRAZ DE FREITAS
Presidente
Pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública

ROGÉRIO PASSOS CAETANO DA SILVA
Pelo Ministério da Defesa/Comando da Marinha

ANTONIO BRAGA SOBRINHO
Pelo Ministério da Fazenda

GABRIEL BOFF MOREIRA
Pelo Ministério das Relações Exteriores

ARMANDO RIBEIRO MOREIRA
Pelo Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

DELIBERAÇÃO Nº 731, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2017

Os Membros da Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - CONPORTOS, presentes na 111ª. Reunião Ordinária, realizada em 05 de Dezembro de 2017, após análise dos documentos apresentados e firmados pelo Coordenador da Comissão Estadual de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis, no Estado de Pernambuco - CESPORTOS/PE, capeados pelo Ofício nº 037/2017-CESPORTOS/PE, de 09 de outubro de 2017, consistentes no Estudo de Avaliação de Risco, aprovado no âmbito daquele Colegiado Estadual, conforme Ata de Assembleia Ordinária de 04 de outubro de 2017, protocolizados sob o nº 08020.006177/2017-40, deliberaram:

a) APROVAR o Estudo de Avaliação de Risco, Emenda Junho/2017, da instalação TECON SUAPE S/A - TERMINAL DE CONTÊINERES DO PORTO DE SUAPE S/A, CNPJ nº 04.471.564/0001-63, localizada na Avenida Portuária, s/nº, Porto Organizado de Suape, Município de Ipojuca, Estado de Pernambuco, que analisado no âmbito daquele Colegiado Estadual restou deliberado pela aprovação, conforme consta da Ata de Assembleia Ordinária de 04 de outubro de 2017; e

b) DETERMINAR que a Secretaria Executiva da CONPORTOS promova a publicação deste ato em Diário Oficial da União e os registros aplicáveis, dando-se a conhecer à Comissão Coordenadora dos Assuntos da Organização Marítima Internacional (CCA/IMO), perante Ministério da Defesa / Comando da Marinha e à Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ).

NELBE FERRAZ DE FREITAS
Presidente
Pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública

ROGÉRIO PASSOS CAETANO DA SILVA
Pelo Ministério da Defesa/Comando da Marinha

' ANTONIO BRAGA SOBRINHO
Pelo Ministério da Fazenda

GABRIEL BOFF MOREIRA
Pelo Ministério das Relações Exteriores

ARMANDO RIBEIRO MOREIRA
Pelo Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

DELIBERAÇÃO Nº 732, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2017

Os Membros da Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - CONPORTOS, presentes na 111ª. Reunião Ordinária, realizada em 05 de Dezembro de 2017, após análise dos documentos apresentados e firmados pelo Coordenador da Comissão Estadual de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis, no Estado da Bahia - CESPORTOS/BA, capeados pelo Ofício nº 02/2017-CESPORTOS/BA, de 08 de setembro de 2017, consistentes no Estudo de Avaliação de Risco, 1ª. Revisão Técnica - R1/V0 Ano 2016 e no Plano de Segurança Pública Portuária, 1ª. Revisão Técnica - R1/V0 Ano 2016, Cadernos I e II, aprovados no âmbito daquele Colegiado Estadual, conforme Ata de Reunião Ordinária e Relatório Final Circunstanciado Complementar de 06 e 08 de setembro de 2017, respectivamente, protocolizados sob o nº 08020.005527/2017-51, deliberaram:

a) APROVAR o Estudo de Avaliação de Risco, 1ª. Revisão Técnica-R1/V0 Ano 2016, e o Plano de Segurança Pública Portuária, 1ª. Revisão Técnica-R1/V0 Ano 2016, Cadernos I e II, da instalação COMPANHIA DAS DOCAS DO ESTADO DA BAHIA - CODEBA - PORTO ORGANIZADO DE SALVADOR, CNPJ nº 14.372.148/0002-42, localizada na Avenida da França, nº 1551, Bairro Comércio, Município de Salvador, Estado da Bahia, que analisados no âmbito daquele Colegiado Estadual restaram deliberados pela aprovação; e

b) DETERMINAR que a Secretaria Executiva da CONPORTOS promova a publicação deste ato em Diário Oficial da União e os registros aplicáveis, dando-se a conhecer à Comissão Coordenadora dos Assuntos da Organização Marítima Internacional (CCA/IMO), perante Ministério da Defesa / Comando da Marinha e à Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ).

NELBE FERRAZ DE FREITAS
Presidente
Pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública

ROGÉRIO PASSOS CAETANO DA SILVA
Pelo Ministério da Defesa/Comando da Marinha

ANTONIO BRAGA SOBRINHO
Pelo Ministério da Fazenda

GABRIEL BOFF MOREIRA
Pelo Ministério das Relações Exteriores

ARMANDO RIBEIRO MOREIRA
Pelo Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

DELIBERAÇÃO Nº 733, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2017

Os Membros da Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - CONPORTOS, presentes na 111ª. Reunião Ordinária, realizada em 05 de Dezembro de 2017, após análise dos documentos apresentados e firmados pelo Coordenador da Comissão Estadual de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis, no Estado do Amazonas - CESPORTOS/PE, capeados pelo Ofício nº 040/2017 CESPORTOS/PE, de 30 de outubro de 2017, consistentes no Plano de Segurança Pública Portuária, Revisão Dezembro/2016, aprovado no âmbito daquele Colegiado Estadual, conforme Ata de Reunião de 18 de outubro de 2017, bem como o envio do Relatório Circunstanciado de Inspeção nº 001/2017 datado em 18 de outubro de 2017, firmado pelos representantes da CESPORTOS/PE e pelo representante da ANTAQ, o Parecer de Inspeção nº 001/2017 datado em 18 de outubro de 2017 firmado pelos representantes da CESPORTOS/PE e pelo representante da ANTAQ, protocolizados sob o nº SEI 08020006976/2017-16, declarando parecer favorável ao Terminal Portuário por ter sanado todas as inconformidades apontadas no Parecer Técnico nº 001/2017 datado em 24 de abril de 2017 e juntado no mesmo processo SEI acima numerado,

Considerando que a instalação portuária, seguir nominada, ainda não foi certificada pela CONPORTOS, à luz da Resolução CONPORTOS nº 26/2004, deliberaram:

a) APROVAR o Plano de Segurança Pública Portuária, Revisão Dezembro/2016, da instalação TERMINAL MARÍTIMO DE PERNAMBUCO - TEMAPE-SUAPE, CNPJ nº 02.639.582/0001-86, localizada na Zona Primária de Suape S/Nº, Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros, Suape CEP: 55.590-000, Estado de Pernambuco, que analisado no âmbito daquele Colegiado Estadual restou deliberado pela aprovação;

b) CONCEDER à instalação TERMINAL MARÍTIMO DE PERNAMBUCO - TEMAPE-SUAPE, CNPJ nº 02.639.582/0001-86, localizada na Zona Primária de Suape S/Nº, Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros, Suape CEP: 55.590-000, Estado de Pernambuco, a DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO de que trata a Resolução CONPORTOS nº 26/2004, com o prazo de validade de 05 (cinco) anos, a contar da publicação deste ato em Diário Oficial da União, por cumprir as disposições do Capítulo XI-2 e da Parte A do Código Internacional para a proteção de Navios e Instalações Portuárias - Código ISPS e o previsto no seu Plano de Segurança Pública Portuária aprovado pela Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - CONPORTOS; e

c) DETERMINAR que a Secretaria Executiva da CONPORTOS promova a publicação deste ato em Diário Oficial da União e os registros aplicáveis, dando-se a conhecer à Comissão Coordenadora dos Assuntos da Organização Marítima Internacional (CCA/IMO), perante Ministério da Defesa / Comando da Marinha e à Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ).

NELBE FERRAZ DE FREITAS
Presidente
Pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública

ROGÉRIO PASSOS CAETANO DA SILVA
Pelo Ministério da Defesa/Comando da Marinha

ANTONIO BRAGA SOBRINHO
Pelo Ministério da Fazenda

GABRIEL BOFF MOREIRA
Pelo Ministério das Relações Exteriores

ARMANDO RIBEIRO MOREIRA
Pelo Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

COMITÊ GESTOR DA REDE INTEGRADA DE BANCOS DE PERFIS GENÉTICOS

RESOLUÇÃO Nº 8, DE 23 DE OUTUBRO DE 2017

Aprova o Manual de Procedimentos Operacionais da Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos.

O COMITÊ GESTOR DA REDE INTEGRADA DE BANCOS DE PERFIS GENÉTICOS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 5º, incisos I, II e III, do Decreto nº 7.950, de 12 de março de 2013, resolve:

Art. 1º Aprovar a terceira versão do Manual de Procedimentos Operacionais da Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos, nos termos do anexo a esta Resolução.

Parágrafo único. A íntegra do manual será publicada no portal do Ministério da Justiça, na internet.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogada a Resolução nº 6, de 11 de novembro de 2014, do Comitê Gestor da Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos.

MEIGA AUREA MENDES MENEZES
Coordenadora

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA

SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

DESPACHOS DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017

Nº 1.780 - Ato de Concentração nº 08700.004446/2017-84. Requerentes: Essilor International (Compagnie Générale d"Optique) S.A. e Luxottica Group S.p.A. Advogados: Barbara Rosenberg, Joana Cianfarani e outros. Acolho a Nota Técnica nº 39/2017/CGAA2/SGA1/SG/CADE e, com fulcro no §1º do art. 50, da Lei 9.784/99, integro as suas razões à presente decisão, inclusive como sua motivação, para, nos termos do art. 56 da Lei 12.529/11 e do artigo 160 do Regimento Interno do Cade, declarar o Ato de Concentração nº 08700.004446/2017-84 complexo e determinar a realização das diligências indicadas na referida Nota Técnica. Esta Superintendência-Geral resguarda a sua faculdade de, posteriormente, se for o caso, requerer a dilação do prazo de que tratam os arts. 56, parágrafo único, e 88, §§ 2º e 9º, da Lei 12.529/2011, e o art. 160, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do Cade.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800063

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Nº 1.786 - Ato de Concentração nº 08700.007457/2017-16. Requerentes: Imaginarium Comércio de Presentes e Decorações S.A. e IMB Têxtil S.A.. Advogados: Caio Machado Filho, Daniel de Ávila Vio, Patrícia Agra Araújo, Fernanda Dalla Calle Martino e outros. Decido pela aprovação sem restrições.

Nº 1.792 - Ato de Concentração nº 08700.007057/2017-19. Requerentes: Goodman Brasil Logística S.A., GL Brazil Private Limited, Canada Pension Plan Investment Board e Stiching Depositary APG Strategic Real Estate Pool. Advogados: Clovis Manzoni dos Santos Lores, Luiz Antonio Galvão, Leonardo Maniglia Duarte e outros. Acolho o Parecer nº 353/2017/CGAA5/SGA1/SG/CADE, de 07 de dezembro de 2017 e, com fulcro no §1º do art. 50 da Lei 9.784/99, integro as suas razões à presente decisão, inclusive quanto a sua motivação. Decido pelo não conhecimento do ato de concentração, nos termos do art. 13, inciso XII, da Lei nº 12.529/11.

DIOGO THOMSON DE ANDRADE
Superintendente-Geral
Substituto

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

DIRETORIA EXECUTIVA

COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA

ALVARÁ Nº 5.848, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/79195 - DELESP/DREX/SR/DPF/PR, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa MEGATRONICK VIGILÂNCIA ESPECIALIZADA LTDA, CNPJ nº 14.182.991/0001-85, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Paraná, com Certificado de Segurança nº 2282/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.069, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/91072 - DPF/AGA/TO, resolve:

CONCEDER autorização à empresa PROSEGUR BRASIL S/A TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANÇA, CNPJ nº 17.428.731/0053-66, sediada em Tocantins, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

1 (uma) Espingarda calibre 12

30 (trinta) Munições calibre 12

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.072, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/91413 - DPF/JZO/BA, resolve:

CONCEDER autorização à empresa PROSEGUR BRASIL S/A TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANÇA, CNPJ nº 17.428.731/0157-52, sediada na Bahia, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

2 (duas) Espingardas calibre 12

2 (dois) Revólveres calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.073, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/91473 - DELESP/DREX/SR/DPF/BA, resolve:

CONCEDER autorização à empresa PROSEGUR BRASIL S/A TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANÇA, CNPJ nº 17.428.731/0169-96, sediada na Bahia, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

10 (dez) Espingardas calibre 12

10 (dez) Revólveres calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.076, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/91488 - DPF/VDC/BA, resolve:

CONCEDER autorização à empresa PROSEGUR BRASIL S/A TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANÇA, CNPJ nº 17.428.731/0150-86, sediada na Bahia, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

6 (seis) Espingardas calibre 12

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.087, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/86250 - DELESP/DREX/SR/DPF/CE, resolve:

CONCEDER autorização à empresa TUBOARTE INDÚSTRIA E COMÉRCIO EIRELI, CNPJ nº 01.802.541/0001-04, sediada no Ceará, para adquirir:

Da empresa cedente ED3 VIGILÂNCIA LTDA - EPP, CNPJ nº 18.543.258/0001-08:

1 (um) Revólver calibre 38

Da empresa cedente ED3 VIGILÂNCIA LTDA - EPP, CNPJ nº 18.543.258/0001-08:

18 (dezoito) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.222, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/91147 - DPF/GRA/PR, resolve:

CONCEDER autorização à empresa ALCATEIA SEGURANCA - EIRELI - ME, CNPJ nº 18.836.419/0001-43, sediada no Paraná, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

5 (cinco) Revólveres calibre 38

50 (cinquenta) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.395, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/97046 - DPF/SJE/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ASSOCIAÇÃO LAR SAO FRANCISCO DE ASSIS NA PROVIDENCIA DE DEUS, CNPJ nº 53.221.255/0001-40 para atuar em São Paulo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.443, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/85538 - DPF/SJK/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa V&C SEGURANÇA ESPECIAL LTDA, CNPJ nº 08.942.652/0001-57, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 2336/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.498, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/98115 - DPF/URA/MG, resolve:

CONCEDER autorização à empresa A PRECISÃO SEGURANÇA E PROTEÇÃO EIRELI - EPP, CNPJ nº 18.670.197/0001-31, sediada em Minas Gerais, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

7 (sete) Revólveres calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.501, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/98710 - DELESP/DREX/SR/DPF/PE, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SUBCONDOMINIO RIOMAR RECIFE, CNPJ nº 16.888.022/0001-70 para atuar em Pernambuco.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.507, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/75922 - DPF/CXS/RS, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa R A CORDOVA VIGILANCIA LTDA EPP, CNPJ nº 10.546.170/0001-20, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Rio Grande do Sul, com Certificado de Segurança nº 2551/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.513, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/97535 - DPF/DVS/MG, resolve:

CONCEDER autorização à empresa DUX ESCOLA DE VIGILANTES LTDA. - ME, CNPJ nº 13.817.435/0001-75, sediada em Minas Gerais, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

10000 (dez mil) Espoletas calibre 38

5 (cinco) Gramas de pólvora

4512 (quatro mil e quinhentas e doze) Buchas calibre 12

5 (cinco) Quilos de chumbo calibre 12

5000 (cinco mil) Espoletas calibre 12

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.536, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/39575 - DELESP/DREX/SR/DPF/RJ, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa GPS PREDIAL SISTEMAS DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 02.817.114/0001-54, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar no Rio de Janeiro, com Certificado de Segurança nº 1474/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800064

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ALVARÁ Nº 6.537, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/69290 - DELESP/DREX/SR/DPF/SC, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa KOERICH SEGURANÇA EIRELI - ME, CNPJ nº 10.775.546/0001-78, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em Santa Catarina, com Certificado de Segurança nº 2591/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.542, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/86327 - DPF/PFO/RS, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa MZ SEGURANÇA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 13.624.934/0001-46, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Rio Grande do Sul, com Certificado de Segurança nº 2554/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.544, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/92209 - DELESP/DREX/SR/DPF/PE, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa TRANSVAL SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 05.061.216/0001-80, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em Pernambuco, com Certificado de Segurança nº 2566/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.546, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/92420 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa REVOLUÇÃO VIGILANCIA E SEGURANÇA LTDA., CNPJ nº 07.727.700/0001-21, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 2567/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.550, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/93429 - DPF/SJE/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa GODOY & ARAUJO SEGURANÇA PATRIMONIALEIRELI, CNPJ nº 17.216.739/0001-38, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 2543/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.556, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/98691 - DELESP/DREX/SR/DPF/MA, resolve:

CONCEDER autorização à empresa CLAM CENTRO DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 13.391.095/0001-63, sediada no Maranhão, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

200 (duzentas) Munições calibre 12

30000 (trinta mil) Espoletas calibre 38

5000 (cinco mil) Gramas de pólvora

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.557, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/99268 - DELESP/DREX/SR/DPF/MA, resolve:

CONCEDER autorização à empresa PATRULHA SEGURANCA PRIVADA LTDA - EPP, CNPJ nº 26.402.581/0001-81, sediada no Maranhão, para adquirir:

Da empresa cedente VIP VIGILÂNCIA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 02.023.407/0001-60:

10 (dez) Revólveres calibre 38

Da empresa cedente VIP VIGILÂNCIA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 02.023.407/0001-60:

180 (cento e oitenta) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.569, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/44342 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa GPS PREDIAL SISTEMAS DE SEGURANCA LTDA, CNPJ nº 02.938.798/0001-42, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 1662/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.572, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/73115 - DELESP/DREX/SR/DPF/PE, resolve:

CONCEDER autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa DOIS CC SEGURANÇA EIRELI, CNPJ nº 11.507.416/0002-06, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em Pernambuco, com Certificado de Segurança nº 2565/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.576, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/78988 - DPF/AQA/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa 4G SEGURANÇA E VIGILÂNCIA EIRELI - EPP, CNPJ nº 18.911.639/0001-94, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 2588/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.579, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/82015 - DELESP/DREX/SR/DPF/ES, resolve:

CONCEDER autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa VITORIASEG SEGURANÇA E VIGILÂNCIA EIRELI - ME, CNPJ nº 27.733.806/0001-45, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Espírito Santo, com Certificado de Segurança nº 2294/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.582, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/98636 - DELESP/DREX/SR/DPF/GO, resolve:

CONCEDER autorização à empresa GOIASFORTE VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA, CNPJ nº 00.283.018/0001-48, sediada em Goiás, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

364 (trezentos e sessenta e quatro) Revólveres calibre 38

6700 (seis mil e setecentas) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.585, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/100015 - DPF/CCM/SC, resolve:

CONCEDER autorização à empresa DEIP VIGILANCIA E SEGURANÇA LTDA ME, CNPJ nº 07.898.515/0001-08, sediada em Santa Catarina, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

3 (três) Revólveres calibre 38

50 (cinquenta) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.591, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/73515 - DPF/JZO/BA, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SERTÃO ESCOLA DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 04.857.939/0001-28, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Curso de Formação, para atuar em Pernambuco, com Certificado de Segurança nº 2484/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

PORTARIA Nº 1.240, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto, aprovado pelo Decreto nº 9.010, de 23 de março de 2017 e,

Considerando a necessidade da elaboração do Inventário de Bens Móveis, Imóveis, Semoventes e do Patrimônio da Renda Indígena no âmbito desta Regional e de suas jurisdicionadas, conforme determinações do Tribunal de Contas da União - TCU contidas nos Acórdãos nº 601/2003 - Segunda Câmara, de 15/04/2003, nº 304/2007 - Primeira Câmara, de 27/02/2007, nº 1.875/2009 - Segunda Câmara, de 14/04/2009, nº 4.130/2009 - Primeira Câmara, de 11/08/2009, nº 7.525/2010 - Segunda Câmara, de 07/12/2010 e nº 2.410/2011 - Primeira Câmara, de 19/04/2011;

Considerando as disposições contidas no Decreto nº 99.658, de 30 de outubro de 1990, Decreto nº 6.087, de 20 de abril de 2007, na Instrução Normativa SEDAP/PR nº 205, de 08 de abril de 1988 e na Instrução Normativa nº 03, de 15 de maio de 2008 da Secretária de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800065

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Considerando a obrigatoriedade de todas as Unidades Gestoras comprovarem a quantidade e o valor dos bens patrimoniais pertencentes a seus respectivos acervos, existentes em 31 de dezembro de cada exercício, podendo para tanto executar os trabalhos de inventário por etapas e de forma programada, resolve:

Art. 1º Delegar competência a servidora Hellen Fabiana Gomes Mendonça, matrícula Siape nº 1882588, Chefe de Divisão, para constituir comissão de inventário para realização do levantamento patrimonial para fins de inventário anual, no âmbito da Coordenação Regional do Baixo Tocantins-PA e respectivas Coordenações Técnicas Locais jurisdicionadas, com vistas ao cumprimento das disposições contidas no item 8.1 "a", da Instrução Normativa nº SEDAP/PR nº 205, de 08 de abril de 1988.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANKLIMBERG RIBEIRO DE FREITAS

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA

DEPARTAMENTO DE POLÍTICAS DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 200, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2017(*)

O Diretor, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa e na Portaria nº 368 de 11 de fevereiro de 2014, publicada no DOU de 12 de fevereiro de 2014, resolve classificar:

Filme: DINHEIRO EM JOGO (MONEY, Espanha / Estados Unidos da América - 2016)
Produtor(es): Martín Rosete
Diretor(es): Martín Rosete
Distribuidor(es): ANTÔNIO FERNANDES FILMES LTDA / CALIFÓRNIA FILMES
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dezesseis anos
Gênero: Suspense
Tipo de Material Analisado: DVD
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dezesseis anos
Contém: Drogas , Violência e Linguagem Imprópria
Processo: 08000.042484/2017-22
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Trailer: ARTISTA DO DESASTRE (THE DISASTER ARTIST, Estados Unidos da América - 2017)
Produtor(es): Warner Bros International
Diretor(es): James Franco
Distribuidor(es): Warner Bros. (South), Inc.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de doze anos
Gênero: Comédia
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Conteúdo Sexual e Drogas Lícitas
Processo: 08000.069313/2017-41
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Trailer: HOTEL TRANSILVÂNIA - FÉRIAS MONSTRUOSAS (HOTEL TRANSYLVANIA - SUMMER VACATION, Estados Unidos da América - 2017)
Diretor(es): Genndy Tartakovsky
Distribuidor(es): COLUMBIA TRISTAR FILMES DO BRASIL LTDA.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Animação
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08000.069314/2017-95
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Programa: O JOGO DAS FICHAS (Brasil - 2017)
Produtor(es): Marina Miagusuko
Diretor(es): Fabiano Wicher
Distribuidor(es): TVSBT Canal 04 de São Paulo S/A.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Variedades
Tipo de Material Analisado: Monitoramento
Classificação Atribuída: Livre
Contém: Violência e Drogas Lícitas
Processo: 08000.035612/2017-81
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: CONFRONTO NO PAVILHÃO NOVENTA E NOVE (BRAWL IN CELL BLOCK 99, Estados Unidos da América - 2017)
Produtor(es): Nate Bolotin/Will Evans/Marco Henry/Jack Nasser/Joseph Nasser
Diretor(es): S. Craig Zahler
Distribuidor(es): UNIVERSAL PICTURES HE DO BRASIL
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dezesseis anos
Gênero: Drama
Tipo de Material Analisado: DVD
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dezoito anos
Contém: Violência Extrema , Drogas Ilícitas e Conteúdo impactante
Processo: 08000.066446/2017-65
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Trailer: PEIXONAUTA - O FILME (Brasil - 2014)
Produtor(es): PG - Produções de Cinema Vídeo e TV Ltda
Diretor(es): Celia Catunda/Kiko Mistrorigo/Rodrigo Eba
Distribuidor(es): Distribuidora de Filmes S/A. - Riofilme
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Animação
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08000.069312/2017-04
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Trailer: VINGADORES - GUERRA INFINITA (AVENGERS - INFINITY WAR, Estados Unidos da América - 2017)
Diretor(es): Joe Russo/Anthony Russo
Distribuidor(es): The Walt Disney Company (Brasil) Ltda.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Ação/Aventura/Ficção
Tipo de Material Analisado: Pen Drive
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dez anos
Contém: Violência
Processo: 08000.069435/2017-37
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Trailer: INCRÍVEIS 2 (THE INCREDIBLES 2, Estados Unidos da América - 2017)
Diretor(es): Brad Bird
Distribuidor(es): The Walt Disney Company (Brasil) Ltda.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Animação/Aventura
Tipo de Material Analisado: Pen Drive
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08000.069436/2017-81
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Trailer: MARIA MADALENA (MARY MAGDALENE, Reino Unido - 2017)
Diretor(es): Garth Davis
Distribuidor(es): UNIVERSAL PICTURES INTERNATIONAL BRASIL LTDA.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dez anos
Gênero: Drama
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Violência
Processo: 08000.069439/2017-15
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Trailer: PROJETO FLÓRIDA (THE FLORIDA PROJECT, Reino Unido - 2017)
Produtor(es): Protagonist Pictures
Diretor(es): Sean Baker
Distribuidor(es): DIAMOND FILMS DO BRASIL PRODUÇÃO E DISTRIBUIDORA AUDIOVISUAL LTDA.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Drama
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dez anos
Contém: Drogas Lícitas
Processo: 08000.069449/2017-51
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: CAMINHOS ABERTOS (Brasil - 2016)
Produtor(es): Donati C. Caleri
Diretor(es): Donati C. Caleri
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Ficção
Tipo de Material Analisad o: Link Internet
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.001480/2017-13
Requerente: DONATI CANNA CALERI

Conjunto de Episódios: GUERRA DO ARAGUAIA (Brasil - 2017)
Episódio(s): 01 A 03
Produtor(es): HL Produtora de Filmes Ltda.
Diretor(es): Hermes Leal
Classificação Pretendida: não rec omendado para menores de dez anos
Gênero: Drama/Documentário/Guerra/Ação/Ação/História
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Violência
Processo: 08017.001486/2017-82
Requerente: HL PRODUTORA DE FILMES LTDA.

Filme: CONATUS (Brasil - 2017)
Produtor(es): Filipe Machado
Diretor(es): Gustavo Mcnair
Distribuidor(es): KANA FILMES
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de doze anos
Gênero: Drama
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Drogas Lícitas
Processo: 08017.001518/2017-40
Requerente: KANA FILMES

Filme: 120 BATIMENTOS POR MINUTO (120 BATTEMENTS PAR MINUTE, França - 2017)
Produtor(es): Les Films de Pierre
Diretor(es): Robin Campillo
Distribuidor(es): IMOVISION
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de catorze anos
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dezesseis anos
Contém: Sexo e Drogas Lícitas
Processo: 08017.001529/2017-20
Requerente: IMOVISION - TAG CULTURAL DISTRIBUIDORA DE FILMES LTDA.

Trailer: LOU (LOU ANDREAS SALOMÉ, Alemanha - 2016)
Produtor(es): Arri Media Production
Diretor(es): Cordula Kablitz-Post
Distribuidor(es): CINERT FILMES
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Drama/Romance/Biografia
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Linguagem Imprópria
Processo: 08017.001545/2017-12
Requerente: CINEMATOGRÁFICA DISTRIBUIDORA DE FILMES LTDA

GERALDO LUIZ NUGOLI COSTA

(*)Republicada por ter saído no DOU nº 234, de 07/12/2017, seção 1, pag. 866, com incorreção no original

Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA N° 3.014, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2017
(Publicada no DOU de 13-11-2017)

ANEXO (*)

Entes Habilitados a receberem recursos federais destinados a aquisição de equipamentos e materiais permanentes:

UF	MUNÍCIPIO	ENTIDADE	N° DA PROPOSTA	CÓD EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
AL	TAQUARANA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TAQUARANA	12876649000117001	25790006	242.000,00	242.000,00	10301201585810027
MG	NINHEIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS DE NINHEIRA	15080364000117010	22150009	190.000,00	190.000,00	10301201585810027
PR	PAULO FRONTIN	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PAULO FRONTIN	12082670000117002	30990008	114.000,00	114.000,00	10301201585810027
			3 PROPOSTAS		546.000,00		

(*) Republicado por ter saído no DOU nº 217, de 13-11-2017, Seção 1, página 48, com incorreção no original.

PORTARIA N° 3.015, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2017
(Publicada no DOU de 13-11-2017)

ANEXO (*)

Entes Habilitados a receberem recursos federais destinados a aquisição de equipamentos e materiais permanentes:

UF	MUNÍCIPIO	ENTIDADE	N° DA PROPOSTA	CÓD EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
ES	ICONHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10700073000117011	14130003	83.320,00	83.320,00	10301201585810027
MG	ACAIACA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ACAIACA	13656532000117001	27640018	100.000,00	100.000,00	10301201585810031
SP	PARANAPANEMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PARANAPANEMA	14161907000117004	32830008	99.950,00	99.950,00	10301201585810035
SP	PIRASSUNUNGA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12094290000117002	25340016	100.000,00	100.000,00	10301201585810035
			4 PROPOSTAS			383.270,00	

(*) Republicado por ter saído no DOU nº 217, de 13-11-2017, Seção 1, página 49, com incorreção no original.

PORTARIA Nº 3.287, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2017(*)

Autoriza o repasse dos valores de recursos federais relativos ao Piso Fixo de Vigilância em Saúde (PFVS); a Assistência Financeira Complementar (AFC) da União para cumprimento do piso salarial profissional nacional dos Agentes de Combate às Endemias (ACE) e ao Incentivo Financeiro para fortalecimento de políticas afetas à atuação dos ACE (IF).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, que regulamenta o § 5º do art. 198 da Constituição, dispõe sobre o aproveitamento de pessoal amparado pelo parágrafo único do art. 2º da Emenda Constitucional nº 51, de 14 de fevereiro de 2006, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 12.994, de 17 de junho de 2014, que altera a Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, para instituir piso salarial profissional nacional e diretrizes para o plano de carreira dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os fundos de saúde estaduais, municipais e do Distrito Federal, e dá outras providências;

Considerando o Decreto nº 8.474, de 22 de junho de 2015, que regulamenta o disposto no § 1º do art. 9º-C e no § 1º do art. 9º-D da Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, para dispor sobre as atividades de Agente Comunitário de Saúde e de Agente de Combate às Endemias;

Considerando a Portaria n° 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando os arts. 1º a 8º e 1.147 a 1.154 da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde (SUS);

Considerando os arts. 1º a 16 do Anexo III da Portaria de Consolidação nº 4/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, consolidação das normas sobre os sistemas e os subsistemas do SUS e os arts. 431 a 455 da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do SUS;

Considerando os arts. 416 a 424 da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do SUS;

Considerando os arts. 425 a 430 da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do SUS;

Considerando a Portaria nº 2.510/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que atualiza os valores do Piso Fixo de Vigilância em Saúde do Componente de Vigilância em Saúde do Bloco de Vigilância em Saúde, com base na estimativa populacional do IBGE para 2017, definindo doravante os valores do Piso Fixo de Vigilância em Saúde das 27 (vinte e sete) Unidades Federadas; e

Considerando o Relatório do cadastro dos Agentes de Combate às Endemias (ACE) no Sistema Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde (SCNES) referente ao mês de outubro de 2017, resolve:

Art. 1º Fica autorizado o repasse dos valores de recursos federais relativos ao Piso Fixo de Vigilância em Saúde (PFVS); a Assistência Financeira Complementar (AFC) da União para cumprimento do piso salarial profissional nacional dos Agentes de Combate às Endemias (ACE) e ao Incentivo Financeiro para fortalecimento de políticas afetas à atuação dos ACE (IF).

Art. 2º Os valores a serem transferidos para os Fundos de Saúde dos Estados, Distrito Federal e dos Municípios constantes desta Portaria totalizam o montante de R$ 128.652.427,95 (cento e vinte e oito milhões seiscentos e cinquenta e dois mil quatrocentos e vinte e sete reais e noventa e cinco centavos) conforme anexos I a XXVII.

Art. 3º Na hipótese de execução integral do objeto originalmente pactuado e verificada sobra de recursos financeiros, o ente federativo poderá efetuar o remanejamento dos recursos e a sua aplicação nos termos dos arts. 1º a 8º da Portaria de Consolidação nº 4/GM/MS, de 28 de setembro de 2017.

Art. 4º Nos casos em que for verificada a não execução integral do objeto originalmente pactuado e a existência de recursos financeiros repassados pelo Fundo Nacional de Saúde para os fundos de saúde estaduais, distrital e municipais não executados, seja parcial ou totalmente, o ente federativo estará sujeito à devolução dos recursos financeiros transferidos e não executados, acrescidos da correção monetária prevista em lei, observado o regular processo administrativo.

Art. 5º Nos casos em que for verificado que os recursos financeiros transferidos pelo FNS foram executados, total ou parcialmente em objeto distinto ao originalmente pactuado, aplicar-se-á o regramento disposto na Lei Complementar nº 141, de 3 de janeiro de 2012, e no Decreto nº 7.827, de 16 de outubro de 2012.

Art. 6º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidas nessa Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em conformidade com os processos de pagamentos instruídos.

Art. 7º Os créditos orçamentários de que tratam a presente Portaria correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar os seguintes Programas de Trabalhos:

I - 10.305.2015.20AL-0001 Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde Plano Orçamentário 0000;

II - 10.305.2015.20AL-0001 Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde - Plano Orçamentário 0001 - Assistência Financeira Complementar aos Estados, Distrito Federal e Municípios para Agentes de Combate às Endemias.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de novembro de 2017.

RICARDO BARROS

		ANEXO I				
UF	IBGE	Município	Nº ACE ELEGIVEIS	Incentivo (R$)	AFC (R$)	PFVS Mensal (R$)
AC	120000	SES/AC	0	0,00	0,00	120.398,34
AC	120001	Acrelândia	0	0,00	0,00	10.786,47
AC	120005	Assis Brasil	1	50,70	963,30	4.567,28
AC	120010	Brasiléia	8	405,60	7.706,40	10.887,98
AC	120013	Bujari	0	0,00	0,00	8.158,02
AC	120017	Capixaba	0	0,00	0,00	8.361,28
AC	120020	Cruzeiro do Sul	116	5.881,20	111.742,80	32.945,52
AC	120025	Epitaciolândia	0	0,00	0,00	13.828,65
AC	120030	Feijó	0	0,00	0,00	25.966,60
AC	120032	Jordão	3	152,10	2.889,90	4.116,81
AC	120033	Mâncio Lima	10	507,00	9.633,00	7.984,88
AC	120034	Manoel Urbano	3	152,10	2.889,90	5.033,45
AC	120035	Marechal Thaumaturgo	1	50,70	963,30	14.994,85
AC	120038	Plácido de Castro	0	0,00	0,00	15.625,52
AC	120039	Porto Walter	6	304,20	5.779,80	5.061,55
AC	120040	Rio Branco	117	5.931,90	112.706,10	175.195,68

AC	120042	Rodrigues Alves	9	456,30	8.669,70	7.574,29
AC	120043	Santa Rosa do Purus	0	0,00	0,00	5.845,81
AC	120045	Senador Guiomard	6	304,20	5.779,80	11.407,92
AC	120050	Sena Madureira	1	50,70	963,30	33.440,05
AC	120060	Tarauacá	8	405,60	7.706,40	26.080,52
AC	120070	Xapuri	5	253,50	4.816,50	10.525,38
AC	120080	Porto Acre	0	0,00	0,00	13.108,79
		TOTAL	294	14.905,80	283.210,20	571.895,64
		ANEXO II				
UF	IBGE	Município	Nº ACE ELEGIVEIS	Incentivo (R$)	AFC (R$)	PFVS Mensal (R$)
AL	270000	SES/AL	0	0,00	0,00	281.725,19
AL	270010	Água Branca	5	253,50	4.816,50	4.689,13
AL	270020	Anadia	5	253,50	4.816,50	4.022,63
AL	270030	Arapiraca	12	608,40	11.559,60	97.653,77
AL	270040	Atalaia	11	557,70	10.596,30	10.371,43
AL	270050	Barra de Santo Antônio	7	354,90	6.743,10	4.586,89
AL	270060	Barra de São Miguel	4	202,80	3.853,20	2.427,68
AL	270070	Batalha	6	304,20	5.779,80	4.143,17
AL	270080	Belém	2	101,40	1.926,60	1.195,26
AL	270090	Belo Monte	3	152,10	2.889,90	1.648,72
AL	270100	Boca da Mata	10	507,00	9.633,00	6.110,30
AL	270110	Branquinha	4	202,80	3.853,20	2.560,28
AL	270120	Cacimbinhas	4	202,80	3.853,20	2.486,17
AL	270130	Cajueiro	8	405,60	7.706,40	4.674,67
AL	270135	Campestre	3	152,10	2.889,90	1.603,24
AL	270140	Campo Alegre	10	507,00	9.633,00	14.783,90
AL	270150	Campo Grande	3	152,10	2.889,90	2.234,62
AL	270160	Canapi	4	202,80	3.853,20	4.420,43
AL	270170	Capela	7	354,90	6.743,10	3.900,79
AL	270180	Carneiros	3	152,10	2.889,90	2.111,94
AL	270190	Chã Preta	3	152,10	2.889,90	1.721,40
AL	270200	Coité do Nóia	4	202,80	3.853,20	2.619,73
AL	270210	Colônia Leopoldina	7	354,90	6.743,10	4.763,09
AL	270220	Coqueiro Seco	3	152,10	2.889,90	1.791,48
AL	270230	Coruripe	19	963,30	18.302,70	12.872,82
AL	270235	Craíbas	5	253,50	4.816,50	6.183,91
AL	270240	Delmiro Gouveia	21	1.064,70	20.229,30	11.589,38
AL	270250	Dois Riachos	4	202,80	3.853,20	2.551,81
AL	270255	Estrela de Alagoas	4	202,80	3.853,20	4.603,37
AL	270260	Feira Grande	5	253,50	4.816,50	5.367,24
AL	270270	Feliz Deserto	3	152,10	2.889,90	1.139,10
AL	270280	Flexeiras	4	202,80	3.853,20	2.891,73
AL	270290	Girau do Ponciano	6	304,20	5.779,80	12.360,62
AL	270300	Ibateguara	5	253,50	4.816,50	3.535,61
AL	270310	Igaci	5	253,50	4.816,50	6.865,88
AL	270320	Igreja Nova	5	253,50	4.816,50	6.215,44
AL	270330	Inhapi	4	202,80	3.853,20	4.661,57
AL	270340	Jacaré dos Homens	3	152,10	2.889,90	1.349,16
AL	270350	Jacuípe	3	152,10	2.889,90	1.644,60
AL	270360	Japaratinga	3	152,10	2.889,90	2.178,47
AL	270370	Jaramataia	3	152,10	2.889,90	1.393,68
AL	270375	Jequiá da Praia	4	202,80	3.853,20	2.747,23
AL	270380	Joaquim Gomes	6	304,20	5.779,80	5.366,50
AL	270390	Jundiá	2	101,40	1.926,60	1.036,19
AL	270400	Junqueiro	5	253,50	4.816,50	6.625,47
AL	270410	Lagoa da Canoa	4	202,80	3.853,20	4.602,76
AL	270420	Limoeiro de Anadia	5	253,50	4.816,50	8.002,71
AL	270430	Maceió	531	26.921,70	511.512,30	279.443,55
AL	270440	Major Isidoro	6	304,20	5.779,80	4.554,48
AL	270450	Maragogi	10	507,00	9.633,00	8.612,82
AL	270460	Maravilha	2	101,40	1.926,60	3.952,99
AL	270470	Marechal Deodoro	26	1.318,20	25.045,80	14.461,98
AL	270480	Maribondo	5	253,50	4.816,50	3.186,92
AL	270490	Mar Vermelho	2	101,40	1.926,60	1.039,86
AL	270500	Mata Grande	5	253,50	4.816,50	6.756,98
AL	270510	Matriz de Camaragibe	6	304,20	5.779,80	5.388,03
AL	270520	Messias	6	304,20	5.779,80	5.232,67
AL	270530	Minador do Negrão	3	152,10	2.889,90	1.294,33
AL	270540	Monteirópolis	3	152,10	2.889,90	1.706,71
AL	270550	Murici	8	405,60	7.706,40	6.151,21
AL	270560	Novo Lino	4	202,80	3.853,20	2.879,95
AL	270570	Olho d"Água das Flores	7	354,90	6.743,10	4.766,89
AL	270580	Olho d"Água do Casado	3	152,10	2.889,90	2.194,74
AL	270590	Olho d"Água Grande	3	152,10	2.889,90	1.259,75
AL	270600	Olivença	4	202,80	3.853,20	2.692,13
AL	270610	Ouro Branco	4	202,80	3.853,20	2.629,41
AL	270620	Palestina	3	152,10	2.889,90	1.249,20
AL	270630	Palmeira dos Índios	34	1.723,80	32.752,20	16.603,67
AL	270640	Pão de Açúcar	6	304,20	5.779,80	5.579,78
AL	270642	Pariconha	4	202,80	3.853,20	2.667,68
AL	270644	Paripueira	3	152,10	2.889,90	5.104,79
AL	270650	Passo de Camaragibe	3	152,10	2.889,90	4.066,96
AL	270660	Paulo Jacinto	4	202,80	3.853,20	1.775,76
AL	270670	Penedo	28	1.419,60	26.972,40	14.472,90
AL	270680	Piaçabuçu	6	304,20	5.779,80	4.112,81
AL	270690	Pilar	21	1.064,70	20.229,30	9.913,97
AL	270700	Pindoba	2	101,40	1.926,60	754,98
AL	270710	Piranhas	7	354,90	6.743,10	5.585,49

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800068

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

AL	270720	Poço das Trincheiras	4	202,80	3.853,20	3.406,45
AL	270730	Porto Calvo	0	0,00	0,00	11.925,55
AL	270740	Porto de Pedras	3	152,10	2.889,90	2.228,67
AL	270750	Porto Real do Colégio	5	253,50	4.816,50	4.663,65
AL	270760	Quebrangulo	4	202,80	3.853,20	2.668,06
AL	270770	Rio Largo	32	1.622,40	30.825,60	21.188,32
AL	270780	Roteiro	3	152,10	2.889,90	1.577,56
AL	270790	Santa Luzia do Norte	3	152,10	2.889,90	2.308,04
AL	270800	Santana do Ipanema	17	861,90	16.376,10	10.975,38
AL	270810	Santana do Mundaú	4	202,80	3.853,20	2.560,68
AL	270820	São Brás	3	152,10	2.889,90	1.649,71
AL	270830	São José da Laje	9	456,30	8.669,70	5.261,12
AL	270840	São José da Tapera	7	354,90	6.743,10	7.794,14
AL	270850	São Luís do Quitunde	11	557,70	10.596,30	7.514,96
AL	270860	São Miguel dos Campos	17	861,90	16.376,10	13.332,81
AL	270870	São Miguel dos Milagres	3	152,10	2.889,90	2.070,76
AL	270880	São Sebastião	6	304,20	5.779,80	9.624,06
AL	270890	Satuba	3	152,10	2.889,90	6.566,72
AL	270895	Senador Rui Palmeira	4	202,80	3.853,20	3.237,64
AL	270900	Tanque d"Arca	3	152,10	2.889,90	1.511,87
AL	270910	Taquarana	3	152,10	2.889,90	6.274,97
AL	270915	Teotônio Vilela	2	101,40	1.926,60	18.285,88
AL	270920	Traipu	3	152,10	2.889,90	9.702,08
AL	270930	União dos Palmares	27	1.368,90	26.009,10	14.416,85
AL	270940	Viçosa	10	507,00	9.633,00	5.732,94
		Total	1.201	60.890,70	1.156.923,30	1.190.603,42

ANEXO III

UF	IBGE	Município	Nº ACE ELEGIVEIS	Incentivo (R$)	AFC (R$)	PFVS Mensal (R$)
AM	130000	SES/AM	0	0,00	0,00	691.262,78
AM	130002	Alvarães	0	0,00	0,00	20.947,03
AM	130006	Amaturá	0	0,00	0,00	8.130,57
AM	130008	Anamã	2	101,40	1.926,60	6.612,08
AM	130010	Anori	0	0,00	0,00	11.730,51
AM	130014	Apuí	8	405,60	7.706,40	19.534,59
AM	130020	Atalaia do Norte	22	1.115,40	21.192,60	13.205,71
AM	130030	Autazes	0	0,00	0,00	33.859,65
AM	130040	Barcelos	0	0,00	0,00	36.076,01
AM	130050	Barreirinha	5	253,50	4.816,50	13.504,14
AM	130060	Benjamin Constant	0	0,00	0,00	24.005,26
AM	130063	Beruri	4	202,80	3.853,20	7.176,72
AM	130068	Boa Vista do Ramos	0	0,00	0,00	10.735,54
AM	130070	Boca do Acre	10	507,00	9.633,00	17.483,94
AM	130080	Borba	1	50,70	963,30	36.219,53
AM	130083	Caapiranga	0	0,00	0,00	8.034,00
AM	130090	Canutama	14	709,80	13.486,20	6.587,74
AM	130100	Carauari	0	0,00	0,00	16.459,07
AM	130110	Careiro	23	1.166,10	22.155,90	21.883,28
AM	130115	Careiro da Várzea	0	0,00	0,00	22.597,92
AM	130120	Coari	0	0,00	0,00	71.576,70
AM	130130	Codajás	8	405,60	7.706,40	8.450,64
AM	130140	Eirunepé	38	1.926,60	36.605,40	10.132,06
AM	130150	Envira	0	0,00	0,00	11.321,60
AM	130160	Fonte Boa	5	253,50	4.816,50	15.981,65
AM	130165	Guajará	13	659,10	12.522,90	4.745,12
AM	130170	Humaitá	7	354,90	6.743,10	61.197,89
AM	130180	Ipixuna	56	2.839,20	53.944,80	8.218,50
AM	130185	Iranduba	0	0,00	0,00	55.902,52
AM	130190	Itacoatiara	27	1.368,90	26.009,10	51.298,27
AM	130195	Itamarati	11	557,70	10.596,30	4.583,05
AM	130200	Itapiranga	0	0,00	0,00	7.742,62
AM	130210	Japurá	0	0,00	0,00	16.318,18
AM	130220	Juruá	2	101,40	1.926,60	8.337,90
AM	130230	Jutaí	0	0,00	0,00	23.209,48
AM	130240	Lábrea	69	3.498,30	66.467,70	13.507,62
AM	130250	Manacapuru	0	0,00	0,00	82.068,96
AM	130255	Manaquiri	5	253,50	4.816,50	12.868,28
AM	130260	Manaus	22	1.115,40	21.192,60	1.627.986,78
AM	130270	Manicoré	0	0,00	0,00	31.776,23
AM	130280	Maraã	4	202,80	3.853,20	7.277,19
AM	130290	Maués	0	0,00	0,00	36.134,80
AM	130300	Nhamundá	5	253,50	4.816,50	7.324,07
AM	130310	Nova Olinda do Norte	0	0,00	0,00	21.160,33
AM	130320	Novo Airão	0	0,00	0,00	18.866,79
AM	130330	Novo Aripuanã	0	0,00	0,00	19.637,55
AM	130340	Parintins	0	0,00	0,00	66.117,42
AM	130350	Pauini	0	0,00	0,00	15.029,95
AM	130353	Presidente Figueiredo	0	0,00	0,00	48.190,55
AM	130356	Rio Preto da Eva	32	1.622,40	30.825,60	23.903,09
AM	130360	Santa Isabel do Rio Negro	6	304,20	5.779,80	20.976,69
AM	130370	Santo Antônio do Içá	41	2.078,70	39.495,30	7.228,47
AM	130380	São Gabriel da Cachoeira	0	0,00	0,00	34.598,65
AM	130390	São Paulo de Olivença	18	912,60	17.339,40	11.049,48
AM	130395	São Sebastião do Uatumã	3	152,10	2.889,90	5.567,12
AM	130400	Silves	0	0,00	0,00	7.636,30
AM	130406	Tabatinga	8	405,60	7.706,40	29.254,92
AM	130410	Tapauá	23	1.166,10	22.155,90	9.720,72
AM	130420	Tefé	0	0,00	0,00	37.110,10
AM	130423	Tonantins	0	0,00	0,00	10.909,21

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800069

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

AM	130426	Uarini	0	0,00	0,00	7.835,48
AM	130430	Urucará	0	0,00	0,00	12.771,04
AM	130440	Urucurituba	5	253,50	4.816,50	8.047,79
		Total	497	25.197,90	478.760,10	3.619.617,83
		ANEXO IV				
UF	IBGE	Município	Nº ACE ELEGIVEIS	Incentivo (R$)	AFC (R$)	PFVS Mensal (R$)
AP	160000	SES/AP	0	0,00	0,00	85.507,22
AP	160005	Serra do Navio	4	202,80	3.853,20	9.521,66
AP	160010	Amapá	1	50,70	963,30	7.596,05
AP	160015	Pedra Branca do Amapari	18	912,60	17.339,40	15.263,05
AP	160020	Calçoene	10	507,00	9.633,00	7.118,13
AP	160021	Cutias	3	152,10	2.889,90	2.623,08
AP	160023	Ferreira Gomes	0	0,00	0,00	6.708,48
AP	160025	Itaubal	0	0,00	0,00	5.555,53
AP	160027	Laranjal do Jari	12	608,40	11.559,60	29.379,98
AP	160030	Macapá	173	8.771,10	166.650,90	178.928,14
AP	160040	Mazagão	14	709,80	13.486,20	21.374,15
AP	160050	Oiapoque	11	557,70	10.596,30	38.407,73
AP	160053	Porto Grande	5	253,50	4.816,50	21.153,24
AP	160055	Pracuúba	2	101,40	1.926,60	3.808,72
AP	160060	Santana	59	2.991,30	56.834,70	42.439,54
AP	160070	Tartarugalzinho	5	253,50	4.816,50	17.048,74
AP	160080	Vitória do Jari	0	0,00	0,00	9.803,62
		Total	317	16.071,90	305.366,10	502.237,06

		ANEXO V				
UF	IBGE	Município	Nº ACE ELEGIVEIS	Incentivo (R$)	AFC (R$)	PFVS Mensal (R$)
BA	290000	SES/BA	0	0,00	0,00	1.649.594,60
BA	290010	Abaíra	0	0,00	0,00	4.236,37
BA	290020	Abaré	4	202,80	3.853,20	5.400,09
BA	290030	Acajutiba	8	405,60	7.706,40	3.604,10
BA	290035	Adustina	4	202,80	3.853,20	4.098,42
BA	290040	Água Fria	4	202,80	3.853,20	4.171,30
BA	290050	Érico Cardoso	0	0,00	0,00	5.274,95
BA	290060	Aiquara	2	101,40	1.926,60	1.181,77
BA	290070	Alagoinhas	84	4.258,80	80.917,20	35.745,19
BA	290080	Alcobaça	0	0,00	0,00	10.714,00
BA	290090	Almadina	3	152,10	2.889,90	1.449,94
BA	290100	Amargosa	14	709,80	13.486,20	8.767,69
BA	290110	Amélia Rodrigues	12	608,40	11.559,60	6.067,65
BA	290115	América Dourada	6	304,20	5.779,80	3.878,19
BA	290120	Anagé	0	0,00	0,00	11.086,24
BA	290130	Andaraí	5	253,50	4.816,50	3.382,63
BA	290135	Andorinha	4	202,80	3.853,20	3.584,59
BA	290140	Angical	4	202,80	3.853,20	3.382,96
BA	290150	Anguera	4	202,80	3.853,20	2.631,06
BA	290160	Antas	4	202,80	3.853,20	5.115,92
BA	290170	Antônio Cardoso	4	202,80	3.853,20	2.801,56
BA	290180	Antônio Gonçalves	4	202,80	3.853,20	2.792,85
BA	290190	Aporá	4	202,80	3.853,20	4.922,05
BA	290195	Apuarema	3	152,10	2.889,90	1.786,35
BA	290200	Aracatu	4	202,80	3.853,20	3.261,50
BA	290205	Araças	0	0,00	0,00	5.778,66
BA	290210	Araci	13	659,10	12.522,90	13.313,35
BA	290220	Aramari	4	202,80	3.853,20	2.681,94
BA	290225	Arataca	0	0,00	0,00	5.418,41
BA	290230	Aratuípe	4	202,80	3.853,20	2.111,38
BA	290240	Aurelino Leal	6	304,20	5.779,80	3.099,48
BA	290250	Baianópolis	0	0,00	0,00	6.564,70
BA	290260	Baixa Grande	5	253,50	4.816,50	4.993,20
BA	290265	Banzaê	4	202,80	3.853,20	3.154,48
BA	290270	Barra	12	608,40	11.559,60	13.609,77
BA	290280	Barra da Estiva	6	304,20	5.779,80	5.171,38
BA	290290	Barra do Choça	1	50,70	963,30	15.338,24
BA	290300	Barra do Mendes	4	202,80	3.853,20	3.372,96
BA	290310	Barra do Rocha	1	50,70	963,30	2.024,11
BA	290320	Barreiras	47	2.382,90	45.275,10	36.125,38
BA	290323	Barro Alto	1	50,70	963,30	6.084,49
BA	290327	Barrocas	4	202,80	3.853,20	3.734,50
BA	290330	Barro Preto	3	152,10	2.889,90	1.550,77
BA	290340	Belmonte	6	304,20	5.779,80	5.502,98
BA	290350	Belo Campo	5	253,50	4.816,50	4.248,52
BA	290360	Biritinga	4	202,80	3.853,20	3.816,31
BA	290370	Boa Nova	4	202,80	3.853,20	3.469,81
BA	290380	Boa Vista do Tupim	0	0,00	0,00	9.048,60
BA	290390	Bom Jesus da Lapa	25	1.267,50	24.082,50	16.183,29
BA	290395	Bom Jesus da Serra	4	202,80	3.853,20	2.439,25
BA	290400	Boninal	0	0,00	0,00	6.882,65

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800070

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

BA	290405	Bonito	4	202,80	3.853,20	3.998,50
BA	290410	Boquira	0	0,00	0,00	10.296,00
BA	290420	Botuporã	4	202,80	3.853,20	2.557,96
BA	290430	Brejões	4	202,80	3.853,20	3.498,23
BA	290440	Brejolândia	4	202,80	3.853,20	2.647,83
BA	290450	Brotas de Macaúbas	0	0,00	0,00	5.179,62
BA	290460	Brumado	22	1.115,40	21.192,60	15.967,65
BA	290470	Buerarema	0	0,00	0,00	9.064,04
BA	290475	Buritirama	5	253,50	4.816,50	5.168,75
BA	290480	Caatiba	0	0,00	0,00	4.962,83
BA	290485	Cabaceiras do Paraguaçu	4	202,80	3.853,20	4.998,13
BA	290490	Cachoeira	9	456,30	8.669,70	8.052,69
BA	290500	Caculé	0	0,00	0,00	10.916,12
BA	290510	Caém	4	202,80	3.853,20	2.389,98
BA	290515	Caetanos	0	0,00	0,00	7.381,91
BA	290520	Caetité	15	760,50	14.449,50	12.112,15
BA	290530	Cafarnaum	6	304,20	5.779,80	4.355,54
BA	290540	Cairu	4	202,80	3.853,20	4.499,46
BA	290550	Caldeirão Grande	4	202,80	3.853,20	3.169,86
BA	290560	Camacan	12	608,40	11.559,60	7.633,54
BA	290570	Camaçari	158	8.010,60	152.201,40	68.037,98
BA	290580	Camamu	7	354,90	6.743,10	10.461,76
BA	290590	Campo Alegre de Lourdes	5	253,50	4.816,50	8.955,50
BA	290600	Campo Formoso	16	811,20	15.412,80	18.250,86
BA	290610	Canápolis	4	202,80	3.853,20	2.511,70
BA	290620	Canarana	7	354,90	6.743,10	6.155,88
BA	290630	Canavieiras	14	709,80	13.486,20	8.136,59
BA	290640	Candeal	3	152,10	2.889,90	2.095,27
BA	290650	Candeias	41	2.078,70	39.495,30	20.816,49
BA	290660	Candiba	4	202,80	3.853,20	3.389,83
BA	290670	Cândido Sales	8	405,60	7.706,40	6.200,56
BA	290680	Cansanção	6	304,20	5.779,80	10.807,74
BA	290682	Canudos	5	253,50	4.816,50	3.968,25
BA	290685	Capela do Alto Alegre	4	202,80	3.853,20	2.845,78
BA	290687	Capim Grosso	12	608,40	11.559,60	7.194,00
BA	290689	Caraíbas	0	0,00	0,00	4.717,16
BA	290690	Caravelas	6	304,20	5.779,80	5.211,25
BA	290700	Cardeal da Silva	3	152,10	2.889,90	2.233,69
BA	290710	Carinhanha	7	354,90	6.743,10	7.060,98
BA	290720	Casa Nova	22	1.115,40	21.192,60	16.816,71
BA	290730	Castro Alves	8	405,60	7.706,40	6.253,04
BA	290740	Catolândia	2	101,40	1.926,60	975,17
BA	290750	Catu	28	1.419,60	26.972,40	12.938,52
BA	290755	Caturama	0	0,00	0,00	4.475,16
BA	290760	Central	2	101,40	1.926,60	6.387,56
BA	290770	Chorrochó	4	202,80	3.853,20	2.656,27
BA	290780	Cícero Dantas	10	507,00	9.633,00	7.960,87
BA	290790	Cipó	7	354,90	6.743,10	4.065,19
BA	290800	Coaraci	10	507,00	9.633,00	4.808,99
BA	290810	Cocos	5	253,50	4.816,50	4.468,29
BA	290820	Conceição da Feira	7	354,90	6.743,10	5.276,33
BA	290830	Conceição do Almeida	4	202,80	3.853,20	4.691,96
BA	290840	Conceição do Coité	26	1.318,20	25.045,80	15.652,77
BA	290850	Conceição do Jacuípe	12	608,40	11.559,60	7.763,25
BA	290860	Conde	5	253,50	4.816,50	7.270,20
BA	290870	Condeúba	4	202,80	3.853,20	4.561,34
BA	290880	Contendas do Sincorá	2	101,40	1.926,60	1.057,15
BA	290890	Coração de Maria	5	253,50	4.816,50	6.215,32
BA	290900	Cordeiros	3	152,10	2.889,90	2.040,50
BA	290910	Coribe	4	202,80	3.853,20	3.443,00
BA	290920	Coronel João Sá	4	202,80	3.853,20	4.340,86
BA	290930	Correntina	8	405,60	7.706,40	7.645,23
BA	290940	Cotegipe	0	0,00	0,00	6.606,41
BA	290950	Cravolândia	3	152,10	2.889,90	1.318,37
BA	290960	Crisópolis	6	304,20	5.779,80	5.003,85
BA	290970	Cristópolis	4	202,80	3.853,20	3.300,69
BA	290980	Cruz das Almas	26	1.318,20	25.045,80	14.880,25
BA	290990	Curaçá	7	354,90	6.743,10	9.538,73
BA	291000	Dário Meira	4	202,80	3.853,20	2.915,23
BA	291005	Dias d"Ávila	38	1.926,60	36.605,40	18.483,90
BA	291010	Dom Basílio	4	202,80	3.853,20	2.888,42
BA	291020	Dom Macedo Costa	2	101,40	1.926,60	965,25
BA	291030	Elísio Medrado	3	152,10	2.889,90	1.940,36
BA	291040	Encruzilhada	5	253,50	4.816,50	5.485,91
BA	291050	Entre Rios	14	709,80	13.486,20	9.905,27
BA	291060	Esplanada	12	608,40	11.559,60	8.672,81
BA	291070	Euclides da Cunha	18	912,60	17.339,40	14.253,14
BA	291072	Eunápolis	49	2.484,30	47.201,70	26.420,63
BA	291075	Fátima	4	202,80	3.853,20	4.826,85
BA	291077	Feira da Mata	0	0,00	0,00	2.837,83
BA	291080	Feira de Santana	323	16.376,10	311.145,90	143.796,81
BA	291085	Filadélfia	5	253,50	4.816,50	4.034,02
BA	291090	Firmino Alves	3	152,10	2.889,90	1.334,21
BA	291100	Floresta Azul	4	202,80	3.853,20	2.610,67
BA	291110	Formosa do Rio Preto	7	354,90	6.743,10	5.938,17
BA	291120	Gandu	13	659,10	12.522,90	7.682,98
BA	291125	Gavião	2	101,40	1.926,60	1.090,86
BA	291130	Gentio do Ouro	3	152,10	2.889,90	2.733,63
BA	291140	Glória	4	202,80	3.853,20	3.683,17

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800071

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

BA	291150	Gongogi	0	0,00	0,00	3.815,62
BA	291160	Governador Mangabeira	4	202,80	3.853,20	5.998,67
BA	291165	Guajeru	3	152,10	2.889,90	2.222,27
BA	291170	Guanambi	24	1.216,80	23.119,20	19.893,50
BA	291180	Guaratinga	6	304,20	5.779,80	5.175,27
BA	291185	Heliópolis	4	202,80	3.853,20	3.238,52
BA	291190	Iaçu	9	456,30	8.669,70	6.270,63
BA	291200	Ibiassucê	4	202,80	3.853,20	2.490,13
BA	291210	Ibicaraí	9	456,30	8.669,70	5.636,35
BA	291220	Ibicoara	7	354,90	6.743,10	4.534,29
BA	291230	Ibicuí	6	304,20	5.779,80	3.849,08
BA	291240	Ibipeba	6	304,20	5.779,80	4.280,38
BA	291250	Ibipitanga	0	0,00	0,00	7.064,29
BA	291260	Ibiquera	1	50,70	963,30	1.404,91
BA	291270	Ibirapitanga	0	0,00	0,00	11.134,29
BA	291280	Ibirapuã	4	202,80	3.853,20	2.028,58
BA	291290	Ibirataia	8	405,60	7.706,40	5.291,03
BA	291300	Ibitiara	4	202,80	3.853,20	3.887,35
BA	291310	Ibititá	5	253,50	4.816,50	4.297,33
BA	291320	Ibotirama	12	608,40	11.559,60	6.385,04
BA	291330	Ichu	3	152,10	2.889,90	1.475,15
BA	291340	Igaporã	5	253,50	4.816,50	3.731,52
BA	291345	Igrapiúna	4	202,80	3.853,20	3.324,98
BA	291350	Iguaí	7	354,90	6.743,10	6.608,66
BA	291360	Ilhéus	94	4.765,80	90.550,20	46.160,59
BA	291370	Inhambupe	9	456,30	8.669,70	10.083,00
BA	291380	Ipecaetá	4	202,80	3.853,20	3.610,06
BA	291390	Ipiaú	21	1.064,70	20.229,30	10.932,17
BA	291400	Ipirá	21	1.064,70	20.229,30	14.389,46
BA	291410	Ipupiara	4	202,80	3.853,20	2.327,65
BA	291420	Irajuba	2	101,40	1.926,60	1.730,05
BA	291430	Iramaia	3	152,10	2.889,90	3.538,98
BA	291440	Iraquara	5	253,50	4.816,50	6.968,01
BA	291450	Irará	6	304,20	5.779,80	7.947,28
BA	291460	Irecê	37	1.875,90	35.642,10	17.069,02
BA	291465	Itabela	13	659,10	12.522,90	7.200,88
BA	291470	Itaberaba	33	1.673,10	31.788,90	15.309,71
BA	291480	Itabuna	118	5.982,60	113.669,40	50.656,38
BA	291490	Itacaré	7	354,90	6.743,10	6.504,21
BA	291500	Itaeté	4	202,80	3.853,20	3.800,96
BA	291510	Itagi	5	253,50	4.816,50	3.104,77
BA	291520	Itagibá	5	253,50	4.816,50	3.642,88
BA	291530	Itagimirim	1	50,70	963,30	2.437,53
BA	291535	Itaguaçu da Bahia	2	101,40	1.926,60	4.819,15
BA	291540	Itaju do Colônia	1	50,70	963,30	2.477,40
BA	291550	Itajuípe	9	456,30	8.669,70	5.015,08
BA	291560	Itamaraju	26	1.318,20	25.045,80	15.435,75
BA	291570	Itamari	0	0,00	0,00	3.992,62
BA	291580	Itambé	9	456,30	8.669,70	8.288,21
BA	291590	Itanagra	3	152,10	2.889,90	1.841,13
BA	291600	Itanhém	8	405,60	7.706,40	4.751,77
BA	291610	Itaparica	11	557,70	10.596,30	5.628,77
BA	291620	Itapé	0	0,00	0,00	4.895,91
BA	291630	Itapebi	3	152,10	2.889,90	2.636,71
BA	291640	Itapetinga	37	1.875,90	35.642,10	17.767,98
BA	291650	Itapicuru	5	253,50	4.816,50	11.780,20
BA	291660	Itapitanga	4	202,80	3.853,20	2.475,00
BA	291670	Itaquara	1	50,70	963,30	2.974,70
BA	291680	Itarantim	8	405,60	7.706,40	4.655,29
BA	291685	Itatim	6	304,20	5.779,80	3.502,27
BA	291690	Itiruçu	5	253,50	4.816,50	3.721,07
BA	291700	Itiúba	6	304,20	5.779,80	11.862,36
BA	291710	Itororó	9	456,30	8.669,70	4.867,73
BA	291720	Ituaçu	4	202,80	3.853,20	5.119,59
BA	291730	Ituberá	10	507,00	9.633,00	6.743,92
BA	291733	Iuiú	4	202,80	3.853,20	2.632,51
BA	291735	Jaborandi	3	152,10	2.889,90	2.158,06
BA	291740	Jacaraci	4	202,80	3.853,20	3.542,69
BA	291750	Jacobina	38	1.926,60	36.605,40	19.435,85
BA	291760	Jaguaquara	21	1.064,70	20.229,30	12.840,90
BA	291770	Jaguarari	10	507,00	9.633,00	7.906,02
BA	291780	Jaguaripe	4	202,80	3.853,20	4.871,63
BA	291790	Jandaíra	3	152,10	2.889,90	2.548,33
BA	291800	Jequié	97	4.917,90	93.440,10	37.228,49
BA	291810	Jeremoabo	0	0,00	0,00	19.068,95
BA	291820	Jiquiriçá	0	0,00	0,00	6.923,58
BA	291830	Jitaúna	5	253,50	4.816,50	3.515,75
BA	291835	João Dourado	8	405,60	7.706,40	5.877,21
BA	291840	Juazeiro	1	50,70	963,30	112.125,39
BA	291845	Jucuruçu	4	202,80	3.853,20	2.384,02
BA	291850	Jussara	0	0,00	0,00	7.339,32
BA	291855	Jussari	3	152,10	2.889,90	1.487,98
BA	291860	Jussiape	3	152,10	2.889,90	1.773,98
BA	291870	Lafaiete Coutinho	1	50,70	963,30	927,21
BA	291875	Lagoa Real	4	202,80	3.853,20	3.673,31
BA	291880	Laje	0	0,00	0,00	11.387,21
BA	291890	Lajedão	1	50,70	963,30	932,25
BA	291900	Lajedinho	2	101,40	1.926,60	990,88
BA	291905	Lajedo do Tabocal	2	101,40	1.926,60	2.163,25

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800072

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

BA	291910	Lamarão	3	152,10	2.889,90	2.830,33
BA	291915	Lapão	6	304,20	5.779,80	7.165,36
BA	291920	Lauro de Freitas	112	5.678,40	107.889,60	45.291,58
BA	291930	Lençóis	5	253,50	4.816,50	2.666,58
BA	291940	Licínio de Almeida	4	202,80	3.853,20	2.972,06
BA	291950	Livramento de Nossa Senhora	10	507,00	9.633,00	11.789,04
BA	291955	Luís Eduardo Magalhães	36	1.825,20	34.678,80	19.148,48
BA	291960	Macajuba	1	50,70	963,30	4.481,24
BA	291970	Macarani	7	354,90	6.743,10	4.379,38
BA	291980	Macaúbas	9	456,30	8.669,70	14.699,34
BA	291990	Macururé	3	152,10	2.889,90	1.928,90
BA	291992	Madre de Deus	9	456,30	8.669,70	4.814,10
BA	291995	Maetinga	3	152,10	2.889,90	1.645,79
BA	292000	Maiquinique	4	202,80	3.853,20	2.354,46
BA	292010	Mairi	8	405,60	7.706,40	4.627,79
BA	292020	Malhada	4	202,80	3.853,20	4.179,55
BA	292030	Malhada de Pedras	0	0,00	0,00	4.098,41
BA	292040	Manoel Vitorino	5	253,50	4.816,50	3.349,96
BA	292045	Mansidão	4	202,80	3.853,20	3.198,94
BA	292050	Maracás	12	608,40	11.559,60	7.576,71
BA	292060	Maragogipe	16	811,20	15.412,80	10.601,25
BA	292070	Maraú	5	253,50	4.816,50	4.951,95
BA	292080	Marcionílio Souza	4	202,80	3.853,20	2.526,79
BA	292090	Mascote	1	50,70	963,30	6.431,35
BA	292100	Mata de São João	18	912,60	17.339,40	10.770,38
BA	292105	Matina	1	50,70	963,30	5.180,39
BA	292110	Medeiros Neto	10	507,00	9.633,00	5.405,13
BA	292120	Miguel Calmon	11	557,70	10.596,30	6.331,19
BA	292130	Milagres	4	202,80	3.853,20	2.882,05
BA	292140	Mirangaba	4	202,80	3.853,20	5.112,83
BA	292145	Mirante	3	152,10	2.889,90	2.353,54
BA	292150	Monte Santo	6	304,20	5.779,80	19.375,36
BA	292160	Morpará	4	202,80	3.853,20	2.059,52
BA	292170	Morro do Chapéu	12	608,40	11.559,60	8.604,07
BA	292180	Mortugaba	2	101,40	1.926,60	4.635,66
BA	292190	Mucugê	4	202,80	3.853,20	3.199,62
BA	292200	Mucuri	15	760,50	14.449,50	9.641,50
BA	292205	Mulungu do Morro	0	0,00	0,00	6.117,68
BA	292210	Mundo Novo	7	354,90	6.743,10	6.270,92
BA	292220	Muniz Ferreira	3	152,10	2.889,90	1.808,81
BA	292225	Muquém de São Francisco	1	50,70	963,30	4.399,99
BA	292230	Muritiba	12	608,40	11.559,60	7.045,27
BA	292240	Mutuípe	6	304,20	5.779,80	5.313,48
BA	292250	Nazaré	12	608,40	11.559,60	6.770,96
BA	292260	Nilo Peçanha	1	50,70	963,30	5.622,03
BA	292265	Nordestina	4	202,80	3.853,20	3.115,98
BA	292270	Nova Canaã	4	202,80	3.853,20	5.201,52
BA	292273	Nova Fátima	3	152,10	2.889,90	1.861,98
BA	292275	Nova Ibiá	1	50,70	963,30	2.273,90
BA	292280	Nova Itarana	3	152,10	2.889,90	1.931,42
BA	292285	Nova Redenção	4	202,80	3.853,20	2.297,50
BA	292290	Nova Soure	8	405,60	7.706,40	5.993,66
BA	292300	Nova Viçosa	0	0,00	0,00	20.190,50
BA	292303	Novo Horizonte	0	0,00	0,00	5.735,58
BA	292305	Novo Triunfo	4	202,80	3.853,20	3.675,15
BA	292310	Olindina	8	405,60	7.706,40	6.697,85
BA	292320	Oliveira dos Brejinhos	5	253,50	4.816,50	5.635,79
BA	292330	Ouriçangas	3	152,10	2.889,90	2.043,25
BA	292335	Ourolândia	4	202,80	3.853,20	4.408,25
BA	292340	Palmas de Monte Alto	6	304,20	5.779,80	5.168,40
BA	292350	Palmeiras	4	202,80	3.853,20	2.132,89
BA	292360	Paramirim	6	304,20	5.779,80	5.107,21
BA	292370	Paratinga	6	304,20	5.779,80	9.330,07
BA	292380	Paripiranga	5	253,50	4.816,50	8.967,87
BA	292390	Pau Brasil	4	202,80	3.853,20	2.745,30
BA	292400	Paulo Afonso	0	0,00	0,00	55.323,58
BA	292405	Pé de Serra	0	0,00	0,00	6.635,75
BA	292410	Pedrão	3	152,10	2.889,90	1.734,33
BA	292420	Pedro Alexandre	4	202,80	3.853,20	4.492,59
BA	292430	Piatã	0	0,00	0,00	8.517,66
BA	292440	Pilão Arcado	6	304,20	5.779,80	10.601,03
BA	292450	Pindaí	4	202,80	3.853,20	3.887,59
BA	292460	Pindobaçu	6	304,20	5.779,80	4.863,44
BA	292465	Pintadas	4	202,80	3.853,20	2.536,74
BA	292467	Piraí do Norte	4	202,80	3.853,20	2.541,54
BA	292470	Piripá	4	202,80	3.853,20	2.905,38
BA	292480	Piritiba	0	0,00	0,00	12.208,11
BA	292490	Planaltino	3	152,10	2.889,90	2.219,90
BA	292500	Planalto	0	0,00	0,00	12.336,04
BA	292510	Poções	19	963,30	18.302,70	11.197,31
BA	292520	Pojuca	15	760,50	14.449,50	9.102,04
BA	292525	Ponto Novo	5	253,50	4.816,50	3.740,23
BA	292530	Porto Seguro	55	2.788,50	52.981,50	34.220,08
BA	292540	Potiraguá	1	50,70	963,30	3.424,78
BA	292550	Prado	8	405,60	7.706,40	6.720,54
BA	292560	Presidente Dutra	6	304,20	5.779,80	3.605,71
BA	292570	Presidente Jânio Quadros	4	202,80	3.853,20	3.139,19
BA	292575	Presidente Tancredo Neves	5	253,50	4.816,50	8.054,41
BA	292580	Queimadas	8	405,60	7.706,40	6.472,53

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800073

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

BA	292590	Quijingue	5	253,50	4.816,50	8.515,50
BA	292593	Quixabeira	4	202,80	3.853,20	2.301,98
BA	292595	Rafael Jambeiro	5	253,50	4.816,50	6.343,45
BA	292600	Remanso	14	709,80	13.486,20	9.779,00
BA	292610	Retirolândia	4	202,80	3.853,20	3.375,63
BA	292620	Riachão das Neves	6	304,20	5.779,80	5.342,56
BA	292630	Riachão do Jacuípe	13	659,10	12.522,90	8.113,19
BA	292640	Riacho de Santana	8	405,60	7.706,40	8.994,80
BA	292650	Ribeira do Amparo	4	202,80	3.853,20	3.539,02
BA	292660	Ribeira do Pombal	20	1.014,00	19.266,00	12.596,15
BA	292665	Ribeirão do Largo	3	152,10	2.889,90	3.227,01
BA	292670	Rio de Contas	4	202,80	3.853,20	3.150,87
BA	292680	Rio do Antônio	4	202,80	3.853,20	3.621,75
BA	292690	Rio do Pires	1	50,70	963,30	4.596,28
BA	292700	Rio Real	15	760,50	14.449,50	9.571,60
BA	292710	Rodelas	4	202,80	3.853,20	2.155,31
BA	292720	Ruy Barbosa	10	507,00	9.633,00	7.339,78
BA	292730	Salinas da Margarida	0	0,00	0,00	7.228,83
BA	292740	Salvador	1.425	72.247,50	1.372.702,50	676.955,13
BA	292750	Santa Bárbara	5	253,50	4.816,50	4.998,70
BA	292760	Santa Brígida	4	202,80	3.853,20	3.524,81
BA	292770	Santa Cruz Cabrália	0	0,00	0,00	13.086,33
BA	292780	Santa Cruz da Vitória	3	152,10	2.889,90	1.560,17
BA	292790	Santa Inês	5	253,50	4.816,50	2.563,46
BA	292800	Santaluz	11	557,70	10.596,30	8.805,04
BA	292805	Santa Luzia	4	202,80	3.853,20	3.442,49
BA	292810	Santa Maria da Vitória	15	760,50	14.449,50	9.584,67
BA	292820	Santana	8	405,60	7.706,40	6.300,25
BA	292830	Santanópolis	3	152,10	2.889,90	2.163,79
BA	292840	Santa Rita de Cássia	9	456,30	8.669,70	6.679,29
BA	292850	Santa Teresinha	4	202,80	3.853,20	2.447,96
BA	292860	Santo Amaro	0	0,00	0,00	28.398,79
BA	292870	Santo Antônio de Jesus	52	2.636,40	50.091,60	23.682,54
BA	292880	Santo Estêvão	17	861,90	16.376,10	12.351,63
BA	292890	São Desidério	5	253,50	4.816,50	10.611,45
BA	292895	São Domingos	4	202,80	3.853,20	2.263,48
BA	292900	São Félix	5	253,50	4.816,50	3.666,50
BA	292905	São Félix do Coribe	5	253,50	4.816,50	3.626,56
BA	292910	São Felipe	5	253,50	4.816,50	5.250,33
BA	292920	São Francisco do Conde	5	253,50	4.816,50	13.617,66
BA	292925	São Gabriel	6	304,20	5.779,80	4.494,65
BA	292930	São Gonçalo dos Campos	9	456,30	8.669,70	8.755,21
BA	292935	São José da Vitória	3	152,10	2.889,90	1.447,24
BA	292937	São José do Jacuípe	0	0,00	0,00	5.069,62
BA	292940	São Miguel das Matas	0	0,00	0,00	5.542,16
BA	292950	São Sebastião do Passé	18	912,60	17.339,40	10.502,02
BA	292960	Sapeaçu	4	202,80	3.853,20	4.449,05
BA	292970	Sátiro Dias	0	0,00	0,00	9.363,29
BA	292975	Saubara	7	354,90	6.743,10	2.837,08
BA	292980	Saúde	1	50,70	963,30	5.171,49
BA	292990	Seabra	13	659,10	12.522,90	10.442,67
BA	293000	Sebastião Laranjeiras	4	202,80	3.853,20	2.680,33
BA	293010	Senhor do Bonfim	31	1.571,70	29.862,30	18.638,13
BA	293015	Serra do Ramalho	5	253,50	4.816,50	10.324,08
BA	293020	Sento Sé	11	557,70	10.596,30	9.600,02
BA	293030	Serra Dourada	4	202,80	3.853,20	4.610,84
BA	293040	Serra Preta	4	202,80	3.853,20	3.751,76
BA	293050	Serrinha	31	1.571,70	29.862,30	19.083,85
BA	293060	Serrolândia	4	202,80	3.853,20	3.169,83
BA	293070	Simões Filho	53	2.687,10	51.054,90	31.178,13
BA	293075	Sítio do Mato	4	202,80	3.853,20	3.079,31
BA	293076	Sítio do Quinto	4	202,80	3.853,20	2.976,57
BA	293077	Sobradinho	3	152,10	2.889,90	7.978,55
BA	293080	Souto Soares	4	202,80	3.853,20	5.020,57
BA	293090	Tabocas do Brejo Velho	4	202,80	3.853,20	3.006,03
BA	293100	Tanhaçu	5	253,50	4.816,50	4.952,87
BA	293105	Tanque Novo	5	253,50	4.816,50	4.098,42
BA	293110	Tanquinho	4	202,80	3.853,20	1.960,06
BA	293120	Taperoá	5	253,50	4.816,50	5.020,25
BA	293130	Tapiramutá	5	253,50	4.816,50	4.093,00
BA	293135	Teixeira de Freitas	52	2.636,40	50.091,60	37.053,96
BA	293140	Teodoro Sampaio	4	202,80	3.853,20	1.861,98
BA	293150	Teofilândia	5	253,50	4.816,50	5.898,41
BA	293160	Teolândia	4	202,80	3.853,20	3.519,31
BA	293170	Terra Nova	6	304,20	5.779,80	3.104,52
BA	293180	Tremedal	4	202,80	3.853,20	4.653,46
BA	293190	Tucano	14	709,80	13.486,20	12.863,35
BA	293200	Uauá	6	304,20	5.779,80	6.120,87
BA	293210	Ubaíra	5	253,50	4.816,50	5.234,12
BA	293220	Ubaitaba	5	253,50	4.816,50	4.892,37
BA	293230	Ubatã	9	456,30	8.669,70	6.431,91
BA	293240	Uibaí	6	304,20	5.779,80	3.319,02
BA	293245	Umburanas	4	202,80	3.853,20	5.094,38
BA	293250	Una	8	405,60	7.706,40	5.269,00
BA	293260	Urandi	4	202,80	3.853,20	4.101,63
BA	293270	Uruçuca	9	456,30	8.669,70	5.434,03
BA	293280	Utinga	7	354,90	6.743,10	4.628,11
BA	293290	Valença	41	2.078,70	39.495,30	22.629,98
BA	293300	Valente	8	405,60	7.706,40	6.586,94

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800074

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

BA	293305	Várzea da Roça	4	202,80	3.853,20	3.377,95
BA	293310	Várzea do Poço	4	202,80	3.853,20	2.165,40
BA	293315	Várzea Nova	5	253,50	4.816,50	3.154,55
BA	293317	Varzedo	3	152,10	2.889,90	2.168,17
BA	293320	Vera Cruz	20	1.014,00	19.266,00	10.612,36
BA	293325	Vereda	1	50,70	963,30	2.149,55
BA	293330	Vitória da Conquista	164	8.314,80	157.981,20	79.914,54
BA	293340	Wagner	4	202,80	3.853,20	2.235,06
BA	293345	Wanderley	0	0,00	0,00	5.999,12
BA	293350	Wenceslau Guimarães	5	253,50	4.816,50	6.075,21
BA	293360	Xique-Xique	18	912,60	17.339,40	11.083,65
		Total	5.463	276.974,10	5.262.507,90	5.585.811,57

ANEXO VI

UF	IBGE	Município	Nº ACE ELEGIVEIS	Incentivo (R$)	AFC (R$)	PFVS Mensal (R$)
CE	230000	SES/CE	0	0,00	0,00	779.258,78
CE	230010	Abaiara	4	202,80	3.853,20	2.543,24
CE	230015	Acarape	4	202,80	3.853,20	3.643,85
CE	230020	Acaraú	15	760,50	14.449,50	13.657,54
CE	230030	Acopiara	17	861,90	16.376,10	11.849,56
CE	230040	Aiuaba	4	202,80	3.853,20	3.782,06
CE	230050	Alcântaras	4	202,80	3.853,20	2.527,52
CE	230060	Altaneira	4	202,80	3.853,20	1.649,07
CE	230070	Alto Santo	4	202,80	3.853,20	3.739,79
CE	230075	Amontada	7	354,90	6.743,10	12.360,99
CE	230080	Antonina do Norte	3	152,10	2.889,90	1.616,76
CE	230090	Apuiarés	4	202,80	3.853,20	3.257,46
CE	230100	Aquiraz	40	2.028,00	38.532,00	21.629,42
CE	230110	Aracati	28	1.419,60	26.972,40	16.158,14
CE	230120	Aracoiaba	8	405,60	7.706,40	5.839,30
CE	230125	Ararendá	4	202,80	3.853,20	2.411,21
CE	230130	Araripe	6	304,20	5.779,80	4.754,71
CE	230140	Aratuba	4	202,80	3.853,20	2.591,39
CE	230150	Arneiroz	3	152,10	2.889,90	1.721,55
CE	230160	Assaré	8	405,60	7.706,40	5.108,02
CE	230170	Aurora	8	405,60	7.706,40	5.475,34
CE	230180	Baixio	3	152,10	2.889,90	1.386,42
CE	230185	Banabuiú	5	253,50	4.816,50	3.979,14
CE	230190	Barbalha	19	963,30	18.302,70	13.135,55
CE	230195	Barreira	5	253,50	4.816,50	4.617,84
CE	230200	Barro	8	405,60	7.706,40	4.946,07
CE	230205	Barroquinha	5	253,50	4.816,50	3.278,37
CE	230210	Baturité	14	709,80	13.486,20	7.876,39
CE	230220	Beberibe	14	709,80	13.486,20	11.603,98
CE	230230	Bela Cruz	8	405,60	7.706,40	7.136,17
CE	230240	Boa Viagem	16	811,20	15.412,80	12.012,51
CE	230250	Brejo Santo	17	861,90	16.376,10	10.665,87
CE	230260	Camocim	26	1.318,20	25.045,80	13.900,01
CE	230270	Campos Sales	12	608,40	11.559,60	6.009,89
CE	230280	Canindé	27	1.368,90	26.009,10	17.176,97
CE	230290	Capistrano	4	202,80	3.853,20	3.966,42
CE	230300	Caridade	3	152,10	2.889,90	6.965,72
CE	230310	Cariré	4	202,80	3.853,20	4.403,85
CE	230320	Caririaçu	9	456,30	8.669,70	5.970,49
CE	230330	Cariús	5	253,50	4.816,50	4.153,68
CE	230340	Carnaubal	4	202,80	3.853,20	3.951,09
CE	230350	Cascavel	35	1.774,50	33.715,50	15.538,80
CE	230360	Catarina	5	253,50	4.816,50	4.429,90
CE	230365	Catunda	4	202,80	3.853,20	2.307,91
CE	230370	Caucaia	159	8.061,30	153.164,70	98.834,82
CE	230380	Cedro	10	507,00	9.633,00	5.553,03
CE	230390	Chaval	5	253,50	4.816,50	2.847,35
CE	230393	Choró	4	202,80	3.853,20	2.976,33
CE	230395	Chorozinho	6	304,20	5.779,80	5.244,96
CE	230400	Coreaú	3	152,10	2.889,90	7.315,02
CE	230410	Crateús	34	1.723,80	32.752,20	16.493,33
CE	230420	Crato	59	2.991,30	56.834,70	28.668,60
CE	230423	Croatá	6	304,20	5.779,80	3.972,29
CE	230425	Cruz	5	253,50	4.816,50	5.791,51
CE	230426	Deputado Irapuan Pinheiro	3	152,10	2.889,90	2.113,03
CE	230427	Ererê	3	152,10	2.889,90	1.574,86
CE	230428	Eusébio	28	1.419,60	26.972,40	14.401,44
CE	230430	Farias Brito	6	304,20	5.779,80	4.232,84
CE	230435	Forquilha	9	456,30	8.669,70	5.321,37
CE	230440	Fortaleza	1.270	64.389,00	1.223.391,00	714.154,48
CE	230445	Fortim	5	253,50	4.816,50	3.558,24
CE	230450	Frecheirinha	5	253,50	4.816,50	3.026,22
CE	230460	General Sampaio	3	152,10	2.889,90	1.531,18
CE	230465	Graça	4	202,80	3.853,20	3.420,09
CE	230470	Granja	15	760,50	14.449,50	12.093,74
CE	230480	Granjeiro	2	101,40	1.926,60	1.017,63
CE	230490	Groaíras	3	152,10	2.889,90	2.422,84

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800075

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CE	230495	Guaiúba	9	456,30	8.669,70	7.200,68
CE	230500	Guaraciaba do Norte	8	405,60	7.706,40	10.000,75
CE	230510	Guaramiranga	2	101,40	1.926,60	901,46
CE	230520	Hidrolândia	6	304,20	5.779,80	4.496,88
CE	230523	Horizonte	35	1.774,50	33.715,50	17.980,70
CE	230526	Ibaretama	4	202,80	3.853,20	2.932,87
CE	230530	Ibiapina	6	304,20	5.779,80	5.593,14
CE	230533	Ibicuitinga	4	202,80	3.853,20	2.719,04
CE	230535	Icapuí	4	202,80	3.853,20	4.778,79
CE	230540	Icó	18	912,60	17.339,40	14.934,64
CE	230550	Iguatu	40	2.028,00	38.532,00	22.479,07
CE	230560	Independência	7	354,90	6.743,10	5.768,11
CE	230565	Ipaporanga	4	202,80	3.853,20	2.546,82
CE	230570	Ipaumirim	4	202,80	3.853,20	2.739,31
CE	230580	Ipu	15	760,50	14.449,50	9.210,68
CE	230590	Ipueiras	12	608,40	11.559,60	8.519,94
CE	230600	Iracema	6	304,20	5.779,80	3.139,36
CE	230610	Irauçuba	8	405,60	7.706,40	5.302,93
CE	230620	Itaiçaba	3	152,10	2.889,90	1.695,32
CE	230625	Itaitinga	23	1.166,10	22.155,90	10.733,23
CE	230630	Itapagé	18	912,60	17.339,40	11.389,11
CE	230640	Itapipoca	36	1.825,20	34.678,80	28.124,17
CE	230650	Itapiúna	5	253,50	4.816,50	4.423,43
CE	230655	Itarema	7	354,90	6.743,10	11.626,47
CE	230660	Itatira	5	253,50	4.816,50	4.571,14
CE	230670	Jaguaretama	5	253,50	4.816,50	4.004,70
CE	230680	Jaguaribara	4	202,80	3.853,20	2.492,06
CE	230690	Jaguaribe	12	608,40	11.559,60	7.667,89
CE	230700	Jaguaruana	13	659,10	12.522,90	7.422,16
CE	230710	Jardim	5	253,50	4.816,50	7.225,56
CE	230720	Jati	3	152,10	2.889,90	1.722,62
CE	230725	Jijoca de Jericoacoara	4	202,80	3.853,20	4.685,97
CE	230730	Juazeiro do Norte	148	7.503,60	142.568,40	59.341,70
CE	230740	Jucás	9	456,30	8.669,70	5.449,23
CE	230750	Lavras da Mangabeira	11	557,70	10.596,30	6.930,44
CE	230760	Limoeiro do Norte	20	1.014,00	19.266,00	12.934,18
CE	230763	Madalena	5	253,50	4.816,50	4.369,98
CE	230765	Maracanaú	128	6.489,60	123.302,40	61.924,71
CE	230770	Maranguape	50	2.535,00	48.165,00	34.460,84
CE	230780	Marco	8	405,60	7.706,40	5.982,33
CE	230790	Martinópole	5	253,50	4.816,50	2.465,46
CE	230800	Massapê	14	709,80	13.486,20	8.414,57
CE	230810	Mauriti	14	709,80	13.486,20	10.237,89
CE	230820	Meruoca	4	202,80	3.853,20	3.311,46
CE	230830	Milagres	8	405,60	7.706,40	6.286,89
CE	230835	Milhã	4	202,80	3.853,20	2.918,30
CE	230837	Miraíma	4	202,80	3.853,20	3.024,81
CE	230840	Missão Velha	9	456,30	8.669,70	7.811,60
CE	230850	Mombaça	11	557,70	10.596,30	9.693,25
CE	230860	Monsenhor Tabosa	5	253,50	4.816,50	3.865,66
CE	230870	Morada Nova	18	912,60	17.339,40	13.757,74
CE	230880	Moraújo	3	152,10	2.889,90	1.910,71
CE	230890	Morrinhos	6	304,20	5.779,80	4.893,57
CE	230900	Mucambo	5	253,50	4.816,50	3.188,74
CE	230910	Mulungu	4	202,80	3.853,20	2.831,89
CE	230920	Nova Olinda	6	304,20	5.779,80	3.401,14
CE	230930	Nova Russas	15	760,50	14.449,50	7.123,02
CE	230940	Novo Oriente	9	456,30	8.669,70	6.307,55
CE	230945	Ocara	5	253,50	4.816,50	6.333,36
CE	230950	Orós	11	557,70	10.596,30	4.751,89
CE	230960	Pacajus	34	1.723,80	32.752,20	19.306,71
CE	230970	Pacatuba	35	1.774,50	33.715,50	22.458,57
CE	230980	Pacoti	3	152,10	2.889,90	2.673,91
CE	230990	Pacujá	3	152,10	2.889,90	1.378,15
CE	231000	Palhano	3	152,10	2.889,90	2.055,95
CE	231010	Palmácia	4	202,80	3.853,20	2.882,96
CE	231020	Paracuru	13	659,10	12.522,90	7.455,32
CE	231025	Paraipaba	7	354,90	6.743,10	7.526,74
CE	231030	Parambu	0	0,00	0,00	13.950,04
CE	231040	Paramoti	4	202,80	3.853,20	2.552,54
CE	231050	Pedra Branca	16	811,20	15.412,80	9.470,48
CE	231060	Penaforte	4	202,80	3.853,20	1.975,17
CE	231070	Pentecoste	13	659,10	12.522,90	8.160,84
CE	231080	Pereiro	4	202,80	3.853,20	3.585,68
CE	231085	Pindoretama	4	202,80	3.853,20	5.237,94
CE	231090	Piquet Carneiro	4	202,80	3.853,20	3.674,17
CE	231095	Pires Ferreira	4	202,80	3.853,20	2.378,64
CE	231100	Poranga	4	202,80	3.853,20	2.750,62
CE	231110	Porteiras	4	202,80	3.853,20	3.342,98
CE	231120	Potengi	4	202,80	3.853,20	2.419,32
CE	231123	Potiretama	3	152,10	2.889,90	1.409,67
CE	231126	Quiterianópolis	5	253,50	4.816,50	4.637,66
CE	231130	Quixadá	33	1.673,10	31.788,90	19.050,14
CE	231135	Quixelô	4	202,80	3.853,20	3.337,94
CE	231140	Quixeramobim	28	1.419,60	26.972,40	17.285,12
CE	231150	Quixeré	6	304,20	5.779,80	4.812,05
CE	231160	Redenção	9	456,30	8.669,70	6.116,08
CE	231170	Reriutaba	7	354,90	6.743,10	4.294,05
CE	231180	Russas	29	1.470,30	27.935,70	16.734,62

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800076

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CE	231190	Saboeiro	4	202,80	3.853,20	3.542,37
CE	231195	Salitre	4	202,80	3.853,20	3.617,77
CE	231200	Santana do Acaraú	9	456,30	8.669,70	7.080,14
CE	231210	Santana do Cariri	5	253,50	4.816,50	3.882,10
CE	231220	Santa Quitéria	14	709,80	13.486,20	9.679,88
CE	231230	São Benedito	12	608,40	11.559,60	10.499,26
CE	231240	São Gonçalo do Amarante	17	861,90	16.376,10	13.260,91
CE	231250	São João do Jaguaribe	3	152,10	2.889,90	1.734,05
CE	231260	São Luís do Curu	5	253,50	4.816,50	2.844,12
CE	231270	Senador Pompeu	11	557,70	10.596,30	5.910,51
CE	231280	Senador Sá	4	202,80	3.853,20	1.674,71
CE	231290	Sobral	92	4.664,40	88.623,60	45.149,39
CE	231300	Solonópole	6	304,20	5.779,80	4.000,11
CE	231310	Tabuleiro do Norte	12	608,40	11.559,60	6.708,45
CE	231320	Tamboril	9	456,30	8.669,70	5.701,51
CE	231325	Tarrafas	3	152,10	2.889,90	1.973,11
CE	231330	Tauá	21	1.064,70	20.229,30	12.842,81
CE	231335	Tejuçuoca	4	202,80	3.853,20	4.527,78
CE	231340	Tianguá	26	1.318,20	25.045,80	16.635,27
CE	231350	Trairi	11	557,70	10.596,30	13.732,29
CE	231355	Tururu	4	202,80	3.853,20	3.526,58
CE	231360	Ubajara	9	456,30	8.669,70	7.678,47
CE	231370	Umari	3	152,10	2.889,90	1.707,93
CE	231375	Umirim	6	304,20	5.779,80	4.355,71
CE	231380	Uruburetama	8	405,60	7.706,40	4.757,26
CE	231390	Uruoca	5	253,50	4.816,50	3.027,60
CE	231395	Varjota	8	405,60	7.706,40	4.057,23
CE	231400	Várzea Alegre	16	811,20	15.412,80	8.949,15
CE	231410	Viçosa do Ceará	10	507,00	9.633,00	17.499,18
		Total	3.584	181.708,80	3.452.467,20	2.997.975,56

		ANEXO VII				
UF	IBGE	Município	Nº ACE ELEGIVEIS	Incentivo (R$)	AFC (R$)	PFVS Mensal (R$)
DF	530000	Brasília	448	22.713,60	431.558,40	596.009,36
		Total	448	22.713,60	431.558,40	596.009,36
		ANEXO VIII				
UF	IBGE	Município	Nº ACE ELEGIVEIS	Incentivo (R$)	AFC (R$)	PFVS Mensal (R$)
ES	320000	SES/ES	0	0,00	0,00	405.933,11
ES	320010	Afonso Cláudio	9	456,30	8.669,70	6.645,83
ES	320013	Águia Branca	1	50,70	963,30	3.154,74
ES	320016	Água Doce do Norte	4	202,80	3.853,20	2.483,48
ES	320020	Alegre	10	507,00	9.633,00	6.587,85
ES	320030	Alfredo Chaves	4	202,80	3.853,20	3.079,24
ES	320035	Alto Rio Novo	1	50,70	963,30	2.312,35
ES	320040	Anchieta	10	507,00	9.633,00	5.828,14
ES	320050	Apiacá	4	202,80	3.853,20	1.619,45
ES	320060	Aracruz	36	1.825,20	34.678,80	20.088,57
ES	320070	Atilio Vivacqua	0	0,00	0,00	4.819,96
ES	320080	Baixo Guandu	6	304,20	5.779,80	7.202,75
ES	320090	Barra de São Francisco	0	0,00	0,00	18.490,55
ES	320100	Boa Esperança	0	0,00	0,00	6.312,83
ES	320110	Bom Jesus do Norte	5	253,50	4.816,50	2.093,53
ES	320115	Brejetuba	0	0,00	0,00	5.242,18
ES	320120	Cachoeiro de Itapemirim	73	3.701,10	70.320,90	44.975,41
ES	320130	Cariacica	66	3.346,20	63.577,80	138.821,98
ES	320140	Castelo	9	456,30	8.669,70	7.820,40
ES	320150	Colatina	45	2.281,50	43.348,50	25.423,85
ES	320160	Conceição da Barra	12	608,40	11.559,60	6.446,36
ES	320170	Conceição do Castelo	0	0,00	0,00	5.285,46
ES	320180	Divino de São Lourenço	0	0,00	0,00	1.914,26
ES	320190	Domingos Martins	5	253,50	4.816,50	9.375,94
ES	320200	Dores do Rio Preto	0	0,00	0,00	2.837,50
ES	320210	Ecoporanga	3	152,10	2.889,90	7.043,62
ES	320220	Fundão	0	0,00	0,00	10.845,53
ES	320225	Governador Lindenberg	4	202,80	3.853,20	2.572,50
ES	320230	Guaçuí	0	0,00	0,00	12.740,40
ES	320240	Guarapari	48	2.433,60	46.238,40	36.077,37
ES	320245	Ibatiba	6	304,20	5.779,80	5.284,24
ES	320250	Ibiraçu	0	0,00	0,00	5.137,24
ES	320255	Ibitirama	0	0,00	0,00	3.838,33
ES	320260	Iconha	0	0,00	0,00	5.723,20
ES	320265	Irupi	0	0,00	0,00	5.463,50
ES	320270	Itaguaçu	5	253,50	4.816,50	3.030,65
ES	320280	Itapemirim	10	507,00	9.633,00	7.257,45
ES	320290	Itarana	4	202,80	3.853,20	2.317,09

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800077

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ES	320300	Iúna	6	304,20	5.779,80	6.427,73
ES	320305	Jaguaré	0	0,00	0,00	12.103,81
ES	320310	Jerônimo Monteiro	5	253,50	4.816,50	2.457,35
ES	320313	João Neiva	7	354,90	6.743,10	3.505,13
ES	320316	Laranja da Terra	0	0,00	0,00	4.678,27
ES	320320	Linhares	61	3.092,70	58.761,30	34.513,97
ES	320330	Mantenópolis	5	253,50	4.816,50	3.148,05
ES	320332	Marataízes	14	709,80	13.486,20	11.423,76
ES	320334	Marechal Floriano	0	0,00	0,00	6.755,87
ES	320335	Marilândia	4	202,80	3.853,20	2.572,91
ES	320340	Mimoso do Sul	0	0,00	0,00	11.183,43
ES	320350	Montanha	9	456,30	8.669,70	3.959,00
ES	320360	Mucurici	0	0,00	0,00	2.412,84
ES	320370	Muniz Freire	5	253,50	4.816,50	3.895,70
ES	320380	Muqui	2	101,40	1.926,60	4.527,51
ES	320390	Nova Venécia	0	0,00	0,00	20.821,32
ES	320400	Pancas	6	304,20	5.779,80	4.838,14
ES	320405	Pedro Canário	12	608,40	11.559,60	5.417,97
ES	320410	Pinheiros	7	354,90	6.743,10	5.539,04
ES	320420	Piúma	8	405,60	7.706,40	7.529,83
ES	320425	Ponto Belo	4	202,80	3.853,20	1.613,12
ES	320430	Presidente Kennedy	4	202,80	3.853,20	2.397,33
ES	320435	Rio Bananal	4	202,80	3.853,20	4.091,74
ES	320440	Rio Novo do Sul	0	0,00	0,00	4.938,79
ES	320450	Santa Leopoldina	1	50,70	963,30	4.299,70
ES	320455	Santa Maria de Jetibá	5	253,50	4.816,50	11.487,43
ES	320460	Santa Teresa	0	0,00	0,00	9.810,20
ES	320465	São Domingos do Norte	0	0,00	0,00	3.600,68
ES	320470	São Gabriel da Palha	10	507,00	9.633,00	7.630,73
ES	320480	São José do Calçado	0	0,00	0,00	4.506,36
ES	320490	São Mateus	44	2.230,80	42.385,20	26.225,00
ES	320495	São Roque do Canaã	1	50,70	963,30	4.173,12
ES	320500	Serra	147	7.452,90	141.605,10	131.308,95
ES	320501	Sooretama	5	253,50	4.816,50	7.040,68
ES	320503	Vargem Alta	5	253,50	4.816,50	4.406,73
ES	320506	Venda Nova do Imigrante	0	0,00	0,00	10.034,79
ES	320510	Viana	0	0,00	0,00	40.115,46
ES	320515	Vila Pavão	0	0,00	0,00	3.862,42
ES	320517	Vila Valério	2	101,40	1.926,60	4.074,67
ES	320520	Vila Velha	117	5.931,90	112.706,10	141.431,63
ES	320530	Vitória	110	5.577,00	105.963,00	94.870,33
		Total	990	50.193,00	953.667,00	1.531.758,33

ANEXO IX

UF	IBGE	Município	Nº ACE ELEGIVEIS	Incentivo (R$)	AFC (R$)	PFVS Mensal (R$)
GO	520000	SES/GO	0	0,00	0,00	447.581,90
GO	520005	Abadia de Goiás	3	152,10	2.889,90	4.113,50
GO	520010	Abadiânia	6	304,20	5.779,80	4.616,09
GO	520013	Acreúna	9	456,30	8.669,70	4.873,63
GO	520015	Adelândia	2	101,40	1.926,60	1.482,17
GO	520017	Água Fria de Goiás	3	152,10	2.889,90	4.586,30
GO	520020	Água Limpa	2	101,40	1.926,60	1.643,17
GO	520025	Águas Lindas de Goiás	95	4.816,50	91.513,50	38.994,06
GO	520030	Alexânia	12	608,40	11.559,60	5.696,99
GO	520050	Aloândia	2	101,40	1.926,60	1.478,44
GO	520055	Alto Horizonte	3	152,10	2.889,90	2.275,28
GO	520060	Alto Paraíso de Goiás	4	202,80	3.853,20	3.579,19
GO	520080	Alvorada do Norte	4	202,80	3.853,20	2.951,94
GO	520082	Amaralina	0	0,00	0,00	4.854,51
GO	520085	Americano do Brasil	3	152,10	2.889,90	1.746,58
GO	520090	Amorinópolis	0	0,00	0,00	3.170,56
GO	520110	Anápolis	223	11.306,10	214.815,90	68.665,20
GO	520120	Anhanguera	1	50,70	963,30	2.123,91
GO	520130	Anicuns	11	557,70	10.596,30	4.316,98
GO	520140	Aparecida de Goiânia	156	7.909,20	150.274,80	124.228,96
GO	520145	Aparecida do Rio Doce	0	0,00	0,00	3.526,91
GO	520150	Aporé	2	101,40	1.926,60	4.414,81
GO	520160	Araçu	2	101,40	1.926,60	1.568,42
GO	520170	Aragarças	0	0,00	0,00	8.767,23
GO	520180	Aragoiânia	4	202,80	3.853,20	3.723,11
GO	520215	Araguapaz	3	152,10	2.889,90	3.627,39
GO	520235	Arenópolis	1	50,70	963,30	2.855,50

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800078

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

GO	520250	Aruanã	5	253,50	4.816,50	3.938,84
GO	520260	Aurilândia	0	0,00	0,00	3.349,52
GO	520280	Avelinópolis	1	50,70	963,30	2.020,05
GO	520310	Baliza	2	101,40	1.926,60	4.061,29
GO	520320	Barro Alto	4	202,80	3.853,20	2.846,83
GO	520330	Bela Vista de Goiás	11	557,70	10.596,30	6.760,61
GO	520340	Bom Jardim de Goiás	4	202,80	3.853,20	3.217,34
GO	520350	Bom Jesus de Goiás	12	608,40	11.559,60	4.567,91
GO	520355	Bonfinópolis	3	152,10	2.889,90	2.722,38
GO	520357	Bonópolis	0	0,00	0,00	5.195,33
GO	520360	Brazabrantes	2	101,40	1.926,60	2.456,94
GO	520380	Britânia	3	152,10	2.889,90	2.536,18
GO	520390	Buriti Alegre	6	304,20	5.779,80	2.627,29
GO	520393	Buriti de Goiás	2	101,40	1.926,60	1.602,46
GO	520396	Buritinópolis	2	101,40	1.926,60	1.664,63
GO	520400	Cabeceiras	4	202,80	3.853,20	3.181,60
GO	520410	Cachoeira Alta	5	253,50	4.816,50	3.550,93
GO	520420	Cachoeira de Goiás	1	50,70	963,30	2.418,86
GO	520425	Cachoeira Dourada	4	202,80	3.853,20	2.312,23
GO	520430	Caçu	7	354,90	6.743,10	4.184,17
GO	520440	Caiapônia	7	354,90	6.743,10	10.614,36
GO	520450	Caldas Novas	46	2.332,20	44.311,80	20.218,93
GO	520455	Caldazinha	2	101,40	1.926,60	2.716,63
GO	520460	Campestre de Goiás	2	101,40	1.926,60	1.813,14
GO	520465	Campinaçu	2	101,40	1.926,60	3.003,00
GO	520470	Campinorte	6	304,20	5.779,80	3.221,83
GO	520480	Campo Alegre de Goiás	3	152,10	2.889,90	3.665,74
GO	520485	Campo Limpo de Goiás	1	50,70	963,30	2.648,57
GO	520490	Campos Belos	11	557,70	10.596,30	4.102,49
GO	520495	Campos Verdes	2	101,40	1.926,60	1.715,11
GO	520500	Carmo do Rio Verde	3	152,10	2.889,90	2.282,71
GO	520505	Castelândia	2	101,40	1.926,60	1.581,85
GO	520510	Catalão	27	1.368,90	26.009,10	20.219,84
GO	520520	Caturaí	1	50,70	963,30	3.403,53
GO	520530	Cavalcante	3	152,10	2.889,90	10.055,08
GO	520540	Ceres	12	608,40	11.559,60	4.262,75
GO	520545	Cezarina	3	152,10	2.889,90	2.177,73
GO	520547	Chapadão do Céu	0	0,00	0,00	7.571,47
GO	520549	Cidade Ocidental	29	1.470,30	27.935,70	11.491,21
GO	520551	Cocalzinho de Goiás	7	354,90	6.743,10	5.519,13
GO	520552	Colinas do Sul	0	0,00	0,00	4.924,24
GO	520570	Córrego do Ouro	2	101,40	1.926,60	1.589,18
GO	520580	Corumbá de Goiás	4	202,80	3.853,20	3.561,23
GO	520590	Corumbaíba	4	202,80	3.853,20	3.233,56
GO	520620	Cristalina	7	354,90	6.743,10	21.610,91
GO	520630	Cristianópolis	2	101,40	1.926,60	1.565,77
GO	520640	Crixás	0	0,00	0,00	11.016,00
GO	520650	Cromínia	0	0,00	0,00	3.210,99
GO	520660	Cumari	2	101,40	1.926,60	1.699,03
GO	520670	Damianópolis	2	101,40	1.926,60	1.747,43
GO	520680	Damolândia	0	0,00	0,00	2.893,59
GO	520690	Davinópolis	2	101,40	1.926,60	1.681,22
GO	520710	Diorama	1	50,70	963,30	2.600,67
GO	520725	Doverlândia	1	50,70	963,30	16.855,55
GO	520735	Edealina	2	101,40	1.926,60	1.733,39
GO	520740	Edéia	6	304,20	5.779,80	3.379,26
GO	520750	Estrela do Norte	1	50,70	963,30	2.170,40
GO	520753	Faina	3	152,10	2.889,90	2.942,75
GO	520760	Fazenda Nova	0	0,00	0,00	5.029,98
GO	520780	Firminópolis	5	253,50	4.816,50	2.696,64
GO	520790	Flores de Goiás	4	202,80	3.853,20	9.787,54
GO	520800	Formosa	43	2.180,10	41.421,90	23.844,32
GO	520810	Formoso	3	152,10	2.889,90	1.988,68
GO	520815	Gameleira de Goiás	2	101,40	1.926,60	1.948,53
GO	520830	Divinópolis de Goiás	2	101,40	1.926,60	2.748,03
GO	520840	Goianápolis	4	202,80	3.853,20	4.069,23
GO	520850	Goiandira	0	0,00	0,00	3.733,03
GO	520860	Goianésia	32	1.622,40	30.825,60	11.616,83
GO	520870	Goiânia	700	35.490,00	674.310,00	364.969,88
GO	520880	Goianira	27	1.368,90	26.009,10	9.434,56
GO	520890	Goiás	11	557,70	10.596,30	6.854,25
GO	520910	Goiatuba	18	912,60	17.339,40	6.700,08
GO	520915	Gouvelândia	3	152,10	2.889,90	2.066,97
GO	520920	Guapó	6	304,20	5.779,80	3.629,38
GO	520929	Guaraíta	0	0,00	0,00	3.956,86
GO	520940	Guarani de Goiás	2	101,40	1.926,60	2.683,96
GO	520945	Guarinos	2	101,40	1.926,60	1.608,54
GO	520960	Heitoraí	2	101,40	1.926,60	1.720,72
GO	520970	Hidrolândia	7	354,90	6.743,10	5.668,23
GO	520980	Hidrolina	0	0,00	0,00	3.403,39
GO	520990	Iaciara	5	253,50	4.816,50	3.731,83
GO	520993	Inaciolândia	3	152,10	2.889,90	2.058,03
GO	520995	Indiara	5	253,50	4.816,50	3.400,64
GO	521000	Inhumas	18	912,60	17.339,40	9.116,22
GO	521010	Ipameri	13	659,10	12.522,90	6.961,48
GO	521015	Ipiranga de Goiás	2	101,40	1.926,60	1.538,16
GO	521020	Iporá	18	912,60	17.339,40	5.680,31
GO	521030	Israelândia	0	0,00	0,00	3.347,97
GO	521040	Itaberaí	12	608,40	11.559,60	7.033,39

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800079

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

GO	521056	Itaguari	2	101,40	1.926,60	1.562,27
GO	521060	Itaguaru	3	152,10	2.889,90	1.660,43
GO	521080	Itajá	3	152,10	2.889,90	2.834,46
GO	521090	Itapaci	10	507,00	9.633,00	4.032,24
GO	521100	Itapirapuã	4	202,80	3.853,20	3.408,72
GO	521120	Itapuranga	13	659,10	12.522,90	4.989,15
GO	521130	Itarumã	3	152,10	2.889,90	4.947,09
GO	521140	Itauçu	4	202,80	3.853,20	2.191,38
GO	521150	Itumbiara	30	1.521,00	28.899,00	17.640,78
GO	521160	Ivolândia	2	101,40	1.926,60	2.059,58
GO	521170	Jandaia	3	152,10	2.889,90	2.181,81
GO	521180	Jaraguá	18	912,60	17.339,40	8.588,97
GO	521190	Jataí	47	2.382,90	45.275,10	20.758,04
GO	521200	Jaupaci	0	0,00	0,00	3.553,14
GO	521205	Jesúpolis	1	50,70	963,30	2.007,87
GO	521210	Joviânia	4	202,80	3.853,20	2.108,52
GO	521220	Jussara	9	456,30	8.669,70	5.729,67
GO	521225	Lagoa Santa	2	101,40	1.926,60	1.882,53
GO	521230	Leopoldo de Bulhões	3	152,10	2.889,90	2.256,12
GO	521250	Luziânia	106	5.374,20	102.109,80	39.703,64
GO	521260	Mairipotaba	1	50,70	963,30	2.312,86
GO	521270	Mambaí	3	152,10	2.889,90	2.659,00
GO	521280	Mara Rosa	1	50,70	963,30	5.590,67
GO	521290	Marzagão	0	0,00	0,00	3.222,70
GO	521295	Matrinchã	2	101,40	1.926,60	2.402,78
GO	521300	Maurilândia	6	304,20	5.779,80	2.720,99
GO	521305	Mimoso de Goiás	2	101,40	1.926,60	3.290,49
GO	521308	Minaçu	13	659,10	12.522,90	7.264,99
GO	521310	Mineiros	27	1.368,90	26.009,10	15.824,28
GO	521340	Moiporá	1	50,70	963,30	2.226,38
GO	521350	Monte Alegre de Goiás	3	152,10	2.889,90	5.565,73
GO	521370	Montes Claros de Goiás	4	202,80	3.853,20	3.557,43
GO	521375	Montividiu	3	152,10	2.889,90	4.491,21
GO	521377	Montividiu do Norte	0	0,00	0,00	5.216,20
GO	521380	Morrinhos	21	1.064,70	20.229,30	8.330,75
GO	521385	Morro Agudo de Goiás	0	0,00	0,00	3.196,71
GO	521390	Mossâmedes	1	50,70	963,30	2.751,38
GO	521400	Mozarlândia	2	101,40	1.926,60	5.641,69
GO	521405	Mundo Novo	3	152,10	2.889,90	3.921,33
GO	521410	Mutunópolis	2	101,40	1.926,60	1.887,48
GO	521440	Nazário	5	253,50	4.816,50	2.130,34
GO	521450	Nerópolis	14	709,80	13.486,20	6.841,89
GO	521460	Niquelândia	13	659,10	12.522,90	12.503,22
GO	521470	Nova América	2	101,40	1.926,60	1.545,63
GO	521480	Nova Aurora	1	50,70	963,30	2.284,80
GO	521483	Nova Crixás	4	202,80	3.853,20	10.234,82
GO	521486	Nova Glória	2	101,40	1.926,60	2.607,79
GO	521487	Nova Iguaçu de Goiás	1	50,70	963,30	2.536,73
GO	521490	Nova Roma	2	101,40	1.926,60	3.457,01
GO	521500	Nova Veneza	4	202,80	3.853,20	2.843,78
GO	521520	Novo Brasil	1	50,70	963,30	2.402,79
GO	521523	Novo Gama	33	1.673,10	31.788,90	19.328,37
GO	521525	Novo Planalto	2	101,40	1.926,60	2.638,93
GO	521530	Orizona	5	253,50	4.816,50	3.994,18
GO	521540	Ouro Verde de Goiás	1	50,70	963,30	2.012,04
GO	521550	Ouvidor	3	152,10	2.889,90	1.932,71
GO	521560	Padre Bernardo	9	456,30	8.669,70	7.675,51
GO	521565	Palestina de Goiás	2	101,40	1.926,60	2.294,88
GO	521570	Palmeiras de Goiás	11	557,70	10.596,30	5.012,09
GO	521580	Palmelo	2	101,40	1.926,60	1.489,63
GO	521590	Palminópolis	2	101,40	1.926,60	1.656,66
GO	521600	Panamá	2	101,40	1.926,60	1.649,01
GO	521630	Paranaiguara	5	253,50	4.816,50	2.959,03
GO	521640	Paraúna	3	152,10	2.889,90	6.314,26
GO	521645	Perolândia	0	0,00	0,00	4.775,54
GO	521680	Petrolina de Goiás	3	152,10	2.889,90	2.713,60
GO	521690	Pilar de Goiás	0	0,00	0,00	3.508,26
GO	521710	Piracanjuba	11	557,70	10.596,30	5.485,21
GO	521720	Piranhas	5	253,50	4.816,50	3.574,94
GO	521730	Pirenópolis	3	152,10	2.889,90	9.034,91
GO	521740	Pires do Rio	12	608,40	11.559,60	5.596,02
GO	521760	Planaltina	44	2.230,80	42.385,20	19.190,72
GO	521770	Pontalina	9	456,30	8.669,70	4.052,43
GO	521800	Porangatu	19	963,30	18.302,70	10.788,77
GO	521805	Porteirão	2	101,40	1.926,60	1.953,47
GO	521810	Portelândia	1	50,70	963,30	2.928,69
GO	521830	Posse	8	405,60	7.706,40	7.142,66
GO	521839	Professor Jamil	0	0,00	0,00	3.216,20
GO	521850	Quirinópolis	18	912,60	17.339,40	10.265,29
GO	521860	Rialma	1	50,70	963,30	4.067,43
GO	521870	Rianápolis	0	0,00	0,00	3.174,04
GO	521878	Rio Quente	2	101,40	1.926,60	2.105,08
GO	521880	Rio Verde	52	2.636,40	50.091,60	38.334,27
GO	521890	Rubiataba	10	507,00	9.633,00	3.884,59
GO	521900	Sanclerlândia	4	202,80	3.853,20	2.154,19
GO	521910	Santa Bárbara de Goiás	2	101,40	1.926,60	1.802,19
GO	521920	Santa Cruz de Goiás	1	50,70	963,30	3.185,20
GO	521925	Santa Fé de Goiás	2	101,40	1.926,60	2.689,36
GO	521930	Santa Helena de Goiás	21	1.064,70	20.229,30	6.667,02

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800080

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

GO	521935	Santa Isabel	0	0,00	0,00	3.758,43
GO	521940	Santa Rita do Araguaia	4	202,80	3.853,20	2.794,59
GO	521945	Santa Rita do Novo Destino	1	50,70	963,30	3.054,29
GO	521950	Santa Rosa de Goiás	2	101,40	1.926,60	1.445,90
GO	521960	Santa Tereza de Goiás	0	0,00	0,00	3.668,01
GO	521970	Santa Terezinha de Goiás	2	101,40	1.926,60	3.536,45
GO	521971	Santo Antônio da Barra	2	101,40	1.926,60	1.795,62
GO	521973	Santo Antônio de Goiás	3	152,10	2.889,90	4.026,41
GO	521975	Santo Antônio do Descoberto	26	1.318,20	25.045,80	16.427,35
GO	521980	São Domingos	4	202,80	3.853,20	6.155,11
GO	521990	São Francisco de Goiás	3	152,10	2.889,90	1.829,32
GO	522000	São João d"Aliança	4	202,80	3.853,20	3.252,57
GO	522005	São João da Paraúna	1	50,70	963,30	4.983,49
GO	522010	São Luís de Montes Belos	17	861,90	16.376,10	5.699,06
GO	522015	São Luíz do Norte	0	0,00	0,00	3.926,80
GO	522020	São Miguel do Araguaia	11	557,70	10.596,30	8.560,53
GO	522026	São Miguel do Passa Quatro	1	50,70	963,30	2.787,38
GO	522028	São Patrício	1	50,70	963,30	2.277,08
GO	522040	São Simão	10	507,00	9.633,00	4.712,99
GO	522045	Senador Canedo	52	2.636,40	50.091,60	24.167,69
GO	522050	Serranópolis	2	101,40	1.926,60	8.380,02
GO	522060	Silvânia	8	405,60	7.706,40	4.929,25
GO	522068	Simolândia	2	101,40	1.926,60	2.281,36
GO	522070	Sítio d"Abadia	2	101,40	1.926,60	2.952,29
GO	522100	Taquaral de Goiás	2	101,40	1.926,60	1.507,77
GO	522108	Teresina de Goiás	0	0,00	0,00	14.726,41
GO	522119	Terezópolis de Goiás	4	202,80	3.853,20	2.632,73
GO	522130	Três Ranchos	2	101,40	1.926,60	1.580,64
GO	522140	Trindade	36	1.825,20	34.678,80	27.790,13
GO	522145	Trombas	2	101,40	1.926,60	1.835,21
GO	522150	Turvânia	1	50,70	963,30	2.553,87
GO	522155	Turvelândia	1	50,70	963,30	3.506,73
GO	522157	Uirapuru	1	50,70	963,30	3.060,38
GO	522160	Uruaçu	23	1.166,10	22.155,90	7.958,63
GO	522170	Uruana	7	354,90	6.743,10	2.979,77
GO	522180	Urutaí	2	101,40	1.926,60	1.833,39
GO	522185	Valparaíso de Goiás	67	3.396,90	64.541,10	27.765,80
GO	522190	Varjão	0	0,00	0,00	3.496,16
GO	522200	Vianópolis	4	202,80	3.853,20	3.249,07
GO	522205	Vicentinópolis	4	202,80	3.853,20	2.508,03
GO	522220	Vila Boa	3	152,10	2.889,90	3.840,57
GO	522230	Vila Propício	0	0,00	0,00	6.211,71
		Total	2.824	143.176,80	2.720.359,20	2.303.652,68

ANEXO X

UF	IBGE	Município	Nº ACE ELEGIVEIS	Incentivo (R$)	AFC (R$)	PFVS Mensal (R$)
MA	210000	SES/MA	0	0,00	0,00	1.152.866,97
MA	210005	Açailândia	48	2.433,60	46.238,40	43.398,54
MA	210010	Afonso Cunha	3	152,10	2.889,90	2.123,10
MA	210015	Água Doce do Maranhão	3	152,10	2.889,90	4.480,95
MA	210020	Alcântara	2	101,40	1.926,60	14.303,36
MA	210030	Aldeias Altas	7	354,90	6.743,10	5.693,71
MA	210040	Altamira do Maranhão	0	0,00	0,00	7.559,35
MA	210043	Alto Alegre do Maranhão	7	354,90	6.743,10	8.886,91
MA	210047	Alto Alegre do Pindaré	5	253,50	4.816,50	14.591,96
MA	210050	Alto Parnaíba	0	0,00	0,00	10.041,84
MA	210055	Amapá do Maranhão	3	152,10	2.889,90	2.696,56
MA	210060	Amarante do Maranhão	8	405,60	7.706,40	17.556,24
MA	210070	Anajatuba	3	152,10	2.889,90	14.213,86
MA	210080	Anapurus	4	202,80	3.853,20	3.576,76
MA	210083	Apicum-Açu	5	253,50	4.816,50	7.366,29
MA	210087	Araguanã	4	202,80	3.853,20	6.917,93
MA	210090	Araioses	6	304,20	5.779,80	19.690,34
MA	210095	Arame	0	0,00	0,00	19.537,48
MA	210100	Arari	8	405,60	7.706,40	9.965,05
MA	210110	Axixá	4	202,80	3.853,20	4.632,44
MA	210120	Bacabal	50	2.535,00	48.165,00	34.062,57
MA	210125	Bacabeira	3	152,10	2.889,90	7.498,35
MA	210130	Bacuri	4	202,80	3.853,20	7.632,83
MA	210135	Bacurituba	1	50,70	963,30	3.278,73
MA	210140	Balsas	28	1.419,60	26.972,40	25.076,94
MA	210150	Barão de Grajaú	6	304,20	5.779,80	5.718,54

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800081

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MA	210160	Barra do Corda	32	1.622,40	30.825,60	34.245,70
MA	210170	Barreirinhas	0	0,00	0,00	23.796,49
MA	210173	Belágua	2	101,40	1.926,60	2.671,86
MA	210177	Bela Vista do Maranhão	4	202,80	3.853,20	4.633,73
MA	210180	Benedito Leite	3	152,10	2.889,90	2.300,19
MA	210190	Bequimão	0	0,00	0,00	12.721,37
MA	210193	Bernardo do Mearim	2	101,40	1.926,60	3.120,37
MA	210197	Boa Vista do Gurupi	4	202,80	3.853,20	3.160,66
MA	210200	Bom Jardim	8	405,60	7.706,40	16.632,89
MA	210203	Bom Jesus das Selvas	7	354,90	6.743,10	13.277,99
MA	210207	Bom Lugar	0	0,00	0,00	10.341,82
MA	210210	Brejo	7	354,90	6.743,10	9.208,25
MA	210215	Brejo de Areia	0	0,00	0,00	9.167,20
MA	210220	Buriti	5	253,50	4.816,50	8.546,13
MA	210230	Buriti Bravo	6	304,20	5.779,80	9.189,71
MA	210232	Buriticupu	0	0,00	0,00	39.857,36
MA	210235	Buritirana	0	0,00	0,00	10.148,43
MA	210237	Cachoeira Grande	0	0,00	0,00	7.317,78
MA	210240	Cajapió	0	0,00	0,00	5.830,88
MA	210250	Cajari	0	0,00	0,00	11.821,27
MA	210255	Campestre do Maranhão	6	304,20	5.779,80	4.412,03
MA	210260	Cândido Mendes	6	304,20	5.779,80	7.363,81
MA	210270	Cantanhede	3	152,10	2.889,90	14.699,80
MA	210275	Capinzal do Norte	4	202,80	3.853,20	3.671,70
MA	210280	Carolina	10	507,00	9.633,00	10.539,19
MA	210290	Carutapera	8	405,60	7.706,40	10.872,98
MA	210300	Caxias	76	3.853,20	73.210,80	43.036,33
MA	210310	Cedral	1	50,70	963,30	6.271,21
MA	210312	Central do Maranhão	0	0,00	0,00	6.325,60
MA	210315	Centro do Guilherme	0	0,00	0,00	9.056,53
MA	210317	Centro Novo do Maranhão	5	253,50	4.816,50	10.195,10
MA	210320	Chapadinha	19	963,30	18.302,70	20.537,35
MA	210325	Cidelândia	4	202,80	3.853,20	5.573,34
MA	210330	Codó	51	2.585,70	49.128,30	48.863,19
MA	210340	Coelho Neto	17	861,90	16.376,10	10.572,83
MA	210350	Colinas	15	760,50	14.449,50	13.717,93
MA	210355	Conceição do Lago-Açu	4	202,80	3.853,20	11.013,87
MA	210360	Coroatá	0	0,00	0,00	53.775,61
MA	210370	Cururupu	0	0,00	0,00	21.768,95
MA	210375	Davinópolis	6	304,20	5.779,80	4.183,88
MA	210380	Dom Pedro	2	101,40	1.926,60	10.197,66
MA	210390	Duque Bacelar	4	202,80	3.853,20	4.726,75
MA	210400	Esperantinópolis	4	202,80	3.853,20	9.684,70
MA	210405	Estreito	16	811,20	15.412,80	20.794,54
MA	210407	Feira Nova do Maranhão	0	0,00	0,00	6.976,56
MA	210408	Fernando Falcão	0	0,00	0,00	7.258,15
MA	210409	Formosa da Serra Negra	1	50,70	963,30	12.653,82
MA	210410	Fortaleza dos Nogueiras	0	0,00	0,00	8.660,94
MA	210420	Fortuna	1	50,70	963,30	9.624,79
MA	210430	Godofredo Viana	4	202,80	3.853,20	5.152,96
MA	210440	Gonçalves Dias	5	253,50	4.816,50	4.652,96
MA	210450	Governador Archer	0	0,00	0,00	7.207,73
MA	210455	Governador Edison Lobão	4	202,80	3.853,20	7.669,28
MA	210460	Governador Eugênio Barros	4	202,80	3.853,20	4.921,44
MA	210462	Governador Luiz Rocha	4	202,80	3.853,20	2.039,41
MA	210465	Governador Newton Bello	0	0,00	0,00	7.877,81
MA	210467	Governador Nunes Freire	8	405,60	7.706,40	11.522,80
MA	210470	Graça Aranha	1	50,70	963,30	2.291,60
MA	210480	Grajaú	23	1.166,10	22.155,90	26.094,13
MA	210490	Guimarães	0	0,00	0,00	8.846,41
MA	210500	Humberto de Campos	0	0,00	0,00	19.682,89
MA	210510	Icatu	1	50,70	963,30	14.972,82
MA	210515	Igarapé do Meio	0	0,00	0,00	9.290,25
MA	210520	Igarapé Grande	5	253,50	4.816,50	3.076,58
MA	210530	Imperatriz	135	6.844,50	130.045,50	91.960,36
MA	210535	Itaipava do Grajaú	4	202,80	3.853,20	10.210,59
MA	210540	Itapecuru Mirim	17	861,90	16.376,10	38.879,86
MA	210542	Itinga do Maranhão	11	557,70	10.596,30	8.465,74
MA	210545	Jatobá	3	152,10	2.889,90	5.340,17
MA	210547	Jenipapo dos Vieiras	0	0,00	0,00	12.956,19
MA	210550	João Lisboa	5	253,50	4.816,50	10.147,26
MA	210560	Joselândia	0	0,00	0,00	10.094,57
MA	210565	Junco do Maranhão	2	101,40	1.926,60	2.162,70
MA	210570	Lago da Pedra	8	405,60	7.706,40	30.086,65
MA	210580	Lago do Junco	4	202,80	3.853,20	4.161,06
MA	210590	Lago Verde	4	202,80	3.853,20	7.188,18
MA	210592	Lagoa do Mato	4	202,80	3.853,20	2.945,05
MA	210594	Lago dos Rodrigues	0	0,00	0,00	7.474,81
MA	210596	Lagoa Grande do Maranhão	0	0,00	0,00	6.891,83
MA	210598	Lajeado Novo	1	50,70	963,30	2.999,62
MA	210600	Lima Campos	3	152,10	2.889,90	4.988,00
MA	210610	Loreto	4	202,80	3.853,20	5.951,31
MA	210620	Luís Domingues	3	152,10	2.889,90	2.679,57
MA	210630	Magalhães de Almeida	4	202,80	3.853,20	10.897,12
MA	210632	Maracaçumé	8	405,60	7.706,40	6.524,25
MA	210635	Marajá do Sena	0	0,00	0,00	4.619,79
MA	210637	Maranhãozinho	0	0,00	0,00	10.535,65
MA	210640	Mata Roma	4	202,80	3.853,20	8.319,71
MA	210650	Matinha	2	101,40	1.926,60	12.878,84

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800082

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MA	210660	Matões	7	354,90	6.743,10	6.357,75
MA	210663	Matões do Norte	4	202,80	3.853,20	7.000,99
MA	210667	Milagres do Maranhão	1	50,70	963,30	3.902,21
MA	210670	Mirador	5	253,50	4.816,50	14.451,94
MA	210675	Miranda do Norte	0	0,00	0,00	22.440,26
MA	210680	Mirinzal	4	202,80	3.853,20	5.652,61
MA	210690	Monção	6	304,20	5.779,80	14.373,14
MA	210700	Montes Altos	0	0,00	0,00	9.071,55
MA	210710	Morros	0	0,00	0,00	15.478,57
MA	210720	Nina Rodrigues	4	202,80	3.853,20	3.682,20
MA	210725	Nova Colinas	2	101,40	1.926,60	2.674,83
MA	210730	Nova Iorque	2	101,40	1.926,60	2.173,29
MA	210735	Nova Olinda do Maranhão	7	354,90	6.743,10	6.884,19
MA	210740	Olho d"Água das Cunhãs	6	304,20	5.779,80	6.081,38
MA	210745	Olinda Nova do Maranhão	4	202,80	3.853,20	5.677,86
MA	210750	Paço do Lumiar	54	2.737,80	52.018,20	45.947,63
MA	210760	Palmeirândia	0	0,00	0,00	11.978,52
MA	210770	Paraibano	10	507,00	9.633,00	6.445,95
MA	210780	Parnarama	7	354,90	6.743,10	6.548,44
MA	210790	Passagem Franca	5	253,50	4.816,50	4.462,12
MA	210800	Pastos Bons	8	405,60	7.706,40	5.098,79
MA	210805	Paulino Neves	4	202,80	3.853,20	3.993,00
MA	210810	Paulo Ramos	2	101,40	1.926,60	8.047,72
MA	210820	Pedreiras	10	507,00	9.633,00	22.038,17
MA	210825	Pedro do Rosário	0	0,00	0,00	15.889,78
MA	210830	Penalva	7	354,90	6.743,10	13.441,43
MA	210840	Peri Mirim	0	0,00	0,00	9.132,91
MA	210845	Peritoró	5	253,50	4.816,50	14.404,84
MA	210850	Pindaré-Mirim	13	659,10	12.522,90	10.734,34
MA	210860	Pinheiro	0	0,00	0,00	62.124,81
MA	210870	Pio XII	7	354,90	6.743,10	8.073,76
MA	210880	Pirapemas	6	304,20	5.779,80	5.736,06
MA	210890	Poção de Pedras	6	304,20	5.779,80	11.025,15
MA	210900	Porto Franco	6	304,20	5.779,80	6.793,20
MA	210905	Porto Rico do Maranhão	3	152,10	2.889,90	2.414,51
MA	210910	Presidente Dutra	20	1.014,00	19.266,00	18.974,47
MA	210920	Presidente Juscelino	1	50,70	963,30	5.733,83
MA	210923	Presidente Médici	2	101,40	1.926,60	3.528,71
MA	210927	Presidente Sarney	2	101,40	1.926,60	9.788,37
MA	210930	Presidente Vargas	4	202,80	3.853,20	3.960,73
MA	210940	Primeira Cruz	4	202,80	3.853,20	9.003,01
MA	210945	Raposa	10	507,00	9.633,00	16.774,29
MA	210950	Riachão	0	0,00	0,00	13.962,53
MA	210955	Ribamar Fiquene	1	50,70	963,30	4.827,20
MA	210960	Rosário	13	659,10	12.522,90	12.499,04
MA	210970	Sambaíba	3	152,10	2.889,90	2.733,15
MA	210975	Santa Filomena do Maranhão	3	152,10	2.889,90	2.354,84
MA	210980	Santa Helena	8	405,60	7.706,40	14.768,93
MA	210990	Santa Inês	25	1.267,50	24.082,50	23.286,77
MA	211000	Santa Luzia	16	811,20	15.412,80	37.679,45
MA	211003	Santa Luzia do Paruá	3	152,10	2.889,90	15.721,33
MA	211010	Santa Quitéria do Maranhão	4	202,80	3.853,20	10.006,60
MA	211020	Santa Rita	9	456,30	8.669,70	13.690,76
MA	211023	Santana do Maranhão	4	202,80	3.853,20	3.466,48
MA	211027	Santo Amaro do Maranhão	0	0,00	0,00	8.781,58
MA	211030	Santo Antônio dos Lopes	0	0,00	0,00	9.228,19
MA	211040	São Benedito do Rio Preto	1	50,70	963,30	8.590,12
MA	211050	São Bento	6	304,20	5.779,80	21.309,84
MA	211060	São Bernardo	6	304,20	5.779,80	6.705,84
MA	211065	São Domingos do Azeitão	3	152,10	2.889,90	2.785,67
MA	211070	São Domingos do Maranhão	11	557,70	10.596,30	8.923,07
MA	211080	São Félix de Balsas	0	0,00	0,00	4.952,44
MA	211085	São Francisco do Brejão	4	202,80	3.853,20	5.140,55
MA	211090	São Francisco do Maranhão	3	152,10	2.889,90	5.536,41
MA	211100	São João Batista	0	0,00	0,00	12.428,58
MA	211102	São João do Carú	4	202,80	3.853,20	6.082,26
MA	211105	São João do Paraíso	4	202,80	3.853,20	3.744,02
MA	211107	São João do Soter	4	202,80	3.853,20	8.456,83
MA	211110	São João dos Patos	13	659,10	12.522,90	9.954,15
MA	211120	São José de Ribamar	48	2.433,60	46.238,40	100.810,89
MA	211125	São José dos Basílios	3	152,10	2.889,90	2.263,53
MA	211130	São Luís	531	26.921,70	511.512,30	431.758,56
MA	211140	São Luís Gonzaga do Maranhão	5	253,50	4.816,50	4.597,23
MA	211150	São Mateus do Maranhão	17	861,90	16.376,10	10.845,80
MA	211153	São Pedro da Água Branca	0	0,00	0,00	8.328,17
MA	211157	São Pedro dos Crentes	0	0,00	0,00	3.117,68
MA	211160	São Raimundo das Mangabeiras	6	304,20	5.779,80	7.586,73
MA	211163	São Raimundo do Doca Bezerra	3	152,10	2.889,90	2.564,39
MA	211167	São Roberto	2	101,40	1.926,60	4.326,09
MA	211170	São Vicente Ferrer	5	253,50	4.816,50	8.448,80
MA	211172	Satubinha	4	202,80	3.853,20	4.909,64
MA	211174	Senador Alexandre Costa	4	202,80	3.853,20	3.796,04
MA	211176	Senador La Rocque	5	253,50	4.816,50	4.654,57
MA	211178	Serrano do Maranhão	4	202,80	3.853,20	3.792,53
MA	211180	Sítio Novo	0	0,00	0,00	11.164,12
MA	211190	Sucupira do Norte	4	202,80	3.853,20	3.598,42
MA	211195	Sucupira do Riachão	3	152,10	2.889,90	1.910,62
MA	211200	Tasso Fragoso	0	0,00	0,00	7.112,24
MA	211210	Timbiras	2	101,40	1.926,60	21.671,80

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800083

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MA	211220	Timon	83	4.208,10	79.953,90	32.992,01
MA	211223	Trizidela do Vale	0	0,00	0,00	15.253,94
MA	211227	Tufilândia	1	50,70	963,30	5.465,70
MA	211230	Tuntum	12	608,40	11.559,60	10.938,40
MA	211240	Turiaçu	6	304,20	5.779,80	17.023,78
MA	211245	Turilândia	0	0,00	0,00	15.302,97
MA	211250	Tutóia	0	0,00	0,00	42.890,15
MA	211260	Urbano Santos	8	405,60	7.706,40	7.379,54
MA	211270	Vargem Grande	15	760,50	14.449,50	29.125,74
MA	211280	Viana	12	608,40	11.559,60	27.820,26
MA	211285	Vila Nova dos Martírios	0	0,00	0,00	9.193,83
MA	211290	Vitória do Mearim	2	101,40	1.926,60	19.398,87
MA	211300	Vitorino Freire	5	253,50	4.816,50	16.124,22
MA	211400	Zé Doca	18	912,60	17.339,40	16.913,47
		Total	2.044	103.630,80	1.968.985,20	4.211.739,44

ANEXO XI

UF	IBGE	Município	Nº ACE ELEGIVEIS	Incentivo (R$)	AFC (R$)	PFVS Mensal (R$)
MG	310000	SES/MG	0	0,00	0,00	2.306.766,45
MG	310010	Abadia dos Dourados	3	152,10	2.889,90	1.411,80
MG	310020	Abaeté	0	0,00	0,00	9.444,40
MG	310030	Abre Campo	1	50,70	963,30	4.529,90
MG	310040	Acaiaca	1	50,70	963,30	813,00
MG	310050	Açucena	0	0,00	0,00	4.118,80
MG	310060	Água Boa	4	202,80	3.853,20	3.006,80
MG	310070	Água Comprida	0	0,00	0,00	828,00
MG	310080	Aguanil	2	101,40	1.926,60	888,00
MG	310090	Águas Formosas	0	0,00	0,00	7.766,40
MG	310100	Águas Vermelhas	4	202,80	3.853,20	2.715,20
MG	310110	Aimorés	1	50,70	963,30	9.321,10
MG	310120	Aiuruoca	3	152,10	2.889,90	1.254,80
MG	310130	Alagoa	1	50,70	963,30	553,60
MG	310140	Albertina	0	0,00	0,00	1.218,40
MG	310150	Além Paraíba	18	912,60	17.339,40	7.472,08
MG	310160	Alfenas	40	2.028,00	38.532,00	15.941,40
MG	310163	Alfredo Vasconcelos	2	101,40	1.926,60	1.355,00
MG	310170	Almenara	3	152,10	2.889,90	13.827,70
MG	310180	Alpercata	0	0,00	0,00	3.006,00
MG	310190	Alpinópolis	8	405,60	7.706,40	3.969,20
MG	310200	Alterosa	0	0,00	0,00	5.820,40
MG	310205	Alto Caparaó	1	50,70	963,30	1.353,10
MG	310210	Alto Rio Doce	4	202,80	3.853,20	2.424,00
MG	310220	Alvarenga	0	0,00	0,00	1.758,00
MG	310230	Alvinópolis	0	0,00	0,00	6.256,80
MG	310240	Alvorada de Minas	2	101,40	1.926,60	734,60
MG	310250	Amparo do Serra	2	101,40	1.926,60	1.004,60
MG	310260	Andradas	17	861,90	16.376,10	8.141,20
MG	310270	Cachoeira de Pajeú	2	101,40	1.926,60	1.895,80
MG	310280	Andrelândia	5	253,50	4.816,50	2.501,40
MG	310285	Angelândia	3	152,10	2.889,90	1.708,20
MG	310290	Antônio Carlos	1	50,70	963,30	3.679,90
MG	310300	Antônio Dias	0	0,00	0,00	3.895,20
MG	310310	Antônio Prado de Minas	1	50,70	963,30	338,40
MG	310320	Araçaí	0	0,00	0,00	947,20
MG	310330	Aracitaba	2	101,40	1.926,60	422,60
MG	310340	Araçuaí	0	0,00	0,00	14.944,40
MG	310350	Araguari	63	3.194,10	60.687,90	26.425,13
MG	310360	Arantina	1	50,70	963,30	577,60
MG	310370	Araponga	0	0,00	0,00	3.417,60
MG	310375	Araporã	4	202,80	3.853,20	1.354,80
MG	310380	Arapuá	2	101,40	1.926,60	576,60
MG	310390	Araújos	4	202,80	3.853,20	1.799,20
MG	310400	Araxá	53	2.687,10	51.054,90	20.856,60
MG	310410	Arceburgo	5	253,50	4.816,50	2.115,60
MG	310420	Arcos	6	304,20	5.779,80	10.210,95
MG	310430	Areado	6	304,20	5.779,80	2.991,20
MG	310440	Argirita	2	101,40	1.926,60	584,80
MG	310445	Aricanduva	2	101,40	1.926,60	1.038,40
MG	310450	Arinos	7	354,90	6.743,10	3.648,60
MG	310460	Astolfo Dutra	7	354,90	6.743,10	2.823,60
MG	310470	Ataléia	4	202,80	3.853,20	2.868,80
MG	310480	Augusto de Lima	3	152,10	2.889,90	1.012,40
MG	310490	Baependi	7	354,90	6.743,10	3.863,00
MG	310500	Baldim	3	152,10	2.889,90	1.888,37
MG	310510	Bambuí	15	760,50	14.449,50	4.803,60
MG	310520	Bandeira	2	101,40	1.926,60	1.011,80
MG	310530	Bandeira do Sul	3	152,10	2.889,90	1.147,80
MG	310540	Barão de Cocais	13	659,10	12.522,90	6.393,60
MG	310550	Barão de Monte Alto	3	152,10	2.889,90	1.154,00
MG	310560	Barbacena	33	1.673,10	31.788,90	30.755,03
MG	310570	Barra Longa	0	0,00	0,00	2.396,40

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800084

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MG	310590	Barroso	0	0,00	0,00	8.352,80
MG	310600	Bela Vista de Minas	3	152,10	2.889,90	2.083,20
MG	310610	Belmiro Braga	0	0,00	0,00	1.401,20
MG	310620	Belo Horizonte	1.110	56.277,00	1.069.263,00	868.185,14
MG	310630	Belo Oriente	5	253,50	4.816,50	5.646,70
MG	310640	Belo Vale	3	152,10	2.889,90	1.568,20
MG	310650	Berilo	4	202,80	3.853,20	2.501,60
MG	310660	Bertópolis	2	101,40	1.926,60	935,60
MG	310665	Berizal	2	101,40	1.926,60	944,00
MG	310670	Betim	187	9.480,90	180.137,10	118.177,06
MG	310680	Bias Fortes	1	50,70	963,30	753,00
MG	310690	Bicas	0	0,00	0,00	5.818,00
MG	310700	Biquinhas	2	101,40	1.926,60	532,80
MG	310710	Boa Esperança	18	912,60	17.339,40	8.106,00
MG	310720	Bocaina de Minas	0	0,00	0,00	2.074,00
MG	310730	Bocaiúva	0	0,00	0,00	20.067,20
MG	310740	Bom Despacho	25	1.267,50	24.082,50	10.008,40
MG	310750	Bom Jardim de Minas	0	0,00	0,00	2.665,20
MG	310760	Bom Jesus da Penha	1	50,70	963,30	840,60
MG	310770	Bom Jesus do Amparo	2	101,40	1.926,60	1.203,60
MG	310780	Bom Jesus do Galho	1	50,70	963,30	5.289,90
MG	310790	Bom Repouso	1	50,70	963,30	3.346,70
MG	310800	Bom Sucesso	7	354,90	6.743,10	3.581,40
MG	310810	Bonfim	3	152,10	2.889,90	1.638,00
MG	310820	Bonfinópolis de Minas	3	152,10	2.889,90	1.180,80
MG	310825	Bonito de Minas	4	202,80	3.853,20	2.190,20
MG	310830	Borda da Mata	8	405,60	7.706,40	3.811,00
MG	310840	Botelhos	0	0,00	0,00	6.130,40
MG	310850	Botumirim	3	152,10	2.889,90	1.322,40
MG	310855	Brasilândia de Minas	7	354,90	6.743,10	3.221,00
MG	310860	Brasília de Minas	12	608,40	11.559,60	6.546,40
MG	310870	Brás Pires	2	101,40	1.926,60	932,80
MG	310880	Braúnas	2	101,40	1.926,60	1.018,20
MG	310890	Brazópolis	3	152,10	2.889,90	3.102,90
MG	310900	Brumadinho	0	0,00	0,00	18.136,06
MG	310910	Bueno Brandão	3	152,10	2.889,90	2.246,60
MG	310920	Buenópolis	5	253,50	4.816,50	2.118,80
MG	310925	Bugre	2	101,40	1.926,60	829,20
MG	310930	Buritis	4	202,80	3.853,20	6.022,40
MG	310940	Buritizeiro	0	0,00	0,00	11.334,00
MG	310945	Cabeceira Grande	4	202,80	3.853,20	1.388,00
MG	310950	Cabo Verde	0	0,00	0,00	5.732,00
MG	310960	Cachoeira da Prata	0	0,00	0,00	1.493,60
MG	310970	Cachoeira de Minas	4	202,80	3.853,20	2.329,20
MG	310980	Cachoeira Dourada	0	0,00	0,00	1.076,40
MG	310990	Caetanópolis	5	253,50	4.816,50	2.279,80
MG	311000	Caeté	19	963,30	18.302,70	10.354,63
MG	311010	Caiana	3	152,10	2.889,90	1.088,00
MG	311020	Cajuri	1	50,70	963,30	827,00
MG	311030	Caldas	0	0,00	0,00	5.811,60
MG	311040	Camacho	1	50,70	963,30	631,60
MG	311050	Camanducaia	0	0,00	0,00	8.822,80
MG	311060	Cambuí	11	557,70	10.596,30	5.833,00
MG	311070	Cambuquira	0	0,00	0,00	5.221,20
MG	311080	Campanário	2	101,40	1.926,60	751,40
MG	311090	Campanha	8	405,60	7.706,40	3.325,40
MG	311100	Campestre	0	0,00	0,00	8.576,00
MG	311110	Campina Verde	9	456,30	8.669,70	4.015,80
MG	311115	Campo Azul	2	101,40	1.926,60	772,60
MG	311120	Campo Belo	28	1.419,60	26.972,40	10.891,60
MG	311130	Campo do Meio	3	152,10	2.889,90	2.375,60
MG	311140	Campo Florido	4	202,80	3.853,20	1.577,20
MG	311150	Campos Altos	5	253,50	4.816,50	3.077,40
MG	311160	Campos Gerais	11	557,70	10.596,30	5.811,40
MG	311170	Canaã	1	50,70	963,30	945,80
MG	311180	Canápolis	4	202,80	3.853,20	2.423,40
MG	311190	Cana Verde	3	152,10	2.889,90	1.147,80
MG	311200	Candeias	6	304,20	5.779,80	3.029,40
MG	311205	Cantagalo	0	0,00	0,00	1.806,80
MG	311210	Caparaó	0	0,00	0,00	2.195,60
MG	311220	Capela Nova	0	0,00	0,00	1.939,20
MG	311230	Capelinha	14	709,80	13.486,20	7.573,40
MG	311240	Capetinga	1	50,70	963,30	1.925,50
MG	311250	Capim Branco	0	0,00	0,00	4.516,40
MG	311260	Capinópolis	8	405,60	7.706,40	3.250,00
MG	311265	Capitão Andrade	3	152,10	2.889,90	1.081,00
MG	311270	Capitão Enéas	6	304,20	5.779,80	3.047,40
MG	311280	Capitólio	4	202,80	3.853,20	1.736,40
MG	311290	Caputira	0	0,00	0,00	3.772,40
MG	311300	Caraí	2	101,40	1.926,60	7.585,80
MG	311310	Caranaíba	0	0,00	0,00	1.336,40
MG	311320	Carandaí	0	0,00	0,00	10.150,40
MG	311330	Carangola	5	253,50	4.816,50	8.607,10
MG	311340	Caratinga	17	861,90	16.376,10	20.360,30
MG	311350	Carbonita	2	101,40	1.926,60	1.908,80
MG	311360	Careaçu	0	0,00	0,00	2.702,80
MG	311370	Carlos Chagas	9	456,30	8.669,70	4.042,80
MG	311380	Carmésia	2	101,40	1.926,60	525,80
MG	311390	Carmo da Cachoeira	4	202,80	3.853,20	2.470,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800085

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MG	311400	Carmo da Mata	1	50,70	963,30	3.660,30
MG	311410	Carmo de Minas	3	152,10	2.889,90	3.038,90
MG	311420	Carmo do Cajuru	10	507,00	9.633,00	4.427,20
MG	311430	Carmo do Paranaíba	16	811,20	15.412,80	6.172,20
MG	311440	Carmo do Rio Claro	5	253,50	4.816,50	4.291,60
MG	311450	Carmópolis de Minas	0	0,00	0,00	7.598,00
MG	311455	Carneirinho	4	202,80	3.853,20	2.014,40
MG	311460	Carrancas	2	101,40	1.926,60	822,00
MG	311470	Carvalhópolis	1	50,70	963,30	716,20
MG	311480	Carvalhos	1	50,70	963,30	930,20
MG	311490	Casa Grande	1	50,70	963,30	461,80
MG	311500	Cascalho Rico	2	101,40	1.926,60	614,20
MG	311510	Cássia	9	456,30	8.669,70	3.611,40
MG	311520	Conceição da Barra de Minas	1	50,70	963,30	811,40
MG	311530	Cataguases	36	1.825,20	34.678,80	15.005,00
MG	311535	Catas Altas	3	152,10	2.889,90	1.063,20
MG	311540	Catas Altas da Noruega	2	101,40	1.926,60	733,20
MG	311545	Catuji	3	152,10	2.889,90	1.352,20
MG	311547	Catuti	3	152,10	2.889,90	1.040,00
MG	311550	Caxambu	9	456,30	8.669,70	4.451,40
MG	311560	Cedro do Abaeté	1	50,70	963,30	245,40
MG	311570	Central de Minas	3	152,10	2.889,90	1.422,40
MG	311580	Centralina	0	0,00	0,00	4.248,80
MG	311590	Chácara	0	0,00	0,00	1.240,40
MG	311600	Chalé	2	101,40	1.926,60	1.164,60
MG	311610	Chapada do Norte	0	0,00	0,00	6.270,00
MG	311615	Chapada Gaúcha	4	202,80	3.853,20	2.594,20
MG	311620	Chiador	2	101,40	1.926,60	565,40
MG	311630	Cipotânea	3	152,10	2.889,90	1.373,60
MG	311640	Claraval	0	0,00	0,00	1.938,80
MG	311650	Claro dos Poções	4	202,80	3.853,20	1.581,80
MG	311660	Cláudio	11	557,70	10.596,30	5.657,40
MG	311670	Coimbra	1	50,70	963,30	2.060,30
MG	311680	Coluna	1	50,70	963,30	2.721,90
MG	311690	Comendador Gomes	2	101,40	1.926,60	627,60
MG	311700	Comercinho	3	152,10	2.889,90	1.618,80
MG	311710	Conceição da Aparecida	2	101,40	1.926,60	2.223,00
MG	311720	Conceição das Pedras	2	101,40	1.926,60	571,60
MG	311730	Conceição das Alagoas	12	608,40	11.559,60	5.363,60
MG	311740	Conceição de Ipanema	0	0,00	0,00	1.857,60
MG	311750	Conceição do Mato Dentro	6	304,20	5.779,80	3.654,60
MG	311760	Conceição do Pará	3	152,10	2.889,90	1.103,00
MG	311770	Conceição do Rio Verde	6	304,20	5.779,80	2.744,80
MG	311780	Conceição dos Ouros	3	152,10	2.889,90	2.293,40
MG	311783	Cônego Marinho	3	152,10	2.889,90	1.524,80
MG	311787	Confins	1	50,70	963,30	2.120,43
MG	311790	Congonhal	1	50,70	963,30	3.719,10
MG	311800	Congonhas	0	0,00	0,00	21.537,20
MG	311810	Congonhas do Norte	1	50,70	963,30	1.090,30
MG	311820	Conquista	4	202,80	3.853,20	1.392,00
MG	311830	Conselheiro Lafaiete	56	2.839,20	53.944,80	28.658,03
MG	311840	Conselheiro Pena	12	608,40	11.559,60	4.648,00
MG	311850	Consolação	1	50,70	963,30	362,00
MG	311860	Contagem	249	12.624,30	239.861,70	156.412,75
MG	311870	Coqueiral	0	0,00	0,00	3.796,80
MG	311880	Coração de Jesus	0	0,00	0,00	10.820,80
MG	311890	Cordisburgo	4	202,80	3.853,20	1.805,80
MG	311900	Cordislândia	0	0,00	0,00	1.434,80
MG	311910	Corinto	12	608,40	11.559,60	4.896,80
MG	311920	Coroaci	3	152,10	2.889,90	2.090,60
MG	311930	Coromandel	13	659,10	12.522,90	5.701,60
MG	311940	Coronel Fabriciano	52	2.636,40	50.091,60	27.305,69
MG	311950	Coronel Murta	4	202,80	3.853,20	1.882,20
MG	311960	Coronel Pacheco	0	0,00	0,00	1.250,00
MG	311970	Coronel Xavier Chaves	0	0,00	0,00	1.388,40
MG	311980	Córrego Danta	2	101,40	1.926,60	685,20
MG	311990	Córrego do Bom Jesus	0	0,00	0,00	1.527,60
MG	311995	Córrego Fundo	2	101,40	1.926,60	1.259,00
MG	312000	Córrego Novo	2	101,40	1.926,60	620,00
MG	312010	Couto de Magalhães de Minas	1	50,70	963,30	888,80
MG	312015	Crisólita	3	152,10	2.889,90	1.326,20
MG	312020	Cristais	5	253,50	4.816,50	2.512,80
MG	312030	Cristália	3	152,10	2.889,90	1.208,40
MG	312040	Cristiano Otoni	2	101,40	1.926,60	1.045,00
MG	312050	Cristina	3	152,10	2.889,90	2.097,20
MG	312060	Crucilândia	1	50,70	963,30	1.059,50
MG	312070	Cruzeiro da Fortaleza	3	152,10	2.889,90	834,80
MG	312080	Cruzília	7	354,90	6.743,10	3.099,40
MG	312083	Cuparaque	3	152,10	2.889,90	999,00
MG	312087	Curral de Dentro	4	202,80	3.853,20	1.524,60
MG	312090	Curvelo	45	2.281,50	43.348,50	15.975,60
MG	312100	Datas	2	101,40	1.926,60	1.094,20
MG	312110	Delfim Moreira	0	0,00	0,00	3.282,00
MG	312120	Delfinópolis	1	50,70	963,30	1.911,10
MG	312125	Delta	4	202,80	3.853,20	1.980,80
MG	312130	Descoberto	0	0,00	0,00	2.018,80
MG	312140	Desterro de Entre Rios	3	152,10	2.889,90	1.466,80
MG	312150	Desterro do Melo	2	101,40	1.926,60	612,00
MG	312160	Diamantina	24	1.216,80	23.119,20	9.646,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800086

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MG	312170	Diogo de Vasconcelos	0	0,00	0,00	1.574,00
MG	312180	Dionísio	4	202,80	3.853,20	1.731,40
MG	312190	Divinésia	2	101,40	1.926,60	691,00
MG	312200	Divino	7	354,90	6.743,10	4.026,60
MG	312210	Divino das Laranjeiras	3	152,10	2.889,90	1.017,20
MG	312220	Divinolândia de Minas	3	152,10	2.889,90	1.511,80
MG	312230	Divinópolis	108	5.475,60	104.036,40	52.860,83
MG	312235	Divisa Alegre	3	152,10	2.889,90	1.325,00
MG	312240	Divisa Nova	2	101,40	1.926,60	1.213,60
MG	312245	Divisópolis	0	0,00	0,00	4.218,80
MG	312247	Dom Bosco	2	101,40	1.926,60	774,40
MG	312250	Dom Cavati	4	202,80	3.853,20	1.060,60
MG	312260	Dom Joaquim	1	50,70	963,30	926,40
MG	312270	Dom Silvério	2	101,40	1.926,60	1.070,20
MG	312280	Dom Viçoso	1	50,70	963,30	614,80
MG	312290	Dona Eusébia	3	152,10	2.889,90	1.305,40
MG	312300	Dores de Campos	0	0,00	0,00	4.037,20
MG	312310	Dores de Guanhães	1	50,70	963,30	1.173,90
MG	312320	Dores do Indaiá	1	50,70	963,30	4.655,90
MG	312330	Dores do Turvo	0	0,00	0,00	1.806,40
MG	312340	Doresópolis	2	101,40	1.926,60	306,60
MG	312350	Douradoquara	0	0,00	0,00	772,00
MG	312352	Durandé	0	0,00	0,00	3.153,60
MG	312360	Elói Mendes	0	0,00	0,00	11.092,00
MG	312370	Engenheiro Caldas	5	253,50	4.816,50	2.219,60
MG	312380	Engenheiro Navarro	0	0,00	0,00	2.950,80
MG	312385	Entre Folhas	3	152,10	2.889,90	1.088,60
MG	312390	Entre Rios de Minas	1	50,70	963,30	5.153,50
MG	312400	Ervália	1	50,70	963,30	6.642,70
MG	312410	Esmeraldas	20	1.014,00	19.266,00	16.102,33
MG	312420	Espera Feliz	7	354,90	6.743,10	4.961,00
MG	312430	Espinosa	7	354,90	6.743,10	6.442,80
MG	312440	Espírito Santo do Dourado	2	101,40	1.926,60	942,40
MG	312450	Estiva	2	101,40	1.926,60	2.653,00
MG	312460	Estrela Dalva	1	50,70	963,30	499,20
MG	312470	Estrela do Indaiá	2	101,40	1.926,60	720,40
MG	312480	Estrela do Sul	3	152,10	2.889,90	1.596,20
MG	312490	Eugenópolis	1	50,70	963,30	3.550,70
MG	312500	Ewbank da Câmara	1	50,70	963,30	790,40
MG	312510	Extrema	13	659,10	12.522,90	6.868,80
MG	312520	Fama	0	0,00	0,00	970,40
MG	312530	Faria Lemos	0	0,00	0,00	1.369,20
MG	312540	Felício dos Santos	2	101,40	1.926,60	1.031,40
MG	312550	São Gonçalo do Rio Preto	1	50,70	963,30	641,00
MG	312560	Felisburgo	1	50,70	963,30	2.009,10
MG	312570	Felixlândia	5	253,50	4.816,50	3.054,60
MG	312580	Fernandes Tourinho	2	101,40	1.926,60	673,80
MG	312590	Ferros	4	202,80	3.853,20	2.161,40
MG	312595	Fervedouro	4	202,80	3.853,20	2.207,80
MG	312600	Florestal	4	202,80	3.853,20	1.713,37
MG	312610	Formiga	30	1.521,00	28.899,00	14.112,24
MG	312620	Formoso	3	152,10	2.889,90	1.858,80
MG	312630	Fortaleza de Minas	2	101,40	1.926,60	881,40
MG	312640	Fortuna de Minas	2	101,40	1.926,60	586,40
MG	312650	Francisco Badaró	0	0,00	0,00	4.222,80
MG	312660	Francisco Dumont	1	50,70	963,30	1.122,70
MG	312670	Francisco Sá	9	456,30	8.669,70	5.285,60
MG	312675	Franciscópolis	3	152,10	2.889,90	1.165,00
MG	312680	Frei Gaspar	3	152,10	2.889,90	1.206,60
MG	312690	Frei Inocêncio	1	50,70	963,30	2.875,50
MG	312695	Frei Lagonegro	0	0,00	0,00	1.404,00
MG	312700	Fronteira	8	405,60	7.706,40	3.414,40
MG	312705	Fronteira dos Vales	1	50,70	963,30	955,40
MG	312707	Fruta de Leite	3	152,10	2.889,90	1.183,80
MG	312710	Frutal	37	1.875,90	35.642,10	11.754,00
MG	312720	Funilândia	2	101,40	1.926,60	855,40
MG	312730	Galiléia	0	0,00	0,00	2.836,80
MG	312733	Gameleiras	3	152,10	2.889,90	1.052,80
MG	312735	Glaucilândia	0	0,00	0,00	1.264,00
MG	312737	Goiabeira	2	101,40	1.926,60	665,60
MG	312738	Goianá	1	50,70	963,30	790,40
MG	312740	Gonçalves	1	50,70	963,30	882,00
MG	312750	Gonzaga	0	0,00	0,00	2.489,20
MG	312760	Gouveia	3	152,10	2.889,90	2.412,80
MG	312770	Governador Valadares	4	202,80	3.853,20	122.552,25
MG	312780	Grão Mogol	4	202,80	3.853,20	3.186,20
MG	312790	Grupiara	2	101,40	1.926,60	283,60
MG	312800	Guanhães	0	0,00	0,00	13.621,60
MG	312810	Guapé	2	101,40	1.926,60	3.857,40
MG	312820	Guaraciaba	0	0,00	0,00	4.216,80
MG	312825	Guaraciama	2	101,40	1.926,60	1.000,20
MG	312830	Guaranésia	10	507,00	9.633,00	3.875,60
MG	312840	Guarani	0	0,00	0,00	3.618,80
MG	312850	Guarará	0	0,00	0,00	1.596,40
MG	312860	Guarda-Mor	3	152,10	2.889,90	1.348,20
MG	312870	Guaxupé	24	1.216,80	23.119,20	10.458,80
MG	312880	Guidoval	1	50,70	963,30	1.979,10
MG	312890	Guimarânia	4	202,80	3.853,20	1.591,20
MG	312900	Guiricema	2	101,40	1.926,60	1.767,60

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800087

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MG	312910	Gurinhatã	3	152,10	2.889,90	1.228,80
MG	312920	Heliodora	0	0,00	0,00	2.624,40
MG	312930	Iapu	3	152,10	2.889,90	2.192,40
MG	312940	Ibertioga	2	101,40	1.926,60	1.032,60
MG	312950	Ibiá	12	608,40	11.559,60	5.020,00
MG	312960	Ibiaí	4	202,80	3.853,20	1.680,00
MG	312965	Ibiracatu	0	0,00	0,00	2.500,00
MG	312970	Ibiraci	2	101,40	1.926,60	3.503,40
MG	312980	Ibirité	99	5.019,30	95.366,70	46.587,19
MG	312990	Ibitiúra de Minas	2	101,40	1.926,60	707,20
MG	313000	Ibituruna	2	101,40	1.926,60	603,60
MG	313005	Icaraí de Minas	4	202,80	3.853,20	2.367,00
MG	313010	Igarapé	18	912,60	17.339,40	9.596,30
MG	313020	Igaratinga	4	202,80	3.853,20	2.109,40
MG	313030	Iguatama	4	202,80	3.853,20	1.642,60
MG	313040	Ijaci	3	152,10	2.889,90	1.292,00
MG	313050	Ilicínea	5	253,50	4.816,50	2.471,60
MG	313055	Imbé de Minas	3	152,10	2.889,90	1.379,80
MG	313060	Inconfidentes	0	0,00	0,00	2.942,40
MG	313065	Indaiabira	3	152,10	2.889,90	1.505,60
MG	313070	Indianópolis	3	152,10	2.889,90	1.361,20
MG	313080	Ingaí	0	0,00	0,00	1.114,00
MG	313090	Inhapim	5	253,50	4.816,50	5.136,30
MG	313100	Inhaúma	3	152,10	2.889,90	1.248,00
MG	313110	Inimutaba	4	202,80	3.853,20	1.497,80
MG	313115	Ipaba	2	101,40	1.926,60	5.423,40
MG	313120	Ipanema	10	507,00	9.633,00	3.947,20
MG	313130	Ipatinga	123	6.236,10	118.485,90	58.770,68
MG	313140	Ipiaçu	2	101,40	1.926,60	857,00
MG	313150	Ipuiúna	1	50,70	963,30	3.086,70
MG	313160	Iraí de Minas	3	152,10	2.889,90	1.393,80
MG	313170	Itabira	57	2.889,90	54.908,10	26.839,13
MG	313180	Itabirinha	0	0,00	0,00	4.599,20
MG	313190	Itabirito	0	0,00	0,00	20.326,40
MG	313200	Itacambira	2	101,40	1.926,60	1.074,80
MG	313210	Itacarambi	6	304,20	5.779,80	3.688,60
MG	313220	Itaguara	5	253,50	4.816,50	3.110,10
MG	313230	Itaipé	0	0,00	0,00	5.090,00
MG	313240	Itajubá	0	0,00	0,00	38.800,00
MG	313250	Itamarandiba	7	354,90	6.743,10	7.121,30
MG	313260	Itamarati de Minas	2	101,40	1.926,60	872,40
MG	313270	Itambacuri	0	0,00	0,00	9.454,80
MG	313280	Itambé do Mato Dentro	0	0,00	0,00	912,40
MG	313290	Itamogi	3	152,10	2.889,90	2.114,40
MG	313300	Itamonte	1	50,70	963,30	5.193,10
MG	313310	Itanhandu	7	354,90	6.743,10	3.058,00
MG	313320	Itanhomi	5	253,50	4.816,50	2.478,80
MG	313330	Itaobim	0	0,00	0,00	8.627,60
MG	313340	Itapagipe	6	304,20	5.779,80	3.008,20
MG	313350	Itapecerica	10	507,00	9.633,00	4.431,60
MG	313360	Itapeva	3	152,10	2.889,90	1.923,60
MG	313370	Itatiaiuçu	3	152,10	2.889,90	2.561,77
MG	313375	Itaú de Minas	8	405,60	7.706,40	3.216,40
MG	313380	Itaúna	28	1.419,60	26.972,40	18.539,20
MG	313390	Itaverava	1	50,70	963,30	1.369,90
MG	313400	Itinga	1	50,70	963,30	5.095,50
MG	313410	Itueta	3	152,10	2.889,90	1.224,00
MG	313420	Ituiutaba	39	1.977,30	37.568,70	20.905,20
MG	313430	Itumirim	2	101,40	1.926,60	1.252,60
MG	313440	Iturama	0	0,00	0,00	15.393,60
MG	313450	Itutinga	2	101,40	1.926,60	795,20
MG	313460	Jaboticatubas	6	304,20	5.779,80	4.560,50
MG	313470	Jacinto	2	101,40	1.926,60	3.097,80
MG	313480	Jacuí	3	152,10	2.889,90	1.561,80
MG	313490	Jacutinga	10	507,00	9.633,00	5.090,60
MG	313500	Jaguaraçu	0	0,00	0,00	1.263,20
MG	313505	Jaíba	11	557,70	10.596,30	7.587,80
MG	313507	Jampruca	3	152,10	2.889,90	1.082,80
MG	313510	Janaúba	38	1.926,60	36.605,40	15.076,99
MG	313520	Januária	20	1.014,00	19.266,00	13.716,80
MG	313530	Japaraíba	2	101,40	1.926,60	861,60
MG	313535	Japonvar	3	152,10	2.889,90	1.736,60
MG	313540	Jeceaba	2	101,40	1.926,60	1.077,40
MG	313545	Jenipapo de Minas	3	152,10	2.889,90	1.534,40
MG	313550	Jequeri	0	0,00	0,00	5.216,40
MG	313560	Jequitaí	4	202,80	3.853,20	1.613,80
MG	313570	Jequitibá	2	101,40	1.926,60	1.063,80
MG	313580	Jequitinhonha	11	557,70	10.596,30	5.112,00
MG	313590	Jesuânia	2	101,40	1.926,60	979,80

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800088

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MG	313600	Joaíma	6	304,20	5.779,80	3.126,80
MG	313610	Joanésia	2	101,40	1.926,60	1.061,00
MG	313620	João Monlevade	31	1.571,70	29.862,30	15.918,00
MG	313630	João Pinheiro	24	1.216,80	23.119,20	9.750,20
MG	313640	Joaquim Felício	2	101,40	1.926,60	933,80
MG	313650	Jordânia	0	0,00	0,00	4.360,40
MG	313652	José Gonçalves de Minas	1	50,70	963,30	931,20
MG	313655	José Raydan	0	0,00	0,00	1.957,60
MG	313657	Josenópolis	2	101,40	1.926,60	975,40
MG	313660	Nova União	0	0,00	0,00	2.708,53
MG	313665	Juatuba	10	507,00	9.633,00	6.037,27
MG	313670	Juiz de Fora	205	10.393,50	197.476,50	126.848,03
MG	313680	Juramento	2	101,40	1.926,60	871,60
MG	313690	Juruaia	0	0,00	0,00	4.136,40
MG	313695	Juvenília	3	152,10	2.889,90	1.172,60
MG	313700	Ladainha	4	202,80	3.853,20	3.630,40
MG	313710	Lagamar	4	202,80	3.853,20	1.560,40
MG	313720	Lagoa da Prata	25	1.267,50	24.082,50	10.240,80
MG	313730	Lagoa dos Patos	2	101,40	1.926,60	859,60
MG	313740	Lagoa Dourada	0	0,00	0,00	5.222,40
MG	313750	Lagoa Formosa	8	405,60	7.706,40	3.635,00
MG	313753	Lagoa Grande	5	253,50	4.816,50	1.888,00
MG	313760	Lagoa Santa	0	0,00	0,00	28.817,60
MG	313770	Lajinha	7	354,90	6.743,10	4.060,20
MG	313780	Lambari	4	202,80	3.853,20	4.494,80
MG	313790	Lamim	0	0,00	0,00	1.409,60
MG	313800	Laranjal	3	152,10	2.889,90	1.370,40
MG	313810	Lassance	3	152,10	2.889,90	1.332,80
MG	313820	Lavras	48	2.433,60	46.238,40	20.424,80
MG	313830	Leandro Ferreira	2	101,40	1.926,60	660,00
MG	313835	Leme do Prado	1	50,70	963,30	1.035,90
MG	313840	Leopoldina	24	1.216,80	23.119,20	10.670,80
MG	313850	Liberdade	2	101,40	1.926,60	1.080,20
MG	313860	Lima Duarte	0	0,00	0,00	6.764,00
MG	313862	Limeira do Oeste	1	50,70	963,30	2.031,50
MG	313865	Lontra	3	152,10	2.889,90	1.808,80
MG	313867	Luisburgo	3	152,10	2.889,90	1.281,80
MG	313868	Luislândia	3	152,10	2.889,90	1.351,20
MG	313870	Luminárias	2	101,40	1.926,60	1.114,40
MG	313880	Luz	10	507,00	9.633,00	3.680,00
MG	313890	Machacalis	0	0,00	0,00	2.894,80
MG	313900	Machado	4	202,80	3.853,20	12.914,80
MG	313910	Madre de Deus de Minas	0	0,00	0,00	2.061,20
MG	313920	Malacacheta	6	304,20	5.779,80	3.845,60
MG	313925	Mamonas	3	152,10	2.889,90	1.324,80
MG	313930	Manga	7	354,90	6.743,10	3.979,60
MG	313940	Manhuaçu	27	1.368,90	26.009,10	17.716,00
MG	313950	Manhumirim	4	202,80	3.853,20	5.260,40
MG	313960	Mantena	11	557,70	10.596,30	5.626,40
MG	313970	Maravilhas	3	152,10	2.889,90	1.575,20
MG	313980	Mar de Espanha	3	152,10	2.889,90	2.548,60
MG	313990	Maria da Fé	0	0,00	0,00	5.820,40
MG	314000	Mariana	1	50,70	963,30	22.979,50
MG	314010	Marilac	1	50,70	963,30	859,40
MG	314015	Mário Campos	0	0,00	0,00	6.994,40
MG	314020	Maripá de Minas	1	50,70	963,30	595,80
MG	314030	Marliéria	1	50,70	963,30	825,80
MG	314040	Marmelópolis	0	0,00	0,00	1.191,60
MG	314050	Martinho Campos	8	405,60	7.706,40	2.687,20
MG	314053	Martins Soares	0	0,00	0,00	3.268,80
MG	314055	Mata Verde	0	0,00	0,00	3.415,60
MG	314060	Materlândia	2	101,40	1.926,60	934,60
MG	314070	Mateus Leme	11	557,70	10.596,30	7.158,20
MG	314080	Matias Barbosa	2	101,40	1.926,60	3.853,00
MG	314085	Matias Cardoso	4	202,80	3.853,20	2.199,80
MG	314090	Matipó	0	0,00	0,00	7.565,60
MG	314100	Mato Verde	5	253,50	4.816,50	2.589,40
MG	314110	Matozinhos	17	861,90	16.376,10	8.713,60
MG	314120	Matutina	2	101,40	1.926,60	771,20
MG	314130	Medeiros	2	101,40	1.926,60	753,00
MG	314140	Medina	1	50,70	963,30	7.641,90
MG	314150	Mendes Pimentel	3	152,10	2.889,90	1.312,80
MG	314160	Mercês	0	0,00	0,00	4.347,20
MG	314170	Mesquita	3	152,10	2.889,90	1.216,80
MG	314180	Minas Novas	3	152,10	2.889,90	9.913,70
MG	314190	Minduri	1	50,70	963,30	794,00
MG	314200	Mirabela	5	253,50	4.816,50	2.745,20
MG	314210	Miradouro	0	0,00	0,00	4.334,80
MG	314220	Miraí	6	304,20	5.779,80	2.989,20
MG	314225	Miravânia	1	50,70	963,30	990,70
MG	314230	Moeda	2	101,40	1.926,60	991,40
MG	314240	Moema	4	202,80	3.853,20	1.505,00
MG	314250	Monjolos	2	101,40	1.926,60	475,80
MG	314260	Monsenhor Paulo	4	202,80	3.853,20	1.742,20
MG	314270	Montalvânia	6	304,20	5.779,80	3.194,80
MG	314280	Monte Alegre de Minas	6	304,20	5.779,80	4.219,00
MG	314290	Monte Azul	6	304,20	5.779,80	4.443,60
MG	314300	Monte Belo	5	253,50	4.816,50	2.690,60

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800089

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MG	314310	Monte Carmelo	22	1.115,40	21.192,60	9.649,60
MG	314315	Monte Formoso	0	0,00	0,00	1.974,40
MG	314320	Monte Santo de Minas	5	253,50	4.816,50	4.389,80
MG	314330	Montes Claros	212	10.748,40	204.219,60	90.456,08
MG	314340	Monte Sião	5	253,50	4.816,50	4.688,80
MG	314345	Montezuma	3	152,10	2.889,90	1.633,60
MG	314350	Morada Nova de Minas	4	202,80	3.853,20	1.772,00
MG	314360	Morro da Garça	2	101,40	1.926,60	533,80
MG	314370	Morro do Pilar	2	101,40	1.926,60	684,20
MG	314380	Munhoz	1	50,70	963,30	1.577,10
MG	314390	Muriaé	44	2.230,80	42.385,20	24.420,83
MG	314400	Mutum	8	405,60	7.706,40	5.505,60
MG	314410	Muzambinho	10	507,00	9.633,00	4.205,20
MG	314420	Nacip Raydan	2	101,40	1.926,60	654,80
MG	314430	Nanuque	21	1.064,70	20.229,30	8.375,20
MG	314435	Naque	0	0,00	0,00	2.772,00
MG	314437	Natalândia	2	101,40	1.926,60	676,40
MG	314440	Natércia	0	0,00	0,00	1.928,00
MG	314450	Nazareno	0	0,00	0,00	3.433,20
MG	314460	Nepomuceno	10	507,00	9.633,00	5.410,60
MG	314465	Ninheira	2	101,40	1.926,60	2.223,40
MG	314467	Nova Belém	2	101,40	1.926,60	732,40
MG	314470	Nova Era	8	405,60	7.706,40	3.600,40
MG	314480	Nova Lima	49	2.484,30	47.201,70	21.508,20
MG	314490	Nova Módica	2	101,40	1.926,60	766,00
MG	314500	Nova Ponte	6	304,20	5.779,80	2.986,80
MG	314505	Nova Porteirinha	3	152,10	2.889,90	1.529,60
MG	314510	Nova Resende	6	304,20	5.779,80	3.329,00
MG	314520	Nova Serrana	2	101,40	1.926,60	35.945,80
MG	314530	Novo Cruzeiro	5	253,50	4.816,50	7.937,10
MG	314535	Novo Oriente de Minas	4	202,80	3.853,20	2.173,80
MG	314537	Novorizonte	0	0,00	0,00	2.123,20
MG	314540	Olaria	1	50,70	963,30	391,40
MG	314545	Olhos-d"Água	3	152,10	2.889,90	1.188,60
MG	314550	Olímpio Noronha	0	0,00	0,00	1.105,20
MG	314560	Oliveira	19	963,30	18.302,70	8.381,40
MG	314570	Oliveira Fortes	0	0,00	0,00	872,80
MG	314580	Onça de Pitangui	0	0,00	0,00	1.276,80
MG	314585	Oratórios	1	50,70	963,30	942,00
MG	314587	Orizânia	1	50,70	963,30	2.216,30
MG	314590	Ouro Branco	16	811,20	15.412,80	7.787,00
MG	314600	Ouro Fino	0	0,00	0,00	13.486,40
MG	314610	Ouro Preto	28	1.419,60	26.972,40	14.931,80
MG	314620	Ouro Verde de Minas	3	152,10	2.889,90	1.229,60
MG	314625	Padre Carvalho	3	152,10	2.889,90	1.267,60
MG	314630	Padre Paraíso	0	0,00	0,00	8.070,80
MG	314640	Paineiras	3	152,10	2.889,90	941,60
MG	314650	Pains	4	202,80	3.853,20	1.678,20
MG	314655	Pai Pedro	3	152,10	2.889,90	1.236,80
MG	314660	Paiva	0	0,00	0,00	636,00
MG	314670	Palma	2	101,40	1.926,60	1.350,60
MG	314675	Palmópolis	0	0,00	0,00	2.691,84
MG	314690	Papagaios	0	0,00	0,00	6.206,40
MG	314700	Paracatu	0	0,00	0,00	36.954,40
MG	314710	Pará de Minas	6	304,20	5.779,80	31.315,80
MG	314720	Paraguaçu	10	507,00	9.633,00	4.316,60
MG	314730	Paraisópolis	2	101,40	1.926,60	6.466,60
MG	314740	Paraopeba	0	0,00	0,00	9.770,80
MG	314750	Passabém	0	0,00	0,00	710,40
MG	314760	Passa Quatro	1	50,70	963,30	5.624,70
MG	314770	Passa Tempo	4	202,80	3.853,20	1.675,40
MG	314780	Passa-Vinte	0	0,00	0,00	848,40
MG	314790	Passos	54	2.737,80	52.018,20	25.753,05
MG	314795	Patis	2	101,40	1.926,60	1.195,20
MG	314800	Patos de Minas	14	709,80	13.486,20	54.415,65
MG	314810	Patrocínio	34	1.723,80	32.752,20	17.996,60
MG	314820	Patrocínio do Muriaé	0	0,00	0,00	2.272,00
MG	314830	Paula Cândido	0	0,00	0,00	3.879,20
MG	314840	Paulistas	2	101,40	1.926,60	1.004,00
MG	314850	Pavão	0	0,00	0,00	3.508,40
MG	314860	Peçanha	5	253,50	4.816,50	3.574,20
MG	314870	Pedra Azul	5	253,50	4.816,50	5.082,70
MG	314875	Pedra Bonita	2	101,40	1.926,60	1.423,40
MG	314880	Pedra do Anta	1	50,70	963,30	682,80
MG	314890	Pedra do Indaiá	2	101,40	1.926,60	806,80
MG	314900	Pedra Dourada	0	0,00	0,00	980,80
MG	314910	Pedralva	1	50,70	963,30	3.709,90
MG	314915	Pedras de Maria da Cruz	3	152,10	2.889,90	2.279,20
MG	314920	Pedrinópolis	2	101,40	1.926,60	734,40
MG	314930	Pedro Leopoldo	0	0,00	0,00	34.312,38
MG	314940	Pedro Teixeira	0	0,00	0,00	737,20
MG	314950	Pequeri	2	101,40	1.926,60	669,40
MG	314960	Pequi	2	101,40	1.926,60	879,00
MG	314970	Perdigão	4	202,80	3.853,20	2.169,20
MG	314980	Perdizes	5	253,50	4.816,50	3.185,00
MG	314990	Perdões	10	507,00	9.633,00	4.288,80
MG	314995	Periquito	1	50,70	963,30	1.896,70
MG	315000	Pescador	0	0,00	0,00	1.724,40
MG	315010	Piau	2	101,40	1.926,60	577,40

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800090

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MG	315015	Piedade de Caratinga	3	152,10	2.889,90	1.649,40
MG	315020	Piedade de Ponte Nova	0	0,00	0,00	1.685,20
MG	315030	Piedade do Rio Grande	1	50,70	963,30	953,20
MG	315040	Piedade dos Gerais	1	50,70	963,30	1.029,10
MG	315050	Pimenta	2	101,40	1.926,60	1.744,00
MG	315053	Pingo-d"Água	3	152,10	2.889,90	974,60
MG	315057	Pintópolis	2	101,40	1.926,60	1.517,00
MG	315060	Piracema	0	0,00	0,00	2.630,00
MG	315070	Pirajuba	1	50,70	963,30	1.352,70
MG	315080	Piranga	4	202,80	3.853,20	3.583,60
MG	315090	Piranguçu	1	50,70	963,30	1.242,30
MG	315100	Piranguinho	1	50,70	963,30	2.475,50
MG	315110	Pirapetinga	0	0,00	0,00	4.350,40
MG	315120	Pirapora	7	354,90	6.743,10	15.939,30
MG	315130	Piraúba	5	253,50	4.816,50	2.224,60
MG	315140	Pitangui	12	608,40	11.559,60	5.541,20
MG	315150	Piumhi	17	861,90	16.376,10	6.905,00
MG	315160	Planura	6	304,20	5.779,80	2.359,20
MG	315170	Poço Fundo	6	304,20	5.779,80	3.380,60
MG	315180	Poços de Caldas	76	3.853,20	73.210,80	37.369,13
MG	315190	Pocrane	0	0,00	0,00	3.620,00
MG	315200	Pompéu	1	50,70	963,30	11.681,50
MG	315210	Ponte Nova	29	1.470,30	27.935,70	12.072,20
MG	315213	Ponto Chique	2	101,40	1.926,60	851,80
MG	315217	Ponto dos Volantes	4	202,80	3.853,20	2.427,60
MG	315220	Porteirinha	12	608,40	11.559,60	7.748,20
MG	315230	Porto Firme	4	202,80	3.853,20	2.249,00
MG	315240	Poté	5	253,50	4.816,50	3.328,20
MG	315250	Pouso Alegre	44	2.230,80	42.385,20	33.105,83
MG	315260	Pouso Alto	1	50,70	963,30	1.553,10
MG	315270	Prados	3	152,10	2.889,90	1.804,20
MG	315280	Prata	12	608,40	11.559,60	5.559,20
MG	315290	Pratápolis	4	202,80	3.853,20	1.795,00
MG	315300	Pratinha	2	101,40	1.926,60	713,80
MG	315310	Presidente Bernardes	2	101,40	1.926,60	1.126,00
MG	315320	Presidente Juscelino	0	0,00	0,00	1.571,20
MG	315330	Presidente Kubitschek	0	0,00	0,00	1.224,40
MG	315340	Presidente Olegário	8	405,60	7.706,40	3.919,80
MG	315350	Alto Jequitibá	3	152,10	2.889,90	1.707,00
MG	315360	Prudente de Morais	6	304,20	5.779,80	2.115,40
MG	315370	Quartel Geral	0	0,00	0,00	1.422,80
MG	315380	Queluzito	0	0,00	0,00	783,20
MG	315390	Raposos	0	0,00	0,00	7.648,66
MG	315400	Raul Soares	8	405,60	7.706,40	4.884,60
MG	315410	Recreio	5	253,50	4.816,50	2.139,40
MG	315415	Reduto	0	0,00	0,00	2.846,80
MG	315420	Resende Costa	4	202,80	3.853,20	2.313,80
MG	315430	Resplendor	7	354,90	6.743,10	3.543,00
MG	315440	Ressaquinha	2	101,40	1.926,60	986,12
MG	315445	Riachinho	3	152,10	2.889,90	1.658,00
MG	315450	Riacho dos Machados	3	152,10	2.889,90	1.934,40
MG	315460	Ribeirão das Neves	185	9.379,50	178.210,50	93.728,24
MG	315470	Ribeirão Vermelho	0	0,00	0,00	1.623,20
MG	315480	Rio Acima	5	253,50	4.816,50	2.362,03
MG	315490	Rio Casca	0	0,00	0,00	5.750,40
MG	315500	Rio Doce	2	101,40	1.926,60	524,60
MG	315510	Rio do Prado	1	50,70	963,30	1.169,90
MG	315520	Rio Espera	2	101,40	1.926,60	1.209,00
MG	315530	Rio Manso	3	152,10	2.889,90	1.347,27
MG	315540	Rio Novo	0	0,00	0,00	3.633,60
MG	315550	Rio Paranaíba	5	253,50	4.816,50	2.492,40
MG	315560	Rio Pardo de Minas	7	354,90	6.743,10	6.203,20
MG	315570	Rio Piracicaba	4	202,80	3.853,20	2.924,80
MG	315580	Rio Pomba	7	354,90	6.743,10	3.612,20
MG	315590	Rio Preto	0	0,00	0,00	2.217,60
MG	315600	Rio Vermelho	4	202,80	3.853,20	2.751,00
MG	315610	Ritápolis	0	0,00	0,00	1.982,00
MG	315620	Rochedo de Minas	1	50,70	963,30	458,60
MG	315630	Rodeiro	3	152,10	2.889,90	1.571,40
MG	315640	Romaria	1	50,70	963,30	734,20
MG	315645	Rosário da Limeira	0	0,00	0,00	1.832,00
MG	315650	Rubelita	3	152,10	2.889,90	1.485,60
MG	315660	Rubim	5	253,50	4.816,50	2.075,40
MG	315670	Sabará	21	1.064,70	20.229,30	48.887,76
MG	315680	Sabinópolis	5	253,50	4.816,50	3.208,40
MG	315690	Sacramento	12	608,40	11.559,60	5.199,60
MG	315700	Salinas	15	760,50	14.449,50	8.335,60
MG	315710	Salto da Divisa	0	0,00	0,00	2.850,80
MG	315720	Santa Bárbara	10	507,00	9.633,00	7.161,00
MG	315725	Santa Bárbara do Leste	0	0,00	0,00	3.272,00
MG	315727	Santa Bárbara do Monte Verde	0	0,00	0,00	1.238,40
MG	315730	Santa Bárbara do Tugúrio	0	0,00	0,00	1.858,40
MG	315733	Santa Cruz de Minas	0	0,00	0,00	3.418,80
MG	315737	Santa Cruz de Salinas	0	0,00	0,00	1.773,60
MG	315740	Santa Cruz do Escalvado	1	50,70	963,30	1.056,70
MG	315750	Santa Efigênia de Minas	1	50,70	963,30	932,20
MG	315760	Santa Fé de Minas	1	50,70	963,30	806,80
MG	315765	Santa Helena de Minas	3	152,10	2.889,90	1.282,00
MG	315770	Santa Juliana	1	50,70	963,30	4.388,70

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800091

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MG	315780	Santa Luzia	0	0,00	0,00	113.096,78
MG	315790	Santa Margarida	2	101,40	1.926,60	4.542,60
MG	315800	Santa Maria de Itabira	4	202,80	3.853,20	2.201,40
MG	315810	Santa Maria do Salto	0	0,00	0,00	2.162,40
MG	315820	Santa Maria do Suaçuí	6	304,20	5.779,80	2.979,20
MG	315830	Santana da Vargem	3	152,10	2.889,90	1.475,80
MG	315840	Santana de Cataguases	0	0,00	0,00	1.550,40
MG	315850	Santana de Pirapama	3	152,10	2.889,90	1.621,20
MG	315860	Santana do Deserto	2	101,40	1.926,60	806,40
MG	315870	Santana do Garambéu	1	50,70	963,30	487,20
MG	315880	Santana do Jacaré	0	0,00	0,00	1.944,40
MG	315890	Santana do Manhuaçu	0	0,00	0,00	3.541,20
MG	315895	Santana do Paraíso	12	608,40	11.559,60	6.565,60
MG	315900	Santana do Riacho	1	50,70	963,30	860,20
MG	315910	Santana dos Montes	2	101,40	1.926,60	781,60
MG	315920	Santa Rita de Caldas	4	202,80	3.853,20	1.847,80
MG	315930	Santa Rita de Jacutinga	1	50,70	963,30	1.072,70
MG	315935	Santa Rita de Minas	2	101,40	1.926,60	1.429,80
MG	315940	Santa Rita de Ibitipoca	0	0,00	0,00	1.451,20
MG	315950	Santa Rita do Itueto	3	152,10	2.889,90	1.156,40
MG	315960	Santa Rita do Sapucaí	3	152,10	2.889,90	14.039,70
MG	315970	Santa Rosa da Serra	1	50,70	963,30	677,20
MG	315980	Santa Vitória	7	354,90	6.743,10	3.929,20
MG	315990	Santo Antônio do Amparo	8	405,60	7.706,40	3.710,60
MG	316000	Santo Antônio do Aventureiro	2	101,40	1.926,60	733,60
MG	316010	Santo Antônio do Grama	0	0,00	0,00	1.655,20
MG	316020	Santo Antônio do Itambé	1	50,70	963,30	830,20
MG	316030	Santo Antônio do Jacinto	0	0,00	0,00	4.816,80
MG	316040	Santo Antônio do Monte	12	608,40	11.559,60	5.623,00
MG	316045	Santo Antônio do Retiro	3	152,10	2.889,90	1.467,80
MG	316050	Santo Antônio do Rio Abaixo	0	0,00	0,00	728,00
MG	316060	Santo Hipólito	0	0,00	0,00	1.310,40
MG	316070	Santos Dumont	20	1.014,00	19.266,00	9.512,20
MG	316080	São Bento Abade	3	152,10	2.889,90	1.031,80
MG	316090	São Brás do Suaçuí	2	101,40	1.926,60	749,40
MG	316095	São Domingos das Dores	3	152,10	2.889,90	1.139,40
MG	316100	São Domingos do Prata	5	253,50	4.816,50	3.562,20
MG	316105	São Félix de Minas	2	101,40	1.926,60	693,40
MG	316110	São Francisco	20	1.014,00	19.266,00	11.834,38
MG	316120	São Francisco de Paula	1	50,70	963,30	1.705,90
MG	316130	São Francisco de Sales	1	50,70	963,30	1.526,30
MG	316140	São Francisco do Glória	3	152,10	2.889,90	1.042,20
MG	316150	São Geraldo	4	202,80	3.853,20	2.381,00
MG	316160	São Geraldo da Piedade	2	101,40	1.926,60	874,40
MG	316165	São Geraldo do Baixio	1	50,70	963,30	784,00
MG	316170	São Gonçalo do Abaeté	0	0,00	0,00	2.759,20
MG	316180	São Gonçalo do Pará	4	202,80	3.853,20	2.397,00
MG	316190	São Gonçalo do Rio Abaixo	2	101,40	1.926,60	2.382,60
MG	316200	São Gonçalo do Sapucaí	0	0,00	0,00	10.206,80
MG	316210	São Gotardo	4	202,80	3.853,20	10.153,20
MG	316220	São João Batista do Glória	4	202,80	3.853,20	1.486,20
MG	316225	São João da Lagoa	2	101,40	1.926,60	988,40
MG	316230	São João da Mata	1	50,70	963,30	562,20
MG	316240	São João da Ponte	5	253,50	4.816,50	5.567,90
MG	316245	São João das Missões	4	202,80	3.853,20	2.572,40
MG	316250	São João del Rei	44	2.230,80	42.385,20	18.052,60
MG	316255	São João do Manhuaçu	2	101,40	1.926,60	2.620,20
MG	316257	São João do Manteninha	3	152,10	2.889,90	1.151,80
MG	316260	São João do Oriente	0	0,00	0,00	3.185,60
MG	316265	São João do Pacuí	2	101,40	1.926,60	879,20
MG	316270	São João do Paraíso	5	253,50	4.816,50	4.745,80
MG	316280	São João Evangelista	0	0,00	0,00	6.433,20
MG	316290	São João Nepomuceno	13	659,10	12.522,90	5.307,60
MG	316292	São Joaquim de Bicas	12	608,40	11.559,60	7.037,33
MG	316294	São José da Barra	3	152,10	2.889,90	1.474,80
MG	316295	São José da Lapa	8	405,60	7.706,40	5.345,67
MG	316300	São José da Safira	2	101,40	1.926,60	860,60
MG	316310	São José da Varginha	0	0,00	0,00	1.933,60
MG	316320	São José do Alegre	0	0,00	0,00	1.691,20
MG	316330	São José do Divino	0	0,00	0,00	1.578,40
MG	316340	São José do Goiabal	2	101,40	1.926,60	1.143,40
MG	316350	São José do Jacuri	3	152,10	2.889,90	1.338,80
MG	316360	São José do Mantimento	0	0,00	0,00	1.114,80
MG	316370	São Lourenço	21	1.064,70	20.229,30	9.091,40
MG	316380	São Miguel do Anta	2	101,40	1.926,60	1.409,00
MG	316390	São Pedro da União	2	101,40	1.926,60	1.010,80
MG	316400	São Pedro dos Ferros	3	152,10	2.889,90	1.679,40
MG	316410	São Pedro do Suaçuí	2	101,40	1.926,60	1.123,20
MG	316420	São Romão	0	0,00	0,00	4.756,80
MG	316430	São Roque de Minas	0	0,00	0,00	2.836,80
MG	316440	São Sebastião da Bela Vista	1	50,70	963,30	1.211,90
MG	316443	São Sebastião da Vargem Alegre	0	0,00	0,00	1.202,40
MG	316447	São Sebastião do Anta	2	101,40	1.926,60	1.283,80
MG	316450	São Sebastião do Maranhão	0	0,00	0,00	4.296,00
MG	316460	São Sebastião do Oeste	2	101,40	1.926,60	1.317,80
MG	316470	São Sebastião do Paraíso	34	1.723,80	32.752,20	14.106,60
MG	316480	São Sebastião do Rio Preto	0	0,00	0,00	648,80
MG	316490	São Sebastião do Rio Verde	1	50,70	963,30	449,80
MG	316500	São Tiago	5	253,50	4.816,50	2.214,60

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800092

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MG	316510	São Tomás de Aquino	4	202,80	3.853,20	1.451,40
MG	316520	São Thomé das Letras	0	0,00	0,00	2.842,40
MG	316530	São Vicente de Minas	2	101,40	1.926,60	1.534,40
MG	316540	Sapucaí-Mirim	0	0,00	0,00	2.740,00
MG	316550	Sardoá	0	0,00	0,00	2.479,20
MG	316553	Sarzedo	17	861,90	16.376,10	7.241,97
MG	316555	Setubinha	3	152,10	2.889,90	2.412,00
MG	316556	Sem-Peixe	0	0,00	0,00	1.142,40
MG	316557	Senador Amaral	2	101,40	1.926,60	1.087,80
MG	316560	Senador Cortes	0	0,00	0,00	819,60
MG	316570	Senador Firmino	3	152,10	2.889,90	1.558,40
MG	316580	Senador José Bento	1	50,70	963,30	360,80
MG	316590	Senador Modestino Gonçalves	2	101,40	1.926,60	912,80
MG	316600	Senhora de Oliveira	1	50,70	963,30	1.393,50
MG	316610	Senhora do Porto	2	101,40	1.926,60	720,40
MG	316620	Senhora dos Remédios	0	0,00	0,00	4.248,80
MG	316630	Sericita	0	0,00	0,00	2.973,60
MG	316640	Seritinga	0	0,00	0,00	749,60
MG	316650	Serra Azul de Minas	0	0,00	0,00	1.748,80
MG	316660	Serra da Saudade	1	50,70	963,30	165,00
MG	316670	Serra dos Aimorés	4	202,80	3.853,20	1.761,80
MG	316680	Serra do Salitre	5	253,50	4.816,50	2.298,20
MG	316690	Serrania	2	101,40	1.926,60	1.562,40
MG	316695	Serranópolis de Minas	2	101,40	1.926,60	953,80
MG	316700	Serranos	0	0,00	0,00	814,80
MG	316710	Serro	0	0,00	0,00	8.574,00
MG	316720	Sete Lagoas	0	0,00	0,00	106.302,60
MG	316730	Silveirânia	2	101,40	1.926,60	458,40
MG	316740	Silvianópolis	1	50,70	963,30	1.562,30
MG	316750	Simão Pereira	1	50,70	963,30	530,20
MG	316760	Simonésia	0	0,00	0,00	7.853,20
MG	316770	Sobrália	3	152,10	2.889,90	1.179,40
MG	316780	Soledade de Minas	1	50,70	963,30	1.489,10
MG	316790	Tabuleiro	0	0,00	0,00	1.634,00
MG	316800	Taiobeiras	13	659,10	12.522,90	6.764,80
MG	316805	Taparuba	2	101,40	1.926,60	642,00
MG	316810	Tapira	0	0,00	0,00	1.860,00
MG	316820	Tapiraí	2	101,40	1.926,60	384,60
MG	316830	Taquaraçu de Minas	1	50,70	963,30	950,83
MG	316840	Tarumirim	4	202,80	3.853,20	2.935,40
MG	316850	Teixeiras	0	0,00	0,00	4.734,40
MG	316860	Teófilo Otoni	68	3.447,60	65.504,40	31.935,15
MG	316870	Timóteo	45	2.281,50	43.348,50	19.083,11
MG	316880	Tiradentes	3	152,10	2.889,90	1.561,40
MG	316890	Tiros	1	50,70	963,30	1.818,70
MG	316900	Tocantins	7	354,90	6.743,10	3.353,20
MG	316905	Tocos do Moji	0	0,00	0,00	1.658,80
MG	316910	Toledo	1	50,70	963,30	1.529,50
MG	316920	Tombos	4	202,80	3.853,20	1.864,20
MG	316930	Três Corações	17	861,90	16.376,10	15.799,80
MG	316935	Três Marias	1	50,70	963,30	11.711,50
MG	316940	Três Pontas	11	557,70	10.596,30	12.242,50
MG	316950	Tumiritinga	4	202,80	3.853,20	1.347,80
MG	316960	Tupaciguara	14	709,80	13.486,20	5.107,60
MG	316970	Turmalina	7	354,90	6.743,10	3.952,40
MG	316980	Turvolândia	0	0,00	0,00	2.010,00
MG	316990	Ubá	27	1.368,90	26.009,10	25.492,50
MG	317000	Ubaí	4	202,80	3.853,20	2.506,20
MG	317005	Ubaporanga	0	0,00	0,00	5.048,80
MG	317010	Uberaba	164	8.314,80	157.981,20	73.861,20
MG	317020	Uberlândia	0	0,00	0,00	304.475,85
MG	317030	Umburatiba	2	101,40	1.926,60	549,20
MG	317040	Unaí	40	2.028,00	38.532,00	16.796,00
MG	317043	União de Minas	0	0,00	0,00	1.799,20
MG	317047	Uruana de Minas	0	0,00	0,00	1.335,20
MG	317050	Urucânia	1	50,70	963,30	3.272,30
MG	317052	Urucuia	4	202,80	3.853,20	3.219,00
MG	317057	Vargem Alegre	2	101,40	1.926,60	1.327,00
MG	317060	Vargem Bonita	0	0,00	0,00	886,40
MG	317065	Vargem Grande do Rio Pardo	2	101,40	1.926,60	1.006,40
MG	317070	Varginha	65	3.295,50	62.614,50	30.231,90
MG	317075	Varjão de Minas	3	152,10	2.889,90	1.389,40
MG	317080	Várzea da Palma	21	1.064,70	20.229,30	7.825,60
MG	317090	Varzelândia	5	253,50	4.816,50	3.944,60
MG	317100	Vazante	0	0,00	0,00	8.313,60
MG	317103	Verdelândia	3	152,10	2.889,90	1.844,00
MG	317107	Veredinha	3	152,10	2.889,90	1.159,60
MG	317110	Veríssimo	2	101,40	1.926,60	782,20
MG	317115	Vermelho Novo	2	101,40	1.926,60	981,00
MG	317120	Vespasiano	0	0,00	0,00	58.123,37
MG	317130	Viçosa	0	0,00	0,00	31.352,40
MG	317140	Vieiras	2	101,40	1.926,60	758,00
MG	317150	Mathias Lobato	2	101,40	1.926,60	681,20
MG	317160	Virgem da Lapa	0	0,00	0,00	5.617,20
MG	317170	Virgínia	0	0,00	0,00	3.548,00
MG	317180	Virginópolis	3	152,10	2.889,90	2.166,00
MG	317190	Virgolândia	3	152,10	2.889,90	1.144,00
MG	317200	Visconde do Rio Branco	17	861,90	16.376,10	8.386,40

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800093

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MG	317210	Volta Grande	3	152,10	2.889,90	1.063,00
MG	317220	Wenceslau Braz	0	0,00	0,00	1.047,60
		Total	6.776	343.543,20	6.527.320,80	8.172.002,22
		ANEXO XII				
UF	IBGE	Município	Nº ACE ELEGIVEIS	Incentivo (R$)	AFC (R$)	PFVS Mensal (R$)
MS	500000	SES/MS	0	0,00	0,00	239.871,78
MS	500020	Água Clara	5	253,50	4.816,50	4.709,72
MS	500025	Alcinópolis	3	152,10	2.889,90	864,67
MS	500060	Amambai	13	659,10	12.522,90	7.028,00
MS	500070	Anastácio	10	507,00	9.633,00	5.147,49
MS	500080	Anaurilândia	3	152,10	2.889,90	3.822,98
MS	500085	Angélica	5	253,50	4.816,50	1.743,00
MS	500090	Antônio João	1	50,70	963,30	1.972,70
MS	500100	Aparecida do Taboado	0	0,00	0,00	10.215,83
MS	500110	Aquidauana	24	1.216,80	23.119,20	11.010,42
MS	500124	Aral Moreira	1	50,70	963,30	2.960,36
MS	500150	Bandeirantes	4	202,80	3.853,20	1.322,91
MS	500190	Bataguassu	9	456,30	8.669,70	4.654,65
MS	500200	Batayporã	2	101,40	1.926,60	1.874,67
MS	500210	Bela Vista	10	507,00	9.633,00	4.055,17
MS	500215	Bodoquena	4	202,80	3.853,20	1.329,83
MS	500220	Bonito	11	557,70	10.596,30	6.628,19
MS	500230	Brasilândia	6	304,20	5.779,80	2.001,40
MS	500240	Caarapó	11	557,70	10.596,30	5.498,07
MS	500260	Camapuã	6	304,20	5.779,80	2.711,24
MS	500270	Campo Grande	231	11.711,70	222.522,30	303.372,08
MS	500280	Caracol	3	152,10	2.889,90	1.103,31
MS	500290	Cassilândia	10	507,00	9.633,00	6.529,07
MS	500295	Chapadão do Sul	8	405,60	7.706,40	3.990,00
MS	500310	Corguinho	1	50,70	963,30	1.525,46
MS	500315	Coronel Sapucaia	5	253,50	4.816,50	2.502,67
MS	500320	Corumbá	51	2.585,70	49.128,30	31.168,51
MS	500325	Costa Rica	1	50,70	963,30	5.756,36
MS	500330	Coxim	8	405,60	7.706,40	8.080,47
MS	500345	Deodápolis	6	304,20	5.779,80	2.128,83
MS	500348	Dois Irmãos do Buriti	4	202,80	3.853,20	1.855,33
MS	500350	Douradina	1	50,70	963,30	1.338,47
MS	500370	Dourados	109	5.526,30	104.999,70	40.859,98
MS	500375	Eldorado	5	253,50	4.816,50	2.037,33
MS	500380	Fátima do Sul	11	557,70	10.596,30	3.210,00
MS	500390	Figueirão	2	101,40	1.926,60	777,64
MS	500400	Glória de Dourados	5	253,50	4.816,50	1.670,83
MS	500410	Guia Lopes da Laguna	4	202,80	3.853,20	1.744,31
MS	500430	Iguatemi	6	304,20	5.779,80	2.639,67
MS	500440	Inocência	4	202,80	3.853,20	1.457,76
MS	500450	Itaporã	8	405,60	7.706,40	3.923,17
MS	500460	Itaquiraí	2	101,40	1.926,60	7.608,36
MS	500470	Ivinhema	11	557,70	10.596,30	4.637,89
MS	500480	Japorã	0	0,00	0,00	2.945,33
MS	500490	Jaraguari	0	0,00	0,00	2.339,66
MS	500500	Jardim	15	760,50	14.449,50	5.172,58
MS	500510	Jateí	2	101,40	1.926,60	795,09
MS	500515	Juti	1	50,70	963,30	1.221,03
MS	500520	Ladário	10	507,00	9.633,00	3.765,00
MS	500525	Laguna Carapã	3	152,10	2.889,90	1.229,41
MS	500540	Maracaju	20	1.014,00	19.266,00	7.519,04
MS	500560	Miranda	10	507,00	9.633,00	4.795,38
MS	500568	Mundo Novo	1	50,70	963,30	5.071,03
MS	500570	Naviraí	27	1.368,90	26.009,10	8.864,67
MS	500580	Nioaque	3	152,10	2.889,90	2.509,15
MS	500600	Nova Alvorada do Sul	9	456,30	8.669,70	5.169,94
MS	500620	Nova Andradina	23	1.166,10	22.155,90	10.303,09
MS	500625	Novo Horizonte do Sul	2	101,40	1.926,60	844,67
MS	500627	Paraíso das Águas	1	50,70	963,30	891,67
MS	500630	Paranaíba	18	912,60	17.339,40	9.164,51
MS	500635	Paranhos	2	101,40	1.926,60	2.690,73
MS	500640	Pedro Gomes	0	0,00	0,00	2.686,02
MS	500660	Ponta Porã	26	1.318,20	25.045,80	18.007,44
MS	500690	Porto Murtinho	0	0,00	0,00	5.626,33
MS	500710	Ribas do Rio Pardo	1	50,70	963,30	6.997,03
MS	500720	Rio Brilhante	14	709,80	13.486,20	6.024,00
MS	500730	Rio Negro	3	152,10	2.889,90	831,50
MS	500740	Rio Verde de Mato Grosso	8	405,60	7.706,40	6.382,84
MS	500750	Rochedo	0	0,00	0,00	1.786,68
MS	500755	Santa Rita do Pardo	3	152,10	2.889,90	1.593,19
MS	500769	São Gabriel do Oeste	4	202,80	3.853,20	5.931,96
MS	500770	Sete Quedas	6	304,20	5.779,80	1.812,67
MS	500780	Selvíria	4	202,80	3.853,20	1.097,84
MS	500790	Sidrolândia	18	912,60	17.339,40	9.095,83
MS	500793	Sonora	5	253,50	4.816,50	4.267,19
MS	500795	Tacuru	4	202,80	3.853,20	2.026,47
MS	500797	Taquarussu	2	101,40	1.926,60	815,78
MS	500800	Terenos	5	253,50	4.816,50	3.475,83
MS	500830	Três Lagoas	68	3.447,60	65.504,40	23.360,64
MS	500840	Vicentina	3	152,10	2.889,90	1.006,83
		Total	945	47.911,50	910.318,50	937.458,63

		ANEXO XIII				
UF	IBGE	Município	Nº ACE ELEGIVEIS	Incentivo (R$)	AFC (R$)	PFVS Mensal (R$)
MT	510000	SES/MT	0	0,00	0,00	515.128,30
MT	510010	Acorizal	0	0,00	0,00	2.339,21
MT	510020	Água Boa	0	0,00	0,00	10.475,79
MT	510025	Alta Floresta	20	1.014,00	19.266,00	14.681,94
MT	510030	Alto Araguaia	0	0,00	0,00	7.766,30

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800094

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MT	510035	Alto Boa Vista	3	152,10	2.889,90	1.891,52
MT	510040	Alto Garças	0	0,00	0,00	4.930,68
MT	510050	Alto Paraguai	0	0,00	0,00	4.669,44
MT	510060	Alto Taquari	5	253,50	4.816,50	2.190,42
MT	510080	Apiacás	5	253,50	4.816,50	3.259,23
MT	510100	Araguaiana	1	50,70	963,30	921,74
MT	510120	Araguainha	0	0,00	0,00	1.725,80
MT	510125	Araputanga	1	50,70	963,30	5.973,10
MT	510130	Arenápolis	5	253,50	4.816,50	2.163,91
MT	510140	Aripuanã	8	405,60	7.706,40	7.076,65
MT	510160	Barão de Melgaço	2	101,40	1.926,60	1.701,32
MT	510170	Barra do Bugres	13	659,10	12.522,90	7.204,49
MT	510180	Barra do Garças	36	1.825,20	34.678,80	12.607,64
MT	510185	Bom Jesus do Araguaia	2	101,40	1.926,60	1.833,01
MT	510190	Brasnorte	6	304,20	5.779,80	5.466,86
MT	510250	Cáceres	40	2.028,00	38.532,00	19.512,19
MT	510260	Campinápolis	4	202,80	3.853,20	3.289,26
MT	510263	Campo Novo do Parecis	13	659,10	12.522,90	7.172,63
MT	510267	Campo Verde	16	811,20	15.412,80	8.537,00
MT	510268	Campos de Júlio	3	152,10	2.889,90	1.908,27
MT	510269	Canabrava do Norte	2	101,40	1.926,60	1.875,33
MT	510270	Canarana	8	405,60	7.706,40	6.576,01
MT	510279	Carlinda	4	202,80	3.853,20	3.223,55
MT	510285	Castanheira	3	152,10	2.889,90	2.473,07
MT	510300	Chapada dos Guimarães	7	354,90	6.743,10	4.072,35
MT	510305	Cláudia	4	202,80	3.853,20	3.671,32
MT	510310	Cocalinho	0	0,00	0,00	4.273,46
MT	510320	Colíder	16	811,20	15.412,80	9.448,23
MT	510325	Colniza	11	557,70	10.596,30	12.210,38
MT	510330	Comodoro	7	354,90	6.743,10	6.812,46
MT	510335	Confresa	10	507,00	9.633,00	10.184,60
MT	510336	Conquista D"Oeste	1	50,70	963,30	1.087,41
MT	510337	Cotriguaçu	0	0,00	0,00	10.934,29
MT	510340	Cuiabá	260	13.182,00	250.458,00	197.989,51
MT	510343	Curvelândia	3	152,10	2.889,90	1.079,39
MT	510345	Denise	0	0,00	0,00	3.897,26
MT	510350	Diamantino	9	456,30	8.669,70	4.552,29
MT	510360	Dom Aquino	4	202,80	3.853,20	1.738,91
MT	510370	Feliz Natal	5	253,50	4.816,50	3.934,86
MT	510380	Figueirópolis D"Oeste	1	50,70	963,30	937,25
MT	510385	Gaúcha do Norte	0	0,00	0,00	5.143,36
MT	510390	General Carneiro	2	101,40	1.926,60	1.140,10
MT	510395	Glória D"Oeste	1	50,70	963,30	920,01
MT	510410	Guarantã do Norte	13	659,10	12.522,90	10.349,50
MT	510420	Guiratinga	4	202,80	3.853,20	3.124,44
MT	510450	Indiavaí	1	50,70	963,30	986,81
MT	510452	Ipiranga do Norte	2	101,40	1.926,60	1.533,04
MT	510454	Itanhangá	2	101,40	1.926,60	1.367,36
MT	510455	Itaúba	0	0,00	0,00	3.756,86
MT	510460	Itiquira	4	202,80	3.853,20	2.734,07
MT	510480	Jaciara	16	811,20	15.412,80	5.693,68
MT	510490	Jangada	3	152,10	2.889,90	1.709,41
MT	510500	Jauru	1	50,70	963,30	3.338,86
MT	510510	Juara	7	354,90	6.743,10	15.533,52
MT	510515	Juína	16	811,20	15.412,80	12.566,55
MT	510517	Juruena	4	202,80	3.853,20	4.871,88
MT	510520	Juscimeira	1	50,70	963,30	3.883,16
MT	510523	Lambari D"Oeste	2	101,40	1.926,60	1.258,54
MT	510525	Lucas do Rio Verde	28	1.419,60	26.972,40	17.995,17
MT	510530	Luciara	2	101,40	1.926,60	894,38
MT	510550	Vila Bela da Santíssima Trindade	4	202,80	3.853,20	3.320,90
MT	510558	Marcelândia	5	253,50	4.816,50	5.843,24
MT	510560	Matupá	6	304,20	5.779,80	4.642,50
MT	510562	Mirassol d"Oeste	13	659,10	12.522,90	5.722,54
MT	510590	Nobres	7	354,90	6.743,10	3.207,60
MT	510600	Nortelândia	3	152,10	2.889,90	1.349,83
MT	510610	Nossa Senhora do Livramento	0	0,00	0,00	5.733,57
MT	510615	Nova Bandeirantes	4	202,80	3.853,20	5.214,63
MT	510617	Nova Nazaré	0	0,00	0,00	2.115,72
MT	510618	Nova Lacerda	3	152,10	2.889,90	1.354,96
MT	510619	Nova Santa Helena	2	101,40	1.926,60	955,48
MT	510620	Nova Brasilândia	3	152,10	2.889,90	956,48
MT	510621	Nova Canaã do Norte	0	0,00	0,00	7.371,43
MT	510622	Nova Mutum	16	811,20	15.412,80	9.108,65
MT	510623	Nova Olímpia	4	202,80	3.853,20	4.469,37
MT	510624	Nova Ubiratã	4	202,80	3.853,20	3.458,81
MT	510625	Nova Xavantina	10	507,00	9.633,00	4.412,27
MT	510626	Novo Mundo	3	152,10	2.889,90	2.553,81
MT	510627	Novo Horizonte do Norte	1	50,70	963,30	1.304,41
MT	510628	Novo São Joaquim	0	0,00	0,00	2.804,96
MT	510629	Paranaíta	3	152,10	2.889,90	3.683,21
MT	510630	Paranatinga	10	507,00	9.633,00	6.820,38
MT	510631	Novo Santo Antônio	0	0,00	0,00	2.095,17
MT	510637	Pedra Preta	4	202,80	3.853,20	3.626,83
MT	510642	Peixoto de Azevedo	13	659,10	12.522,90	9.837,88
MT	510645	Planalto da Serra	1	50,70	963,30	908,88
MT	510650	Poconé	16	811,20	15.412,80	6.892,58
MT	510665	Pontal do Araguaia	4	202,80	3.853,20	1.365,43
MT	510670	Ponte Branca	2	101,40	1.926,60	881,41

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800095

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MT	510675	Pontes e Lacerda	24	1.216,80	23.119,20	10.245,63
MT	510677	Porto Alegre do Norte	4	202,80	3.853,20	3.508,93
MT	510680	Porto dos Gaúchos	3	152,10	2.889,90	2.070,31
MT	510682	Porto Esperidião	4	202,80	3.853,20	2.480,52
MT	510685	Porto Estrela	2	101,40	1.926,60	930,88
MT	510700	Poxoréo	8	405,60	7.706,40	3.683,91
MT	510704	Primavera do Leste	34	1.723,80	32.752,20	12.675,83
MT	510706	Querência	0	0,00	0,00	9.773,19
MT	510710	São José dos Quatro Marcos	10	507,00	9.633,00	4.039,22
MT	510715	Reserva do Cabaçal	1	50,70	963,30	923,67
MT	510718	Ribeirão Cascalheira	3	152,10	2.889,90	2.998,11
MT	510719	Ribeirãozinho	2	101,40	1.926,60	930,64
MT	510720	Rio Branco	0	0,00	0,00	2.166,47
MT	510724	Santa Carmem	1	50,70	963,30	1.981,66
MT	510726	Santo Afonso	1	50,70	963,30	929,65
MT	510729	São José do Povo	2	101,40	1.926,60	995,88
MT	510730	São José do Rio Claro	5	253,50	4.816,50	4.217,51
MT	510735	São José do Xingu	3	152,10	2.889,90	2.506,54
MT	510740	São Pedro da Cipa	1	50,70	963,30	1.067,55
MT	510757	Rondolândia	1	50,70	963,30	2.542,35
MT	510760	Rondonópolis	33	1.673,10	31.788,90	63.265,85
MT	510770	Rosário Oeste	6	304,20	5.779,80	3.746,76
MT	510774	Santa Cruz do Xingu	1	50,70	963,30	1.158,73
MT	510775	Salto do Céu	0	0,00	0,00	1.877,79
MT	510776	Santa Rita do Trivelato	1	50,70	963,30	1.229,64
MT	510777	Santa Terezinha	3	152,10	2.889,90	2.431,13
MT	510779	Santo Antônio do Leste	0	0,00	0,00	2.284,64
MT	510780	Santo Antônio do Leverger	4	202,80	3.853,20	4.498,12
MT	510785	São Félix do Araguaia	4	202,80	3.853,20	3.584,46
MT	510787	Sapezal	9	456,30	8.669,70	7.110,01
MT	510788	Serra Nova Dourada	2	101,40	1.926,60	968,97
MT	510790	Sinop	44	2.230,80	42.385,20	46.938,24
MT	510792	Sorriso	43	2.180,10	41.421,90	24.930,54
MT	510794	Tabaporã	3	152,10	2.889,90	5.983,99
MT	510795	Tangará da Serra	48	2.433,60	46.238,40	21.127,74
MT	510800	Tapurah	4	202,80	3.853,20	3.793,27
MT	510805	Terra Nova do Norte	4	202,80	3.853,20	3.897,44
MT	510810	Tesouro	2	101,40	1.926,60	991,25
MT	510820	Torixoréu	2	101,40	1.926,60	943,93
MT	510830	União do Sul	2	101,40	1.926,60	1.655,55
MT	510835	Vale de São Domingos	2	101,40	1.926,60	918,94
MT	510840	Várzea Grande	36	1.825,20	34.678,80	82.479,83
MT	510850	Vera	4	202,80	3.853,20	3.688,72
MT	510860	Vila Rica	4	202,80	3.853,20	10.676,91
MT	510880	Nova Guarita	2	101,40	1.926,60	1.650,41
MT	510885	Nova Marilândia	2	101,40	1.926,60	963,75
MT	510890	Nova Maringá	2	101,40	1.926,60	2.991,47
MT	510895	Nova Monte Verde	3	152,10	2.889,90	2.906,15
		Total	1.167	59.166,90	1.124.171,10	1.535.574,94

ANEXO XIV

UF	IBGE	Município	Nº ACE ELEGIVEIS	Incentivo (R$)	AFC (R$)	PFVS Mensal (R$)
PA	150000	SES/PA	0	0,00	0,00	702.427,35
PA	150010	Abaetetuba	45	2.281,50	43.348,50	78.358,52
PA	150013	Abel Figueiredo	3	152,10	2.889,90	2.868,90
PA	150020	Acará	7	354,90	6.743,10	36.182,07
PA	150030	Afuá	5	253,50	4.816,50	25.450,76
PA	150034	Água Azul do Norte	3	152,10	2.889,90	18.282,26
PA	150040	Alenquer	23	1.166,10	22.155,90	21.918,85
PA	150050	Almeirim	10	507,00	9.633,00	26.904,37
PA	150060	Altamira	5	253,50	4.816,50	83.607,17
PA	150070	Anajás	16	811,20	15.412,80	11.293,88
PA	150080	Ananindeua	227	11.508,90	218.669,10	204.745,61
PA	150085	Anapu	27	1.368,90	26.009,10	10.750,34
PA	150090	Augusto Corrêa	3	152,10	2.889,90	32.606,52
PA	150095	Aurora do Pará	2	101,40	1.926,60	22.252,13
PA	150100	Aveiro	0	0,00	0,00	12.663,46
PA	150110	Bagre	0	0,00	0,00	23.652,64
PA	150120	Baião	13	659,10	12.522,90	24.065,38
PA	150125	Bannach	1	50,70	963,30	1.717,93
PA	150130	Barcarena	23	1.166,10	22.155,90	74.008,36
PA	150140	Belém	757	38.379,90	729.218,10	576.190,11
PA	150145	Belterra	4	202,80	3.853,20	9.833,88
PA	150150	Benevides	12	608,40	11.559,60	36.835,96
PA	150157	Bom Jesus do Tocantins	4	202,80	3.853,20	9.253,03
PA	150160	Bonito	4	202,80	3.853,20	8.711,07
PA	150170	Bragança	34	1.723,80	32.752,20	65.787,80
PA	150172	Brasil Novo	4	202,80	3.853,20	10.398,06
PA	150175	Brejo Grande do Araguaia	1	50,70	963,30	4.825,28
PA	150178	Breu Branco	23	1.166,10	22.155,90	28.782,03
PA	150180	Breves	4	202,80	3.853,20	75.414,27
PA	150190	Bujaru	0	0,00	0,00	22.480,64
PA	150195	Cachoeira do Piriá	4	202,80	3.853,20	15.784,32
PA	150200	Cachoeira do Arari	3	152,10	2.889,90	21.523,19

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800096

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PA	150210	Cametá	55	2.788,50	52.981,50	53.426,84
PA	150215	Canaã dos Carajás	13	659,10	12.522,90	16.064,52
PA	150220	Capanema	28	1.419,60	26.972,40	26.641,76
PA	150230	Capitão Poço	13	659,10	12.522,90	29.404,84
PA	150240	Castanhal	0	0,00	0,00	154.933,25
PA	150250	Chaves	0	0,00	0,00	18.302,86
PA	150260	Colares	4	202,80	3.853,20	5.477,56
PA	150270	Conceição do Araguaia	15	760,50	14.449,50	22.504,58
PA	150275	Concórdia do Pará	4	202,80	3.853,20	21.852,23
PA	150276	Cumaru do Norte	4	202,80	3.853,20	6.536,09
PA	150277	Curionópolis	6	304,20	5.779,80	8.588,89
PA	150280	Curralinho	22	1.115,40	21.192,60	13.287,16
PA	150285	Curuá	4	202,80	3.853,20	7.252,62
PA	150290	Curuçá	7	354,90	6.743,10	24.170,86
PA	150293	Dom Eliseu	21	1.064,70	20.229,30	25.850,03
PA	150295	Eldorado dos Carajás	9	456,30	8.669,70	17.430,10
PA	150300	Faro	3	152,10	2.889,90	8.911,26
PA	150304	Floresta do Araguaia	0	0,00	0,00	15.668,44
PA	150307	Garrafão do Norte	5	253,50	4.816,50	15.309,03
PA	150309	Goianésia do Pará	10	507,00	9.633,00	21.592,81
PA	150310	Gurupá	5	253,50	4.816,50	20.938,92
PA	150320	Igarapé-Açu	9	456,30	8.669,70	21.287,30
PA	150330	Igarapé-Miri	15	760,50	14.449,50	33.949,23
PA	150340	Inhangapi	3	152,10	2.889,90	6.146,47
PA	150345	Ipixuna do Pará	7	354,90	6.743,10	42.641,95
PA	150350	Irituia	5	253,50	4.816,50	20.316,02
PA	150360	Itaituba	64	3.244,80	61.651,20	39.089,00
PA	150370	Itupiranga	10	507,00	9.633,00	31.498,07
PA	150375	Jacareacanga	5	253,50	4.816,50	28.103,43
PA	150380	Jacundá	8	405,60	7.706,40	37.940,47
PA	150390	Juruti	6	304,20	5.779,80	38.914,08
PA	150400	Limoeiro do Ajuru	5	253,50	4.816,50	17.511,00
PA	150405	Mãe do Rio	13	659,10	12.522,90	11.608,90
PA	150410	Magalhães Barata	3	152,10	2.889,90	3.708,84
PA	150420	Marabá	62	3.143,40	59.724,60	155.785,23
PA	150430	Maracanã	8	405,60	7.706,40	15.050,38
PA	150440	Marapanim	2	101,40	1.926,60	19.949,40
PA	150442	Marituba	65	3.295,50	62.614,50	50.727,66
PA	150445	Medicilândia	8	405,60	7.706,40	16.674,67
PA	150450	Melgaço	1	50,70	963,30	20.379,46
PA	150460	Mocajuba	12	608,40	11.559,60	12.465,19
PA	150470	Moju	14	709,80	13.486,20	49.854,93
PA	150475	Mojuí dos Campos	7	354,90	6.743,10	6.207,55
PA	150480	Monte Alegre	15	760,50	14.449,50	30.356,26
PA	150490	Muaná	2	101,40	1.926,60	29.203,19
PA	150495	Nova Esperança do Piriá	5	253,50	4.816,50	11.679,57
PA	150497	Nova Ipixuna	0	0,00	0,00	12.871,36
PA	150500	Nova Timboteua	3	152,10	2.889,90	8.966,57
PA	150503	Novo Progresso	19	963,30	18.302,70	16.697,57
PA	150506	Novo Repartimento	17	861,90	16.376,10	42.185,78
PA	150510	Óbidos	12	608,40	11.559,60	28.692,27
PA	150520	Oeiras do Pará	13	659,10	12.522,90	12.566,77
PA	150530	Oriximiná	18	912,60	17.339,40	53.329,36
PA	150540	Ourém	4	202,80	3.853,20	9.918,78
PA	150543	Ourilândia do Norte	11	557,70	10.596,30	14.733,01
PA	150548	Pacajá	25	1.267,50	24.082,50	18.402,45
PA	150549	Palestina do Pará	2	101,40	1.926,60	3.996,87
PA	150550	Paragominas	51	2.585,70	49.128,30	43.652,81
PA	150553	Parauapebas	79	4.005,30	76.100,70	84.468,78
PA	150555	Pau D"Arco	0	0,00	0,00	4.657,05
PA	150560	Peixe-Boi	3	152,10	2.889,90	3.370,02
PA	150563	Piçarra	0	0,00	0,00	10.093,31
PA	150565	Placas	5	253,50	4.816,50	19.074,99
PA	150570	Ponta de Pedras	10	507,00	9.633,00	14.345,77
PA	150580	Portel	13	659,10	12.522,90	35.342,60
PA	150590	Porto de Moz	8	405,60	7.706,40	24.026,45
PA	150600	Prainha	3	152,10	2.889,90	20.392,97
PA	150610	Primavera	3	152,10	2.889,90	5.468,82
PA	150611	Quatipuru	4	202,80	3.853,20	6.650,35
PA	150613	Redenção	36	1.825,20	34.678,80	32.717,59
PA	150616	Rio Maria	8	405,60	7.706,40	7.051,83
PA	150618	Rondon do Pará	18	912,60	17.339,40	23.069,58
PA	150619	Rurópolis	6	304,20	5.779,80	33.175,49
PA	150620	Salinópolis	16	811,20	15.412,80	15.985,20
PA	150630	Salvaterra	6	304,20	5.779,80	12.546,87
PA	150635	Santa Bárbara do Pará	2	101,40	1.926,60	14.333,80
PA	150640	Santa Cruz do Arari	5	253,50	4.816,50	3.906,00
PA	150650	Santa Izabel do Pará	30	1.521,00	28.899,00	27.310,68
PA	150655	Santa Luzia do Pará	0	0,00	0,00	15.437,54
PA	150658	Santa Maria das Barreiras	3	152,10	2.889,90	13.653,77
PA	150660	Santa Maria do Pará	7	354,90	6.743,10	12.448,48
PA	150670	Santana do Araguaia	14	709,80	13.486,20	42.665,03
PA	150680	Santarém	103	5.222,10	99.219,90	135.895,73
PA	150690	Santarém Novo	2	101,40	1.926,60	3.251,77
PA	150700	Santo Antônio do Tauá	8	405,60	7.706,40	16.583,42
PA	150710	São Caetano de Odivelas	0	0,00	0,00	13.936,23
PA	150715	São Domingos do Araguaia	8	405,60	7.706,40	12.019,21
PA	150720	São Domingos do Capim	5	253,50	4.816,50	19.879,60
PA	150730	São Félix do Xingu	26	1.318,20	25.045,80	73.987,75

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800097

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PA	150740	São Francisco do Pará	4	202,80	3.853,20	8.409,54
PA	150745	São Geraldo do Araguaia	9	456,30	8.669,70	11.387,59
PA	150746	São João da Ponta	3	152,10	2.889,90	2.368,60
PA	150747	São João de Pirabas	6	304,20	5.779,80	12.006,50
PA	150750	São João do Araguaia	4	202,80	3.853,20	6.951,09
PA	150760	São Miguel do Guamá	20	1.014,00	19.266,00	26.252,33
PA	150770	São Sebastião da Boa Vista	16	811,20	15.412,80	10.277,41
PA	150775	Sapucaia	1	50,70	963,30	3.612,01
PA	150780	Senador José Porfírio	7	354,90	6.743,10	5.015,32
PA	150790	Soure	12	608,40	11.559,60	9.792,58
PA	150795	Tailândia	29	1.470,30	27.935,70	54.049,51
PA	150796	Terra Alta	4	202,80	3.853,20	5.191,90
PA	150797	Terra Santa	3	152,10	2.889,90	11.597,02
PA	150800	Tomé-Açu	18	912,60	17.339,40	31.626,69
PA	150803	Tracuateua	5	253,50	4.816,50	19.074,19
PA	150805	Trairão	2	101,40	1.926,60	12.728,55
PA	150808	Tucumã	15	760,50	14.449,50	16.106,59
PA	150810	Tucuruí	4	202,80	3.853,20	83.841,24
PA	150812	Ulianópolis	12	608,40	11.559,60	34.086,48
PA	150815	Uruará	6	304,20	5.779,80	29.714,24
PA	150820	Vigia	16	811,20	15.412,80	26.020,59
PA	150830	Viseu	0	0,00	0,00	47.399,72
PA	150835	Vitória do Xingu	0	0,00	0,00	11.679,52
PA	150840	Xinguara	17	861,90	16.376,10	18.164,95
		Total	2.668	135.267,60	2.570.084,40	5.105.883,48

ANEXO XV

UF	IBGE	Município	Nº ACE ELEGIVEIS	Incentivo (R$)	AFC (R$)	PFVS Mensal (R$)
PB	250000	SES/PB	0	0,00	0,00	616.482,98
PB	250010	Água Branca	4	202,80	3.853,20	1.923,38
PB	250020	Aguiar	2	101,40	1.926,60	1.047,38
PB	250030	Alagoa Grande	10	507,00	9.633,00	5.387,44
PB	250040	Alagoa Nova	5	253,50	4.816,50	3.879,19
PB	250050	Alagoinha	4	202,80	3.853,20	2.712,00
PB	250053	Alcantil	2	101,40	1.926,60	1.031,06
PB	250057	Algodão de Jandaíra	1	50,70	963,30	468,94
PB	250060	Alhandra	6	304,20	5.779,80	4.894,75
PB	250070	São João do Rio do Peixe	4	202,80	3.853,20	3.363,75
PB	250073	Amparo	2	101,40	1.926,60	446,81
PB	250077	Aparecida	3	152,10	2.889,90	1.580,63
PB	250080	Araçagi	4	202,80	3.853,20	3.234,75
PB	250090	Arara	5	253,50	4.816,50	2.538,38
PB	250100	Araruna	5	253,50	4.816,50	3.828,38
PB	250110	Areia	4	202,80	3.853,20	4.948,80
PB	250115	Areia de Baraúnas	2	101,40	1.926,60	404,56
PB	250120	Areial	3	152,10	2.889,90	1.307,81
PB	250130	Aroeiras	5	253,50	4.816,50	3.611,06
PB	250135	Assunção	2	101,40	1.926,60	735,19
PB	250140	Baía da Traição	0	0,00	0,00	3.401,25
PB	250150	Bananeiras	5	253,50	4.816,50	4.127,25
PB	250153	Baraúna	2	101,40	1.926,60	923,44
PB	250157	Barra de Santana	3	152,10	2.889,90	1.557,19
PB	250160	Barra de Santa Rosa	5	253,50	4.816,50	2.891,44
PB	250170	Barra de São Miguel	1	50,70	963,30	1.278,82
PB	250180	Bayeux	49	2.484,30	47.201,70	25.614,72
PB	250190	Belém	6	304,20	5.779,80	3.315,94
PB	250200	Belém do Brejo do Cruz	0	0,00	0,00	2.755,12
PB	250205	Bernardino Batista	2	101,40	1.926,60	644,63
PB	250210	Boa Ventura	2	101,40	1.926,60	1.054,69
PB	250215	Boa Vista	3	152,10	2.889,90	1.328,06
PB	250220	Bom Jesus	2	101,40	1.926,60	481,31
PB	250230	Bom Sucesso	3	152,10	2.889,90	945,75
PB	250240	Bonito de Santa Fé	4	202,80	3.853,20	2.238,38
PB	250250	Boqueirão	6	304,20	5.779,80	3.345,38
PB	250260	Igaracy	3	152,10	2.889,90	1.164,38
PB	250270	Borborema	2	101,40	1.926,60	1.018,13
PB	250280	Brejo do Cruz	5	253,50	4.816,50	2.645,06
PB	250290	Brejo dos Santos	3	152,10	2.889,90	1.210,69
PB	250300	Caaporã	10	507,00	9.633,00	5.468,00
PB	250310	Cabaceiras	2	101,40	1.926,60	1.044,38
PB	250320	Cabedelo	25	1.267,50	24.082,50	17.008,25
PB	250330	Cachoeira dos Índios	4	202,80	3.853,20	1.924,69
PB	250340	Cacimba de Areia	2	101,40	1.926,60	702,94
PB	250350	Cacimba de Dentro	0	0,00	0,00	6.433,50
PB	250355	Cacimbas	3	152,10	2.889,90	1.346,81
PB	250360	Caiçara	3	152,10	2.889,90	1.369,50
PB	250370	Cajazeiras	31	1.571,70	29.862,30	11.660,06
PB	250375	Cajazeirinhas	0	0,00	0,00	1.198,87
PB	250380	Caldas Brandão	2	101,40	1.926,60	1.129,69
PB	250390	Camalaú	3	152,10	2.889,90	1.128,75
PB	250400	Campina Grande	202	10.241,40	194.586,60	76.937,25
PB	250403	Capim	3	152,10	2.889,90	1.228,50
PB	250407	Caraúbas	2	101,40	1.926,60	782,06

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800098

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PB	250410	Carrapateira	2	101,40	1.926,60	500,06
PB	250415	Casserengue	3	152,10	2.889,90	1.401,75
PB	250420	Catingueira	2	101,40	1.926,60	925,13
PB	250430	Catolé do Rocha	14	709,80	13.486,20	5.725,13
PB	250435	Caturité	2	101,40	1.926,60	907,31
PB	250440	Conceição	6	304,20	5.779,80	3.552,00
PB	250450	Condado	3	152,10	2.889,90	1.266,19
PB	250460	Conde	9	456,30	8.669,70	6.192,25
PB	250470	Congo	2	101,40	1.926,60	897,94
PB	250480	Coremas	7	354,90	6.743,10	2.892,38
PB	250485	Coxixola	1	50,70	963,30	360,94
PB	250490	Cruz do Espírito Santo	0	0,00	0,00	8.779,50
PB	250500	Cubati	0	0,00	0,00	2.727,75
PB	250510	Cuité	7	354,90	6.743,10	3.815,25
PB	250520	Cuitegi	3	152,10	2.889,90	1.292,81
PB	250523	Cuité de Mamanguape	0	0,00	0,00	2.384,25
PB	250527	Curral de Cima	3	152,10	2.889,90	986,06
PB	250530	Curral Velho	0	0,00	0,00	948,37
PB	250535	Damião	1	50,70	963,30	1.040,32
PB	250540	Desterro	3	152,10	2.889,90	1.557,38
PB	250550	Vista Serrana	2	101,40	1.926,60	714,00
PB	250560	Diamante	3	152,10	2.889,90	1.244,25
PB	250570	Dona Inês	4	202,80	3.853,20	1.975,31
PB	250580	Duas Estradas	2	101,40	1.926,60	683,44
PB	250590	Emas	2	101,40	1.926,60	661,50
PB	250600	Esperança	9	456,30	8.669,70	6.237,38
PB	250610	Fagundes	4	202,80	3.853,20	2.146,69
PB	250620	Frei Martinho	2	101,40	1.926,60	560,63
PB	250625	Gado Bravo	3	152,10	2.889,90	1.587,38
PB	250630	Guarabira	25	1.267,50	24.082,50	11.040,19
PB	250640	Gurinhém	4	202,80	3.853,20	2.650,13
PB	250650	Gurjão	2	101,40	1.926,60	644,25
PB	250660	Ibiara	3	152,10	2.889,90	1.130,06
PB	250670	Imaculada	4	202,80	3.853,20	2.218,69
PB	250680	Ingá	6	304,20	5.779,80	3.405,56
PB	250690	Itabaiana	11	557,70	10.596,30	4.624,31
PB	250700	Itaporanga	10	507,00	9.633,00	4.657,88
PB	250710	Itapororoca	2	101,40	1.926,60	5.091,52
PB	250720	Itatuba	0	0,00	0,00	4.078,50
PB	250730	Jacaraú	4	202,80	3.853,20	2.695,88
PB	250740	Jericó	3	152,10	2.889,90	1.451,63
PB	250750	João Pessoa	0	0,00	0,00	405.799,00
PB	250760	Juarez Távora	4	202,80	3.853,20	1.490,63
PB	250770	Juazeirinho	5	253,50	4.816,50	3.414,94
PB	250780	Junco do Seridó	3	152,10	2.889,90	1.343,44
PB	250790	Juripiranga	0	0,00	0,00	4.038,75
PB	250800	Juru	3	152,10	2.889,90	1.859,81
PB	250810	Lagoa	2	101,40	1.926,60	883,13
PB	250820	Lagoa de Dentro	3	152,10	2.889,90	1.438,13
PB	250830	Lagoa Seca	5	253,50	4.816,50	5.512,12
PB	250840	Lastro	2	101,40	1.926,60	526,69
PB	250850	Livramento	3	152,10	2.889,90	1.379,06
PB	250855	Logradouro	2	101,40	1.926,60	814,31
PB	250860	Lucena	5	253,50	4.816,50	3.280,25
PB	250870	Mãe d"Água	2	101,40	1.926,60	758,25
PB	250880	Malta	3	152,10	2.889,90	1.064,81
PB	250890	Mamanguape	18	912,60	17.339,40	11.251,25
PB	250900	Manaíra	0	0,00	0,00	4.170,00
PB	250905	Marcação	3	152,10	2.889,90	1.609,88
PB	250910	Mari	9	456,30	8.669,70	4.097,63
PB	250915	Marizópolis	4	202,80	3.853,20	1.240,13
PB	250920	Massaranduba	4	202,80	3.853,20	2.597,44
PB	250930	Mataraca	4	202,80	3.853,20	1.587,38
PB	250933	Matinhas	0	0,00	0,00	1.701,37
PB	250937	Mato Grosso	0	0,00	0,00	1.093,12
PB	250939	Maturéia	3	152,10	2.889,90	1.235,06
PB	250940	Mogeiro	4	202,80	3.853,20	2.502,94
PB	250950	Montadas	3	152,10	2.889,90	1.067,06
PB	250960	Monte Horebe	2	101,40	1.926,60	904,69
PB	250970	Monteiro	12	608,40	11.559,60	6.242,63
PB	250980	Mulungu	3	152,10	2.889,90	1.860,38
PB	250990	Natuba	4	202,80	3.853,20	1.961,25
PB	251000	Nazarezinho	3	152,10	2.889,90	1.376,63
PB	251010	Nova Floresta	4	202,80	3.853,20	1.998,94
PB	251020	Nova Olinda	3	152,10	2.889,90	1.135,88
PB	251030	Nova Palmeira	2	101,40	1.926,60	920,63
PB	251040	Olho d"Água	3	152,10	2.889,90	1.274,25
PB	251050	Olivedos	2	101,40	1.926,60	740,81
PB	251060	Ouro Velho	2	101,40	1.926,60	570,38
PB	251065	Parari	0	0,00	0,00	836,07
PB	251070	Passagem	2	101,40	1.926,60	454,50
PB	251080	Patos	60	3.042,00	57.798,00	20.210,63
PB	251090	Paulista	4	202,80	3.853,20	2.307,75
PB	251100	Pedra Branca	2	101,40	1.926,60	713,06
PB	251110	Pedra Lavrada	3	152,10	2.889,90	1.522,88
PB	251120	Pedras de Fogo	4	202,80	3.853,20	6.833,92
PB	251130	Piancó	5	253,50	4.816,50	3.017,06
PB	251140	Picuí	7	354,90	6.743,10	3.513,19
PB	251150	Pilar	2	101,40	1.926,60	2.550,15

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800099

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PB	251160	Pilões	3	152,10	2.889,90	1.286,25
PB	251170	Pilõezinhos	3	152,10	2.889,90	967,31
PB	251180	Pirpirituba	4	202,80	3.853,20	1.984,69
PB	251190	Pitimbu	5	253,50	4.816,50	4.795,50
PB	251200	Pocinhos	5	253,50	4.816,50	3.491,63
PB	251203	Poço Dantas	2	101,40	1.926,60	710,25
PB	251207	Poço de José de Moura	2	101,40	1.926,60	809,63
PB	251210	Pombal	14	709,80	13.486,20	6.143,63
PB	251220	Prata	2	101,40	1.926,60	783,56
PB	251230	Princesa Isabel	9	456,30	8.669,70	4.404,19
PB	251240	Puxinanã	0	0,00	0,00	5.143,12
PB	251250	Queimadas	12	608,40	11.559,60	8.290,13
PB	251260	Quixabá	2	101,40	1.926,60	541,29
PB	251270	Remígio	8	405,60	7.706,40	3.671,06
PB	251272	Pedro Régis	3	152,10	2.889,90	1.143,56
PB	251274	Riachão	2	101,40	1.926,60	676,31
PB	251275	Riachão do Bacamarte	2	101,40	1.926,60	849,19
PB	251276	Riachão do Poço	2	101,40	1.926,60	847,31
PB	251278	Riacho de Santo Antônio	0	0,00	0,00	1.027,23
PB	251280	Riacho dos Cavalos	3	152,10	2.889,90	1.614,19
PB	251290	Rio Tinto	5	253,50	4.816,50	7.260,50
PB	251300	Salgadinho	2	101,40	1.926,60	746,25
PB	251310	Salgado de São Félix	4	202,80	3.853,20	2.277,19
PB	251315	Santa Cecília	3	152,10	2.889,90	1.239,38
PB	251320	Santa Cruz	3	152,10	2.889,90	1.234,69
PB	251330	Santa Helena	3	152,10	2.889,90	1.115,44
PB	251335	Santa Inês	2	101,40	1.926,60	674,25
PB	251340	Santa Luzia	7	354,90	6.743,10	2.887,69
PB	251350	Santana de Mangueira	3	152,10	2.889,90	992,25
PB	251360	Santana dos Garrotes	3	152,10	2.889,90	1.351,69
PB	251365	Joca Claudino	0	0,00	0,00	1.008,75
PB	251370	Santa Rita	73	3.701,10	70.320,90	34.212,75
PB	251380	Santa Teresinha	2	101,40	1.926,60	864,75
PB	251385	Santo André	0	0,00	0,00	961,87
PB	251390	São Bento	15	760,50	14.449,50	6.415,31
PB	251392	São Bentinho	2	101,40	1.926,60	851,25
PB	251394	São Domingos do Cariri	2	101,40	1.926,60	487,69
PB	251396	São Domingos	2	101,40	1.926,60	585,00
PB	251398	São Francisco	2	101,40	1.926,60	635,44
PB	251400	São João do Cariri	0	0,00	0,00	1.632,00
PB	251410	São João do Tigre	1	50,70	963,30	832,88
PB	251420	São José da Lagoa Tapada	3	152,10	2.889,90	1.439,81
PB	251430	São José de Caiana	3	152,10	2.889,90	1.177,31
PB	251440	São José de Espinharas	2	101,40	1.926,60	888,38
PB	251445	São José dos Ramos	1	50,70	963,30	1.275,07
PB	251450	São José de Piranhas	7	354,90	6.743,10	3.780,56
PB	251455	São José de Princesa	2	101,40	1.926,60	769,88
PB	251460	São José do Bonfim	0	0,00	0,00	1.337,25
PB	251465	São José do Brejo do Cruz	2	101,40	1.926,60	445,29
PB	251470	São José do Sabugi	2	101,40	1.926,60	777,19
PB	251480	São José dos Cordeiros	1	50,70	963,30	702,94
PB	251490	São Mamede	4	202,80	3.853,20	1.461,38
PB	251500	São Miguel de Taipu	0	0,00	0,00	2.692,50
PB	251510	São Sebastião de Lagoa de Roça	4	202,80	3.853,20	2.220,94
PB	251520	São Sebastião do Umbuzeiro	0	0,00	0,00	1.311,00
PB	251530	Sapé	20	1.014,00	19.266,00	9.880,69
PB	251540	São Vicente do Seridó	4	202,80	3.853,20	2.078,25
PB	251550	Serra Branca	5	253,50	4.816,50	2.570,06
PB	251560	Serra da Raiz	2	101,40	1.926,60	598,13
PB	251570	Serra Grande	2	101,40	1.926,60	581,25
PB	251580	Serra Redonda	2	101,40	1.926,60	1.329,19
PB	251590	Serraria	0	0,00	0,00	2.331,75
PB	251593	Sertãozinho	2	101,40	1.926,60	945,75
PB	251597	Sobrado	3	152,10	2.889,90	1.461,56
PB	251600	Solânea	10	507,00	9.633,00	5.048,44
PB	251610	Soledade	5	253,50	4.816,50	2.810,06
PB	251615	Sossêgo	2	101,40	1.926,60	668,81
PB	251620	Sousa	33	1.673,10	31.788,90	13.041,38
PB	251630	Sumé	7	354,90	6.743,10	3.179,44
PB	251640	Tacima	0	0,00	0,00	4.112,62
PB	251650	Taperoá	5	253,50	4.816,50	2.887,50
PB	251660	Tavares	4	202,80	3.853,20	2.748,94
PB	251670	Teixeira	5	253,50	4.816,50	2.848,31
PB	251675	Tenório	0	0,00	0,00	1.149,75
PB	251680	Triunfo	3	152,10	2.889,90	1.777,88
PB	251690	Uiraúna	6	304,20	5.779,80	2.884,13
PB	251700	Umbuzeiro	3	152,10	2.889,90	1.858,69
PB	251710	Várzea	2	101,40	1.926,60	528,75
PB	251720	Vieirópolis	3	152,10	2.889,90	1.004,63
PB	251740	Zabelê	2	101,40	1.926,60	420,94
		Total	1.245	63.121,50	1.199.308,50	1.697.959,78

ANEXO XVI

UF	IBGE	Município	Nº ACE ELEGIVEIS	Incentivo (R$)	AFC (R$)	PFVS Mensal (R$)
PE	260000	SES/PE	0	0,00	0,00	1.320.760,99
PE	260005	Abreu e Lima	34	1.723,80	32.752,20	22.770,92
PE	260010	Afogados da Ingazeira	13	659,10	12.522,90	8.483,06
PE	260020	Afrânio	4	202,80	3.853,20	3.340,31
PE	260030	Agrestina	0	0,00	0,00	8.481,64
PE	260040	Água Preta	11	557,70	10.596,30	6.258,84
PE	260050	Águas Belas	13	659,10	12.522,90	7.414,55
PE	260060	Alagoinha	0	0,00	0,00	4.996,26
PE	260070	Aliança	6	304,20	5.779,80	7.390,42
PE	260080	Altinho	0	0,00	0,00	7.880,04
PE	260090	Amaraji	8	405,60	7.706,40	3.910,77

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800100

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PE	260100	Angelim	0	0,00	0,00	3.801,32
PE	260105	Araçoiaba	5	253,50	4.816,50	4.644,75
PE	260110	Araripina	29	1.470,30	27.935,70	16.821,20
PE	260120	Arcoverde	0	0,00	0,00	33.785,89
PE	260130	Barra de Guabiraba	1	50,70	963,30	3.932,12
PE	260140	Barreiros	19	963,30	18.302,70	8.522,97
PE	260150	Belém de Maria	0	0,00	0,00	4.127,24
PE	260160	Belém de São Francisco	0	0,00	0,00	7.117,36
PE	260170	Belo Jardim	33	1.673,10	31.788,90	17.413,46
PE	260180	Betânia	1	50,70	963,30	3.385,93
PE	260190	Bezerros	35	1.774,50	33.715,50	13.875,81
PE	260200	Bodocó	8	405,60	7.706,40	9.625,93
PE	260210	Bom Conselho	19	963,30	18.302,70	9.682,98
PE	260220	Bom Jardim	9	456,30	8.669,70	6.715,55
PE	260230	Bonito	14	709,80	13.486,20	7.689,31
PE	260240	Brejão	3	152,10	2.889,90	1.549,78
PE	260250	Brejinho	3	152,10	2.889,90	1.284,60
PE	260260	Brejo da Madre de Deus	23	1.166,10	22.155,90	11.489,96
PE	260270	Buenos Aires	4	202,80	3.853,20	2.251,71
PE	260280	Buíque	10	507,00	9.633,00	10.224,04
PE	260290	Cabo de Santo Agostinho	74	3.751,80	71.284,20	46.899,65
PE	260300	Cabrobó	8	405,60	7.706,40	5.826,05
PE	260310	Cachoeirinha	2	101,40	1.926,60	5.028,66
PE	260320	Caetés	1	50,70	963,30	10.484,20
PE	260330	Calçado	4	202,80	3.853,20	1.931,29
PE	260340	Calumbi	2	101,40	1.926,60	990,17
PE	260345	Camaragibe	66	3.346,20	63.577,80	35.832,73
PE	260350	Camocim de São Félix	0	0,00	0,00	6.395,64
PE	260360	Camutanga	4	202,80	3.853,20	1.461,50
PE	260370	Canhotinho	1	50,70	963,30	9.045,43
PE	260380	Capoeiras	4	202,80	3.853,20	3.442,36
PE	260390	Carnaíba	5	253,50	4.816,50	3.345,30
PE	260392	Carnaubeira da Penha	4	202,80	3.853,20	2.203,53
PE	260400	Carpina	28	1.419,60	26.972,40	14.228,71
PE	260410	Caruaru	165	8.365,50	158.944,50	81.612,67
PE	260415	Casinhas	3	152,10	2.889,90	2.456,32
PE	260420	Catende	0	0,00	0,00	14.573,04
PE	260430	Cedro	1	50,70	963,30	3.734,19
PE	260440	Chã de Alegria	5	253,50	4.816,50	2.305,23
PE	260450	Chã Grande	7	354,90	6.743,10	4.932,81
PE	260460	Condado	1	50,70	963,30	8.049,04
PE	260470	Correntes	5	253,50	4.816,50	3.114,36
PE	260480	Cortês	0	0,00	0,00	5.079,87
PE	260490	Cumaru	5	253,50	4.816,50	3.006,30
PE	260500	Cupira	0	0,00	0,00	8.252,08
PE	260510	Custódia	12	608,40	11.559,60	6.324,58
PE	260515	Dormentes	4	202,80	3.853,20	3.216,58
PE	260520	Escada	0	0,00	0,00	27.426,20
PE	260530	Exu	0	0,00	0,00	11.039,49
PE	260540	Feira Nova	0	0,00	0,00	7.557,21
PE	260550	Ferreiros	0	0,00	0,00	4.149,61
PE	260560	Flores	5	253,50	4.816,50	3.890,80
PE	260570	Floresta	9	456,30	8.669,70	6.523,67
PE	260580	Frei Miguelinho	0	0,00	0,00	5.275,38
PE	260590	Gameleira	9	456,30	8.669,70	6.167,39
PE	260600	Garanhuns	57	2.889,90	54.908,10	27.843,94
PE	260610	Glória do Goitá	8	405,60	7.706,40	5.235,64
PE	260620	Goiana	35	1.774,50	33.715,50	15.915,84
PE	260630	Granito	3	152,10	2.889,90	1.276,34
PE	260640	Gravatá	21	1.064,70	20.229,30	19.076,06
PE	260650	Iati	4	202,80	3.853,20	3.835,92
PE	260660	Ibimirim	7	354,90	6.743,10	4.987,84
PE	260670	Ibirajuba	3	152,10	2.889,90	1.331,06
PE	260680	Igarassu	51	2.585,70	49.128,30	26.445,38
PE	260690	Iguaracy	4	202,80	3.853,20	2.095,11
PE	260700	Inajá	5	253,50	4.816,50	3.923,67
PE	260710	Ingazeira	1	50,70	963,30	786,42
PE	260720	Ipojuca	30	1.521,00	28.899,00	21.663,81
PE	260730	Ipubi	8	405,60	7.706,40	5.364,25
PE	260740	Itacuruba	1	50,70	963,30	835,98
PE	260750	Itaíba	3	152,10	2.889,90	6.282,48
PE	260760	Ilha de Itamaracá	9	456,30	8.669,70	6.082,29
PE	260765	Itambé	14	709,80	13.486,20	7.294,27
PE	260770	Itapetim	0	0,00	0,00	4.794,93
PE	260775	Itapissuma	10	507,00	9.633,00	6.035,79
PE	260780	Itaquitinga	0	0,00	0,00	5.802,30
PE	260790	Jaboatão dos Guararapes	283	14.348,10	272.613,90	159.489,92
PE	260795	Jaqueira	4	202,80	3.853,20	2.012,69
PE	260800	Jataúba	0	0,00	0,00	5.859,78
PE	260805	Jatobá	0	0,00	0,00	5.905,70
PE	260810	João Alfredo	8	405,60	7.706,40	5.762,21
PE	260820	Joaquim Nabuco	5	253,50	4.816,50	2.762,97
PE	260825	Jucati	0	0,00	0,00	3.900,78
PE	260830	Jupi	5	253,50	4.816,50	2.954,66
PE	260840	Jurema	2	101,40	1.926,60	3.333,64
PE	260845	Lagoa do Carro	6	304,20	5.779,80	3.584,27
PE	260850	Lagoa de Itaenga	9	456,30	8.669,70	3.671,91
PE	260860	Lagoa do Ouro	4	202,80	3.853,20	2.242,76
PE	260870	Lagoa dos Gatos	0	0,00	0,00	5.581,69

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800101

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PE	260875	Lagoa Grande	6	304,20	5.779,80	4.352,68
PE	260880	Lajedo	12	608,40	11.559,60	6.864,06
PE	260890	Limoeiro	25	1.267,50	24.082,50	11.328,41
PE	260900	Macaparana	7	354,90	6.743,10	4.338,91
PE	260910	Machados	5	253,50	4.816,50	2.722,36
PE	260915	Manari	0	0,00	0,00	7.243,67
PE	260920	Maraial	4	202,80	3.853,20	2.066,55
PE	260930	Mirandiba	4	202,80	3.853,20	2.627,71
PE	260940	Moreno	20	1.014,00	19.266,00	14.235,60
PE	260950	Nazaré da Mata	14	709,80	13.486,20	6.482,90
PE	260960	Olinda	167	8.466,90	160.871,10	89.551,69
PE	260970	Orobó	5	253,50	4.816,50	4.090,08
PE	260980	Orocó	4	202,80	3.853,20	2.545,80
PE	260990	Ouricuri	20	1.014,00	19.266,00	13.934,17
PE	261000	Palmares	25	1.267,50	24.082,50	12.618,76
PE	261010	Palmeirina	0	0,00	0,00	2.819,06
PE	261020	Panelas	0	0,00	0,00	9.125,57
PE	261030	Paranatama	0	0,00	0,00	3.972,28
PE	261040	Parnamirim	5	253,50	4.816,50	3.679,66
PE	261050	Passira	8	405,60	7.706,40	5.004,53
PE	261060	Paudalho	6	304,20	5.779,80	16.690,23
PE	261070	Paulista	140	7.098,00	134.862,00	75.247,56
PE	261080	Pedra	0	0,00	0,00	7.745,47
PE	261090	Pesqueira	24	1.216,80	23.119,20	13.431,93
PE	261100	Petrolândia	6	304,20	5.779,80	8.723,58
PE	261110	Petrolina	112	5.678,40	107.889,60	78.654,35
PE	261120	Poção	4	202,80	3.853,20	1.939,04
PE	261130	Pombos	9	456,30	8.669,70	6.178,33
PE	261140	Primavera	1	50,70	963,30	4.129,67
PE	261150	Quipapá	6	304,20	5.779,80	4.445,08
PE	261153	Quixaba	1	50,70	963,30	1.392,86
PE	261160	Recife	621	31.484,70	598.209,30	421.357,68
PE	261170	Riacho das Almas	5	253,50	4.816,50	4.673,17
PE	261180	Ribeirão	17	861,90	16.376,10	9.456,84
PE	261190	Rio Formoso	6	304,20	5.779,80	4.023,14
PE	261200	Sairé	0	0,00	0,00	3.743,50
PE	261210	Salgadinho	2	101,40	1.926,60	1.849,38
PE	261220	Salgueiro	21	1.064,70	20.229,30	12.140,98
PE	261230	Saloá	1	50,70	963,30	5.374,59
PE	261240	Sanharó	6	304,20	5.779,80	4.470,55
PE	261245	Santa Cruz	4	202,80	3.853,20	2.616,01
PE	261247	Santa Cruz da Baixa Verde	4	202,80	3.853,20	2.151,21
PE	261250	Santa Cruz do Capibaribe	0	0,00	0,00	48.473,79
PE	261255	Santa Filomena	2	101,40	1.926,60	3.013,91
PE	261260	Santa Maria da Boa Vista	8	405,60	7.706,40	7.167,62
PE	261270	Santa Maria do Cambucá	4	202,80	3.853,20	2.411,40
PE	261280	Santa Terezinha	1	50,70	963,30	3.075,15
PE	261290	São Benedito do Sul	4	202,80	3.853,20	2.698,78
PE	261300	São Bento do Una	0	0,00	0,00	20.245,26
PE	261310	São Caitano	0	0,00	0,00	12.742,08
PE	261320	São João	2	101,40	1.926,60	8.444,56
PE	261330	São Joaquim do Monte	5	253,50	4.816,50	3.657,98
PE	261340	São José da Coroa Grande	0	0,00	0,00	8.420,13
PE	261350	São José do Belmonte	5	253,50	4.816,50	6.817,71
PE	261360	São José do Egito	6	304,20	5.779,80	5.819,99
PE	261370	São Lourenço da Mata	26	1.318,20	25.045,80	26.332,90
PE	261380	São Vicente Ferrer	5	253,50	4.816,50	3.080,98
PE	261390	Serra Talhada	40	2.028,00	38.532,00	17.184,91
PE	261400	Serrita	4	202,80	3.853,20	3.283,35
PE	261410	Sertânia	10	507,00	9.633,00	6.138,21
PE	261420	Sirinhaém	9	456,30	8.669,70	7.789,01
PE	261430	Moreilândia	1	50,70	963,30	2.907,19
PE	261440	Solidão	0	0,00	0,00	2.057,42
PE	261450	Surubim	23	1.166,10	22.155,90	12.928,24
PE	261460	Tabira	13	659,10	12.522,90	4.870,13
PE	261470	Tacaimbó	3	152,10	2.889,90	2.225,38
PE	261480	Tacaratu	5	253,50	4.816,50	4.365,41
PE	261485	Tamandaré	7	354,90	6.743,10	4.639,25
PE	261500	Taquaritinga do Norte	10	507,00	9.633,00	4.879,94
PE	261510	Terezinha	3	152,10	2.889,90	1.225,23
PE	261520	Terra Nova	1	50,70	963,30	2.628,76
PE	261530	Timbaúba	29	1.470,30	27.935,70	10.868,10
PE	261540	Toritama	0	0,00	0,00	15.208,38
PE	261550	Tracunhaém	0	0,00	0,00	4.711,29
PE	261560	Trindade	0	0,00	0,00	10.378,34
PE	261570	Triunfo	4	202,80	3.853,20	2.629,43
PE	261580	Tupanatinga	5	253,50	4.816,50	4.644,53
PE	261590	Tuparetama	5	253,50	4.816,50	1.405,75
PE	261600	Venturosa	0	0,00	0,00	6.283,79
PE	261610	Verdejante	1	50,70	963,30	2.302,84
PE	261618	Vertente do Lério	3	152,10	2.889,90	1.352,40
PE	261620	Vertentes	6	304,20	5.779,80	4.688,75
PE	261630	Vicência	7	354,90	6.743,10	8.120,19
PE	261640	Vitória de Santo Antão	57	2.889,90	54.908,10	27.630,25
PE	261650	Xexéu	0	0,00	0,00	5.042,38
		Total	2.980	151.086,00	2.870.634,00	3.574.234,74

ANEXO XVII

UF	IBGE	Município	Nº ACE ELEGIVEIS	Incentivo (R$)	AFC (R$)	PFVS Mensal (R$)
PI	220000	SES/PI	0	0,00	0,00	314.308,00
PI	220005	Acauã	3	152,10	2.889,90	1.414,50
PI	220010	Agricolândia	1	50,70	963,30	1.243,14
PI	220020	Água Branca	10	507,00	9.633,00	3.712,88
PI	220025	Alagoinha do Piauí	3	152,10	2.889,90	1.528,22

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800102

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PI	220027	Alegrete do Piauí	0	0,00	0,00	2.120,52
PI	220030	Alto Longá	2	101,40	1.926,60	3.787,46
PI	220040	Altos	2	101,40	1.926,60	19.633,18
PI	220045	Alvorada do Gurguéia	2	101,40	1.926,60	1.081,49
PI	220050	Amarante	0	0,00	0,00	7.034,75
PI	220060	Angical do Piauí	4	202,80	3.853,20	1.361,10
PI	220070	Anísio de Abreu	3	152,10	2.889,90	1.970,68
PI	220080	Antônio Almeida	2	101,40	1.926,60	632,32
PI	220090	Aroazes	3	152,10	2.889,90	1.174,49
PI	220095	Aroeiras do Itaim	2	101,40	1.926,60	509,88
PI	220100	Arraial	2	101,40	1.926,60	951,94
PI	220105	Assunção do Piauí	1	50,70	963,30	2.170,70
PI	220110	Avelino Lopes	3	152,10	2.889,90	2.335,78
PI	220115	Baixa Grande do Ribeiro	4	202,80	3.853,20	2.309,79
PI	220117	Barra D"Alcântara	2	101,40	1.926,60	789,69
PI	220120	Barras	13	659,10	12.522,90	9.442,52
PI	220130	Barreiras do Piauí	0	0,00	0,00	1.337,74
PI	220140	Barro Duro	4	202,80	3.853,20	1.571,22
PI	220150	Batalha	6	304,20	5.779,80	5.365,00
PI	220155	Bela Vista do Piauí	0	0,00	0,00	1.602,94
PI	220157	Belém do Piauí	2	101,40	1.926,60	711,31
PI	220160	Beneditinos	4	202,80	3.853,20	2.714,17
PI	220170	Bertolínia	1	50,70	963,30	1.235,00
PI	220173	Betânia do Piauí	3	152,10	2.889,90	1.239,87
PI	220177	Boa Hora	3	152,10	2.889,90	1.352,98
PI	220180	Bocaina	1	50,70	963,30	900,77
PI	220190	Bom Jesus	10	507,00	9.633,00	5.017,77
PI	220191	Bom Princípio do Piauí	3	152,10	2.889,90	1.123,93
PI	220192	Bonfim do Piauí	3	152,10	2.889,90	1.132,46
PI	220194	Boqueirão do Piauí	1	50,70	963,30	1.627,72
PI	220196	Brasileira	3	152,10	2.889,90	1.663,45
PI	220198	Brejo do Piauí	2	101,40	1.926,60	942,12
PI	220200	Buriti dos Lopes	5	253,50	4.816,50	3.952,33
PI	220202	Buriti dos Montes	3	152,10	2.889,90	1.662,64
PI	220205	Cabeceiras do Piauí	3	152,10	2.889,90	2.113,02
PI	220207	Cajazeiras do Piauí	2	101,40	1.926,60	710,09
PI	220208	Cajueiro da Praia	1	50,70	963,30	2.086,63
PI	220209	Caldeirão Grande do Piauí	3	152,10	2.889,90	1.168,02
PI	220210	Campinas do Piauí	3	152,10	2.889,90	1.121,29
PI	220211	Campo Alegre do Fidalgo	0	0,00	0,00	2.013,11
PI	220213	Campo Grande do Piauí	3	152,10	2.889,90	1.186,27
PI	220217	Campo Largo do Piauí	1	50,70	963,30	1.942,05
PI	220220	Campo Maior	19	963,30	18.302,70	10.338,81
PI	220225	Canavieira	2	101,40	1.926,60	795,99
PI	220230	Canto do Buriti	7	354,90	6.743,10	4.229,91
PI	220240	Capitão de Campos	4	202,80	3.853,20	2.282,17
PI	220245	Capitão Gervásio Oliveira	2	101,40	1.926,60	818,93
PI	220250	Caracol	2	101,40	1.926,60	2.430,62
PI	220253	Caraúbas do Piauí	3	152,10	2.889,90	1.171,44
PI	220255	Caridade do Piauí	2	101,40	1.926,60	1.014,07
PI	220260	Castelo do Piauí	7	354,90	6.743,10	4.008,43
PI	220265	Caxingó	1	50,70	963,30	1.201,30
PI	220270	Cocal	7	354,90	6.743,10	5.573,89
PI	220271	Cocal de Telha	2	101,40	1.926,60	977,12
PI	220272	Cocal dos Alves	2	101,40	1.926,60	1.229,31
PI	220273	Coivaras	1	50,70	963,30	1.174,61
PI	220275	Colônia do Gurguéia	2	101,40	1.926,60	1.293,89
PI	220277	Colônia do Piauí	3	152,10	2.889,90	1.530,25
PI	220280	Conceição do Canindé	2	101,40	1.926,60	979,24
PI	220285	Coronel José Dias	2	101,40	1.926,60	935,69
PI	220290	Corrente	9	456,30	8.669,70	5.321,14
PI	220300	Cristalândia do Piauí	3	152,10	2.889,90	1.655,74
PI	220310	Cristino Castro	1	50,70	963,30	3.200,61
PI	220320	Curimatá	4	202,80	3.853,20	2.272,22
PI	220323	Currais	0	0,00	0,00	1.978,19
PI	220325	Curralinhos	0	0,00	0,00	2.361,81
PI	220327	Curral Novo do Piauí	2	101,40	1.926,60	1.066,26
PI	220330	Demerval Lobão	0	0,00	0,00	7.352,62
PI	220335	Dirceu Arcoverde	3	152,10	2.889,90	1.400,29
PI	220340	Dom Expedito Lopes	3	152,10	2.889,90	1.378,77
PI	220342	Domingos Mourão	2	101,40	1.926,60	871,53
PI	220345	Dom Inocêncio	3	152,10	2.889,90	1.909,56
PI	220350	Elesbão Veloso	0	0,00	0,00	5.887,06

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800103

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PI	220360	Eliseu Martins	2	101,40	1.926,60	981,58
PI	220370	Esperantina	14	709,80	13.486,20	7.935,11
PI	220375	Fartura do Piauí	0	0,00	0,00	2.119,92
PI	220380	Flores do Piauí	0	0,00	0,00	1.785,28
PI	220385	Floresta do Piauí	0	0,00	0,00	1.022,60
PI	220390	Floriano	28	1.419,60	26.972,40	12.100,53
PI	220400	Francinópolis	0	0,00	0,00	2.140,23
PI	220410	Francisco Ayres	0	0,00	0,00	1.871,14
PI	220415	Francisco Macedo	2	101,40	1.926,60	635,17
PI	220420	Francisco Santos	2	101,40	1.926,60	1.858,79
PI	220430	Fronteiras	4	202,80	3.853,20	2.329,32
PI	220435	Geminiano	0	0,00	0,00	2.173,53
PI	220440	Gilbués	0	0,00	0,00	4.273,15
PI	220450	Guadalupe	6	304,20	5.779,80	2.100,03
PI	220455	Guaribas	0	0,00	0,00	1.823,05
PI	220460	Hugo Napoleão	2	101,40	1.926,60	774,87
PI	220465	Ilha Grande	4	202,80	3.853,20	1.881,94
PI	220470	Inhuma	4	202,80	3.853,20	3.059,07
PI	220480	Ipiranga do Piauí	4	202,80	3.853,20	1.959,31
PI	220490	Isaías Coelho	1	50,70	963,30	2.459,44
PI	220500	Itainópolis	1	50,70	963,30	3.647,74
PI	220510	Itaueira	4	202,80	3.853,20	2.202,17
PI	220515	Jacobina do Piauí	1	50,70	963,30	1.355,62
PI	220520	Jaicós	5	253,50	4.816,50	3.813,84
PI	220525	Jardim do Mulato	1	50,70	963,30	899,55
PI	220527	Jatobá do Piauí	2	101,40	1.926,60	971,84
PI	220530	Jerumenha	2	101,40	1.926,60	894,07
PI	220535	João Costa	2	101,40	1.926,60	603,29
PI	220540	Joaquim Pires	3	152,10	2.889,90	2.867,79
PI	220545	Joca Marques	2	101,40	1.926,60	1.086,36
PI	220550	José de Freitas	0	0,00	0,00	20.849,12
PI	220551	Juazeiro do Piauí	3	152,10	2.889,90	1.094,69
PI	220552	Júlio Borges	3	152,10	2.889,90	1.123,72
PI	220553	Jurema	1	50,70	963,30	950,92
PI	220554	Lagoinha do Piauí	2	101,40	1.926,60	731,55
PI	220555	Lagoa Alegre	3	152,10	2.889,90	2.270,15
PI	220556	Lagoa do Barro do Piauí	2	101,40	1.926,60	930,41
PI	220557	Lagoa de São Francisco	3	152,10	2.889,90	1.349,53
PI	220558	Lagoa do Piauí	2	101,40	1.926,60	1.080,59
PI	220559	Lagoa do Sítio	3	152,10	2.889,90	1.032,96
PI	220560	Landri Sales	2	101,40	1.926,60	1.069,31
PI	220570	Luís Correia	7	354,90	6.743,10	6.049,51
PI	220580	Luzilândia	8	405,60	7.706,40	5.093,11
PI	220585	Madeiro	1	50,70	963,30	2.354,67
PI	220590	Manoel Emídio	2	101,40	1.926,60	1.069,30
PI	220595	Marcolândia	2	101,40	1.926,60	1.693,91
PI	220600	Marcos Parente	2	101,40	1.926,60	910,51
PI	220605	Massapê do Piauí	3	152,10	2.889,90	1.286,98
PI	220610	Matias Olímpio	4	202,80	3.853,20	2.184,70
PI	220620	Miguel Alves	6	304,20	5.779,80	7.706,92
PI	220630	Miguel Leão	2	101,40	1.926,60	336,40
PI	220635	Milton Brandão	3	152,10	2.889,90	1.380,19
PI	220640	Monsenhor Gil	4	202,80	3.853,20	2.815,31
PI	220650	Monsenhor Hipólito	2	101,40	1.926,60	1.547,51
PI	220660	Monte Alegre do Piauí	3	152,10	2.889,90	2.121,55
PI	220665	Morro Cabeça no Tempo	0	0,00	0,00	1.657,76
PI	220667	Morro do Chapéu do Piauí	3	152,10	2.889,90	1.357,24
PI	220669	Murici dos Portelas	3	152,10	2.889,90	1.826,92
PI	220670	Nazaré do Piauí	3	152,10	2.889,90	1.482,33
PI	220672	Nazária	0	0,00	0,00	4.556,52
PI	220675	Nossa Senhora de Nazaré	2	101,40	1.926,60	971,84
PI	220680	Nossa Senhora dos Remédios	3	152,10	2.889,90	1.735,54
PI	220690	Novo Oriente do Piauí	3	152,10	2.889,90	1.320,89
PI	220695	Novo Santo Antônio	2	101,40	1.926,60	687,76
PI	220700	Oeiras	15	760,50	14.449,50	7.397,82
PI	220710	Olho D"Água do Piauí	0	0,00	0,00	1.108,08
PI	220720	Padre Marcos	3	152,10	2.889,90	1.372,27
PI	220730	Paes Landim	2	101,40	1.926,60	827,87
PI	220735	Pajeú do Piauí	2	101,40	1.926,60	711,78
PI	220740	Palmeira do Piauí	0	0,00	0,00	2.029,36
PI	220750	Palmeirais	4	202,80	3.853,20	2.902,72
PI	220755	Paquetá	1	50,70	963,30	795,79
PI	220760	Parnaguá	4	202,80	3.853,20	2.155,06
PI	220770	Parnaíba	71	3.599,70	68.394,30	32.908,85
PI	220775	Passagem Franca do Piauí	2	101,40	1.926,60	913,76
PI	220777	Patos do Piauí	3	152,10	2.889,90	1.276,83
PI	220779	Pau D"Arco do Piauí	1	50,70	963,30	807,16
PI	220780	Paulistana	7	354,90	6.743,10	4.100,15
PI	220785	Pavussu	2	101,40	1.926,60	742,18
PI	220790	Pedro II	13	659,10	12.522,90	7.742,00
PI	220793	Pedro Laurentino	0	0,00	0,00	1.013,26
PI	220795	Nova Santa Rita	2	101,40	1.926,60	873,56
PI	220800	Picos	15	760,50	14.449,50	16.792,24

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800104

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PI	220810	Pimenteiras	0	0,00	0,00	4.847,00
PI	220820	Pio IX	4	202,80	3.853,20	3.680,43
PI	220830	Piracuruca	10	507,00	9.633,00	5.772,13
PI	220840	Piripiri	1	50,70	963,30	26.399,18
PI	220850	Porto	4	202,80	3.853,20	2.509,39
PI	220855	Porto Alegre do Piauí	2	101,40	1.926,60	540,95
PI	220860	Prata do Piauí	2	101,40	1.926,60	631,31
PI	220865	Queimada Nova	1	50,70	963,30	2.627,58
PI	220870	Redenção do Gurguéia	3	152,10	2.889,90	1.753,21
PI	220880	Regeneração	9	456,30	8.669,70	3.593,73
PI	220885	Riacho Frio	0	0,00	0,00	1.729,65
PI	220887	Ribeira do Piauí	0	0,00	0,00	1.788,13
PI	220890	Ribeiro Gonçalves	0	0,00	0,00	2.929,72
PI	220900	Rio Grande do Piauí	0	0,00	0,00	2.571,12
PI	220910	Santa Cruz do Piauí	3	152,10	2.889,90	1.246,78
PI	220915	Santa Cruz dos Milagres	2	101,40	1.926,60	802,49
PI	220920	Santa Filomena	2	101,40	1.926,60	1.250,03
PI	220930	Santa Luz	0	0,00	0,00	2.339,63
PI	220935	Santana do Piauí	2	101,40	1.926,60	925,74
PI	220937	Santa Rosa do Piauí	0	0,00	0,00	2.104,49
PI	220940	Santo Antônio de Lisboa	1	50,70	963,30	1.597,26
PI	220945	Santo Antônio dos Milagres	0	0,00	0,00	862,99
PI	220950	Santo Inácio do Piauí	0	0,00	0,00	1.515,22
PI	220955	São Braz do Piauí	2	101,40	1.926,60	888,79
PI	220960	São Félix do Piauí	0	0,00	0,00	1.196,01
PI	220965	São Francisco de Assis do Piauí	3	152,10	2.889,90	1.174,90
PI	220970	São Francisco do Piauí	3	152,10	2.889,90	1.286,37
PI	220975	São Gonçalo do Gurguéia	2	101,40	1.926,60	606,74
PI	220980	São Gonçalo do Piauí	3	152,10	2.889,90	1.001,28
PI	220985	São João da Canabrava	2	101,40	1.926,60	920,67
PI	220987	São João da Fronteira	3	152,10	2.889,90	1.205,76
PI	220990	São João da Serra	2	101,40	1.926,60	1.243,12
PI	220995	São João da Varjota	2	101,40	1.926,60	966,96
PI	220997	São João do Arraial	3	152,10	2.889,90	1.593,40
PI	221000	São João do Piauí	0	0,00	0,00	8.227,11
PI	221005	São José do Divino	3	152,10	2.889,90	1.068,09
PI	221010	São José do Peixe	0	0,00	0,00	1.505,47
PI	221020	São José do Piauí	3	152,10	2.889,90	1.344,45
PI	221030	São Julião	3	152,10	2.889,90	1.271,35
PI	221035	São Lourenço do Piauí	0	0,00	0,00	1.827,92
PI	221037	São Luis do Piauí	2	101,40	1.926,60	528,36
PI	221038	São Miguel da Baixa Grande	0	0,00	0,00	979,95
PI	221039	São Miguel do Fidalgo	2	101,40	1.926,60	608,16
PI	221040	São Miguel do Tapuio	4	202,80	3.853,20	3.687,95
PI	221050	São Pedro do Piauí	5	253,50	4.816,50	3.036,58
PI	221060	São Raimundo Nonato	14	709,80	13.486,20	6.926,12
PI	221062	Sebastião Barros	1	50,70	963,30	842,69
PI	221063	Sebastião Leal	1	50,70	963,30	857,72
PI	221065	Sigefredo Pacheco	2	101,40	1.926,60	2.085,83
PI	221070	Simões	4	202,80	3.853,20	2.926,27
PI	221080	Simplício Mendes	4	202,80	3.853,20	2.535,79
PI	221090	Socorro do Piauí	0	0,00	0,00	1.838,48
PI	221093	Sussuapara	0	0,00	0,00	2.685,24
PI	221095	Tamboril do Piauí	2	101,40	1.926,60	582,78
PI	221097	Tanque do Piauí	2	101,40	1.926,60	552,11
PI	221100	Teresina	394	19.975,80	379.540,20	265.644,13
PI	221110	União	11	557,70	10.596,30	13.071,10
PI	221120	Uruçuí	7	354,90	6.743,10	4.302,40
PI	221130	Valença do Piauí	11	557,70	10.596,30	4.180,56
PI	221135	Várzea Branca	2	101,40	1.926,60	1.002,23
PI	221140	Várzea Grande	2	101,40	1.926,60	882,49
PI	221150	Vera Mendes	0	0,00	0,00	1.230,12
PI	221160	Vila Nova do Piauí	2	101,40	1.926,60	611,21
PI	221170	Wall Ferraz	2	101,40	1.926,60	891,43
		Total	1.121	56.834,70	1.079.859,30	1.174.212,04

ANEXO XVIII

UF	IBGE	Município	Nº ACE ELEGIVEIS	Incentivo (R$)	AFC (R$)	PFVS Mensal (R$)
PR	410000	SES/PR	0	0,00	0,00	783.166,59
PR	410010	Abatiá	3	152,10	2.889,90	893,39
PR	410020	Adrianópolis	0	0,00	0,00	1.919,06
PR	410030	Agudos do Sul	1	50,70	963,30	1.693,29
PR	410040	Almirante Tamandaré	10	507,00	9.633,00	20.991,98
PR	410045	Altamira do Paraná	2	101,40	1.926,60	718,90
PR	410050	Altônia	9	456,30	8.669,70	2.290,59
PR	410060	Alto Paraná	6	304,20	5.779,80	1.797,41
PR	410070	Alto Piquiri	5	253,50	4.816,50	1.137,28
PR	410080	Alvorada do Sul	5	253,50	4.816,50	1.230,59
PR	410090	Amaporã	3	152,10	2.889,90	779,20
PR	410100	Ampére	8	405,60	7.706,40	1.985,80
PR	410105	Anahy	2	101,40	1.926,60	731,07
PR	410110	Andirá	4	202,80	3.853,20	2.187,86
PR	410115	Ângulo	2	101,40	1.926,60	740,22
PR	410120	Antonina	0	0,00	0,00	4.112,15
PR	410130	Antônio Olinto	1	50,70	963,30	865,30
PR	410140	Apucarana	59	2.991,30	56.834,70	19.420,64
PR	410150	Arapongas	45	2.281,50	43.348,50	13.393,18
PR	410160	Arapoti	9	456,30	8.669,70	2.875,59
PR	410165	Arapuã	2	101,40	1.926,60	721,38

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800105

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PR	410170	Araruna	7	354,90	6.743,10	1.509,75
PR	410180	Araucária	7	354,90	6.743,10	29.703,93
PR	410185	Ariranha do Ivaí	1	50,70	963,30	721,89
PR	410190	Assaí	7	354,90	6.743,10	1.737,75
PR	410200	Assis Chateaubriand	19	963,30	18.302,70	3.682,35
PR	410210	Astorga	14	709,80	13.486,20	2.705,24
PR	410220	Atalaia	2	101,40	1.926,60	732,81
PR	410230	Balsa Nova	3	152,10	2.889,90	1.781,96
PR	410240	Bandeirantes	0	0,00	0,00	6.708,66
PR	410250	Barbosa Ferraz	7	354,90	6.743,10	1.367,01
PR	410260	Barracão	3	152,10	2.889,90	1.136,79
PR	410270	Barra do Jacaré	1	50,70	963,30	738,46
PR	410275	Bela Vista da Caroba	1	50,70	963,30	724,34
PR	410280	Bela Vista do Paraíso	8	405,60	7.706,40	1.662,61
PR	410290	Bituruna	3	152,10	2.889,90	1.797,02
PR	410300	Boa Esperança	2	101,40	1.926,60	725,07
PR	410302	Boa Esperança do Iguaçu	1	50,70	963,30	725,47
PR	410304	Boa Ventura de São Roque	2	101,40	1.926,60	779,30
PR	410305	Boa Vista da Aparecida	3	152,10	2.889,90	907,89
PR	410310	Bocaiúva do Sul	0	0,00	0,00	3.534,14
PR	410315	Bom Jesus do Sul	1	50,70	963,30	727,96
PR	410320	Bom Sucesso	2	101,40	1.926,60	812,24
PR	410322	Bom Sucesso do Sul	1	50,70	963,30	732,55
PR	410330	Borrazópolis	4	202,80	3.853,20	878,41
PR	410335	Braganey	2	101,40	1.926,60	728,94
PR	410337	Brasilândia do Sul	2	101,40	1.926,60	719,00
PR	410340	Cafeara	1	50,70	963,30	760,41
PR	410345	Cafelândia	7	354,90	6.743,10	1.823,02
PR	410347	Cafezal do Sul	3	152,10	2.889,90	728,83
PR	410350	Califórnia	4	202,80	3.853,20	966,19
PR	410360	Cambará	13	659,10	12.522,90	2.626,96
PR	410370	Cambé	53	2.687,10	51.054,90	15.686,85
PR	410380	Cambira	3	152,10	2.889,90	890,89
PR	410390	Campina da Lagoa	6	304,20	5.779,80	1.641,65
PR	410395	Campina do Simão	1	50,70	963,30	729,48
PR	410400	Campina Grande do Sul	5	253,50	4.816,50	6.630,15
PR	410405	Campo Bonito	2	101,40	1.926,60	722,62
PR	410410	Campo do Tenente	1	50,70	963,30	1.341,13
PR	410420	Campo Largo	6	304,20	5.779,80	27.992,92
PR	410425	Campo Magro	3	152,10	2.889,90	4.796,42
PR	410430	Campo Mourão	43	2.180,10	41.421,90	11.146,52
PR	410440	Cândido de Abreu	4	202,80	3.853,20	1.756,93
PR	410442	Candói	4	202,80	3.853,20	1.696,67
PR	410445	Cantagalo	4	202,80	3.853,20	1.450,56
PR	410450	Capanema	6	304,20	5.779,80	2.029,34
PR	410460	Capitão Leônidas Marques	7	354,90	6.743,10	1.683,43
PR	410465	Carambeí	3	152,10	2.889,90	2.326,69
PR	410470	Carlópolis	6	304,20	5.779,80	1.542,83
PR	410480	Cascavel	144	7.300,80	138.715,20	46.434,75
PR	410490	Castro	5	253,50	4.816,50	9.542,55
PR	410500	Catanduvas	2	101,40	1.926,60	1.152,77
PR	410510	Centenário do Sul	4	202,80	3.853,20	1.239,21
PR	410520	Cerro Azul	0	0,00	0,00	4.945,73
PR	410530	Céu Azul	5	253,50	4.816,50	1.280,54
PR	410540	Chopinzinho	4	202,80	3.853,20	2.097,98
PR	410550	Cianorte	35	1.774,50	33.715,50	10.317,38
PR	410560	Cidade Gaúcha	6	304,20	5.779,80	1.339,80
PR	410570	Clevelândia	4	202,80	3.853,20	1.843,37
PR	410580	Colombo	13	659,10	12.522,90	50.238,27
PR	410590	Colorado	13	659,10	12.522,90	2.483,42
PR	410600	Congonhinhas	1	50,70	963,30	1.016,38
PR	410610	Conselheiro Mairinck	2	101,40	1.926,60	751,82
PR	410620	Contenda	0	0,00	0,00	4.977,43
PR	410630	Corbélia	8	405,60	7.706,40	1.815,67
PR	410640	Cornélio Procópio	21	1.064,70	20.229,30	4.923,36
PR	410645	Coronel Domingos Soares	1	50,70	963,30	901,64
PR	410650	Coronel Vivida	7	354,90	6.743,10	2.291,02
PR	410655	Corumbataí do Sul	2	101,40	1.926,60	717,33
PR	410657	Cruzeiro do Iguaçu	2	101,40	1.926,60	732,74
PR	410660	Cruzeiro do Oeste	11	557,70	10.596,30	2.213,85
PR	410670	Cruzeiro do Sul	3	152,10	2.889,90	731,51
PR	410680	Cruz Machado	0	0,00	0,00	3.968,88
PR	410685	Cruzmaltina	2	101,40	1.926,60	727,65
PR	410690	Curitiba	85	4.309,50	81.880,50	420.895,37
PR	410700	Curiúva	4	202,80	3.853,20	1.601,39
PR	410710	Diamante do Norte	3	152,10	2.889,90	882,12
PR	410712	Diamante do Sul	1	50,70	963,30	731,75
PR	410715	Diamante D"Oeste	0	0,00	0,00	1.618,98
PR	410720	Dois Vizinhos	16	811,20	15.412,80	4.057,41
PR	410725	Douradina	4	202,80	3.853,20	957,45
PR	410730	Doutor Camargo	4	202,80	3.853,20	740,79
PR	410740	Enéas Marques	2	101,40	1.926,60	731,39
PR	410750	Engenheiro Beltrão	7	354,90	6.743,10	1.529,37
PR	410752	Esperança Nova	1	50,70	963,30	722,37
PR	410753	Entre Rios do Oeste	2	101,40	1.926,60	781,33
PR	410754	Espigão Alto do Iguaçu	2	101,40	1.926,60	723,57
PR	410755	Farol	0	0,00	0,00	1.449,01
PR	410760	Faxinal	8	405,60	7.706,40	1.827,37
PR	410765	Fazenda Rio Grande	4	202,80	3.853,20	21.475,88

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800106

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PR	410770	Fênix	2	101,40	1.926,60	732,61
PR	410773	Fernandes Pinheiro	0	0,00	0,00	1.496,46
PR	410775	Figueira	2	101,40	1.926,60	940,80
PR	410780	Floraí	3	152,10	2.889,90	731,38
PR	410785	Flor da Serra do Sul	1	50,70	963,30	731,62
PR	410790	Floresta	4	202,80	3.853,20	991,64
PR	410800	Florestópolis	6	304,20	5.779,80	1.233,54
PR	410810	Flórida	2	101,40	1.926,60	750,47
PR	410820	Formosa do Oeste	0	0,00	0,00	1.702,98
PR	410830	Foz do Iguaçu	131	6.641,70	126.192,30	50.273,26
PR	410832	Francisco Alves	4	202,80	3.853,20	755,13
PR	410840	Francisco Beltrão	37	1.875,90	35.642,10	8.859,03
PR	410845	Foz do Jordão	2	101,40	1.926,60	721,80
PR	410850	General Carneiro	3	152,10	2.889,90	1.592,01
PR	410855	Godoy Moreira	1	50,70	963,30	723,92
PR	410860	Goioerê	12	608,40	11.559,60	3.052,71
PR	410865	Goioxim	1	50,70	963,30	926,67
PR	410870	Grandes Rios	3	152,10	2.889,90	813,42
PR	410880	Guaíra	16	811,20	15.412,80	3.958,51
PR	410890	Guairaçá	3	152,10	2.889,90	769,47
PR	410895	Guamiranga	2	101,40	1.926,60	971,92
PR	410900	Guapirama	2	101,40	1.926,60	731,33
PR	410910	Guaporema	2	101,40	1.926,60	734,46
PR	410920	Guaraci	3	152,10	2.889,90	755,11
PR	410930	Guaraniaçu	4	202,80	3.853,20	1.543,98
PR	410940	Guarapuava	10	507,00	9.633,00	26.228,33
PR	410950	Guaraqueçaba	0	0,00	0,00	2.021,62
PR	410960	Guaratuba	5	253,50	4.816,50	3.676,78
PR	410965	Honório Serpa	2	101,40	1.926,60	723,25
PR	410970	Ibaiti	2	101,40	1.926,60	4.454,76
PR	410975	Ibema	3	152,10	2.889,90	749,48
PR	410980	Ibiporã	27	1.368,90	26.009,10	6.992,76
PR	410990	Icaraíma	4	202,80	3.853,20	984,21
PR	411000	Iguaraçu	3	152,10	2.889,90	900,41
PR	411005	Iguatu	2	101,40	1.926,60	735,65
PR	411007	Imbaú	3	152,10	2.889,90	1.377,37
PR	411010	Imbituva	4	202,80	3.853,20	3.254,91
PR	411020	Inácio Martins	3	152,10	2.889,90	1.235,30
PR	411030	Inajá	2	101,40	1.926,60	744,88
PR	411040	Indianópolis	2	101,40	1.926,60	743,89
PR	411050	Ipiranga	2	101,40	1.926,60	1.614,10
PR	411060	Iporã	4	202,80	3.853,20	1.603,72
PR	411065	Iracema do Oeste	0	0,00	0,00	1.448,41
PR	411070	Irati	26	1.318,20	25.045,80	6.086,51
PR	411080	Iretama	4	202,80	3.853,20	1.178,94
PR	411090	Itaguajé	3	152,10	2.889,90	731,34
PR	411095	Itaipulândia	4	202,80	3.853,20	1.390,99
PR	411100	Itambaracá	4	202,80	3.853,20	795,40
PR	411110	Itambé	3	152,10	2.889,90	739,37
PR	411120	Itapejara d"Oeste	4	202,80	3.853,20	1.276,15
PR	411125	Itaperuçu	5	253,50	4.816,50	3.746,56
PR	411130	Itaúna do Sul	2	101,40	1.926,60	717,09
PR	411140	Ivaí	3	152,10	2.889,90	1.482,11
PR	411150	Ivaiporã	14	709,80	13.486,20	3.346,88
PR	411155	Ivaté	4	202,80	3.853,20	921,84
PR	411160	Ivatuba	2	101,40	1.926,60	758,46
PR	411170	Jaboti	2	101,40	1.926,60	756,24
PR	411180	Jacarezinho	5	253,50	4.816,50	4.091,82
PR	411190	Jaguapitã	6	304,20	5.779,80	1.444,23
PR	411200	Jaguariaíva	5	253,50	4.816,50	3.557,65
PR	411210	Jandaia do Sul	9	456,30	8.669,70	2.225,19
PR	411220	Janiópolis	3	152,10	2.889,90	743,61
PR	411230	Japira	2	101,40	1.926,60	738,49
PR	411240	Japurá	5	253,50	4.816,50	1.039,68
PR	411250	Jardim Alegre	0	0,00	0,00	2.787,78
PR	411260	Jardim Olinda	2	101,40	1.926,60	728,72
PR	411270	Jataizinho	6	304,20	5.779,80	1.603,69
PR	411275	Jesuítas	4	202,80	3.853,20	1.010,69
PR	411280	Joaquim Távora	5	253,50	4.816,50	1.279,36
PR	411290	Jundiaí do Sul	2	101,40	1.926,60	729,95
PR	411295	Juranda	3	152,10	2.889,90	880,94
PR	411300	Jussara	3	152,10	2.889,90	812,39
PR	411310	Kaloré	2	101,40	1.926,60	726,19
PR	411320	Lapa	2	101,40	1.926,60	10.969,28
PR	411325	Laranjal	1	50,70	963,30	791,30
PR	411330	Laranjeiras do Sul	14	709,80	13.486,20	3.555,86
PR	411340	Leópolis	2	101,40	1.926,60	729,54
PR	411342	Lidianópolis	2	101,40	1.926,60	719,75
PR	411345	Lindoeste	1	50,70	963,30	722,97
PR	411350	Loanda	11	557,70	10.596,30	2.381,62
PR	411360	Lobato	3	152,10	2.889,90	760,19
PR	411370	Londrina	0	0,00	0,00	183.280,94
PR	411373	Luiziana	3	152,10	2.889,90	854,85
PR	411375	Lunardelli	3	152,10	2.889,90	727,62
PR	411380	Lupionópolis	3	152,10	2.889,90	755,09
PR	411390	Mallet	2	101,40	1.926,60	1.475,08
PR	411400	Mamborê	5	253,50	4.816,50	1.506,79
PR	411410	Mandaguaçu	8	405,60	7.706,40	2.586,79
PR	411420	Mandaguari	18	912,60	17.339,40	4.136,52

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800107

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PR	411430	Mandirituba	2	101,40	1.926,60	5.082,55
PR	411435	Manfrinópolis	2	101,40	1.926,60	718,70
PR	411440	Mangueirinha	4	202,80	3.853,20	1.833,85
PR	411450	Manoel Ribas	4	202,80	3.853,20	1.470,47
PR	411460	Marechal Cândido Rondon	23	1.166,10	22.155,90	7.015,68
PR	411470	Maria Helena	3	152,10	2.889,90	729,51
PR	411480	Marialva	17	861,90	16.376,10	4.785,69
PR	411490	Marilândia do Sul	4	202,80	3.853,20	1.013,04
PR	411500	Marilena	4	202,80	3.853,20	824,76
PR	411510	Mariluz	5	253,50	4.816,50	1.158,40
PR	411520	Maringá	171	8.669,70	164.724,30	62.172,38
PR	411530	Mariópolis	2	101,40	1.926,60	773,76
PR	411535	Maripá	3	152,10	2.889,90	732,00
PR	411540	Marmeleiro	3	152,10	2.889,90	1.552,93
PR	411545	Marquinho	1	50,70	963,30	724,90
PR	411550	Marumbi	1	50,70	963,30	737,58
PR	411560	Matelândia	6	304,20	5.779,80	2.059,91
PR	411570	Matinhos	3	152,10	2.889,90	5.033,45
PR	411573	Mato Rico	1	50,70	963,30	721,74
PR	411575	Mauá da Serra	4	202,80	3.853,20	1.118,50
PR	411580	Medianeira	19	963,30	18.302,70	5.324,60
PR	411585	Mercedes	2	101,40	1.926,60	762,92
PR	411590	Mirador	1	50,70	963,30	729,06
PR	411600	Miraselva	1	50,70	963,30	730,85
PR	411605	Missal	4	202,80	3.853,20	1.381,51
PR	411610	Moreira Sales	4	202,80	3.853,20	1.379,16
PR	411620	Morretes	1	50,70	963,30	2.538,78
PR	411630	Munhoz de Melo	3	152,10	2.889,90	759,35
PR	411640	Nossa Senhora das Graças	2	101,40	1.926,60	738,63
PR	411650	Nova Aliança do Ivaí	1	50,70	963,30	756,68
PR	411660	Nova América da Colina	2	101,40	1.926,60	732,51
PR	411670	Nova Aurora	6	304,20	5.779,80	1.278,03
PR	411680	Nova Cantu	3	152,10	2.889,90	906,18
PR	411690	Nova Esperança	12	608,40	11.559,60	3.316,30
PR	411695	Nova Esperança do Sudoeste	2	101,40	1.926,60	732,56
PR	411700	Nova Fátima	0	0,00	0,00	1.882,99
PR	411705	Nova Laranjeiras	3	152,10	2.889,90	1.616,33
PR	411710	Nova Londrina	6	304,20	5.779,80	1.700,20
PR	411720	Nova Olímpia	3	152,10	2.889,90	749,91
PR	411721	Nova Santa Bárbara	2	101,40	1.926,60	759,92
PR	411722	Nova Santa Rosa	4	202,80	3.853,20	927,77
PR	411725	Nova Prata do Iguaçu	4	202,80	3.853,20	1.177,43
PR	411727	Nova Tebas	3	152,10	2.889,90	813,71
PR	411729	Novo Itacolomi	0	0,00	0,00	1.468,10
PR	411730	Ortigueira	5	253,50	4.816,50	2.546,16
PR	411740	Ourizona	2	101,40	1.926,60	736,81
PR	411745	Ouro Verde do Oeste	3	152,10	2.889,90	749,29
PR	411750	Paiçandu	15	760,50	14.449,50	5.511,92
PR	411760	Palmas	5	253,50	4.816,50	5.108,59
PR	411770	Palmeira	5	253,50	4.816,50	3.478,01
PR	411780	Palmital	3	152,10	2.889,90	1.603,70
PR	411790	Palotina	14	709,80	13.486,20	3.218,39
PR	411800	Paraíso do Norte	5	253,50	4.816,50	1.441,94
PR	411810	Paranacity	6	304,20	5.779,80	1.233,84
PR	411820	Paranaguá	6	304,20	5.779,80	32.024,80
PR	411830	Paranapoema	2	101,40	1.926,60	778,54
PR	411840	Paranavaí	41	2.078,70	39.495,30	9.831,87
PR	411845	Pato Bragado	3	152,10	2.889,90	783,45
PR	411850	Pato Branco	32	1.622,40	30.825,60	8.092,81
PR	411860	Paula Freitas	1	50,70	963,30	757,88
PR	411870	Paulo Frontin	0	0,00	0,00	1.690,99
PR	411880	Peabiru	6	304,20	5.779,80	1.518,95
PR	411885	Perobal	3	152,10	2.889,90	761,89
PR	411890	Pérola	6	304,20	5.779,80	1.216,74
PR	411900	Pérola d''Oeste	2	101,40	1.926,60	788,54
PR	411910	Piên	2	101,40	1.926,60	1.762,07
PR	411915	Pinhais	7	354,90	6.743,10	27.587,72
PR	411920	Pinhalão	1	50,70	963,30	752,36
PR	411925	Pinhal de São Bento	1	50,70	963,30	745,33
PR	411930	Pinhão	5	253,50	4.816,50	3.310,93
PR	411940	Piraí do Sul	5	253,50	4.816,50	2.615,96
PR	411950	Piraquara	5	253,50	4.816,50	23.810,06
PR	411960	Pitanga	5	253,50	4.816,50	3.357,80
PR	411965	Pitangueiras	2	101,40	1.926,60	778,28
PR	411970	Planaltina do Paraná	2	101,40	1.926,60	745,62
PR	411980	Planalto	4	202,80	3.853,20	1.494,43
PR	411990	Ponta Grossa	65	3.295,50	62.614,50	34.124,69
PR	411995	Pontal do Paraná	5	253,50	4.816,50	2.637,72
PR	412000	Porecatu	7	354,90	6.743,10	1.517,06
PR	412010	Porto Amazonas	0	0,00	0,00	1.511,93
PR	412015	Porto Barreiro	1	50,70	963,30	723,88
PR	412020	Porto Rico	2	101,40	1.926,60	736,02
PR	412030	Porto Vitória	1	50,70	963,30	735,76
PR	412033	Prado Ferreira	2	101,40	1.926,60	761,72
PR	412035	Pranchita	2	101,40	1.926,60	726,51
PR	412040	Presidente Castelo Branco	2	101,40	1.926,60	766,61
PR	412050	Primeiro de Maio	6	304,20	5.779,80	1.231,37
PR	412060	Prudentópolis	5	253,50	4.816,50	5.716,47
PR	412065	Quarto Centenário	1	50,70	963,30	727,68

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800108

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PR	412070	Quatiguá	4	202,80	3.853,20	856,24
PR	412080	Quatro Barras	0	0,00	0,00	6.214,13
PR	412085	Quatro Pontes	1	50,70	963,30	750,32
PR	412090	Quedas do Iguaçu	11	557,70	10.596,30	3.433,56
PR	412100	Querência do Norte	5	253,50	4.816,50	1.334,17
PR	412110	Quinta do Sol	2	101,40	1.926,60	725,20
PR	412120	Quitandinha	0	0,00	0,00	5.175,42
PR	412125	Ramilândia	2	101,40	1.926,60	756,71
PR	412130	Rancho Alegre	3	152,10	2.889,90	747,21
PR	412135	Rancho Alegre D''Oeste	2	101,40	1.926,60	727,83
PR	412140	Realeza	7	354,90	6.743,10	1.807,03
PR	412150	Rebouças	4	202,80	3.853,20	1.597,45
PR	412160	Renascença	3	152,10	2.889,90	805,80
PR	412170	Reserva	5	253,50	4.816,50	2.761,44
PR	412175	Reserva do Iguaçu	1	50,70	963,30	903,10
PR	412180	Ribeirão Claro	2	101,40	1.926,60	1.197,53
PR	412190	Ribeirão do Pinhal	7	354,90	6.743,10	1.472,01
PR	412200	Rio Azul	2	101,40	1.926,60	1.612,80
PR	412210	Rio Bom	2	101,40	1.926,60	730,25
PR	412215	Rio Bonito do Iguaçu	2	101,40	1.926,60	1.868,17
PR	412217	Rio Branco do Ivaí	1	50,70	963,30	748,51
PR	412220	Rio Branco do Sul	0	0,00	0,00	8.796,13
PR	412230	Rio Negro	2	101,40	1.926,60	7.229,34
PR	412240	Rolândia	35	1.774,50	33.715,50	8.374,65
PR	412250	Roncador	4	202,80	3.853,20	1.236,08
PR	412260	Rondon	0	0,00	0,00	2.129,85
PR	412265	Rosário do Ivaí	3	152,10	2.889,90	721,65
PR	412270	Sabáudia	3	152,10	2.889,90	783,26
PR	412280	Salgado Filho	1	50,70	963,30	718,04
PR	412290	Salto do Itararé	3	152,10	2.889,90	729,59
PR	412300	Salto do Lontra	4	202,80	3.853,20	1.572,43
PR	412310	Santa Amélia	2	101,40	1.926,60	723,28
PR	412320	Santa Cecília do Pavão	2	101,40	1.926,60	726,46
PR	412330	Santa Cruz de Monte Castelo	4	202,80	3.853,20	927,11
PR	412340	Santa Fé	6	304,20	5.779,80	1.355,22
PR	412350	Santa Helena	8	405,60	7.706,40	2.964,29
PR	412360	Santa Inês	2	101,40	1.926,60	723,58
PR	412370	Santa Isabel do Ivaí	5	253,50	4.816,50	997,70
PR	412380	Santa Izabel do Oeste	4	202,80	3.853,20	1.544,39
PR	412382	Santa Lúcia	2	101,40	1.926,60	731,00
PR	412385	Santa Maria do Oeste	1	50,70	963,30	1.677,93
PR	412390	Santa Mariana	5	253,50	4.816,50	1.355,43
PR	412395	Santa Mônica	1	50,70	963,30	768,49
PR	412400	Santana do Itararé	2	101,40	1.926,60	729,36
PR	412402	Santa Tereza do Oeste	5	253,50	4.816,50	1.418,60
PR	412405	Santa Terezinha de Itaipu	4	202,80	3.853,20	2.855,35
PR	412410	Santo Antônio da Platina	21	1.064,70	20.229,30	4.643,99
PR	412420	Santo Antônio do Caiuá	2	101,40	1.926,60	730,52
PR	412430	Santo Antônio do Paraíso	2	101,40	1.926,60	723,25
PR	412440	Santo Antônio do Sudoeste	8	405,60	7.706,40	2.109,49
PR	412450	Santo Inácio	3	152,10	2.889,90	742,55
PR	412460	São Carlos do Ivaí	4	202,80	3.853,20	794,99
PR	412470	São Jerônimo da Serra	4	202,80	3.853,20	1.259,78
PR	412480	São João	4	202,80	3.853,20	1.179,45
PR	412490	São João do Caiuá	3	152,10	2.889,90	732,56
PR	412500	São João do Ivaí	5	253,50	4.816,50	1.245,99
PR	412510	São João do Triunfo	1	50,70	963,30	2.226,09
PR	412520	São Jorge d''Oeste	1	50,70	963,30	1.107,18
PR	412530	São Jorge do Ivaí	1	50,70	963,30	734,34
PR	412535	São Jorge do Patrocínio	3	152,10	2.889,90	937,91
PR	412540	São José da Boa Vista	3	152,10	2.889,90	766,40
PR	412545	São José das Palmeiras	2	101,40	1.926,60	729,45
PR	412550	São José dos Pinhais	14	709,80	13.486,20	67.749,57
PR	412555	São Manoel do Paraná	2	101,40	1.926,60	741,83
PR	412560	São Mateus do Sul	5	253,50	4.816,50	4.604,59
PR	412570	São Miguel do Iguaçu	9	456,30	8.669,70	3.438,97
PR	412575	São Pedro do Iguaçu	3	152,10	2.889,90	755,88
PR	412580	São Pedro do Ivaí	5	253,50	4.816,50	1.198,66
PR	412590	São Pedro do Paraná	2	101,40	1.926,60	727,44
PR	412600	São Sebastião da Amoreira	4	202,80	3.853,20	1.004,13
PR	412610	São Tomé	3	152,10	2.889,90	754,60
PR	412620	Sapopema	2	101,40	1.926,60	798,18
PR	412625	Sarandi	52	2.636,40	50.091,60	13.068,78
PR	412627	Saudade do Iguaçu	0	0,00	0,00	1.524,29
PR	412630	Sengés	0	0,00	0,00	4.075,99
PR	412635	Serranópolis do Iguaçu	1	50,70	963,30	731,79
PR	412640	Sertaneja	4	202,80	3.853,20	725,94
PR	412650	Sertanópolis	8	405,60	7.706,40	1.745,76
PR	412660	Siqueira Campos	2	101,40	1.926,60	2.368,50
PR	412665	Sulina	0	0,00	0,00	1.446,61
PR	412667	Tamarana	4	202,80	3.853,20	1.522,26
PR	412670	Tamboara	3	152,10	2.889,90	763,29
PR	412680	Tapejara	8	405,60	7.706,40	1.697,23
PR	412690	Tapira	3	152,10	2.889,90	729,26
PR	412700	Teixeira Soares	2	101,40	1.926,60	1.294,04
PR	412710	Telêmaco Borba	5	253,50	4.816,50	10.689,45
PR	412720	Terra Boa	8	405,60	7.706,40	1.797,55
PR	412730	Terra Rica	8	405,60	7.706,40	1.757,73
PR	412740	Terra Roxa	8	405,60	7.706,40	1.858,34

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800109

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PR	412750	Tibagi	6	304,20	5.779,80	2.149,07
PR	412760	Tijucas do Sul	2	101,40	1.926,60	2.625,21
PR	412770	Toledo	57	2.889,90	54.908,10	15.660,97
PR	412780	Tomazina	3	152,10	2.889,90	981,02
PR	412785	Três Barras do Paraná	4	202,80	3.853,20	1.326,72
PR	412788	Tunas do Paraná	1	50,70	963,30	1.404,81
PR	412790	Tuneiras do Oeste	4	202,80	3.853,20	993,06
PR	412795	Tupãssi	4	202,80	3.853,20	933,68
PR	412796	Turvo	4	202,80	3.853,20	1.491,17
PR	412800	Ubiratã	11	557,70	10.596,30	2.284,97
PR	412810	Umuarama	53	2.687,10	51.054,90	13.144,35
PR	412820	União da Vitória	5	253,50	4.816,50	6.686,41
PR	412830	Uniflor	2	101,40	1.926,60	750,23
PR	412840	Uraí	4	202,80	3.853,20	1.273,72
PR	412850	Wenceslau Braz	9	456,30	8.669,70	2.076,61
PR	412853	Ventania	4	202,80	3.853,20	1.251,48
PR	412855	Vera Cruz do Oeste	4	202,80	3.853,20	1.011,75
PR	412860	Verê	3	152,10	2.889,90	895,88
PR	412862	Alto Paraíso	2	101,40	1.926,60	721,48
PR	412863	Doutor Ulysses	1	50,70	963,30	883,87
PR	412865	Virmond	2	101,40	1.926,60	738,31
PR	412870	Vitorino	3	152,10	2.889,90	797,21
PR	412880	Xambrê	3	152,10	2.889,90	728,90
		Total	2.697	136.737,90	2.598.020,10	2.687.516,55

		ANEXO XIX				
UF	IBGE	Município	Nº ACE ELEGIVEIS	Incentivo (R$)	AFC (R$)	PFVS Mensal (R$)
RJ	330000	SES/RJ	0	0,00	0,00	1.403.863,65
RJ	330010	Angra dos Reis	1	50,70	963,30	89.858,90
RJ	330015	Aperibé	0	0,00	0,00	5.269,60
RJ	330020	Araruama	2	101,40	1.926,60	57.219,66
RJ	330022	Areal	3	152,10	2.889,90	2.833,37
RJ	330023	Armação dos Búzios	16	811,20	15.412,80	7.527,33
RJ	330025	Arraial do Cabo	16	811,20	15.412,80	6.837,60
RJ	330030	Barra do Piraí	22	1.115,40	21.192,60	24.288,73
RJ	330040	Barra Mansa	0	0,00	0,00	83.960,33
RJ	330045	Belford Roxo	159	8.061,30	153.164,70	115.682,70
RJ	330050	Bom Jardim	7	354,90	6.743,10	6.198,73
RJ	330060	Bom Jesus do Itabapoana	1	50,70	963,30	15.868,43
RJ	330070	Cabo Frio	1	50,70	963,30	99.850,70
RJ	330080	Cachoeiras de Macacu	0	0,00	0,00	26.622,40
RJ	330090	Cambuci	1	50,70	963,30	6.106,93
RJ	330093	Carapebus	2	101,40	1.926,60	5.338,46
RJ	330095	Comendador Levy Gasparian	4	202,80	3.853,20	1.945,07
RJ	330100	Campos dos Goytacazes	195	9.886,50	187.843,50	114.400,53
RJ	330110	Cantagalo	8	405,60	7.706,40	4.627,00
RJ	330115	Cardoso Moreira	5	253,50	4.816,50	2.940,23
RJ	330120	Carmo	0	0,00	0,00	8.523,20
RJ	330130	Casimiro de Abreu	3	152,10	2.889,90	16.709,63
RJ	330140	Conceição de Macabu	10	507,00	9.633,00	5.240,90
RJ	330150	Cordeiro	11	557,70	10.596,30	4.958,33
RJ	330160	Duas Barras	2	101,40	1.926,60	3.285,60
RJ	330170	Duque de Caxias	0	0,00	0,00	415.798,60
RJ	330180	Engenheiro Paulo de Frontin	6	304,20	5.779,80	3.179,40
RJ	330185	Guapimirim	27	1.368,90	26.009,10	13.514,90
RJ	330187	Iguaba Grande	13	659,10	12.522,90	6.285,07
RJ	330190	Itaboraí	109	5.526,30	104.999,70	54.225,27
RJ	330200	Itaguaí	0	0,00	0,00	57.105,53
RJ	330205	Italva	5	253,50	4.816,50	3.435,37
RJ	330210	Itaocara	0	0,00	0,00	10.679,20
RJ	330220	Itaperuna	42	2.129,40	40.458,60	23.332,63
RJ	330225	Itatiaia	0	0,00	0,00	14.748,86
RJ	330227	Japeri	35	1.774,50	33.715,50	23.621,97
RJ	330230	Laje do Muriaé	4	202,80	3.853,20	1.732,27
RJ	330240	Macaé	107	5.424,90	103.073,10	56.965,77
RJ	330245	Macuco	3	152,10	2.889,90	1.267,93
RJ	330250	Magé	0	0,00	0,00	110.796,00
RJ	330260	Mangaratiba	0	0,00	0,00	19.793,66
RJ	330270	Maricá	0	0,00	0,00	71.403,73
RJ	330280	Mendes	11	557,70	10.596,30	4.228,70
RJ	330285	Mesquita	17	861,90	16.376,10	63.554,56
RJ	330290	Miguel Pereira	13	659,10	12.522,90	5.803,23
RJ	330300	Miracema	13	659,10	12.522,90	6.255,67
RJ	330310	Natividade	1	50,70	963,30	6.072,16
RJ	330320	Nilópolis	0	0,00	0,00	73.886,86
RJ	330330	Niterói	0	0,00	0,00	232.879,73
RJ	330340	Nova Friburgo	33	1.673,10	31.788,90	54.722,23
RJ	330350	Nova Iguaçu	191	9.683,70	183.990,30	192.839,30
RJ	330360	Paracambi	0	0,00	0,00	23.541,93
RJ	330370	Paraíba do Sul	19	963,30	18.302,70	10.015,13

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800110

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RJ	330380	Paraty	1	50,70	963,30	18.381,90
RJ	330385	Paty do Alferes	7	354,90	6.743,10	6.297,90
RJ	330390	Petrópolis	53	2.687,10	51.054,90	88.121,43
RJ	330395	Pinheiral	0	0,00	0,00	11.331,60
RJ	330400	Piraí	11	557,70	10.596,30	6.585,13
RJ	330410	Porciúncula	8	405,60	7.706,40	4.313,04
RJ	330411	Porto Real	9	456,30	8.669,70	4.393,43
RJ	330412	Quatis	5	253,50	4.816,50	3.216,50
RJ	330414	Queimados	0	0,00	0,00	67.846,80
RJ	330415	Quissamã	7	354,90	6.743,10	5.491,50
RJ	330420	Resende	57	2.889,90	54.908,10	29.615,37
RJ	330430	Rio Bonito	0	0,00	0,00	27.193,60
RJ	330440	Rio Claro	8	405,60	7.706,40	4.197,20
RJ	330450	Rio das Flores	0	0,00	0,00	4.192,53
RJ	330452	Rio das Ostras	0	0,00	0,00	65.854,60
RJ	330455	Rio de Janeiro	2.030	102.921,00	1.955.499,00	1.521.395,40
RJ	330460	Santa Maria Madalena	2	101,40	1.926,60	2.879,13
RJ	330470	Santo Antônio de Pádua	18	912,60	17.339,40	9.639,47
RJ	330475	São Francisco de Itabapoana	7	354,90	6.743,10	14.362,71
RJ	330480	São Fidélis	0	0,00	0,00	19.272,71
RJ	330490	São Gonçalo	0	0,00	0,00	489.918,80
RJ	330500	São João da Barra	15	760,50	14.449,50	8.207,27
RJ	330510	São João de Meriti	0	0,00	0,00	215.039,53
RJ	330513	São José de Ubá	3	152,10	2.889,90	1.681,40
RJ	330515	São José do Vale do Rio Preto	0	0,00	0,00	9.853,20
RJ	330520	São Pedro da Aldeia	45	2.281,50	43.348,50	23.311,40
RJ	330530	São Sebastião do Alto	0	0,00	0,00	4.243,86
RJ	330540	Sapucaia	7	354,90	6.743,10	4.146,11
RJ	330550	Saquarema	38	1.926,60	36.605,40	19.874,17
RJ	330555	Seropédica	0	0,00	0,00	39.394,13
RJ	330560	Silva Jardim	9	456,30	8.669,70	4.985,40
RJ	330570	Sumidouro	4	202,80	3.853,20	3.544,57
RJ	330575	Tanguá	16	811,20	15.412,80	7.693,00
RJ	330580	Teresópolis	5	253,50	4.816,50	77.344,83
RJ	330590	Trajano de Moraes	4	202,80	3.853,20	2.415,47
RJ	330600	Três Rios	37	1.875,90	35.642,10	18.527,13
RJ	330610	Valença	0	0,00	0,00	34.643,93
RJ	330615	Varre-Sai	3	152,10	2.889,90	2.472,63
RJ	330620	Vassouras	13	659,10	12.522,90	8.345,87
RJ	330630	Volta Redonda	36	1.825,20	34.678,80	89.081,66
		Total	3.576	181.303,20	3.444.760,80	6.660.949,98

ANEXO XX

UF	IBGE	Município	Nº ACE ELEGIVEIS	Incentivo (R$)	AFC (R$)	PFVS Mensal (R$)
RN	240000	SES/RN	0	0,00	0,00	381.399,13
RN	240010	Acari	5	253,50	4.816,50	2.653,38
RN	240020	Açu	27	1.368,90	26.009,10	13.357,85
RN	240030	Afonso Bezerra	1	50,70	963,30	4.184,41
RN	240040	Água Nova	0	0,00	0,00	1.496,88
RN	240050	Alexandria	5	253,50	4.816,50	3.186,16
RN	240060	Almino Afonso	2	101,40	1.926,60	1.135,29
RN	240070	Alto do Rodrigues	5	253,50	4.816,50	3.297,96
RN	240080	Angicos	6	304,20	5.779,80	2.734,11
RN	240090	Antônio Martins	0	0,00	0,00	3.322,98
RN	240100	Apodi	12	608,40	11.559,60	8.339,16
RN	240110	Areia Branca	10	507,00	9.633,00	6.290,81
RN	240120	Arês	4	202,80	3.853,20	3.284,65
RN	240130	Augusto Severo	3	152,10	2.889,90	2.242,57
RN	240140	Baía Formosa	4	202,80	3.853,20	2.137,19
RN	240145	Baraúna	1	50,70	963,30	11.932,39
RN	240150	Barcelona	2	101,40	1.926,60	933,72
RN	240160	Bento Fernandes	3	152,10	2.889,90	1.268,91
RN	240165	Bodó	2	101,40	1.926,60	553,76
RN	240170	Bom Jesus	4	202,80	3.853,20	2.354,15
RN	240180	Brejinho	2	101,40	1.926,60	3.914,00
RN	240185	Caiçara do Norte	0	0,00	0,00	3.041,52
RN	240190	Caiçara do Rio do Vento	2	101,40	1.926,60	844,87
RN	240200	Caicó	36	1.825,20	34.678,80	15.662,63
RN	240210	Campo Redondo	4	202,80	3.853,20	2.581,44
RN	240220	Canguaretama	11	557,70	10.596,30	7.867,13
RN	240230	Caraúbas	8	405,60	7.706,40	5.028,16
RN	240240	Carnaúba dos Dantas	4	202,80	3.853,20	1.879,83
RN	240250	Carnaubais	0	0,00	0,00	4.940,63
RN	240260	Ceará-Mirim	20	1.014,00	19.266,00	16.923,73
RN	240270	Cerro Corá	4	202,80	3.853,20	2.604,39
RN	240280	Coronel Ezequiel	3	152,10	2.889,90	1.284,06
RN	240290	Coronel João Pessoa	2	101,40	1.926,60	1.143,33
RN	240300	Cruzeta	4	202,80	3.853,20	1.878,45
RN	240310	Currais Novos	25	1.267,50	24.082,50	10.383,60
RN	240320	Doutor Severiano	2	101,40	1.926,60	1.650,70
RN	240325	Parnamirim	131	6.641,70	126.192,30	58.370,81
RN	240330	Encanto	0	0,00	0,00	2.601,63
RN	240340	Equador	4	202,80	3.853,20	1.404,82
RN	240350	Espírito Santo	3	152,10	2.889,90	2.468,71
RN	240360	Extremoz	15	760,50	14.449,50	6.492,52
RN	240370	Felipe Guerra	0	0,00	0,00	2.778,87
RN	240375	Fernando Pedroza	2	101,40	1.926,60	705,28
RN	240380	Florânia	4	202,80	3.853,20	2.126,40
RN	240390	Francisco Dantas	2	101,40	1.926,60	672,45

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800111

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RN	240400	Frutuoso Gomes	0	0,00	0,00	1.965,23
RN	240410	Galinhos	1	50,70	963,30	623,32
RN	240420	Goianinha	7	354,90	6.743,10	5.984,78
RN	240430	Governador Dix-Sept Rosado	0	0,00	0,00	6.041,25
RN	240440	Grossos	4	202,80	3.853,20	2.384,45
RN	240450	Guamaré	4	202,80	3.853,20	3.514,69
RN	240460	Ielmo Marinho	4	202,80	3.853,20	3.148,51
RN	240470	Ipanguaçu	4	202,80	3.853,20	3.550,28
RN	240480	Ipueira	2	101,40	1.926,60	516,79
RN	240485	Itajá	0	0,00	0,00	3.476,35
RN	240490	Itaú	2	101,40	1.926,60	1.361,43
RN	240500	Jaçanã	4	202,80	3.853,20	2.081,86
RN	240510	Jandaíra	0	0,00	0,00	3.285,36
RN	240520	Janduís	3	152,10	2.889,90	1.251,92
RN	240530	Januário Cicco	1	50,70	963,30	3.672,44
RN	240540	Japi	0	0,00	0,00	2.520,82
RN	240550	Jardim de Angicos	1	50,70	963,30	614,37
RN	240560	Jardim de Piranhas	5	253,50	4.816,50	3.411,15
RN	240570	Jardim do Seridó	6	304,20	5.779,80	2.887,93
RN	240580	João Câmara	0	0,00	0,00	16.110,78
RN	240590	João Dias	1	50,70	963,30	618,73
RN	240600	José da Penha	3	152,10	2.889,90	1.388,98
RN	240610	Jucurutu	6	304,20	5.779,80	4.254,18
RN	240615	Jundiá	2	101,40	1.926,60	897,67
RN	240620	Lagoa d"Anta	3	152,10	2.889,90	1.559,56
RN	240630	Lagoa de Pedras	3	152,10	2.889,90	1.740,01
RN	240640	Lagoa de Velhos	2	101,40	1.926,60	636,18
RN	240650	Lagoa Nova	4	202,80	3.853,20	3.579,20
RN	240660	Lagoa Salgada	3	152,10	2.889,90	1.898,42
RN	240670	Lajes	4	202,80	3.853,20	2.597,97
RN	240680	Lajes Pintadas	2	101,40	1.926,60	1.107,05
RN	240690	Lucrécia	2	101,40	1.926,60	918,79
RN	240700	Luís Gomes	3	152,10	2.889,90	2.344,28
RN	240710	Macaíba	21	1.064,70	20.229,30	18.340,44
RN	240720	Macau	10	507,00	9.633,00	7.314,30
RN	240725	Major Sales	0	0,00	0,00	1.837,58
RN	240730	Marcelino Vieira	4	202,80	3.853,20	1.952,84
RN	240740	Martins	3	152,10	2.889,90	2.018,73
RN	240750	Maxaranguape	3	152,10	2.889,90	2.806,20
RN	240760	Messias Targino	3	152,10	2.889,90	1.057,92
RN	240770	Montanhas	4	202,80	3.853,20	2.673,27
RN	240780	Monte Alegre	6	304,20	5.779,80	5.156,90
RN	240790	Monte das Gameleiras	0	0,00	0,00	1.038,17
RN	240800	Mossoró	146	7.402,20	140.641,80	67.869,20
RN	240810	Natal	451	22.865,70	434.448,30	202.853,75
RN	240820	Nísia Floresta	7	354,90	6.743,10	6.284,16
RN	240830	Nova Cruz	13	659,10	12.522,90	8.654,14
RN	240840	Olho-d"Água do Borges	2	101,40	1.926,60	1.008,10
RN	240850	Ouro Branco	2	101,40	1.926,60	1.120,83
RN	240860	Paraná	0	0,00	0,00	1.963,39
RN	240870	Paraú	1	50,70	963,30	900,89
RN	240880	Parazinho	2	101,40	1.926,60	1.209,97
RN	240890	Parelhas	12	608,40	11.559,60	4.974,84
RN	240895	Rio do Fogo	4	202,80	3.853,20	2.502,69
RN	240910	Passa e Fica	3	152,10	2.889,90	3.124,72
RN	240920	Passagem	0	0,00	0,00	1.427,54
RN	240930	Patu	0	0,00	0,00	5.897,53
RN	240933	Santa Maria	0	0,00	0,00	2.525,41
RN	240940	Pau dos Ferros	14	709,80	13.486,20	6.991,27
RN	240950	Pedra Grande	0	0,00	0,00	1.609,37
RN	240960	Pedra Preta	0	0,00	0,00	1.197,04
RN	240970	Pedro Avelino	3	152,10	2.889,90	1.649,79
RN	240980	Pedro Velho	0	0,00	0,00	6.866,37
RN	240990	Pendências	1	50,70	963,30	5.962,31
RN	241000	Pilões	2	101,40	1.926,60	880,68
RN	241010	Poço Branco	4	202,80	3.853,20	3.539,72
RN	241020	Portalegre	3	152,10	2.889,90	1.815,77
RN	241025	Porto do Mangue	3	152,10	2.889,90	1.558,64
RN	241030	Serra Caiada	3	152,10	2.889,90	2.318,56
RN	241040	Pureza	0	0,00	0,00	4.393,30
RN	241050	Rafael Fernandes	2	101,40	1.926,60	1.174,32
RN	241060	Rafael Godeiro	0	0,00	0,00	1.484,94
RN	241070	Riacho da Cruz	2	101,40	1.926,60	818,69
RN	241080	Riacho de Santana	2	101,40	1.926,60	982,62
RN	241090	Riachuelo	2	101,40	1.926,60	1.853,89
RN	241100	Rodolfo Fernandes	2	101,40	1.926,60	1.044,37
RN	241105	Tibau	0	0,00	0,00	1.882,58
RN	241110	Ruy Barbosa	2	101,40	1.926,60	846,93
RN	241120	Santa Cruz	19	963,30	18.302,70	9.106,88
RN	241140	Santana do Matos	0	0,00	0,00	6.321,80
RN	241142	Santana do Seridó	2	101,40	1.926,60	620,10
RN	241150	Santo Antônio	4	202,80	3.853,20	7.267,81
RN	241160	São Bento do Norte	0	0,00	0,00	1.362,34
RN	241170	São Bento do Trairí	2	101,40	1.926,60	1.015,91
RN	241180	São Fernando	2	101,40	1.926,60	830,40
RN	241190	São Francisco do Oeste	2	101,40	1.926,60	972,97
RN	241200	São Gonçalo do Amarante	54	2.737,80	52.018,20	23.258,58
RN	241210	São João do Sabugi	3	152,10	2.889,90	1.437,19
RN	241220	São José de Mipibu	13	659,10	12.522,90	10.100,52

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800112

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RN	241230	São José do Campestre	5	253,50	4.816,50	2.986,19
RN	241240	São José do Seridó	2	101,40	1.926,60	1.065,96
RN	241250	São Miguel	9	456,30	8.669,70	5.420,46
RN	241255	São Miguel do Gostoso	3	152,10	2.889,90	2.205,38
RN	241260	São Paulo do Potengi	7	354,90	6.743,10	4.034,24
RN	241270	São Pedro	3	152,10	2.889,90	1.445,46
RN	241280	São Rafael	4	202,80	3.853,20	1.917,25
RN	241290	São Tomé	4	202,80	3.853,20	2.576,61
RN	241300	São Vicente	3	152,10	2.889,90	1.485,17
RN	241310	Senador Elói de Souza	3	152,10	2.889,90	1.420,66
RN	241320	Senador Georgino Avelino	2	101,40	1.926,60	1.015,45
RN	241330	Serra de São Bento	3	152,10	2.889,90	1.353,62
RN	241335	Serra do Mel	4	202,80	3.853,20	2.717,81
RN	241340	Serra Negra do Norte	3	152,10	2.889,90	1.876,84
RN	241350	Serrinha	3	152,10	2.889,90	1.519,84
RN	241355	Serrinha dos Pintos	1	50,70	963,30	1.259,52
RN	241360	Severiano Melo	2	101,40	1.926,60	1.508,81
RN	241370	Sítio Novo	3	152,10	2.889,90	1.269,14
RN	241380	Taboleiro Grande	2	101,40	1.926,60	589,11
RN	241390	Taipu	4	202,80	3.853,20	2.853,26
RN	241400	Tangará	6	304,20	5.779,80	3.642,57
RN	241410	Tenente Ananias	2	101,40	1.926,60	3.038,82
RN	241415	Tenente Laurentino Cruz	3	152,10	2.889,90	1.396,98
RN	241420	Tibau do Sul	4	202,80	3.853,20	3.190,06
RN	241430	Timbaúba dos Batistas	0	0,00	0,00	1.118,98
RN	241440	Touros	0	0,00	0,00	15.631,41
RN	241445	Triunfo Potiguar	0	0,00	0,00	1.563,92
RN	241450	Umarizal	0	0,00	0,00	5.001,70
RN	241460	Upanema	0	0,00	0,00	7.274,74
RN	241470	Várzea	3	152,10	2.889,90	1.275,11
RN	241475	Venha-Ver	2	101,40	1.926,60	961,27
RN	241480	Vera Cruz	4	202,80	3.853,20	2.840,18
RN	241490	Viçosa	2	101,40	1.926,60	397,41
RN	241500	Vila Flor	2	101,40	1.926,60	728,47
		Total	1.411	71.537,70	1.359.216,30	1.263.561,72

ANEXO XXI

UF	IBGE	Município	Nº ACE ELEGIVEIS	Incentivo (R$)	AFC (R$)	PFVS Mensal (R$)
RO	110000	SES/RO	0	0,00	0,00	238.118,37
RO	110001	Alta Floresta D"Oeste	0	0,00	0,00	15.008,00
RO	110002	Ariquemes	1	50,70	963,30	61.654,61
RO	110003	Cabixi	2	101,40	1.926,60	4.568,40
RO	110004	Cacoal	0	0,00	0,00	51.629,08
RO	110005	Cerejeiras	4	202,80	3.853,20	6.670,71
RO	110006	Colorado do Oeste	1	50,70	963,30	10.230,86
RO	110007	Corumbiara	3	152,10	2.889,90	6.146,10
RO	110008	Costa Marques	1	50,70	963,30	14.986,70
RO	110009	Espigão D"Oeste	8	405,60	7.706,40	11.561,10
RO	110010	Guajará-Mirim	11	557,70	10.596,30	31.239,66
RO	110011	Jaru	5	253,50	4.816,50	27.774,91
RO	110012	Ji-Paraná	37	1.875,90	35.642,10	41.746,98
RO	110013	Machadinho D"Oeste	6	304,20	5.779,80	28.260,46
RO	110014	Nova Brasilândia D"Oeste	3	152,10	2.889,90	9.795,85
RO	110015	Ouro Preto do Oeste	0	0,00	0,00	23.391,08
RO	110018	Pimenta Bueno	17	861,90	16.376,10	11.098,21
RO	110020	Porto Velho	136	6.895,20	131.008,80	267.837,94
RO	110025	Presidente Médici	0	0,00	0,00	13.426,58
RO	110026	Rio Crespo	6	304,20	5.779,80	2.269,71
RO	110028	Rolim de Moura	3	152,10	2.889,90	30.403,26
RO	110029	Santa Luzia D"Oeste	3	152,10	2.889,90	5.997,10
RO	110030	Vilhena	0	0,00	0,00	55.784,16
RO	110032	São Miguel do Guaporé	0	0,00	0,00	14.105,58
RO	110033	Nova Mamoré	7	354,90	6.743,10	18.729,13
RO	110034	Alvorada D"Oeste	0	0,00	0,00	10.149,41
RO	110037	Alto Alegre dos Parecis	4	202,80	3.853,20	9.021,38
RO	110040	Alto Paraíso	5	253,50	4.816,50	13.624,44
RO	110045	Buritis	11	557,70	10.596,30	28.447,70
RO	110050	Novo Horizonte do Oeste	0	0,00	0,00	10.515,00
RO	110060	Cacaulândia	0	0,00	0,00	6.460,00
RO	110070	Campo Novo de Rondônia	6	304,20	5.779,80	8.704,20
RO	110080	Candeias do Jamari	21	1.064,70	20.229,30	11.138,10
RO	110090	Castanheiras	0	0,00	0,00	4.241,44
RO	110092	Chupinguaia	0	0,00	0,00	10.593,00
RO	110094	Cujubim	0	0,00	0,00	19.787,24

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800113

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RO	110100	Governador Jorge Teixeira	0	0,00	0,00	10.534,00
RO	110110	Itapuã do Oeste	5	253,50	4.816,50	5.493,50
RO	110120	Ministro Andreazza	4	202,80	3.853,20	7.045,80
RO	110130	Mirante da Serra	0	0,00	0,00	12.469,00
RO	110140	Monte Negro	0	0,00	0,00	14.270,65
RO	110143	Nova União	0	0,00	0,00	7.883,00
RO	110145	Parecis	1	50,70	963,30	4.242,06
RO	110146	Pimenteiras do Oeste	1	50,70	963,30	3.311,77
RO	110147	Primavera de Rondônia	2	101,40	1.926,60	2.297,71
RO	110148	São Felipe D"Oeste	1	50,70	963,30	5.255,70
RO	110149	São Francisco do Guaporé	4	202,80	3.853,20	15.840,80
RO	110150	Seringueiras	0	0,00	0,00	12.653,00
RO	110155	Teixeirópolis	2	101,40	1.926,60	2.552,26
RO	110160	Theobroma	4	202,80	3.853,20	7.496,80
RO	110170	Urupá	0	0,00	0,00	12.366,75
RO	110175	Vale do Anari	8	405,60	7.706,40	5.574,50
RO	110180	Vale do Paraíso	0	0,00	0,00	8.425,00
		Total	333	16.883,10	320.778,90	1.272.828,75

ANEXO XXII

UF	IBGE	Município	Nº ACE ELEGIVEIS	Incentivo (R$)	AFC (R$)	PFVS Mensal (R$)
RR	140000	SES/RR	0	0,00	0,00	49.038,05
RR	140002	Amajari	5	253,50	4.816,50	8.140,33
RR	140005	Alto Alegre	19	963,30	18.302,70	11.280,56
RR	140010	Boa Vista	152	7.706,40	146.421,60	153.724,47
RR	140015	Bonfim	14	709,80	13.486,20	9.182,72
RR	140017	Cantá	22	1.115,40	21.192,60	8.438,50
RR	140020	Caracaraí	16	811,20	15.412,80	12.631,58
RR	140023	Caroebe	1	50,70	963,30	8.529,70
RR	140028	Iracema	0	0,00	0,00	15.148,30
RR	140030	Mucajaí	7	354,90	6.743,10	18.956,20
RR	140040	Normandia	4	202,80	3.853,20	6.673,80
RR	140045	Pacaraima	8	405,60	7.706,40	9.432,97
RR	140047	Rorainópolis	26	1.318,20	25.045,80	20.138,46
RR	140050	São João da Baliza	7	354,90	6.743,10	4.479,53
RR	140060	São Luiz	2	101,40	1.926,60	5.670,40
RR	140070	Uiramutã	3	152,10	2.889,90	6.946,10
		Total	286	14.500,20	275.503,80	348.411,67

ANEXO XXIII

UF	IBGE	Município	Nº ACE ELEGIVEIS	Incentivo (R$)	AFC (R$)	PFVS Mensal (R$)
RS	430000	SES/RS	0	0,00	0,00	687.500,87
RS	430003	Aceguá	1	50,70	963,30	1.685,47
RS	430005	Água Santa	0	0,00	0,00	1.508,00
RS	430010	Agudo	0	0,00	0,00	3.693,01
RS	430020	Ajuricaba	2	101,40	1.926,60	1.307,24
RS	430030	Alecrim	2	101,40	1.926,60	1.132,74
RS	430040	Alegrete	5	253,50	4.816,50	14.347,90
RS	430045	Alegria	2	101,40	1.926,60	727,93
RS	430047	Almirante Tamandaré do Sul	1	50,70	963,30	732,27
RS	430050	Alpestre	1	50,70	963,30	947,99
RS	430055	Alto Alegre	0	0,00	0,00	1.459,43
RS	430057	Alto Feliz	0	0,00	0,00	1.484,74
RS	430060	Alvorada	24	1.216,80	23.119,20	42.109,98
RS	430063	Amaral Ferrador	0	0,00	0,00	1.596,61
RS	430064	Ametista do Sul	0	0,00	0,00	1.785,12
RS	430066	André da Rocha	1	50,70	963,30	756,95
RS	430070	Anta Gorda	0	0,00	0,00	1.514,97
RS	430080	Antônio Prado	1	50,70	963,30	2.245,68
RS	430085	Arambaré	2	101,40	1.926,60	732,55
RS	430087	Araricá	0	0,00	0,00	2.777,10
RS	430090	Aratiba	3	152,10	2.889,90	1.261,44
RS	430100	Arroio do Meio	2	101,40	1.926,60	2.316,92
RS	430105	Arroio do Sal	1	50,70	963,30	2.443,91
RS	430107	Arroio do Padre	0	0,00	0,00	1.503,28
RS	430110	Arroio dos Ratos	0	0,00	0,00	3.939,34
RS	430120	Arroio do Tigre	0	0,00	0,00	3.143,28
RS	430130	Arroio Grande	0	0,00	0,00	4.070,47
RS	430140	Arvorezinha	2	101,40	1.926,60	1.143,53
RS	430150	Augusto Pestana	2	101,40	1.926,60	798,40
RS	430155	Áurea	1	50,70	963,30	732,33
RS	430160	Bagé	31	1.571,70	29.862,30	13.900,35
RS	430163	Balneário Pinhal	2	101,40	1.926,60	1.800,94
RS	430165	Barão	0	0,00	0,00	1.497,82
RS	430170	Barão de Cotegipe	1	50,70	963,30	1.633,33
RS	430175	Barão do Triunfo	0	0,00	0,00	1.592,36
RS	430180	Barracão	1	50,70	963,30	734,15
RS	430185	Barra do Guarita	0	0,00	0,00	1.500,67
RS	430187	Barra do Quaraí	2	101,40	1.926,60	1.133,48
RS	430190	Barra do Ribeiro	1	50,70	963,30	2.341,22
RS	430192	Barra do Rio Azul	1	50,70	963,30	737,35
RS	430195	Barra Funda	1	50,70	963,30	750,97
RS	430200	Barros Cassal	1	50,70	963,30	1.615,54
RS	430205	Benjamin Constant do Sul	0	0,00	0,00	1.551,27
RS	430210	Bento Gonçalves	0	0,00	0,00	25.119,82
RS	430215	Boa Vista das Missões	0	0,00	0,00	1.475,77
RS	430220	Boa Vista do Buricá	3	152,10	2.889,90	1.443,74
RS	430222	Boa Vista do Cadeado	0	0,00	0,00	1.471,16
RS	430223	Boa Vista do Incra	0	0,00	0,00	1.502,28

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800114

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RS	430225	Boa Vista do Sul	0	0,00	0,00	1.505,90
RS	430230	Bom Jesus	0	0,00	0,00	2.956,45
RS	430235	Bom Princípio	0	0,00	0,00	3.295,29
RS	430237	Bom Progresso	0	0,00	0,00	2.281,43
RS	430240	Bom Retiro do Sul	0	0,00	0,00	2.585,08
RS	430245	Boqueirão do Leão	0	0,00	0,00	1.762,21
RS	430250	Bossoroca	2	101,40	1.926,60	1.330,00
RS	430258	Bozano	0	0,00	0,00	1.464,27
RS	430260	Braga	1	50,70	963,30	730,60
RS	430265	Brochier	1	50,70	963,30	751,13
RS	430270	Butiá	0	0,00	0,00	4.473,75
RS	430280	Caçapava do Sul	0	0,00	0,00	7.336,90
RS	430290	Cacequi	4	202,80	3.853,20	1.546,80
RS	430300	Cachoeira do Sul	5	253,50	4.816,50	14.017,53
RS	430310	Cachoeirinha	5	253,50	4.816,50	28.771,74
RS	430320	Cacique Doble	1	50,70	963,30	760,39
RS	430330	Caibaté	0	0,00	0,00	2.458,99
RS	430340	Caiçara	1	50,70	963,30	732,64
RS	430350	Camaquã	1	50,70	963,30	12.895,27
RS	430355	Camargo	2	101,40	1.926,60	757,98
RS	430360	Cambará do Sul	0	0,00	0,00	1.574,97
RS	430367	Campestre da Serra	0	0,00	0,00	1.486,36
RS	430370	Campina das Missões	1	50,70	963,30	2.834,97
RS	430380	Campinas do Sul	2	101,40	1.926,60	1.261,41
RS	430390	Campo Bom	3	152,10	2.889,90	14.204,12
RS	430400	Campo Novo	0	0,00	0,00	2.415,41
RS	430410	Campos Borges	0	0,00	0,00	1.463,75
RS	430420	Candelária	0	0,00	0,00	6.702,42
RS	430430	Cândido Godói	3	152,10	2.889,90	753,26
RS	430435	Candiota	0	0,00	0,00	3.035,75
RS	430440	Canela	0	0,00	0,00	9.341,03
RS	430450	Canguçu	3	152,10	2.889,90	9.453,91
RS	430460	Canoas	15	760,50	14.449,50	93.762,98
RS	430461	Canudos do Vale	0	0,00	0,00	1.463,86
RS	430462	Capão Bonito do Sul	0	0,00	0,00	1.462,81
RS	430463	Capão da Canoa	5	253,50	4.816,50	5.191,81
RS	430465	Capão do Cipó	0	0,00	0,00	1.536,01
RS	430466	Capão do Leão	0	0,00	0,00	5.434,79
RS	430467	Capivari do Sul	1	50,70	963,30	2.006,72
RS	430468	Capela de Santana	3	152,10	2.889,90	1.659,77
RS	430469	Capitão	0	0,00	0,00	1.487,92
RS	430470	Carazinho	9	456,30	8.669,70	6.648,46
RS	430471	Caraá	0	0,00	0,00	1.724,19
RS	430480	Carlos Barbosa	2	101,40	1.926,60	3.984,23
RS	430485	Carlos Gomes	0	0,00	0,00	1.458,43
RS	430490	Casca	3	152,10	2.889,90	1.396,84
RS	430495	Caseiros	0	0,00	0,00	1.497,54
RS	430500	Catuípe	1	50,70	963,30	1.789,60
RS	430510	Caxias do Sul	64	3.244,80	61.651,20	51.555,62
RS	430511	Centenário	1	50,70	963,30	732,59
RS	430512	Cerrito	0	0,00	0,00	2.600,40
RS	430513	Cerro Branco	2	101,40	1.926,60	745,94
RS	430515	Cerro Grande	1	50,70	963,30	731,94
RS	430517	Cerro Grande do Sul	0	0,00	0,00	2.382,55
RS	430520	Cerro Largo	2	101,40	1.926,60	1.589,23
RS	430530	Chapada	0	0,00	0,00	2.774,45
RS	430535	Charqueadas	0	0,00	0,00	10.243,40
RS	430537	Charrua	1	50,70	963,30	759,02
RS	430540	Chiapetta	0	0,00	0,00	2.415,88
RS	430543	Chuí	0	0,00	0,00	2.239,10
RS	430544	Chuvisca	0	0,00	0,00	1.510,53
RS	430545	Cidreira	2	101,40	1.926,60	1.892,42
RS	430550	Ciríaco	1	50,70	963,30	732,70
RS	430558	Colinas	0	0,00	0,00	1.469,30
RS	430560	Colorado	1	50,70	963,30	730,11
RS	430570	Condor	1	50,70	963,30	1.700,29
RS	430580	Constantina	2	101,40	1.926,60	1.427,98
RS	430583	Coqueiro Baixo	0	0,00	0,00	1.465,14
RS	430585	Coqueiros do Sul	1	50,70	963,30	731,64
RS	430587	Coronel Barros	2	101,40	1.926,60	738,51
RS	430590	Coronel Bicaco	3	152,10	2.889,90	1.304,27
RS	430593	Coronel Pilar	0	0,00	0,00	1.529,65
RS	430595	Cotiporã	1	50,70	963,30	733,01
RS	430597	Coxilha	0	0,00	0,00	1.465,91
RS	430600	Crissiumal	3	152,10	2.889,90	1.677,03
RS	430605	Cristal	0	0,00	0,00	2.817,65
RS	430607	Cristal do Sul	0	0,00	0,00	1.469,17
RS	430610	Cruz Alta	10	507,00	9.633,00	6.999,90
RS	430613	Cruzaltense	0	0,00	0,00	1.457,54
RS	430620	Cruzeiro do Sul	0	0,00	0,00	2.795,86
RS	430630	David Canabarro	0	0,00	0,00	1.470,64
RS	430632	Derrubadas	0	0,00	0,00	2.146,37
RS	430635	Dezesseis de Novembro	2	101,40	1.926,60	728,56
RS	430637	Dilermando de Aguiar	0	0,00	0,00	1.465,96
RS	430640	Dois Irmãos	2	101,40	1.926,60	6.171,69
RS	430642	Dois Irmãos das Missões	2	101,40	1.926,60	731,70
RS	430645	Dois Lajeados	0	0,00	0,00	1.483,20
RS	430650	Dom Feliciano	1	50,70	963,30	2.417,75
RS	430655	Dom Pedro de Alcântara	1	50,70	963,30	733,43

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800115

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RS	430660	Dom Pedrito	0	0,00	0,00	8.661,25
RS	430670	Dona Francisca	0	0,00	0,00	1.459,87
RS	430673	Doutor Maurício Cardoso	2	101,40	1.926,60	1.077,92
RS	430675	Doutor Ricardo	0	0,00	0,00	1.465,79
RS	430676	Eldorado do Sul	0	0,00	0,00	10.159,66
RS	430680	Encantado	1	50,70	963,30	3.644,81
RS	430690	Encruzilhada do Sul	3	152,10	2.889,90	2.793,08
RS	430692	Engenho Velho	1	50,70	963,30	750,33
RS	430693	Entre-Ijuís	3	152,10	2.889,90	1.378,23
RS	430695	Entre Rios do Sul	0	0,00	0,00	1.461,65
RS	430697	Erebango	1	50,70	963,30	742,59
RS	430700	Erechim	35	1.774,50	33.715,50	10.934,23
RS	430705	Ernestina	0	0,00	0,00	1.477,19
RS	430710	Herval	2	101,40	1.926,60	1.104,15
RS	430720	Erval Grande	1	50,70	963,30	733,27
RS	430730	Erval Seco	1	50,70	963,30	1.642,35
RS	430740	Esmeralda	0	0,00	0,00	1.482,31
RS	430745	Esperança do Sul	1	50,70	963,30	1.183,39
RS	430750	Espumoso	2	101,40	1.926,60	1.689,34
RS	430755	Estação	1	50,70	963,30	1.653,31
RS	430760	Estância Velha	0	0,00	0,00	12.684,92
RS	430770	Esteio	0	0,00	0,00	22.544,65
RS	430780	Estrela	1	50,70	963,30	5.916,90
RS	430781	Estrela Velha	1	50,70	963,30	734,37
RS	430783	Eugênio de Castro	0	0,00	0,00	1.457,93
RS	430786	Fagundes Varela	0	0,00	0,00	1.494,20
RS	430790	Farroupilha	6	304,20	5.779,80	8.576,03
RS	430800	Faxinal do Soturno	1	50,70	963,30	1.720,24
RS	430805	Faxinalzinho	1	50,70	963,30	730,27
RS	430807	Fazenda Vilanova	0	0,00	0,00	1.581,56
RS	430810	Feliz	1	50,70	963,30	2.245,81
RS	430820	Flores da Cunha	3	152,10	2.889,90	3.219,96
RS	430825	Floriano Peixoto	0	0,00	0,00	1.458,29
RS	430830	Fontoura Xavier	0	0,00	0,00	2.441,00
RS	430840	Formigueiro	1	50,70	963,30	783,52
RS	430843	Forquetinha	0	0,00	0,00	1.464,95
RS	430845	Fortaleza dos Valos	0	0,00	0,00	1.463,67
RS	430850	Frederico Westphalen	3	152,10	2.889,90	3.755,86
RS	430860	Garibaldi	2	101,40	1.926,60	5.002,10
RS	430865	Garruchos	2	101,40	1.926,60	1.073,98
RS	430870	Gaurama	1	50,70	963,30	1.586,70
RS	430880	General Câmara	0	0,00	0,00	1.973,01
RS	430885	Gentil	1	50,70	963,30	777,84
RS	430890	Getúlio Vargas	2	101,40	1.926,60	1.765,81
RS	430900	Giruá	2	101,40	1.926,60	1.860,56
RS	430905	Glorinha	0	0,00	0,00	2.764,03
RS	430910	Gramado	5	253,50	4.816,50	3.792,72
RS	430912	Gramado dos Loureiros	0	0,00	0,00	1.462,01
RS	430915	Gramado Xavier	0	0,00	0,00	1.511,80
RS	430920	Gravataí	67	3.396,90	64.541,10	38.100,17
RS	430925	Guabiju	0	0,00	0,00	1.463,46
RS	430930	Guaíba	10	507,00	9.633,00	17.053,85
RS	430940	Guaporé	0	0,00	0,00	5.139,97
RS	430950	Guarani das Missões	0	0,00	0,00	3.973,41
RS	430955	Harmonia	0	0,00	0,00	1.523,88
RS	430957	Herveiras	1	50,70	963,30	737,53
RS	430960	Horizontina	9	456,30	8.669,70	2.106,97
RS	430965	Hulha Negra	0	0,00	0,00	1.536,64
RS	430970	Humaitá	2	101,40	1.926,60	1.201,50
RS	430975	Ibarama	1	50,70	963,30	734,67
RS	430980	Ibiaçá	1	50,70	963,30	734,40
RS	430990	Ibiraiaras	1	50,70	963,30	1.686,07
RS	430995	Ibirapuitã	0	0,00	0,00	1.466,09
RS	431000	Ibirubá	7	354,90	6.743,10	2.140,64
RS	431010	Igrejinha	4	202,80	3.853,20	3.811,45
RS	431020	Ijuí	35	1.774,50	33.715,50	8.799,87
RS	431030	Ilópolis	0	0,00	0,00	1.466,65
RS	431033	Imbé	8	405,60	7.706,40	2.126,42
RS	431036	Imigrante	1	50,70	963,30	740,34
RS	431040	Independência	3	152,10	2.889,90	1.283,19
RS	431041	Inhacorá	0	0,00	0,00	1.465,36
RS	431043	Ipê	0	0,00	0,00	1.564,10
RS	431046	Ipiranga do Sul	1	50,70	963,30	732,87
RS	431050	Iraí	0	0,00	0,00	2.643,97
RS	431053	Itaara	0	0,00	0,00	2.720,84
RS	431055	Itacurubi	1	50,70	963,30	734,48
RS	431057	Itapuca	0	0,00	0,00	1.460,20
RS	431060	Itaqui	5	253,50	4.816,50	4.792,78
RS	431065	Itati	0	0,00	0,00	1.463,37
RS	431070	Itatiba do Sul	0	0,00	0,00	1.454,03
RS	431075	Ivorá	0	0,00	0,00	1.460,46
RS	431080	Ivoti	0	0,00	0,00	5.928,68
RS	431085	Jaboticaba	0	0,00	0,00	1.462,98
RS	431087	Jacuizinho	0	0,00	0,00	1.495,62
RS	431090	Jacutinga	1	50,70	963,30	736,12
RS	431100	Jaguarão	0	0,00	0,00	6.911,73
RS	431110	Jaguari	1	50,70	963,30	1.967,63
RS	431112	Jaquirana	0	0,00	0,00	1.460,37
RS	431113	Jari	0	0,00	0,00	1.465,72

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800116

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RS	431115	Jóia	2	101,40	1.926,60	936,78
RS	431120	Júlio de Castilhos	3	152,10	2.889,90	2.176,71
RS	431123	Lagoa Bonita do Sul	1	50,70	963,30	755,54
RS	431125	Lagoão	1	50,70	963,30	789,49
RS	431127	Lagoa dos Três Cantos	1	50,70	963,30	734,60
RS	431130	Lagoa Vermelha	2	101,40	1.926,60	4.256,49
RS	431140	Lajeado	5	253,50	4.816,50	11.812,80
RS	431142	Lajeado do Bugre	1	50,70	963,30	739,58
RS	431150	Lavras do Sul	0	0,00	0,00	1.816,74
RS	431160	Liberato Salzano	0	0,00	0,00	1.488,83
RS	431162	Lindolfo Collor	0	0,00	0,00	1.535,09
RS	431164	Linha Nova	0	0,00	0,00	1.591,42
RS	431170	Machadinho	1	50,70	963,30	737,05
RS	431171	Maçambará	1	50,70	963,30	789,70
RS	431173	Mampituba	2	101,40	1.926,60	740,38
RS	431175	Manoel Viana	3	152,10	2.889,90	1.383,45
RS	431177	Maquiné	1	50,70	963,30	823,92
RS	431179	Maratá	1	50,70	963,30	748,96
RS	431180	Marau	17	861,90	16.376,10	4.241,22
RS	431190	Marcelino Ramos	0	0,00	0,00	1.466,85
RS	431198	Mariana Pimentel	0	0,00	0,00	1.478,75
RS	431200	Mariano Moro	0	0,00	0,00	1.461,17
RS	431205	Marques de Souza	0	0,00	0,00	1.468,94
RS	431210	Mata	1	50,70	963,30	1.539,06
RS	431213	Mato Castelhano	0	0,00	0,00	1.478,42
RS	431215	Mato Leitão	0	0,00	0,00	1.564,55
RS	431217	Mato Queimado	1	50,70	963,30	730,96
RS	431220	Maximiliano de Almeida	0	0,00	0,00	1.462,30
RS	431225	Minas do Leão	0	0,00	0,00	1.789,78
RS	431230	Miraguaí	0	0,00	0,00	1.466,95
RS	431235	Montauri	0	0,00	0,00	1.463,19
RS	431237	Monte Alegre dos Campos	0	0,00	0,00	1.484,06
RS	431238	Monte Belo do Sul	0	0,00	0,00	1.464,00
RS	431240	Montenegro	10	507,00	9.633,00	8.455,21
RS	431242	Mormaço	0	0,00	0,00	1.547,30
RS	431244	Morrinhos do Sul	1	50,70	963,30	731,44
RS	431245	Morro Redondo	0	0,00	0,00	2.652,27
RS	431247	Morro Reuter	0	0,00	0,00	1.518,02
RS	431250	Mostardas	0	0,00	0,00	3.166,30
RS	431260	Muçum	1	50,70	963,30	745,73
RS	431261	Muitos Capões	0	0,00	0,00	1.494,35
RS	431262	Muliterno	1	50,70	963,30	743,57
RS	431265	Não-Me-Toque	6	304,20	5.779,80	1.796,96
RS	431267	Nicolau Vergueiro	0	0,00	0,00	1.465,03
RS	431270	Nonoai	0	0,00	0,00	3.071,82
RS	431275	Nova Alvorada	1	50,70	963,30	768,24
RS	431280	Nova Araçá	0	0,00	0,00	1.562,76
RS	431290	Nova Bassano	1	50,70	963,30	2.026,13
RS	431295	Nova Boa Vista	0	0,00	0,00	1.461,44
RS	431300	Nova Bréscia	0	0,00	0,00	1.487,66
RS	431301	Nova Candelária	1	50,70	963,30	733,05
RS	431303	Nova Esperança do Sul	1	50,70	963,30	762,32
RS	431306	Nova Hartz	1	50,70	963,30	4.410,01
RS	431308	Nova Pádua	0	0,00	0,00	1.485,09
RS	431310	Nova Palma	1	50,70	963,30	776,22
RS	431320	Nova Petrópolis	5	253,50	4.816,50	2.153,88
RS	431330	Nova Prata	2	101,40	1.926,60	3.639,23
RS	431333	Nova Ramada	1	50,70	963,30	731,01
RS	431335	Nova Roma do Sul	0	0,00	0,00	1.518,70
RS	431337	Nova Santa Rita	2	101,40	1.926,60	5.038,56
RS	431339	Novo Cabrais	0	0,00	0,00	1.510,03
RS	431340	Novo Hamburgo	0	0,00	0,00	74.921,40
RS	431342	Novo Machado	2	101,40	1.926,60	1.071,36
RS	431344	Novo Tiradentes	0	0,00	0,00	1.465,23
RS	431346	Novo Xingu	2	101,40	1.926,60	732,86
RS	431349	Novo Barreiro	0	0,00	0,00	1.488,57
RS	431350	Osório	0	0,00	0,00	9.423,05
RS	431360	Paim Filho	0	0,00	0,00	2.375,95
RS	431365	Palmares do Sul	0	0,00	0,00	3.102,85
RS	431370	Palmeira das Missões	12	608,40	11.559,60	3.733,79
RS	431380	Palmitinho	0	0,00	0,00	1.579,37
RS	431390	Panambi	16	811,20	15.412,80	4.410,19
RS	431395	Pantano Grande	0	0,00	0,00	3.197,94
RS	431400	Paraí	1	50,70	963,30	830,56
RS	431402	Paraíso do Sul	1	50,70	963,30	836,27
RS	431403	Pareci Novo	0	0,00	0,00	1.633,71
RS	431405	Parobé	2	101,40	1.926,60	12.893,01
RS	431406	Passa Sete	0	0,00	0,00	1.518,14
RS	431407	Passo do Sobrado	0	0,00	0,00	1.571,86
RS	431410	Passo Fundo	0	0,00	0,00	43.370,18
RS	431413	Paulo Bento	0	0,00	0,00	1.518,77

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800117

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RS	431415	Paverama	1	50,70	963,30	868,70
RS	431417	Pedras Altas	2	101,40	1.926,60	1.073,57
RS	431420	Pedro Osório	0	0,00	0,00	1.799,95
RS	431430	Pejuçara	1	50,70	963,30	737,62
RS	431440	Pelotas	0	0,00	0,00	77.891,45
RS	431442	Picada Café	0	0,00	0,00	1.586,07
RS	431445	Pinhal	0	0,00	0,00	1.541,73
RS	431446	Pinhal da Serra	0	0,00	0,00	1.534,93
RS	431447	Pinhal Grande	0	0,00	0,00	1.465,43
RS	431449	Pinheirinho do Vale	0	0,00	0,00	2.522,27
RS	431450	Pinheiro Machado	2	101,40	1.926,60	1.536,07
RS	431454	Pinto Bandeira	0	0,00	0,00	1.578,99
RS	431455	Pirapó	2	101,40	1.926,60	1.071,05
RS	431460	Piratini	3	152,10	2.889,90	2.333,48
RS	431470	Planalto	0	0,00	0,00	2.883,76
RS	431475	Poço das Antas	0	0,00	0,00	1.483,84
RS	431477	Pontão	1	50,70	963,30	735,47
RS	431478	Ponte Preta	0	0,00	0,00	1.459,19
RS	431480	Portão	0	0,00	0,00	9.135,56
RS	431490	Porto Alegre	116	5.881,20	111.742,80	294.203,27
RS	431500	Porto Lucena	2	101,40	1.926,60	1.215,59
RS	431505	Porto Mauá	1	50,70	963,30	1.187,41
RS	431507	Porto Vera Cruz	1	50,70	963,30	1.167,91
RS	431510	Porto Xavier	4	202,80	3.853,20	2.454,89
RS	431513	Pouso Novo	0	0,00	0,00	1.458,95
RS	431514	Presidente Lucena	0	0,00	0,00	1.533,57
RS	431515	Progresso	1	50,70	963,30	760,37
RS	431517	Protásio Alves	0	0,00	0,00	1.465,11
RS	431520	Putinga	0	0,00	0,00	1.463,78
RS	431530	Quaraí	0	0,00	0,00	5.610,21
RS	431531	Quatro Irmãos	1	50,70	963,30	741,17
RS	431532	Quevedos	0	0,00	0,00	1.478,42
RS	431535	Quinze de Novembro	1	50,70	963,30	741,04
RS	431540	Redentora	1	50,70	963,30	2.241,76
RS	431545	Relvado	1	50,70	963,30	732,59
RS	431550	Restinga Seca	1	50,70	963,30	2.489,56
RS	431555	Rio dos Índios	0	0,00	0,00	1.451,39
RS	431560	Rio Grande	16	811,20	15.412,80	29.627,06
RS	431570	Rio Pardo	4	202,80	3.853,20	4.640,30
RS	431575	Riozinho	0	0,00	0,00	1.502,81
RS	431580	Roca Sales	0	0,00	0,00	3.012,90
RS	431590	Rodeio Bonito	1	50,70	963,30	738,60
RS	431595	Rolador	1	50,70	963,30	730,69
RS	431600	Rolante	0	0,00	0,00	4.541,74
RS	431610	Ronda Alta	1	50,70	963,30	1.990,66
RS	431620	Rondinha	1	50,70	963,30	1.470,68
RS	431630	Roque Gonzales	2	101,40	1.926,60	1.284,14
RS	431640	Rosário do Sul	5	253,50	4.816,50	4.541,96
RS	431642	Sagrada Família	0	0,00	0,00	1.468,16
RS	431643	Saldanha Marinho	1	50,70	963,30	731,06
RS	431645	Salto do Jacuí	0	0,00	0,00	3.181,73
RS	431647	Salvador das Missões	0	0,00	0,00	1.476,19
RS	431650	Salvador do Sul	1	50,70	963,30	798,68
RS	431660	Sananduva	2	101,40	1.926,60	1.696,88
RS	431670	Santa Bárbara do Sul	4	202,80	3.853,20	1.356,47
RS	431673	Santa Cecília do Sul	1	50,70	963,30	732,95
RS	431675	Santa Clara do Sul	1	50,70	963,30	792,03
RS	431680	Santa Cruz do Sul	0	0,00	0,00	28.238,39
RS	431690	Santa Maria	16	811,20	15.412,80	46.174,02
RS	431695	Santa Maria do Herval	0	0,00	0,00	1.485,62
RS	431697	Santa Margarida do Sul	1	50,70	963,30	792,55
RS	431700	Santana da Boa Vista	0	0,00	0,00	2.780,48
RS	431710	Sant"Ana do Livramento	26	1.318,20	25.045,80	10.588,66
RS	431720	Santa Rosa	32	1.622,40	30.825,60	9.850,09
RS	431725	Santa Tereza	0	0,00	0,00	1.473,45
RS	431730	Santa Vitória do Palmar	4	202,80	3.853,20	3.803,69
RS	431740	Santiago	6	304,20	5.779,80	5.557,28
RS	431750	Santo Ângelo	31	1.571,70	29.862,30	8.328,12
RS	431755	Santo Antônio do Palma	0	0,00	0,00	1.466,66
RS	431760	Santo Antônio da Patrulha	0	0,00	0,00	11.196,69
RS	431770	Santo Antônio das Missões	4	202,80	3.853,20	1.473,46
RS	431775	Santo Antônio do Planalto	0	0,00	0,00	1.472,24
RS	431780	Santo Augusto	4	202,80	3.853,20	1.560,03
RS	431790	Santo Cristo	5	253,50	4.816,50	1.573,49
RS	431795	Santo Expedito do Sul	0	0,00	0,00	1.463,76
RS	431800	São Borja	0	0,00	0,00	14.901,60
RS	431805	São Domingos do Sul	0	0,00	0,00	1.490,23
RS	431810	São Francisco de Assis	0	0,00	0,00	4.287,65
RS	431820	São Francisco de Paula	0	0,00	0,00	4.977,44
RS	431830	São Gabriel	23	1.166,10	22.155,90	6.632,75
RS	431840	São Jerônimo	0	0,00	0,00	6.289,73
RS	431842	São João da Urtiga	1	50,70	963,30	734,07
RS	431843	São João do Polêsine	1	50,70	963,30	733,12
RS	431844	São Jorge	0	0,00	0,00	1.466,14
RS	431845	São José das Missões	0	0,00	0,00	1.463,32
RS	431846	São José do Herval	0	0,00	0,00	1.460,16
RS	431848	São José do Hortêncio	0	0,00	0,00	1.534,87
RS	431849	São José do Inhacorá	1	50,70	963,30	756,89
RS	431850	São José do Norte	3	152,10	2.889,90	2.903,01

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800118

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RS	431860	São José do Ouro	1	50,70	963,30	1.671,19
RS	431861	São José do Sul	0	0,00	0,00	1.529,84
RS	431862	São José dos Ausentes	0	0,00	0,00	1.501,43
RS	431870	São Leopoldo	0	0,00	0,00	60.866,55
RS	431880	São Lourenço do Sul	5	253,50	4.816,50	4.725,85
RS	431890	São Luiz Gonzaga	15	760,50	14.449,50	3.798,58
RS	431900	São Marcos	0	0,00	0,00	4.534,03
RS	431910	São Martinho	3	152,10	2.889,90	1.223,48
RS	431912	São Martinho da Serra	1	50,70	963,30	734,99
RS	431915	São Miguel das Missões	2	101,40	1.926,60	1.366,94
RS	431920	São Nicolau	3	152,10	2.889,90	1.244,55
RS	431930	São Paulo das Missões	2	101,40	1.926,60	1.071,61
RS	431935	São Pedro da Serra	0	0,00	0,00	1.524,93
RS	431936	São Pedro das Missões	0	0,00	0,00	1.498,49
RS	431937	São Pedro do Butiá	0	0,00	0,00	1.512,31
RS	431940	São Pedro do Sul	0	0,00	0,00	3.708,38
RS	431950	São Sebastião do Caí	3	152,10	2.889,90	2.602,88
RS	431960	São Sepé	4	202,80	3.853,20	2.646,87
RS	431970	São Valentim	1	50,70	963,30	730,60
RS	431971	São Valentim do Sul	1	50,70	963,30	740,67
RS	431973	São Valério do Sul	0	0,00	0,00	1.498,82
RS	431975	São Vendelino	0	0,00	0,00	1.597,70
RS	431980	São Vicente do Sul	0	0,00	0,00	2.817,55
RS	431990	Sapiranga	9	456,30	8.669,70	13.313,76
RS	432000	Sapucaia do Sul	12	608,40	11.559,60	25.207,21
RS	432010	Sarandi	4	202,80	3.853,20	2.482,43
RS	432020	Seberi	0	0,00	0,00	2.850,80
RS	432023	Sede Nova	1	50,70	963,30	735,96
RS	432026	Segredo	0	0,00	0,00	1.609,57
RS	432030	Selbach	2	101,40	1.926,60	743,38
RS	432032	Senador Salgado Filho	1	50,70	963,30	733,26
RS	432035	Sentinela do Sul	1	50,70	963,30	749,31
RS	432040	Serafina Corrêa	0	0,00	0,00	3.574,81
RS	432045	Sério	0	0,00	0,00	1.457,74
RS	432050	Sertão	0	0,00	0,00	2.494,90
RS	432055	Sertão Santana	0	0,00	0,00	1.517,09
RS	432057	Sete de Setembro	1	50,70	963,30	731,41
RS	432060	Severiano de Almeida	0	0,00	0,00	1.463,82
RS	432065	Silveira Martins	0	0,00	0,00	1.465,74
RS	432067	Sinimbu	0	0,00	0,00	2.857,45
RS	432070	Sobradinho	2	101,40	1.926,60	1.629,45
RS	432080	Soledade	5	253,50	4.816,50	3.390,63
RS	432085	Tabaí	2	101,40	1.926,60	769,30
RS	432090	Tapejara	0	0,00	0,00	4.494,36
RS	432100	Tapera	1	50,70	963,30	1.967,41
RS	432110	Tapes	0	0,00	0,00	3.776,58
RS	432120	Taquara	0	0,00	0,00	15.477,68
RS	432130	Taquari	2	101,40	1.926,60	3.893,23
RS	432132	Taquaruçu do Sul	0	0,00	0,00	1.501,88
RS	432135	Tavares	0	0,00	0,00	2.578,56
RS	432140	Tenente Portela	0	0,00	0,00	3.197,53
RS	432143	Terra de Areia	1	50,70	963,30	2.112,98
RS	432145	Teutônia	4	202,80	3.853,20	3.168,20
RS	432146	Tio Hugo	0	0,00	0,00	1.522,63
RS	432147	Tiradentes do Sul	1	50,70	963,30	1.203,75
RS	432149	Toropi	1	50,70	963,30	731,81
RS	432150	Torres	1	50,70	963,30	7.385,81
RS	432160	Tramandaí	9	456,30	8.669,70	5.194,48
RS	432162	Travesseiro	0	0,00	0,00	1.469,73
RS	432163	Três Arroios	0	0,00	0,00	1.462,74
RS	432166	Três Cachoeiras	0	0,00	0,00	3.071,97
RS	432170	Três Coroas	3	152,10	2.889,90	2.842,80
RS	432180	Três de Maio	9	456,30	8.669,70	2.595,00
RS	432183	Três Forquilhas	0	0,00	0,00	1.462,92
RS	432185	Três Palmeiras	0	0,00	0,00	1.476,57
RS	432190	Três Passos	10	507,00	9.633,00	2.638,92
RS	432195	Trindade do Sul	1	50,70	963,30	1.517,08
RS	432200	Triunfo	5	253,50	4.816,50	3.734,60
RS	432210	Tucunduva	3	152,10	2.889,90	1.254,15
RS	432215	Tunas	0	0,00	0,00	1.484,66
RS	432218	Tupanci do Sul	0	0,00	0,00	1.463,28
RS	432220	Tupanciretã	5	253,50	4.816,50	2.640,92
RS	432225	Tupandi	1	50,70	963,30	779,76
RS	432230	Tuparendi	3	152,10	2.889,90	2.340,02
RS	432232	Turuçu	1	50,70	963,30	732,82
RS	432234	Ubiretama	0	0,00	0,00	1.459,26
RS	432235	União da Serra	1	50,70	963,30	726,11
RS	432237	Unistalda	1	50,70	963,30	731,94
RS	432240	Uruguaiana	27	1.368,90	26.009,10	15.181,04
RS	432250	Vacaria	7	354,90	6.743,10	7.878,48
RS	432252	Vale Verde	1	50,70	963,30	751,61
RS	432253	Vale do Sol	0	0,00	0,00	2.477,84
RS	432254	Vale Real	0	0,00	0,00	1.596,85
RS	432255	Vanini	0	0,00	0,00	1.497,41
RS	432260	Venâncio Aires	6	304,20	5.779,80	9.226,76
RS	432270	Vera Cruz	2	101,40	1.926,60	3.475,90
RS	432280	Veranópolis	0	0,00	0,00	5.875,07
RS	432285	Vespasiano Correa	0	0,00	0,00	1.461,78
RS	432290	Viadutos	0	0,00	0,00	1.469,82

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800119

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RS	432300	Viamão	9	456,30	8.669,70	65.903,69
RS	432310	Vicente Dutra	0	0,00	0,00	1.465,82
RS	432320	Victor Graeff	1	50,70	963,30	731,68
RS	432330	Vila Flores	0	0,00	0,00	1.492,33
RS	432335	Vila Lângaro	0	0,00	0,00	1.464,56
RS	432340	Vila Maria	1	50,70	963,30	740,20
RS	432345	Vila Nova do Sul	1	50,70	963,30	735,76
RS	432350	Vista Alegre	1	50,70	963,30	732,67
RS	432360	Vista Alegre do Prata	0	0,00	0,00	1.525,28
RS	432370	Vista Gaúcha	0	0,00	0,00	1.480,90
RS	432375	Vitória das Missões	0	0,00	0,00	1.460,52
RS	432377	Westfalia	1	50,70	963,30	752,44
RS	432380	Xangri-lá	0	0,00	0,00	3.768,87
		Total	1.180	59.826,00	1.136.694,00	2.937.077,53
		ANEXO XXIV				
UF	IBGE	Município	Nº ACE ELEGIVEIS	Incentivo (R$)	AFC (R$)	PFVS Mensal (R$)
SC	420000	SES/SC	0	0,00	0,00	391.568,88
SC	420005	Abdon Batista	0	0,00	0,00	1.160,68
SC	420010	Abelardo Luz	2	101,40	1.926,60	2.624,38
SC	420020	Agrolândia	1	50,70	963,30	1.734,85
SC	420030	Agronômica	1	50,70	963,30	701,65
SC	420040	Água Doce	1	50,70	963,30	912,14
SC	420050	Águas de Chapecó	1	50,70	963,30	821,74
SC	420055	Águas Frias	2	101,40	1.926,60	574,22
SC	420060	Águas Mornas	1	50,70	963,30	1.057,30
SC	420070	Alfredo Wagner	1	50,70	963,30	1.576,50
SC	420075	Alto Bela Vista	0	0,00	0,00	1.123,43
SC	420080	Anchieta	0	0,00	0,00	1.573,86
SC	420090	Angelina	0	0,00	0,00	1.318,60
SC	420100	Anita Garibaldi	0	0,00	0,00	2.135,37
SC	420110	Anitápolis	1	50,70	963,30	601,17
SC	420120	Antônio Carlos	1	50,70	963,30	1.708,27
SC	420125	Apiúna	0	0,00	0,00	2.688,21
SC	420127	Arabutã	1	50,70	963,30	632,96
SC	420130	Araquari	5	253,50	4.816,50	4.496,67
SC	420140	Araranguá	3	152,10	2.889,90	14.223,15
SC	420150	Armazém	2	101,40	1.926,60	1.086,30
SC	420160	Arroio Trinta	1	50,70	963,30	611,03
SC	420165	Arvoredo	1	50,70	963,30	571,57
SC	420170	Ascurra	2	101,40	1.926,60	1.004,32
SC	420180	Atalanta	1	50,70	963,30	599,58
SC	420190	Aurora	0	0,00	0,00	1.450,44
SC	420195	Balneário Arroio do Silva	0	0,00	0,00	3.147,72
SC	420200	Balneário Camboriú	31	1.571,70	29.862,30	17.246,67
SC	420205	Balneário Barra do Sul	3	152,10	2.889,90	1.315,42
SC	420207	Balneário Gaivota	2	101,40	1.926,60	1.327,66
SC	420208	Bandeirante	1	50,70	963,30	582,40
SC	420209	Barra Bonita	0	0,00	0,00	1.106,54
SC	420210	Barra Velha	3	152,10	2.889,90	4.194,25
SC	420213	Bela Vista do Toldo	1	50,70	963,30	803,76
SC	420215	Belmonte	1	50,70	963,30	590,37
SC	420220	Benedito Novo	2	101,40	1.926,60	1.456,69
SC	420230	Biguaçu	2	101,40	1.926,60	19.427,42
SC	420240	Blumenau	17	861,90	16.376,10	72.494,71
SC	420243	Bocaina do Sul	0	0,00	0,00	1.241,56
SC	420245	Bombinhas	3	152,10	2.889,90	2.374,43
SC	420250	Bom Jardim da Serra	0	0,00	0,00	1.326,39
SC	420253	Bom Jesus	0	0,00	0,00	1.290,96
SC	420257	Bom Jesus do Oeste	1	50,70	963,30	569,14
SC	420260	Bom Retiro	0	0,00	0,00	2.497,98
SC	420270	Botuverá	0	0,00	0,00	1.405,81
SC	420280	Braço do Norte	3	152,10	2.889,90	5.435,34
SC	420285	Braço do Trombudo	1	50,70	963,30	636,79
SC	420287	Brunópolis	0	0,00	0,00	1.159,73
SC	420290	Brusque	6	304,20	5.779,80	27.068,79
SC	420300	Caçador	4	202,80	3.853,20	15.864,16
SC	420310	Caibi	1	50,70	963,30	799,94
SC	420315	Calmon	0	0,00	0,00	1.208,56
SC	420320	Camboriú	5	253,50	4.816,50	15.259,90
SC	420325	Capão Alto	1	50,70	963,30	578,00
SC	420330	Campo Alegre	1	50,70	963,30	2.099,76
SC	420340	Campo Belo do Sul	0	0,00	0,00	1.891,84
SC	420350	Campo Erê	3	152,10	2.889,90	1.175,81
SC	420360	Campos Novos	1	50,70	963,30	8.142,75
SC	420370	Canelinha	1	50,70	963,30	2.082,42
SC	420380	Canoinhas	3	152,10	2.889,90	10.982,86
SC	420390	Capinzal	2	101,40	1.926,60	3.817,02
SC	420395	Capivari de Baixo	1	50,70	963,30	5.232,69
SC	420400	Catanduvas	0	0,00	0,00	2.711,16
SC	420410	Caxambu do Sul	1	50,70	963,30	623,14
SC	420415	Celso Ramos	0	0,00	0,00	1.172,13
SC	420417	Cerro Negro	0	0,00	0,00	1.201,42
SC	420419	Chapadão do Lageado	1	50,70	963,30	613,54
SC	420420	Chapecó	86	4.360,20	82.843,80	27.193,07
SC	420425	Cocal do Sul	1	50,70	963,30	3.230,43
SC	420430	Concórdia	5	253,50	4.816,50	13.993,83
SC	420435	Cordilheira Alta	2	101,40	1.926,60	682,64
SC	420440	Coronel Freitas	3	152,10	2.889,90	1.309,68

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800120

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SC	420445	Coronel Martins	1	50,70	963,30	589,25
SC	420450	Corupá	0	0,00	0,00	3.962,95
SC	420455	Correia Pinto	0	0,00	0,00	3.683,98
SC	420460	Criciúma	11	557,70	10.596,30	43.302,79
SC	420470	Cunha Porã	2	101,40	1.926,60	1.409,77
SC	420475	Cunhataí	0	0,00	0,00	1.145,70
SC	420480	Curitibanos	2	101,40	1.926,60	8.162,73
SC	420490	Descanso	2	101,40	1.926,60	1.098,03
SC	420500	Dionísio Cerqueira	4	202,80	3.853,20	1.969,88
SC	420510	Dona Emma	1	50,70	963,30	656,57
SC	420515	Doutor Pedrinho	0	0,00	0,00	1.330,21
SC	420517	Entre Rios	0	0,00	0,00	1.229,02
SC	420519	Ermo	0	0,00	0,00	1.135,27
SC	420520	Erval Velho	0	0,00	0,00	1.283,94
SC	420530	Faxinal dos Guedes	1	50,70	963,30	1.789,93
SC	420535	Flor do Sertão	1	50,70	963,30	552,45
SC	420540	Florianópolis	18	912,60	17.339,40	138.533,62
SC	420543	Formosa do Sul	1	50,70	963,30	578,71
SC	420545	Forquilhinha	1	50,70	963,30	5.663,64
SC	420550	Fraiburgo	1	50,70	963,30	8.283,25
SC	420555	Frei Rogério	1	50,70	963,30	568,97
SC	420560	Galvão	1	50,70	963,30	599,25
SC	420570	Garopaba	2	101,40	1.926,60	3.704,31
SC	420580	Garuva	3	152,10	2.889,90	2.228,57
SC	420590	Gaspar	5	253,50	4.816,50	12.368,46
SC	420600	Governador Celso Ramos	1	50,70	963,30	3.601,83
SC	420610	Grão Pará	0	0,00	0,00	1.666,93
SC	420620	Gravatal	1	50,70	963,30	1.942,17
SC	420630	Guabiruba	2	101,40	1.926,60	3.870,06
SC	420640	Guaraciaba	3	152,10	2.889,90	1.337,73
SC	420650	Guaramirim	3	152,10	2.889,90	8.042,46
SC	420660	Guarujá do Sul	1	50,70	963,30	667,78
SC	420665	Guatambú	2	101,40	1.926,60	643,93
SC	420670	Herval d"Oeste	2	101,40	1.926,60	3.796,36
SC	420675	Ibiam	0	0,00	0,00	1.128,36
SC	420680	Ibicaré	0	0,00	0,00	1.198,53
SC	420690	Ibirama	2	101,40	1.926,60	2.847,25
SC	420700	Içara	4	202,80	3.853,20	10.132,27
SC	420710	Ilhota	0	0,00	0,00	3.533,53
SC	420720	Imaruí	1	50,70	963,30	1.946,50
SC	420730	Imbituba	5	253,50	4.816,50	6.422,88
SC	420740	Imbuia	0	0,00	0,00	1.563,91
SC	420750	Indaial	5	253,50	4.816,50	12.140,23
SC	420757	Iomerê	0	0,00	0,00	1.221,55
SC	420760	Ipira	0	0,00	0,00	1.273,97
SC	420765	Iporã do Oeste	2	101,40	1.926,60	1.138,58
SC	420768	Ipuaçu	0	0,00	0,00	1.887,00
SC	420770	Ipumirim	0	0,00	0,00	1.928,05
SC	420775	Iraceminha	1	50,70	963,30	622,28
SC	420780	Irani	1	50,70	963,30	1.659,37
SC	420785	Irati	0	0,00	0,00	1.118,85
SC	420790	Irineópolis	1	50,70	963,30	1.875,61
SC	420800	Itá	2	101,40	1.926,60	818,55
SC	420810	Itaiópolis	0	0,00	0,00	5.484,03
SC	420820	Itajaí	67	3.396,90	64.541,10	27.108,41
SC	420830	Itapema	11	557,70	10.596,30	7.801,34
SC	420840	Itapiranga	3	152,10	2.889,90	2.127,08
SC	420845	Itapoá	3	152,10	2.889,90	2.467,76
SC	420850	Ituporanga	2	101,40	1.926,60	4.352,01
SC	420860	Jaborá	1	50,70	963,30	621,49
SC	420870	Jacinto Machado	2	101,40	1.926,60	1.361,32
SC	420880	Jaguaruna	2	101,40	1.926,60	3.052,78
SC	420890	Jaraguá do Sul	8	405,60	7.706,40	35.856,52
SC	420895	Jardinópolis	1	50,70	963,30	549,80
SC	420900	Joaçaba	3	152,10	2.889,90	4.660,14
SC	420910	Joinville	29	1.470,30	27.935,70	119.218,93
SC	420915	José Boiteux	1	50,70	963,30	655,90
SC	420917	Jupiá	1	50,70	963,30	566,72
SC	420920	Lacerdópolis	0	0,00	0,00	1.151,21
SC	420930	Lages	10	507,00	9.633,00	30.902,05
SC	420940	Laguna	5	253,50	4.816,50	6.737,80
SC	420945	Lajeado Grande	1	50,70	963,30	546,16
SC	420950	Laurentino	1	50,70	963,30	865,73
SC	420960	Lauro Muller	1	50,70	963,30	2.899,69
SC	420970	Lebon Régis	0	0,00	0,00	3.093,91
SC	420980	Leoberto Leal	0	0,00	0,00	1.190,26
SC	420985	Lindóia do Sul	1	50,70	963,30	640,00
SC	420990	Lontras	1	50,70	963,30	2.039,07
SC	421000	Luiz Alves	0	0,00	0,00	3.165,31
SC	421003	Luzerna	0	0,00	0,00	1.454,77
SC	421005	Macieira	1	50,70	963,30	557,05
SC	421010	Mafra	2	101,40	1.926,60	12.329,68
SC	421020	Major Gercino	0	0,00	0,00	1.236,25
SC	421030	Major Vieira	0	0,00	0,00	2.043,82
SC	421040	Maracajá	2	101,40	1.926,60	910,22
SC	421050	Maravilha	5	253,50	4.816,50	3.197,19
SC	421055	Marema	1	50,70	963,30	561,41
SC	421060	Massaranduba	1	50,70	963,30	3.232,72
SC	421070	Matos Costa	0	0,00	0,00	1.160,08
SC	421080	Meleiro	0	0,00	0,00	1.806,67
SC	421085	Mirim Doce	0	0,00	0,00	1.142,42
SC	421090	Modelo	0	0,00	0,00	1.272,78
SC	421100	Mondaí	2	101,40	1.926,60	1.465,74
SC	421105	Monte Carlo	2	101,40	1.926,60	1.247,59
SC	421110	Monte Castelo	0	0,00	0,00	2.161,89
SC	421120	Morro da Fumaça	0	0,00	0,00	4.470,66
SC	421125	Morro Grande	1	50,70	963,30	591,46

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800121

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SC	421130	Navegantes	4	202,80	3.853,20	15.816,73
SC	421140	Nova Erechim	1	50,70	963,30	696,47
SC	421145	Nova Itaberaba	0	0,00	0,00	1.265,88
SC	421150	Nova Trento	0	0,00	0,00	3.595,24
SC	421160	Nova Veneza	0	0,00	0,00	3.783,43
SC	421165	Novo Horizonte	1	50,70	963,30	577,54
SC	421170	Orleans	2	101,40	1.926,60	3.867,76
SC	421175	Otacílio Costa	2	101,40	1.926,60	2.743,21
SC	421180	Ouro	0	0,00	0,00	1.896,18
SC	421185	Ouro Verde	0	0,00	0,00	1.140,89
SC	421187	Paial	1	50,70	963,30	549,45
SC	421189	Painel	0	0,00	0,00	1.151,59
SC	421190	Palhoça	0	0,00	0,00	52.913,75
SC	421200	Palma Sola	3	152,10	2.889,90	987,74
SC	421205	Palmeira	1	50,70	963,30	610,86
SC	421210	Palmitos	1	50,70	963,30	3.185,55
SC	421220	Papanduva	2	101,40	1.926,60	2.922,22
SC	421223	Paraíso	1	50,70	963,30	614,20
SC	421225	Passo de Torres	2	101,40	1.926,60	1.067,18
SC	421227	Passos Maia	0	0,00	0,00	1.255,22
SC	421230	Paulo Lopes	0	0,00	0,00	1.876,80
SC	421240	Pedras Grandes	1	50,70	963,30	622,09
SC	421250	Penha	4	202,80	3.853,20	4.910,13
SC	421260	Peritiba	0	0,00	0,00	1.172,11
SC	421265	Pescaria Brava	0	0,00	0,00	2.544,90
SC	421270	Petrolândia	1	50,70	963,30	782,85
SC	421280	Balneário Piçarras	3	152,10	2.889,90	2.790,21
SC	421290	Pinhalzinho	6	304,20	5.779,80	2.487,65
SC	421300	Pinheiro Preto	0	0,00	0,00	1.291,00
SC	421310	Piratuba	1	50,70	963,30	633,17
SC	421315	Planalto Alegre	0	0,00	0,00	1.222,74
SC	421320	Pomerode	2	101,40	1.926,60	6.318,57
SC	421330	Ponte Alta	0	0,00	0,00	1.287,48
SC	421335	Ponte Alta do Norte	0	0,00	0,00	1.225,49
SC	421340	Ponte Serrada	0	0,00	0,00	2.943,97
SC	421350	Porto Belo	4	202,80	3.853,20	2.587,49
SC	421360	Porto União	1	50,70	963,30	8.014,48
SC	421370	Pouso Redondo	1	50,70	963,30	3.360,73
SC	421380	Praia Grande	1	50,70	963,30	940,57
SC	421390	Presidente Castello Branco	2	101,40	1.926,60	548,79
SC	421400	Presidente Getúlio	0	0,00	0,00	4.333,98
SC	421410	Presidente Nereu	1	50,70	963,30	573,76
SC	421415	Princesa	1	50,70	963,30	606,21
SC	421420	Quilombo	2	101,40	1.926,60	1.307,51
SC	421430	Rancho Queimado	1	50,70	963,30	601,71
SC	421440	Rio das Antas	0	0,00	0,00	1.592,73
SC	421450	Rio do Campo	1	50,70	963,30	788,59
SC	421460	Rio do Oeste	1	50,70	963,30	951,53
SC	421470	Rio dos Cedros	1	50,70	963,30	1.951,60
SC	421480	Rio do Sul	5	253,50	4.816,50	12.826,44
SC	421490	Rio Fortuna	0	0,00	0,00	1.296,19
SC	421500	Rio Negrinho	2	101,40	1.926,60	8.790,79
SC	421505	Rio Rufino	0	0,00	0,00	1.163,19
SC	421507	Riqueza	1	50,70	963,30	640,48
SC	421510	Rodeio	1	50,70	963,30	1.966,14
SC	421520	Romelândia	1	50,70	963,30	700,49
SC	421530	Salete	1	50,70	963,30	983,37
SC	421535	Saltinho	1	50,70	963,30	616,31
SC	421540	Salto Veloso	1	50,70	963,30	667,54
SC	421545	Sangão	1	50,70	963,30	2.156,11
SC	421550	Santa Cecília	1	50,70	963,30	3.295,45
SC	421555	Santa Helena	1	50,70	963,30	568,32
SC	421560	Santa Rosa de Lima	0	0,00	0,00	1.154,33
SC	421565	Santa Rosa do Sul	0	0,00	0,00	2.130,78
SC	421567	Santa Terezinha	1	50,70	963,30	1.301,86
SC	421568	Santa Terezinha do Progresso	2	101,40	1.926,60	581,02
SC	421569	Santiago do Sul	0	0,00	0,00	1.082,28
SC	421570	Santo Amaro da Imperatriz	0	0,00	0,00	7.253,72
SC	421575	São Bernardino	1	50,70	963,30	576,94
SC	421580	São Bento do Sul	5	253,50	4.816,50	16.308,21
SC	421590	São Bonifácio	0	0,00	0,00	1.175,89
SC	421600	São Carlos	2	101,40	1.926,60	1.419,33
SC	421605	São Cristovão do Sul	2	101,40	1.926,60	696,66
SC	421610	São Domingos	2	101,40	1.926,60	1.215,08
SC	421620	São Francisco do Sul	5	253,50	4.816,50	8.112,25
SC	421625	São João do Oeste	1	50,70	963,30	804,40
SC	421630	São João Batista	1	50,70	963,30	7.978,27
SC	421635	São João do Itaperiú	1	50,70	963,30	636,72
SC	421640	São João do Sul	1	50,70	963,30	926,67
SC	421650	São Joaquim	1	50,70	963,30	5.831,43
SC	421660	São José	10	507,00	9.633,00	67.276,52
SC	421670	São José do Cedro	3	152,10	2.889,90	1.772,76
SC	421680	São José do Cerrito	0	0,00	0,00	2.321,52
SC	421690	São Lourenço do Oeste	5	253,50	4.816,50	3.021,50
SC	421700	São Ludgero	2	101,40	1.926,60	1.649,09
SC	421710	São Martinho	1	50,70	963,30	599,22
SC	421715	São Miguel da Boa Vista	0	0,00	0,00	1.114,37
SC	421720	São Miguel do Oeste	18	912,60	17.339,40	5.073,61

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800122

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SC	421725	São Pedro de Alcântara	1	50,70	963,30	898,65
SC	421730	Saudades	1	50,70	963,30	1.501,02
SC	421740	Schroeder	1	50,70	963,30	4.160,92
SC	421750	Seara	2	101,40	1.926,60	2.542,53
SC	421755	Serra Alta	1	50,70	963,30	602,25
SC	421760	Siderópolis	1	50,70	963,30	2.573,55
SC	421770	Sombrio	2	101,40	1.926,60	5.649,45
SC	421775	Sul Brasil	0	0,00	0,00	1.156,05
SC	421780	Taió	0	0,00	0,00	4.656,55
SC	421790	Tangará	0	0,00	0,00	2.238,13
SC	421795	Tigrinhos	1	50,70	963,30	552,21
SC	421800	Tijucas	5	253,50	4.816,50	4.708,70
SC	421810	Timbé do Sul	0	0,00	0,00	1.373,68
SC	421820	Timbó	3	152,10	2.889,90	8.024,35
SC	421825	Timbó Grande	0	0,00	0,00	1.980,58
SC	421830	Três Barras	1	50,70	963,30	3.918,93
SC	421835	Treviso	0	0,00	0,00	1.299,66
SC	421840	Treze de Maio	1	50,70	963,30	905,00
SC	421850	Treze Tílias	1	50,70	963,30	961,99
SC	421860	Trombudo Central	1	50,70	963,30	919,40
SC	421870	Tubarão	4	202,80	3.853,20	22.783,33
SC	421875	Tunápolis	0	0,00	0,00	1.278,35
SC	421880	Turvo	1	50,70	963,30	2.286,93
SC	421885	União do Oeste	1	50,70	963,30	581,59
SC	421890	Urubici	2	101,40	1.926,60	1.426,85
SC	421895	Urupema	0	0,00	0,00	1.156,67
SC	421900	Urussanga	2	101,40	1.926,60	3.473,53
SC	421910	Vargeão	0	0,00	0,00	1.222,55
SC	421915	Vargem	1	50,70	963,30	578,95
SC	421917	Vargem Bonita	0	0,00	0,00	1.276,19
SC	421920	Vidal Ramos	1	50,70	963,30	813,07
SC	421930	Videira	3	152,10	2.889,90	10.386,93
SC	421935	Vitor Meireles	0	0,00	0,00	1.323,45
SC	421940	Witmarsum	1	50,70	963,30	647,92
SC	421950	Xanxerê	16	811,20	15.412,80	6.341,60
SC	421960	Xavantina	1	50,70	963,30	621,12
SC	421970	Xaxim	11	557,70	10.596,30	3.596,78
SC	421985	Zortéa	0	0,00	0,00	1.273,13
SC	422000	Balneário Rincão	1	50,70	963,30	2.199,46
		Total	698	35.388,60	672.383,40	1.817.427,32

ANEXO XXV

UF	IBGE	Município	Nº ACE ELEGIVEIS	Incentivo (R$)	AFC (R$)	PFVS Mensal (R$)
SE	280000	SES/SE	0	0,00	0,00	283.940,61
SE	280010	Amparo de São Francisco	2	101,40	1.926,60	511,53
SE	280020	Aquidabã	7	354,90	6.743,10	4.612,18
SE	280030	Aracaju	261	13.232,70	251.421,30	158.165,74
SE	280040	Arauá	4	202,80	3.853,20	2.350,59
SE	280050	Areia Branca	5	253,50	4.816,50	3.930,05
SE	280060	Barra dos Coqueiros	0	0,00	0,00	12.587,82
SE	280067	Boquim	10	507,00	9.633,00	5.789,60
SE	280070	Brejo Grande	0	0,00	0,00	3.572,36
SE	280100	Campo do Brito	5	253,50	4.816,50	3.877,26
SE	280110	Canhoba	2	101,40	1.926,60	875,14
SE	280120	Canindé de São Francisco	8	405,60	7.706,40	6.274,24
SE	280130	Capela	6	304,20	5.779,80	8.754,15
SE	280140	Carira	8	405,60	7.706,40	4.652,30
SE	280150	Carmópolis	5	253,50	4.816,50	3.467,42
SE	280160	Cedro de São João	3	152,10	2.889,90	1.264,22
SE	280170	Cristinápolis	0	0,00	0,00	7.768,13
SE	280190	Cumbe	0	0,00	0,00	1.712,59
SE	280200	Divina Pastora	2	101,40	1.926,60	1.079,61
SE	280210	Estância	34	1.723,80	32.752,20	14.728,94
SE	280220	Feira Nova	1	50,70	963,30	1.445,20
SE	280230	Frei Paulo	5	253,50	4.816,50	3.268,32
SE	280240	Gararu	4	202,80	3.853,20	2.497,96
SE	280250	General Maynard	2	101,40	1.926,60	703,31
SE	280260	Gracho Cardoso	3	152,10	2.889,90	1.252,56
SE	280270	Ilha das Flores	3	152,10	2.889,90	1.838,95
SE	280280	Indiaroba	4	202,80	3.853,20	3.823,97
SE	280290	Itabaiana	31	1.571,70	29.862,30	20.236,70
SE	280300	Itabaianinha	12	608,40	11.559,60	8.916,09
SE	280310	Itabi	3	152,10	2.889,90	1.073,06
SE	280320	Itaporanga d"Ajuda	8	405,60	7.706,40	7.257,41
SE	280330	Japaratuba	5	253,50	4.816,50	3.969,85
SE	280340	Japoatã	2	101,40	1.926,60	3.735,98
SE	280350	Lagarto	15	760,50	14.449,50	29.680,51
SE	280360	Laranjeiras	12	608,40	11.559,60	6.325,04
SE	280370	Macambira	3	152,10	2.889,90	1.486,27
SE	280380	Malhada dos Bois	2	101,40	1.926,60	796,86
SE	280390	Malhador	2	101,40	1.926,60	3.510,58
SE	280400	Maruim	6	304,20	5.779,80	3.705,59
SE	280410	Moita Bonita	3	152,10	2.889,90	2.426,63
SE	280420	Monte Alegre de Sergipe	4	202,80	3.853,20	3.239,11
SE	280430	Muribeca	3	152,10	2.889,90	1.644,05
SE	280440	Neópolis	5	253,50	4.816,50	4.029,41
SE	280445	Nossa Senhora Aparecida	3	152,10	2.889,90	1.876,94
SE	280450	Nossa Senhora da Glória	11	557,70	10.596,30	7.753,57
SE	280460	Nossa Senhora das Dores	9	456,30	8.669,70	5.670,04

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800123

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SE	280470	Nossa Senhora de Lourdes	3	152,10	2.889,90	1.393,67
SE	280480	Nossa Senhora do Socorro	97	4.917,90	93.440,10	38.547,31
SE	280490	Pacatuba	0	0,00	0,00	6.125,51
SE	280500	Pedra Mole	0	0,00	0,00	1.383,43
SE	280510	Pedrinhas	4	202,80	3.853,20	2.049,36
SE	280520	Pinhão	3	152,10	2.889,90	1.391,91
SE	280530	Pirambu	2	101,40	1.926,60	2.025,91
SE	280540	Poço Redondo	5	253,50	4.816,50	9.900,38
SE	280550	Poço Verde	8	405,60	7.706,40	5.034,28
SE	280560	Porto da Folha	7	354,90	6.743,10	6.124,43
SE	280570	Propriá	13	659,10	12.522,90	6.339,75
SE	280580	Riachão do Dantas	0	0,00	0,00	8.506,85
SE	280590	Riachuelo	4	202,80	3.853,20	2.181,42
SE	280600	Ribeirópolis	8	405,60	7.706,40	3.952,01
SE	280610	Rosário do Catete	4	202,80	3.853,20	2.272,48
SE	280620	Salgado	0	0,00	0,00	8.567,15
SE	280630	Santa Luzia do Itanhy	4	202,80	3.853,20	3.106,56
SE	280640	Santana do São Francisco	3	152,10	2.889,90	1.591,66
SE	280650	Santa Rosa de Lima	2	101,40	1.926,60	896,48
SE	280660	Santo Amaro das Brotas	5	253,50	4.816,50	2.601,13
SE	280670	São Cristóvão	45	2.281,50	43.348,50	18.881,26
SE	280680	São Domingos	0	0,00	0,00	4.730,67
SE	280690	São Francisco	2	101,40	1.926,60	838,34
SE	280700	São Miguel do Aleixo	0	0,00	0,00	1.663,90
SE	280710	Simão Dias	2	101,40	1.926,60	15.384,79
SE	280720	Siriri	3	152,10	2.889,90	1.907,50
SE	280730	Telha	2	101,40	1.926,60	683,05
SE	280740	Tobias Barreto	18	912,60	17.339,40	11.077,86
SE	280750	Tomar do Geru	4	202,80	3.853,20	2.805,51
SE	280760	Umbaúba	7	354,90	6.743,10	5.358,92
		Total	778	39.444,60	749.447,40	839.401,92

ANEXO XXVI

UF	IBGE	Município	Nº ACE ELEGIVEIS	Incentivo (R$)	AFC (R$)	PFVS Mensal (R$)
SP	350000	SES/SP	0	0,00	0,00	2.719.578,18
SP	350010	Adamantina	19	963,30	18.302,70	4.264,36
SP	350020	Adolfo	3	152,10	2.889,90	1.028,55
SP	350030	Aguaí	5	253,50	4.816,50	3.476,83
SP	350040	Águas da Prata	3	152,10	2.889,90	1.058,93
SP	350050	Águas de Lindóia	0	0,00	0,00	4.627,25
SP	350055	Águas de Santa Bárbara	0	0,00	0,00	2.124,07
SP	350060	Águas de São Pedro	0	0,00	0,00	2.307,90
SP	350070	Agudos	13	659,10	12.522,90	3.611,17
SP	350075	Alambari	0	0,00	0,00	2.269,37
SP	350080	Alfredo Marcondes	2	101,40	1.926,60	1.054,58
SP	350090	Altair	1	50,70	963,30	1.166,26
SP	350100	Altinópolis	5	253,50	4.816,50	1.588,11
SP	350110	Alto Alegre	0	0,00	0,00	2.056,40
SP	350115	Alumínio	0	0,00	0,00	3.588,45
SP	350120	Álvares Florence	2	101,40	1.926,60	1.021,13
SP	350130	Álvares Machado	7	354,90	6.743,10	2.665,38
SP	350140	Álvaro de Carvalho	0	0,00	0,00	2.163,56
SP	350150	Alvinlândia	1	50,70	963,30	1.149,75
SP	350160	Americana	0	0,00	0,00	61.000,57
SP	350170	Américo Brasiliense	9	456,30	8.669,70	3.837,26
SP	350180	Américo de Campos	4	202,80	3.853,20	1.042,63
SP	350190	Amparo	6	304,20	5.779,80	12.018,45
SP	350200	Analândia	0	0,00	0,00	2.201,77
SP	350210	Andradina	24	1.216,80	23.119,20	7.977,82
SP	350220	Angatuba	4	202,80	3.853,20	2.412,08
SP	350230	Anhembi	0	0,00	0,00	2.227,41
SP	350240	Anhumas	2	101,40	1.926,60	1.069,96
SP	350250	Aparecida	13	659,10	12.522,90	4.534,88
SP	350260	Aparecida d"Oeste	3	152,10	2.889,90	1.020,79
SP	350270	Apiaí	5	253,50	4.816,50	2.495,99
SP	350275	Araçariguama	0	0,00	0,00	4.119,94
SP	350280	Araçatuba	118	5.982,60	113.669,40	26.701,86
SP	350290	Araçoiaba da Serra	6	304,20	5.779,80	3.181,80
SP	350300	Aramina	3	152,10	2.889,90	1.065,44
SP	350310	Arandu	0	0,00	0,00	2.076,97
SP	350315	Arapeí	2	101,40	1.926,60	1.026,67
SP	350320	Araraquara	102	5.171,40	98.256,60	30.096,25
SP	350330	Araras	35	1.774,50	33.715,50	14.543,47
SP	350335	Arco-Íris	1	50,70	963,30	1.073,73
SP	350340	Arealva	3	152,10	2.889,90	1.065,56
SP	350350	Areias	2	101,40	1.926,60	1.045,27
SP	350360	Areiópolis	0	0,00	0,00	2.175,12
SP	350370	Ariranha	0	0,00	0,00	2.170,39
SP	350380	Artur Nogueira	2	101,40	1.926,60	11.069,90
SP	350390	Arujá	6	304,20	5.779,80	16.764,02
SP	350395	Aspásia	2	101,40	1.926,60	1.028,86
SP	350400	Assis	44	2.230,80	42.385,20	13.423,01
SP	350410	Atibaia	3	152,10	2.889,90	33.544,08
SP	350420	Auriflama	0	0,00	0,00	3.577,46
SP	350430	Avaí	2	101,40	1.926,60	1.064,42
SP	350440	Avanhandava	2	101,40	1.926,60	1.710,02
SP	350450	Avaré	29	1.470,30	27.935,70	11.669,55
SP	350460	Bady Bassitt	6	304,20	5.779,80	1.716,65
SP	350470	Balbinos	2	101,40	1.926,60	1.276,89

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800124

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SP	350480	Bálsamo	2	101,40	1.926,60	1.075,33
SP	350490	Bananal	3	152,10	2.889,90	1.358,38
SP	350500	Barão de Antonina	0	0,00	0,00	2.152,28
SP	350510	Barbosa	3	152,10	2.889,90	1.080,95
SP	350520	Bariri	5	253,50	4.816,50	3.388,11
SP	350530	Barra Bonita	12	608,40	11.559,60	4.541,38
SP	350535	Barra do Chapéu	1	50,70	963,30	1.167,89
SP	350540	Barra do Turvo	0	0,00	0,00	2.053,70
SP	350550	Barretos	73	3.701,10	70.320,90	14.809,66
SP	350560	Barrinha	6	304,20	5.779,80	3.125,60
SP	350570	Barueri	41	2.078,70	39.495,30	34.890,89
SP	350580	Bastos	6	304,20	5.779,80	2.122,36
SP	350590	Batatais	18	912,60	17.339,40	7.685,00
SP	350600	Bauru	119	6.033,30	114.632,70	55.555,39
SP	350610	Bebedouro	1	50,70	963,30	18.133,11
SP	350620	Bento de Abreu	2	101,40	1.926,60	1.076,55
SP	350630	Bernardino de Campos	3	152,10	2.889,90	1.094,71
SP	350635	Bertioga	19	963,30	18.302,70	7.412,13
SP	350640	Bilac	2	101,40	1.926,60	1.089,53
SP	350650	Birigui	47	2.382,90	45.275,10	15.740,25
SP	350660	Biritiba-Mirim	0	0,00	0,00	8.292,67
SP	350670	Boa Esperança do Sul	7	354,90	6.743,10	1.531,67
SP	350680	Bocaina	0	0,00	0,00	2.357,83
SP	350690	Bofete	0	0,00	0,00	2.256,22
SP	350700	Boituva	17	861,90	16.376,10	5.670,35
SP	350710	Bom Jesus dos Perdões	4	202,80	3.853,20	2.352,25
SP	350715	Bom Sucesso de Itararé	1	50,70	963,30	1.182,98
SP	350720	Borá	0	0,00	0,00	2.079,30
SP	350730	Boracéia	0	0,00	0,00	2.169,73
SP	350740	Borborema	8	405,60	7.706,40	1.546,20
SP	350745	Borebi	1	50,70	963,30	1.231,75
SP	350750	Botucatu	49	2.484,30	47.201,70	15.754,87
SP	350760	Bragança Paulista	0	0,00	0,00	42.819,18
SP	350770	Braúna	3	152,10	2.889,90	1.085,78
SP	350775	Brejo Alegre	1	50,70	963,30	1.188,19
SP	350780	Brodowski	11	557,70	10.596,30	2.359,01
SP	350790	Brotas	4	202,80	3.853,20	2.336,10
SP	350800	Buri	4	202,80	3.853,20	1.932,58
SP	350810	Buritama	9	456,30	8.669,70	1.918,05
SP	350820	Buritizal	1	50,70	963,30	1.181,18
SP	350830	Cabrália Paulista	0	0,00	0,00	2.049,97
SP	350840	Cabreúva	0	0,00	0,00	9.375,91
SP	350850	Caçapava	0	0,00	0,00	23.146,75
SP	350860	Cachoeira Paulista	13	659,10	12.522,90	4.096,63
SP	350870	Caconde	1	50,70	963,30	3.792,95
SP	350880	Cafelândia	10	507,00	9.633,00	1.769,59
SP	350890	Caiabu	1	50,70	963,30	1.104,96
SP	350900	Caieiras	0	0,00	0,00	25.619,83
SP	350910	Caiuá	1	50,70	963,30	1.241,07
SP	350920	Cajamar	0	0,00	0,00	19.281,06
SP	350925	Cajati	4	202,80	3.853,20	2.845,36
SP	350930	Cajobi	5	253,50	4.816,50	1.059,44
SP	350940	Cajuru	1	50,70	963,30	4.094,87
SP	350945	Campina do Monte Alegre	0	0,00	0,00	2.121,30
SP	350950	Campinas	117	5.931,90	112.706,10	208.752,83
SP	350960	Campo Limpo Paulista	6	304,20	5.779,80	10.380,36
SP	350970	Campos do Jordão	0	0,00	0,00	12.863,50
SP	350980	Campos Novos Paulista	0	0,00	0,00	2.133,21
SP	350990	Cananéia	0	0,00	0,00	3.152,25
SP	350995	Canas	2	101,40	1.926,60	1.105,06
SP	351000	Cândido Mota	1	50,70	963,30	5.747,77
SP	351010	Cândido Rodrigues	1	50,70	963,30	1.122,61
SP	351015	Canitar	1	50,70	963,30	1.268,04
SP	351020	Capão Bonito	9	456,30	8.669,70	4.652,02
SP	351030	Capela do Alto	6	304,20	5.779,80	1.958,82
SP	351040	Capivari	9	456,30	8.669,70	5.316,68
SP	351050	Caraguatatuba	8	405,60	7.706,40	22.755,28
SP	351060	Carapicuíba	5	253,50	4.816,50	98.626,60
SP	351070	Cardoso	2	101,40	1.926,60	1.207,12
SP	351080	Casa Branca	6	304,20	5.779,80	3.931,28
SP	351090	Cássia dos Coqueiros	0	0,00	0,00	2.044,63
SP	351100	Castilho	9	456,30	8.669,70	2.083,17
SP	351110	Catanduva	64	3.244,80	61.651,20	15.827,55
SP	351120	Catiguá	4	202,80	3.853,20	1.067,37
SP	351130	Cedral	4	202,80	3.853,20	1.098,71
SP	351140	Cerqueira César	0	0,00	0,00	3.817,77
SP	351150	Cerquilho	4	202,80	3.853,20	5.298,67
SP	351160	Cesário Lange	5	253,50	4.816,50	1.722,06
SP	351170	Charqueada	4	202,80	3.853,20	1.642,26
SP	351190	Clementina	0	0,00	0,00	2.256,42
SP	351200	Colina	9	456,30	8.669,70	1.891,90
SP	351210	Colômbia	1	50,70	963,30	1.111,35
SP	351220	Conchal	0	0,00	0,00	5.448,58
SP	351230	Conchas	5	253,50	4.816,50	1.727,05
SP	351240	Cordeirópolis	7	354,90	6.743,10	2.329,73
SP	351250	Coroados	2	101,40	1.926,60	1.097,54
SP	351260	Coronel Macedo	3	152,10	2.889,90	1.019,54
SP	351270	Corumbataí	0	0,00	0,00	2.085,92
SP	351280	Cosmópolis	14	709,80	13.486,20	8.635,75
SP	351290	Cosmorama	2	101,40	1.926,60	1.029,62
SP	351300	Cotia	3	152,10	2.889,90	59.123,22
SP	351310	Cravinhos	10	507,00	9.633,00	3.462,17
SP	351320	Cristais Paulista	3	152,10	2.889,90	1.088,23
SP	351330	Cruzália	1	50,70	963,30	1.069,07
SP	351340	Cruzeiro	12	608,40	11.559,60	10.215,50
SP	351350	Cubatão	0	0,00	0,00	53.394,36
SP	351360	Cunha	2	101,40	1.926,60	3.636,15

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800125

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SP	351370	Descalvado	7	354,90	6.743,10	3.341,61
SP	351380	Diadema	23	1.166,10	22.155,90	86.838,26
SP	351385	Dirce Reis	2	101,40	1.926,60	1.050,62
SP	351390	Divinolândia	0	0,00	0,00	2.272,45
SP	351400	Dobrada	4	202,80	3.853,20	1.082,18
SP	351410	Dois Córregos	8	405,60	7.706,40	2.633,08
SP	351420	Dolcinópolis	1	50,70	963,30	1.094,17
SP	351430	Dourado	0	0,00	0,00	2.069,45
SP	351440	Dracena	29	1.470,30	27.935,70	6.041,42
SP	351450	Duartina	2	101,40	1.926,60	1.232,28
SP	351460	Dumont	0	0,00	0,00	2.248,66
SP	351470	Echaporã	2	101,40	1.926,60	1.023,55
SP	351480	Eldorado	0	0,00	0,00	3.859,00
SP	351490	Elias Fausto	2	101,40	1.926,60	1.703,06
SP	351492	Elisiário	1	50,70	963,30	1.245,94
SP	351495	Embaúba	2	101,40	1.926,60	1.029,40
SP	351500	Embu das Artes	10	507,00	9.633,00	60.023,58
SP	351510	Embu-Guaçu	5	253,50	4.816,50	12.990,59
SP	351512	Emilianópolis	2	101,40	1.926,60	1.051,64
SP	351515	Engenheiro Coelho	0	0,00	0,00	4.874,25
SP	351518	Espírito Santo do Pinhal	8	405,60	7.706,40	4.324,98
SP	351519	Espírito Santo do Turvo	0	0,00	0,00	2.176,90
SP	351520	Estrela d"Oeste	4	202,80	3.853,20	1.032,31
SP	351530	Estrela do Norte	2	101,40	1.926,60	1.039,80
SP	351535	Euclides da Cunha Paulista	3	152,10	2.889,90	1.120,83
SP	351540	Fartura	3	152,10	2.889,90	1.569,41
SP	351550	Fernandópolis	27	1.368,90	26.009,10	7.846,36
SP	351560	Fernando Prestes	2	101,40	1.926,60	1.041,80
SP	351565	Fernão	1	50,70	963,30	1.173,14
SP	351570	Ferraz de Vasconcelos	2	101,40	1.926,60	47.336,47
SP	351580	Flora Rica	1	50,70	963,30	1.049,73
SP	351590	Floreal	2	101,40	1.926,60	1.024,24
SP	351600	Flórida Paulista	5	253,50	4.816,50	1.862,61
SP	351610	Florínia	0	0,00	0,00	2.041,65
SP	351620	Franca	36	1.825,20	34.678,80	55.892,18
SP	351630	Francisco Morato	0	0,00	0,00	44.759,52
SP	351640	Franco da Rocha	0	0,00	0,00	38.995,10
SP	351650	Gabriel Monteiro	1	50,70	963,30	1.099,52
SP	351660	Gália	0	0,00	0,00	2.039,22
SP	351670	Garça	11	557,70	10.596,30	4.573,41
SP	351680	Gastão Vidigal	2	101,40	1.926,60	1.092,88
SP	351685	Gavião Peixoto	2	101,40	1.926,60	1.061,60
SP	351690	General Salgado	6	304,20	5.779,80	1.165,43
SP	351700	Getulina	5	253,50	4.816,50	1.481,79
SP	351710	Glicério	2	101,40	1.926,60	1.046,66
SP	351720	Guaiçara	6	304,20	5.779,80	1.162,17
SP	351730	Guaimbê	2	101,40	1.926,60	1.051,12
SP	351740	Guaíra	14	709,80	13.486,20	4.077,13
SP	351750	Guapiaçu	2	101,40	1.926,60	2.114,81
SP	351760	Guapiara	0	0,00	0,00	3.550,26
SP	351770	Guará	5	253,50	4.816,50	2.159,49
SP	351780	Guaraçaí	4	202,80	3.853,20	1.140,30
SP	351790	Guaraci	4	202,80	3.853,20	1.080,52
SP	351800	Guarani d"Oeste	2	101,40	1.926,60	1.029,52
SP	351810	Guarantã	3	152,10	2.889,90	1.039,74
SP	351820	Guararapes	14	709,80	13.486,20	3.804,23
SP	351830	Guararema	0	0,00	0,00	7.558,42
SP	351840	Guaratinguetá	17	861,90	16.376,10	15.052,13
SP	351850	Guareí	3	152,10	2.889,90	2.288,94
SP	351860	Guariba	8	405,60	7.706,40	3.839,90
SP	351870	Guarujá	63	3.194,10	60.687,90	73.541,20
SP	351880	Guarulhos	0	0,00	0,00	351.893,64
SP	351885	Guatapará	3	152,10	2.889,90	1.069,44
SP	351890	Guzolândia	0	0,00	0,00	2.147,17
SP	351900	Herculândia	0	0,00	0,00	2.134,95
SP	351905	Holambra	0	0,00	0,00	3.503,00
SP	351907	Hortolândia	0	0,00	0,00	59.005,57
SP	351910	Iacanga	5	253,50	4.816,50	1.110,67
SP	351920	Iacri	4	202,80	3.853,20	1.025,92
SP	351925	Iaras	0	0,00	0,00	2.466,99
SP	351930	Ibaté	4	202,80	3.853,20	3.351,30
SP	351940	Ibirá	5	253,50	4.816,50	1.512,00
SP	351950	Ibirarema	2	101,40	1.926,60	1.095,93
SP	351960	Ibitinga	19	963,30	18.302,70	7.339,38
SP	351970	Ibiúna	6	304,20	5.779,80	13.611,70
SP	351980	Icém	1	50,70	963,30	1.180,74
SP	351990	Iepê	4	202,80	3.853,20	1.054,39
SP	352000	Igaraçu do Tietê	5	253,50	4.816,50	3.074,50
SP	352010	Igarapava	13	659,10	12.522,90	3.061,39
SP	352020	Igaratá	2	101,40	1.926,60	1.180,38
SP	352030	Iguape	0	0,00	0,00	7.661,00
SP	352040	Ilhabela	9	456,30	8.669,70	4.169,25
SP	352042	Ilha Comprida	0	0,00	0,00	2.664,00
SP	352044	Ilha Solteira	9	456,30	8.669,70	3.317,50
SP	352050	Indaiatuba	29	1.470,30	27.935,70	31.964,80
SP	352060	Indiana	2	101,40	1.926,60	1.029,53
SP	352070	Indiaporã	3	152,10	2.889,90	1.027,84
SP	352080	Inúbia Paulista	0	0,00	0,00	2.138,66

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800126

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SP	352090	Ipaussu	0	0,00	0,00	2.891,67
SP	352100	Iperó	7	354,90	6.743,10	4.553,24
SP	352110	Ipeúna	0	0,00	0,00	2.289,31
SP	352115	Ipiguá	2	101,40	1.926,60	1.122,48
SP	352120	Iporanga	0	0,00	0,00	2.051,17
SP	352130	Ipuã	8	405,60	7.706,40	1.562,01
SP	352140	Iracemápolis	5	253,50	4.816,50	2.277,93
SP	352150	Irapuã	2	101,40	1.926,60	1.069,07
SP	352160	Irapuru	3	152,10	2.889,90	1.075,68
SP	352170	Itaberá	5	253,50	4.816,50	1.777,97
SP	352180	Itaí	3	152,10	2.889,90	4.028,96
SP	352190	Itajobi	8	405,60	7.706,40	1.579,99
SP	352200	Itaju	1	50,70	963,30	1.255,39
SP	352210	Itanhaém	24	1.216,80	23.119,20	13.445,04
SP	352215	Itaóca	1	50,70	963,30	1.106,07
SP	352220	Itapecerica da Serra	0	0,00	0,00	44.583,45
SP	352230	Itapetininga	33	1.673,10	31.788,90	20.875,80
SP	352240	Itapeva	12	608,40	11.559,60	9.162,06
SP	352250	Itapevi	44	2.230,80	42.385,20	34.388,30
SP	352260	Itapira	9	456,30	8.669,70	7.230,56
SP	352265	Itapirapuã Paulista	1	50,70	963,30	1.169,14
SP	352270	Itápolis	18	912,60	17.339,40	4.383,83
SP	352280	Itaporanga	0	0,00	0,00	2.969,81
SP	352290	Itapuí	3	152,10	2.889,90	1.333,43
SP	352300	Itapura	2	101,40	1.926,60	1.082,51
SP	352310	Itaquaquecetuba	0	0,00	0,00	94.071,36
SP	352320	Itararé	0	0,00	0,00	9.865,88
SP	352330	Itariri	0	0,00	0,00	3.341,30
SP	352340	Itatiba	12	608,40	11.559,60	17.566,15
SP	352350	Itatinga	0	0,00	0,00	3.947,60
SP	352360	Itirapina	6	304,20	5.779,80	2.293,90
SP	352370	Itirapuã	3	152,10	2.889,90	1.069,28
SP	352380	Itobi	3	152,10	2.889,90	1.038,89
SP	352390	Itu	31	1.571,70	29.862,30	21.269,63
SP	352400	Itupeva	3	152,10	2.889,90	8.278,67
SP	352410	Ituverava	17	861,90	16.376,10	4.197,58
SP	352420	Jaborandi	4	202,80	3.853,20	1.045,18
SP	352430	Jaboticabal	39	1.977,30	37.568,70	7.733,73
SP	352440	Jacareí	54	2.737,80	52.018,20	28.731,38
SP	352450	Jaci	3	152,10	2.889,90	1.142,27
SP	352460	Jacupiranga	0	0,00	0,00	3.505,41
SP	352470	Jaguariúna	0	0,00	0,00	13.551,00
SP	352480	Jales	12	608,40	11.559,60	6.150,53
SP	352490	Jambeiro	0	0,00	0,00	2.270,43
SP	352500	Jandira	33	1.673,10	31.788,90	19.216,17
SP	352510	Jardinópolis	11	557,70	10.596,30	4.201,02
SP	352520	Jarinu	4	202,80	3.853,20	2.794,54
SP	352530	Jaú	67	3.396,90	64.541,10	19.084,91
SP	352540	Jeriquara	1	50,70	963,30	1.092,71
SP	352550	Joanópolis	0	0,00	0,00	3.236,75
SP	352560	João Ramalho	2	101,40	1.926,60	1.064,57
SP	352570	José Bonifácio	15	760,50	14.449,50	3.562,26
SP	352580	Júlio Mesquita	3	152,10	2.889,90	1.058,84
SP	352585	Jumirim	1	50,70	963,30	1.277,61
SP	352590	Jundiaí	27	1.368,90	26.009,10	80.801,36
SP	352600	Junqueirópolis	6	304,20	5.779,80	2.654,37
SP	352610	Juquiá	0	0,00	0,00	3.825,60
SP	352620	Juquitiba	2	101,40	1.926,60	6.166,27
SP	352630	Lagoinha	1	50,70	963,30	1.095,57
SP	352640	Laranjal Paulista	6	304,20	5.779,80	2.730,90
SP	352650	Lavínia	4	202,80	3.853,20	1.454,93
SP	352660	Lavrinhas	1	50,70	963,30	1.178,05
SP	352670	Leme	11	557,70	10.596,30	9.907,60
SP	352680	Lençóis Paulista	11	557,70	10.596,30	6.737,89
SP	352690	Limeira	89	4.512,30	85.733,70	39.243,81
SP	352700	Lindóia	0	0,00	0,00	2.226,56
SP	352710	Lins	6	304,20	5.779,80	14.309,84
SP	352720	Lorena	26	1.318,20	25.045,80	10.997,50
SP	352725	Lourdes	1	50,70	963,30	1.151,27
SP	352730	Louveira	10	507,00	9.633,00	4.496,53
SP	352740	Lucélia	13	659,10	12.522,90	2.798,87
SP	352750	Lucianópolis	1	50,70	963,30	1.140,05
SP	352760	Luís Antônio	4	202,80	3.853,20	1.372,89
SP	352770	Luiziânia	1	50,70	963,30	1.226,39
SP	352780	Lupércio	1	50,70	963,30	1.128,64
SP	352790	Lutécia	1	50,70	963,30	1.086,56
SP	352800	Macatuba	8	405,60	7.706,40	1.675,45
SP	352810	Macaubal	4	202,80	3.853,20	1.049,45
SP	352820	Macedônia	2	101,40	1.926,60	1.029,04
SP	352830	Magda	2	101,40	1.926,60	1.024,94
SP	352840	Mairinque	0	0,00	0,00	9.119,37
SP	352850	Mairiporã	0	0,00	0,00	24.935,92
SP	352860	Manduri	0	0,00	0,00	2.134,70
SP	352870	Marabá Paulista	3	152,10	2.889,90	1.126,48
SP	352880	Maracaí	4	202,80	3.853,20	1.368,97
SP	352885	Marapoama	0	0,00	0,00	2.190,12
SP	352890	Mariápolis	0	0,00	0,00	2.082,01
SP	352900	Marília	80	4.056,00	77.064,00	32.100,01
SP	352910	Marinópolis	2	101,40	1.926,60	1.028,08

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800127

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SP	352920	Martinópolis	9	456,30	8.669,70	3.406,87
SP	352930	Matão	31	1.571,70	29.862,30	9.710,72
SP	352940	Mauá	43	2.180,10	41.421,90	79.084,40
SP	352950	Mendonça	3	152,10	2.889,90	1.110,60
SP	352960	Meridiano	1	50,70	963,30	1.091,00
SP	352965	Mesópolis	1	50,70	963,30	1.095,21
SP	352970	Miguelópolis	0	0,00	0,00	4.413,46
SP	352980	Mineiros do Tietê	4	202,80	3.853,20	1.254,51
SP	352990	Miracatu	0	0,00	0,00	4.071,37
SP	353000	Mira Estrela	2	101,40	1.926,60	1.066,92
SP	353010	Mirandópolis	12	608,40	11.559,60	3.823,16
SP	353020	Mirante do Paranapanema	6	304,20	5.779,80	1.775,23
SP	353030	Mirassol	20	1.014,00	19.266,00	7.570,56
SP	353040	Mirassolândia	2	101,40	1.926,60	1.086,55
SP	353050	Mococa	14	709,80	13.486,20	8.997,97
SP	353060	Mogi das Cruzes	32	1.622,40	30.825,60	82.350,24
SP	353070	Mogi Guaçu	25	1.267,50	24.082,50	17.459,86
SP	353080	Mogi Mirim	22	1.115,40	21.192,60	12.045,94
SP	353090	Mombuca	0	0,00	0,00	2.108,77
SP	353100	Monções	2	101,40	1.926,60	1.048,97
SP	353110	Mongaguá	12	608,40	11.559,60	7.076,02
SP	353120	Monte Alegre do Sul	0	0,00	0,00	2.162,95
SP	353130	Monte Alto	1	50,70	963,30	8.824,25
SP	353140	Monte Aprazível	0	0,00	0,00	4.776,96
SP	353150	Monte Azul Paulista	4	202,80	3.853,20	2.131,93
SP	353160	Monte Castelo	2	101,40	1.926,60	1.032,02
SP	353170	Monteiro Lobato	0	0,00	0,00	2.167,73
SP	353180	Monte Mor	7	354,90	6.743,10	7.566,90
SP	353190	Morro Agudo	15	760,50	14.449,50	3.154,88
SP	353200	Morungaba	0	0,00	0,00	3.308,00
SP	353205	Motuca	2	101,40	1.926,60	1.073,95
SP	353210	Murutinga do Sul	2	101,40	1.926,60	1.055,46
SP	353215	Nantes	2	101,40	1.926,60	1.099,13
SP	353220	Narandiba	2	101,40	1.926,60	1.085,79
SP	353230	Natividade da Serra	0	0,00	0,00	2.055,44
SP	353240	Nazaré Paulista	1	50,70	963,30	2.585,39
SP	353250	Neves Paulista	3	152,10	2.889,90	1.030,28
SP	353260	Nhandeara	5	253,50	4.816,50	1.121,78
SP	353270	Nipoã	3	152,10	2.889,90	1.128,08
SP	353280	Nova Aliança	4	202,80	3.853,20	1.110,87
SP	353282	Nova Campina	2	101,40	1.926,60	1.092,41
SP	353284	Nova Canaã Paulista	1	50,70	963,30	1.063,89
SP	353286	Nova Castilho	2	101,40	1.926,60	1.081,15
SP	353290	Nova Europa	5	253,50	4.816,50	1.120,19
SP	353300	Nova Granada	10	507,00	9.633,00	2.063,20
SP	353310	Nova Guataporanga	2	101,40	1.926,60	1.051,57
SP	353320	Nova Independência	2	101,40	1.926,60	1.163,04
SP	353325	Novais	3	152,10	2.889,90	1.151,70
SP	353330	Nova Luzitânia	0	0,00	0,00	2.229,55
SP	353340	Nova Odessa	1	50,70	963,30	13.593,45
SP	353350	Novo Horizonte	22	1.115,40	21.192,60	3.938,70
SP	353360	Nuporanga	4	202,80	3.853,20	1.064,84
SP	353370	Ocauçu	0	0,00	0,00	2.069,66
SP	353380	Óleo	2	101,40	1.926,60	1.019,43
SP	353390	Olímpia	29	1.470,30	27.935,70	6.159,40
SP	353400	Onda Verde	2	101,40	1.926,60	1.083,42
SP	353410	Oriente	0	0,00	0,00	2.108,12
SP	353420	Orindiúva	2	101,40	1.926,60	1.140,07
SP	353430	Orlândia	17	861,90	16.376,10	4.240,38
SP	353440	Osasco	0	0,00	0,00	182.031,93
SP	353450	Oscar Bressane	2	101,40	1.926,60	1.031,95
SP	353460	Osvaldo Cruz	0	0,00	0,00	8.531,59
SP	353470	Ourinhos	52	2.636,40	50.091,60	14.582,28
SP	353475	Ouroeste	5	253,50	4.816,50	1.134,33
SP	353480	Ouro Verde	4	202,80	3.853,20	1.068,49
SP	353490	Pacaembu	3	152,10	2.889,90	1.837,05
SP	353500	Palestina	5	253,50	4.816,50	1.228,07
SP	353510	Palmares Paulista	5	253,50	4.816,50	1.246,48
SP	353520	Palmeira d"Oeste	4	202,80	3.853,20	1.023,96
SP	353530	Palmital	9	456,30	8.669,70	2.173,36
SP	353540	Panorama	10	507,00	9.633,00	1.529,36
SP	353550	Paraguaçu Paulista	22	1.115,40	21.192,60	5.902,01
SP	353560	Paraibuna	0	0,00	0,00	4.551,50
SP	353570	Paraíso	0	0,00	0,00	2.134,02
SP	353580	Paranapanema	2	101,40	1.926,60	3.005,90
SP	353590	Paranapuã	3	152,10	2.889,90	1.054,12
SP	353600	Parapuã	2	101,40	1.926,60	1.188,95
SP	353610	Pardinho	0	0,00	0,00	2.191,90
SP	353620	Pariquera-Açu	1	50,70	963,30	2.862,69
SP	353625	Parisi	2	101,40	1.926,60	1.051,34
SP	353630	Patrocínio Paulista	5	253,50	4.816,50	1.405,20
SP	353640	Paulicéia	4	202,80	3.853,20	1.100,22
SP	353650	Paulínia	0	0,00	0,00	25.624,75
SP	353657	Paulistânia	1	50,70	963,30	1.106,40
SP	353660	Paulo de Faria	5	253,50	4.816,50	1.040,20
SP	353670	Pederneiras	9	456,30	8.669,70	4.475,58
SP	353680	Pedra Bela	0	0,00	0,00	2.093,69
SP	353690	Pedranópolis	2	101,40	1.926,60	1.024,88
SP	353700	Pedregulho	2	101,40	1.926,60	1.694,07

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800128

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SP	353710	Pedreira	1	50,70	963,30	10.686,20
SP	353715	Pedrinhas Paulista	1	50,70	963,30	1.128,16
SP	353720	Pedro de Toledo	0	0,00	0,00	2.180,80
SP	353730	Penápolis	18	912,60	17.339,40	8.470,99
SP	353740	Pereira Barreto	15	760,50	14.449,50	3.223,75
SP	353750	Pereiras	0	0,00	0,00	2.201,56
SP	353760	Peruíbe	0	0,00	0,00	16.643,00
SP	353770	Piacatu	1	50,70	963,30	1.207,10
SP	353780	Piedade	3	152,10	2.889,90	7.898,95
SP	353790	Pilar do Sul	0	0,00	0,00	5.623,94
SP	353800	Pindamonhangaba	22	1.115,40	21.192,60	20.500,00
SP	353810	Pindorama	9	456,30	8.669,70	1.630,90
SP	353820	Pinhalzinho	2	101,40	1.926,60	1.445,54
SP	353830	Piquerobi	2	101,40	1.926,60	1.041,45
SP	353850	Piquete	1	50,70	963,30	2.606,20
SP	353860	Piracaia	3	152,10	2.889,90	2.642,87
SP	353870	Piracicaba	0	0,00	0,00	105.354,55
SP	353880	Piraju	6	304,20	5.779,80	3.723,75
SP	353890	Pirajuí	4	202,80	3.853,20	3.256,90
SP	353900	Pirangi	4	202,80	3.853,20	1.127,21
SP	353910	Pirapora do Bom Jesus	2	101,40	1.926,60	2.813,78
SP	353920	Pirapozinho	12	608,40	11.559,60	2.645,81
SP	353930	Pirassununga	5	253,50	4.816,50	10.281,70
SP	353940	Piratininga	4	202,80	3.853,20	1.305,72
SP	353950	Pitangueiras	13	659,10	12.522,90	3.807,88
SP	353960	Planalto	3	152,10	2.889,90	1.105,61
SP	353970	Platina	0	0,00	0,00	2.151,75
SP	353980	Poá	13	659,10	12.522,90	17.600,22
SP	353990	Poloni	3	152,10	2.889,90	1.081,25
SP	354000	Pompéia	7	354,90	6.743,10	2.122,25
SP	354010	Pongaí	0	0,00	0,00	2.051,02
SP	354020	Pontal	9	456,30	8.669,70	4.664,55
SP	354025	Pontalinda	1	50,70	963,30	1.211,90
SP	354030	Pontes Gestal	1	50,70	963,30	1.099,52
SP	354040	Populina	3	152,10	2.889,90	1.026,26
SP	354050	Porangaba	2	101,40	1.926,60	1.114,93
SP	354060	Porto Feliz	5	253,50	4.816,50	5.466,12
SP	354070	Porto Ferreira	1	50,70	963,30	10.363,63
SP	354075	Potim	5	253,50	4.816,50	3.046,53
SP	354080	Potirendaba	6	304,20	5.779,80	1.677,53
SP	354085	Pracinha	2	101,40	1.926,60	1.225,76
SP	354090	Pradópolis	2	101,40	1.926,60	2.091,11
SP	354100	Praia Grande	50	2.535,00	48.165,00	90.340,44
SP	354105	Pratânia	0	0,00	0,00	2.182,66
SP	354110	Presidente Alves	3	152,10	2.889,90	1.027,11
SP	354120	Presidente Bernardes	2	101,40	1.926,60	1.789,84
SP	354130	Presidente Epitácio	21	1.064,70	20.229,30	5.487,13
SP	354140	Presidente Prudente	72	3.650,40	69.357,60	29.379,09
SP	354150	Presidente Venceslau	18	912,60	17.339,40	5.157,20
SP	354160	Promissão	20	1.014,00	19.266,00	4.501,10
SP	354165	Quadra	0	0,00	0,00	2.213,53
SP	354170	Quatá	4	202,80	3.853,20	1.360,36
SP	354180	Queiroz	1	50,70	963,30	1.285,92
SP	354190	Queluz	4	202,80	3.853,20	1.618,63
SP	354200	Quintana	0	0,00	0,00	2.144,85
SP	354210	Rafard	0	0,00	0,00	2.093,16
SP	354220	Rancharia	15	760,50	14.449,50	3.143,69
SP	354230	Redenção da Serra	2	101,40	1.926,60	1.027,29
SP	354240	Regente Feijó	7	354,90	6.743,10	1.956,86
SP	354250	Reginópolis	3	152,10	2.889,90	1.179,23
SP	354260	Registro	16	811,20	15.412,80	5.525,44
SP	354270	Restinga	3	152,10	2.889,90	1.095,71
SP	354280	Ribeira	1	50,70	963,30	1.091,25
SP	354290	Ribeirão Bonito	0	0,00	0,00	2.575,75
SP	354300	Ribeirão Branco	1	50,70	963,30	2.579,91
SP	354310	Ribeirão Corrente	0	0,00	0,00	2.143,54
SP	354320	Ribeirão do Sul	1	50,70	963,30	1.097,97
SP	354323	Ribeirão dos Índios	0	0,00	0,00	2.060,49
SP	354325	Ribeirão Grande	0	0,00	0,00	2.072,70
SP	354330	Ribeirão Pires	4	202,80	3.853,20	27.928,82
SP	354340	Ribeirão Preto	295	14.956,50	284.173,50	88.983,55
SP	354350	Riversul	0	0,00	0,00	2.029,29
SP	354360	Rifaina	2	101,40	1.926,60	1.047,78
SP	354370	Rincão	5	253,50	4.816,50	1.059,75
SP	354380	Rinópolis	3	152,10	2.889,90	1.028,62
SP	354390	Rio Claro	48	2.433,60	46.238,40	26.468,32
SP	354400	Rio das Pedras	5	253,50	4.816,50	3.322,80
SP	354410	Rio Grande da Serra	0	0,00	0,00	12.887,25
SP	354420	Riolândia	2	101,40	1.926,60	1.576,22
SP	354425	Rosana	8	405,60	7.706,40	1.875,69
SP	354430	Roseira	1	50,70	963,30	1.664,70
SP	354440	Rubiácea	2	101,40	1.926,60	1.092,15
SP	354450	Rubinéia	2	101,40	1.926,60	1.069,65

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800129

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SP	354460	Sabino	3	152,10	2.889,90	1.055,34
SP	354470	Sagres	1	50,70	963,30	1.096,13
SP	354480	Sales	3	152,10	2.889,90	1.099,89
SP	354490	Sales Oliveira	5	253,50	4.816,50	1.139,85
SP	354500	Salesópolis	0	0,00	0,00	4.408,86
SP	354510	Salmourão	4	202,80	3.853,20	1.069,86
SP	354515	Saltinho	0	0,00	0,00	2.212,13
SP	354520	Salto	8	405,60	7.706,40	21.341,35
SP	354530	Salto de Pirapora	9	456,30	8.669,70	4.347,21
SP	354540	Salto Grande	4	202,80	3.853,20	1.050,68
SP	354550	Sandovalina	2	101,40	1.926,60	1.100,74
SP	354560	Santa Adélia	0	0,00	0,00	3.002,32
SP	354570	Santa Albertina	3	152,10	2.889,90	1.044,39
SP	354580	Santa Bárbara d"Oeste	25	1.267,50	24.082,50	28.878,68
SP	354600	Santa Branca	0	0,00	0,00	3.666,75
SP	354610	Santa Clara d"Oeste	1	50,70	963,30	1.096,34
SP	354620	Santa Cruz da Conceição	1	50,70	963,30	1.201,15
SP	354625	Santa Cruz da Esperança	1	50,70	963,30	1.171,24
SP	354630	Santa Cruz das Palmeiras	0	0,00	0,00	6.551,60
SP	354640	Santa Cruz do Rio Pardo	0	0,00	0,00	9.386,24
SP	354650	Santa Ernestina	0	0,00	0,00	2.057,38
SP	354660	Santa Fé do Sul	21	1.064,70	20.229,30	3.975,25
SP	354670	Santa Gertrudes	5	253,50	4.816,50	2.510,29
SP	354680	Santa Isabel	3	152,10	2.889,90	11.720,41
SP	354690	Santa Lúcia	3	152,10	2.889,90	1.054,16
SP	354700	Santa Maria da Serra	0	0,00	0,00	2.179,54
SP	354710	Santa Mercedes	2	101,40	1.926,60	1.038,43
SP	354720	Santana da Ponte Pensa	1	50,70	963,30	1.069,13
SP	354730	Santana de Parnaíba	41	2.078,70	39.495,30	17.200,26
SP	354740	Santa Rita d"Oeste	2	101,40	1.926,60	1.025,39
SP	354750	Santa Rita do Passa Quatro	0	0,00	0,00	6.897,50
SP	354760	Santa Rosa de Viterbo	10	507,00	9.633,00	2.552,39
SP	354765	Santa Salete	1	50,70	963,30	1.143,69
SP	354770	Santo Anastácio	9	456,30	8.669,70	2.252,11
SP	354780	Santo André	0	0,00	0,00	186.556,08
SP	354790	Santo Antônio da Alegria	2	101,40	1.926,60	1.069,37
SP	354800	Santo Antônio de Posse	0	0,00	0,00	5.700,25
SP	354805	Santo Antônio do Aracanguá	3	152,10	2.889,90	1.071,52
SP	354810	Santo Antônio do Jardim	0	0,00	0,00	2.056,15
SP	354820	Santo Antônio do Pinhal	2	101,40	1.926,60	1.044,55
SP	354830	Santo Expedito	0	0,00	0,00	2.149,03
SP	354840	Santópolis do Aguapeí	2	101,40	1.926,60	1.078,21
SP	354850	Santos	0	0,00	0,00	183.082,56
SP	354860	São Bento do Sapucaí	0	0,00	0,00	2.723,75
SP	354870	São Bernardo do Campo	0	0,00	0,00	215.823,15
SP	354880	São Caetano do Sul	0	0,00	0,00	41.631,08
SP	354890	São Carlos	55	2.788,50	52.981,50	26.830,17
SP	354900	São Francisco	2	101,40	1.926,60	1.029,11
SP	354910	São João da Boa Vista	19	963,30	18.302,70	10.350,66
SP	354920	São João das Duas Pontes	2	101,40	1.926,60	1.028,21
SP	354925	São João de Iracema	2	101,40	1.926,60	1.059,54
SP	354930	São João do Pau d"Alho	2	101,40	1.926,60	1.027,72
SP	354940	São Joaquim da Barra	22	1.115,40	21.192,60	4.986,01
SP	354950	São José da Bela Vista	3	152,10	2.889,90	1.050,73
SP	354960	São José do Barreiro	1	50,70	963,30	1.096,68
SP	354970	São José do Rio Pardo	9	456,30	8.669,70	5.359,37
SP	354980	São José do Rio Preto	41	2.078,70	39.495,30	80.624,55
SP	354990	São José dos Campos	100	5.070,00	96.330,00	91.711,48
SP	354995	São Lourenço da Serra	0	0,00	0,00	4.033,78
SP	355000	São Luís do Paraitinga	0	0,00	0,00	2.685,00
SP	355010	São Manuel	9	456,30	8.669,70	3.984,43
SP	355020	São Miguel Arcanjo	4	202,80	3.853,20	3.222,44
SP	355030	São Paulo	1.994	101.095,80	1.920.820,20	1.578.944,15
SP	355040	São Pedro	2	101,40	1.926,60	6.797,90
SP	355050	São Pedro do Turvo	1	50,70	963,30	1.141,32
SP	355060	São Roque	15	760,50	14.449,50	11.059,13
SP	355070	São Sebastião	41	2.078,70	39.495,30	10.692,25
SP	355080	São Sebastião da Grama	0	0,00	0,00	2.427,15
SP	355090	São Simão	5	253,50	4.816,50	1.567,80
SP	355100	São Vicente	0	0,00	0,00	133.105,05
SP	355110	Sarapuí	0	0,00	0,00	2.178,46
SP	355120	Sarutaiá	2	101,40	1.926,60	1.028,29
SP	355130	Sebastianópolis do Sul	2	101,40	1.926,60	1.098,55
SP	355140	Serra Azul	4	202,80	3.853,20	1.801,05
SP	355150	Serrana	0	0,00	0,00	8.792,97
SP	355160	Serra Negra	1	50,70	963,30	6.222,20
SP	355170	Sertãozinho	40	2.028,00	38.532,00	13.632,70
SP	355180	Sete Barras	0	0,00	0,00	2.592,63
SP	355190	Severínia	3	152,10	2.889,90	1.749,02
SP	355200	Silveiras	1	50,70	963,30	1.164,11
SP	355210	Socorro	2	101,40	1.926,60	8.128,40
SP	355220	Sorocaba	155	7.858,50	149.311,50	86.058,18
SP	355230	Sud Mennucci	4	202,80	3.853,20	1.038,54
SP	355240	Sumaré	45	2.281,50	43.348,50	35.604,66
SP	355250	Suzano	24	1.216,80	23.119,20	52.723,04
SP	355255	Suzanápolis	2	101,40	1.926,60	1.104,52
SP	355260	Tabapuã	5	253,50	4.816,50	1.234,31
SP	355270	Tabatinga	1	50,70	963,30	2.267,94

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800130

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SP	355280	Taboão da Serra	16	811,20	15.412,80	57.525,06
SP	355290	Taciba	3	152,10	2.889,90	1.069,79
SP	355300	Taguaí	3	152,10	2.889,90	1.283,79
SP	355310	Taiaçu	3	152,10	2.889,90	1.053,74
SP	355320	Taiúva	3	152,10	2.889,90	1.030,70
SP	355330	Tambaú	6	304,20	5.779,80	2.539,40
SP	355340	Tanabi	13	659,10	12.522,90	2.573,00
SP	355350	Tapiraí	0	0,00	0,00	2.049,69
SP	355360	Tapiratiba	3	152,10	2.889,90	1.281,83
SP	355365	Taquaral	2	101,40	1.926,60	1.035,20
SP	355370	Taquaritinga	19	963,30	18.302,70	5.861,21
SP	355380	Taquarituba	8	405,60	7.706,40	2.275,58
SP	355385	Taquarivaí	1	50,70	963,30	1.212,18
SP	355390	Tarabai	0	0,00	0,00	2.169,66
SP	355395	Tarumã	2	101,40	1.926,60	1.424,39
SP	355400	Tatuí	0	0,00	0,00	23.292,22
SP	355410	Taubaté	98	4.968,60	94.403,40	40.162,20
SP	355420	Tejupá	0	0,00	0,00	2.041,43
SP	355430	Teodoro Sampaio	9	456,30	8.669,70	2.253,75
SP	355440	Terra Roxa	5	253,50	4.816,50	1.070,54
SP	355450	Tietê	6	304,20	5.779,80	4.016,74
SP	355460	Timburi	0	0,00	0,00	2.056,94
SP	355465	Torre de Pedra	2	101,40	1.926,60	1.054,60
SP	355470	Torrinha	2	101,40	1.926,60	1.056,25
SP	355475	Trabiju	1	50,70	963,30	1.192,21
SP	355480	Tremembé	0	0,00	0,00	11.973,29
SP	355490	Três Fronteiras	2	101,40	1.926,60	1.054,68
SP	355495	Tuiuti	0	0,00	0,00	2.201,05
SP	355500	Tupã	30	1.521,00	28.899,00	8.219,75
SP	355510	Tupi Paulista	7	354,90	6.743,10	1.998,11
SP	355520	Turiúba	2	101,40	1.926,60	1.041,32
SP	355530	Turmalina	2	101,40	1.926,60	1.011,46
SP	355535	Ubarana	3	152,10	2.889,90	1.115,39
SP	355540	Ubatuba	29	1.470,30	27.935,70	11.039,13
SP	355550	Ubirajara	2	101,40	1.926,60	1.059,53
SP	355560	Uchoa	4	202,80	3.853,20	1.053,48
SP	355570	União Paulista	0	0,00	0,00	2.191,92
SP	355580	Urânia	5	253,50	4.816,50	1.035,07
SP	355590	Uru	2	101,40	1.926,60	1.019,54
SP	355600	Urupês	5	253,50	4.816,50	1.337,05
SP	355610	Valentim Gentil	6	304,20	5.779,80	1.253,33
SP	355620	Valinhos	0	0,00	0,00	31.006,00
SP	355630	Valparaíso	8	405,60	7.706,40	3.342,84
SP	355635	Vargem	0	0,00	0,00	2.234,87
SP	355640	Vargem Grande do Sul	5	253,50	4.816,50	4.142,85
SP	355645	Vargem Grande Paulista	0	0,00	0,00	13.131,91
SP	355650	Várzea Paulista	17	861,90	16.376,10	11.643,96
SP	355660	Vera Cruz	2	101,40	1.926,60	1.133,30
SP	355670	Vinhedo	0	0,00	0,00	18.782,25
SP	355680	Viradouro	7	354,90	6.743,10	1.950,50
SP	355690	Vista Alegre do Alto	0	0,00	0,00	2.312,70
SP	355695	Vitória Brasil	1	50,70	963,30	1.135,15
SP	355700	Votorantim	8	405,60	7.706,40	15.773,62
SP	355710	Votuporanga	60	3.042,00	57.798,00	10.396,32
SP	355715	Zacarias	2	101,40	1.926,60	1.101,09
SP	355720	Chavantes	3	152,10	2.889,90	1.222,69
SP	355730	Estiva Gerbi	2	101,40	1.926,60	1.083,64
		Total	7.287	369.450,90	7.019.567,10	10.417.369,45

ANEXO XXVII

UF	IBGE	Município	Nº ACE ELEGIVEIS	Incentivo (R$)	AFC (R$)	PFVS Mensal (R$)
TO	170000	SES/TO	0	0,00	0,00	306.644,28
TO	170025	Abreulândia	2	101,40	1.926,60	1.061,52
TO	170030	Aguiarnópolis	3	152,10	2.889,90	2.046,64
TO	170035	Aliança do Tocantins	3	152,10	2.889,90	1.806,62
TO	170040	Almas	4	202,80	3.853,20	2.384,55
TO	170070	Alvorada	4	202,80	3.853,20	2.666,51
TO	170100	Ananás	5	253,50	4.816,50	3.161,62
TO	170105	Angico	2	101,40	1.926,60	1.144,59
TO	170110	Aparecida do Rio Negro	1	50,70	963,30	2.094,44
TO	170130	Aragominas	2	101,40	1.926,60	2.638,53
TO	170190	Araguacema	3	152,10	2.889,90	2.219,02
TO	170200	Araguaçu	4	202,80	3.853,20	2.781,82
TO	170210	Araguaína	101	5.120,70	97.293,30	58.541,88
TO	170215	Araguanã	2	101,40	1.926,60	1.801,53
TO	170220	Araguatins	12	608,40	11.559,60	10.887,80
TO	170230	Arapoema	4	202,80	3.853,20	2.162,16
TO	170240	Arraias	5	253,50	4.816,50	3.491,96
TO	170255	Augustinópolis	8	405,60	7.706,40	5.666,58
TO	170270	Aurora do Tocantins	0	0,00	0,00	2.472,29
TO	170290	Axixá do Tocantins	4	202,80	3.853,20	3.112,92
TO	170300	Babaçulândia	4	202,80	3.853,20	3.397,79
TO	170305	Bandeirantes do Tocantins	2	101,40	1.926,60	1.171,22
TO	170307	Barra do Ouro	1	50,70	963,30	1.984,46
TO	170310	Barrolândia	1	50,70	963,30	2.625,08
TO	170320	Bernardo Sayão	0	0,00	0,00	2.933,91
TO	170330	Bom Jesus do Tocantins	2	101,40	1.926,60	1.532,92
TO	170360	Brasilândia do Tocantins	1	50,70	963,30	1.145,03
TO	170370	Brejinho de Nazaré	3	152,10	2.889,90	1.752,77

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800131

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

TO	170380	Buriti do Tocantins	3	152,10	2.889,90	4.075,97
TO	170382	Cachoeirinha	0	0,00	0,00	2.100,59
TO	170384	Campos Lindos	3	152,10	2.889,90	3.293,45
TO	170386	Cariri do Tocantins	1	50,70	963,30	1.847,81
TO	170388	Carmolândia	2	101,40	1.926,60	1.081,25
TO	170389	Carrasco Bonito	2	101,40	1.926,60	1.331,03
TO	170390	Caseara	3	152,10	2.889,90	1.688,22
TO	170410	Centenário	2	101,40	1.926,60	1.090,98
TO	170460	Chapada de Areia	2	101,40	1.926,60	1.046,10
TO	170510	Chapada da Natividade	2	101,40	1.926,60	1.115,86
TO	170550	Colinas do Tocantins	18	912,60	17.339,40	10.802,98
TO	170555	Combinado	3	152,10	2.889,90	1.564,45
TO	170560	Conceição do Tocantins	1	50,70	963,30	1.790,79
TO	170600	Couto Magalhães	0	0,00	0,00	3.522,73
TO	170610	Cristalândia	4	202,80	3.853,20	2.345,87
TO	170625	Crixás do Tocantins	1	50,70	963,30	1.182,42
TO	170650	Darcinópolis	0	0,00	0,00	3.851,72
TO	170700	Dianópolis	10	507,00	9.633,00	6.800,75
TO	170710	Divinópolis do Tocantins	0	0,00	0,00	4.334,54
TO	170720	Dois Irmãos do Tocantins	3	152,10	2.889,90	2.305,43
TO	170730	Dueré	2	101,40	1.926,60	1.524,38
TO	170740	Esperantina	4	202,80	3.853,20	3.447,58
TO	170755	Fátima	3	152,10	2.889,90	1.276,03
TO	170765	Figueirópolis	3	152,10	2.889,90	1.730,09
TO	170770	Filadélfia	0	0,00	0,00	5.560,33
TO	170820	Formoso do Araguaia	0	0,00	0,00	11.736,76
TO	170825	Fortaleza do Tabocão	0	0,00	0,00	2.112,83
TO	170830	Goianorte	1	50,70	963,30	2.344,77
TO	170900	Goiatins	4	202,80	3.853,20	4.422,12
TO	170930	Guaraí	14	709,80	13.486,20	7.930,09
TO	170950	Gurupi	3	152,10	2.889,90	49.948,20
TO	170980	Ipueiras	0	0,00	0,00	2.285,21
TO	171050	Itacajá	2	101,40	1.926,60	2.900,81
TO	171070	Itaguatins	3	152,10	2.889,90	1.929,74
TO	171090	Itapiratins	0	0,00	0,00	2.490,81
TO	171110	Itaporã do Tocantins	2	101,40	1.926,60	1.022,19
TO	171150	Jaú do Tocantins	2	101,40	1.926,60	1.261,79
TO	171180	Juarina	0	0,00	0,00	2.041,51
TO	171190	Lagoa da Confusão	4	202,80	3.853,20	5.254,14
TO	171195	Lagoa do Tocantins	0	0,00	0,00	2.744,02
TO	171200	Lajeado	2	101,40	1.926,60	1.247,14
TO	171215	Lavandeira	0	0,00	0,00	2.252,25
TO	171240	Lizarda	2	101,40	1.926,60	1.250,91
TO	171245	Luzinópolis	2	101,40	1.926,60	1.119,79
TO	171250	Marianópolis do Tocantins	2	101,40	1.926,60	1.628,27
TO	171270	Mateiros	0	0,00	0,00	2.944,13
TO	171280	Maurilândia do Tocantins	2	101,40	1.926,60	1.149,65
TO	171320	Miracema do Tocantins	9	456,30	8.669,70	9.376,23
TO	171330	Miranorte	5	253,50	4.816,50	4.205,56
TO	171360	Monte do Carmo	2	101,40	1.926,60	2.950,80
TO	171370	Monte Santo do Tocantins	2	101,40	1.926,60	1.068,93
TO	171380	Palmeiras do Tocantins	3	152,10	2.889,90	2.062,72
TO	171395	Muricilândia	2	101,40	1.926,60	1.172,44
TO	171420	Natividade	4	202,80	3.853,20	2.943,96
TO	171430	Nazaré	2	101,40	1.926,60	1.397,12
TO	171488	Nova Olinda	4	202,80	3.853,20	3.699,44
TO	171500	Nova Rosalândia	2	101,40	1.926,60	1.375,67
TO	171510	Novo Acordo	2	101,40	1.926,60	1.396,19
TO	171515	Novo Alegre	2	101,40	1.926,60	1.028,41
TO	171525	Novo Jardim	2	101,40	1.926,60	1.077,08
TO	171550	Oliveira de Fátima	1	50,70	963,30	1.153,00
TO	171570	Palmeirante	2	101,40	1.926,60	1.869,83
TO	171575	Palmeirópolis	4	202,80	3.853,20	2.406,96
TO	171610	Paraíso do Tocantins	27	1.368,90	26.009,10	15.538,34
TO	171620	Paranã	3	152,10	2.889,90	3.891,13
TO	171630	Pau D"Arco	2	101,40	1.926,60	1.559,67
TO	171650	Pedro Afonso	1	50,70	963,30	7.345,46
TO	171660	Peixe	0	0,00	0,00	7.215,79
TO	171665	Pequizeiro	3	152,10	2.889,90	1.741,22
TO	171670	Colméia	0	0,00	0,00	5.430,90
TO	171700	Pindorama do Tocantins	2	101,40	1.926,60	1.475,14
TO	171720	Piraquê	1	50,70	963,30	1.112,38
TO	171750	Pium	3	152,10	2.889,90	2.389,99
TO	171780	Ponte Alta do Bom Jesus	2	101,40	1.926,60	1.502,64
TO	171790	Ponte Alta do Tocantins	3	152,10	2.889,90	2.494,61
TO	171800	Porto Alegre do Tocantins	2	101,40	1.926,60	1.085,75
TO	171820	Porto Nacional	25	1.267,50	24.082,50	16.425,30
TO	171830	Praia Norte	3	152,10	2.889,90	2.650,03
TO	171840	Presidente Kennedy	3	152,10	2.889,90	1.236,22
TO	171845	Pugmil	2	101,40	1.926,60	1.091,88
TO	171850	Recursolândia	2	101,40	1.926,60	1.384,27
TO	171855	Riachinho	2	101,40	1.926,60	1.490,12
TO	171865	Rio da Conceição	2	101,40	1.926,60	1.148,83
TO	171870	Rio dos Bois	1	50,70	963,30	1.185,01
TO	171875	Rio Sono	0	0,00	0,00	4.161,65
TO	171880	Sampaio	1	50,70	963,30	2.020,63
TO	171884	Sandolândia	0	0,00	0,00	2.271,77
TO	171886	Santa Fé do Araguaia	2	101,40	1.926,60	2.746,88
TO	171888	Santa Maria do Tocantins	1	50,70	963,30	1.302,51

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800132

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

TO	171889	Santa Rita do Tocantins	1	50,70	963,30	1.196,14
TO	171890	Santa Rosa do Tocantins	2	101,40	1.926,60	1.558,24
TO	171900	Santa Tereza do Tocantins	0	0,00	0,00	2.185,68
TO	172000	Santa Terezinha do Tocantins	1	50,70	963,30	1.095,64
TO	172010	São Bento do Tocantins	1	50,70	963,30	2.391,60
TO	172015	São Félix do Tocantins	2	101,40	1.926,60	1.073,82
TO	172020	São Miguel do Tocantins	4	202,80	3.853,20	3.707,21
TO	172025	São Salvador do Tocantins	2	101,40	1.926,60	1.050,41
TO	172030	São Sebastião do Tocantins	2	101,40	1.926,60	1.534,34
TO	172049	São Valério	2	101,40	1.926,60	1.403,57
TO	172065	Silvanópolis	3	152,10	2.889,90	1.737,28
TO	172080	Sítio Novo do Tocantins	3	152,10	2.889,90	2.984,72
TO	172085	Sucupira	0	0,00	0,00	2.177,22
TO	172090	Taguatinga	7	354,90	6.743,10	5.149,10
TO	172093	Taipas do Tocantins	1	50,70	963,30	1.187,12
TO	172097	Talismã	2	101,40	1.926,60	1.109,17
TO	172100	Palmas	140	7.098,00	134.862,00	104.607,67
TO	172110	Tocantínia	0	0,00	0,00	4.984,17
TO	172120	Tocantinópolis	8	405,60	7.706,40	7.290,41
TO	172125	Tupirama	0	0,00	0,00	2.255,81
TO	172130	Tupiratins	0	0,00	0,00	2.331,52
TO	172208	Wanderlândia	0	0,00	0,00	7.250,38
TO	172210	Xambioá	6	304,20	5.779,80	3.721,74
		Total	628	31.839,60	604.952,40	913.124,34
		Total Geral:	53.438	2.709.306,60	51.476.825,40	74.466.295,95

PORTARIA Nº 3.292, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2017(*)

Habilita Centro de Atenção Psicossocial - CAPS no Município de Santa Vitória (MG) e estabelece recurso do Bloco de Média e Alta Complexidade a ser incorporado ao Limite Financeiro Anual de Média e Alta Complexidade do Estado de Minas Gerais e Município de Santa Vitória.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando as diretrizes e orientações contidas na Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, Anexo V, Título I, Capitulo I, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde e define a Rede de Atenção Psicossocial;

Considerando as orientações contidas na Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, Anexo V, Título II, Capítulo I, que define e caracteriza as modalidades de Serviços dos Centros de Atenção Psicossocial na rede SUS;

Considerando a necessidade de aperfeiçoamento e adequação do modelo de atenção oferecida pelo SUS aos usuários de álcool e outras drogas e de estruturação e fortalecimento de uma rede de assistência centrada na atenção comunitária, associada à rede de serviços de saúde e sociais, com ênfase na reabilitação e reinserção social;

Considerando a necessidade de reforçar a rede de atenção à Saúde Mental nas grandes cidades (incluindo regiões metropolitanas);

Considerando o Título III, Capítulo III, Seção III da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a documentação apresentada pelo Município do Estado de Minas Gerais solicitando a habilitação do Centro de Atenção Psicossocial e a correspondente avaliação pelo Departamento de Ações Programáticas Estratégicas - Coordenação Geral de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas - SAS/MS, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Centro de Atenção Psicossocial, no Município de Santa Vitória/MG, CNES: 79995083, IBGE: 315980, para realizar os procedimentos específicos previstos na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses e Próteses e Materiais Especiais do Sistema Único de Saúde - SUS, conforme tabela a seguir:

UF	Município	Código do IBGE	Tipo	CNES	Plano Interno	CNPJ	Gestão	Número da Proposta SAIPS
MG	Santa Vitória	315980	CAPS I	7995083	RSM-RSME	12.125.124/0001-82	Municipal	16576

Art. 2º Fica estabelecido recurso no montante anual de R$ 339.660,00 (trezentos e trinta e nove mil seiscentos e sessenta reais) a ser incorporado ao Limite Financeiro de Média e Alta Complexidade Estado de Minas Gerais e do Município de Santa Vitória.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência regular e automática do montante estabelecido no art. 2º, para o Fundo Municipal de Saúde de Santa Vitória (MG), em parcelas mensais, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria responsável pelo programa de trabalho.

Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 000F.

Parágrafo único. Os recursos relativos aos estabelecimentos consignados ao programa de trabalho de que trata o caput tem como finalidade o custeio de quaisquer ações e serviços de média e alta complexidade para atenção à saúde da população, desde que garantida a manutenção das unidades.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

(*)N. da Coejo: Republicadas por terem saído no DOU de 7-12-2017, Seção 1, páginas 867 a 933, com incorreção.

PORTARIA Nº 3.295, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2017

Habilita o Hospital Anita Gerosa - Sociedade Beneficente São Camilo - Ananindeua (PA) como Hospital Amigo da Criança e estabelece recurso do Bloco da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar a ser incorporado ao Componente Limite Financeiro da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar do Estado do Pará e Município de Ananindeua.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que trata das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Iniciativa do Hospital Amigo da Criança - IHAC, promovida pelo Fundo das Nações Unidas - UNICEF, Organização Mundial de Saúde - OMS e Ministério da Saúde; e

Considerando a Declaração da Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde atestando que o Hospital Anita Gerosa que a referida entidade está apta a receber o título de Hospital Amigo da Criança, conforme os critérios de habilitação da Iniciativa Hospital Amigo da Criança, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Hospital Anita Gerosa - Sociedade Beneficente São Camilo CNES: 2615835, como Hospital Amigo da Criança.

Art. 2º Fica estabelecido recurso anual no montante de R$ 229.799,72 (duzentos e vinte e nove mil setecentos e noventa e nove reais e setenta e dois centavos), a ser incorporado ao Componente Limite Financeiro de Média e Alta Complexidade do Estado do Pará e Município de Ananindeua, conforme anexo a esta Portaria.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência do recurso estabelecido no art. 2º desta Portaria, em parcelas mensais, de forma regular e automática, ao Fundo de Saúde de Ananindeua (PA), mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção à Saúde.

Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho: 10.302.1220.8585 - Atenção à Saúde da População para procedimentos em Média e Alta complexidade, Plano Orçamentário 0000.

Parágrafo único. Os recursos de que trata o art. 2º consignados ao Programa de Trabalho, tem como finalidade o custeio de quaisquer ações e serviços de média e alta complexidade para atenção à saúde da população.

Art. 5º Fica autorizada a Secretaria de Atenção à Saúde - Departamento de Regulação, Avaliação e Controle de Sistemas - Coordenação-Geral de Sistemas de Informação a incluir no Sistema do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - SCNES a habilitação da unidade discriminada no art. 1º desta Portaria, na competência posterior à sua publicação.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800133

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO

HOSPITAL AMIGO DA CRIANÇA - CÓDIGO DE HABILITAÇÃO 14.16						
UF	CÓDIGO MUNICÍPIO GESTOR	MUNICÍPIO	CNES	RAZÃO SOCIAL	NOME FANTASIA	TOTAL
PA	150080	ANANINDEUA	2615835	SOCIEDADE BENEFICENTE SÃO CAMILO	HOSPITAL ANITA GEROSA	229.799,72

PORTARIA Nº 3.320, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos referentes ao incremento temporário do Limite Financeiro da Assistência de Média e Alta Complexidade (MAC).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 788, de 15 de março de 2017, que regulamenta a aplicação das emendas parlamentares que adicionarem recursos ao SUS no exercício de 2017, para incremento do Teto de Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica, com base no disposto no art. 40, § 6º, da Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016, e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria a receber recursos referentes ao incremento temporário do Limite Financeiro da Assistência de Média e Alta Complexidade (MAC).

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação das emendas parlamentares para incremento temporário do Limite Financeiro da Assistência de Média e Alta Complexidade (MAC), observando o disposto no Capítulo II da Portaria nº 788, de 15 de março de 2017.

Art. 3º Os recursos desta Portaria são de natureza de despesa de custeio e onerarão o Bloco de Financiamento da Média e Alta Complexidade, nos termos do anexo.

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidas nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em até seis parcelas, em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DE EMENDAS PARLAMENTARES DESTINADOS AO INCREMENTO TEMPORÁRIO DO TETO DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - MAC

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	CNES	VALOR
BA	CIPO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000157489201700	160.000,00	81000174	160.000,00	10122201545257282	2799812	160.000,00
BA	ERICO CARDOSO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ERICO CARDOSO	36000157690201700	195.000,00	81000174	195.000,00	10122201545257282	4021185	195.000,00
BA	GOVERNADOR MANGABEIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GOVERNANDOR MANGABEIRA	36000157358201700	200.000,00	81000174	200.000,00	10122201545257282	2823160	200.000,00
BA	IPECAETA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPECAETA	36000157852201700	300.000,00	81000174	300.000,00	10122201545257282	2660253	300.000,00
BA	IPIAU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FUMSAUDE	36000157369201700	9.000,00	81000174	9.000,00	10122201545257282	6015794	9.000,00
BA	ITABUNA	SANTA CASA DE MISERICORDIA DE ITABUNA	36000157578201700	600.000,00	81000174	600.000,00	10122201545257282	2772280	600.000,00
BA	SANTANA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000157481201700	300.000,00	81000174	300.000,00	10122201545257282	2514311	300.000,00
BA	TAPIRAMUTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000157360201700	400.000,00	81000174	400.000,00	10122201545257282	2524805	400.000,00
BA	TAPIRAMUTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000157361201700	300.000,00	81000174	300.000,00	10122201545257282	2524805	300.000,00
CE	CARIUS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CARIUS	36000157629201700	197.482,00	81000174	197.482,00	10122201545257282	2561468	197.482,00
CE	CRUZ	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CRUZ	36000157328201700	100.000,00	81000174	100.000,00	10122201545257282	2563460	100.000,00
CE	CRUZ	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CRUZ	36000157330201700	33.000,00	81000174	33.000,00	10122201545257282	2798999	33.000,00
CE	CRUZ	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CRUZ	36000157331201700	7.400,00	81000174	7.400,00	10122201545257282	3489167	7.400,00
CE	FORTALEZA	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000157828201700	700.000,00	81000174	700.000,00	10122201545257282	2479958	700.000,00
CE	FORTALEZA	IRMANDADE BENEF DA SANTA CASA DA MISERICORDIA DE FORT	36000157416201700	500.000,00	81000174	500.000,00	10122201545257282	2651394	500.000,00
CE	ITAPIUNA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAPIUNA	36000157680201700	200.000,00	81000174	200.000,00	10122201545257282	2333848	200.000,00
CE	SANTA QUITERIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE SANTA QUITERIA	36000157897201700	340.000,00	81000174	340.000,00	10122201545257282	2478080	340.000,00
CE	SOLONOPOLE	FUNDO MUNCIPAL DE SAUDE DE SOLONOPLE	36000157507201700	300.000,00	81000174	300.000,00	10122201545257282	2328119	300.000,00
CE	TEJUCUOCA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TEJUCUOCA	36000157758201700	235.000,00	81000174	235.000,00	10122201545257282	2562146	235.000,00
ES	DOMINGOS MARTINS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DOMINGOS MARTINS	36000157302201700	250.000,00	81000174	250.000,00	10122201545257282	2403129	250.000,00
ES	MUNIZ FREIRE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000157419201700	150.000,00	81000174	150.000,00	10122201545257282	2547090	150.000,00
ES	SAO GABRIEL DA PALHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO GABRIEL DA PALHA	36000157292201700	500.000,00	81000174	500.000,00	10122201545257282	2448890	500.000,00
ES	VIANA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VIANA	36000157299201700	500.000,00	81000174	500.000,00	10122201545257282	7329334	500.000,00
GO	ARAGUAPAZ	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARAGUAPAZ	36000157256201700	130.000,00	81000174	130.000,00	10122201545257282	2382369	130.000,00
GO	ITARUMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000157609201700	600.000,00	81000174	600.000,00	10122201545257282	2436930	600.000,00
GO	SANCLERLANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000157336201700	357.722,00	81000174	357.722,00	10122201545257282	2441500	357.722,00
MA	CAXIAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAXIAS - FMS	36000157320201700	2.000.000,00	81000174	2.000.000,00	10122201545257282	3388301	2.000.000,00
MG	ALFENAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000157593201700	100.000,00	81000174	100.000,00	10122201545257282	2171945	100.000,00
MG	CAPITAO ENEAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAPITAO ENEAS - MG	36000157786201700	100.000,00	81000174	100.000,00	10122201545257282	2140160	100.000,00
MG	DIVINOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000157423201700	2.200.000,00	81000174	2.200.000,00	10122201545257282	7469144	2.200.000,00
MG	ESTRELA DO INDAIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000157793201700	120.213,00	81000174	120.213,00	10122201545257282	2108933	120.213,00
MG	ESTRELA DO INDAIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000157801201700	29.787,00	81000174	29.787,00	10122201545257282	2108933	29.787,00
MG	ITUTINGA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITUTINGA	36000157588201700	33.900,00	81000174	33.900,00	10122201545257282	2123673	33.900,00
MG	LUZ	HOSPITAL SENHORA APARECIDA	36000157712201700	250.000,00	81000174	250.000,00	10122201545257282	2144166	250.000,00
MG	PARAISOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000157495201700	63.000,00	81000174	63.000,00	10122201545257282	2211912	63.000,00
MG	PERDIGAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000157642201700	100.000,00	81000174	100.000,00	10122201545257282	2194317	100.000,00
MG	PIRANGA	HOSPITAL SAO VICENTE DE PAULO DE PIRANGA	36000157879201700	150.000,00	81000174	150.000,00	10122201545257282	2109700	150.000,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800134

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PB	CAJAZEIRAS	MUNICIPIO DE CAJAZEIRAS FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	36000157644201700	70.630,00	81000174	70.630,00	10122201545257282	2505010	70.630,00
PB	CATOLE DO ROCHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CATOLE DO ROCHA	36000157698201700	148.761,00	81000174	148.761,00	10122201545257282	2603799	148.761,00
PB	CATOLE DO ROCHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CATOLE DO ROCHA	36000157703201700	101.239,00	81000174	101.239,00	10122201545257282	2606364	101.239,00
PB	MARI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000157660201700	400.000,00	81000174	400.000,00	10122201545257282	6690688	400.000,00
PB	PAULISTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000157627201700	37.000,00	81000174	37.000,00	10122201545257282	2613530	37.000,00
PB	PRINCESA ISABEL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE PRINCESA ISABEL	36000157677201700	500.000,00	81000174	500.000,00	10122201545257282	2682656	500.000,00
PE	ARCOVERDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000157347201700	200.000,00	81000174	200.000,00	10122201545257282	2633833	200.000,00
PE	CAMOCIM DE SAO FELIX	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAMOCIM DE SAO FELIX	36000157379201700	264.000,00	81000174	264.000,00	10122201545257282	2703386	264.000,00
PE	IGARASSU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IGARASSU	36000157846201700	750.000,00	81000174	750.000,00	10122201545257282	2639343	750.000,00
PE	IGUARACY	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IGUARACY - PE	36000157443201700	95.000,00	81000174	95.000,00	10122201545257282	2639297	95.000,00
PE	OROBO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE OROBO	36000157895201700	57.000,00	81000174	57.000,00	10122201545257282	2703645	57.000,00
PR	LAPA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000157791201700	400.000,00	81000174	400.000,00	10122201545257282	0017698 0025399 2753162 7169159	32.218,00 120.782,00 47.000,00 200.000,00
RJ	PATY DO ALFERES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000157353201700	23.500,00	81000174	23.500,00	10122201545257282	2277212	23.500,00
RJ	PATY DO ALFERES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000157354201700	5.390,00	81000174	5.390,00	10122201545257282	2277182	5.390,00
RJ	PATY DO ALFERES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000157355201700	3.050,00	81000174	3.050,00	10122201545257282	2277204	3.050,00
RJ	PATY DO ALFERES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000157356201700	2.300,00	81000174	2.300,00	10122201545257282	2295695	2.300,00
RJ	SAO JOAO DE MERITI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000157705201700	2.500.000,00	81000174	2.500.000,00	10122201545257282	2298708	2.500.000,00
RO	NOVA MAMORE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA MAMORE	36000157702201700	150.000,00	81000174	150.000,00	10122201545257282	4001958	150.000,00
RS	CRUZ ALTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CRUZ ALTA	36000157718201700	300.000,00	81000174	300.000,00	10122201545257282	7652038	300.000,00
RS	RIO PARDO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO PARDO	36000157708201700	90.676,00	81000174	90.676,00	10122201545257282	2792974	90.676,00
SC	BIGUACU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BIGUACU	36000157367201700	100.000,00	81000174	100.000,00	10122201545257282	6411169	100.000,00
SC	BRACO DO NORTE	ASSOCIACAO BENEFICENTE SANTA TERESINHA	36000157740201700	100.000,00	81000174	100.000,00	10122201545257282	2665883	100.000,00
SC	CAMBORIU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAMBORIU	36000157362201700	100.000,00	81000174	100.000,00	10122201545257282	2691523	100.000,00
SC	CAMBORIU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAMBORIU	36000157488201700	150.000,00	81000174	150.000,00	10122201545257282	7072414	150.000,00
SC	CAMBORIU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAMBORIU	36000157732201700	200.000,00	81000174	200.000,00	10122201545257282	7072414	200.000,00
SC	CURITIBANOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CURITIBANOS-SC	36000157372201700	100.000,00	81000174	100.000,00	10122201545257282	2302403	100.000,00
SC	IOMERE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IOMERE - FMS - IOMERE	36000157692201700	25.970,00	81000174	25.970,00	10122201545257282	2302713	25.970,00
SC	IPORA DO OESTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPORA DO OESTE	36000157911201700	100.000,00	81000174	100.000,00	10122201545257282	2378469	100.000,00
SC	ITUPORANGA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITUPORANGA	36000157579201700	100.000,00	81000174	100.000,00	10122201545257282	2377829	100.000,00
SC	JARAGUA DO SUL	ASSOCIACAO HOSPITALAR SAO JOSE DE JARAGUA DO SUL	36000157711201700	100.000,00	81000174	100.000,00	10122201545257282	2306336	100.000,00
SC	LAGES	ASSOC BENEFICENTE SEARA DO BEM	36000157701201700	100.000,00	81000174	100.000,00	10122201545257282	2662914	100.000,00
SC	LAGES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LAGES	36000157477201700	750.000,00	81000174	750.000,00	10122201545257282	2662914	750.000,00
SC	LAGES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LAGES	36000157478201700	250.000,00	81000174	250.000,00	10122201545257282	2504316	250.000,00
SC	QUILOMBO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE QUILOMBO	36000157517201700	100.000,00	81000174	100.000,00	10122201545257282	2538334	100.000,00
SC	RIO DO SUL	FUNDACAO DE SAUDE DO ALTO VALE DO ITAJAI	36000157817201700	100.000,00	81000174	100.000,00	10122201545257282	2568713	100.000,00
SC	RIO DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO DO SUL	36000157394201700	100.000,00	81000174	100.000,00	10122201545257282	2379627	100.000,00
SC	RIO FORTUNA	FUNDACAO MEDICO SOCIAL RURAL DE RIO FORTUNA	36000157590201700	100.000,00	81000174	100.000,00	10122201545257282	2386038	100.000,00
SC	SANTO AMARO DA IMPERATRIZ	SOCIEDADE HOSPITALAR SAO FRANCISCO DE ASSIS	36000157735201700	100.000,00	81000174	100.000,00	10122201545257282	2418177	100.000,00
SC	SUL BRASIL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000157449201700	35.000,00	81000174	35.000,00	10122201545257282	2537893	35.000,00
SP	BEBEDOURO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BEBEDOURO	36000157682201700	500.000,00	81000174	500.000,00	10122201545257282	2082381	500.000,00
SP	CAMPO LIMPO PAULISTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPO LIMPO PAULISTA	36000157789201700	100.000,00	81000174	100.000,00	10122201545257282	2087219	100.000,00
SP	CANDIDO MOTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE CANDIDO MOTA	36000157280201700	50.000,00	81000174	50.000,00	10122201545257282	7329806	50.000,00
SP	GARCA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GARCA	36000157770201700	100.000,00	81000174	100.000,00	10122201545257282	2054760	100.000,00
SP	HOLAMBRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE HOLAMBRA	36000157501201700	100.000,00	81000174	100.000,00	10122201545257282	2050935	100.000,00
SP	IBIUNA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IBIUNA	36000157550201700	100.000,00	81000174	100.000,00	10122201545257282	2079615	100.000,00
SP	INDIAPORA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000157836201700	37.530,00	81000174	37.530,00	10122201545257282	2041014	37.530,00
SP	ITUVERAVA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITUVERAVA	36000157555201700	51.000,00	81000174	51.000,00	10122201545257282	3461955	51.000,00
SP	ITUVERAVA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITUVERAVA	36000157557201700	49.000,00	81000174	49.000,00	10122201545257282	3461955	49.000,00
SP	JUNDIAI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000157542201700	250.000,00	81000174	250.000,00	10122201545257282	2701499	250.000,00
SP	LEME	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LEME/SP	36000157563201700	100.000,00	81000174	100.000,00	10122201545257282	5335299	100.000,00
SP	NIPOA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000157538201700	12.600,00	81000174	12.600,00	10122201545257282	2055597	12.600,00
SP	PARDINHO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000157632201700	100.000,00	81000174	100.000,00	10122201545257282	2048183	100.000,00
SP	SALESOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SALESOPOLIS	36000157666201700	500.000,00	81000174	500.000,00	10122201545257282	2079380	500.000,00
SP	SANTA ADELIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA ADELIA	36000157798201700	100.000,00	81000174	100.000,00	10122201545257282	2716216	100.000,00
SP	TAPIRAI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TAPIRAI	36000157596201700	100.000,00	81000174	100.000,00	10122201545257282	2047810	100.000,00
SP	UBATUBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE UBATUBA	36000157869201700	100.000,00	81000174	100.000,00	10122201545257282	3827976	100.000,00
SP	URANIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE URANIA	36000157774201700	55.000,00	81000174	55.000,00	10122201545257282	2073250	55.000,00
TO	COLINAS DO TOCANTINS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000157523201700	250.000,00	81000174	250.000,00	10122201545257282	2765667	250.000,00
TO	PEIXE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PEIXE	36000157403201700	40.799,00	81000174	40.799,00	10122201545257282	2515229	40.799,00
TO	PONTE ALTA DO BOM JESUS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000157457201700	25.484,00	81000174	25.484,00	10122201545257282	2658887	25.484,00
TOTAL			97 PROPOSTAS	24.242.433,00					

PORTARIA Nº 3.321, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos referentes ao incremento temporário do Limite Financeiro da Assistência de Média e Alta Complexidade (MAC).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 788, de 15 de março de 2017, que regulamenta a aplicação das emendas parlamentares que adicionarem recursos ao SUS no exercício de 2017, para incremento do Teto de Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica, com base no disposto no art. 40, § 6º, da Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016, e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria a receber recursos referentes ao incremento temporário do Limite Financeiro da Assistência de Média e Alta Complexidade (MAC).

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação das emendas parlamentares para incremento temporário do Limite Financeiro da Assistência de Média e Alta Complexidade (MAC), observando o disposto no Capítulo II da Portaria nº 788, de 15 de março de 2017.

Art. 3º Os recursos desta Portaria são de natureza de despesa de custeio e onerarão o Bloco de Financiamento da Média e Alta Complexidade, nos termos do anexo.

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidas nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em até seis parcelas, em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DE EMENDAS PARLAMENTARES DESTINADOS AO INCREMENTO TEMPORÁRIO DO TETO DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - MAC

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	CNES	VALOR
CE	PACOTI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PACOTI	36000158087201700	140.000,00	24410007	140.000,00	10122201545250023	2328445	140.000,00
GO	CABECEIRAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CABECEIRAS	36000158149201700	100.000,00	28330006	100.000,00	10122201545250052	2437597	100.000,00
MA	ITAIPAVA DO GRAJAU	MUNICIPIO DE ITAIPAVA DO GRAJAU - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000158317201700	300.000,00	35110003	300.000,00	10122201545250021	7354606	300.000,00
MG	LAVRAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000158207201700	688.375,00	30790002	688.375,00	10122201545250031	2112140	688.375,00
MS	CAMPO GRANDE	FUNDO ESPECIAL DE SAUDE	36000158276201700	661.818,00	14510003	661.818,00	10122201545250054	0009725	661.818,00
MS	CAMPO GRANDE	FUNDO ESPECIAL DE SAUDE	36000158278201700	664.820,00	37830001	664.820,00	10122201545250054	0009725	664.820,00
PB	JURU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000158254201700	150.000,00	27120004	150.000,00	10122201545250025	2321572	150.000,00
PR	ARAPONGAS	ASSOCIACAO NORTE PARANAENSE DE COMBATE AO CANCER	36000158028201700	138.186,00	28740009	138.186,00	10122201545250041	2576341	138.186,00
RJ	MAGE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MAGE	36000158144201700	694.794,00	37070002	694.794,00	10122201545250033	2278332	694.794,00
SC	CAPINZAL	CONGREGACAO DAS SERVAS DE MARIA REPARADORAS	36000157432201700	100.000,00	37860008	100.000,00	10122201545250042	2380331	100.000,00
SP	SANTOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTOS	36000158242201700	250.000,00	36900001	250.000,00	10122201545253908	2698471	250.000,00
SP	SAO JOSE DO RIO PRETO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOSE DO RIO PRETO	36000157271201700	348.510,00	31820008	348.510,00	10122201545253922	2798298	348.510,00
SP	SAO JOSE DO RIO PRETO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOSE DO RIO PRETO	36000157272201700	8.302,00	31820008	8.302,00	10122201545253922	2097613	8.302,00
TOTAL			13 PROPOSTAS	4.244.805,00					

PORTARIA Nº 3.322, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos referentes ao incremento temporário do Limite Financeiro da Assistência de Média e Alta Complexidade (MAC).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 788, de 15 de março de 2017, que regulamenta a aplicação das emendas parlamentares que adicionarem recursos ao SUS no exercício de 2017, para incremento do Teto de Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica, com base no disposto no art. 40, § 6º, da Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016, e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria a receber recursos referentes ao incremento temporário do Limite Financeiro da Assistência de Média e Alta Complexidade (MAC).

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação das emendas parlamentares para incremento temporário do Limite Financeiro da Assistência de Média e Alta Complexidade (MAC), observando o disposto no Capítulo II da Portaria nº 788, de 15 de março de 2017.

Art. 3º Os recursos desta Portaria são de natureza de despesa de custeio e onerarão o Bloco de Financiamento da Média e Alta Complexidade, nos termos do anexo.

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidas nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em até seis parcelas, em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800136

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DE EMENDAS PARLAMENTARES DESTINADOS AO INCREMENTO TEMPORÁRIO DO TETO DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - MAC

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	CNES	VALOR
AL	FLEXEIRAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000158166201700	273.696,00	81000174	273.696,00	10122201545257282	2010887	273.696,00
BA	AMARGOSA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE AMARGOSA	36000157928201700	100.000,00	81000174	100.000,00	10122201545257282	2414244	100.000,00
BA	BARRA DO MENDES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000158035201700	200.000,00	81000174	200.000,00	10122201545257282	4022262	200.000,00
BA	ITATIM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000157959201700	800.000,00	81000174	800.000,00	10122201545257282	2444704	800.000,00
BA	RIO DE CONTAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000158267201700	84.000,00	81000174	84.000,00	10122201545257282	2509636	84.000,00
BA	RIO REAL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO REAL	36000158323201700	450.000,00	81000174	450.000,00	10122201545257282	2653699	450.000,00
BA	SANTA INES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FUMSAUDE	36000157930201700	100.000,00	81000174	100.000,00	10122201545257282	2510936	100.000,00
BA	SANTA MARIA DA VITORIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000158196201700	450.000,00	81000174	450.000,00	10122201545257282	2799804 7057334	300.000,00 150.000,00
BA	SANTO AMARO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - SANTO AMARO	36000158047201700	250.000,00	81000174	250.000,00	10122201545257282	2603284	250.000,00
BA	SANTO AMARO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - SANTO AMARO	36000158048201700	100.000,00	81000174	100.000,00	10122201545257282	3021858	100.000,00
BA	SEABRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000158120201700	100.000,00	81000174	100.000,00	10122201545257282	2602962	100.000,00
CE	BEBERIBE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE BEBERIBE	36000158065201700	800.000,00	81000174	800.000,00	10122201545257282	2372819	800.000,00
CE	QUIXELO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE QUIXELO	36000158007201700	100.000,00	81000174	100.000,00	10122201545257282	2328429	100.000,00
GO	NAZARIO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000158131201700	316.762,00	81000174	316.762,00	10122201545257282	3461289	316.762,00
MA	AFONSO CUNHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE AFONSO CUNHA	36000158256201700	603.000,00	81000174	603.000,00	10122201545257282	7486618	603.000,00
MA	AFONSO CUNHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE AFONSO CUNHA	36000158261201700	102.000,00	81000174	102.000,00	10122201545257282	2306441	102.000,00
MA	AFONSO CUNHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE AFONSO CUNHA	36000158290201700	102.000,00	81000174	102.000,00	10122201545257282	2306441	102.000,00
MA	BALSAS	MUNICIPIO DE BALSAS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000158324201700	230.000,00	81000174	230.000,00	10122201545257282	2450178	230.000,00
MA	BURITI BRAVO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BURITI BRAVO	36000158318201700	800.000,00	81000174	800.000,00	10122201545257282	2307898	800.000,00
MA	BURITICUPU	MUNICIPIO DE BURITICUPU - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000157941201700	600.000,00	81000174	600.000,00	10122201545257282	2450429	600.000,00
MA	COLINAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE COLINAS	36000158321201700	230.000,00	81000174	230.000,00	10122201545257282	2697947	230.000,00
MA	ZE DOCA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ZE DOCA	36000158301201700	163.541,00	81000174	163.541,00	10122201545257282	2465469	163.541,00
MG	LAVRAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000158202201700	200.000,00	81000174	200.000,00	10122201545257282	2112140	200.000,00
PB	MONTEIRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MONTEIRO	36000158250201700	32.000,00	81000174	32.000,00	10122201545257282	6528880	32.000,00
PB	PATOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000158156201700	24.000,00	81000174	24.000,00	10122201545257282	5570522	24.000,00
PR	NOVA ESPERANCA DO SUDOESTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA ESPERANCA DO SUDOESTE	36000158029201700	6.000,00	81000174	6.000,00	10122201545257282	5468051	6.000,00
PR	SAO MANOEL DO PARANA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO MANOEL DO PARANA	36000158206201700	7.682,00	81000174	7.682,00	10122201545257282	2734648	7.682,00
TOTAL			27 PROPOSTAS	7.224.681,00					

PORTARIA Nº 3.323, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017

Habilita Municípios a receberem recursos referentes ao incremento temporário do Piso da Atenção Básica (PAB).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 788, de 15 de março de 2017, que regulamenta a aplicação das emendas parlamentares que adicionarem recursos ao SUS no exercício de 2017, para incremento do Teto de Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica, com base no disposto no art. 40, § 6º, da Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016, e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Município descrito no anexo a esta Portaria a receber recursos referentes ao incremento temporário do Piso da Atenção Básica (PAB).

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação das emendas parlamentares para incremento temporário do Piso da Atenção Básica (PAB), observando o disposto no Capítulo II da Portaria nº 788, de 15 de março de 2017.

Art. 3º Os recursos desta Portaria são de natureza de despesa de custeio e onerarão o Bloco de Financiamento da Atenção Básica, nos termos do anexo.

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em até seis parcelas, em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

Entes Habilitados para Recebimento de recurso de emenda para incremento temporário do componente de custeio do Piso de Atenção Básica (PAB)

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
AL	JACUIPE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JACUIPE	36000157285201700	81000173	200.000,00	200.000,00	10122201545257280
AL	MONTEIROPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MONTEIROPOLIS	36000157935201700	81000173	200.000,00	200.000,00	10122201545257280
AL	PASSO DE CAMARAGIBE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PASSO DE CAMARAGIBE	36000157348201700	81000173	250.000,00	250.000,00	10122201545257280
AM	URUCURITUBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE URUCURITUBA	36000157620201700	81000173	400.000,00	400.000,00	10122201545257280
AP	AMAPA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE AMAPA	36000157329201700	81000173	43.746,00	43.746,00	10122201545257280
AP	LARANJAL DO JARI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LARANJAL DO JARI	36000157251201700	81000173	1.100.000,00	1.100.000,00	10122201545257280
AP	OIAPOQUE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE OIAPOQUE	36000157366201700	81000173	600.000,00	600.000,00	10122201545257280
AP	PEDRA BRANCA DO AMAPARI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000157248201700	81000173	500.000,00	500.000,00	10122201545257280

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800137

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

BA	CALDEIRAO GRANDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CALDEIRAO GRANDE	36000157364201700	81000173	200.000,00	200.000,00	10122201545257280
BA	CAMACAN	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAMACAN	36000157322201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
BA	CAMACAN	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAMACAN	36000157626201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
BA	CATURAMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CATURAMA	36000157726201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
BA	CHORROCHO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CHORROCHO	36000157401201700	81000173	200.000,00	200.000,00	10122201545257280
BA	CIPO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000157247201700	81000173	440.000,00	440.000,00	10122201545257280
BA	ERICO CARDOSO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ERICO CARDOSO	36000157694201700	81000173	185.000,00	185.000,00	10122201545257280
BA	FATIMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FATIMA	36000157312201700	81000173	200.000,00	200.000,00	10122201545257280
BA	GLORIA	FMS-FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000157309201700	81000173	250.000,00	250.000,00	10122201545257280
BA	IPIAU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FUMSAUDE	36000157370201700	81000173	291.000,00	291.000,00	10122201545257280
BA	JACARACI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE JACARACI	36000157544201700	81000173	300.000,00	300.000,00	10122201545257280
BA	JUCURUCU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000157655201700	81000173	300.000,00	300.000,00	10122201545257280
BA	JUSSARI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JUSSARI	36000157844201700	81000173	300.000,00	300.000,00	10122201545257280
BA	MAIQUINIQUE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MAIQUINIQUE	36000157647201700	81000173	500.000,00	500.000,00	10122201545257280
BA	MARACAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000157572201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
BA	MIGUEL CALMON	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000157903201700	81000173	200.000,00	200.000,00	10122201545257280
BA	MUQUEM DE SAO FRANCISCO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000157345201700	81000173	200.000,00	200.000,00	10122201545257280
BA	NOVO TRIUNFO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVO TRIUNFO	36000157313201700	81000173	250.000,00	250.000,00	10122201545257280
BA	PLANALTO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PLANALTO	36000157239201700	81000173	200.000,00	200.000,00	10122201545257280
BA	RIO DO PIRES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO DO PIRES	36000157350201700	81000173	400.000,00	400.000,00	10122201545257280
BA	RODELAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RODELAS	36000157411201700	81000173	200.000,00	200.000,00	10122201545257280
BA	SANTA LUZIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA LUZIA	36000157867201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
BA	SAO DOMINGOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO DOMINGOS	36000157500201700	81000173	300.000,00	300.000,00	10122201545257280
BA	UNA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE UNA	36000157281201700	81000173	400.000,00	400.000,00	10122201545257280
BA	VALENCA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FUMSAUDE	36000157856201700	81000173	500.000,00	500.000,00	10122201545257280
BA	VARZEDO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FUNSAUDE	36000157525201700	81000173	1.000.000,00	1.000.000,00	10122201545257280
BA	VITORIA DA CONQUISTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000157505201700	81000173	300.000,00	300.000,00	10122201545257280
CE	ACOPIARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ACOPIARA	36000157748201700	81000173	500.000,00	500.000,00	10122201545257280
CE	ALTO SANTO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ALTO SANTO	36000157715201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
CE	ARNEIROZ	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARNEIROZ	36000157910201700	81000173	500.000,00	500.000,00	10122201545257280
CE	AURORA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE AURORA	36000157917201700	81000173	500.000,00	500.000,00	10122201545257280
CE	BAIXIO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BAIXIO	36000157918201700	81000173	500.000,00	500.000,00	10122201545257280
CE	CARIUS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CARIUS	36000157631201700	81000173	2.565.000,00	2.565.000,00	10122201545257280
CE	CARNAUBAL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CARNAUBAL-CE	36000157912201700	81000173	1.500.000,00	1.500.000,00	10122201545257280
CE	CEDRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CEDRO	36000157771201700	81000173	1.000.000,00	1.000.000,00	10122201545257280
CE	CRUZ	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CRUZ	36000157332201700	81000173	1.859.600,00	1.859.600,00	10122201545257280
CE	FORTIM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FORTIM/CE	36000157581201700	81000173	591.000,00	591.000,00	10122201545257280
CE	GRANJEIRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GRANJEIRO	36000157919201700	81000173	600.000,00	600.000,00	10122201545257280
CE	HORIZONTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE HORIZONTE-CEARA	36000157871201700	81000173	500.000,00	500.000,00	10122201545257280
CE	INDEPENDENCIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE INDEPENDENCIA	36000157889201700	81000173	500.000,00	500.000,00	10122201545257280
CE	IPAUMIRIM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPAUMIRIM	36000157905201700	81000173	500.000,00	500.000,00	10122201545257280
CE	ITAPIUNA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAPIUNA	36000157681201700	81000173	200.000,00	200.000,00	10122201545257280
CE	JAGUARETAMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JAGUARETAMA	36000157921201700	81000173	500.000,00	500.000,00	10122201545257280
CE	JAGUARIBARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JAGUARIBARA	36000157451201700	81000173	200.000,00	200.000,00	10122201545257280
CE	JARDIM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARDIM	36000157761201700	81000173	1.500.000,00	1.500.000,00	10122201545257280
CE	JUAZEIRO DO NORTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JUAZEIRO DO NORTE	36000157819201700	81000173	2.000.000,00	2.000.000,00	10122201545257280
CE	JUAZEIRO DO NORTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JUAZEIRO DO NORTE	36000157821201700	81000173	500.000,00	500.000,00	10122201545257280
CE	JUAZEIRO DO NORTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JUAZEIRO DO NORTE	36000157873201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
CE	MADALENA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MADALENA	36000157669201700	81000173	500.000,00	500.000,00	10122201545257280
CE	MARCO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MARCO	36000157882201700	81000173	1.000.000,00	1.000.000,00	10122201545257280
CE	MASSAPE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000157878201700	81000173	2.000.000,00	2.000.000,00	10122201545257280
CE	MILHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE MILHA	36000157676201700	81000173	1.000.000,00	1.000.000,00	10122201545257280
CE	MOMBACA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MOMBACA	36000157696201700	81000173	1.067.910,00	1.067.910,00	10122201545257280
CE	MORRINHOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MORRINHOS	36000157881201700	81000173	500.000,00	500.000,00	10122201545257280
CE	PIQUET CARNEIRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PIQUET CARNEIRO	36000157875201700	81000173	500.000,00	500.000,00	10122201545257280
CE	PORTEIRAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PORTEIRAS	36000157929201700	81000173	1.000.000,00	1.000.000,00	10122201545257280
CE	POTENGI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE POTENGI	36000157920201700	81000173	546.784,00	546.784,00	10122201545257280
CE	SALITRE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SALITRE	36000157924201700	81000173	500.000,00	500.000,00	10122201545257280
CE	SANTA QUITERIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE SANTA QUITERIA	36000157898201700	81000173	660.000,00	660.000,00	10122201545257280
CE	SANTANA DO ACARAU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000157861201700	81000173	1.000.000,00	1.000.000,00	10122201545257280
CE	SENADOR POMPEU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SENADOR POMPEU	36000157235201700	81000173	2.000.000,00	2.000.000,00	10122201545257280
CE	SENADOR POMPEU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SENADOR POMPEU	36000157693201700	81000173	500.000,00	500.000,00	10122201545257280
CE	SOLONOPOLE	FUNDO MUNCIPAL DE SAUDE DE SOLONOPLE	36000157767201700	81000173	500.000,00	500.000,00	10122201545257280
CE	TURURU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TURURU	36000157782201700	81000173	500.000,00	500.000,00	10122201545257280
CE	URUBURETAMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE URUBURETAMA	36000157805201700	81000173	500.000,00	500.000,00	10122201545257280
CE	VARJOTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VARJOTA	36000157623201700	81000173	900.000,00	900.000,00	10122201545257280
CE	VARZEA ALEGRE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VARZEA ALEGRE	36000157926201700	81000173	1.000.000,00	1.000.000,00	10122201545257280
CE	VARZEA ALEGRE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VARZEA ALEGRE	36000157927201700	81000173	768.782,00	768.782,00	10122201545257280
ES	DOMINGOS MARTINS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DOMINGOS MARTINS	36000157297201700	81000173	250.000,00	250.000,00	10122201545257280
ES	ECOPORANGA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ECOPORANGA	36000157536201700	81000173	500.000,00	500.000,00	10122201545257280
ES	JOAO NEIVA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOAO NEIVA	36000157284201700	81000173	500.000,00	500.000,00	10122201545257280
ES	MUNIZ FREIRE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000157306201700	81000173	350.000,00	350.000,00	10122201545257280
ES	SANTA TERESA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA TERESA	36000157716201700	81000173	300.000,00	300.000,00	10122201545257280
ES	SAO GABRIEL DA PALHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO GABRIEL DA PALHA	36000157294201700	81000173	500.000,00	500.000,00	10122201545257280
GO	ALOANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	36000157594201700	81000173	300.000,00	300.000,00	10122201545257280
GO	ARAGUAPAZ	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARAGUAPAZ	36000157260201700	81000173	800.000,00	800.000,00	10122201545257280
GO	ITARUMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000157611201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
GO	PONTALINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PONTALINA	36000157375201700	81000173	1.100.000,00	1.100.000,00	10122201545257280
GO	SANCLERLANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000157337201700	81000173	59.278,00	59.278,00	10122201545257280
GO	URUACU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE URUACU	36000157278201700	81000173	300.000,00	300.000,00	10122201545257280
MA	CANTANHEDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000157506201700	81000173	700.000,00	700.000,00	10122201545257280
MA	CODO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000157830201700	81000173	350.000,00	350.000,00	10122201545257280
MA	PEDREIRAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PEDREIRAS	36000157649201700	81000173	200.000,00	200.000,00	10122201545257280
MA	PERITORO	SMS/FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PERITORO	36000157602201700	81000173	200.000,00	200.000,00	10122201545257280
MA	PINDARE-MIRIM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000157825201700	81000173	230.000,00	230.000,00	10122201545257280
MA	PINDARE-MIRIM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000157826201700	81000173	270.000,00	270.000,00	10122201545257280
MA	ROSARIO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE ROSARIO	36000157497201700	81000173	3.700.000,00	3.700.000,00	10122201545257280
MA	SANTA HELENA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE SANTA HELENA	36000157797201700	81000173	2.100.000,00	2.100.000,00	10122201545257280
MA	VITORIA DO MEARIM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VITORIA DO MEARIM	36000157498201700	81000173	4.200.000,00	4.200.000,00	10122201545257280

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800138

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MG	ABADIA DOS DOURADOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ABADIA DOS DOURADOS	36000157570201700	81000173	200.000,00	200.000,00	10122201545257280
MG	BRAZOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000157468201700	81000173	200.000,00	200.000,00	10122201545257280
MG	CAMACHO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAMACHO	36000157576201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
MG	CAPELINHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000157796201700	81000173	500.000,00	500.000,00	10122201545257280
MG	CARVALHOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000157568201700	81000173	306.242,00	306.242,00	10122201545257280
MG	CEDRO DO ABAETE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000157592201700	81000173	285.628,00	285.628,00	10122201545257280
MG	CLAUDIO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CLAUDIO	36000157352201700	81000173	400.000,00	400.000,00	10122201545257280
MG	CONSOLACAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000157463201700	81000173	150.000,00	150.000,00	10122201545257280
MG	CONSOLACAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000157777201700	81000173	42.680,00	42.680,00	10122201545257280
MG	CORREGO DO BOM JESUS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE CORREGO DO BOM JESUS	36000157417201700	81000173	150.000,00	150.000,00	10122201545257280
MG	CORREGO DO BOM JESUS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE CORREGO DO BOM JESUS	36000157862201700	81000173	150.000,00	150.000,00	10122201545257280
MG	ESPIRITO SANTO DO DOURADO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ESPIRITO SANTO DO DOURADO	36000157441201700	81000173	200.000,00	200.000,00	10122201545257280
MG	FORMIGA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000157349201700	81000173	750.000,00	750.000,00	10122201545257280
MG	GRAO MOGOL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	36000157763201700	81000173	500.000,00	500.000,00	10122201545257280
MG	ITAMONTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000157470201700	81000173	250.000,00	250.000,00	10122201545257280
MG	ITAPEVA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000157455201700	81000173	150.000,00	150.000,00	10122201545257280
MG	ITAPEVA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000157756201700	81000173	150.000,00	150.000,00	10122201545257280
MG	ITUTINGA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITUTINGA	36000157422201700	81000173	250.000,00	250.000,00	10122201545257280
MG	ITUTINGA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITUTINGA	36000157589201700	81000173	216.000,00	216.000,00	10122201545257280
MG	LEANDRO FERREIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LEANDRO FERREIRA	36000157547201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
MG	MARAVILHAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MARAVILHAS	36000157751201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
MG	MATA VERDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000157448201700	81000173	250.000,00	250.000,00	10122201545257280
MG	MATEUS LEME	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MATEUS LEME	36000157663201700	81000173	500.000,00	500.000,00	10122201545257280
MG	MATO VERDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE MATO VERDE-MG	36000157428201700	81000173	300.000,00	300.000,00	10122201545257280
MG	MORRO DA GARCA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000157363201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
MG	OURO FINO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000157710201700	81000173	600.000,00	600.000,00	10122201545257280
MG	PARAISOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000157496201700	81000173	187.000,00	187.000,00	10122201545257280
MG	PERDIGAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000157643201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
MG	SANTA RITA DE CALDAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000157404201700	81000173	250.000,00	250.000,00	10122201545257280
MG	SANTO ANTONIO DO MONTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000157744201700	81000173	500.000,00	500.000,00	10122201545257280
MG	SAO GONCALO DO SAPUCAI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000157405201700	81000173	200.000,00	200.000,00	10122201545257280
MG	TAPIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000157813201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
MS	CAMAPUA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000157283201700	81000173	350.000,00	350.000,00	10122201545257280
MS	CAMPO GRANDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000157438201700	81000173	1.000.000,00	1.000.000,00	10122201545257280
MS	GUIA LOPES DA LAGUNA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000157437201700	81000173	300.000,00	300.000,00	10122201545257280
MS	NOVA ALVORADA DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA ALVORADA DO SUL	36000157925201700	81000173	700.000,00	700.000,00	10122201545257280
PA	SANTAREM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE-FMS	36000157344201700	81000173	250.000,00	250.000,00	10122201545257280
PB	BAIA DA TRAICAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BAIA DA TRAICAO-PB	36000157900201700	81000173	200.000,00	200.000,00	10122201545257280
PB	BREJO DO CRUZ	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BREJO DO CRUZ	36000157460201700	81000173	150.000,00	150.000,00	10122201545257280
PB	BREJO DO CRUZ	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BREJO DO CRUZ	36000157670201700	81000173	150.000,00	150.000,00	10122201545257280
PB	CAJAZEIRAS	MUNICIPIO DE CAJAZEIRAS FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	36000157645201700	81000173	129.370,00	129.370,00	10122201545257280
PB	CARRAPATEIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000157794201700	81000173	200.000,00	200.000,00	10122201545257280
PB	CONDADO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000157487201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
PB	CONDADO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000157650201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
PB	DIAMANTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DIAMANTE	36000157583201700	81000173	200.000,00	200.000,00	10122201545257280
PB	EMAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000157665201700	81000173	200.000,00	200.000,00	10122201545257280
PB	IBIARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IBIARA	36000157656201700	81000173	200.000,00	200.000,00	10122201545257280
PB	INGA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE INGA/PB	36000157462201700	81000173	200.000,00	200.000,00	10122201545257280
PB	INGA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE INGA/PB	36000157671201700	81000173	200.000,00	200.000,00	10122201545257280
PB	LIVRAMENTO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000157619201700	81000173	200.000,00	200.000,00	10122201545257280
PB	MARI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000157662201700	81000173	200.000,00	200.000,00	10122201545257280
PB	MASSARANDUBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000157657201700	81000173	211.000,00	211.000,00	10122201545257280
PB	MOGEIRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MOGEIRO	36000157888201700	81000173	200.000,00	200.000,00	10122201545257280
PB	PARARI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PARARI	36000157480201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
PB	PARARI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PARARI	36000157661201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
PB	PAULISTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000157630201700	81000173	163.000,00	163.000,00	10122201545257280
PB	PEDRA BRANCA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PEDRA BRANCA	36000157577201700	81000173	200.000,00	200.000,00	10122201545257280
PB	PRATA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE PRATA	36000157464201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
PB	PRATA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE PRATA	36000157820201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
PB	PRINCESA ISABEL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE PRINCESA ISABEL	36000157652201700	81000173	200.000,00	200.000,00	10122201545257280
PB	RIACHAO DO BACAMARTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - RIACHAO DO BACAMARTE - PB	36000157466201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
PB	RIACHAO DO BACAMARTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - RIACHAO DO BACAMARTE - PB	36000157785201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
PB	SAO DOMINGOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO DOMINGOS	36000157668201700	81000173	200.000,00	200.000,00	10122201545257280
PB	SAO JOSE DO BREJO DO CRUZ	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000157689201700	81000173	200.000,00	200.000,00	10122201545257280
PB	SAO JOSE DOS CORDEIROS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOSE DOS CORDEIROS - PB	36000157484201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
PB	SAO JOSE DOS CORDEIROS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOSE DOS CORDEIROS - PB	36000157667201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
PB	VISTA SERRANA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000157598201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
PE	ARARIPINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000157857201700	81000173	1.000.000,00	1.000.000,00	10122201545257280
PE	CAMOCIM DE SAO FELIX	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAMOCIM DE SAO FELIX	36000157389201700	81000173	236.000,00	236.000,00	10122201545257280
PE	CORTES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CORTES	36000157399201700	81000173	250.000,00	250.000,00	10122201545257280
PE	GAMELEIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DA GAMELEIRA	36000157858201700	81000173	200.000,00	200.000,00	10122201545257280
PE	IGARASSU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IGARASSU	36000157843201700	81000173	750.000,00	750.000,00	10122201545257280
PE	IGUARACY	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IGUARACY - PE	36000157444201700	81000173	155.000,00	155.000,00	10122201545257280
PE	JAQUEIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JAQUEIRA	36000157502201700	81000173	150.000,00	150.000,00	10122201545257280
PE	OROBO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE OROBO	36000157893201700	81000173	943.000,00	943.000,00	10122201545257280
PE	POCAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000157499201700	81000173	200.000,00	200.000,00	10122201545257280
PE	SALGUEIRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000157933201700	81000173	500.000,00	500.000,00	10122201545257280
PE	SAO JOSE DA COROA GRANDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOSE DA COROA GRANDE	36000157407201700	81000173	200.000,00	200.000,00	10122201545257280
PE	XEXEU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000157376201700	81000173	300.000,00	300.000,00	10122201545257280
PI	DOM INOCENCIO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000157582201700	81000173	586.454,00	586.454,00	10122201545257280
PR	ABATIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - MUNICIPIO DE ABATIA	36000157430201700	81000173	200.000,00	200.000,00	10122201545257280
PR	ARAUCARIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARAUCARIA	36000157346201700	81000173	2.500.000,00	2.500.000,00	10122201545257280
PR	CAMPO LARGO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAMPO LARGO	36000157393201700	81000173	1.500.000,00	1.500.000,00	10122201545257280
PR	CONTENDA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE CONTENDA	36000157400201700	81000173	200.000,00	200.000,00	10122201545257280

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800139

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PR	CORBELIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	36000157923201700	81000173	200.000,00	200.000,00	10122201545257280
PR	ENEAS MARQUES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000157264201700	81000173	500.000,00	500.000,00	10122201545257280
PR	FRANCISCO BELTRAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRANCISCO BELTRAO	36000157397201700	81000173	500.000,00	500.000,00	10122201545257280
PR	IBAITI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IBAITI	36000157340201700	81000173	400.000,00	400.000,00	10122201545257280
PR	INAJA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE INAJA PARANA	36000157884201700	81000173	92.010,00	92.010,00	10122201545257280
PR	KALORE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE KALORE	36000157899201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
PR	LARANJAL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE LARANJAL	36000157530201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
PR	LARANJEIRAS DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LARANJEIRAS DO SUL	36000157236201700	81000173	500.000,00	500.000,00	10122201545257280
PR	LEOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE LEOPOLIS	36000157815201700	81000173	200.000,00	200.000,00	10122201545257280
PR	MERCEDES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000157637201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
PR	MIRADOR	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000157850201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
PR	MOREIRA SALES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000157868201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
PR	PALMITAL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - MUNICIPIO DE PALMITAL PARANA	36000157291201700	81000173	300.000,00	300.000,00	10122201545257280
PR	PEROLA D"OESTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PEROLA D"OESTE	36000157713201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
PR	PITANGA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - MUNICIPIO DE PITANGA PARANA	36000157409201700	81000173	1.000.000,00	1.000.000,00	10122201545257280
PR	PORTO VITORIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000157269201700	81000173	250.000,00	250.000,00	10122201545257280
PR	PORTO VITORIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000157316201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
PR	QUATRO BARRAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE QUATRO BARRAS	36000157816201700	81000173	200.000,00	200.000,00	10122201545257280
PR	QUEDAS DO IGUACU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE QUEDAS DO IGUACU	36000157473201700	81000173	200.000,00	200.000,00	10122201545257280
PR	REALEZA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE REALEZA	36000157319201700	81000173	500.000,00	500.000,00	10122201545257280
PR	SALTO DO LONTRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SALTO DO LONTRA	36000157651201700	81000173	182.937,00	182.937,00	10122201545257280
PR	SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO	36000157303201700	81000173	245.000,00	245.000,00	10122201545257280
PR	SANTA HELENA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000157253201700	81000173	350.000,00	350.000,00	10122201545257280
PR	SANTA LUCIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA LUCIA	36000157276201700	81000173	149.511,00	149.511,00	10122201545257280
PR	SANTA MONICA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA MONICA	36000157612201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
PR	SAO MIGUEL DO IGUACU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000157249201700	81000173	350.489,00	350.489,00	10122201545257280
PR	SAPOPEMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000157452201700	81000173	200.000,00	200.000,00	10122201545257280
PR	SERTANEJA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000157365201700	81000173	200.000,00	200.000,00	10122201545257280
PR	UNIAO DA VITORIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FUNSAUDE	36000157295201700	81000173	1.000.000,00	1.000.000,00	10122201545257280
PR	UNIAO DA VITORIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FUNSAUDE	36000157318201700	81000173	200.000,00	200.000,00	10122201545257280
PR	VERA CRUZ DO OESTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VERA CRUZ DO OESTE	36000157853201700	81000173	200.000,00	200.000,00	10122201545257280
PR	VERE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - VERE	36000157293201700	81000173	400.000,00	400.000,00	10122201545257280
RJ	ANGRA DOS REIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANGRA DOS REIS	36000157574201700	81000173	800.000,00	800.000,00	10122201545257280
RJ	CABO FRIO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CABO FRIO	36000157641201700	81000173	500.000,00	500.000,00	10122201545257280
RJ	SAO FRANCISCO DE ITABAPOANA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000157684201700	81000173	500.000,00	500.000,00	10122201545257280
RO	CUJUBIM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CUJUBIM	36000157621201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
RO	VALE DO PARAISO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VALE DO PARAISO	36000157683201700	81000173	150.000,00	150.000,00	10122201545257280
RS	MARQUES DE SOUZA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE MARQUES DE SOUZA	36000157731201700	81000173	200.000,00	200.000,00	10122201545257280
RS	NOVO BARREIRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE(FMS)	36000157599201700	81000173	148.954,00	148.954,00	10122201545257280
RS	PALMEIRA DAS MISSOES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000157300201700	81000173	200.000,00	200.000,00	10122201545257280
RS	PEDRAS ALTAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000157802201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
RS	PIRATINI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000157601201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
RS	RIO PARDO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO PARDO	36000157707201700	81000173	409.324,00	409.324,00	10122201545257280
RS	RONDA ALTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RONDA ALTA	36000157827201700	81000173	150.000,00	150.000,00	10122201545257280
RS	SAGRADA FAMILIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000157616201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
RS	SALVADOR DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000157624201700	81000173	250.000,00	250.000,00	10122201545257280
RS	TUNAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TUNAS	36000157635201700	81000173	150.000,00	150.000,00	10122201545257280
RS	VANINI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000157840201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
SC	ALFREDO WAGNER	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ALFREDO WAGNER	36000157778201700	81000173	250.000,00	250.000,00	10122201545257280
SC	ALTO BELA VISTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000157721201700	81000173	150.000,00	150.000,00	10122201545257280
SC	ANCHIETA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANCHIETA	36000157781201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
SC	ATALANTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ATALANTA	36000157833201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
SC	BOMBINHAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000157395201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
SC	BRUSQUE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000157471201700	81000173	200.000,00	200.000,00	10122201545257280
SC	CAIBI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAIBI SC	36000157722201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
SC	CAXAMBU DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAXAMBU DO SUL	36000157720201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
SC	CORONEL FREITAS	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE DE CORONEL FREITAS	36000157728201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
SC	CORONEL MARTINS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CORONEL MARTINS	36000157818201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
SC	CUNHA PORA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE CUNHA PORA	36000157723201700	81000173	200.000,00	200.000,00	10122201545257280
SC	DESCANSO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000157835201700	81000173	150.000,00	150.000,00	10122201545257280
SC	GARUVA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000157859201700	81000173	200.000,00	200.000,00	10122201545257280
SC	GRAVATAL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000157614201700	81000173	300.000,00	300.000,00	10122201545257280
SC	GUARUJA DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARUJA DO SUL	36000157841201700	81000173	150.000,00	150.000,00	10122201545257280
SC	IBIRAMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000157934201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
SC	IPIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPIRA	36000157855201700	81000173	200.000,00	200.000,00	10122201545257280
SC	IPUACU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000157749201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
SC	IRACEMINHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IRACEMINHA	36000157887201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
SC	IRANI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IRANI	36000157908201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
SC	JABORA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JABORA	36000157847201700	81000173	150.000,00	150.000,00	10122201545257280
SC	JAGUARUNA	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE	36000157476201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
SC	JOINVILLE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOINVILLE	36000157396201700	81000173	200.000,00	200.000,00	10122201545257280
SC	MONTE CARLO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000157374201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
SC	MORRO DA FUMACA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MORRO DA FUMACA	36000157410201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
SC	PALMITOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PALMITOS	36000157730201700	81000173	400.000,00	400.000,00	10122201545257280
SC	PASSOS MAIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PASSOS MAIA	36000157543201700	81000173	150.000,00	150.000,00	10122201545257280
SC	PERITIBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PERITIBA	36000157860201700	81000173	150.000,00	150.000,00	10122201545257280

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800140

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SC	PINHALZINHO	FUNDO DE SAUDE DE PINHALZINHO	36000157736201700	81000173	600.000,00	600.000,00	10122201545257280
SC	RANCHO QUEIMADO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RANCHO QUEIMADO	36000157788201700	81000173	54.950,00	54.950,00	10122201545257280
SC	SANTA TEREZINHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA TEREZINHA	36000157824201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
SC	SAO DOMINGOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO DOMINGOS	36000157725201700	81000173	200.000,00	200.000,00	10122201545257280
SC	SAO JOAO DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000157872201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
SC	SAO LUDGERO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS DE SAO LUDGERO	36000157520201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
SC	SAO MARTINHO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO MARTINHO	36000157472201700	81000173	200.000,00	200.000,00	10122201545257280
SC	SAUDADES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAUDADES	36000157373201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
SC	SUL BRASIL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000157450201700	81000173	65.000,00	65.000,00	10122201545257280
SC	UNIAO DO OESTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE UNIAO DO OESTE	36000157849201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
SC	URUPEMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE URUPEMA	36000157429201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
SC	VARGEAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE VARGEAO	36000157556201700	81000173	150.000,00	150.000,00	10122201545257280
SC	VARGEM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VARGEM	36000157706201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
SP	AGUAS DE LINDOIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE AGUAS DE LINDOIA	36000157561201700	81000173	300.000,00	300.000,00	10122201545257280
SP	ALFREDO MARCONDES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ALFREDO MARCONDES	36000157822201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
SP	ANGATUBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000157371201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
SP	APIAI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000157863201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
SP	BILAC	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BILAC	36000157265201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
SP	BOA ESPERANCA DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BOA ESPERANCA DO SUL	36000157267201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
SP	BURITIZAL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BURITIZAL	36000157535201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
SP	CACONDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CACONDE	36000157262201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
SP	CANDIDO MOTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE CANDIDO MOTA	36000157279201700	81000173	50.000,00	50.000,00	10122201545257280
SP	DESCALVADO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE DESCALVADO	36000157549201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
SP	FRANCISCO MORATO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000157307201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
SP	GUAICARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUAICARA	36000157808201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
SP	GUAPIACU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUAPIACU	36000157580201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
SP	GUARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000157854201700	81000173	500.000,00	500.000,00	10122201545257280
SP	GUARATINGUETA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARATINGUETA	36000157809201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
SP	IBIRAREMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000157922201700	81000173	200.000,00	200.000,00	10122201545257280
SP	ILHA SOLTEIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ILHA SOLTEIRA	36000157654201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
SP	INDIAPORA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000157433201700	81000173	48.475,00	48.475,00	10122201545257280
SP	IPIGUA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE IPIGUA	36000157600201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
SP	JARDINOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - JARDINOPOLIS	36000157870201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
SP	JERIQUARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JERIQUARA	36000157615201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
SP	JERIQUARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JERIQUARA	36000157617201700	81000173	55.348,00	55.348,00	10122201545257280
SP	JULIO MESQUITA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JULIO MESQUITA	36000157618201700	81000173	150.000,00	150.000,00	10122201545257280
SP	LOUVEIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LOUVEIRA	36000157733201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
SP	LUIS ANTONIO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000157688201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
SP	LUPERCIO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LUPERCIO	36000157622201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
SP	MAIRINQUE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE MAIRINQUE	36000157575201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
SP	MARTINOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MARTINOPOLIS	36000157915201700	81000173	400.000,00	400.000,00	10122201545257280
SP	MIRA ESTRELA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MIRA ESTRELA	36000157244201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
SP	NIPOA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000157704201700	81000173	87.400,00	87.400,00	10122201545257280
SP	NOVA CASTILHO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE NOVA CASTILHO	36000157566201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
SP	PARIQUERA-ACU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000157613201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
SP	PARISI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PARISI	36000157747201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
SP	PIACATU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PIACATU	36000157546201700	81000173	50.000,00	50.000,00	10122201545257280
SP	PIEDADE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000157541201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
SP	POMPEIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE POMPEIA	36000157562201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
SP	PRESIDENTE PRUDENTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000157554201700	81000173	500.000,00	500.000,00	10122201545257280
SP	RIBEIRAO PRETO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIBEIRAO PRETO	36000157883201700	81000173	350.000,00	350.000,00	10122201545257280
SP	SANTO ANTONIO DE POSSE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTO ANTONIO DE POSSE	36000157848201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
SP	SANTOPOLIS DO AGUAPEI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - MUNICIPIO DE SANTOPOLIS DO AGUAPEI	36000157540201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
SP	SOCORRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SOCORRO	36000157717201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
SP	SUZANO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SUZANO	36000157724201700	81000173	600.000,00	600.000,00	10122201545257280
SP	TAMBAU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000157659201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
SP	TAQUARAL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000157709201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
SP	URANIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE URANIA	36000157779201700	81000173	45.000,00	45.000,00	10122201545257280
TO	ABREULANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ABREULANDIA - TOCANTINS	36000157341201700	81000173	200.000,00	200.000,00	10122201545257280
TO	ALIANCA DO TOCANTINS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000157327201700	81000173	250.000,00	250.000,00	10122201545257280
TO	ALVORADA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ALVORADA	36000157492201700	81000173	200.000,00	200.000,00	10122201545257280
TO	ARAGUACU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000157558201700	81000173	250.000,00	250.000,00	10122201545257280
TO	AURORA DO TOCANTINS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE AURORA DO TOCANTINS - TO	36000157610201700	81000173	150.000,00	150.000,00	10122201545257280
TO	BABACULANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000157529201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
TO	CHAPADA DA NATIVIDADE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CHAPADA DA NATIVIDADE	36000157527201700	81000173	150.000,00	150.000,00	10122201545257280
TO	FIGUEIROPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FIGUEIROPOLIS	36000157418201700	81000173	300.000,00	300.000,00	10122201545257280
TO	FILADELFIA	FUNDO MUNICUIPAL DE SAUDE	36000157560201700	81000173	100.000,00	100.000,00	10122201545257280
TO	FORMOSO DO ARAGUAIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE FORMOSO DO ARAGUAIA	36000157760201700	81000173	300.000,00	300.000,00	10122201545257280
TO	GUARAI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000157792201700	81000173	250.000,00	250.000,00	10122201545257280
TO	LAVANDEIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LAVANDEIRA	36000157519201700	81000173	121.312,00	121.312,00	10122201545257280
TO	MAURILANDIA DO TOCANTINS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MAURILANDIA DO TOCANTINS	36000157904201700	81000173	150.000,00	150.000,00	10122201545257280
TO	MIRACEMA DO TOCANTINS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000157851201700	81000173	250.000,00	250.000,00	10122201545257280
TO	NOVO ALEGRE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVO ALEGRE	36000157518201700	81000173	150.000,00	150.000,00	10122201545257280
TO	PEIXE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PEIXE	36000157406201700	81000173	209.201,00	209.201,00	10122201545257280
TO	PONTE ALTA DO BOM JESUS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000157458201700	81000173	174.516,00	174.516,00	10122201545257280
TO	SANTA TEREZA DO TOCANTINS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA TEREZA DO TOCANTINS	36000157308201700	81000173	200.000,00	200.000,00	10122201545257280
TO	SANTA TEREZA DO TOCANTINS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA TEREZA DO TOCANTINS	36000157896201700	81000173	172.964,00	172.964,00	10122201545257280
TOTAL			334 PROPOSTAS			116.401.865,00	

PORTARIA Nº 3.324, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017

Habilita Municípios a receberem recursos referentes ao incremento temporário do Piso da Atenção Básica (PAB).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 788, de 15 de março de 2017, que regulamenta a aplicação das emendas parlamentares que adicionarem recursos ao SUS no exercício de 2017, para incremento do Teto de Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica, com base no disposto no art. 40, § 6º, da Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016, e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Município descrito no anexo a esta Portaria a receber recursos referentes ao incremento temporário do Piso da Atenção Básica (PAB).

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação das emendas parlamentares para incremento temporário do Piso da Atenção Básica (PAB), observando o disposto no Capítulo II da Portaria nº 788, de 15 de março de 2017.

Art. 3º Os recursos desta Portaria são de natureza de despesa de custeio e onerarão o Bloco de Financiamento da Atenção Básica, nos termos do anexo.

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em até seis parcelas, em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

Entes Habilitados para Recebimento de recurso de emenda para incremento temporário do componente de custeio do Piso de Atenção Básica (PAB)

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
AP	FERREIRA GOMES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FERREIRA GOMES - AP	36000157250201700	30450007	9.245,00	9.245,00	10122201545250016
BA	CAMACAN	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAMACAN	36000157321201700	30510001	176.319,00	176.319,00	10122201545250029
GO	COCALZINHO DE GOIAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000157516201700	37910009	45.000,00	45.000,00	10122201545255483
TOTAL			3 PROPOSTAS			230.564,00	

PORTARIA Nº 3.325, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017

Habilita Municípios a receberem recursos referentes ao incremento temporário do Piso da Atenção Básica (PAB).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 788, de 15 de março de 2017, que regulamenta a aplicação das emendas parlamentares que adicionarem recursos ao SUS no exercício de 2017, para incremento do Teto de Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica, com base no disposto no art. 40, § 6º, da Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016, e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Município descrito no anexo a esta Portaria a receber recursos referentes ao incremento temporário do Piso da Atenção Básica (PAB).

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação das emendas parlamentares para incremento temporário do Piso da Atenção Básica (PAB), observando o disposto no Capítulo II da Portaria nº 788, de 15 de março de 2017.

Art. 3º Os recursos desta Portaria são de natureza de despesa de custeio e onerarão o Bloco de Financiamento da Atenção Básica, nos termos do anexo.

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em até seis parcelas, em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

Entes Habilitados para Recebimento de recurso de emenda para incremento temporário do componente de custeio do Piso de Atenção Básica (PAB)

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
PI	ALTO LONGA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000156986201700	71190015	100.000,00	100.000,00	10122201545250022
PI	BERTOLINIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000157569201700	71190015	100.000,00	100.000,00	10122201545250022
PI	BRASILEIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000157025201700	71190015	100.000,00	100.000,00	10122201545250022
PI	CURRAIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE CURRAIS	36000157906201700	71190015	271.573,00	271.573,00	10122201545250022
PI	IPIRANGA DO PIAUI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000157913201700	71190015	100.000,00	100.000,00	10122201545250022
PI	JUREMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JUREMA	36000157117201700	71190015	60.000,00	60.000,00	10122201545250022
PI	JUREMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JUREMA	36000157119201700	71190015	70.143,00	70.143,00	10122201545250022
PI	MIGUEL LEAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000157447201700	71190015	226.666,00	226.666,00	10122201545250022

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800142

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PI	NOSSA SENHORA DE NAZARE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE NOSSA SENHORA DE NAZARE	360001572132017 00	71190015	100.000,00	100.000,00	10122201545250022
PI	SAO MIGUEL DO FIDALGO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	360001572142017 00	71190015	100.000,00	100.000,00	10122201545250022
TO	SANDOLANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANDOLANDIA - FMS	360001573512017 00	71280002	69.846,00	69.846,00	10122201545250017
TOTAL			11 PROPOSTAS			1.298.228,00	

PORTARIA Nº 3.326, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017

Habilita o Centro de Parto Normal Peri-hospitalar, vinculado ao Hospital Municipal Pedro Neiva de Santana no Município de Buriticupu (MA) e estabelece recurso do Bloco de Média e Alta Complexidade a ser incorporado ao Limite Financeiro Anual de Média e Alta Complexidade do Estado do Maranhão e Município de Buriticupu.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Resolução CIB/MA nº 113, de 23 de setembro de 2013, que aprova o Plano de Ação da Região de Açailândia;

Considerando a Resolução CIR/AÇAILÂNDIA nº 013/2017, de 12 de janeiro de 2017, que aprova o Centro de Parto Normal Maria de Nazaré Rodrigues;

Considerando a Resolução CIB/MA nº 179, de 1º de setembro de 2017, que dispõe sobre o termo de funcionamento Centro de Parto Normal Maria de Nazaré Rodrigues no município de Buriticupu;

Considerando o Título II da Portaria de Consolidação n° 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que institui as diretrizes para implantação e habilitação de Centro de Parto Normal (CPN), no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);

Considerando o Título III da Portaria nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e serviços de saúde do Sistema Único de Saúde, e regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento, com o respectivo monitoramento e controle; e

Considerando a avaliação técnica da Coordenação-Geral da Saúde das Mulheres/CGSMU/DAPES/SAS/MS, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Centro de Parto Normal Peri-hospitalar, vinculado ao Hospital Municipal Pedro Neiva de Santana, CNES 9024697, localizado no Município de Buriticupu (MA), conforme anexo.

Art. 2º Fica estabelecido recurso no montante anual de R$ 840.000,00 (oitocentos e quarenta mil reais) a ser incorporado ao Limite Financeiro de Média e Alta Complexidade do Município de Buriticupu (MA).

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no art. 2º, para o Fundo Municipal de Saúde de Buriticupu (MA), em parcelas mensais, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria responsável pelo programa de trabalho.

Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto dessa Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585-0042 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade - Rede Cegonha - Plano Orçamentário 0004.

Parágrafo único. Os recursos relativos aos estabelecimentos consignados ao programa de trabalho de que trata o caput tem como finalidade o custeio de quaisquer ações e serviços de média e alta complexidade para atenção à saúde da população, desde que garantida a manutenção das unidades.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

CPN	Centro de Parto Normal Maria de Nazaré Rodrigues
Hospital de referência	Hospital Pedro Neiva de Santana (CNES 2450429)
CNES	9024697
CNPJ	12.036.458/0001-80
TIPO DE CPN	Intra-hospitalar tipo II
Nº QUARTOS PPP	5
CÓDIGO SCNES - HABILITAÇÃO	14.19
CUSTEIO MENSAL	R$ 70.000,00 (setenta mil reais)
MUNICÍPIO/UF	Buriticupu/MA

PORTARIA Nº 3.327, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017

Exclui propostas do anexo da Portaria nº 2.417/GM/MS, de 20 de setembro de 2017.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e considerando a Portaria nº 2.417/GM/MS, de 20 de setembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União nº 182, de 21 de setembro de 2017, Seção 1, página 127, que habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos financeiros de custeio destinados à execução de obras de reforma, resolve:

Art. 1º Fica excluída do anexo da Portaria nº 2.417/GM/MS, de 20 de setembro de 2017, a proposta do Município descrito no anexo a esta Portaria, tendo em vista alteração na indicação da emenda.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

UF	MUNICIPIO	ENTIDADE	N° DA PROPOSTA	COD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMATICA
PB	SANTA HELENA	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE SANTA HELENA	11245287000117002	38500002	89.829,00	89.829,00	10301201585810025

PORTARIA Nº 3.328, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017

Exclui propostas do anexo da Portaria nº 2.644/GM/MS, de 9 de outubro de 2017.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e considerando a Portaria nº 2.644/GM/MS, de 9 de outubro de 2017, publicada no Diário Oficial da União nº 195, de 10 de outubro de 2017, Seção 1, página 38, que habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos financeiros de capital destinados à execução de obras de construção, resolve:

Art. 1º Fica excluída do anexo da Portaria nº 2.644/GM/MS, de 9 de outubro de 2017, a proposta do Município descrito no anexo a esta Portaria, tendo em vista que a proposta foi rejeitada.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	N° DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
SP	GAVIÃO PEIXOTO	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAVIÃO PEIXOTO	12471477000117708	31350001	81.000,00	81.000,00	10301201520YL0035

PORTARIA Nº 3.329, DE 7 DEZEMBRO DE 2017

Exclui propostas do anexo da Portaria nº 2.744/GM/MS, de 19 de outubro de 2017.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e considerando a Portaria nº 2.744/GM/MS, de 19 de outubro de 2017, publicada no Diário Oficial da União nº 202, de 20 de outubro de 2017, Seção 1, páginas 134 a 137, que habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos financeiros de capital destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimento de saúde, resolve:

Art. 1º Fica excluída do anexo da Portaria nº 2.744/GM/MS, de 19 de outubro de 2017, a proposta do Município descrito no anexo a esta Portaria, tendo em vista que a proposta foi cancelada.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800143

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO

UF	MUNICIPIO	ENTIDADE	N° DA PROPOSTA	COD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
SP	PARANAPANEMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PARANAPANEMA	14161907000117001	2801002 32830008	4.900,00 100.000,00	104.900,00	10301201585810035 10301201585810035

PORTARIA Nº 3.342, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017

Divulga lista dos entes federados habilitados ao recebimento do incentivo financeiro de que trata a Portaria nº 3.194/GMS/MS de 27 de novembro de 2017.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das competências que lhe confere o art. 87 da Constituição, e nos termos dos art. 6º, § 3º e art. 9º, § 5º da Portaria nº 3.194/GM/MS de 27 de novembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União nº 229, de 30 de novembro de 2017, que dispõe sobre o Programa para o Fortalecimento das Práticas de Educação Permanente em Saúde no SUS, resolve:

Art. 1º Ficam habilitados os Estados e o Distrito Federal , descritos no Anexo I a esta Portaria, a receber o incentivo financeiro de custeio para a elaboração do Plano Estadual de Educação Permanente em Saúde, de que trata a Seção I da Portaria nº 3.194/2017/GMS/MS.

Art. 2º Ficam habilitados os Municípios e o Distrito Federal, descritos no Anexo II a esta Portaria, a receber incentivo financeiro de custeio para a execução de Ações de Educação Permanente em Saúde pelas Equipes de Atenção Básica, de que trata a Seção II da Portaria nº 3.194/2017/GM/MS.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde (FNS) adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em conformidade com os processos de pagamento instruídos.

Parágrafo único. Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar a Funcional Programática 10.128.2015.20YD.001 - Educação e Formação em Saúde.

Art.4º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado, observadas as diretrizes estabelecidas no Manual Técnico de que trata o art. 14 da Portaria nº 3.194/2017/GMS/MS.

Art. 5º Caberá à Comissão de Monitoramento e Avaliação do PRO EPS-SUS, de que trata o art. 11 da Portaria nº 3.194/2017/GMS/MS, o monitoramento e a avaliação das ações e aplicações dos recursos de incentivo no âmbito do PRO EPS-SUS.

Art. 6º Em caso de descumprimento das ações e prazos estabelecidos na Portaria nº 3.194/2017/GMS/MS para a implementação, execução e gestão do PRO EPS-SUS, aplicar-se-á a Instrução Normativa-TCU nº 71, 28 de novembro de 2012, com alterações da Instrução Normativa-TCU nº 76, 23 de novembro de 2016.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO I

Estado	IBGE	Quantidade de regiões de Saúde	Valores
Acre	12	1 (uma) a 10 (dez) regiões de saúde	R$ 150.000,00
Alagoas	27	1 (uma) a 10 (dez) regiões de saúde	R$ 150.000,00
Amapá	16	1 (uma) a 10 (dez) regiões de saúde	R$ 150.000,00
Amazonas	13	1 (uma) a 10 (dez) regiões de saúde	R$ 150.000,00
Bahia	29	21 (vinte e um) a 30 (trinta) regiões de saúde	R$ 300.000,00
Ceará	23	21 (vinte e um) a 30 (trinta) regiões de saúde	R$ 300.000,00
Distrito Federal	53	11 (onze) a 20 (vinte) regiões de saúde	R$ 200.000,00
Espírito Santo	32	1 (uma) a 10 (dez) regiões de saúde	R$ 150.000,00
Goiás	52	11 (onze) a 20 (vinte) regiões de saúde	R$ 200.000,00
Maranhão	21	11 (onze) a 20 (vinte) regiões de saúde	R$ 200.000,00
Mato Grosso	51	11 (onze) a 20 (vinte) regiões de saúde	R$ 200.000,00
Mato Grosso do Sul	50	11 (onze) a 20 (vinte) regiões de saúde	R$ 200.000,00
Minas Gerais	31	acima de 31 (trinta e uma) regiões de saúde	R$ 400.000,00
Pará	15	11 (onze) a 20 (vinte) regiões de saúde	R$ 200.000,00
Paraíba	25	11 (onze) a 20 (vinte) regiões de saúde	R$ 200.000,00
Paraná	41	21 (vinte e um) a 30 (trinta) regiões de saúde	R$ 300.000,00
Pernambuco	26	11 (onze) a 20 (vinte) regiões de saúde	R$ 200.000,00
Piauí	22	11 (onze) a 20 (vinte) regiões de saúde	R$ 200.000,00
Rio de Janeiro	33	1 (uma) a 10 (dez) regiões de saúde	R$ 150.000,00
Rio Grande do Norte	24	1 (uma) a 10 (dez) regiões de saúde	R$ 150.000,00
Rio Grande do Sul	43	21 (vinte e um) a 30 (trinta) regiões de saúde	R$ 300.000,00
Rondonia	11	1 (uma) a 10 (dez) regiões de saúde	R$ 150.000,00
Roraima	14	1 (uma) a 10 (dez) regiões de saúde	R$ 150.000,00
Santa Catarina	42	11 (onze) a 20 (vinte) regiões de saúde	R$ 200.000,00
São Paulo	35	acima de 31 (trinta e uma) regiões de saúde	R$ 400.000,00
Sergipe	28	1 (uma) a 10 (dez) regiões de saúde	R$ 150.000,00
Tocantins	17	1 (uma) a 10 (dez) regiões de saúde	R$ 150.000,00

ANEXO II

UF	Município	IBGE	Equipes de Atenção Básica	Valor
AC	EPITACIOLÂNDIA	120025	6	R$ 12.000,00
AC	TARAUACÁ	120060	9	R$ 13.000,00
AC	PLÁCIDO DE CASTRO	120038	8	R$ 12.000,00
AC	SENA MADUREIRA	120050	15	R$ 14.000,00
AC	MÂNCIO LIMA	120033	6	R$ 12.000,00
AC	MARECHAL THAUMATURGO	120035	5	R$ 12.000,00
AC	PORTO ACRE	120080	5	R$ 12.000,00
AC	PORTO WALTER	120039	3	R$ 11.000,00
AC	FEIJÓ	120030	8	R$ 12.000,00
AC	CRUZEIRO DO SUL	120020	38	R$ 18.000,00
AC	RODRIGUES ALVES	120042	6	R$ 12.000,00
AC	JORDÃO	120032	3	R$ 11.000,00
AC	SANTA ROSA DO PURUS	120043	2	R$ 11.000,00
AC	SENADOR GUIOMARD	120045	8	R$ 12.000,00
AC	BRASILÉIA	120010	9	R$ 13.000,00
AC	XAPURI	120070	6	R$ 12.000,00
AC	CAPIXABA	120017	4	R$ 12.000,00
AC	MANOEL URBANO	120034	4	R$ 12.000,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800144

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

AC	BUJARI	120013	4	R$ 12.000,00
AC	RIO BRANCO	120040	69	R$ 25.000,00
AC	ASSIS BRASIL	120005	3	R$ 11.000,00
AL	MARAGOGI	270450	9	R$ 13.000,00
AL	MURICI	270550	11	R$ 13.000,00
AL	POÇO DAS TRINCHEIRAS	270720	4	R$ 12.000,00
AL	CAMPESTRE	270135	3	R$ 11.000,00
AL	CORURIPE	270230	16	R$ 14.000,00
AL	ROTEIRO	270780	3	R$ 11.000,00
AL	SÃO JOSÉ DA LAJE	270830	9	R$ 13.000,00
AL	BELÉM	270080	2	R$ 11.000,00
AL	BOCA DA MATA	270100	11	R$ 13.000,00
AL	SÃO SEBASTIÃO	270880	13	R$ 13.000,00
AL	COQUEIRO SECO	270220	3	R$ 11.000,00
AL	PORTO REAL DO COLÉGIO	270750	7	R$ 12.000,00
AL	SÃO MIGUEL DOS CAMPOS	270860	18	R$ 14.000,00
AL	JARAMATAIA	270370	3	R$ 11.000,00
AL	BARRA DE SÃO MIGUEL	270060	3	R$ 11.000,00
AL	NOVO LINO	270560	4	R$ 12.000,00
AL	PÃO DE AÇÚCAR	270640	9	R$ 13.000,00
AL	FELIZ DESERTO	270270	2	R$ 11.000,00
AL	BARRA DE SANTO ANTÔNIO	270050	6	R$ 12.000,00
AL	SANTANA DO IPANEMA	270800	11	R$ 13.000,00
AL	CRAÍBAS	270235	9	R$ 13.000,00
AL	OLHO D`ÁGUA DAS FLORES	270570	8	R$ 12.000,00
AL	LIMOEIRO DE ANADIA	270420	9	R$ 13.000,00
AL	MARIBONDO	270480	5	R$ 12.000,00
AL	CACIMBINHAS	270120	4	R$ 12.000,00
AL	MATA GRANDE	270500	6	R$ 12.000,00
AL	UNIÃO DOS PALMARES	270930	16	R$ 14.000,00
AL	MACEIÓ	270430	86	R$ 28.000,00
AL	ESTRELA DE ALAGOAS	270255	7	R$ 12.000,00
AL	JOAQUIM GOMES	270380	8	R$ 12.000,00
AL	ÁGUA BRANCA	270010	5	R$ 12.000,00
AL	CAMPO GRANDE	270150	4	R$ 12.000,00
AL	MINADOR DO NEGRÃO	270530	3	R$ 11.000,00
AL	ANADIA	270020	7	R$ 12.000,00
AL	MONTEIRÓPOLIS	270540	3	R$ 11.000,00
AL	PARICONHA	270642	5	R$ 12.000,00
AL	MATRIZ DE CAMARAGIBE	270510	10	R$ 13.000,00
AL	PIRANHAS	270710	8	R$ 12.000,00
AL	CANAPI	270160	5	R$ 12.000,00
AL	JACUÍPE	270350	3	R$ 11.000,00
AL	DOIS RIACHOS	270250	4	R$ 12.000,00
AL	PALMEIRA DOS ÍNDIOS	270630	22	R$ 15.000,00
AL	MAJOR ISIDORO	270440	7	R$ 12.000,00
AL	FLEXEIRAS	270280	5	R$ 12.000,00
AL	PENEDO	270670	19	R$ 15.000,00
AL	PARIPUEIRA	270644	4	R$ 12.000,00
AL	JUNQUEIRO	270400	11	R$ 13.000,00
AL	BELO MONTE	270090	3	R$ 11.000,00
AL	MESSIAS	270520	6	R$ 12.000,00
AL	JUNDIÁ	270390	2	R$ 11.000,00
AL	SANTANA DO MUNDAÚ	270810	5	R$ 12.000,00
AL	MAR VERMELHO	270490	2	R$ 11.000,00
AL	DELMIRO GOUVEIA	270240	8	R$ 12.000,00
AL	PIAÇABUÇU	270680	6	R$ 12.000,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800145

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

AL	IGREJA NOVA	270320	10	R$ 13.000,00
AL	PAULO JACINTO	270660	4	R$ 12.000,00
AL	RIO LARGO	270770	21	R$ 15.000,00
AL	MARAVILHA	270460	4	R$ 12.000,00
AL	TANQUE D`ARCA	270900	3	R$ 11.000,00
AL	SÃO JOSÉ DA TAPERA	270840	14	R$ 14.000,00
AL	BRANQUINHA	270110	5	R$ 12.000,00
AL	GIRAU DO PONCIANO	270290	13	R$ 13.000,00
AL	VIÇOSA	270940	7	R$ 12.000,00
AL	TRAIPU	270920	9	R$ 13.000,00
AL	JEQUIÁ DA PRAIA	270375	5	R$ 12.000,00
AL	BATALHA	270070	7	R$ 12.000,00
AL	LAGOA DA CANOA	270410	6	R$ 12.000,00
AL	CAPELA	270170	8	R$ 12.000,00
AL	FEIRA GRANDE	270260	7	R$ 12.000,00
AL	PILAR	270690	13	R$ 13.000,00
AL	PALESTINA	270620	2	R$ 11.000,00
AL	IBATEGUARA	270300	6	R$ 12.000,00
AL	TEOTÔNIO VILELA	270915	18	R$ 14.000,00
AL	CAMPO ALEGRE	270140	19	R$ 15.000,00
AL	SÃO MIGUEL DOS MILAGRES	270870	4	R$ 12.000,00
AL	IGACI	270310	11	R$ 13.000,00
AL	COITÉ DO NÓIA	270200	4	R$ 12.000,00
AL	JAPARATINGA	270360	4	R$ 12.000,00
AL	ATALAIA	270040	15	R$ 14.000,00
AL	INHAPI	270330	5	R$ 12.000,00
AL	SÃO BRÁS	270820	3	R$ 11.000,00
AL	OLHO D`ÁGUA GRANDE	270590	2	R$ 11.000,00
AL	PORTO CALVO	270730	10	R$ 13.000,00
AL	ARAPIRACA	270030	66	R$ 24.000,00
AL	CARNEIROS	270180	3	R$ 11.000,00
AL	QUEBRANGULO	270760	5	R$ 12.000,00
AL	SANTA LUZIA DO NORTE	270790	3	R$ 11.000,00
AL	OLHO D`ÁGUA DO CASADO	270580	4	R$ 12.000,00
AL	SENADOR RUI PALMEIRA	270895	5	R$ 12.000,00
AL	CHÃ PRETA	270190	4	R$ 12.000,00
AL	MARECHAL DEODORO	270470	17	R$ 14.000,00
AL	OLIVENÇA	270600	4	R$ 12.000,00
AL	COLÔNIA LEOPOLDINA	270210	8	R$ 12.000,00
AL	PINDOBA	270700	1	R$ 11.000,00
AL	CAJUEIRO	270130	8	R$ 12.000,00
AL	PORTO DE PEDRAS	270740	4	R$ 12.000,00
AL	SÃO LUÍS DO QUITUNDE	270850	12	R$ 13.000,00
AM	TEFÉ	130420	17	R$ 14.000,00
AM	JAPURÁ	130210	4	R$ 12.000,00
AM	CARAUARI	130100	5	R$ 12.000,00
AM	HUMAITÁ	130170	13	R$ 13.000,00
AM	SÃO SEBASTIÃO DO UATUMÃ	130395	5	R$ 12.000,00
AM	PAUINI	130350	3	R$ 11.000,00
AM	NOVO AIRÃO	130320	5	R$ 12.000,00
AM	PARINTINS	130340	25	R$ 16.000,00
AM	CAREIRO	130110	12	R$ 13.000,00
AM	AUTAZES	130030	14	R$ 14.000,00
AM	JUTAÍ	130230	7	R$ 12.000,00
AM	BOCA DO ACRE	130070	6	R$ 12.000,00
AM	UARINI	130426	5	R$ 12.000,00
AM	AMATURÁ	130006	2	R$ 11.000,00
AM	TABATINGA	130406	13	R$ 13.000,00
AM	URUCARÁ	130430	7	R$ 12.000,00
AM	BARREIRINHA	130050	10	R$ 13.000,00
AM	BOA VISTA DO RAMOS	130068	6	R$ 12.000,00
AM	CODAJÁS	130130	8	R$ 12.000,00
AM	SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA	130380	7	R$ 12.000,00
AM	TONANTINS	130423	7	R$ 12.000,00
AM	URUCURITUBA	130440	7	R$ 12.000,00
AM	BORBA	130080	8	R$ 12.000,00
AM	COARI	130120	22	R$ 15.000,00
AM	IPIXUNA	130180	4	R$ 12.000,00
AM	PRESIDENTE FIGUEIREDO	130353	12	R$ 13.000,00
AM	GUAJARÁ	130165	5	R$ 12.000,00
AM	BERURI	130063	4	R$ 12.000,00
AM	TAPAUÁ	130410	6	R$ 12.000,00
AM	ITACOATIARA	130190	28	R$ 16.000,00
AM	MANAQUIRI	130255	6	R$ 12.000,00
AM	CANUTAMA	130090	5	R$ 12.000,00
AM	LÁBREA	130240	9	R$ 13.000,00
AM	NOVA OLINDA DO NORTE	130310	11	R$ 13.000,00
AM	CAREIRO DA VÁRZEA	130115	7	R$ 12.000,00
AM	ITAMARATI	130195	3	R$ 11.000,00
AM	IRANDUBA	130185	21	R$ 15.000,00
AM	SANTA ISABEL DO RIO NEGRO	130360	4	R$ 12.000,00
AM	ENVIRA	130150	8	R$ 12.000,00
AM	ANORI	130010	7	R$ 12.000,00
AM	BENJAMIN CONSTANT	130060	8	R$ 12.000,00
AM	MANAUS	130260	186	R$ 48.000,00
AM	ITAPIRANGA	130200	4	R$ 12.000,00
AM	MAUÉS	130290	16	R$ 14.000,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800146

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

AM	EIRUNEPÉ	130140	9	R$ 13.000,00
AM	MANICORÉ	130270	10	R$ 13.000,00
AM	MARAÃ	130280	5	R$ 12.000,00
AM	MANACAPURU	130250	23	R$ 15.000,00
AM	SANTO ANTÔNIO DO IÇÁ	130370	8	R$ 12.000,00
AM	ALVARÃES	130002	4	R$ 12.000,00
AM	JURUÁ	130220	5	R$ 12.000,00
AM	NOVO ARIPUANÃ	130330	5	R$ 12.000,00
AM	APUÍ	130014	7	R$ 12.000,00
AM	NHAMUNDÁ	130300	5	R$ 12.000,00
AM	SILVES	130400	4	R$ 12.000,00
AM	ANAMÃ	130008	4	R$ 12.000,00
AM	CAAPIRANGA	130083	5	R$ 12.000,00
AM	ATALAIA DO NORTE	130020	5	R$ 12.000,00
AM	BARCELOS	130040	4	R$ 12.000,00
AM	SÃO PAULO DE OLIVENÇA	130390	10	R$ 13.000,00
AM	FONTE BOA	130160	6	R$ 12.000,00
AM	RIO PRETO DA EVA	130356	12	R$ 13.000,00
AP	MACAPÁ	160030	43	R$ 19.000,00
AP	ITAUBAL	160025	2	R$ 11.000,00
AP	SERRA DO NAVIO	160005	2	R$ 11.000,00
AP	PORTO GRANDE	160053	5	R$ 12.000,00
AP	LARANJAL DO JARI	160027	18	R$ 14.000,00
AP	VITÓRIA DO JARI	160080	7	R$ 12.000,00
AP	FERREIRA GOMES	160023	3	R$ 11.000,00
AP	PEDRA BRANCA DO AMAPARI	160015	3	R$ 11.000,00
AP	AMAPÁ	160010	3	R$ 11.000,00
AP	PRACUÚBA	160055	2	R$ 11.000,00
AP	TARTARUGALZINHO	160070	4	R$ 12.000,00
AP	MAZAGÃO	160040	7	R$ 12.000,00
AP	CALÇOENE	160020	4	R$ 12.000,00
BA	GUAJERU	291165	5	R$ 12.000,00
BA	ANDARAÍ	290130	5	R$ 12.000,00
BA	GONGOGI	291150	5	R$ 12.000,00
BA	MUCURI	292200	14	R$ 14.000,00
BA	MUTUÍPE	292240	7	R$ 12.000,00
BA	SÃO FÉLIX DO CORIBE	292905	7	R$ 12.000,00
BA	JUSSARI	291855	3	R$ 11.000,00
BA	ALMADINA	290090	3	R$ 11.000,00
BA	ITUAÇU	291720	8	R$ 12.000,00
BA	IPIRÁ	291400	13	R$ 13.000,00
BA	JANDAÍRA	291790	3	R$ 11.000,00
BA	CAFARNAUM	290530	6	R$ 12.000,00
BA	PINDOBAÇU	292460	8	R$ 12.000,00
BA	NOVA CANAÃ	292270	8	R$ 12.000,00
BA	CORIBE	290910	6	R$ 12.000,00
BA	RIO DE CONTAS	292670	5	R$ 12.000,00
BA	SÃO DOMINGOS	292895	4	R$ 12.000,00
BA	MATINA	292105	4	R$ 12.000,00
BA	ABAÍRA	290010	4	R$ 12.000,00
BA	IGAPORÃ	291340	7	R$ 12.000,00
BA	RIO REAL	292700	11	R$ 13.000,00
BA	EUNÁPOLIS	291072	30	R$ 17.000,00
BA	MIRANGABA	292140	7	R$ 12.000,00
BA	PORTO SEGURO	292530	38	R$ 18.000,00
BA	BRUMADO	290460	15	R$ 14.000,00
BA	LAJE	291880	7	R$ 12.000,00
BA	SAUBARA	292975	4	R$ 12.000,00
BA	WANDERLEY	293345	5	R$ 12.000,00
BA	CAMACAN	290560	11	R$ 13.000,00
BA	ARAÇAS	290205	4	R$ 12.000,00
BA	OLIVEIRA DOS BREJINHOS	292320	6	R$ 12.000,00
BA	BONITO	290405	6	R$ 12.000,00
BA	POÇÕES	292510	15	R$ 14.000,00
BA	VÁRZEA DA ROÇA	293305	6	R$ 12.000,00
BA	SANTANÓPOLIS	292830	4	R$ 12.000,00
BA	CONDE	290860	8	R$ 12.000,00
BA	URANDI	293260	5	R$ 12.000,00
BA	MAIRI	292010	7	R$ 12.000,00
BA	SANTA LUZIA	292805	5	R$ 12.000,00
BA	DOM BASÍLIO	291010	4	R$ 12.000,00
BA	ITAPICURU	291650	9	R$ 13.000,00
BA	LAMARÃO	291910	4	R$ 12.000,00
BA	IUIÚ	291733	3	R$ 11.000,00
BA	JIQUIRIÇÁ	291820	5	R$ 12.000,00
BA	PRESIDENTE JÂNIO QUADROS	292570	7	R$ 12.000,00
BA	FLORESTA AZUL	291100	4	R$ 12.000,00
BA	JUCURUÇU	291845	5	R$ 12.000,00
BA	CARDEAL DA SILVA	290700	4	R$ 12.000,00
BA	BOM JESUS DA LAPA	290390	20	R$ 15.000,00
BA	ARACATU	290200	5	R$ 12.000,00
BA	REMANSO	292600	9	R$ 13.000,00
BA	CAPIM GROSSO	290687	9	R$ 13.000,00
BA	ITIÚBA	291700	10	R$ 13.000,00
BA	ITAGUAÇU DA BAHIA	291535	4	R$ 12.000,00
BA	COCOS	290810	7	R$ 12.000,00
BA	MIGUEL CALMON	292120	9	R$ 13.000,00
BA	SENHOR DO BONFIM	293010	16	R$ 14.000,00
BA	CAMPO FORMOSO	290600	18	R$ 14.000,00
BA	GOVERNADOR MANGABEIRA	291160	9	R$ 13.000,00
BA	SAÚDE	292980	4	R$ 12.000,00
BA	FILADÉLFIA	291085	8	R$ 12.000,00
BA	ENTRE RIOS	291050	11	R$ 13.000,00

BA	CIPÓ	290790	6	R$ 12.000,00
BA	CAETITÉ	290520	9	R$ 13.000,00
BA	ANGUERA	290150	4	R$ 12.000,00
BA	JUSSARA	291850	3	R$ 11.000,00
BA	SÍTIO DO MATO	293075	5	R$ 12.000,00
BA	SEBASTIÃO LARANJEIRAS	293000	5	R$ 12.000,00
BA	BREJÕES	290430	6	R$ 12.000,00
BA	SÃO FELIPE	292910	6	R$ 12.000,00
BA	ITAMARI	291570	3	R$ 11.000,00
BA	RIACHÃO DAS NEVES	292620	10	R$ 13.000,00
BA	MORPARÁ	292160	4	R$ 12.000,00
BA	LAURO DE FREITAS	291920	38	R$ 18.000,00
BA	PILÃO ARCADO	292440	5	R$ 12.000,00
BA	AMARGOSA	290100	9	R$ 13.000,00
BA	SAPEAÇU	292960	8	R$ 12.000,00
BA	MALHADA	292020	5	R$ 12.000,00
BA	SANTA RITA DE CÁSSIA	292840	8	R$ 12.000,00
BA	BARRA	290270	12	R$ 13.000,00
BA	BAIXA GRANDE	290260	6	R$ 12.000,00
BA	RIO DO ANTÔNIO	292680	5	R$ 12.000,00
BA	PEDRÃO	292410	3	R$ 11.000,00
BA	FEIRA DE SANTANA	291080	113	R$ 33.000,00
BA	CRISTÓPOLIS	290970	6	R$ 12.000,00
BA	IAÇU	291190	11	R$ 13.000,00
BA	OUROLÂNDIA	292335	8	R$ 12.000,00
BA	CENTRAL	290760	6	R$ 12.000,00
BA	ARATACA	290225	5	R$ 12.000,00
BA	NAZARÉ	292250	9	R$ 13.000,00
BA	VARZEDO	293317	4	R$ 12.000,00
BA	CALDEIRÃO GRANDE	290550	4	R$ 12.000,00
BA	GUARATINGA	291180	8	R$ 12.000,00
BA	ANAGÉ	290120	11	R$ 13.000,00
BA	SOUTO SOARES	293080	6	R$ 12.000,00
BA	UNA	293250	8	R$ 12.000,00
BA	NOVA REDENÇÃO	292285	3	R$ 11.000,00
BA	MASCOTE	292090	6	R$ 12.000,00
BA	TEOLÂNDIA	293160	6	R$ 12.000,00
BA	CRAVOLÂNDIA	290950	3	R$ 11.000,00
BA	PRADO	292550	12	R$ 13.000,00
BA	SALINAS DA MARGARIDA	292730	5	R$ 12.000,00
BA	ACAJUTIBA	290030	6	R$ 12.000,00
BA	SANTA BRÍGIDA	292760	7	R$ 12.000,00
BA	LAPÃO	291915	10	R$ 13.000,00
BA	AMÉRICA DOURADA	290115	6	R$ 12.000,00
BA	SERROLÂNDIA	293060	4	R$ 12.000,00
BA	PONTO NOVO	292525	8	R$ 12.000,00
BA	ITIRUÇU	291690	5	R$ 12.000,00
BA	RIO DO PIRES	292690	5	R$ 12.000,00
BA	ITATIM	291685	7	R$ 12.000,00
BA	MIRANTE	292145	5	R$ 12.000,00
BA	IRARÁ	291450	10	R$ 13.000,00
BA	SÃO JOSÉ DO JACUÍPE	292937	4	R$ 12.000,00
BA	NOVO TRIUNFO	292305	5	R$ 12.000,00
BA	TANQUINHO	293110	3	R$ 11.000,00
BA	ANTAS	290160	5	R$ 12.000,00
BA	ANTÔNIO CARDOSO	290170	5	R$ 12.000,00
BA	IRAQUARA	291440	7	R$ 12.000,00
BA	PALMAS DE MONTE ALTO	292340	3	R$ 11.000,00
BA	VALENÇA	293290	14	R$ 14.000,00
BA	CATURAMA	290755	4	R$ 12.000,00
BA	TERRA NOVA	293170	5	R$ 12.000,00
BA	JOÃO DOURADO	291835	6	R$ 12.000,00
BA	BARREIRAS	290320	22	R$ 15.000,00
BA	MARACÁS	292050	7	R$ 12.000,00
BA	CAÉM	290510	3	R$ 11.000,00
BA	BELMONTE	290340	8	R$ 12.000,00
BA	CATU	290750	15	R$ 14.000,00
BA	CAIRU	290540	5	R$ 12.000,00
BA	SANTO ESTÊVÃO	292880	14	R$ 14.000,00
BA	COTEGIPE	290940	5	R$ 12.000,00
BA	RIBEIRÃO DO LARGO	292665	4	R$ 12.000,00
BA	CONCEIÇÃO DO JACUÍPE	290850	13	R$ 13.000,00
BA	DÁRIO MEIRA	291000	5	R$ 12.000,00
BA	VÁRZEA NOVA	293315	6	R$ 12.000,00
BA	PIATÃ	292430	6	R$ 12.000,00
BA	TAPEROÁ	293120	6	R$ 12.000,00
BA	CORRENTINA	290930	7	R$ 12.000,00
BA	APORÁ	290190	7	R$ 12.000,00
BA	ITAJUÍPE	291550	6	R$ 12.000,00
BA	MUNDO NOVO	292210	6	R$ 12.000,00
BA	IRAMAIA	291430	5	R$ 12.000,00
BA	MACURURÉ	291990	4	R$ 12.000,00
BA	IRAJUBA	291420	3	R$ 11.000,00
BA	GENTIO DO OURO	291130	4	R$ 12.000,00
BA	PALMEIRAS	292350	4	R$ 12.000,00
BA	ICHU	291330	3	R$ 11.000,00
BA	IBITIARA	291300	6	R$ 12.000,00
BA	QUIXABEIRA	292593	4	R$ 12.000,00
BA	SANTA INÊS	292790	5	R$ 12.000,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800148

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

BA	IBOTIRAMA	291320	8	R$ 12.000,00
BA	CORAÇÃO DE MARIA	290890	9	R$ 13.000,00
BA	SÃO SEBASTIÃO DO PASSÉ	292950	14	R$ 14.000,00
BA	JACOBINA	291750	19	R$ 15.000,00
BA	MARAGOGIPE	292060	13	R$ 13.000,00
BA	IBIASSUCÊ	291200	4	R$ 12.000,00
BA	BOA VISTA DO TUPIM	290380	8	R$ 12.000,00
BA	CATOLÂNDIA	290740	2	R$ 11.000,00
BA	EUCLIDES DA CUNHA	291070	22	R$ 15.000,00
BA	IRECÊ	291460	20	R$ 15.000,00
BA	PARIPIRANGA	292380	6	R$ 12.000,00
BA	VÁRZEA DO POÇO	293310	2	R$ 11.000,00
BA	ABARÉ	290020	8	R$ 12.000,00
BA	ÉRICO CARDOSO	290050	5	R$ 12.000,00
BA	BREJOLÂNDIA	290440	5	R$ 12.000,00
BA	JEREMOABO	291810	12	R$ 13.000,00
BA	VEREDA	293325	3	R$ 11.000,00
BA	IBITITÁ	291310	5	R$ 12.000,00
BA	NOVA VIÇOSA	292300	12	R$ 13.000,00
BA	PRESIDENTE DUTRA	292560	6	R$ 12.000,00
BA	MUNIZ FERREIRA	292220	3	R$ 11.000,00
BA	GANDU	291120	8	R$ 12.000,00
BA	CORONEL JOÃO SÁ	290920	6	R$ 12.000,00
BA	BROTAS DE MACAÚBAS	290450	4	R$ 12.000,00
BA	SERRA DO RAMALHO	293015	10	R$ 13.000,00
BA	IGUAÍ	291350	7	R$ 12.000,00
BA	XIQUE-XIQUE	293360	10	R$ 13.000,00
BA	SEABRA	292990	5	R$ 12.000,00
BA	CACULÉ	290500	7	R$ 12.000,00
BA	POJUCA	292520	12	R$ 13.000,00
BA	UAUÁ	293200	10	R$ 13.000,00
BA	UIBAÍ	293240	5	R$ 12.000,00
BA	ARAMARI	290220	4	R$ 12.000,00
BA	LAGOA REAL	291875	6	R$ 12.000,00
BA	IBIQUERA	291260	2	R$ 11.000,00
BA	CONDEÚBA	290870	8	R$ 12.000,00
BA	SANTA CRUZ DA VITÓRIA	292780	2	R$ 11.000,00
BA	BARRA DO ROCHA	290310	2	R$ 11.000,00
BA	TANHAÇU	293100	8	R$ 12.000,00
BA	CANSANÇÃO	290680	11	R$ 13.000,00
BA	QUIJINGUE	292590	9	R$ 13.000,00
BA	PINDAÍ	292450	5	R$ 12.000,00
BA	BARRO ALTO	290323	6	R$ 12.000,00
BA	UMBURANAS	293245	4	R$ 12.000,00
BA	CÍCERO DANTAS	290780	10	R$ 13.000,00
BA	FÁTIMA	291075	8	R$ 12.000,00
BA	BONINAL	290400	4	R$ 12.000,00
BA	LICÍNIO DE ALMEIDA	291940	6	R$ 12.000,00
BA	DIAS D`ÁVILA	291005	18	R$ 14.000,00
BA	SERRA PRETA	293040	7	R$ 12.000,00
BA	SANTANA	292820	6	R$ 12.000,00
BA	ANDORINHA	290135	7	R$ 12.000,00
BA	DOM MACEDO COSTA	291020	2	R$ 11.000,00
BA	BOA NOVA	290370	6	R$ 12.000,00
BA	HELIÓPOLIS	291185	5	R$ 12.000,00
BA	ALCOBAÇA	290080	9	R$ 13.000,00
BA	BELO CAMPO	290350	6	R$ 12.000,00
BA	SÃO JOSÉ DA VITÓRIA	292935	3	R$ 11.000,00
BA	SÃO FÉLIX	292900	6	R$ 12.000,00
BA	PEDRO ALEXANDRE	292420	6	R$ 12.000,00
BA	PARAMIRIM	292360	9	R$ 13.000,00
BA	ITORORÓ	291710	6	R$ 12.000,00
BA	SÍTIO DO QUINTO	293076	5	R$ 12.000,00
BA	BOQUIRA	290410	6	R$ 12.000,00
BA	PARATINGA	292370	9	R$ 13.000,00
BA	NOVO HORIZONTE	292303	5	R$ 12.000,00
BA	ITANAGRA	291590	3	R$ 11.000,00
BA	IBIPITANGA	291250	6	R$ 12.000,00
BA	IBICARAÍ	291210	11	R$ 13.000,00
BA	MANSIDÃO	292045	5	R$ 12.000,00
BA	JAGUAQUARA	291760	15	R$ 14.000,00
BA	SERRA DOURADA	293030	6	R$ 12.000,00
BA	BARRA DO MENDES	290300	5	R$ 12.000,00
BA	MONTE SANTO	292150	19	R$ 15.000,00
BA	FIRMINO ALVES	291090	3	R$ 11.000,00
BA	ITAGI	291510	4	R$ 12.000,00
BA	NILO PEÇANHA	292260	5	R$ 12.000,00
BA	AIQUARA	290060	2	R$ 11.000,00
BA	MULUNGU DO MORRO	292205	2	R$ 11.000,00
BA	ILHÉUS	291360	13	R$ 13.000,00
BA	UBATÃ	293230	6	R$ 12.000,00
BA	CANARANA	290620	9	R$ 13.000,00
BA	ADUSTINA	290035	4	R$ 12.000,00
BA	ELÍSIO MEDRADO	291030	4	R$ 12.000,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800149

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

BA	OLINDINA	292310	7	R$ 12.000,00
BA	MORTUGABA	292180	5	R$ 12.000,00
BA	RIBEIRA DO POMBAL	292660	14	R$ 14.000,00
BA	LIVRAMENTO DE NOSSA SENHORA	291950	12	R$ 13.000,00
BA	ITAQUARA	291670	4	R$ 12.000,00
BA	INHAMBUPE	291370	10	R$ 13.000,00
BA	ITABELA	291465	11	R$ 13.000,00
BA	ALAGOINHAS	290070	27	R$ 16.000,00
BA	VERA CRUZ	293320	12	R$ 13.000,00
BA	ITUBERÁ	291730	7	R$ 12.000,00
BA	SÃO GABRIEL	292925	7	R$ 12.000,00
BA	CORDEIROS	290900	4	R$ 12.000,00
BA	COARACI	290800	5	R$ 12.000,00
BA	MORRO DO CHAPÉU	292170	14	R$ 14.000,00
BA	SANTO AMARO	292860	14	R$ 14.000,00
BA	SÃO GONÇALO DOS CAMPOS	292930	11	R$ 13.000,00
BA	ITAPEBI	291630	5	R$ 12.000,00
BA	ITAMARAJU	291560	21	R$ 15.000,00
BA	SANTA BÁRBARA	292750	7	R$ 12.000,00
BA	ITAPETINGA	291640	13	R$ 13.000,00
BA	BARROCAS	290327	6	R$ 12.000,00
BA	SÃO MIGUEL DAS MATAS	292940	5	R$ 12.000,00
BA	TREMEDAL	293180	6	R$ 12.000,00
BA	BANZAÊ	290265	6	R$ 12.000,00
BA	LAJEDO DO TABOCAL	291905	4	R$ 12.000,00
BA	CABACEIRAS DO PARAGUAÇU	290485	7	R$ 12.000,00
BA	RAFAEL JAMBEIRO	292595	9	R$ 13.000,00
BA	VALENTE	293300	6	R$ 12.000,00
BA	SERRINHA	293050	15	R$ 14.000,00
BA	ÁGUA FRIA	290040	7	R$ 12.000,00
BA	JUAZEIRO	291840	60	R$ 23.000,00
BA	PIRIPÁ	292470	6	R$ 12.000,00
BA	BARRA DA ESTIVA	290280	7	R$ 12.000,00
BA	PAU BRASIL	292390	4	R$ 12.000,00
BA	IBICUÍ	291230	7	R$ 12.000,00
BA	MARCIONÍLIO SOUZA	292080	5	R$ 12.000,00
BA	CHORROCHÓ	290770	4	R$ 12.000,00
BA	MILAGRES	292130	4	R$ 12.000,00
BA	RIBEIRA DO AMPARO	292650	6	R$ 12.000,00
BA	PIRAÍ DO NORTE	292467	3	R$ 11.000,00
BA	CAMPO ALEGRE DE LOURDES	290590	6	R$ 12.000,00
BA	ENCRUZILHADA	291040	8	R$ 12.000,00
BA	CONTENDAS DO SINCORÁ	290880	2	R$ 11.000,00
BA	LENÇÓIS	291930	4	R$ 12.000,00
BA	APUAREMA	290195	3	R$ 11.000,00
BA	CÂNDIDO SALES	290670	9	R$ 13.000,00
BA	FORMOSA DO RIO PRETO	291110	6	R$ 12.000,00
BA	BURITIRAMA	290475	6	R$ 12.000,00
BA	TUCANO	293190	16	R$ 14.000,00
BA	LAFAIETE COUTINHO	291870	2	R$ 11.000,00
BA	SANTA MARIA DA VITÓRIA	292810	14	R$ 14.000,00
BA	NORDESTINA	292265	5	R$ 12.000,00
BA	SANTA CRUZ CABRÁLIA	292770	10	R$ 13.000,00
BA	ITACARÉ	291490	9	R$ 13.000,00
BA	TEOFILÂNDIA	293150	8	R$ 12.000,00
BA	JEQUIÉ	291800	27	R$ 16.000,00
BA	ITAPITANGA	291660	4	R$ 12.000,00
BA	SÁTIRO DIAS	292970	7	R$ 12.000,00
BA	GUANAMBI	291170	19	R$ 15.000,00
BA	POTIRAGUÁ	292540	4	R$ 12.000,00
BA	SÃO FRANCISCO DO CONDE	292920	15	R$ 14.000,00
BA	CARAÍBAS	290689	4	R$ 12.000,00
BA	CACHOEIRA	290490	13	R$ 13.000,00
BA	NOVA ITARANA	292280	3	R$ 11.000,00
BA	IBIRAPUÃ	291280	3	R$ 11.000,00
BA	RIACHÃO DO JACUÍPE	292630	11	R$ 13.000,00
BA	MEDEIROS NETO	292110	9	R$ 13.000,00
BA	MACAJUBA	291960	4	R$ 12.000,00
BA	TEODORO SAMPAIO	293140	4	R$ 12.000,00
BA	IBIRATAIA	291290	7	R$ 12.000,00
BA	UBAÍRA	293210	5	R$ 12.000,00
BA	CRISÓPOLIS	290960	7	R$ 12.000,00
BA	IGRAPIÚNA	291345	7	R$ 12.000,00
BA	JAGUARIPE	291780	6	R$ 12.000,00
BA	RETIROLÂNDIA	292610	4	R$ 12.000,00
BA	QUEIMADAS	292580	6	R$ 12.000,00
BA	LUÍS EDUARDO MAGALHÃES	291955	17	R$ 14.000,00
BA	RODELAS	292710	2	R$ 11.000,00
BA	PLANALTINO	292490	4	R$ 12.000,00
BA	PAULO AFONSO	292400	24	R$ 16.000,00
BA	MATA DE SÃO JOÃO	292100	14	R$ 14.000,00
BA	RIACHO DE SANTANA	292640	9	R$ 13.000,00
BA	SANTA TERESINHA	292850	4	R$ 12.000,00
BA	CASTRO ALVES	290730	10	R$ 13.000,00
BA	GLÓRIA	291140	5	R$ 12.000,00
BA	IBIPEBA	291240	7	R$ 12.000,00
BA	JAGUARARI	291770	10	R$ 13.000,00
BA	CARAVELAS	290690	9	R$ 13.000,00
BA	MADRE DE DEUS	291992	6	R$ 12.000,00
BA	MUQUÉM DE SÃO FRANCISCO	292225	4	R$ 12.000,00
BA	CONCEIÇÃO DO COITÉ	290840	15	R$ 14.000,00
BA	URUÇUCA	293270	5	R$ 12.000,00
BA	ITAMBÉ	291580	8	R$ 12.000,00
BA	ARATUÍPE	290230	4	R$ 12.000,00
BA	NOVA IBIÁ	292275	3	R$ 11.000,00
BA	TEIXEIRA DE FREITAS	293135	41	R$ 19.000,00
BA	BOM JESUS DA SERRA	290395	4	R$ 12.000,00
BA	ITAGIBÁ	291520	3	R$ 11.000,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800150

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

BA	PÉ DE SERRA	292405	5	R$ 12.000,00
BA	CRUZ DAS ALMAS	290980	13	R$ 13.000,00
BA	CAMAMU	290580	9	R$ 13.000,00
BA	IPUPIARA	291410	3	R$ 11.000,00
BA	CURAÇÁ	290990	9	R$ 13.000,00
BA	GAVIÃO	291125	2	R$ 11.000,00
BA	BIRITINGA	290360	7	R$ 12.000,00
BA	OURIÇANGAS	292330	3	R$ 11.000,00
BA	LAJEDÃO	291890	2	R$ 11.000,00
BA	CANDEIAS	290650	16	R$ 14.000,00
BA	CANDEAL	290640	4	R$ 12.000,00
BA	CASA NOVA	290720	19	R$ 15.000,00
BA	ANTÔNIO GONÇALVES	290180	5	R$ 12.000,00
BA	TABOCAS DO BREJO VELHO	293090	5	R$ 12.000,00
BA	SÃO DESIDÉRIO	292890	10	R$ 13.000,00
BA	WENCESLAU GUIMARÃES	293350	10	R$ 13.000,00
BA	TAPIRAMUTÁ	293130	5	R$ 12.000,00
BA	TANQUE NOVO	293105	7	R$ 12.000,00
BA	SENTO SÉ	293020	7	R$ 12.000,00
BA	CAPELA DO ALTO ALEGRE	290685	5	R$ 12.000,00
BA	CAETANOS	290515	5	R$ 12.000,00
BA	MALHADA DE PEDRAS	292030	4	R$ 12.000,00
BA	RUY BARBOSA	292720	9	R$ 13.000,00
BA	JABORANDI	291735	4	R$ 12.000,00
BA	JACARACI	291740	6	R$ 12.000,00
BA	VITÓRIA DA CONQUISTA	293330	44	R$ 20.000,00
BA	SALVADOR	292740	242	R$ 59.000,00
BA	ITARANTIM	291680	5	R$ 12.000,00
BA	CANÁPOLIS	290610	5	R$ 12.000,00
BA	ITAPÉ	291620	5	R$ 12.000,00
BA	CANAVIEIRAS	290630	8	R$ 12.000,00
BA	IBIRAPITANGA	291270	8	R$ 12.000,00
BA	CARINHANHA	290710	8	R$ 12.000,00
BA	NOVA FÁTIMA	292273	3	R$ 11.000,00
BA	JITAÚNA	291830	6	R$ 12.000,00
BA	CONCEIÇÃO DO ALMEIDA	290830	6	R$ 12.000,00
BA	NOVA SOURE	292290	5	R$ 12.000,00
BA	ITANHÉM	291600	8	R$ 12.000,00
BA	SANTALUZ	292800	8	R$ 12.000,00
BA	CAMAÇARI	290570	54	R$ 22.000,00
BA	MANOEL VITORINO	292040	5	R$ 12.000,00
BA	UTINGA	293280	5	R$ 12.000,00
BA	IPECAETÁ	291380	6	R$ 12.000,00
BA	BARRO PRETO	290330	3	R$ 11.000,00
CE	MILAGRES	230830	13	R$ 13.000,00
CE	GRAÇA	230465	7	R$ 12.000,00
CE	GUARACIABA DO NORTE	230500	14	R$ 14.000,00
CE	MILHÃ	230835	5	R$ 12.000,00
CE	VÁRZEA ALEGRE	231400	14	R$ 14.000,00
CE	PINDORETAMA	231085	10	R$ 13.000,00
CE	HORIZONTE	230523	23	R$ 15.000,00
CE	CARIÚS	230330	9	R$ 13.000,00
CE	ORÓS	230950	9	R$ 13.000,00
CE	UBAJARA	231360	16	R$ 14.000,00
CE	PENAFORTE	231060	4	R$ 12.000,00
CE	TIANGUÁ	231340	25	R$ 16.000,00
CE	ASSARÉ	230160	10	R$ 13.000,00
CE	FARIAS BRITO	230430	9	R$ 13.000,00
CE	GROAÍRAS	230490	5	R$ 12.000,00
CE	PACUJÁ	230990	3	R$ 11.000,00
CE	CARIRÉ	230310	9	R$ 13.000,00
CE	SENADOR POMPEU	231270	11	R$ 13.000,00
CE	NOVA RUSSAS	230930	10	R$ 13.000,00
CE	CAMOCIM	230260	17	R$ 14.000,00
CE	SOLONÓPOLE	231300	9	R$ 13.000,00
CE	ARARIPE	230130	8	R$ 12.000,00
CE	MORADA NOVA	230870	25	R$ 16.000,00
CE	CATUNDA	230365	5	R$ 12.000,00
CE	IRAUÇUBA	230610	10	R$ 13.000,00
CE	CRATO	230420	40	R$ 19.000,00
CE	ABAIARA	230010	5	R$ 12.000,00
CE	CATARINA	230360	7	R$ 12.000,00
CE	JARDIM	230710	13	R$ 13.000,00
CE	QUIXELÔ	231135	7	R$ 12.000,00
CE	IPAPORANGA	230565	5	R$ 12.000,00
CE	JAGUARIBE	230690	12	R$ 13.000,00
CE	MORRINHOS	230890	6	R$ 12.000,00
CE	COREAÚ	230400	9	R$ 13.000,00
CE	RUSSAS	231180	22	R$ 15.000,00
CE	MARACANAÚ	230765	56	R$ 22.000,00
CE	IPU	230580	16	R$ 14.000,00
CE	MONSENHOR TABOSA	230860	6	R$ 12.000,00
CE	ARATUBA	230140	6	R$ 12.000,00
CE	SENADOR SÁ	231280	3	R$ 11.000,00
CE	TABULEIRO DO NORTE	231310	10	R$ 13.000,00
CE	IBIAPINA	230530	12	R$ 13.000,00
CE	UMIRIM	231375	7	R$ 12.000,00
CE	CARIRIAÇU	230320	11	R$ 13.000,00
CE	ARACATI	230110	20	R$ 15.000,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800151

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CE	GRANJEIRO	230480	2	R$ 11.000,00
CE	ITAIÇABA	230620	3	R$ 11.000,00
CE	ARNEIROZ	230150	4	R$ 12.000,00
CE	RERIUTABA	231170	9	R$ 13.000,00
CE	CAMPOS SALES	230270	9	R$ 13.000,00
CE	PIRES FERREIRA	231095	5	R$ 12.000,00
CE	JATI	230720	3	R$ 11.000,00
CE	PENTECOSTE	231070	15	R$ 14.000,00
CE	SOBRAL	231290	64	R$ 24.000,00
CE	ALCÂNTARAS	230050	4	R$ 12.000,00
CE	CASCAVEL	230350	22	R$ 15.000,00
CE	GENERAL SAMPAIO	230460	3	R$ 11.000,00
CE	MUCAMBO	230900	5	R$ 12.000,00
CE	HIDROLÂNDIA	230520	6	R$ 12.000,00
CE	PIQUET CARNEIRO	231090	8	R$ 12.000,00
CE	MARANGUAPE	230770	35	R$ 18.000,00
CE	IGUATU	230550	30	R$ 17.000,00
CE	CEDRO	230380	10	R$ 13.000,00
CE	GUARAMIRANGA	230510	3	R$ 11.000,00
CE	CHOROZINHO	230395	9	R$ 13.000,00
CE	ICÓ	230540	19	R$ 15.000,00
CE	CAUCAIA	230370	72	R$ 25.000,00
CE	MADALENA	230763	5	R$ 12.000,00
CE	BANABUIÚ	230185	5	R$ 12.000,00
CE	GUAIÚBA	230495	9	R$ 13.000,00
CE	QUIXERAMOBIM	231140	21	R$ 15.000,00
CE	PEDRA BRANCA	231050	12	R$ 13.000,00
CE	QUIXERÉ	231150	9	R$ 13.000,00
CE	AMONTADA	230075	10	R$ 13.000,00
CE	TRAIRI	231350	19	R$ 15.000,00
CE	VIÇOSA DO CEARÁ	231410	18	R$ 14.000,00
CE	CROATÁ	230423	7	R$ 12.000,00
CE	ICAPUÍ	230535	8	R$ 12.000,00
CE	VARJOTA	231395	6	R$ 12.000,00
CE	ERERÊ	230427	3	R$ 11.000,00
CE	ACOPIARA	230030	20	R$ 15.000,00
CE	CARIDADE	230300	7	R$ 12.000,00
CE	DEPUTADO IRAPUAN PINHEIRO	230426	5	R$ 12.000,00
CE	TEJUÇUOCA	231335	8	R$ 12.000,00
CE	SÃO JOÃO DO JAGUARIBE	231250	4	R$ 12.000,00
CE	MOMBAÇA	230850	11	R$ 13.000,00
CE	UMARI	231370	3	R$ 11.000,00
CE	BAIXIO	230180	3	R$ 11.000,00
CE	FORTIM	230445	6	R$ 12.000,00
CE	TARRAFAS	231325	4	R$ 12.000,00
CE	CHAVAL	230390	6	R$ 12.000,00
CE	BATURITÉ	230210	9	R$ 13.000,00
CE	OCARA	230945	10	R$ 13.000,00
CE	BOA VIAGEM	230240	13	R$ 13.000,00
CE	JAGUARUANA	230700	14	R$ 14.000,00
CE	CRATEÚS	230410	20	R$ 15.000,00
CE	PALMÁCIA	231010	4	R$ 12.000,00
CE	APUIARÉS	230090	5	R$ 12.000,00
CE	FORQUILHA	230435	9	R$ 13.000,00
CE	AIUABA	230040	6	R$ 12.000,00
CE	MARTINÓPOLE	230790	4	R$ 12.000,00
CE	CANINDÉ	230280	18	R$ 14.000,00
CE	CARNAUBAL	230340	7	R$ 12.000,00
CE	MIRAÍMA	230837	5	R$ 12.000,00
CE	IRACEMA	230600	6	R$ 12.000,00
CE	PARAMOTI	231040	4	R$ 12.000,00
CE	PARAMBU	231030	13	R$ 13.000,00
CE	ANTONINA DO NORTE	230080	2	R$ 11.000,00
CE	ACARAPE	230015	7	R$ 12.000,00
CE	ARACOIABA	230120	11	R$ 13.000,00
CE	BARBALHA	230190	22	R$ 15.000,00
CE	URUBURETAMA	231380	10	R$ 13.000,00
CE	SANTANA DO ACARAÚ	231200	10	R$ 13.000,00
CE	BARRO	230200	9	R$ 13.000,00
CE	SABOEIRO	231190	7	R$ 12.000,00
CE	AURORA	230170	12	R$ 13.000,00
CE	ACARAÚ	230020	29	R$ 17.000,00
CE	MISSÃO VELHA	230840	16	R$ 14.000,00
CE	NOVA OLINDA	230920	7	R$ 12.000,00
CE	TURURU	231355	7	R$ 12.000,00
CE	EUSÉBIO	230428	18	R$ 14.000,00
CE	SÃO GONÇALO DO AMARANTE	231240	17	R$ 14.000,00
CE	JAGUARETAMA	230670	8	R$ 12.000,00
CE	MERUOCA	230820	5	R$ 12.000,00
CE	POTENGI	231120	5	R$ 12.000,00
CE	ITATIRA	230660	10	R$ 13.000,00
CE	SALITRE	231195	7	R$ 12.000,00
CE	PEREIRO	231080	7	R$ 12.000,00
CE	BARREIRA	230195	8	R$ 12.000,00
CE	ARARENDÁ	230125	4	R$ 12.000,00
CE	TAMBORIL	231320	12	R$ 13.000,00
CE	ALTO SANTO	230070	6	R$ 12.000,00
CE	FORTALEZA	230440	393	R$ 89.000,00
CE	INDEPENDÊNCIA	230560	9	R$ 13.000,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800152

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CE	BARROQUINHA	230205	6	R$ 12.000,00
CE	CRUZ	230425	10	R$ 13.000,00
CE	PACOTI	230980	6	R$ 12.000,00
CE	JAGUARIBARA	230680	4	R$ 12.000,00
CE	MASSAPÊ	230800	12	R$ 13.000,00
CE	CAPISTRANO	230290	7	R$ 12.000,00
CE	REDENÇÃO	231160	11	R$ 13.000,00
CE	SÃO LUÍS DO CURU	231260	6	R$ 12.000,00
CE	JUAZEIRO DO NORTE	230730	71	R$ 25.000,00
CE	JUCÁS	230740	9	R$ 13.000,00
CE	IPUEIRAS	230590	12	R$ 13.000,00
CE	QUIXADÁ	231130	19	R$ 15.000,00
CE	LIMOEIRO DO NORTE	230760	16	R$ 14.000,00
CE	SANTA QUITÉRIA	231220	14	R$ 14.000,00
CE	QUITERIANÓPOLIS	231126	9	R$ 13.000,00
CE	MAURITI	230810	20	R$ 15.000,00
CE	FRECHEIRINHA	230450	7	R$ 12.000,00
CE	SÃO BENEDITO	231230	14	R$ 14.000,00
CE	CHORÓ	230393	6	R$ 12.000,00
CE	TAUÁ	231330	25	R$ 16.000,00
CE	IBICUITINGA	230533	5	R$ 12.000,00
CE	POTIRETAMA	231123	3	R$ 11.000,00
CE	JIJOCA DE JERICOACOARA	230725	7	R$ 12.000,00
CE	LAVRAS DA MANGABEIRA	230750	10	R$ 13.000,00
CE	ITAPAGÉ	230630	18	R$ 14.000,00
CE	MULUNGU	230910	5	R$ 12.000,00
CE	URUOCA	231390	7	R$ 12.000,00
CE	PALHANO	231000	4	R$ 12.000,00
CE	BELA CRUZ	230230	9	R$ 13.000,00
CE	ITAITINGA	230625	10	R$ 13.000,00
CE	ITAREMA	230655	13	R$ 13.000,00
CE	IBARETAMA	230526	5	R$ 12.000,00
CE	PACAJUS	230960	19	R$ 15.000,00
CE	SANTANA DO CARIRI	231210	8	R$ 12.000,00
CE	PORTEIRAS	231110	7	R$ 12.000,00
CE	AQUIRAZ	230100	29	R$ 17.000,00
CE	BREJO SANTO	230250	20	R$ 15.000,00
CE	BEBERIBE	230220	14	R$ 14.000,00
CE	NOVO ORIENTE	230940	8	R$ 12.000,00
CE	IPAUMIRIM	230570	4	R$ 12.000,00
CE	GRANJA	230470	17	R$ 14.000,00
CE	PACATUBA	230970	24	R$ 16.000,00
CE	MARCO	230780	8	R$ 12.000,00
CE	ITAPIÚNA	230650	6	R$ 12.000,00
CE	ITAPIPOCA	230640	40	R$ 19.000,00
CE	PORANGA	231100	5	R$ 12.000,00
CE	PARACURU	231020	11	R$ 13.000,00
DF	BRASÍLIA	530010	303	R$ 71.000,00
ES	MONTANHA	320350	6	R$ 12.000,00
ES	JAGUARÉ	320305	7	R$ 12.000,00
ES	JERÔNIMO MONTEIRO	320310	4	R$ 12.000,00
ES	CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	320120	49	R$ 21.000,00
ES	MUQUI	320380	5	R$ 12.000,00
ES	NOVA VENÉCIA	320390	10	R$ 13.000,00
ES	MIMOSO DO SUL	320340	11	R$ 13.000,00
ES	LARANJA DA TERRA	320316	4	R$ 12.000,00
ES	CASTELO	320140	9	R$ 13.000,00
ES	ITAGUAÇU	320270	5	R$ 12.000,00
ES	SÃO MATEUS	320490	29	R$ 17.000,00
ES	ARACRUZ	320060	16	R$ 14.000,00
ES	MARECHAL FLORIANO	320334	7	R$ 12.000,00
ES	VILA VELHA	320520	33	R$ 17.000,00
ES	PONTO BELO	320425	3	R$ 11.000,00
ES	BOM JESUS DO NORTE	320110	4	R$ 12.000,00
ES	APIACÁ	320050	3	R$ 11.000,00
ES	SANTA TERESA	320460	8	R$ 12.000,00
ES	MUCURICI	320360	3	R$ 11.000,00
ES	VILA VALÉRIO	320517	4	R$ 12.000,00
ES	AFONSO CLÁUDIO	320010	10	R$ 13.000,00
ES	ÁGUA DOCE DO NORTE	320016	4	R$ 12.000,00
ES	ITARANA	320290	4	R$ 12.000,00
ES	IBATIBA	320245	5	R$ 12.000,00
ES	VIANA	320510	19	R$ 15.000,00
ES	SOORETAMA	320501	6	R$ 12.000,00
ES	VITÓRIA	320530	78	R$ 26.000,00
ES	PINHEIROS	320410	7	R$ 12.000,00
ES	ALTO RIO NOVO	320035	3	R$ 11.000,00
ES	PANCAS	320400	8	R$ 12.000,00
ES	FUNDÃO	320220	4	R$ 12.000,00
ES	SÃO JOSÉ DO CALÇADO	320480	4	R$ 12.000,00
ES	IÚNA	320300	6	R$ 12.000,00
ES	ATILIO VIVACQUA	320070	4	R$ 12.000,00
ES	SANTA MARIA DE JETIBÁ	320455	12	R$ 13.000,00
ES	BOA ESPERANÇA	320100	6	R$ 12.000,00
ES	MARILÂNDIA	320335	5	R$ 12.000,00
ES	BREJETUBA	320115	5	R$ 12.000,00
ES	PEDRO CANÁRIO	320405	3	R$ 11.000,00
ES	RIO NOVO DO SUL	320440	5	R$ 12.000,00
ES	ANCHIETA	320040	10	R$ 13.000,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800153

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ES	COLATINA	320150	35	R$ 18.000,00
ES	JOÃO NEIVA	320313	5	R$ 12.000,00
ES	DORES DO RIO PRETO	320200	3	R$ 11.000,00
ES	BAIXO GUANDU	320080	12	R$ 13.000,00
ES	SERRA	320500	43	R$ 19.000,00
ES	ALFREDO CHAVES	320030	5	R$ 12.000,00
ES	BARRA DE SÃO FRANCISCO	320090	10	R$ 13.000,00
ES	MANTENÓPOLIS	320330	5	R$ 12.000,00
ES	IBIRAÇU	320250	4	R$ 12.000,00
ES	VARGEM ALTA	320503	4	R$ 12.000,00
ES	IRUPI	320265	4	R$ 12.000,00
ES	ICONHA	320260	5	R$ 12.000,00
ES	MARATAÍZES	320332	8	R$ 12.000,00
ES	DIVINO DE SÃO LOURENÇO	320180	2	R$ 11.000,00
ES	GUARAPARI	320240	19	R$ 15.000,00
ES	PIÚMA	320420	6	R$ 12.000,00
ES	VENDA NOVA DO IMIGRANTE	320506	6	R$ 12.000,00
ES	LINHARES	320320	28	R$ 16.000,00
ES	SANTA LEOPOLDINA	320450	5	R$ 12.000,00
ES	SÃO ROQUE DO CANAÃ	320495	4	R$ 12.000,00
ES	CARIACICA	320130	30	R$ 17.000,00
GO	SANTO ANTÔNIO DA BARRA	521971	2	R$ 11.000,00
GO	ALVORADA DO NORTE	520080	4	R$ 12.000,00
GO	ITARUMÃ	521130	3	R$ 11.000,00
GO	GOIÁS	520890	9	R$ 13.000,00
GO	BELA VISTA DE GOIÁS	520330	9	R$ 13.000,00
GO	VARJÃO	522190	1	R$ 11.000,00
GO	CEZARINA	520545	2	R$ 11.000,00
GO	TURVÂNIA	522150	2	R$ 11.000,00
GO	MUTUNÓPOLIS	521410	2	R$ 11.000,00
GO	BRITÂNIA	520380	2	R$ 11.000,00
GO	MINEIROS	521310	19	R$ 15.000,00
GO	APARECIDA DE GOIÂNIA	520140	68	R$ 24.000,00
GO	PIRACANJUBA	521710	5	R$ 12.000,00
GO	DAMOLÂNDIA	520680	1	R$ 11.000,00
GO	PADRE BERNARDO	521560	9	R$ 13.000,00
GO	ADELÂNDIA	520015	1	R$ 11.000,00
GO	JOVIÂNIA	521210	3	R$ 11.000,00
GO	PALMINÓPOLIS	521590	2	R$ 11.000,00
GO	ABADIA DE GOIÁS	520005	3	R$ 11.000,00
GO	PARAÚNA	521640	5	R$ 12.000,00
GO	CAMPESTRE DE GOIÁS	520460	1	R$ 11.000,00
GO	GUARANI DE GOIÁS	520940	2	R$ 11.000,00
GO	SÍTIO D`ABADIA	522070	1	R$ 11.000,00
GO	SÃO DOMINGOS	521980	3	R$ 11.000,00
GO	INDIARA	520995	4	R$ 12.000,00
GO	APORÉ	520150	1	R$ 11.000,00
GO	URUANA	522170	5	R$ 12.000,00
GO	MAURILÂNDIA	521300	2	R$ 11.000,00
GO	CÓRREGO DO OURO	520570	1	R$ 11.000,00
GO	GOIANIRA	520880	19	R$ 15.000,00
GO	CARMO DO RIO VERDE	520500	3	R$ 11.000,00
GO	ARAGARÇAS	520170	6	R$ 12.000,00
GO	CALDAZINHA	520455	2	R$ 11.000,00
GO	GUARINOS	520945	1	R$ 11.000,00
GO	GOUVELÂNDIA	520915	1	R$ 11.000,00
GO	BOM JARDIM DE GOIÁS	520340	3	R$ 11.000,00
GO	ORIZONA	521530	7	R$ 12.000,00
GO	MAIRIPOTABA	521260	1	R$ 11.000,00
GO	CAMPOS BELOS	520490	5	R$ 12.000,00
GO	COLINAS DO SUL	520552	2	R$ 11.000,00
GO	OUVIDOR	521550	2	R$ 11.000,00
GO	JANDAIA	521170	3	R$ 11.000,00
GO	POSSE	521830	7	R$ 12.000,00
GO	CAMPOS VERDES	520495	3	R$ 11.000,00
GO	SÃO JOÃO DA PARAÚNA	522005	1	R$ 11.000,00
GO	BRAZABRANTES	520360	2	R$ 11.000,00
GO	SENADOR CANEDO	522045	34	R$ 18.000,00
GO	PIRANHAS	521720	4	R$ 12.000,00
GO	ITAPACI	521090	6	R$ 12.000,00
GO	FORMOSO	520810	2	R$ 11.000,00
GO	BURITI ALEGRE	520390	3	R$ 11.000,00
GO	ITAUÇU	521140	3	R$ 11.000,00
GO	PANAMÁ	521600	1	R$ 11.000,00
GO	SANTO ANTÔNIO DE GOIÁS	521973	2	R$ 11.000,00
GO	GOIATUBA	520910	10	R$ 13.000,00
GO	FIRMINÓPOLIS	520780	6	R$ 12.000,00
GO	JESÚPOLIS	521205	1	R$ 11.000,00
GO	NAZÁRIO	521440	3	R$ 11.000,00
GO	RIALMA	521860	4	R$ 12.000,00
GO	CERES	520540	6	R$ 12.000,00
GO	PROFESSOR JAMIL	521839	2	R$ 11.000,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800154

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

GO	BONFINÓPOLIS	520355	3	R$ 11.000,00
GO	CRIXÁS	520640	7	R$ 12.000,00
GO	NOVA AMÉRICA	521470	1	R$ 11.000,00
GO	ARAGOIÂNIA	520180	3	R$ 11.000,00
GO	MAMBAÍ	521270	3	R$ 11.000,00
GO	NOVA ROMA	521490	2	R$ 11.000,00
GO	SANTA BÁRBARA DE GOIÁS	521910	2	R$ 11.000,00
GO	NOVA GLÓRIA	521486	2	R$ 11.000,00
GO	ALOÂNDIA	520050	1	R$ 11.000,00
GO	CACHOEIRA ALTA	520410	5	R$ 12.000,00
GO	LEOPOLDO DE BULHÕES	521230	4	R$ 12.000,00
GO	RIO QUENTE	521878	1	R$ 11.000,00
GO	BONÓPOLIS	520357	2	R$ 11.000,00
GO	CALDAS NOVAS	520450	14	R$ 14.000,00
GO	TURVELÂNDIA	522155	1	R$ 11.000,00
GO	PIRES DO RIO	521740	6	R$ 12.000,00
GO	JATAÍ	521190	21	R$ 15.000,00
GO	CASTELÂNDIA	520505	1	R$ 11.000,00
GO	MONTE ALEGRE DE GOIÁS	521350	3	R$ 11.000,00
GO	DIVINÓPOLIS DE GOIÁS	520830	2	R$ 11.000,00
GO	GOIANDIRA	520850	2	R$ 11.000,00
GO	URUAÇU	522160	11	R$ 13.000,00
GO	TERESINA DE GOIÁS	522108	2	R$ 11.000,00
GO	CAVALCANTE	520530	3	R$ 11.000,00
GO	AURILÂNDIA	520260	2	R$ 11.000,00
GO	CAMPO ALEGRE DE GOIÁS	520480	3	R$ 11.000,00
GO	MORRO AGUDO DE GOIÁS	521385	1	R$ 11.000,00
GO	SANTA RITA DO ARAGUAIA	521940	2	R$ 11.000,00
GO	PARANAIGUARA	521630	3	R$ 11.000,00
GO	PORTEIRÃO	521805	1	R$ 11.000,00
GO	ABADIÂNIA	520010	6	R$ 12.000,00
GO	ITABERAÍ	521040	9	R$ 13.000,00
GO	TROMBAS	522145	2	R$ 11.000,00
GO	TRÊS RANCHOS	522130	1	R$ 11.000,00
GO	SANTA ISABEL	521935	2	R$ 11.000,00
GO	COCALZINHO DE GOIÁS	520551	7	R$ 12.000,00
GO	CUMARI	520660	1	R$ 11.000,00
GO	BOM JESUS DE GOIÁS	520350	6	R$ 12.000,00
GO	SÃO FRANCISCO DE GOIÁS	521990	3	R$ 11.000,00
GO	MOZARLÂNDIA	521400	3	R$ 11.000,00
GO	RIANÁPOLIS	521870	2	R$ 11.000,00
GO	SANTA TEREZINHA DE GOIÁS	521970	3	R$ 11.000,00
GO	SÃO MIGUEL DO PASSA QUATRO	522026	2	R$ 11.000,00
GO	ALEXÂNIA	520030	6	R$ 12.000,00
GO	ALTO PARAÍSO DE GOIÁS	520060	3	R$ 11.000,00
GO	NOVA VENEZA	521500	3	R$ 11.000,00
GO	CATALÃO	520510	11	R$ 13.000,00
GO	CACHOEIRA DE GOIÁS	520420	1	R$ 11.000,00
GO	NOVA AURORA	521480	1	R$ 11.000,00
GO	ANICUNS	520130	8	R$ 12.000,00
GO	CHAPADÃO DO CÉU	520547	3	R$ 11.000,00
GO	CORUMBAÍBA	520590	2	R$ 11.000,00
GO	ITAPIRAPUÃ	521100	3	R$ 11.000,00
GO	IPIRANGA DE GOIÁS	521015	1	R$ 11.000,00
GO	JAUPACI	521200	1	R$ 11.000,00
GO	VILA BOA	522220	2	R$ 11.000,00
GO	ANHANGUERA	520120	1	R$ 11.000,00
GO	CABECEIRAS	520400	3	R$ 11.000,00
GO	PONTALINA	521770	5	R$ 12.000,00
GO	APARECIDA DO RIO DOCE	520145	1	R$ 11.000,00
GO	PORTELÂNDIA	521810	1	R$ 11.000,00
GO	MORRINHOS	521380	11	R$ 13.000,00
GO	NOVO PLANALTO	521525	2	R$ 11.000,00
GO	MONTIVIDIU DO NORTE	521377	2	R$ 11.000,00
GO	DAMIANÓPOLIS	520670	2	R$ 11.000,00
GO	IACIARA	520990	3	R$ 11.000,00
GO	SIMOLÂNDIA	522068	2	R$ 11.000,00
GO	IPAMERI	521010	8	R$ 12.000,00
GO	SÃO SIMÃO	522040	5	R$ 12.000,00
GO	ARAGUAPAZ	520215	3	R$ 11.000,00
GO	BURITINÓPOLIS	520396	1	R$ 11.000,00
GO	NIQUELÂNDIA	521460	12	R$ 13.000,00
GO	INACIOLÂNDIA	520993	2	R$ 11.000,00
GO	TRINDADE	522140	32	R$ 17.000,00
GO	ARAÇU	520160	2	R$ 11.000,00
GO	QUIRINÓPOLIS	521850	13	R$ 13.000,00
GO	NERÓPOLIS	521450	10	R$ 13.000,00
GO	AMARALINA	520082	2	R$ 11.000,00
GO	ARENÓPOLIS	520235	1	R$ 11.000,00
GO	EDÉIA	520740	5	R$ 12.000,00
GO	PEROLÂNDIA	521645	1	R$ 11.000,00
GO	CROMÍNIA	520650	2	R$ 11.000,00
GO	SÃO LUÍZ DO NORTE	522015	2	R$ 11.000,00
GO	ITUMBIARA	521150	15	R$ 14.000,00
GO	ESTRELA DO NORTE	520750	2	R$ 11.000,00
GO	PALMELO	521580	1	R$ 11.000,00
GO	GOIÂNIA	520870	188	R$ 48.000,00
GO	RUBIATABA	521890	10	R$ 13.000,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800155

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

GO	MONTIVIDIU	521375	3	R$ 11.000,00
GO	PETROLINA DE GOIÁS	521680	5	R$ 12.000,00
GO	DOVERLÂNDIA	520725	3	R$ 11.000,00
GO	URUTAÍ	522180	1	R$ 11.000,00
GO	CIDADE OCIDENTAL	520549	19	R$ 15.000,00
GO	ITAPURANGA	521120	8	R$ 12.000,00
GO	PORANGATU	521800	9	R$ 13.000,00
GO	NOVA IGUAÇU DE GOIÁS	521487	1	R$ 11.000,00
GO	ITAGUARI	521056	2	R$ 11.000,00
GO	NOVA CRIXÁS	521483	4	R$ 12.000,00
GO	PALMEIRAS DE GOIÁS	521570	7	R$ 12.000,00
GO	SANTA FÉ DE GOIÁS	521925	1	R$ 11.000,00
GO	ITAJÁ	521080	2	R$ 11.000,00
GO	SANTA CRUZ DE GOIÁS	521920	1	R$ 11.000,00
GO	EDEALINA	520735	2	R$ 11.000,00
GO	SANTA HELENA DE GOIÁS	521930	12	R$ 13.000,00
GO	SANCLERLÂNDIA	521900	3	R$ 11.000,00
GO	MINAÇU	521308	5	R$ 12.000,00
GO	ÁGUA LIMPA	520020	1	R$ 11.000,00
GO	MARA ROSA	521280	3	R$ 11.000,00
GO	ITAGUARU	521060	3	R$ 11.000,00
GO	HIDROLÂNDIA	520970	7	R$ 12.000,00
GO	CATURAÍ	520520	2	R$ 11.000,00
GO	ÁGUA FRIA DE GOIÁS	520017	2	R$ 11.000,00
GO	NOVO BRASIL	521520	2	R$ 11.000,00
GO	AVELINÓPOLIS	520280	1	R$ 11.000,00
GO	ARUANÃ	520250	2	R$ 11.000,00
GO	SÃO MIGUEL DO ARAGUAIA	522020	7	R$ 12.000,00
GO	SÃO JOÃO D`ALIANÇA	522000	4	R$ 12.000,00
GO	CACHOEIRA DOURADA	520425	3	R$ 11.000,00
GO	MARZAGÃO	521290	1	R$ 11.000,00
GO	IVOLÂNDIA	521160	1	R$ 11.000,00
GO	VILA PROPÍCIO	522230	2	R$ 11.000,00
GO	CRISTALINA	520620	12	R$ 13.000,00
GO	MOSSÂMEDES	521390	2	R$ 11.000,00
GO	CAIAPÔNIA	520440	4	R$ 12.000,00
GO	GUAPÓ	520920	6	R$ 12.000,00
GO	GAMELEIRA DE GOIÁS	520815	2	R$ 11.000,00
GO	PLANALTINA	521760	28	R$ 16.000,00
GO	BARRO ALTO	520320	2	R$ 11.000,00
GO	SANTA ROSA DE GOIÁS	521950	1	R$ 11.000,00
GO	VALPARAÍSO DE GOIÁS	522185	27	R$ 16.000,00
GO	SANTA TEREZA DE GOIÁS	521960	2	R$ 11.000,00
GO	JUSSARA	521220	6	R$ 12.000,00
GO	IPORÁ	521020	8	R$ 12.000,00
GO	SANTA RITA DO NOVO DESTINO	521945	1	R$ 11.000,00
GO	CAÇU	520430	6	R$ 12.000,00
GO	GUARAÍTA	520929	1	R$ 11.000,00
GO	CAMPINORTE	520470	4	R$ 12.000,00
GO	PALESTINA DE GOIÁS	521565	1	R$ 11.000,00
GO	AMORINÓPOLIS	520090	1	R$ 11.000,00
GO	DIORAMA	520710	1	R$ 11.000,00
GO	MUNDO NOVO	521405	3	R$ 11.000,00
GO	FAZENDA NOVA	520760	2	R$ 11.000,00
GO	ISRAELÂNDIA	521030	1	R$ 11.000,00
GO	MONTES CLAROS DE GOIÁS	521370	3	R$ 11.000,00
GO	HIDROLINA	520980	2	R$ 11.000,00
GO	SÃO LUÍS DE MONTES BELOS	522010	8	R$ 12.000,00
GO	LUZIÂNIA	521250	19	R$ 15.000,00
GO	TEREZÓPOLIS DE GOIÁS	522119	2	R$ 11.000,00
GO	CORUMBÁ DE GOIÁS	520580	3	R$ 11.000,00
GO	JARAGUÁ	521180	11	R$ 13.000,00
GO	PIRENÓPOLIS	521730	7	R$ 12.000,00
GO	ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS	520025	18	R$ 14.000,00
GO	FORMOSA	520800	21	R$ 15.000,00
GO	NOVO GAMA	521523	14	R$ 14.000,00
GO	GOIANÉSIA	520860	12	R$ 13.000,00
GO	CAMPO LIMPO DE GOIÁS	520485	2	R$ 11.000,00
GO	FLORES DE GOIÁS	520790	4	R$ 12.000,00
MA	SAMBAÍBA	210970	2	R$ 11.000,00
MA	BURITI BRAVO	210230	5	R$ 12.000,00
MA	BACURITUBA	210135	2	R$ 11.000,00
MA	ZÉ DOCA	211400	21	R$ 15.000,00
MA	MARANHÃOZINHO	210637	6	R$ 12.000,00
MA	OLHO D`ÁGUA DAS CUNHÃS	210740	7	R$ 12.000,00
MA	BARÃO DE GRAJAÚ	210150	8	R$ 12.000,00
MA	AFONSO CUNHA	210010	3	R$ 11.000,00
MA	ALTO ALEGRE DO PINDARÉ	210047	10	R$ 13.000,00
MA	JOSELÂNDIA	210560	6	R$ 12.000,00
MA	ALDEIAS ALTAS	210030	9	R$ 13.000,00
MA	CONCEIÇÃO DO LAGO-AÇU	210355	6	R$ 12.000,00
MA	VITORINO FREIRE	211300	13	R$ 13.000,00
MA	PIRAPEMAS	210880	7	R$ 12.000,00
MA	AÇAILÂNDIA	210005	24	R$ 16.000,00
MA	GOVERNADOR LUIZ ROCHA	210462	3	R$ 11.000,00
MA	PARNARAMA	210780	14	R$ 14.000,00
MA	OLINDA NOVA DO MARANHÃO	210745	7	R$ 12.000,00
MA	CAXIAS	210300	55	R$ 22.000,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800156

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MA	CENTRAL DO MARANHÃO	210312	3	R$ 11.000,00
MA	BREJO DE AREIA	210215	2	R$ 11.000,00
MA	PRIMEIRA CRUZ	210940	6	R$ 12.000,00
MA	SÃO JOÃO DO PARAÍSO	211105	5	R$ 12.000,00
MA	JATOBÁ	210545	5	R$ 12.000,00
MA	CODÓ	210330	30	R$ 17.000,00
MA	CARUTAPERA	210290	8	R$ 12.000,00
MA	VARGEM GRANDE	211270	11	R$ 13.000,00
MA	FORTALEZA DOS NOGUEIRAS	210410	6	R$ 12.000,00
MA	SÃO FRANCISCO DO MARANHÃO	211090	5	R$ 12.000,00
MA	TRIZIDELA DO VALE	211223	10	R$ 13.000,00
MA	GUIMARÃES	210490	6	R$ 12.000,00
MA	CIDELÂNDIA	210325	5	R$ 12.000,00
MA	CHAPADINHA	210320	23	R$ 15.000,00
MA	SÃO JOSÉ DOS BASÍLIOS	211125	3	R$ 11.000,00
MA	PAULO RAMOS	210810	6	R$ 12.000,00
MA	ITINGA DO MARANHÃO	210542	8	R$ 12.000,00
MA	CENTRO NOVO DO MARANHÃO	210317	8	R$ 12.000,00
MA	PALMEIRÂNDIA	210760	10	R$ 13.000,00
MA	JOÃO LISBOA	210550	9	R$ 13.000,00
MA	LIMA CAMPOS	210600	6	R$ 12.000,00
MA	SANTA LUZIA	211000	23	R$ 15.000,00
MA	SÃO JOSÉ DE RIBAMAR	211120	36	R$ 18.000,00
MA	SÃO JOÃO DOS PATOS	211110	10	R$ 13.000,00
MA	PERITORÓ	210845	10	R$ 13.000,00
MA	IMPERATRIZ	210530	45	R$ 20.000,00
MA	ÁGUA DOCE DO MARANHÃO	210015	6	R$ 12.000,00
MA	SÃO JOÃO DO SOTER	211107	9	R$ 13.000,00
MA	RAPOSA	210945	10	R$ 13.000,00
MA	MIRANDA DO NORTE	210675	8	R$ 12.000,00
MA	POÇÃO DE PEDRAS	210890	9	R$ 13.000,00
MA	LAGO DA PEDRA	210570	24	R$ 16.000,00
MA	SÃO FRANCISCO DO BREJÃO	211085	3	R$ 11.000,00
MA	FERNANDO FALCÃO	210408	5	R$ 12.000,00
MA	DUQUE BACELAR	210390	4	R$ 12.000,00
MA	COELHO NETO	210340	14	R$ 14.000,00
MA	SANTA INÊS	210990	25	R$ 16.000,00
MA	PARAIBANO	210770	8	R$ 12.000,00
MA	SÃO DOMINGOS DO AZEITÃO	211065	3	R$ 11.000,00
MA	BOM LUGAR	210207	6	R$ 12.000,00
MA	ITAIPAVA DO GRAJAÚ	210535	7	R$ 12.000,00
MA	SÃO PEDRO DA ÁGUA BRANCA	211153	3	R$ 11.000,00
MA	BURITI	210220	10	R$ 13.000,00
MA	PORTO RICO DO MARANHÃO	210905	3	R$ 11.000,00
MA	SANTA LUZIA DO PARUÁ	211003	9	R$ 13.000,00
MA	MIRINZAL	210680	7	R$ 12.000,00
MA	COROATÁ	210360	15	R$ 14.000,00
MA	MORROS	210710	8	R$ 12.000,00
MA	SUCUPIRA DO RIACHÃO	211195	2	R$ 11.000,00
MA	SÃO PEDRO DOS CRENTES	211157	2	R$ 11.000,00
MA	ICATU	210510	10	R$ 13.000,00
MA	SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO	211070	16	R$ 14.000,00
MA	LAGO DOS RODRIGUES	210594	3	R$ 11.000,00
MA	SÃO BENEDITO DO RIO PRETO	211040	7	R$ 12.000,00
MA	SANTA QUITÉRIA DO MARANHÃO	211010	12	R$ 13.000,00
MA	ANAJATUBA	210070	11	R$ 13.000,00
MA	MIRADOR	210670	8	R$ 12.000,00
MA	PRESIDENTE VARGAS	210930	5	R$ 12.000,00
MA	PASTOS BONS	210800	9	R$ 13.000,00
MA	URBANO SANTOS	211260	7	R$ 12.000,00
MA	BELÁGUA	210173	2	R$ 11.000,00
MA	COLINAS	210350	15	R$ 14.000,00
MA	MATINHA	210650	8	R$ 12.000,00
MA	SÍTIO NOVO	211180	7	R$ 12.000,00
MA	SÃO MATEUS DO MARANHÃO	211150	17	R$ 14.000,00
MA	SÃO ROBERTO	211167	2	R$ 11.000,00
MA	CAMPESTRE DO MARANHÃO	210255	5	R$ 12.000,00
MA	SÃO RAIMUNDO DO DOCA BEZERRA	211163	3	R$ 11.000,00
MA	SATUBINHA	211172	5	R$ 12.000,00
MA	SUCUPIRA DO NORTE	211190	4	R$ 12.000,00
MA	GRAJAÚ	210480	19	R$ 15.000,00
MA	CÂNDIDO MENDES	210260	9	R$ 13.000,00
MA	ARAME	210095	8	R$ 12.000,00
MA	NOVA IORQUE	210730	2	R$ 11.000,00
MA	ARAGUANÃ	210087	5	R$ 12.000,00
MA	SÃO LUÍS GONZAGA DO MARANHÃO	211140	9	R$ 13.000,00
MA	MARAJÁ DO SENA	210635	2	R$ 11.000,00
MA	BARRA DO CORDA	210160	20	R$ 15.000,00
MA	GOVERNADOR EUGÊNIO BARROS	210460	7	R$ 12.000,00
MA	FORMOSA DA SERRA NEGRA	210409	9	R$ 13.000,00
MA	CENTRO DO GUILHERME	210315	5	R$ 12.000,00
MA	MONTES ALTOS	210700	4	R$ 12.000,00
MA	PERI MIRIM	210840	5	R$ 12.000,00
MA	CAROLINA	210280	10	R$ 13.000,00
MA	CURURUPU	210370	13	R$ 13.000,00
MA	PINHEIRO	210860	19	R$ 15.000,00
MA	SANTA FILOMENA DO MARANHÃO	210975	3	R$ 11.000,00
MA	GOVERNADOR NUNES FREIRE	210467	12	R$ 13.000,00
MA	ARAIOSES	210090	17	R$ 14.000,00
MA	NOVA COLINAS	210725	2	R$ 11.000,00
MA	MATA ROMA	210640	8	R$ 12.000,00
MA	BURITICUPU	210232	21	R$ 15.000,00
MA	PASSAGEM FRANCA	210790	9	R$ 13.000,00
MA	LAGOA DO MATO	210592	5	R$ 12.000,00
MA	TUNTUM	211230	16	R$ 14.000,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800157

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MA	BOM JESUS DAS SELVAS	210203	10	R$ 13.000,00
MA	SANTO ANTÔNIO DOS LOPES	211030	7	R$ 12.000,00
MA	SÃO FÉLIX DE BALSAS	211080	2	R$ 11.000,00
MA	CANTANHEDE	210270	9	R$ 13.000,00
MA	ALCÂNTARA	210020	9	R$ 13.000,00
MA	SÃO LUÍS	211130	110	R$ 33.000,00
MA	FORTUNA	210420	7	R$ 12.000,00
MA	GRAÇA ARANHA	210470	3	R$ 11.000,00
MA	NINA RODRIGUES	210720	7	R$ 12.000,00
MA	GOVERNADOR EDISON LOBÃO	210455	5	R$ 12.000,00
MA	SÃO BENTO	211050	16	R$ 14.000,00
MA	PENALVA	210830	9	R$ 13.000,00
MA	GODOFREDO VIANA	210430	5	R$ 12.000,00
MA	JENIPAPO DOS VIEIRAS	210547	6	R$ 12.000,00
MA	ALTAMIRA DO MARANHÃO	210040	5	R$ 12.000,00
MA	FEIRA NOVA DO MARANHÃO	210407	3	R$ 11.000,00
MA	ESPERANTINÓPOLIS	210400	10	R$ 13.000,00
MA	APICUM-AÇU	210083	6	R$ 12.000,00
MA	SÃO BERNARDO	211060	9	R$ 13.000,00
MA	PINDARÉ-MIRIM	210850	12	R$ 13.000,00
MA	AXIXÁ	210110	6	R$ 12.000,00
MA	PEDREIRAS	210820	20	R$ 15.000,00
MA	BENEDITO LEITE	210180	2	R$ 11.000,00
MA	SANTA HELENA	210980	13	R$ 13.000,00
MA	LAGO VERDE	210590	6	R$ 12.000,00
MA	BACURI	210130	7	R$ 12.000,00
MA	DAVINÓPOLIS	210375	6	R$ 12.000,00
MA	GOVERNADOR NEWTON BELLO	210465	4	R$ 12.000,00
MA	ESTREITO	210405	18	R$ 14.000,00
MA	SÃO RAIMUNDO DAS MANGABEIRAS	211160	9	R$ 13.000,00
MA	MATÕES DO NORTE	210663	6	R$ 12.000,00
MA	PAÇO DO LUMIAR	210750	22	R$ 15.000,00
MA	PORTO FRANCO	210900	9	R$ 13.000,00
MA	PRESIDENTE MÉDICI	210923	3	R$ 11.000,00
MA	CEDRAL	210310	5	R$ 12.000,00
MA	BREJO	210210	10	R$ 13.000,00
MA	TUTÓIA	211250	18	R$ 14.000,00
MA	MATÕES	210660	13	R$ 13.000,00
MA	BALSAS	210140	26	R$ 16.000,00
MA	HUMBERTO DE CAMPOS	210500	10	R$ 13.000,00
MA	BOA VISTA DO GURUPI	210197	3	R$ 11.000,00
MA	BACABEIRA	210125	7	R$ 12.000,00
MA	LORETO	210610	4	R$ 12.000,00
MA	DOM PEDRO	210380	10	R$ 13.000,00
MA	TIMON	211220	57	R$ 22.000,00
MA	MILAGRES DO MARANHÃO	210667	4	R$ 12.000,00
MA	PEDRO DO ROSÁRIO	210825	8	R$ 12.000,00
MA	BERNARDO DO MEARIM	210193	3	R$ 11.000,00
MA	BARREIRINHAS	210170	23	R$ 15.000,00
MA	PRESIDENTE SARNEY	210927	7	R$ 12.000,00
MA	BACABAL	210120	42	R$ 19.000,00
MA	MARACAÇUMÉ	210632	7	R$ 12.000,00
MA	TASSO FRAGOSO	211200	4	R$ 12.000,00
MA	SANTANA DO MARANHÃO	211023	5	R$ 12.000,00
MA	SÃO JOÃO BATISTA	211100	8	R$ 12.000,00
MA	AMARANTE DO MARANHÃO	210060	19	R$ 15.000,00
MA	ITAPECURU MIRIM	210540	21	R$ 15.000,00
MA	BOM JARDIM	210200	18	R$ 14.000,00
MA	TIMBIRAS	211210	5	R$ 12.000,00
MA	ALTO ALEGRE DO MARANHÃO	210043	10	R$ 13.000,00
MA	ANAPURUS	210080	6	R$ 12.000,00
MA	VIANA	211280	20	R$ 15.000,00
MA	IGARAPÉ DO MEIO	210515	5	R$ 12.000,00
MA	CAJAPIÓ	210240	4	R$ 12.000,00
MA	CAPINZAL DO NORTE	210275	5	R$ 12.000,00
MA	PAULINO NEVES	210805	5	R$ 12.000,00
MA	JUNCO DO MARANHÃO	210565	3	R$ 11.000,00
MA	ARARI	210100	10	R$ 13.000,00
MA	BEQUIMÃO	210190	10	R$ 13.000,00
MA	ROSÁRIO	210960	15	R$ 14.000,00
MA	CACHOEIRA GRANDE	210237	4	R$ 12.000,00
MA	SERRANO DO MARANHÃO	211178	5	R$ 12.000,00
MA	ALTO PARNAÍBA	210050	4	R$ 12.000,00
MA	LUÍS DOMINGUES	210620	3	R$ 11.000,00
MA	LAGO DO JUNCO	210580	4	R$ 12.000,00
MA	LAGOA GRANDE DO MARANHÃO	210596	5	R$ 12.000,00
MA	PRESIDENTE JUSCELINO	210920	5	R$ 12.000,00
MA	MAGALHÃES DE ALMEIDA	210630	7	R$ 12.000,00
MA	NOVA OLINDA DO MARANHÃO	210735	6	R$ 12.000,00
MA	BELA VISTA DO MARANHÃO	210177	6	R$ 12.000,00
MA	AMAPÁ DO MARANHÃO	210055	4	R$ 12.000,00
MA	GOVERNADOR ARCHER	210450	4	R$ 12.000,00
MA	SÃO VICENTE FERRER	211170	9	R$ 13.000,00
MA	SENADOR ALEXANDRE COSTA	211174	5	R$ 12.000,00
MA	PRESIDENTE DUTRA	210910	11	R$ 13.000,00
MA	VILA NOVA DOS MARTÍRIOS	211285	3	R$ 11.000,00
MA	RIBAMAR FIQUENE	210955	3	R$ 11.000,00
MA	SANTO AMARO DO MARANHÃO	211027	6	R$ 12.000,00
MA	PIO XII	210870	9	R$ 13.000,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800158

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MA	SÃO JOÃO DO CARÚ	211102	6	R$ 12.000,00
MA	MONÇÃO	210690	9	R$ 13.000,00
MA	SENADOR LA ROCQUE	211176	8	R$ 12.000,00
MA	GONÇALVES DIAS	210440	7	R$ 12.000,00
MA	VITÓRIA DO MEARIM	211290	13	R$ 13.000,00
MA	LAJEADO NOVO	210598	3	R$ 11.000,00
MA	TURILÂNDIA	211245	8	R$ 12.000,00
MG	LUISBURGO	313867	2	R$ 11.000,00
MG	MATIPÓ	314090	7	R$ 12.000,00
MG	MACHACALIS	313890	3	R$ 11.000,00
MG	RIO DOCE	315500	1	R$ 11.000,00
MG	ITAMBACURI	313270	8	R$ 12.000,00
MG	CACHOEIRA DA PRATA	310960	1	R$ 11.000,00
MG	MATIAS CARDOSO	314085	5	R$ 12.000,00
MG	PARAOPEBA	314740	4	R$ 12.000,00
MG	ABRE CAMPO	310030	6	R$ 12.000,00
MG	FARIA LEMOS	312530	1	R$ 11.000,00
MG	ALVINÓPOLIS	310230	7	R$ 12.000,00
MG	SANTA CRUZ DE MINAS	315733	2	R$ 11.000,00
MG	CHIADOR	311620	1	R$ 11.000,00
MG	RECREIO	315410	3	R$ 11.000,00
MG	CRISÓLITA	312015	2	R$ 11.000,00
MG	SANTA CRUZ DE SALINAS	315737	2	R$ 11.000,00
MG	LIBERDADE	313850	2	R$ 11.000,00
MG	GOIANÁ	312738	1	R$ 11.000,00
MG	PINTÓPOLIS	315057	3	R$ 11.000,00
MG	SÃO GONÇALO DO ABAETÉ	316170	2	R$ 11.000,00
MG	ENGENHEIRO CALDAS	312370	4	R$ 12.000,00
MG	PASSA QUATRO	314760	6	R$ 12.000,00
MG	DIVINOLÂNDIA DE MINAS	312220	2	R$ 11.000,00
MG	GOVERNADOR VALADARES	312770	59	R$ 23.000,00
MG	JEQUITIBÁ	313570	3	R$ 11.000,00
MG	DORES DE CAMPOS	312300	2	R$ 11.000,00
MG	CAPIM BRANCO	311250	3	R$ 11.000,00
MG	GAMELEIRAS	312733	3	R$ 11.000,00
MG	CARLOS CHAGAS	311370	6	R$ 12.000,00
MG	CAPITÓLIO	311280	3	R$ 11.000,00
MG	SÃO PEDRO DOS FERROS	316400	3	R$ 11.000,00
MG	SÃO FÉLIX DE MINAS	316105	2	R$ 11.000,00
MG	IBITURUNA	313000	1	R$ 11.000,00
MG	SÃO JOÃO DO PARAÍSO	316270	10	R$ 13.000,00
MG	SÃO JOSÉ DO DIVINO	316330	2	R$ 11.000,00
MG	CAMBUÍ	311060	10	R$ 13.000,00
MG	SANTA HELENA DE MINAS	315765	3	R$ 11.000,00
MG	SANTA RITA DE IBITIPOCA	315940	2	R$ 11.000,00
MG	RESENDE COSTA	315420	2	R$ 11.000,00
MG	PIRANGUINHO	315100	3	R$ 11.000,00
MG	IRAÍ DE MINAS	313160	2	R$ 11.000,00
MG	JEQUERI	313550	5	R$ 12.000,00
MG	ITANHOMI	313320	4	R$ 12.000,00
MG	SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO	316470	18	R$ 14.000,00
MG	ALÉM PARAÍBA	310150	7	R$ 12.000,00
MG	BELO VALE	310640	3	R$ 11.000,00
MG	NACIP RAYDAN	314420	2	R$ 11.000,00
MG	CLARAVAL	311640	1	R$ 11.000,00
MG	CARMO DA CACHOEIRA	311390	4	R$ 12.000,00
MG	NOVA LIMA	314480	20	R$ 15.000,00
MG	SOLEDADE DE MINAS	316780	2	R$ 11.000,00
MG	SÃO TIAGO	316500	4	R$ 12.000,00
MG	POÇO FUNDO	315170	5	R$ 12.000,00
MG	FERVEDOURO	312595	4	R$ 12.000,00
MG	CONCEIÇÃO DE IPANEMA	311740	2	R$ 11.000,00
MG	DELFINÓPOLIS	312120	3	R$ 11.000,00
MG	FELIXLÂNDIA	312570	5	R$ 12.000,00
MG	POMPÉU	315200	9	R$ 13.000,00
MG	PORTO FIRME	315230	5	R$ 12.000,00
MG	CEDRO DO ABAETÉ	311560	1	R$ 11.000,00
MG	ESTRELA DO SUL	312480	2	R$ 11.000,00
MG	GONZAGA	312750	2	R$ 11.000,00
MG	MANTENA	313960	8	R$ 12.000,00
MG	BUENÓPOLIS	310920	4	R$ 12.000,00
MG	FERROS	312590	4	R$ 12.000,00
MG	CRISTAIS	312020	4	R$ 12.000,00
MG	JENIPAPO DE MINAS	313545	3	R$ 11.000,00
MG	MONTE ALEGRE DE MINAS	314280	5	R$ 12.000,00
MG	SANTA ROSA DA SERRA	315970	1	R$ 11.000,00
MG	SÃO ROMÃO	316420	4	R$ 12.000,00
MG	JACUÍ	313480	2	R$ 11.000,00
MG	CORAÇÃO DE JESUS	311880	13	R$ 13.000,00
MG	PERDIGÃO	314970	3	R$ 11.000,00
MG	RITÁPOLIS	315610	2	R$ 11.000,00
MG	BRÁS PIRES	310870	2	R$ 11.000,00

MG	SANTA RITA DE JACUTINGA	315930	2	R$ 11.000,00
MG	ÁGUAS FORMOSAS	310090	6	R$ 12.000,00
MG	CAPITÃO ANDRADE	311265	2	R$ 11.000,00
MG	SERRA DA SAUDADE	316660	1	R$ 11.000,00
MG	SETUBINHA	316555	4	R$ 12.000,00
MG	CAMPO BELO	311120	17	R$ 14.000,00
MG	PIUMHI	315150	10	R$ 13.000,00
MG	SÃO FRANCISCO DO GLÓRIA	316140	2	R$ 11.000,00
MG	CARMO DE MINAS	311410	5	R$ 12.000,00
MG	CRUZEIRO DA FORTALEZA	312070	2	R$ 11.000,00
MG	GUIMARÂNIA	312890	2	R$ 11.000,00
MG	VARGEM ALEGRE	317057	3	R$ 11.000,00
MG	VIRGINÓPOLIS	317180	4	R$ 12.000,00
MG	CAMPO DO MEIO	311130	5	R$ 12.000,00
MG	CARVALHOS	311480	2	R$ 11.000,00
MG	SÃO JOSÉ DO JACURI	316350	3	R$ 11.000,00
MG	BALDIM	310500	4	R$ 12.000,00
MG	UMBURATIBA	317030	1	R$ 11.000,00
MG	ALTO RIO DOCE	310210	5	R$ 12.000,00
MG	CÁSSIA	311510	3	R$ 11.000,00
MG	RIACHINHO	315445	4	R$ 12.000,00
MG	JAPONVAR	313535	4	R$ 12.000,00
MG	ITAVERAVA	313390	3	R$ 11.000,00
MG	CONCEIÇÃO DO PARÁ	311760	2	R$ 11.000,00
MG	TAIOBEIRAS	316800	13	R$ 13.000,00
MG	VARZELÂNDIA	317090	10	R$ 13.000,00
MG	TARUMIRIM	316840	6	R$ 12.000,00
MG	COROACI	311920	5	R$ 12.000,00
MG	TUPACIGUARA	316960	6	R$ 12.000,00
MG	FLORESTAL	312600	2	R$ 11.000,00
MG	MONTEZUMA	314345	4	R$ 12.000,00
MG	VERMELHO NOVO	317115	2	R$ 11.000,00
MG	SANTANA DO RIACHO	315900	2	R$ 11.000,00
MG	PATIS	314795	3	R$ 11.000,00
MG	POUSO ALTO	315260	2	R$ 11.000,00
MG	FRANCISCO DUMONT	312660	2	R$ 11.000,00
MG	SANTANA DO DESERTO	315860	2	R$ 11.000,00
MG	MANHUMIRIM	313950	7	R$ 12.000,00
MG	CONFINS	311787	3	R$ 11.000,00
MG	ITANHANDU	313310	4	R$ 12.000,00
MG	CARMÉSIA	311380	1	R$ 11.000,00
MG	SÃO JOÃO DO MANHUAÇU	316255	4	R$ 12.000,00
MG	CARMO DO PARANAÍBA	311430	10	R$ 13.000,00
MG	CARMO DO CAJURU	311420	7	R$ 12.000,00
MG	ARAPUÁ	310380	1	R$ 11.000,00
MG	SANTO ANTÔNIO DO RETIRO	316045	4	R$ 12.000,00
MG	SÃO JOÃO NEPOMUCENO	316290	4	R$ 12.000,00
MG	CAREAÇU	311360	3	R$ 11.000,00
MG	ALVORADA DE MINAS	310240	2	R$ 11.000,00
MG	NINHEIRA	314465	5	R$ 12.000,00
MG	SÃO JOÃO DA PONTE	316240	13	R$ 13.000,00
MG	DIVINO DAS LARANJEIRAS	312210	2	R$ 11.000,00
MG	PRADOS	315270	3	R$ 11.000,00
MG	ALTO CAPARAÓ	310205	2	R$ 11.000,00
MG	CAIANA	311010	3	R$ 11.000,00
MG	DELFIM MOREIRA	312110	3	R$ 11.000,00
MG	VÁRZEA DA PALMA	317080	13	R$ 13.000,00
MG	IGARATINGA	313020	3	R$ 11.000,00
MG	MIRABELA	314200	7	R$ 12.000,00
MG	SÃO PEDRO DO SUAÇUÍ	316410	3	R$ 11.000,00
MG	BERIZAL	310665	2	R$ 11.000,00
MG	MANGA	313930	8	R$ 12.000,00
MG	INCONFIDENTES	313060	3	R$ 11.000,00
MG	VEREDINHA	317107	3	R$ 11.000,00
MG	PATOS DE MINAS	314800	38	R$ 18.000,00
MG	CAPELINHA	311230	10	R$ 13.000,00
MG	QUARTEL GERAL	315370	1	R$ 11.000,00
MG	IBIRACI	312970	4	R$ 12.000,00
MG	ITAJUBÁ	313240	17	R$ 14.000,00
MG	COLUNA	311680	2	R$ 11.000,00
MG	EUGENÓPOLIS	312490	5	R$ 12.000,00
MG	ARAPORÃ	310375	3	R$ 11.000,00
MG	URUCUIA	317052	5	R$ 12.000,00
MG	NOVA BELÉM	314467	2	R$ 11.000,00
MG	CAMPO FLORIDO	311140	1	R$ 11.000,00
MG	IMBÉ DE MINAS	313055	3	R$ 11.000,00
MG	GUIRICEMA	312900	3	R$ 11.000,00
MG	PIEDADE DE CARATINGA	315015	4	R$ 12.000,00
MG	PARÁ DE MINAS	314710	23	R$ 15.000,00
MG	CONCEIÇÃO DO RIO VERDE	311770	2	R$ 11.000,00
MG	SÃO JOÃO DO MANTENINHA	316257	2	R$ 11.000,00
MG	ASTOLFO DUTRA	310460	4	R$ 12.000,00
MG	CAMPOS GERAIS	311160	6	R$ 12.000,00
MG	ITAÚ DE MINAS	313375	5	R$ 12.000,00
MG	MARAVILHAS	313970	3	R$ 11.000,00
MG	RESPLENDOR	315430	4	R$ 12.000,00
MG	POÇOS DE CALDAS	315180	33	R$ 17.000,00
MG	BOM REPOUSO	310790	5	R$ 12.000,00
MG	VERDELÂNDIA	317103	4	R$ 12.000,00
MG	FRUTA DE LEITE	312707	3	R$ 11.000,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800160

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MG	SÃO GONÇALO DO RIO PRETO	312550	2	R$ 11.000,00
MG	GLAUCILÂNDIA	312735	1	R$ 11.000,00
MG	BOA ESPERANÇA	310710	8	R$ 12.000,00
MG	CASCALHO RICO	311500	1	R$ 11.000,00
MG	PASSA TEMPO	314770	4	R$ 12.000,00
MG	CRISTINA	312050	4	R$ 12.000,00
MG	RIO ESPERA	315520	3	R$ 11.000,00
MG	SÃO JOÃO DO PACUÍ	316265	2	R$ 11.000,00
MG	BOCAINA DE MINAS	310720	2	R$ 11.000,00
MG	BAEPENDI	310490	8	R$ 12.000,00
MG	CASA GRANDE	311490	1	R$ 11.000,00
MG	LUISLÂNDIA	313868	3	R$ 11.000,00
MG	PRUDENTE DE MORAIS	315360	4	R$ 12.000,00
MG	ANTÔNIO CARLOS	310290	4	R$ 12.000,00
MG	ITAMOGI	313290	4	R$ 12.000,00
MG	TUMIRITINGA	316950	3	R$ 11.000,00
MG	LUZ	313880	5	R$ 12.000,00
MG	ACAIACA	310040	2	R$ 11.000,00
MG	PONTO CHIQUE	315213	2	R$ 11.000,00
MG	DOM SILVÉRIO	312270	2	R$ 11.000,00
MG	SANTO ANTÔNIO DO ITAMBÉ	316020	2	R$ 11.000,00
MG	SENADOR MODESTINO GONÇALVES	316590	2	R$ 11.000,00
MG	ABADIA DOS DOURADOS	310010	2	R$ 11.000,00
MG	RIO PRETO	315590	2	R$ 11.000,00
MG	PRESIDENTE KUBITSCHEK	315330	1	R$ 11.000,00
MG	PEDRA DOURADA	314900	1	R$ 11.000,00
MG	LAGAMAR	313710	3	R$ 11.000,00
MG	ARINOS	310450	8	R$ 12.000,00
MG	BOTUMIRIM	310850	3	R$ 11.000,00
MG	PEÇANHA	314860	3	R$ 11.000,00
MG	SÃO JOÃO DA LAGOA	316225	2	R$ 11.000,00
MG	SENADOR JOSÉ BENTO	316580	1	R$ 11.000,00
MG	GUARACIABA	312820	4	R$ 12.000,00
MG	CÓRREGO FUNDO	311995	2	R$ 11.000,00
MG	SÃO SEBASTIÃO DO RIO VERDE	316490	1	R$ 11.000,00
MG	RUBELITA	315650	4	R$ 12.000,00
MG	ENGENHEIRO NAVARRO	312380	4	R$ 12.000,00
MG	TIMÓTEO	316870	16	R$ 14.000,00
MG	COROMANDEL	311930	5	R$ 12.000,00
MG	LADAINHA	313700	6	R$ 12.000,00
MG	CALDAS	311030	3	R$ 11.000,00
MG	ITAMARANDIBA	313250	11	R$ 13.000,00
MG	LASSANCE	313810	3	R$ 11.000,00
MG	AGUANIL	310080	2	R$ 11.000,00
MG	SERRA DOS AIMORÉS	316670	3	R$ 11.000,00
MG	MUTUM	314400	10	R$ 13.000,00
MG	SERITINGA	316640	1	R$ 11.000,00
MG	SERRANÓPOLIS DE MINAS	316695	2	R$ 11.000,00
MG	OLIVEIRA FORTES	314570	1	R$ 11.000,00
MG	SÃO SEBASTIÃO DO OESTE	316460	3	R$ 11.000,00
MG	LAGOA DA PRATA	313720	10	R$ 13.000,00
MG	GUARDA-MOR	312860	3	R$ 11.000,00
MG	CORDISLÂNDIA	311900	2	R$ 11.000,00
MG	MARTINHO CAMPOS	314050	5	R$ 12.000,00
MG	ITUTINGA	313450	2	R$ 11.000,00
MG	POUSO ALEGRE	315250	24	R$ 16.000,00
MG	URUANA DE MINAS	317047	2	R$ 11.000,00
MG	ITAGUARA	313220	5	R$ 12.000,00
MG	BRAZÓPOLIS	310890	3	R$ 11.000,00
MG	SÃO GONÇALO DO PARÁ	316180	4	R$ 12.000,00
MG	NOVORIZONTE	314537	3	R$ 11.000,00
MG	MATO VERDE	314100	6	R$ 12.000,00
MG	FRANCISCÓPOLIS	312675	2	R$ 11.000,00
MG	SANTANA DE PIRAPAMA	315850	4	R$ 12.000,00
MG	BUENO BRANDÃO	310910	2	R$ 11.000,00
MG	QUELUZITO	315380	1	R$ 11.000,00
MG	VIRGÍNIA	317170	3	R$ 11.000,00
MG	SÃO JOÃO BATISTA DO GLÓRIA	316220	2	R$ 11.000,00
MG	RIO VERMELHO	315600	4	R$ 12.000,00
MG	CONSELHEIRO LAFAIETE	311830	25	R$ 16.000,00
MG	MORRO DO PILAR	314370	2	R$ 11.000,00
MG	TIRADENTES	316880	3	R$ 11.000,00
MG	RIBEIRÃO VERMELHO	315470	1	R$ 11.000,00
MG	JOAQUIM FELÍCIO	313640	2	R$ 11.000,00
MG	LAJINHA	313770	6	R$ 12.000,00
MG	SEM-PEIXE	316556	1	R$ 11.000,00
MG	ITUETA	313410	2	R$ 11.000,00
MG	MARTINS SOARES	314053	4	R$ 12.000,00
MG	ILICÍNEA	313050	5	R$ 12.000,00
MG	CARANDAÍ	311320	7	R$ 12.000,00
MG	GRUPIARA	312790	1	R$ 11.000,00
MG	FREI INOCÊNCIO	312690	4	R$ 12.000,00
MG	FERNANDES TOURINHO	312580	1	R$ 11.000,00
MG	JOSENÓPOLIS	313657	2	R$ 11.000,00
MG	SÃO GERALDO DO BAIXIO	316165	2	R$ 11.000,00
MG	CATAS ALTAS DA NORUEGA	311540	2	R$ 11.000,00
MG	CARMÓPOLIS DE MINAS	311450	5	R$ 12.000,00
MG	POTÉ	315240	6	R$ 12.000,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800161

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MG	CATUJI	311545	3	R$ 11.000,00
MG	MORADA NOVA DE MINAS	314350	3	R$ 11.000,00
MG	SÃO JOSÉ DA VARGINHA	316310	2	R$ 11.000,00
MG	BURITIS	310930	8	R$ 12.000,00
MG	DIVINÓPOLIS	312230	32	R$ 17.000,00
MG	SANTA FÉ DE MINAS	315760	2	R$ 11.000,00
MG	SANTA RITA DO ITUETO	315950	2	R$ 11.000,00
MG	SERRA AZUL DE MINAS	316650	2	R$ 11.000,00
MG	BIQUINHAS	310700	1	R$ 11.000,00
MG	PIEDADE DO RIO GRANDE	315030	2	R$ 11.000,00
MG	RUBIM	315660	4	R$ 12.000,00
MG	ABAETÉ	310020	6	R$ 12.000,00
MG	BARÃO DE COCAIS	310540	10	R$ 13.000,00
MG	MIRAÍ	314220	5	R$ 12.000,00
MG	SÃO GERALDO	316150	4	R$ 12.000,00
MG	SANTA BÁRBARA DO MONTE VERDE	315727	1	R$ 11.000,00
MG	PASSA-VINTE	314780	1	R$ 11.000,00
MG	MINAS NOVAS	314180	10	R$ 13.000,00
MG	CACHOEIRA DE PAJEÚ	310270	5	R$ 12.000,00
MG	CÓRREGO NOVO	312000	2	R$ 11.000,00
MG	OLIVEIRA	314560	12	R$ 13.000,00
MG	CHAPADA GAÚCHA	311615	5	R$ 12.000,00
MG	ARAGUARI	310350	22	R$ 15.000,00
MG	DONA EUSÉBIA	312290	3	R$ 11.000,00
MG	ROSÁRIO DA LIMEIRA	315645	2	R$ 11.000,00
MG	PAINS	314650	3	R$ 11.000,00
MG	ITAÚNA	313380	21	R$ 15.000,00
MG	ROMARIA	315640	1	R$ 11.000,00
MG	CAMANDUCAIA	311050	4	R$ 12.000,00
MG	JAÍBA	313505	16	R$ 14.000,00
MG	CONGONHAS	311800	18	R$ 14.000,00
MG	IPANEMA	313120	6	R$ 12.000,00
MG	IBIÁ	312950	6	R$ 12.000,00
MG	IBIAÍ	312960	3	R$ 11.000,00
MG	SÃO JOSÉ DA SAFIRA	316300	2	R$ 11.000,00
MG	ATALÉIA	310470	5	R$ 12.000,00
MG	SACRAMENTO	315690	8	R$ 12.000,00
MG	CONCEIÇÃO DAS PEDRAS	311720	1	R$ 11.000,00
MG	PEQUERI	314950	1	R$ 11.000,00
MG	PINGO-D`ÁGUA	315053	2	R$ 11.000,00
MG	FORMIGA	312610	17	R$ 14.000,00
MG	MARIPÁ DE MINAS	314020	1	R$ 11.000,00
MG	BRUMADINHO	310900	14	R$ 14.000,00
MG	LAGOA GRANDE	313753	3	R$ 11.000,00
MG	ITURAMA	313440	8	R$ 12.000,00
MG	BOM SUCESSO	310800	7	R$ 12.000,00
MG	MATERLÂNDIA	314060	2	R$ 11.000,00
MG	CONCEIÇÃO DAS ALAGOAS	311730	9	R$ 13.000,00
MG	SIMONÉSIA	316760	7	R$ 12.000,00
MG	MONTE BELO	314300	1	R$ 11.000,00
MG	CAPUTIRA	311290	4	R$ 12.000,00
MG	CAETANÓPOLIS	310990	3	R$ 11.000,00
MG	ITATIAIUÇU	313370	4	R$ 12.000,00
MG	BORDA DA MATA	310830	6	R$ 12.000,00
MG	JAGUARAÇU	313500	1	R$ 11.000,00
MG	SERRA DO SALITRE	316680	3	R$ 11.000,00
MG	GUANHÃES	312800	9	R$ 13.000,00
MG	BOM JESUS DO GALHO	310780	5	R$ 12.000,00
MG	LAGOA DOURADA	313740	4	R$ 12.000,00
MG	BARBACENA	310560	25	R$ 16.000,00
MG	NOVA PORTEIRINHA	314505	4	R$ 12.000,00
MG	NOVO ORIENTE DE MINAS	314535	5	R$ 12.000,00
MG	TAPIRAÍ	316820	1	R$ 11.000,00
MG	AUGUSTO DE LIMA	310480	2	R$ 11.000,00
MG	RIO NOVO	315540	3	R$ 11.000,00
MG	RIO POMBA	315580	4	R$ 12.000,00
MG	DOM JOAQUIM	312260	2	R$ 11.000,00
MG	CÓRREGO DANTA	311980	2	R$ 11.000,00
MG	SANTO HIPÓLITO	316060	2	R$ 11.000,00
MG	CURVELO	312090	16	R$ 14.000,00
MG	PRESIDENTE OLEGÁRIO	315340	6	R$ 12.000,00
MG	DORESÓPOLIS	312340	1	R$ 11.000,00
MG	SANTA JULIANA	315770	2	R$ 11.000,00
MG	JABOTICATUBAS	313460	4	R$ 12.000,00
MG	SÃO SEBASTIÃO DA VARGEM ALEGRE	316443	1	R$ 11.000,00
MG	PRESIDENTE BERNARDES	315310	2	R$ 11.000,00
MG	NATÉRCIA	314440	2	R$ 11.000,00
MG	TABULEIRO	316790	2	R$ 11.000,00
MG	CAMPANÁRIO	311080	2	R$ 11.000,00
MG	PEDRA DO INDAIÁ	314890	2	R$ 11.000,00
MG	VAZANTE	317100	7	R$ 12.000,00
MG	TOLEDO	316910	2	R$ 11.000,00
MG	ITAPEVA	313360	3	R$ 11.000,00
MG	MALACACHETA	313920	6	R$ 12.000,00
MG	NOVA MÓDICA	314490	2	R$ 11.000,00
MG	DORES DE GUANHÃES	312310	3	R$ 11.000,00
MG	OLARIA	314540	1	R$ 11.000,00
MG	COMERCINHO	311700	4	R$ 12.000,00
MG	TOCANTINS	316900	3	R$ 11.000,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800162

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MG	LAGOA DOS PATOS	313730	2	R$ 11.000,00
MG	VIÇOSA	317130	18	R$ 14.000,00
MG	INHAÚMA	313100	3	R$ 11.000,00
MG	SANTO ANTÔNIO DO MONTE	316040	8	R$ 12.000,00
MG	WENCESLAU BRAZ	317220	1	R$ 11.000,00
MG	INDAIABIRA	313065	4	R$ 12.000,00
MG	ESPÍRITO SANTO DO DOURADO	312440	1	R$ 11.000,00
MG	PESCADOR	315000	2	R$ 11.000,00
MG	BOM DESPACHO	310740	15	R$ 14.000,00
MG	PAVÃO	314850	3	R$ 11.000,00
MG	SÃO JOÃO DEL REI	316250	13	R$ 13.000,00
MG	DESCOBERTO	312130	2	R$ 11.000,00
MG	FRUTAL	312710	9	R$ 13.000,00
MG	SANTA MARIA DO SALTO	315810	2	R$ 11.000,00
MG	PEDRINÓPOLIS	314920	1	R$ 11.000,00
MG	PONTO DOS VOLANTES	315217	5	R$ 12.000,00
MG	CARAÍ	311300	8	R$ 12.000,00
MG	SARDOÁ	316550	2	R$ 11.000,00
MG	MANHUAÇU	313940	19	R$ 15.000,00
MG	ÁGUA BOA	310060	7	R$ 12.000,00
MG	MOEDA	314230	2	R$ 11.000,00
MG	CARRANCAS	311460	2	R$ 11.000,00
MG	CANDEIAS	311200	6	R$ 12.000,00
MG	IPIAÇU	313140	2	R$ 11.000,00
MG	SAPUCAÍ-MIRIM	316540	1	R$ 11.000,00
MG	JACINTO	313470	6	R$ 12.000,00
MG	SANTA LUZIA	315780	37	R$ 18.000,00
MG	EWBANK DA CÂMARA	312500	2	R$ 11.000,00
MG	BUGRE	310925	2	R$ 11.000,00
MG	PIRAPETINGA	315110	4	R$ 12.000,00
MG	CONCEIÇÃO DA BARRA DE MINAS	311520	1	R$ 11.000,00
MG	ITAIPÉ	313230	5	R$ 12.000,00
MG	CARATINGA	311340	24	R$ 16.000,00
MG	UBERLÂNDIA	317020	84	R$ 28.000,00
MG	TIROS	316890	3	R$ 11.000,00
MG	VISCONDE DO RIO BRANCO	317200	9	R$ 13.000,00
MG	ARCOS	310420	12	R$ 13.000,00
MG	CHÁCARA	311590	1	R$ 11.000,00
MG	ITAPAGIPE	313340	3	R$ 11.000,00
MG	UBAPORANGA	317005	5	R$ 12.000,00
MG	PRATINHA	315300	1	R$ 11.000,00
MG	PEDRALVA	314910	4	R$ 12.000,00
MG	SÃO GOTARDO	316210	10	R$ 13.000,00
MG	SÃO JOSÉ DA BARRA	316294	2	R$ 11.000,00
MG	DIVINO	312200	5	R$ 12.000,00
MG	BURITIZEIRO	310940	8	R$ 12.000,00
MG	CLÁUDIO	311660	7	R$ 12.000,00
MG	SIMÃO PEREIRA	316750	1	R$ 11.000,00
MG	SÃO BRÁS DO SUAÇUÍ	316090	2	R$ 11.000,00
MG	MATIAS BARBOSA	314080	4	R$ 12.000,00
MG	PERDIZES	314980	5	R$ 12.000,00
MG	PATROCÍNIO	314810	19	R$ 15.000,00
MG	MAR DE ESPANHA	313980	5	R$ 12.000,00
MG	CONGONHAS DO NORTE	311810	2	R$ 11.000,00
MG	MONTE AZUL	314290	11	R$ 13.000,00
MG	SÃO DOMINGOS DO PRATA	316100	6	R$ 12.000,00
MG	BELMIRO BRAGA	310610	1	R$ 11.000,00
MG	SANTA BÁRBARA DO LESTE	315725	4	R$ 12.000,00
MG	MUNHOZ	314380	3	R$ 11.000,00
MG	RIO MANSO	315530	2	R$ 11.000,00
MG	SARZEDO	316553	8	R$ 12.000,00
MG	ERVÁLIA	312400	8	R$ 12.000,00
MG	MORRO DA GARÇA	314360	1	R$ 11.000,00
MG	DESTERRO DO MELO	312150	1	R$ 11.000,00
MG	ARICANDUVA	310445	2	R$ 11.000,00
MG	DIVINÉSIA	312190	2	R$ 11.000,00
MG	IGARAPÉ	313010	10	R$ 13.000,00
MG	JOAÍMA	313600	5	R$ 12.000,00
MG	VIEIRAS	317140	2	R$ 11.000,00
MG	BRASÍLIA DE MINAS	310860	11	R$ 13.000,00
MG	SANTO ANTÔNIO DO AMPARO	315990	6	R$ 12.000,00
MG	FORTUNA DE MINAS	312640	1	R$ 11.000,00
MG	SANTANA DE CATAGUASES	315840	2	R$ 11.000,00
MG	SABARÁ	315670	15	R$ 14.000,00
MG	RODEIRO	315630	3	R$ 11.000,00
MG	ESPERA FELIZ	312420	7	R$ 12.000,00
MG	JURUAIA	313690	4	R$ 12.000,00
MG	SÃO JOAQUIM DE BICAS	316292	7	R$ 12.000,00
MG	MONTES CLAROS	314330	131	R$ 37.000,00
MG	PRATÁPOLIS	315290	4	R$ 12.000,00
MG	CAMPANHA	311090	4	R$ 12.000,00
MG	PAULA CÂNDIDO	314830	5	R$ 12.000,00
MG	CAMPO AZUL	311115	2	R$ 11.000,00
MG	SABINÓPOLIS	315680	6	R$ 12.000,00
MG	MONSENHOR PAULO	314260	3	R$ 11.000,00
MG	ARCEBURGO	310410	3	R$ 11.000,00
MG	SÃO JOSÉ DA LAPA	316295	7	R$ 12.000,00
MG	MONJOLOS	314250	1	R$ 11.000,00
MG	SÃO GONÇALO DO RIO ABAIXO	316190	5	R$ 12.000,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800163

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MG	BANDEIRA	310520	2	R$ 11.000,00
MG	CABO VERDE	310950	1	R$ 11.000,00
MG	CORONEL PACHECO	311960	1	R$ 11.000,00
MG	DIVISA ALEGRE	312235	3	R$ 11.000,00
MG	JOÃO MONLEVADE	313620	9	R$ 13.000,00
MG	COIMBRA	311670	2	R$ 11.000,00
MG	INDIANÓPOLIS	313070	3	R$ 11.000,00
MG	TRÊS CORAÇÕES	316930	14	R$ 14.000,00
MG	CARBONITA	311350	4	R$ 12.000,00
MG	BELO ORIENTE	310630	9	R$ 13.000,00
MG	MÁRIO CAMPOS	314015	5	R$ 12.000,00
MG	ÁGUAS VERMELHAS	310100	6	R$ 12.000,00
MG	DIVISA NOVA	312240	2	R$ 11.000,00
MG	FRONTEIRA DOS VALES	312705	2	R$ 11.000,00
MG	AIURUOCA	310120	2	R$ 11.000,00
MG	ALTO JEQUITIBÁ	315350	3	R$ 11.000,00
MG	MARILAC	314010	2	R$ 11.000,00
MG	CAMPOS ALTOS	311150	3	R$ 11.000,00
MG	ANTÔNIO PRADO DE MINAS	310310	1	R$ 11.000,00
MG	BELA VISTA DE MINAS	310600	5	R$ 12.000,00
MG	GUARANÉSIA	312830	5	R$ 12.000,00
MG	NOVA ERA	314470	3	R$ 11.000,00
MG	PRESIDENTE JUSCELINO	315320	2	R$ 11.000,00
MG	ITACAMBIRA	313200	2	R$ 11.000,00
MG	PADRE PARAÍSO	314630	7	R$ 12.000,00
MG	FUNILÂNDIA	312720	2	R$ 11.000,00
MG	AIMORÉS	310110	9	R$ 13.000,00
MG	DOURADOQUARA	312350	1	R$ 11.000,00
MG	CATUTI	311547	3	R$ 11.000,00
MG	CIPOTÂNEA	311630	3	R$ 11.000,00
MG	SÃO JOÃO DO ORIENTE	316260	5	R$ 12.000,00
MG	PEDRO LEOPOLDO	314930	14	R$ 14.000,00
MG	GUIDOVAL	312880	3	R$ 11.000,00
MG	MERCÊS	314160	4	R$ 12.000,00
MG	CHALÉ	311600	3	R$ 11.000,00
MG	PIEDADE DOS GERAIS	315040	2	R$ 11.000,00
MG	SÃO GONÇALO DO SAPUCAÍ	316200	3	R$ 11.000,00
MG	ENTRE FOLHAS	312385	2	R$ 11.000,00
MG	EXTREMA	312510	12	R$ 13.000,00
MG	JURAMENTO	313680	2	R$ 11.000,00
MG	GOUVEIA	312760	5	R$ 12.000,00
MG	UBERABA	317010	53	R$ 21.000,00
MG	PEDRAS DE MARIA DA CRUZ	314915	5	R$ 12.000,00
MG	BERILO	310650	5	R$ 12.000,00
MG	DOM CAVATI	312250	2	R$ 11.000,00
MG	ENTRE RIOS DE MINAS	312390	3	R$ 11.000,00
MG	JOSÉ GONÇALVES DE MINAS	313652	2	R$ 11.000,00
MG	NEPOMUCENO	314460	4	R$ 12.000,00
MG	PARAISÓPOLIS	314730	5	R$ 12.000,00
MG	DELTA	312125	3	R$ 11.000,00
MG	UBAÍ	317000	6	R$ 12.000,00
MG	MATUTINA	314120	2	R$ 11.000,00
MG	LAGOA FORMOSA	313750	8	R$ 12.000,00
MG	JUIZ DE FORA	313670	94	R$ 30.000,00
MG	SÃO VICENTE DE MINAS	316530	2	R$ 11.000,00
MG	MONTE SANTO DE MINAS	314320	8	R$ 12.000,00
MG	RIO PARANAÍBA	315550	4	R$ 12.000,00
MG	VESPASIANO	317120	18	R$ 14.000,00
MG	MATEUS LEME	314070	9	R$ 13.000,00
MG	DORES DO TURVO	312330	2	R$ 11.000,00
MG	BOM JESUS DA PENHA	310760	2	R$ 11.000,00
MG	NATALÂNDIA	314437	2	R$ 11.000,00
MG	ANGELÂNDIA	310285	4	R$ 12.000,00
MG	JEQUITAÍ	313560	3	R$ 11.000,00
MG	PIRANGUÇU	315090	1	R$ 11.000,00
MG	MURIAÉ	314390	31	R$ 17.000,00
MG	BONFINÓPOLIS DE MINAS	310820	2	R$ 11.000,00
MG	SILVIANÓPOLIS	316740	2	R$ 11.000,00
MG	JECEABA	313540	2	R$ 11.000,00
MG	NOVA SERRANA	314520	18	R$ 14.000,00
MG	MONTE SIÃO	314340	5	R$ 12.000,00
MG	BONFIM	310810	3	R$ 11.000,00
MG	AÇUCENA	310050	5	R$ 12.000,00
MG	ANDRELÂNDIA	310280	4	R$ 12.000,00
MG	TRÊS PONTAS	316940	5	R$ 12.000,00
MG	CRUCILÂNDIA	312060	2	R$ 11.000,00
MG	PONTE NOVA	315210	13	R$ 13.000,00
MG	CAETÉ	311000	10	R$ 13.000,00
MG	MONTE CARMELO	314310	13	R$ 13.000,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800164

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MG	CORDISBURGO	311890	3	R$ 11.000,00
MG	GALILÉIA	312730	3	R$ 11.000,00
MG	OURO BRANCO	314590	10	R$ 13.000,00
MG	PADRE CARVALHO	314625	3	R$ 11.000,00
MG	BARROSO	310590	8	R$ 12.000,00
MG	ORIZÂNIA	314587	3	R$ 11.000,00
MG	JANAÚBA	313510	23	R$ 15.000,00
MG	RIBEIRÃO DAS NEVES	315460	54	R$ 22.000,00
MG	PALMÓPOLIS	314675	3	R$ 11.000,00
MG	TEÓFILO OTONI	316860	33	R$ 17.000,00
MG	CATAGUASES	311530	18	R$ 14.000,00
MG	SANTO ANTÔNIO DO JACINTO	316030	5	R$ 12.000,00
MG	SENADOR AMARAL	316557	2	R$ 11.000,00
MG	CACHOEIRA DE MINAS	310970	4	R$ 12.000,00
MG	ITAMBÉ DO MATO DENTRO	313280	1	R$ 11.000,00
MG	VERÍSSIMO	317110	1	R$ 11.000,00
MG	FRANCISCO BADARÓ	312650	4	R$ 12.000,00
MG	DOM BOSCO	312247	2	R$ 11.000,00
MG	CAPARAÓ	311210	2	R$ 11.000,00
MG	SANTA VITÓRIA	315980	6	R$ 12.000,00
MG	PITANGUI	315140	6	R$ 12.000,00
MG	DIAMANTINA	312160	13	R$ 13.000,00
MG	ITAPECERICA	313350	5	R$ 12.000,00
MG	ANDRADAS	310260	4	R$ 12.000,00
MG	ALFREDO VASCONCELOS	310163	3	R$ 11.000,00
MG	ITAMONTE	313300	6	R$ 12.000,00
MG	IAPU	312930	5	R$ 12.000,00
MG	ALVARENGA	310220	2	R$ 11.000,00
MG	PORTEIRINHA	315220	17	R$ 14.000,00
MG	CAXAMBU	311550	5	R$ 12.000,00
MG	IBITIÚRA DE MINAS	312990	1	R$ 11.000,00
MG	ALMENARA	310170	12	R$ 13.000,00
MG	VIRGEM DA LAPA	317160	6	R$ 12.000,00
MG	FORTALEZA DE MINAS	312630	1	R$ 11.000,00
MG	SÃO ROQUE DE MINAS	316430	2	R$ 11.000,00
MG	CENTRAL DE MINAS	311570	3	R$ 11.000,00
MG	JORDÂNIA	313650	4	R$ 12.000,00
MG	MENDES PIMENTEL	314150	3	R$ 11.000,00
MG	CRISTIANO OTONI	312040	2	R$ 11.000,00
MG	RIO CASCA	315490	5	R$ 12.000,00
MG	SÃO PEDRO DA UNIÃO	316390	2	R$ 11.000,00
MG	ALPINÓPOLIS	310190	5	R$ 12.000,00
MG	GRÃO MOGOL	312780	6	R$ 12.000,00
MG	CARVALHÓPOLIS	311470	1	R$ 11.000,00
MG	BRAÚNAS	310880	2	R$ 11.000,00
MG	ARAÇAÍ	310320	1	R$ 11.000,00
MG	VIRGOLÂNDIA	317190	3	R$ 11.000,00
MG	JAMPRUCA	313507	2	R$ 11.000,00
MG	NANUQUE	314430	11	R$ 13.000,00
MG	PALMA	314670	3	R$ 11.000,00
MG	COUTO DE MAGALHÃES DE MINAS	312010	2	R$ 11.000,00
MG	CAMPESTRE	311100	4	R$ 12.000,00
MG	BONITO DE MINAS	310825	5	R$ 12.000,00
MG	CACHOEIRA DOURADA	310980	1	R$ 11.000,00
MG	CARNEIRINHO	311455	3	R$ 11.000,00
MG	LIMEIRA DO OESTE	313862	2	R$ 11.000,00
MG	CONTAGEM	311860	102	R$ 31.000,00
MG	GOIABEIRA	312737	2	R$ 11.000,00
MG	VARGINHA	317070	21	R$ 15.000,00
MG	PAINEIRAS	314640	2	R$ 11.000,00
MG	INHAPIM	313090	10	R$ 13.000,00
MG	SERRANIA	316690	3	R$ 11.000,00
MG	INIMUTABA	313110	3	R$ 11.000,00
MG	CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO	311750	5	R$ 12.000,00
MG	CAPINÓPOLIS	311260	5	R$ 12.000,00
MG	SANTANA DOS MONTES	315910	2	R$ 11.000,00
MG	CARMO DA MATA	311400	4	R$ 12.000,00
MG	LIMA DUARTE	313860	6	R$ 12.000,00
MG	MATHIAS LOBATO	317150	1	R$ 11.000,00
MG	SÃO JOÃO DA MATA	316230	1	R$ 11.000,00
MG	CORONEL XAVIER CHAVES	311970	1	R$ 11.000,00
MG	ICARAÍ DE MINAS	313005	5	R$ 12.000,00
MG	FREI GASPAR	312680	2	R$ 11.000,00
MG	REDUTO	315415	2	R$ 11.000,00
MG	OURO FINO	314600	4	R$ 12.000,00
MG	GUARANI	312840	3	R$ 11.000,00
MG	ITABIRINHA	313180	5	R$ 12.000,00
MG	CARANGOLA	311330	9	R$ 13.000,00
MG	CANTAGALO	311205	2	R$ 11.000,00
MG	TAPARUBA	316805	2	R$ 11.000,00
MG	SILVEIRÂNIA	316730	1	R$ 11.000,00
MG	SENHORA DO PORTO	316610	2	R$ 11.000,00
MG	GUARARÁ	312850	2	R$ 11.000,00
MG	SÃO TOMÁS DE AQUINO	316510	2	R$ 11.000,00
MG	PRATA	315280	8	R$ 12.000,00
MG	SANTANA DO PARAÍSO	315895	11	R$ 13.000,00
MG	MUZAMBINHO	314410	5	R$ 12.000,00
MG	CÔNEGO MARINHO	311783	4	R$ 12.000,00
MG	NOVA RESENDE	314510	5	R$ 12.000,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800165

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MG	CONCEIÇÃO DA APARECIDA	311710	3	R$ 11.000,00
MG	NOVA UNIÃO	313660	2	R$ 11.000,00
MG	MIRADOURO	314210	5	R$ 12.000,00
MG	SENADOR FIRMINO	316570	3	R$ 11.000,00
MG	SENHORA DE OLIVEIRA	316600	3	R$ 11.000,00
MG	PASSABÉM	314750	1	R$ 11.000,00
MG	MONTE FORMOSO	314315	2	R$ 11.000,00
MG	PIMENTA	315050	3	R$ 11.000,00
MG	ARGIRITA	310440	1	R$ 11.000,00
MG	GURINHATÃ	312910	3	R$ 11.000,00
MG	CONSOLAÇÃO	311850	1	R$ 11.000,00
MG	CONSELHEIRO PENA	311840	8	R$ 12.000,00
MG	BELO HORIZONTE	310620	570	R$ 105.000,00
MG	MARLIÉRIA	314030	2	R$ 11.000,00
MG	PATROCÍNIO DO MURIAÉ	314820	3	R$ 11.000,00
MG	SANTA EFIGÊNIA DE MINAS	315750	2	R$ 11.000,00
MG	VARJÃO DE MINAS	317075	3	R$ 11.000,00
MG	PAIVA	314660	1	R$ 11.000,00
MG	LONTRA	313865	4	R$ 12.000,00
MG	PERIQUITO	314995	3	R$ 11.000,00
MG	BOCAIÚVA	310730	13	R$ 13.000,00
MG	TAQUARAÇU DE MINAS	316830	1	R$ 11.000,00
MG	ESPINOSA	312430	9	R$ 13.000,00
MG	SANTA BÁRBARA	315720	11	R$ 13.000,00
MG	NAQUE	314435	3	R$ 11.000,00
MG	CHAPADA DO NORTE	311610	7	R$ 12.000,00
MG	JACUTINGA	313490	5	R$ 12.000,00
MG	NOVA PONTE	314500	3	R$ 11.000,00
MG	SÃO THOMÉ DAS LETRAS	316520	3	R$ 11.000,00
MG	RIO PARDO DE MINAS	315560	10	R$ 13.000,00
MG	ALPERCATA	310180	3	R$ 11.000,00
MG	MARIA DA FÉ	313990	6	R$ 12.000,00
MG	PIRAPORA	315120	15	R$ 14.000,00
MG	MESQUITA	314170	3	R$ 11.000,00
MG	CARMO DO RIO CLARO	311440	4	R$ 12.000,00
MG	ANTÔNIO DIAS	310300	5	R$ 12.000,00
MG	MIRAVÂNIA	314225	2	R$ 11.000,00
MG	SERRO	316710	9	R$ 13.000,00
MG	MONTALVÂNIA	314270	8	R$ 12.000,00
MG	SANTA MARIA DO SUAÇUÍ	315820	3	R$ 11.000,00
MG	ITUIUTABA	313420	11	R$ 13.000,00
MG	RIO ACIMA	315480	3	R$ 11.000,00
MG	TURMALINA	316970	8	R$ 12.000,00
MG	CENTRALINA	311580	3	R$ 11.000,00
MG	SANTA RITA DE MINAS	315935	3	R$ 11.000,00
MG	JANUÁRIA	313520	19	R$ 15.000,00
MG	SETE LAGOAS	316720	47	R$ 20.000,00
MG	LAGOA SANTA	313760	17	R$ 14.000,00
MG	FELÍCIO DOS SANTOS	312540	3	R$ 11.000,00
MG	SÃO JOSÉ DO ALEGRE	316320	1	R$ 11.000,00
MG	SANTOS DUMONT	316070	13	R$ 13.000,00
MG	ALTEROSA	310200	5	R$ 12.000,00
MG	PAI PEDRO	314655	3	R$ 11.000,00
MG	SÃO SEBASTIÃO DO RIO PRETO	316480	1	R$ 11.000,00
MG	SÃO FRANCISCO DE PAULA	316120	3	R$ 11.000,00
MG	PLANURA	315160	3	R$ 11.000,00
MG	CRUZÍLIA	312080	7	R$ 12.000,00
MG	ITABIRITO	313190	13	R$ 13.000,00
MG	SANTANA DO MANHUAÇU	315890	3	R$ 11.000,00
MG	IPUIÚNA	313150	3	R$ 11.000,00
MG	LEME DO PRADO	313835	2	R$ 11.000,00
MG	PIAU	315010	1	R$ 11.000,00
MG	SANTANA DA VARGEM	315830	3	R$ 11.000,00
MG	CABECEIRA GRANDE	310945	2	R$ 11.000,00
MG	CRISTÁLIA	312030	3	R$ 11.000,00
MG	JEQUITINHONHA	313580	8	R$ 12.000,00
MG	CAPETINGA	311240	3	R$ 11.000,00
MG	SOBRÁLIA	316770	2	R$ 11.000,00
MG	CAMACHO	311040	1	R$ 11.000,00
MG	BRASILÂNDIA DE MINAS	310855	4	R$ 12.000,00
MG	RESSAQUINHA	315440	2	R$ 11.000,00
MG	BOM JESUS DO AMPARO	310770	2	R$ 11.000,00
MG	FRONTEIRA	312700	3	R$ 11.000,00
MG	JOÃO PINHEIRO	313630	10	R$ 13.000,00
MG	SÃO FRANCISCO	316110	16	R$ 14.000,00
MG	SÃO DOMINGOS DAS DORES	316095	2	R$ 11.000,00
MG	CONCEIÇÃO DOS OUROS	311780	4	R$ 12.000,00
MG	ALFENAS	310160	15	R$ 14.000,00
MG	IGUATAMA	313030	3	R$ 11.000,00
MG	BETIM	310670	94	R$ 30.000,00
MG	CANÁPOLIS	311180	4	R$ 12.000,00
MG	JOANÉSIA	313610	3	R$ 11.000,00
MG	ESTIVA	312450	2	R$ 11.000,00
MG	ITACARAMBI	313210	6	R$ 12.000,00
MG	GUARACIAMA	312825	2	R$ 11.000,00
MG	OURO PRETO	314610	20	R$ 15.000,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800166

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MG	BIAS FORTES	310680	1	R$ 11.000,00
MG	ARAÇUAÍ	310340	13	R$ 13.000,00
MG	SANTA RITA DE CALDAS	315920	3	R$ 11.000,00
MG	MACHADO	313900	6	R$ 12.000,00
MG	CAPELA NOVA	311220	2	R$ 11.000,00
MG	OURO VERDE DE MINAS	314620	2	R$ 11.000,00
MG	JAPARAÍBA	313530	2	R$ 11.000,00
MG	TURVOLÂNDIA	316980	2	R$ 11.000,00
MG	CATAS ALTAS	311535	2	R$ 11.000,00
MG	FELISBURGO	312560	3	R$ 11.000,00
MG	ESTRELA DO INDAIÁ	312470	1	R$ 11.000,00
MG	SANTO ANTÔNIO DO RIO ABAIXO	316050	1	R$ 11.000,00
MG	MAMONAS	313925	3	R$ 11.000,00
MG	CORONEL MURTA	311950	4	R$ 12.000,00
MG	CARANAÍBA	311310	1	R$ 11.000,00
MG	SÃO GERALDO DA PIEDADE	316160	2	R$ 11.000,00
MG	FORMOSO	312620	4	R$ 12.000,00
MG	SANTO ANTÔNIO DO GRAMA	316010	2	R$ 11.000,00
MG	SANTANA DO GARAMBÉU	315870	1	R$ 11.000,00
MG	VOLTA GRANDE	317210	2	R$ 11.000,00
MG	OLHOS-D`ÁGUA	314545	3	R$ 11.000,00
MG	DATAS	312100	2	R$ 11.000,00
MG	ONÇA DE PITANGUI	314580	1	R$ 11.000,00
MG	UNIÃO DE MINAS	317043	1	R$ 11.000,00
MG	PEQUI	314960	2	R$ 11.000,00
MG	ÁGUA COMPRIDA	310070	1	R$ 11.000,00
MG	ARAXÁ	310400	16	R$ 14.000,00
MG	CAMBUQUIRA	311070	4	R$ 12.000,00
MG	BICAS	310690	5	R$ 12.000,00
MG	ESTRELA DALVA	312460	1	R$ 11.000,00
MG	CAMPINA VERDE	311110	5	R$ 12.000,00
MG	JUATUBA	313665	10	R$ 13.000,00
MG	PIRAÚBA	315130	4	R$ 12.000,00
MG	HELIODORA	312920	2	R$ 11.000,00
MG	CONQUISTA	311820	2	R$ 11.000,00
MG	RAUL SOARES	315400	9	R$ 13.000,00
MG	LARANJAL	313800	3	R$ 11.000,00
MG	JUVENÍLIA	313695	3	R$ 11.000,00
MG	SÃO JOSÉ DO MANTIMENTO	316360	1	R$ 11.000,00
MG	SÃO LOURENÇO	316370	10	R$ 13.000,00
MG	DORES DO INDAIÁ	312320	4	R$ 12.000,00
MG	VARGEM GRANDE DO RIO PARDO	317065	2	R$ 11.000,00
MG	ARAPONGA	310370	4	R$ 12.000,00
MG	SANTA RITA DO SAPUCAÍ	315960	8	R$ 12.000,00
MG	SÃO JOÃO EVANGELISTA	316280	4	R$ 12.000,00
MG	IBIRITÉ	312980	42	R$ 19.000,00
MG	PARACATU	314700	16	R$ 14.000,00
MG	NOVO CRUZEIRO	314530	10	R$ 13.000,00
MG	SERRANOS	316700	1	R$ 11.000,00
MG	IPATINGA	313130	42	R$ 19.000,00
MG	ARAÚJOS	310390	2	R$ 11.000,00
MG	BOTELHOS	310840	2	R$ 11.000,00
MG	PIEDADE DE PONTE NOVA	315020	2	R$ 11.000,00
MG	CURRAL DE DENTRO	312087	4	R$ 12.000,00
MG	ITAOBIM	313330	8	R$ 12.000,00
MG	UBÁ	316990	19	R$ 15.000,00
MG	TRÊS MARIAS	316935	8	R$ 12.000,00
MG	SALTO DA DIVISA	315710	3	R$ 11.000,00
MG	CÓRREGO DO BOM JESUS	311990	1	R$ 11.000,00
MG	PAULISTAS	314840	2	R$ 11.000,00
MG	SENHORA DOS REMÉDIOS	316620	3	R$ 11.000,00
MG	GUAXUPÉ	312870	5	R$ 12.000,00
MG	CORONEL FABRICIANO	311940	23	R$ 15.000,00
MG	CORINTO	311910	7	R$ 12.000,00
MG	ARANTINA	310360	1	R$ 11.000,00
MG	SANTA CRUZ DO ESCALVADO	315740	2	R$ 11.000,00
MG	PIRANGA	315080	7	R$ 12.000,00
MG	DIVISÓPOLIS	312245	3	R$ 11.000,00
MG	ITABIRA	313170	31	R$ 17.000,00
MG	ORATÓRIOS	314585	2	R$ 11.000,00
MG	AREADO	310430	4	R$ 12.000,00
MG	IBIRACATU	312965	3	R$ 11.000,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800167

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MG	MARIANA	314000	13	R$ 13.000,00
MG	INGAÍ	313080	1	R$ 11.000,00
MG	TEIXEIRAS	316850	4	R$ 12.000,00
MG	SÃO BENTO ABADE	316080	2	R$ 11.000,00
MG	BERTÓPOLIS	310660	2	R$ 11.000,00
MG	PEDRA AZUL	314870	8	R$ 12.000,00
MG	SANTA BÁRBARA DO TUGÚRIO	315730	2	R$ 11.000,00
MG	FREI LAGONEGRO	312695	1	R$ 11.000,00
MG	CUPARAQUE	312083	2	R$ 11.000,00
MG	RIO DO PRADO	315510	3	R$ 11.000,00
MG	FRANCISCO SÁ	312670	9	R$ 13.000,00
MG	FAMA	312520	1	R$ 11.000,00
MG	PIRAJUBA	315070	1	R$ 11.000,00
MG	COQUEIRAL	311870	3	R$ 11.000,00
MG	MATOZINHOS	314110	10	R$ 13.000,00
MG	LEOPOLDINA	313840	14	R$ 14.000,00
MG	MATA VERDE	314055	3	R$ 11.000,00
MG	ITUMIRIM	313430	2	R$ 11.000,00
MG	ALBERTINA	310140	1	R$ 11.000,00
MG	BANDEIRA DO SUL	310530	1	R$ 11.000,00
MS	CASSILÂNDIA	500290	7	R$ 12.000,00
MS	ÁGUA CLARA	500020	4	R$ 12.000,00
MS	ARAL MOREIRA	500124	4	R$ 12.000,00
MS	IGUATEMI	500430	4	R$ 12.000,00
MS	BODOQUENA	500215	3	R$ 11.000,00
MS	CARACOL	500280	3	R$ 11.000,00
MS	ANGÉLICA	500085	4	R$ 12.000,00
MS	ANASTÁCIO	500070	8	R$ 12.000,00
MS	IVINHEMA	500470	6	R$ 12.000,00
MS	ITAPORÃ	500450	8	R$ 12.000,00
MS	DOURADINA	500350	2	R$ 11.000,00
MS	SIDROLÂNDIA	500790	13	R$ 13.000,00
MS	COSTA RICA	500325	6	R$ 12.000,00
MS	DOURADOS	500370	50	R$ 21.000,00
MS	JATEÍ	500510	2	R$ 11.000,00
MS	CORUMBÁ	500320	26	R$ 16.000,00
MS	SELVÍRIA	500780	3	R$ 11.000,00
MS	JAPORÃ	500480	4	R$ 12.000,00
MS	LAGUNA CARAPÃ	500525	3	R$ 11.000,00
MS	BATAYPORÃ	500200	5	R$ 12.000,00
MS	RIBAS DO RIO PARDO	500710	5	R$ 12.000,00
MS	DEODÁPOLIS	500345	4	R$ 12.000,00
MS	CAMAPUÃ	500260	6	R$ 12.000,00
MS	CAMPO GRANDE	500270	94	R$ 30.000,00
MS	NIOAQUE	500580	5	R$ 12.000,00
MS	FÁTIMA DO SUL	500380	7	R$ 12.000,00
MS	PARANAÍBA	500630	12	R$ 13.000,00
MS	PORTO MURTINHO	500690	4	R$ 12.000,00
MS	BATAGUASSU	500190	7	R$ 12.000,00
MS	RIO BRILHANTE	500720	9	R$ 13.000,00
MS	PONTA PORÃ	500660	18	R$ 14.000,00
MS	INOCÊNCIA	500440	4	R$ 12.000,00
MS	CHAPADÃO DO SUL	500295	6	R$ 12.000,00
MS	ANTÔNIO JOÃO	500090	3	R$ 11.000,00
MS	TRÊS LAGOAS	500830	14	R$ 14.000,00
MS	GLÓRIA DE DOURADOS	500400	4	R$ 12.000,00
MS	JARAGUARI	500490	3	R$ 11.000,00
MS	NOVA ALVORADA DO SUL	500600	5	R$ 12.000,00
MS	TERENOS	500800	5	R$ 12.000,00
MS	AMAMBAÍ	500060	9	R$ 13.000,00
MS	PEDRO GOMES	500640	2	R$ 11.000,00
MS	VICENTINA	500840	2	R$ 11.000,00
MS	MIRANDA	500560	4	R$ 12.000,00
MS	CORONEL SAPUCAIA	500315	3	R$ 11.000,00
MT	TAPURAH	510800	4	R$ 12.000,00
MT	ALTO BOA VISTA	510035	2	R$ 11.000,00
MT	ÁGUA BOA	510020	9	R$ 13.000,00
MT	NOVO SANTO ANTÔNIO	510631	1	R$ 11.000,00
MT	VILA RICA	510860	5	R$ 12.000,00
MT	RIBEIRÃO CASCALHEIRA	510718	2	R$ 11.000,00
MT	CANARANA	510270	5	R$ 12.000,00
MT	GUARANTÃ DO NORTE	510410	9	R$ 13.000,00
MT	ALTO ARAGUAIA	510030	6	R$ 12.000,00
MT	NOVO HORIZONTE DO NORTE	510627	2	R$ 11.000,00
MT	RESERVA DO CABAÇAL	510715	1	R$ 11.000,00
MT	ROSÁRIO OESTE	510770	4	R$ 12.000,00
MT	SANTO ANTÔNIO DO LESTE	510779	1	R$ 11.000,00
MT	NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO	510610	3	R$ 11.000,00
MT	SALTO DO CÉU	510775	2	R$ 11.000,00
MT	ARAGUAIANA	510100	1	R$ 11.000,00
MT	TERRA NOVA DO NORTE	510805	4	R$ 12.000,00
MT	RIBEIRÃOZINHO	510719	1	R$ 11.000,00
MT	UNIÃO DO SUL	510830	2	R$ 11.000,00
MT	PORTO ESPERIDIÃO	510682	5	R$ 12.000,00
MT	QUERÊNCIA	510706	6	R$ 12.000,00
MT	NOVA BRASILÂNDIA	510620	2	R$ 11.000,00
MT	VÁRZEA GRANDE	510840	17	R$ 14.000,00
MT	PORTO ALEGRE DO NORTE	510677	5	R$ 12.000,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800168

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MT	CAMPINÁPOLIS	510260	3	R$ 11.000,00
MT	TORIXORÉU	510820	2	R$ 11.000,00
MT	GLÓRIA D`OESTE	510395	1	R$ 11.000,00
MT	SERRA NOVA DOURADA	510788	1	R$ 11.000,00
MT	CÁCERES	510250	12	R$ 13.000,00
MT	NOVA NAZARÉ	510617	2	R$ 11.000,00
MT	BARÃO DE MELGAÇO	510160	2	R$ 11.000,00
MT	PONTE BRANCA	510670	1	R$ 11.000,00
MT	ARAPUTANGA	510125	2	R$ 11.000,00
MT	NOVA XAVANTINA	510625	5	R$ 12.000,00
MT	LUCAS DO RIO VERDE	510525	16	R$ 14.000,00
MT	ALTA FLORESTA	510025	15	R$ 14.000,00
MT	CAMPO VERDE	510267	10	R$ 13.000,00
MT	PONTAL DO ARAGUAIA	510665	2	R$ 11.000,00
MT	SÃO JOSÉ DO XINGU	510735	2	R$ 11.000,00
MT	PORTO DOS GAÚCHOS	510680	3	R$ 11.000,00
MT	PRIMAVERA DO LESTE	510704	10	R$ 13.000,00
MT	COCALINHO	510310	3	R$ 11.000,00
MT	FELIZ NATAL	510370	3	R$ 11.000,00
MT	LUCIÁRA	510530	1	R$ 11.000,00
MT	CAMPOS DE JÚLIO	510268	2	R$ 11.000,00
MT	JUSCIMEIRA	510520	4	R$ 12.000,00
MT	ITANHANGÁ	510454	1	R$ 11.000,00
MT	NOVA MUTUM	510622	10	R$ 13.000,00
MT	BARRA DO GARÇAS	510180	16	R$ 14.000,00
MT	NOVA MARINGÁ	510890	2	R$ 11.000,00
MT	ACORIZAL	510010	2	R$ 11.000,00
MT	CUIABÁ	510340	68	R$ 24.000,00
MT	CLÁUDIA	510305	4	R$ 12.000,00
MT	NOVA MONTE VERDE	510895	3	R$ 11.000,00
MT	GENERAL CARNEIRO	510390	2	R$ 11.000,00
MT	ALTO GARÇAS	510040	3	R$ 11.000,00
MT	ARENÁPOLIS	510130	4	R$ 12.000,00
MT	IPIRANGA DO NORTE	510452	2	R$ 11.000,00
MT	SANTO AFONSO	510726	1	R$ 11.000,00
MT	TANGARÁ DA SERRA	510795	24	R$ 16.000,00
MT	LAMBARI D`OESTE	510523	2	R$ 11.000,00
MT	VALE DE SÃO DOMINGOS	510835	2	R$ 11.000,00
MT	DOM AQUINO	510360	3	R$ 11.000,00
MT	PARANAÍTA	510629	4	R$ 12.000,00
MT	INDIAVAÍ	510450	1	R$ 11.000,00
MT	PORTO ESTRELA	510685	2	R$ 11.000,00
MT	MIRASSOL D`OESTE	510562	6	R$ 12.000,00
MT	SANTA RITA DO TRIVELATO	510776	1	R$ 11.000,00
MT	JANGADA	510490	3	R$ 11.000,00
MT	FIGUEIRÓPOLIS D`OESTE	510380	1	R$ 11.000,00
MT	JACIARA	510480	8	R$ 12.000,00
MT	NOVA UBIRATÃ	510624	3	R$ 11.000,00
MT	SANTA CARMEM	510724	2	R$ 11.000,00
MT	ITAÚBA	510455	1	R$ 11.000,00
MT	APIACÁS	510080	3	R$ 11.000,00
MT	BOM JESUS DO ARAGUAIA	510185	2	R$ 11.000,00
MT	NOVA LACERDA	510618	2	R$ 11.000,00
MT	NOVO SÃO JOAQUIM	510628	3	R$ 11.000,00
MT	NOVA GUARITA	510880	2	R$ 11.000,00
MT	NOBRES	510590	4	R$ 12.000,00
MT	COMODORO	510330	6	R$ 12.000,00
MT	SÃO JOSÉ DO RIO CLARO	510730	6	R$ 12.000,00
MT	CARLINDA	510279	3	R$ 11.000,00
MT	PONTES E LACERDA	510675	9	R$ 13.000,00
MT	BARRA DO BUGRES	510170	6	R$ 12.000,00
MT	DIAMANTINO	510350	8	R$ 12.000,00
MT	JAURU	510500	3	R$ 11.000,00
MT	NOVA CANAÃ DO NORTE	510621	3	R$ 11.000,00
MT	ITIQUIRA	510460	5	R$ 12.000,00
MT	SINOP	510790	23	R$ 15.000,00
MT	DENISE	510345	3	R$ 11.000,00
MT	NOVA MARILÂNDIA	510885	1	R$ 11.000,00
MT	CANABRAVA DO NORTE	510269	2	R$ 11.000,00
MT	VERA	510850	2	R$ 11.000,00
MT	SANTO ANTÔNIO DO LEVERGER	510780	5	R$ 12.000,00
MT	SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS	510710	4	R$ 12.000,00
MT	CHAPADA DOS GUIMARÃES	510300	7	R$ 12.000,00
MT	POCONÉ	510650	8	R$ 12.000,00
MT	BRASNORTE	510190	5	R$ 12.000,00
MT	SORRISO	510792	23	R$ 15.000,00
MT	NOVA OLÍMPIA	510623	5	R$ 12.000,00
MT	CONFRESA	510335	7	R$ 12.000,00
MT	TABAPORÃ	510794	4	R$ 12.000,00
MT	RIO BRANCO	510720	2	R$ 11.000,00
MT	COTRIGUAÇU	510337	4	R$ 12.000,00
MT	ARIPUANÃ	510140	4	R$ 12.000,00
MT	RONDOLÂNDIA	510757	2	R$ 11.000,00
MT	POXORÉO	510700	5	R$ 12.000,00
MT	SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA	510785	4	R$ 12.000,00
PA	OURILÂNDIA DO NORTE	150543	12	R$ 13.000,00
PA	GOIANÉSIA DO PARÁ	150309	7	R$ 12.000,00
PA	BELTERRA	150145	5	R$ 12.000,00
PA	MOJU	150470	6	R$ 12.000,00
PA	ABAETETUBA	150010	17	R$ 14.000,00
PA	TERRA SANTA	150797	4	R$ 12.000,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800169

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PA	OURÉM	150540	7	R$ 12.000,00
PA	SENADOR JOSÉ PORFÍRIO	150780	4	R$ 12.000,00
PA	SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA	150770	6	R$ 12.000,00
PA	BARCARENA	150130	28	R$ 16.000,00
PA	SANTANA DO ARAGUAIA	150670	11	R$ 13.000,00
PA	CHAVES	150250	4	R$ 12.000,00
PA	URUARÁ	150815	9	R$ 13.000,00
PA	PARAUAPEBAS	150553	25	R$ 16.000,00
PA	VIGIA	150820	9	R$ 13.000,00
PA	ITAITUBA	150360	18	R$ 14.000,00
PA	BENEVIDES	150150	23	R$ 15.000,00
PA	TERRA ALTA	150796	5	R$ 12.000,00
PA	NOVO PROGRESSO	150503	8	R$ 12.000,00
PA	CUMARU DO NORTE	150276	5	R$ 12.000,00
PA	SÃO FÉLIX DO XINGU	150730	17	R$ 14.000,00
PA	TUCURUÍ	150810	23	R$ 15.000,00
PA	SÃO DOMINGOS DO CAPIM	150720	14	R$ 14.000,00
PA	SANTA LUZIA DO PARÁ	150655	9	R$ 13.000,00
PA	BELÉM	150140	108	R$ 32.000,00
PA	CURUÇÁ	150290	11	R$ 13.000,00
PA	COLARES	150260	5	R$ 12.000,00
PA	CAMETÁ	150210	14	R$ 14.000,00
PA	SANTA MARIA DO PARÁ	150660	7	R$ 12.000,00
PA	AFUÁ	150030	2	R$ 11.000,00
PA	FARO	150300	4	R$ 12.000,00
PA	BREJO GRANDE DO ARAGUAIA	150175	2	R$ 11.000,00
PA	MÃE DO RIO	150405	12	R$ 13.000,00
PA	MAGALHÃES BARATA	150410	4	R$ 12.000,00
PA	REDENÇÃO	150613	11	R$ 13.000,00
PA	AVEIRO	150100	6	R$ 12.000,00
PA	ELDORADO DOS CARAJÁS	150295	5	R$ 12.000,00
PA	RIO MARIA	150616	6	R$ 12.000,00
PA	CAPANEMA	150220	23	R$ 15.000,00
PA	MONTE ALEGRE	150480	8	R$ 12.000,00
PA	SÃO GERALDO DO ARAGUAIA	150745	7	R$ 12.000,00
PA	PLACAS	150565	4	R$ 12.000,00
PA	DOM ELISEU	150293	11	R$ 13.000,00
PA	CURRALINHO	150280	4	R$ 12.000,00
PA	CACHOEIRA DO ARARI	150200	1	R$ 11.000,00
PA	PORTO DE MOZ	150590	6	R$ 12.000,00
PA	NOVA ESPERANÇA DO PIRIÁ	150495	5	R$ 12.000,00
PA	PARAGOMINAS	150550	20	R$ 15.000,00
PA	BAGRE	150110	5	R$ 12.000,00
PA	BONITO	150160	6	R$ 12.000,00
PA	TOMÉ-AÇU	150800	7	R$ 12.000,00
PA	INHANGAPI	150340	5	R$ 12.000,00
PA	SANTA CRUZ DO ARARI	150640	3	R$ 11.000,00
PA	SÃO CAETANO DE ODIVELAS	150710	6	R$ 12.000,00
PA	SÃO MIGUEL DO GUAMÁ	150760	7	R$ 12.000,00
PA	BREVES	150180	15	R$ 14.000,00
PA	ÁGUA AZUL DO NORTE	150034	5	R$ 12.000,00
PA	SÃO JOÃO DE PIRABAS	150747	9	R$ 13.000,00
PA	SANTA BÁRBARA DO PARÁ	150635	6	R$ 12.000,00
PA	TUCUMÃ	150808	8	R$ 12.000,00
PA	JACUNDÁ	150380	10	R$ 13.000,00
PA	AURORA DO PARÁ	150095	5	R$ 12.000,00
PA	IRITUIA	150350	9	R$ 13.000,00
PA	ULIANÓPOLIS	150812	12	R$ 13.000,00
PA	JURUTI	150390	8	R$ 12.000,00
PA	CASTANHAL	150240	47	R$ 20.000,00
PA	ÓBIDOS	150510	8	R$ 12.000,00
PA	CANAÃ DOS CARAJÁS	150215	10	R$ 13.000,00
PA	MARABÁ	150420	24	R$ 16.000,00
PA	BUJARU	150190	5	R$ 12.000,00
PA	SANTARÉM	150680	48	R$ 20.000,00
PA	ORIXIMINÁ	150530	9	R$ 13.000,00
PA	ALMEIRIM	150050	7	R$ 12.000,00
PA	NOVA IPIXUNA	150497	3	R$ 11.000,00
PA	MARACANÃ	150430	11	R$ 13.000,00
PA	LIMOEIRO DO AJURU	150400	3	R$ 11.000,00
PA	RURÓPOLIS	150619	7	R$ 12.000,00
PA	BRAGANÇA	150170	40	R$ 19.000,00
PA	PRIMAVERA	150610	5	R$ 12.000,00
PA	SALINÓPOLIS	150620	13	R$ 13.000,00
PA	SANTARÉM NOVO	150690	3	R$ 11.000,00
PA	PEIXE-BOI	150560	4	R$ 12.000,00
PA	IGARAPÉ-AÇU	150320	12	R$ 13.000,00
PA	SÃO DOMINGOS DO ARAGUAIA	150715	7	R$ 12.000,00
PA	IPIXUNA DO PARÁ	150345	12	R$ 13.000,00
PA	MOCAJUBA	150460	8	R$ 12.000,00
PA	TRAIRÃO	150805	3	R$ 11.000,00
PA	ALENQUER	150040	2	R$ 11.000,00
PA	BAIÃO	150120	10	R$ 13.000,00
PA	QUATIPURU	150611	4	R$ 12.000,00
PA	MOJUÍ DOS CAMPOS	150475	3	R$ 11.000,00
PA	PORTEL	150580	9	R$ 13.000,00
PA	MELGAÇO	150450	7	R$ 12.000,00
PA	FLORESTA DO ARAGUAIA	150304	6	R$ 12.000,00
PA	PAU D`ARCO	150555	4	R$ 12.000,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800170

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PA	ABEL FIGUEIREDO	150013	3	R$ 11.000,00
PA	CONCÓRDIA DO PARÁ	150275	7	R$ 12.000,00
PA	SANTA IZABEL DO PARÁ	150650	17	R$ 14.000,00
PA	ANANINDEUA	150080	115	R$ 34.000,00
PA	XINGUARA	150840	11	R$ 13.000,00
PA	PACAJÁ	150548	7	R$ 12.000,00
PA	PRAINHA	150600	6	R$ 12.000,00
PA	RONDON DO PARÁ	150618	10	R$ 13.000,00
PA	VITÓRIA DO XINGU	150835	4	R$ 12.000,00
PA	AUGUSTO CORRÊA	150090	17	R$ 14.000,00
PA	TRACUATEUA	150803	9	R$ 13.000,00
PA	CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA	150270	13	R$ 13.000,00
PA	OEIRAS DO PARÁ	150520	5	R$ 12.000,00
PA	CURUÁ	150285	4	R$ 12.000,00
PA	JACAREACANGA	150375	2	R$ 11.000,00
PA	SÃO FRANCISCO DO PARÁ	150740	7	R$ 12.000,00
PA	SANTO ANTÔNIO DO TAUÁ	150700	8	R$ 12.000,00
PA	CAPITÃO POÇO	150230	6	R$ 12.000,00
PB	CAJAZEIRINHAS	250375	2	R$ 11.000,00
PB	SÃO SEBASTIÃO DO UMBUZEIRO	251520	2	R$ 11.000,00
PB	SOSSÊGO	251615	2	R$ 11.000,00
PB	SERRARIA	251590	3	R$ 11.000,00
PB	SÃO JOSÉ DOS RAMOS	251445	3	R$ 11.000,00
PB	SANTA CRUZ	251320	3	R$ 11.000,00
PB	REMÍGIO	251270	8	R$ 12.000,00
PB	SÃO JOSÉ DE ESPINHARAS	251440	2	R$ 11.000,00
PB	CUITÉ DE MAMANGUAPE	250523	3	R$ 11.000,00
PB	PEDRA LAVRADA	251110	3	R$ 11.000,00
PB	BARAÚNA	250153	2	R$ 11.000,00
PB	CABEDELO	250320	20	R$ 15.000,00
PB	AGUIAR	250020	2	R$ 11.000,00
PB	DESTERRO	250540	3	R$ 11.000,00
PB	CARAÚBAS	250407	2	R$ 11.000,00
PB	DAMIÃO	250535	2	R$ 11.000,00
PB	CUITÉ	250510	9	R$ 13.000,00
PB	CONGO	250470	2	R$ 11.000,00
PB	JUAZEIRINHO	250770	8	R$ 12.000,00
PB	MARIZÓPOLIS	250915	3	R$ 11.000,00
PB	ALHANDRA	250060	8	R$ 12.000,00
PB	IGARACY	250260	3	R$ 11.000,00
PB	CUBATI	250500	3	R$ 11.000,00
PB	POCINHOS	251200	8	R$ 12.000,00
PB	MATURÉIA	250939	2	R$ 11.000,00
PB	MASSARANDUBA	250920	6	R$ 12.000,00
PB	PILAR	251150	6	R$ 12.000,00
PB	INGÁ	250680	8	R$ 12.000,00
PB	ALAGOA NOVA	250040	8	R$ 12.000,00
PB	BORBOREMA	250270	3	R$ 11.000,00
PB	BELÉM	250190	7	R$ 12.000,00
PB	SANTARÉM	251365	1	R$ 11.000,00
PB	PEDRAS DE FOGO	251120	11	R$ 13.000,00
PB	PILÕES	251160	3	R$ 11.000,00
PB	VÁRZEA	251710	1	R$ 11.000,00
PB	ASSUNÇÃO	250135	2	R$ 11.000,00
PB	BOA VISTA	250215	2	R$ 11.000,00
PB	SÃO SEBASTIÃO DE LAGOA DE ROÇA	251510	5	R$ 12.000,00
PB	SÃO BENTINHO	251392	2	R$ 11.000,00
PB	LASTRO	250840	1	R$ 11.000,00
PB	SÃO FRANCISCO	251398	2	R$ 11.000,00
PB	BOQUEIRÃO	250250	8	R$ 12.000,00
PB	CACHOEIRA DOS ÍNDIOS	250330	4	R$ 12.000,00
PB	UIRAÚNA	251690	7	R$ 12.000,00
PB	MONTADAS	250950	3	R$ 11.000,00
PB	SERRA DA RAIZ	251560	2	R$ 11.000,00
PB	SOUSA	251620	26	R$ 16.000,00
PB	PATOS	251080	40	R$ 19.000,00
PB	SÃO JOSÉ DA LAGOA TAPADA	251420	3	R$ 11.000,00
PB	SÃO JOSÉ DE PRINCESA	251455	2	R$ 11.000,00
PB	SÃO MIGUEL DE TAIPU	251500	3	R$ 11.000,00
PB	RIACHÃO	251274	2	R$ 11.000,00
PB	PICUÍ	251140	8	R$ 12.000,00
PB	SANTA RITA	251370	35	R$ 18.000,00
PB	LUCENA	250860	6	R$ 12.000,00
PB	BREJO DO CRUZ	250280	5	R$ 12.000,00
PB	SERTÃOZINHO	251593	2	R$ 11.000,00
PB	SÃO JOÃO DO TIGRE	251410	2	R$ 11.000,00
PB	SOLÂNEA	251600	11	R$ 13.000,00
PB	SALGADO DE SÃO FÉLIX	251310	5	R$ 12.000,00
PB	CATINGUEIRA	250420	2	R$ 11.000,00
PB	JACARAÚ	250730	6	R$ 12.000,00
PB	MONTEIRO	250970	11	R$ 13.000,00
PB	CARRAPATEIRA	250410	1	R$ 11.000,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800171

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PB	CRUZ DO ESPÍRITO SANTO	250490	7	R$ 12.000,00
PB	TEIXEIRA	251670	6	R$ 12.000,00
PB	BOM JESUS	250220	1	R$ 11.000,00
PB	PUXINANÃ	251240	6	R$ 12.000,00
PB	FAGUNDES	250610	5	R$ 12.000,00
PB	SANTA INÊS	251335	2	R$ 11.000,00
PB	PRINCESA ISABEL	251230	11	R$ 13.000,00
PB	CURRAL DE CIMA	250527	3	R$ 11.000,00
PB	DIAMANTE	250560	3	R$ 11.000,00
PB	SANTO ANDRÉ	251385	2	R$ 11.000,00
PB	JUAREZ TÁVORA	250760	4	R$ 12.000,00
PB	EMAS	250590	1	R$ 11.000,00
PB	SÃO BENTO	251390	13	R$ 13.000,00
PB	ALCANTIL	250053	3	R$ 11.000,00
PB	OURO VELHO	251060	1	R$ 11.000,00
PB	SOBRADO	251597	3	R$ 11.000,00
PB	QUEIMADAS	251250	17	R$ 14.000,00
PB	ALAGOINHA	250050	7	R$ 12.000,00
PB	MATARACA	250930	4	R$ 12.000,00
PB	MARI	250910	10	R$ 13.000,00
PB	TENÓRIO	251675	1	R$ 11.000,00
PB	SERRA GRANDE	251570	1	R$ 11.000,00
PB	BOA VENTURA	250210	3	R$ 11.000,00
PB	BELÉM DO BREJO DO CRUZ	250200	3	R$ 11.000,00
PB	ALAGOA GRANDE	250030	12	R$ 13.000,00
PB	UMBUZEIRO	251700	5	R$ 12.000,00
PB	BREJO DOS SANTOS	250290	3	R$ 11.000,00
PB	SÃO JOSÉ DO BONFIM	251460	2	R$ 11.000,00
PB	VIEIRÓPOLIS	251720	3	R$ 11.000,00
PB	DUAS ESTRADAS	250580	2	R$ 11.000,00
PB	CAJAZEIRAS	250370	24	R$ 16.000,00
PB	TAVARES	251660	7	R$ 12.000,00
PB	IMACULADA	250670	5	R$ 12.000,00
PB	PASSAGEM	251070	1	R$ 11.000,00
PB	CACIMBAS	250355	3	R$ 11.000,00
PB	NOVA FLORESTA	251010	5	R$ 12.000,00
PB	COXIXOLA	250485	1	R$ 11.000,00
PB	CURRAL VELHO	250530	1	R$ 11.000,00
PB	ZABELÊ	251740	1	R$ 11.000,00
PB	ALGODÃO DE JANDAÍRA	250057	1	R$ 11.000,00
PB	CAMALAÚ	250390	2	R$ 11.000,00
PB	LAGOA DE DENTRO	250820	3	R$ 11.000,00
PB	BERNARDINO BATISTA	250205	2	R$ 11.000,00
PB	ÁGUA BRANCA	250010	5	R$ 12.000,00
PB	BARRA DE SÃO MIGUEL	250170	3	R$ 11.000,00
PB	BAÍA DA TRAIÇÃO	250140	4	R$ 12.000,00
PB	MARCAÇÃO	250905	4	R$ 12.000,00
PB	FREI MARTINHO	250620	1	R$ 11.000,00
PB	AREIAL	250120	3	R$ 11.000,00
PB	JURU	250800	5	R$ 12.000,00
PB	AMPARO	250073	1	R$ 11.000,00
PB	ARAÇAGI	250080	9	R$ 13.000,00
PB	MANAÍRA	250900	4	R$ 12.000,00
PB	SANTA CECÍLIA	251315	3	R$ 11.000,00
PB	PILÕEZINHOS	251170	2	R$ 11.000,00
PB	ITABAIANA	250690	10	R$ 13.000,00
PB	NAZAREZINHO	251000	3	R$ 11.000,00
PB	ITATUBA	250720	5	R$ 12.000,00
PB	JURIPIRANGA	250790	5	R$ 12.000,00
PB	SANTANA DOS GARROTES	251360	4	R$ 12.000,00
PB	ITAPORANGA	250700	10	R$ 13.000,00
PB	CALDAS BRANDÃO	250380	3	R$ 11.000,00
PB	LAGOA SECA	250830	11	R$ 13.000,00
PB	SÃO JOSÉ DOS CORDEIROS	251480	2	R$ 11.000,00
PB	SANTANA DE MANGUEIRA	251350	3	R$ 11.000,00
PB	SALGADINHO	251300	1	R$ 11.000,00
PB	GURJÃO	250650	2	R$ 11.000,00
PB	BONITO DE SANTA FÉ	250240	5	R$ 12.000,00
PB	IBIARA	250660	3	R$ 11.000,00
PB	BARRA DE SANTA ROSA	250160	6	R$ 12.000,00
PB	SÃO JOÃO DO CARIRI	251400	2	R$ 11.000,00
PB	ARARA	250090	4	R$ 12.000,00
PB	LIVRAMENTO	250850	3	R$ 11.000,00
PB	JOÃO PESSOA	250750	197	R$ 50.000,00
PB	CAAPORÃ	250300	9	R$ 13.000,00
PB	COREMAS	250480	7	R$ 12.000,00
PB	MAMANGUAPE	250890	18	R$ 14.000,00
PB	RIO TINTO	251290	9	R$ 13.000,00
PB	SÃO VICENTE DO SERIDÓ	251540	5	R$ 12.000,00
PB	PIANCÓ	251130	8	R$ 12.000,00
PB	CATURITÉ	250435	3	R$ 11.000,00
PB	CASSERENGUE	250415	3	R$ 11.000,00
PB	SÃO JOSÉ DO SABUGI	251470	3	R$ 11.000,00
PB	CONDADO	250450	3	R$ 11.000,00
PB	DONA INÊS	250570	5	R$ 12.000,00
PB	LAGOA	250810	2	R$ 11.000,00
PB	SERRA BRANCA	251550	5	R$ 12.000,00
PB	ARARUNA	250100	8	R$ 12.000,00
PB	SÃO JOÃO DO RIO DO PEIXE	250070	8	R$ 12.000,00
PB	JERICÓ	250740	3	R$ 11.000,00
PB	SANTA TERESINHA	251380	2	R$ 11.000,00
PB	JUNCO DO SERIDÓ	250780	3	R$ 11.000,00
PB	SAPÉ	251530	19	R$ 15.000,00
PB	POMBAL	251210	12	R$ 13.000,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800172

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PB	SUMÉ	251630	6	R$ 12.000,00
PB	MULUNGU	250980	5	R$ 12.000,00
PB	CONDE	250460	9	R$ 13.000,00
PB	PRATA	251220	2	R$ 11.000,00
PB	PEDRO RÉGIS	251272	3	R$ 11.000,00
PB	PITIMBU	251190	7	R$ 12.000,00
PB	MOGEIRO	250940	7	R$ 12.000,00
PB	CACIMBA DE AREIA	250340	2	R$ 11.000,00
PB	BAYEUX	250180	28	R$ 16.000,00
PB	MÃE D`ÁGUA	250870	2	R$ 11.000,00
PB	GUARABIRA	250630	19	R$ 15.000,00
PB	AROEIRAS	250130	8	R$ 12.000,00
PB	PEDRA BRANCA	251100	2	R$ 11.000,00
PB	SANTA LUZIA	251340	6	R$ 12.000,00
PB	SANTA HELENA	251330	3	R$ 11.000,00
PB	ESPERANÇA	250600	11	R$ 13.000,00
PB	RIACHÃO DO POÇO	251276	2	R$ 11.000,00
PB	POÇO DANTAS	251203	2	R$ 11.000,00
PB	TRIUNFO	251680	4	R$ 12.000,00
PB	BARRA DE SANTANA	250157	4	R$ 12.000,00
PB	OLHO D`ÁGUA	251040	3	R$ 11.000,00
PB	MATINHAS	250933	2	R$ 11.000,00
PB	ITAPOROROCA	250710	7	R$ 12.000,00
PB	TACIMA	251640	4	R$ 12.000,00
PB	PARARI	251065	1	R$ 11.000,00
PB	RIACHO DE SANTO ANTÔNIO	251278	1	R$ 11.000,00
PB	GURINHÉM	250640	7	R$ 12.000,00
PB	CAIÇARA	250360	3	R$ 11.000,00
PB	MATO GROSSO	250937	1	R$ 11.000,00
PB	RIACHÃO DO BACAMARTE	251275	2	R$ 11.000,00
PB	CAPIM	250403	3	R$ 11.000,00
PB	SOLEDADE	251610	6	R$ 12.000,00
PB	SÃO JOSÉ DE CAIANA	251430	2	R$ 11.000,00
PB	PAULISTA	251090	5	R$ 12.000,00
PB	NATUBA	250990	4	R$ 12.000,00
PB	RIACHO DOS CAVALOS	251280	3	R$ 11.000,00
PB	CONCEIÇÃO	250440	8	R$ 12.000,00
PB	SÃO JOSÉ DO BREJO DO CRUZ	251465	1	R$ 11.000,00
PB	APARECIDA	250077	4	R$ 12.000,00
PB	OLIVEDOS	251050	2	R$ 11.000,00
PB	SERRA REDONDA	251580	3	R$ 11.000,00
PB	QUIXABÁ	251260	1	R$ 11.000,00
PB	CATOLÉ DO ROCHA	250430	10	R$ 13.000,00
PB	BOM SUCESSO	250230	2	R$ 11.000,00
PB	LOGRADOURO	250855	2	R$ 11.000,00
PB	SÃO JOSÉ DE PIRANHAS	251450	10	R$ 13.000,00
PB	MALTA	250880	3	R$ 11.000,00
PB	SÃO MAMEDE	251490	3	R$ 11.000,00
PB	GADO BRAVO	250625	4	R$ 12.000,00
PB	SÃO DOMINGOS DO CARIRI	251394	1	R$ 11.000,00
PB	MONTE HOREBE	250960	2	R$ 11.000,00
PB	AREIA DE BARAÚNAS	250115	1	R$ 11.000,00
PB	NOVA PALMEIRA	251030	2	R$ 11.000,00
PB	CABACEIRAS	250310	3	R$ 11.000,00
PB	TAPEROÁ	251650	7	R$ 12.000,00
PB	NOVA OLINDA	251020	3	R$ 11.000,00
PB	AREIA	250110	8	R$ 12.000,00
PB	CUITEGI	250520	3	R$ 11.000,00
PB	PIRPIRITUBA	251180	4	R$ 12.000,00
PB	CAMPINA GRANDE	250400	107	R$ 32.000,00
PB	CACIMBA DE DENTRO	250350	7	R$ 12.000,00
PB	SÃO DOMINGOS DE POMBAL	2512101	1	R$ 11.000,00
PE	BOM CONSELHO	260210	13	R$ 13.000,00
PE	CASINHAS	260415	6	R$ 12.000,00
PE	FERREIROS	260550	4	R$ 12.000,00
PE	TIMBAÚBA	261530	20	R$ 15.000,00
PE	SÃO VICENTE FERRER	261380	6	R$ 12.000,00
PE	PETROLINA	261110	90	R$ 29.000,00
PE	ALTINHO	260080	8	R$ 12.000,00
PE	CACHOEIRINHA	260310	7	R$ 12.000,00
PE	VICÊNCIA	261630	9	R$ 13.000,00
PE	MACAPARANA	260900	10	R$ 13.000,00
PE	CUMARU	260490	6	R$ 12.000,00
PE	LIMOEIRO	260890	18	R$ 14.000,00
PE	VERDEJANTE	261610	4	R$ 12.000,00
PE	IBIRAJUBA	260670	4	R$ 12.000,00
PE	SÃO JOSÉ DO BELMONTE	261350	7	R$ 12.000,00
PE	INGAZEIRA	260710	2	R$ 11.000,00
PE	JUPI	260830	6	R$ 12.000,00
PE	BOM JARDIM	260220	11	R$ 13.000,00
PE	AGRESTINA	260030	11	R$ 13.000,00
PE	SÃO JOSÉ DO EGITO	261360	13	R$ 13.000,00
PE	CHÃ DE ALEGRIA	260440	5	R$ 12.000,00
PE	RIBEIRÃO	261180	12	R$ 13.000,00
PE	IATI	260650	8	R$ 12.000,00
PE	MACHADOS	260910	5	R$ 12.000,00
PE	AFRÂNIO	260020	7	R$ 12.000,00
PE	BUÍQUE	260280	10	R$ 13.000,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800173

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PE	TUPARETAMA	261590	3	R$ 11.000,00
PE	BELÉM DE MARIA	260150	4	R$ 12.000,00
PE	OLINDA	260960	44	R$ 20.000,00
PE	CUPIRA	260500	9	R$ 13.000,00
PE	BEZERROS	260190	19	R$ 15.000,00
PE	AFOGADOS DA INGAZEIRA	260010	14	R$ 14.000,00
PE	CEDRO	260430	5	R$ 12.000,00
PE	CAMOCIM DE SÃO FÉLIX	260350	7	R$ 12.000,00
PE	SALOÁ	261230	7	R$ 12.000,00
PE	RIACHO DAS ALMAS	261170	6	R$ 12.000,00
PE	IGUARACY	260690	4	R$ 12.000,00
PE	ÁGUAS BELAS	260050	12	R$ 13.000,00
PE	SALGADINHO	261210	3	R$ 11.000,00
PE	CABROBÓ	260300	11	R$ 13.000,00
PE	SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE	261250	18	R$ 14.000,00
PE	MANARI	260915	6	R$ 12.000,00
PE	GLÓRIA DO GOITÁ	260610	8	R$ 12.000,00
PE	ALAGOINHA	260060	7	R$ 12.000,00
PE	ITAÍBA	260750	8	R$ 12.000,00
PE	SOLIDÃO	261440	3	R$ 11.000,00
PE	SERRITA	261400	8	R$ 12.000,00
PE	SANTA TEREZINHA	261280	5	R$ 12.000,00
PE	CARPINA	260400	18	R$ 14.000,00
PE	CONDADO	260460	8	R$ 12.000,00
PE	JABOATÃO DOS GUARARAPES	260790	102	R$ 31.000,00
PE	PARANATAMA	261030	5	R$ 12.000,00
PE	CARNAÍBA	260390	9	R$ 13.000,00
PE	TRINDADE	261560	11	R$ 13.000,00
PE	PEDRA	261080	9	R$ 13.000,00
PE	TEREZINHA	261510	3	R$ 11.000,00
PE	CARUARU	260410	70	R$ 25.000,00
PE	BARRA DE GUABIRABA	260130	7	R$ 12.000,00
PE	SÃO JOAQUIM DO MONTE	261330	9	R$ 13.000,00
PE	CHÃ GRANDE	260450	8	R$ 12.000,00
PE	PAULISTA	261070	44	R$ 20.000,00
PE	PESQUEIRA	261090	16	R$ 14.000,00
PE	POMBOS	261130	8	R$ 12.000,00
PE	DORMENTES	260515	6	R$ 12.000,00
PE	ABREU E LIMA	260005	28	R$ 16.000,00
PE	IPOJUCA	260720	17	R$ 14.000,00
PE	GRAVATÁ	260640	20	R$ 15.000,00
PE	JOÃO ALFREDO	260810	11	R$ 13.000,00
PE	SÃO JOÃO	261320	8	R$ 12.000,00
PE	CAPOEIRAS	260380	7	R$ 12.000,00
PE	TACAIMBÓ	261470	5	R$ 12.000,00
PE	SANHARÓ	261240	6	R$ 12.000,00
PE	ITAPISSUMA	260775	9	R$ 13.000,00
PE	QUIPAPÁ	261150	9	R$ 13.000,00
PE	PRIMAVERA	261140	4	R$ 12.000,00
PE	BELÉM DE SÃO FRANCISCO	260160	7	R$ 12.000,00
PE	GOIANA	260620	23	R$ 15.000,00
PE	INAJÁ	260700	6	R$ 12.000,00
PE	GARANHUNS	260600	36	R$ 18.000,00
PE	JUCATI	260825	5	R$ 12.000,00
PE	RIO FORMOSO	261190	9	R$ 13.000,00
PE	ARCOVERDE	260120	22	R$ 15.000,00
PE	CAMARAGIBE	260345	45	R$ 20.000,00
PE	PALMEIRINA	261010	4	R$ 12.000,00
PE	LAJEDO	260880	12	R$ 13.000,00
PE	FLORESTA	260570	8	R$ 12.000,00
PE	CABO DE SANTO AGOSTINHO	260290	42	R$ 19.000,00
PE	TABIRA	261460	11	R$ 13.000,00
PE	LAGOA DO ITAENGA	260850	9	R$ 13.000,00
PE	OROBÓ	260970	10	R$ 13.000,00
PE	ILHA DE ITAMARACÁ	260760	9	R$ 13.000,00
PE	AMARAJI	260090	8	R$ 12.000,00
PE	POÇÃO	261120	5	R$ 12.000,00
PE	RECIFE	261160	270	R$ 65.000,00
PE	VITÓRIA DE SANTO ANTÃO	261640	29	R$ 17.000,00
PE	CANHOTINHO	260370	10	R$ 13.000,00
PE	ANGELIM	260100	5	R$ 12.000,00
PE	PAUDALHO	261060	18	R$ 14.000,00
PE	SANTA MARIA DA BOA VISTA	261260	10	R$ 13.000,00
PE	SANTA CRUZ	261245	6	R$ 12.000,00
PE	XEXÉU	261650	7	R$ 12.000,00
PE	SURUBIM	261450	20	R$ 15.000,00
PE	ESCADA	260520	16	R$ 14.000,00
PE	OROCÓ	260980	5	R$ 12.000,00
PE	ARAÇOIABA	260105	6	R$ 12.000,00
PE	JAQUEIRA	260795	5	R$ 12.000,00
PE	TERRA NOVA	261520	4	R$ 12.000,00
PE	CALUMBI	260340	2	R$ 11.000,00
PE	BELO JARDIM	260170	15	R$ 14.000,00
PE	EXU	260530	13	R$ 13.000,00
PE	SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE	261247	6	R$ 12.000,00
PE	BREJÃO	260240	4	R$ 12.000,00
PE	MARAIAL	260920	3	R$ 11.000,00
PE	ÁGUA PRETA	260040	12	R$ 13.000,00
PE	PETROLÂNDIA	261100	8	R$ 12.000,00
PE	PARNAMIRIM	261040	8	R$ 12.000,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800174

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PE	JUREMA	260840	6	R$ 12.000,00
PE	MOREILÂNDIA	261430	6	R$ 12.000,00
PE	JATOBÁ	260805	4	R$ 12.000,00
PE	BREJO DA MADRE DE DEUS	260260	12	R$ 13.000,00
PE	BARREIROS	260140	11	R$ 13.000,00
PE	VERTENTE DO LÉRIO	261618	4	R$ 12.000,00
PE	CUSTÓDIA	260510	11	R$ 13.000,00
PE	ITAMBÉ	260765	12	R$ 13.000,00
PE	CAMUTANGA	260360	3	R$ 11.000,00
PE	BETÂNIA	260180	6	R$ 12.000,00
PE	ARARIPINA	260110	19	R$ 15.000,00
PE	CORRENTES	260470	7	R$ 12.000,00
PE	CARNAUBEIRA DA PENHA	260392	2	R$ 11.000,00
PE	CAETÉS	260320	9	R$ 13.000,00
PE	LAGOA DO OURO	260860	6	R$ 12.000,00
PE	VENTUROSA	261600	8	R$ 12.000,00
PE	JOAQUIM NABUCO	260820	6	R$ 12.000,00
PE	TAQUARITINGA DO NORTE	261500	7	R$ 12.000,00
PE	CALÇADO	260330	5	R$ 12.000,00
PE	NAZARÉ DA MATA	260950	10	R$ 13.000,00
PE	SANTA FILOMENA	261255	6	R$ 12.000,00
PE	MORENO	260940	15	R$ 14.000,00
PE	FEIRA NOVA	260540	7	R$ 12.000,00
PE	BREJINHO	260250	3	R$ 11.000,00
PE	IGARASSU	260680	29	R$ 17.000,00
PE	ITACURUBA	260740	1	R$ 11.000,00
PE	BUENOS AIRES	260270	6	R$ 12.000,00
PE	IPUBI	260730	11	R$ 13.000,00
PE	TUPANATINGA	261580	5	R$ 12.000,00
PE	LAGOA DO CARRO	260845	6	R$ 12.000,00
PE	SÃO CAITANO	261310	10	R$ 13.000,00
PE	CATENDE	260420	10	R$ 13.000,00
PE	SERRA TALHADA	261390	22	R$ 15.000,00
PE	JATAÚBA	260800	6	R$ 12.000,00
PE	PALMARES	261000	18	R$ 14.000,00
PE	SÃO BENEDITO DO SUL	261290	3	R$ 11.000,00
PE	GRANITO	260630	3	R$ 11.000,00
PE	IBIMIRIM	260660	12	R$ 13.000,00
PE	CORTÊS	260480	5	R$ 12.000,00
PE	SAIRÉ	261200	6	R$ 12.000,00
PE	QUIXABA	261153	3	R$ 11.000,00
PE	SÃO BENTO DO UNA	261300	10	R$ 13.000,00
PE	TORITAMA	261540	9	R$ 13.000,00
PE	OURICURI	260990	26	R$ 16.000,00
PE	MIRANDIBA	260930	5	R$ 12.000,00
PE	PASSIRA	261050	12	R$ 13.000,00
PE	ITAQUITINGA	260780	6	R$ 12.000,00
PE	SERTÂNIA	261410	10	R$ 13.000,00
PE	TRACUNHAÉM	261550	5	R$ 12.000,00
PE	ITAPETIM	260770	7	R$ 12.000,00
PE	ALIANÇA	260070	10	R$ 13.000,00
PE	FLORES	260560	7	R$ 12.000,00
PI	ÁGUA BRANCA	220020	7	R$ 12.000,00
PI	CANAVIEIRA	220225	2	R$ 11.000,00
PI	SANTO ANTÔNIO DOS MILAGRES	220945	1	R$ 11.000,00
PI	PIMENTEIRAS	220810	6	R$ 12.000,00
PI	SÃO JOÃO DA VARJOTA	220995	2	R$ 11.000,00
PI	CRISTALÂNDIA DO PIAUÍ	220300	4	R$ 12.000,00
PI	BOA HORA	220177	3	R$ 11.000,00
PI	ALTO LONGÁ	220030	7	R$ 12.000,00
PI	PIRIPIRI	220840	25	R$ 16.000,00
PI	SÃO JOÃO DO ARRAIAL	220997	4	R$ 12.000,00
PI	SÃO JOSÉ DO PEIXE	221010	2	R$ 11.000,00
PI	SÃO PEDRO DO PIAUÍ	221050	7	R$ 12.000,00
PI	FLORIANO	220390	26	R$ 16.000,00
PI	FRANCISCO MACEDO	220415	1	R$ 11.000,00
PI	FLORESTA DO PIAUÍ	220385	1	R$ 11.000,00
PI	VÁRZEA GRANDE	221140	2	R$ 11.000,00
PI	GILBUÉS	220440	5	R$ 12.000,00
PI	AVELINO LOPES	220110	6	R$ 12.000,00
PI	BARRA D`ALCÂNTARA	220117	2	R$ 11.000,00
PI	BELA VISTA DO PIAUÍ	220155	2	R$ 11.000,00
PI	JACOBINA DO PIAUÍ	220515	3	R$ 11.000,00
PI	SANTA LUZ	220930	2	R$ 11.000,00
PI	PAULISTANA	220780	10	R$ 13.000,00
PI	CONCEIÇÃO DO CANINDÉ	220280	2	R$ 11.000,00
PI	LUZILÂNDIA	220580	12	R$ 13.000,00
PI	BRASILEIRA	220196	4	R$ 12.000,00
PI	SANTANA DO PIAUÍ	220935	2	R$ 11.000,00
PI	COCAL DE TELHA	220271	2	R$ 11.000,00
PI	REGENERAÇÃO	220880	9	R$ 13.000,00
PI	ITAUEIRA	220510	5	R$ 12.000,00
PI	LUÍS CORREIA	220570	15	R$ 14.000,00
PI	CARAÚBAS DO PIAUÍ	220253	3	R$ 11.000,00
PI	CORONEL JOSÉ DIAS	220285	2	R$ 11.000,00
PI	FRONTEIRAS	220430	6	R$ 12.000,00
PI	ACAUÃ	220005	3	R$ 11.000,00
PI	CAMPO ALEGRE DO FIDALGO	220211	2	R$ 11.000,00
PI	PAJEÚ DO PIAUÍ	220735	2	R$ 11.000,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800175

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PI	MARCOLÂNDIA	220595	4	R$ 12.000,00
PI	MURICI DOS PORTELAS	220669	4	R$ 12.000,00
PI	CURRAL NOVO DO PIAUÍ	220327	2	R$ 11.000,00
PI	VILA NOVA DO PIAUÍ	221160	1	R$ 11.000,00
PI	MANOEL EMÍDIO	220590	3	R$ 11.000,00
PI	SÃO FRANCISCO DE ASSIS DO PIAUÍ	220965	3	R$ 11.000,00
PI	TANQUE DO PIAUÍ	221097	1	R$ 11.000,00
PI	QUEIMADA NOVA	220865	4	R$ 12.000,00
PI	BATALHA	220150	13	R$ 13.000,00
PI	MADEIRO	220585	4	R$ 12.000,00
PI	PADRE MARCOS	220720	3	R$ 11.000,00
PI	NAZARÉ DO PIAUÍ	220670	5	R$ 12.000,00
PI	ARRAIAL	220100	2	R$ 11.000,00
PI	BERTOLÍNIA	220170	3	R$ 11.000,00
PI	SÃO JOSÉ DO DIVINO	221005	3	R$ 11.000,00
PI	SOCORRO DO PIAUÍ	221090	2	R$ 11.000,00
PI	PIRACURUCA	220830	12	R$ 13.000,00
PI	BARRAS	220120	19	R$ 15.000,00
PI	JOAQUIM PIRES	220540	7	R$ 12.000,00
PI	CAPITÃO DE CAMPOS	220240	6	R$ 12.000,00
PI	ALAGOINHA DO PIAUÍ	220025	4	R$ 12.000,00
PI	VALENÇA DO PIAUÍ	221130	10	R$ 13.000,00
PI	SÃO BRAZ DO PIAUÍ	220955	2	R$ 11.000,00
PI	CORRENTE	220290	13	R$ 13.000,00
PI	SANTA ROSA DO PIAUÍ	220937	3	R$ 11.000,00
PI	PARNAGUÁ	220760	5	R$ 12.000,00
PI	CURIMATÁ	220320	5	R$ 12.000,00
PI	JÚLIO BORGES	220552	3	R$ 11.000,00
PI	REDENÇÃO DO GURGUÉIA	220870	4	R$ 12.000,00
PI	SÃO GONÇALO DO GURGUÉIA	220975	1	R$ 11.000,00
PI	SEBASTIÃO BARROS	221062	2	R$ 11.000,00
PI	CARIDADE DO PIAUÍ	220255	2	R$ 11.000,00
PI	AROAZES	220090	3	R$ 11.000,00
PI	VERA MENDES	221150	1	R$ 11.000,00
PI	PORTO	220850	6	R$ 12.000,00
PI	CABECEIRAS DO PIAUÍ	220205	5	R$ 12.000,00
PI	OLHO D`ÁGUA DO PIAUÍ	220710	1	R$ 11.000,00
PI	SUSSUAPARA	221093	3	R$ 11.000,00
PI	PRATA DO PIAUÍ	220860	2	R$ 11.000,00
PI	AGRICOLÂNDIA	220010	3	R$ 11.000,00
PI	MONTE ALEGRE DO PIAUÍ	220660	5	R$ 12.000,00
PI	ITAINÓPOLIS	220500	6	R$ 12.000,00
PI	PALMEIRA DO PIAUÍ	220740	2	R$ 11.000,00
PI	UNIÃO	221110	16	R$ 14.000,00
PI	BOM JESUS	220190	10	R$ 13.000,00
PI	ELESBÃO VELOSO	220350	7	R$ 12.000,00
PI	URUÇUÍ	221120	10	R$ 13.000,00
PI	SANTO ANTÔNIO DE LISBOA	220940	3	R$ 11.000,00
PI	PIO IX	220820	8	R$ 12.000,00
PI	SÃO JOÃO DA FRONTEIRA	220987	3	R$ 11.000,00
PI	PICOS	220800	36	R$ 18.000,00
PI	CURRAIS	220323	2	R$ 11.000,00
PI	BETÂNIA DO PIAUÍ	220173	3	R$ 11.000,00
PI	CASTELO DO PIAUÍ	220260	8	R$ 12.000,00
PI	SIGEFREDO PACHECO	221065	5	R$ 12.000,00
PI	FRANCISCO SANTOS	220420	4	R$ 12.000,00
PI	BREJO DO PIAUÍ	220198	2	R$ 11.000,00
PI	NOVA SANTA RITA	220795	2	R$ 11.000,00
PI	COIVARAS	220273	2	R$ 11.000,00
PI	BELÉM DO PIAUÍ	220157	2	R$ 11.000,00
PI	ALEGRETE DO PIAUÍ	220027	3	R$ 11.000,00
PI	LAGOA DO SÍTIO	220559	2	R$ 11.000,00
PI	RIO GRANDE DO PIAUÍ	220900	3	R$ 11.000,00
PI	SIMPLÍCIO MENDES	221080	6	R$ 12.000,00
PI	ALVORADA DO GURGUÉIA	220045	3	R$ 11.000,00
PI	SÃO JOÃO DA CANABRAVA	220985	2	R$ 11.000,00
PI	JUREMA	220553	2	R$ 11.000,00
PI	TAMBORIL DO PIAUÍ	221095	1	R$ 11.000,00
PI	PATOS DO PIAUÍ	220777	3	R$ 11.000,00
PI	BAIXA GRANDE DO RIBEIRO	220115	5	R$ 12.000,00
PI	SÃO JOSÉ DO PIAUÍ	221020	3	R$ 11.000,00
PI	PAU D`ARCO DO PIAUÍ	220779	2	R$ 11.000,00
PI	MATIAS OLÍMPIO	220610	5	R$ 12.000,00
PI	JARDIM DO MULATO	220525	2	R$ 11.000,00
PI	RIBEIRA DO PIAUÍ	220887	2	R$ 11.000,00
PI	COLÔNIA DO PIAUÍ	220277	4	R$ 12.000,00
PI	SÃO JOÃO DO PIAUÍ	221000	10	R$ 13.000,00
PI	NAZÁRIA	220672	4	R$ 12.000,00
PI	DOM INOCÊNCIO	220345	5	R$ 12.000,00
PI	SÃO LOURENÇO DO PIAUÍ	221035	2	R$ 11.000,00
PI	CAJUEIRO DA PRAIA	220208	4	R$ 12.000,00
PI	PAES LANDIM	220730	2	R$ 11.000,00
PI	CAMPINAS DO PIAUÍ	220210	3	R$ 11.000,00
PI	FRANCINÓPOLIS	220400	3	R$ 11.000,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800176

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PI	BARRO DURO	220140	3	R$ 11.000,00
PI	PARNAÍBA	220770	40	R$ 19.000,00
PI	PEDRO LAURENTINO	220793	1	R$ 11.000,00
PI	FARTURA DO PIAUÍ	220375	2	R$ 11.000,00
PI	LAGOINHA DO PIAUÍ	220554	1	R$ 11.000,00
PI	PEDRO II	220790	15	R$ 14.000,00
PI	AMARANTE	220050	7	R$ 12.000,00
PI	ESPERANTINA	220370	17	R$ 14.000,00
PI	CARACOL	220250	5	R$ 12.000,00
PI	SANTA CRUZ DO PIAUÍ	220910	3	R$ 11.000,00
PI	MORRO DO CHAPÉU DO PIAUÍ	220667	3	R$ 11.000,00
PI	SÃO JOÃO DA SERRA	220990	3	R$ 11.000,00
PI	CAXINGÓ	220265	3	R$ 11.000,00
PI	MORRO CABEÇA NO TEMPO	220665	2	R$ 11.000,00
PI	MONSENHOR HIPÓLITO	220650	4	R$ 12.000,00
PI	PORTO ALEGRE DO PIAUÍ	220855	1	R$ 11.000,00
PI	INHUMA	220470	7	R$ 12.000,00
PI	SEBASTIÃO LEAL	221063	2	R$ 11.000,00
PI	FLORES DO PIAUÍ	220380	2	R$ 11.000,00
PI	OEIRAS	220700	14	R$ 14.000,00
PI	CAMPO GRANDE DO PIAUÍ	220213	3	R$ 11.000,00
PI	MILTON BRANDÃO	220635	3	R$ 11.000,00
PI	MIGUEL ALVES	220620	14	R$ 14.000,00
PI	PALMEIRAIS	220750	7	R$ 12.000,00
PI	LAGOA DE SÃO FRANCISCO	220557	3	R$ 11.000,00
PI	SÃO MIGUEL DO FIDALGO	221039	1	R$ 11.000,00
PI	CALDEIRÃO GRANDE DO PIAUÍ	220209	3	R$ 11.000,00
PI	SÃO MIGUEL DO TAPUIO	221040	9	R$ 13.000,00
PI	CANTO DO BURITI	220230	10	R$ 13.000,00
PI	SÃO RAIMUNDO NONATO	221060	14	R$ 14.000,00
PI	SÃO MIGUEL DA BAIXA GRANDE	221038	1	R$ 11.000,00
PI	SÃO JULIÃO	221030	3	R$ 11.000,00
PI	SÃO FÉLIX DO PIAUÍ	220960	1	R$ 11.000,00
PI	SANTA CRUZ DOS MILAGRES	220915	2	R$ 11.000,00
PI	SÃO FRANCISCO DO PIAUÍ	220970	3	R$ 11.000,00
PI	PAQUETÁ	220755	2	R$ 11.000,00
PI	COCAL	220270	13	R$ 13.000,00
PI	JOCA MARQUES	220545	3	R$ 11.000,00
PI	LAGOA DO BARRO DO PIAUÍ	220556	2	R$ 11.000,00
PI	IPIRANGA DO PIAUÍ	220480	5	R$ 12.000,00
PI	ANTÔNIO ALMEIDA	220080	2	R$ 11.000,00
PI	CRISTINO CASTRO	220310	5	R$ 12.000,00
PI	SÃO GONÇALO DO PIAUÍ	220980	2	R$ 11.000,00
PI	DOM EXPEDITO LOPES	220340	3	R$ 11.000,00
PI	DIRCEU ARCOVERDE	220335	3	R$ 11.000,00
PI	JAICÓS	220520	9	R$ 13.000,00
PI	ALTOS	220040	18	R$ 14.000,00
PI	DOMINGOS MOURÃO	220342	2	R$ 11.000,00
PI	LAGOA ALEGRE	220555	4	R$ 12.000,00
PI	NOVO ORIENTE DO PIAUÍ	220690	3	R$ 11.000,00
PI	JATOBÁ DO PIAUÍ	220527	2	R$ 11.000,00
PI	ANÍSIO DE ABREU	220070	5	R$ 12.000,00
PI	SIMÕES	221070	7	R$ 12.000,00
PI	GUADALUPE	220450	5	R$ 12.000,00
PI	CAJAZEIRAS DO PIAUÍ	220207	2	R$ 11.000,00
PI	BOM PRINCÍPIO DO PIAUÍ	220191	3	R$ 11.000,00
PI	COLÔNIA DO GURGUÉIA	220275	3	R$ 11.000,00
PI	NOSSA SENHORA DE NAZARÉ	220675	2	R$ 11.000,00
PI	BOQUEIRÃO DO PIAUÍ	220194	3	R$ 11.000,00
PI	PAVUSSU	220785	2	R$ 11.000,00
PI	WALL FERRAZ	221170	2	R$ 11.000,00
PI	ISAÍAS COELHO	220490	4	R$ 12.000,00
PI	AROEIRAS DO ITAIM	220095	1	R$ 11.000,00
PI	NOSSA SENHORA DOS REMÉDIOS	220680	4	R$ 12.000,00
PI	LAGOA DO PIAUÍ	220558	2	R$ 11.000,00
PI	GEMINIANO	220435	3	R$ 11.000,00
PI	VÁRZEA BRANCA	221135	2	R$ 11.000,00
PI	MARCOS PARENTE	220600	2	R$ 11.000,00
PI	BOCAINA	220180	2	R$ 11.000,00
PI	NOVO SANTO ANTÔNIO	220695	2	R$ 11.000,00
PI	CAMPO MAIOR	220220	21	R$ 15.000,00
PI	RIACHO FRIO	220885	2	R$ 11.000,00
PI	JERUMENHA	220530	2	R$ 11.000,00
PI	BURITI DOS MONTES	220202	4	R$ 12.000,00
PI	SÃO LUIS DO PIAUÍ	221037	1	R$ 11.000,00
PI	COCAL DOS ALVES	220272	3	R$ 11.000,00
PI	ELISEU MARTINS	220360	2	R$ 11.000,00
PI	MASSAPÊ DO PIAUÍ	220605	3	R$ 11.000,00
PI	CURRALINHOS	220325	2	R$ 11.000,00
PI	SANTO INÁCIO DO PIAUÍ	220950	2	R$ 11.000,00
PI	DEMERVAL LOBÃO	220330	7	R$ 12.000,00
PI	JOSÉ DE FREITAS	220550	19	R$ 15.000,00
PI	HUGO NAPOLEÃO	220460	2	R$ 11.000,00
PI	CAPITÃO GERVÁSIO OLIVEIRA	220245	2	R$ 11.000,00
PI	LANDRI SALES	220560	3	R$ 11.000,00
PI	BENEDITINOS	220160	5	R$ 12.000,00
PI	ASSUNÇÃO DO PIAUÍ	220105	4	R$ 12.000,00
PI	ILHA GRANDE	220465	5	R$ 12.000,00
PI	BARREIRAS DO PIAUÍ	220130	2	R$ 11.000,00
PR	SÃO CARLOS DO IVAÍ	412460	2	R$ 11.000,00
PR	PARANAVAÍ	411840	24	R$ 16.000,00
PR	IGUATU	411005	1	R$ 11.000,00
PR	AMAPORÃ	410090	2	R$ 11.000,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800177

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PR	PONTA GROSSA	411990	79	R$ 27.000,00
PR	UNIFLOR	412830	1	R$ 11.000,00
PR	CAMPO DO TENENTE	410410	3	R$ 11.000,00
PR	PIRAQUARA	411950	16	R$ 14.000,00
PR	CLEVELÂNDIA	410570	5	R$ 12.000,00
PR	VERA CRUZ DO OESTE	412855	3	R$ 11.000,00
PR	BARRACÃO	410260	4	R$ 12.000,00
PR	PARAÍSO DO NORTE	411800	5	R$ 12.000,00
PR	MARIA HELENA	411470	2	R$ 11.000,00
PR	TEIXEIRA SOARES	412700	3	R$ 11.000,00
PR	MAUÁ DA SERRA	411575	3	R$ 11.000,00
PR	IVAÍ	411140	3	R$ 11.000,00
PR	CONTENDA	410620	4	R$ 12.000,00
PR	PIRAÍ DO SUL	411940	2	R$ 11.000,00
PR	SÃO JERÔNIMO DA SERRA	412470	5	R$ 12.000,00
PR	ROLÂNDIA	412240	14	R$ 14.000,00
PR	CRUZEIRO DO SUL	410670	2	R$ 11.000,00
PR	MATINHOS	411570	8	R$ 12.000,00
PR	ORTIGUEIRA	411730	5	R$ 12.000,00
PR	ENGENHEIRO BELTRÃO	410750	5	R$ 12.000,00
PR	CERRO AZUL	410520	5	R$ 12.000,00
PR	HONÓRIO SERPA	410965	3	R$ 11.000,00
PR	BRAGANEY	410335	2	R$ 11.000,00
PR	IVATUBA	411160	1	R$ 11.000,00
PR	BOA VISTA DA APARECIDA	410305	3	R$ 11.000,00
PR	ALTO PARANÁ	410060	4	R$ 12.000,00
PR	ARAPONGAS	410150	30	R$ 17.000,00
PR	ICARAÍMA	410990	4	R$ 12.000,00
PR	QUEDAS DO IGUAÇU	412090	7	R$ 12.000,00
PR	IVATÉ	411155	1	R$ 11.000,00
PR	MUNHOZ DE MELO	411630	1	R$ 11.000,00
PR	NOVO ITACOLOMI	411729	1	R$ 11.000,00
PR	RIO BRANCO DO IVAÍ	412217	1	R$ 11.000,00
PR	URAÍ	412840	3	R$ 11.000,00
PR	JARDIM ALEGRE	411250	4	R$ 12.000,00
PR	MARIÓPOLIS	411530	3	R$ 11.000,00
PR	MARQUINHO	411545	2	R$ 11.000,00
PR	JANDAIA DO SUL	411210	6	R$ 12.000,00
PR	CRUZEIRO DO IGUAÇU	410657	2	R$ 11.000,00
PR	AGUDOS DO SUL	410030	3	R$ 11.000,00
PR	RIO BOM	412210	2	R$ 11.000,00
PR	VITORINO	412870	2	R$ 11.000,00
PR	IGUARAÇU	411000	1	R$ 11.000,00
PR	PITANGA	411960	8	R$ 12.000,00
PR	SÃO JORGE DO IVAÍ	412530	1	R$ 11.000,00
PR	BELA VISTA DO PARAÍSO	410280	5	R$ 12.000,00
PR	NOVA AMÉRICA DA COLINA	411660	2	R$ 11.000,00
PR	CASCAVEL	410480	28	R$ 16.000,00
PR	CAFEZAL DO SUL	410347	2	R$ 11.000,00
PR	FERNANDES PINHEIRO	410773	2	R$ 11.000,00
PR	MANDIRITUBA	411430	5	R$ 12.000,00
PR	MIRADOR	411590	1	R$ 11.000,00
PR	XAMBRÊ	412880	2	R$ 11.000,00
PR	CRUZEIRO DO OESTE	410660	8	R$ 12.000,00
PR	CÉU AZUL	410530	4	R$ 12.000,00
PR	SANTA MÔNICA	412395	2	R$ 11.000,00
PR	JACAREZINHO	411180	9	R$ 13.000,00
PR	SARANDI	412625	6	R$ 12.000,00
PR	PALMAS	411760	9	R$ 13.000,00
PR	CURITIBA	410690	248	R$ 60.000,00
PR	FLORESTA	410790	2	R$ 11.000,00
PR	FORMOSA DO OESTE	410820	3	R$ 11.000,00
PR	ANTONINA	410120	7	R$ 12.000,00
PR	TOMAZINA	412780	4	R$ 12.000,00
PR	IPORÃ	411060	6	R$ 12.000,00
PR	SÃO MIGUEL DO IGUAÇU	412570	11	R$ 13.000,00
PR	JAGUARIAÍVA	411200	3	R$ 11.000,00
PR	GUARATUBA	410960	10	R$ 13.000,00
PR	ITAIPULÂNDIA	411095	3	R$ 11.000,00
PR	JUNDIAÍ DO SUL	411290	2	R$ 11.000,00
PR	SAPOPEMA	412620	3	R$ 11.000,00
PR	QUATRO BARRAS	412080	8	R$ 12.000,00
PR	RIO BRANCO DO SUL	412220	7	R$ 12.000,00
PR	MARILUZ	411510	4	R$ 12.000,00
PR	MARIALVA	411480	8	R$ 12.000,00
PR	PEABIRU	411880	4	R$ 12.000,00
PR	MISSAL	411605	3	R$ 11.000,00
PR	SANTA HELENA	412350	4	R$ 12.000,00
PR	MANGUEIRINHA	411440	7	R$ 12.000,00
PR	CASTRO	410490	19	R$ 15.000,00
PR	SANTA CECÍLIA DO PAVÃO	412320	2	R$ 11.000,00
PR	TUNAS DO PARANÁ	412788	3	R$ 11.000,00
PR	LUNARDELLI	411375	2	R$ 11.000,00
PR	ÂNGULO	410115	1	R$ 11.000,00
PR	CHOPINZINHO	410540	8	R$ 12.000,00
PR	CONGONHINHAS	410600	3	R$ 11.000,00
PR	SANTA FÉ	412340	2	R$ 11.000,00
PR	MEDIANEIRA	411580	7	R$ 12.000,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800178

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PR	SÃO JOÃO DO IVAÍ	412500	4	R$ 12.000,00
PR	TRÊS BARRAS DO PARANÁ	412785	4	R$ 12.000,00
PR	CAMPO MAGRO	410425	7	R$ 12.000,00
PR	BARBOSA FERRAZ	410250	5	R$ 12.000,00
PR	GUAÍRA	410880	7	R$ 12.000,00
PR	DIAMANTE DO SUL	410712	1	R$ 11.000,00
PR	BELA VISTA DA CAROBA	410275	2	R$ 11.000,00
PR	SANTA IZABEL DO OESTE	412380	4	R$ 12.000,00
PR	PRANCHITA	412035	2	R$ 11.000,00
PR	GUAMIRANGA	410895	3	R$ 11.000,00
PR	RENASCENÇA	412160	3	R$ 11.000,00
PR	PALMEIRA	411770	14	R$ 14.000,00
PR	JURANDA	411295	3	R$ 11.000,00
PR	DOURADINA	410725	3	R$ 11.000,00
PR	SANTA LÚCIA	412382	2	R$ 11.000,00
PR	SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE	412440	9	R$ 13.000,00
PR	SANTA TEREZINHA DE ITAIPU	412405	8	R$ 12.000,00
PR	CORONEL DOMINGOS SOARES	410645	4	R$ 12.000,00
PR	ALMIRANTE TAMANDARÉ	410040	7	R$ 12.000,00
PR	RONCADOR	412250	3	R$ 11.000,00
PR	SÃO JORGE DO PATROCÍNIO	412535	2	R$ 11.000,00
PR	CORNÉLIO PROCÓPIO	410640	12	R$ 13.000,00
PR	FLOR DA SERRA DO SUL	410785	2	R$ 11.000,00
PR	MANOEL RIBAS	411450	4	R$ 12.000,00
PR	MARUMBI	411550	2	R$ 11.000,00
PR	ASSAÍ	410190	4	R$ 12.000,00
PR	NOVA OLÍMPIA	411720	2	R$ 11.000,00
PR	JATAIZINHO	411270	4	R$ 12.000,00
PR	ITAGUAJÉ	411090	2	R$ 11.000,00
PR	PATO BRAGADO	411845	1	R$ 11.000,00
PR	IRETAMA	411080	3	R$ 11.000,00
PR	LOBATO	411360	1	R$ 11.000,00
PR	UBIRATÃ	412800	8	R$ 12.000,00
PR	CAFELÂNDIA	410345	5	R$ 12.000,00
PR	GUAPIRAMA	410900	2	R$ 11.000,00
PR	CAMBIRA	410380	3	R$ 11.000,00
PR	ITAMBÉ	411110	2	R$ 11.000,00
PR	SERTANEJA	412640	2	R$ 11.000,00
PR	CAFEARA	410340	1	R$ 11.000,00
PR	PRUDENTÓPOLIS	412060	10	R$ 13.000,00
PR	MERCEDES	411585	2	R$ 11.000,00
PR	MARINGÁ	411520	74	R$ 26.000,00
PR	LINDOESTE	411345	2	R$ 11.000,00
PR	PIÊN	411910	4	R$ 12.000,00
PR	MANDAGUAÇU	411410	3	R$ 11.000,00
PR	SÃO PEDRO DO IVAÍ	412580	3	R$ 11.000,00
PR	PATO BRANCO	411850	16	R$ 14.000,00
PR	NOVA TEBAS	411727	4	R$ 12.000,00
PR	ARARUNA	410170	4	R$ 12.000,00
PR	GUAPOREMA	410910	1	R$ 11.000,00
PR	TIJUCAS DO SUL	412760	4	R$ 12.000,00
PR	ABATIÁ	410010	2	R$ 11.000,00
PR	CRUZMALTINA	410685	1	R$ 11.000,00
PR	WENCESLAU BRAZ	412850	5	R$ 12.000,00
PR	IBIPORÃ	410980	13	R$ 13.000,00
PR	SERRANÓPOLIS DO IGUAÇU	412635	2	R$ 11.000,00
PR	NOVA SANTA BÁRBARA	411721	1	R$ 11.000,00
PR	CAMBARÁ	410360	5	R$ 12.000,00
PR	PÉROLA D`OESTE	411900	3	R$ 11.000,00
PR	IVAIPORÃ	411150	8	R$ 12.000,00
PR	QUINTA DO SOL	412110	2	R$ 11.000,00
PR	SANTANA DO ITARARÉ	412400	2	R$ 11.000,00
PR	ITAPERUÇU	411125	5	R$ 12.000,00
PR	SÃO MANOEL DO PARANÁ	412555	1	R$ 11.000,00
PR	REBOUÇAS	412150	4	R$ 12.000,00
PR	RIO NEGRO	412230	7	R$ 12.000,00
PR	MARECHAL CÂNDIDO RONDON	411460	9	R$ 13.000,00
PR	LARANJAL	411325	3	R$ 11.000,00
PR	FOZ DO JORDÃO	410845	2	R$ 11.000,00
PR	TAPEJARA	412680	5	R$ 12.000,00
PR	PÉROLA	411890	3	R$ 11.000,00
PR	SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS	412545	1	R$ 11.000,00
PR	UNIÃO DA VITÓRIA	412820	9	R$ 13.000,00
PR	JESUÍTAS	411275	2	R$ 11.000,00
PR	PAIÇANDU	411750	8	R$ 12.000,00
PR	TERRA ROXA	412740	6	R$ 12.000,00
PR	VIRMOND	412865	2	R$ 11.000,00
PR	KALORÉ	411310	2	R$ 11.000,00
PR	CAMPO BONITO	410405	2	R$ 11.000,00
PR	MANFRINÓPOLIS	411435	2	R$ 11.000,00
PR	IBEMA	410975	1	R$ 11.000,00
PR	GRANDES RIOS	410870	3	R$ 11.000,00
PR	SABÁUDIA	412270	2	R$ 11.000,00
PR	FÊNIX	410770	2	R$ 11.000,00
PR	TELÊMACO BORBA	412710	16	R$ 14.000,00
PR	ESPERANÇA NOVA	410752	1	R$ 11.000,00
PR	TERRA BOA	412720	8	R$ 12.000,00
PR	RIO AZUL	412200	4	R$ 12.000,00
PR	ARAUCÁRIA	410180	15	R$ 14.000,00
PR	ITAPEJARA D`OESTE	411120	4	R$ 12.000,00
PR	CAMBÉ	410370	23	R$ 15.000,00
PR	TURVO	412796	5	R$ 12.000,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800179

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PR	NOVA SANTA ROSA	411722	2	R$ 11.000,00
PR	INDIANÓPOLIS	411040	2	R$ 11.000,00
PR	NOVA FÁTIMA	411700	2	R$ 11.000,00
PR	SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	412550	38	R$ 18.000,00
PR	TOLEDO	412770	17	R$ 14.000,00
PR	SANTA MARIANA	412390	3	R$ 11.000,00
PR	TAPIRA	412690	2	R$ 11.000,00
PR	SÃO PEDRO DO IGUAÇU	412575	1	R$ 11.000,00
PR	FRANCISCO ALVES	410832	3	R$ 11.000,00
PR	FOZ DO IGUAÇU	410830	37	R$ 18.000,00
PR	NOVA LARANJEIRAS	411705	5	R$ 12.000,00
PR	ASSIS CHATEAUBRIAND	410200	7	R$ 12.000,00
PR	QUERÊNCIA DO NORTE	412100	3	R$ 11.000,00
PR	DOUTOR CAMARGO	410730	2	R$ 11.000,00
PR	SÃO JOÃO DO CAIUÁ	412490	1	R$ 11.000,00
PR	UMUARAMA	412810	22	R$ 15.000,00
PR	PONTAL DO PARANÁ	411995	4	R$ 12.000,00
PR	PALOTINA	411790	10	R$ 13.000,00
PR	IMBITUVA	411010	7	R$ 12.000,00
PR	PORTO RICO	412020	1	R$ 11.000,00
PR	SANTO ANTÔNIO DO CAIUÁ	412420	1	R$ 11.000,00
PR	BOA ESPERANÇA	410300	2	R$ 11.000,00
PR	CAMPINA DO SIMÃO	410395	2	R$ 11.000,00
PR	AMPÉRE	410100	4	R$ 12.000,00
PR	GOIOERÊ	410860	7	R$ 12.000,00
PR	CURIÚVA	410700	6	R$ 12.000,00
PR	SULINA	412665	2	R$ 11.000,00
PR	INÁCIO MARTINS	411020	3	R$ 11.000,00
PR	CIDADE GAÚCHA	410560	1	R$ 11.000,00
PR	CATANDUVAS	410500	2	R$ 11.000,00
PR	RONDON	412260	3	R$ 11.000,00
PR	ANDIRÁ	410110	4	R$ 12.000,00
PR	ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU	410754	2	R$ 11.000,00
PR	PALMITAL	411780	4	R$ 12.000,00
PR	GOIOXIM	410865	2	R$ 11.000,00
PR	SÃO JORGE D`OESTE	412520	3	R$ 11.000,00
PR	NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE	411695	2	R$ 11.000,00
PR	ITAÚNA DO SUL	411130	2	R$ 11.000,00
PR	SANTA TEREZA DO OESTE	412402	4	R$ 12.000,00
PR	LAPA	411320	8	R$ 12.000,00
PR	PARANAGUÁ	411820	10	R$ 13.000,00
PR	SERTANÓPOLIS	412650	5	R$ 12.000,00
PR	SANTA ISABEL DO IVAÍ	412370	4	R$ 12.000,00
PR	BALSA NOVA	410230	4	R$ 12.000,00
PR	BRASILÂNDIA DO SUL	410337	2	R$ 11.000,00
PR	FLORAÍ	410780	2	R$ 11.000,00
PR	MARILÂNDIA DO SUL	411490	4	R$ 12.000,00
PR	DIAMANTE DO NORTE	410710	2	R$ 11.000,00
PR	MATELÂNDIA	411560	5	R$ 12.000,00
PR	CANTAGALO	410445	5	R$ 12.000,00
PR	CAPANEMA	410450	6	R$ 12.000,00
PR	ASTORGA	410210	6	R$ 12.000,00
PR	GUARAQUEÇABA	410950	3	R$ 11.000,00
PR	BOA VENTURA DE SÃO ROQUE	410304	3	R$ 11.000,00
PR	ADRIANÓPOLIS	410020	3	R$ 11.000,00
PR	ALTÔNIA	410050	6	R$ 12.000,00
PR	CAMPO LARGO	410420	23	R$ 15.000,00
PR	PINHAIS	411915	22	R$ 15.000,00
PR	ATALAIA	410220	2	R$ 11.000,00
PR	PLANALTO	411980	5	R$ 12.000,00
PR	ANTÔNIO OLINTO	410130	2	R$ 11.000,00
PR	DIAMANTE D`OESTE	410715	1	R$ 11.000,00
PR	ALTO PIQUIRI	410070	3	R$ 11.000,00
PR	TUNEIRAS DO OESTE	412790	4	R$ 12.000,00
PR	CALIFÓRNIA	410350	3	R$ 11.000,00
PR	INAJÁ	411030	1	R$ 11.000,00
PR	PINHÃO	411930	6	R$ 12.000,00
PR	MATO RICO	411573	1	R$ 11.000,00
PR	CÂNDIDO DE ABREU	410440	6	R$ 12.000,00
PR	BOM SUCESSO	410320	3	R$ 11.000,00
PR	LIDIANÓPOLIS	411342	1	R$ 11.000,00
PR	APUCARANA	410140	43	R$ 19.000,00
PR	SÃO JOÃO DO TRIUNFO	412510	4	R$ 12.000,00
PR	NOVA ALIANÇA DO IVAÍ	411650	1	R$ 11.000,00
PR	COLOMBO	410580	44	R$ 20.000,00
PR	SANTA MARIA DO OESTE	412385	2	R$ 11.000,00
PR	IRATI	411070	5	R$ 12.000,00
PR	ITAMBARACÁ	411100	3	R$ 11.000,00
PR	CORONEL VIVIDA	410650	9	R$ 13.000,00
PR	CAMPINA GRANDE DO SUL	410400	7	R$ 12.000,00
PR	NOVA ESPERANÇA	411690	7	R$ 12.000,00
PR	CIANORTE	410550	17	R$ 14.000,00
PR	BORRAZÓPOLIS	410330	3	R$ 11.000,00
PR	BANDEIRANTES	410240	7	R$ 12.000,00
PR	GUARAPUAVA	410940	33	R$ 17.000,00
PR	OURO VERDE DO OESTE	411745	1	R$ 11.000,00
PR	RIBEIRÃO CLARO	412180	2	R$ 11.000,00
PR	DOUTOR ULYSSES	412863	2	R$ 11.000,00
PR	CAMPO MOURÃO	410430	16	R$ 14.000,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800180

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PR	LONDRINA	411370	88	R$ 28.000,00
PR	QUITANDINHA	412120	4	R$ 12.000,00
PR	SÃO MATEUS DO SUL	412560	6	R$ 12.000,00
PR	GUARACI	410920	2	R$ 11.000,00
PR	MORRETES	411620	5	R$ 12.000,00
PR	BOCAIÚVA DO SUL	410310	3	R$ 11.000,00
PR	FAXINAL	410760	5	R$ 12.000,00
PR	NOVA AURORA	411670	3	R$ 11.000,00
PR	PINHAL DE SÃO BENTO	411925	1	R$ 11.000,00
PR	BITURUNA	410290	5	R$ 12.000,00
PR	MALLET	411390	3	R$ 11.000,00
PR	ALTO PARAÍSO	412862	1	R$ 11.000,00
PR	RIO BONITO DO IGUAÇU	412215	5	R$ 12.000,00
PR	LOANDA	411350	4	R$ 12.000,00
PR	FAZENDA RIO GRANDE	410765	18	R$ 14.000,00
PR	ARAPOTI	410160	7	R$ 12.000,00
PR	IPIRANGA	411050	6	R$ 12.000,00
PR	SÃO TOMÉ	412610	2	R$ 11.000,00
PR	PITANGUEIRAS	411965	1	R$ 11.000,00
PR	JABOTI	411170	2	R$ 11.000,00
PR	FLÓRIDA	410810	1	R$ 11.000,00
PR	ALTAMIRA DO PARANÁ	410045	2	R$ 11.000,00
PR	SANTO INÁCIO	412450	1	R$ 11.000,00
PR	PRIMEIRO DE MAIO	412050	4	R$ 12.000,00
PR	IRACEMA DO OESTE	411065	2	R$ 11.000,00
RJ	QUISSAMÃ	330415	9	R$ 13.000,00
RJ	AREAL	330022	5	R$ 12.000,00
RJ	PARACAMBI	330360	9	R$ 13.000,00
RJ	DUQUE DE CAXIAS	330170	73	R$ 25.000,00
RJ	SILVA JARDIM	330560	9	R$ 13.000,00
RJ	BELFORD ROXO	330045	41	R$ 19.000,00
RJ	PATY DO ALFERES	330385	10	R$ 13.000,00
RJ	SÃO JOSÉ DE UBÁ	330513	4	R$ 12.000,00
RJ	IGUABA GRANDE	330187	9	R$ 13.000,00
RJ	SÃO GONÇALO	330490	203	R$ 51.000,00
RJ	PARATI	330380	8	R$ 12.000,00
RJ	PORTO REAL	330411	7	R$ 12.000,00
RJ	ITAGUAÍ	330200	18	R$ 14.000,00
RJ	MIRACEMA	330300	8	R$ 12.000,00
RJ	CORDEIRO	330150	6	R$ 12.000,00
RJ	PORCIÚNCULA	330410	8	R$ 12.000,00
RJ	MARICÁ	330270	25	R$ 16.000,00
RJ	PARAÍBA DO SUL	330370	17	R$ 14.000,00
RJ	BOM JESUS DO ITABAPOANA	330060	13	R$ 13.000,00
RJ	PINHEIRAL	330395	8	R$ 12.000,00
RJ	TRÊS RIOS	330600	28	R$ 16.000,00
RJ	ITABORAÍ	330190	44	R$ 20.000,00
RJ	MACUCO	330245	2	R$ 11.000,00
RJ	MESQUITA	330285	19	R$ 15.000,00
RJ	MACAÉ	330240	28	R$ 16.000,00
RJ	ENGENHEIRO PAULO DE FRONTIN	330180	6	R$ 12.000,00
RJ	VASSOURAS	330620	14	R$ 14.000,00
RJ	SÃO JOÃO DE MERITI	330510	55	R$ 22.000,00
RJ	CARDOSO MOREIRA	330115	5	R$ 12.000,00
RJ	MIGUEL PEREIRA	330290	9	R$ 13.000,00
RJ	NOVA IGUAÇU	330350	87	R$ 28.000,00
RJ	CAMBUCI	330090	5	R$ 12.000,00
RJ	MENDES	330280	7	R$ 12.000,00
RJ	TERESÓPOLIS	330580	20	R$ 15.000,00
RJ	SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA	330470	12	R$ 13.000,00
RJ	BARRA DO PIRAÍ	330030	7	R$ 12.000,00
RJ	BARRA MANSA	330040	39	R$ 19.000,00
RJ	ARRAIAL DO CABO	330025	8	R$ 12.000,00
RJ	RIO DAS OSTRAS	330452	12	R$ 13.000,00
RJ	VALENÇA	330610	15	R$ 14.000,00
RJ	RESENDE	330420	28	R$ 16.000,00
RJ	SÃO JOÃO DA BARRA	330500	9	R$ 13.000,00
RJ	CAMPOS DOS GOYTACAZES	330100	23	R$ 15.000,00
RJ	MAGÉ	330250	57	R$ 22.000,00
RJ	VOLTA REDONDA	330630	62	R$ 23.000,00
RJ	NITERÓI	330330	97	R$ 30.000,00
RJ	TANGUÁ	330575	10	R$ 13.000,00
RJ	NILÓPOLIS	330320	29	R$ 17.000,00
RJ	PIRAÍ	330400	13	R$ 13.000,00
RJ	ITALVA	330205	4	R$ 12.000,00
RJ	ARMAÇÃO DOS BÚZIOS	330023	8	R$ 12.000,00
RJ	ITAPERUNA	330220	18	R$ 14.000,00
RJ	RIO DAS FLORES	330450	4	R$ 12.000,00
RJ	ANGRA DOS REIS	330010	55	R$ 22.000,00
RJ	ITAOCARA	330210	7	R$ 12.000,00
RJ	RIO BONITO	330430	21	R$ 15.000,00
RJ	CACHOEIRAS DE MACACU	330080	12	R$ 13.000,00
RJ	SÃO PEDRO DA ALDEIA	330520	15	R$ 14.000,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800181

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RJ	CARMO	330120	6	R$ 12.000,00
RJ	RIO CLARO	330440	9	R$ 13.000,00
RJ	NATIVIDADE	330310	7	R$ 12.000,00
RJ	PETRÓPOLIS	330390	43	R$ 19.000,00
RJ	SÃO FIDÉLIS	330480	4	R$ 12.000,00
RJ	ARARUAMA	330020	12	R$ 13.000,00
RJ	GUAPIMIRIM	330185	7	R$ 12.000,00
RJ	QUATIS	330412	5	R$ 12.000,00
RJ	CABO FRIO	330070	35	R$ 18.000,00
RJ	SAQUAREMA	330550	12	R$ 13.000,00
RJ	ITATIAIA	330225	7	R$ 12.000,00
RJ	QUEIMADOS	330414	12	R$ 13.000,00
RJ	SAPUCAIA	330540	7	R$ 12.000,00
RJ	SEROPÉDICA	330555	22	R$ 15.000,00
RJ	MANGARATIBA	330260	12	R$ 13.000,00
RJ	SÃO SEBASTIÃO DO ALTO	330530	3	R$ 11.000,00
RJ	VARRE-SAI	330615	3	R$ 11.000,00
RN	LAGOA DE VELHOS	240640	1	R$ 11.000,00
RN	TANGARÁ	241400	7	R$ 12.000,00
RN	OURO BRANCO	240850	2	R$ 11.000,00
RN	CANGUARETAMA	240220	15	R$ 14.000,00
RN	SÃO VICENTE	241300	3	R$ 11.000,00
RN	SÃO FERNANDO	241180	2	R$ 11.000,00
RN	SENADOR ELÓI DE SOUZA	241310	3	R$ 11.000,00
RN	PILÕES	241000	2	R$ 11.000,00
RN	ARÊS	240120	5	R$ 12.000,00
RN	PASSAGEM	240920	1	R$ 11.000,00
RN	FRUTUOSO GOMES	240400	2	R$ 11.000,00
RN	SÃO TOMÉ	241290	5	R$ 12.000,00
RN	EXTREMOZ	240360	13	R$ 13.000,00
RN	SÃO PAULO DO POTENGI	241260	8	R$ 12.000,00
RN	TENENTE LAURENTINO CRUZ	241415	3	R$ 11.000,00
RN	CEARÁ-MIRIM	240260	21	R$ 15.000,00
RN	AUGUSTO SEVERO	240130	3	R$ 11.000,00
RN	SEVERIANO MELO	241360	4	R$ 12.000,00
RN	ÁGUA NOVA	240040	2	R$ 11.000,00
RN	RODOLFO FERNANDES	241100	2	R$ 11.000,00
RN	SÃO MIGUEL	241250	5	R$ 12.000,00
RN	TABOLEIRO GRANDE	241380	1	R$ 11.000,00
RN	MAJOR SALES	240725	2	R$ 11.000,00
RN	BOM JESUS	240170	4	R$ 12.000,00
RN	CORONEL EZEQUIEL	240280	3	R$ 11.000,00
RN	MESSIAS TARGINO	240760	2	R$ 11.000,00
RN	SANTO ANTÔNIO	241150	11	R$ 13.000,00
RN	RAFAEL FERNANDES	241050	2	R$ 11.000,00
RN	VERA CRUZ	241480	6	R$ 12.000,00
RN	SERRA NEGRA DO NORTE	241340	3	R$ 11.000,00
RN	CRUZETA	240300	3	R$ 11.000,00
RN	JUCURUTU	240610	9	R$ 13.000,00
RN	LUÍS GOMES	240700	5	R$ 12.000,00
RN	NÍSIA FLORESTA	240820	12	R$ 13.000,00
RN	CURRAIS NOVOS	240310	17	R$ 14.000,00
RN	APODI	240100	9	R$ 13.000,00
RN	FERNANDO PEDROZA	240375	1	R$ 11.000,00
RN	GOIANINHA	240420	12	R$ 13.000,00
RN	PORTO DO MANGUE	241025	2	R$ 11.000,00
RN	JANDUÍS	240520	3	R$ 11.000,00
RN	FRANCISCO DANTAS	240390	1	R$ 11.000,00
RN	BARCELONA	240150	2	R$ 11.000,00
RN	MOSSORÓ	240800	70	R$ 25.000,00
RN	SÃO RAFAEL	241280	4	R$ 12.000,00
RN	LUCRÉCIA	240690	2	R$ 11.000,00
RN	SERRINHA DOS PINTOS	241355	2	R$ 11.000,00
RN	VÁRZEA	241470	3	R$ 11.000,00
RN	JANUÁRIO CICCO	240530	4	R$ 12.000,00
RN	JOÃO DIAS	240590	1	R$ 11.000,00
RN	CERRO CORÁ	240270	5	R$ 12.000,00
RN	IPUEIRA	240480	1	R$ 11.000,00
RN	SERRA CAIADA	241030	5	R$ 12.000,00
RN	SÃO BENTO DO TRAIRÍ	241170	2	R$ 11.000,00
RN	CAICÓ	240200	23	R$ 15.000,00
RN	SÃO GONÇALO DO AMARANTE	241200	32	R$ 17.000,00
RN	TOUROS	241440	16	R$ 14.000,00
RN	ESPÍRITO SANTO	240350	5	R$ 12.000,00
RN	SANTANA DO SERIDÓ	241142	1	R$ 11.000,00
RN	TENENTE ANANIAS	241410	5	R$ 12.000,00
RN	LAGOA D`ANTA	240620	3	R$ 11.000,00
RN	MACAU	240720	11	R$ 13.000,00
RN	CARAÚBAS	240230	8	R$ 12.000,00
RN	PATU	240930	6	R$ 12.000,00
RN	OLHO-D`ÁGUA DO BORGES	240840	2	R$ 11.000,00
RN	BARAÚNA	240145	11	R$ 13.000,00
RN	LAGOA DE PEDRAS	240630	4	R$ 12.000,00
RN	IELMO MARINHO	240460	5	R$ 12.000,00
RN	LAGOA SALGADA	240660	4	R$ 12.000,00
RN	JAPI	240540	3	R$ 11.000,00
RN	SANTA CRUZ	241120	12	R$ 13.000,00
RN	MARTINS	240740	4	R$ 12.000,00
RN	AÇU	240020	18	R$ 14.000,00
RN	POÇO BRANCO	241010	6	R$ 12.000,00
RN	ACARI	240010	5	R$ 12.000,00
RN	PAU DOS FERROS	240940	5	R$ 12.000,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800182

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RN	LAGOA NOVA	240650	5	R$ 12.000,00
RN	SÃO JOSÉ DO CAMPESTRE	241230	6	R$ 12.000,00
RN	SÃO JOÃO DO SABUGI	241210	3	R$ 11.000,00
RN	JARDIM DO SERIDÓ	240570	5	R$ 12.000,00
RN	ANGICOS	240080	5	R$ 12.000,00
RN	VIÇOSA	241490	1	R$ 11.000,00
RN	EQUADOR	240340	3	R$ 11.000,00
RN	PARANÁ	240860	2	R$ 11.000,00
RN	TIBAU	241105	2	R$ 11.000,00
RN	JANDAÍRA	240510	3	R$ 11.000,00
RN	DOUTOR SEVERIANO	240320	3	R$ 11.000,00
RN	CAIÇARA DO NORTE	240185	3	R$ 11.000,00
RN	SÃO FRANCISCO DO OESTE	241190	2	R$ 11.000,00
RN	PARELHAS	240890	8	R$ 12.000,00
RN	SANTANA DO MATOS	241140	7	R$ 12.000,00
RN	ANTÔNIO MARTINS	240090	3	R$ 11.000,00
RN	SÍTIO NOVO	241370	3	R$ 11.000,00
RN	JAÇANÃ	240500	3	R$ 11.000,00
RN	BODÓ	240165	1	R$ 11.000,00
RN	CORONEL JOÃO PESSOA	240290	2	R$ 11.000,00
RN	PORTALEGRE	241020	3	R$ 11.000,00
RN	PASSA E FICA	240910	6	R$ 12.000,00
RN	LAJES	240670	5	R$ 12.000,00
RN	SÃO PEDRO	241270	3	R$ 11.000,00
RN	RIACHO DA CRUZ	241070	2	R$ 11.000,00
RN	JARDIM DE PIRANHAS	240560	6	R$ 12.000,00
RN	CAIÇARA DO RIO DO VENTO	240190	2	R$ 11.000,00
RN	JARDIM DE ANGICOS	240550	1	R$ 11.000,00
RN	MARCELINO VIEIRA	240730	4	R$ 12.000,00
RN	PARAZINHO	240880	2	R$ 11.000,00
RN	NOVA CRUZ	240830	15	R$ 14.000,00
RN	FLORÂNIA	240380	4	R$ 12.000,00
RN	BAÍA FORMOSA	240140	4	R$ 12.000,00
RN	SÃO JOSÉ DE MIPIBU	241220	20	R$ 15.000,00
RN	BREJINHO	240180	6	R$ 12.000,00
RN	SERRINHA	241350	3	R$ 11.000,00
RN	RUY BARBOSA	241110	2	R$ 11.000,00
RN	TIBAU DO SUL	241420	6	R$ 12.000,00
RN	MONTE DAS GAMELEIRAS	240790	1	R$ 11.000,00
RN	BENTO FERNANDES	240160	2	R$ 11.000,00
RN	GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO	240430	5	R$ 12.000,00
RN	TIMBAÚBA DOS BATISTAS	241430	1	R$ 11.000,00
RN	ALEXANDRIA	240050	7	R$ 12.000,00
RN	MAXARANGUAPE	240750	5	R$ 12.000,00
RN	ALTO DO RODRIGUES	240070	5	R$ 12.000,00
RN	SÃO BENTO DO NORTE	241160	2	R$ 11.000,00
RN	GALINHOS	240410	1	R$ 11.000,00
RN	SENADOR GEORGINO AVELINO	241320	2	R$ 11.000,00
RN	UMARIZAL	241450	5	R$ 12.000,00
RN	NATAL	240810	90	R$ 29.000,00
RN	RAFAEL GODEIRO	241060	1	R$ 11.000,00
RN	ALMINO AFONSO	240060	2	R$ 11.000,00
RN	SÃO JOSÉ DO SERIDÓ	241240	2	R$ 11.000,00
RN	GUAMARÉ	240450	8	R$ 12.000,00
RN	VILA FLOR	241500	1	R$ 11.000,00
RN	PEDRA GRANDE	240950	2	R$ 11.000,00
RN	CARNAÚBA DOS DANTAS	240240	3	R$ 11.000,00
RN	PARNAMIRIM	240325	48	R$ 20.000,00
RN	ENCANTO	240330	3	R$ 11.000,00
RN	SÃO MIGUEL DO GOSTOSO	241255	4	R$ 12.000,00
RN	JOÃO CÂMARA	240580	13	R$ 13.000,00
RN	RIO DO FOGO	240895	5	R$ 12.000,00
RN	IPANGUAÇU	240470	7	R$ 12.000,00
RN	TAIPU	241390	5	R$ 12.000,00
RN	UPANEMA	241460	7	R$ 12.000,00
RN	PENDÊNCIAS	240990	6	R$ 12.000,00
RN	SANTA MARIA	240933	2	R$ 11.000,00
RN	ITAÚ	240490	3	R$ 11.000,00
RN	LAJES PINTADAS	240680	2	R$ 11.000,00
RN	ITAJÁ	240485	3	R$ 11.000,00
RN	JOSÉ DA PENHA	240600	3	R$ 11.000,00
RN	PARAÚ	240870	2	R$ 11.000,00
RN	SERRA DO MEL	241335	4	R$ 12.000,00
RN	TRIUNFO POTIGUAR	241445	2	R$ 11.000,00
RN	PEDRO VELHO	240980	7	R$ 12.000,00
RN	MONTE ALEGRE	240780	10	R$ 13.000,00
RN	AREIA BRANCA	240110	9	R$ 13.000,00
RN	GROSSOS	240440	5	R$ 12.000,00
RN	RIACHUELO	241090	4	R$ 12.000,00
RN	AFONSO BEZERRA	240030	5	R$ 12.000,00
RN	PEDRO AVELINO	240970	4	R$ 12.000,00
RO	VILHENA	110030	25	R$ 16.000,00
RO	SÃO FELIPE D`OESTE	110148	3	R$ 11.000,00
RO	BURITIS	110045	7	R$ 12.000,00
RO	PRIMAVERA DE RONDÔNIA	110147	2	R$ 11.000,00
RO	NOVA BRASILÂNDIA D`OESTE	110014	4	R$ 12.000,00
RO	ESPIGÃO D`OESTE	110009	7	R$ 12.000,00
RO	ITAPUÃ DO OESTE	110110	2	R$ 11.000,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800183

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RO	SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ	110032	4	R$ 12.000,00
RO	THEOBROMA	110160	5	R$ 12.000,00
RO	CORUMBIARA	110007	3	R$ 11.000,00
RO	SERINGUEIRAS	110150	4	R$ 12.000,00
RO	NOVA MAMORÉ	110033	6	R$ 12.000,00
RO	RIO CRESPO	110026	2	R$ 11.000,00
RO	MACHADINHO D`OESTE	110013	8	R$ 12.000,00
RO	CHUPINGUAIA	110092	4	R$ 12.000,00
RO	CEREJEIRAS	110005	5	R$ 12.000,00
RO	ALTA FLORESTA D`OESTE	110001	5	R$ 12.000,00
RO	MINISTRO ANDREAZZA	110120	3	R$ 11.000,00
RO	JI-PARANÁ	110012	27	R$ 16.000,00
RO	ARIQUEMES	110002	17	R$ 14.000,00
RO	GUAJARÁ-MIRIM	110010	11	R$ 13.000,00
RO	CACOAL	110004	17	R$ 14.000,00
RO	JARU	110011	14	R$ 14.000,00
RO	PIMENTA BUENO	110018	7	R$ 12.000,00
RO	COLORADO DO OESTE	110006	5	R$ 12.000,00
RO	CUJUBIM	110094	3	R$ 11.000,00
RO	SANTA LUZIA D`OESTE	110029	4	R$ 12.000,00
RO	CANDEIAS DO JAMARI	110080	7	R$ 12.000,00
RO	PORTO VELHO	110020	77	R$ 26.000,00
RO	SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ	110149	8	R$ 12.000,00
RO	PRESIDENTE MÉDICI	110025	7	R$ 12.000,00
RO	COSTA MARQUES	110008	5	R$ 12.000,00
RO	MIRANTE DA SERRA	110130	3	R$ 11.000,00
RO	ALTO ALEGRE DOS PARECIS	110037	6	R$ 12.000,00
RO	VALE DO ANARI	110175	2	R$ 11.000,00
RO	URUPÁ	110170	3	R$ 11.000,00
RO	PIMENTEIRAS DO OESTE	110146	1	R$ 11.000,00
RO	MONTE NEGRO	110140	4	R$ 12.000,00
RO	CACAULÂNDIA	110060	2	R$ 11.000,00
RO	NOVO HORIZONTE DO OESTE	110050	3	R$ 11.000,00
RO	CAMPO NOVO DE RONDÔNIA	110070	4	R$ 12.000,00
RO	ROLIM DE MOURA	110028	12	R$ 13.000,00
RO	VALE DO PARAÍSO	110180	3	R$ 11.000,00
RO	ALVORADA D`OESTE	110034	3	R$ 11.000,00
RO	TEIXEIRÓPOLIS	110155	2	R$ 11.000,00
RO	CABIXI	110003	2	R$ 11.000,00
RO	OURO PRETO DO OESTE	110015	10	R$ 13.000,00
RR	CARACARAÍ	140020	8	R$ 12.000,00
RR	UIRAMUTÃ	140070	4	R$ 12.000,00
RR	NORMANDIA	140040	5	R$ 12.000,00
RR	AMAJARI	140002	3	R$ 11.000,00
RR	BONFIM	140015	6	R$ 12.000,00
RR	ALTO ALEGRE	140005	7	R$ 12.000,00
RR	CANTÁ	140017	5	R$ 12.000,00
RR	PACARAIMA	140045	5	R$ 12.000,00
RR	MUCAJAÍ	140030	6	R$ 12.000,00
RR	CAROEBE	140023	4	R$ 12.000,00
RR	SÃO LUIZ	140060	3	R$ 11.000,00
RR	SÃO JOÃO DA BALIZA	140050	3	R$ 11.000,00
RR	IRACEMA	140028	5	R$ 12.000,00
RR	BOA VISTA	140010	55	R$ 22.000,00
RS	LAGOA BONITA DO SUL	431123	1	R$ 11.000,00
RS	MINAS DO LEÃO	431225	3	R$ 11.000,00
RS	NOVA PRATA	431330	5	R$ 12.000,00
RS	MARATÁ	431179	1	R$ 11.000,00
RS	ESPERANÇA DO SUL	430745	2	R$ 11.000,00
RS	HUMAITÁ	430970	2	R$ 11.000,00
RS	TIRADENTES DO SUL	432147	2	R$ 11.000,00
RS	CACEQUI	430290	4	R$ 12.000,00
RS	ROSÁRIO DO SUL	431640	5	R$ 12.000,00
RS	BOA VISTA DO INCRA	430223	1	R$ 11.000,00
RS	SINIMBU	432067	2	R$ 11.000,00
RS	PLANALTO	431470	5	R$ 12.000,00
RS	GENERAL CÂMARA	430880	3	R$ 11.000,00
RS	BARÃO DE COTEGIPE	430170	3	R$ 11.000,00
RS	SÃO VALENTIM DO SUL	431971	1	R$ 11.000,00
RS	SÃO PEDRO DA SERRA	431935	1	R$ 11.000,00
RS	CÂNDIDO GODÓI	430430	2	R$ 11.000,00
RS	JÓIA	431115	4	R$ 12.000,00
RS	ARAMBARÉ	430085	2	R$ 11.000,00
RS	PINHEIRO MACHADO	431450	5	R$ 12.000,00
RS	DOUTOR RICARDO	430675	1	R$ 11.000,00
RS	SÃO JOSÉ DOS AUSENTES	431862	2	R$ 11.000,00
RS	CHARQUEADAS	430535	13	R$ 13.000,00
RS	NOVA SANTA RITA	431337	6	R$ 12.000,00
RS	NOVA PALMA	431310	3	R$ 11.000,00
RS	ALVORADA	430060	30	R$ 17.000,00
RS	RELVADO	431545	1	R$ 11.000,00
RS	LINDOLFO COLLOR	431162	1	R$ 11.000,00
RS	MARCELINO RAMOS	431190	2	R$ 11.000,00
RS	SEGREDO	432026	3	R$ 11.000,00
RS	CRISSIUMAL	430600	5	R$ 12.000,00
RS	MONTENEGRO	431240	5	R$ 12.000,00
RS	FAXINALZINHO	430805	1	R$ 11.000,00
RS	ERVAL SECO	430730	3	R$ 11.000,00
RS	ARROIO DO PADRE	430107	1	R$ 11.000,00
RS	MONTE ALEGRE DOS CAMPOS	431237	2	R$ 11.000,00
RS	URUGUAIANA	432240	24	R$ 16.000,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800184

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RS	FREDERICO WESTPHALEN	430850	6	R$ 12.000,00
RS	SALVADOR DAS MISSÕES	431647	1	R$ 11.000,00
RS	RONDINHA	431620	2	R$ 11.000,00
RS	CAPÃO DO CIPÓ	430465	2	R$ 11.000,00
RS	SANTA CLARA DO SUL	431675	2	R$ 11.000,00
RS	BENTO GONÇALVES	430210	10	R$ 13.000,00
RS	NOVA ARAÇÁ	431280	1	R$ 11.000,00
RS	JAGUARÃO	431100	6	R$ 12.000,00
RS	SEDE NOVA	432023	1	R$ 11.000,00
RS	ANTÔNIO PRADO	430080	5	R$ 12.000,00
RS	SÃO MARTINHO	431910	2	R$ 11.000,00
RS	TENENTE PORTELA	432140	4	R$ 12.000,00
RS	SÃO VICENTE DO SUL	431980	3	R$ 11.000,00
RS	PANAMBI	431390	12	R$ 13.000,00
RS	CANELA	430440	6	R$ 12.000,00
RS	PINHEIRINHO DO VALE	431449	1	R$ 11.000,00
RS	FAXINAL DO SOTURNO	430800	2	R$ 11.000,00
RS	ALEGRETE	430040	20	R$ 15.000,00
RS	SÃO MARCOS	431900	3	R$ 11.000,00
RS	TRÊS FORQUILHAS	432183	1	R$ 11.000,00
RS	UNIÃO DA SERRA	432235	1	R$ 11.000,00
RS	VILA FLORES	432330	1	R$ 11.000,00
RS	SANTA MARGARIDA DO SUL	431697	1	R$ 11.000,00
RS	MUÇUM	431260	2	R$ 11.000,00
RS	SENTINELA DO SUL	432035	2	R$ 11.000,00
RS	ESTÂNCIA VELHA	430760	8	R$ 12.000,00
RS	PEDRO OSÓRIO	431420	2	R$ 11.000,00
RS	CRUZALTENSE	430613	1	R$ 11.000,00
RS	SÃO JOSÉ DO SUL	431861	1	R$ 11.000,00
RS	CERRITO	430512	2	R$ 11.000,00
RS	BOSSOROCA	430250	3	R$ 11.000,00
RS	CAPÃO BONITO DO SUL	430462	1	R$ 11.000,00
RS	LAJEADO	431140	13	R$ 13.000,00
RS	UNISTALDA	432237	1	R$ 11.000,00
RS	IMIGRANTE	431036	1	R$ 11.000,00
RS	GRAVATAÍ	430920	43	R$ 19.000,00
RS	CAMPINAS DO SUL	430380	2	R$ 11.000,00
RS	MACHADINHO	431170	1	R$ 11.000,00
RS	SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA	431760	8	R$ 12.000,00
RS	SANTA TEREZA	431725	1	R$ 11.000,00
RS	CAPELA DE SANTANA	430468	3	R$ 11.000,00
RS	PAROBÉ	431405	10	R$ 13.000,00
RS	SETE DE SETEMBRO	432057	1	R$ 11.000,00
RS	TAPEJARA	432090	5	R$ 12.000,00
RS	NOVA BASSANO	431290	3	R$ 11.000,00
RS	SÃO JOSÉ DO NORTE	431850	6	R$ 12.000,00
RS	SANTA MARIA DO HERVAL	431695	2	R$ 11.000,00
RS	GRAMADO	430910	1	R$ 11.000,00
RS	PUTINGA	431520	2	R$ 11.000,00
RS	ARROIO DO SAL	430105	3	R$ 11.000,00
RS	NOVA ALVORADA	431275	1	R$ 11.000,00
RS	BOM RETIRO DO SUL	430240	2	R$ 11.000,00
RS	FARROUPILHA	430790	9	R$ 13.000,00
RS	BOM PRINCÍPIO	430235	4	R$ 12.000,00
RS	SAPIRANGA	431990	7	R$ 12.000,00
RS	MORRINHOS DO SUL	431244	1	R$ 11.000,00
RS	AJURICABA	430020	3	R$ 11.000,00
RS	NOVA ESPERANÇA DO SUL	431303	2	R$ 11.000,00
RS	PINTO BANDEIRA	431454	1	R$ 11.000,00
RS	LAVRAS DO SUL	431150	2	R$ 11.000,00
RS	COLINAS	430558	1	R$ 11.000,00
RS	ARARICÁ	430087	2	R$ 11.000,00
RS	VISTA ALEGRE DO PRATA	432360	1	R$ 11.000,00
RS	OSÓRIO	431350	8	R$ 12.000,00
RS	PORTÃO	431480	5	R$ 12.000,00
RS	PORTO ALEGRE	431490	220	R$ 55.000,00
RS	NOVA HARTZ	431306	5	R$ 12.000,00
RS	MATO QUEIMADO	431217	1	R$ 11.000,00
RS	TERRA DE AREIA	432143	1	R$ 11.000,00
RS	PAIM FILHO	431360	2	R$ 11.000,00
RS	CARAÁ	430471	3	R$ 11.000,00
RS	SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ	431950	6	R$ 12.000,00
RS	PROTÁSIO ALVES	431517	1	R$ 11.000,00
RS	CAPÃO DA CANOA	430463	9	R$ 13.000,00
RS	GARIBALDI	430860	4	R$ 12.000,00
RS	SEVERIANO DE ALMEIDA	432060	1	R$ 11.000,00
RS	NOVA BRÉSCIA	431300	1	R$ 11.000,00
RS	IPÊ	431043	3	R$ 11.000,00
RS	CHIAPETTA	430540	2	R$ 11.000,00
RS	NOVO HAMBURGO	431340	44	R$ 20.000,00
RS	MOSTARDAS	431250	4	R$ 12.000,00
RS	ESTRELA	430780	3	R$ 11.000,00
RS	COTIPORÃ	430595	2	R$ 11.000,00
RS	NOVA PETRÓPOLIS	431320	8	R$ 12.000,00
RS	TAPES	432110	4	R$ 12.000,00
RS	PEJUÇARA	431430	2	R$ 11.000,00
RS	DOIS IRMÃOS	430640	7	R$ 12.000,00
RS	ENCANTADO	430680	4	R$ 12.000,00
RS	SÃO SEPÉ	431960	6	R$ 12.000,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800185

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RS	SÃO BORJA	431800	14	R$ 14.000,00
RS	SERAFINA CORRÊA	432040	4	R$ 12.000,00
RS	WESTFALIA	432377	1	R$ 11.000,00
RS	ARROIO GRANDE	430130	3	R$ 11.000,00
RS	PONTÃO	431477	2	R$ 11.000,00
RS	SENADOR SALGADO FILHO	432032	1	R$ 11.000,00
RS	BROCHIER	430265	1	R$ 11.000,00
RS	JACUTINGA	431090	2	R$ 11.000,00
RS	ITATIBA DO SUL	431070	2	R$ 11.000,00
RS	BARRACÃO	430180	2	R$ 11.000,00
RS	BOQUEIRÃO DO LEÃO	430245	2	R$ 11.000,00
RS	FONTOURA XAVIER	430830	3	R$ 11.000,00
RS	DAVID CANABARRO	430630	2	R$ 11.000,00
RS	SÃO VALÉRIO DO SUL	431973	1	R$ 11.000,00
RS	HARMONIA	430955	2	R$ 11.000,00
RS	IGREJINHA	431010	8	R$ 12.000,00
RS	INHACORÁ	431041	1	R$ 11.000,00
RS	UBIRETAMA	432234	1	R$ 11.000,00
RS	TEUTÔNIA	432145	3	R$ 11.000,00
RS	SANANDUVA	431660	3	R$ 11.000,00
RS	SÃO DOMINGOS DO SUL	431805	1	R$ 11.000,00
RS	VISTA ALEGRE	432350	1	R$ 11.000,00
RS	SÃO JOSÉ DO HERVAL	431846	1	R$ 11.000,00
RS	SOLEDADE	432080	6	R$ 12.000,00
RS	SANTO AUGUSTO	431780	6	R$ 12.000,00
RS	PORTO MAUÁ	431505	1	R$ 11.000,00
RS	ARVOREZINHA	430140	3	R$ 11.000,00
RS	CRUZEIRO DO SUL	430620	2	R$ 11.000,00
RS	NÃO-ME-TOQUE	431265	4	R$ 12.000,00
RS	TRÊS PALMEIRAS	432185	2	R$ 11.000,00
RS	GAURAMA	430870	2	R$ 11.000,00
RS	ITAQUI	431060	5	R$ 12.000,00
RS	DOUTOR MAURÍCIO CARDOSO	430673	2	R$ 11.000,00
RS	CANGUÇU	430450	5	R$ 12.000,00
RS	VALE VERDE	432252	1	R$ 11.000,00
RS	BOA VISTA DO BURICÁ	430220	3	R$ 11.000,00
RS	IBIRAIARAS	430990	2	R$ 11.000,00
RS	SÃO PEDRO DAS MISSÕES	431936	1	R$ 11.000,00
RS	SANTA MARIA	431690	18	R$ 14.000,00
RS	CANOAS	430460	65	R$ 24.000,00
RS	NONOAI	431270	2	R$ 11.000,00
RS	SÃO JOÃO DA URTIGA	431842	1	R$ 11.000,00
RS	PELOTAS	431440	69	R$ 25.000,00
RS	CAIÇARA	430340	2	R$ 11.000,00
RS	NOVO BARREIRO	431349	2	R$ 11.000,00
RS	VERANÓPOLIS	432280	4	R$ 12.000,00
RS	ENTRE-IJUÍS	430693	3	R$ 11.000,00
RS	ESMERALDA	430740	1	R$ 11.000,00
RS	GUABIJU	430925	1	R$ 11.000,00
RS	MANOEL VIANA	431175	2	R$ 11.000,00
RS	DOM PEDRO DE ALCÂNTARA	430655	1	R$ 11.000,00
RS	CATUÍPE	430500	4	R$ 12.000,00
RS	SÃO LOURENÇO DO SUL	431880	12	R$ 13.000,00
RS	BARÃO	430165	2	R$ 11.000,00
RS	SÃO LEOPOLDO	431870	13	R$ 13.000,00
RS	GUAÍBA	430930	4	R$ 12.000,00
RS	ALECRIM	430030	3	R$ 11.000,00
RS	SÃO PEDRO DO SUL	431940	5	R$ 12.000,00
RS	BAGÉ	430160	23	R$ 15.000,00
RS	SANTA CRUZ DO SUL	431680	22	R$ 15.000,00
RS	CASEIROS	430495	1	R$ 11.000,00
RS	ACEGUÁ	430003	1	R$ 11.000,00
RS	MATA	431210	2	R$ 11.000,00
RS	TUPANCI DO SUL	432218	1	R$ 11.000,00
RS	CAPIVARI DO SUL	430467	1	R$ 11.000,00
RS	CRISTAL	430605	3	R$ 11.000,00
RS	TUPANDI	432225	1	R$ 11.000,00
RS	SALVADOR DO SUL	431650	2	R$ 11.000,00
RS	ERVAL GRANDE	430720	3	R$ 11.000,00
RS	AMARAL FERRADOR	430063	1	R$ 11.000,00
RS	JABOTICABA	431085	2	R$ 11.000,00
RS	ÁGUA SANTA	430005	1	R$ 11.000,00
RS	ALTO FELIZ	430057	1	R$ 11.000,00
RS	TORRES	432150	6	R$ 12.000,00
RS	VALE REAL	432254	3	R$ 11.000,00
RS	NOVA BOA VISTA	431295	1	R$ 11.000,00
RS	CAMBARÁ DO SUL	430360	3	R$ 11.000,00
RS	TAQUARUÇU DO SUL	432132	1	R$ 11.000,00
RS	VILA MARIA	432340	1	R$ 11.000,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800186

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RS	INDEPENDÊNCIA	431040	2	R$ 11.000,00
RS	VICTOR GRAEFF	432320	1	R$ 11.000,00
RS	VALE DO SOL	432253	4	R$ 12.000,00
RS	ARROIO DOS RATOS	430110	4	R$ 12.000,00
RS	FORTALEZA DOS VALOS	430845	2	R$ 11.000,00
RS	NICOLAU VERGUEIRO	431267	1	R$ 11.000,00
RS	PASSO FUNDO	431410	15	R$ 14.000,00
RS	SANTA ROSA	431720	17	R$ 14.000,00
RS	SÃO PAULO DAS MISSÕES	431930	2	R$ 11.000,00
RS	MORRO REUTER	431247	1	R$ 11.000,00
RS	PONTE PRETA	431478	1	R$ 11.000,00
RS	GRAMADO XAVIER	430915	1	R$ 11.000,00
RS	IJUÍ	431020	15	R$ 14.000,00
RS	PALMEIRA DAS MISSÕES	431370	10	R$ 13.000,00
RS	CAMPO BOM	430390	14	R$ 14.000,00
RS	TRÊS CACHOEIRAS	432166	4	R$ 12.000,00
RS	PORTO VERA CRUZ	431507	1	R$ 11.000,00
RS	PIRATINI	431460	4	R$ 12.000,00
RS	XANGRI-LÁ	432380	4	R$ 12.000,00
RS	CORONEL BICACO	430590	3	R$ 11.000,00
RS	GIRUÁ	430900	5	R$ 12.000,00
RS	ESTAÇÃO	430755	2	R$ 11.000,00
RS	PEDRAS ALTAS	431417	1	R$ 11.000,00
RS	PARAÍSO DO SUL	431402	1	R$ 11.000,00
RS	SÃO NICOLAU	431920	2	R$ 11.000,00
RS	VANINI	432255	1	R$ 11.000,00
RS	BARRA FUNDA	430195	1	R$ 11.000,00
RS	RIO DOS ÍNDIOS	431555	1	R$ 11.000,00
RS	TRINDADE DO SUL	432195	3	R$ 11.000,00
RS	ILÓPOLIS	431030	2	R$ 11.000,00
RS	VIAMÃO	432300	27	R$ 16.000,00
RS	IBIRUBÁ	431000	5	R$ 12.000,00
RS	SAGRADA FAMÍLIA	431642	1	R$ 11.000,00
RS	ALPESTRE	430050	4	R$ 12.000,00
RS	PASSO DO SOBRADO	431407	2	R$ 11.000,00
RS	ELDORADO DO SUL	430676	3	R$ 11.000,00
RS	CHAPADA	430530	4	R$ 12.000,00
RS	LAJEADO DO BUGRE	431142	1	R$ 11.000,00
RS	CONSTANTINA	430580	3	R$ 11.000,00
RS	GRAMADO DOS LOUREIROS	430912	1	R$ 11.000,00
RS	PANTANO GRANDE	431395	3	R$ 11.000,00
RS	CIDREIRA	430545	4	R$ 12.000,00
RS	TAPERA	432100	4	R$ 12.000,00
RS	QUATRO IRMÃOS	431531	1	R$ 11.000,00
RS	CACHOEIRINHA	430310	15	R$ 14.000,00
RS	LIBERATO SALZANO	431160	2	R$ 11.000,00
RS	GLORINHA	430905	2	R$ 11.000,00
RS	BRAGA	430260	2	R$ 11.000,00
RS	IPIRANGA DO SUL	431046	1	R$ 11.000,00
RS	BARRA DO RIBEIRO	430190	3	R$ 11.000,00
RS	ITAPUCA	431057	1	R$ 11.000,00
RS	BENJAMIN CONSTANT DO SUL	430205	1	R$ 11.000,00
RS	RIO GRANDE	431560	34	R$ 18.000,00
RS	PALMITINHO	431380	3	R$ 11.000,00
RS	CAXIAS DO SUL	430510	41	R$ 19.000,00
RS	PORTO LUCENA	431500	2	R$ 11.000,00
RS	ARROIO DO TIGRE	430120	3	R$ 11.000,00
RS	DILERMANDO DE AGUIAR	430637	1	R$ 11.000,00
RS	ENGENHO VELHO	430692	1	R$ 11.000,00
RS	ARATIBA	430090	2	R$ 11.000,00
RS	CERRO GRANDE	430515	1	R$ 11.000,00
RS	CRUZ ALTA	430610	19	R$ 15.000,00
RS	PARECI NOVO	431403	1	R$ 11.000,00
RS	SANTO ÂNGELO	431750	9	R$ 13.000,00
RS	RIO PARDO	431570	4	R$ 12.000,00
RS	DEZESSEIS DE NOVEMBRO	430635	1	R$ 11.000,00
RS	CAMARGO	430355	1	R$ 11.000,00
RS	PIRAPÓ	431455	1	R$ 11.000,00
RS	SÃO FRANCISCO DE ASSIS	431810	4	R$ 12.000,00
RS	ROQUE GONZALES	431630	3	R$ 11.000,00
RS	BOM JESUS	430230	3	R$ 11.000,00
RS	LAGOÃO	431125	2	R$ 11.000,00
RS	DOIS LAJEADOS	430645	1	R$ 11.000,00
RS	CAÇAPAVA DO SUL	430280	5	R$ 12.000,00
RS	VENÂNCIO AIRES	432260	7	R$ 12.000,00
RS	TAQUARI	432130	4	R$ 12.000,00
RS	BUTIÁ	430270	5	R$ 12.000,00
RS	MORMAÇO	431242	1	R$ 11.000,00
RS	VILA NOVA DO SUL	432345	1	R$ 11.000,00
RS	PAULO BENTO	431413	1	R$ 11.000,00
RS	TRAMANDAÍ	432160	5	R$ 12.000,00
RS	SARANDI	432010	3	R$ 11.000,00
RS	MARIANO MORO	431200	1	R$ 11.000,00
RS	CAIBATÉ	430330	2	R$ 11.000,00
RS	GUARANI DAS MISSÕES	430950	3	R$ 11.000,00
RS	CANDELÁRIA	430420	3	R$ 11.000,00
RS	CACIQUE DOBLE	430320	1	R$ 11.000,00
RS	SALTO DO JACUÍ	431645	4	R$ 12.000,00
RS	CAMPOS BORGES	430410	2	R$ 11.000,00
RS	BOZANO	430258	1	R$ 11.000,00
RS	CANUDOS DO VALE	430461	1	R$ 11.000,00
RS	LAGOA VERMELHA	431130	5	R$ 12.000,00
RS	ITATI	431065	1	R$ 11.000,00
RS	CERRO LARGO	430520	4	R$ 12.000,00
RS	EUGÊNIO DE CASTRO	430783	1	R$ 11.000,00
RS	QUINZE DE NOVEMBRO	431535	1	R$ 11.000,00
RS	ANTA GORDA	430070	2	R$ 11.000,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800187

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RS	CAMPESTRE DA SERRA	430367	1	R$ 11.000,00
RS	BOM PROGRESSO	430237	1	R$ 11.000,00
RS	SEBERI	432020	4	R$ 12.000,00
RS	ROCA SALES	431580	2	R$ 11.000,00
RS	COQUEIROS DO SUL	430585	1	R$ 11.000,00
RS	GARRUCHOS	430865	2	R$ 11.000,00
RS	SAPUCAIA DO SUL	432000	23	R$ 15.000,00
RS	SÃO GABRIEL	431830	17	R$ 14.000,00
RS	CIRÍACO	430550	2	R$ 11.000,00
RS	ROLADOR	431595	1	R$ 11.000,00
RS	CANDIOTA	430435	3	R$ 11.000,00
RS	ESTEIO	430770	13	R$ 13.000,00
RS	ARROIO DO MEIO	430100	5	R$ 12.000,00
RS	MATO LEITÃO	431215	2	R$ 11.000,00
RS	MAMPITUBA	431173	1	R$ 11.000,00
RS	TUPARENDI	432230	3	R$ 11.000,00
RS	VILA LÂNGARO	432335	1	R$ 11.000,00
RS	NOVA CANDELÁRIA	431301	1	R$ 11.000,00
RS	BOA VISTA DO CADEADO	430222	1	R$ 11.000,00
RS	PROGRESSO	431515	2	R$ 11.000,00
RS	CENTENÁRIO	430511	1	R$ 11.000,00
RS	REDENTORA	431540	3	R$ 11.000,00
RS	ERECHIM	430700	18	R$ 14.000,00
RS	SÃO JOSÉ DO INHACORÁ	431849	1	R$ 11.000,00
RS	ESPUMOSO	430750	1	R$ 11.000,00
RS	MULITERNO	431262	1	R$ 11.000,00
RS	BALNEÁRIO PINHAL	430163	3	R$ 11.000,00
RS	GETÚLIO VARGAS	430890	4	R$ 12.000,00
RS	SÃO MIGUEL DAS MISSÕES	431915	3	R$ 11.000,00
RS	DOM FELICIANO	430650	2	R$ 11.000,00
RS	TABAÍ	432085	2	R$ 11.000,00
RS	SÃO LUIZ GONZAGA	431890	10	R$ 13.000,00
RS	TIO HUGO	432146	1	R$ 11.000,00
RS	CHUÍ	430543	1	R$ 11.000,00
RS	TUNAS	432215	2	R$ 11.000,00
RS	COQUEIRO BAIXO	430583	1	R$ 11.000,00
RS	VERA CRUZ	432270	3	R$ 11.000,00
RS	SERTÃO	432050	2	R$ 11.000,00
RS	PARAÍ	431400	2	R$ 11.000,00
RS	SÃO JOSÉ DAS MISSÕES	431845	1	R$ 11.000,00
RS	TUCUNDUVA	432210	2	R$ 11.000,00
RS	JAGUARI	431110	2	R$ 11.000,00
RS	NOVA RAMADA	431333	1	R$ 11.000,00
RS	RONDA ALTA	431610	3	R$ 11.000,00
RS	DOM PEDRITO	430660	9	R$ 13.000,00
RS	HERVEIRAS	430957	1	R$ 11.000,00
RS	SANTA VITÓRIA DO PALMAR	431730	13	R$ 13.000,00
RS	IMBÉ	431033	1	R$ 11.000,00
RS	SANTO CRISTO	431790	5	R$ 12.000,00
RS	CERRO GRANDE DO SUL	430517	3	R$ 11.000,00
RS	SANTO ANTÔNIO DO PLANALTO	431775	1	R$ 11.000,00
RS	POUSO NOVO	431513	1	R$ 11.000,00
RS	VESPASIANO CORREA	432285	1	R$ 11.000,00
RS	SÃO VALENTIM	431970	2	R$ 11.000,00
RS	PAVERAMA	431415	2	R$ 11.000,00
RS	ALEGRIA	430045	1	R$ 11.000,00
RS	IRAÍ	431050	3	R$ 11.000,00
RS	SÃO FRANCISCO DE PAULA	431820	5	R$ 12.000,00
RS	VISTA GAÚCHA	432370	1	R$ 11.000,00
RS	CERRO BRANCO	430513	2	R$ 11.000,00
RS	SANTANA DA BOA VISTA	431700	2	R$ 11.000,00
RS	CRISTAL DO SUL	430607	1	R$ 11.000,00
RS	PORTO XAVIER	431510	2	R$ 11.000,00
RS	JAQUIRANA	431112	2	R$ 11.000,00
RS	JÚLIO DE CASTILHOS	431120	5	R$ 12.000,00
RS	CAPÃO DO LEÃO	430466	5	R$ 12.000,00
RS	IVOTI	431080	4	R$ 12.000,00
RS	SANTANA DO LIVRAMENTO	4317103	12	R$ 13.000,00
RS	PRESIDENTE LUCENA	431514	1	R$ 11.000,00
RS	FORQUETINHA	430843	1	R$ 11.000,00
RS	MARQUES DE SOUZA	431205	1	R$ 11.000,00
RS	BARÃO DO TRIUNFO	430175	3	R$ 11.000,00
RS	NOVA PÁDUA	431308	1	R$ 11.000,00
SC	CAPIVARI DE BAIXO	420395	8	R$ 12.000,00
SC	LUZERNA	421003	2	R$ 11.000,00
SC	PORTO BELO	421350	7	R$ 12.000,00
SC	JACINTO MACHADO	420870	3	R$ 11.000,00
SC	RIO NEGRINHO	421500	7	R$ 12.000,00
SC	IMARUÍ	420720	5	R$ 12.000,00
SC	SÃO FRANCISCO DO SUL	421620	12	R$ 13.000,00
SC	ITAIÓPOLIS	420810	8	R$ 12.000,00
SC	TIMBÓ	421820	12	R$ 13.000,00
SC	RIO DAS ANTAS	421440	2	R$ 11.000,00
SC	TREZE DE MAIO	421840	3	R$ 11.000,00
SC	TURVO	421880	4	R$ 12.000,00
SC	LUIZ ALVES	421000	4	R$ 12.000,00
SC	CERRO NEGRO	420417	1	R$ 11.000,00
SC	NOVA ERECHIM	421140	2	R$ 11.000,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800188

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SC	MARAVILHA	421050	6	R$ 12.000,00
SC	PINHALZINHO	421290	7	R$ 12.000,00
SC	HERVAL D`OESTE	420670	8	R$ 12.000,00
SC	URUBICI	421890	4	R$ 12.000,00
SC	GUABIRUBA	420630	6	R$ 12.000,00
SC	NOVA ITABERABA	421145	2	R$ 11.000,00
SC	SCHROEDER	421740	6	R$ 12.000,00
SC	BRAÇO DO NORTE	420280	8	R$ 12.000,00
SC	CORREIA PINTO	420455	5	R$ 12.000,00
SC	PALMA SOLA	421200	3	R$ 11.000,00
SC	SALTINHO	421535	1	R$ 11.000,00
SC	MACIEIRA	421005	1	R$ 11.000,00
SC	BLUMENAU	420240	66	R$ 24.000,00
SC	SÃO JOAQUIM	421650	5	R$ 12.000,00
SC	PONTE ALTA	421330	2	R$ 11.000,00
SC	GARUVA	420580	5	R$ 12.000,00
SC	CAMPO ERÊ	420350	4	R$ 12.000,00
SC	TIGRINHOS	421795	1	R$ 11.000,00
SC	BENEDITO NOVO	420220	4	R$ 12.000,00
SC	JOAÇABA	420900	8	R$ 12.000,00
SC	IRANI	420780	4	R$ 12.000,00
SC	SANGÃO	421545	3	R$ 11.000,00
SC	COCAL DO SUL	420425	6	R$ 12.000,00
SC	PAINEL	421189	1	R$ 11.000,00
SC	MORRO DA FUMAÇA	421120	6	R$ 12.000,00
SC	GRÃO PARÁ	420610	3	R$ 11.000,00
SC	MATOS COSTA	421070	2	R$ 11.000,00
SC	WITMARSUM	421940	2	R$ 11.000,00
SC	CHAPECÓ	420420	51	R$ 21.000,00
SC	RIO RUFINO	421505	1	R$ 11.000,00
SC	SÃO LOURENÇO DO OESTE	421690	7	R$ 12.000,00
SC	SÃO JOÃO DO ITAPERIÚ	421635	1	R$ 11.000,00
SC	MONTE CARLO	421105	4	R$ 12.000,00
SC	ARAQUARI	420130	8	R$ 12.000,00
SC	FAXINAL DOS GUEDES	420530	5	R$ 12.000,00
SC	PENHA	421250	8	R$ 12.000,00
SC	PALMEIRA	421205	1	R$ 11.000,00
SC	SÃO MIGUEL DO OESTE	421720	10	R$ 13.000,00
SC	VARGEM	421915	1	R$ 11.000,00
SC	INDAIAL	420750	13	R$ 13.000,00
SC	TRÊS BARRAS	421830	8	R$ 12.000,00
SC	MAJOR VIEIRA	421030	3	R$ 11.000,00
SC	BOCAINA DO SUL	420243	1	R$ 11.000,00
SC	ITÁ	420800	3	R$ 11.000,00
SC	SANTA ROSA DE LIMA	421560	1	R$ 11.000,00
SC	TREZE TÍLIAS	421850	2	R$ 11.000,00
SC	ANITÁPOLIS	420110	1	R$ 11.000,00
SC	SANTA CECÍLIA	421550	3	R$ 11.000,00
SC	CAMPOS NOVOS	420360	8	R$ 12.000,00
SC	JABORÁ	420860	2	R$ 11.000,00
SC	VARGEÃO	421910	2	R$ 11.000,00
SC	MONDAÍ	421100	4	R$ 12.000,00
SC	PARAÍSO	421223	2	R$ 11.000,00
SC	SÃO JOSÉ DO CEDRO	421670	5	R$ 12.000,00
SC	GUARACIABA	420640	5	R$ 12.000,00
SC	OTACÍLIO COSTA	421175	6	R$ 12.000,00
SC	BARRA VELHA	420210	9	R$ 13.000,00
SC	ITAJAÍ	420820	50	R$ 21.000,00
SC	UNIÃO DO OESTE	421885	1	R$ 11.000,00
SC	GOVERNADOR CELSO RAMOS	420600	5	R$ 12.000,00
SC	GUARAMIRIM	420650	10	R$ 13.000,00
SC	PASSOS MAIA	421227	2	R$ 11.000,00
SC	SEARA	421750	6	R$ 12.000,00
SC	MONTE CASTELO	421110	3	R$ 11.000,00
SC	ERMO	420519	1	R$ 11.000,00
SC	PONTE SERRADA	421340	4	R$ 12.000,00
SC	JARDINÓPOLIS	420895	1	R$ 11.000,00
SC	CAPÃO ALTO	420325	1	R$ 11.000,00
SC	PORTO UNIÃO	421360	6	R$ 12.000,00
SC	DESCANSO	420490	3	R$ 11.000,00
SC	JAGUARUNA	420880	6	R$ 12.000,00
SC	CUNHATAÍ	420475	1	R$ 11.000,00
SC	VIDAL RAMOS	421920	3	R$ 11.000,00
SC	POMERODE	421320	8	R$ 12.000,00
SC	PAULO LOPES	421230	3	R$ 11.000,00
SC	CELSO RAMOS	420415	1	R$ 11.000,00
SC	ARARANGUÁ	420140	15	R$ 14.000,00
SC	SÃO JOSÉ	421660	44	R$ 20.000,00
SC	PIÇARRAS	421280	8	R$ 12.000,00
SC	DOUTOR PEDRINHO	420515	1	R$ 11.000,00
SC	RODEIO	421510	5	R$ 12.000,00
SC	GUATAMBÚ	420665	2	R$ 11.000,00
SC	MODELO	421090	2	R$ 11.000,00
SC	BALNEÁRIO ARROIO DO SILVA	420195	3	R$ 11.000,00
SC	CANOINHAS	420380	6	R$ 12.000,00
SC	ARABUTÃ	420127	2	R$ 11.000,00
SC	IPUMIRIM	420770	3	R$ 11.000,00
SC	JOINVILLE	420910	88	R$ 28.000,00
SC	URUPEMA	421895	1	R$ 11.000,00
SC	BOM RETIRO	420260	4	R$ 12.000,00
SC	IPIRA	420760	2	R$ 11.000,00
SC	PERITIBA	421260	1	R$ 11.000,00
SC	MORRO GRANDE	421125	1	R$ 11.000,00
SC	PIRATUBA	421310	2	R$ 11.000,00
SC	OURO	421180	1	R$ 11.000,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800189

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SC	RIO DO CAMPO	421450	3	R$ 11.000,00
SC	JARAGUÁ DO SUL	420890	22	R$ 15.000,00
SC	BRUNÓPOLIS	420287	1	R$ 11.000,00
SC	IMBUIA	420740	3	R$ 11.000,00
SC	BOTUVERÁ	420270	3	R$ 11.000,00
SC	URUSSANGA	421900	8	R$ 12.000,00
SC	ABELARDO LUZ	420010	8	R$ 12.000,00
SC	SÃO BONIFÁCIO	421590	1	R$ 11.000,00
SC	ARMAZÉM	420150	2	R$ 11.000,00
SC	ARROIO TRINTA	420160	1	R$ 11.000,00
SC	VIDEIRA	421930	8	R$ 12.000,00
SC	SANTA TEREZINHA	421567	3	R$ 11.000,00
SC	SIDERÓPOLIS	421760	5	R$ 12.000,00
SC	PONTE ALTA DO NORTE	421335	1	R$ 11.000,00
SC	ERVAL VELHO	420520	2	R$ 11.000,00
SC	IBICARÉ	420680	2	R$ 11.000,00
SC	RIO FORTUNA	421490	2	R$ 11.000,00
SC	LAURO MULLER	420960	6	R$ 12.000,00
SC	SÃO JOSÉ DO CERRITO	421680	2	R$ 11.000,00
SC	CALMON	420315	2	R$ 11.000,00
SC	IPUAÇU	420768	2	R$ 11.000,00
SC	CANELINHA	420370	5	R$ 12.000,00
SC	CRICIÚMA	420460	36	R$ 18.000,00
SC	BALNEÁRIO BARRA DO SUL	420205	3	R$ 11.000,00
SC	LACERDÓPOLIS	420920	1	R$ 11.000,00
SC	CAÇADOR	420300	13	R$ 13.000,00
SC	IOMERÊ	420757	1	R$ 11.000,00
SC	IBIRAMA	420690	7	R$ 12.000,00
SC	PINHEIRO PRETO	421300	2	R$ 11.000,00
SC	LONTRAS	420990	5	R$ 12.000,00
SC	PEDRAS GRANDES	421240	2	R$ 11.000,00
SC	FORQUILHINHA	420545	8	R$ 12.000,00
SC	BRUSQUE	420290	30	R$ 17.000,00
SC	PAIAL	421187	1	R$ 11.000,00
SC	IPORÃ DO OESTE	420765	4	R$ 12.000,00
SC	SÃO CRISTOVÃO DO SUL	421605	2	R$ 11.000,00
SC	ÁGUA DOCE	420040	3	R$ 11.000,00
SC	ABDON BATISTA	420005	1	R$ 11.000,00
SC	SÃO JOÃO DO OESTE	421625	2	R$ 11.000,00
SC	MASSARANDUBA	421060	4	R$ 12.000,00
SC	CHAPADÃO DO LAGEADO	420419	1	R$ 11.000,00
SC	PETROLÂNDIA	421270	2	R$ 11.000,00
SC	BALNEÁRIO GAIVOTA	420207	3	R$ 11.000,00
SC	SÃO MIGUEL DA BOA VISTA	421715	1	R$ 11.000,00
SC	CORONEL MARTINS	420445	1	R$ 11.000,00
SC	RIO DOS CEDROS	421470	4	R$ 12.000,00
SC	GASPAR	420590	16	R$ 14.000,00
SC	IBIAM	420675	1	R$ 11.000,00
SC	TIJUCAS	421800	11	R$ 13.000,00
SC	ZORTÉA	421985	1	R$ 11.000,00
SC	ALTO BELA VISTA	420075	1	R$ 11.000,00
SC	CAMBORIÚ	420320	17	R$ 14.000,00
SC	PRESIDENTE NEREU	421410	1	R$ 11.000,00
SC	IRACEMINHA	420775	2	R$ 11.000,00
SC	CATANDUVAS	420400	3	R$ 11.000,00
SC	DONA EMMA	420510	2	R$ 11.000,00
SC	ANGELINA	420090	2	R$ 11.000,00
SC	IRINEÓPOLIS	420790	4	R$ 12.000,00
SC	TROMBUDO CENTRAL	421860	2	R$ 11.000,00
SC	XAXIM	421970	9	R$ 13.000,00
SC	ANITA GARIBALDI	420100	3	R$ 11.000,00
SC	RIO DO OESTE	421460	3	R$ 11.000,00
SC	LAURENTINO	420950	2	R$ 11.000,00
SC	BRAÇO DO TROMBUDO	420285	2	R$ 11.000,00
SC	ASCURRA	420170	2	R$ 11.000,00
SC	BALNEÁRIO CAMBORIÚ	420200	17	R$ 14.000,00
SC	PAPANDUVA	421220	5	R$ 12.000,00
SC	ÁGUAS FRIAS	420055	1	R$ 11.000,00
SC	GAROPABA	420570	7	R$ 12.000,00
SC	SALTO VELOSO	421540	2	R$ 11.000,00
SC	MAFRA	421010	19	R$ 15.000,00
SC	NAVEGANTES	421130	15	R$ 14.000,00
SC	ROMELÂNDIA	421520	2	R$ 11.000,00
SC	IRATI	420785	1	R$ 11.000,00
SC	CAMPO BELO DO SUL	420340	4	R$ 12.000,00
SC	VITOR MEIRELES	421935	3	R$ 11.000,00
SC	POUSO REDONDO	421370	7	R$ 12.000,00
SC	SÃO JOÃO BATISTA	421630	8	R$ 12.000,00
SC	SALETE	421530	3	R$ 11.000,00
SC	SÃO LUDGERO	421700	3	R$ 11.000,00
SC	CAIBI	420310	3	R$ 11.000,00
SC	LAGES	420930	43	R$ 19.000,00
SC	LEBON RÉGIS	420970	4	R$ 12.000,00
SC	TANGARÁ	421790	3	R$ 11.000,00
SC	ITUPORANGA	420850	9	R$ 13.000,00
SC	ANCHIETA	420080	3	R$ 11.000,00
SC	FRAIBURGO	420550	8	R$ 12.000,00
SC	PALHOÇA	421190	35	R$ 18.000,00
SC	SÃO DOMINGOS	421610	4	R$ 12.000,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800190

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SC	ORLEANS	421170	8	R$ 12.000,00
SC	IMBITUBA	420730	16	R$ 14.000,00
SC	FLOR DO SERTÃO	420535	1	R$ 11.000,00
SC	TUNÁPOLIS	421875	2	R$ 11.000,00
SC	CORDILHEIRA ALTA	420435	2	R$ 11.000,00
SC	PRESIDENTE CASTELO BRANCO	412040	1	R$ 11.000,00
SC	LAGUNA	420940	12	R$ 13.000,00
SC	SANTA HELENA	421555	1	R$ 11.000,00
SC	BELMONTE	420215	1	R$ 11.000,00
SC	FORMOSA DO SUL	420543	1	R$ 11.000,00
SC	ITAPIRANGA	420840	5	R$ 12.000,00
SC	AURORA	420190	2	R$ 11.000,00
SC	SUL BRASIL	421775	1	R$ 11.000,00
SC	MARACAJÁ	421040	1	R$ 11.000,00
SC	BOM JARDIM DA SERRA	420250	2	R$ 11.000,00
SC	SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO	421568	1	R$ 11.000,00
SC	MAJOR GERCINO	421020	2	R$ 11.000,00
SC	BARRA BONITA	420209	1	R$ 11.000,00
SC	RANCHO QUEIMADO	421430	1	R$ 11.000,00
SC	JOSÉ BOITEUX	420915	2	R$ 11.000,00
SC	RIQUEZA	421507	2	R$ 11.000,00
SC	IÇARA	420700	18	R$ 14.000,00
SC	CORONEL FREITAS	420440	3	R$ 11.000,00
SC	NOVA VENEZA	421160	5	R$ 12.000,00
SC	PRAIA GRANDE	421380	2	R$ 11.000,00
SC	SOMBRIO	421770	7	R$ 12.000,00
SC	PRINCESA	421415	1	R$ 11.000,00
SC	TAIÓ	421780	6	R$ 12.000,00
SC	GRAVATAL	420620	4	R$ 12.000,00
SC	BALNEÁRIO RINCÃO	422000	4	R$ 12.000,00
SC	SANTA ROSA DO SUL	421565	4	R$ 12.000,00
SC	BELA VISTA DO TOLDO	420213	3	R$ 11.000,00
SC	TUBARÃO	421870	29	R$ 17.000,00
SC	PLANALTO ALEGRE	421315	1	R$ 11.000,00
SC	XANXERÊ	421950	11	R$ 13.000,00
SC	DIONÍSIO CERQUEIRA	420500	6	R$ 12.000,00
SC	MELEIRO	421080	3	R$ 11.000,00
SC	PRESIDENTE GETÚLIO	421400	5	R$ 12.000,00
SC	GUARUJÁ DO SUL	420660	2	R$ 11.000,00
SC	MIRIM DOCE	421085	1	R$ 11.000,00
SC	PALMITOS	421210	5	R$ 12.000,00
SC	SANTO AMARO DA IMPERATRIZ	421570	8	R$ 12.000,00
SC	SÃO BENTO DO SUL	421580	10	R$ 13.000,00
SC	ATALANTA	420180	1	R$ 11.000,00
SC	FLORIANÓPOLIS	420540	135	R$ 38.000,00
SC	VARGEM BONITA	421917	2	R$ 11.000,00
SC	PASSO DE TORRES	421225	3	R$ 11.000,00
SC	SERRA ALTA	421755	1	R$ 11.000,00
SC	CURITIBANOS	420480	6	R$ 12.000,00
SC	BIGUAÇU	420230	20	R$ 15.000,00
SC	CAMPO ALEGRE	420330	3	R$ 11.000,00
SC	BANDEIRANTE	420208	1	R$ 11.000,00
SC	ALFREDO WAGNER	420070	3	R$ 11.000,00
SC	SÃO JOÃO DO SUL	421640	3	R$ 11.000,00
SC	SÃO MARTINHO	421710	1	R$ 11.000,00
SC	ÁGUAS DE CHAPECÓ	420050	3	R$ 11.000,00
SC	CONCÓRDIA	420430	13	R$ 13.000,00
SC	ITAPOÁ	420845	5	R$ 12.000,00
SC	BOM JESUS	420253	1	R$ 11.000,00
SC	RIO DO SUL	421480	16	R$ 14.000,00
SC	APIÚNA	420125	4	R$ 12.000,00
SC	CUNHA PORÃ	420470	4	R$ 12.000,00
SC	SÃO BERNARDINO	421575	1	R$ 11.000,00
SC	TREVISO	421835	2	R$ 11.000,00
SC	BOM JESUS DO OESTE	420257	1	R$ 11.000,00
SC	TIMBÉ DO SUL	421810	2	R$ 11.000,00
SC	FREI ROGÉRIO	420555	1	R$ 11.000,00
SC	ÁGUAS MORNAS	420060	2	R$ 11.000,00
SC	BOMBINHAS	420245	5	R$ 12.000,00
SC	LEOBERTO LEAL	420980	2	R$ 11.000,00
SC	ANTÔNIO CARLOS	420120	3	R$ 11.000,00
SC	SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA	421725	2	R$ 11.000,00
SC	PESCARIA BRAVA	421265	5	R$ 12.000,00
SC	CAPINZAL	420390	4	R$ 12.000,00
SC	LINDÓIA DO SUL	420985	1	R$ 11.000,00
SC	ENTRE RIOS	420517	2	R$ 11.000,00
SC	CAXAMBU DO SUL	420410	2	R$ 11.000,00
SE	UMBAÚBA	280760	6	R$ 12.000,00
SE	SIMÃO DIAS	280710	10	R$ 13.000,00
SE	POÇO REDONDO	280540	9	R$ 13.000,00
SE	SANTA LUZIA DO ITANHY	280630	6	R$ 12.000,00
SE	FREI PAULO	280230	5	R$ 12.000,00
SE	NOSSA SENHORA DO SOCORRO	280480	62	R$ 23.000,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800191

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SE	GRACHO CARDOSO	280260	2	R$ 11.000,00
SE	POÇO VERDE	280550	6	R$ 12.000,00
SE	PROPRIÁ	280570	10	R$ 13.000,00
SE	SALGADO	280620	7	R$ 12.000,00
SE	RIACHÃO DO DANTAS	280580	6	R$ 12.000,00
SE	CAMPO DO BRITO	280100	6	R$ 12.000,00
SE	ARAUÁ	280040	5	R$ 12.000,00
SE	MONTE ALEGRE DE SERGIPE	280420	5	R$ 12.000,00
SE	PINHÃO	280520	2	R$ 11.000,00
SE	AREIA BRANCA	280050	7	R$ 12.000,00
SE	ITABAIANINHA	280300	12	R$ 13.000,00
SE	GARARU	280240	4	R$ 12.000,00
SE	SANTANA DO SÃO FRANCISCO	280640	3	R$ 11.000,00
SE	MALHADOR	280390	4	R$ 12.000,00
SE	ITABAIANA	280290	19	R$ 15.000,00
SE	MOITA BONITA	280410	4	R$ 12.000,00
SE	PIRAMBU	280530	4	R$ 12.000,00
SE	PORTO DA FOLHA	280560	9	R$ 13.000,00
SE	BOQUIM	280067	9	R$ 13.000,00
SE	AQUIDABÃ	280020	8	R$ 12.000,00
SE	SÃO FRANCISCO	280690	1	R$ 11.000,00
SE	ESTÂNCIA	280210	19	R$ 15.000,00
SE	MACAMBIRA	280370	2	R$ 11.000,00
SE	CEDRO DE SÃO JOÃO	280160	3	R$ 11.000,00
SE	ARACAJU	280030	122	R$ 35.000,00
SE	JAPARATUBA	280330	6	R$ 12.000,00
SE	JAPOATÃ	280340	6	R$ 12.000,00
SE	SÃO CRISTÓVÃO	280670	11	R$ 13.000,00
SE	INDIAROBA	280280	7	R$ 12.000,00
SE	CANHOBA	280110	2	R$ 11.000,00
SE	RIBEIRÓPOLIS	280600	7	R$ 12.000,00
SE	MALHADA DOS BOIS	280380	2	R$ 11.000,00
SE	ITAPORANGA D`AJUDA	280320	13	R$ 13.000,00
SE	TOMAR DO GERU	280750	5	R$ 12.000,00
SE	NOSSA SENHORA DE LOURDES	280470	3	R$ 11.000,00
SE	BREJO GRANDE	280070	3	R$ 11.000,00
SE	PEDRINHAS	280510	3	R$ 11.000,00
SE	SANTA ROSA DE LIMA	280650	2	R$ 11.000,00
SE	LAGARTO	280350	21	R$ 15.000,00
SE	SIRIRI	280720	4	R$ 12.000,00
SE	RIACHUELO	280590	3	R$ 11.000,00
SE	ROSÁRIO DO CATETE	280610	4	R$ 12.000,00
SE	CRISTINÁPOLIS	280170	7	R$ 12.000,00
SE	DIVINA PASTORA	280200	2	R$ 11.000,00
SE	SÃO DOMINGOS	280680	4	R$ 12.000,00
SE	MURIBECA	280430	3	R$ 11.000,00
SE	CAPELA	280130	11	R$ 13.000,00
SE	CANINDÉ DE SÃO FRANCISCO	280120	11	R$ 13.000,00
SE	LARANJEIRAS	280360	10	R$ 13.000,00
SE	ILHA DAS FLORES	280270	4	R$ 12.000,00
SE	CARIRA	280140	8	R$ 12.000,00
SE	BARRA DOS COQUEIROS	280060	8	R$ 12.000,00
SE	AMPARO DE SÃO FRANCISCO	280010	1	R$ 11.000,00
SE	TELHA	280730	1	R$ 11.000,00
SE	MARUIM	280400	7	R$ 12.000,00
SE	SANTO AMARO DAS BROTAS	280660	5	R$ 12.000,00
SE	TOBIAS BARRETO	280740	13	R$ 13.000,00
SE	CARMÓPOLIS	280150	4	R$ 12.000,00
SE	NOSSA SENHORA DAS DORES	280460	10	R$ 13.000,00
SE	GENERAL MAYNARD	280250	1	R$ 11.000,00
SP	POTIM	354075	5	R$ 12.000,00
SP	SÃO JOSÉ DA BELA VISTA	354950	3	R$ 11.000,00
SP	SALES OLIVEIRA	354490	4	R$ 12.000,00
SP	SERTÃOZINHO	355170	2	R$ 11.000,00
SP	COLÔMBIA	351210	3	R$ 11.000,00
SP	MIRASSOL	353030	2	R$ 11.000,00
SP	CÁSSIA DOS COQUEIROS	351090	1	R$ 11.000,00
SP	DOURADO	351430	3	R$ 11.000,00
SP	TEODORO SAMPAIO	355430	9	R$ 13.000,00
SP	NIPOÃ	353270	1	R$ 11.000,00
SP	GUARATINGUETÁ	351840	8	R$ 12.000,00
SP	OLÍMPIA	353390	6	R$ 12.000,00
SP	JERIQUARA	352540	1	R$ 11.000,00
SP	PEDRANÓPOLIS	353690	1	R$ 11.000,00
SP	MOGI GUAÇU	353070	18	R$ 14.000,00
SP	CAMPOS NOVOS PAULISTA	350980	2	R$ 11.000,00
SP	RIOLÂNDIA	354420	1	R$ 11.000,00
SP	ÁLVARES FLORENCE	350120	1	R$ 11.000,00
SP	PITANGUEIRAS	353950	2	R$ 11.000,00
SP	RIBEIRA	354280	2	R$ 11.000,00
SP	BARRA DO CHAPÉU	350535	3	R$ 11.000,00
SP	BAURU	350600	13	R$ 13.000,00
SP	ITIRAPUÃ	352370	2	R$ 11.000,00
SP	TAGUAÍ	355300	4	R$ 12.000,00
SP	PROMISSÃO	354160	5	R$ 12.000,00
SP	BURITAMA	350810	4	R$ 12.000,00
SP	RIBEIRÃO BRANCO	354300	4	R$ 12.000,00
SP	TERRA ROXA	355440	3	R$ 11.000,00
SP	SÃO JOÃO DA BOA VISTA	354910	15	R$ 14.000,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800192

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SP	ITAPIRAPUÃ PAULISTA	352265	2	R$ 11.000,00
SP	PARIQUERA-AÇU	353620	7	R$ 12.000,00
SP	LUÍS ANTÔNIO	352760	1	R$ 11.000,00
SP	CARAGUATATUBA	351050	27	R$ 16.000,00
SP	GUAREÍ	351850	4	R$ 12.000,00
SP	ORINDIÚVA	353420	3	R$ 11.000,00
SP	CRAVINHOS	351310	3	R$ 11.000,00
SP	PARAGUAÇU PAULISTA	353550	8	R$ 12.000,00
SP	ARAÇATUBA	350280	43	R$ 19.000,00
SP	DIADEMA	351380	89	R$ 29.000,00
SP	SANTA SALETE	354765	1	R$ 11.000,00
SP	TAQUARIVAÍ	355385	2	R$ 11.000,00
SP	BARÃO DE ANTONINA	350500	1	R$ 11.000,00
SP	SANTA BÁRBARA D`OESTE	354580	11	R$ 13.000,00
SP	JAGUARIÚNA	352470	6	R$ 12.000,00
SP	SÃO JOSÉ DO RIO PARDO	354970	5	R$ 12.000,00
SP	URU	355590	1	R$ 11.000,00
SP	ITAPETININGA	352230	16	R$ 14.000,00
SP	LUIZIÂNIA	352770	2	R$ 11.000,00
SP	BARRINHA	350560	3	R$ 11.000,00
SP	FERNANDÓPOLIS	351550	24	R$ 16.000,00
SP	SANTA MARIA DA SERRA	354700	1	R$ 11.000,00
SP	BILAC	350640	3	R$ 11.000,00
SP	BASTOS	350580	6	R$ 12.000,00
SP	MARABÁ PAULISTA	352870	2	R$ 11.000,00
SP	GLICÉRIO	351710	2	R$ 11.000,00
SP	MESÓPOLIS	352965	1	R$ 11.000,00
SP	RIBEIRÃO BONITO	354290	2	R$ 11.000,00
SP	PAULO DE FARIA	353660	1	R$ 11.000,00
SP	ANDRADINA	350210	13	R$ 13.000,00
SP	MACATUBA	352800	4	R$ 12.000,00
SP	PENÁPOLIS	353730	12	R$ 13.000,00
SP	MIRASSOLÂNDIA	353040	1	R$ 11.000,00
SP	DRACENA	351440	2	R$ 11.000,00
SP	TAIÚVA	355320	2	R$ 11.000,00
SP	DOLCINÓPOLIS	351420	1	R$ 11.000,00
SP	ASPÁSIA	350395	1	R$ 11.000,00
SP	SETE BARRAS	355180	3	R$ 11.000,00
SP	SANTA CRUZ DA ESPERANÇA	354625	1	R$ 11.000,00
SP	MACEDÔNIA	352820	1	R$ 11.000,00
SP	PALMEIRA D`OESTE	353520	2	R$ 11.000,00
SP	PINDAMONHANGABA	353800	21	R$ 15.000,00
SP	BOA ESPERANÇA DO SUL	350670	3	R$ 11.000,00
SP	TURIÚBA	355520	1	R$ 11.000,00
SP	ÁGUAS DE LINDÓIA	350050	2	R$ 11.000,00
SP	POTIRENDABA	354080	6	R$ 12.000,00
SP	BORBOREMA	350740	4	R$ 12.000,00
SP	GABRIEL MONTEIRO	351650	1	R$ 11.000,00
SP	PINDORAMA	353810	2	R$ 11.000,00
SP	CANITAR	351015	1	R$ 11.000,00
SP	UBARANA	355535	1	R$ 11.000,00
SP	MARIÁPOLIS	352890	1	R$ 11.000,00
SP	RESTINGA	354270	2	R$ 11.000,00
SP	IGARAPAVA	352010	5	R$ 12.000,00
SP	TACIBA	355290	2	R$ 11.000,00
SP	ITUPEVA	352400	7	R$ 12.000,00
SP	JARDINÓPOLIS	352510	7	R$ 12.000,00
SP	SUZANÁPOLIS	355255	1	R$ 11.000,00
SP	PORTO FERREIRA	354070	7	R$ 12.000,00
SP	ESTRELA DO NORTE	351530	1	R$ 11.000,00
SP	CEDRAL	351130	3	R$ 11.000,00
SP	FRANCISCO MORATO	351630	23	R$ 15.000,00
SP	FARTURA	351540	4	R$ 12.000,00
SP	JACUPIRANGA	352460	4	R$ 12.000,00
SP	ALTO ALEGRE	350110	2	R$ 11.000,00
SP	TANABI	355340	6	R$ 12.000,00
SP	JAÚ	352530	13	R$ 13.000,00
SP	SÃO VICENTE	355100	30	R$ 17.000,00
SP	INDAIATUBA	352050	23	R$ 15.000,00
SP	MACAUBAL	352810	2	R$ 11.000,00
SP	GUARIBA	351860	2	R$ 11.000,00
SP	MIRA ESTRELA	353000	1	R$ 11.000,00
SP	SANTÓPOLIS DO AGUAPEÍ	354840	2	R$ 11.000,00
SP	SANTO ANTÔNIO DO PINHAL	354820	3	R$ 11.000,00
SP	AMPARO	350190	20	R$ 15.000,00
SP	ÁLVARES MACHADO	350130	5	R$ 12.000,00
SP	PRACINHA	354085	1	R$ 11.000,00
SP	RINÓPOLIS	354380	3	R$ 11.000,00
SP	CUNHA	351360	4	R$ 12.000,00
SP	SERRA NEGRA	355160	6	R$ 12.000,00
SP	CASA BRANCA	351080	2	R$ 11.000,00
SP	CAMPINA DO MONTE ALEGRE	350945	2	R$ 11.000,00
SP	JARINU	352520	7	R$ 12.000,00
SP	MARINÓPOLIS	352910	1	R$ 11.000,00
SP	SANTA ALBERTINA	354570	1	R$ 11.000,00
SP	CLEMENTINA	351190	2	R$ 11.000,00
SP	IACRI	351920	2	R$ 11.000,00
SP	COROADOS	351250	2	R$ 11.000,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800193

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SP	EUCLIDES DA CUNHA PAULISTA	351535	5	R$ 12.000,00
SP	ARUJÁ	350390	11	R$ 13.000,00
SP	NARANDIBA	353220	2	R$ 11.000,00
SP	PRESIDENTE EPITÁCIO	354130	9	R$ 13.000,00
SP	ANHEMBI	350230	2	R$ 11.000,00
SP	FERNÃO	351565	1	R$ 11.000,00
SP	SANTO ANTÔNIO DE POSSE	354800	6	R$ 12.000,00
SP	OUROESTE	353475	3	R$ 11.000,00
SP	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	354990	44	R$ 20.000,00
SP	ESPÍRITO SANTO DO PINHAL	351518	8	R$ 12.000,00
SP	BERNARDINO DE CAMPOS	350630	3	R$ 11.000,00
SP	IRAPUÃ	352150	2	R$ 11.000,00
SP	ALTINÓPOLIS	350100	6	R$ 12.000,00
SP	NOVA GUATAPORANGA	353310	1	R$ 11.000,00
SP	EMILIANÓPOLIS	351512	1	R$ 11.000,00
SP	BREJO ALEGRE	350775	1	R$ 11.000,00
SP	JOÃO RAMALHO	352560	2	R$ 11.000,00
SP	SANTO EXPEDITO	354830	1	R$ 11.000,00
SP	SÃO PEDRO DO TURVO	355050	3	R$ 11.000,00
SP	ANHUMAS	350240	2	R$ 11.000,00
SP	PEREIRAS	353750	3	R$ 11.000,00
SP	SANTA ROSA DE VITERBO	354760	1	R$ 11.000,00
SP	DESCALVADO	351370	10	R$ 13.000,00
SP	CARDOSO	351070	3	R$ 11.000,00
SP	GUZOLÂNDIA	351890	2	R$ 11.000,00
SP	SANTA CRUZ DO RIO PARDO	354640	7	R$ 12.000,00
SP	LOURDES	352725	1	R$ 11.000,00
SP	CORUMBATAÍ	351270	1	R$ 11.000,00
SP	TUPI PAULISTA	355510	3	R$ 11.000,00
SP	BATATAIS	350590	9	R$ 13.000,00
SP	JABOTICABAL	352430	9	R$ 13.000,00
SP	CAIUÁ	350910	3	R$ 11.000,00
SP	PIRACICABA	353870	50	R$ 21.000,00
SP	BIRIGUI	350650	22	R$ 15.000,00
SP	SANTA MERCEDES	354710	1	R$ 11.000,00
SP	TREMEMBÉ	355480	6	R$ 12.000,00
SP	SÃO MIGUEL ARCANJO	355020	10	R$ 13.000,00
SP	INÚBIA PAULISTA	352080	2	R$ 11.000,00
SP	FLÓRIDA PAULISTA	351600	3	R$ 11.000,00
SP	BOM SUCESSO DE ITARARÉ	350715	1	R$ 11.000,00
SP	JANDIRA	352500	14	R$ 14.000,00
SP	TURMALINA	355530	1	R$ 11.000,00
SP	ITANHAÉM	352210	23	R$ 15.000,00
SP	QUELUZ	354190	3	R$ 11.000,00
SP	GUAÍRA	351740	10	R$ 13.000,00
SP	NOVA LUZITÂNIA	353330	1	R$ 11.000,00
SP	GAVIÃO PEIXOTO	351685	2	R$ 11.000,00
SP	OSVALDO CRUZ	353460	7	R$ 12.000,00
SP	RIO CLARO	354390	17	R$ 14.000,00
SP	SÃO CAETANO DO SUL	354880	25	R$ 16.000,00
SP	REGENTE FEIJÓ	354240	6	R$ 12.000,00
SP	NEVES PAULISTA	353250	2	R$ 11.000,00
SP	PRESIDENTE VENCESLAU	354150	9	R$ 13.000,00
SP	NOVA GRANADA	353300	2	R$ 11.000,00
SP	GÁLIA	351660	3	R$ 11.000,00
SP	SANTOS	354850	37	R$ 18.000,00
SP	NOVA CAMPINA	353282	3	R$ 11.000,00
SP	PORTO FELIZ	354060	10	R$ 13.000,00
SP	PERUÍBE	353760	13	R$ 13.000,00
SP	SAGRES	354470	1	R$ 11.000,00
SP	JABORANDI	352420	2	R$ 11.000,00
SP	BANANAL	350490	3	R$ 11.000,00
SP	NOVA INDEPENDÊNCIA	353320	2	R$ 11.000,00
SP	OSASCO	353440	48	R$ 20.000,00
SP	JACAREÍ	352440	44	R$ 20.000,00
SP	ALVINLÂNDIA	350150	1	R$ 11.000,00
SP	IBIRÁ	351940	3	R$ 11.000,00
SP	ADOLFO	350020	2	R$ 11.000,00
SP	PRAIA GRANDE	354100	78	R$ 26.000,00
SP	ONDA VERDE	353400	1	R$ 11.000,00
SP	GUARULHOS	351880	114	R$ 34.000,00
SP	PARISI	353625	1	R$ 11.000,00
SP	DIRCE REIS	351385	1	R$ 11.000,00
SP	MARAPOAMA	352885	1	R$ 11.000,00
SP	EMBU-GUAÇU	351510	18	R$ 14.000,00
SP	HERCULÂNDIA	351900	3	R$ 11.000,00
SP	TUPÃ	355500	10	R$ 13.000,00
SP	ITÁPOLIS	352270	1	R$ 11.000,00
SP	AURIFLAMA	350420	4	R$ 12.000,00
SP	AMÉRICO BRASILIENSE	350170	5	R$ 12.000,00
SP	TATUÍ	355400	12	R$ 13.000,00
SP	CAMPO LIMPO PAULISTA	350960	3	R$ 11.000,00
SP	RANCHARIA	354220	8	R$ 12.000,00
SP	LUPÉRCIO	352780	2	R$ 11.000,00
SP	ARARAQUARA	350320	31	R$ 17.000,00
SP	JALES	352480	11	R$ 13.000,00
SP	APARECIDA D`OESTE	350260	2	R$ 11.000,00
SP	CAIABU	350890	2	R$ 11.000,00
SP	PARANAPUÃ	353590	1	R$ 11.000,00
SP	VÁRZEA PAULISTA	355650	14	R$ 14.000,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800194

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SP	AREIÓPOLIS	350360	3	R$ 11.000,00
SP	GARÇA	351670	14	R$ 14.000,00
SP	SALTO GRANDE	354540	2	R$ 11.000,00
SP	AVANHANDAVA	350440	3	R$ 11.000,00
SP	TARABAI	355390	3	R$ 11.000,00
SP	SILVEIRAS	355200	3	R$ 11.000,00
SP	ILHA SOLTEIRA	352044	9	R$ 13.000,00
SP	SOCORRO	355210	9	R$ 13.000,00
SP	CERQUILHO	351150	10	R$ 13.000,00
SP	VOTUPORANGA	355710	21	R$ 15.000,00
SP	BRAGANÇA PAULISTA	350760	20	R$ 15.000,00
SP	TIETÊ	355450	6	R$ 12.000,00
SP	OSCAR BRESSANE	353450	1	R$ 11.000,00
SP	SANTA RITA DO PASSA QUATRO	354750	2	R$ 11.000,00
SP	IACANGA	351910	3	R$ 11.000,00
SP	COSMORAMA	351290	2	R$ 11.000,00
SP	QUATÁ	354170	4	R$ 12.000,00
SP	TAMBAÚ	355330	7	R$ 12.000,00
SP	ITIRAPINA	352360	2	R$ 11.000,00
SP	NOVA ALIANÇA	353280	3	R$ 11.000,00
SP	TAQUARITINGA	355370	8	R$ 12.000,00
SP	DUARTINA	351450	3	R$ 11.000,00
SP	OURINHOS	353470	5	R$ 12.000,00
SP	MURUTINGA DO SUL	353210	2	R$ 11.000,00
SP	MONTE ALEGRE DO SUL	353120	3	R$ 11.000,00
SP	JAMBEIRO	352490	2	R$ 11.000,00
SP	CABREÚVA	350840	7	R$ 12.000,00
SP	MAIRINQUE	352840	5	R$ 12.000,00
SP	PIRAPOZINHO	353920	8	R$ 12.000,00
SP	TABATINGA	355270	3	R$ 11.000,00
SP	SANTA FÉ DO SUL	354660	9	R$ 13.000,00
SP	ITAPURA	352300	2	R$ 11.000,00
SP	PRESIDENTE PRUDENTE	354140	23	R$ 15.000,00
SP	TRABIJU	355475	1	R$ 11.000,00
SP	ARARAS	350330	15	R$ 14.000,00
SP	POPULINA	354040	2	R$ 11.000,00
SP	VOTORANTIM	355700	6	R$ 12.000,00
SP	ATIBAIA	350410	13	R$ 13.000,00
SP	SUD MENNUCCI	355230	4	R$ 12.000,00
SP	CABRÁLIA PAULISTA	350830	1	R$ 11.000,00
SP	APIAÍ	350270	8	R$ 12.000,00
SP	BORACÉIA	350730	1	R$ 11.000,00
SP	MORRO AGUDO	353190	9	R$ 13.000,00
SP	RIBEIRÃO PIRES	354330	10	R$ 13.000,00
SP	CAJURU	350940	8	R$ 12.000,00
SP	FERNANDO PRESTES	351560	3	R$ 11.000,00
SP	IPERÓ	352100	5	R$ 12.000,00
SP	MOTUCA	353205	2	R$ 11.000,00
SP	POLONI	353990	1	R$ 11.000,00
SP	ESPÍRITO SANTO DO TURVO	351519	1	R$ 11.000,00
SP	NANTES	353215	1	R$ 11.000,00
SP	IGARAÇU DO TIETÊ	352000	2	R$ 11.000,00
SP	PONTES GESTAL	354030	1	R$ 11.000,00
SP	VALENTIM GENTIL	355610	3	R$ 11.000,00
SP	COTIA	351300	6	R$ 12.000,00
SP	RUBIÁCEA	354440	1	R$ 11.000,00
SP	ITAJOBI	352190	4	R$ 12.000,00
SP	GUARANTÃ	351810	3	R$ 11.000,00
SP	IPAUSSU	352090	1	R$ 11.000,00
SP	CAMPOS DO JORDÃO	350970	9	R$ 13.000,00
SP	CRUZEIRO	351340	5	R$ 12.000,00
SP	AMÉRICO DE CAMPOS	350180	2	R$ 11.000,00
SP	SANTA ADÉLIA	354560	4	R$ 12.000,00
SP	ADAMANTINA	350010	10	R$ 13.000,00
SP	FLOREAL	351590	1	R$ 11.000,00
SP	NUPORANGA	353360	2	R$ 11.000,00
SP	URÂNIA	355580	3	R$ 11.000,00
SP	SUMARÉ	355240	25	R$ 16.000,00
SP	MATÃO	352930	20	R$ 15.000,00
SP	PARAÍSO	353570	2	R$ 11.000,00
SP	SANTA BRANCA	354600	3	R$ 11.000,00
SP	SERRA AZUL	355140	3	R$ 11.000,00
SP	TABAPUÃ	355260	1	R$ 11.000,00
SP	MIRANTE DO PARANAPANEMA	353020	7	R$ 12.000,00
SP	BRAÚNA	350770	2	R$ 11.000,00
SP	GUARÁ	351770	4	R$ 12.000,00
SP	PIQUEROBI	353830	1	R$ 11.000,00
SP	SÃO CARLOS	354890	26	R$ 16.000,00
SP	ZACARIAS	355715	1	R$ 11.000,00
SP	MARACAÍ	352880	2	R$ 11.000,00
SP	BOTUCATU	350750	23	R$ 15.000,00
SP	SANTA ISABEL	354680	7	R$ 12.000,00
SP	AGUDOS	350070	8	R$ 12.000,00
SP	CAÇAPAVA	350850	17	R$ 14.000,00
SP	MENDONÇA	352950	2	R$ 11.000,00
SP	PEDRO DE TOLEDO	353720	4	R$ 12.000,00
SP	UCHOA	355560	4	R$ 12.000,00
SP	SALTO	354520	12	R$ 13.000,00
SP	BIRITIBA-MIRIM	350660	4	R$ 12.000,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800195

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SP	LAVÍNIA	352650	3	R$ 11.000,00
SP	ESTIVA GERBI	355730	3	R$ 11.000,00
SP	JUNQUEIRÓPOLIS	352600	8	R$ 12.000,00
SP	PAULISTÂNIA	353657	1	R$ 11.000,00
SP	ORLÂNDIA	353430	6	R$ 12.000,00
SP	COSMÓPOLIS	351280	6	R$ 12.000,00
SP	COLINA	351200	1	R$ 11.000,00
SP	INDIAPORÃ	352070	2	R$ 11.000,00
SP	CATANDUVA	351110	26	R$ 16.000,00
SP	BEBEDOURO	350610	11	R$ 13.000,00
SP	SUZANO	355250	29	R$ 17.000,00
SP	ITAQUAQUECETUBA	352310	21	R$ 15.000,00
SP	BADY BASSITT	350460	3	R$ 11.000,00
SP	ITOBI	352380	1	R$ 11.000,00
SP	PLATINA	353970	1	R$ 11.000,00
SP	PALESTINA	353500	2	R$ 11.000,00
SP	PEDRA BELA	353680	1	R$ 11.000,00
SP	MONTE AZUL PAULISTA	353150	5	R$ 12.000,00
SP	TAPIRATIBA	355360	5	R$ 12.000,00
SP	JUNDIAÍ	352590	13	R$ 13.000,00
SP	TRÊS FRONTEIRAS	355490	2	R$ 11.000,00
SP	FRANCO DA ROCHA	351640	24	R$ 16.000,00
SP	RIBEIRÃO PRETO	354340	56	R$ 22.000,00
SP	SANTA LÚCIA	354690	1	R$ 11.000,00
SP	SÃO PEDRO	355040	6	R$ 12.000,00
SP	REGISTRO	354260	18	R$ 14.000,00
SP	GUARUJÁ	351870	42	R$ 19.000,00
SP	PIACATU	353770	2	R$ 11.000,00
SP	RINCÃO	354370	4	R$ 12.000,00
SP	MOJI MIRIM	353080	4	R$ 12.000,00
SP	SEVERÍNIA	355190	3	R$ 11.000,00
SP	IPUÃ	352130	5	R$ 12.000,00
SP	IEPÊ	351990	2	R$ 11.000,00
SP	GASTÃO VIDIGAL	351680	1	R$ 11.000,00
SP	NOVAIS	353325	3	R$ 11.000,00
SP	ITAPECERICA DA SERRA	352220	18	R$ 14.000,00
SP	BERTIOGA	350635	2	R$ 11.000,00
SP	MOGI DAS CRUZES	353060	13	R$ 13.000,00
SP	PARANAPANEMA	353580	3	R$ 11.000,00
SP	SARUTAIÁ	355120	1	R$ 11.000,00
SP	GENERAL SALGADO	351690	4	R$ 12.000,00
SP	SALTO DE PIRAPORA	354530	11	R$ 13.000,00
SP	UBATUBA	355540	24	R$ 16.000,00
SP	CRUZÁLIA	351330	1	R$ 11.000,00
SP	DIVINOLÂNDIA	351390	2	R$ 11.000,00
SP	ESTRELA D`OESTE	351520	3	R$ 11.000,00
SP	SOROCABA	355220	44	R$ 20.000,00
SP	ALFREDO MARCONDES	350080	2	R$ 11.000,00
SP	PIRAJU	353880	9	R$ 13.000,00
SP	SANTA RITA D`OESTE	354740	1	R$ 11.000,00
SP	OURO VERDE	353480	2	R$ 11.000,00
SP	ELISIÁRIO	351492	1	R$ 11.000,00
SP	JOANÓPOLIS	352550	2	R$ 11.000,00
SP	IBATÉ	351930	6	R$ 12.000,00
SP	PONTAL	354020	9	R$ 13.000,00
SP	INDIANA	352060	2	R$ 11.000,00
SP	SÃO PAULO	355030	1284	R$ 268.000,00
SP	SERRANA	355150	3	R$ 11.000,00
SP	IBIRAREMA	351950	2	R$ 11.000,00
SP	JOSÉ BONIFÁCIO	352570	5	R$ 12.000,00
SP	CAJAMAR	350920	11	R$ 13.000,00
SP	SÃO SEBASTIÃO DA GRAMA	355080	4	R$ 12.000,00
SP	PEDRINHAS PAULISTA	353715	1	R$ 11.000,00
SP	QUEIROZ	354180	1	R$ 11.000,00
SP	BOCAINA	350680	2	R$ 11.000,00
SP	SANTO ANTÔNIO DA ALEGRIA	354790	2	R$ 11.000,00
SP	ARCO-ÍRIS	350335	1	R$ 11.000,00
SP	ITAÓCA	352215	1	R$ 11.000,00
SP	MONTE APRAZÍVEL	353140	3	R$ 11.000,00
SP	MARÍLIA	352900	37	R$ 18.000,00
SP	GUARANI D`OESTE	351800	1	R$ 11.000,00
SP	RUBINÉIA	354450	1	R$ 11.000,00
SP	TAIAÇU	355310	2	R$ 11.000,00
SP	FLORA RICA	351580	1	R$ 11.000,00
SP	SANTA ERNESTINA	354650	2	R$ 11.000,00
SP	OCAUÇU	353370	1	R$ 11.000,00
SP	MORUNGABA	353200	2	R$ 11.000,00
SP	NOVA CANAÃ PAULISTA	353284	1	R$ 11.000,00
SP	SÃO SEBASTIÃO	355070	21	R$ 15.000,00
SP	MINEIROS DO TIETÊ	352980	3	R$ 11.000,00
SP	PALMARES PAULISTA	353510	3	R$ 11.000,00
SP	ITAPORANGA	352280	4	R$ 12.000,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800196

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SP	RIVERSUL	354350	2	R$ 11.000,00
SP	NHANDEARA	353260	3	R$ 11.000,00
SP	FRANCA	351620	13	R$ 13.000,00
SP	CASTILHO	351100	5	R$ 12.000,00
SP	LUTÉCIA	352790	1	R$ 11.000,00
SP	TAUBATÉ	355410	24	R$ 16.000,00
SP	POÁ	353980	9	R$ 13.000,00
SP	MARTINÓPOLIS	352920	7	R$ 12.000,00
SP	CHAVANTES	355720	1	R$ 11.000,00
SP	RIBEIRÃO DO SUL	354320	1	R$ 11.000,00
SP	NATIVIDADE DA SERRA	353230	1	R$ 11.000,00
SP	MONTE ALTO	353130	4	R$ 12.000,00
SP	QUADRA	354165	1	R$ 11.000,00
SP	PONTALINDA	354025	1	R$ 11.000,00
SP	ITAÍ	352180	3	R$ 11.000,00
SP	MONÇÕES	353100	1	R$ 11.000,00
SP	PIEDADE	353780	4	R$ 12.000,00
SP	PACAEMBU	353490	1	R$ 11.000,00
SP	CAPÃO BONITO	351020	11	R$ 13.000,00
SP	IRACEMÁPOLIS	352140	3	R$ 11.000,00
SP	AREIAS	350350	1	R$ 11.000,00
SP	SANTO ANASTÁCIO	354770	4	R$ 12.000,00
SP	FERRAZ DE VASCONCELOS	351570	17	R$ 14.000,00
SP	PARDINHO	353610	1	R$ 11.000,00
SP	MOCOCA	353050	9	R$ 13.000,00
SP	ARAMINA	350300	2	R$ 11.000,00
SP	TAQUARITUBA	355380	6	R$ 12.000,00
SP	HOLAMBRA	351905	4	R$ 12.000,00
SP	GUAPIAÇU	351750	5	R$ 12.000,00
SP	ÁGUAS DE SANTA BÁRBARA	350055	3	R$ 11.000,00
SP	BARUERI	350570	16	R$ 14.000,00
SP	SANTA CLARA D`OESTE	354610	1	R$ 11.000,00
SP	PIQUETE	353850	3	R$ 11.000,00
SP	BENTO DE ABREU	350620	1	R$ 11.000,00
SP	UNIÃO PAULISTA	355570	1	R$ 11.000,00
SP	PARAIBUNA	353560	5	R$ 12.000,00
SP	SÃO SIMÃO	355090	1	R$ 11.000,00
SP	REDENÇÃO DA SERRA	354230	1	R$ 11.000,00
SP	SEBASTIANÓPOLIS DO SUL	355130	2	R$ 11.000,00
SP	PARAPUÃ	353600	3	R$ 11.000,00
SP	SANDOVALINA	354550	2	R$ 11.000,00
SP	BURI	350800	3	R$ 11.000,00
SP	URUPÊS	355600	1	R$ 11.000,00
SP	DOBRADA	351400	5	R$ 12.000,00
SP	TABOÃO DA SERRA	355280	23	R$ 15.000,00
SP	ITATINGA	352350	2	R$ 11.000,00
SP	NOVO HORIZONTE	353350	3	R$ 11.000,00
SP	JUQUITIBA	352620	8	R$ 12.000,00
SP	JUQUIÁ	352610	6	R$ 12.000,00
SP	CORONEL MACEDO	351260	1	R$ 11.000,00
SP	IPEÚNA	352110	1	R$ 11.000,00
SP	ITUVERAVA	352410	10	R$ 13.000,00
SP	LUCÉLIA	352740	1	R$ 11.000,00
SP	ITAPIRA	352260	15	R$ 14.000,00
SP	CUBATÃO	351350	19	R$ 15.000,00
SP	ITAPUÍ	352290	3	R$ 11.000,00
SP	ITAPEVI	352250	26	R$ 16.000,00
SP	ITATIBA	352340	19	R$ 15.000,00
SP	ITARARÉ	352320	8	R$ 12.000,00
SP	SÃO JOSÉ DO BARREIRO	354960	2	R$ 11.000,00
SP	MAUÁ	352940	83	R$ 27.000,00
SP	CAJOBI	350930	2	R$ 11.000,00
SP	ITABERÁ	352170	5	R$ 12.000,00
SP	NOVA EUROPA	353290	3	R$ 11.000,00
SP	BARRA DO TURVO	350540	4	R$ 12.000,00
SP	AGUAÍ	350030	4	R$ 12.000,00
SP	ORIENTE	353410	2	R$ 11.000,00
SP	AREALVA	350340	3	R$ 11.000,00
SP	RIBEIRÃO DOS ÍNDIOS	354323	1	R$ 11.000,00
SP	AMERICANA	350160	10	R$ 13.000,00
SP	BARRETOS	350550	10	R$ 13.000,00
SP	TAPIRAÍ	355350	2	R$ 11.000,00
SP	PILAR DO SUL	353790	3	R$ 11.000,00
SP	QUINTANA	354200	3	R$ 11.000,00
SP	IRAPURU	352160	2	R$ 11.000,00
SP	SÃO BERNARDO DO CAMPO	354870	136	R$ 38.000,00
SP	CERQUEIRA CÉSAR	351140	4	R$ 12.000,00
SP	VALPARAÍSO	355630	6	R$ 12.000,00
SP	TEJUPÁ	355420	1	R$ 11.000,00
SP	SÃO MANUEL	355010	7	R$ 12.000,00
SP	BOREBI	350745	1	R$ 11.000,00
SP	CAMPINAS	350950	165	R$ 44.000,00
SP	CACONDE	350870	4	R$ 12.000,00
SP	RIBEIRÃO GRANDE	354325	4	R$ 12.000,00
SP	PAULICÉIA	353640	2	R$ 11.000,00
SP	VARGEM GRANDE PAULISTA	355645	7	R$ 12.000,00
SP	ROSANA	354425	7	R$ 12.000,00
SP	IGARATÁ	352020	2	R$ 11.000,00
SP	SANTA GERTRUDES	354670	5	R$ 12.000,00
SP	PRATÂNIA	354105	2	R$ 11.000,00
SP	LAVRINHAS	352660	3	R$ 11.000,00
SP	CAJATI	350925	5	R$ 12.000,00
SP	TUIUTI	355495	1	R$ 11.000,00
SP	EMBU	351500	30	R$ 17.000,00
SP	LINDÓIA	352700	2	R$ 11.000,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800197

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SP	SÃO FRANCISCO	354900	1	R$ 11.000,00
SP	VITÓRIA BRASIL	355695	1	R$ 11.000,00
SP	ELDORADO	351480	5	R$ 12.000,00
SP	CANANÉIA	350990	5	R$ 12.000,00
SP	GUARAÇAÍ	351780	1	R$ 11.000,00
SP	PEDREGULHO	353700	5	R$ 12.000,00
SP	ROSEIRA	354430	4	R$ 12.000,00
SP	CRISTAIS PAULISTA	351320	1	R$ 11.000,00
SP	ITARIRI	352330	5	R$ 12.000,00
SP	MANDURI	352860	3	R$ 11.000,00
SP	GUATAPARÁ	351885	2	R$ 11.000,00
SP	BOM JESUS DOS PERDÕES	350710	1	R$ 11.000,00
SP	PINHALZINHO	353820	4	R$ 12.000,00
SP	SALMOURÃO	354510	1	R$ 11.000,00
SP	JUMIRIM	352585	1	R$ 11.000,00
SP	BOITUVA	350700	6	R$ 12.000,00
SP	BÁLSAMO	350480	1	R$ 11.000,00
SP	VINHEDO	355670	8	R$ 12.000,00
SP	LARANJAL PAULISTA	352640	6	R$ 12.000,00
SP	RIO GRANDE DA SERRA	354410	8	R$ 12.000,00
SP	GUARAREMA	351830	3	R$ 11.000,00
SP	CÂNDIDO MOTA	351000	5	R$ 12.000,00
SP	SALESÓPOLIS	354500	2	R$ 11.000,00
SP	ALUMÍNIO	350115	2	R$ 11.000,00
SP	CAIEIRAS	350900	11	R$ 13.000,00
SP	LOUVEIRA	352730	3	R$ 11.000,00
SP	SALES	354480	1	R$ 11.000,00
SP	CARAPICUÍBA	351060	16	R$ 14.000,00
SP	BORÁ	350720	1	R$ 11.000,00
TO	BANDEIRANTES DO TOCANTINS	170305	1	R$ 11.000,00
TO	SÍTIO NOVO DO TOCANTINS	172080	5	R$ 12.000,00
TO	PIRAQUÊ	171720	1	R$ 11.000,00
TO	RIO DOS BOIS	171870	1	R$ 11.000,00
TO	ITAPIRATINS	171090	2	R$ 11.000,00
TO	MARIANÓPOLIS DO TOCANTINS	171250	2	R$ 11.000,00
TO	COLINAS DO TOCANTINS	170550	10	R$ 13.000,00
TO	SILVANÓPOLIS	172065	2	R$ 11.000,00
TO	CARRASCO BONITO	170389	2	R$ 11.000,00
TO	BREJINHO DE NAZARÉ	170370	2	R$ 11.000,00
TO	RIO DA CONCEIÇÃO	171865	1	R$ 11.000,00
TO	COUTO DE MAGALHÃES	170600	2	R$ 11.000,00
TO	DUERÉ	170730	2	R$ 11.000,00
TO	TOCANTINÓPOLIS	172120	10	R$ 13.000,00
TO	ARAGUANÃ	170215	2	R$ 11.000,00
TO	PAU D`ARCO	171630	2	R$ 11.000,00
TO	CRISTALÂNDIA	170610	3	R$ 11.000,00
TO	BRASILÂNDIA DO TOCANTINS	170360	1	R$ 11.000,00
TO	PRAIA NORTE	171830	3	R$ 11.000,00
TO	BARROLÂNDIA	170310	2	R$ 11.000,00
TO	GURUPI	170950	23	R$ 15.000,00
TO	SANTA ROSA DO TOCANTINS	171890	2	R$ 11.000,00
TO	MONTE DO CARMO	171360	2	R$ 11.000,00
TO	FILADÉLFIA	170770	3	R$ 11.000,00
TO	BURITI DO TOCANTINS	170380	4	R$ 12.000,00
TO	NOVO ALEGRE	171515	1	R$ 11.000,00
TO	LAJEADO	171200	1	R$ 11.000,00
TO	ANANÁS	170100	4	R$ 12.000,00
TO	TUPIRATINS	172130	1	R$ 11.000,00
TO	NOVA ROSALÂNDIA	171500	2	R$ 11.000,00
TO	ALIANÇA DO TOCANTINS	170035	2	R$ 11.000,00
TO	PALMEIRANTE	171570	2	R$ 11.000,00
TO	BOM JESUS DO TOCANTINS	170330	2	R$ 11.000,00
TO	PARAÍSO DO TOCANTINS	171610	15	R$ 14.000,00
TO	TUPIRAMA	172125	1	R$ 11.000,00
TO	AXIXÁ DO TOCANTINS	170290	5	R$ 12.000,00
TO	CASEARA	170390	2	R$ 11.000,00
TO	AUGUSTINÓPOLIS	170255	5	R$ 12.000,00
TO	RIACHINHO	171855	2	R$ 11.000,00
TO	OLIVEIRA DE FÁTIMA	171550	1	R$ 11.000,00
TO	LAGOA DA CONFUSÃO	171190	3	R$ 11.000,00
TO	ANGICO	170105	1	R$ 11.000,00
TO	LUZINÓPOLIS	171245	1	R$ 11.000,00
TO	ITAGUATINS	171070	2	R$ 11.000,00
TO	ESPERANTINA	170740	4	R$ 12.000,00
TO	SÃO MIGUEL DO TOCANTINS	172020	4	R$ 12.000,00
TO	DIANÓPOLIS	170700	6	R$ 12.000,00
TO	AGUIARNÓPOLIS	170030	2	R$ 11.000,00
TO	DOIS IRMÃOS DO TOCANTINS	170720	3	R$ 11.000,00
TO	MIRACEMA DO TOCANTINS	171320	8	R$ 12.000,00
TO	PEQUIZEIRO	171665	2	R$ 11.000,00
TO	FORMOSO DO ARAGUAIA	170820	6	R$ 12.000,00
TO	MAURILÂNDIA DO TOCANTINS	171280	2	R$ 11.000,00
TO	NOVA OLINDA	171488	4	R$ 12.000,00
TO	NOVO JARDIM	171525	1	R$ 11.000,00
TO	PALMEIRAS DO TOCANTINS	171380	3	R$ 11.000,00
TO	ITAPORÃ DO TOCANTINS	171110	1	R$ 11.000,00
TO	PIUM	171750	3	R$ 11.000,00
TO	MONTE SANTO DO TOCANTINS	171370	1	R$ 11.000,00
TO	GUARAÍ	170930	9	R$ 13.000,00
TO	PUGMIL	171845	1	R$ 11.000,00
TO	CONCEIÇÃO DO TOCANTINS	170560	2	R$ 11.000,00
TO	COMBINADO	170555	2	R$ 11.000,00
TO	FORTALEZA DO TABOCÃO	170825	1	R$ 11.000,00
TO	PALMEIRÓPOLIS	171575	3	R$ 11.000,00
TO	SÃO SALVADOR DO TOCANTINS	172025	1	R$ 11.000,00
TO	NOVO ACORDO	171510	2	R$ 11.000,00
TO	SÃO BENTO DO TOCANTINS	172010	2	R$ 11.000,00
TO	ALMAS	170040	3	R$ 11.000,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800198

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

TO	CHAPADA DE AREIA	170460	1	R$ 11.000,00
TO	ARAGUAÍNA	170210	37	R$ 18.000,00
TO	DIVINÓPOLIS DO TOCANTINS	170710	3	R$ 11.000,00
TO	GOIATINS	170900	5	R$ 12.000,00
TO	SANDOLÂNDIA	171884	2	R$ 11.000,00
TO	CRIXÁS DO TOCANTINS	170625	1	R$ 11.000,00
TO	PORTO NACIONAL	171820	15	R$ 14.000,00
TO	ABREULÂNDIA	170025	1	R$ 11.000,00
TO	ARAGUACEMA	170190	3	R$ 11.000,00
TO	BERNARDO SAYÃO	170320	2	R$ 11.000,00
TO	CAMPOS LINDOS	170384	3	R$ 11.000,00
TO	PEIXE	171660	4	R$ 12.000,00
TO	BABAÇULÂNDIA	170300	3	R$ 11.000,00
TO	PONTE ALTA DO BOM JESUS	171780	2	R$ 11.000,00
TO	GOIANORTE	170830	2	R$ 11.000,00
TO	ARAGUAÇU	170200	4	R$ 12.000,00
TO	LIZARDA	171240	2	R$ 11.000,00
TO	CENTENÁRIO	170410	1	R$ 11.000,00
TO	ARAGOMINAS	170130	3	R$ 11.000,00
TO	ARAPOEMA	170230	3	R$ 11.000,00
TO	TAGUATINGA	172090	4	R$ 12.000,00
TO	MIRANORTE	171330	4	R$ 12.000,00
TO	BARRA DO OURO	170307	2	R$ 11.000,00
TO	PINDORAMA DO TOCANTINS	171700	2	R$ 11.000,00
TO	AURORA DO TOCANTINS	170270	2	R$ 11.000,00
TO	SANTA RITA DO TOCANTINS	171889	1	R$ 11.000,00
TO	ARRAIAS	170240	4	R$ 12.000,00
TO	ALVORADA	170070	3	R$ 11.000,00
TO	PONTE ALTA DO TOCANTINS	171790	2	R$ 11.000,00
TO	JAÚ DO TOCANTINS	171150	2	R$ 11.000,00
TO	CARIRI DO TOCANTINS	170386	2	R$ 11.000,00

RETIFICAÇÃO

No art. 4º da Portaria nº 3.223/GM/MS, de 29 de dezembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União nº 251, de 30 de dezembro de 2016, seção 1, página 262,

Onde se lê: Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da 12ª (décima segunda) parcela de 2016.

Leia-se: Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da competência junho de 2016.

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR

RESOLUÇÃO NORMATIVA - RN Nº 430, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017

Dispõe sobre as operações de compartilhamento da gestão de riscos envolvendo operadoras de plano de assistência à saúde ; altera a Resolução Normativa - RN nº 209, de 22 de dezembro de 2009, que dispõe sobre os critérios de manutenção de Recursos Próprios Mínimos e constituição de Provisões Técnicas a serem observados pelas operadoras de planos privados de assistência à saúde; altera o Anexo da RN nº 290, de 27 de fevereiro de 2012, que dispõe sobre o Plano de Contas Padrão para as operadoras de planos de assistência à saúde; altera a RN nº 389, de 26 de novembro de 2015, que dispõe sobre a transparência das informações no âmbito da saúde suplementar, estabelece a obrigatoriedade da disponibilização do conteúdo mínimo obrigatório de informações referentes aos planos privados de saúde no Brasil; altera a RN nº 392, de 9 de dezembro de 2015, que dispõe sobre aceitação, registro, vinculação, custódia, movimentação e limites de alocação e de concentração na aplicação dos ativos garantidores das operadoras no âmbito do sistema de saúde suplementar e dá outras providências; altera o Anexo I da Instrução Normativa - IN nº 45, de 15 de dezembro de 2010, da Diretoria de Normas e Habilitação de Operadoras, que regulamenta o disposto no § 3º do art. 2º-A da RN nº 173, de 10 de julho de 2008, e alterações posteriores, e o disposto no art. 5º da RN nº 227, de 19 de agosto de 2010, quanto ao Relatório de Procedimentos Previamente Acordados - PPA exigido; e revoga a RN nº 191, de 8 de maio de 2009, que institui o Fundo Garantidor do Segmento de Saúde Suplementar (FGS) pelas Operadoras de Planos de Saúde.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, em vista do que dispõem as alíneas "a", "b" e "e" do inciso IV e o parágrafo único do artigo 35-A da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998; a alínea "g" do inciso XLI e o inciso XLII, ambos do artigo 4º da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000; e a alínea "a" do inciso II do art. 30, da Resolução Regimental - RR nº 01, de 17 de março de 2017, em reunião realizada em 1 de dezembro de 2017, adotou a seguinte Resolução Normativa - RN, e eu, Diretor-Presidente Substituto, determino a sua publicação.

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Resolução Normativa - RN dispõe sobre as operações de compartilhamento da gestão de riscos envolvendo operadoras de plano de assistência à saúde e altera a Resolução Normativa - RN nº 209, de 22 de dezembro de 2009, que dispõe sobre os critérios de manutenção de Recursos Próprios Mínimos e constituição de Provisões Técnicas a serem observados pelas operadoras de planos privados de assistência à saúde; altera o Anexo da RN nº 290, de 27 de fevereiro de 2012, que dispõe sobre o Plano de Contas Padrão para as operadoras de planos de assistência à saúde; altera a RN nº 389, de 26 de novembro de 2015, que dispõe sobre a transparência das informações no âmbito da saúde suplementar, estabelece a obrigatoriedade da disponibilização do conteúdo mínimo obrigatório de informações referentes aos planos privados de saúde no Brasil; altera a RN nº 392, de 9 de dezembro de 2015, que dispõe sobre aceitação, registro, vinculação, custódia, movimentação e limites de alocação e de concentração na aplicação dos ativos garantidores das operadoras no âmbito do sistema de saúde suplementar e dá outras providências; altera o Anexo I da Instrução Normativa - IN nº 45, de 15 de dezembro de 2010, da Diretoria de Normas e Habilitação de Operadoras, que regulamenta o disposto no § 3º do art. 2º-A da RN nº 173, de 10 de julho de 2008, e alterações posteriores, e o disposto no art. 5º da RN nº 227, de 19 de agosto de 2010, quanto ao Relatório de Procedimentos Previamente Acordados - PPA exigido; e revoga a RN nº 191, de 8 de maio de 2009, que institui o Fundo Garantidor do Segmento de Saúde Suplementar (FGS) pelas Operadoras de Planos de Saúde.

Art. 2º As operadoras podem promover uma colaboração mútua compartilhando a gestão dos riscos associados à operação de planos privados de assistência à saúde:

I - assumindo a corresponsabilidade pela gestão dos riscos decorrentes do atendimento, de forma continuada, dos beneficiários de outras operadoras por meio de intercâmbio operacional, convênio de reciprocidade ou outra forma de ajuste;

II - aportando recursos financeiros para a formação de um fundo comum com vistas a minimizar, no curto prazo, o impacto financeiro dos eventos em saúde, podendo associar a esse fundo comum o compartilhamento de serviços de gerenciamento de custos, tais como a auditoria de contas médicas; ou

III - promovendo a oferta conjunta de planos privados de assistência à saúde.

Parágrafo único. As operadoras podem buscar mitigar os riscos financeiros associados às suas atividades contratando seguros ou resseguros, conforme o caso, observadas as restrições e regramento previstos na legislação aplicável do setor securitário.

Art. 3º Para fins do disposto nesta RN, considera-se:

I - corresponsabilidade pela gestão dos riscos decorrentes do atendimento dos beneficiários: operação formalizada mediante celebração de negócio jurídico pelo qual uma operadora (prestadora) disponibiliza aos beneficiários de outra operadora (contratada) acesso continuado aos serviços oferecidos por sua rede prestadora de serviços de assistência à saúde;

II - oferta conjunta de planos privados de assistência à saúde: negócio jurídico pelo qual duas ou mais operadoras pactuam a oferta conjunta de planos privados de assistência à saúde no mesmo contrato, que necessariamente deve ter por objeto plano coletivo empresarial ou por adesão em que o contratante manifeste expresso consentimento quanto à oferta conjunta de planos;

III - operadora líder: operadora responsável, perante o contratante, por todas as obrigações e deveres relacionados à oferta conjunta de planos privados de assistência à saúde, sem prejuízo da pactuação entre as operadoras da distribuição das responsabilidades pelo acesso aos serviços de assistência à saúde;

IV - operadora contratada: operadora que detém o vínculo contratual da operação de planos de saúde com os beneficiários na corresponsabilidade pela gestão dos riscos decorrentes do atendimento dos beneficiários; e

V - operadora prestadora: operadora que detém vínculo contratual com a rede prestadora de serviços de assistência à saúde na corresponsabilidade pela gestão dos riscos decorrentes do atendimento dos beneficiários.

CAPÍTULO II

DA INTRANSMISSIBILIDADE DAS RESPONSABILIDADES

Art. 4º A colaboração mútua visando ao compartilhamento da gestão dos riscos associados à operação de planos privados de assistência à saúde não poderá implicar a transferência de qualquer responsabilidade de uma operadora para outra perante os beneficiários e a ANS, nos termos dispostos nesta RN.

CAPÍTULO III

DAS OPERAÇÕES DE COMPARTILHAMENTO DA GESTÃO DE RISCOS

Seção I

Da corresponsabilidade pela gestão dos riscos decorrentes do atendimento dos beneficiários

Art. 5º As operadoras poderão assumir corresponsabilidade pela gestão dos riscos decorrentes do atendimento dos beneficiários, de forma continuada, por meio de intercâmbio operacional, convênio de reciprocidade ou outro negócio jurídico.

Parágrafo único. Na corresponsabilidade pela gestão dos riscos decorrentes do atendimento, uma operadora disponibiliza aos beneficiários de outra operadora acesso continuado aos serviços oferecidos por sua rede prestadora de serviços de assistência à saúde, não alterando o vínculo do beneficiário com a operadora por ele contratada.

Art. 6º As operações de que trata o art. 5º devem ter como base negócios jurídicos celebrados sob a forma escrita, contemplando os direitos e as obrigações acordados entre operadora contratada e operadora prestadora.

§ 1º A remuneração acordada entre as operadoras, nas operações que trata a presente seção, independe da formação do preço estabelecida para os planos privados de assistência à saúde ofertados aos beneficiários, podendo ser classificada como:

I - pré-estabelecida: a operadora que detém o vínculo com o beneficiário se compromete a pagar um valor fixo por beneficiário à operadora que detém o vínculo direto com a rede de prestadores de serviços de assistência à saúde, independente da utilização dos serviços por seu beneficiário; ou

II - pós-estabelecida: a operadora que detém o vínculo com o beneficiário se compromete a pagar valores, previamente acordados, à operadora que detém o vínculo direto com a rede de prestadores de serviços de assistência à saúde em função da utilização dos serviços por seu beneficiário.

§ 2º Os negócios jurídicos de que trata o caput devem possibilitar que a operadora que detém o vínculo com o beneficiário possua acesso às informações sobre a utilização dos serviços de assistência à saúde pelo beneficiário a ela vinculado, independentemente da forma de remuneração acordada entre as partes, de modo que a operadora que detém o vínculo com o beneficiário possa prestar todas as informações exigidas pela ANS.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800199

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 7º A operadora contratada deve informar ao beneficiário acerca dos casos em que a prestação dos serviços de assistência à saúde se dará pela intermediação de outra operadora (operadora prestadora), comunicando-lhe em linguagem clara e acessível sobre todos os procedimentos para obter o acesso aos serviços de assistência à saúde.

Parágrafo único. Todo o material fornecido aos beneficiários para obter acesso aos serviços de assistência à saúde pela intermediação da operadora prestadora, inclusive cartão de identificação, deve informar o título do estabelecimento (nome fantasia) e o número de registro perante a ANS da operadora contratada.

Art. 8º O descumprimento de quaisquer obrigações entre operadora contratada e operadora prestadora nos negócios jurídicos de que trata o art. 5º, não isenta a operadora contratada de cumprimento das exigências previstas na regulamentação setorial vigente, em especial no que tange à garantia de atendimento aos seus beneficiários.

Art. 9º A operadora contratada responderá perante a ANS por todas as ações resultantes da atividade fiscalizatória do órgão regulador, bem como pelas demandas de reclamação, incluindo notificações de intermediação preliminar - NIP de qualquer natureza e autos de infração, referentes aos beneficiários abarcados pelas operações de que trata o art. 5º.

Seção II

Da constituição de fundos comuns

Art. 10. As operadoras poderão formar um fundo comum com vistas a absorver, no todo ou em parte, o impacto financeiro dos eventos em saúde, podendo associar a esse fundo comum o compartilhamento de serviços de gerenciamento de custos, tais como a auditoria de contas médicas.

Parágrafo único. Caso os fundos de que trata o caput pretendam investir em mercados regulados, terão que observar a legislação específica.

Art. 11. O fundo comum de que trata o art. 10 deverá ser formado por grupo exclusivo de operadoras, caracterizado pela ajuda mútua e autogeridos, e o respectivo regulamento definirá seu funcionamento e assegurará a representação de todas as operadoras participantes na sua administração superior.

Art. 12. Os fundos comuns em que se pactue a garantia de custeio de despesas de assistência à saúde de beneficiários remidos ou que prevejam a possibilidade de reembolso ou ressarcimento de despesas acima do montante acumulado pelas contribuições das operadoras participantes devem ser administrados obrigatoriamente por operadoras.

Parágrafo único. Os fundos comuns de que trata o caput deverão estabelecer sistemática de cálculo e constituição das provisões técnicas necessárias à manutenção do seu equilíbrio econômico-financeiro, a ser contabilizada pela operadora que o administra, de acordo com a regulamentação setorial vigente.

Seção III

Da oferta conjunta de planos privados de assistência à saúde

Art. 13. As operadoras poderão pactuar a oferta conjunta de planos privados de assistência à saúde no mesmo contrato, desde que o contrato e o material a ser distribuído aos beneficiários para acesso aos serviços de assistência à saúde informe, em linguagem clara e acessível:

I - tratar-se de oferta conjunta de plano privado de assistência à saúde;

II - quais são as operadoras participantes da oferta conjunta, informando, inclusive, seus números de registro na ANS, e explicitando uma única operadora como operadora líder;

III - quais são os planos privados de assistência à saúde que compõem o contrato, os quais devem estar registrados perante a ANS pelas respectivas operadoras como planos coletivos empresariais ou por adesão;

IV - a forma de acesso dos beneficiários aos serviços de assistência à saúde de cada um dos planos aos quais os beneficiários ficarão vinculados, incluindo informações sobre as respectivas redes de prestadores de serviços de assistência à saúde; e

V - ser a operadora líder a operadora responsável, perante o contratante, por todas as obrigações e deveres relacionados à oferta conjunta de planos privados de assistência à saúde, sem prejuízo da pactuação entre as operadoras da distribuição das responsabilidades pelo acesso aos serviços de assistência à saúde.

Art. 14. Cada operadora participante da oferta conjunta de planos privados de assistência à saúde é responsável perante a ANS pelo envio de informações relacionadas aos beneficiários vinculados aos respectivos planos que compõem o contrato que trata a presente seção.

Art. 15. A operadora que detém o vínculo com o beneficiário responderá exclusivamente perante a ANS por todas as demandas de reclamação, incluindo notificações de intermediação preliminar - NIP de qualquer natureza e autos de infração, referentes aos beneficiários abarcados pela oferta conjunta de planos privados de assistência à saúde, de que trata esta seção.

Parágrafo único. A operadora que detém o vínculo com o beneficiário também responderá exclusivamente perante a ANS por qualquer ação de atividade fiscalizatória decorrente das demandas de reclamação mencionadas no caput.

CAPÍTULO IV

DO REGISTRO CONTÁBIL DAS OPERAÇÕES

Art. 16. As operadoras envolvidas em operações de que trata a presente RN devem realizar o registro contábil das transações de forma a segregar os riscos financeiros decorrentes das referidas operações daqueles assumidos com os beneficiários vinculados aos planos por elas ofertados.

Parágrafo único. A segregação que trata o caput será objeto de Relatório de Procedimento Pré-Acordado emitido por auditor independente registrado na Comissão de Valores Mobiliários - CVM, conforme Instrução Normativa - IN n º 45, de 2010, da Diretoria de Normas e Habilitação das Operadoras, encaminhado em conjunto com o Documento de Informações Periódicas - DIOPS.

Art. 17. As despesas incorridas com beneficiários de outras operadoras junto à sua rede de prestadores de serviços de assistência à saúde, em função de operações de corresponsabilidade que trata o art. 5º, devem ser classificadas nas demonstrações financeiras como sinistros/eventos indenizáveis, para todos os efeitos.

Art. 18. As respectivas exigibilidades de constituição de provisões de sinistros/eventos indenizáveis devem ser observadas por cada operadora participante das operações de que trata esta RN, de acordo com a forma de remuneração acordada entre as operadoras participantes, observada a regulamentação vigente para as provisões técnicas.

Art. 19. As contribuições efetuadas a fundos comuns para custeio de despesas de assistência à saúde poderão ser reconhecidas como ativo das operadoras participantes a ser reduzido em função do volume de reembolsos ou ressarcimentos efetivamente apurados.

Parágrafo único. Caso o fundo comum mencionado no caput estabeleça possibilidade de que o volume de reembolsos ou ressarcimentos de despesas de assistência à saúde seja superior ao volume de contribuições acumuladas por determinada operadora participante, essa diferença deverá ser reconhecida no passivo da referida operadora até sua reversão integral junto ao fundo comum.

Art. 20. As demonstrações financeiras anuais das operadoras participantes das operações que trata esta RN devem conter notas explicativas sobre a eventual participação nessas operações, detalhando o volume de recursos envolvidos e avaliação dos respectivos riscos financeiros associados.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 21. O art. 6º da RN nº 209, de 2009, passa a vigorar acrescido dos §§ 7º e 8º, conforme as seguintes redações:

"Art. 6º

.....

.....

§ 7º Para fins de cálculo ou apuração das fórmulas constantes dos incisos I e II deste artigo, as contraprestações/prêmios e os eventos/sinistros na modalidade de preço preestabelecido, devem ser deduzidos, respectivamente, dos valores efetivamente pagos e recebidos de seguros ou resseguros no período.

§ 8º As deduções dos valores efetivamente pagos e recebidos de seguros ou resseguros mencionadas no § 7º, estão limitadas aos seguros ou resseguros que tenham como objeto o reembolso total ou parcial de eventos/sinistros apurados pela operadora contratante."

Art. 22. O subitem 2.7 do Capítulo I, que trata das Normas Gerais, e o Capítulo IV, que trata do Manual Contábil das Operações do Mercado de Saúde Suplementar, ambos do Anexo da RN nº 290, de 2012, passam a vigorar, respectivamente, conforme os Anexos I e II desta RN, que estarão disponíveis para consulta no sítio da ANS na rede mundial de computadores.

Art. 23. O caput do art. 8º da RN nº 389, de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 8º O Componente Utilização dos Serviços do PIN-SS deverá conter os eventos reconhecidos pela operadora, independente da ocorrência de glosa de valor, considerando-se todos os eventos realizados na rede própria, credenciada, referenciada, cooperada, na rede indireta ou fora da rede, quando houver cobertura para reembolso.

....." (NR)

Art. 24. O art. 7º da RN nº 389, de 2015, passa a vigorar acrescido do inciso XXIII, com a seguinte redação:

"Art. 7º.....

.....

XXIII - informação sobre existência de compartilhamento da gestão de riscos para viabilizar o atendimento continuado do beneficiário no contrato, na forma de regulamentação própria da Agência Nacional de Saúde Suplementar, que permite a assunção de corresponsabilidade pela gestão dos riscos decorrentes do atendimento, de forma continuada, dos beneficiários de outras operadoras por meio de intercâmbio operacional, convênio de reciprocidade ou outra forma de ajuste.

....."

Art. 25. O inciso IV do § 1º do art. 2º da RN nº 392, de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º

.....

§ 1º

.....

.....

IV - débitos referentes a eventos/sinistros contabilizados e ainda não pagos que tenham como contrapartida créditos de operações com planos de assistência à saúde decorrentes de contratos de seguro ou resseguro;

....." (NR)

Art. 26. O § 1º do art. 2º da RN nº 392, de 2015, passa a vigorar acrescido do inciso VI, conforme a seguinte redação:

"Art. 2º

.....

§ 1º

.....

.....

VI - débitos referentes a eventos/sinistros contabilizados e ainda não pagos que tenham como contrapartida créditos a receber registrados nos últimos 60 dias decorrentes da utilização de serviços de assistência à saúde de beneficiários de outra operadora por meio de corresponsabilidade pela gestão dos riscos decorrentes do atendimento dos beneficiários.

....."

Art. 27. O Anexo I da IN nº 45, de 2010, da Diretoria de Normas e Habilitação das Operadoras, passa a vigorar conforme Anexo III desta RN, que estará disponível para consulta no sítio da ANS na rede mundial de computadores.

Art. 28. As Diretorias da ANS editarão os atos que julgarem necessários ao aperfeiçoamento e cumprimento desta RN no âmbito das respectivas competências.

Art. 29. Revoga-se a RN nº 191, de 8 de maio de 2009.

Art. 30. Esta RN entra em vigor em 1º de janeiro de 2018.

LEANDRO FONSECA DA SILVA
Diretor-Presidente
Substituto

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

DIRETORIA COLEGIADA

RETIFICAÇÃO

No Aresto nº 1.022, de 30 de novembro de 2017, publicado no Diário Oficial da União n° 230, de 01 de dezembro de 2017, Seção 1 pág. 126:

Onde se lê:

AUTUADO: LABORATÓRIO QUÍMICO FARMACÊUTICO BERGAMO LTDA CNPJ/CPF: 61.282.661/0001-41 25759.574620/2012-43 - AIS:0822858/12-2 - GGPAF1/ANVISA CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, MANTENDO A PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 12.000,00 (VINTE MIL REAIS), POR UNANIMIDADE. - REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA - ROP 027/2017, REALIZADA DIA 31/10/2017.

AUTUADO: LABORATÓRIO QUÍMICO FARMACÊUTICO BERGAMO LTDA CNPJ/CPF: 61.282.661/0001-41 25759.574700/2012-14 - AIS:0822953/12-8 - GGPAF1/ANVISA CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, MANTENDO A PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 12.000,00 (VINTE MIL REAIS), POR UNANIMIDADE. - REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA - ROP 027/2017, REALIZADA DIA 31/10/2017.

Leia-se:

AUTUADO: LABORATÓRIO QUÍMICO FARMACÊUTICO BERGAMO LTDA CNPJ/CPF: 61.282.661/0001-41 25759.574620/2012-43 - AIS:0822858/12-2 - GGPAF1/ANVISA CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, MANTENDO A PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 12.000,00 (DOZE MIL REAIS), POR UNANIMIDADE. - REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA - ROP 027/2017, REALIZADA DIA 31/10/2017.

AUTUADO: LABORATÓRIO QUÍMICO FARMACÊUTICO BERGAMO LTDA CNPJ/CPF: 61.282.661/0001-41 25759.574700/2012-14 - AIS:0822953/12-8 - GGPAF1/ANVISA CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, MANTENDO A PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 12.000,00 (DOZE MIL REAIS), POR UNANIMIDADE. - REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA - ROP 027/2017, REALIZADA DIA 31/10/2017.

No Aresto n° 1.031, de 5 de dezembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União n° 233, de 6 de dezembro de 2017, seção 1, pág. 29.

Onde se lê:

"Empresa: Implamed-Implantes Especializados Com. Import. e Export. Ltda.

CNPJ: 57.146.607/0001-00

Processo: 25351.692718/2012-45

Expediente: 0991422/12-6

Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, NÃO CONHECER do recurso por ilegitimidade, acompanhando a posição do relator que acata o parecer 293/2017 - CRTPS/Diare."

Leia-se:

"Empresa: Implamed-Implantes Especializados Com. Import. e Export. Ltda.

CNPJ: 57.146.607/0001-00

Processo: 25351.692718/2012-45

Expediente: 0775624/13-1

Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, NÃO CONHECER do recurso por ilegitimidade, acompanhando a posição do relator que acata o parecer 293/2017 - CRTPS/Diare."

DIRETORIA DE CONTROLE E MONITORAMENTO SANITÁRIOS

DESPACHO Nº 104, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2017

O Diretor da Diretoria de Controle e Monitoramentos Sanitários, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 53, IX, § 1º, e em razão da reorganização administrativa, que se encontra em andamento, visando ao adequado cumprimento da Lei nº 13.411/16, bem como diante do grande acervo de recursos protocolados antes da vigência da nova legislação e da ausência momentânea de um Diretor no quadro dirigente, resolve:

Prorrogar por até noventa dias, nos termos do art. 15, §§ 4º e 5º, da Lei nº 9.782/99, o(s) prazo(s) para publicação de decisão referente ao(s) recurso(s) administrativo(s) listado(s) no Anexo.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800200

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Empresa: DILEPE INDUSTRIA COMERCIO DE MAT ORTOPEDICOS LTDA
CNPJ: 73.142.960/0001-60
Processo: 25351.312607/2017-32
Expediente: 2097878/17-2
Nome Comercial (Produto): FAMÍLIA DE MALHA TUBULAR EM HELANCA DILEPÉ
Data do Protocolo: 09/10/2017

WILLIAM DIB

GERÊNCIA-GERAL DE PORTOS, AEROPORTOS, FRONTEIRAS E RECINTOS ALFANDEGADOS

COORDENAÇÃO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA DE PORTOS, AEROPORTOS, FRONTEIRAS E RECINTOS ALFANDEGADOS EM ALAGOAS

DESPACHO Nº 103, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2017

A Coordenadora de Vigilância Sanitária em Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados no Estado de Alagoas - CVPAF-AL, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 453, de 22 de fevereiro de 2016, combinada com a Portaria nº 1.171, de 02 de junho de 2016, vem tornar públicas as decisões administrativas referentes aos processos abaixo relacionados:

AUTUADO: AB COMÉRCIO DE ALIMENTOS S/A
CNPJ/CPF: 02.249.716/0001-52
25763.655052/2012-25 - AIS:0938930/12-0 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 6.000,00 (Seis mil reais)

AUTUADO: AHUMADA CHOCOLATES E BEBIDAS LTDA CNPJ/CPF: 14.413.886/0005-33
25742.574368/2016-96 - AIS:2615317/16-3 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 4.000,00 (Quatro mil reais)

AUTUADO: COMERCIAL CASA DOS FRIOS LTDA
CNPJ/CPF: 05.359.030/0014-27
25757.615386/2013-70 - AIS:0881159/13-8 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 40.000,00 (Quarenta mil reais)

AUTUADO: DIVINA DISTRIBUIDORA DE VITAMINAS NATURAIS SUNDOWN REXALL DO BRASIL LTDA
CNPJ/CPF: 69.970.143/0001-22
25750.761478/2014-87 - AIS:1120556/14-3 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 16.000,00 (Dezesseis mil reais)

AUTUADO: DIVINA DISTRIBUIDORA DE VITAMINAS NATURAIS SUNDOWN REXALL DO BRASIL LTDA
CNPJ/CPF: 69.970.143/0001-22
25750.776513/2014-31 - AIS:1142829/14-5 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 16.000,00 (Dezesseis mil reais)

AUTUADO: GALAXIA MARITIMA S/A CNPJ/CPF: 05.104.067/0001-90
25763.739803/2014-60 - AIS:1088156/14-5 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 40.000,00 (Quarenta mil reais)

AUTUADO: INFRAMÉRICA - Concessionária do Aeroporto de São Gonçalo do Amarante S/A CNPJ/CPF: 14.639.720/0001-06
25750.569205/2016-17 - AIS:2606048/16-5 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 40.000,00 (Quarenta mil reais)

AUTUADO: MASTER FOODS RECIFE LANCHONETE LTDA CNPJ/CPF: 11.545.448/0004-50
25757.626674/2015-10 - AIS:0897220/15-6 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 40.000,00 (Quarenta mil reais)

AUTUADO: MASTER FOODS RECIFE LANCHONETES LTDA CNPJ/CPF: 11.545.448/0002-98
25757.696617/2015-26 - AIS:0988737/15-7 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 40.000,00 (Quarenta mil reais)

AUTUADO: TAM LINHAS AÉREAS S/A CNPJ/CPF: 02.012.862/0001-60
25750.776467/2014-22 - AIS:1142839/14-2 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 80.000,00 (Oitenta mil reais)

AUTUADO: VLI OPERACOES PORTUARIAS S.A CNPJ/CPF: 12.963.928/0003-12
25765.764942/2015-01 - AIS:1090611/15-8 - GGPAF/ANVISA

MARIA NAZARÉ ALVES DA SILVA

DIRETORIA DE GESTÃO INSTITUCIONAL

GERÊNCIA-GERAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA DE INFRAÇÕES SANITÁRIAS

RETIFICAÇÃO

No Despacho do Coordenador nº 88, de 20 de outubro de 2017, publicado no Diário Oficial da União n° 204, de 24 de outubro de 2017, seção 1, pág. 114.

Onde se lê:
AUTUADO: ZYDUS NIKKHO FARMACÊUTICA LTDA
CNPJ/CPF: 05.254.971/0001-81
25759.638592/2007-80 - AIS:794344/07-0 - GGPAF1/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR NULIDADE.
Leia-se:
AUTUADO: ZYDUS NIKKHO FARMACÊUTICA LTDA
CNPJ/CPF: 05.254.971/0001-81
25759.638592/2007-80 - AIS:794344/07-0 - GGPAF1/ANVISA
ARQUIVAMENTO POR PRESCRIÇÃO DA AÇÃO PUNITIVA.

SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE

PORTARIA CONJUNTA Nº 13, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017

Aprova o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas da Doença de Alzheimer.

O SECRETÁRIO DE ATENÇÃO À SAÚDE e o SECRETÁRIO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INSUMOS ESTRATÉGICOS, no uso de suas atribuições,

Considerando a necessidade de se atualizarem parâmetros sobre a doença de Alzheimer no Brasil e diretrizes nacionais para diagnóstico, tratamento e acompanhamento dos indivíduos com esta doença;

Considerando que os protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas são resultado de consenso técnico-científico e são formulados dentro de rigorosos parâmetros de qualidade e precisão de indicação;

Considerando o Registro de Deliberação nº 267/2017 e o Relatório de Recomendação nº 285 - Julho de 2017 da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS (CONITEC), a atualização da busca e avaliação da literatura; e

Considerando a avaliação técnica do Departamento de Gestão e Incorporação de Tecnologias em Saúde (DGITS/SCTIE/MS), do Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos (DAF/SCTIE/MS) e do Departamento de Atenção Especializada e Temática (DAET/SAS/MS), resolvem:

Art. 1º Fica aprovado o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas - Doença de Alzheimer.

Parágrafo único. O Protocolo de que trata este artigo, que contém o conceito geral da doença de Alzheimer, critérios de diagnóstico, tratamento e mecanismos de regulação, controle e avaliação, disponível no sitio: www.saude.gov.br/sas,, é de caráter nacional e deve ser utilizado pelas Secretarias de Saúde dos Estados, Distrito Federal e Municípios na regulação do acesso assistencial, autorização, registro e ressarcimento dos procedimentos correspondentes.

Art. 2º É obrigatória a cientificação do paciente, ou de seu responsável legal, dos potenciais riscos e efeitos colaterais relacionados ao uso de procedimento ou medicamento preconizados para o tratamento da doença de Alzheimer.

Art. 3º Os gestores estaduais, distrital e municipais do SUS, conforme a sua competência e pactuações, deverão estruturar a rede assistencial, definir os serviços referenciais e estabelecer os fluxos para o atendimento dos indivíduos com a doença em todas as etapas descritas no Anexo desta Portaria.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Fica revogada a Portaria nº 1.298/SAS/MS, de 21 de novembro de 2013, publicada no Diário Oficial da União - DOU nº 227, de 22 de novembro de 2013, seção 1, páginas 61-64.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

MARCO ANTÔNIO DE ARAÚJO FIREMAN

PORTARIA CONJUNTA Nº 14, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017

Aprova o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas da Doença de Crohn.

O SECRETÁRIO DE ATENÇÃO À SAÚDE e o SECRETÁRIO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INSUMOS ESTRATÉGICOS, no uso de suas atribuições,

Considerando a necessidade de se atualizarem parâmetros sobre a doença de Crohn no Brasil e diretrizes nacionais para diagnóstico, tratamento e acompanhamento dos indivíduos com esta doença;

Considerando que os protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas são resultado de consenso técnico-científico e são formulados dentro de rigorosos parâmetros de qualidade e precisão de indicação;

Considerando o Registro de Deliberação nº 298/2017 e o Relatório de Recomendação nº 316 - Novembro de 2017 da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS (CONITEC), a atualização da busca e avaliação da literatura; e

Considerando a avaliação técnica do Departamento de Gestão e Incorporação de Tecnologias em Saúde (DGITS/SCTIE/MS), do Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos (DAF/SCTIE/MS) e do Departamento de Atenção Especializada e Temática (DAET/SAS/MS), resolvem:

Art. 1º Fica aprovado o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas - Doença de Crohn.

Parágrafo único. O Protocolo de que trata este artigo que contém o conceito geral da doença de Crohn, critérios de diagnóstico, tratamento e mecanismos de regulação, controle e avaliação, disponível no sitio: www.saude.gov.br/sas, é de caráter nacional e deve ser utilizado pelas Secretarias de Saúde dos Estados, Distrito Federal e Municípios na regulação do acesso assistencial, autorização, registro e ressarcimento dos procedimentos correspondentes.

Art. 2º É obrigatória a cientificação do paciente, ou de seu responsável legal, dos potenciais riscos e efeitos colaterais relacionados ao uso de procedimento ou medicamento preconizados para o tratamento da doença de Crohn.

Art. 3º Os gestores estaduais, distrital e municipais do SUS, conforme a sua competência e pactuações, deverão estruturar a rede assistencial, definir os serviços referenciais e estabelecer os fluxos para o atendimento dos indivíduos com a doença em todas as etapas descritas no Anexo desta Portaria.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Fica revogada a Portaria nº 996/SAS/MS, de 2 de outubro de 2014, publicada no Diário Oficial da União - DOU nº 191, de 3 de outubro de 2014, seção 1, página 44.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

MARCO ANTÔNIO DE ARAÚJO FIREMAN

PORTARIA Nº 1.798, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2017

Defere a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, do Hospital Santa Terezinha, com sede em Palmitinho (RS).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde,; e

Considerando o Parecer Técnico nº 224-SEI/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.468606/2017-26/, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1 Fica deferida a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), do Hospital Santa Terezinha, CNPJ nº 87.664.793/0001-21, com sede em Palmitinho (RS).

Parágrafo único. A Concessão terá validade pelo período de 03 (três) anos a contar da data de publicação no Diário Oficial da União - DOU.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.804, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2017

Exclui do PROSUS, a Associação Beneficente Espírita de Garça, com sede em Garça (SP).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.873, de 24 de outubro de 2013, que instituiu o Programa de Fortalecimento das Entidades Privadas Filantrópicas e das Entidades sem Fins Lucrativos que atuam na Área da Saúde e que Participam de Forma Complementar do Sistema Único de Saúde (PROSUS);

Considerando a Portaria nº 535/GM/MS, de 8 de abril de 2014, que atribui à Secretaria de Atenção à Saúde a competência para o recebimento e condução dos Processos e Recursos do PROSUS, de que trata a Lei nº 12.873, de 24 de outubro de 2013;

Considerando a Adesão ao PROSUS deferida, sob condição resolutiva, da Associação Beneficente Espírita de Garça, CNPJ nº 48.209.704/0001-03, e

Considerando o Parecer Técnico nº 69-SEI/2017-CGAGPS/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.040892/2016-88, que concluiu pelo não atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.873 de 24 de outubro de 2013, resolve:

Art.1º Fica excluída do PROSUS, a Associação Beneficente Espírita de Garça, CNPJ nº 48.209.704/0001-03, com sede em Garça (SP).

Art. 2º A instituição requerente fica notificada para, caso queira, apresentar recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da presente publicação, conforme prevê a Lei n° 12.873 de 24 de outubro de 2013.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800201

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Fica sem efeito o art. 11 da Portaria nº 936/SAS/MS, de 5 de agosto de 2016, publicada no Diário Oficial da União DOU nº 151, de 8 de agosto de 2016, Seção1, página 29.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.808, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2017

Defere a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Sociedade Beneficente Caminho de Damasco, com sede em Garça (SP).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 204-SEI/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.420594/2017-59, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, pela aplicação do percentual de 20% (vinte por cento) da receita efetivamente recebida da prestação de serviços de saúde em gratuidade, da Sociedade Beneficente Caminho de Damasco, CNPJ nº 48.211.585/0001-15, com sede em Garça (SP).

Parágrafo único. A Concessão terá validade pelo período de 03 (três) anos a contar da data de publicação no Diário Oficial da União - DOU.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.815, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017

Defere, em grau de Reconsideração, a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Fundação Médica Santa Cecília, com sede em Aquidabã (SE).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 200 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a Nota Técnica nº 290-SEI/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.072330/2017-84, que concluiu, na fase recursal, pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida, em grau de Reconsideração, a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Fundação Médica Santa Cecília, CNPJ nº 05.977.636/0001-01, com sede em Aquidabã (SE).

Parágrafo único. A Concessão terá validade pelo período de 03 (três) anos a contar da data de publicação no Diário Oficial da União - DOU.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica sem efeito a Portaria nº 1.519/SAS/MS, de 20 de setembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União - DOU nº 187, de 28 de setembro de 2017, seção 1, página 89.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.816, DE 28 DE NOVEMBRO 2017

Defere, em grau de Reconsideração, a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Associação Beneficente Nossa Senhora do Desterro, com sede em Mairiporã (SP).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as Normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a Nota Técnica nº 292-SEI/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.097775/2017-77, que concluiu, na fase recursal, pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei n° 12.101 de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida, em grau de Reconsideração, a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Associação Beneficente Nossa Senhora do Desterro, CNPJ nº 51.979.417/0001-89, com sede em Mairiporã (SP).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 12 de dezembro de 2017 à 11 de dezembro de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica sem efeito a Portaria nº 1.622/SAS/MS, de 16 de outubro de 2017, publicada no Diário Oficial da União (DOU) nº 203, de 23 de outubro de 2017, Seção 1, página 165.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.820, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017

Defere a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Ordem Auxiliadora das Senhoras Evangélicas de Timbó, com sede em Timbó (SC).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as Normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 225-SEI/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.468598/2017-18, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Ordem Auxiliadora das Senhoras Evangélicas de Timbó, CNPJ nº 86.377.553/0001-83, com sede em Timbó (SC).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 1º de janeiro de 2018 à 31 de dezembro de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.824, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017

Defere a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Associação Beneficente de Tabapuã, com sede em Tabapuã (SP).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as Normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 231-SEI/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.177406/2015-03, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Associação Beneficente de Tabapuã, CNPJ nº 71.981.476/0001-07, com sede em Tabapuã (SP).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 27 de outubro de 2015 à 26 de outubro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.825, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017

Defere a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Associação Corpo de Bombeiros Voluntários de Ibirama, com sede em Ibirama (SC).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 235-SEI/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.069836/2017-14, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Associação Corpo de Bombeiros Voluntários de Ibirama, CNPJ nº 83.783.340/0001-63, com sede em Ibirama (SC).

Parágrafo único. A Concessão terá validade pelo período de 03 (três) anos a contar da data de publicação no Diário Oficial da União - DOU.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.828, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017

Defere, em grau de Reconsideração, a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Associação Beneficente Beit ABBA, com sede em Toledo (PR).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 200 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a Nota Técnica nº 293-SEI/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.142783/2016-02, que concluiu, na fase recursal, pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei n° 12.101 de 27 de no-

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800202

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

vembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida, em grau de Reconsideração, a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, pela prestação de serviços ao SUS de atendimento e acolhimento a pessoas com transtornos decorrentes do uso, abuso ou dependência de substância psicoativa, Associação Beneficente Beit ABBA, CNPJ nº 14.159.711/0001-18, com sede em Toledo (PR).

Parágrafo único. A Concessão terá validade pelo período de 03 (três) anos a contar da data de publicação no Diário Oficial da União - DOU.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica sem efeito a Portaria nº 707/SAS/MS, de 07 de abril de 2017, publicada no Diário Oficial da União - DOU nº 69, de 10 de abril de 2017, Seção 1, página 54.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.832, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017

Defere a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Associação Beneficente João Vitor Rodrigues Lima Abejovi, com sede em São Paulo (SP).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 246-SEI/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.089937/2016-12, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, pela prestação de serviços ao SUS de atendimento e acolhimento a pessoas com transtornos decorrentes do uso, abuso ou dependência de substância psicoativa, da Associação Beneficente João Vitor Rodrigues Lima Abejovi, CNPJ nº 09.329.759/0001-97, com sede em São Paulo (SP).

Parágrafo único. A Concessão terá validade pelo período de 03 (três) anos a contar da data de publicação no Diário Oficial da União - DOU.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.838, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017

Defere a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Associação Protetora da Infância de Itambacuri, com sede em Itambacuri (MG).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as Normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 238-SEI/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do preocesso nº. 25000.456452/2017-20, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Associação Protetora da Infância de Itambacuri, CNPJ nº 21.163.811/0001-83, com sede em Itambacuri (MG).

Parágrafo único. A Concessão terá validade pelo período de 03 (três) anos a contar da data de publicação no Diário Oficial da União - DOU.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.840, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017

Defere a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Atibaia, com sede em Atibaia (SP).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as Normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 253-SEI/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do processo nº. 25000.200980/2016-45, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Atibaia, CNPJ nº 44.510.485/0001-39, com sede em Atibaia (SP).

Parágrafo único. A Concessão terá validade pelo período de 03 (três) anos a contar da data de publicação no Diário Oficial da União - DOU.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.845, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017

Defere a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Santa Casa de Misericórdia de Boa Esperança, com sede em Boa Esperança (MG).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as Normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 252-SEI/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.445522/2017-14, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Santa Casa de Misericórdia de Boa Esperança, CNPJ nº 18.781.039/0001-59, com sede em Boa Esperança (MG).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 1º de janeiro de 2018 à 31 de dezembro de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.848, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2017

Defere a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Monte Belo, com sede em Monte Belo (MG).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 256-SEI/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.046565/2016-30, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Monte Belo, CNPJ nº 02.798.796/0001-03, com sede em Monte Belo (MG).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 29 de setembro de 2016 à 28 de setembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.851, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2017

Defere a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Fundação Hospital de Caridade de Quaraí, com sede em Quaraí (RS).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as Normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 250-SEI/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.001206/2016-53, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Fundação Hospital de Caridade de Quaraí, CNPJ nº 94.757.986/0001-92, com sede em Quaraí (RS).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 1º de janeiro de 2016 à 31 de dezembro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.855, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2017

Defere a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, do Instituto Nossa Senhora Aparecida, com sede em Umuarama (PR).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as Normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 260-SEI/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.003095/2017-09, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), do Instituto Nossa Senhora Aparecida, CNPJ nº 05.961.193/0001-60, com sede em Umuarama (PR).

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800203

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 21 de março de 2017 à 20 de março de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.857, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2017

Defere a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Santa Casa de Misericórdia São Vicente de Paulo (MG)

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde; e

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 255-SEI/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.444051/2017-27, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Santa Casa de Misericórdia São Vicente de Paulo, CNPJ nº 19.128.248/0001-60, com sede em Campo Belo (MG).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 1º de janeiro de 2018 à 31 de dezembro de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.858, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2017

Defere a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Irmandade de Santa Casa de Misericórdia de Valinhos, com sede em Valinhos (SP).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 257-SEI/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.445568/2017-33, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Irmandade de Santa Casa de Misericórdia de Valinhos, CNPJ nº 46.056.487/0001-25, com sede em Valinhos (SP).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 1º de janeiro de 2018 á 31 de dezembro de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.860, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2017

Defere a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, do Serviço Social Autônomo Hospital Metropolitano Doutor Célio de Castro, com sede em Belo Horizonte (MG).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 184-SEI/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.089225/2017-84, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), do Serviço Social Autônomo Hospital Metropolitano Doutor Célio de Castro, CNPJ nº 22.012.907/0001-03, com sede em Belo Horizonte (MG).

Parágrafo único. A Concessão terá validade pelo período de 03 (três) anos a contar da data de publicação no Diário Oficial da União - DOU.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.861, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2017

Defere a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde da Sociedade Beneficente do Hospital de Caridade, com sede em Frederico Westphalen (RS).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as Normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 261-SEI/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.433333/2017-07, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Sociedade Beneficente do Hospital de Caridade, CNPJ nº 92.404.789/0001-64, com sede em Frederico Westphalen (RS).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 12 de abril de 2018 à 11 de abril de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.864, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2017

Defere a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, do Hospital Nossa Senhora de Lourdes, com sede em Alvinópolis (MG).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as Normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 265-SEI/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.045021/2017-31, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), do Hospital Nossa Senhora de Lourdes, CNPJ nº 16.718.884/0001-54, com sede em Alvinópolis (MG).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 1º de janeiro de 2018 à 31 de dezembro de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.865, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2017

Defere a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Santa Casa de Misericórdia da Irmandade Senhor dos Passos de Ubatuba, com sede em Ubatuba (SP).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 264-SEI/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.073965/2017-07, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Santa Casa de Misericórdia da Irmandade Senhor dos Passos de Ubatuba, CNPJ nº 72.747.967/0001-42, com sede em Ubatuba (SP).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 1º de janeiro de 2018 à 31 de dezembro de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.867, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2017

Defere a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Associação Feminina de Prevenção e Combate ao Câncer de Juiz de Fora, com sede em Juiz de Fora (MG).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 266-SEI/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.074649/2017-44, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Associação Feminina de Prevenção e Combate ao Câncer de Juiz de Fora, CNPJ nº 21.599.824/0001-08, com sede em Juiz de Fora (MG).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 06 de junho de 2017 à 05 de junho de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800204

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 1.868, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2017

Defere a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Associação Beneficente Oswaldo Cruz de Horizontina, com sede em Horizontina (RS).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 269-SEI/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do processo nº. 25000.082342/2017-17, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Associação Beneficente Oswaldo Cruz de Horizontina, CNPJ nº 21.194.889/0001-65, com sede em Horizontina (RS).

Parágrafo único. A Concessão terá validade pelo período de 03 (três) anos a contar da data de publicação no Diário Oficial da União - DOU.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.872, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2017

Defere a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Irmandade da Santa Casa de Caridade de Machado, com sede em Machado (MG).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as Normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 268-SEI/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do processo nº. 25000.039504/2017-05, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Irmandade da Santa Casa de Caridade de Machado, CNPJ nº 22.228.571/0001-10, com sede em Machado (MG).

Parágrafo único. A Concessão terá validade pelo período de 03 (três) anos a contar da data de publicação no Diário Oficial da União - DOU.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.873, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2017

Defere a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Associação Beneficente dos Receptores de Sangue Erechim, com sede em Erechim (RS).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as Normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 279-SEI/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do processo nº. 25000.200707/2016-11, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Associação Beneficente dos Receptores de Sangue Erechim, CNPJ nº 92.902.725/0001-93, com sede em Erechim (RS).

Parágrafo único. A Concessão terá validade pelo período de 03 (três) anos a contar da data de publicação no Diário Oficial da União - DOU.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.877, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017

Defere a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Associação Beneficente de Corumbá, com sede em Corumbá (MS).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 280-SEI/2017-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.416512/2017-71, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Associação Beneficente de Corumbá, CNPJ nº 03.381.498/0001-78, com sede em Corumbá (MS).

Parágrafo único. A Concessão terá validade pelo período de 03 (três) anos a contar da data de publicação no Diário Oficial da União - DOU.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União

SECRETARIA FEDERAL DE CONTROLE INTERNO

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 8, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2017

Aprova o Manual de Orientações Técnicas da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal.

O SECRETÁRIO FEDERAL DE CONTROLE INTERNO, no uso de suas atribuições e considerando o disposto nos artigos 22, inciso I e § 5º, e 24, inciso IX, da Lei n.º 10.180, de 6 de fevereiro de 2001, no artigo 15 do Decreto n.º 3.591, de 6 de setembro 2000, e na Instrução Normativa nº 3, de 9 de junho de 2017, resolve:

Art. 1º Aprovar o Manual de Orientações Técnicas da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal (Manual), que estabelece os procedimentos para a prática profissional da atividade de auditoria interna governamental do Poder Executivo Federal.

Parágrafo único. O texto encontra-se disponibilizado em http://www.cgu.gov.br/Publicacoes/auditoria-e-fiscalizacao.

Art. 2º As disposições do Manual devem ser observadas pelos órgãos e unidades que integram o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, instituído pelo art. 74 da Constituição Federal e disciplinado pela Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001.

Parágrafo único. Fica facultada às unidades de auditoria interna singulares dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal a utilização das disposições do Manual na estruturação das suas atividades.

Art. 3º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO CARLOS BEZERRA LEONEL

Ministério das Cidades

GABINETE DO MINISTRO

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 42, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017

Dá nova redação a Instrução Normativa nº 32, de 28 de dezembro de 2016, que dispõe sobre o Orçamento Operacional do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, referente à área de Habitação Popular e demais operações habitacionais, para o exercício de 2017.

O MINISTRO DE ESTADO DAS CIDADES, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 6º da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, e o art. 66 do Regulamento Consolidado do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, aprovado pelo Decreto nº 99.684, de 8 de novembro de 1990, com a redação dada pelo Decreto nº 1.522, de 13 de junho de 1995, e o art. 16 da Resolução nº 702, de 4 de outubro de 2012, do Conselho Curador do FGTS, e

Considerando a solicitação de remanejamentos de recursos, entre programas de aplicação vinculados à área de habitação e entre Unidades da Federação, formulada pelo Agente Operador do FGTS, Caixa Econômica Federal por intermédio do Ofício DEFUS/SUFUG/GEAVO nº 166/17#CONFIDENCIAL20, de 21 de novembro de 2017, constante dos autos do processo administrativo nº 80000.034706/2017-61, resolve:

Art. 1º Os anexos I, II e III da Instrução Normativa nº 32, de 28 de dezembro de 2016, que dispõe sobre o Orçamento Operacional do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, referente à área de Habitação Popular e demais operações habitacionais, para o exercício de 2017, publicada no Diário Oficial da União em 29 de dezembro de 2016, Seção 1, páginas 769 a 770, passa a vigorar com a seguinte redação:

"ANEXO I

ORÇAMENTO OPERACIONAL
PLANO DE CONTRATAÇÕES E METAS FÍSICAS
PROGRAMAS DA ÁREA DE HABITAÇÃO POPULAR, DESCONTOS E DEMAIS OPERAÇÕES HABITACIONAIS
EXERCÍCIO 2017

PROGRAMAS/DESCONTOS	Metas fisicas (1) (2)	Empregos gerados (2)	Valores em (R$ 1.000)
1) Pró-Moradia	0	0	0
2) Carta de Crédito Individual	247.525	517.327	23.514.881
3) Carta de Crédito Associativo	2.953	3.572	162.400
4) Apoio à Produção de Habitações	303.293	653.899	29.722.719
5) Pró-Cotista	43.000	170.280	7.740.000
6) Demais operações habitacionais com pessoas físicas e jurídicas	1.800	7.920	360.000
7) Descontos nos financiamentos a pessoas físicas	-x-	-x-	10.200.000
TOTAL GERAL	598.571	1.352.998	71.700.000

Legenda:
(...)"

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800205

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

"ANEXO II

ORÇAMENTO OPERACIONAL
PROGRAMAS DA ÁREA DE HABITAÇÃO POPULAR COM RECURSOS DISTRIBUÍDOS POR UNIDADES DA FEDERAÇÃO
EXERCÍCIO 2017 - (Valores em R$ 1.000,00)

UF/REGIÕES	PRÓ-MORADIA	CARTA DE CRÉDITO INDIVIDUAL	CARTA DE CRÉDITO ASSOCIATIVO	APOIO À PRODUÇÃO DE HABITAÇÕES	TOTAL
RO	0	176.000	0	11.182	187.182
AC	0	18.490	0	16.909	35.399
AM	0	51.364	0	125.273	176.637
RR	0	39.227	0	8.455	47.682
PA	0	198.364	0	242.091	440.455
AP	0	9.143	0	9.364	18.507
TO	0	113.164	0	43.864	157.028
NORTE	0	605.752	0	457.138	1.062.890
MA	0	278.818	0	585.619	864.437
PI	0	250.182	0	224.364	474.546
CE	0	716.909	0	495.091	1.212.000
RN	0	527.000	0	305.743	832.743
PB	0	771.300	0	378.182	1.149.482
PE	0	568.909	5.000	978.636	1.552.545
AL	0	211.500	0	272.500	484.000
SE	0	297.955	0	354.109	652.064
BA	0	644.227	0	1.303.864	1.948.091
NORDESTE	0	4.266.800	5.000	4.898.108	9.169.908
MG	0	3.152.700	20.000	3.109.587	6.282.287
ES	0	241.136	0	274.000	515.136
RJ	0	824.727	0	2.515.347	3.340.074
SP	0	5.336.700	50.750	10.670.831	16.058.281
SUDESTE	0	9.555.263	70.750	16.569.765	26.195.778
PR	0	2.508.500	8.650	2.041.408	4.558.558
SC	0	1.315.000	5.000	910.867	2.230.867
RS	0	1.642.500	8.000	2.013.789	3.664.289
SUL	0	5.466.000	21.650	4.966.064	10.453.714
MS	0	615.000	60.000	350.455	1.025.455
MT	0	385.930	0	571.227	957.157
GO	0	2.427.500	5.000	1.340.025	3.772.525
DF	0	192.636	0	569.937	762.573
C.OESTE	0	3.621.066	65.000	2.831.644	6.517.710
TOTAL	0	23.514.881	162.400	29.722.719	53.400.000

Observação:
(...)"

ANEXO III

ORÇAMENTO OPERACIONAL
DESCONTOS PARA FINANCIAMENTOS A PESSOAS FÍSICAS
DISTRIBUÍDOS POR UNIDADES DA FEDERAÇÃO
EXERCÍCIO 2017
(Valores em R$ 1.000,00)

REGIÕES	VALOR
RO	48.112
AC	8.292
AM	14.509
RR	22.676
PA	115.917
AP	9.850
TO	48.991
NORTE	268.347
MA	214.952
PI	158.698
CE	256.238
RN	297.333
PB	381.839
PE	459.652
AL	141.167
SE	167.740
BA	417.360
NORDESTE	2.494.979
MG	1.277.683
ES	95.838
RJ	521.231
SP	2.015.994
SUDESTE	3.910.746
PR	879.218
SC	377.269
RS	706.898
SUL	1.963.385
MS	279.376
MT	224.791
GO	941.478
DF	116.898
C.OESTE	1.562.543
TOTAL	10.200.000

Observação: (...)"

Art. 2º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE BALDY

SECRETARIA EXECUTIVA

DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO

PORTARIA Nº 265, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017

Delega aos órgãos e entidades executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal a competência para expedir o Certificado de Registro de Veículo (CRV) e do Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo (CRLV).

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo artigo 19, inciso VII, da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro (CTB);

Considerando que o art. 19, inciso VII, do CTB atribui ao DENATRAN a competência para expedir o Certificado de Registro de Veículo e o Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo, mediante delegação aos órgãos executivos dos estados e do Distrito Federal;

Considerando que o art. 22, inciso III, do CTB atribui aos órgãos e entidades executivos de trânsito dos estados e do Distrito Federal a competência para expedir o Certificado de Registro e o Licenciamento Anual, mediante delegação do órgão federal competente;

Considerando o constante dos autos do processo nº 80000.028147/2017-50, resolve:

Art. 1º Delegar aos órgãos e entidades executivos de trânsito dos estados e do Distrito Federal a competência para a expedição do Certificado de Registro de Veículo (CRV) e do Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo (CRLV).

Art. 2º Os órgãos e entidades executivos de trânsito dos estados e do Distrito Federal poderão credenciar entidades públicas ou privadas para a execução da atividade prevista no art. 1º, na forma estabelecida pelas normas do CONTRAN.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

ELMER COELHO VICENZI

PORTARIA Nº 266, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017

Estabelece os procedimentos para pré-cadastro de veículo na Base Índice Nacional - BIN do Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM pelo Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN para fins de registro, licenciamento e atualização de Placa de identificação veicular - PIV de 2 letras, antiga placa amarela, para o atual modelo de PIV

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO-DENATRAN, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo artigo 19, incisos VI e IX, da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro - CTB.

CONSIDERANDO a necessidade do registro na Base Índice Nacional - BIN do Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM de veículos com o antigo modelo de Placa de Identificação Veicular - PIV, antiga placa amarela, constituída por 2 (duas) letras e 4 (quatro) números; e,

CONSIDERANDO o constante dos autos do processo nº 80000.035649/2017-37, resolve:

Art. 1º. O veículo registrado no órgão ou entidade executivo de trânsito dos Estados e do Distrito Federal com o antigo modelo de Placa de Identificação Veicular - PIV, antiga placa amarela constituída por 2 (duas) letras e 4 (quatro) números, para que possa ser emplacado com o modelo atual de PIV, será pré-cadastrado na Base Índice Nacional - BIN, a partir da protocolização no Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN, pelo órgão ou entidade executivo de trânsito de registro, da seguinte documentação:

I - Ofício de requerimento assinado pelo Coordenador do RENAVAM, seu substituto ou superior informando sobre o veículo: CHASSI, CÓDIGO DE MARCA MODELO, Nº DO MOTOR, Nº DO CÂMBIO, UF DE FATURAMENTO, CPF/CNPJ DO FATURADO, PROCEDÊNCIA (ESTRANGEIRA/NACIONAL), COR, COMBUSTÍVEL, POTÊNCIA/CILINDRADA, QUANTIDADE DE EIXO, TIPO DE CARROCERIA, ANO DE FABRICAÇÃO/MODELO, TIPO DO VEÍCULO, ESPÉCIE, LOTAÇÃO, CAPACIDADE DE CARGA, CMT (CAPACIDADE MÁXIMA DE TRAÇÃO) e PBT (PESO BRUTO TOTAL);

II - Laudo de vistoria contendo, no mínimo, decalque do chassi, do motor e 7 (sete) fotos nítidas do veículo apresentando a vista frontal, lateral direita, lateral esquerda , traseira , motor, chassi e câmbio; e,

III - Cópia autenticada da declaração de motor, redigida conforme modelo descrito no Anexo desta Portaria, com firma reconhecida por autenticidade.

Parágrafo único. Poderão ser solicitados documentos adicionais de acordo com a legislação vigente.

Art. 2º. Após realização do pré-cadastro do veículo, o DENATRAN devolverá ao órgão ou entidade executivo de trânsito do Estado ou do Distrito Federal toda a documentação apresentada para que este dê continuidade ao processo de registro, licenciamento e emplacamento do veículo, e guarda do processo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

ELMER COELHO VICENZI

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800206

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO

DECLARAÇÃO:

Eu, ..., portador da carteira de identidade nº ..... , expedida por ..... , CPF nº ..... , residente no endereço ..... , no município de ....., Estado ..... , declaro que assumo a responsabilidade pela procedência lícita do motor nº....., instalado no veículo de minha propriedade, marca/modelo ..... , chassi..... .

Declaro, ainda, serem verdadeiras as informações supracitadas, sujeitando-me às cominações dispostas no art. 299 do Código Penal Brasileiro.

_____

ASSINATURA

CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO

RESOLUÇÃO Nº 716, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017

Estabelece a forma e as condições de implantação e operação do Programa de Inspeção Técnica Veicular em atendimento ao disposto no art. 104 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro (CTB).

O CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO (CONTRAN), no uso da competência que lhe confere o art. 12, inciso I, da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro (CTB) e, conforme o Decreto nº 4.711, de 29 de maio de 2003, que trata da coordenação do Sistema Nacional de Trânsito (SNT).

Considerando o que dispõe os arts. 104 e 131, da Lei nº. 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro (CTB);

Considerando o disposto no art. 12 do § 3º da Lei nº 8.723, de 28 de outubro de 1993, que trata da redução de emissões de poluentes por veículos automotores e dá outras providências;

Considerando o disposto na Lei nº 12.009, de 29 de julho de 2009, que regulamenta o exercício das atividades dos profissionais em transporte de passageiros, em entrega de mercadorias e em serviço comunitário de rua, por meio de motocicletas e motonetas;

Considerando a necessidade de atestar as condições de segurança da frota de veículos registrada em todo o território nacional, contribuindo para a redução dos acidentes de trânsito;

Considerando o relatório de auditoria especial nº 00190.035225/2011-58 da Controladoria Geral da União - CGU;

Considerando o que consta no Processo Administrativo nº 80000.058544/2010-80, resolve:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 1º Estabelecer a forma e as condições de implantação e operação do Programa de Inspeção Técnica Veicular em atendimento ao disposto no art. 104 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro (CTB).

Art. 2º A Inspeção Técnica Veicular (ITV) será realizada para fins de avaliação das condições de segurança dos veículos registrados no Sistema Registro Nacional de Veículos Automotores (RENAVAM) e será executada em todo o território nacional, conforme determinado por esta Resolução.

Art. 3º A comprovação de que o veículo foi aprovado na Inspeção Técnica Veicular é condição necessária para o seu licenciamento anual, conforme disposto no art. 131 do CTB.

CAPÍTULO II

DA IMPLEMENTAÇÃO E OPERAÇÃO DO PROGRAMA DE INSPEÇÃO TÉCNICA VEICULAR

Art. 4º O órgão máximo executivo de trânsito da União exercerá a coordenação, a supervisão e a fiscalização nacional da execução do Programa de Inspeção Técnica Veicular.

Parágrafo Único. Os órgãos e entidades executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal exercerão com exclusividade a fiscalização da operação da Inspeção Técnica Veicular (ITV), que poderá ocorrer tanto de forma presencial quanto de forma remota, sem aviso prévio, através de sistemas informatizados e de sistemas de monitoramento das inspeções.

Art. 5º Os órgãos e entidades executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal implantarão o Programa de Inspeção Técnica Veicular em suas respectivas áreas de circunscrição, nos termos desta Resolução, atendidas as diretrizes do Anexo I.

§ 1º Os órgãos executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal terão prazo até 31 de dezembro de 2019, para implantar o Programa de Inspeção Técnica Veicular em sua área de circunscrição.

§ 2º A operação da Inspeção Técnica Veicular (ITV) poderá ser realizada diretamente pelo órgão e entidade executivo de trânsito do Estado ou do Distrito Federal, ou indiretamente por pessoa jurídica de direito público ou privado previamente credenciada.

§ 3º A emissão do Certificado de Inspeção (CI) será realizada exclusivamente por meio eletrônico e só terá validade no âmbito do Sistema Nacional de Trânsito se registrado em sistema eletrônico específico, mantido pelo DENATRAN, vinculado ao RENAVAM.

§ 4º Os órgãos e entidades executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal deverão solicitar ao DENATRAN acesso ao sistema específico para Inspeção Técnica Veicular (ITV), atendendo os requisitos dos normativos que disciplinem o acesso aos sistemas e subsistemas informatizados do DENATRAN para controle e ressarcimento dos valores inerentes ao acesso.

§ 5º Havendo credenciamento de pessoa jurídica pelos órgãos e entidades executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal para a realização de Inspeção Técnica Veicular (ITV), será concedido o acesso ao respectivo sistema mediante apresentação do ato administrativo de credenciamento, e atendimento dos requisitos dos normativos que disciplinem o acesso aos sistemas e subsistemas informatizados do DENATRAN para controle e ressarcimento dos valores inerentes ao acesso.

§ 6º A pessoa jurídica credenciada pelos órgãos e entidades executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal somente poderá operar o Programa de Inspeção Técnica Veicular após a concessão do acesso ao sistema eletrônico específico, cabendo ao órgão ou entidade responsável pelo credenciamento a fiscalização da conformidade dos serviços prestados.

§ 7º A Inspeção Ambiental para o controle de emissão de gases poluentes e ruído, estabelecida no art. 104 do Código de Trânsito Brasileiro, poderá ser realizada conjuntamente com a inspeção regulamentada por esta resolução, conforme parâmetros estabelecidos pelo CONAMA.

Art. 6º Nos casos em que o órgão ou entidade executivo de trânsito dos Estados e do Distrito Federal decidirem pela contratação de terceiros para a operação do Programa de Inspeção Técnica Veicular, os procedimentos de seleção destas empresas, instituições ou entidades públicas ou privadas deverão atender ao disposto no Anexo II desta Resolução.

§ 1º Fica impedida a participação das empresas, instituições ou entidades públicas ou privadas e seus proprietários que desempenhem atividades relacionadas à fabricação, montagem, modificação, transformação, recuperação, encarroçamento, comércio ou importação de veículos ou de autopeças, seguradoras, transportadoras e as que prestam serviços de reparação ou de locação de veículos.

§ 2º Não poderão participar do processo de credenciamento, em qualquer unidade da federação, aquelas empresas, instituições ou entidades públicas ou privadas sancionadas com cassação a menos de 24 meses.

§ 3º As empresas, instituições ou entidades públicas ou privadas de que trata o caput deste artigo poderão realizar a Inspeção Ambiental estabelecida no art. 104 do Código de Trânsito Brasileiro, conforme parâmetros estabelecidos pelo CONAMA para emissão de gases poluentes e ruído.

CAPÍTULO III

DA INSPEÇÃO

Art. 7º A inspeção, de que trata esta Resolução será automatizada e informatizada e realizar-se-á em estações fixas ou móveis, exclusivamente dedicadas a realização de inspeção veicular periódica, devidamente certificadas por Organismos de Certificação credenciados pelo DENATRAN.

Art. 8º A inspeção será realizada de forma contínua através de conjunto de equipamentos e áreas de inspeção segmentadas.

§ 1º Os equipamentos e instrumentos metrológicos utilizados nos serviços de inspeção sujeitos à regulamentação metrológica devem atender os requisitos determinados pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO).

§ 2º Os requisitos dos equipamentos e a sequencia de inspeção, de que trata o caput deste artigo, serão definidas em portaria do DENATRAN.

Art. 9º O resultado da Inspeção Técnica Veicular (ITV) deve ser informado ao órgão executivo de trânsito dos Estados ou do Distrito Federal via sistema e ao condutor do veículo através de Certificado de Inspeção de acordo com modelo, forma e condições definidas pelo órgão máximo executivo de trânsito da União.

Parágrafo único. O órgão máximo executivo de trânsito da União publicará portaria específica com o modelo do Certificado de Inspeção e especificação do sistema, cujo acesso se dará por certificação digital padrão ICP-Brasil.

CAPÍTULO IV

DOS ITENS DA INSPEÇÃO TÉCNICA VEICULAR

Art. 10. A Inspeção Técnica Veicular (ITV) será executada segundo o conjunto de normas NBR 14040 - Partes I a XII, NBR 14180 - Partes I a XII e NBR 14624 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e suas sucedâneas e na ausência de requisitos, os normativos do CONTRAN e do DENATRAN.

CAPÍTULO V

DA OBRIGATORIEDADE E PERIODICIDADE DA INSPEÇÃO TÉCNICA VEICULAR

Art. 11. A Inspeção Técnica Veicular (ITV) deve ser realizada de dois em dois anos em todos os veículos da frota registrada, conforme cronograma a ser definido por cada órgão e entidade executivo de trânsito dos Estados e do Distrito Federal, sendo pré-requisito para o licenciamento anual.

§ 1º Estarão isentos da inspeção de que trata o caput, durante 3 (três) anos a partir do primeiro licenciamento, os veículos novos registrados na categoria particular, com capacidade para até 7 (sete) passageiros, desde que mantenham suas características originais de fábrica e não se envolvam em acidente de trânsito com danos de média ou grande monta.

§ 2º Para os demais veículos novos, o período de que trata o parágrafo anterior será de 2 (dois) anos, desde que mantenham suas características originais de fábrica e não se envolvam em acidente de trânsito com danos de média ou grande monta.

§ 3º Os veículos de coleção, assim definidos no Anexo I do CTB, e os veículos de uso bélico, não estão sujeitos à Inspeção Técnica Veicular de que trata esta Resolução.

§ 4º A Inspeção Técnica Veicular (ITV) será:

a) semestral, para os veículos destinados ao transporte de escolares e para os previstos na Lei nº 12.009, de 29 de julho de 2009.

b) anual para os veículos utilizados no transporte rodoviário internacional de cargas e passageiros.

c) anual para as Combinações de Veículos de Carga (CVC) com PBTC superior a 57 toneladas.

Art. 12. O Certificado de Inspeção Técnica Veicular terá validade de 2 (dois) anos e por 2 (dois) licenciamentos, exceto para o § 4º, do art. 11, desta Resolução, que terá validade de 6 (seis) meses para alínea "a", e validade de 1 (um) ano para as alíneas "b" e "c".

CAPÍTULO VI

CRONOGRAMA DA IMPLEMENTAÇÃO DA INSPEÇÃO TÉCNICA VEICULAR

Art. 13. Cada órgão e entidade executivo de trânsito dos Estados e do Distrito Federal deverá apresentar ao CONTRAN, até 01 de julho de 2018, o cronograma de implementação da inspeção técnica veicular do seu Estado, contemplando o disposto no art. 11 desta Resolução.

Parágrafo único. Para fins do cronograma de implantação da Inspeção Técnica Veicular deverão ser considerados:

I - "VEÍCULOS LEVES" ciclomotor, motoneta, motocicleta, triciclo, quadriciclo, automóvel, utilitário, caminhonete, camioneta, e micro-ônibus, motor-casa e reboque com peso bruto total - PBT inferior ou igual a 3.500 kg.

II - "VEÍCULOS PESADOS" ônibus, caminhão, caminhão-trator, trator de rodas, trator misto, chassi-plataforma, semirreboque, e micro-ônibus, motor-casa e reboque com peso bruto total (PBT) acima de 3.500 kg e suas combinações.

CAPÍTULO VII

DA REPROVAÇÃO NA INSPEÇÃO TÉCNICA VEICULAR

Art. 14. Os critérios para reprovação dos veículos são:

§ 1º No primeiro ano de operação do Programa de Inspeção Técnica Veicular na Unidade da Federação, seguindo o cronograma de implantação, a reprovação do veículo dar-se-á nas seguintes condições:

a) quando for constatada a existência de Defeito Muito Grave - DMG;

b) quando for constatada a existência de Defeito Grave - DG no sistema de freios, pneus, rodas ou nos equipamentos obrigatórios ou utilizando equipamentos proibidos; ou,

c) quando reprovado na inspeção de controle de emissão de gases poluentes e ruído.

§ 2º No segundo ano de operação do Programa de Inspeção Técnica Veicular, seguindo o cronograma de implantação, a reprovação dar-se-á nas seguintes situações:

a) na constatação de qualquer defeito relacionado no parágrafo anterior; ou,

b) quando for constatado Defeito Grave - DG, no sistema de direção.

§ 3º A partir do terceiro ano de operação do Programa de Inspeção Técnica Veicular, serão reprovados todos os veículos que apresentarem qualquer defeito classificado como Defeito Muito Grave (DMG) ou Defeito Grave (DG) para os itens de segurança, ou não atenderem aos parâmetros estabelecidos pelo CONAMA para emissão de gases poluentes e ruído.

§ 4º Os defeitos aos quais se refere este artigo são aqueles constantes nas normas relacionadas no art. 10 desta Resolução.

Art. 15. Todos os defeitos constatados na Inspeção Técnica Veicular (ITV), inclusive os casos de Defeito Leve - DL, independentemente do ano de operação do programa, devem ser obrigatoriamente registrados no Certificado referido no art. 12 desta Resolução, sendo necessária a comunicação ao proprietário do veículo para que seja providenciada a imediata reparação, assim como deverá constar no sistema a informação da reprovação.

Paragrafo único. Ocorrendo a repetição dos mesmos Defeitos Leves - DL no ano subsequente, estes devem ser classificados como Defeito Grave - DG.

CAPÍTULO VIII

DAS SANÇÕES

Art. 16. A instituição ou entidade pública ou privada sujeitar-se-á às sanções administrativas decorrentes de processos de fiscalização dos órgãos executivos de trânsito dos Estados ou do Distrito Federal, obedecidas as sanções definidas no Anexo III desta Resolução.

§ 1° A aplicação das sanções definidas no Anexo III desta Resolução será precedida de instauração de processo administrativo, que garantirá o direito ao acesso total e irrestrito dos autos, assim como direito à defesa e ao contraditório.

§ 2º O rito processual deverá permitir à empresa credenciada a apresentação de justificativas, antes da análise do enquadramento das eventuais sanções aplicáveis às não conformidades identificadas durante as fiscalizações ou na apuração de

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800207

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

denúncias, sendo deferido o prazo de 15 (quinze) dias, a partir do acesso integral dos autos e da ciência da notificação, que poderá se dar por meio eletrônico.

§ 3º Após o recebimento e análise das justificativas, e havendo a manutenção de não conformidades, caberá aos órgãos e entidades executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal dar prosseguimento ao processo administrativo, retornando os autos à empresa credenciada com suas considerações, análises, notas técnicas e/ou pareceres, informando da manutenção de não conformidades, da sanção que poderá ser aplicada, conferindo prazo de 15 (quinze) dias para apresentação de defesa, a contar do recebimento da notificação.

§ 4º Após o recebimento da defesa, e havendo a manutenção de não conformidades, caberá aos órgãos e entidades executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal dar prosseguimento ao processo administrativo, retornando os autos a empresa credenciada, com suas considerações e da aplicação das sanções, conferindo o prazo de 15 (quinze) dias para a apresentação das alegações finais, a contar do recebimento da notificação.

§ 5º Após o recebimento das alegações finais, e havendo a manutenção de não conformidades, caberá aos órgãos e entidades executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal dar prosseguimento ao processo administrativo e aplicar as penalidades.

§ 6° A não manifestação da empresa credenciada em quaisquer fases do processo administrativo, ou quando da apresentação intempestiva de sua manifestação, deverá o órgão e entidade executivo de trânsito dos Estados e do Distrito Federal dar prosseguimento ao processo administrativo.

§ 7° A aplicação da sanção se dará unicamente pelo órgão ou entidade executiva de trânsito do Estado ou do Distrito Federal que credenciou a empresa, mediante a publicação de portaria em Diário Oficial, a partir do qual será contado o prazo da aplicação da sanção.

§ 8º Quando forem identificadas não conformidades de caráter técnico, especificamente aquelas elencadas nos itens 3, 4, 5, 6, 7, 8, 11 e 13 do Anexo III desta Resolução, será concedido prazo de 60 (sessenta) dias para que a empresa credenciada providencie a análise da causa e execute ações de correção e ações corretivas, objetivando sanar tais não conformidades e as potenciais causas de sua reincidência. Caso tais ações não sejam implementadas no prazo máximo descrito neste parágrafo, caberá ao órgão ou entidade executivo de trânsito dos Estados e do Distrito Federal aplicar a respectiva penalidade.

§ 9° Para fins de aplicação da sanção de cassação definida nos itens 9 e 10 do Anexo III desta Resolução, entender-se-á fraudar a inspeção, seus resultados e seus registros (filmagens, relatórios, dados de sistemas informatizados, documentos), quando ficar comprovado que a empresa credenciada, por intermédio de seus sócios, agiu com dolo ou má fé, não se confundindo com as sanções aplicáveis quando do descumprimento de regulamentos técnicos e de suas normas aplicáveis ou quando de atitudes de dolo e má fé dos responsáveis técnicos ou dos inspetores.

§ 10. Quando forem identificadas e mantidas não conformidades, após o devido processo administrativo definidas nos itens 9 e 10 do Anexo III desta Resolução causadas por dolo ou má fé dos responsáveis técnicos ou dos inspetores da empresa credenciada, estes deverão ser imediatamente afastados de suas funções de sua empresa e o órgão ou entidade executiva de trânsito do Estado ou do Distrito Federal deverá proceder denúncia contra estes junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (Sistema CREA/CONFEA) e ao Ministério Público Estadual, para que estes órgãos apurem os fatos e apliquem, quando for o caso, as devidas sanções profissionais, e medidas cíveis e criminais aos denunciados.

§ 11. As sanções aplicáveis são agravadas devido sua reincidência, conforme estabelece o Anexo III desta Resolução, quando esta reincidência no mesmo requisito ocorrer em até 2 (dois) anos contados entre a data da aplicação da sanção anterior e a data da constatação de sua reincidência. Decorridos este prazo, a aplicação das sanções deverão ser aquelas descritas como primeira ocorrência.

Art. 17. Fica vedado o credenciamento e a manutenção do credenciamento de empresas para o exercício da inspeção técnica veicular de que trata esta Resolução quando esta possuir em sua participação societária integrante de empresa que tiver credenciamento cassado, em qualquer unidade da Federação, pelo prazo de 2 (dois) anos, contados da aplicação da sanção, sendo conferido prazo não inferior a 60 (sessenta) dias para a retirada de sócio ou de sua substituição quando se tratar de manutenção do credenciamento.

Parágrafo único. A vedação de que trata o caput deste artigo será de 10 (dez) anos quando a cassação ocorrer pela aplicação de sanções previstas nos itens 9 e 10 do Anexo III desta Resolução.

CAPÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 18. Caso o veículo seja reprovado nas condições estabelecidas no art. 14 desta Resolução, a primeira reinspeção será isenta da remuneração do serviço no mesmo operador, desde que obedecidos os prazos estabelecidos pelo órgão executivo de trânsito do Estado ou do Distrito Federal.

Parágrafo único. A reinspeção deverá ser completa, nos termos do art. 10 desta Resolução, com a emissão de novo Certificado de Inspeção Técnica Veicular, conforme o art. 12.

Art. 19. As informações obtidas na inspeção técnica veicular são de propriedade dos órgãos executivos de trânsito dos estados ou do Distrito Federal, devendo disponibilizá-las ao órgão máximo executivo de trânsito da União por meio de sistema eletrônico específico, mantido pelo DENATRAN.

Art. 20. O descumprimento das disposições contidas nesta Resolução sujeitará o infrator às sanções previstas no inciso VIII do art. 230 do Código de Trânsito Brasileiro.

Art. 21. Ficam revogadas as Resoluções do CONTRAN nº 84/98, de 19/11/1998, nº 101/99, de 31/08/1999 e a nº 107/99, de 21/12/1999.

Art. 22. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ELMER COELHO VICENZI
Presidente

ADILSON ANTONIO PAULUS
Pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública

RENATO EICKHOFF
Pelo Ministério da Defesa

RONE EVALDO BARBOSA
Pelo Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

DJAILSON DANTAS DE MEDEIROS
Pelo Ministério da Educação

ROMEU SCHEIBE NETO
Pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

PAULO CESAR DE MACEDO
Pelo Ministério do Meio Ambiente

NOBORU OFUGI
Pela Agência Nacional de Transportes Terrestres

THOMAS PARIS CALDELLAS
Pelo Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

ANEXO I

DIRETRIZES PARA IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO DO PROGRAMA DE INSPEÇÃO TÉCNICA VEICULAR PELOS ESTADOS E DISTRITO FEDERAL

OBJETIVO

1 - Fixar os parâmetros mínimos que deverão ser observados na implantação e operação do Programa de Inspeção Técnica Veicular em cada Unidade da Federação.

CARACTERÍSTICAS REGIONAIS

2 - O órgão executivo de trânsito responsável pelo Programa de Inspeção Técnica Veicular deve elaborar estudo visando o equilíbrio técnico-financeiro do programa, considerando as características próprias regionais, contemplando, os seguintes aspectos:

a) caracterização da frota de veículos registrada no RENAVAM, quanto à categoria, tipo de veículo e idade de fabricação;

b) a distribuição da frota por município.

PLANO DE DISTRIBUIÇÃO E DIMENSIONAMENTO DAS ESTAÇÕES DE INSPEÇÃO

3 - O órgão executivo de trânsito responsável pelo Programa de Inspeção Técnica Veicular deve elaborar planos de distribuição das estações e de dimensionamento dos serviços de inspeção.

3.1 O plano de distribuição e dimensionamento dos serviços deverá contemplar, conforme a necessidade existente, os seguintes tipos de estações de inspeção:

a) estações fixas plenas - estações permanentes, edificadas em local determinado e fixo, com horário mínimo de funcionamento diário, constituídas de uma ou mais de uma linha de inspeção;

b) estações fixas especiais - estações permanentes, edificadas em local determinado e fixo, com horário de funcionamento variável, compatível com a demanda da região, podendo funcionar em períodos pré-determinados;

c) estações móveis - linhas de inspeção montadas sobre um veículo ou modulares e que dispõem de todos os equipamentos necessários à realização das inspeções nos padrões estabelecidos pelas normas técnicas e que podem se deslocar para regiões remotas, onde não haja instalação de estações fixas, de acordo com a demanda de veículos a ser inspecionada;

d) estações para grandes dimensões - linha de inspeção fixa ou móvel que dispõem de todos os equipamentos necessários à realização das inspeções para atender veículos de grandes dimensões, de acordo com a demanda de veículos a ser inspecionada.

3.2 Para elaboração do plano de distribuição e dimensionamento das estações, deverão ser seguidos critérios fixados para a área de influência de uma determinada estação, definidos pelos respectivos órgãos executivos de trânsito. Para efeito de definição as distâncias deverão ser consideradas em linha reta entre os centros geográficos dos mesmos.

3.3 Para os municípios de frota reduzida, situados em áreas remotas no Estado ou que apresentem dificuldade de acesso, devidamente comprovado pelo órgão executivo de trânsito, este poderá excepcionalmente, estabelecer procedimentos diferenciados para a elaboração do plano de distribuição e dimensionamento das estações para a realização das inspeções das suas respectivas frotas de veículos.

SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE E PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS

4 - As instituições ou entidades públicas ou privadas credenciadas para a realização das inspeções devem estabelecer e operar um Sistema de Gestão da Qualidade que atenda os requisitos da NBR ISO 17020:2006 - Avaliação da Conformidade - Critérios Gerais para o funcionamento de diferentes tipos de organismos que executam inspeção, realizado pelo INMETRO.

4.1 Os Procedimentos Operacionais - PO devem ser apresentados no processo de credenciamento, detalhando a forma de realização das inspeções nos diferentes tipos de veículos, formalizando também:

a) os horários de operação compatíveis com os mínimos estabelecidos na regulamentação;

b) os procedimentos de execução das inspeções mecanizadas e visuais, com tempos estimados para cada estágio;

c) o arranjo organizacional e sistema administrativo-operacional para a realização das inspeções;

d) a área administrativa para funcionamento dos serviços de apoio às inspeções e área de atendimento aos clientes; e

e) a distribuição racional de equipamentos que dispense manobras para correção do posicionamento dos veículos durante a inspeção.

CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

5 - Estrutura de quadros da operadora: a instituição ou entidade pública ou privada credenciada deve dispor de engenheiros, inspetores com registro no CREA na região de atuação e pessoal administrativo.

6 - Responsabilidade técnica: a instituição ou entidade pública ou privada credenciada deverá indicar o(s) profissional(ais) devidamente habilitado(s) como responsável(eis) técnico(s) pelas atividades de inspeção para cada estação constituída, mediante inclusão do profissional(ais) no registro do CREA da instituição ou entidade pública ou privada.

7 - Treinamentos: o quadro de inspetores deverá ser habilitado legalmente, qualificado e proficiente através de treinamentos específicos relacionados ao Programa Inspeção Técnica Veicular.

8 - Habilitação e Qualificação Técnica: o inspetor técnico de veículos para atuar em uma estação deve atender aos seguintes requisitos:

a) possuir registro no CREA para a realização da Inspeção Técnica Veicular (ITV); e

b) não ser proprietário, sócio, funcionário ou ter qualquer tipo de vínculo com empresa que realize fabricação, montagem, modificação, transformação, recuperação encarroçamento, reparação, recondicionamento ou comércio de veículos, peças e acessórios automotivos, e demais atividades correlatas.

AUDITORIA TÉCNICA

9 - Auditoria Técnica: Deverão ser previstas auditorias técnicas nos seguintes âmbitos de atuação:

a) interna (1ª parte): de responsabilidade da instituição ou entidade pública ou privada, com a finalidade de avaliar periodicamente a existência de não conformidade em qualquer dos aspectos previstos na regulamentação do Programa de Inspeção Técnica Veicular e no seu Manual de Procedimentos Operacionais e Manual da Qualidade;

b) externa (2ª parte): de responsabilidade do órgão executivo de trânsito da unidade da federação, com a finalidade de estudar estatisticamente os resultados da inspeção, avaliando tendências e resultados da auditoria interna,

c) fiscalização (3ª parte): deverá ser realizada fiscalização in loco, periódica, com o intuito de observar, no mínimo:

c.1) se o volume de inspeções realizadas está compatível com a demanda ofertada.

c.2) se os procedimentos de inspeção encontram-se atualizados e disponíveis para os inspetores;

c.3) se os engenheiros e inspetores estão habilitados;

c.4) se os sistemas de informatização operam regularmente e produzem os resultados esperados;

c.5) se os tempos de inspeção e os tempos de espera dos usuários encontram-se conforme estabelecido nos Procedimentos Operacionais,

c.6) se o sistema de comunicação visual interno e para o público, a qualidade do atendimento ao público e da identidade visual da estação encontram-se conforme estabelecido nos Procedimentos Operacionais.

PLANILHA DE CUSTOS E VALORES DO SERVIÇO DE INSPEÇÃO TÉCNICA VEICULAR

10 - Planilha de custos: os órgãos executivos de trânsito das Unidades da Federação estabelecerão a metodologia para a elaboração de planilha de custos da implantação e operação do Programa de Inspeção Técnica Veicular, para demonstração dos respectivos valores a serem cobrados para a realização da inspeção.

11 - O valor do serviço de inspeção e reinspeção, para cada tipo de veículo, será único em qualquer município de um mesmo Estado ou do Distrito federal.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800208

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO II

PROCEDIMENTO PARA CREDENCIAMENTO

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1 - A prestação do serviço de Inspeção Técnica Veicular será formalizada mediante Portaria de credenciamento, nos termos desta Resolução.

2 - Fica vedada a inclusão de exigências para o credenciamento das instituições ou entidades públicas ou privadas por parte dos órgãos executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal.

3 - A instituição ou entidade pública ou privada interessada em prestar o serviço de Inspeção Técnica Veicular (ITV) de que trata esta Resolução deverá requerer o credenciamento aos órgãos executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal.

4 - Os órgãos executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal somente credenciarão a prestação do serviço após o atendimento do disposto nesta Resolução.

5 - O credenciamento para funcionamento da instituição ou entidade pública ou privada fica sujeito à fiscalização pelos órgãos executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal.

6 - O credenciamento da instituição ou entidade pública ou privada terá validade de cinco (05) anos, devendo a pessoa jurídica requerer a renovação para continuidade da prestação do serviço de que trata esta Resolução.

7 - No caso de alteração de endereço das suas instalações ou de alteração da sua razão social, a instituição ou entidade pública ou privada somente poderá operar após a obtenção de novo credenciamento.

8 - Uma nova Portaria de credenciamento deverá ser publicada no caso de alteração do endereço de funcionamento da instituição ou entidade pública ou privada, revogando-se imediatamente a Portaria vigente.

9 - Havendo troca do seu quadro societário ou do seu quadro técnico, a instituição ou entidade pública ou privada deverá comunicar aos órgãos executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal.

10 - A instituição ou entidade pública ou privada somente poderá realizar a atividade de que trata esta Resolução após a publicação de portaria de credenciamento e após firmar contrato de acesso aos sistemas, conforme procedimento estabelecido pelo órgão máximo executivo de trânsito da União.

DO CREDENCIAMENTO DAS INSTITUIÇÕES OU ENTIDADES PÚBLICAS OU PRIVADAS

11 - Será concedido credenciamento às instituições ou entidades públicas ou privadas pelos órgãos executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal à pessoa jurídica que comprovar:

a) habilitação jurídica;

b) regularidade fiscal;

c) qualificação técnica; e

d) qualificação econômico-financeira.

12 - A documentação relativa à habilitação jurídica consiste de:

a) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, com objeto social condizente com o tipo de serviço a ser executado;

b) cédula de identidade e Cadastro de Pessoa Física (CPF) do(s) representante(s) legal(is); e

c) declaração de todos os sócios e engenheiros de absterem-se em envolvimentos comerciais e outros que possam comprometer sua isenção na execução do serviço licenciado.

13 - A documentação relativa à regularidade fiscal consiste de:

a) cópia do cartão do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

b) certidão conjunta de regularidade fornecida pela Secretaria da Receita Federal e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, ambas do Ministério da Fazenda;

c) certidão de regularidade fornecida pela Fazenda Estadual e pela Fazenda Municipal;

d) certidão de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

e) comprovação na forma da lei, de regularidade da entrega da declaração da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) ao Ministério do Trabalho e Emprego; e

f) certidão de regularidade trabalhista emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho.

14 - A documentação relativa à qualificação técnica consiste de:

a) prova de regularidade relativa ao registro da pessoa jurídica e dos profissionais da área técnica no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA), com atribuições de inspeções e perícias no âmbito da engenharia mecânica;

b) projeto arquitetônico completo da edificação onde funcionará a ITV, contendo, minimamente, a planta baixa, planta de locação, planta de cobertura, vistas, fachadas e cortes, todos devidamente cotados;

c) Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica de cada projeto, devidamente registrada no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU);

d) licença ou alvará de funcionamento expedido pela Prefeitura Municipal ou pelo Governo do Distrito Federal;

e) planta e disposição das instalações e equipamentos, devidamente assinada pelo responsável técnico; e

f) relação dos equipamentos, dos instrumentos e dos dispositivos para prestação do serviço de Inspeção Técnica Veicular (ITV) de propriedade da pessoa jurídica, constando seus devidos códigos, marca, fabricante, número de série e de identificação.

15 - As instituições ou entidades públicas ou privadas credenciadas como Estação móvel ficam dispensadas do cumprimento das alíneas "b", "d" e "e", do item 14, deste Anexo.

16 - A documentação relativa à qualificação econômico financeira consiste de:

a) certidões negativas de falência ou recuperação judicial/extrajudicial, expedidas pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou de execução patrimonial, acompanhadas da prova de competência expedida por cartórios distribuidores; e

b) Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis (vedada substituição por balancetes ou balanços provisórios), que devem ser atualizados a cada encerramento de exercício social, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias.

17 - A instituição ou entidade pública ou privada deve estar devidamente cadastrada e habilitada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), mantendo-o ativo, e encaminhar aos órgãos executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal a Certidão emitida pelo SICAF, referente ao cadastramento nos níveis I a V para comprovação minimamente dos documentos previstos no item 13, deste Anexo.

18 - A instituição ou entidade pública ou privada credenciada deverá deter nível de informatização automatizada que permita o acompanhamento dos registros e dos dados armazenados de todas as inspeções realizadas, além de ligação eletrônica com o sistema mantido pelo órgão máximo executivo de trânsito da União, devendo possuir registro dos dados resultantes das inspeções e registro eletrônico do Certificado de Inspeção no sistema RENAVAM.

DAS INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS

19 - Para obtenção do credenciamento, a instituição ou entidade pública ou privada deverá possuir instalações de uma estação de inspeção de segurança veicular conforme norma NBR 14040 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e suas sucedâneas e os equipamentos conforme art. 8º desta Resolução.

DA PADRONIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

20 - A equipe técnica e administrativa da instituição ou entidade pública ou privada, deve utilizar identificação, uniforme e EPI limpos e em boas condições gerais de uso, conservação e higiene.

21 - O crachá de identificação deve conter foto, nome e cargo do funcionário.

22 - O funcionário da instituição ou entidade pública ou privada deve trajar uniforme completo, contendo a logo de identificação da instituição ou entidade pública ou privada, além de fazer uso de calçado apropriado à atividade.

23 - Os funcionários deverão fazer uso correto e constante dos Equipamentos de Proteção Individual definidos pelo Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA).

ANEXO III

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

ITEM	Irregularidades Passíveis de Sanções Administrativas	Classificação			
		1ª Ocorr.	2ª Ocorr.	3ª Ocorr.	4ª Ocorr
1	Apresentar informações não verdadeiras às autoridades de trânsito.	S 15	S 30	S 60	C
2	Realizar inspeção fora da estação autorizada para a instituição ou entidade pública ou privada.	C			
3	Realizar inspeção em desacordo com os procedimentos aprovados.	S 15	S 30	S 60	S 90
4	Realizar inspeção utilizando equipamentos ou instrumentos em desacordo com a NBR 14040:1998 e regulamentação do DENATRAN e do CONTRAN.	A	S 60	S 90	C
5	Utilizar recursos humanos não habilitados, não qualificados ou não proficientes para realização das inspeções.	A	S 30	S 90	C
6	Emitir Certificado de Inspeção aprovado por profissional não habilitado.	S 30	S 60	S 90	C
7	Deixar de armazenar registros de inspeção.	A	S 30	S 60	S 90
8	Registrar a inspeção de forma ilegível ou sem oferecer evidência nítida.	A	S 30	S 60	S 90
9	Fraudar resultado de inspeção, relatório de inspeção ou documento fiscal.	C			
10	Manipular dados e resultados dos sistemas informatizados e automatizados.	C			
11	Deixar de emitir ou emitir de forma incorreta Certificado de inspeção.	S 15	S 30	S 60	S 90
12	Não adotar o valor definido para a inspeção técnica veicular correspondente para cada tipo de veículo.	A	S 60	S 90	C
13	Deixar de utilizar equipamento ou instrumento indispensável à realização de inspeção ou utilizar equipamento inadequado.	S 60	S 60	S 90	C
14	Deixar de prover informação que seja devida aos órgãos executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal	A	S 30	S 60	S 90
15	Deixar de conceder, a qualquer tempo, livre acesso aos órgãos executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal às instalações, registros e outros meios vinculados à autorização para operação da instituição ou entidade pública ou privada.	A	S 30	S 60	S 90
16	Permitir em suas instalações a ocorrência de atividade que caracteriza conflito de interesses com a atividade de inspeção.	A	S 30	S 60	C
17	Não comprovar que mantém o sistema de gestão da qualidade operando conforme a NBR ISO 17020:2006.	A	S 60	S 90	C

LEGENDA

Ocorr	Ocorrência
A	Advertência
S 15	Suspensão por 15 dias do credenciamento da instituição ou entidade pública ou privada
S 30	Suspensão por 30 dias do credenciamento da instituição ou entidade pública ou privada
S 60	Suspensão por 60 dias do credenciamento da instituição ou entidade pública ou privada
S 90	Suspensão por 90 dias do credenciamento da instituição ou entidade pública ou privada
C	Cassação do credenciamento da instituição ou entidade pública ou privada

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800209

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RESOLUÇÃO Nº 717, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017

Estabelece cronograma de estudos técnicos e regulamentação dos itens de segurança veicular.

O CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO (CONTRAN), no uso da competência que lhe confere o art. 12, inciso I, da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro e nos termos do disposto no Decreto nº 4.711, de 29 de maio de 2003, que trata da coordenação do Sistema Nacional de Trânsito (SNT).

Considerando a natural evolução tecnológica dos veículos;

Considerando a previsibilidade para os fabricantes implementarem os itens de segurança;

Considerando a necessidade de aprimoramento da segurança dos ocupantes de veículos e de outros usuários da via;

Considerando o esforço conjunto do Governo Federal para a convergência regulatória e avanços tecnológicos para os veículos produzidos e comercializados no País;

Considerando o que consta no Processo Administrativo nº 80000.124821/2016-45, resolve:

Art. 1° Estabelecer cronograma de estudos técnicos e proposta para a regulamentação dos itens de segurança veicular, para veículos da categoria L, M, N e O.

Art. 2º Os estudos técnicos para a regulamentação dos itens de segurança veicular serão apresentados ao CONTRAN, conforme os prazos definidos no Anexo.

§ 1º Nos casos em que os estudos técnicos comprovarem a inviabilidade da aplicabilidade do item, estes serão submetidos para deliberação do CONTRAN.

§ 2º Os prazos estabelecidos no Anexo desta Resolução serão contados a partir de 30 dias de sua publicação.

§ 3º Faculta-se a antecipação dos prazos para a apresentação do estudo e proposta de regulamentação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ELMER COELHO VICENZI
Presidente

ADILSON ANTONIO PAULUS
Pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública

RENATO EICKHOFF
Pelo Ministério da Defesa

RONE EVALDO BARBOSA
Pelo Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

DJAILSON DANTAS DE MEDEIROS
Pelo Ministério da Educação

ROMEU SCHEIBE NETO
Pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

PAULO CESAR DE MACEDO
Pelo Ministério do Meio Ambiente

NOBORU OFUGI
Pela Agência Nacional de Transportes Terrestres

THOMAS PARIS CALDELLAS
Pelo Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

ANEXO

		Camioneta	Utilitário	Automóvel	Caminhonete	Caminhão/ Caminhão-Trator	Microônibus	Ônibus	Motocicletas/ Triciclo/ Quadriciclo/ Motoneta/ Ciclomotor	Reboque/ Semirreboque	Prazo para estudo e regulamentação (meses)
1	Transporte de mercadoria/produtos perigosos - características específicas de construção									X	12
2	Veículo com carroceira tanque - estabilidade a capotagem									X	12
3	Componente mecânico de engate de combinação de veículo									X	24
4	Flamabilidade - atualização do normativo						X	X			12
5	Instalação e Resistência do tanque do combustível					X	X	X			12
6	Número de identificação da carroceria						X	X			30
7	Requisitos de construção de veículos						X	X			30
8	Cinto de segurança de 3 pontos						X	X			6
9	Apoio de cabeça						X	X			24
10	Acessibilidade (quanto à homologação do veículo)			X			X	X			24
11	Dispositivo limitador de velocidade					X	X	X			24
12	Aviso de afastamento de faixa de rodagem (LDWS)	X	X	X	X	X	X	X			18
13	Sistema de Frenagem Automático Emergência (AEBS)	X	X	X	X	X	X	X			18
14	Indicação de frenagem de emergência (ESS)	X	X	X	X	X	X	X			6
15	Sistema de Alerta ou Visibilidade Traseira	X	X	X	X						6
16	Velocímetro								X		18
17	Controle de avisos								X		18
18	Projeção externa								X		18
19	Alça do garupa								X		18

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800210

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

20	Cavalete e descanso lateral								X		18
21	Estudo técnico comparativo CBS/ABS para motocicleta acima de 125 cc								X		12
22	Localização e identificação dos controles - atualização do normativo	X	X	X	X	X	X	X			6
23	Buzina - atualização do normativo	X	X	X	X	X	X	X	X		6
24	Espelho retrovisor - atualização do normativo	X	X	X	X	X	X	X			6
25	Fechadura e dobradiça - atualização do normativo	X	X	X	X						6
26	Proteção ao ocupante, incluir impacto frontal e traseiro - atualização do normativo.	X	X	X	X						6
27	Proteção anti-intrusão dianteira					X					6
28	Proteção ao ocupante					X					6
29	Aviso de afivelamento dos cintos de segurança - Motorista	X	X	X	X	X	X	X			6
30	Aviso de afivelamento dos cintos de segurança - demais posições.	X	X	X	X						6
31	Proteção para pedestre	X	X	X	X						6
32	Impacto lateral	X	X	X							6
33	Impacto lateral poste	X	X	X							6
34	Sistema de redução de spray					X				X	6
35	Regulamentação para veículos elétricos	X	X	X	X	X	X	X	X		6
36	Superestrutura (Duplo-Piso)							X			36
37	Veículos Autônomos	X	X	X	X	X	X	X			48
38	Gravador de dados de acidentes de trânsito	X	X	X	X						36

RESOLUÇÃO Nº 719, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017

Altera o Anexo I da Resolução CONTRAN nº 540, de 15 de julho de 2015, que trata do conjunto roda e pneu sobressalente e sistemas alternativos.

O CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO - CONTRAN, no uso da competência que lhe confere o artigo 12, inciso I, da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro - CTB, e nos termos do disposto na Lei Decreto nº 4.711, de 29 de maio de 2003, que trata da Coordenação do Sistema Nacional de Trânsito - SNT.

Considerando o que consta nos Processos Administrativos nº 80000.004838/2016-87, nº 80000.118068/2016-59, nº 80000.121641/2016-10, nº 80000.121795/2016-01 e nº 80000.122517/2016-63, resolve:

Art. 1° Esta Resolução altera os subitens 2.12, 3.1.4.1 e 4.1.2.1 e acrescenta o subitem 3.1.4.3 ao Anexo I da Resolução CONTRAN nº 540, de 15 de julho de 2015, que dispõe sobre o conjunto roda e pneu sobressalente de uso temporário e sistemas alternativos.

Art. 2º Alterar o subitem 2.12 do Anexo I da Resolução CONTRAN nº 540/2015, que passa a vigorar com a seguinte redação:

""2.12 Características técnicas da carcaça do pneu. Pode tratar-se de uma estrutura diagonal, diagonal cintada e radial."

Art. 3º Alterar o subitem 3.1.4.1.1. do Anexo I da Resolução CONTRAN nº 540/2015, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"3.1.4.1.1. Um símbolo de aviso de velocidade máxima de 120 km/h, disposto em conformidade com o esquema abaixo, deve ser permanentemente visível e colocado em posição de destaque na face exterior da roda.



Em alternativa, deve ser permanentemente visível e colocado em posição de destaque na face exterior da roda um símbolo único de aviso, em conformidade com o esquema abaixo.



As letras maiúsculas devem ter, pelo menos, 5 mm de altura e o número "120" deve ter, pelo menos, 20 mm de altura, devendo os elementos que constituem cada caractere do número ter, pelo menos, 3mm de espessura de linha. O texto em minúscula deve ter, pelo menos, uma distância entre linhas de 5 mm. Todo o texto deve estar inserido em uma caixa sobre um fundo de cor contrastante.

As unidades sobressalentes de uso temporário do tipo 4 como definido no subitem 2.14.4. devem cumprir com os requisitos do presente subitem ou alternativamente com os requisitos do subitem 3.1.4.1.."

Art. 4º Acrescentar ao item 3 do Anexo I da Resolução CONTRAN nº 540/2015 o subitem 3.1.4.3. com a seguinte redação:

"3.1.4.3 Para atendimento do subitem 3.1.4.2, alternativamente será aceita à fixação de etiquetas que apresentem uma cor ou padrão de cores diferente das unidades normais na superfície da roda e/ou pneu, voltada para o exterior, aceitando-se inclusive, na forma de etiquetas, os símbolos de aviso de velocidade máxima, referenciados nos subitens 3.1.4.1 e 3.1.4.1.1."

Art. 5º Alterar o subitem 4.1.2.1. do Anexo I da Resolução CONTRAN nº 540/2015, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"4.1.2.1. Uma instrução para conduzir com prudência e não ultrapassar a velocidade máxima permitida quando estiver montada uma unidade sobressalente de uso temporário do tipo 4, como definida no subitem 2.14.4, e para repor a unidade normal logo que possível."

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

ELMER COELHO VICENZI
Presidente

ADILSON ANTONIO PAULUS
Pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública

JOÃO PAULO SYLLOS
Pelo Ministério da Defesa

RONE EVALDO BARBOSA
Pelo Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

LUIZ OTÁVIO MACIEL MIRANDA
Pelo Ministério da Saúde

DJAILSON DANTAS DE MEDEIROS
Pelo Ministério da Educação

CHARLES ANDREWS SOUSA RIBEIRO
Pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

PAULO CESAR DE MACEDO
Pelo Ministério do Meio Ambiente

THOMAS PARIS CALDELLAS
Pelo Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

NOBORU OFUGI
Pela Agência Nacional de Transportes Terrestres

ATA DA 163ª REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 30 DE NOVEMBRO DE 2017

Aos trinta dias do mês de novembro de dois mil e dezessete, o Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN reuniu-se no Gabinete do Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN, no Setor de Autarquias Sul, Quadra 01, Bloco H, Sala 501, Brasília-DF, contando com a presença de seus integrantes, representantes dos Ministérios dos Transportes, Portos e Aviação Civil; da Justiça e Segurança Pública; do Meio Ambiente; da Defesa; da Educação; da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações; e da Agência Nacional de Transportes Terrestres, sob a Presidência do Senhor Elmer Coelho Vicenzi, para deliberar sobre os assuntos constantes da pauta. I - ABERTURA DA REUNIÃO: Após a confirmação da existência de quórum regulamentar, a reunião foi aberta pelo Senhor Presidente. II - ASSUNTOS GERAIS: 1) Os Conselheiros deliberaram e aprovaram a Ata da 1ª Reunião Extraordinária de 2017. 2) Foram convidados à reunião para auxiliar na apresentação dos processos: Fernando Ferrazza Nardes, Coordenador-Geral de Instrumental Jurídico e da Fiscalização; Juliana Lopes Nunes, Coordenadora-Geral de Infraestrutura de Trânsito; Diego Rodrigues Oliveira, Coordenador-Geral de Informatização e Estatística; Carlos Magno da Silva Oliveira, Coordenador-Geral de Planejamento Operacional; Daniel Mariz Tavares, Coordenador-Geral de Planejamento Normativo e Estratégico; e Roberto Marconne Celestino de Souza, Chefe de Serviço do DENATRAN. 3) Participou da reunião como ouvinte o senhor Francisco de Assis Peres Soares, indicado para compor este Colegiado como o novo representante titular do Ministério do Meio Ambiente. No entanto, ressalta-se que esta indicação ainda não foi publicada no Diário Oficial da União (DOU). 4) O Coordenador-Geral de Instrumental Jurídico e da Fiscalização salientou a importância de todos os Conselheiros realizarem o cadastramento no Sistema SEI do Ministério das Cidades para assinatura eletrônica dos pareceres referentes aos recursos de multa. 5) O Conselheiro representante do Ministério da Justiça e Segurança Pública ressaltou a relevância dos Conselheiros acompanharem de perto a tramitação do Projeto de Lei em trâmite no Congresso Nacional que trata da alteração da composição do CONTRAN. 6) O Presidente comunicou que o CONTRAN foi agraciado com o livro

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800211

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

"Política Brasileira e Crimes Internacionais", do autor João de Toledo Cabral, e que este está disponível para todos os Conselheiros para consulta. 7) O Conselheiro representante do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, destacou que seria de grande valia que o Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN participasse da reunião a ser realizada na sede do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - INMETRO, no Rio de Janeiro/RJ, no dia 14 de dezembro. III - ORDEM DO DIA: Processo nº 80000.124821/2016-45; Interessado: DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN; Assunto: Análise de Minuta de Resolução a ser editada pelo CONTRAN objetivando estabelecer um cronograma de estudos técnicos e regulamentação dos itens de segurança veicular. Após as considerações da Coordenadora-Geral de Infraestrutura de Trânsito e do Conselheiro representante do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, o Conselho decidiu aprovar, por unanimidade, a Resolução CONTRAN que recebeu o nº 717/2017, cuja ementa é: "Estabelece cronograma de estudos técnicos e regulamentação dos itens de segurança veicular.". 2) Processo nº 80000.058544/2010-80; Interessado: SINDICATO NACIONAL DA INDÚSTRIA DE COMPONENTES PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES - SINDIPEÇAS; Assunto: Análise de Minuta de Resolução a ser editada pelo CONTRAN objetivando estabelecer a forma e as condições de implantação e operação do Programa de Inspeção Técnica Veicular em atendimento ao disposto no art. 104 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro (CTB). O Presidente informou sobre a Recomendação nº 47254 da Controladoria-Geral da União direcionada ao Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN, advertindo da necessidade da regulamentação sobre Inspeção Técnica Veicular - ITV ser editada até o mês de janeiro de 2018. O Conselheiro representante do Ministério da Justiça e Segurança Pública expôs algumas considerações acerca da Minuta de Resolução apresentada, assim como o Conselheiro representante do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, que, dentre as diversas ponderações, recomendou a retirada da alínea "g", do item 14, do Anexo II. Assim, o Conselho decidiu aprovar, por unanimidade, a Resolução CONTRAN que recebeu o nº 716/2017, cuja ementa é: "Estabelece a forma e as condições de implantação e operação do Programa de Inspeção Técnica Veicular em atendimento ao disposto no art. 104 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro (CTB).". 3) Processo nº 80001.020255/2007-01; Interessado: DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL - DPRF; Assunto: Análise de Minuta de Resolução a ser editada pelo CONTRAN objetivando dispor sobre os requisitos técnicos mínimos para a fiscalização da velocidade de veículos automotores, reboques e semirreboques, conforme o Código de Trânsito Brasileiro, revogando a Resolução CONTRAN nº 396, de 13 de dezembro de 2011. O Conselheiro representante do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, pediu prorrogação de vista do processo, o qual fora deferido pelo Plenário. Entretanto, o Presidente salientou ao Conselheiro que esta matéria deverá ser incluída na próxima reunião do CONTRAN, logo, ele deverá encaminhar à ATEC as suas ponderações a respeito deste processo o mais breve possível, para que, assim, os demais Conselheiros possam ter conhecimento prévio. 4) Processo nº 80000.010366/2017-82; Interessado: DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN; Assunto: Minuta de Resolução a ser editada pelo CONTRAN objetivando alterar o art. 4º, § 2º e o art. 11, § 4º da Resolução CONTRAN nº 691, de 27 de setembro de 2017, que dispõe sobre o exame toxicológico de larga janela de detecção, em amostra queratínica, para a habilitação, renovação ou mudança para as categorias C, D e E, decorrente da Lei nº 13.103, de 02 de março de 2015. Após as considerações do Coordenador-Geral de Instrumental Jurídico e da Fiscalização, o Conselho decidiu aprovar, por unanimidade, a Resolução CONTRAN que recebeu o nº 713/2017, cuja ementa é: "Altera o art. 4º, § 2º e o art. 11, § 4º da Resolução CONTRAN nº 691, de 27 de setembro de 2017, que dispõe sobre o exame toxicológico de larga janela de detecção, em amostra queratínica, para a habilitação, renovação ou mudança para as categorias C, D e E, decorrente da Lei nº 13.103, de 02 de março de 2015.". 5) Processo nº 80000.028147/2017-50; Interessado: DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN; Assunto: Análise de Minuta de Resolução a ser editada pelo CONTRAN objetivando regulamentar o credenciamento de entidades públicas ou privadas para a expedição do Certificado de Registro de Veículo (CRV) e do Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo (CRLV), junto aos órgãos e entidades executivos de trânsito dos estados e do Distrito Federal. Após as considerações do Coordenador-Geral de Instrumental Jurídico e da Fiscalização, o Conselho decidiu aprovar, por unanimidade, a Resolução CONTRAN que recebeu o nº 714/2017, cuja ementa é: "Regulamenta o credenciamento de entidades públicas ou privadas para a expedição do Certificado de Registro de Veículo (CRV) e do Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo (CRLV), junto aos órgãos e entidades executivos de trânsito dos estados e do Distrito Federal.". 6) Processo nº 80000.127025/2016-64; Interessado: DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN; Assunto: Análise de Minuta de Resolução a ser editada pelo CONTRAN objetivando regulamentar as especificações, a produção e a expedição da Carteira Nacional de Habilitação e dar outras providências. O Presidente expôs detalhadamente aos Conselheiros os benefícios do novo modelo da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) proposto, e ressaltou o suporte técnico realizado do Centro de Pesquisa em Arquitetura da Informação (CPAI) da Universidade de Brasília - UnB que elaborou um "Estudo de Impacto da Mudança da CNH", recomendando a alteração do modelo do documento. Ademais, o Presidente agradeceu ao Conselheiro representante suplente do Ministério da Saúde, Luiz Otávio Maciel Miranda, que se dedicou intensamente sobre o tema, qual seja, o modelo da CNH-cartão. E, o Presidente, com a finalidade de verificar se havia informações a serem compartilhadas ao Colegiado, questionou aos Conselheiros se estes foram procurados por alguém da indústria para tratar sobre a matéria constante nestes autos, porém nenhum deles se manifestou de forma positiva. O Conselheiro representante do Ministério da Justiça e Segurança Pública indagou sobre as categorias previstas na CNH-cartão que não estão dispostas no Código de Trânsito Brasileiro - CTB, no entanto, os demais Conselheiros ressaltaram que o tratado internacional se sobrepõe ao CTB. O Conselheiro representante do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, também apresentou as suas ponderações acerca da matéria. Assim, o Conselho decidiu aprovar, por unanimidade, a Resolução CONTRAN que recebeu o nº 718/2017, cuja ementa é: "Regulamenta as especificações, a produção e a expedição da Carteira Nacional de Habilitação e dá outras providências.". 7) Processo nº 80000.020710/2017-41; Interessado: DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN; Assunto: Análise da Minuta de Resolução a ser editada pelo CONTRAN objetivando regulamentar o processo de formação de condutores de veículos automotores e elétricos, a realização dos exames, dos cursos de formação, especializados, preventivos e de reciclagem, a expedição de documentos de habilitação e dar outras providências. Diante da extensa Minuta apresentada, o Presidente concedeu vista do processo a todos os Conselheiros, pelo prazo de 30 (trinta) dias. Entretanto, o Presidente salientou aos Conselheiros que estes devem encaminhar à ATEC as suas ponderações a respeito deste processo em até 05 (cinco) dias de antecedência da próxima reunião deste Colegiado. 8) Processo nº 80000.115683/2016-11; Interessado: DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN; Assunto: Minuta de Resolução a ser editada pelo CONTRAN objetivando alterar a Resolução CONTRAN nº 712, de 25 de outubro de 2017, que instituiu o Certificado Eletrônico de Registro de Veículo - CRVe, a Autorização Eletrônica para Transferência de Propriedade de Veículo - ATPVe e estabelece orientações e procedimentos a serem adotados para o preenchimento e autenticação da ATPV e realização da comunicação de venda de veículo de que trata o art. 134 do Código de Trânsito Brasileiro - CTB. Após as considerações do Coordenador-Geral de Instrumental Jurídico e da Fiscalização, o Conselho decidiu aprovar, por unanimidade, a Resolução CONTRAN que recebeu o nº 715/2017, cuja ementa é: "Altera o art. 14 da Resolução CONTRAN nº 712, de 25 de outubro de 2017, que institui o Certificado Eletrônico de Registro de Veículo - CRVe, a Autorização Eletrônica para Transferência de Propriedade de Veículo - ATPVe e estabelece orientações e procedimentos a serem adotados para o preenchimento e autenticação da ATPV e realização da comunicação de venda de veículo de que trata o art. 134 do Código de Trânsito Brasileiro - CTB.". Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos pelo Senhor Presidente e determinada a lavratura da presente Ata, que, depois de aprovada, será assinada pelos membros presentes, representantes de seus respectivos Ministérios.

ELMER COELHO VICENZI
Presidente

ADILSON ANTONIO PAULUS
Pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública

JOÃO PAULO SYLLOS
Pelo Ministério da Defesa

RONE EVALDO BARBOSA
Pelo Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

LUIZ OTÁVIO MACIEL MIRANDA
Pelo Ministério da Saúde

DJAILSON DANTAS DE MEDEIROS
Pelo Ministério da Educação

CHARLES ANDREWS SOUSA RIBEIRO
Pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

PAULO CESAR DE MACEDO
Pelo Ministério do Meio Ambiente

THOMAS PARIS CALDELLAS
Pelo Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

NOBORU OFUGI
Pelo Agência Nacional de Transportes Terrestres

MACHADO DE ASSIS
MACHADO DE ASSIS
MACHADO DE ASSIS



O autor de "Dom Casmurro", "Quincas Borba", entre outras obras, é patrono **in memoriam** da Imprensa Nacional desde janeiro de 1997.

Patrono da Imprensa Nacional

Machado de Assis, no início de sua carreira literária, trabalhou, de 1856 a 1858, como aprendiz de tipógrafo, usando o prelo que hoje está em exposição no Museu da Imprensa. Em 1867 regressa ao órgão oficial para trabalhar como ajudante do diretor de publicação do **Diário Oficial**, cargo que ocupou até 6 de janeiro de 1874.

IMPRENSA NACIONAL 1808

Ministério de Minas e Energia

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 6.723, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº: 48500.003473/2016-20. Interessados: CPFL Jaguari, CPFL Mococa, CPFL Leste Paulista, CPFL Sul Paulista e CPFL Santa Cruz. Objeto: Agrupar as áreas de concessão previstas nos Contratos de Concessão para Prestação do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica. nºs. 15/1999, 17/1999, 18/1999, 19/1999 e 21/1999, titularizadas, respectivamente, CPFL Jaguari, pela CPFL Mococa, pela CPFL Leste Paulista, pela CPFL Sul Paulista e pela CPFL Santa Cruz, e dar outras providências. A íntegra desta Resolução consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 6.742, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº 48500.002716/2006-23. Interessado: Aratu Geração S.A. Objeto: Extinguir, a pedido, a concessão da Usina Hidrelétrica denominada UHE Lobo, outorgada nos termos do Decreto s/n, de 20 de agosto de 1998, c/c a Resolução Autorizativa nº 553, de 9 de maio de 2006, e o Despacho nº 2.653, de 22 de agosto de 2007, cadastrada sob o CEG UHE.PH.SP.001335-8.01, com 1.590 kW de potência instalada. A íntegra desta Resolução consta nos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 6.743, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº: 48500.005299/2017-31. Interessado: Caramujo Energética Ltda. Objeto: Declarar de utilidade pública as áreas necessárias à implantação da PCH Caramujo, CEG PCH.PH.MT.032151-6.01, localizada nos municípios de Salto do Céu e Barra do Bugres, estado do Mato Grosso. A íntegra desta Resolução consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 6.745, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.004705/2014-03. Interessada: Companhia Energética do Maranhão - Cemar. Objeto: declarar de utilidade pública, em favor da Interessada, para instituição de servidão administrativa, a área de terra necessária à passagem da Linha de Distribuição 69 kV Itapecuru Mirim - Vargem Grande. A íntegra desta Resolução e seu Anexo consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 6.746, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.005076/2017-73. Interessada: Empresa Sudeste de Transmissão de Energia S.A. - ESTE. Objeto: declarar de utilidade pública, em favor da Interessada, para instituição de servidão administrativa, a área de terra necessária à passagem da Linha de Transmissão 500 kV Mesquita - João Neiva II. A íntegra desta Resolução e seu Anexo consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 6.747, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.005490/2017-82 Interessada: Arapapá Energia S.A. Objeto: declarar de utilidade pública, em favor da Interessada, para instituição de servidão administrativa, a área de terra necessária à passagem da Linha de Transmissão 34,5 kV EOL Arapapá - SE 34,5/230 kV GPEXPAN. A íntegra desta Resolução e seu Anexo consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 6.748, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.005720/2017-11. Interessada: Veredas Transmissora de Eletricidade S.A. Objeto: (i) declarar de utilidade pública, em favor da Interessada, para instituição de servidão administrativa, a área de terra necessária à passagem da Linha de Transmissão 500 kV Arinos 2 - Pirapora 2. A íntegra desta Resolução e seu Anexo consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 6.754, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.005012/2016-91. Interessada: Centrais Elétricas do Norte do Brasil - Eletronorte. Objeto: (i) autorizar a Concessionária a realizar reforços na seguinte instalação sob sua responsabilidade: Subestações Imperatriz e Presidente Dutra; (ii) estabelecer o objeto do reforço correspondente, conforme Anexo I; e (iii) estabelecer o cronograma de execução, conforme Anexo II. A íntegra desta Resolução consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

DESPACHO Nº 4.030, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da diretoria e o que consta no Processo nº 48500.002649/2017-15, decide conhecer e, no mérito, indeferir o Recurso Administrativo interposto pela Visão Administração e Construção Ltda. em face da Decisão nº 65/2017, proferida pela Superintendência de Licitações e Controle de Contratos e Convênios - SLC, que aplicou penalidade de multa no valor de R$ 18.667,02 (dezoito mil, seiscentos e sessenta e sete reais e dois centavos), em razão de descumprimento de obrigações do Pregão Eletrônico nº 17/2016.

ROMEU DONIZETE RUFINO

DESPACHO Nº 4.077, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.004165/2015-31 e 48500.004173/2015-87, decide por conhecer do Recurso Administrativo interposto pelas empresas Angico Solar Energia SPE Ltda. e Malta Solar Energia SPE Ltda. em face do Despacho nº 824/2017, emitido pela Superintendência de Regulação Econômica e Estudos do Mercado - SRM, para, no mérito, negar-lhe provimento.

ROMEU DONIZETE RUFINO

DESPACHO Nº 4.080, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA-ANEEL, no uso das atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da diretoria e o que consta do Processo nº 48500.003294/2017-73, decide: (i) não conhecer, por intempestivo, do Pedido de Reconsideração Interposto pela Energisa Mato Grosso Distribuidora de Energia S.A. - ENERGISA MT contra o Despacho nº 3.959, de 8 de dezembro de 2015, que determinou ao Operador Nacional do Sistema - ONS a cobrança das Parcelas de Ineficiência por Sobrecontratação - PIS apuradas no período de 2011 a 2014; e (ii) de ofício, determinar ao ONS a devolução dos valores da PIS, correspondentes ao ano de 2014, para o ponto de conexão Juína 138 kV, no total de R$ 1.257.591,52 (um milhão e duzentos e cinquenta e sete mil e quinhentos e noventa e um reais e cinquenta e dois centavos) a preços de junho de 2017 à Energisa Mato Grosso Distribuidora de Energia S.A. - ENERGISA MT.

ROMEU DONIZETE RUFINO

DESPACHO Nº 4.090, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta no Processo nº 48500.005753/2017-53, decide deferir parcialmente o pedido de medida cautelar interposto pela CEB Distribuição S.A. - CEB- DIS, para determinar à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE que se abstenha de aplicar à requerente o disposto no art. 5º, I da REN nº 545, de 16 de abril de 2013, até 31 de março de 2018.

ROMEU DONIZETE RUFINO

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

RETIFICAÇÃO

Na íntegra e no resumo do Despacho nº 828, de 23 de março de 2017, constante do Processo n° 48500.002042/2014-84, publicado no DOU, de 31 de março de 2017, seção 1, página 105, v. 154, n. 63, foi retificada a Tabela de Características do Reservatório. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

DESPACHO Nº 4.121, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2017

Processo nº 48500.006136/2017-75. Interessada: CPFL Piratininga - Companhia Piratininga de Força e Luz. Decisão: anuir à celebração de contrato entre a interessada (contratante) e a empresa CPFL Serviços - CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A. (contratada) para a execução dos serviços de projetos executivos e execução de obras, para substituição de saídas subterrâneas de alimentadores. A íntegra deste Despacho consta dos autos e está disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

TICIANA FREITAS DE SOUSA
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO TARIFÁRIA

DESPACHO Nº 4.089, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2017

Processo: 48500.005618/2016-27. Interessados: Agentes de distribuição de energia elétrica com aniversário contratual no mês de novembro de 2017. Decisão: fixar a Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE aos interessados. A íntegra deste Despacho estará disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

DAVI ANTUNES LIMA
Superintendente

DESPACHOS DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017

Nº 4.134 - Processo n. 48500.005472/2016-10. Interessados: Concessionárias de transmissão, consumidores livres e autoprodutores e Eletrobrás. Decisão: Fixar os valores das quotas de custeio referentes ao Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA, para o mês de FEVEREIRO de 2018. Prazo para recolhimento: até o dia 10 de JANEIRO de 2018.

Nº 4.135 - Processo n. 48500.004897/2016-10. Interessados: Concessionárias de transmissão, consumidores livres e autoprodutores e Eletrobrás. Decisão: Fixar os valores das quotas referentes ao encargo da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, para o mês de OUTUBRO de 2017. Prazo para recolhimento: até o dia 30 de DEZEMBRO de 2017.

A íntegra destes Despachos está juntada aos autos e estará disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

DAVI ANTUNES LIMA
Superintendente

RETIFICAÇÕES

Na íntegra do Despacho n. 1.351, de 16 de maio de 2017, cujo resumo foi publicado no D.O.U nº 94, de 18 de maio de 2017, Seção 1, página 75, constante dos Processos n. 48500.000367/2017-75, 48500.000289/2017-17, 48500.004711/2016-14, 48500.001515/2017-79, retificar o subgrupo tarifário da distribuidora CELPA que consta na Tabela 1 do Anexo, que foi disponibilizada no endereço eletrônico http://www.aneel.gov.br/biblioteca/.

Na íntegra do Despacho n. 839, de 27 de março de 2017, cujo resumo publicado no D.O. n. 60, de 28 de março de 2017, Seção 1, página 78, v. 154, constante do Processo n. 48500.000367/2017-75, retificar o subgrupo tarifário da distribuidora CELPA que consta na Tabela 1 do Anexo, que foi disponibilizado no endereço eletrônico http://www.aneel.gov.br/biblioteca/.

Na íntegra da Resolução Homologatória n. 2.284, de 31 de julho de 2017, cujo resumo publicado no D.O. n. 149, de 4 de agosto de 2017, Seção 1, página 27, v. 154, constante do Processo n. 48500.002689/2017-59, retificar o subgrupo tarifário que consta na Tabela 9 do Anexo da CELPA, que foi disponibilizado no endereço eletrônico http://www.aneel.gov.br/biblioteca/.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800213

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SUPERINTENDÊNCIA DE MEDIAÇÃO ADMINISTRATIVA, OUVIDORIA SETORIAL E PARTICIPAÇÃO PÚBLICA

DESPACHOS DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017

N° 4.126 - Processo nº 48500.000547/2017-57. Interessados: EDP São Paulo e Cooperativa Laticínios São José dos Campos. Decisão: negar provimento à reclamação do consumidor.

N° 4.127 - Processo nº 48500.000548/2017-00. Interessados: Energisa Paraíba e Maria Vitória Tavares de Almeida. Decisão: dar provimento parcial à reclamação da consumidora.

N° 4.128 - Processo nº 48500.004384/2017-81. Interessados: Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S.A.- EMS e Mário Antonio de Brito. Decisão: negar provimento ao recurso do consumidor.

A íntegra destes Despachos está juntada aos autos e estará disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

GUSTAVO MANGUEIRA DE ANDRADE SALES
Superintendente Adjunto

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO ECONÔMICA E ESTUDOS DO MERCADO

DESPACHO Nº 4.124, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017

Processos nº 48500.000532/2014-46. Interessados: Vendedores do 2º Leilão de Fontes Alternativas - LFA, Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, Usuários de energia. Decisão: Determinar à CCEE que contabilize para o 2º Leilão de Fontes Alternativas - LFA, 1º ano de apuração, o acrônimo ENF_DTF para as usinas eólicas com período de apuração entre novembro de 2016 e outubro de 2017. A íntegra deste Despacho está nos autos e no sítio www.aneel.gov.br.

JÚLIO CÉSAR REZENDE FERRAZ
Superintendente

DESPACHO Nº 4.129, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017

Processo nº 48500.000278/2010-52. Interessados: Vendedores do 1º Leilão de Energia de Reserva - LER, Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, Usuários de energia de reserva. Decisão: Determinar à CCEE que na Liquidação Financeira Relativa à Contratação de Energia de Reserva para o 1º LER, 8º ano de apuração, atribua o valor zero ao acrônimo QANG_INV para a UTE Vale do Tijuco. A íntegra deste Despacho está nos autos e no sítio www.aneel.gov.br.

JÚLIO CÉSAR REZENDE FERRAZ
Superintendente

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

DIRETORIA I

SUPERINTENDÊNCIA DE PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEIS

AUTORIZAÇÃO Nº 844, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DE PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEIS da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 447, de 31 de outubro de 2017, e Portaria ANP nº 80, de 14 de fevereiro de 2017, e de acordo com a Resolução ANP nº 26, de 30 de agosto de 2012, tendo em vista o que consta do Processo ANP nº 48610.000211/2013-13, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica autorizada a operação da planta produtora de etanol da COPERSUL INDUSTRIA PRODUTORA DE AÇUCAR, ETANOL E ENERGIA ELETRICA LTDA., CNPJ nº 07.667.367/0001-02, com capacidade de produção de 90 m³/dia de etanol hidratado, localizada na Fazenda Ilha de Flores, 01, Zona Rural, Cortês - PE, respeitadas as exigências ambientais e de segurança em vigor, de acordo com a Resolução ANP nº 26/2012.

Art. 2º Fica a empresa obrigada a atender ao prazo estabelecido na Resolução ANP nº 26/2012 ou outra que venha substituí-la, referente à apresentação das certidões negativas de débitos perante as fazendas federal, estadual e municipal, sob pena de cancelamento ou revogação desta autorização.

Art. 3º Ficam revogados a Autorização ANP nº 345, de 18/03/2013, publicada no DOU de 19/03/2013, e o Despacho do Superintendente nº 1.748/2015, publicado no DOU de 17/12/2015.

Art. 4º Esta autorização entra em vigor na data de sua publicação.

RUBENS CERQUEIRA FREITAS

AUTORIZAÇÃO Nº 845, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DE PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEIS da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 359, de 10 de dezembro de 2012, e Portaria ANP nº 80, de 14 de fevereiro de 2017, e de acordo com a Resolução ANP nº 26, de 30 de agosto de 2012, tendo em vista o que consta do Processo ANP nº 48610.000005/2013-11, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica autorizada a operação da planta produtora de etanol da COOPERATIVA DE COLONIZAÇÃO AGROPECUÁRIA E INDUSTRIAL PINDORAMA LTDA. LTDA., CNPJ nº 12.229.753/0001-52, com capacidade de produção de 340 m³/dia de etanol hidratado e 160 m³/dia de etanol anidro, localizada na Avenida Camaçari, s/n - Colônia Pindorama, Zona Rural, Coruripe - AL., respeitadas as exigências ambientais e de segurança em vigor, de acordo com a Resolução ANP nº 26/2012.

Art. 2º Fica a empresa obrigada a atender ao prazo estabelecido na Resolução ANP nº 26/2012 ou outra que venha substituí-la, referente à apresentação das certidões negativas de débitos perante as fazendas federal, estadual e municipal, sob pena de cancelamento ou revogação desta autorização.

Art. 3º Fica revogada a Autorização ANP nº 661, de 20/08/2013, publicada no DOU de 21/08/2017.

Art. 4º Esta autorização entra em vigor na data de sua publicação.

RUBENS CERQUEIRA FREITAS

AUTORIZAÇÃO Nº 846, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DE PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEIS da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 447, de 31 de outubro de 2017, e Portaria ANP nº 80, de 14 de fevereiro de 2017, e de acordo com a Resolução ANP nº 26, de 30 de agosto de 2012, tendo em vista o que consta do Processo ANP nº 48610.014096/2012-83, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica autorizada a operação da planta produtora de etanol da ADECOAGRO VALE DO IVINHEMA S.A., CNPJ nº 07.903.169/0001-09, com capacidade de produção de 1.300 m³/dia de etanol hidratado e 1.200 m³/dia de etanol anidro, localizada na Estrada Continental, Km 15, Fazenda Takuarê, Zona Rural, Angélica - MS, respeitadas as exigências ambientais e de segurança em vigor, de acordo com a Resolução ANP nº 26/2012.

Art. 2º Ficam revogados a Autorização ANP nº 249, de 06/03/2013, publicada no DOU de 07/03/2013, e o Despacho do Superintendente nº 1.377, de 18/09/2015, publicado no DOU de 21/09/2015.

Art. 3º Esta autorização entra em vigor na data de sua publicação.

RUBENS CERQUEIRA FREITAS

AUTORIZAÇÃO Nº 847, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DE PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEIS da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 447, de 31 de outubro de 2017, e Portaria ANP nº 80, de 14 de fevereiro de 2017, e de acordo com a Resolução ANP nº 26, de 30 de agosto de 2012, tendo em vista o que consta do Processo ANP nº 48610.000201/2013-88, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica autorizada a operação da planta produtora de etanol da AÇUCAREIRA VIRGOLINO DE OLIVEIRA S.A., CNPJ nº 07.024.792/0002-64, com capacidade de produção de 330 m³/dia de etanol hidratado, localizada na Estrada Municipal Monções a Turiuba, Km 1, Fazenda Giulia, Monções - SP, respeitadas as exigências ambientais e de segurança em vigor, de acordo com a Resolução ANP nº 26/2012.

Art. 2º Fica a empresa obrigada a atender ao prazo estabelecido na Resolução ANP nº 26/2012 ou outra que venha substituí-la, referente à apresentação das certidões negativas de débitos perante as fazendas federal, estadual e municipal, sob pena de cancelamento ou revogação desta autorização.

Art. 3º Fica revogada a Autorização ANP nº 235, de 05/03/2013, publicada no DOU de 06/03/2013.

Art. 4º Esta autorização entra em vigor na data de sua publicação.

RUBENS CERQUEIRA FREITAS

DIRETORIA II

SUPERINTENDÊNCIA DE ABASTECIMENTO

DESPACHO Nº 1.497, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portarias ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Resolução ANP n°41 de 06 de novembro de 2013, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
PRAL0184211	AUTO POSTO GLOBO II LTDA - EPP	25.294.255/0001-35	48610.012540/2017-31
PRPR0184251	AUTO POSTO PECAIM - COMERCIO DE COMBUST VEL E DERIVADOS DE PETR LEO LTDA - EPP	23.257.432/0001-88	48610.014209/2017-55
PRMG0184231	CARREFOUR COMERCIO E INDUSTRIA LTDA	45.543.915/0689-08	48610.014205/2017-77
PRPE0184201	NELSON FERREIRA PAZ JUNIOR EIRELI - ME	26.983.819/0001-00	48610.014142/2017-59
PRPE0184212	P. H. S. BEZERRA COMBUSTIVEIS - ME	20.746.860/0001-86	48610.011885/2017-77
PRSP0184202	POSTO CALIFORNIA DE GUAIRA LTDA	18.104.061/0001-64	48610.013076/2017-08
PRPR0184254	POSTO DOM PEDRO CASCAVEL LTDA	23.829.122/0001-90	48610.012250/2017-97
PRPB0184255	Q&Q AUTO POSTO COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA - ME	20.118.445/0001-88	48610.014147/2017-81
PRRS0184203	SATYA COMERCIAL DE COMBUSTIVEIS EIRELI - ME	26.225.554/0001-80	48610.013090/2017-01
PRPE0184252	SERJIANO JOCKSON DE ANDRADE EIRELI - ME	26.777.478/0001-16	48610.014208/2017-19
PRMA0184253	TOP 10 DE PETROLEO LTDA - EPP	28.485.586/0001-40	48610.014213/2017-13

MARIA INES SOUZA

DESPACHO Nº 1.498, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portarias ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Resolução ANP nº 51, de 02 de dezembro de 2016, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda de gás liquefeito de petróleo - GLP, observado:

I) as instalações dos revendedores ora autorizados foram vistoriadas por instituições de bombeiros, atendendo os requisitos de segurança, e se encontram limitadas às quantidades máximas de armazenamento de GLP, conforme certificado expedido pelo corpo de bombeiros competente; e

II) a manutenção da presente Autorização fica condicionada ao atendimento aos requisitos constantes no certificado que trata o item anterior e à Norma NBR 15514:2007, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, adotada pela resolução ANP n° 05, de 26 de fevereiro de 2008.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
GLP/PB0243194	ANDERSON DANTAS DOS SANTOS - ME	28.783.114/0001-74	48610.013980/2017-13
GLP/PR0243195	ANHAIA E SILVA LTDA - ME	23.143.326/0001-73	48610.014055/2017-00
GLP/CE0243196	CARIRI COMÉRCIO E TRANSPORTE DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA.	03.507.744/0004-38	48610.013744/2017-99
GLP/AL0243197	CLECIA SABINA SIMPLICIO DE OLIVEIRA - ME	28.546.567/0001-87	48610.013732/2017-64
GLP/AM0243198	DANIELE BRAS CHAGAS FIGUEIREDO - ME	28.449.567/0001-69	48610.013757/2017-68
GLP/MG0243199	DAYANE DOS ANJOS FERREIRA ME	26.768.730/0001-20	48610.012817/2017-25
GLP/MT0243200	D.M. SILVA EPP	21.659.772/0001-00	48610.011839/2017-78
GLP/SP0243201	DON MAUA COMERCIO VAREJISTA DE GLP LTDA	28.539.394/0001-70	48610.013727/2017-51
GLP/PI0243202	G. DA S. RODRIGUES GÁS - ME	15.060.515/0002-35	48610.013713/2017-38
GLP/MG0243203	HELIOMAR NICOLIN 04036498622	28.281.645/0001-69	48610.013018/2017-76
GLP/RO0243204	I. G. BRAGA - ME.	03.216.463/0001-83	48610.000050/2005-58
GLP/RR0243205	INGRID GLAYS CAMPOS PACHECO 00387617264	26.948.600/0001-70	48610.013295/2017-89
GLP/SC0243206	ISRAEL CELISTA JUNIOR 03734858917	28.236.221/0001-82	48610.013731/2017-10
GLP/GO0243207	JACQUELINE MEIRELES DA SILVA	27.887.893/0001-95	48610.013107/2017-12
GLP/MG0243208	JOELMA MARIA VIEIRA ALEIXO 05562132621	21.780.999/0001-09	48610.005249/2015-44

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800214

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

GLP/MG0243209	JOSE A FERREIRA COMERCIO DE GLP - ME	26.956.298/0001-00	48610.011803/2017-94
GLP/SP0243210	KHERO GÁS - COMÉRCIO DE GÁS LTDA - ME	28.675.701/0001-40	48610.014078/2017-14
GLP/GO0243211	LUIZ FILIPE COSTA SOUSA 70734086180	26.927.081/0001-63	48610.013008/2017-31
GLP/CE0243212	M DE F COSTA MOREIRA - ME	27.569.652/0001-06	48610.013756/2017-13
GLP/GO0243213	MADRUGA GAS E AGUA MINERAL LTDA - ME	27.666.166/0001-06	48610.012552/2017-65
GLP/MG0243214	ME DISTRIBUIDORA EIRELI - ME	09.942.622/0001-03	48610.013738/2017-31
GLP/PR0243215	MERCADO E PANIFICADORA MA LTDA - ME	79.780.490/0001-46	48610.013742/2017-08
GLP/PI0243216	ODALTO DE P BRITO - ME	23.688.059/0005-43	48610.013021/2017-90
GLP/SP0243217	OSMAR PARECIDO DE ALMEIDA K2 GAS	20.947.358/0001-33	48610.010270/2017-23
GLP/GO0243218	P H SILVA RAMOS - ME	28.667.407/0001-96	48610.013296/2017-23
GLP/GO0243219	RAICA GONCALVES BENCIO DE OLIVEIRA - ME	28.997.595/0001-10	48610.013714/2017-82
GLP/SP0243220	RENATO HENRIQUE LEAL - ME	28.486.796/0001-53	48610.012936/2017-88
GLP/MT0243221	RENE KERBER - EPP	03.121.282/0007-69	48610.012235/2017-49
GLP/GO0243222	RICARDO JOSE DOS RPAZERES ME	24.785.698/0001-66	48610.011494/2017-52
GLP/SP0243223	SUELI DAINE NAZARÉ GOMES - ME	23.113.099/0001-33	48610.009511/2017-91
GLP/PA0243224	T. ALVES COMÉRCIO DE GÁS EIRELI - ME	28.629.044/0001-02	48610.013981/2017-50
GLP/RS0243225	VALENTIM & MEDEIROS LTDA - ME	27.467.783/0001-74	48610.013979/2017-81
GLP/GO0243226	VANIA ALVES FRANCO DE ALMEIDA 02486751173	28.491.628/0001-56	48610.012223/2017-14
GLP/MG0243227	VITORINO GAS LTDA - ME	27.480.787/0001-92	48610.013000/2017-74
GLP/AP0243228	W. O. DO NASCIMENTO EIRELI - ME	28.706.401/0001-80	48610.013022/2017-34

MARIA INES SOUZA

DESPACHO Nº 1.499, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017

A SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portarias ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, com base no disposto no artigo 30, inciso II, da Resolução ANP n°41 de 06 de novembro de 2013, torna pública a revogação da autorização nº GO/0015615 para o exercício da atividade de revenda varejista de combustível automotivo, pertencente ao MALUMAR COMBUSTÍVEIS E PEÇAS LTDA., com inscrição no CNPJ sob o nº 04.283.686/0001-26, pelas razões constantes do Processo Administrativo nº 48610.002831/2017-11.

MARIA INES SOUZA

DESPACHO Nº 1.500, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017

A SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portarias ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, com base no disposto no artigo 30, inciso II, da Resolução ANP n°41 de 06 de novembro de 2013, torna pública a revogação da autorização nº RS0023206 para o exercício da atividade de revenda varejista de combustível automotivo, pertencente ao GARAGE SIGARAN LTDA., com inscrição no CNPJ sob o nº 93.000.586/0001-75, pelas razões constantes do Processo Administrativo nº 48610.008958/2017-43.

MARIA INES SOUZA

SECRETARIA EXECUTIVA

DESPACHO Nº 1.496, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições, torna público que a Diretoria Colegiada, na Reunião nº 910, de 28 de novembro de 2017, resolveu:

Conhecer, conforme a Resolução de Diretoria nº 682, de 28 de novembro de 2017, do recurso administrativo interposto pela empresa Prolub Rerrefino de Lubrificantes Ltda. contra a decisão que revogou sua autorização para o exercício da atividade de coleta e rerrefino de óleo lubrificante usado ou contaminado e, no mérito, negou provimento, mantendo a decisão recorrida.

ALEXANDRE QUADRADO NETO

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL

SUPERINTENDÊNCIA NO PARÁ

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 199/2017

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (TAH)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (6.35)
Cooperativa Mista Dos Produtores, Agricultores e Garimpeiros de Curionópolis - 850505/11 - A.I. 468/17
Diego Dalmeida Peralta - 850655/16 - A.I. 387/17

CARLOS BOTELHO DA COSTA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 200/2017

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Multa aplicada-(TAH)/prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias. (6.41)
Aldevir Martins da Silva - 850228/15, 850229/15
Ariquemes Indústria de Granitos Ltda - 850719/10, 850721/10
Cmgm Mineração LTDA. - 850489/14, 850490/14, 850491/14, 850492/14, 850497/14, 850498/14, 850503/14, 850504/14, 850505/14, 850507/14, 850516/14
Cooperativa Dos Garimpeiros e Mineradores da Taboca e do MUN. de São Felix do xi - 850365/16
Mba Geo Exploração Mineral LTDA. - 850229/11
Valtemiro Gonçalves de Araujo - 850643/13
Vicflash Engenharia Comércio e Serviços Ltda me - 850064/15, 850066/15, 850067/15, 850068/15

CARLOS BOTELHO DA COSTA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 201/2017

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Nivaldo Monteiro - 850136/15 - Not.552/2017 - R$ 399,22
Vicflash Engenharia Comércio e Serviços Ltda me - 850068/15 - Not.548/2017 - R$ 399,22, 850067/15 - Not.549/2017 - R$ 399,22, 850066/15 - Not.550/2017 - R$ 399,22, 850064/15 - Not.551/2017 - R$ 399,22

CARLOS BOTELHO DA COSTA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 202/2017

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(Vistoria)/prazo 10(dez) dias (6.87)
Jazida Nova Esperança Ltda Epp - 850242/12 - Not.555/2017 - R$ 1.043,28
Orlando Marquezini Pinto - 851670/13 - Not.557/2017 - R$ 963,89, 851665/13 - Not.558/2017 - R$ 967,68, 851666/13 - Not.559/2017 - R$ 967,68

CARLOS BOTELHO DA COSTA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 203/2017

Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) NOTIFICADO(S) a pagar, parcelar ou apresentar defesa, relativa ao(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, no CADIN e ajuizamento da ação de execução.
Titular: Caltarém Exploração de Jazida e Comércio de Calcário e Brita Ltda Epp Cpf/cnpj :06.751.094/0001-17 - Processo minerário: 800040/70 - Processo de cobrança: 950718/17 Valor: R$.370.521,92
Titular: Geoterra Serviços e Mineração Ltda Cpf/cnpj :05.025.210/0001-58 - Processo minerário: 850304/12 - Processo de cobrança: 950759/17 Valor: R$.48.970,25
Titular: Vale s a Cpf/cnpj :33.592.510/0001-54 - Processo minerário: 852145/76 - Processo de cobrança: 950770/17 Valor: R$.436.653.533,49

CARLOS BOTELHO DA COSTA

SUPERINTENDÊNCIA NA PARAÍBA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 110/2017

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina o arquivamento definitivo do processo(279)
846.144/2015-CHRISTIAN PETER HLUCHAN
846.112/2016-PEDRO PAULO DE OLIVEIRA NUNES
846.114/2016-PEDRO PAULO DE OLIVEIRA NUNES
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
846.230/2015-FRANCISCO ALENCAR DE MEDEIROS NETO- Cessionário:C. Fernando R. da Paz & Cia Ltda.- CPF ou CNPJ 25.913.377/0001-62- Alvará n°15708/2015
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do direito de requerer a Lavra(331)
846.127/2012-MARBENE ALENCAR DE SOUZA- Alvará n°6316/2012 - Cessionário: Mineração Jaramataia Ltda.- CNPJ 28.642.590/0001-75
Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Licenciamento(742)
846.029/2006-ANTONIO PEREIRA DOS ANJOS- Licenciamento N°:165/2006 - Prorrogado por 20 ano(s)
846.018/2017-FRONTEIRAS INDUSTRIAS E COMERCIO DE MINERAIS LTDA- Licenciamento N°:452/2017 - Prorrogado por 20 ano(s)
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
846.146/2017-PEDRO PAULO DE OLIVEIRA NUNES-OF. N°1012/2017
846.147/2017-PEDRO PAULO DE OLIVEIRA NUNES-OF. N°1013/2017
846.153/2017-JOSÉ HÉLIO DE SOUSA-OF. N°1024/2017
846.157/2017-DUTRA MATERIAIS PARA CONSTRUÇÕES LTDA.-OF. N°1025/2017

FREDERICO EINSTEIN DE MIRANDA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 111/2017

Fase de Autorização de Pesquisa
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
846.115/2010-DORILENE SOARES THORPE- Área de 804,55 para 49,29-AREIA: 1.462.062 t Res Med; 962.553 t Res Ind
846.116/2010-DORILENE SOARES THORPE- Área de 999,41 para 49,97-AREIA: 1.956.880 t Res Med; 409.072 t Res Ind
Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)
846.240/2012-HERCULES CUNHA-AI N°364/2017

FREDERICO EINSTEIN DE MIRANDA

SUPERINTENDÊNCIA EM PERNAMBUCO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 94/2017

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Multa aplicada-(TAH)/prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias. (6.41)
Antônio Carlos Ribeiro Dutra - 840290/16

MARCOS ANTÔNIO DE HOLANDA TAVARES
Substituto

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 95/2017

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Marcio Martins da Silva - 840003/16 - Not.95/2017 - R$ 3.801,26

MARCOS ANTÔNIO DE HOLANDA TAVARES
Substituto

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 96/2017

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Declara a nulidade do Alvará de Pesquisa-(TAH)/(6.50)
Mineração Antena Dourada Ltda ME. - 840500/12, 840508/12, 840538/12, 840541/12, 840085/13, 840086/13

MARCOS ANTÔNIO DE HOLANDA TAVARES
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO GRANDE DO SUL

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 117/2017

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(Vistoria)/prazo 10(dez) dias (6.87)
Águas Minerais Fontes D"miranda LTDA. - 810239/91 - Not.174/2017 - R$ 2.293,98
Alexsandre Jose Oliveira Poleto - 811429/14 - Not.195/2017 - R$ 759,75
Benedito Henrique Reginato me - 810271/10 - Not.178/2017 - R$ 750,90
c & f Mineracao e Transportes Ltda - 811448/16 - Not.203/2017 - R$ 489,06
Canaa Negócios e Empreendimentos LTDA. - 810759/11 - Not.179/2017 - R$ 489,06
Cerâmica Scherer Ltda - 811391/11 - Not.183/2017 - R$ 711,27
Construtora da Vinci Ltda Epp - 810358/13 - Not.188/2017 - R$ 503,23
Eleandro da Silva Pedreira me - 810233/14 - Not.192/2017 - R$ 479,59
Fabiane Conceição Borba - 811128/15 - Not.200/2017 - R$ 489,06
Felipe Bridi - 810542/08 - Not.177/2017 - R$ 769,64
Guerra Extração & Comercio de Areia Ltda - 810081/12 - Not.186/2017 - R$ 764,66
Hardi Huberto Schuch - 810804/11 - Not.181/2017 - R$ 754,83

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800215

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Haubrich Mineracao Ltda me - 811524/13 - Not.190/2017 - R$ 489,06

Iccila Indústria Comércio e Construções Ibagé Ltda - 810621/14 - Not.193/2017 - R$ 754,83

Mac Engenharia Ltda - 810077/17 - Not.204/2017 - R$ 719,38, 810011/12 - Not.185/2017 - R$ 719,38

Marilia Guedes Grassi - 810315/99 - Not.175/2017 - R$ 750,90

mc Sul Transportes e Logística Ltda - 810684/14 - Not.194/2017 - R$ 503,23

Micromil - Micronização e Moagem LTDA. - 811430/14 - Not.196/2017 - R$ 745,74

Mineração rs LTDA. - 810947/11 - Not.182/2017 - R$ 448,88

Paulo Nunes Dos Santos - 811412/15 - Not.201/2017 - R$ 489,06, 810410/17 - Not.205/2017 - R$ 479,59

Pedra Brita Panambi Ltda - 810683/06 - Not.176/2017 - R$ 754,83

Pedras Multi Decorativas Eireli me - 810523/15 - Not.197/2017 - R$ 479,59

Pedro Nunes Dos Santos Basalto - 810791/11 - Not.180/2017 - R$ 489,06

Sociedade Dos Mineradores de Areia do Rio Jacuí LTDA. - 811445/11 - Not.184/2017 - R$ 509,79

Terrafacil Serviços de Terraplenagem Ltda - 811460/12 - Not.187/2017 - R$ 711,27

v Baumgarten-fi - 810113/14 - Not.191/2017 - R$ 673,29

Valdenir Inácio Fraga Silveira me - 810553/15 - Not.199/2017 - R$ 509,79

Vilso Francisco Silveira & Cia Ltda me - 810891/16 - Not.202/2017 - R$ 754,83, 810679/13 - Not.189/2017 - R$ 754,83

SIDNEI ECKERT

SUPERINTENDÊNCIA EM SERGIPE

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 108/2017

Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) NOTIFICADO(S) a pagar, parcelar ou apresentar defesa, relativa ao(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, no CADIN e ajuizamento da ação de execução.

Titular: Maria Adelaide Silva Morais me Cpf/cnpj :04.733.784/0001-18 - Processo minerário: 878112/10 - Processo de cobrança: 978099/17 Valor: R$.28,18, Processo minerário: 878035/01 - Processo de cobrança: 978107/17 Valor: R$.416,41, Processo minerário: 878035/01 - Processo de cobrança: 978108/17 Valor: R$.10.609,21

GEORGE EUSTÁQUIO SILVA

Ministério do Desenvolvimento Social

SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

PORTARIA Nº 115, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017

Estabelece a metodologia utilizada para a definição das metas de execução e dos limites financeiros a serem disponibilizados aos Estados que aderiram ao Programa de Aquisição de Alimentos, e propõe metas, limites financeiros e prazo para a implementação da modalidade de execução Compra com Doação Simultânea.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 1º, § 1º, II, da Portaria MDS nº 199, de 27 de setembro de 2012, com a redação dada pela Portaria MDS nº 29, de 4 de abril de 2014, e

CONSIDERANDO a adesão dos Estados ao Programa de Aquisição de Alimentos, em conformidade com a Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, o Decreto nº 8.293, de 12 de agosto de 2014, e a Resolução nº 45, de 13 de abril de 2012, do Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos, bem como a necessidade de subsidiar a elaboração dos planos operacionais, resolve:

Art. 1º A definição das metas de execução e dos limites financeiros a serem disponibilizados aos Estados que aderiram ao Programa de Aquisição de Alimentos - PAA para a implementação da modalidade de execução Compra com Doação Simultânea seguirá metodologia utilizada pelo Ministério do Desenvolvimento Social - MDS com base em critérios necessários à fixação de limites de referência e de parâmetros de expansão, observadas as regras a seguir:

I - os municípios devem ser distribuídos, de acordo com o tamanho da população, em três grupos:

a) Grupo A - até 15.000 habitantes;

b) Grupo B - de 15.001 a 500.000 habitantes; e

c) Grupo C - acima de 500.000 habitantes;

II - os limites de referência serão:

a) para os municípios dos grupos A e C, respectivamente, R$ 90.000,00 (noventa mil reais) e R$ 3.000.000,00 (três milhões de reais);

b) obtidos pela multiplicação do número de habitantes do município por seis, no caso dos municípios do Grupo B;

III - após o estabelecimento do limite de referência, será definido um parâmetro para a sua expansão, baseado no número de estabelecimentos da agricultura familiar no município, a partir do cálculo do percentual de habitantes vinculados à agricultura familiar, considerando-se cada unidade familiar composta por quatro indivíduos, frente ao total de habitantes no município, de forma que:

a) o teto dos municípios cujo percentual relativo à população vinculada à agricultura familiar situe-se entre 10% (dez por cento) e 30% (trinta por cento) seja expandido em 10% (dez por cento); e

b) o teto dos municípios cujo percentual relativo à população vinculada à agricultura familiar supere 30% (trinta por cento) seja expandido em 20% (vinte por cento);

IV - após a expansão de que trata o inciso III, os tetos de referência serão novamente expandidos, de acordo com a categorização a ser estabelecida com base na relação entre o percentual de habitantes extremamente pobres no município e o percentual brasileiro de população extremamente pobre, de forma que os municípios tenham seus tetos de referência expandidos de 5% (cinco por cento) a 30% (trinta por cento), de acordo com seus percentuais de extrema pobreza, na forma do Anexo I;

V - agrega-se ao limite obtido para cada município o valor correspondente ao percentual de insegurança alimentar grave no Estado no qual o município está inserido, em conformidade com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD/IBGE;

VI - a partir dos valores obtidos para os municípios é calculado o valor médio por município para cada Estado, sendo este valor multiplicado pelo número de municípios envolvidos em cada proposta estadual;

VII - para a definição dos limites financeiros, confronta-se a demanda de recursos financeiros apresentada pelos Estados, por meio de uma ficha de levantamento de demanda, com os limites calculados para cada Estado, adotando-se como limite o menor valor.

Art. 2º As metas de execução são definidas com base em ficha de levantamento de demanda, apresentada pelos Estados.

Parágrafo único. Para os Estados que apresentem uma demanda de recursos financeiros superior ao limite a ser disponibilizado pelo MDS, calculado de acordo com os incisos I a VI do art. 1º, a meta referente ao número mínimo de beneficiários fornecedores será reduzida proporcionalmente.

Art. 3° Propõem-se, como parâmetros adicionais de execução, os percentuais mínimos de:

I - 40% (quarenta por cento), para beneficiários fornecedores prioritários, buscando atender as metas do Plano Brasil sem Miséria, e para beneficiárias fornecedoras mulheres, conforme a Resolução GGPAA nº 44, de 16 de agosto de 2011; e

II - 5% (cinco por cento), para beneficiários fornecedores de produtos orgânicos ou agroecológicos.

Art. 4º O início da operação de aquisição de alimentos está condicionado à aprovação pela Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional de proposta de participação registrada pelo ente no Sistema do Programa de Aquisição de Alimentos, conforme previsto no plano operacional, e à emissão dos cartões bancários de cada beneficiário fornecedor.

Art. 5° O plano operacional poderá prever, com base no limite financeiro total disponibilizado no Anexo II, estimativa de recursos por trimestre.

Parágrafo único. O desempenho na execução física e financeira poderá implicar a revisão, por iniciativa do MDS, dos limites previstos, com a sua ampliação ou redução, conforme o caso.

Art. 6º Aos Estados que aderiram ao Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, relacionados no Anexo II, propõem-se metas, limites financeiros para a implementação do Programa, na modalidade de execução Compra com Doação Simultânea, no prazo de 12 (doze) meses a partir de sua pactuação.

§ 1º O prazo dos planos operacionais, por iniciativa da unidade gestora, poderá ser prorrogado em função do desempenho da Unidade Executora.

§ 2º Para fins do disposto no caput, o MDS realizará pagamentos aos beneficiários fornecedores ou às organizações fornecedoras, observados os limites por Unidade da Federação, por Unidade Familiar e os limites financeiros indicados no Anexo II.

§ 3º Os recursos de que trata este artigo serão alocados no orçamento do MDS, UO 55.101, e consignados no Programa de Trabalho nº 08.306.2069.2798.0001 - Aquisição de Alimentos Provenientes da Agricultura Familiar.

Art. 7º Os Estados elencados no Anexo II devem confirmar o interesse em executar a modalidade em até 30 (trinta) dias após a publicação desta Portaria, por meio da aceitação das metas apresentadas e do preenchimento de informações complementares para a elaboração e aprovação do plano operacional, no Sistema de Informações do PAA - SISPAA.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

CAIO TIBÉRIO DORNELLES DA ROCHA

ANEXO I

Grupos	Percentuais de extrema pobreza para enquadramento no grupo	Valor agregado ao limite de referência
Grupo I	Acima de 17,06	30%
Grupo II	Acima de 12,79 a 17,06	20%
Grupo III	Acima de 8,53 a 12,79	15%
Grupo IV	Acima de 4,26 a 8,53	10%
Grupo V	De 0 a 4,26	5%

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800216

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO II

Estado	METAS DE EXECUÇÃO	LIMITES FINANCEIROS (em R$)	PARÂMETROS ADICIONAIS DE EXECUÇÃO			
	Número mínimo de Beneficiários Fornecedores	Para pagamentos a fornecedores pelo Governo Federal	Percentual mínimo de Beneficiários Fornecedores Prioritários	Percentual mínimo de Beneficiárias Fornecedoras mulheres	Percentual mínimo de Beneficiários Fornecedores de produtos orgânicos ou agroecológicos	Número de Municípios Envolvidos
RN	462	R$ 3.000.000,00	40%	40%	5%	164
TO	308	R$ 2.000.000,00	40%	40%	5%	139
		R$ 5.000.000,00				

Ministério do Esporte

SECRETARIA EXECUTIVA

COMISSÃO TÉCNICA

DELIBERAÇÃO Nº 1.139, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017

Dá publicidade aos projetos desportivos, relacionados nos anexos I, aprovados nas reuniões ordinárias realizadas em 05/09/2017 e 08/11/2017.

A COMISSÃO TÉCNICA VINCULADA AO MINISTÉRIO DO ESPORTE, de que trata a Lei nº 11.438 de 29 de dezembro de 2006, instituída pela Portaria nº 307, de 26 de outubro de 2017, considerando:

a) a aprovação dos projetos desportivos, relacionados nos anexos I e II, aprovados nas reuniões ordinárias realizadas em 05/09/2017 e 08/11/2017.

b) a comprovação pelo proponente de projeto desportivo aprovado, das respectivas regularidades fiscais e tributárias nas esferas federal, estadual e municipal, nos termos do parágrafo único do art. 27 do Decreto nº 6.180 de 03 de agosto de 2007 decide:

Art. 1º Tornar pública, para os efeitos da Lei nº 11.438 de 2006 e do Decreto nº 6.180 de 2007, a aprovação do projeto desportivo relacionado no anexo I.

Art. 2º Autorizar a captação de recursos, nos termos e prazos expressos, mediante doações ou patrocínios, para o projeto desportivo relacionado no anexo I.

Art. 3º Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO VILLAS BÔAS DE ALMEIDA
Presidente da Comissão

ANEXO I

1 - Processo: 58000.117394/2017-71
Proponente: Associação de Moradores do Bairro Alvorada
Título: Florescer no Alvorada
Registro: 02RS165632017
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 09.722.447/0001-49
Cidade: Farroupilha UF: RS
Valor autorizado para captação: R$ 283.969,57
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0486 DV: 3 Conta Corrente (Bloqueada) vinculada nº 44001-9
Período de Captação até: 31/12/2018

2 - Processo: 58000.0107976/2017-49
Proponente: Centro Esportivo e Educacional Jorginho - Bola Pra Frente
Título: Cruzamento Perfeito
Registro: 02RJ025772008
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 04.649.198/0001-90
Cidade: Rio de Janeiro UF: RJ
Valor autorizado para captação: R$ 1.636.826,26
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1251 DV: 3 Conta Corrente (Bloqueada) vinculada nº 42234-7.
Período de Captação até: 31/12/2018

3 - Processo: 58000.108012/2017-18
Proponente: Clube Esportivo Paysandú
Título: Campeões na Bola e na Escola - Fase III
Registro: 02SC050182009
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 79.831.871/0001-07
Cidade: Brusque UF: SC
Valor autorizado para captação: R$ 176.449,12
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0401 DV: 4 Conta Corrente (Bloqueada) vinculada nº 78324-2.
Período de Captação até: 31/12/2018

4 - Processo: 58000.112009/2017-07
Proponente: Federação Cearense de Tênis
Título: Projeto Educa Tênis
Registro: 02CE026892008
Manifestação Desportiva: Desporto de Participação
CNPJ: 07.885.254/0001-83
Cidade: Fortaleza UF: CE
Valor autorizado para captação: R$ 195.207,21
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3472 DV: X Conta Corrente (Bloqueada) vinculada nº 62585-X
Período de Captação até: 31/12/2018

5 - Processo: 58000.109327/2017-82
Proponente: Instituto Gabriel Medina
Título: Medina 2018
Registro: 02SP155182016
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 23.686.783/0001-04
Cidade: Maresias UF: SP
Valor autorizado para captação: R$ 2.800.114,20
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0715 DV: 3 Conta Corrente (Bloqueada) vinculada nº 46389-2
Período de Captação até: 31/12/2018

Ministério do Meio Ambiente

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 462, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2017

Autoriza o Ministério do Meio Ambiente - MMA, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade -Instituto Chico Mendes, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, a Agência Nacional de Águas - ANA e o Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro - JBRJ a realizarem programa de gestão, na modalidade de teletrabalho, com fundamento no § 6º do art. 6º do Decreto nº 1.590, de 10 de agosto de 1995.

O MINISTRO DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no art. 6°, § 6, do Decreto n° 1.590, de 10 de agosto de 1995, e o que consta nos autos do Processo Administrativo nº 02000.206263/2017-11, resolve:

Art. 1° Autorizar o Ministério do Meio Ambiente - MMA, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, a Agência Nacional de Águas - ANA e o Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro - JBRJ a realizarem programa de gestão, na modalidade de teletrabalho, nos termos do que dispõe o § 6º do art. 6º do Decreto nº 1.590, de 10 de agosto de 1995, nas atividades inerentes à sua competência, condicionado à efetiva mensuração dos seus resultados.

§1º O programa de gestão, na modalidade de Teletrabalho, ocorrerá, a princípio, a título de experiência-piloto, devendo ser realizadas avaliações trimestrais dos resultados auferidos.

§2º Após a experiência-piloto, a continuidade do programa ficará vinculada à análise dos resultados apurados, em especial, no que se refere ao incremento da produtividade nas unidades participantes da experiência, a critério do dirigente máximo de cada órgão/entidade.

Art. 2° Ato da autoridade máxima do órgão/entidade regulamentará as atividades, métricas e condições a serem observadas no desenvolvimento do programa de gestão, na modalidade de Teletrabalho.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

SARNEY FILHO

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS

ÁREA DE REGULAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO

RESOLUÇÕES DE 5 DE DEZEMBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE ADJUNTO DE REGULAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA torna público que, com fundamento no art. 12, V, da Lei nº 9.984, de 17/07/2000, e com base na delegação que lhe foi conferida por meio da Resolução ANA nº 1.942, de 30/10/2017, resolveu outorgar a:

Nº 10 - Joao Bosco Gomes Cruz, UHE Luiz Gonzaga, Município de Rodelas/Bahia, irrigação.

Nº 11 - Neilor Camilo Godoi Ramos, Rio Carangola, Município De Natividade/Rio de Janeiro, irrigação.

Nº 12 - Joao Eudes Almeida Rodrigues, UHE Luiz Gonzaga, Município de Rodelas/Bahia, irrigação.

Nº 13 - Gilson Cesar Guimaraes, rio Jequitinhonha, Município de Itinga/Minas Gerais, irrigação.

Nº 14 - Geraldo José Barbosa, rio Preto, Município de Unaí/Minas Gerais, irrigação.

Nº 15 - Maria Eunice Gomes, UHE Luiz Gonzaga, Município de Petrolândia/Pernambuco, irrigação.

Nº 16 - Jose Natalino Pinheiro Prates, rio Jequitinhonha, Município de Araçuaí/Minas Gerais, irrigação.

Nº 17 - Josevaldo Rodrigues de Souza, rio São Francisco, Município de Juazeiro/Bahia, irrigação.

Nº 18 - Sunaide Aparecida de Queiroz Luciano, UHE São Simão, Município de Santa Vitória/Minas Gerais, irrigação.

Nº 19 - Gustavo Henrique de Araújo Gomes, UHE Marechal Mascarenhas de Moraes, Município de Cássia/Minas Gerais, irrigação.

Nº 20 - Ednalva Rosa do Amparo Bittencourt, rio Pardo, Município de Itarantim/Bahia, irrigação.

Nº 21 - Marcio André Alves Goncalves, UHE Paulo Afonso IV e UHE Apolônio Sales, Município de Glória/Bahia, irrigação.

Nº 22 - Angelo Ricardo Bione Barreto, rio São Francisco, Município de Petrolina/Pernambuco, irrigação.

Nº 23 - Ruy Garcia Da Silva, rio Muriaé, Município de Itaperuna/Rio de Janeiro, irrigação.

Nº 24 - Valmir Xavier Rodrigues, rio Jequitinhonha, Município de Salto da Divisa/Bahia, irrigação.

Nº 25 - Jose Almeida dos Santos, UHE rio Jequitinhonha, Município de Salto da Divisa/Bahia, irrigação.

Nº 26 - Antonio Renato Amorim Dias, rio São Francisco, Município de Petrolina/Pernambuco, irrigação.

Nº 27 - Jose Ferraz Do Valle Filho, rio Paranaíba, Município de Serra do Salitre/Minas Gerais, irrigação.

Nº 28 - Antonio Renato Amorim Dias, rio São Francisco, Município de Petrolina/Pernambuco, irrigação.

Nº 29 - Vecchi Empreendimentos & Participações Ltda, rio Paranaíba, Município de Patos de Minas/Minas Gerais, irrigação.

O inteiro teor das Resoluções de Outorga, bem como as demais informações pertinentes estarão disponíveis no site www.ana.gov.br.

PATRICK THOMAS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800217

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RESOLUÇÕES DE 4 DE DEZEMBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO da AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA, no exercício da competência a que se refere a Resolução nº 1.942, de 30 de outubro de 2017, torna público que a DIRETORIA COLEGIADA, em sua 683ª Reunião Ordinária, realizada em 04 de dezembro de 2017, com fundamento no art. 12, V, da Lei nº 9.984, de 17/07/2000, resolveu emitir as outorgas de direito de uso de recursos hídricos a:

Nº 2.083 - José Carlos Rodrigues de Oliveira, rio Urucuia, Município de Buritis/Minas Gerais, irrigação.

Nº 2.084 - Relson Soares de Carvalho Silva, rio São Francisco, Município de Abaré/Bahia, irrigação.

Nº 2.085 - Martim Gonçalves Ferreira, Ribeirão Roncador, Município de Unaí/Minas Gerais, irrigação.

Nº 2.086 - Massagi Sato e Marcelino Kikuharu Sato, Reservatório Particular no Córrego do Rato, Município de Cristalina/Goiás, irrigação.

Nº 2.087 - Adrian de Castro Souza, rio Jaguarão Chico, Município de Aceguá/Rio Grande do Sul, irrigação.

Nº 2.088 - Sabina Alves de Jesus, rio Urucuia, Município de Buritis/Minas Gerais, irrigação.

Nº 2.089 - Urbano Soares Magalhães, rio Urucuia, Município de Buritis/Minas Gerais, irrigação.

Nº 2.090 - João Francisco Pires, rio Urucuia, Município de Arinos/Minas Gerais, irrigação.

Nº 2.091 - Geraes Energética Ltda., rio Samburá, Municípios de São Roque de Minas e Medeiros/Minas Gerais, geração de energia hidrelétrica/Micro Central Hidrelétrica.

Nº 2.092 - Graciele Luiz da Fonseca, rio Urucuia, Município de Buritis/Minas Gerais, irrigação.

Nº 2.093 - Jeovan Lucas Sobrinho, rio Urucuia, Município de Buritis/Minas Gerais, irrigação.

Nº 2.094 - Giliard Jeferson Orsolin, rio Carinhanha, Município de Januária/Minas Gerais, irrigação.

Nº 2.095 - Márcio Lopes Alves, rio Carinhanha, Município de Montalvânia/Minas Gerais, irrigação.

Nº 2.096 - Ademir Cenci, rio Urucuia, Município de Arinos/Minas Gerais, irrigação.

O inteiro teor das Resoluções, bem como as demais informações pertinentes estarão disponíveis no site www.ana.gov.br.

RODRIGO FLECHA FERREIRA ALVES

RESOLUÇÕES DE 5 DE DEZEMBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA, no exercício da competência a que se refere a Resolução nº 1.942, de 30/10/2017, torna público que o DIRETOR JOÃO GILBERTO LOTUFO CONEJO, com fundamento no art. 12, V, da Lei nº 9.984, de 17/07/2000, resolveu emitir as outorgas de direito de uso de recursos hídricos a:

Nº 2.099 - José Aparecido de Castro, rio Preto, Município de Unaí/Minas Gerais, irrigação.

Nº 2.100 - Rogerio de Almeida Lima, rio Alcobaça ou Itanhém, Município de Teixeira de Freitas/Bahia, irrigação.

Nº 2.101 - Aguilar Victor Orlete, rio Jucuruçu, Município de Prado/Bahia, irrigação.

Nº 2.102 - João Caldeira Pinto, rio Preto, Município de Unaí/Minas Gerais, irrigação.

Nº 2.103 - Valdiney Lemes, rio Cotaxé ou Braço Norte do rio São Mateus, Município de Ecoporanga/Espírito Santo, irrigação.

Nº 2.104 - Luiz Ricardo de Souza Silva, Luiz Gonzaga/Itaparica (rio São Francisco), Município de Glória/Bahia, irrigação e dessedentação animal.

Nº 2.105 - Rogério Vian, rio Araguaia, Município de Mineiros/Goiás, irrigação.

Nº 2.106 - Carlos Dias de Aguilar, rio Jequitinhonha, Município de Coronel Murta/Minas Gerais, irrigação.

Nº 2.107 - Cácio Aurélio da Cunha, rio Preto, Município de Unaí/Minas Gerais, irrigação.

Nº 2.108 - Reneu Perazza, UHE Ilha Solteira (rio Paraná), Município de Selvíria/Mato Grosso do Sul, irrigação.

Nº 2.109 - Cicero Moura Freire, Reservatório da UHE Luiz Gonzaga/Itaparica (rio São Francisco), Município de Petrolândia/Pernambuco, irrigação e dessedentação animal.

Nº 2.110 - Nahor Luz de Farias, Reservatório da UHE Furnas, Município de Carmo do Rio Claro/Minas Gerais, irrigação.

Nº 2.111 - Flavio Pereira Jardim, rio Jequitinhonha, Município de Coronel Murta/Minas Gerais, irrigação.

Nº 2.112 - José Nunes do Amaral, rio Preto, Município de Unaí/Minas Gerais, irrigação e criação animal.

Nº 2.113 - Tarcisio Moreira Muniz, rio São Francisco, Município de Ibiaí/Minas Gerais, irrigação.

Nº 2.114 - Uimara Coelho dos Santos, rio São Francisco, Município de Juazeiro/Bahia, irrigação.

Nº 2.115 - Francisco Correa Sobrinho, rio José Pedro, Município de Taparuba/Minas Gerais, irrigação.

Nº 2.116 - Jose Moura Sacramento, UHE Sobradinho (rio São Francisco), Município de Casa Nova/Bahia, irrigação.

Nº 2.117 - José Antônio de Oliveira, rio Preto, Município de Unaí/Minas Gerais, irrigação e dessedentação animal.

Nº 2.118 - Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA, rio São Francisco, Município de São Francisco/Minas Gerais, abastecimento público e esgotamento sanitário.

Nº 2.119 - Marmoreio Empreendimentos Serviços e Administração de Patrimônio Ltda, rio Paranã, Município de Nova Roma/Goiás, irrigação.

Nº 2.120 - Clovis Renato de Freitas, rio Jequitinhonha, Município de Almenara/Minas Gerais, irrigação e dessedentação animal.

Nº 2.121 - Tiago Laranjeira Souza, rio Carinhanha, Município de Feira da Mata/Bahia, irrigação.

Nº 2.122 - Guilherme Corte Ivers, UHE Ilha Solteira, Município de Aparecida do Taboado/Mato Grosso do Sul, irrigação.

Nº 2.123 - Rui Castro Filho, reservatório da UHE Sobradinho, Município de Casa Nova/Bahia, irrigação.

Nº 2.124 - Crismaik de Souza Alves, Reservatório da UHE Luiz Gonzaga (rio São Francisco), Município de Glória/Bahia, irrigação.

Nº 2.125 - Igor Dias Castro, reservatório da UHE Sobradinho, Município de Casa Nova/Bahia, irrigação.

Nº 2.126 - Alessandro Fiasca Miller, rio São Francisco, Município de Curaçá/Bahia, irrigação.

Nº 2.127 - Lindinalva Melo Silva, UHE UHE Luiz Gonzaga/Itaparica, Município de Glória/Bahia, irrigação e criação animal.

Nº 2.128 - Alexandre Guimarães, rio Jequitinhonha, Município de Jequitinhonha/Minas Gerais, irrigação.

Nº 2.129 - Ronaldo Silva Pinto, reservatório da UHE Três Marias, Município de Pompéu/Minas Gerais, irrigação.

Nº 2.130 - Antônio Carlos Saraiva de Oliveira, rio Doce, Município de Urucuia/Minas Gerais, irrigação.

Nº 2.131 - Matheus Moreira Campos Junior, rio Jequitinhonha, Município de Bocaiúva/Minas Gerais, irrigação.

Nº 2.132 - Paulo César Soares Jardim, rio Jequitinhonha, Município de Araçuaí/Minas Gerais, irrigação.

Nº 2.133 - ABR Serviços Florestais Ltda., rio Jequitinhonha, Município de Berilo/Minas Gerais, indústria e afins.

Nº 2.134 - Elias Sangiorge, Rio Cricaré ou braço sul do rio São Mateus, Município de Nova Venécia/Espírito Santo, irrigação.

Nº 2.135 - José Bonifácio de Oliveira Lima, rio Carinhanha, Município de Carinhanha/Bahia, irrigação.

Nº 2.136 - Luiz Roberto Meneghin, Jaguari-mirim, Município de Aguaí/São Paulo, irrigação.

Nº 2.137 - Nicacio Pereira Gomes, rio Jequitinhonha, Município de Itinga/ Minas Gerais, irrigação.

Nº 2.138 - Peugeot Citroen do Brasil Automóveis Ltda., rio Paraíba do Sul, Município de Porto Real/Rio de Janeiro, indústria.

Nº 2.139 - Mônica Rodrigues Alves, rio Grande, Município de Rifaina/São Paulo, irrigação.

Nº 2.140 - Vale S.A, rio Doce, Município de Resplendor/Minas Gerais, indústria.

Nº 2.141 - Geniso Lima Campos, reservatório da UHE Luiz Gonzaga/Itaparica, Município de Glória/Bahia, irrigação.

Nº 2.142 - Paulo Daniel Antunes Sposito, rio Pardo, Município de Águas Vermelhas/Minas Gerais, irrigação.

Nº 2.143 - Hiram Pimenta Moura, rio São Francisco, Município de Pedras de Maria da Cruz/Minas Gerais, irrigação e dessedentação animal.

Nº 2.144 - Euler Andrade Ruas, rio Mucuri, Município de Carlos Chagas/Minas Gerais, irrigação.

Nº 2.145 - Pedro Biazzo Filho-ME, rio Jaguari-mirim, Município de Casa Branca/São Paulo, mineração.

Nº 2.146 - Felipe Faria Valani, rio Cotaxé ou braço norte do rio São Mateus, Município de Boa Esperança/Espírito Santo, irrigação e criação animal.

Nº 2.147 - Admir A. Trevisan & Cia. Ltda - ME, rio Moji-Guaçu, Município de Espírito Santo do Pinhal/São Paulo, mineração.

Nº 2.148 - Clovis Kokichi Takeuchi, rio Alcobaça ou Itanhém, Município de Alcobaça/Bahia, irrigação.

Nº 2.149 - Francisco Hermelino de Souza, rio Carinhanha, Município de Montalvânia/Minas Gerais, irrigação.

Nº 2.150 - Antônio Alves dos Santos, rio Carinhanha, Município de Juvenília/Minas Gerais, irrigação.

O inteiro teor das Resoluções, bem como as demais informações pertinentes estarão disponíveis no site www.ana.gov.br.

RODRIGO FLECHA FERREIRA ALVES

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

PORTARIA Nº 2.523, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2017

A PRESIDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA, nomeada por Decreto de 2 de junho de 2016, publicado no Diário Oficial da União de 3 de junho de 2016, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso VIII do art. 23 do Anexo I do Decreto nº 8.973, de 24 de janeiro de 2017, que aprovou a Estrutura Regimental do Ibama, publicado no Diário Oficial da União de 25 de janeiro de 2017, e o inciso XI do art. 130 do Regimento Interno do Ibama, aprovado pela Portaria nº 14, de 29 de junho de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 30 de junho de 2017, e considerando o que consta no Processo Administrativo nº 02029.101061/2017-57, resolve:

Art. 1° Delegar competência ao Superintendente do IBAMA no Estado de Tocantins, para assinar o Acordo de Cooperação Técnica objeto do Processo Administrativo nº 02029.101061/2017-57, celebrado entre a Superintendência do Ibama no Tocantins e o Centro Universitário Luterano de Palmas CEULP/ULBRA, com o objetivo, por parte da SUPES/IBAMA/TO, de Elaboração de um Projeto Arquitetônico e Urbanístico com Características de Sustentabilidade Ambiental e, por parte do CEULP/ULBRA, de oportunizar o aprendizado do corpo discente da Universidade por meio da elaboração do projeto arquitetônico da Sede do Ibama em Palmas/TO, a participação em eventos técnicos e científicos do Ibama e o apoio técnico na realização de estudos relacionados ao Meio Ambiente

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

SUELY ARAÚJO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800218

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 420, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, tendo em vista o disposto no art. 7º, caput, inciso II, e § 1º, do Decreto nº 8.961, de 16 de janeiro de 2017, resolve:

Art. 1º Remanejar os valores constantes do Anexo I do Decreto nº 8.961, de 16 de janeiro de 2017, na forma dos Anexos I e II desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DYOGO HENRIQUE DE OLIVEIRAANEXO I

ANEXO i

(Anexo I ao Decreto nº 8.961, de 16 de janeiro de 2017)
REDUÇÃO DOS VALORES DE MOVIMENTAÇÃO E EMPENHO

R$ 1,00

Órgãos	Demais				
	PAC	Emendas Impositivas		Outras	Total
		Individuais	Bancada		
Reserva para Emendas Impositivas de Bancada	0	0	198.547.162	0	198.547.162
TOTAL	0	0	198.547.162	0	198.547.162

ANEXO II

(Anexo I ao Decreto nº 8.961, de 16 de janeiro de 2017)
ACRÉSCIMO DOS VALORES DE MOVIMENTAÇÃO E EMPENHO

R$ 1,00

Órgãos		Demais			
		PAC	Emendas Impositivas	Outras	Total
			Individuais	Bancada		
22000	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	0	0	23.850.592	0	23.850.592
26000	Ministério da Educação	0	0	3.742.292	0	3.742.292
30000	Ministério da Justiça e Cidadania	0	0	8.030.634	0	8.030.634
36000	Ministério da Saúde	0	0	67.403.103	0	67.403.103
39000	Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil	0	0	26.235.121	0	26.235.121
53000	Ministério da Integração Nacional	0	0	44.780.263	0	44.780.263
56000	Ministério das Cidades	0	0	24.505.157	0	24.505.157
	TOTAL	0	0	198.547.162	0	198.547.162

PORTARIA Nº 421, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Integração Nacional, crédito suplementar no valor de R$ 281.700.000,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O MINISTRO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, tendo em vista a autorização constante do art. 4º, caput, incisos III, alínea "c", item "2", e IV, alínea "a", da Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, e a delegação de competência de que trata o art. 1º do Decreto nº 8.970, de 23 de janeiro de 2017, resolve:

Art. 1º Abrir ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017), em favor do Ministério da Integração Nacional, crédito suplementar no valor de R$ 281.700.000,00 (duzentos e oitenta e um milhões e setecentos mil reais), para atender à programação constante do Anexo I.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação parcial de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DYOGO HENRIQUE DE OLIVEIRA

ANEXO

ÓRGÃO: 53000 - Ministério da Integração Nacional
UNIDADE: 53101 - Ministério da Integração Nacional - Administração Direta
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
2029		Desenvolvimento Regional e Territorial							266.200.000
		Projetos							
15 244	2029 7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado							266.200.000
15 244	2029 7K66 0001	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado - Nacional							266.200.000
			F	4	3	40	0	100	261.786.522
			F	4	3	40	0	188	4.413.478

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800219

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

	2040	Gestão de Riscos e de Desastres							15.500.000
		Atividades							
06 182	2040 8348	Apoio a Obras Preventivas de Desastres							15.500.000
06 182	2040 8348 0001	Apoio a Obras Preventivas de Desastres - Nacional							15.500.000
			F	4	2	40	0	100	15.500.000
TOTAL - FISCAL									281.700.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									281.700.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26298 - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2080	Educação de qualidade para todos							166.200.000
		Projetos							
12 365	2080 12KU	Apoio à implantação de Escolas para Educação Infantil							166.200.000
12 365	2080 12KU 0001	Apoio à implantação de Escolas para Educação Infantil - Nacional							166.200.000
			F	4	3	40	0	100	166.200.000
TOTAL - FISCAL									166.200.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									166.200.000

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52111 - Comando da Aeronáutica
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2058	Defesa Nacional							59.527.033
		Projetos							
05 151	2058 14T0	Aquisição de Aeronaves de Caça e Sistemas Afins - Projeto FX-2							59.527.033
05 151	2058 14T0 0001	Aquisição de Aeronaves de Caça e Sistemas Afins - Projeto FX-2 - Nacional							59.527.033
			F	4	3	90	0	100	59.527.033
TOTAL - FISCAL									59.527.033
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									59.527.033

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52131 - Comando da Marinha
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2058	Defesa Nacional							40.472.967
		Projetos							
05 152	2058 123I	Construção de Submarinos Convencionais							40.472.967
05 152	2058 123I 0001	Construção de Submarinos Convencionais - Nacional							40.472.967
			F	4	3	90	0	100	36.059.489
			F	4	3	90	0	188	4.413.478
TOTAL - FISCAL									40.472.967
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									40.472.967

ÓRGÃO: 55000 - Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário
UNIDADE: 55101 - Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário - Administração Direta
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2019	Inclusão social por meio do Bolsa Família, do Cadastro Único e da articulação de políticas sociais							15.500.000
		Atividades							
08 244	2019 8442	Transferência de Renda Diretamente às Famílias em Condição de Pobreza e Extrema Pobreza (Lei nº 10.836, de 2004)							15.500.000
08 244	2019 8442 0020	Transferência de Renda Diretamente às Famílias em Condição de Pobreza e Extrema Pobreza (Lei nº 10.836, de 2004) - Na Região Nordeste							15.500.000
			S	3	1	90	0	100	15.500.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									15.500.000
TOTAL - GERAL									15.500.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800220

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 422, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017

Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Educação, de Minas e Energia, dos Transportes, Portos e Aviação Civil, do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, e da Integração Nacional, crédito suplementar no valor de R$ 927.425.357,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O MINISTRO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, tendo em vista as autorizações constantes do art. 4º, caput, incisos II, alínea "c", item "1", e III, alíneas "c", itens "1" e "2", "d", itens "1" e "2", e "f", item "1", e § 4º, da Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, e no § 2º do art. 43 da Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016, e a delegação de competência de que trata o art. 1º do Decreto nº 8.970, de 23 de janeiro de 2017, resolve:

Art. 1º Abrir aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017), em favor dos Ministérios da Educação, de Minas e Energia, dos Transportes, Portos e Aviação Civil, do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, e da Integração Nacional, crédito suplementar no valor de R$ 927.425.357,00 (novecentos e vinte e sete milhões, quatrocentos e vinte e cinco mil, trezentos e cinquenta e sete reais), para atender à programação constante do Anexo I.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação parcial de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DYOGO HENRIQUE DE OLIVEIRA

ANEXO

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26101 - Ministério da Educação - Administração Direta
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2080	Educação de qualidade para todos							192.073.400
		Atividades							
12 363	2080 20RG	Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica							78.810.000
12 363	2080 20RG 0001	Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - Nacional							78.810.000
			F	4	2	90	0	112	7.200.000
			F	4	2	90	0	312	71.610.000
12 368	2080 20RJ	Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada para a Educação Básica							5.000.000
12 368	2080 20RJ 0001	Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada para a Educação Básica - Nacional							5.000.000
			F	3	2	90	0	112	5.000.000
12 363	2080 6380	Fomento ao Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica							10.000.000
12 363	2080 6380 0001	Fomento ao Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica - Nacional							10.000.000
			F	4	2	90	0	112	10.000.000
12 364	2080 8282	Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior							98.263.400
12 364	2080 8282 0001	Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior - Nacional							98.263.400
			F	3	2	90	0	112	3.850.000
			F	4	2	90	0	100	5.110.080
			F	4	2	90	0	112	71.913.320
			F	4	2	90	0	312	17.390.000
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							25.000.000
		Atividades							
12 571	2109 212H	Pesquisa e Desenvolvimento nas Organizações Sociais							25.000.000
12 571	2109 212H 0001	Pesquisa e Desenvolvimento nas Organizações Sociais - Nacional							25.000.000
			F	3	2	50	0	100	25.000.000
TOTAL - FISCAL									217.073.400
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									217.073.400

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26231 - Universidade Federal de Alagoas
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							82.598
		Atividades							
12 128	2109 4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação							82.598
12 128	2109 4572 0027	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado de Alagoas							82.598
			F	3	2	90	0	100	82.598
TOTAL - FISCAL									82.598
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									82.598

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26234 - Universidade Federal do Espírito Santo
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2080	Educação de qualidade para todos							7.215.000
		Atividades							
12 364	2080 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior							7.200.000
12 364	2080 20RK 0032	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Espírito Santo							7.200.000
			F	3	2	90	0	112	2.500.000
			F	3	2	90	0	650	3.900.000
			F	3	2	90	0	680	800.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800221

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

12 364	2080 4002	Assistência ao Estudante de Ensino Superior							15.000
12 364	2080 4002 0032	Assistência ao Estudante de Ensino Superior - No Estado do Espírito Santo	F	4	2	90	0	100	15.000
TOTAL - FISCAL									15.000
TOTAL - SEGURIDADE									7.215.000
TOTAL - GERAL									0
									7.215.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26237 - Universidade Federal de Juiz de Fora
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2080	Educação de qualidade para todos							20.000.000
		Projetos							
12 364	2080 154O	Implantação do Campus de Governador Valadares							20.000.000
12 364	2080 154O 0031	Implantação do Campus de Governador Valadares - No Estado de Minas Gerais	F	5	2	90	0	112	20.000.000
TOTAL - FISCAL									20.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									20.000.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26240 - Universidade Federal da Paraíba
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2080	Educação de qualidade para todos							3.248.901
		Atividades							
12 364	2080 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior							3.248.901
12 364	2080 20RK 0025	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado da Paraíba	F	3	2	90	0	112	3.248.901
TOTAL - FISCAL									3.248.901
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									3.248.901

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26242 - Universidade Federal de Pernambuco
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0910	Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais							4.616
		Operações Especiais							
28 846	0910 00OQ	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica							4.616
28 846	0910 00OQ 0002	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica - No Exterior	F	3	2	50	0	100	4.616
TOTAL - FISCAL									4.616
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									4.616

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26244 - Universidade Federal do Rio Grande do Sul
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2080	Educação de qualidade para todos							300.000
		Atividades							
12 364	2080 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior							300.000
12 364	2080 20RK 0043	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio Grande do Sul	F	3	2	90	0	100	300.000
TOTAL - FISCAL									300.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									300.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26245 - Universidade Federal do Rio de Janeiro
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2080	Educação de qualidade para todos							19.567.249
		Atividades							
12 364	2080 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior							19.567.249
12 364	2080 20RK 0033	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio de Janeiro							19.567.249
			F	3	2	90	0	100	4.567.249
			F	3	2	90	0	112	15.000.000
TOTAL - FISCAL									19.567.249
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									19.567.249

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800222

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26248 - Universidade Federal Rural de Pernambuco
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2080	Educação de qualidade para todos							3.438.000
		Atividades							
12 364	2080 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior							3.438.000
12 364	2080 20RK 0026	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Pernambuco							3.438.000
			F	3	2	90	0	112	1.638.000
			F	3	2	90	0	312	1.800.000
TOTAL - FISCAL									3.438.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									3.438.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26250 - Fundação Universidade Federal de Roraima
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2080	Educação de qualidade para todos							333.000
		Atividades							
12 363	2080 20RL	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica							333.000
12 363	2080 20RL 0014	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Roraima							333.000
			F	4	2	90	0	112	333.000
TOTAL - FISCAL									333.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									333.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26255 - Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2080	Educação de qualidade para todos							603.000
		Atividades							
12 364	2080 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior							603.000
12 364	2080 20RK 0031	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Minas Gerais							603.000
			F	3	2	90	0	650	563.000
			F	3	2	90	0	696	40.000
TOTAL - FISCAL									603.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									603.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26256 - Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2080	Educação de qualidade para todos							1.502.777
		Atividades							
12 363	2080 20RL	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica							1.502.777
12 363	2080 20RL 0033	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Rio de Janeiro							1.502.777
			F	3	2	90	0	112	1.502.777
TOTAL - FISCAL									1.502.777
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.502.777

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26261 - Universidade Federal de Itajubá
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0910	Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais							1.000
		Operações Especiais							
28 846	0910 00PW	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica							1.000
28 846	0910 00PW 0001	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica - Nacional							1.000
			F	3	2	50	0	100	1.000
TOTAL - FISCAL									1.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800223

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26266 - Fundação Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2080	Educação de qualidade para todos							848.126
		Atividades							
12 364	2080 20GK	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão							750.000
12 364	2080 20GK 0043	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Rio Grande do Sul							750.000
			F	4	2	90	0	112	750.000
12 364	2080 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior							98.126
12 364	2080 20RK 0043	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio Grande do Sul							98.126
			F	3	2	90	0	100	98.126
TOTAL - FISCAL									848.126
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									848.126

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26267 - Universidade Federal da Integração Latino Americana
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2080	Educação de qualidade para todos							2.000.000
		Projetos							
12 364	2080 11G1	Implantação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA							2.000.000
12 364	2080 11G1 0041	Implantação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA - No Estado do Paraná							2.000.000
			F	4	2	90	0	112	2.000.000
TOTAL - FISCAL									2.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.000.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26269 - Fundação Universidade do Rio de Janeiro
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2080	Educação de qualidade para todos							1.000.000
		Atividades							
12 364	2080 8282	Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior							1.000.000
12 364	2080 8282 0033	Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio de Janeiro							1.000.000
			F	4	2	90	0	112	1.000.000
TOTAL - FISCAL									1.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.000.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26271 - Fundação Universidade de Brasília
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2080	Educação de qualidade para todos							8.108.481
		Atividades							
12 364	2080 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior							8.108.481
12 364	2080 20RK 0053	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Distrito Federal							8.108.481
			F	3	2	90	0	100	96.994
			F	3	2	90	0	112	3.011.487
			F	3	2	90	0	250	5.000.000
TOTAL - FISCAL									8.108.481
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									8.108.481

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26273 - Fundação Universidade Federal do Rio Grande - RS
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2080	Educação de qualidade para todos							3.000.000
		Atividades							
12 364	2080 8282	Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior							3.000.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800224

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

12 364	2080 8282 0043	Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio Grande do Sul	F	4	2	90	0	112	3.000.000 3.000.000
TOTAL - FISCAL									3.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									3.000.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26278 - Fundação Universidade Federal de Pelotas
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2080	Educação de qualidade para todos							4.800.000
		Atividades							
12 364	2080 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior							4.800.000
12 364	2080 20RK 0043	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio Grande do Sul							4.800.000
			F	3	2	90	0	112	4.800.000
TOTAL - FISCAL									4.800.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									4.800.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26283 - Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2080	Educação de qualidade para todos							127.469
		Atividades							
12 364	2080 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior							127.469
12 364	2080 20RK 0054	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Mato Grosso do Sul							127.469
			F	3	2	90	0	112	127.469
TOTAL - FISCAL									127.469
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									127.469

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26292 - Fundação Joaquim Nabuco
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							2.097.000
		Atividades							
12 122	2109 2000	Administração da Unidade							2.097.000
12 122	2109 2000 0026	Administração da Unidade - No Estado de Pernambuco							2.097.000
			F	3	2	90	0	100	653.000
			F	3	2	90	0	112	444.000
			F	4	2	90	0	100	1.000.000
TOTAL - FISCAL									2.097.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.097.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26298 - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2080	Educação de qualidade para todos							552.845.000
		Atividades							
12 368	2080 20RP	Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica							244.380.000
12 368	2080 20RP 0001	Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica - Nacional							244.380.000
			F	4	2	40	0	100	82.623.600
			F	4	2	40	0	113	161.756.400
12 366	2080 214V	Apoio à Alfabetização, à Educação de Jovens e Adultos e a Programas de Elevação de Escolaridade, Com Qualificação Profissional e Participação Cidadã							30.000.000
12 366	2080 214V 0001	Apoio à Alfabetização, à Educação de Jovens e Adultos e a Programas de Elevação de Escolaridade, Com Qualificação Profissional e Participação Cidadã - Nacional							30.000.000
			F	3	2	30	0	312	30.000.000
		Operações Especiais							
12 364	2080 0048	Apoio a Entidades de Ensino Superior Não Federais							3.465.000
12 364	2080 0048 0001	Apoio a Entidades de Ensino Superior Não Federais - Nacional							3.465.000
			F	4	2	30	0	100	3.465.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800225

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

12 365	2080 00OW	Apoio à Manutenção da Educação Infantil							16.000.000
12 365	2080 00OW 0001	Apoio à Manutenção da Educação Infantil - Nacional							16.000.000
			F	3	2	40	0	113	16.000.000
12 368	2080 0509	Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica							249.000.000
12 368	2080 0509 0001	Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica - Nacional							249.000.000
			F	4	2	30	0	113	29.000.000
			F	4	2	40	0	113	190.243.600
			F	4	2	40	0	293	29.756.400
12 847	2080 0515	Dinheiro Direto na Escola para a Educação Básica							10.000.000
12 847	2080 0515 0001	Dinheiro Direto na Escola para a Educação Básica - Nacional							10.000.000
			F	4	1	40	0	113	10.000.000
TOTAL - FISCAL									552.845.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									552.845.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26400 - Hospital Universitário da Fundação Universidade Federal de Sergipe
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2080	Educação de qualidade para todos							121.511
		Atividades							
12 302	2080 4086	Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais							121.511
12 302	2080 4086 0028	Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais - No Estado de Sergipe							121.511
			S	3	2	90	0	250	121.511
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									121.511
TOTAL - GERAL									121.511

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26410 - Instituto Federal do Norte de Minas Gerais
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2080	Educação de qualidade para todos							396.488
		Atividades							
12 363	2080 2994	Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica							388.488
12 363	2080 2994 0031	Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Minas Gerais							388.488
			F	3	2	90	0	100	388.488
12 363	2080 6380	Fomento ao Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica							8.000
12 363	2080 6380 0031	Fomento ao Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Minas Gerais							8.000
			F	3	2	90	0	112	8.000
TOTAL - FISCAL									396.488
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									396.488

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26413 - Instituto Federal do Triângulo Mineiro
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2080	Educação de qualidade para todos							18.520
		Atividades							
12 363	2080 20RL	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica							18.520
12 363	2080 20RL 0031	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Minas Gerais							18.520
			F	3	2	90	0	112	18.520
TOTAL - FISCAL									18.520
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									18.520

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26417 - Instituto Federal da Paraíba
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2080	Educação de qualidade para todos							759.140
		Atividades							
12 363	2080 20RG	Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica							300.000
12 363	2080 20RG 0025	Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado da Paraíba							300.000
			F	4	2	90	0	112	300.000
12 363	2080 20RL	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica							459.140

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800226

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

12 363	2080 20RL 0025	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado da Paraíba								459.140
			F	3	2	90	0	250		159.140
			F	4	2	90	0	112		300.000
TOTAL - FISCAL										759.140
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										759.140

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26423 - Instituto Federal de Sergipe
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							6.000
		Atividades							
12 122	2109 216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos							6.000
12 122	2109 216H 0028	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado de Sergipe							6.000
			F	3	2	90	0	100	6.000
TOTAL - FISCAL									6.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									6.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26425 - Instituto Federal do Acre
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2080	Educação de qualidade para todos							700.000
		Atividades							
12 363	2080 20RL	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica							700.000
12 363	2080 20RL 0012	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Acre							700.000
			F	3	2	90	0	100	700.000
TOTAL - FISCAL									700.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									700.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26428 - Instituto Federal de Brasília
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2080	Educação de qualidade para todos							1.045.489
		Atividades							
12 363	2080 20RL	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica							930.027
12 363	2080 20RL 0053	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Distrito Federal							930.027
			F	4	2	90	0	112	930.027
12 363	2080 2994	Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica							115.462
12 363	2080 2994 0053	Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Distrito Federal							115.462
			F	4	2	90	0	100	115.462
TOTAL - FISCAL									1.045.489
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.045.489

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26429 - Instituto Federal de Goiás
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2080	Educação de qualidade para todos							1.500.000
		Atividades							
12 363	2080 20RL	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica							1.500.000
12 363	2080 20RL 0052	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Goiás							1.500.000
			F	3	2	90	0	112	1.500.000
TOTAL - FISCAL									1.500.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.500.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26436 - Instituto Federal Sul-rio-grandense
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2080	Educação de qualidade para todos							6.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800227

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

		Atividades							
12 363	2080 20RL	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica							6.000
12 363	2080 20RL 0043	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Rio Grande do Sul							6.000
			F	3	2	90	0	100	6.000
TOTAL - FISCAL									6.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									6.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26437 - Instituto Federal de Roraima
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2080	Educação de qualidade para todos							266.010
		Atividades							
12 363	2080 20RL	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica							266.010
12 363	2080 20RL 0014	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Roraima							266.010
			F	3	2	90	0	100	266.010
TOTAL - FISCAL									266.010
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									266.010

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26442 - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0910	Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais							20.286
		Operações Especiais							
28 846	0910 00PW	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica							20.286
28 846	0910 00PW 0001	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica - Nacional							20.286
			F	3	2	50	0	100	20.286
	2080	Educação de qualidade para todos							2.551.320
		Atividades							
12 364	2080 4002	Assistência ao Estudante de Ensino Superior							2.551.320
12 364	2080 4002 0020	Assistência ao Estudante de Ensino Superior - Na Região Nordeste							2.551.320
			F	3	2	90	0	100	2.551.320
TOTAL - FISCAL									2.571.606
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.571.606

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26443 - Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSERH
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2080	Educação de qualidade para todos							20.000.000
		Atividades							
12 302	2080 4086	Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais							20.000.000
12 302	2080 4086 0001	Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais - Nacional							20.000.000
			S	3	2	90	0	112	20.000.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									20.000.000
TOTAL - GERAL									20.000.000

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32101 - Ministério de Minas e Energia - Administração Direta
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2119	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia							1.500.000
		Atividades							
25 122	2119 2000	Administração da Unidade							1.500.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800228

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

25 122	2119 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	F	4	2	90	0	134	1.500.000
									1.500.000
TOTAL - FISCAL									1.500.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.500.000

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
UNIDADE: 39101 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil - Administração Direta
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2086	Transporte Aquaviário							2.349.330
		Atividades							
26 784	2086 211X	Manutenção e Operação de Portos Fluviais e Lacustres							2.349.330
26 784	2086 211X 0001	Manutenção e Operação de Portos Fluviais e Lacustres - Nacional							2.349.330
			F	3	2	90	0	100	2.349.330
	2126	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil							24.000.000
		Atividades							
26 122	2126 2000	Administração da Unidade							24.000.000
26 122	2126 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							24.000.000
			F	3	2	90	0	100	2.389.771
			F	3	2	90	0	188	13.920.000
			F	4	2	90	0	188	7.690.229
TOTAL - FISCAL									26.349.330
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									26.349.330

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
UNIDADE: 39254 - Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2017	Aviação Civil							3.086.422
		Atividades							
26 125	2017 2912	Regulação e Fiscalização da Aviação Civil							3.086.422
26 125	2017 2912 0001	Regulação e Fiscalização da Aviação Civil - Nacional							3.086.422
			F	4	2	90	0	280	2.100.000
			F	4	2	90	0	680	986.422
	2126	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil							1.400.000
		Atividades							
26 122	2126 2000	Administração da Unidade							1.400.000
26 122	2126 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							1.400.000
			F	4	2	90	0	280	1.400.000
TOTAL - FISCAL									4.486.422
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									4.486.422

ÓRGÃO: 47000 - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
UNIDADE: 47101 - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - Administração Direta
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2038	Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública							899.590
		Projetos							
04 127	2038 15L0	Construção de Imóveis para Uso da Administração Pública Federal							899.590
04 127	2038 15L0 5664	Construção de Imóveis para Uso da Administração Pública Federal - Em Brasília - DF							899.590
			F	4	2	90	0	100	899.590
TOTAL - FISCAL									899.590
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									899.590

ÓRGÃO: 53000 - Ministério da Integração Nacional
UNIDADE: 53101 - Ministério da Integração Nacional - Administração Direta
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2040	Gestão de Riscos e de Desastres							18.603.634
		Atividades							
06 182	2040 8348	Apoio a Obras Preventivas de Desastres							18.603.634
06 182	2040 8348 0001	Apoio a Obras Preventivas de Desastres - Nacional							18.603.634
			F	4	2	40	0	100	18.603.634
TOTAL - FISCAL									18.603.634
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									18.603.634

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800229

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26101 - Ministério da Educação - Administração Direta
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2080	Educação de qualidade para todos							27.200.000
		Atividades							
12 364	2080 20GK	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão							15.000.000
12 364	2080 20GK 0001	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - Nacional							15.000.000
			F	4	2	90	0	112	15.000.000
12 363	2080 20RG	Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica							7.200.000
12 363	2080 20RG 0001	Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - Nacional							7.200.000
			F	5	2	90	0	112	7.200.000
12 363	2080 6380	Fomento ao Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica							5.000.000
12 363	2080 6380 0001	Fomento ao Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica - Nacional							5.000.000
			F	3	2	90	0	112	5.000.000
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							4.567.249
		Atividades							
12 122	2109 20RH	Gerenciamento das Políticas de Educação							4.567.249
12 122	2109 20RH 0001	Gerenciamento das Políticas de Educação - Nacional							4.567.249
			F	3	2	90	0	100	4.567.249
TOTAL - FISCAL									31.767.249
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									31.767.249

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26231 - Universidade Federal de Alagoas
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							82.598
		Atividades							
12 128	2109 4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação							82.598
12 128	2109 4572 0027	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado de Alagoas							82.598
			F	4	2	90	0	100	82.598
TOTAL - FISCAL									82.598
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									82.598

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26234 - Universidade Federal do Espírito Santo
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2080	Educação de qualidade para todos							7.215.000
		Atividades							
12 364	2080 20GK	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão							500.000
12 364	2080 20GK 0032	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Espírito Santo							500.000
			F	4	2	90	0	250	500.000
12 364	2080 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior							4.200.000
12 364	2080 20RK 0032	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Espírito Santo							4.200.000
			F	3	2	90	0	281	1.500.000
			F	4	2	90	0	250	1.800.000
			F	4	2	90	0	280	400.000
			F	4	2	90	0	281	500.000
12 364	2080 4002	Assistência ao Estudante de Ensino Superior							15.000
12 364	2080 4002 0032	Assistência ao Estudante de Ensino Superior - No Estado do Espírito Santo							15.000
			F	3	2	90	0	100	15.000
12 364	2080 8282	Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior							2.500.000
12 364	2080 8282 0032	Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Espírito Santo							2.500.000
			F	4	2	90	0	112	2.500.000
TOTAL - FISCAL									7.215.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									7.215.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800230

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26237 - Universidade Federal de Juiz de Fora

ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2080	Educação de qualidade para todos							20.000.000
		Projetos							
12 364	2080 154O	Implantação do Campus de Governador Valadares							20.000.000
12 364	2080 154O 0031	Implantação do Campus de Governador Valadares - No Estado de Minas Gerais							20.000.000
			F	4	2	90	0	112	20.000.000
TOTAL - FISCAL									20.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									20.000.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26240 - Universidade Federal da Paraíba

ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2080	Educação de qualidade para todos							3.248.901
		Atividades							
12 364	2080 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior							3.248.901
12 364	2080 20RK 0025	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado da Paraíba							3.248.901
			F	4	2	90	0	112	3.248.901
TOTAL - FISCAL									3.248.901
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									3.248.901

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26242 - Universidade Federal de Pernambuco

ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0910	Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais							4.616
		Operações Especiais							
28 846	0910 00PW	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica							4.616
28 846	0910 00PW 0001	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica - Nacional							4.616
			F	3	2	50	0	100	4.616
TOTAL - FISCAL									4.616
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									4.616

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26244 - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							300.000
		Atividades							
12 128	2109 4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação							300.000
12 128	2109 4572 0043	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado do Rio Grande do Sul							300.000
			F	3	2	90	0	100	300.000
TOTAL - FISCAL									300.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									300.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26245 - Universidade Federal do Rio de Janeiro

ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2080	Educação de qualidade para todos							15.000.000
		Atividades							
12 364	2080 8282	Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior							15.000.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800231

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

12 364	2080 8282 0033	Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio de Janeiro	F	4	2	90	0	112	15.000.000 15.000.000
TOTAL - FISCAL									15.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									15.000.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26250 - Fundação Universidade Federal de Roraima
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2080	Educação de qualidade para todos							333.000
		Atividades							
12 363	2080 20RL	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica							333.000
12 363	2080 20RL 0014	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Roraima	F	3	2	90	0	112	333.000 333.000
TOTAL - FISCAL									333.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									333.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26255 - Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2080	Educação de qualidade para todos							603.000
		Atividades							
12 364	2080 8282	Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior							603.000
12 364	2080 8282 0031	Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Minas Gerais	F	4	2	90	0	112	603.000 603.000
TOTAL - FISCAL									603.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									603.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26256 - Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2080	Educação de qualidade para todos							1.502.777
		Atividades							
12 363	2080 20RL	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica							1.502.777
12 363	2080 20RL 0033	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Rio de Janeiro	F	4	2	90	0	112	1.502.777 1.502.777
TOTAL - FISCAL									1.502.777
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.502.777

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26261 - Universidade Federal de Itajubá
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							1.000
		Atividades							
12 128	2109 4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação							1.000
12 128	2109 4572 0031	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado de Minas Gerais	F	3	2	90	0	100	1.000 1.000
TOTAL - FISCAL									1.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26266 - Fundação Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2080	Educação de qualidade para todos							750.000
		Atividades							
12 364	2080 8282	Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior							750.000
12 364	2080 8282 0043	Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio Grande do Sul	F	4	2	90	0	112	750.000 750.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800232

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							98.126
		Atividades							
12 128	2109 4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação							98.126
12 128	2109 4572 0043	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado do Rio Grande do Sul							98.126
			F	3	2	90	0	100	98.126
TOTAL - FISCAL									848.126
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									848.126

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26267 - Universidade Federal da Integração Latino Americana
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2080	Educação de qualidade para todos							2.000.000
		Projetos							
12 364	2080 11G1	Implantação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA							2.000.000
12 364	2080 11G1 0041	Implantação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA - No Estado do Paraná							2.000.000
			F	3	2	90	0	112	2.000.000
TOTAL - FISCAL									2.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.000.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26271 - Fundação Universidade de Brasília
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0910	Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais							96.994
		Operações Especiais							
28 846	0910 00OQ	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica							4.000
28 846	0910 00OQ 0002	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica - No Exterior							4.000
			F	3	2	50	0	100	4.000
28 846	0910 00PW	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica							92.994
28 846	0910 00PW 0001	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica - Nacional							92.994
			F	3	2	50	0	100	92.994
	2080	Educação de qualidade para todos							8.011.487
		Atividades							
12 364	2080 20GK	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão							676.687
12 364	2080 20GK 0053	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Distrito Federal							676.687
			F	3	2	90	0	112	49.937
			F	4	2	90	0	112	626.750
12 364	2080 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior							5.000.000
12 364	2080 20RK 0053	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Distrito Federal							5.000.000
			F	4	2	90	0	250	5.000.000
12 364	2080 8282	Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior							2.334.800
12 364	2080 8282 0053	Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior - No Distrito Federal							2.334.800
			F	4	2	90	0	112	2.334.800
TOTAL - FISCAL									8.108.481
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									8.108.481

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26273 - Fundação Universidade Federal do Rio Grande - RS
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2080	Educação de qualidade para todos							3.000.000
		Atividades							
12 364	2080 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior							3.000.000
12 364	2080 20RK 0043	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio Grande do Sul							3.000.000
			F	3	2	90	0	112	3.000.000
TOTAL - FISCAL									3.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									3.000.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800233

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26278 - Fundação Universidade Federal de Pelotas
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2080	Educação de qualidade para todos							2.650.000
		Atividades							
12 364	2080 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior							500.000
12 364	2080 20RK 0043	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio Grande do Sul							500.000
			F	4	2	90	0	112	500.000
12 364	2080 8282	Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior							2.150.000
12 364	2080 8282 0043	Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio Grande do Sul							2.150.000
			F	4	2	90	0	112	2.150.000
TOTAL - FISCAL									2.650.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.650.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26283 - Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2080	Educação de qualidade para todos							127.469
		Atividades							
12 364	2080 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior							127.469
12 364	2080 20RK 0054	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Mato Grosso do Sul							127.469
			F	4	2	90	0	112	127.469
TOTAL - FISCAL									127.469
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									127.469

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26292 - Fundação Joaquim Nabuco
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2080	Educação de qualidade para todos							444.000
		Atividades							
12 573	2080 4000	Estudos e Pesquisas Educacionais e Socioeducativas							444.000
12 573	2080 4000 0026	Estudos e Pesquisas Educacionais e Socioeducativas - No Estado de Pernambuco							444.000
			F	3	2	90	0	112	444.000
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							403.000
		Atividades							
12 128	2109 6294	Promoção de Cursos para o Desenvolvimento Local Sustentável							403.000
12 128	2109 6294 0026	Promoção de Cursos para o Desenvolvimento Local Sustentável - No Estado de Pernambuco							403.000
			F	3	2	90	0	100	403.000
TOTAL - FISCAL									847.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									847.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26298 - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2080	Educação de qualidade para todos							752.177.911
		Atividades							
12 368	2080 20RQ	Produção, Aquisição e Distribuição de Livros e Materiais Didáticos e Pedagógicos para Educação Básica							258.000.000
12 368	2080 20RQ 0001	Produção, Aquisição e Distribuição de Livros e Materiais Didáticos e Pedagógicos para Educação Básica - Nacional							258.000.000
			F	3	2	90	0	113	258.000.000
12 363	2080 20RW	Apoio à Formação Profissional, Científica e Tecnológica							195.300.000
12 363	2080 20RW 0001	Apoio à Formação Profissional, Científica e Tecnológica - Nacional							195.300.000
			F	3	2	90	0	112	74.500.000
			F	3	2	90	0	312	120.800.000
		Operações Especiais							
12 368	2080 00O0	Concessão de Bolsas de Apoio à Educação Básica							110.000.000
12 368	2080 00O0 0001	Concessão de Bolsas de Apoio à Educação Básica - Nacional							110.000.000
			F	3	2	90	0	113	110.000.000
12 366	2080 00PH	Concessão de Bolsas e Auxílio Financeiro na Educação de Jovens e Adultos e em Programas de Elevação de Escolaridade Integrados à Qualificação Profissional e à Participação Cidadã							29.877.911
12 366	2080 00PH 0001	Concessão de Bolsas e Auxílio Financeiro na Educação de Jovens e Adultos e em Programas de Elevação de Escolaridade Integrados à Qualificação Profissional e à Participação Cidadã - Nacional							29.877.911
			F	3	2	90	0	293	29.877.911

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800234

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

12 306	2080 00PI	Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica (PNAE)							120.000.000
12 306	2080 00PI 0001	Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica (PNAE) - Nacional							120.000.000
			S	3	1	40	0	100	120.000.000
12 368	2080 0509	Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica							29.000.000
12 368	2080 0509 0001	Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica - Nacional							29.000.000
			F	3	2	30	0	113	29.000.000
12 847	2080 0515	Dinheiro Direto na Escola para a Educação Básica							10.000.000
12 847	2080 0515 0001	Dinheiro Direto na Escola para a Educação Básica - Nacional							10.000.000
			F	3	1	40	0	113	10.000.000
TOTAL - FISCAL									632.177.911
TOTAL - SEGURIDADE									120.000.000
TOTAL - GERAL									752.177.911

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26410 - Instituto Federal do Norte de Minas Gerais
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2080	Educação de qualidade para todos							396.488
		Atividades							
12 363	2080 2994	Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica							388.488
12 363	2080 2994 0031	Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Minas Gerais							388.488
			F	4	2	90	0	100	388.488
12 363	2080 6380	Fomento ao Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica							8.000
12 363	2080 6380 0031	Fomento ao Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Minas Gerais							8.000
			F	4	2	90	0	112	8.000
TOTAL - FISCAL									396.488
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									396.488

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26413 - Instituto Federal do Triângulo Mineiro
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2080	Educação de qualidade para todos							18.520
		Atividades							
12 363	2080 6380	Fomento ao Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica							18.520
12 363	2080 6380 0001	Fomento ao Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica - Nacional							18.520
			F	3	2	90	0	112	18.520
TOTAL - FISCAL									18.520
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									18.520

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26417 - Instituto Federal da Paraíba
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2080	Educação de qualidade para todos							759.140
		Atividades							
12 363	2080 20RL	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica							759.140
12 363	2080 20RL 0025	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado da Paraíba							759.140
			F	4	2	90	0	250	159.140
			F	5	2	90	0	112	600.000
TOTAL - FISCAL									759.140
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									759.140

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26423 - Instituto Federal de Sergipe
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							6.000
		Atividades							
12 128	2109 4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação							6.000
12 128	2109 4572 0028	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado de Sergipe							6.000
			F	3	2	90	0	100	6.000
TOTAL - FISCAL									6.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									6.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800235

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26425 - Instituto Federal do Acre

ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							700.000
		Atividades							
12 128	2109 4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação							700.000
12 128	2109 4572 0012	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado do Acre							700.000
			F	3	2	90	0	100	700.000
TOTAL - FISCAL									700.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									700.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26428 - Instituto Federal de Brasília

ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2080	Educação de qualidade para todos							1.045.489
		Atividades							
12 363	2080 20RL	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica							930.027
12 363	2080 20RL 0053	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Distrito Federal							930.027
			F	3	2	90	0	112	930.027
12 363	2080 2994	Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica							115.462
12 363	2080 2994 0053	Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Distrito Federal							115.462
			F	3	2	90	0	100	115.462
TOTAL - FISCAL									1.045.489
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.045.489

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26436 - Instituto Federal Sul-rio-grandense

ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							6.000
		Atividades							
12 128	2109 4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação							6.000
12 128	2109 4572 0043	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado do Rio Grande do Sul							6.000
			F	3	2	90	0	100	6.000
TOTAL - FISCAL									6.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									6.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26437 - Instituto Federal de Roraima

ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							266.010
		Atividades							
12 128	2109 4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação							266.010
12 128	2109 4572 0014	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado de Roraima							266.010
			F	3	2	90	0	100	266.010
TOTAL - FISCAL									266.010
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									266.010

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26442 - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2080	Educação de qualidade para todos							2.551.320
		Atividades							
12 364	2080 8282	Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior							2.551.320
12 364	2080 8282 0020	Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior - Na Região Nordeste							2.551.320
			F	4	2	90	0	112	2.551.320
	2109	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação							20.286

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800236

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

		Atividades								
12 128	2109 4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação								20.286
12 128	2109 4572 0020	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - Na Região Nordeste								20.286
			F	3	2	90	0	100		20.286
TOTAL - FISCAL										2.571.606
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										2.571.606

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26443 - Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSERH
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2080	Educação de qualidade para todos							20.000.000
		Atividades							
12 364	2080 20GK	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão							20.000.000
12 364	2080 20GK 0001	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - Nacional							20.000.000
			S	3	2	90	0	112	20.000.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									20.000.000
TOTAL - GERAL									20.000.000

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32101 - Ministério de Minas e Energia - Administração Direta
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2119	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia							1.500.000
		Atividades							
25 122	2119 2000	Administração da Unidade							1.500.000
25 122	2119 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							1.500.000
			F	3	2	90	0	134	1.500.000
TOTAL - FISCAL									1.500.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.500.000

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
UNIDADE: 39101 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil - Administração Direta
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2086	Transporte Aquaviário							2.349.330
		Projetos							
26 784	2086 14KV	Apoio a Implantação de Melhoramentos no Canal de Navegação da Hidrovia do Rio Tietê/SP							2.349.330
26 784	2086 14KV 0035	Apoio a Implantação de Melhoramentos no Canal de Navegação da Hidrovia do Rio Tietê/SP - No Estado de São Paulo							2.349.330
			F	4	3	90	0	100	2.349.330
TOTAL - FISCAL									2.349.330
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.349.330

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
UNIDADE: 39252 - Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2086	Transporte Aquaviário							1.389.771
		Projetos							
26 784	2086 127G	Construção de Terminais Fluviais na Região Norte							1.389.771
26 784	2086 127G 0109	Construção de Terminais Fluviais na Região Norte - No Município de Guajará-Mirim - RO							1.389.771
			F	4	3	90	0	100	1.389.771
	2087	Transporte Terrestre							22.610.229
		Projetos							
26 782	2087 13YE	Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-104/408/PB-095 (Campina Grande) - Entroncamento BR-110/361 (Patos) - na BR-230/PB							1.610.229
26 782	2087 13YE 0025	Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-104/408/PB-095 (Campina Grande) - Entroncamento BR-110/361 (Patos) - na BR-230/PB - No Estado da Paraíba							1.610.229
			F	4	3	90	0	188	1.610.229
26 782	2087 7X51	Construção de Trecho Rodoviário - Nova Remanso - Campo Alegre de Lourdes - na BR-235/BA							1.000.000
26 782	2087 7X51 0029	Construção de Trecho Rodoviário - Nova Remanso - Campo Alegre de Lourdes - na BR-235/BA - No Estado da Bahia							1.000.000
			F	4	3	90	0	100	1.000.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800237

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

26 782	2087 7X56	Adequação de Trecho Rodoviário - Km 54,3 - Km 72,1 - na BR-153/SP							20.000.000
26 782	2087 7X56 0035	Adequação de Trecho Rodoviário - Km 54,3 - Km 72,1 - na BR-153/SP - No Estado de São Paulo							20.000.000
			F	4	3	90	0	188	20.000.000
TOTAL - FISCAL									24.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									24.000.000

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
UNIDADE: 39254 - Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2017	Aviação Civil							3.086.422
		Atividades							
26 125	2017 2912	Regulação e Fiscalização da Aviação Civil							3.086.422
26 125	2017 2912 0001	Regulação e Fiscalização da Aviação Civil - Nacional							3.086.422
			F	3	2	90	0	280	2.100.000
			F	3	2	90	0	680	986.422
	2126	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil							1.400.000
		Atividades							
26 122	2126 2000	Administração da Unidade							1.400.000
26 122	2126 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							1.400.000
			F	3	2	90	0	280	1.400.000
TOTAL - FISCAL									4.486.422
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									4.486.422

ÓRGÃO: 47000 - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
UNIDADE: 47101 - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - Administração Direta
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2038	Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública							899.590
		Atividades							
04 122	2038 20U1	Aperfeiçoamento da Gestão Pública							899.590
04 122	2038 20U1 0001	Aperfeiçoamento da Gestão Pública - Nacional							899.590
			F	4	2	90	0	100	899.590
TOTAL - FISCAL									899.590
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									899.590

ÓRGÃO: 53000 - Ministério da Integração Nacional
UNIDADE: 53101 - Ministério da Integração Nacional - Administração Direta
ANEXO II
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2029	Desenvolvimento Regional e Territorial							1.852.837
		Atividades							
20 608	2029 214S	Estruturação e Dinamização de Atividades Produtivas							1.852.837
20 608	2029 214S 0001	Estruturação e Dinamização de Atividades Produtivas - Nacional							1.852.837
			F	4	2	90	0	100	1.852.837
	2040	Gestão de Riscos e de Desastres							13.603.634
		Atividades							
06 182	2040 22BO	Ações de Defesa Civil							13.603.634
06 182	2040 22BO 0001	Ações de Defesa Civil - Nacional							13.603.634
			F	4	2	40	0	100	13.603.634
	2084	Recursos Hídricos							3.147.163
		Projetos							
18 544	2084 14VI	Implantação de Infraestruturas Hídricas para Oferta de Água							3.147.163
18 544	2084 14VI 0001	Implantação de Infraestruturas Hídricas para Oferta de Água - Nacional							3.147.163
			F	4	3	30	0	100	3.147.163
TOTAL - FISCAL									18.603.634
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									18.603.634

PORTARIA Nº 423, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017

Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, crédito suplementar no valor de R$ 28.224.759,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O MINISTRO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, tendo em vista a autorização constante do art. 4º, §§ 6º e 7º, da Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, e a delegação de competência de que trata o art. 1º do Decreto nº 8.970, de 23 de janeiro de 2017, resolve:

Art. 1º Abrir aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017), em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, crédito suplementar no valor de R$ 28.224.759,00 (vinte e oito milhões, duzentos e vinte e quatro mil, setecentos e cinquenta e nove reais), para atender às programações constantes do Anexo I.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação de dotações orçamentárias, relativas a emendas individuais e de bancada estadual de execução obrigatória, conforme indicado no Anexo II.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DYOGO HENRIQUE DE OLIVEIRA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800238

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26298 - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2080	Educação de qualidade para todos							500.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
12 368	2080 0509	Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica							500.000
12 368	2080 0509 7000	Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica - APAE - No Município de Serra - ES	F	4	6	50	0	188	500.000
TOTAL FISCAL									500.000
TOTAL SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									500.000

ÓRGÃO: 28000 - Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
UNIDADE: 28101 - Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços - Administração Direta
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2052	Pesca e Aquicultura							253.750
		ATIVIDADES							
22 608	2052 20Y1	Desenvolvimento da Infraestrutura Pesqueira e Aquícola							253.750
22 608	2052 20Y1 0033	Desenvolvimento da Infraestrutura Pesqueira e Aquícola - No Estado do Rio de Janeiro	F	3	6	40	0	188	253.750
TOTAL FISCAL									253.750
TOTAL SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									253.750

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça e Cidadania
UNIDADE: 30101 - Ministério da Justiça e Cidadania - Administração Direta
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2081	Justiça, Cidadania e Segurança Pública							6.492.209
		ATIVIDADES							
06 181	2081 8855	Fortalecimento da Política Nacional de Segurança Pública							6.492.209
06 181	2081 8855 0166	Fortalecimento da Política Nacional de Segurança Pública - No Município de Rio Branco - AC	F	3	7	30	0	188	6.492.209
TOTAL FISCAL									6.492.209
TOTAL SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									6.492.209

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça e Cidadania
UNIDADE: 30911 - Fundo Nacional de Segurança Pública
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2081	Justiça, Cidadania e Segurança Pública							9.931.787
		ATIVIDADES							
06 181	2081 20ID	Apoio à Modernização das Instituições de Segurança Pública							9.931.787
06 181	2081 20ID 0542	Apoio à Modernização das Instituições de Segurança Pública - No Município de Palmas - TO	F	4	7	30	0	188	597.100
06 181	2081 20ID 7148	Apoio à Modernização das Instituições de Segurança Pública - Equipamentos, Materiais Permanentes e Serviços - No Estado do Rio Grande do Sul	F	4	7	30	0	188	9.334.687
TOTAL FISCAL									9.931.787
TOTAL SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									9.931.787

ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde
UNIDADE: 36901 - Fundo Nacional de Saúde
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2015	Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)							9.467.013
		ATIVIDADES							
10 122	2015 4525	Apoio à Manutenção de Unidades de Saúde							6.866.817
10 122	2015 4525 0011	Apoio à Manutenção de Unidades de Saúde - No Estado de Rondônia	S	3	6	50	6	188	500.000
10 122	2015 4525 0024	Apoio à Manutenção de Unidades de Saúde - No Estado do Rio Grande do Norte	S	3	6	41	6	188	1.480.000
10 122	2015 4525 0031	Apoio à Manutenção de Unidades de Saúde - No Estado de Minas Gerais	S	3	6	41	6	188	2.486.817
			S	3	6	41	6	188	2.236.817

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800239

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

			S	3	6	50	6	188	250.000
10 122	2015 4525 0051	Apoio à Manutenção de Unidades de Saúde - No Estado de Mato Grosso							2.400.000
			S	3	6	41	6	188	2.400.000
10 302	2015 8535	Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde							1.129.000
10 302	2015 8535 0027	Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde - No Estado de Alagoas							800.000
			S	3	6	50	6	188	800.000
10 302	2015 8535 0041	Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde - No Estado do Paraná							100.000
			S	3	6	41	6	188	100.000
10 302	2015 8535 0052	Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde - No Estado de Goiás							229.000
			S	4	6	40	6	188	229.000
10 301	2015 8581	Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde							1.471.196
10 301	2015 8581 0023	Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde - No Estado do Ceará							299.700
			S	4	6	41	6	188	299.700
10 301	2015 8581 0026	Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde - No Estado de Pernambuco							871.496
			S	4	6	41	6	188	871.496
10 301	2015 8581 0035	Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde - No Estado de São Paulo							300.000
			S	4	6	41	6	188	300.000
TOTAL FISCAL									0
TOTAL SEGURIDADE									9.467.013
TOTAL - GERAL									9.467.013

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2058	Defesa Nacional							150.000
		PROJETOS							
05 244	2058 1211	Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte							150.000
05 244	2058 1211 0215	Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte - No Município de Nhamundá - AM							150.000
			F	4	6	42	0	188	150.000
TOTAL FISCAL									150.000
TOTAL SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									150.000

ÓRGÃO: 53000 - Ministério da Integração Nacional
UNIDADE: 53202 - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2029	Desenvolvimento Regional e Territorial							1.330.000
		PROJETOS							
15 244	2029 7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado							1.330.000
15 244	2029 7K66 0014	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado - No Estado de Roraima							1.000.000
			F	4	6	40	0	188	1.000.000
15 244	2029 7K66 0021	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado - No Estado do Maranhão							330.000
			F	4	6	40	0	188	330.000
TOTAL FISCAL									1.330.000
TOTAL SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.330.000

ÓRGÃO: 55000 - Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário
UNIDADE: 55101 - Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário - Administração Direta
ANEXO I
Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2069	Segurança Alimentar e Nutricional							100.000
		ATIVIDADES							
08 306	2069 215I	Consolidação da Implantação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN							100.000
08 306	2069 215I 0028	Consolidação da Implantação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN - No Estado de Sergipe							100.000
			S	4	6	30	0	188	100.000
TOTAL FISCAL									0
TOTAL SEGURIDADE									100.000
TOTAL - GERAL									100.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800240

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26298 - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
ANEXO II Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2080	Educação de qualidade para todos							500.000
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
12 368	2080 0509	Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica							500.000
12 368	2080 0509 7000	Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica - APAE - No Município de Serra - ES	F	3	6	50	0	188	500.000
TOTAL FISCAL									500.000
TOTAL SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									500.000

ÓRGÃO: 28000 - Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
UNIDADE: 28101 - Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços - Administração Direta
ANEXO II Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2052	Pesca e Aquicultura							253.750
		ATIVIDADES							
22 608	2052 20Y1	Desenvolvimento da Infraestrutura Pesqueira e Aquícola							253.750
22 608	2052 20Y1 0033	Desenvolvimento da Infraestrutura Pesqueira e Aquícola - No Estado do Rio de Janeiro	F	4	6	40	0	188	253.750
TOTAL FISCAL									253.750
TOTAL SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									253.750

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça e Cidadania
UNIDADE: 30101 - Ministério da Justiça e Cidadania - Administração Direta
ANEXO II Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2081	Justiça, Cidadania e Segurança Pública							6.492.209
		ATIVIDADES							
06 181	2081 8855	Fortalecimento da Política Nacional de Segurança Pública							6.492.209
06 181	2081 8855 0166	Fortalecimento da Política Nacional de Segurança Pública - No Município de Rio Branco - AC	F	4	7	30	0	188	6.492.209
TOTAL FISCAL									6.492.209
TOTAL SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									6.492.209

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça e Cidadania
UNIDADE: 30911 - Fundo Nacional de Segurança Pública
ANEXO II Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2081	Justiça, Cidadania e Segurança Pública							9.931.787
		ATIVIDADES							
06 181	2081 20ID	Apoio à Modernização das Instituições de Segurança Pública							9.931.787
06 181	2081 20ID 0542	Apoio à Modernização das Instituições de Segurança Pública - No Município de Palmas - TO	F	3	7	30	0	188	597.100
06 181	2081 20ID 7148	Apoio à Modernização das Instituições de Segurança Pública - Equipamentos, Materiais Permanentes e Serviços - No Estado do Rio Grande do Sul	F	3	7	30	0	188	9.334.687
TOTAL FISCAL									9.931.787
TOTAL SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									9.931.787

ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde
UNIDADE: 36901 - Fundo Nacional de Saúde
ANEXO II Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2015	Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)							7.067.013
		ATIVIDADES							
10 122	2015 4525	Apoio à Manutenção de Unidades de Saúde							2.466.817
10 122	2015 4525 0011	Apoio à Manutenção de Unidades de Saúde - No Estado de Rondônia	S	4	6	50	6	188	500.000
10 122	2015 4525 0024	Apoio à Manutenção de Unidades de Saúde - No Estado do Rio Grande do Norte	S	4	6	41	6	188	1.480.000
10 122	2015 4525 0031	Apoio à Manutenção de Unidades de Saúde - No Estado de Minas Gerais	S	4	6	41	6	188	486.817
10 302	2015 8535	Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde							3.129.000
10 302	2015 8535 0027	Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde - No Estado de Alagoas							800.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800241

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

			S	4	6	50	6	188	800.000
10 302	2015 8535 0031	Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde - No Estado de Minas Gerais							2.000.000
			S	4	6	41	6	188	1.750.000
			S	4	6	50	6	188	250.000
10 302	2015 8535 0041	Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde - No Estado do Paraná							100.000
			S	4	6	41	6	188	100.000
10 302	2015 8535 0052	Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde - No Estado de Goiás							229.000
			S	3	6	40	6	188	229.000
10 301	2015 8581	Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde							1.471.196
10 301	2015 8581 0023	Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde - No Estado do Ceará							299.700
			S	3	6	41	6	188	299.700
10 301	2015 8581 0026	Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde - No Estado de Pernambuco							871.496
			S	3	6	41	6	188	871.496
10 301	2015 8581 0035	Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde - No Estado de São Paulo							300.000
			S	3	6	41	6	188	300.000
	2065	Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas							2.400.000
		ATIVIDADES							
10 423	2065 20YP	Promoção, Proteção e Recuperação da Saúde Indígena							2.400.000
10 423	2065 20YP 0051	Promoção, Proteção e Recuperação da Saúde Indígena - No Estado de Mato Grosso							2.400.000
			S	4	6	90	6	188	2.400.000
TOTAL FISCAL									0
TOTAL SEGURIDADE									9.467.013
TOTAL - GERAL									9.467.013

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2058	Defesa Nacional							150.000
		PROJETOS							
05 244	2058 1211	Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte							150.000
05 244	2058 1211 0215	Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte - No Município de Nhamundá - AM							150.000
			F	3	6	42	0	188	150.000
TOTAL FISCAL									150.000
TOTAL SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									150.000

ÓRGÃO: 53000 - Ministério da Integração Nacional
UNIDADE: 53202 - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2029	Desenvolvimento Regional e Territorial							1.330.000
		PROJETOS							
15 244	2029 7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado							1.330.000
15 244	2029 7K66 0014	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado - No Estado de Roraima							1.000.000
			F	3	6	40	0	188	1.000.000
15 244	2029 7K66 0021	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado - No Estado do Maranhão							150.000
			F	3	6	40	0	188	150.000
15 244	2029 7K66 0640	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado - No Município de Itapecuru Mirim - MA							180.000
			F	4	6	40	0	188	180.000
TOTAL FISCAL									1.330.000
TOTAL SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.330.000

ÓRGÃO: 55000 - Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário
UNIDADE: 55101 - Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário - Administração Direta
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2069	Segurança Alimentar e Nutricional							100.000
		ATIVIDADES							
08 306	2069 215I	Consolidação da Implantação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN							100.000
08 306	2069 215I 0028	Consolidação da Implantação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN - No Estado de Sergipe							100.000
			S	3	6	30	0	188	100.000
TOTAL FISCAL									0
TOTAL SEGURIDADE									100.000
TOTAL - GERAL									100.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800242

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

FUNDAÇÃO ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PORTARIA Nº 387, DE 6 DEZEMBRO DE 2017

Autoriza a abertura do 22º Concurso Inovação no Setor Público e dá outras providências

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - Enap, no uso das atribuições que lhe confere o Estatuto aprovado pelo Decreto nº 8.902, de 10 de novembro de 2016, bem como o disposto na Resolução nº 10, de 6 de março de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 7 de março de 2017, e,

CONSIDERANDO a necessidade de identificar, difundir e estimular ações de inovação no âmbito da administração pública e da gestão de políticas públicas; e

CONSIDERANDO o constante dos autos do processo nº 04600.005876/2017-91, resolve:

Art. 1º Autorizar a realização do 22º Concurso Inovação no Setor Público, na modalidade de Práticas Inovadoras.

Art. 2º O 22 Concurso Inovação no Setor Público será realizado pela Fundação Escola Nacional de Administração Pública - Enap e poderá contar com o apoio de instituições nacionais e internacionais interessadas em promover a inovação no setor público.

Art. 3º O Concurso, a que se refere esta portaria, tem como objetivo:

I - conferir notoriedade a práticas inovadoras, com a finalidade de incentivar a implementação de iniciativas inovadoras de gestão em organizações do Governo Federal, Estadual e do Distrito Federal e que contribuam para a melhoria dos serviços públicos;

II - disseminar soluções inovadoras que sirvam de inspiração ou de referência para outras iniciativas e colaborem para o avanço da capacidade de governo; e

III - valorizar servidores públicos que atuam de forma criativa e proativa em suas atividades, em benefício do interesse público.

Art. 4º O Presidente da Enap publicará, por edital, as regras do 22º Concurso Inovação no Setor Público.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO GAETANI

SECRETARIA DE GESTÃO

PORTARIA Nº 278, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE GESTÃO, DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 13, inciso VII do Anexo I do Decreto nº 9.035, de 20 de abril de 2017, e tendo em vista o disposto no inciso III do § 3º do art. 2º da Portaria nº 234, de 19 de julho de 2017, resolve:

Art. 1º Autorizar o Ministério da Cultura a adquirir 1 (um) veículo de representação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GLEISSON CARDOSO RUBIN

SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS

DEPARTAMENTO DE ÓRGÃOS EXTINTOS E DE GESTÃO DE FOLHA DE PAGAMENTO

COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO DE ESTATUTÁRIOS

PORTARIA Nº 1.162, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE GESTÃO DE ESTATUTÁRIOS, SUBSTITUTO, DO DEPARTAMENTO DE ÓRGÃOS EXTINTOS E DE GESTÃO DE FOLHA DE PAGAMENTO DA SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, de acordo com o Decreto nº 9.035, de 20 de abril de 2017, com a Portaria DEPEX/SGP/MP nº 759, de 4 de setembro de 2017, e tendo em vista o que consta no Processo nº 05210.008038/2017-25, resolve:

Transferir a reparação econômica de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, em favor de ELY MELLO DE MENEZES CHAVES, CPF: 574.432.116-00, viúva do anistiado político JOSE DEUSDEDITH CHAVES, CPF: 540.682.158-04, matrícula SIAPE 559235, em caráter vitalício, com fundamento no art. 13 da Lei n>d -H/10<o 10.559, de 13 de novembro de 2002, c/c arts. 217, inciso I, e 222, inciso VII, alínea "b", item 6, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, alterados pela Lei nº 13.135, de 17 de junho de 2015, com vigência a contar de 6 de novembro de 2017, data do falecimento do anistiado.

AMADO JOSÉ BUENO NETTO

PORTARIA Nº 1.163, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE GESTÃO DE ESTATUTÁRIOS, SUBSTITUTO, DO DEPARTAMENTO DE ÓRGÃOS EXTINTOS E DE GESTÃO DE FOLHA DE PAGAMENTO DA SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, de acordo com o Decreto nº 9.035, de 20 de abril de 2017, com a Portaria DEPEX/SGP/MP nº 759, de 4 de setembro de 2017, e tendo em vista o que consta no Processo nº 05210.006686/2017-47, resolve:

Transferir a reparação econômica de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, em favor de MARIA CÉLIA GUEDES SAMPAIO, CPF: 551.506.247-72, viúva do anistiado político LUIZ CARLOS GUIMARÃES, CPF: 267.439.497-87, matrícula SIAPE 1523017, em caráter vitalício, com fundamento no art. 13 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, c/c arts. 217, inciso I, e 222, inciso VII, alínea "b", item 6, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, alterados pela Lei nº 13.135, de 17 de junho de 2015, com vigência a contar de 29 de setembro de 2017, data do falecimento do anistiado.

AMADO JOSÉ BUENO NETTO

SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL

PORTARIA Nº 50, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE ORÇAMENTO FEDERAL, tendo em vista a autorização constante do art. 43, § 1º, inciso III, alínea "a", da Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016, e

Considerando a incompatibilidade da utilização da fonte 64 - Títulos da Dívida Agrária, a fim de que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA efetive, em juízo, o pagamento de imóvel rural localizado nos Municípios de São Moreno e São Lourenço da Mata, no Estado de Pernambuco, e a possibilidade de utilização do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2016, relativo à fonte 76 - Outras Contribuições Sociais, para a execução da referida despesa; e

Considerando a frustração na arrecadação da fonte 50 - Recursos Próprios Não Financeiros, que financia a ação 2000 - Administração da Unidade, do Fundo Especial de Treinamento e Desenvolvimento, no âmbito do Ministério da Fazenda, e a viabilidade de uso do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2016, referente à mesma fonte, resolve:

Art. 1º Modificar, na forma dos Anexos I e II desta Portaria, as fontes de recursos constantes da Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, no que concerne à Presidência da República e ao Ministério da Fazenda.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GEORGE SOARES

ANEXO

ÓRGÃO: 20000 - Presidência da República
UNIDADE: 20201 - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)

Outras Alterações Orçamentárias
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2066	Reforma Agrária e Governança Fundiária							11.400.000
		Atividades							
21 631	2066 211B	Obtenção de Imóveis Rurais para Criação de Assentamentos da Reforma Agrária							11.400.000
21 631	2066 211B 0001	Obtenção de Imóveis Rurais para Criação de Assentamentos da Reforma Agrária - Nacional							11.400.000
			F	5	2	90	0	376	11.400.000
TOTAL - FISCAL									11.400.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									11.400.000

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda
UNIDADE: 25913 - Fundo Especial de Treinamento e Desenvolvimento
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)

Outras Alterações Orçamentárias
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2110	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda							3.000.000
		Atividades							
04 122	2110 2000	Administração da Unidade							3.000.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800243

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

04 122	2110 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	F	3	2	90	0	350	3.000.000 3.000.000
TOTAL - FISCAL									3.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									3.000.000

ÓRGÃO: 20000 - Presidência da República
UNIDADE: 20201 - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)
Outras Alterações Orçamentárias
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2066	Reforma Agrária e Governança Fundiária							11.400.000
		Atividades							
21 631	2066 211B	Obtenção de Imóveis Rurais para Criação de Assentamentos da Reforma Agrária							11.400.000
21 631	2066 211B 0001	Obtenção de Imóveis Rurais para Criação de Assentamentos da Reforma Agrária - Nacional	F	5	2	90	0	164	11.400.000 11.400.000
TOTAL - FISCAL									11.400.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									11.400.000

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda
UNIDADE: 25913 - Fundo Especial de Treinamento e Desenvolvimento
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)
Outras Alterações Orçamentárias
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2110	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda							3.000.000
		Atividades							
04 122	2110 2000	Administração da Unidade							3.000.000
04 122	2110 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	F	3	2	90	0	150	3.000.000 3.000.000
TOTAL - FISCAL									3.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									3.000.000

SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO

PORTARIA N° 210, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2017

A SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, no uso de suas atribuições e com fundamento no art. 1°, "c" do Decreto-Lei n° 9.760/1946 c/c art. 20, I e 186 da Constituição Federal de 1988, art. 5°, Parágrafo único do Decreto-Lei n° 2.398, de 21 de dezembro de 1987, c/c art. 17, §2º, da Lei n° 9.636, de 15 de maio de 1998 c/c art. 2º, §2º, Decreto-Lei n° 1.561, de 13 de julho de 1977, bem como os elementos que integram o Processo n° 05550.000439/2017-86, resolve:

Art. 1º Declarar de interesse do serviço público a área rural da União de 8,6808 ha denominado Ilha da Praia II, localizada no município de Boa Vista, no rio Uraricoera, no Estado de Roraima.

Parágrafo único. O imóvel da União de que trata o caput está registrado no SIAPA sob o RIP Imóvel 0301 0100103-91 e apresenta as seguintes característica e confrontações:

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice Pt0, definido pelas coordenadas E: 776.209,450 m e N: 10.346.088,960 m com azimute 95°42"38,14"" e distância de 19,38 m até o vértice Pt1, definido pelas coordenadas E: 776.228,740 m e N: 10.346.087,030 m com azimute 120°27"55,96"" e distância de 19,02 m até o vértice Pt2, definido pelas coordenadas E: 776.245,130 m e N: 10.346.077,380 m com azimute 120°57"49,52"" e distância de 28,11 m até o vértice Pt3, definido pelas coordenadas E: 776.269,240 m e N: 10.346.062,920 m com azimute 124°41"42,55"" e distância de 45,74 m até o vértice Pt4, definido pelas coordenadas E: 776.306,850 m e N: 10.346.036,880 m com azimute 145°02"11,56"" e distância de 51,39 m até o vértice Pt5, definido pelas coordenadas E: 776.336,300 m e N: 10.345.994,760 m com azimute 157°09"58,84"" e distância de 53,73 m até o vértice Pt6, definido pelas coordenadas E: 776.357,150 m e N: 10.345.945,250 m com azimute 165°15"23,17"" e distância de 51,21 m até o vértice Pt7, definido pelas coordenadas E: 776.370,180 m e N: 10.345.895,730 m com azimute 139°52"22,84"" e distância de 18,44 m até o vértice Pt8, definido pelas coordenadas E: 776.382,070 m e N: 10.345.881,630 m com azimute 176°00"32,71"" e distância de 41,57 m até o vértice Pt9, definido pelas coordenadas E: 776.384,960 m e N: 10.345.840,160 m com azimute 180°00"0,00"" e distância de 30,86 m até o vértice Pt10, definido pelas coordenadas E: 776.384,960 m e N: 10.345.809,300 m com azimute 177°33"48,07"" e distância de 45,36 m até o vértice Pt11, definido pelas coordenadas E: 776.386,890 m e N: 10.345.763,980 m com azimute 179°59"60,00"" e distância de 50,14 m até o vértice Pt12, definido pelas coordenadas E: 776.386,890 m e N: 10.345.713,830 m com azimute 175°08"7,75"" e distância de 45,49 m até o vértice Pt13, definido pelas coordenadas E: 776.390,750 m e N: 10.345.668,510 m com azimute 145°29"29,32"" e distância de 18,72 m até o vértice Pt14, definido pelas coordenadas E: 776.401,350 m e N: 10.345.653,080 m com azimute 167°28"16,29"" e distância de 26,67 m até o vértice Pt15, definido pelas coordenadas E: 776.407,140 m e N: 10.345.627,040 m com azimute 169°59"31,27"" e distância de 33,29 m até o vértice Pt16, definido pelas coordenadas E: 776.412,930 m e N: 10.345.594,260 m com azimute 174°48"20,06"" e distância de 31,95 m até o vértice Pt17, definido pelas coordenadas E: 776.415,820 m e N: 10.345.562,430 m com azimute 178°27"6,63"" e distância de 35,69 m até o vértice Pt18, definido pelas coordenadas E: 776.416,780 m e N: 10.345.526,750 m com azimute 165°15"23,17"" e distância de 18,95 m até o vértice Pt19, definido pelas coordenadas E: 776.421,610 m e N: 10.345.508,430 m com azimute 168°41"24,24"" e distância de 19,67 m até o vértice Pt20, definido pelas coordenadas E: 776.425,460 m e N: 10.345.489,150 m com azimute 154°08"1,12"" e distância de 35,37 m até o vértice Pt21, definido pelas coordenadas E: 776.440,890 m e N: 10.345.457,320 m com azimute 165°27"55,96"" e distância de 26,90 m até o vértice Pt22, definido pelas coordenadas E: 776.447,640 m e N: 10.345.431,290 m com azimute 165°39"2,40"" e distância de 42,80 m até o vértice Pt23, definido pelas coordenadas E: 776.458,250 m e N: 10.345.389,820 m com azimute 167°28"16,29"" e distância de 35,56 m até o vértice Pt24, definido pelas coordenadas E: 776.465,960 m e N: 10.345.355,100 m com azimute 180°00"0,00"" e distância de 31,82 m até o vértice Pt25, definido pelas coordenadas E: 776.465,960 m e N: 10.345.323,280 m com azimute 187°25"53,07"" e distância de 22,37 m até o vértice Pt26, definido pelas coordenadas E: 776.463,070 m e N: 10.345.301,100 m com azimute 199°17"24,17"" e distância de 20,43 m até o vértice Pt27, definido pelas coordenadas E: 776.456,320 m e N: 10.345.281,820 m com azimute 232°07"30,06"" e distância de 21,99 m até o vértice Pt28, definido pelas coordenadas E: 776.438,960 m e N: 10.345.268,320 m com azimute 333°26"5,82"" e distância de 23,72 m até o vértice Pt29, definido pelas coordenadas E: 776.428,360 m e N: 10.345.289,530 m com azimute 336°48"5,07"" e distância de 36,72 m até o vértice Pt30, definido pelas coordenadas E: 776.413,890 m e N: 10.345.323,280 m com azimute 342°01"51,10"" e distância de 75,02 m até o vértice Pt31, definido pelas coordenadas E: 776.390,750 m e N: 10.345.394,640 m com azimute 341°14"28,86"" e distância de 53,98 m até o vértice Pt32, definido pelas coordenadas E: 776.373,390 m e N: 10.345.445,750 m com azimute 342°01"51,10"" e distância de 37,51 m até o vértice Pt33, definido pelas coordenadas E: 776.361,820 m e N: 10.345.481,430 m com azimute 339°46"30,51"" e distância de 39,05 m até o vértice Pt34, definido pelas coordenadas E: 776.348,320 m e N: 10.345.518,080 m com azimute 344°44"41,57"" e distância de 54,98 m até o vértice Pt35, definido pelas coordenadas E: 776.333,850 m e N: 10.345.571,110 m com azimute 336°55"46,52"" e distância de 56,60 m até o vértice Pt36, definido pelas coordenadas E: 776.311,670 m e N: 10.345.623,190 m com azimute 333°04"20,36"" e distância de 68,14 m até o vértice Pt37, definido pelas coordenadas E: 776.280,810 m e N: 10.345.683,940 m com azimute 336°30"5,16"" e distância de 48,37 m até o vértice Pt38, definido pelas coordenadas E: 776.261,530 m e N: 10.345.728,300 m com azimute 333°59"47,95"" e distância de 43,99 m até o vértice Pt39, definido pelas coordenadas E: 776.242,240 m e N: 10.345.767,840 m com azimute 343°44"23,26"" e distância de 48,22 m até o vértice Pt40, definido pelas coordenadas E: 776.228,740 m e N: 10.345.814,120 m com azimute 347°00"19,38"" e distância de 38,60 m até o vértice Pt41, definido pelas coordenadas E: 776.220,060 m e N: 10.345.851,730 m com azimute 348°57"32,62"" e distância de 40,28 m até o vértice Pt42, definido pelas coordenadas E: 776.212,350 m e N: 10.345.891,270 m com azimute 333°26"5,82"" e distância de 25,88 m até o vértice Pt43, definido pelas coordenadas E: 776.200,770 m e N: 10.345.914,410 m com azimute 333°26"5,82"" e distância de 30,19 m até o vértice Pt44, definido pelas coordenadas E: 776.187,270 m e N: 10.345.941,410 m com azimute 350°32"15,64"" e distância de 23,46 m até o vértice Pt45, definido pelas coordenadas E: 776.183,420 m e N: 10.345.964,560 m com azimute 352°52"29,94"" e distância de 31,10 m até o vértice Pt46, definido pelas coordenadas E: 776.179,560 m e N: 10.345.995,420 m com azimute 341°33"54,18"" e distância de 18,30 m até o vértice Pt47, definido pelas coordenadas E: 776.173,770 m e N: 10.346.012,770 m com azimute 3°48"50,67"" e distância de 28,99 m até o vértice Pt48, definido pelas coordenadas E: 776.175,700 m e N: 10.346.041,700 m com azimute 32°11"44,64"" e distância de 30,77 m até o vértice Pt49, definido pelas coordenadas E: 776.192,100 m e N: 10.346.067,740 m com azimute 39°17"21,86"" e distância de 27,41 m até o vértice Pt0, encerrando este perímetro.

Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro e encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central 63 WGr, fuso 20S, tendo como datum o SIRGAS-2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM.

Art. 2º O interesse público de que trata esta portaria é para fins da promoção do uso sustentável, preservação ambiental e para a proteção dos ecossistemas naturais.

Art. 3° A Superintendência do Patrimônio da União/RR procederá ao cancelamento de eventuais inscrições existentes em seu sistema cadastral a solução dos débitos pendentes, assim como a notificação administrativa dos ocupantes irregulares, que não tenham direito à permanência no local para a desocupação do imóvel, conforme o caso.

Art. 4º A Superintendência do Patrimônio da União/RR dará conhecimento do teor desta Portaria ao Ofício de Registro de Imóveis da Circunscrição e à Prefeitura, onde se situa o imóvel para as quais também será solicitada a inclusão da área descrita acima no Plano Diretor Municipal, ou lei equivalente, como Zona/Área de Interesse Social, ou outro instituto que garanta a função socioambiental do imóvel da União.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SIDRACK CORREIA NETO

PORTARIA N° 211, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2017

A SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, no uso de suas atribuições e com fundamento no art. 1°, "c" do Decreto-Lei n° 9.760/1946 c/c art. 20, I e 186 da Constituição Federal de 1988, art. 5°, Parágrafo único do Decreto-Lei n° 2.398, de 21 de dezembro de 1987, c/c art. 17, §2º, da Lei n° 9.636, de 15 de maio de 1998 c/c art. 2º, §2º, Decreto-Lei n° 1.561, de 13 de julho de 1977, bem como os elementos que integram o Processo n° 05550.000437/2017-97, resolve:

Art. 1º Declarar de interesse do serviço público a área rural da União de 12,3319 ha denominado Ilha da Praia I, localizada no município de Boa Vista, no rio Uraricoera, no Estado de Roraima.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800244

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Parágrafo único. O imóvel da União de que trata o caput está registrado no SIAPA sob o RIP Imóvel 0301 0100102-00 e apresenta as seguintes característica e confrontações:

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice Pt0, definido pelas coordenadas E: 775.984,58 m e N: 10.347.852,92 m com azimute 101°18"35,76"" e distância de 39,83 m até o vértice Pt1, definido pelas coordenadas E: 776.023,63 m e N: 10.347.845,11 m com azimute 137°29"22,39"" e distância de 31,79 m até o vértice Pt2, definido pelas coordenadas E: 776.045,12 m e N: 10.347.821,67 m com azimute 156°48"5,07"" e distância de 44,62 m até o vértice Pt3, definido pelas coordenadas E: 776.062,69 m e N: 10.347.780,66 m com azimute 167°44"6,81"" e distância de 45,97 m até o vértice Pt4, definido pelas coordenadas E: 776.072,46 m e N: 10.347.735,75 m com azimute 163°18"2,72"" e distância de 20,39 m até o vértice Pt5, definido pelas coordenadas E: 776.078,31 m e N: 10.347.716,22 m com azimute 171°52"11,63"" e distância de 69,05 m até o vértice Pt6, definido pelas coordenadas E: 776.088,08 m e N: 10.347.647,87 m com azimute 170°50"15,55"" e distância de 61,32 m até o vértice Pt7, definido pelas coordenadas E: 776.097,84 m e N: 10.347.587,33 m com azimute 169°59"31,27"" e distância de 67,42 m até o vértice Pt8, definido pelas coordenadas E: 776.109,56 m e N: 10.347.520,93 m com azimute 175°36"4,66"" e distância de 76,39 m até o vértice Pt9, definido pelas coordenadas E: 776.115,42 m e N: 10.347.444,77 m com azimute 173°05"19,58"" e distância de 64,92 m até o vértice Pt10, definido pelas coordenadas E: 776.123,23 m e N: 10.347.380,32 m com azimute 177°12"26,27"" e distância de 80,16 m até o vértice Pt11, definido pelas coordenadas E: 776.127,14 m e N: 10.347.300,25 m com azimute 170°32"15,64"" e distância de 47,52 m até o vértice Pt12, definido pelas coordenadas E: 776.134,95 m e N: 10.347.253,38 m com azimute 162°43"6,61"" e distância de 92,03 m até o vértice Pt13, definido pelas coordenadas E: 776.162,29 m e N: 10.347.165,50 m com azimute 171°38"2,81"" e distância de 67,11 m até o vértice Pt14, definido pelas coordenadas E: 776.172,05 m e N: 10.347.099,10 m com azimute 167°11"44,64"" e distância de 44,06 m até o vértice Pt15, definido pelas coordenadas E: 776.181,82 m e N: 10.347.056,14 m com azimute 175°25"33,88"" e distância de 48,98 m até o vértice Pt16, definido pelas coordenadas E: 776.185,72 m e N: 10.347.007,32 m com azimute 304°59"31,27"" e distância de 23,84 m até o vértice Pt17, definido pelas coordenadas E: 776.166,19 m e N: 10.347.020,99 m com azimute 306°52"11,63"" e distância de 58,59 m até o vértice Pt18, definido pelas coordenadas E: 776.119,32 m e N: 10.347.056,14 m com azimute 333°26"5,82"" e distância de 34,93 m até o vértice Pt19, definido pelas coordenadas E: 776.103,70 m e N: 10.347.087,39 m com azimute 352°24"19,28"" e distância de 59,11 m até o vértice Pt20, definido pelas coordenadas E: 776.095,89 m e N: 10.347.145,97 m com azimute 346°22"22,82"" e distância de 66,31 m até o vértice Pt21, definido pelas coordenadas E: 776.080,27 m e N: 10.347.210,42 m com azimute 329°44"36,83"" e distância de 27,13 m até o vértice Pt22, definido pelas coordenadas E: 776.066,60 m e N: 10.347.233,85 m com azimute 332°21"14,49"" e distância de 46,30 m até o vértice Pt23, definido pelas coordenadas E: 776.045,12 m e N: 10.347.274,87 m com azimute 309°48"20,06"" e distância de 30,51 m até o vértice Pt24, definido pelas coordenadas E: 776.021,68 m e N: 10.347.294,39 m com azimute 300°27"55,96"" e distância de 38,52 m até o vértice Pt25, definido pelas coordenadas E: 775.988,48 m e N: 10.347.313,92 m com azimute 315°00"0,00"" e distância de 33,14 m até o vértice Pt26, definido pelas coordenadas E: 775.965,05 m e N: 10.347.337,36 m com azimute 329°44"36,83"" e distância de 54,26 m até o vértice Pt27, definido pelas coordenadas E: 775.937,71 m e N: 10.347.384,23 m com azimute 340°33"35,87"" e distância de 35,21 m até o vértice Pt28, definido pelas coordenadas E: 775.925,99 m e N: 10.347.417,43 m com azimute 314°59"60,00"" e distância de 19,33 m até o vértice Pt29, definido pelas coordenadas E: 775.912,32 m e N: 10.347.431,10 m com azimute 348°06"40,83"" e distância de 37,92 m até o vértice Pt30, definido pelas coordenadas E: 775.904,51 m e N: 10.347.468,20 m com azimute 340°20"46,23"" e distância de 29,03 m até o vértice Pt31, definido pelas coordenadas E: 775.894,74 m e N: 10.347.495,54 m com azimute 318°21"59,26"" e distância de 23,52 m até o vértice Pt32, definido pelas coordenadas E: 775.879,12 m e N: 10.347.513,12 m com azimute 350°32"15,64"" e distância de 71,27 m até o vértice Pt33, definido pelas coordenadas E: 775.867,40 m e N: 10.347.583,42 m com azimute 355°21"52,33"" e distância de 72,49 m até o vértice Pt34, definido pelas coordenadas E: 775.861,54 m e N: 10.347.655,68 m com azimute 0°00"0,00"" e distância de 39,06 m até o vértice Pt35, definido pelas coordenadas E: 775.861,54 m e N: 10.347.694,74 m com azimute 35°32"15,64"" e distância de 33,60 m até o vértice Pt36, definido pelas coordenadas E: 775.881,07 m e N: 10.347.722,08 m com azimute 32°16"32,32"" e distância de 43,89 m até o vértice Pt37, definido pelas coordenadas E: 775.904,51 m e N: 10.347.759,18 m com azimute 34°30"30,68"" e distância de 37,92 m até o vértice Pt38, definido pelas coordenadas E: 775.925,99 m e N: 10.347.790,43 m com azimute 36°52"11,63"" e distância de 48,82 m até o vértice Pt39, definido pelas coordenadas E: 775.955,28 m e N: 10.347.829,49 m com azimute 51°20"24,69"" e distância de 37,51 m até o vértice Pt0, encerrando este perímetro.

Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro e encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central 63 WGr, fuso 20S, tendo como datum o SIRGAS-2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM.

Art. 2º O interesse público de que trata esta portaria é para fins da promoção do uso sustentável, preservação ambiental e para a proteção dos ecossistemas naturais.

Art. 3° A Superintendência do Patrimônio da União/RR procederá ao cancelamento de eventuais inscrições existentes em seu sistema cadastral a solução dos débitos pendentes, assim como a notificação administrativa dos ocupantes irregulares, que não tenham direito à permanência no local para a desocupação do imóvel, conforme o caso.

Art. 4º A Superintendência do Patrimônio da União/RR dará conhecimento do teor desta Portaria ao Ofício de Registro de Imóveis da Circunscrição e à Prefeitura, onde se situa o imóvel para as quais também será solicitada a inclusão da área descrita acima no Plano Diretor Municipal, ou lei equivalente, como Zona/Área de Interesse Social, ou outro instituto que garanta a função socioambiental do imóvel da União.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SIDRACK CORREIA NETO

PORTARIA N° 212, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2017

A SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, no uso de suas atribuições e com fundamento no art. 1°, "c" do Decreto-Lei n° 9.760/1946 c/c art. 20, I e 186 da Constituição Federal de 1988, art. 5°, Parágrafo único do Decreto-Lei n° 2.398, de 21 de dezembro de 1987, c/c art. 17, §2º, da Lei n° 9.636, de 15 de maio de 1998 c/c art. 2º, §2º, Decreto-Lei n° 1.561, de 13 de julho de 1977, bem como os elementos que integram o Processo n° 05550.000428/2017-04, resolve:

Art. 1º Declarar de interesse do serviço público a área rural da União de 19,1555 há denominado Ilha da Fazenda São Marcos, localizada no município de Boa Vista, no rio Uraricoera, no Estado de Roraima.

Parágrafo único. O imóvel da União de que trata o caput está registrado no SIAPA sob o RIP Imóvel 0301 0100104-72 e apresenta as seguintes característica e confrontações:

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice Pt0, definido pelas coordenadas E: 778.136,50 m e N: 10.340.293,44 m com azimute 100°37"10,76"" e distância de 40,34 m até o vértice Pt1, definido pelas coordenadas E: 778.176,15 m e N: 10.340.286,01 m com azimute 114°46"30,51"" e distância de 35,48 m até o vértice Pt2, definido pelas coordenadas E: 778.208,37 m e N: 10.340.271,14 m com azimute 132°42"33,80"" e distância de 43,85 m até o vértice Pt3, definido pelas coordenadas E: 778.240,59 m e N: 10.340.241,40 m com azimute 143°29"51,03"" e distância de 62,59 m até o vértice Pt4, definido pelas coordenadas E: 778.277,83 m e N: 10.340.191,08 m com azimute 140°11"39,94"" e distância de 58,92 m até o vértice Pt5, definido pelas coordenadas E: 778.315,55 m e N: 10.340.145,81 m com azimute 135°00"0,00"" e distância de 45,35 m até o vértice Pt6, definido pelas coordenadas E: 778.347,61 m e N: 10.340.113,75 m com azimute 145°00"28,73"" e distância de 23,02 m até o vértice Pt7, definido pelas coordenadas E: 778.360,82 m e N: 10.340.094,89 m com azimute 164°44"41,57"" e distância de 43,01 m até o vértice Pt8, definido pelas coordenadas E: 778.372,13 m e N: 10.340.053,39 m com azimute 167°39"39,29"" e distância de 61,78 m até o vértice Pt9, definido pelas coordenadas E: 778.385,34 m e N: 10.339.993,04 m com azimute 158°11"54,93"" e distância de 50,79 m até o vértice Pt10, definido pelas coordenadas E: 778.404,20 m e N: 10.339.945,88 m com azimute 154°21"32,38"" e distância de 52,30 m até o vértice Pt11, definido pelas coordenadas E: 778.426,83 m e N: 10.339.898,73 m com azimute 164°03"16,57"" e distância de 54,93 m até o vértice Pt12, definido pelas coordenadas E: 778.441,92 m e N: 10.339.845,92 m com azimute 167°16"32,32"" e distância de 59,94 m até o vértice Pt13, definido pelas coordenadas E: 778.455,12 m e N: 10.339.787,45 m com azimute 168°41"24,24"" e distância de 67,32 m até o vértice Pt14, definido pelas coordenadas E: 778.468,33 m e N: 10.339.721,43 m com azimute 181°42"35,33"" e distância de 126,43 m até o vértice Pt15, definido pelas coordenadas E: 778.464,55 m e N: 10.339.595,06 m com azimute 176°41"53,28"" e distância de 98,24 m até o vértice Pt16, definido pelas coordenadas E: 778.470,21 m e N: 10.339.496,98 m com azimute 179°59"60,00"" e distância de 71,67 m até o vértice Pt17, definido pelas coordenadas E: 778.470,21 m e N: 10.339.425,31 m com azimute 213°41"24,24"" e distância de 34,00 m até o vértice Pt18, definido pelas coordenadas E: 778.451,35 m e N: 10.339.397,02 m com azimute 180°00"0,00"" e distância de 41,50 m até o vértice Pt19, definido pelas coordenadas E: 778.451,35 m e N: 10.339.355,52 m com azimute 170°32"15,64"" e distância de 22,95 m até o vértice Pt20, definido pelas coordenadas E: 778.455,12 m e N: 10.339.332,89 m com azimute 279°27"44,36"" e distância de 22,95 m até o vértice Pt21, definido pelas coordenadas E: 778.432,49 m e N: 10.339.336,66 m com azimute 325°42"47,24"" e distância de 50,22 m até o vértice Pt22, definido pelas coordenadas E: 778.404,20 m e N: 10.339.378,16 m com azimute 331°36"25,13"" e distância de 79,33 m até o vértice Pt23, definido pelas coordenadas E: 778.366,47 m e N: 10.339.447,94 m com azimute 334°58"59,18"" e distância de 93,66 m até o vértice Pt24, definido pelas coordenadas E: 778.326,87 m e N: 10.339.532,82 m com azimute 334°29"10,07"" e distância de 91,96 m até o vértice Pt25, definido pelas coordenadas E: 778.287,26 m e N: 10.339.615,81 m com azimute 336°02"15,04"" e distância de 92,88 m até o vértice Pt26, definido pelas coordenadas E: 778.249,53 m e N: 10.339.700,69 m com azimute 334°23"52,12"" e distância de 100,39 m até o vértice Pt27, definido pelas coordenadas E: 778.206,15 m e N: 10.339.791,22 m com azimute 333°26"5,82"" e distância de 75,92 m até o vértice Pt28, definido pelas coordenadas E: 778.172,20 m e N: 10.339.859,12 m com azimute 328°34"13,56"" e distância de 79,58 m até o vértice Pt29, definido pelas coordenadas E: 778.130,71 m e N: 10.339.927,02 m com azimute 328°34"13,56"" e distância de 39,79 m até o vértice Pt30, definido pelas coordenadas E: 778.109,96 m e N: 10.339.960,97 m com azimute 338°11"54,93"" e distância de 40,63 m até o vértice Pt31, definido pelas coordenadas E: 778.094,87 m e N: 10.339.998,70 m com azimute 334°47"55,95"" e distância de 35,44 m até o vértice Pt32, definido pelas coordenadas E: 778.079,78 m e N: 10.340.030,76 m com azimute 339°04"35,80"" e distância de 42,43 m até o vértice Pt33, definido pelas coordenadas E: 778.064,63 m e N: 10.340.070,39 m com azimute 6°00"32,42"" e distância de 94,70 m até o vértice Pt34, definido pelas coordenadas E: 778.074,54 m e N: 10.340.164,57 m com azimute 6°50"33,98"" e distância de 62,40 m até o vértice Pt35, definido pelas coordenadas E: 778.081,98 m e N: 10.340.226,53 m com azimute 29°21"27,91"" e distância de 45,50 m até o vértice Pt36, definido pelas coordenadas E: 778.104,28 m e N: 10.340.266,18 m com azimute 49°45"49,11"" e distância de 42,20 m até o vértice Pt0, encerrando este perímetro.

Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro e encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central 63 WGr, fuso 20S, tendo como datum o SIRGAS-2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM.

Art. O interesse público de que trata esta portaria é para fins da promoção do uso sustentável, preservação ambiental e para a proteção dos ecossistemas naturais.

Art. 3° A Superintendência do Patrimônio da União/RR procederá ao cancelamento de eventuais inscrições existentes em seu sistema cadastral a solução dos débitos pendentes, assim como a notificação administrativa dos ocupantes irregulares, que não tenham direito à permanência no ocal para a desocupação do imóvel, conforme o caso.

Art. 4º A Superintendência do Patrimônio da União/RR dará conhecimento do teor desta Portaria ao Ofício de Registro de Imóveis da Circunscrição e à Prefeitura, onde se situa o imóvel para as quais também será solicitada a inclusão da área descrita acima no Plano Diretor Municipal, ou lei equivalente, como Zona/Área de Interesse Social, ou outro instituto que garanta a função socioambiental do imóvel da União.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SIDRACK CORREIA NETO

PORTARIA N° 213, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2017

A SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, no uso de suas atribuições e com fundamento no art. 1°, "c" do Decreto-Lei n° 9.760/1946 c/c art. 20, I e 186 da Constituição Federal de 1988, art. 5°, Parágrafo único do Decreto-Lei n° 2.398, de 21 de dezembro de 1987, c/c art. 17, §2º, da Lei n° 9.636, de 15 de maio de 1998 c/c art. 2º, §2º, Decreto-Lei n° 1.561, de 13 de julho de 1977, bem como os elementos que integram o Processo n° 05550.000434/2017-53, resolve:

Art. 1º Declarar de interesse do serviço público a área rural da União de 44,8105 ha denominado Ilha do Parafuso, localizada no município de Boa Vista, no rio Uraricoera, no Estado de Roraima.

Parágrafo único. O imóvel da União de que trata o caput está registrado no SIAPA sob o RIP Imóvel 0301 0100096-28 e apresenta as seguintes característica e confrontações:

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice Pt0, definido pelas coordenadas E: 746.351,88 m e N: 10.386.571,96 m com azimute 90°00"0,00"" e distância de 113,50 m até o vértice Pt1, definido pelas coordenadas E: 746.465,38 m e N: 10.386.571,96 m com azimute 209°03"16,57"" e distância de 116,86 m até o vértice Pt2, definido pelas coordenadas E: 746.408,63 m e N: 10.386.469,81 m com azimute 211°36"27,01"" e distância de 259,88 m até o vértice Pt3, definido pelas coordenadas E: 746.272,43 m e N: 10.386.248,48 m com azimute 223°03"9,52"" e distância de 282,79 m até o vértice Pt4, definido pelas coordenadas E: 746.079,38 m e N: 10.386.041,84 m com azimute 226°35"50,91"" e distância de 162,01 m até o vértice Pt5, definido pelas coordenadas E: 745.961,68 m e N: 10.385.930,52 m com azimute 246°36"53,20"" e distância de 183,91 m até o vértice Pt6, definido pelas coordenadas E: 745.792,88 m e N: 10.385.857,53 m com azimute 244°36"25,48"" e distância de 159,58 m até o vértice Pt7, definido pelas coordenadas E: 745.648,71 m e N: 10.385.789,09 m com azimute 236°39"33,45"" e distância de 207,52 m até o vértice Pt8, definido pelas coordenadas E: 745.475,35 m e N: 10.385.675,04 m com azimute 236°35"10,60"" e distância de 157,41 m até o vértice Pt9, definido pelas coordenadas E: 745.343,96 m e N: 10.385.588,36 m com azimute 250°43"23,15"" e distância de 72,54 m até o vértice Pt10, definido pelas coordenadas E: 745.275,49 m e N: 10.385.564,41 m com azimute 241°35"41,25"" e distância de 47,07 m até o vértice Pt11, definido pelas coordenadas E: 745.234,08 m e N: 10.385.542,02 m com azimute 247°39"33,67"" e distância de 103,69 m até o vértice Pt12, definido pelas coordenadas E: 745.138,17 m e N: 10.385.502,60 m com azimute 255°21"28,17"" e distância de 147,59 m até o vértice Pt13, definido pelas coordenadas E: 744.995,38 m e N: 10.385.465,30 mcom azimute 286°41"40,90"" e distância de 0,61 m até o vértice Pt14, definido pelas coordenadas E: 744.994,80 m e N: 10.385.465,47 m com azimute 331°23"9,96"" e distância de 33,01 m até o vértice Pt15, definido pelas coordenadas E: 744.978,99 m e N: 10.385.494,45 m com azimute 4°14"4,70"" e distância de 42,77 m até o vértice Pt16, definido pelas coordenadas E: 744.982,15 m e N: 10.385.537,10 m com azimute 39°23"56,13"" e distância de 110,02 m até o vértice Pt17, definido pelas coordenadas E: 745.051,98 m e N: 10.385.622,12 m com azimute 42°48"33,93"" e distância de 118,16 m até o vértice Pt18, definido pelas coordenadas E: 745.132,27 m e N: 10.385.708,80 m com azimute 45°34"43,41"" e distância de 127,75 m até o vértice Pt19, definido pelas coordenadas E: 745.223,52 m e N: 10.385.798,22 m com azimute 54°40"13,50"" e distância de 109,72 m até o vértice Pt20, definido pelas coordenadas E: 745.313,03 m e N: 10.385.861,66 m com azimute 46°36"57,33"" e distância de 118,90 m até o vértice Pt21, definido pelas coordenadas E: 745.399,44 m e N: 10.385.943,33

m com azimute 44°48"13,81"" e distância de 109,15 m até o vértice Pt22, definido pelas coordenadas E: 745.476,36 m e N: 10.386.020,78 m com azimute 54°21"35,39"" e distância de 86,53 m até o vértice Pt23, definido pelas coordenadas E: 745.546,68 m e N: 10.386.071,20 m com azimute 51°34"48,38"" e distância de 130,64 m até o vértice Pt24, definido pelas coordenadas E: 745.649,03 m e N: 10.386.152,38 m com azimute 49°11"4,06"" e distância de 107,39 m até o vértice Pt25, definido pelas coordenadas E: 745.730,30 m e N: 10.386.222,57 m com azimute 55°03"2,21"" e distância de 31,55 m até o vértice Pt26, definido pelas coordenadas E: 745.756,16 m e N: 10.386.240,65 m com azimute 59°18"0,78"" e distância de 170,24 m até o vértice Pt27, definido pelas coordenadas E: 745.902,54 m e N: 10.386.327,56 m com azimute 61°27"28,31"" e distância de 224,99 m até o vértice Pt28, definido pelas coordenadas E: 746.100,19 m e N: 10.386.435,06 m com azimute 61°27"28,31"" e distância de 286,52 m até o vértice Pt0, encerrando este perímetro.

Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro e encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central 63 WGr, fuso 20S, tendo como datum o SIRGAS-2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM.

Art. 2º O interesse público de que trata esta portaria é para fins da promoção do uso sustentável, preservação ambiental e para a proteção dos ecossistemas naturais.

Art. 3° A Superintendência do Patrimônio da União/RR procederá ao cancelamento de eventuais inscrições existentes em seu sistema cadastral a solução dos débitos pendentes, assim como a notificação administrativa dos ocupantes irregulares, que não tenham direito à permanência no local para a desocupação do imóvel, conforme o caso.

Art. 4º A Superintendência do Patrimônio da União/RR dará conhecimento do teor desta Portaria ao Ofício de Registro de Imóveis da Circunscrição e à Prefeitura, onde se situa o imóvel para as quais também será solicitada a inclusão da área descrita acima no Plano Diretor Municipal, ou lei equivalente, como Zona/Área de Interesse Social, ou outro instituto que garanta a função socioambiental do imóvel da União.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SIDRACK CORREIA NETO

PORTARIA N° 214, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2017

A SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, no uso de suas atribuições e com fundamento no art. 1°, "c" do Decreto-Lei n° 9.760/1946 c/c art. 20, I e 186 da Constituição Federal de 1988, art. 5°, Parágrafo único do Decreto-Lei n° 2.398, de 21 de dezembro de 1987, c/c art. 17, §2º, da Lei n° 9.636, de 15 de maio de 1998 c/c art. 2º, §2º, Decreto-Lei n° 1.561, de 13 de julho de 1977, bem como os elementos que integram o Processo n° 05550.000436/2017-42, resolve:

Art. 1º Declarar de interesse do serviço público a área rural da União de 69,4308 ha denominado Ilha do Terçado, localizada no município de Boa Vista, no rio Uraricoera, no Estado de Roraima.

Parágrafo único. O imóvel da União de que trata o caput está registrado no SIAPA sob o RIP Imóvel RIP 0301 0100097-09 e apresenta as seguintes característica e confrontações:

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice Pt0, definido pelas coordenadas E: 762.298,14 m e N: 10.379.116,52 m com azimute 90°45"50,03"" e distância de 67,58 m até o vértice Pt1, definido pelas coordenadas E: 762.365,71 m e N: 10.379.115,62 m com azimute 100°37"10,76"" e distância de 73,34 m até o vértice Pt2, definido pelas coordenadas E: 762.437,79 m e N: 10.379.102,10 m com azimute 109°32"11,96"" e distância de 88,91 m até o vértice Pt3, definido pelas coordenadas E: 762.521,59 m e N: 10.379.072,37 m com azimute 121°56"41,11"" e distância de 90,26 m até o vértice Pt4, definido pelas coordenadas E: 762.598,18 m e N: 10.379.024,62 m com azimute 99°27"44,36"" e distância de 169,90 m até o vértice Pt5, definido pelas coordenadas E: 762.765,77 m e N: 10.378.996,68 m com azimute 130°07"2,07"" e distância de 127,25 m até o vértice Pt6, definido pelas coordenadas E: 762.863,08 m e N: 10.378.914,69 m com azimute 133°09"6,66"" e distância de 194,39 m até o vértice Pt7, definido pelas coordenadas E: 763.004,89 m e N: 10.378.781,74 m com azimute 105°49"56,59"" e distância de 121,36 m até o vértice Pt8, definido pelas coordenadas E: 763.121,64 m e N: 10.378.748,63 m com azimute 97°15"14,38"" e distância de 133,70 m até o vértice Pt9, definido pelas coordenadas E: 763.254,27 m e N: 10.378.731,75 m com azimute 81°44"46,98"" e distância de 105,46 m até o vértice Pt10, definido pelas coordenadas E: 763.358,63 m e N: 10.378.746,89 m com azimute 99°27"44,36"" e distância de 95,40 m até o vértice Pt11, definido pelas coordenadas E: 763.452,73 m e N: 10.378.731,21 m com azimute 106°23"22,35"" e distância de 92,64 m até o vértice Pt12, definido pelas coordenadas E: 763.541,60 m e N: 10.378.705,07 m com azimute 135°27"25,52"" e distância de 100,46 m até o vértice Pt13, definido pelas coordenadas E: 763.612,07 m e N: 10.378.633,47 m com azimute 122°27"15,40"" e distância de 161,25 m até o vértice Pt14, definido pelas coordenadas E: 763.748,14 m e N: 10.378.546,93 m com azimute 132°17"33,99"" e distância de 38,92 m até o vértice Pt15, definido pelas coordenadas E: 763.776,93 m e N: 10.378.520,74 m com azimute 138°48"18,52"" e distância de 79,25 m até o vértice Pt16, definido pelas coordenadas E: 763.829,13 m e N: 10.378.461,11 m com azimute 139°23"55,34"" e distância de 80,33 m até o vértice Pt17, definido pelas coordenadas E: 763.881,40 m e N: 10.378.400,12 m com azimute 126°30"5,19"" e distância de 108,39 m até o vértice Pt18, definido pelas coordenadas E: 763.968,53 m e N: 10.378.335,64 m com azimute 128°31"0,93"" e distância de 218,26 m até o vértice Pt19, definido pelas coordenadas E: 764.139,30 m e N: 10.378.199,72 m com azimute 132°22"24,94"" e distância de 134,45 m até o vértice Pt20, definido pelas coordenadas E: 764.238,63 m e N: 10.378.109,11 m com azimute 137°07"15,95"" e distância de 133,17 m até o vértice Pt21, definido pelas coordenadas E: 764.329,24 m e N: 10.378.011,53 m com azimute 141°47"20,31"" e distância de 104,23 m até o vértice Pt22, definido pelas coordenadas E: 764.393,72 m e N: 10.377.929,63 m com azimute 150°49"56,59"" e distância de 85,81 m até o vértice Pt23, definido pelas coordenadas E: 764.435,54 m e N: 10.377.854,70 m com azimute 183°07"30,96"" e distância de 37,82 m até o vértice Pt24, definido pelas coordenadas E: 764.433,48 m e N: 10.377.816,93 m com azimute 217°18"15,61"" e distância de 22,16 m até o vértice Pt25, definido pelas coordenadas E: 764.420,05 m e N: 10.377.799,30 m com azimute 273°10"51,85"" e distância de 30,29 m até o vértice Pt26, definido pelas coordenadas E: 764.389,81 m e N: 10.377.800,98 m com azimute 302°20"54,74"" e distância de 59,66 m até o vértice Pt27, definido pelas coordenadas E: 764.339,41 m e N: 10.377.832,90 m com azimute 293°23"56,24"" e distância de 95,19 m até o vértice Pt28, definido pelas coordenadas E: 764.252,05 m e N: 10.377.870,71 m com azimute 274°33"4,72"" e distância de 193,51 m até o vértice Pt29, definido pelas coordenadas E: 764.059,15 m e N: 10.377.886,06 m com azimute 289°10"44,43"" e distância de 127,30 m até o vértice Pt30, definido pelas coordenadas E: 763.938,91 m e N: 10.377.927,88 m com azimute 320°31"39,14"" e distância de 38,38 m até o vértice Pt31, definido pelas coordenadas E: 763.914,51 m e N: 10.377.957,51 m com azimute 319°07"39,33"" e distância de 119,83 m até o vértice Pt32, definido pelas coordenadas E: 763.836,10 m e N: 10.378.048,12 m com azimute 309°11"8,80"" e distância de 427,86 m até o vértice Pt33, definido pelas coordenadas E: 763.504,46 m e N: 10.378.318,46 m com azimute 292°57"50,40"" e distância de 239,02 m até o vértice Pt34, definido pelas coordenadas E: 763.284,39 m e N: 10.378.411,71 m com azimute 282°41"3,74"" e distância de 232,90 m até o vértice Pt35, definido pelas coordenadas E: 763.057,17 m e N: 10.378.462,85 m com azimute 298°56"2,77"" e distância de 206,83 m até o vértice Pt36, definido pelas coordenadas E: 762.876,15 m e N: 10.378.562,92 m com azimute 298°40"37,19"" e distância de 183,83 m até o vértice Pt37, definido pelas coordenadas E: 762.714,88 m e N: 10.378.651,13 m com azimute 298°29"20,60"" e distância de 156,74 m até o vértice Pt38, definido pelas coordenadas E: 762.577,12 m e N: 10.378.725,89 m com azimute 307°35"29,64"" e distância de 133,57 m até o vértice Pt39, definido pelas coordenadas E: 762.471,28 m e N: 10.378.807,38 m com azimute 316°30"58,66"" e distância de 112,30 m até o vértice Pt40, definido pelas coordenadas E: 762.394,00 m e N: 10.378.888,86 m com azimute 310°34"46,62"" e distância de 43,94 m até o vértice Pt41, definido pelas coordenadas E: 762.360,63 m e N: 10.378.917,44 m com azimute 322°34"24,05"" e distância de 85,04 m até o vértice Pt42, definido pelas coordenadas E: 762.308,95 m e N: 10.378.984,97 m com azimute 352°16"41,43"" e distância de 53,65 m até o vértice Pt43, definido pelas coordenadas E: 762.301,74 m e N: 10.379.038,13 m com azimute 357°22"3,23"" e distância de 78,47 m até o vértice Pt0, encerrando este perímetro.

Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro e encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central 63 WGr, fuso 20S, tendo como datum o SIRGAS-2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM.

Art. 2º O interesse público de que trata esta portaria é para fins da promoção do uso sustentável, preservação ambiental e para a proteção dos ecossistemas naturais..

Art. 3° A Superintendência do Patrimônio da União/RR procederá ao cancelamento de eventuais inscrições existentes em seu sistema cadastral a solução dos débitos pendentes, assim como a notificação administrativa dos ocupantes irregulares, que não tenham direito à permanência no local para a desocupação do imóvel, conforme o caso.

Art. 4º A Superintendência do Patrimônio da União/RR dará conhecimento do teor desta Portaria ao Ofício de Registro de Imóveis da Circunscrição e à Prefeitura, onde se situa o imóvel para as quais também será solicitada a inclusão da área descrita acima no Plano Diretor Municipal, ou lei equivalente, como Zona/Área de Interesse Social, ou outro instituto que garanta a função socioambiental do imóvel da União.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SIDRACK CORREIA NETO

PORTARIA N° 215, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2017

A SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, no uso de suas atribuições e com fundamento no art. 1°, "c" do Decreto-Lei n° 9.760/1946 c/c art. 20, I e 186 da Constituição Federal de 1988, art. 5°, Parágrafo único do Decreto-Lei n° 2.398, de 21 de dezembro de 1987, c/c art. 17, §2º, da Lei n° 9.636, de 15 de maio de 1998 c/c art. 2º, §2º, Decreto-Lei n° 1.561, de 13 de julho de 1977, bem como os elementos que integram o Processo n° 05550.000440/2017-19, resolve:

Art. 1º Declarar de interesse do serviço público a área rural da União de 20,4229 ha denominada Ilha Assentamento, localizada no município de Boa Vista, no rio Uraricoera, no Estado de Roraima.

Parágrafo único. O imóvel da União de que trata o caput está registrado no SIAPA sob o RIP Imóvel 0301 0100099-70 e apresenta as seguintes característica e confrontações:

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice Pt0, definido pelas coordenadas E: 764.856,370 m e N: 10.377.266,010 m com azimute 248°18"17,68"" e distância de 7,79 m até o vértice Pt1, definido pelas coordenadas E: 764.849,140 m e N: 10.377.263,130 m com azimute 83°30"29,90"" e distância de 18,48 m até o vértice Pt2, definido pelas coordenadas E: 764.867,500 m e N: 10.377.265,220 m com azimute 117°04"11,61"" e distância de 70,91 m até o vértice Pt3, definido pelas coordenadas E: 764.930,650 m e N: 10.377.232,950 m com azimute 123°49"7,28"" e distância de 107,16 m até o vértice Pt4, definido pelas coordenadas E: 765.019,670 m e N: 10.377.173,310 m com azimute 121°12"36,72"" e distância de 102,13 m até o vértice Pt5, definido pelas coordenadas E: 765.107,020 m e N: 10.377.120,390 m com azimute 132°18"11,61"" e distância de 101,23 m até o vértice Pt6, definido pelas coordenadas E: 765.181,890 m e N: 10.377.052,260 m com azimute 137°01"16,91"" e distância de 85,05 m até o vértice Pt7, definido pelas coordenadas E: 765.239,870 m e N: 10.376.990,030 m com azimute 151°48"13,68"" e distância de 102,77 m até o vértice Pt8, definido pelas coordenadas E: 765.288,430 m e N: 10.376.899,460 m com azimute 168°28"16,09"" e distância de 126,03 m até o vértice Pt9, definido pelas coordenadas E: 765.313,620 m e N: 10.376.775,970 m com azimute 163°43"21,38"" e distância de 77,88 m até o vértice Pt10, definido pelas coordenadas E: 765.335,450 m e N: 10.376.701,210 m com azimute 165°58"42,53"" e distância de 0,63 m até o vértice Pt11, definido pelas coordenadas E: 765.335,600 m e N: 10.376.700,600 m com azimute 165°58"42,54"" e distância de 47,87 m até o vértice Pt12, definido pelas coordenadas E: 765.347,200 m e N: 10.376.654,160 m com azimute 168°03"5,33"" e distância de 72,97 m até o vértice Pt13, definido pelas coordenadas E: 765.362,300 m e N: 10.376.582,770 m com azimute 195°59"30,67"" e distância de 13,24 m até o vértice Pt14, definido pelas coordenadas E: 765.358,660 m e N: 10.376.570,040 m com azimute 243°26"5,82"" e distância de 15,81 m até o vértice Pt15, definido pelas coordenadas E: 765.344,510 m e N: 10.376.562,970 m com azimute 288°26"5,82"" e distância de 31,30 m até o vértice Pt16, definido pelas coordenadas E: 765.314,820 m e N: 10.376.572,870 m com azimute 301°14"6,70"" e distância de 111,47 m até o vértice Pt17, definido pelas coordenadas E: 765.219,510 m e N: 10.376.630,670 m com azimute 304°37"30,77"" e distância de 128,62 m até o vértice Pt18, definido pelas coordenadas E: 765.113,670 m e N: 10.376.703,750 m com azimute 297°49"12,52"" e distância de 177,10 m até o vértice Pt19, definido pelas coordenadas E: 764.957,040 m e N: 10.376.786,400 m com azimute 297°57"3,49"" e distância de 78,44 m até o vértice Pt20, definido pelas coordenadas E: 764.887,750 m e N: 10.376.823,170 m com azimute 314°23"48,87"" e distância de 95,00 m até o vértice Pt21, definido pelas coordenadas E: 764.819,870 m e N: 10.376.889,630 m com azimute 357°25"48,36"" e distância de 157,69 m até o vértice Pt22, definido pelas coordenadas E: 764.812,800 m e N: 10.377.047,170 m com azimute 358°36"10,15"" e distância de 58,00 m até o vértice Pt23, definido pelas coordenadas E: 764.811,390 m e N: 10.377.105,140 m com azimute 358°03"30,65"" e distância de 83,48 m até o vértice Pt24, definido pelas coordenadas E: 764.808,560 m e N: 10.377.188,580 m com azimute 353°14"15,72"" e distância de 47,22 m até o vértice Pt25, definido pelas coordenadas E: 764.803,000 m e N: 10.377.235,470 m com azimute 50°47"4,89"" e distância de 41,19 m até o vértice Pt26, definido pelas coordenadas E: 764.834,910 m e N: 10.377.261,510 m com azimute 83°30"29,94"" e distância de 7,75 m até o vértice Pt27, definido pelas coordenadas E: 764.842,610 m e N: 10.377.262,390 m com azimute 75°15"30,97"" e distância de 14,23 m até o vértice Pt0, encerrando este perímetro.

Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro e encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central 63 WGr, fuso 20S, tendo como datum o SIRGAS-2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM.

Art. 2º O interesse público de que trata esta portaria é para fins da promoção do uso sustentável, preservação ambiental e para a proteção dos ecossistemas naturais.

Art. 3° A Superintendência do Patrimônio da União/RR procederá ao cancelamento de eventuais inscrições existentes em seu sistema cadastral a solução dos débitos pendentes, assim como a notificação administrativa dos ocupantes irregulares, que não tenham direito à permanência no local para a desocupação do imóvel, conforme o caso.

Art. 4º A Superintendência do Patrimônio da União/RR dará conhecimento do teor desta Portaria ao Ofício de Registro de Imóveis da Circunscrição e à Prefeitura, onde se situa o imóvel para as quais também será solicitada a inclusão da área descrita acima no Plano Diretor Municipal, ou lei equivalente, como Zona/Área de Interesse Social, ou outro instituto que garanta a função socioambiental do imóvel da União.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SIDRACK CORREIA NETO

PORTARIA N° 216, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2017

A SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, no uso de suas atribuições e com fundamento no art. 1°, "c" do Decreto-Lei n° 9.760/1946 c/c art. 20, I e 186 da Constituição Federal de 1988, art. 5°, Parágrafo único do Decreto-Lei n° 2.398, de 21 de dezembro de 1987, c/c art. 17, §2º, da Lei n° 9.636, de 15 de maio de 1998 c/c art. 2º, §2º, Decreto-Lei n° 1.561, de 13 de julho de 1977, bem como os elementos que integram o Processo n° 05550.000441/2017-55, resolve:

Art. 1º Declarar de interesse do serviço público a área rural da União de 57,8009 há denominado Ilha Boca do Parimé, localizada no município de Boa Vista, no rio Uraricoera, no Estado de Roraima.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800246

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Parágrafo único. O imóvel da União de que trata o caput está registrado no SIAPA sob o RIP Imóvel 0301 0100098-90 e apresenta as seguintes característica e confrontações:

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice Pt0, definido pelas coordenadas E: 765.695,49 m e N: 10.376.791,20 m com azimute 102°26"34,55"" e distância de 39,00 m até o vértice Pt1, definido pelas coordenadas E: 765.733,57 m e N: 10.376.782,80 m com azimute 102°26"34,50"" e distância de 19,48 m até o vértice Pt2, definido pelas coordenadas E: 765.752,60 m e N: 10.376.778,60 m com azimute 106°55"36,29"" e distância de 118,84 m até o vértice Pt3, definido pelas coordenadas E: 765.866,29 m e N: 10.376.744,00 m com azimute 131°51"0,03"" e distância de 91,18 m até o vértice Pt4, definido pelas coordenadas E: 765.934,21 m e N: 10.376.683,17 m com azimute 142°52"59,30"" e distância de 196,85 m até o vértice Pt5, definido pelas coordenadas E: 766.052,99 m e N: 10.376.526,20 m com azimute 128°13"49,43"" e distância de 140,28 m até o vértice Pt6, definido pelas coordenadas E: 766.163,19 m e N: 10.376.439,39 m com azimute 116°33"54,18"" e distância de 126,45 m até o vértice Pt7, definido pelas coordenadas E: 766.276,29 m e N: 10.376.382,84 m com azimute 109°52"1,36"" e distância de 162,62 m até o vértice Pt8, definido pelas coordenadas E: 766.429,24 m e N: 10.376.327,57 m com azimute 105°18"13,49"" e distância de 313,67 m até o vértice Pt9, definido pelas coordenadas E: 766.731,78 m e N: 10.376.244,79 m com azimute 103°06"59,17"" e distância de 149,56 m até o vértice Pt10, definido pelas coordenadas E: 766.877,43 m e N: 10.376.210,85 m com azimute 113°29"54,84"" e distância de 177,33 m até o vértice Pt11, definido pelas coordenadas E: 767.040,06 m e N: 10.376.140,14 m com azimute 125°48"40,19"" e distância de 137,76 m até o vértice Pt12, definido pelas coordenadas E: 767.151,78 m e N: 10.376.059,53 m com azimute 147°55"33,60"" e distância de 125,16 m até o vértice Pt13, definido pelas coordenadas E: 767.218,24 m e N: 10.375.953,47 mcom azimute 143°37"50,89"" e distância de 226,55 m até o vértice Pt14, definido pelas coordenadas E: 767.352,58 m e N: 10.375.771,05 m com azimute 167°24"24,01"" e distância de 136,21 m até o vértice Pt15, definido pelas coordenadas E: 767.382,28 m e N: 10.375.638,12 m com azimute 188°07"48,37"" e distância de 109,99 m até o vértice Pt16, definido pelas coordenadas E: 767.366,72 m e N: 10.375.529,23 m com azimute 178°59"9,68"" e distância de 159,82 m até o vértice Pt17, definido pelas coordenadas E: 767.369,55 m e N: 10.375.369,44 m com azimute 197°51"36,34"" e distância de 133,72 m até o vértice Pt18, definido pelas coordenadas E: 767.328,54 m e N: 10.375.242,17 m com azimute 221°14"53,78"" e distância de 122,26 m até o vértice Pt19, definido pelas coordenadas E: 767.247,94 m e N: 10.375.150,25 m com azimute 209°16"4,78"" e distância de 147,52 m até o vértice Pt20, definido pelas coordenadas E: 767.175,82 m e N: 10.375.021,56 m com azimute 263°39"35,31"" e distância de 51,22 m até o vértice Pt21, definido pelas coordenadas E: 767.124,91 m e N: 10.375.015,90 m com azimute 1°10"52,28"" e distância de 137,20 m até o vértice Pt22, definido pelas coordenadas E: 767.127,74 m e N: 10.375.153,08 m com azimute 355°40"29,78"" e distância de 168,76 m até o vértice Pt23, definido pelas coordenadas E: 767.115,01 m e N: 10.375.321,36 m com azimute 343°33"34,63"" e distância de 179,88 m até o vértice Pt24, definido pelas coordenadas E: 767.064,10 m e N: 10.375.493,88 m com azimute 334°30"30,18"" e distância de 147,38 m até o vértice Pt25, definido pelas coordenadas E: 767.000,67 m e N: 10.375.626,91 m com azimute 334°25"32,16"" e distância de 108,97 m até o vértice Pt26, definido pelas coordenadas E: 766.953,63 m e N: 10.375.725,20 m com azimute 324°21"11,88"" e distância de 149,90 m até o vértice Pt27, definido pelas coordenadas E: 766.866,28 m e N: 10.375.847,01 m com azimute 313°20"57,74"" e distância de 167,45 m até o vértice Pt28, definido pelas coordenadas E: 766.744,51 m e N: 10.375.961,96 m com azimute 309°22"9,54"" e distância de 71,34 m até o vértice Pt29, definido pelas coordenadas E: 766.689,35 m e N: 10.376.007,21 m com azimute 313°30"20,40"" e distância de 115,03 m até o vértice Pt30, definido pelas coordenadas E: 766.605,92 m e N: 10.376.086,40 m com azimute 308°48"40,98"" e distância de 166,96 m até o vértice Pt31, definido pelas coordenadas E: 766.475,82 m e N: 10.376.191,05 m com azimute 294°00"54,37"" e distância de 156,36 m até o vértice Pt32, definido pelas coordenadas E: 766.332,99 m e N: 10.376.254,69 m com azimute 292°38"31,30"" e distância de 173,95 m até o vértice Pt33, definido pelas coordenadas E: 766.172,45 m e N: 10.376.321,65 m com azimute 290°38"34,06"" e distância de 87,80 m até o vértice Pt34, definido pelas coordenadas E: 766.090,29 m e N: 10.376.352,60 m com azimute 290°38"28,01"" e distância de 37,82 m até o vértice Pt35, definido pelas coordenadas E: 766.054,90 m e N: 10.376.365,93 m com azimute 289°54"56,66"" e distância de 121,32 m até o vértice Pt36, definido pelas coordenadas E: 765.940,84 m e N: 10.376.407,26 m com azimute 290°00"55,66"" e distância de 91,34 m até o vértice Pt37, definido pelas coordenadas E: 765.855,02 me N: 10.376.438,52 m com azimute 296°37"1,50"" e distância de 79,40 m até o vértice Pt38, definido pelas coordenadas E: 765.784,04 m e N: 10.376.474,09 m com azimute 298°03"49,45"" e distância de 109,84 m até o vértice Pt39, definido pelas coordenadas E: 765.687,11 m e N: 10.376.525,77 m com azimute 337°24"54,63"" e distância de 113,73 m até o vértice Pt40, definido pelas coordenadas E: 765.643,43 m e N: 10.376.630,78 m com azimute 352°24"23,40"" e distância de 88,97 m até o vértice Pt41, definido pelas coordenadas E: 765.631,67 m e N: 10.376.718,97 m com azimute 25°27"17,67"" e distância de 58,60 m até o vértice Pt42, definido pelas coordenadas E: 765.656,86 m e N: 10.376.771,88 m com azimute 63°25"47,41"" e distância de 28,56 m até o vértice Pt43, definido pelas coordenadas E: 765.682,40 m e N: 10.376.784,66 m com azimute 63°25"47,35"" e distância de 14,63 m até o vértice Pt0, encerrando este perímetro.

Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro e encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central 63 WGr, fuso 20S, tendo como datum o SIRGAS-2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM.

Art. 2º O interesse público de que trata esta portaria é para fins da promoção do uso sustentável, preservação ambiental e para a proteção dos ecossistemas naturais.

Art. 3° A Superintendência do Patrimônio da União/RR procederá ao cancelamento de eventuais inscrições existentes em seu sistema cadastral a solução dos débitos pendentes, assim como a notificação administrativa dos ocupantes irregulares, que não tenham direito à permanência no local para a desocupação do imóvel, conforme o caso.

Art. 4º A Superintendência do Patrimônio da União/RR dará conhecimento do teor desta Portaria ao Ofício de Registro de Imóveis da Circunscrição e à Prefeitura, onde se situa o imóvel para as quais também será solicitada a inclusão da área descrita acima no Plano Diretor Municipal, ou lei equivalente, como Zona/Área de Interesse Social, ou outro instituto que garanta a função socioambiental do imóvel da União.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SIDRACK CORREIA NETO

PORTARIA N° 217, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2017

A SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, no uso de suas atribuições e com fundamento no art. 1°, "c" do Decreto-Lei n° 9.760/1946 c/c art. 20, I e 186 da Constituição Federal de 1988, art. 5°, Parágrafo único do Decreto-Lei n° 2.398, de 21 de dezembro de 1987, c/c art. 17, §2º, da Lei n° 9.636, de 15 de maio de 1998 c/c art. 2º, §2º, Decreto-Lei n° 1.561, de 13 de julho de 1977, bem como os elementos que integram o Processo n° 05550.000442/2017-08, resolve:

Art. 1º Declarar de interesse do serviço público a área rural da União de 188,5641 ha denominado Ilha do Mauixi, localizada no município de Boa Vista, no rio Uraricoera, no Estado de Roraima.

Parágrafo único. O imóvel da União de que trata o caput está registrado no SIAPA sob o RIP Imóvel RIP 0301 0100100-49 e apresenta as seguintes característica e confrontações:

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice Pt0, definido pelas coordenadas E: 767.626,66 m e N: 10.376.653,56 m com azimute 92°39"46,80"" e distância de 84,88 m até o vértice Pt1, definido pelas coordenadas E: 767.711,45 m e N: 10.376.649,61 m com azimute 140°14"43,81"" e distância de 75,44 m até o vértice Pt2, definido pelas coordenadas E: 767.759,69 m e N: 10.376.591,61 m com azimute 184°57"41,04"" e distância de 147,83 m até o vértice Pt3, definido pelas coordenadas E: 767.746,91 m e N: 10.376.444,34 m com azimute 170°36"4,06"" e distância de 122,67 m até o vértice Pt4, definido pelas coordenadas E: 767.766,94 m e N: 10.376.323,32 m com azimute 134°42"56,39"" e distância de 97,42 m até o vértice Pt5, definido pelas coordenadas E: 767.836,17 m e N: 10.376.254,77 m com azimute 134°42"56,27"" e distância de 111,33 m até o vértice Pt6, definido pelas coordenadas E: 767.915,28 m e N: 10.376.176,44 m com azimute 169°40"59,55"" e distância de 93,08 m até o vértice Pt7, definido pelas coordenadas E: 767.931,95 m e N: 10.376.084,86 m com azimute 182°28"20,44"" e distância de 144,12 m até o vértice Pt8, definido pelas coordenadas E: 767.925,74 m e N: 10.375.940,87 m com azimute 179°51"25,17"" e distância de 160,33 m até o vértice Pt9, definido pelas coordenadas E: 767.926,14 m e N: 10.375.780,54 m com azimute 191°36"9,52"" e distância de 96,92 m até o vértice Pt10, definido pelas coordenadas E: 767.906,64 m e N: 10.375.685,60 m com azimute 199°14"7,83"" e distância de 138,75 m até o vértice Pt11, definido pelas coordenadas E: 767.860,93 m e N: 10.375.554,60 m com azimute 195°22"55,58"" e distância de 207,17 m até o vértice Pt12, definido pelas coordenadas E: 767.805,98 m e N: 10.375.354,85 m com azimute 215°20"24,38"" e distância de 169,38 m até o vértice Pt13, definido pelas coordenadas E: 767.708,00 m e N: 10.375.216,68 m com azimute 221°38"0,74"" e distância de 121,00 m até o vértice Pt14, definido pelas coordenadas E: 767.627,62 m e N: 10.375.126,24 m com azimute 219°20"25,87"" e distância de 99,07 m até o vértice Pt15, definido pelas coordenadas E: 767.564,81 m e N: 10.375.049,62 m com azimute 191°47"23,50"" e distância de 62,14 m até o vértice Pt16, definido pelas coordenadas E: 767.552,12 m e N: 10.374.988,79 m com azimute 154°30"50,98"" e distância de 70,37 m até o vértice Pt17, definido pelas coordenadas E: 767.582,40 m e N: 10.374.925,27 m com azimute 124°14"56,52"" e distância de 71,42 m até o vértice Pt18, definido pelas coordenadas E: 767.641,43 m e N: 10.374.885,07 m com azimute 83°17"24,59"" e distância de 86,00 m até o vértice Pt19, definido pelas coordenadas E: 767.726,85 m e N: 10.374.895,12 m com azimute 77°34"26,61"" e distância de 75,89 m até o vértice Pt20, definido pelas coordenadas E: 767.800,95 m e N: 10.374.911,45 m com azimute 78°33"32,24"" e distância de 107,65 m até o vértice Pt21, definido pelas coordenadas E: 767.906,46 m e N: 10.374.932,80 m com azimute 104°59"42,28"" e distância de 72,82 m até o vértice Pt22, definido pelas coordenadas E: 767.976,81 m e N: 10.374.913,96 m com azimute 129°12"25,93"" e distância de 61,60 m até o vértice Pt23, definido pelas coordenadas E: 768.024,54 m e N: 10.374.875,02 m com azimute 138°48"50,67"" e distância de 40,06 m até o vértice Pt24, definido pelas coordenadas E: 768.050,91 m e N: 10.374.844,88 m com azimute 149°49"47,91"" e distância de 55,32 m até o vértice Pt25, definido pelas coordenadas E: 768.078,72 m e N: 10.374.797,05 m com azimute 128°26"12,03"" e distância de 92,79 m até o vértice Pt26, definido pelas coordenadas E: 768.151,40 m e N: 10.374.739,37 m com azimute 54°57"29,05"" e distância de 118,13 m até o vértice Pt27, definido pelas coordenadas E: 768.248,12 m e N: 10.374.807,20 m com azimute 49°40"0,69"" e distância de 87,33 m até o vértice Pt28, definido pelas coordenadas E: 768.314,69 m e N: 10.374.863,72 m com azimute 88°21"48,32"" e distância de 43,98 m até o vértice Pt29, definido pelas coordenadas E: 768.358,65 m e N: 10.374.864,98 m com azimute 137°29"22,39"" e distância de 40,89 m até o vértice Pt30, definido pelas coordenadas E: 768.386,29 m e N: 10.374.834,83 m com azimute 175°57"44,24"" e distância de 107,03 m até o vértice Pt31, definido pelas coordenadas E: 768.393,82 m e N: 10.374.728,06 m com azimute 224°16"29,19"" e distância de 140,34 m até o vértice Pt32, definido pelas coordenadas E: 768.295,85 m e N: 10.374.627,58 m com azimute 223°55"45,03"" e distância de 190,10 m até o vértice Pt33, definido pelas coordenadas E: 768.163,96 m e N: 10.374.490,66 m com azimute 250°24"57,62"" e distância de 138,65 m até o vértice Pt34, definido pelas coordenadas E: 768.033,33 m e N: 10.374.444,19 mcom azimute 239°14"14,21"" e distância de 61,39 m até o vértice Pt35, definido pelas coordenadas E: 767.980,57 m e N: 10.374.412,79 m com azimute 178°52"36,11"" e distância de 64,07 m até o vértice Pt36, definido pelas coordenadas E: 767.981,83 m e N: 10.374.348,73 m com azimute 144°27"44,36"" e distância de 64,83 m até o vértice Pt37, definido pelas coordenadas E: 768.019,51 me N: 10.374.295,97 m com azimute 141°13"32,98"" e distância de 98,28 m até o vértice Pt38, definido pelas coordenadas E: 768.081,06 m e N: 10.374.219,35 m com azimute 93°43"53,03"" e distância de 57,90 m até o vértice Pt39, definido pelas coordenadas E: 768.138,84 m e N: 10.374.215,58 m com azimute 66°34"16,71"" e distância de 82,14 m até o vértice Pt40, definido pelas coordenadas E: 768.214,20 m e N: 10.374.248,24 m com azimute 118°26"34,54"" e distância de 34,28 m até o vértice Pt41, definido pelas coordenadas E: 768.244,35 m e N: 10.374.231,91 m com azimute 153°26"5,82"" e distância de 42,13 m até o vértice Pt42, definido pelas coordenadas E: 768.263,19 m e N: 10.374.194,23 m com azimute 193°42"25,06"" e distância de 53,01 m até o vértice Pt43, definido pelas coordenadas E: 768.250,63 m e N: 10.374.142,73 m com azimute 222°34"49,77"" e distância de 63,12 m até o vértice Pt44, definido pelas coordenadas E: 768.207,92 m e N: 10.374.096,26 m com azimute 233°50"30,53"" e distância de 80,90 m até o vértice Pt45, definido pelas coordenadas E: 768.142,61 m e N: 10.374.048,53 m com azimute 193°52"39,11"" e distância de 109,98 m até o vértice Pt46, definido pelas coordenadas E: 768.116,23 m e N: 10.373.941,76 m com azimute 176°27"37,59"" e distância de 122,07 m até o vértice Pt47, definido pelas coordenadas E: 768.123,77 m e N: 10.373.819,92 m com azimute 187°48"55,06"" e distância de 64,66 m até o vértice Pt48, definido pelas coordenadas E: 768.114,97 m e N: 10.373.755,86 m com azimute 225°48"24,95"" e distância de 126,13 m até o vértice Pt49, definido pelas coordenadas E: 768.024,54 m e N: 10.373.667,93 m com azimute 213°57"32,62"" e distância de 74,20 m até o vértice Pt50, definido pelas coordenadas E: 767.983,09 m e N: 10.373.606,39 m com azimute 182°02"43,47"" e distância de 70,39 m até o vértice Pt51, definido pelas coordenadas E: 767.980,57 me N: 10.373.536,05 m com azimute 171°29"43,51"" e distância de 135,89 m até o vértice Pt52, definido pelas coordenadas E: 768.000,67 m e N: 10.373.401,65 m com azimute 221°08"4,34"" e distância de 131,75 m até o vértice Pt53, definido pelas coordenadas E: 767.914,00 m e N: 10.373.302,42 m com azimute 240°53"24,52"" e distância de 126,52 m até o vértice Pt54, definido pelas coordenadas E: 767.803,47 m e N: 10.373.240,87 m com azimute 327°40"49,38"" e distância de 72,83 m até o vértice Pt55, definido pelas coordenadas E: 767.764,53 m e N: 10.373.302,42 m com azimute 330°33"58,74"" e distância de 258,16 m até o vértice Pt56, definido pelas coordenadas E: 767.637,66 m e N: 10.373.527,25 m com azimute 321°13"26,13"" e distância de 483,35 m até o vértice Pt57, definido pelas coordenadas E: 767.334,95 m e N: 10.373.904,08 m com azimute 333°48"57,85"" e distância de 253,35 m até o vértice Pt58, definido pelas coordenadas E: 767.223,16 m e N: 10.374.131,43 m com azimute 342°48"51,46"" e distância de 127,53 m até o vértice Pt59, definido pelas coordenadas E: 767.185,48 m e N: 10.374.253,27 m com azimute 353°00"29,07"" e distância de 134,14 m até o vértice Pt60, definido pelas coordenadas E: 767.169,15 m e N: 10.374.386,41 m com azimute 353°11"55,27"" e distância de 137,88 m até o vértice Pt61, definido pelas coordenadas E: 767.152,82 m e N: 10.374.523,32 m com azimute 0°14"32,11"" e distância de 146,69 m até o vértice Pt62, definido pelas coordenadas E: 767.153,44 m e N: 10.374.670,01 m com azimute 16°53"43,62"" e distância de 130,51 m até o vértice Pt63, definido pelas coordenadas E: 767.191,37 m e N: 10.374.794,89 m com azimute 30°52"53,28"" e distância de 262,77 m até o vértice Pt64, definido pelas coordenadas E: 767.326,24 m e N: 10.375.020,41 m com azimute 30°57"29,87"" e distância de 202,51 m até o vértice Pt65, definido pelas coordenadas E: 767.430,41 me N: 10.375.194,07 m com azimute 17°26"49,88"" e distância de 184,33 m até o vértice Pt66, definido pelas coordenadas E: 767.485,68 m e N: 10.375.369,92 m com azimute 5°55"14,23"" e distância de 170,48 m até o vértice Pt67, definido pelas coordenadas E: 767.503,26 m e N: 10.375.539,49 m com azimute 1°15"32,56"" e distância de 114,33 m até o vértice Pt68, definido pelas coordenadas E: 767.505,78 m e N: 10.375.653,79 m com azimute 357°02"57,20"" e distância de 122,00 m até o vértice Pt69, definido pelas coordenadas E: 767.499,50 m e N: 10.375.775,63 mcom azimute 350°38"0,56"" e distância de 123,49 m até o vértice Pt70, definido pelas coordenadas E: 767.479,40 m e N: 10.375.897,47 m com azimute 349°22"49,24"" e distância de 102,24 m até o vértice Pt71, definido pelas coordenadas E: 767.460,56 m e N: 10.375.997,96 m com azimute 351°01"38,54"" e distância de 96,64 m até o vértice Pt72, definido pelas coordenadas E: 767.445,48 me N: 10.376.093,42 m com azimute 343°17"56,02"" e distância de 100,14 m até o vértice Pt73, definido pelas coordenadas E: 767.416,71 m e N: 10.376.189,34 m com azimute 344°25"38,84"" e distância de 56,47 m até o vértice Pt74, definido pelas coordenadas E: 767.401,55 m e N: 10.376.243,73 m com azimute 326°18"35,76"" e distância de 35,37 m até o vértice Pt75, definido pelas coordenadas E: 767.381,93 m e N: 10.376.273,16 m com azimute 349°41"42,55"" e distância de 19,94 m até o vértice Pt76, definido pelas coordenadas E: 767.378,36 m e N: 10.376.292,78 m com azimute 336°58"28,23"" e distância de 38,76 m até o vértice Pt77, definido pelas coordenadas E: 767.363,20 m e N: 10.376.328,44 m com azimute 347°47"58,31"" e distância de 33,76 m até o vértice Pt78, definido pelas coordenadas E: 767.356,07 m e N: 10.376.361,44 m com azimute 346°50"56,87"" e distância de 32,69 m até o vértice

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800247

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Pt79, definido pelas coordenadas E: 767.348,63 me N: 10.376.393,27 m com azimute 20°08"53,40"" e distância de 39,43 m até o vértice Pt80, definido pelas coordenadas E: 767.362,21 m e N: 10.376.430,29 m com azimute 28°01"5,04"" e distância de 139,00 m até o vértice Pt81, definido pelas coordenadas E: 767.427,50 m e N: 10.376.552,99 m com azimute 48°08"11,14"" e distância de 105,96 m até o vértice Pt82, definido pelas coordenadas E: 767.506,41 m e N: 10.376.623,70 m com azimute 76°03"26,48"" e distância de 123,90 m até o vértice Pt0, encerrando este perímetro.

Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro e encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central 63 WGr, fuso 20S, tendo como datum o SIRGAS-2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM.

Art. 2º O interesse público de que trata esta portaria é para fins da promoção do uso sustentável, preservação ambiental e para a proteção dos ecossistemas naturais.

Art. 3° A Superintendência do Patrimônio da União/RR procederá ao cancelamento de eventuais inscrições existentes em seu sistema cadastral a solução dos débitos pendentes, assim como a notificação administrativa dos ocupantes irregulares, que não tenham direito à permanência no local para a desocupação do imóvel, conforme o caso.

Art. 4º A Superintendência do Patrimônio da União/RR dará conhecimento do teor desta Portaria ao Ofício de Registro de Imóveis da Circunscrição e à Prefeitura, onde se situa o imóvel para as quais também será solicitada a inclusão da área descrita acima no Plano Diretor Municipal, ou lei equivalente, como Zona/Área de Interesse Social, ou outro instituto que garanta a função socioambiental do imóvel da União.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SIDRACK CORREIA NETO

PORTARIA N° 218, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2017

A SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, no uso de suas atribuições e com fundamento no art. 1°, "c" do Decreto-Lei n° 9.760/1946 c/c art. 20, I e 186 da Constituição Federal de 1988, art. 5°, Parágrafo único do Decreto-Lei n° 2.398, de 21 de dezembro de 1987, c/c art. 17, §2º, da Lei n° 9.636, de 15 de maio de 1998 c/c art. 2º, §2º, Decreto-Lei n° 1.561, de 13 de julho de 1977, bem como os elementos que integram o Processo n° 05550.000425/2017-62, resolve:

Art. 1º Declarar de interesse do serviço público a área rural da União de 5,3170 ha denominado Ilha Solitária, localizada no município de Boa Vista, no rio Uraricoera, no Estado de Roraima.

Parágrafo único. O imóvel da União de que trata o caput está registrado no SIAPA sob o RIP Imóvel 0301 0100101-20 e apresenta as seguintes característica e confrontações:

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice Pt0, definido pelas coordenadas E: 768.491,65 m e N: 10.359.486,48 m com azimute 139°54"50,41"" e distância de 22,64 m até o vértice Pt1, definido pelas coordenadas E: 768.506,23 m e N: 10.359.469,16 m com azimute 176°01"46,22"" e distância de 43,49 m até o vértice Pt2, definido pelas coordenadas E: 768.509,24 m e N: 10.359.425,77 m com azimute 161°20"25,51"" e distância de 64,07 m até o vértice Pt3, definido pelas coordenadas E: 768.529,73 m e N: 10.359.365,07 m com azimute 176°54"44,61"" e distância de 112,97 m até o vértice Pt4, definido pelas coordenadas E: 768.535,82 m e N: 10.359.252,27 m com azimute 188°02"2,68"" e distância de 102,29 m até o vértice Pt5, definido pelas coordenadas E: 768.521,52 m e N: 10.359.150,99 m com azimute 188°39"11,49"" e distância de 76,11 m até o vértice Pt6, definido pelas coordenadas E: 768.510,07 m e N: 10.359.075,74 m com azimute 187°29"45,89"" e distância de 87,56 m até o vértice Pt7, definido pelas coordenadas E: 768.498,65 m e N: 10.358.988,93 m com azimute 201°45"55,22"" e distância de 31,18 m até o vértice Pt8, definido pelas coordenadas E: 768.487,09 m e N: 10.358.959,98 m com azimute 261°46"25,74"" e distância de 41,12 m até o vértice Pt9, definido pelas coordenadas E: 768.446,40 m e N: 10.358.954,09 m com azimute 349°01"30,52"" e distância de 61,85 m até o vértice Pt10, definido pelas coordenadas E: 768.434,62 m e N: 10.359.014,82 m com azimute 341°20"25,97"" e distância de 54,92 m até o vértice Pt11, definido pelas coordenadas E: 768.417,05 m e N: 10.359.066,84 m com azimute 353°49"25,34"" e distância de 110,54 m até o vértice Pt12, definido pelas coordenadas E: 768.405,16 m e N: 10.359.176,74 m com azimute 357°11"11,54"" e distância de 124,53 m até o vértice Pt13, definido pelas coordenadas E: 768.399,05 m e N: 10.359.301,12 m com azimute 9°22"21,97"" e distância de 87,99 m até o vértice Pt14, definido pelas coordenadas E: 768.413,38 m e N: 10.359.387,94 m com azimute 19°02"48,44"" e distância de 79,63 m até o vértice Pt15, definido pelas coordenadas E: 768.439,37 m e N: 10.359.463,21 m com azimute 66°00"30,49"" e distância de 57,22 m até o vértice Pt0, encerrando este perímetro.

Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro e encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central 63 WGr, fuso 20S, tendo como datum o SIRGAS-2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM.

Art. 2º O interesse público de que trata esta portaria é para fins da promoção do uso sustentável, preservação ambiental e para a proteção dos ecossistemas naturais.

Art. 3° A Superintendência do Patrimônio da União/RR procederá ao cancelamento de eventuais inscrições existentes em seu sistema cadastral a solução dos débitos pendentes, assim como a notificação administrativa dos ocupantes irregulares, que não tenham direito à permanência no local para a desocupação do imóvel, conforme o caso.

Art. 4º A Superintendência do Patrimônio da União/RR dará conhecimento do teor desta Portaria ao Ofício de Registro de Imóveis da Circunscrição e à Prefeitura, onde se situa o imóvel para as quais também será solicitada a inclusão da área descrita acima no Plano Diretor Municipal, ou lei equivalente, como Zona/Área de Interesse Social, ou outro instituto que garanta a função socioambiental do imóvel da União.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SIDRACK CORREIA NETO

PORTARIA N° 219, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2017

A SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, no uso de suas atribuições e com fundamento no art. 1°, "c" do Decreto-Lei n° 9.760/1946 c/c art. 20, I e 186 da Constituição Federal de 1988, art. 5°, Parágrafo único do Decreto-Lei n° 2.398, de 21 de dezembro de 1987, c/c art. 17, §2º, da Lei n° 9.636, de 15 de maio de 1998 c/c art. 2º, §2º, Decreto-Lei n° 1.561, de 13 de julho de 1977, bem como os elementos que integram o Processo n° 05550.000423/2017-73, resolve:

Art. 1º Declarar de interesse do serviço público a área rural da União de 9,1490 ha denominado Ilha São José, localizada no município de Boa Vista, no rio Uraricoera, no Estado de Roraima.

Parágrafo único. O imóvel da União de que trata o caput está registrado no SIAPA sob o RIP Imóvel 0301 0100105-53 e apresenta as seguintes característica e confrontações:

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice Pt0, definido pelas coordenadas E: 779.507,16 m e N: 10.335.864,36 m com azimute 106°55"39,05"" e distância de 25,46 m até o vértice Pt1, definido pelas coordenadas E: 779.531,52 m e N: 10.335.856,95 m com azimute 118°18"2,72"" e distância de 31,28 m até o vértice Pt2, definido pelas coordenadas E: 779.559,05 m e N: 10.335.842,12 m com azimute 162°28"27,95"" e distância de 42,21 m até o vértice Pt3, definido pelas coordenadas E: 779.571,77 m e N: 10.335.801,87 m com azimute 170°08"3,10"" e distância de 24,73 m até o vértice Pt4, definido pelas coordenadas E: 779.576,00 m e N: 10.335.777,51 m com azimute 175°29"9,64"" e distância de 40,37 m até o vértice Pt5, definido pelas coordenadas E: 779.579,18 m e N: 10.335.737,26 m com azimute 182°04"57,24"" e distância de 58,29 m até o vértice Pt6, definido pelas coordenadas E: 779.577,06 m e N: 10.335.679,01 m com azimute 177°52"44,05"" e distância de 57,23 m até o vértice Pt7, definido pelas coordenadas E: 779.579,18 m e N: 10.335.621,81 m com azimute 183°31"17,23"" e distância de 68,98 m até o vértice Pt8, definido pelas coordenadas E: 779.574,94 m e N: 10.335.552,96 m com azimute 198°26"5,82"" e distância de 20,10 m até o vértice Pt9, definido pelas coordenadas E: 779.568,59 m e N: 10.335.533,90 m com azimute 215°54"35,00"" e distância de 37,92 m até o vértice Pt10, definido pelas coordenadas E: 779.546,34 m e N: 10.335.503,18 m com azimute 205°12"4,05"" e distância de 39,80 m até o vértice Pt11, definido pelas coordenadas E: 779.529,40 m e N: 10.335.467,17 m com azimute 216°23"3,67"" e distância de 50,00 m até o vértice Pt12, definido pelas coordenadas E: 779.499,74 m e N: 10.335.426,92 m com azimute 215°40"35,07"" e distância de 50,85 m até o vértice Pt13, definido pelas coordenadas E: 779.470,08 m e N: 10.335.385,61 m com azimute 210°37"6,98"" e distância de 60,31 m até o vértice Pt14, definido pelas coordenadas E: 779.439,37 m e N: 10.335.333,71 m com azimute 216°07"9,63"" e distância de 48,51 m até o vértice Pt15, definido pelas coordenadas E: 779.410,77 m e N: 10.335.294,52 m com azimute 280°37"10,76"" e distância de 34,48 m até o vértice Pt16, definido pelas coordenadas E: 779.376,88 m e N: 10.335.300,88 m com azimute 341°04"31,28"" e distância de 39,19 m até o vértice Pt17, definido pelas coordenadas E: 779.364,17 m e N: 10.335.337,95 m com azimute 356°49"12,61"" e distância de 38,19 m até o vértice Pt18, definido pelas coordenadas E: 779.362,05 m e N: 10.335.376,08 m com azimute 350°32"15,64"" e distância de 32,21 m até o vértice Pt19, definido pelas coordenadas E: 779.356,75 m e N: 10.335.407,86 m com azimute 347°20"50,80"" e distância de 53,19 m até o vértice Pt20, definido pelas coordenadas E: 779.345,10 m e N: 10.335.459,76 m com azimute 1°47"23,68"" e distância de 33,91 m até o vértice Pt21, definido pelas coordenadas E: 779.346,16 m e N: 10.335.493,65 m com azimute 353°55"39,16"" e distância de 50,06 m até o vértice Pt22, definido pelas coordenadas E: 779.340,86 m e N: 10.335.543,43 m com azimute 3°56"42,67"" e distância de 30,79 m até o vértice Pt23, definido pelas coordenadas E: 779.342,98 m e N: 10.335.574,15 m com azimute 11°18"35,76"" e distância de 37,81 m até o vértice Pt24, definido pelas coordenadas E: 779.350,40 m e N: 10.335.611,22 m com azimute 41°11"9,33"" e distância de 22,52 m até o vértice Pt25, definido pelas coordenadas E: 779.365,23 m e N: 10.335.628,17 m com azimute 21°22"14,24"" e distância de 26,16 m até o vértice Pt26, definido pelas coordenadas E: 779.374,76 m e N: 10.335.652,53 m com azimute 8°21"57,19"" e distância de 36,40 m até o vértice Pt27, definido pelas coordenadas E: 779.380,05 m e N: 10.335.688,54 m com azimute 6°20"24,69"" e distância de 28,77 m até o vértice Pt28, definido pelas coordenadas E: 779.383,23 m e N: 10.335.717,14 m com azimute 30°34"45,22"" e distância de 27,07 m até o vértice Pt29, definido pelas coordenadas E: 779.397,00 m e N: 10.335.740,44 m com azimute 36°19"36,57"" e distância de 44,70 m até o vértice Pt30, definido pelas coordenadas E: 779.423,48 m e N: 10.335.776,45 m com azimute 29°52"33,57"" e distância de 57,41 m até o vértice Pt31, definido pelas coordenadas E: 779.452,08 m e N: 10.335.826,23 m com azimute 49°45"49,11"" e distância de 36,07 m até o vértice Pt32, definido pelas coordenadas E: 779.479,62 m e N: 10.335.849,53 m com azimute 61°41"57,28"" e distância de 31,28 m até o vértice Pt0, encerrando este perímetro.

Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro e encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central 63 WGr, fuso 20S, tendo como datum o SIRGAS-2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM.

Art. 2º O interesse público de que trata esta portaria é para fins da promoção do uso sustentável, preservação ambiental e para a proteção dos ecossistemas naturais.

Art. 3° A Superintendência do Patrimônio da União/RR procederá ao cancelamento de eventuais inscrições existentes em seu sistema cadastral a solução dos débitos pendentes, assim como a notificação administrativa dos ocupantes irregulares, que não tenham direito à permanência no local para a desocupação do imóvel, conforme o caso.

Art. 4º A Superintendência do Patrimônio da União/RR dará conhecimento do teor desta Portaria ao Ofício de Registro de Imóveis da Circunscrição e à Prefeitura, onde se situa o imóvel para as quais também será solicitada a inclusão da área descrita acima no Plano Diretor Municipal, ou lei equivalente, como Zona/Área de Interesse Social, ou outro instituto que garanta a função socioambiental do imóvel da União.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SIDRACK DE OLIVEIRA CORREIA NETO

SUPERINTENDÊNCIA NA PARAÍBA

PORTARIA Nº 17, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DA PARAIBA, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo inciso VII, do art. 2º da Portaria SPU nº 200, de 29 de julho de 2010, e em razão do art. 6º do Decreto-Lei nº 2.398, de 1987, e os elementos do Processo nº 04931.001585/2017-81, resolve:

Art. 1º - Autorizar o Município de Cabedelo a realizar a execução de obras em área de uso comum situada à beira mar de Intermares com a finalidade de implantação de projeto de Academia de Atividades Físicas (Academia de Saúde da Orla), situada em terreno de propriedade da União, no Município de Cabedelo/PB, na forma dos elementos constantes do processo nº 04931.001585/2017-81 ;

Art. 2º - A obra a que se refere o art. 1º destina-se a a execução de obras de implantação de projeto de Academia de Atividades Físicas, no Município de Cabedelo/PB, em uma área pública constituída de terreno de marinha e acrescido de marinha, constituído com a área de 120,0 m²;

Art. 3º - As obras ficam condicionadas à garantia de livre e franco acesso às áreas de bem de uso comum do povo e ainda ao cumprimento rigoroso das recomendações técnicas, ambientais e urbanísticas, emitidas pelos órgãos competentes, e às condicionantes e prazos estabelecidos na Licença de Instalação nº 172/2017, de 19/05/2017, exarada pela SEMAPA, tendo como prazo para a sua conclusão o dia 19/05/2018;

Art. 4º - A autorização de obras a que se refere esta Portaria, não implica na constituição de nenhum direito sobre a área ou constituição de domínio, não gerando direitos a quaisquer indenizações sobre benfeitorias.

Art. 5º - Durante o período de execução de obras a que se referem os arts. 1º e 2º, é obrigatório a fixação de uma (01) placa junto ao canteiro de obras, em lugar visível, confeccionada segundo o Manual de Placas da Secretaria do Patrimônio da União, de acordo com os termos da Portaria SPU nº 122, de 13 de junho de 2000, com os seguintes dizeres: "Obra autorizada pela Secretaria do Patrimônio da União, na forma da Portaria SPU/PB nº 17 de 05/12/2017.

Art. 6º - A Superintendência do Patrimônio da União na Paraíba fiscalizará o local, a fim de verificar o efetivo cumprimento das condições desta Portaria, bem como de outras que estejam condicionadas nos autos do processo nº 04931.001585/2017-81;

Art. 7º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CLIDEVALDO SAMPAIO ALVES

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO GRANDE DO NORTE

PORTARIA Nº 31, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO RIO GRANDE DO NORTE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Secretaria do Patrimônio da União, constante do art. 49, anexo VII, da Portaria MP nº 220, de 25 de junho de 2014, e tendo em vista o art. 64, do Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946, o art. 18, da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998 e a Portaria SPU nº 200, de 29 de junho de 2010, e de acordo com os elementos que integram o Processo nº 04916.001407/2017-49, resolve:

Art. 1º AUTORIZAR a empresa A. G. Hotéis e Turismo S.A, inscrita no CNPJ n° 08.690.448/0001-96, com endereço na Rua Senador Dinarte Medeiros Mariz, 7829, Parque das Dunas, Natal/RN, a realizar a instalação do canteiro de obra e execução da obra Cortina de Contenção para proteção da edificação do empreendimento hoteleiro Ocean Palace Beach Resort & Bungalow, no município de Natal/RN, objetivando a proteção imediata do referido imóvel, tendo em vista o perigo iminente de desmoronamento do complexo ho-

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800248

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

teleiro em decorrência do avanço do mar que se projeta sobre a encosta onde se encontra implantada a edificação, em conformidade com o projeto básico apresentado, com recursos próprios, em área de domínio da União, devidamente identificada e caracterizada, conforme Memorial Descritivo constante do arquivo 4929579, do Processo Administrativo nº 04916.001407/2017-49.

Art. 2º A obra a que se refere o artigo 1º deve seguir as diretrizes e determinações pertinentes ao patrimônio urbanístico, turístico, histórico, cultural, social, econômico e ambiental.

Art. 3º A obra fica condicionada ao cumprimento rigoroso das recomendações urbanísticas, bem como o licenciamento ambiental, emitido pelos órgãos competentes.

Art. 4º A autorização da obra a que se refere esta Portaria, não implica na transferência de domínio sobre a área a qualquer título.

Art. 5º Durante o período de execução da construção a que se refere o artigo 1°, é obrigatória a fixação de uma (01) placa junto ao canteiro de obras, em local visível, confeccionada segundo o Manual de Placas da Secretaria do Patrimônio da União, com os seguintes dizeres: "Autorização de obra concedida pela Secretaria de Patrimônio da União", indicando ao final "Natal/RN".

Art. 6º Os direitos e obrigações mencionados nesta Portaria, não excluem outros decorrentes da autorização de acordo com a legislação brasileira.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ESDRAS ALVES DE QUEIROZ

PORTARIA Nº 32, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO RIO GRANDE DO NORTE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Secretaria do Patrimônio da União, constante do art. 49, anexo VII, da Portaria MP nº 220, de 25 de junho de 2014, e tendo em vista o art. 64, do Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946, o art. 18, da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998 e a Portaria SPU nº 200, de 29 de junho de 2010, e de acordo com os elementos que integram o Processo nº 04916.001240/2017-16, resolve:

Art. 1º AUTORIZAR o Município de Tibau do Sul/RN, inscrita no CNPJ n° 08.168.775/0001-82, com endereço na Rua Dr. Hélio Galvão, nº 122, Centro Tibau do Sul/RN, a realizar a instalação do canteiro de obra e execução da Obra de infraestrutura denominada Reordenamento Urbanístico da Orla da Pipa, no município de Tibau do Sul/RN, em face da melhoria da infraestrutura turística pública, em conformidade com o projeto básico apresentado, com recursos oriundos da Secretaria Estadual do Turismo, por meio do Pré-empenho nº 2017PE00043, em área de domínio da União, caracterizada como TERRENO DE MARINHA E ACRESCIDOS, devidamente identificada e caracterizada, conforme Memorial Descritivo constante do arquivo 4722748, do Processo Administrativo nº 04916.001240/2017-16.

Art. 2º A obra a que se refere o artigo 1º deve seguir as diretrizes e determinações pertinentes ao patrimônio urbanístico, turístico, histórico, cultural, social, econômico e ambiental.

Art. 3º A obra fica condicionada ao cumprimento rigoroso das recomendações urbanísticas, bem como o licenciamento ambiental, emitido pelos órgãos competentes.

Art. 4º A autorização da obra a que se refere esta Portaria, não implica na transferência de domínio sobre a área a qualquer título.

Art. 5º Durante o período de execução da construção a que se refere o artigo 1°, é obrigatória a fixação de uma (01) placa junto ao canteiro de obras, em local visível, confeccionada segundo o Manual de Placas da Secretaria do Patrimônio da União, com os seguintes dizeres: "Autorização de obra concedida pela Secretaria de Patrimônio da União", indicando ao final "Natal/RN".

Art. 6º Os direitos e obrigações mencionados nesta Portaria, não excluem outros decorrentes da autorização de acordo com a legislação brasileira.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ESDRAS ALVES DE QUEIROZ

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS

PORTARIA Nº 29, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS - SEST considerando o disposto no Anexo I, art. 41, inciso VI, letra "g", do Decreto nº 9.035, de 20.4.2017, resolve:

Art. 1º Fixar o limite máximo para o quadro próprio de pessoal das empresas públicas e sociedades de economia mista que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto, relacionadas no anexo a esta Portaria.

Art. 2º Para fins de controle do limite do quantitativo de pessoal das empresas estatais federais ficam contabilizados os empregados efetivos, ingressantes por intermédio de concursos públicos, os empregados que possuem cargos, empregos ou funções comissionadas, os empregados e servidores cedidos, os empregados anistiados com base na Lei nº 8.878, de 11.5.1994, os empregados reintegrados, os empregados contratados por prazo determinado e os empregados que estão afastados por doença, por acidente de trabalho ou por qualquer outra razão.

I - Para fins de controle do quantitativo de pessoal não são contabilizados os empregados com contrato de trabalho suspenso por motivo de aposentadoria por invalidez.

II - As vagas destinadas aos empregados readmitidos sob a condição de anistiados e reintegrados e por servidores do Regime Jurídico Único - RJU, cujos quantitativos estão especificados no anexo desta Portaria, deverão ser extintas ao término dos contratos de trabalho de seus atuais ocupantes.

III - As vagas destinadas aos empregados da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. - RFSSA e do Grupo Executivo de Integração da Política de Transportes - Geipot, vinculados à empresa Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. - Valec, cujos quantitativos estão especificados no anexo desta Portaria, deverão ser extintas ao término dos contratos de trabalho de seus atuais ocupantes.

Art. 3º Compete às empresas gerenciar seus quadros próprios de pessoal, praticando atos de gestão para repor empregados desligados ou que vierem a se desligar do quadro funcional, desde que sejam observados os limites ora estabelecidos e as dotações orçamentárias aprovadas para cada exercício, bem como as demais normas legais pertinentes.

Art. 4º Fica revogada a PORTARIA Nº 17, de 22.12.2015, em relação ao quadro de pessoal das empresas Nuclep e Valec; a PORTARIA Nº 08, de 20.12.2016, em relação ao quadro de pessoal das empresas BNDES, CDP, Cepel, Chesf, CMB, Codeba, Codesa, Codesp, CPRM, EBC, Eletrobras, Eletronorte, Eletronuclear, Eletrosul, Embrapa, Furnas e Imbel; a PORTARIA Nº 08, de 5.5.2017, do quadro da Infraero; a PORTARIA Nº 11, de 5.6.2017, do quadro da INB; PORTARIA Nº 12, de 21.6.2017, do quadro do Serpro; a PORTARIA Nº 20, de 18.8.2017, do quadro da CBTU e a PORTARIA Nº 22/2017, de 27.9.2017, do quadro da ECT.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO ANTONIO RIBEIRO SOARES

ANEXO

Quadro próprio de pessoal de empresas estatais - PORTARIA Nº 29, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2017.

Empresa	Quadro Permanente	Quadro Temporário			
		Anistiados	Reintegrados	Regime Jurídico Único - RJU	Quadro Total
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	2.794	78	-	-	2.872
Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU	3.977	585	258	-	4.820
Companhia Docas do Pará - CDP	464	25	-	-	489
Centro de Pesquisa de Energia Elétrica - Cepel	397	27	-	-	424
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf	4.590	95	-	-	4.685
Casa da Moeda do Brasil - CMB	2.562	195	-	-	2.757
Companhia Docas da Bahia - Codeba	286	24	-	-	310
Companhia Docas do Espírito Santos - Codesa	325	11	-	-	336
Companhia Docas do Estado de São Paulo - Codesp	1.513	74	-	-	1.587
Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM	1.813	4	-	-	1.817
Empresa Brasil de Comunicação - EBC	2.355	55	-	197	2.607
Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT	111.970	649	-	-	112.619
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras	1.057	143	-	-	1.200
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte	3.150	186	-	-	3.336
Eletrobras Termonuclear S.A. - Eletronuclear	2.244	49	-	-	2.293
Eletrosul Centrais Elétricas S.A. - Eletrosul	1.342	316	-	-	1.658
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa	9.718	48	-	-	9.766
Furnas Centrais Elétricas S.A. - Furnas	3.469	36	-	-	3.505
Indústria de Material Bélico do Brasil - Imbel	2.141	52	-	-	2.193
Indústrias Nucleares do Brasil - INB	1.339	33	-	-	1.372
Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero	10.732	130	-	-	10.862
Nuclebras Equipamentos Pesados S.A. - Nuclep	1.062	9	-	-	1.071
Serviço Federal de Processamento de Dados - Serpro	9.462	490	-	-	9.952

Empresa	Quadro Permanente	Quadro Temporário						Quadro Total
		Anistiados	Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA		Grupo Executivo de Integração da Política de Transportes - Geipot		Regime Jurídico Único - RJU	
			Quadro	Anistiados	Quadro	Anistiados		
Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. - Valec	569	37	361	26	71	18	-	1.082

PORTARIA Nº 30, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS - SEST considerando o disposto no Anexo I, art. 41, inciso VI, letra "g", do Decreto nº 9.035, de 20.4.2017, resolve:

Art. 1º Fixar o limite máximo para o quadro próprio de pessoal do Conglomerado Caixa Econômica Federal - Grupo Caixa em 90.000 vagas.

Art. 2º Para fins de controle do limite do quantitativo de pessoal das empresas estatais federais ficam contabilizados, à exceção dos empregados com contrato de trabalho suspenso por motivo de aposentadoria por invalidez, os empregados efetivos, ingressantes por intermédio de concursos públicos, os empregados que possuem cargos, empregos ou funções comissionadas, os empregados e servidores cedidos, os empregados anistiados com base na Lei nº 8.878, de 11.5.1994, os empregados reintegrados, os empregados contratados por prazo determinado e os empregados que estão afastados por doença, por acidente de trabalho ou por qualquer outra razão.

Parágrafo único - Ficam contabilizados também, os empregados cedidos para a Caixa Participações S.A. - Caixapar, no limite máximo de 32 vagas e para a Caixa Seguradora, no limite máximo de 63 vagas.

Art. 3º Compete à empresa gerenciar seu quadro próprio de pessoal, praticando atos de gestão para repor empregados desligados ou que vierem a se desligar do quadro funcional, desde que seja observado o limite ora estabelecido e as dotações orçamentárias aprovadas para cada exercício, bem como as demais normas legais pertinentes.

Art. 4º Fica revogada a PORTARIA Nº 17, de 22.12.2015, em relação ao quadro de pessoal da Caixa Seguridade e a PORTARIA Nº 26, de 17.11.2017, do quadro de pessoal da Caixa.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO ANTÔNIO RIBEIRO SOARES

PORTARIA Nº 31, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DA SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS - SEST considerando o disposto no Anexo I, art. 41, inciso VI, letra "g", do Decreto nº 9.035, de 20.4.2017, resolve:

Art. 1º Fixar o limite máximo para o quadro de pessoal próprio da Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. - Pré-Sal Petróleo S.A. - PPSA em 30 vagas.

Art. 2º Do limite máximo para o quadro de pessoal próprio estabelecido no art. 1º desta Portaria, ficam acrescidas 15 vagas de Assistente que destinam-se à contratação de profissionais por prazo determinado, nos termos do art. 15 da Lei nº 12.304, de 2.8.2010 e terão vigência máxima de 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir de 2.1.2018.

Art. 3º Para fins de controle do limite do quantitativo de pessoal da empresa estatal federal ficam contabilizados, à exceção dos empregados com contrato de trabalho suspenso por motivo de aposentadoria por invalidez, os empregados efetivos, ingressantes por intermédio de concursos públicos, os empregados que possuem cargos, empregos ou funções comissionadas, os empregados e servidores cedidos, os empregados anistiados com base na Lei nº 8.878, de 11.5.1994, os empregados reintegrados, os empregados contratados por prazo determinado e os empregados que estão afastados por doença, por acidente de trabalho ou por qualquer outra razão.

Art. 4º Compete às empresas gerenciar seus quadros próprios de pessoal, praticando atos de gestão para repor empregados desligados ou que vierem a se desligar do quadro funcional, desde que sejam observados os limites ora estabelecidos e as dotações orçamentárias aprovadas para cada exercício, bem como as demais normas legais pertinentes.

Art. 5º Fica revogado o quadro de pessoal da PPSA, aprovado por meio da Portaria nº 03, de 23.2.2016.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO ANTÔNIO RIBEIRO SOARES

Ministério do Trabalho

CONSELHO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 1, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2017

Disciplina procedimentos para a concessão de autorização de residência de competência do Ministério do Trabalho.

O CONSELHO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO, integrante da estrutura básica do Ministério do Trabalho e no exercício da competência de formular a política de imigração laboral, na forma disposta na Lei nº 13.502, de 01 de novembro de 2017, e no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 840, de 22 de junho de 1993 e o Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, resolve:

Art. 1º O interessado na autorização de residência deverá solicitá-la junto ao Ministério do Trabalho, mediante preenchimento de requerimento, em formato digital, pela rede mundial de computadores, desde que preservadas as garantias de segurança de sua autenticidade, nos termos da Lei, instruído com os seguintes documentos, quando aplicáveis:

I - formulário de Requerimento de Autorização de Residência, conforme Anexo I, assinado pelo interessado ou por seu representante legal;

II - documento de viagem válido ou outro documento que comprove a sua identidade e a sua nacionalidade, nos termos dos tratados de que o País seja parte;

III - documento que comprove a sua filiação, devidamente legalizado e traduzido por tradutor público juramentado, exceto se a informação já constar do documento a que se refere o inciso II;

IV - ato legal que rege a pessoa jurídica devidamente registrada no órgão competente ou documento de identificação, no caso de pessoa física interessada no pedido;

V - ato de eleição ou de nomeação de seu representante legal devidamente registrado no órgão competente;

VI - indicação ou cópia do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ ou do Cadastro de Pessoa Física - CPF;

VII - procuração quando o solicitante se fizer representar por procurador;

VIII - guia de Recolhimento da União, simples, da taxa de processamento e avaliação de pedidos de autorização de residência com o respectivo comprovante de pagamento;

IX - documentos previstos em Resolução Normativa específica do Conselho Nacional de Imigração aplicável ao pedido.

X - certidões de antecedentes criminais ou documento equivalente emitido pela autoridade judicial competente de onde tenha residido nos últimos cinco anos;

XI - declaração, sob as penas da lei, de ausência de antecedentes criminais em qualquer país, nos cinco anos anteriores à data da solicitação de autorização de residência.

§ 1º Fica dispensada a apresentação dos documentos previstos nos incisos III, X e XI deste artigo para fins de solicitação de autorização de residência prévia, procedimento necessário para a emissão de algumas modalidades de vistos temporários, podendo, excepcionalmente, a critério do Ministério do Trabalho, ocorrer a dispensa dos demais documentos previstos nesse artigo de acordo com a especificidade de cada Resolução Normativa.

§ 2º O reconhecimento de firma não será exigível, salvo nos casos previstos em legislação específica.

Art. 2º A ausência de documento ou falha na instrução do processo acarretará o seu sobrestamento para cumprimento de exigência, pelo prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de ciência por meio eletrônico do interessado, sob pena de indeferimento do pedido.

§ 1º As exigências necessárias para o pedido serão feitas desde logo e de uma só vez ao interessado, justificando-se exigência posterior apenas em caso de dúvida superveniente.

§ 2º Excepcionalmente, poderá ser concedida dilação para o cumprimento de exigência pelo prazo de até 30 (trinta) dias, prorrogável a critério do Ministério do Trabalho, desde que devidamente justificado.

§ 3º A notificação de qualquer ato administrativo ou de decisão exarada pelo Ministério do Trabalho será efetuada por meio eletrônico que assegure a certeza da ciência do interessado, podendo ainda ser realizada, se necessário, por via postal com Aviso de Recebimento - AR.

Art. 3º Concluída a instrução do processo, o Ministério do Trabalho decidirá quanto à autorização no prazo estabelecido na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, prorrogável por igual período, mediante justificativa expressa.

§ 1º Denegada a autorização de residência caberá recurso, no prazo de 10 (dez) dias contados da data da ciência do interessado, dirigido à autoridade que proferiu a decisão, para efeitos de reconsideração.

§ 2º A análise da reconsideração será realizada no prazo de até 30 (trinta) dias do recebimento do recurso.

§ 3º Caso não haja reconsideração da decisão, o recurso será encaminhado de ofício para autoridade superior competente.

§ 4º O recurso deverá ser acompanhado da Guia de Recolhimento da União da taxa de processamento e avaliação de pedidos de autorização de residência com o respectivo comprovante de pagamento.

Art. 4º As hipóteses de transferência do imigrante para outra empresa do mesmo grupo econômico, ou mudança de função e/ou agregamento de outras atividades àquelas originalmente desempenhadas, obrigam a pessoa contratante a comunicar e justificar o ato ao Ministério do Trabalho no prazo máximo de até 30 (trinta) dias após a sua ocorrência, apresentando aditivo ao contrato de trabalho, quando cabível.

Art. 5º Os documentos produzidos fora do país deverão ser apostilados de acordo a Convenção da Apostila "Haia" e serem traduzidos por tradutor público juramentado no Brasil.

Parágrafo único. Se o país não aderiu a Convenção da Apostila, o interessado deverá apresentar os documentos em Repartição Diplomática Brasileira no exterior para consularização e traduzi-los por tradutor público juramentado no Brasil.

Art. 6º Os vistos de cortesia, visita, diplomático ou oficial poderão ser transformados em autorização de residência, observada Resolução Normativa específica do Conselho Nacional de Imigração aplicável ao pedido.

Parágrafo único. O prazo de residência inicial na transformação da condição do portador de visto de cortesia, visita, diplomático ou oficial será de até 01 (um) ano.

Art. 7º O Ministério do Trabalho notificará o interessado, antes de decretar a perda ou o cancelamento da autorização de residência, nos termos do capítulo VIII, seção I, subseção II, do Decreto nº 9.199, de 2017.

Art. 8º Fica revogada a Resolução Normativa nº 104, de 16 de maio de 2013, a partir de 21 de novembro de 2017.

Art. 9º Esta Resolução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

HUGO MEDEIROS GALLO DA SILVA
Presidente do Conselho

ANEXO I

FORMULÁRIO DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO DE RESIDÊNCIA

PROCESSO Nº :

1. REQUERIMENTO, COM FUNDAMENTO LEGAL:

1. Lei/Decreto/Resolução

2. DO SOLICITANTE:

2. Requerente				3. Ativ. Econômica (CNAE)
4. Endereço				5. Cidade
6. UF	7. CEP	8. Telefone	9. Correio eletrônico (campo obrigatório)	10. CNPJ/CPF

2.1. DADOS ESPECÍFICOS DA EMPRESA:

11. Objeto Social (resumo):	
12. Data da constituição:	13. Data da última alteração contratual:
14. Pessoa(s) jurídica(s) estrangeira(s) associada(s): (Se couber)	
15. Relação das principais associadas, quando se tratar de Sociedade Anônima: (Se couber)	
16. Valor do investimento de capital estrangeiro: (Se couber)	
17. Data do último investimento: (Se couber)	
18. Data de registro no Banco Central do Brasil: (Se couber)	
19. Administrador (es) - Nome e cargo:	
20. Número atual de empregados:	
20.1. Brasileiros:	20.2 Imigrantes:
21. Justificativa para a vinda do imigrante: (Se Residência Prévia)	

3. DO IMIGRANTE:

22. Nome				
23. Filiação Pai: Mãe:			24. Correio eletrônico (campo obrigatório)	
25. Sexo	26. Estado civil	27. Data de nascimento	28. Escolaridade	29. Profissão
30. Nacionalidade		31. Documento de viagem - Validade		
32. Função no Brasil		33. CBO	34. Local de trabalho ou embarcação com bandeira (campo obrigatório)	
35. Informar a última remuneração percebida pelo imigrante no exterior: (Se couber)			36. Informar a remuneração que o imigrante irá perceber no País:	
37. Experiência profissional: relação das empresas nas quais foi empregado, funções exercidas com a respectiva duração, local e data, por ordem cronológica, discriminando as atividades compatíveis com as que o candidato desempenhará no Brasil.				

38. Dependentes legais	Parentesco	Data nasc.	Nacionalidade	Documento de viagem - Validade
01				
02				

39. Tipo Residência Prévia Residência	40. Prazo	41. Repartição consular brasileira no exterior (Se Residência Prévia)

4. DO REPRESENTENTE LEGAL:

42. Nome	
43. CPF / CNPJ	44. Correio eletrônico (campo obrigatório)

5. DO INTERMEDIÁRIO DE MÃO DE OBRA:

45. Nome	
46. CPF / CNPJ	47. Correio eletrônico (campo obrigatório)

6. DECLARAÇÃO GERAL DE RESPONSABILIDADE:

48. (RAZÃO/DENOMINAÇÃO SOCIAL e CNPJ DA ENTIDADE REQUERENTE), representada por (NOME E CPF DA PESSOA QUE ESTÁ ASSINANDO ESSE TERMO), DECLARA, sob as penas da Lei, em relação ao(s) imigrante(s) indicado(s) neste requerimento e seu(s) dependente(s) durante a sua permanência em Território Nacional, que:

a) Assume a responsabilidade por todas e quaisquer despesas médicas e/ou hospitalares do imigrante e seus dependentes (se houver);

b) Assume a responsabilidade pela repatriação do imigrante e de seus dependentes (se houver), ao país de origem;

c) Caso o(s) imigrante(s) continue(m) a perceber remuneração no exterior, comprometo-me a oferecer a tributação no Brasil, conforme determina a Secretaria da Receita Federal.

d) Informa que o imigrante exercerá suas funções no(s) endereço(s) abaixo relacionado(s), comprometendo-se a informar à Coordenação Geral de Imigração qualquer outro endereço onde o imigrante vier a atuar:

a) (ENDEREÇO COMPLETO);
b) (ENDEREÇO COMPLETO);e
c) (ENDEREÇO COMPLETO).

7. TERMO DE RESPONSABILIDADE:

49. Declaro, sob as penas do art. 299 do Código Penal Brasileiro, serem verdadeiras as informações transcritas neste documento, comprometendo-me, inclusive, a comprová-las, mediante a apresentação dos documentos próprios à fiscalização.

(LOCAL E DATA)

Assinatura do representante legal da pessoa jurídica responsável pela chamada do imigrante, discriminando-se o nome completo, qualificação, CPF, apondo-se o nome e a função e o carimbo da entidade.

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 2, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2017

Disciplina a concessão de autorização de residência para fins de trabalho com vínculo empregatício no Brasil.

O CONSELHO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO, integrante da estrutura básica do Ministério do Trabalho e no exercício da competência de formular a política de imigração laboral, na forma disposta na Lei nº 13.502, de 01 de novembro de 2017, e no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 840, de 22 de junho de 1993 e o Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, resolve:

Art. 1º O Ministério do Trabalho poderá conceder autorização de residência para fins de trabalho, nos termos do art. 38, § 1º, e do art. 147, § 1º, do Decreto nº 9.199, de 2017, ao imigrante com vínculo empregatício no Brasil.

Parágrafo único. Sendo o empregador pessoa física, o pleito deverá ser instruído, no que couber, com os mesmos documentos exigidos de empregador pessoa jurídica, nos termos de Resolução Normativa nº 01/2017 do Conselho Nacional de Imigração.

Art. 2º Na apreciação do pedido será examinada a compatibilidade entre a qualificação e a experiência profissional do imigrante com a atividade que exercerá no país.

§ 1º A comprovação da qualificação e experiência profissional deverá ser feita pelo empregador requerente, por meio de diplomas, certificados ou declarações das entidades nas quais o imigrante tenha desempenhado atividades, demonstrando o atendimento de um dos seguintes requisitos:

I - mestrado, doutorado ou grau superior compatível com a atividade que irá desempenhar; ou

II - conclusão de curso de pós-graduação, com no mínimo 360 (trezentos e sessenta) horas e experiência mínima de 01 (um) ano na área de especialização, compatível com a atividade que irá desempenhar; ou

III - nível superior e experiência de no mínimo 02 (dois) anos no exercício da profissão, contando esse prazo da conclusão do curso de graduação que o habilitou a esse exercício; ou

IV - formação específica em ocupação de nível técnico e experiência profissional de no mínimo 03 (três) anos; ou

V - escolaridade mínima de 12 (doze) anos e experiência profissional de no mínimo 04 (quatro) anos em ocupação que não exija nível técnico ou superior; ou

VI - experiência de no mínimo três anos no exercício de profissão, cuja atividade artística ou cultural independa de formação escolar.

§ 2º Quando o imigrante chamado integrar ou já houver integrado o quadro funcional da empresa estrangeira, componente do mesmo Grupo Econômico da requerente, o tempo de serviço prestado àquela poderá ser demonstrado por meio de declaração fornecida pela empresa no Brasil, integrante do mesmo grupo, desde que o declarante esteja investido em poderes de gestão na empresa brasileira.

§ 3º Na hipótese do § 2º deverá ser comprovada a existência de vínculo anterior entre o empregador e empregado, e em casos excepcionais, não havendo esse vínculo, a critério do Ministério do Trabalho, poderá ser exigida a apresentação de outros documentos que justifiquem a necessidade da vinda dessa mão de obra.

§ 4º Excepcionalmente, a depender da atividade a ser desempenhada no Brasil, não se aplicará o disposto no artigo anterior quando a compatibilidade do perfil profissional do imigrante e a função possam ser demonstradas por outros meios, desde que apresente experiência profissional mínima de 05 (cinco) anos.

Art. 3º O pedido de autorização de residência prévia para fins de concessão do visto temporário será analisado pelo Ministério do Trabalho, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

I - contrato de trabalho por prazo determinado celebrado entre as partes, que deverá conter as cláusulas mínimas exigidas, conforme Anexo I, e estar de acordo com as regras previstas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT); e

II - outros documentos previstos na Resolução Normativa nº 01/2017 do Conselho Nacional de Imigração.

§ 1º No caso de empregado doméstico, o contrato de trabalho deverá observar o modelo constante no Anexo II, na língua oficial do país de origem ou em idioma que o empregado declare dominar, acompanhado da tradução juramentada em português, bem como juntar comprovação da compra do bilhete de vinda, declaração do empregador de não cobrança do custeio da passagem, da alimentação durante a viagem e da intermediação de emprego, se houver.

§ 2º O prazo da residência prevista no caput será de até 02 (dois) anos.

Art. 4º Ao interessado que esteja no território nacional, poderá ser concedida autorização de residência pelo Ministério do Trabalho, nos termos do art. 147, § 1º, do Decreto nº 9.199, de 2017, desde que apresentados os seguintes documentos:

I - contrato de trabalho, por prazo determinado ou indeterminado, celebrado entre as partes, que deverá conter as cláusulas mínimas exigidas, conforme Anexo I ou III, e estar de acordo com as regras previstas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT);

II - declaração que justifique a necessidade de continuidade do trabalho do imigrante no Brasil, caso mantenha-se vinculado ao mesmo empregador; e

III - outros documentos previstos na Resolução Normativa nº 01/2017 do Conselho Nacional de Imigração.

Parágrafo único. O prazo da residência prevista no caput será de até 02 (dois) anos.

Art. 5º A renovação do prazo de residência será disciplinada em Resolução Normativa específica.

Art. 6º Fica revogada a Resolução Normativa nº 99, de 12 de dezembro de 2012, a partir de 21 de novembro de 2017.

Art. 7º Esta Resolução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

HUGO MEDEIROS GALLO DA SILVA
Presidente do Conselho

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2017

Disciplina a concessão de autorização de residência para fins de trabalho sem vínculo empregatício no Brasil, para prestar serviço de assistência técnica.

O CONSELHO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO, integrante da estrutura básica do Ministério do Trabalho e no exercício da competência de formular a política de imigração laboral, na forma disposta na Lei nº 13.502, de 01 de novembro de 2017, e no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 840, de 22 de junho de 1993 e o Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, resolve:

Art. 1º O Ministério do Trabalho poderá conceder autorização de residência para fins de trabalho, nos termos do art. 38, § 2º, inciso III do Decreto nº 9.199, de 2017, ao imigrante que venha ao País, sem vínculo empregatício no Brasil, para prestação de serviço de assistência técnica, em decorrência de contrato, acordo de cooperação ou convênio, firmado entre pessoa jurídica estrangeira e pessoa jurídica brasileira.

Parágrafo único. Estão excluídas do conceito de assistência técnica as funções meramente administrativas, financeiras e gerenciais.

Art. 2º A autorização de residência prévia para fins de concessão do visto temporário será analisada pelo Ministério do Trabalho, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

I - no caso de compra e venda de equipamento com assistência técnica, cópia do documento emitido e assinado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil; ou

II - no caso de assistência técnica em equipamento decorrente de contrato, acordo de cooperação ou convênio, cópia do instrumento celebrado que demonstre a situação a que se refere o art. 1º; ou

III - no caso de cooperação técnica entre empresas do mesmo grupo, declaração da empresa interessada com a identificação das partes e informação do vínculo associativo existente.

§1º Deverão ser apresentados também os demais documentos previstos na Resolução Normativa nº 01/2017 do Conselho Nacional de Imigração.

§2º O contrato, acordo ou convênio deverá indicar seu objeto, o valor, o prazo de vigência e de execução e as demais cláusulas e condições da contratação.

§3º A empresa requerente deverá indicar ao Ministério do Trabalho o(s) local(is) onde o imigrante executará suas atividades, comunicando qualquer alteração.

§4º O Ministério do Trabalho poderá denegar a solicitação se restar caracterizada a inadequação das razões do pedido ou decretar a perda ou o cancelamento da autorização de residência, se detectado, por Auditor Fiscal do Trabalho ou outro órgão público competente, pressuposto de relação de emprego com a empresa nacional, observando-se os termos do capítulo VIII, seção I, subseção II, do Decreto nº 9.199/2017.

§5º O prazo de residência do imigrante portador do visto temporário de que trata o art. 1º será de até 01 (um) ano.

Art. 3º Poderá ser concedida ao imigrante nova autorização de residência, observado o prazo máximo estabelecido no art. 2º, mediante justificativa detalhada da empresa requerente quanto à necessidade da continuidade da prestação de serviço sem vínculo empregatício.

§1º Não se aplica a limitação temporal deste artigo para os contratos que, devido a sua natureza e objeto, contenham cláusula de garantia, sendo, contudo, observado a sua vigência.

§2º Havendo interesse da empresa requerente em continuar com a prestação de serviço do imigrante, deverá promover sua contratação nos moldes da legislação trabalhista brasileira.

Art. 4º A autorização de residência prévia poderá ser concedida pelo período de 180 (cento e oitenta) dias para o mesmo imigrante, a cada ano migratório, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, mediante a apresentação de carta-convite da empresa interessada atestando o vínculo entre o imigrante e o serviço a ser prestado no Brasil.

§1º Em situação de emergência ou de urgência a ser informada pela empresa receptora, poderá ser concedida, em procedimento simplificado, a autorização prevista no art. 1º, no prazo de até 02 (dois) dias úteis.

§2º Em relação ao mesmo imigrante, esgotado o prazo previsto no caput e havendo pedido de autorização de residência com fundamento no art. 2º ou art. 3º, dentro do mesmo ano migratório, o período de 180 (cento e oitenta dias) será deduzido do prazo previsto no §5º do art. 2º.

§3º Em caso de deferimento da autorização de residência com fundamento no caput, a comunicação ocorrerá de forma eletrônica e imediata ao Ministério de Relações Exteriores.

Art. 5º É competente para ingressar com pedido de autorização de residência previsto no caput do art. 1º a pessoa jurídica, que:

I - seja receptora dos serviços de assistência técnica;

II - seja integrante do mesmo grupo econômico da empresa estrangeira empregadora do imigrante que realize a prestação de serviços, de forma simultânea, a várias empresas receptoras dos serviços de assistência técnica no Brasil; ou

III - seja intermediária da empresa estrangeira empregadora do imigrante, em razão de contrato com cláusula expressa de exclusividade em território brasileiro.

Art. 6º O imigrante estará no país sob a responsabilidade da empresa para a qual estiver prestando assistência técnica.

Art. 7º A renovação do prazo de residência será disciplinada em Resolução Normativa específica.

Art. 8º Ficam revogadas as Resoluções Normativas nº 61, de 08 de dezembro de 2004 e nº 100, de 23 de abril de 2013, a partir de 21 de novembro de 2017.

Art. 9º Esta Resolução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

HUGO MEDEIROS GALLO DA SILVA
Presidente do Conselho

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 4, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2017

Disciplina a concessão de autorização de residência para fins de trabalho sem vínculo empregatício no Brasil, para transferência de tecnologia.

O CONSELHO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO, integrante da estrutura básica do Ministério do Trabalho e no exercício da competência de formular a política de imigração laboral, na forma disposta na Lei nº 13.502, de 01 de novembro de 2017, e no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 840, de 22 de junho de 1993 e o Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, resolve:

Art. 1º O Ministério do Trabalho poderá conceder autorização de residência para fins de trabalho, nos termos do art. 38, § 2º, inciso III do Decreto nº 9.199, de 2017, ao imigrante que venha ao País, sem vínculo empregatício no Brasil, para transferência de tecnologia, em decorrência de contrato, acordo de cooperação ou convênio, firmado entre pessoa jurídica estrangeira e pessoa jurídica brasileira.

Art. 2º A autorização de residência prévia para fins de concessão do visto temporário será analisada pelo Ministério do Trabalho, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

I - cópia do contrato, acordo de cooperação ou convênio que demonstre a situação a que se refere o art. 1º;

II - no caso de cooperação técnica entre empresas do mesmo grupo, declaração da empresa interessada com a identificação das partes e informação do vínculo associativo existente;

III - plano de treinamento simplificado, em conformidade com o previsto no contrato, acordo ou convênio, especificando as qualificações profissionais do imigrante, o escopo do treinamento, sua forma de execução com o número de brasileiros a serem treinados, o local onde será executado, a(s) empresa(s) destinatária(s), o tempo de duração e os resultados esperados; e

IV - outros documentos previstos na Resolução Normativa nº 01/2017 do Conselho Nacional de Imigração.

§ 1º O contrato, acordo ou convênio deverá indicar seu objeto, demonstrando o programa para a transferência de tecnologia, o valor, o prazo de vigência e de execução e as demais cláusulas e condições da contratação.

§ 2º A empresa requerente deverá indicar ao Ministério do Trabalho o(s) local(is) onde o imigrante executará suas atividades, comunicando qualquer alteração.

§ 3º O Ministério do Trabalho poderá denegar a solicitação se restar caracterizada a inadequação das razões do pedido ou decretar a perda ou o cancelamento da autorização de residência, se detectado, por Auditor Fiscal do Trabalho ou outro órgão público competente, pressuposto de relação de emprego com a empresa nacional, observando-se os termos do capítulo VIII, seção I, subseção II, do Decreto nº 9.199/2017.

§ 4º O prazo de residência do imigrante portador do visto temporário de que trata o art. 1º será de até 01 (um) ano.

Art. 3º Poderá ser concedida ao imigrante nova autorização de residência, observado o prazo máximo estabelecido no art. 2º, mediante justificativa detalhada da empresa requerente quanto à necessidade da continuidade da prestação de serviço sem vínculo empregatício.

Parágrafo único. Havendo interesse da empresa requerente em continuar com a prestação de serviço do imigrante, deverá promover sua contratação nos moldes da legislação trabalhista brasileira.

Art. 4º É competente para ingressar com pedido de autorização de residência previsto no caput do art. 1º a pessoa jurídica, que:

I - seja receptora dos serviços de transferência de tecnologia;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800251

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

II - seja integrante do mesmo grupo econômico da empresa estrangeira empregadora do imigrante que realize a prestação de serviços, de forma simultânea, a várias empresas receptoras dos serviços de transferência de tecnologia no Brasil; ou

III - seja intermediária da empresa estrangeira empregadora do imigrante, em razão de contrato com cláusula expressa de exclusividade em território brasileiro.

Art. 5º A renovação do prazo de residência será disciplinada em Resolução Normativa específica.

Art. 6º Esta Resolução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

HUGO MEDEIROS GALLO DA SILVA
Presidente do Conselho

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 5, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2017

Disciplina a concessão de autorização de residência para fins de trabalho sem vínculo empregatício no Brasil a marítimo que trabalhe a bordo de embarcação de cruzeiros marítimos pela costa brasileira.

O CONSELHO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO, integrante da estrutura básica do Ministério do Trabalho e no exercício da competência de formular a política de imigração laboral, na forma disposta na Lei nº 13.502, de 01 de novembro de 2017, e no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 840, de 22 de junho de 1993e o Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, resolve:

Art. 1º O Ministério do Trabalho poderá conceder autorização de residência para fins de trabalho, nos termos do art. 38, § 2º, inciso VII, e do art. 147, § 2º, inciso VII, do Decreto nº 9.199, de 2017, ao imigrante, sem vínculo empregatício no Brasil, para trabalhar a bordo de embarcação de cruzeiros marítimos pela costa brasileira, com prazo de estada superior a noventa dias.

Art. 2º O pedido de autorização de residência prévia para fins de concessão do visto temporário será analisado pelo Ministério do Trabalho,mediante a apresentação dos seguintes documentos:

I - lista de marítimos que exerçam atividades remuneradas a bordo da embarcação de cruzeiros marítimos, conforme Anexo I;

II - lista de marítimos portadores da Carteira de Identidade Internacional de Marítimo ou documento equivalente, conforme Anexo II;

III - ato de designação da empresa representante, devidamente apostilado e traduzido oficialmente; e

IV - outros documentos previstos na Resolução Normativa nº 01/2017 do Conselho Nacional de Imigração.

Parágrafo único. O prazo da residência prevista no caput será de até 02 (dois) anos.

Art. 3º Ao interessado que esteja no território nacional, poderá ser concedida autorização de residência pelo Ministério do Trabalho, nos termos do art. 147, § 2º, inciso VII, do Decreto nº 9.199, de 2017, desde que apresentados os documentos previstos no art. 2º.

Parágrafo único. O prazo da residência prevista no caput será de até 02 (dois) anos.

Art. 4º Ao imigrante, portador da carteira internacional de marítimo, emitida nos termos de Convenção da Organização Internacional do Trabalho - OIT, que venha trabalhar a bordo de embarcação de turismo estrangeira, não será exigida autorização de residência prévia, para fins de concessão de visto.

Parágrafo único. Equipara-se ao marítimo, a que se refere o caput deste artigo, qualquer pessoa portadora da Carteira de Identidade Internacional de Marítimo que exerça atividade profissional a bordo de embarcação de turismo estrangeira.

Art. 5º A partir do 31º (trigésimo primeiro) dia de operação em águas jurisdicionais brasileiras, a embarcação de turismo estrangeira deverá contar com um mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) de brasileiros em vários níveis técnicos e em diversas atividades a serem definidas pelo armador ou pela empresa representante do mesmo.

§1º Excepcionalmente, nas temporadas de 2018/2019, 2019/2020 e 2020/2021, o percentual de que trata o caput será de 15% (quinze por cento), com a perspectiva do aumento do número de embarcações de cruzeiro marítimo.

§2º O disposto no caput não se aplica às embarcações de turismo estrangeiras que realizem viagens entre portos internacionais e portos nacionais por até 45 (quarenta e cinco) dias e que transportem majoritariamente turistas cujo embarque ou desembarque ocorra em portos estrangeiros.

Art. 6º O percentual a que se refere o art. 5º poderá ser compensado, mediante solicitação ao Ministério do Trabalho, considerando a média estabelecida entre os navios da mesma companhia.

Art. 7º Os brasileiros recrutados em território nacional e embarcados para laborar apenas durante a temporada de cruzeiros marítimos pela costa brasileira deverão ser contratados pela empresa estabelecida no Brasil ou, na ausência desta, pelo agente marítimo responsável pela operação da embarcação, cujo contrato de trabalho será vinculado à legislação trabalhista brasileira aplicável à espécie.

Parágrafo Único. Considera-se temporada de cruzeiros marítimos pela costa brasileira o período compreendido entre 30 (trinta) dias antes da partida da embarcação para o primeiro porto brasileiro até 30 (trinta) dias depois da saída do último porto brasileiro, incluindo neste período eventuais ausências das águas jurisdicionais brasileiras.

Art. 8º Para efeito do art. 5º, não será considerada ausência das águas jurisdicionais brasileiras a saída e o retorno da embarcação por período inferior a 15 (quinze) dias consecutivos.

Art. 9º A renovação do prazo de residência será disciplinada em Resolução Normativa específica.

Art. 10. Fica revogada a Resolução Normativa nº 71, de 05 de setembro de 2006, a partir de 21 de novembro de 2017.

Art. 11. Esta Resolução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

HUGO MEDEIROS GALLO DA SILVA
Presidente do Conselho

ANEXO I

LISTA DE MARÍTIMOS EM EMBARCAÇÃO DE TURISMO ESTRANGEIRA COM AUTORIZAÇÃO DE RESIDÊNCIA PRÉVIA
NOME DA EMBARCAÇÃO:
BANDEIRA DA EMBARCAÇÃO:
IMIGRANTE(S)
1.

NOME	DATA DE NASCIMENTO
NACIONALIDADE	ESTADO CIVIL
NÚMERO DO PASSAPORTE	VALIDADE DO PASSAPORTE
SEXO	ESCOLARIDADE
FUNÇÃO NO BRASIL	SALÁRIO MENSAL
REPARTIÇÃO CONSULAR BRASILEIRA NO EXTERIOR	

2... (*)
(*) Replicar o quadro quantas vezes necessárias.

ANEXO II

LISTA DE MARITIMOS PORTADORES DE CARTEIRA DE IDENTIDADE INTERNACIONAL DE MARITIMO OU CONFORME CONVENÇAO OIT.
NOME DA EMBARCAÇÃO:
BANDEIRA DA EMBARCAÇÃO:
IMIGRANTE(S)
1.

NOME	DATA DE NASCIMENTO
NACIONALIDADE	ESTADO CIVIL
SEXO	ESCOLARIDADE
FUNÇÃO NO BRASIL	SALÁRIO MENSAL
NÚMERO DA CARTEIRA DE MARITIMO OU DOCUMENTO EQUIVALENTE	VALIDADE DA CARTEIRA DE MARITIMO OU DOCUMENTO EQUIVALENTE

2... (*)
(*) Replicar o quadro quantas vezes necessárias.

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 6, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2017

Disciplina a concessão de autorização de residência para fins de trabalho sem vínculo empregatício no Brasil para atuação como marítimo a bordo de embarcação ou plataforma de bandeira estrangeira.

O CONSELHO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO, integrante da estrutura básica do Ministério do Trabalho e no exercício da competência de formular a política de imigração laboral, na forma disposta na Lei nº 13.502, de 01 de novembro de 2017, e no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 840, de 22 de junho de 1993 e o Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, resolve:

Art. 1º O Ministério do Trabalho poderá conceder autorização de residência para fins de trabalho, nos termos do art. 38, § 2º, inciso VII, e do art. 147, § 2º, inciso VII, do Decreto nº 9.199, de 2017, ao imigrante, sem vínculo empregatício no Brasil, para exercer atividades profissionais de marítimo, de caráter contínuo, a bordo de embarcação ou plataforma de bandeira estrangeira, que venha a operar ou em operação nas águas jurisdicionais brasileiras, com prazo de estada superior a noventa dias.

Art. 2º Ao imigrante, que ingresse no Brasil em viagem de longo curso, portador da carteira internacional de marítimo, emitida nos termos de Convenção da Organização Internacional do Trabalho - OIT, que venha trabalhar a bordo de embarcação estrangeira, não será exigida autorização de residência prévia para fins de concessão de visto.

Art. 3º O pedido de autorização de residência prévia para fins de concessão do visto temporário será analisado pelo Ministério do Trabalho, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

I - cópia do contrato de afretamento celebrado com empresa brasileira ou do contrato de prestação de serviços, ou do contrato de risco, celebrado com empresa brasileira, ou da Portaria de Concessão editada pela Agência Nacional do Petróleo, que comprove o vínculo entre a empresa brasileira e uma das atividades previstas no Art. 4º que serão realizadas pela embarcação estrangeira; e

II - outros documentos previstos na Resolução Normativa nº 01/2017 do Conselho Nacional de Imigração.

Parágrafo único. O prazo da residência prevista no caput será de até 02 (dois) anos.

Art. 4º Quando embarcações ou plataformas estrangeiras operarem em águas jurisdicionais brasileiras, por prazo superior a noventa dias contínuos, deverão ser admitidos marítimos e outros profissionais brasileiros, observadas as seguintes condições e proporções:

I - para embarcações utilizadas na navegação de apoio marítimo, assim definida aquela realizada para o apoio logístico a embarcações e instalações, que atuem nas atividades de pesquisa e lavra de minerais e hidrocarbonetos:

a) a partir de noventa dias de operação, deverá contar com um terço de brasileiros do total de profissionais existentes a bordo, em todos os níveis técnicos e em todas as atividades, de caráter contínuo;

b) a partir de cento e oitenta dias de operação, deverá contar com um meio de brasileiros do total de profissionais existentes a bordo, em todos os níveis técnicos e em todas as atividades, de caráter contínuo; e

c) a partir de trezentos e sessenta dias de operação, deverá contar com dois terços de brasileiros do total de profissionais existentes a bordo, em todos os níveis técnicos e em todas as atividades, de caráter contínuo.

II - para embarcações de exploração ou prospecção, assim como plataformas, definidas as instalações ou estruturas, fixas ou flutuantes, destinadas às atividades direta ou indiretamente relacionadas com a pesquisa, exploração e explotação dos recursos oriundos do leito das águas interiores e seu subsolo ou do mar, inclusive da plataforma continental e seu subsolo:

a) a partir de cento e oitenta dias de operação, deverá contar com um quinto de brasileiros do total de profissionais existentes a bordo;

b) a partir de trezentos e sessenta dias de operação, deverá contar com um terço de brasileiros do total de profissionais existentes a bordo; e

c) a partir de setecentos e vinte dias de operação, deverá contar com dois terços de brasileiros do total de profissionais existentes a bordo.

III - para embarcações utilizadas na navegação de cabotagem, definida como aquela realizada entre portos ou pontos do território brasileiro, utilizando a via marítima ou esta e as vias navegáveis interiores:

a) a partir de noventa dias de operação, deverá contar com um quinto de marítimos brasileiros, arredondando-se para o inteiro subsequente, em caso de fração igual ou maior que cinco décimos, em cada nível técnico (oficiais, graduados e não graduados) e em cada ramo de atividade (convés e máquinas) de caráter contínuo; e

b) a partir de cento e oitenta dias de operação, deverá contar com um terço de marítimos brasileiros, arredondando-se para o inteiro subsequente, em caso de fração igual ou maior que cinco décimos, em cada nível técnico (oficiais, graduados e não graduados) e em cada ramo de atividade (convés e máquinas) de caráter contínuo.

Parágrafo único. O Ministério do Trabalho regulamentará procedimento para análise de solicitação justificada de prorrogação dos prazos previstos neste artigo, incluída consulta ao sindicato representativo da categoria.

Art. 5º Ao interessado que esteja no território nacional, poderá ser concedida autorização de residência pelo Ministério do Trabalho, nos termos do art. 147, § 2º, inciso VII, do Decreto nº 9.199, de 2017, desde que apresentados os documentos previstos no art. 3º e a Lista de Tripulantes embarcados de acordo com as Normas da Autoridade Marítima para tráfego e permanência de embarcações em águas jurisdicionais brasileiras.

Parágrafo único. O prazo da residência prevista no caput será de até 02 (dois) anos.

Art. 6º A transferência do marítimo para outra embarcação da mesma empresa contratada deverá ser comunicada ao Ministério do Trabalho pela empresa contratante.

Art. 7º No caso do imigrante trabalhar em múltiplos locais de exercícios, ou seja, em mais de uma embarcação, deve-se apresentar no momento do pedido junto ao Ministério do Trabalho, a justificativa para tal exercício e os contratos das referidas embarcações pretendidas.

Art. 8º Em caso de mudança de empregador deverá ser solicitada a autorização ao Ministério do Trabalho, pela empresa afretadora ou contratante nos termos da legislação em vigor.

Art. 9º É competente para ingressar com pedido de autorização de residência previsto no caput do art. 3º o interessado que seja de empresa brasileira vinculada à operação em águas jurisdicionais brasileiras em uma das atividades previstas no Art. 4º.

Art. 10. A renovação do prazo de residência será disciplinada em Resolução Normativa específica.

Art. 11. Fica revogada a Resolução Normativa nº 72, de 10 de outubro de 2006, a partir de 21 de novembro de 2017.

Art. 12. Esta Resolução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

HUGO MEDEIROS GALLO DA SILVA
Presidente do Conselho

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800252

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 7, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2017

Disciplina a concessão de autorização de residência para fins de trabalho sem vínculo empregatício no Brasil para prestar serviço ou auxílio técnico ao Governo brasileiro.

O CONSELHO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO, integrante da estrutura básica do Ministério do Trabalho e no exercício da competência de formular a política de imigração laboral, na forma disposta na Lei nº 13.502, de 01 de novembro de 2017, e no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 840, de 22 de junho de 1993, e o Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, resolve:

Art. 1º O Ministério do Trabalho poderá conceder autorização de residência para fins de trabalho, nos termos do art. 38, §2º, inciso I e do art. 147, § 2º, inciso I, do Decreto nº 9.199, de 2017, ao imigrante, sem vínculo empregatício no Brasil, para prestar serviço ou auxílio técnico ao Governo brasileiro.

Art. 2º A autorização de residência prévia para fins de concessão do visto temporário será analisada pelo Ministério do Trabalho, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

I - contrato, convênio ou ato internacional de que o Brasil seja parte; e

II - outros documentos previstos na Resolução Normativa nº 01/2017 do Conselho Nacional de Imigração.

§ 1º O prazo da residência prevista no caput será de até 02 (dois) anos.

§ 2º O Ministério das Relações Exteriores será previamente ouvido quanto à validade do ato internacional.

Art. 3º Ao interessado que esteja no território nacional, poderá ser concedida autorização de residência pelo Ministério do Trabalho, nos termos do art. 147, § 2º, inciso I, do Decreto nº 9.199, de 2017, desde que apresentados os documentos previstos no art. 2º.

§ 1º O prazo da residência prevista no caput será de até 02 (dois) anos.

§ 2º A parte interessada deverá comunicar ao Ministério do Trabalho o afastamento do imigrante prestador de serviço ou auxílio técnico ao Governo brasileiro.

Art. 4º O encaminhamento do processo para fins de obtenção de visto, bem como a regularização da estada e situação do imigrante para o exercício de atividades profissionais são de responsabilidade do órgão interessado.

Art. 5º A renovação do prazo de residência será disciplinada em Resolução Normativa específica.

Art. 6º Fica revogada a Resolução Normativa nº 35, de 28 de setembro de 1999, a partir de 21 de novembro de 2017.

Art. 7º Esta Resolução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

HUGO MEDEIROS GALLO DA SILVA
Presidente do Conselho

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 8, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2017

Disciplina a concessão de autorização de residência para fins de trabalho sem vínculo empregatício no Brasil ao abrigo de acordo de cooperação internacional.

O CONSELHO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO, integrante da estrutura básica do Ministério do Trabalho e no exercício da competência de formular a política de imigração laboral, na forma disposta na Lei nº 13.502, de 01 de novembro de 2017, e no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 840, de 22 de junho de 1993 e o Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, resolve:

Art. 1º O Ministério do Trabalho poderá conceder autorização de residência para fins de trabalho, nos termos do art. 38, § 2º, inciso II e do art. 147, § 2º, inciso II, do Decreto nº 9.199, de 2017, ao imigrante, sem vínculo empregatício no Brasil, ao abrigo de acordo de cooperação internacional, assim reconhecido pelo Ministério das Relações Exteriores, na qualidade de técnico, prestador de serviço, voluntário, especialista, cientista e pesquisador, junto a entidades oficiais, privadas ou não governamentais.

Art. 2º A autorização de residência prévia para fins de concessão do visto temporário será analisada pelo Ministério do Trabalho, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

I - acordo de cooperação, memorando de entendimento, protocolo adicional, ou documento equivalente, nos quais se faça menção expressa à vinda de imigrante;

II - comprovação da qualificação e a experiência profissional do imigrante com a atividade que exercerá no país;

III - convite ao interessado, no qual serão estipuladas as condições de estada, a atividade a ser desenvolvida, o prazo pretendido, bem como declaração de que o interessado, inclusive voluntário, não será remunerado por fonte situada no Brasil; e

IV - outros documentos previstos na Resolução Normativa nº 01/2017 do Conselho Nacional de Imigração.

Parágrafo Único. O prazo da residência prevista no caput será de até 02 (dois) anos.

Art. 3º Ao interessado que esteja no território nacional, poderá ser concedida autorização de residência pelo Ministério do Trabalho, nos termos do art. 147, § 2º, inciso II, do Decreto nº 9.199, de 2017, desde que apresentados os documentos previstos no art. 2º.

§ 1º O prazo da residência prevista no caput será de até 02 (dois) anos.

§ 2º A parte interessada deverá comunicar ao Ministério do Trabalho o afastamento do imigrante ao abrigo de acordo de cooperação internacional, assim reconhecido pelo Ministério das Relações Exteriores, na qualidade de técnico, prestador de serviço, voluntário, especialista, cientista e pesquisador, junto a entidades oficiais, privadas ou não governamentais.

Art. 4º A renovação do prazo de residência será disciplinada em Resolução Normativa específica.

Art. 5º Fica revogada a Resolução Normativa nº 43, de 28 de setembro de 1999, a partir de 21 de novembro de 2017.

Art. 6º Esta Resolução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

HUGO MEDEIROS GALLO DA SILVA
Presidente do Conselho

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 9, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2017

Disciplina a concessão de autorização de residência para fins de trabalho sem vínculo empregatício no Brasil, para representar no País, instituição financeira ou assemelhada sediada no exterior.

O CONSELHO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO, integrante da estrutura básica do Ministério do Trabalho e no exercício da competência de formular a política de imigração laboral, na forma disposta na Lei nº 13.502, de 01 de novembro de 2017, e no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 840, de 22 de junho de 1993 e o Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, resolve:

Art. 1º O Ministério do Trabalho poderá conceder autorização de residência para fins de trabalho, nos termos do art. 38, § 2º, inciso IV e do art. 147, § 2º, inciso IV, do Decreto nº 9.199, de 2017, ao imigrante, sem vínculo empregatício no Brasil, para representar no País instituição financeira ou assemelhada sediada no exterior.

§ 1º Considera-se representação aquela referente à pessoa física ou jurídica domiciliada no Brasil, tendo por objeto a realização de contatos comerciais e a transmissão de informações de interesse da matriz ou de filiais no exterior, com exceção da prática de operações privativas das instituições financeiras e das demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

§ 2º A autorização de residência ao imigrante na condição de representante ficará condicionada ao credenciamento da representação da instituição financeira ou assemelhada junto ao Banco Central do Brasil.

§3º A autorização de residência ficará condicionada ao exercício da função para a qual foi solicitada, pelo prazo do mandato determinado no instrumento de nomeação de representante.

Art. 2º O pedido de autorização de residência prévia para fins de concessão do visto temporário será analisado pelo Ministério do Trabalho, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

I - instrumento público de procuração delegando poderes ao imigrante;

II - certificado de credenciamento da instituição financeira, na forma estabelecida pelo Banco Central do Brasil; e

III - outros documentos previstos na Resolução Normativa nº 01/2017 do Conselho Nacional de Imigração.

Parágrafo único. O prazo da residência prevista no caput será de até 02 (dois) anos.

Art. 3º Ao interessado que esteja no território nacional, poderá ser concedida autorização de residência pelo Ministério do Trabalho, nos termos do art. 147, § 2º, inciso IV, do Decreto nº 9.199, de 2017, desde que apresentados os documentos previstos no art. 2º.

§ 1º O prazo da residência prevista no caput será de até 02 (dois) anos.

§ 2º A parte interessada deverá comunicar ao Ministério do Trabalho o afastamento do imigrante que represente no País instituição financeira ou assemelhada sediada no exterior.

Art. 4º A renovação do prazo de residência será disciplinada em Resolução Normativa específica.

Art. 5º Fica revogada a Resolução Normativa nº 63, de 06 de julho de 2005, a partir de 21 de novembro de 2017.

Art. 6º Esta Resolução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

HUGO MEDEIROS GALLO DA SILVA
Presidente do Conselho

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 10, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2017

Disciplina a concessão de autorização de residência para fins de trabalho sem vínculo empregatício no Brasil, para representar pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos.

O CONSELHO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO, integrante da estrutura básica do Ministério do Trabalho e no exercício da competência de formular a política de imigração laboral, na forma disposta na Lei nº 13.502, de 01 de novembro de 2017, e no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 840, de 22 de junho de 1993 e o Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, resolve:

Art. 1º O Ministério do Trabalho poderá conceder autorização de residência para fins de trabalho, nos termos do art. 38, § 2º, inciso V e do art. 147, § 2º, inciso V, do Decreto nº 9.199, de 2017, ao imigrante, sem vínculo empregatício no Brasil, para representar pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos.

§ 1º A autorização a que se refere o caput está vinculada ao exercício de cargo de diretor, gerente ou administrador.

§ 2º Aplicam-se as premissas estabelecidas no caput às pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, que atuem no Brasil por meio de escritório, agência ou filial, bem como àquelas que possuam sede no Brasil e atuem no exterior, desde que demonstrem sua atuação institucional nos propósitos exemplificados abaixo:

I - promoção da assistência social;

II - promoção da educação e do desporto;

III - combate à pobreza;

IV - promoção da cultura;

V - defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico;

VI - defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável;

VII - promoção da ética, da paz, dos direitos humanos, dos direitos sociais, da democracia e de outros valores universais;

VIII - representação sindical internacional.

Art. 2º A autorização de residência prévia para emissão do visto temporário será concedida pelo Ministério do Trabalho, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

I - plano das ações a serem realizadas no Brasil, contemplando a utilização dos recursos necessários, em conformidade com o estabelecido no § 1º do art. 1º;

II - plano de aplicação dos recursos transferidos do exterior pela pessoa jurídica estrangeira, para projetos no Brasil, nas áreas definidas no §1º do art. 1º, quando couber;

III - descrição das atividades que o imigrante executará no território nacional;

IV - autorização de funcionamento da entidade sem fins lucrativos quando exigido por Lei; e

V - outros documentos previstos na Resolução Normativa nº 01/2017 do Conselho Nacional de Imigração.

§ 1º O prazo da residência prevista no caput será de até 02 (dois) anos.

§ 2º A autorização de residência prévia fica condicionada ao exercício da função e ao prazo de duração do mandato consignado no contrato social ou na ata de nomeação ou na procuração outorgada.

Art. 3º Ao interessado que esteja no território nacional, poderá ser concedida autorização de residência pelo Ministério do Trabalho, nos termos do art. 147, § 2º, inciso V, do Decreto nº 9.199, de 2017, desde que apresentados os documentos previstos no art. 2º.

§ 1º O prazo da residência prevista no caput será de até 02 (dois) anos.

§ 2º A parte interessada deverá comunicar ao Ministério do Trabalho o afastamento do imigrante que representa pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos.

Art. 4º A renovação do prazo de residência será disciplinada em Resolução Normativa específica.

Art. 5º Fica revogada a Resolução Normativa nº 70, de 09 de maio de 2006, a partir de 21 de novembro de 2017.

Art. 6º Esta Resolução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

HUGO MEDEIROS GALLO DA SILVA
Presidente do Conselho

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 11, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2017

Disciplina a concessão de autorização de residência para imigrante administrador, gerente, diretor ou executivo com poderes de gestão, para representar sociedade civil ou comercial, grupo ou conglomerado econômico - pessoa jurídica.

O CONSELHO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO, integrante da estrutura básica do Ministério do Trabalho e no exercício da competência de formular a política de imigração laboral, na forma disposta na Lei nº 13.502, de 01 de novembro de 2017, e no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 840, de 22 de junho de 1993 e o Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, resolve:

Art. 1º O Ministério do Trabalho poderá conceder autorização de residência para realização de investimento, nos termos do art. 43 e do art. 151, § 2º, do Decreto nº 9.199, de 2017, ao imigrante administrador, gerente, diretor ou executivo com poderes de gestão, para representar sociedade civil ou comercial, grupo ou conglomerado econômico que realize investimento externo em empresa estabelecida no País, com potencial para geração de empregos ou de renda.

§ 1º A concessão da autorização de residência ao imigrante ficará condicionada ao exercício da função que lhe for designada em ata ou contrato devidamente registrado no órgão competente.

§ 2º Quando se tratar de indicação de membro para ocupar cargo no Conselho de Administração, no Conselho Deliberativo, na Diretoria, no Conselho Consultivo, no Conselho Fiscal e em outros órgãos estatutários, em sociedade seguradora, de capitalização e entidade aberta de previdência privada, deverá ser apresentada a homologação, pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, da aprovação do imigrante para o cargo.

§ 3ª Quando se tratar de chamada de dirigente, com poderes de representação geral, em instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen, a requerente deverá apresentar carta de anuência do Bacen, quanto à indicação do imigrante para o cargo.

§ 4º Quando se tratar de chamada de representante legal de sociedade estrangeira de exploração de transporte aéreo e de serviços acessórios, a requerente deverá apresentar instrumento público de procuração delegando poderes ao imigrante e carta de homologação da nomeação do representante no Brasil, ou de seu substituto, expedida pela Agência Nacional de Aviação Civil - Anac.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800253

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 2º A autorização de residência prévia para fins de concessão de visto será analisada pelo Ministério do Trabalho, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

I - comprovante de investimento externo em montante igual ou superior a R$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) por Administrador, Gerente, Diretor ou Executivo chamado, mediante a apresentação da Tela Quadro Societário Atual - Registro Declaratório de Investimento Externo Direto no Brasil - do sistema do Banco Central, comprovando a integralização do investimento na empresa receptora e contrato de câmbio emitido pelo Banco receptor do investimento, nos códigos de natureza fato que caracterizam o investimento direto estrangeiro; ou

II - comprovante de investimento externo em montante igual ou superior a R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) por Administrador, Gerente, Diretor ou Executivo chamado, mediante a apresentação da Tela Quadro Societário Atual - Registro Declaratório de Investimento Externo Direto no Brasil - do sistema do Banco Central, comprovando a integralização do investimento na empresa receptora e do contrato de câmbio emitido pelo Banco receptor do investimento, nos códigos de natureza fato que caracterizam o investimento direto estrangeiro; e geração de dez novos empregos, no mínimo, durante os dois anos posteriores a instalação da empresa ou entrada do Administrador, Gerente, Diretor ou Executivo; ou

III - Quando se tratar de investimento de pessoa jurídica não residente no Brasil em razão da aplicação de recursos externos por meio de Fundo de Investimento em Participações (FIP), nos termos da Resolução do Banco Central do Brasil nº 4.373, de 29 de setembro de 2014, e suas alterações, a requerente deverá apresentar: (i) ato de indicação do imigrante com poderes de gestão, feito pelo investidor estrangeiro; (ii) comprovante de participação de capital externo da(s) empresa(s) investidora(s), por meio de Boletim de subscrição e contrato de câmbio e (iii) comprovante da transferência bancária correspondente ao valor do inciso I ou II, conforme o caso, devidamente integralizado na empresa brasileira; e

IV - outros documentos previstos na Resolução Normativa nº 01/2017 do Conselho Nacional de Imigração.

§ 1º Caso não haja geração de contrato de câmbio e o investimento estrangeiro estiver de acordo com as diretrizes definidas nas Leis nº 4.131/1962 e nº 11.371/2006 e com a Circular do Banco Central do Brasil nº 3.689, de 16 de dezembro de 2013, e suas alterações, poderá a parte interessada substituir o "contrato de câmbio" emitido pelo Banco receptor do investimento pelas demonstrações financeiras do exercício social, conforme prevê a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e demais regulamentações emanadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

§ 2º O prazo da residência prevista no caput será indeterminado.

Art. 3º A empresa requerente deverá comunicar ao Ministério do Trabalho o afastamento do Administrador, Gerente, Diretor ou Executivo, condicionando-se a concessão de novas autorizações de residência ao cumprimento desta exigência.

Parágrafo único. A mudança para outra empresa, que não a do mesmo conglomerado, com anuência da requerente, dependerá de autorização do Ministério do Trabalho.

Art. 4º O exercício de novas funções constantes do estatuto da empresa ou do contrato social, ou na hipótese de concomitância, constante do estatuto ou do contrato das demais empresas do mesmo grupo ou conglomerado econômico, deverá ser previamente solicitado ao Ministério do Trabalho.

§ 1º Na hipótese de requerimento de concomitância posterior ao processo de visto inicial, para exercício de função de dirigente em empresas do mesmo grupo ou conglomerado econômico, será admitido o exercício desde que haja anuência prévia do Ministério do Trabalho, com a apresentação dos seguintes documentos:

I - requerimento fazendo referência ao processo que deu origem ao visto inicial;

II - comprovante do vínculo associativo existente entre as empresas do grupo ou conglomerado econômico;

III - contrato social ou estatuto social da empresa requerente, bem como da última alteração contratual, devidamente registrada na Junta Comercial, quando se tratar de pedido de concomitância em empresa do mesmo grupo ou conglomerado econômico, ainda que anteriores à indicação do Administrador, Gerente, Diretor ou quaisquer outros cargos com poderes de gestão;

IV - ato de indicação do imigrante para o cargo, que deverá constar do contrato/estatuto social; e

V - carta de anuência para o exercício de cargo em concomitância, firmada pela empresa para a qual foi inicialmente autorizado, bem como carta de anuência do próprio imigrante.

Art. 5º A empresa de capital nacional com subsidiaria no exterior que indicar imigrante para exercer as funções de Administrador, Gerente, Diretor ou Executivo, em caráter permanente, deverá atender, quanto à documentação, o disposto no inciso IV do art. 2º.

§ 1º A empresa requerente deverá comunicar ao Ministério do Trabalho o afastamento do Administrador, Gerente, Diretor ou Executivo, podendo ser condicionada a concessão de novas autorizações de residência ao cumprimento desta exigência.

Art. 6º Ao interessado que esteja no território nacional, poderá ser concedida autorização de residência pelo Ministério do Trabalho, nos termos do art. 151, § 2º, do Decreto nº 9.199, de 2017, desde que apresentados os documentos previstos no art. 2º.

Parágrafo único. O prazo da residência prevista no caput será indeterminado.

Art. 7º A renovação do prazo de residência será disciplinada em Resolução Normativa específica.

Art. 8º Fica revogada a Resolução Normativa nº 62, de 08 de dezembro de 2004, a partir de 21 de novembro de 2017.

Art. 9º Esta Resolução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

HUGO MEDEIROS GALLO DA SILVA
Presidente do Conselho

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 12, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2017

Disciplina a concessão de autorização de residência para exercício de cargo, função ou atribuição, sem vínculo empregatício, por prazo indeterminado, em razão de legislação federal específica exigir residência no Brasil.

O CONSELHO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO, integrante da estrutura básica do Ministério do Trabalho e no exercício da competência de formular a política de imigração laboral, na forma disposta na Lei nº 13.502, de 01 de novembro de 2017, e no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 840, de 22 de junho de 1993 e o Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, resolve:

Art. 1º O Ministério do Trabalho poderá conceder autorização de residência para fins de trabalho ao imigrante, sem vínculo empregatício no Brasil, por prazo indeterminado, em razão de legislação federal específica exigir residência no País para exercício de cargo, função ou atribuição, nos termos do art. 38, §2º, inciso IX e do art. 147, § 2º, inciso IX, do Decreto nº 9.199, de 2017.

Parágrafo único. Os preceitos previstos nesta Resolução Normativa não se aplicam à residência destinada ao exercício de cargo ou função pública da administração direta, autarquia ou fundação pública.

Art. 2º A autorização de residência prévia para fins de concessão do visto temporário será analisada pelo Ministério do Trabalho, mediante a indicação da legislação federal específica que ampare o pedido bem como a apresentação dos seguintes documentos:

I - ato de indicação do imigrante para o cargo, função ou atribuição que deverá constar no contrato ou estatuto social;

II - contrato ou estatuto social; e

III - outros documentos previstos na Resolução Normativa nº 01/2017 do Conselho Nacional de Imigração.

Parágrafo Único. O prazo da residência prevista no caput será indeterminado.

Art. 3º Ao interessado que esteja no território nacional, poderá ser concedida autorização de residência pelo Ministério do Trabalho, nos termos do art. 147, § 2º, inciso IX, do Decreto nº 9.199, de 2017, desde que apresentados os documentos previstos no art. 2º.

Parágrafo Único. O prazo da residência prevista no caput será indeterminado.

Art. 4º A parte interessada deverá comunicar ao Ministério do Trabalho o afastamento do imigrante que em razão de legislação federal específica exigir residência no País esteve no exercício de cargo, função ou atribuição.

Art. 5º A renovação do prazo de residência será disciplinada em Resolução Normativa específica.

Art. 6º Esta Resolução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

HUGO MEDEIROS GALLO DA SILVA
Presidente do Conselho

SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS

DESPACHOS DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017

O Coordenador-Geral de Recursos da Secretaria de Inspeção do Trabalho/MTE, no uso de sua competência, prevista no art. 32, inciso I, alíneas "a", "b" e "f", Anexo IX, da Portaria nº 1.153, de 30 de outubro de 2017, com amparo no art. 50, §1º, da Lei 9.784/99, decidiu processos de auto de infração ou notificação de débito nos seguintes termos:

1) Em apreciação de recurso voluntario:

1.1 Pela procedência do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46200.002165/2013-93	202136787	Cooperativa dos Trabalhadores Autônomos em Serviços Gerais	AC
2	46200.002166/2013-38	202130185	Cooperativa dos Trabalhadores Autônomos em Serviços Gerais	AC
3	46200.002167/2013-82	202129551	Cooperativa dos Trabalhadores Autônomos em Serviços Gerais	AC
4	46200.002168/2013-27	202120881	Cooperativa dos Trabalhadores Autônomos em Serviços Gerais	AC
5	46200.002174/2013-84	202119726	Cooperativa dos Trabalhadores Autônomos em Serviços Gerais	AC
6	46200.002175/2013-29	202133265	Cooperativa dos Trabalhadores Autônomos em Serviços Gerais	AC
7	46200.002176/2013-73	202130851	Cooperativa dos Trabalhadores Autônomos em Serviços Gerais	AC
8	46200.002177/2013-18	202134482	Cooperativa dos Trabalhadores Autônomos em Serviços Gerais	AC
9	46200.002377/2013-71	202380025	Estação Vip Segurança Privada Ltda.	AC
10	46202.010867/2014-10	204096782	Cefisso Empreendimentos Imobiliários Ltda.	AM
11	46202.003020/2016-32	208930451	Centro Automotivo Caroline Ltda - ME	AM
12	46202.005857/2015-35	206452641	F E Barbosa de Lima - ME	AM
13	46202.005856/2015-91	206452535	F E Barbosa de Lima - ME	AM
14	46202.006421/2013-00	200418939	M. A. Segurança Patrimonial Ltda	AM
15	46202.020153/2014-10	205449654	Mercantil Nova Era Ltda.	AM
16	46202.017009/2015-79	207955786	Mosaico Engenharia, Industria e Comercio de Artefatos de Concreto Ltda.	AM
17	46202.017010/2015-01	207955671	Mosaico Engenharia, Industria e Comercio de Artefatos de Concreto Ltda.	AM
18	46202.017011/2015-48	207955549	Mosaico Engenharia, Industria e Comercio de Artefatos de Concreto Ltda.	AM
19	46202.017012/2015-92	207955344	Mosaico Engenharia, Industria e Comercio de Artefatos de Concreto Ltda.	AM
20	46202.017013/2015-37	207955603	Mosaico Engenharia, Industria e Comercio de Artefatos de Concreto Ltda.	AM
21	46202.017014/2015-81	207955794	Mosaico Engenharia, Industria e Comercio de Artefatos de Concreto Ltda.	AM
22	46202.017015/2015-26	207955913	Mosaico Engenharia, Industria e Comercio de Artefatos de Concreto Ltda.	AM
23	46202.003007/2016-83	208929673	Raiz Comercio de Armarinhos Ltda - ME	AM
24	46202.007250/2014-17	203453077	Samsung Eletronica da Amazonia Ltda	AM
25	46202.012921/2015-34	207473901	Temon Tecnica de Montagens e Construcoes Ltda	AM
26	46202.005715/2015-78	206352310	Transportes Bertolini Ltda.	AM
27	47904.003318/2013-55	200304208	Brasforja Industria e Comercio de Conexoes Ltda	BA
28	47904.016764/2012-49	25468383	Comperaco Comercio e Industria de Ferro e Aco Ltda	BA
29	47904.016765/2012-93	25468375	Comperaco Comercio e Industria de Ferro e Aco Ltda	BA
30	47904.016766/2012-38	25468367	Comperaco Comercio e Industria de Ferro e Aco Ltda	BA
31	47904.016767/2012-82	25468359	Comperaco Comercio e Industria de Ferro e Aco Ltda	BA
32	47904.016768/2012-27	25468341	Comperaco Comercio e Industria de Ferro e Aco Ltda	BA
33	47904.016769/2012-71	25468332	Comperaco Comercio e Industria de Ferro e Aco Ltda	BA
34	47904.016770/2012-04	25468324	Comperaco Comercio e Industria de Ferro e Aco Ltda	BA
35	47904.016773/2012-30	25468294	Comperaco Comercio e Industria de Ferro e Aco Ltda	BA
36	47904.016776/2012-73	25468278	Comperaco Comercio e Industria de Ferro e Aco Ltda	BA
37	47904.016779/2012-15	25468251	Comperaco Comercio e Industria de Ferro e Aco Ltda	BA
38	47904.016781/2012-86	25468243	Comperaco Comercio e Industria de Ferro e Aco Ltda	BA
39	47904.016782/2012-21	25468235	Comperaco Comercio e Industria de Ferro e Aco Ltda	BA
40	47904.016784/2012-10	25468219	Comperaco Comercio e Industria de Ferro e Aco Ltda	BA
41	47904.006405/2013-64	200608517	Dias D"avila Revendedora de Combustiveis Ltda - EPP	BA
42	47904.006406/2013-17	200608495	Dias D"avila Revendedora de Combustiveis Ltda - EPP	BA
43	47904.004545/2013-06	200433482	Leonardo Novaes da Silva	BA
44	47904.004546/2013-42	200433504	Leonardo Novaes da Silva	BA
45	47904.004548/2013-31	200433571	Leonardo Novaes da Silva	BA
46	47904.004551/2013-55	200433598	Leonardo Novaes da Silva	BA
47	47904.004553/2013-44	200433610	Leonardo Novaes da Silva	BA
48	47904.004559/2013-11	200433628	Leonardo Novaes da Silva	BA
49	47904.004560/2013-46	200433661	Leonardo Novaes da Silva	BA
50	47904.004564/2013-24	200433679	Leonardo Novaes da Silva	BA
51	47904.004565/2013-79	200433709	Leonardo Novaes da Silva	BA
52	47904.014510/2012-96	24812188	Madepar Laminados S/A	BA
53	47904.014511/2012-31	24812161	Madepar Laminados S/A	BA
54	46784.000285/2010-90	19515413	Marcondes Antonio Tavares de Farias	BA
55	46784.000286/2010-34	19515448	Marcondes Antonio Tavares de Farias	BA
56	46784.000287/2010-89	19515430	Marcondes Antonio Tavares de Farias	BA
57	46784.000288/2010-23	19515421	Marcondes Antonio Tavares de Farias	BA
58	46784.000322/2010-60	16963482	Marcondes Antonio Tavares de Farias	BA
59	46784.000325/2010-01	16964250	Marcondes Antonio Tavares de Farias	BA
60	46784.000329/2010-81	17052912	Marcondes Antonio Tavares de Farias	BA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800254

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

61	47904.001818/2013-52	24782165	Servicos de Emergencia Medico Cirurgicos Ltda	BA
62	46206.008549/2012-89	19863454	Operador Nacional do Sistema Eletrico ONS	DF
63	46208.006879/2013-09	201055627	A Brasil Service -Terceirizações Ltda - ME	GO
64	46223.008467/2014-98	204286573	Lastro Engenharia e Incorporações Ltda	MA
65	46223.008470/2014-10	204286620	Lastro Engenharia e Incorporações Ltda	MA
66	46223.008471/2014-56	204286662	Lastro Engenharia e Incorporações Ltda	MA
67	46223.010206/2014-38	205040446	Paulo Roberto Costa Aranha	MA
68	46223.010207/2014-82	205040454	Paulo Roberto Costa Aranha	MA
69	46223.010208/2014-27	205040462	Paulo Roberto Costa Aranha	MA
70	46223.010209/2014-71	205040471	Paulo Roberto Costa Aranha	MA
71	46223.010210/2014-04	205040489	Paulo Roberto Costa Aranha	MA
72	46234.000282/2014-14	202978117	B.M. Engenharia Ltda	MG
73	46234.000284/2014-03	202978095	B.M. Engenharia Ltda	MG
74	47747.003169/2014-65	203439996	Castelo Engenharia e Construcoes Ltda	MG
75	47747.003170/2014-90	203440048	Castelo Engenharia e Construcoes Ltda	MG
76	47747.003171/2014-34	203426801	Castelo Engenharia e Construcoes Ltda	MG
77	47747.003172/2014-89	203363337	Castelo Engenharia e Construcoes Ltda	MG
78	47747.003173/2014-23	203414713	Castelo Engenharia e Construcoes Ltda	MG
79	47747.003174/2014-78	203414608	Castelo Engenharia e Construcoes Ltda	MG
80	47747.003175/2014-12	203423364	Castelo Engenharia e Construcoes Ltda	MG
81	47747.003176/2014-67	203414969	Castelo Engenharia e Construcoes Ltda	MG
82	47747.003177/2014-10	203363191	Castelo Engenharia e Construcoes Ltda	MG
83	47747.003178/2014-56	203415744	Castelo Engenharia e Construcoes Ltda	MG
84	47747.003179/2014-09	203363167	Castelo Engenharia e Construcoes Ltda	MG
85	47747.003180/2014-25	203439406	Castelo Engenharia e Construcoes Ltda	MG
86	46243.004929/2013-89	201787881	Companhia Vale do Rio Doce	MG
87	46243.004933/2013-47	201789591	Companhia Vale do Rio Doce	MG
88	46243.004962/2013-17	201779307	Companhia Vale do Rio Doce	MG
89	46243.004976/2013-22	201778190	Companhia Vale do Rio Doce	MG
90	46243.004977/2013-77	201778386	Companhia Vale do Rio Doce	MG
91	46243.004989/2013-00	201778793	Companhia Vale do Rio Doce	MG
92	46243.004990/2013-26	201778726	Companhia Vale do Rio Doce	MG
93	46243.004999/2013-37	201726165	Companhia Vale do Rio Doce	MG
94	46243.005000/2013-77	201726106	Companhia Vale do Rio Doce	MG
95	46243.005001/2013-11	201726033	Companhia Vale do Rio Doce	MG
96	46243.005002/2013-66	201725789	Companhia Vale do Rio Doce	MG
97	47747.000855/2014-84	202778452	Efficientia S.A.	MG
98	46245.003642/2016-64	210709642	Independência Trade Hotel Ltda.	MG
99	47747.006234/2014-12	204281113	Log Automacao e Sistemas Ltda	MG
100	47747.006235/2014-59	204281091	Log Automacao e Sistemas Ltda	MG
101	47747.006236/2014-01	204281083	Log Automacao e Sistemas Ltda	MG
102	47747.006237/2014-48	204286654	Log Automacao e Sistemas Ltda	MG
103	47747.006238/2014-92	204286921	Log Automacao e Sistemas Ltda	MG
104	46241.001745/2013-87	201663155	Nivaldo de Souza Barbosa	MG
105	46241.001747/2013-76	201663341	Nivaldo de Souza Barbosa	MG
106	46504.003567/2013-91	202279685	Pharmativa Ltda - EPP	MG
107	46242.000270/2014-82	202565815	Santana Negocios e Servicos - Eireli - ME	MG
108	46237.001772/2014-08	204194571	Supermercado do Irmao Ltda	MG
109	46237.001773/2014-44	204194601	Supermercado do Irmao Ltda	MG
110	46237.001780/2014-46	204194768	Supermercado do Irmão Ltda	MG
111	46241.001848/2013-47	201709091	VRG Linhas Aereas S.A.	MG
112	46300.000467/2016-41	208979247	Easy Net Tecnologia da Informacao Ltda - ME	MS
113	46300.000468/2016-96	208979263	Easy Net Tecnologia da Informacao Ltda - ME	MS
114	46300.000469/2016-31	208979280	Easy Net Tecnologia da Informacao Ltda - ME	MS
115	46300.000470/2016-65	208979301	Easy Net Tecnologia da Informacao Ltda - ME	MS
116	46300.000471/2016-18	208985999	Easy Net Tecnologia da Informacao Ltda - ME	MS
117	46300.000473/2016-07	208979336	Easy Net Tecnologia da Informacao Ltda - ME	MS
118	46300.000474/2016-43	208979352	Easy Net Tecnologia da Informacao Ltda - ME	MS
119	46300.000475/2016-98	208979379	Easy Net Tecnologia da Informacao Ltda - ME	MS
120	46300.000476/2016-32	208979395	Easy Net Tecnologia da Informacao Ltda - ME	MS
121	46300.000477/2016-87	208979425	Easy Net Tecnologia da Informacao Ltda - ME	MS
122	46300.000478/2016-21	208979441	Easy Net Tecnologia da Informacao Ltda - ME	MS
123	46300.000479/2016-76	208979468	Easy Net Tecnologia da Informacao Ltda - ME	MS
124	46300.000480/2016-09	208979476	Easy Net Tecnologia da Informacao Ltda - ME	MS
125	46653.004706/2012-17	22691278	Ilha Comprida Energia S/A.	MT
126	46017.002818/2014-92	204658811	Jarbas Cavalcante Barbosa	PA
127	46214.004557/2012-57	017447623	Sena Segurança Inteligente Ltda.	PI
128	46214.004558/2012-00	017447615	Sena Segurança Inteligente Ltda.	PI
129	47533.003037/2012-87	23408715	Cascavel Maquinas Agricolas Ltda	PR
130	47533.008614/2015-70	207089892	Terminais Portuario da Ponta do Félix S.A	PR
131	47533.008610/2015-91	207081743	Terminais Portuarios da Ponta do Felix S/A	PR
132	47533.008621/2015-71	207081859	Terminais Portuarios da Ponta do Felix S/A	PR
133	46062.000844/2012-79	20533462	Caixa Econômica Federal	RJ
134	46228.001093/2013-59	200440535	Campos Point Comércio de Alimentos Ltda	RJ
135	46871.000302/2012-71	22994491	CJF de Vigilancia Ltda	RJ
136	46871.000303/2012-16	22994769	CJF de Vigilancia Ltda	RJ
137	46215.029285/2013-79	202246035	Condominio Barrabella Hotel Residencia	RJ
138	46215.020537/2013-02	201654270	Construtora Queiroz Galvão S A	RJ
139	46215.020539/2013-93	201654237	Construtora Queiroz Galvão S A	RJ
140	46215.020540/2013-18	201654261	Construtora Queiroz Galvão S A	RJ
141	46215.019770/2013-34	201557720	Gisplan Tecnologia da Geoinformacao Ltda	RJ
142	46215.030262/2013-15	202432831	Mmw Irmaos Alimentos Ltda	RJ
143	46215.019281/2013-82	201437872	Ponta do Ceu Urbanizacao, Construcoes & Paisagismo Ltda	RJ
144	46215.019282/2013-27	201437929	Ponta do Ceu Urbanizacao, Construcoes & Paisagismo Ltda	RJ
145	46215.019283/2013-71	201437899	Ponta do Ceu Urbanizacao, Construcoes & Paisagismo Ltda	RJ
146	46215.019284/2013-16	201437864	Ponta do Ceu Urbanizacao, Construcoes & Paisagismo Ltda	RJ
147	46215.027069/2013-99	202311368	Sanerio Construcoes Ltda	RJ
148	46215.027070/2013-13	202311503	Sanerio Construcoes Ltda	RJ
149	46231.000688/2005-28	11363959	Sociedade Brasileira de Instrucao	RJ
150	46215.108342/2010-32	23140330	Supervia - Concessionaria de Transporte Ferroviario S/A	RJ
151	46758.003019/2013-89	201409682	Direcional Engenharia S/A	RO
152	46758.003020/2013-11	201164655	Direcional Engenharia S/A	RO
153	46758.003021/2013-58	201164621	Direcional Engenharia S/A	RO
154	46758.003022/2013-01	201275678	Direcional Engenharia S/A	RO
155	46758.003023/2013-47	201275660	Direcional Engenharia S/A	RO
156	46758.003024/2013-91	201164701	Direcional Engenharia S/A	RO
157	46758.003025/2013-36	201164647	Direcional Engenharia S/A	RO
158	46758.003026/2013-81	201164663	Direcional Engenharia S/A	RO
159	46758.003027/2013-25	201164680	Direcional Engenharia S/A	RO
160	46758.003028/2013-70	201164671	Direcional Engenharia S/A	RO
161	46758.003031/2013-93	201275651	Direcional Engenharia S/A	RO
162	46758.003032/2013-38	201164698	Direcional Engenharia S/A	RO
163	46758.003033/2013-82	201164639	Direcional Engenharia S/A	RO
164	46758.003036/2013-16	201164604	Direcional Engenharia S/A	RO
165	46758.003037/2013-61	201164612	Direcional Engenharia S/A	RO
166	46758.003038/2013-13	201164591	Direcional Engenharia S/A	RO
167	46216.002836/2012-66	17797403	Fenix Construtora e Representações Ltda	RO
168	46216.003108/2012-71	17793726	Transeguro Transportes de Valores e Vig. Ltda	RO
169	46758.000187/2013-12	200395718	Transporte Coletivo Rio Madeira Ltda.	RO
170	46218.013460/2015-48	207557969	CRV Servicos Terceirizados Ltda - ME	RS
171	46218.013455/2015-35	207557799	CRV Servicos Terceirizados Ltda - ME	RS
172	46218.013465/2015-71	207557811	CRV Servicos Terceirizados Ltda - ME	RS
173	46218.013466/2015-15	207557438	CRV Servicos Terceirizados Ltda - ME	RS
174	46218.013612/2015-11	207619298	CRV Servicos Terceirizados Ltda - ME	RS
175	46218.013614/2015-00	207623651	CRV Servicos Terceirizados Ltda - ME	RS
176	46218.013615/2015-46	207624186	CRV Servicos Terceirizados Ltda - ME	RS
177	46218.008409/2015-14	206760876	Ditek Empreiteira de Mao de Obra Eireli - EPP	RS
178	46218.008392/2015-03	206757034	Ditek Empreiteira de Mao de Obra Eireli - EPP	RS
179	46218.008393/2015-40	206760558	Ditek Empreiteira de Mao de Obra Eireli - EPP	RS
180	46218.008394/2015-94	206760566	Ditek Empreiteira de Mao de Obra Eireli - EPP	RS
181	46218.008395/2015-39	206760574	Ditek Empreiteira de Mao de Obra Eireli - EPP	RS
182	46218.008397/2015-28	206760621	Ditek Empreiteira de Mao de Obra Eireli - EPP	RS
183	46218.008398/2015-72	206760698	Ditek Empreiteira de Mao de Obra Eireli - EPP	RS
184	46218.008399/2015-17	206760701	Ditek Empreiteira de Mao de Obra Eireli - EPP	RS
185	46218.008400/2015-11	206760744	Ditek Empreiteira de Mao de Obra Eireli - EPP	RS
186	46218.008401/2015-58	206760752	Ditek Empreiteira de Mao de Obra Eireli - EPP	RS
187	46218.008402/2015-01	206760779	Ditek Empreiteira de Mao de Obra Eireli - EPP	RS
188	46218.008403/2015-47	206760795	Ditek Empreiteira de Mao de Obra Eireli - EPP	RS
189	46218.008404/2015-91	206760817	Ditek Empreiteira de Mao de Obra Eireli - EPP	RS
190	46218.008405/2015-36	206760825	Ditek Empreiteira de Mao de Obra Eireli - EPP	RS
191	46218.008406/2015-81	206760841	Ditek Empreiteira de Mao de Obra Eireli - EPP	RS
192	46218.008407/2015-25	206760850	Ditek Empreiteira de Mao de Obra Eireli - EPP	RS
193	46218.008408/2015-70	206760868	Ditek Empreiteira de Mao de Obra Eireli - EPP	RS
194	46271.002320/2014-19	203696174	Indústria Farmaceutica Basa Ltda.	RS
195	46271.002321/2014-63	203696182	Indústria Farmaceutica Basa Ltda.	RS
196	46271.002322/2014-16	203696191	Indústria Farmaceutica Basa Ltda.	RS
197	47183.001079/2013-81	201673029	Sociedade Hospital Sao Gabriel Arcanjo	RS
198	47183.001080/2013-14	201673011	Sociedade Hospital Sao Gabriel Arcanjo	RS
199	46220.003931/2014-80	204339600	Casa do Povo Tecidos e Confeccoes Ltda - EPP	SC
200	46220.004290/2014-81	204339812	Casa do Povo Tecidos e Confeccoes Ltda - EPP	SC
201	46220.004723/2014-06	204339634	Casa do Povo Tecidos e Confeccoes Ltda - EPP	SC
202	46220.004814/2014-33	204339561	Casa do Povo Tecidos e Confeccoes Ltda - EPP	SC
203	46301.001177/2014-43	203124979	Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - Casan	SC
204	46301.001179/2014-32	203125126	Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - Casan	SC
205	46220.002379/2014-11	203424433	Eleganza Confeccoes Ltda - ME	SC
206	46304.000832/2014-16	203097343	Lojas de Departamentos Milium Ltda	SC
207	46265.000270/2015-03	205799477	Andritz Hydro Inepar do Brasil S.A.	SP
208	46254.003935/2013-90	201493993	Araujo Seguranca e Vigilancia Eireli - ME	SP
209	46256.003786/2013-49	201434725	Avaf-Instalacoes Industriais e Comercio Ltda	SP
210	46256.003787/2013-93	201434695	Avaf-Instalacoes Industriais e Comercio Ltda	SP
211	46256.003790/2013-15	201434717	Avaf-Instalacoes Industriais e Comercio Ltda	SP
212	46736.003115/2010-32	21802629	Banco Itaú S.A.	SP
213	46254.000594/2015-62	205979505	Citrosuco S/A Agroindustria	SP
214	46254.000595/2015-15	205979467	Citrosuco S/A Agroindustria	SP
215	46254.000596/2015-51	205979866	Citrosuco S/A Agroindustria	SP
216	46254.000597/2015-04	205980104	Citrosuco S/A Agroindustria	SP
217	46254.000599/2015-95	205979912	Citrosuco S/A Agroindustria	SP
218	46254.000600/2015-81	205980015	Citrosuco S/A Agroindustria	SP
219	46265.002026/2014-96	204249074	Clealco Acucar e Alcool S/A	SP
220	46265.002027/2014-31	204249112	Clealco Acucar e Alcool S/A	SP
221	46265.002028/2014-85	204249121	Clealco Acucar e Alcool S/A	SP
222	46265.002031/2014-07	204249325	Clealco Acucar e Alcool S/A	SP
223	46265.002032/2014-43	204249341	Clealco Acucar e Alcool S/A	SP
224	46265.002033/2014-98	204249376	Clealco Acucar e Alcool S/A	SP
225	46265.002034/2014-32	204249406	Clealco Acucar e Alcool S/A	SP
226	46265.002035/2014-87	204249538	Clealco Acucar e Alcool S/A	SP
227	46265.002036/2014-21	204249511	Clealco Acucar e Alcool S/A	SP
228	46265.002037/2014-76	204249431	Clealco Acucar e Alcool S/A	SP
229	46265.002987/2014-09	204817650	Clealco Acucar e Alcool S/A	SP
230	46265.002988/2014-45	204817668	Clealco Acucar e Alcool S/A	SP
231	46265.002989/2014-90	204817676	Clealco Acucar e Alcool S/A	SP
232	46265.002990/2014-14	204817684	Clealco Acucar e Alcool S/A	SP
233	46265.002992/2014-11	204817706	Clealco Acucar e Alcool S/A	SP
234	46265.002993/2014-58	204817714	Clealco Acucar e Alcool S/A	SP
235	46265.002996/2014-91	25840584	Clealco Acucar e Alcool S/A	SP
236	47998.008121/2011-49	21624488	Fundacao Estadual do Bem Estar do Menor	SP
237	46258.002114/2014-87	203647726	Hidro Mecânica Ltda.	SP
238	46219.004659/2014-94	203048768	ISS Manutenção e Serviços Integrados Ltda.	SP
239	46262.000160/2015-63	205728651	Modi Mao de Obra e Servicos Ltda	SP
240	46262.000162/2015-52	205737650	Modi Mao de Obra e Servicos Ltda	SP

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800255

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

241	46255.003361/2007-00	15981541	Natalina Aparecida da Silva Pereira	SP
242	46259.001512/2015-57	206130244	Norpal Comercial e Construtora Ltda	SP
243	46259.002557/2015-49	206525109	Norpal Comercial e Construtora Ltda	SP
244	46259.002558/2015-93	206525150	Norpal Comercial e Construtora Ltda	SP
245	46259.002559/2015-38	206525168	Norpal Comercial e Construtora Ltda	SP
246	46259.002560/2015-62	206525192	Norpal Comercial e Construtora Ltda	SP
247	46259.002561/2015-15	206525214	Norpal Comercial e Construtora Ltda	SP
248	46259.002562/2015-51	206525273	Norpal Comercial e Construtora Ltda	SP
249	46259.002563/2015-04	206527888	Norpal Comercial e Construtora Ltda	SP
250	46259.002564/2015-41	206526326	Norpal Comercial e Construtora Ltda	SP
251	46259.002565/2015-95	206526318	Norpal Comercial e Construtora Ltda	SP
252	46259.002566/2015-30	206525028	Norpal Comercial e Construtora Ltda	SP
253	46259.002567/2015-84	206509472	Norpal Comercial e Construtora Ltda	SP
254	46259.002569/2015-73	206502788	Norpal Comercial e Construtora Ltda	SP
255	46259.002571/2015-42	206529015	Norpal Comercial e Construtora Ltda	SP
256	46259.002572/2015-97	206503806	Norpal Comercial e Construtora Ltda	SP
257	46259.002573/2015-31	206532202	Norpal Comercial e Construtora Ltda	SP
258	46259.002574/2015-86	206525117	Norpal Comercial e Construtora Ltda	SP
259	46259.002575/2015-21	206508042	Norpal Comercial e Construtora Ltda	SP
260	46259.002584/2015-11	206505850	Norpal Comercial e Construtora Ltda	SP
261	46259.002585/2015-66	206505566	Norpal Comercial e Construtora Ltda	SP
262	46259.002586/2015-19	206525087	Norpal Comercial e Construtora Ltda	SP
263	46257.002545/2013-72	200641581	OR Service Comercio e Servicos em Imagens Ltda	SP
264	46261.002708/2011-96	17703069	Orgao Gestao Mao Obra do Trabalho Portuário do Porto Org Santos	SP
265	46736.006401/2012-11	24703338	Ri Happy Brinquedos Ltda	SP
266	46219.008087/2014-12	203423241	Skanska Brasil Ltda.	SP
267	46736.002401/2013-23	200518038	Souza Cruz S.A.	SP
268	46736.002402/2013-78	200518020	Souza Cruz S.A.	SP
269	46736.002406/2013-56	200518046	Souza Cruz S.A.	SP
270	46736.002765/2013-11	200518062	Souza Cruz S.A.	SP
271	47998.002975/2011-11	21619778	SPI Industria e Comercio de Produtos Plasticos Ltda-EPP	SP
272	47998.002977/2011-19	21619760	SPI Industria e Comercio de Produtos Plasticos Ltda-EPP	SP
273	46254.000685/2015-06	206037244	Sucocitrico Cutrale Ltda	SP
274	46254.000689/2015-86	206037589	Sucocitrico Cutrale Ltda	SP
275	46219.014738/2015-94	207318417	Temon Tecnica de Montagens e Construcoes Ltda	SP
276	46219.019672/2013-67	201504014	Tupy S/A	SP
277	47999.007123/2013-72	201778459	Wirex Cable S.A	SP
278	47999.007125/2013-61	201777843	Wirex Cable S.A	SP
279	47999.007126/2013-14	201778173	Wirex Cable S.A	SP
280	47999.007129/2013-40	201786591	Wirex Cable S.A	SP
281	46226.023550/2014-67	202727581	SBF Comercio de Produtos Esportivos Ltda	TO

1.2 Pela improcedência do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46241.001746/2013-21	202279685	Nivaldo de Souza Barbosa	MG

2) Em apreciação de recurso de ofício:
2.1 Pela improcedência do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	47747.007346/2013-00	201551080	Construtora Terraço Ltda.	MG
2	46215.045624/2011-01	022944672	Icatu Holding S.A.	RJ

2.2 Pela procedência do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46240.001128/2014-72	203981448	Cláudio Roberto Vieira	MG
2	46240.001129/2014-17	203981481	Cláudio Roberto Vieira	MG
3	46240.001221/2014-87	203980689	Cláudio Roberto Vieira	MG
4	46240.001222/2014-21	203980859	Cláudio Roberto Vieira	MG
5	46240.001223/2014-76	203981511	Cláudio Roberto Vieira	MG
6	46245.000511/2013-82	025364693	Zamboni Comercial Ltda.	MG
7	46245.000512/2013-27	025364723	Zamboni Comercial Ltda.	MG
8	46245.000513/2013-71	025364707	Zamboni Comercial Ltda.	MG
9	46245.000514/2013-16	025364715	Zamboni Comercial Ltda.	MG

2.3 Pela procedência parcial do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46200.002187/2013-53	202145433	Estação Vip Segurança Privada Ltda.	AC
2	46200.002188/2013-06	202145484	Estação Vip Segurança Privada Ltda.	AC
3	46202.002858/2014-47	202870430	Açaí Transportes Coletivos Ltda.	AM
4	46202.002859/2014-91	202870448	Açaí Transportes Coletivos Ltda.	AM
5	46202.002860/2014-16	202870464	Açaí Transportes Coletivos Ltda.	AM

O Coordenador-Geral de Recursos da Secretaria de Inspeção do Trabalho/MTE, no uso de sua competência, prevista no art. 9º, inciso I, alínea "c", anexo VI, da Portaria/GM nº 483, de 15 de setembro de 2004, art. 5º art. 161 da CLT e Portaria MTE nº 1719/2014 decidiu o processo de interdição nos seguintes termos:

Negando provimento, mantendo a decisão que decretou a interdição

Nº	PROCESSO	Termo de Interdição	EMPRESA	UF
1	46212.023059/2017-38 e 46212.023489/2017-50	350117.2017.11.14-1	Nelson do Brasil Peças Tutulares e Tubos de Exaustão Ltda.	PR

FELIPE PÓVOA ARAÚJO

SECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO

PORTARIA Nº 28, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2017

O Secretário de Relações do Trabalho, do Ministério do Trabalho - MTb, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto nos arts. 12 a 14 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Delegar competência à Coordenação - Geral de Registro Sindical para analisar, na forma do art.5º, anexo X, da Portaria MTb nº 1.153, de 30 de outubro de 2017, os recursos administrativos no âmbito da Secretaria de Relações do Trabalho deste Ministério, decorrentes de processos de pedido de registro sindical e de alteração estatutária.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS CAVALCANTE DE LACERDA

DESPACHOS DE 6 DE DEZEMBRO DE 2017

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica 1508/2017/CGRS/SRT/MTb, resolve: DEFERIR o pedido de Registro Sindical ao Sindicato Patronal das Empresas Prestadoras de Serviço de Apoio e Gestão Comercial de Empresas e Órgãos Concessionários de Gás, Energia e Saneamento do Estado de São Paulo - SINDGESCOM, CNPJ 22.526.367/0001-86, Processo 46473.004254/2015-26, nos termos do art. 25, inciso III, da Portaria 326/2013.

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, em cumprimento ao mandado de intimação exarado nos autos do processo judicial n° 0000255-77.2016.5.10.0006, procedente do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica N° 365/2017/AIP/SRT/MTb, considerando o preenchimento dos requisitos para a publicação do pedido de registro sindical, em consonância com a Nota Técnica N° 1145/2015/CGRS/SRT/MTE, dá ciência do requerido pela entidade abaixo mencionada, ficando aberto o prazo de 30 (trinta) dias para que os interessados possam se manifestar, nos termos da Portaria 188/2007 e da Portaria 326/2013.

Processo	46213.029360/2014-01
Entidade	Sindicato dos Empregados nas Indústrias de Prospecção, Extração, Calcinação, Beneficiamento, Artefatos e Produtos do Gesso e seus Derivados dos Municípios de Pernambuco
CNPJ	21.110.392/0001-11
Abrangência	Estadual
Base Territorial	*Pernambuco*
Categoria	Empregados nas Indústrias de Prospecção, Extração, Calcinação, Beneficiamento, Artefatos e Produtos do Gesso e seus Derivados

CARLOS CAVALCANTE DE LACERDA

Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 976, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017

Recondução do Grupo de Trabalho constituído pela Portaria nº 722, de 17 de agosto de 2017, com vistas a propor soluções para a destinação da área pública federal denominada Cais da Gamboa, no Município do Rio de Janeiro.

O MINISTRO DE ESTADO DOS TRANSPORTES, PORTOS E AVIAÇÃO CIVIL, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, e,

Considerando a constituição do Grupo de Trabalho estabelecido por meio da Portaria nº 722, de 17 de agosto de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 18 de agosto de 2017, que tem como objetivo analisar o pleito constante no Ofício GBP 192/2017 e propor soluções para a destinação da área pública federal denominada Cais da Gamboa, no Município do Rio de Janeiro, hoje sob a guarda e responsabilidade da Companhia Docas do Rio de Janeiro;

Considerando o disposto nos autos do Processo nº 50000.034615/2017-64, e

Considerando a necessidade de retomar as discussões relacionadas aos assuntos objeto do GT, resolve:

Art. 1º Reconduzir o Grupo de Trabalho constituído pela Portaria nº 722, de 17 de agosto de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 18 de agosto de 2017, com as mesmas atribuições e composição.

Art. 2º O GT terá o prazo de 120 dias para apresentação de relatório final dos trabalhos.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURÍCIO QUINTELLA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800256

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 978, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017

Aprova o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI, do Projeto de Investimento em Infraestrutura no Setor de Transportes - Rodovia, proposto pela Entrevias Concessionária de Rodovias S.A..

O MINISTRO DE ESTADO DOS TRANSPORTES, PORTOS E AVIAÇÃO CIVIL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição Federal; o art. 27, inciso XXI e § 8º da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003; a Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007; bem como o art. 4º, da Portaria GM/MT nº 124, de 13 de agosto de 2013; e o que consta dos autos formalizados junto a este Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil através de registro pelo Processo nº 50000.044829/2017-49, resolve:

Art. 1º Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI, do Projeto de Investimento em Infraestrutura no Setor de Transportes - Rodovia, proposto pela Entrevias Concessionária de Rodovias S.A., que objetiva a prestação de serviços públicos de operação, manutenção e realização de investimentos previstos no contrato de concessão; trabalhos iniciais de pavimentação, faixa de domínio, drenagem, contenção viária e sinalização; investimentos obrigatórios relacionados à duplicação de 211 quilômetros de faixas rodoviárias entre os Municípios de Florínea e Borborema; construção de faixas adicionais, dispositivos de retorno e outras estruturas rodoviárias contendo a implementação das seguintes estruturas rodoviárias: 33 dispositivos de entroncamento, 51 pontos de ônibus, 40 passarelas, 7 quilômetros de pistas marginais, 83 quilômetros de ciclovias em áreas urbanizadas, 4 novas praças de pedágio e 89 quilômetros de acostamento; investimentos em Serviços de Atendimento aos Usuários - SAU: implantação e manutenção de 17 bases SAU, monitoramento da rodovia, implantação de redes de dados sem fio e implantação de sistema de radiocomunicação, no Estado de São Paulo, conforme descrito no Anexo I desta Portaria.

Art. 2º Após a conclusão do projeto ou após o término do prazo de fruição do REIDI a Empresa deverá apresentar ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil documento que ateste a execução total ou parcial ou a entrada em operação do empreendimento, nos termos do disposto no art. 6º e §1º, da Portaria GM/MT nº 124/2013, de 13 de agosto de 2013.

Art. 3º Os autos do Processo nº 50000.044829/2017-49 ficarão arquivados e disponíveis neste Ministério, para consulta e fiscalização dos órgãos de controle.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURÍCIO QUINTELLA

ANEXO	
Pessoa Jurídica Titular	Entrevias Concessionária de Rodovias S.A.
CNPJ	26.664.057/0001-89
Tipo	Rodovia
Projeto de Investimento	Projeto na área de infraestrutura de transporte rodoviário, que objetiva a prestação de serviços públicos de operação, manutenção e realização de investimentos previstos no contrato de concessão; trabalhos iniciais de pavimentação, faixa de domínio, drenagem, contenção viária e sinalização; investimentos obrigatórios relacionados à duplicação de 211 quilômetros de faixas rodoviárias entre os Municípios de Florínea e Borborema; construção de faixas adicionais, dispositivos de retorno e outras estruturas rodoviárias contendo a implementação das seguintes
	estruturas rodoviárias: 33 dispositivos de entroncamento, 51 pontos de ônibus, 40 passarelas, 7 quilômetros de pistas marginais, 83 quilômetros de ciclovias em áreas urbanizadas, 4 novas praças de pedágio e 89 quilômetros de acostamento; investimentos em Serviços de Atendimento aos Usuários - SAU: implantação e manutenção de 17 bases SAU, monitoramento da rodovia, implantação de redes de dados sem fio e implantação de sistema de radiocomunicação, no Estado de São Paulo.
Localização	Estado de São Paulo.
Estimativa de Investimento	R$ 1.375.151.404,39
Impacto do Benefício	R$ 53.083.526,26
Enquadramento	Art. 1º, da Portaria GM/MT nº 124, de 13 de agosto de 2013.
Identificação do Processo	50000.044829/2017-49

PORTARIA Nº 979, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017

Aprova o enquadramento, como prioritário, do Projeto de Investimento em Infraestrutura na Área de Transporte e Logística no Setor Rodoviário, proposto pela Concessionária de Rodovias Minas Gerais Goiás S.A. - MGO Rodovias, para fins de emissão de debêntures incentivadas.

O MINISTRO DE ESTADO DOS TRANSPORTES, PORTOS E AVIAÇÃO CIVIL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto na Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, no Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, e na Portaria nº 09, de 27 de janeiro de 2012, resolve:

Art. 1º Aprovar o enquadramento, como prioritário, do projeto de investimento em infraestrutura na área de transporte e logística no setor rodoviário, proposto pela Concessionária de Rodovias Minas Gerais Goiás S.A. - MGO Rodovias, que tem por objeto a implantação de obras de ampliação e melhorias da rodovia BR-050/GO/MG, no trecho de 436,6 km que se inicia no entroncamento com a BR-040, em Cristalina (GO), e se estende até o Município de Delta (MG), na divisa do Estado de Minas Gerais com o Estado de São Paulo, especialmente a execução de obras de duplicação de cerca de 35 km (trinta e cinco quilômetros), nos Estados de Minas Gerais e Goiás, para fins de emissão de debêntures incentivadas, conforme descrito no Anexo desta Portaria.

Art. 2º Os autos do Processo nº 50000.048903/2017-04 ficarão arquivados e disponíveis neste Ministério, para consulta e fiscalização dos órgãos de controle.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURÍCIO QUINTELLA

ANEXO	
Projeto	Projeto da Concessionária de Rodovias Minas Gerais Goiás S.A. - MGO Rodovias de emissão de debêntures tem por objeto a implantação de obras de ampliação e melhorias da rodovia BR-050/GO/MG, no trecho de 436,6 km que se inicia no entroncamento com a BR-040, em Cristalina (GO), e se estende até o Município de Delta (MG), na divisa do Estado de Minas Gerais com o Estado de São Paulo, especialmente a execução de obras de duplicação de cerca de 35 km (trinta e cinco quilômetros), nos Estados de Minas Gerais e Goiás.
Denominação Comercial	MGO Rodovias
Razão Social	Concessionária de Rodovias Minas Gerais Goiás S.A.
CNPJ	19.208.022/0001-70
Relação das Pessoas Jurídicas	- Gregor Participações Ltda. (CNPJ: 05.155.720/0001-40) - Senpar Ltda. (CNPJ: 56.372.253/0001-40) - Construtora Estrutural Ltda. (CNPJ: 75.154.385/0001-40) - Construtora Kamilos Ltda. (CNPJ: 50.557.404/0001-59)
	- Ellenco Participações Ltda. (CNPJ: 19.345.963/0001-55) - Engenharia e Comércio Bandeirantes Ltda. (CNPJ: 59.598.029/0001-60) - TCL Tecnologia e Construções Ltda. (CNPJ: 00.437.218/0001-08) - Maqterra Transporte e Terraplanagem Ltda. (CNPJ: 46.486.650/0001-90) - Vale do Rio Novo Engenharia e Construções Ltda. (CNPJ: 50.344.902/0001-13)
Relação dos Documentos Apresentados - Formulário de Cadastro do Projeto da SPE. (Anexo I). - Formulário de Demonstração dos Fluxos de Caixa. (Anexo II). - Quadro Anual de Usos e Fontes do Investimento. (Anexo III).	
- Ata da Assembleia Geral de Constituição, realizada em 28.10.2013. - Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral. - Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União. - Certificado de Regularidade do FGTS - CRF.	
Local de Implantação do Projeto: Estados de Minas Gerais e Goiás.	

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800257

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA N° 4.630, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES, PORTOS E AVIAÇÃO CIVIL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 6º da Portaria nº 228, de 11 de outubro de 2007 e as alterações posteriores, e;

Considerando o determinado nos incisos I e II, do § 8º, do artigo 1º-A da Lei nº. 10.336, de 19 de dezembro de 2001;

Considerando o disposto na Portaria nº. 268, de 13 de dezembro de 2012, do Ministro de Estado dos Transportes, Portos e Aviação Civil; e

Considerando o despacho da Secretaria Nacional de Transportes Terrestre e Aquaviário do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, resolve:

Art. 1º Publicar o Programa de Trabalho proposto pelo Distrito Federal para o exercício 2017 - 2ª alteração, referente à aplicação dos recursos que lhe cabem, relativos à Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE, instituída pela Lei nº. 10.336, de 19 de dezembro de 2001, nos termos do respectivo processo administrativo, conforme discriminado no anexo desta Portaria.

Art. 2º Revogar o Anexo da Portaria nº. 4.283, de 7 de novembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União do dia 13 de novembro de 2017, seção 1, página 103.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO FORTES MELRO FILHO

ANEXO

Unidade da Federação: DISTRITO FEDERAL Processo nº 50000.118875/2016-19

PROGRAMA DE TRABALHO PARA 2017 - 2ª alteração

Programa de Trabalho contendo as alterações propostas pelo Distrito Federal, recebido em de 28 de novembro de 2017.

Relação de Empreendimentos

A - Programa de Restauração de Rodovias

Rodovia	Trecho	Custo (R$1,00)
01. DF-001 (EPCT)	Entroncamento BR-070/DF-095(EPCL)-Entroncamento BR-080/251 (B)	13.758.695,37
02. DF-001 (EPCT)	Entroncamento DF-170 ao Entroncamento BR-010/020/030/DF-003/DF-150 (Parque Rodoviário do DER-DF) - 2ª etapa	10.212.466,12
03. DF-463	Entroncamento DF-001(EPCT)-São Sebastião	5.568.283,46
04. DF-440	Entroncamento VC-263 (Km 7,2) - Km 15,4 Lote 2	1.288.456,93
05. DF-001	Entroncamento DF-075 ao Entroncamento DF-085	1.970.136,11
Total do programa A		32.798.037,99

B - Programa de Implantação de Ciclovias

Rodovia	Trecho	Custo (R$1,00)
01. DF-001(EPCT)	Entroncamento DF-170 - Entroncamento BR-010/020/030/DF-003/DF-150 (Parque Rodoviário do DER-DF) - 1ª etapa	1.331.556,50
Total do Programa B		1.331.556,50

C - Programa de Construção de Pontes

Rodovia	Trecho	Custo (R$1,00)
01. VC-533	Entroncamento BR-080/BR-251-Divisa DF/GO	1.419.773,13
02. DF-290	Acesso ao Gama - Entroncamento Av. Alagados (Santa Maria)	3.851.395,23
03. DF-445	Entroncamento BR-080/BR-251 ao Entroncamento DF-435	607.400,87
Total do programa C		5.878.569,23

Total Geral do programa A+B+C	40.008.163,72

Cronograma Financeiro
(Valores em R$ 1,00)

Discriminação	Trimestre				Total programa
	1º	2º	3º	4º	
A - Programa de Restauração de Rodovias	0,00	7.820.763,00	9.271.659,95	15.705.615,04	32.798.037,99
B - Programa de Implantação de Ciclovias	0,00	0,00	0,00	1.331.556,50	1.331.556,50
C - Programa de Construção de Pontes	0,00	205.371,64	1.159.224,27	4.513.973,32	5.878.569,23
Total da Unidade da Federação	0,00	8.026.134,64	10.430.884,22	21.551.144,86	40.008.163,72

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA

PORTARIA Nº 3.836, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017

O GERENTE DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 5º, inciso XIV, da Portaria nº 1751, de 6 de julho de 2015, com fundamento na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, e considerando o que consta do processo nº 00065.555774/2017-75, resolve:

Inscrever o aeródromo privado Fazenda Meu Ranchinho (MS) (código OACI: SSRR) no cadastro de aeródromos. A inscrição tem validade de 10 (dez) anos.

Esta Portaria entra em vigor na data da publicação. O inteiro teor desta Portaria encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço www.anac.gov.br/legislacao.

RODRIGO OTÁVIO RIBEIRO

PORTARIA Nº 3.944, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017

O GERENTE DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 5º, inciso XIV, da Portaria nº 1751, de 6 de julho de 2015, com fundamento na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, e considerando o que consta do processo nº 00065.565086/2017-13, resolve:

Inscrever o aeródromo privado Fazenda Remanso (RO) (código OACI: SWRM) no cadastro de aeródromos. A inscrição tem validade de 10 (dez) anos.

Esta Portaria entra em vigor na data da publicação. O inteiro teor desta Portaria encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço www.anac.gov.br/legislacao.

RODRIGO OTÁVIO RIBEIRO

PORTARIA Nº 3.964, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017

O GERENTE DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 5º, inciso XIV, da Portaria nº 1751, de 6 de julho de 2015, com fundamento na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, e considerando o que consta do processo nº 00065.565208/2017-71, resolve:

Inscrever o aeródromo privado Fazenda Santo Antônio (AM) (código OACI: SSTM) no cadastro de aeródromos. A inscrição tem validade de 10 (dez) anos.

Esta Portaria entra em vigor na data da publicação. O inteiro teor desta Portaria encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço www.anac.gov.br/legislacao.

RODRIGO OTÁVIO RIBEIRO

SUPERINTENDÊNCIA DE PADRÕES OPERACIONAIS

GERÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO

PORTARIAS DE 25 DE OUTUBRO DE 2017

A GERENTE DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO SUBSTITUTA, no uso da atribuição que lhe confere o item 4.6.2.1(a)(v) do Manual de Cargos e Funções MCF-0001/SPO, Revisão D, aprovado pela Portaria nº 3.426, de 13 de outubro de 2017, resolve:

Nº 3.541 - Suspender cautelarmente as homologações dos cursos práticos de Piloto Comercial de Avião (PCA) e Voo por Instrumentos (IFR), do AEROCLUBE DE SOROCABA, situada à Av. Santos Dumont , n° 1285, Vila Angélica, em Sorocaba - SP, CEP: 18065-290. Processo nº 00065.500223/2017-74.

Nº 3.548 - Renovar, por 5 (cinco) anos, a homologação dos cursos teóricos de Piloto Comercial Avião - PC-A/IFR, Piloto Comercial de Helicóptero - PC-H e Voo por Instrumentos - IFR da AEROCURSO.COM ESCOLA DE AVIAÇÃO CIVIL, situada à Avenida Inglaterra, 1335 - Centro - Cambé - PR, CEP: 86181-000. Processo nº 00065.543946/2017-68.

Estas Portarias entram em vigor na data da publicação. O inteiro teor destas Portarias encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço www.anac.gov.br/legislacao.

MELINA ZABAN CARNEIRO

PORTARIA Nº 3.591, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2017

A GERENTE DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO SUBSTITUTA, no uso da atribuição que lhe confere o item 4.6.2.1(a)(v) do Manual de Cargos e Funções MCF-0001/SPO, Revisão D, aprovado pela Portaria nº 3.426, de 13 de outubro de 2017, e considerando o que consta do processo nº 00065.518936/2017-94, resolve:

Art. 1º Homologar, por 5 (cinco) anos, o curso prático de Piloto Comercial de Helicóptero - PCH e o curso prático de Voo por Instrumentos Helicóptero - IFRH (IS61-002D) do AEROCLUBE PARÁ DE MINAS, situado à Rua Ponte Nova, 111 - Aeroporto, Santos Dumont, em Pará de Minas - MG, CEP: 35660-321.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MELINA ZABAN CARNEIRO

PORTARIAS DE 22 DE NOVEMBRO DE 2017

A GERENTE DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO SUBSTITUTA, no uso da atribuição que lhe confere o item 4.6.2.1(a)(v) do Manual de Cargos e Funções MCF-0001/SPO, Revisão D, aprovado pela Portaria nº 3.426, de 13 de outubro de 2017, resolve:

Nº 3.855 - Revogar a homologação do curso teórico de Piloto de Linha Aérea de Helicóptero (PLAH), da SCODA AERONÁUTICA, FABRICAÇÃO, COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORT, situada à Estrada Municipal IPN 020, Km 0,1, s/nº, Sítio Santo, Rural, em Ipeuna - SP, CEP: 13537-000. Processo nº 00065.005787/2015-36.

Nº 3.863 - Suspender cautelarmente a autorização de funcionamento e a homologação dos cursos teóricos e práticos de PP-A, PC-A/IFR, INV-A e do curso teórico de IFR-A da AERONOP ESCOLA DE AVIAÇÃO CIVIL LTDA- ME, situada à Rua das Aroeiras, 583, Centro, em Sinop- MT, CEP: 78550-224, até que sejam corrigidas as inconformidades identificadas no processo. Processo nº 00065.550229/2017-92.

Estas Portarias entram em vigor na data da publicação. O inteiro teor destas Portarias encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço www.anac.gov.br/legislacao.

MELINA ZABAN CARNEIRO

PORTARIA Nº 3.910, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2017

A GERENTE DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO SUBSTITUTA, no uso da atribuição que lhe confere o item 4.6.2.1(a)(v) do Manual de Cargos e Funções MCF-0001/SPO, Revisão D, aprovado pela Portaria nº 3.426, de 13 de outubro de 2017, e considerando o que consta do processo nº 00065.520558/2017-17, resolve:

Art. 1º Revogar a autorização definitiva de funcionamento, e consequentemente o Certificado de Atividade Aérea - CAA, do AEROCLUBE MINEIRO DE PLANADORES, situado à Rua Feliciano Negrão nº 12, Jaraguá, Belo Horizonte (MG), CEP: 31.255790.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MELINA ZABAN CARNEIRO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800258

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 3.960, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017

A GERENTE DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO SUBSTITUTA, no uso da atribuição que lhe confere o item 4.6.2.1(a)(v) do Manual de Cargos e Funções MCF-0001/SPO, Revisão D, aprovado pela Portaria nº 3.426, de 13 de outubro de 2017, e considerando o que consta do processo nº 00065.553492/2017-33, resolve:

Art. 1º Suspender cautelarmente a autorização de funcionamento e a homologação dos cursos práticos de PP-A, PC-A e INV-A da CHB Escola de Aviação Civil - Conselheiro Lafaiete, situada na Rodovia BR 40, Km 635, Aeroporto Bandeirinhas, em Conselheiro Lafaiete - MG, CEP: 36400-970, até que as inconformidades identificadas no processo sejam sanadas.

Art. 2º Suspender cautelarmente a autorização de funcionamento e homologação dos cursos teóricos e práticos de PP-A, PC-A e INVA e o curso prático de IFR da CHB Escola de Aviação Civil - Filial Belo Horizonte, situada na Rua Líder, nº 43, bairro Aeroporto, em Belo Horizonte - MG, CEP 31270-480, até que as inconformidades identificadas no processo sejam sanadas.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MELINA ZABAN CARNEIRO

PORTARIA Nº 3.977, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017

A GERENTE DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO SUBSTITUTA, no uso da atribuição que lhe confere o item 4.6.2.1(a)(v) do Manual de Cargos e Funções MCF-0001/SPO, Revisão D, aprovado pela Portaria nº 3.426, de 13 de outubro de 2017, e considerando o que consta do processo nº 00065.541228/2017-57, resolve:

Art. 1º Suspender cautelarmente a homologação do curso teórico/prático de Comissário de Voo - CMV, da Amazon Fly Escola de Aviação Civil, situada à Avenida Carvalho Leal, nº 1448, Bairro Cachoeirinha, em Manaus-AM, CEP 69065-001, até que as inconformidades identificadas no processo sejam sanadas.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MELINA ZABAN CARNEIRO

PORTARIAS DE 5 DE DEZEMBRO DE 2017

A GERENTE DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO SUBSTITUTA, no uso da atribuição que lhe confere o item 4.6.2.1(a)(v) do Manual de Cargos e Funções MCF-0001/SPO, Revisão D, aprovado pela Portaria nº 3.426, de 13 de outubro de 2017, resolve:

Nº 4.037 - Revogar a autorização de funcionamento e as homologações dos cursos práticos de Piloto Privado de Helicóptero (PPH) e Piloto Comercial de Helicóptero (PCH), da HELIGYN ESCOLA DE AVIAÇÃO CIVIL, situada à Rodovia GO-070, s/nº, Hangar 63 e 66, Fazenda Caveiras, em Goiânia - GO, CEP: 74480-080. Processo nº 00065.153297/2015-45.

Nº 4.038 - Autorizar, por 5 (cinco) anos, o funcionamento da AERO DINÂMICA ESCOLA DE AVIAÇÃO CIVIL, situada à Av. Sidney Marcondi, nº 497, Vila Santos Dumont, em Ourinhos - SP, CEP: 19909-005. Homologar, por 5 (cinco) anos, o curso teórico de Piloto Privado Avião (PP-A) da AERO DINÂMICA ESCOLA DE AVIAÇÃO CIVIL. Processo nº 00065.509229/2016-26.

Nº 4.039 - Homologar, por 5 (cinco) anos, os cursos práticos de Instrutor de Voo Avião - INVA e Instrutor de Voo Helicóptero - INVH da HORUS ESCOLA DE AVIAÇÃO CIVIL LTDA, situada à Rua Presidente Nilo Peçanha, 149 - Bairro Floresta, em Joiville - SC, CEP: 89211-400. Processo nº 00065.021886/2016-46.

Estas Portarias entram em vigor na data da publicação. O inteiro teor destas Portarias encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço www.anac.gov.br/legislacao.

MELINA ZABAN CARNEIRO

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

RESOLUÇÃO Nº 5.829, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do processo nº 50300.001838/2013-37, e tendo em vista o deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 434ª Reunião Ordinária, realizada em 6 de dezembro de 2017, resolve:

Art. 1º Encaminhar os autos em epígrafe ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil - MTPA visando a celebração do 3º Termo Aditivo ao Contrato de Arrendamento nº 03/2002, nos termos da minuta constante do documento SEI nº 0013329 - fls. 555/591.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ADALBERTO TOKARSKI

RESOLUÇÃO Nº 5.831, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do processo nº 50300.000244/2013-17, e tendo em vista o deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 434ª Reunião Ordinária, realizada em 6 de dezembro de 2017, resolve:

Art. 1º Aprovar o Relatório da Comissão Especial de Inventariança de Bens do Porto de Imbituba, firmado em 22/02/2016.

Art. 2º Recomendar a assinatura do "Termo de Entrega e Recebimento dos Bens do Porto de Imbituba" pelas entidades indicadas na qualidade de signatárias.

Art. 3º Determinar à Superintendência de Fiscalização e Coordenação das Unidades Regionais - SFC, desta Agência, que promova as ações relativas aos encaminhamentos pertinentes para possibilitar a celebração do "Termo de Entrega e Recebimento dos Bens do Porto de Imbituba" no prazo de até 30 (trinta) dias.

Art. 4º Negar provimento aos recursos interpostos pela Companhia Docas de Imbituba - CDI, visando sua inclusão na Comissão Especial de Inventariança de Bens do Porto de Imbituba, diante da ausência de competência desta Agência para apreciação/atendimento do pedido sob exame.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ADALBERTO TOKARSKI

RESOLUÇÃO Nº 5.834, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do processo nº 50303.001106/2015-89, e tendo em vista o deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 434ª Reunião Ordinária, realizada em 6 de dezembro de 2017, resolve:

Art. 1º Julgar parcialmente subsistente o Auto de Infração nº 001797-3, de 10/11/2015, lavrado pela Unidade Regional de Florianópolis - UREFL, desta Agência, para afastar as infrações referentes aos Fatos 1, 2 e 4.

Art. 2º Aplicar a penalidade de multa pecuniária no valor de R$ 9.856,32 (nove mil oitocentos e cinquenta e seis reais e trinta e dois centavos), na forma do art. 78-A, inciso II, da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, em face da Administração do Porto de São Francisco do Sul - APSFS, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 83.131.268/0001-90, pela prática da infração capitulada no inciso VI do art. 33 da norma aprovada pela Resolução nº 3.274-ANTAQ, de 6 de fevereiro de 2014, consubstanciada no fato de não realizar o adequado controle de acesso e circulação de pessoas, mercadorias, veículos e unidades de cargas da área do porto organizado de São Francisco do Sul.

Art. 3º Determinar à Superintendência de Fiscalização e Coordenação das Unidades Regionais - SFC que providencie a juntada das respectivas certidões de trânsito e julgado dos processos administrativos sancionadores que fundamentam a incidência da agravante de reincidência genérica indicada na planilha de dosimetria (SEI 0002234 - p. 277).

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ADALBERTO TOKARSKI

RESOLUÇÃO Nº 5.838, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do processo nº 50300.003321/2017-14 e tendo em vista o deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 434ª Reunião Ordinária, realizada em 6 de dezembro de 2017, resolve:

Art. 1º Expedir o competente Termo de Autorização em favor da empresa CASTILHO PETRÓLEO LTDA. - EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 25.079.806/0001-48, para operar como empresa brasileira de navegação (EBN), na prestação de serviços de transporte de biocombustíveis, petróleo e seus derivados, na navegação interior de percurso longitudinal interestadual, entre os municípios de Afuá-AP e Santana-AP, na Região Hidrográfica Amazônica, na forma e condições do Termo de Autorização nº 1.505-ANTAQ.

Art. 2º A íntegra do citado Termo de Autorização encontra-se disponível no sítio eletrônico da Agência - www.antaq.gov.br.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ADALBERTO TOKARSKI

RESOLUÇÃO Nº 5.839, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do processo nº 50300.005587/2017-93 e tendo em vista o deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 434ª Reunião Ordinária, realizada em 6 de dezembro de 2017, resolve:

Art. 1º Expedir o competente Termo de Autorização em favor da empresa ATEMS DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 03.987.364/0001-03, para operar como empresa brasileira de navegação (EBN), na prestação de serviços de transporte de carga geral e granel sólido, na navegação interior de percurso longitudinal interestadual, na Região Hidrográfica Amazônica, nas rotas entre os municípios de Manaus-AM, Porto Velho-RO, Cruzeiro do Sul-AC e Itaituba-PA, na forma e condições do Termo de Autorização nº 1.506-ANTAQ.

Art. 2º A íntegra do citado Termo de Autorização encontra-se disponível no sítio eletrônico da Agência - www.antaq.gov.br.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ADALBERTO TOKARSKI

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO Nº 5.594, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2017

Conhece do pedido de reconsideração interposto pela empresa ZTL AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA., e, no mérito, dá-lhe provimento parcial.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DMR - 193, de 1º de dezembro de 2017, e no que consta do Processo nº 50500.110536/2012-11, resolve:

Art. 1º Conhecer o Pedido de Reconsideração interposto pela empresa ZTL AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA - CNPJ Nº 82.090.457/0001-07, e no mérito dar-lhe parcial provimento, para convolar a pena de Declaração de Inidoneidade imposta pela Resolução nº 4.807, de 19 de agosto 2015, em multa no valor de R$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais).

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

RESOLUÇÃO Nº 5.595, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2017

Conhece do pedido de reconsideração interposto pela empresa VIAÇÃO GARCIA LTDA. e, no mérito, nega-lhe provimento.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DMR - 194, de 1º de dezembro de 2017, e no que consta do Processo nº 50500.063237/2008-02, resolve:

Art. 1º Conhecer do pedido de reconsideração interposto pela empresa VIAÇÃO GARCIA LTDA, CNPJ nº 78.586.674/0001-07, e, no mérito, negar provimento, mantendo a decisão constante da Resolução nº 4.638, de 19 de março de 2015.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

RESOLUÇÃO Nº 5.596, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2017

Aplica a pena de Declaração de Inidoneidade à empresa UNSER TUR TRANSPORTES E TURISMO LTDA.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DMR - 195, de 1º de dezembro de 2017, e no que consta do Processo nº 50500.111192/2012-68, resolve:

Art. 1º Aplicar a pena de Declaração de Inidoneidade à empresa UNSER TUR TRANSPORTES E TURISMO LTDA., CNPJ nº 11.268.619/0001-06, pelo prazo de 3 (três) anos, em conformidade com o inciso VI do artigo 86, do Decreto nº 2.521, de 20 de março de 1998, e artigos 78-A e H da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

RESOLUÇÃO Nº 5.597, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2017

Aplica a pena de Declaração de Inidoneidade à empresa TRANSPORTADORA TURÍSTICA ESTRELA DOURADA LTDA.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DMR - 196, de 1º de dezembro de 2017, e no que consta do Processo nº 50500.044506/2009-12, resolve:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800259

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 1º Aplicar a pena de Declaração de Inidoneidade à empresa TRANSPORTADORA TURÍSTICA ESTRELA DOURADA LTDA., CNPJ nº 03.544.742/0001-76, pelo prazo de 3 (três) anos, em conformidade com o inciso VI do artigo 86, do Decreto nº 2.521, de 20 de março de 1998, e artigos 78-A e H da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

RESOLUÇÃO Nº 5.598, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2017

Aplica a pena de Declaração de Inidoneidade à empresa ROVETUR TURISMO LTDA.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DMR - 200, de 1º de dezembro de 2017, e no que consta do Processo nº 50500.110350/2012-62, resolve:

Art. 1º Aplicar a pena de Declaração de Inidoneidade à empresa ROVETUR TURISMO LTDA, CNPJ nº 03.948.160/0001-55, pelo prazo de 3 (três) anos, em conformidade com o inciso VI do artigo 86, do Decreto nº 2.521, de 20 de março de 1998, e artigos 78-A e H da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 443, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2017

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DMR - 203, de 1º de dezembro de 2017, e no que consta do Processo nº 50500.532148/2017-01, delibera:

Art. 1º Deferir o pedido de implantação de seção da EMPRESAS REUNIDAS PAULISTA DE TRANSPORTES LTDA., autorizando a inclusão do mercado Três Lagoas (MS) - Andradina (SP), na linha Campo Grande (MS) - Bauru (SP), prefixo nº 19-0028-00.

Art. 2º Alterar a Licença Operacional - LOP nº 68 da EMPRESAS REUNIDAS PAULISTA DE TRANSPORTES LTDA., conforme modificações operacionais deferidas.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 444, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2017

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DEB - 218, de 30 de novembro de 2017, e no que consta do Processo nº 50500.574062/2017-47, delibera:

Art. 1º Deferir o pedido de implantação de seção da empresa PLANALTO TRANSPORTES LTDA., autorizando a inclusão dos mercados abaixo relacionados como seções na linha Tubarão (SC) - Campinas (SP), prefixo nº 16-0061-00.

I - De: Tubarão (SC), para Campinas (SP), Jacupiranga (SP) e Registro (SP);

II - De Laguna (SC), para Registro (SP);

III - De: Imbituba (SC), Florianópolis (SC), Balneário Camboriú (SC) e Joinville (SC), para Jacupiranga (SP) e Registro (SP); e

IV - De: Curitiba (PR), para Campinas (SP).

Art. 2º Alterar a Licença Operacional - LOP nº 100 da empresa PLANALTO TRANSPORTES LTDA., conforme modificações operacionais deferidas.

Art. 3º Determinar à Superintendência de Serviços de Transporte de Passageiros - SUPAS que notifique a empresa PLANALTO TRANSPORTES LTDA. acerca dos termos da decisão aprovada pela Diretoria Colegiada, em atendimento à Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, art. 3º, inc. II.

Art. 4º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 445, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2017

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DEB - 219, de 30 de novembro de 2017, e no que consta do Processo nº 50500.574071/2017-38, delibera:

Art. 1º Deferir o pedido de implantação de seção da empresa PLANALTO TRANSPORTES LTDA., autorizando a inclusão dos mercados listados abaixo como seções na linha Erechim (RS) - São Paulo (SP), prefixo nº 10-0041-00.

I - De: Araucária (PR), São Mateus do Sul (PR) e União da Vitória (PR), para Concórdia (SC);

II - De: Araucária (PR), Concórdia (SC) e União da Vitória (PR), para Erechim (RS); e

III - De União da Vitória (PR), para São Paulo (SP).

Art. 2º Alterar a Licença Operacional - LOP nº 100 da empresa PLANALTO TRANSPORTES LTDA., conforme modificações operacionais deferidas.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 446, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2017

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DEB - 220, de 30 de novembro de 2017, e no que consta do Processo nº 50500.228461/2016-58, delibera:

Art. 1º Determinar o arquivamento do Processo nº 50500.228461/2016-58, referente à empresa IRMÃOS NASCIMENTO TURISMO LTDA, CNPJ nº 01.909.758/0001-72.

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 447, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2017

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DEB - 222, de 30 de novembro de 2017, e no que consta do Processo nº 50500.577894/2017-15, delibera:

Art. 1º Deferir o pedido de implantação de seção da empresa SOLIMÕES TRANSPORTES DE PASSAGEIROS E CARGAS LTDA., autorizando a inclusão dos mercados listados abaixo como seção na linha Curitiba (PR) - Porto Velho (RO), prefixo nº 09-0270-00.

I - De: Campo Grande (MS) para Presidente Médici (RO), Jarú (RO) e Itapuã do Oeste (RO).

Art. 2º Alterar a Licença Operacional - LOP nº 117, da empresa SOLIMÕES TRANSPORTES DE PASSAGEIROS E CARGAS LTDA., conforme modificações operacionais deferidas.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 448, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2017

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DEB - 223, de 30 de novembro de 2017, e no que consta do Processo nº 50500.339224/2015-31, delibera:

Art. 1º Deferir o pedido da empresa JBL TURISMO LTDA - ME para a implantação das linhas e seccionamentos a seguir criadas para efetivar os fracionamentos Internacionais acordados:

I - Rosário/ARG - Foz do Iguaçu/PR.

II- Buenos Aires/ARG - Foz do Iguaçu/PR.

III - Puerto Iguazu/ARG - Rio de Janeiro/RJ, com as seções: De: Puerto Iguazu/ARG Para: São Paulo/SP.

IV - Rio de Janeiro/RJ- Buenos Aires/ARG com as seções: De: Rio de Janeiro/RJ Para: Puerto Iguazu/ARG e De: São Paulo/SP Para: Puerto Iguazu/ARG.

V - São Paulo/SP - Buenos Aires/ARG com as seções: De: Joinville/SC Para: Buenos Aires/ARG, San Nicolas/ARG, Rosário/ARG, Santa Fe/ARG, Parana/ARG, Vila Federal/ARG, Quatro Bocas/ARG, Paso de Los Libres/ARG, Zarate/ARG e Gualeguaychu/ARG e De: Tubarão/SC Para: Buenos Aires/ARG, San Nicolas/ARG, Rosário/ARG, Santa Fe/ARG, Parana/ARG, Vila Federal/ARG, Quatro Bocas/ARG, Paso de Los Libres/ARG, Zarate/ARG e Gualeguaychu/ARG.

VI - Balneário Camboriú/SC - Buenos Aires/ARG com as seções: De: Tubarão/SC Para: Buenos Aires/ARG, San Nicolas/ARG, Rosário/ARG, Santa Fe/ARG, Parana/ARG, Vila Federal/ARG, Quatro Bocas/ARG, Paso de Los Libres/ARG, Zarate/ARG e Gualeguaychu/ARG.

Art. 2º Alterar a Licença Operacional - LOP nº 038 da empresa JBL TURISMO LTDA - ME conforme modificações operacionais deferidas.

Art. 3º Determinar à Superintendência de Serviços de Transporte de Passageiros - SUPAS que notifique a empresa JBL TURISMO LTDA - ME acerca dos termos da decisão aprovada pela Diretoria Colegiada, em atendimento à Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, art. 3º, inc. II.

Art. 4º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

RETIFICAÇÃO

Na Resolução nº 5.574, de 22/11/2017, publicada no DOU nº 226, de 27.11.17, Seção 1, pág. 148, onde se lê: "....CNPJ nº 02.424.003/0001-551..."; leia-se: "...00.605.950/0001-40...".

SUPERINTENDÊNCIA DE EXPLORAÇÃO DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA

PORTARIAS DE 5 DE DEZEMBRO DE 2017

O Superintendente de Exploração da Infraestrutura Rodoviária, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Deliberação n.º 157/10, de 12 de maio de 2010, resolve:

Nº 295 - Autorizar a implantação de rede elétrica de média tensão na faixa de domínio da Rodovia Santos Dumont BR-116/RJ, por meio de travessia aérea no km 60+236m, no Município de Teresópolis/RJ, de interesse da empresa ENEL Distribuição Rio. - Processo nº 50505.080556/2017-15.

Nº 296 - Autorizar a execução de rede de fibra ótica por meio de ocupação longitudinal no km 006+750m, Sentido Norte, da Rodovia BR-116/SC, no Município de Mafra/SC, de interesse da empresa TIM Celular S/A. - Processo nº 50545.020758/2017-31.

Nº 297 - Autorizar a implantação de travessia de adutora de água tratada no km 117+235m, da rodovia BR-163/MT, no Município de Rondonópolis/MT, de interesse de SANEAR - Serviço de Saneamento Ambiental de Rondonópolis. - Processo nº 50520.031045/2017-81.

Estas Portarias entram em vigor na data de sua publicação.

O inteiro teor das Portarias acima encontram-se disponíveis no sítio da ANTT na rede mundial de computadores - Endereço http://portal.antt.gov.br/index.php/content/view/355.html.

LUIZ FERNANDO CASTILHO

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE CARGAS

PORTARIA Nº 171, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE CARGAS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com o disposto na Deliberação ANTT nº 158/2010 e alterações, com a Resolução nº 2.695/2008 e alteração, e no que consta dos autos do Processo n° 50510.065411/2017-15, resolve:

Art. 1º Autorizar, para fins de regularização, as obras para implantação do Projeto de Interesse de Terceiro - PIT relativo à travessia aérea de linha de transmissão de energia elétrica, no km 285+948 m da malha ferroviária concedida à Ferrovia Centro Atlântica S.A. - FCA, pela COPEL Geração e Transmissão S.A., no município de Jaguariúna/SP.

Art. 2º Fixar o percentual de 10% (dez por cento) da receita líquida da atividade autorizada, conforme prevê o Contrato de Concessão.

Art. 3º A Concessionária deverá encaminhar à ANTT, sempre que celebrado, cópia dos Aditivos formalizados com o terceiro interessado em até 10 (dez) dias após a sua assinatura.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE PORTO MENDES DE SOUZA

PORTARIA Nº 172, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE CARGAS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com o disposto na Deliberação nº 158/2010 e alterações, com a Resolução nº 2.695/2008, alterada pela Resolução nº 5.405/2017 e no que consta dos autos do Processo ANTT n° 50510.101373/2016-91, resolve:

Art. 1º Autorizar a execução de 05 (cinco) obras relativas à implantação de: (i) galpão de armazenamento de resíduos perigosos, no município de Montes Claros/MG, (ii) estrutura de armazenamento intermediário de resíduos perigosos, no município de Bambuí/MG, (iii) ampliação de laboratório na Estação de Tratamento de Efluentes Industriais - ETEI, no município de Divinópolis/MG, (iv) transferência de areeiro na estação de Wilson Lobato, no município de Pedro Leopoldo/MG, e (v) transferência de areeiro, no município de Pires do Rio/GO, na malha ferroviária concedida à Ferrovia Centro-Atlântica S.A. - FCA.

Art. 2º O valor empregado nas obras não será considerado como investimento para fins regulatórios.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE PORTO MENDES DE SOUZA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800260

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES

DESPACHO DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017

Conforme reunião da Diretoria Colegiada/DNIT, realizada no dia 29/11/2017 e constante de Ata nº 48/2017, fundamentada no Relato nº 92/2017/DAF, apresentado pela Diretoria de Administração e Finanças, foi APROVADO o RECONHECIMENTO DE DÍVIDA junto à Empresa Brasil de Comunicação S/A - EBC, referente à prestação dos serviços de Publicidade Legal, no exercício de 2014, no valor R$11.893,31 (onze mil oitocentos e noventa e três reais e trinta e um centavos), razão pela qual, na condição de Presidente natural da Diretoria Colegiada, RATIFICO o procedimento e requeiro a remessa do processo à área competente para seu prosseguimento.

VALTER CASIMIRO SILVEIRA
Diretor-Geral

Ministério Público da União

ATOS DO PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

DECISÃO DE 5 DE DEZEMBRO DE 2017

Procedimento de Gestão Administrativa 1.00.000.015941/2016-68. Interessado: Ministério Público Federal

A Procuradora-Geral da República, considerando os elementos constantes dos autos do PGEA 1.00.000.015941/2016-68, DECIDE negar provimento ao recurso administrativo interposto pelo Presidente da Associação dos Servidores do Ministério Público Federal - ASMPF, para manter a decisão de arquivamento do feito pelos seus próprios fundamentos.

RAQUEL ELIAS FERREIRA DODGE

DECISÃO DE 5 DE DEZEMBRO DE 2017

Procedimento de Gestão Administrativa 1.00.000.007454/2016-21. Interessada: Procuradoria da República no Estado do Rio Grande do Norte.

A Procuradora-Geral da República, considerando os elementos constantes dos autos do PGEA 1.00.000.007454/2016-21, DECIDE conhecer, em parte, do recurso administrativo e, nessa extensão, conceder-lhe provimento para reconhecer que a licença para tratamento da própria saúde do servidor não suspende nem interrompe o período de estágio probatório, com fundamento no art. 20-§5º c/c art. 102-VIII-b da Lei 8.112/1990.

RAQUEL ELIAS FERREIRA DODGE

AUDITORIA INTERNA

PORTARIA Nº 13, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2017

Aprova o Planejamento Geral de Fiscalizações para o exercício de 2018 - PGF 2018.

O AUDITOR-CHEFE DA AUDITORIA INTERNA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista a competência que lhe foi atribuída pelo art. 25 da Portaria PGR nº 53, de 29 de maio de 2017, resolve:

Art. 1º Aprovar o Planejamento Geral de Fiscalizações para o exercício de 2018 - PGF 2018, na forma estabelecida no Anexo desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SEBASTIÃO GONÇALVES DE AMORIM

ANEXO

PLANEJAMENTO GERAL DE FISCALIZAÇÕES PARA O EXERCÍCIO 2018

1.INTRODUÇÃO

O Planejamento Geral de Fiscalizações consiste na ordenação das áreas da gestão com prioridades para as fiscalizações a serem realizadas pela Audin-MPU, orientando todas as ações de controle que devam ser executadas de maneira integrada, compreendendo o planejamento e a execução das ações de capacitação necessárias.

As ações de controle a serem desenvolvidas contribuirão com a elaboração dos relatórios e peças complementares que comporão os processos de contas anuais, em conformidade com a Instrução Normativa TCU nº 63, de 1º de setembro de 2010, devendo as diretrizes ora definidas orientar as atividades das diversas unidades técnicas da Audin-MPU.

2. PRIORIDADES NAS AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO

As ações de fiscalização a cargo da Audin-MPU, distribuídas por secretaria, serão desenvolvidas levando-se em conta as áreas da gestão a seguir elencadas, com prioridade para as fiscalizações.

2.1 Secretaria de Orientação e Avaliação (Seori)

No âmbito da Secretaria de Orientação e Avaliação serão priorizados os aspectos fiscalizatórios nas seguintes áreas, cumulados com a função orientativa da Seori:

1) situação contábil e financeira; e

2) admissões, vacâncias, aposentadorias e pensões.

2.2 Secretaria de Auditoria (Seaud)

As ações de controle interno a serem desenvolvidas pela Secretaria de Auditoria serão planejadas anualmente, com base na força de trabalho disponível e na análise de riscos, observadas as seguintes áreas prioritárias:

1) Gestão de Pessoas;

2) Obras e Serviços de Engenharia;

3) Tecnologia da Informação e Comunicação;

4) Administração em geral.

As análises de riscos serão utilizadas para definir as unidades gestoras e os respectivos processos a serem submetidos a auditorias operacionais e de conformidade, sendo materializadas por meio do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna - Paint e dos Programas de Auditoria.

Eventuais auditorias solicitadas por autoridades competentes do Ministério Público da União poderão ser incluídas a qualquer momento no cronograma anual, podendo a unidade técnica, se for o caso, excluir a auditoria com a menor pontuação na análise de riscos.

3. PLANEJAMENTO ANUAL DE AUDITORIAS

Nos termos do Manual de Auditoria, o planejamento anual consiste na execução de atividades relacionadas à elaboração e à aprovação do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna - Paint e do Programa de Auditoria.

3.1 Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna - Paint

O Paint será elaborado pelas unidades técnicas, sob a supervisão da Secretaria de Auditoria, e aprovado pelo Auditor-Chefe devendo, para cada área da gestão com prioridades para as fiscalizações no âmbito da Secretaria de Auditoria:

a) estabelecer, com base no Planejamento Geral de Fiscalizações e na análise de riscos, o direcionamento das ações de fiscalização, indicando as unidades gestoras que serão auditadas e os processos auditáveis;

b) estabelecer prazos e critérios para elaboração do Programa de Auditoria;

c) Detalhar a fórmula estatística a ser adotada para seleção das amostras;

d) fixar período de realização das auditorias;

e) fixar recursos e cronograma de referência para as atividades de auditoria de conformidade e operacional que serão desenvolvidas em cada unidade gestora selecionada para ser auditada;

f) estabelecer cronograma para elaboração de Relatório de Auditoria de Gestão.

O direcionamento das auditorias será realizado com base no Método de Priorização de Unidades Gestoras, a ser aplicado no âmbito de cada ramo do MPU e para cada área prioritária da Secretaria de Auditoria, não se aplicando às procuradorias-gerais nem à Escola Superior do MPU, que serão fiscalizadas anualmente.

3.1.1 Método de Priorização de Unidades Gestoras

O Método de Priorização de Unidades Gestoras objetiva selecionar, com base em análise de riscos, as unidades gestoras a serem objeto de auditorias operacionais e de conformidade, adotando-se os seguintes critérios de seleção:

a) dotação orçamentária;

b) lapso temporal após a última auditoria;

c) monitoramento de economias decorrentes de recomendações.

3.1.2 Programas de Auditoria

Os Programas de Auditoria serão elaborados pelas unidades técnicas e aprovados pela Secretaria de Auditoria, compreendendo, para cada unidade a ser auditada:

a) a equipe de auditoria;

b) priorização dos processos a serem auditados;

c) cronograma detalhado para execução das diversas etapas do programa de trabalho e da execução das auditorias.

3.1.2.1 Método de Priorização dos Processos

O Método de Priorização dos Processos será aplicado para selecionar, com base na análise de riscos, os processos a serem auditados, adotando-se os seguintes critérios:

1) dotação orçamentária;

2) lapso temporal após a última auditoria;

3) monitoramento de economias decorrentes de recomendações;

4) alteração substancial na legislação;

5) informatização do processo;

6) correlação com o planejamento estratégico;

7) recomendações do TCU.

3.1.2.2 Programas de Trabalhos

Os Programas de Trabalhos serão elaborados pelas equipes de auditoria, sob supervisão da chefia imediata, e aprovados pela respectiva unidade técnica, compreendendo, para cada processo a ser auditado:

a) objetivo do processo;

b) mapeamento do processo;

c) matriz de risco;

d) matriz de controle;

e) matriz de procedimentos.

3.1.2.3 Execução das auditorias

As auditorias serão executadas em conformidade com os programas de trabalho, compreendendo as seguintes etapas:

a) aplicação dos testes de controle;

b) preenchimento das matrizes de achados;

c) relatórios de auditoria;

d) manifestação da unidade;

e) notas de auditoria.

Os relatórios de auditoria serão encaminhados às unidades gestoras apontando os achados de auditoria, podendo propor medidas a serem adotadas pelos gestores, e solicitado a apresentação de plano de ação para aperfeiçoamento dos processos quanto aos controles internos administrativos, compreendendo as medidas a serem adotadas e o respectivo cronograma de implementação.

As notas de auditoria compreenderão análises das manifestações e dos planos de ação apresentados pelos gestores.

4. AÇÕES DE CAPACITAÇÃO

As necessidades de ações de capacitação para os trabalhos a serem desenvolvidos no âmbito da Secretaria de Auditoria no exercício seguinte deverão ser avaliadas tempestivamente pelas chefias das divisões, sendo que a execução dos treinamentos deve ocorrer preferencialmente até o mês de março seguinte e, no máximo, até abril, a fim de permitir que não haja interrupção na execução das auditorias programadas.

As ações previstas de capacitação para ocorrerem em 2018 são as seguintes:

Audi TI - Auditoria de Tecnologia da Informação;

Orçamento e Formação de Preços de Obras Públicas;

Casos Práticos da Planilha de Custos e Preços da IN nº 05/2017;

Gestão de Risco nas Contratações Públicas de Terceirização de Serviços de Acordo com a IN nº 05/2017.

5. VIGÊNCIA

O presente Planejamento Geral de Fiscalizações terá vigência a partir de sua publicação e será aplicável ao exercício financeiro de 2018.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

PROCURADORIA-GERAL

CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

1ª SUBCÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

PAUTA DA 7ª SESSÃO ORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 12 DE DEZEMBRO DE 2017

Hora: 10:00h
Local: Sala de reuniões da Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público do Trabalho - SAUN Quadra 05, Lote C, Torre A, Edifício CNC, 16º Andar, Asa Norte, Brasília, DF.
1ª Parte - Expediente.
a) - Comunicados e Assuntos Gerais:
1 - Coordenador(a) da CCR.
2 - Membros da CCR.
2ª Parte - Ordem do Dia.
I - Feitos com Pedido de Vista
Processo NF-000409.2017.03.007/6 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: NOTICIADO: SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE TIMÓTEO E CORONEL FABRICIANO - SECTEO-CF, NOTICIADO: SINDICATO DO COMÉRCIO DO VALE DO AÇO - SINDCOMÉRCIO (SINDICATO DO COMÉRCIO DO VAREJISTA E ATACADISTA DE BENS E SERVIÇOS DO VALE DO AÇO), NOTICIANTE: SUPERMERCADO COELHO DINIZ - Relatora: Dra. Abiael Franco Santos.
II - Recursos administrativos
Processo IC-000610.2016.01.004/3 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: INQUIRIDO: CAIXA ECONOMICA FEDERAL, NOTICIANTE: RONALDO TEIXEIRA - Relatora: Dra. Andréa Isa Rípoli.
Processo IC-000065.2016.02.003/6 - Assunto: 3.CONAFRET, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: DENUNCIANTE SIGILOSO, INQUIRIDO: ISFEC LTDA - ME, INQUIRIDO: MARIA REGINA CARMINATI CAMPOS - ME - Relatora: Dra. Abiael Franco Santos.
Processo NF-002924.2017.04.000/5 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO: INVIOLÁVEL SEGURANÇA LTDA., NOTICIANTE: MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO - MTE - Relatora: Dra. Abiael Franco Santos.
Processo NF-003793.2017.04.000/8 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: PAULO CEZAR CANABARRO UMPIERRE, NOTICIADO: MITSUI SUMITOMO SEGUROS SA - Relatora: Dra. Abiael Franco Santos.
Processo NF-002965.2017.15.000/4 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO: IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE MOCOCA, NOTICIANTE: SINDEES - SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE DE RIBEIRÃO PRETO E REGIÃO - Relatora: Dra. Abiael Franco Santos.
Processo PP-000395.2017.17.000/4 - Assunto: 1.CODEMAT, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: LUCIANO LOPES FIGUEIREDO, INVESTIGADO: DETRONIC DESMONTES E TERRAPLENAGEM S/A - Relatora: Dra. Abiael Franco Santos.
Processo NF-001431.2017.20.000/9 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO: CONFIANÇA TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA - EPP (CONFIANÇA SERVIÇOS), NOTICIANTE: (SOB SIGILO) - Relatora: Dra. Abiael Franco Santos.
Processo NF-000670.2017.23.000/0 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: NOTICIADO: SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE DO ESTADO DE MATO GROSSO - SESSAMT, NOTICIANTE: EQUIPEMED

ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA - ME - Relatora: Dra. Abiael Franco Santos.
Processo NF-003971.2017.02.000/7 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO: BASF SA , NOTICIANTE: VOLDI SILVA ALVES - Relatora: Dra. Débora Monteiro Lopes.
Processo NF-000118.2017.07.000/7 - Assunto: 5.CONATPA, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: SINTERC-CE-SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS EMPRESAS DE REFEIÇÕES COLETIVAS E AFINS DO ESTADO DO CEARÁ, NOTICIADO: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS - LUBRIFICANTES E DERIVADOS DE PETRÓLEO DO NORDESTE - LUBNOR, NOTICIADO: PCA - REFEICOES COLETIVAS E HOSPITALARES LTDA , NOTICIADO: PCA - REFEIÇÕES COLETIVAS E HOSPITALARES LTDA., NOTICIADO: PCA - COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA - EPP, NOTICIADO: PCA - COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA - EPP, NOTICIADO: PCA - REFEIÇÕES COLETIVAS E HOSPITALARES LTDA. - Relatora: Dra. Débora Monteiro Lopes.
III - Demais Procedimentos para análise revisional
PRT 1ª Região-RJ - PP-000181.2011.01.007/9, IC-001136.2015.01.000/0, PAJ-000456.2015.01.001/9, IC-000198.2015.01.005/0, IC-004015.2016.01.000/0, IC-004554.2016.01.000/7, IC-000216.2016.01.003/8, IC-000503.2016.01.004/7, IC-000155.2017.01.000/2, IC-004535.2017.01.000/1, IC-000017.2017.01.002/9, NF-000326.2017.01.002/5, IC-003001.2012.01.000/7, IC-000079.2012.01.003/6, IC-002329.2014.01.000/0, IC-000960.2014.01.004/9, IC-000480.2015.01.000/1, IC-003444.2015.01.000/3, IC-000478.2015.01.001/6, IC-000776.2015.01.006/2, IC-000165.2016.01.001/8, IC-000443.2016.01.004/8, IC-000280.2016.01.007/4, IC-001818.2017.01.000/2, NF-002466.2017.01.000/2, IC-002473.2017.01.000/2, NF-003138.2017.01.000/0, IC-000128.2017.01.006/5, PP-002101.2007.01.000/2, IC-002700.2010.01.000/0, IC-001166.2012.01.004/6, IC-000975.2014.01.004/8, IC-005409.2015.01.000/1, IC-001385.2015.01.004/3, IC-001708.2016.01.000/7, IC-002589.2016.01.000/7, IC-003017.2016.01.000/3, IC-003714.2016.01.000/8, IC-005571.2016.01.000/1, IC-000350.2016.01.001/5, IC-000449.2016.01.001/3, IC-000469.2016.01.001/4, IC-000166.2016.01.002/5, IC-000027.2016.01.004/7, IC-000367.2016.01.004/0, PP-001558.2017.01.000/6, IC-000064.2017.01.001/6, IC-000071.2017.01.003/6, NF-000756.2017.01.005/2, NF-000764.2017.01.005/7 - PRT 2ª Região-SP - IC-002544.2010.02.000/4, IC-008572.2015.02.000/0, IC-000865.2015.02.002/5, IC-003087.2016.02.000/9, PP-005259.2016.02.000/1, IC-007424.2016.02.000/6, IC-007551.2016.02.000/6, IC-000840.2016.02.001/0, PP-001380.2017.02.000/8, IC-002433.2017.02.000/8, PP-004356.2017.02.000/6, PP-004591.2017.02.000/9, NF-008361.2017.02.000/8, IC-000927.2017.02.001/1, NF-000838.2017.02.002/8, NF-000118.2017.02.004/8, IC-001364.2012.02.000/8, IC-001417.2012.02.000/0, IC-000567.2013.02.001/7, IC-000372.2013.02.005/0, IC-002265.2014.02.000/8, IC-000292.2016.02.002/1, IC-000672.2016.02.002/0, IC-000809.2016.02.002/0, IC-001760.2017.02.000/4, PP-005961.2017.02.000/7, PP-006881.2017.02.000/0, PP-007386.2017.02.000/0, IC-000521.2017.02.001/0, NF-000970.2017.02.002/4, NF-000100.2017.02.004/0, NF-000114.2017.02.004/2, IC-000163.2010.02.004/3, IC-003660.2011.02.000/2, IC-002765.2013.02.000/2, IC-003206.2015.02.000/5, IC-007051.2016.02.000/0, IC-007446.2016.02.000/0, IC-008548.2016.02.000/6, IC-000341.2016.02.001/6, IC-000109.2016.02.002/2, PP-003821.2017.02.000/8, PP-000709.2017.02.001/3, NF-000657.2017.02.003/0 - PRT 3ª Região-MG - IC-002133.2014.03.000/1, IC-003091.2015.03.000/1, IC-000783.2016.03.000/1, IC-002603.2016.03.000/2, IC-004040.2016.03.000/4, IC-000242.2016.03.007/1, IC-000362.2016.03.010/9, IC-003037.2017.03.000/0, IC-000037.2017.03.003/2, NF-000189.2017.03.004/7, IC-000016.2017.03.005/2, IC-000027.2009.03.004/9, IC-001374.2013.03.000/7, IC-001937.2016.03.000/7, IC-002634.2016.03.000/7, IC-000444.2016.03.002/9, IC-000100.2016.03.005/0, IC-000492.2017.03.000/0, NF-002490.2017.03.000/0, NF-002775.2017.03.000/7, IC-000055.2017.03.001/0, NF-000198.2017.03.005/9, NF-000299.2017.03.010/0, IC-001185.2013.03.000/4, IC-000591.2013.03.002/3, IC-003059.2015.03.000/0, IC-003139.2015.03.000/4, IC-000570.2015.03.001/7, IC-000654.2015.03.002/7, IC-000574.2015.03.007/8, IC-001220.2016.03.000/1, IC-001382.2016.03.000/8, IC-000652.2016.03.009/3, NF-003098.2017.03.000/3, IC-000122.2017.03.001/6, IC-000444.2017.03.001/8, NF-000482.2017.03.007/0, NF-000419.2017.03.010/8 - PRT 4ª Região-RS - IC-000041.2012.04.005/5, IC-000297.2013.04.002/9, IC-000190.2015.04.000/6, IC-001236.2016.04.000/1, IC-004864.2016.04.000/8, IC-000041.2016.04.005/0, IC-000096.2016.04.005/7, IC-000321.2017.04.000/3, NF-003021.2017.04.000/0, IC-003279.2017.04.000/0, NF-003706.2017.04.000/7, IC-000092.2017.04.004/0, IC-000004.2017.04.006/7, IC-000253.2013.04.000/2, IC-002684.2014.04.000/5, IC-001604.2015.04.000/8, IC-000114.2015.04.006/2, IC-000703.2015.04.006/8, IC-000122.2016.04.000/0, IC-004780.2016.04.000/0, IC-000089.2016.04.004/1, IC-000134.2016.04.004/6, IC-000218.2016.04.006/9, IC-000268.2016.04.006/4, PP-001538.2017.04.000/5, NF-003736.2017.04.000/5, NF-003778.2017.04.000/1, PP-000167.2017.04.004/7, IC-000187.2017.04.006/8, NF-000499.2017.04.007/0, IC-000081.2017.04.008/0, IC-002637.2014.04.000/0, IC-000315.2014.04.003/0, IC-000554.2015.04.000/5, IC-000318.2015.04.007/2, IC-001908.2016.04.000/3, IC-001920.2016.04.000/2, IC-004018.2016.04.000/9, IC-004749.2016.04.000/4, IC-000123.2016.04.004/0, IC-000409.2016.04.007/5, IC-000396.2016.04.008/4, PP-000424.2017.04.000/0, IC-001248.2017.04.000/0, NF-001987.2017.04.000/0, IC-003184.2017.04.000/3, NF-003194.2017.04.000/9, NF-003280.2017.04.000/9, IC-000272.2017.04.008/3 - PRT 5ª Região-BA - IC-000227.2011.05.006/8, IC-000407.2011.05.006/0, IC-000103.2013.05.007/6, IC-000530.2015.05.006/6, IC-000562.2015.05.006/0, IC-000800.2017.05.000/9, IC-000930.2017.05.000/9, IC-001354.2017.05.000/3, NF-002417.2017.05.000/0, NF-002925.2017.05.000/1, NF-003138.2017.05.000/4, PP-000013.2017.05.007/0, IC-000025.2017.05.007/2, NF-000125.2009.05.005/4, IC-000388.2011.05.000/0, IC-000628.2015.05.000/2, IC-000782.2016.05.000/9, IC-002728.2016.05.000/1, IC-001711.2017.05.000/0, PP-002216.2017.05.000/0, NF-000366.2017.05.004/3, IC-000815.2011.05.000/1, IC-000853.2014.05.000/6, IC-002329.2016.05.000/8, IC-000054.2016.05.005/2, IC-000053.2017.05.005/9, NF-000398.2017.05.006/0 - PRT 6ª Região-PE - IC-002002.2016.06.000/6, IC-000828.2017.06.000/6, IC-001171.2017.06.000/6, IC-000112.2017.06.001/4, IC-002427.2016.06.000/5, PP-001894.2017.06.000/6, IC-000176.2017.06.001/3, IC-000327.2013.06.002/0, IC-002483.2016.06.000/1, IC-000482.2016.06.002/8, IC-001392.2017.06.000/9, IC-000078.2017.06.001/7 - PRT 7ª Região-CE - IC-000561.2014.07.000/0, IC-000085.2015.07.003/3, IC-000317.2016.07.000/4, PP-001612.2017.07.000/1, PP-001643.2017.07.000/6, IC-000432.2014.07.000/6, IC-000881.2014.07.000/9, IC-001510.2015.07.000/0, IC-001802.2016.07.000/7, IC-000084.2017.07.002/0, NF-000249.2017.07.002/0, IC-000121.2015.07.000/4, IC-001920.2015.07.000/4, IC-000592.2016.07.000/3, IC-000178.2016.07.002/6 - PRT 8ª Região-PA - IC-001172.2016.08.000/1, IC-001693.2016.08.000/6, IC-000744.2017.08.000/0, PP-000909.2017.08.000/0, NF-001679.2017.08.000/8, IC-000365.2014.08.000/3, PP-000129.2017.08.000/1, IC-001111.2017.08.000/0, NF-001652.2017.08.000/7, PP-000058.2017.08.001/6, PP-000756.2017.08.000/0, IC-000069.2017.08.001/1, IC-000031.2017.08.002/1 - PRT 9ª Região-PR - IC-000083.2013.09.000/0, IC-000199.2016.09.001/0, IC-000457.2016.09.001/2, IC-000337.2016.09.008/6, IC-000302.2017.09.000/8, IC-001078.2017.09.000/0, IC-001081.2017.09.000/8, IC-001175.2017.09.000/0, PP-002094.2017.09.000/9, PP-002651.2017.09.000/0, PP-003189.2017.09.000/5, IC-000077.2017.09.007/9, IC-001282.2013.09.000/0, IC-000295.2015.09.001/0, IC-000436.2016.09.000/0, IC-002011.2016.09.000/0, IC-000109.2016.09.001/4, IC-000171.2016.09.001/4, IC-000322.2016.09.001/0, IC-000351.2016.09.007/1, IC-000127.2017.09.000/8, IC-001067.2017.09.000/8, IC-001935.2017.09.000/3, PP-002414.2017.09.000/7, PP-002511.2017.09.000/8, PP-002951.2017.09.000/2, IC-000014.2017.09.006/6, IC-000271.2017.09.007/0, IC-003459.2016.09.000/6, IC-000165.2016.09.007/8, PP-000362.2016.09.007/5, NF-002674.2017.09.000/0, IC-000152.2017.09.007/4 - PRT 10ª Região-DF - IC-001752.2014.10.000/2, PP-001801.2017.10.000/8, PP-002099.2017.10.000/9, IC-002129.2014.10.000/6, IC-001984.2015.10.000/9, IC-000133.2016.10.002/9, PP-001817.2017.10.000/7, IC-001976.2017.10.000/7, IC-000020.2017.10.001/3, IC-000098.2017.10.002/0, IC-001809.2015.10.000/8, IC-002491.2015.10.000/0, PP-000328.2016.10.000/3, IC-001503.2016.10.000/5 - PRT 11ª Região-AM - IC-000109.2016.11.001/8, PP-001022.2017.11.000/6 - PRT 12ª Região-SC - IC-000109.2013.12.002/9, IC-000650.2016.12.000/0, IC-000876.2016.12.000/0, IC-000004.2017.12.001/6, IC-000061.2010.12.005/5, IC-000122.2012.12.005/0, IC-000381.2015.12.000/1, IC-000476.2017.12.000/0, NF-000267.2017.12.004/5, IC-000630.2015.12.000/3, IC-000535.2016.12.001/8, IC-000191.2017.12.000/8, IC-000863.2017.12.000/6 - PRT 13ª Região-PB - IC-000990.2015.13.000/2, IC-000300.2016.13.001/9, IC-000062.2017.13.002/7, PP-000266.2016.13.001/2, IC-000164.2016.13.002/0, IC-000783.2012.13.000/0, IC-001140.2013.13.000/4, IC-001647.2013.13.000/9, IC-000800.2015.13.000/9 - PRT 14ª Região-RO - IC-000045.2017.14.001/3, IC-000075.2016.14.002/5, PP-000296.2017.14.000/0, NF-000179.2017.14.002/2, IC-000263.2017.14.002/5 - PRT 15ª Região-Campinas - IC-002810.2015.15.000/4, IC-003419.2016.15.000/4, IC-004137.2016.15.000/2, IC-000176.2016.15.006/4, IC-000639.2016.15.008/1, IC-000119.2017.15.000/3, IC-003285.2017.15.000/4, PP-000150.2017.15.002/1, IC-000027.2017.15.003/5, IC-000175.2017.15.008/7, IC-000335.2015.15.002/0, IC-000419.2016.15.000/5, PP-000652.2016.15.000/6, IC-003842.2016.15.000/4, IC-003913.2016.15.000/8, IC-000113.2016.15.003/7, IC-000566.2016.15.003/5, IC-000045.2017.15.000/4, IC-001370.2017.15.000/1, PP-000493.2017.15.001/6, PP-000171.2017.15.003/0, NF-000187.2017.15.004/4, IC-003155.2016.15.000/6, IC-003344.2016.15.000/9, IC-000556.2017.15.000/6, PP-002348.2017.15.000/4, PP-000357.2017.15.001/4 - PRT 16ª Região-MA - NF-000031.2013.16.000/4, NF-001253.2017.16.000/6, IC-000135.2015.16.001/6, NF-000278.2016.16.001/5, NF-000828.2017.16.000/2, NF-000224.2017.16.001/6, NF-000132.2017.16.002/0, IC-000232.2014.16.000/4, IC-000835.2014.16.000/2, NF-000241.2017.16.000/3, NF-000445.2017.16.000/5, NF-000548.2017.16.000/2, NF-000561.2017.16.000/2, NF-000938.2017.16.000/8, NF-000944.2017.16.000/0, NF-001016.2017.16.000/2, NF-001082.2017.16.000/5, NF-001273.2017.16.000/9, NF-000121.2017.16.002/7 - PRT 17ª Região-ES - PP-001007.2017.17.000/0, PP-001162.2017.17.000/8, NF-001445.2017.17.000/3, IC-000024.2014.17.000/3, IC-000294.2017.17.000/0, IC-000053.2017.17.003/4, IC-000339.2015.17.003/5, IC-001272.2016.17.000/0, PP-000309.2017.17.000/4, PP-000532.2017.17.000/8, PP-000948.2017.17.000/6 - PRT 18ª Região-GO - IC-000200.2013.18.003/3, IC-000158.2014.18.001/9, IC-000004.2015.18.000/1, IC-000390.2017.18.000/3, NF-001712.2017.18.000/8, NF-000212.2017.18.001/8, IC-000915.2015.18.000/0, IC-000292.2015.18.002/9, IC-000605.2016.18.000/1, IC-001770.2016.18.000/3, IC-002166.2016.18.000/4, PP-000011.2017.18.003/9, IC-000082.2016.18.000/7, IC-000275.2017.18.000/2, IC-001202.2017.18.000/5, IC-001536.2017.18.000/8, NF-001840.2017.18.000/3, NF-000434.2017.18.003/8 - PRT 19ª Região-AL - IC-001497.2014.19.000/7, IC-001595.2016.19.000/7, IC-000939.2017.19.000/7, IC-000212.2016.19.000/8, NF-000558.2016.19.000/0, IC-000620.2017.19.000/8, IC-000931.2017.19.000/6 - PRT 20ª Região-SE - IC-001689.2013.20.000/1, IC-000056.2016.20.001/0, IC-001703.2017.20.000/2, IC-001591.2013.20.000/7, IC-001331.2016.20.000/0, IC-000026.2017.20.000/9, PP-000096.2017.20.000/6, IC-000204.2015.20.000/4, IC-001373.2016.20.000/6, IC-002101.2016.20.000/4, PP-000448.2017.20.000/0, PP-000796.2017.20.000/9, NF-001107.2017.20.000/0, NF-002054.2017.20.000/7 - PRT 21ª Região-RN - IC-000380.2015.21.001/4, IC-001795.2016.21.000/7, IC-000049.2017.21.001/0, IC-000378.2014.21.000/7, IC-000173.2016.21.000/4, PP-000571.2017.21.000/7, IC-000938.2017.21.000/5, PP-000204.2017.21.001/9, IC-000268.2015.21.000/4, IC-001535.2015.21.000/2, IC-001767.2015.21.000/7, IC-001576.2016.21.000/5, IC-001602.2016.21.000/6, IC-000168.2016.21.001/7, PP-000271.2017.21.000/2, IC-000346.2017.21.000/0 - PRT 22ª Região-PI - IC-000766.2016.22.000/6, IC-000883.2016.22.000/0, IC-000516.2017.22.000/6, PP-001043.2017.22.000/3, IC-000926.2016.22.000/3, NF-000881.2017.22.000/0, IC-000922.2017.22.000/0, IC-001687.2016.22.000/2, IC-001726.2016.22.000/6, IC-000305.2017.22.000/6, IC-000577.2017.22.000/6 - PRT 23ª Região-MT - IC-000094.2013.23.000/2, NF-000279.2017.23.003/0, IC-000191.2016.23.001/6, IC-000150.2016.23.003/7, IC-000644.2015.23.000/9, IC-000801.2015.23.000/7, IC-000908.2015.23.000/0, IC-000084.2017.23.000/9, NF-001362.2017.23.000/0, IC-000027.2017.23.004/5 - PRT 24ª Região-MS - IC-000726.2016.24.000/9, IC-000142.2016.24.001/7, IC-000095.2017.24.000/6, IC-000151.2016.24.000/0.

Os processos constantes desta pauta que não forem julgados nesta Sessão ficam automaticamente adiados para as próximas que se seguirem, independentemente de nova inclusão em pauta.

ANDRÉA ISA RÍPOLI
Coordenadora

3ª SUBCÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

ATA DA 6ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 30 DE OUTUBRO DE 2017

Aos trinta dias de outubro de dois mil e dezessete às treze horas e dez minutos, iniciou-se, com transmissão via intranet do MPT e via Youtube, a Sexta (6a) Sessão Ordinária da 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público do Trabalho, na sala de reuniões da Câmara de Coordenação e Revisão da Procuradoria-Geral do Trabalho localizada no SAUN Quadra 05, Lote C, Torre A, 16º Andar, Edifício CNC, em Brasília-DF. Presentes o Coordenador, Subprocurador-Geral do Trabalho André Luís Spies e as Procuradoras Regionais do Trabalho, Júnia Bonfante Raymundo e Márcia Campos Duarte. Presente também o Membro Suplente, Marco Aurélio Lustosa Caminha. Após os cumprimentos iniciais, deu-se início à deliberação dos feitos, conforme abaixo.

1) PROCEDIMENTOS NÃO HOMOLOGADOS

Processo IC-000263.2015.03.002/5 - Assunto: 1.CODEMAT, 6.CO-ORDIGUALDADE, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: DENUNCIANTE SIGILOSO, INQUIRIDO: INTERARTE SISTEMA DE COMUNICAÇÃO LTDA - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, para que seja retificada a autuação, para a inclusão do tema "9.14. REMUNERAÇÃO E BENEFÍCIOS; 9.14.6. Salário Mínimo Nacional, Normativo ou Profissional e não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-005070.2016.01.000/0 - Assunto: 3.CONAFRET - Interessados: INQUIRIDO: IBM BRASIL - INDÚSTRIA DE MÁQUINAS E SERVIÇOS LTDA, NOTICIANTE: (SOB SIGILO) - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800262

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Processo IC-000416.2016.07.000/6 - Assunto: 1.CODEMAT, 6.COORDIGUALDADE, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: (SOB SIGILO), INQUIRIDO: ISM GOMES DE MATTOS EIRELI - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, declarar nula a promoção de arquivamento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000341.2016.23.001/6 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: INQUIRIDO: COMERCIAL DE ALIMENTOS CAIÇARA LTDA - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-002327.2017.04.000/7 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: INQUIRIDO: NORTRAN TRANSPORTES COLETIVOS LTDA, NOTICIANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO, NOTICIANTE: SERGIO LUIS BOCHENEK - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo PP-000956.2017.07.000/9 - Assunto: 1.CODEMAT, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: SINTEPAV - SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO DE ESTRADAS, PAVIMENTAÇÃO E OBRAS DE TERRAPLANAGEM EM GERAL NO ESTADO DO CEARÁ, INVESTIGADO: DANTEC CONSTRUÇÕES E CONSULTORIA TECNICA LTDA - ME - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo PP-000222.2017.11.000/0 - Assunto: 7.COORDINFÂNCIA, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: (SOB SIGILO), INVESTIGADO: LABORATÓRIO DE PRÓTESE DENTÁRIA TOP DENTES - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000644.2017.18.000/7 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE - Interessados: INQUIRIDO: CENCOSUD BRASIL COMERCIAL LTDA - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo PP-000753.2017.24.000/4 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE - Interessados: NOTICIANTE: (SOB SIGILO), INVESTIGADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SESAU - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

2) RECURSOS ADMINISTRATIVOS DELIBERADOS

Processo IC-000404.2013.04.000/9 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: NOTICIANTE: JOÃO CARLOS STRAPPAZZON, INQUIRIDO: SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS (SERPRO) - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-002883.2016.02.000/7 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE - Interessados: NOTICIANTE: STIEESP SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE ENERGIA ELÉTRICA DE SÃO PAULO, INQUIRIDO: ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO SA - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-004881.2016.04.000/4 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: INQUIRIDO: ENSEL SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA LTDA, NOTICIANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, dar-lhe provimento e não homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-002729.2016.05.000/7 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE ASSESSORAMENTO, PERÍCIAS, INFORMAÇÕES E PESQUISAS DA BAHIA, INQUIRIDO: BRASITEST LTDA, INQUIRIDO: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo PP-002121.2016.07.000/2 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: Sindicato dos Trabalhadores nas Industrias de Açucar, Doces Conserv. Alim,, Café, Trigos, Rações Bal. Cond. Esp., Pesca,, INVESTIGADO: TRÊS CORAÇÕES ALIMENTOS S.A. - Relator: Dr. André Luís Spies. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000199.2016.09.004/2 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: INQUIRIDO: COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL COPAGRIL, INQUIRIDO: BASEFORMA ENGENHARIA DE PROJETOS E OBRAS LTDA., NOTICIANTE: GUSTAVO BRAGA SENRA - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não conhecer do recurso e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000212.2016.12.004/4 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: NOTICIANTE: GUSTAVO BRAGA SENRA, NOTICIADO: VALMIR SEBASTIÃO PILATTI - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo. Devolvido o feito após vistas do Dr. André Luís Spies, a Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, negar provimento ao recurso e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto da Relatora.

Processo NF-006475.2017.02.000/7 - Assunto: 3.CONAFRET - Interessados: NOTICIANTE: MPT / PRT 2ª REGIÃO (DENUNCIANTE SIGILOSO), NOTICIADO: ABB LTDA (ADMNISTRAÇÃO CENTRAL) - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo. Devolvido o feito após vistas da Dra. Márcia Campos Duarte, a Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, negar provimento ao recurso e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto da Relatora.

Processo NF-003346.2017.03.000/2 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: DENUNCIANTE SIGILOSO, NOTICIADO: DROGARIA WANESSA LTDA - ME - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo PP-000104.2017.03.002/5 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: NOTICIANTE: DENUNCIANTE SIGILOSO, INVESTIGADO: FAZENDA PENALVA - MANOEL TEIXEIRA LOPES - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte. Retirado de pauta a pedido da Relatora.

Processo NF-001625.2017.04.000/0 - Assunto: 4.CONAP, 5.CONATPA - Interessados: NOTICIADO: ÓRGÃO DE GESTÃO DE MÃO-DE-OBRA DO TRABALHO PORTUÁRIO AVULSO DO PORTO ORGANIZADO DE PORTO ALEGRE - OGMO/POA, NOTICIANTE: ANÔNIMO - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-003791.2017.04.000/7 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: PAULO CEZAR CANABARRO UMPIERRE, NOTICIADO: HDI SEGUROS S A - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo. Retirado o feito de pauta, sendo deliberado, por unanimidade que a Secretaria da CCR deverá monitorar a chegada do Processo PP 3795.2017.04.000/9 e distribuí-lo por prevenção à Dra. Júnia Bonfante Raymundo.

Processo NF-000390.2017.04.008/3 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO: POLIMETAL METALÚRGICA E PLÁSTICOS LTDA, NOTICIANTE: SIGILOSO - Relator: Dr. André Luís Spies. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, dar-lhe provimento e não homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-002494.2017.05.000/4 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: NOTICIANTE: FEDERAÇÃO INTERMUNICIPAL DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE BENS E SERVIÇOS NO ESTADO DA BAHIA, NOTICIADO: SINDICATO DOS EMP. EM ADM. DE CONSORCIOS, VEND. DE CONS., EMP. E VEND. E M CONCESSIONARIAS DE VEIC., DIST. DE VEIC CONG. NO EST. BAHIA - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000379.2017.09.007/0 - Assunto: 1.CODEMAT, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO: HOSPITAL SANTA TEREZA DE GUARAPUAVA LTDA, NOTICIADO: ASSOCIACAO DE SAUDE FREDERICO GUILHERME KECHE VIRMOND , NOTICIANTE: LEOCI APARECIDA BASTOS - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, não conhecer e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000244.2017.10.000/7 - Assunto: 1.CODEMAT, 4.CONAP - Interessados: INQUIRIDO: CEB DISTRIBUIÇÃO S/A, NOTICIANTE: MACIEL DOS SANTOS RODRIGUES - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, dar-lhe provimento e não homologar o arquivamento do feito e incluir os temas 1.1.12. PCMSO ? Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional; 1.1.8. Doença Ocupacional ou Profissional e 1.1.5. CAT ? Comunicação de Acidente do Trabalho, no objeto da investigação, salvo comprovada prevenção por conexão ou pertinência temática com outro procedimento na mesma Unidade, quando então deverão ser remetidas cópias da representação que deu origem a este IC aos respectivos procedimentos preventos, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-001699.2017.10.000/4 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE - Interessados: NOTICIANTE: GONÇALO DA SILVA PASSOS, NOTICIADO: CONDOMÍNIO ED. OURO PRETO - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-001215.2017.11.000/0 - Assunto: 1.CODEMAT, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO: GUILD CONSTRUÇÕES LTDA, NOTICIANTE: (SOB SIGILO) - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo PP-000361.2017.15.003/0 - Assunto: 1.CODEMAT, 8.CONALIS, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: INVESTIGADO: LAPENA E LAPENA LTDA EPP , NOTICIANTE: SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO DE ARARAQUARA E AMÉRICO BRASILIENSE-SP - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, com retorno dos autos à origem para companhamento do Termo de Ajustamento de Conduta, na forma do §1° do art. 14 da Resolução n° 69/2007 do Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-001214.2017.17.000/4 - Assunto: 1.CODEMAT, 3.CONAFRET, 6.COORDIGUALDADE, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO: SINDICONDOMÍNIOS - SINDICATO DOS EMPREGADOS EM CONDOMÍNIOS DE EDIFÍCIOS RESIDENCIAL, COMERCIAL E MISTO, NOTICIANTE: LIDIANE DE OLIVEIRA SANTOS, NOTICIANTE: THAIS GOMES DE SOUZA - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, dar-lhe provimento parcial, com a consequente não homologação do arquivamento, devolvendo-se os autos à origem para a continuidade das investigações quanto aos temas atinentes à saúde e à segurança do trabalhador (Meio Ambiente do Trabalho) e, de ofício, declinar da atribuição para investigar possível prática de crime de racismo ao Parquet estadual, devendo a PRT de origem encaminhar a representação inicial e o seu aditamento (recebido como recurso), como peças informativas para o MPE/ES, com vistas à apuração do crime supramencionado, nos termos do voto da Relatora.

Processo NF-000344.2017.18.003/7 - Assunto: 8.CONALIS, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO: ASSOCIACAO DOS OPERADORES DO ANASHOPPING - AOPA - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000552.2017.19.000/4 - Assunto: 1.CODEMAT, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: INQUIRIDO: PLANETA LANCHES EIRELI - ME, NOTICIANTE: CÍCERO ROBERTO CHAGAS DE OMENA - Relator: Dr. André Luís Spies. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não conhecer do recurso administrativo, com a conversão do julgamento em diligência para que o colega subscritor complemente a sua decisão, segundo a diretriz do Enunciado 03 da CCR, nos termos do voto do(a) relator(a).

3) PROCEDIMENTOS HOMOLOGADOS COM DESTAQUE

Processo IC-000343.2014.08.002/5 - Assunto: 1.CODEMAT, 2.CONAETE, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: INQUIRIDO: FAZENDA ARARAQUARA - FAZENDA DO ZEZÃO, NOTICIANTE: ISRAEL RODRIGUES COSTA, INQUIRIDO: JOSÉ DA CONCEIÇÃO SILVA - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

4) REMESSA NÃO CONHECIDA

Processo NF-000368.2016.02.004/8 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO: CAFIX COMERCIAL LTDA. - Relator: Dr. André Luís Spies. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por maioria, não conhecer da remessa, nos termos do voto do(a) relator(a). Vencida a Dra. Júnia Bonfante Raymundo.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800263

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Processo NF-000406.2016.02.004/0 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO: HENRY EQUIPAMENTOS ELETRONICOS E SISTEMA, NOTICIANTE: (SOB SIGILO) - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por maioria, não conhecer da remessa, nos termos do voto do(a) relator(a). Vencida a Dra. Júnia Bonfante Raymundo.

Processo NF-002950.2017.01.000/0 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: (SOB SIGILO), NOTICIADO: FARMACIA REBECCA LTDA - EPP - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por maioria, não conhecer da remessa, nos termos do voto do(a) relator(a). Vencida a Dra. Júnia Bonfante Raymundo.

Processo NF-003789.2017.01.000/1 - Assunto: 4.CONAP, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO, NOTICIADO: COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS CEDAE - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por maioria, não conhecer da remessa, nos termos do voto do(a) relator(a). Vencida a Dra. Júnia Bonfante Raymundo.

Processo NF-004100.2017.01.000/6 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE - Interessados: NOTICIADO: PRINCESA BIJOUTERIAS E PRESENTES LTDA , NOTICIANTE: JOSÉ DE ALMEIDA SILVA - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por maioria, não conhecer da remessa, nos termos do voto do(a) relator(a). Vencida a Dra. Júnia Bonfante Raymundo.

Processo NF-004387.2017.01.000/0 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: ANÔNIMO, NOTICIADO: SPE VILLA BELLA INCORPORACOES LTDA - Relator: Dr. André Luís Spies. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por maioria, não conhecer da remessa, nos termos do voto do(a) relator(a). Vencida a Dra. Júnia Bonfante Raymundo.

Processo NF-004469.2017.01.000/5 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: NOTICIADO: SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DE PERFUMARIAS E ARTIGOS DE TOUCADOR NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, NOTICIANTE: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1A. REGIÃO - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por maioria, não conhecer da remessa, nos termos do voto do(a) relator(a). Vencida a Dra. Júnia Bonfante Raymundo.

Processo NF-005169.2017.01.000/1 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO: DENUNCIADO NÃO IDENTIFICADO, NOTICIANTE: (SOB SIGILO) - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por maioria, não conhecer da remessa, nos termos do voto do(a) relator(a). Vencida a Dra. Júnia Bonfante Raymundo.

Processo NF-005181.2017.01.000/0 - Assunto: 8.CONALIS, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO: AQUA PORT SERVICOS MARITIMOS LTDA - EPP, NOTICIANTE: SINDICATO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM ATIVIDADES SUBAQUÁTICAS E AFINS, NOTICIADO: UMI SAN SERVICOS DE APOIO A NAVEGACAO E ENGENHARIA LTDA - Relator: Dr. André Luís Spies. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por maioria, não conhecer da remessa, nos termos do voto do(a) relator(a). Vencida a Dra. Júnia Bonfante Raymundo.

Processo NF-005206.2017.01.000/4 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO: CKCC COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS EIRELI - EPP, NOTICIANTE: RAFAEL SIMIAO - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por maioria, não conhecer da remessa, nos termos do voto do(a) relator(a). Vencida a Dra. Júnia Bonfante Raymundo.

Processo NF-000499.2017.01.004/5 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: ANÔNIMO, NOTICIADO: ORGANIZAÇÃO MARINGA LTDA - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por maioria, não conhecer da remessa, nos termos do voto do(a) relator(a). Vencida a Dra. Júnia Bonfante Raymundo.

Processo NF-000597.2017.01.006/2 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO: RADAR 28 COMERCIO DE PEDRAS EIRELI - ME , NOTICIANTE: (SOB SIGILO) - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por maioria, não conhecer da remessa, nos termos do voto do(a) relator(a). Vencida a Dra. Júnia Bonfante Raymundo.

Processo NF-000750.2017.02.001/2 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: DENUNCIANTE SIGILOSO, NOTICIADO: INTEGRAL LL CONSTRUÇÕES LTDA. - Relator: Dr. André Luís Spies. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por maioria, não conhecer da remessa, nos termos do voto do(a) relator(a). Vencida a Dra. Júnia Bonfante Raymundo.

Processo NF-000776.2017.02.002/6 - Assunto: 1.CODEMAT, 2.CONAETE, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO: NAS DO BRASIL, NOTICIANTE: (SOB SIGILO) - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por maioria, não conhecer da remessa, nos termos do voto do(a) relator(a). Vencida a Dra. Júnia Bonfante Raymundo.

Processo NF-000783.2017.02.002/4 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO: PAMA COMÉRCIO DE GÊNERO ALIMENTÍCIO LTDA, NOTICIANTE: (SOB SIGILO) - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por maioria, não conhecer da remessa, nos termos do voto do(a) relator(a). Vencida a Dra. Júnia Bonfante Raymundo.

Processo NF-000792.2017.02.002/5 - Assunto: 1.CODEMAT, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO: RODRIGO RODRIGUES, NOTICIANTE: (SOB SIGILO) - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por maioria, não conhecer da remessa, nos termos do voto do(a) relator(a). Vencida a Dra. Júnia Bonfante Raymundo.

Processo NF-000827.2017.02.002/4 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: NOTICIADO: AUTO POSTO MONTE ARARAT LTDA, NOTICIANTE: MINISTERIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - PROMOTORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL DE OSASCO - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por maioria, não conhecer da remessa, nos termos do voto do(a) relator(a). Vencida a Dra. Júnia Bonfante Raymundo.

Processo NF-000862.2017.02.002/1 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO: ALIANCE EXPRESS TRANSPORTES LTDA, NOTICIANTE: (SOB SIGILO) - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por maioria, não conhecer da remessa, nos termos do voto do(a) relator(a). Vencida a Dra. Júnia Bonfante Raymundo.

Processo NF-000892.2017.02.002/3 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: (SOB SIGILO), NOTICIADO: TRANSARTES TURISMO E LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA. - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por maioria, não conhecer da remessa, nos termos do voto do(a) relator(a). Vencida a Dra. Júnia Bonfante Raymundo.

Processo NF-000034.2017.02.004/0 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: (SOB SIGILO), NOTICIADO: MONTE SIÃO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - Relator: Dr. André Luís Spies. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por maioria, não conhecer da remessa, nos termos do voto do(a) relator(a). Vencida a Dra. Júnia Bonfante Raymundo.

Processo NF-000146.2017.02.004/7 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO: RETIFICADORA MOTOBRAS LTDA - EPP , NOTICIANTE: 1ª VARA DO TRABALHO DE MOGI DAS CRUZES - Relator: Dr. André Luís Spies. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por maioria, não conhecer da remessa, nos termos do voto do(a) relator(a). Vencida a Dra. Júnia Bonfante Raymundo.

Processo NF-002278.2017.03.000/7 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: NOTICIADO: FUND CENTRO HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA DE MINAS GERAIS (FUNDAÇÃO HEMOMINAS), NOTICIANTE: WALISON FERNANDO DE SOUZA - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por maioria, não conhecer da remessa, nos termos do voto do(a) relator(a). Vencida a Dra. Júnia Bonfante Raymundo.

Processo NF-000531.2017.03.007/5 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: NOTICIANTE SIGILOSO, NOTICIADO: ACADEMIA (A APURAR) - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por maioria, não conhecer da remessa, nos termos do voto do(a) relator(a). Vencida a Dra. Júnia Bonfante Raymundo.

Processo NF-003129.2017.04.000/1 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: NOTICIADO: FUNDAÇÃO DE SAÚDE SAPUCAIA DO SUL, NOTICIANTE: SIGILOSO - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por maioria, não conhecer da remessa, nos termos do voto do(a) relator(a). Vencida a Dra. Júnia Bonfante Raymundo.

Processo NF-003313.2017.04.000/7 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: SIGILOSO, NOTICIADO: LETTELCOMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA - EPP - Relator: Dr. André Luís Spies. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por maioria, não conhecer da remessa, nos termos do voto do(a) relator(a). Vencida a Dra. Júnia Bonfante Raymundo.

Processo NF-003320.2017.04.000/7 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO: E. DE S. TERRA, NOTICIANTE: SIGILOSO - Relator: Dr. André Luís Spies. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por maioria, não conhecer da remessa, nos termos do voto do(a) relator(a). Vencida a Dra. Júnia Bonfante Raymundo.

Processo NF-003510.2017.04.000/5 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: SIGILOSO, NOTICIADO: ELENZA INDUSTRIA E COMERCIO EIRELI - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por maioria, não conhecer da remessa, nos termos do voto do(a) relator(a). Vencida a Dra. Júnia Bonfante Raymundo.

Processo NF-003729.2017.04.000/5 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: ROBERTO CARLOS PENA, NOTICIADO: IGREJA DO EVANGELHO QUADRANGULAR - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por maioria, não conhecer da remessa, nos termos do voto do(a) relator(a). Vencida a Dra. Júnia Bonfante Raymundo.

Processo NF-004488.2017.04.000/5 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: SIGILOSO, NOTICIADO: SOLIS FARMACIA LTDA ME - Relator: Dr. André Luís Spies. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por maioria, não conhecer da remessa, nos termos do voto do(a) relator(a). Vencida a Dra. Júnia Bonfante Raymundo.

Processo NF-000333.2017.04.002/0 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO: ANTONIO DE JESUS SILVEIRA DE FREITAS - ME, NOTICIANTE: (SOB SIGILO) - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por maioria, não conhecer da remessa, nos termos do voto do(a) relator(a). Vencida a Dra. Júnia Bonfante Raymundo.

Processo NF-000360.2017.04.002/2 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: (SOB SIGILO), NOTICIADO: LAVAGEM DE CARRO DO CUNHA - Relator: Dr. André Luís Spies. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por maioria, não conhecer da remessa, nos termos do voto do(a) relator(a). Vencida a Dra. Júnia Bonfante Raymundo.

Processo NF-000362.2017.04.002/5 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO: MINUANO UTILIDADES DOMÉSTICAS LTDA, NOTICIADO: RICARDO ELSEMANN DA ROSA, NOTICIANTE: (SOB SIGILO) - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por maioria, não conhecer da remessa, nos termos do voto do(a) relator(a). Vencida a Dra. Júnia Bonfante Raymundo.

Processo NF-000367.2017.04.002/7 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL - GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO EM SANTA MARIA, NOTICIADO: TRANSPORTES MAZZARDO LTDA - EPP - Relator: Dr. André Luís Spies. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por maioria, não conhecer da remessa, nos termos do voto do(a) relator(a). Vencida a Dra. Júnia Bonfante Raymundo.

Processo NF-002734.2017.05.000/8 - Assunto: 3.CONAFRET - Interessados: NOTICIADO: EIB - ESTAGIOS INTEGRADOS DO BRASIL LTDA, NOTICIANTE: MARIA DA NATIVIDADE SILVA NETO - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por maioria, não conhecer da remessa, nos termos do voto do(a) relator(a). Vencida a Dra. Júnia Bonfante Raymundo.

Processo NF-000266.2017.05.004/5 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: NOTICIANTE: 1ª Vara do Trabalho de Vitória da Conquista/BA, NOTICIADO: SINDICATO DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE ANAGE - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por maioria, não conhecer da remessa, nos termos do voto do(a) relator(a). Vencida a Dra. Júnia Bonfante Raymundo.

Processo NF-002248.2017.06.000/0 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: NOTICIADO: INFINITO PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA, NOTICIANTE: ANONIMO - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte. 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não conhecer da remessa, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000536.2017.06.002/8 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO: BIRINO DE SÃO JOÃO, NOTICIANTE: (SOB SIGILO) - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por maioria, não conhecer da remessa, nos termos do voto do(a) relator(a). Vencida a Dra. Júnia Bonfante Raymundo.

Processo NF-000588.2017.06.002/7 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO: CENTRO EDUCACIONAL PROGRESSÃO, NOTICIANTE: (SOB SIGILO) - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por maioria, não conhecer da remessa, nos termos do voto do(a) relator(a). Vencida a Dra. Júnia Bonfante Raymundo.

Processo NF-001897.2017.07.000/3 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: NOTICIANTE: FEDERAÇÃO DOS PESCADORES DO ESTADO DO CEARÁ - FEPESCE, NOTICIADO: COLONIA DE PESCADORES Z-29 DE CEDRO - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por maioria, não conhecer da remessa, nos termos do voto do(a) relator(a). Vencida a Dra. Júnia Bonfante Raymundo.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800264

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Processo NF-001943.2017.07.000/7 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: NOTICIANTE: FEDERAÇÃO DOS PESCADORES DO ESTADO DO CEARÁ - FEPESCE, NOTICIADO: COLONIA DE PESCADORES Z-59 DE LAVRAS DA MANGABEIRA - Relator: Dr. André Luís Spies. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por maioria, não conhecer da remessa, nos termos do voto do(a) relator(a). Vencida a Dra. Júnia Bonfante Raymundo.

Processo NF-002874.2017.09.000/4 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: JUÍZO DA 20ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA, NOTICIADO: HESTIA CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA. - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por maioria, não conhecer da remessa, nos termos do voto do(a) relator(a). Vencida a Dra. Júnia Bonfante Raymundo.

Processo NF-003305.2017.09.000/7 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: SIGILOSO, NOTICIADO: AUTO POSTO SANTA BARBARA LTDA - Relator: Dr. André Luís Spies. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por maioria, não conhecer da remessa, nos termos do voto do(a) relator(a). Vencida a Dra. Júnia Bonfante Raymundo.

Processo NF-000145.2017.09.010/0 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO: ADR COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - EPP , NOTICIANTE: FLAVIO - Relator: Dr. André Luís Spies. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por maioria, não conhecer da remessa, nos termos do voto do(a) relator(a). Vencida a Dra. Júnia Bonfante Raymundo.

Processo NF-000147.2017.09.010/3 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: TAMARA PAULA MATTEI , NOTICIADO: ZPS INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECCÕES LTDA - ME - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por maioria, não conhecer da remessa, nos termos do voto do(a) relator(a). Vencida a Dra. Júnia Bonfante Raymundo.

Processo NF-002102.2017.10.000/0 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: ANGELA MARIA RIBEIRO CORDEIRO, NOTICIADO: MARCELO RODRIGUES - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por maioria, não conhecer da remessa, nos termos do voto do(a) relator(a). Vencida a Dra. Júnia Bonfante Raymundo.

Processo NF-000167.2017.14.001/4 - Assunto: 1.CODEMAT, 6.COORDIGUALDADE - Interessados: NOTICIANTE: ANÔNIMO (artigo 2º, § 6º da Resolução n. 69/2007, do CSMPT), NOTICIADO: BETEL LIVRO E CAFÉ - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por maioria, não conhecer da remessa, nos termos do voto do(a) relator(a). Vencida a Dra. Júnia Bonfante Raymundo.

Processo NF-002975.2017.15.000/0 - Assunto: 7.COORDINFÂNCIA - Interessados: NOTICIADO: MOGI MIRIM ESPORTE CLUBE, NOTICIANTE: COORDENADORIA DE SEGUNDO GRAU DA PRT15 - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por maioria, não conhecer da remessa, nos termos do voto do(a) relator(a). Vencida a Dra. Júnia Bonfante Raymundo.

Processo NF-003670.2017.15.000/0 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: NOTICIADO: MUNICIPIO DE JUNDIAI, NOTICIANTE: (SOB SIGILO) - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por maioria, não conhecer da remessa, nos termos do voto do(a) relator(a). Vencida a Dra. Júnia Bonfante Raymundo.

Processo NF-001134.2017.16.000/1 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO: CENTRO AUTOMOTIVO SONIC LTDA - EPP , NOTICIANTE: (SOB SIGILO) - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por maioria, não conhecer da remessa, nos termos do voto do(a) relator(a). Vencida a Dra. Júnia Bonfante Raymundo.

Processo NF-001136.2017.16.000/2 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: ANÔNIMO, NOTICIADO: ML TOTAL SURF - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por maioria, não conhecer da remessa, nos termos do voto do(a) relator(a). Vencida a Dra. Júnia Bonfante Raymundo.

Processo NF-001169.2017.16.000/8 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO: BT MA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, NOTICIANTE: (SOB SIGILO), NOTICIADO: M. M. C. DOURADO - ME - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por maioria, não conhecer da remessa, nos termos do voto do(a) relator(a). Vencida a Dra. Júnia Bonfante Raymundo.

Processo NF-001196.2017.16.000/0 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: NOTICIADO: MINISTERIO DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO, NOTICIANTE: RAÍ BRENO SERRA COSTA EVERTON - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por maioria, não conhecer da remessa, nos termos do voto do(a) relator(a). Vencida a Dra. Júnia Bonfante Raymundo.

Processo NF-000083.2017.16.001/5 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO: FLEX CONSULTORIA & SOLUÇÕES ELÉTRICAS, NOTICIANTE: (SOB SIGILO) - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por maioria, não conhecer da remessa, nos termos do voto do(a) relator(a). Vencida a Dra. Júnia Bonfante Raymundo.

Processo NF-000218.2017.16.001/4 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO: F & J COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS EIRELI - ME, NOTICIANTE: (SOB SIGILO) - Relator: Dr. André Luís Spies. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por maioria, não conhecer da remessa, nos termos do voto do(a) relator(a). Vencida a Dra. Júnia Bonfante Raymundo.

Processo NF-000271.2017.16.001/3 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: (SOB SIGILO), NOTICIADO: SUPRITECH COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - Relator: Dr. André Luís Spies. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por maioria, não conhecer da remessa, nos termos do voto do(a) relator(a). Vencida a Dra. Júnia Bonfante Raymundo.

Processo NF-001403.2017.17.000/7 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: ANÔNIMO (COM SOLICITAÇÃO DE SIGILO DE IDENTIDADE), NOTICIADO: DEJAIR NASCIMENTO CORREA 10703884751 - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por maioria, não conhecer da remessa, nos termos do voto do(a) relator(a). Vencida a Dra. Júnia Bonfante Raymundo.

Processo NF-001542.2017.18.000/2 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO: VIST PREV PREVIAS E REGULÇÕES LTDA - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por maioria, não conhecer da remessa, nos termos do voto do(a) relator(a). Vencida a Dra. Júnia Bonfante Raymundo.

Processo NF-001920.2017.18.000/8 - Assunto: 3.CONAFRET - Interessados: NOTICIADO: MINERVA S.A. - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por maioria, não conhecer da remessa, nos termos do voto do(a) relator(a). Vencida a Dra. Júnia Bonfante Raymundo.

Processo NF-001959.2017.18.000/6 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO: FACULDADE E COLEGIO SUL D"AMERICA LTDA - EPP - Relator: Dr. André Luís Spies. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por maioria, não conhecer da remessa, nos termos do voto do(a) relator(a). Vencida a Dra. Júnia Bonfante Raymundo.

Processo NF-001355.2017.19.000/9 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: ANÔNIMO, NOTICIADO: SELF IT ACADEMIAS HOLDING S.A. - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por maioria, não conhecer da remessa, nos termos do voto do(a) relator(a). Vencida a Dra. Júnia Bonfante Raymundo.

Processo NF-001088.2017.21.000/8 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: NOTICIADO: SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO PÚBLICA DO RN - SINTE/RN, NOTICIANTE: EDNA MARIA AZEVEDO DA SILVA PEREIRA - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por maioria, não conhecer da remessa, nos termos do voto do(a) relator(a). Vencida a Dra. Júnia Bonfante Raymundo.

Processo NF-001122.2017.21.000/4 - Assunto: 3.CONAFRET, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO: CONSTRUTORA SOLARES LTDA., NOTICIANTE: 6ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE PARNAMIRIM - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por maioria, não conhecer da remessa, nos termos do voto do(a) relator(a). Vencida a Dra. Júnia Bonfante Raymundo.

Processo NF-001132.2017.23.000/7 - Assunto: 1.CODEMAT, 7.COORDINFÂNCIA, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: ANÔNIMO, NOTICIADO: PEDRO CORRÊA NETO E PAULO GUILHERME CORRÊA - FAZENDA SOTECO - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por maioria, não conhecer da remessa, nos termos do voto do(a) relator(a). Vencida a Dra. Júnia Bonfante Raymundo.

Processo NF-001224.2017.23.000/9 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO: ADOBE ASSESSORIA DE SERVIÇOS CADASTRAIS S.A., NOTICIANTE: JACIANE DE ANDRADE LIRA - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por maioria, não conhecer da remessa, nos termos do voto do(a) relator(a). Vencida a Dra. Júnia Bonfante Raymundo.

5) CONVERSÃO DO JULGAMENTO EM DILIGÊNCIA

Processo PP-004761.2016.04.000/3 - Assunto: 3.CONAFRET - Interessados: NOTICIANTE: EVANDRO PAULO BRIZZI, INVESTIGADO: MARCELO GOULART - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, converter em diligência o julgamento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-006387.2017.02.000/7 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: SINDICATO NACIONAL DOS AERONAUTAS, NOTICIADO: BRAVO HELICÓPTEROS ESCOLA DE AVIAÇÃO CIVIL LTDA ME - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, converter em diligência o julgamento para solicitar a manifestação da CONAFRET, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-006389.2017.02.000/8 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: SINDICATO NACIONAL DOS AERONAUTAS, NOTICIADO: RANGEL ESCOLA DE AVIAÇÃO CIVIL LTDA EPP - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, converter em diligência o julgamento para solicitar a manifestação da CONAFRET, nos termos do voto do(a) relator(a).

6) DECLÍNIOS DE ATRIBUIÇÕES

Processo NF-001657.2017.01.000/8 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: NOTICIADO: MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, NOTICIANTE: ANÔNIMO - Relator: Dr. André Luís Spies. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, converter o feito em Declínio de Atribuição, de ofício, com a determinação de remessa dos autos ao MPE. nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-004617.2017.01.000/7 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: NOTICIADO: FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S.A (FURNAS - SEDE - ESCRITÓRIO CENTRAL), NOTICIANTE: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1A. REGIÃO - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o declínio de atribuição e, no mérito, por unanimidade, referendar o declínio com destaque para a necessidade do Órgão Oficiante, doravante, passe a averbar declínio a outro ramo do Ministério Público, com ou sem necessidade de referendo do Órgão Superior, nos termos da Resolução CNMP n° 174/2017, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000414.2017.01.003/4 - Assunto: 4.CONAP, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO: MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES, NOTICIANTE: (SOB SIGILO) - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o declínio de atribuição e, no mérito, por unanimidade, determinar que seja incluído na autuação o tema "1.3. OUTROS TEMAS RELACIONADOS COM O MEIO AMBIENTE DE TRABALHO / Complemento: desrespeito à carga horária reduzida para atividades insalubres, perigosas ou penosas" e não referendar o presente declínio de atribuição quanto ao tema ora incluído, devolvendo-se os autos à origem para a adoção das providências cabíveis e, quanto aos demais temas, referendar o presente declínio de atribuição ao Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000829.2017.01.006/9 - Assunto: 4.CONAP, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO: MUNICÍPIO DE GUAPIMIRIM, NOTICIANTE: (SOB SIGILO) - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o declínio de atribuição e, no mérito, por unanimidade, que seja incluído na autuação o tema 6.1.1 "Assédio Moral" e não referendar o presente declínio de atribuição quanto aos temas: 01.01.09. - EPI e EPC - Equipamentos de Proteção Individual ou Coletiva; 09.06.02.01. - Jornada Extraordinária em Desacordo com a Lei; 09.06.03.01. - Intervalo Intrajornada e 6.1.1 "Assédio Moral"; e quanto aos demais temas, referendar o presente declínio de atribuição ao Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-004136.2017.02.000/9 - Assunto: 7.COORDINFÂNCIA - Interessados: NOTICIANTE: CONSELHO TUTELAR PENHA, NOTICIADO: RUA BOIPEVA- CIDADE ANTONIO ESTAVÃO DE CARVALHO E RUA DR. CAMPOS MOURA- METRÔ ARTHUR ALVIM - Relator: Dr. André Luís Spies. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o declínio de atribuição e, no mérito, por unanimidade, não referendar o declínio, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000848.2017.02.002/5 - Assunto: 1.CODEMAT, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: MPT/PRT2 - PTM DE BARUERI, NOTICIADO: SANTO PAKO SNOOKER BAR OSASCO LTDA - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, receber a presente promoção de arquivamento como declínio de atribuição, referendar o declínio quanto ao crime de falsificação de documento (artigo 297, § 3°, do CP) com destaque para a necessidade do Órgão Oficiante, doravante, deixar de propor o arquivamento em casos idênticos e passe a averbar declínio a outro ramo do Ministério Público, com ou sem necessidade de referendo do Órgão Superior nos termos da Resolução CNMP n° 174/2017 e não conhecer da remessa quanto ao tema 1.1.2. Atividades e Operações Insalubres, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo PP-002822.2017.03.000/6 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: INVESTIGADO: MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA, NOTICIANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o declínio de atribuição e, no mérito, por unanimidade, não referendar o declínio, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo PP-000487.2017.03.002/7 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: NOTICIANTE: DENUNCIANTE SIGILOSO, INVESTIGADO: CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS NO ESTADO DE MINAS GERAIS - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800265

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

deliberou, por unanimidade, conhecer o declínio de atribuição e, no mérito, por unanimidade, referendar o declínio de atribuição ao Ministério Público Federal quanto às questões atinentes ao Conselho Regional dos Representantes Comerciais no Estado de Minas Gerais e não homologar o arquivamento quanto as matérias noticiadas que são da atribuição do Ministério Público do Trabalho (contribuição sindical e contribuição federativa), devendo o Processo ser devolvido à PTM de origem para prosseguimento das investigações e para a adoção das demais medidas cabíveis, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000812.2017.03.002/7 - Assunto: 7.COORDINFÂNCIA - Interessados: NOTICIANTE: CONSELHO TUTELAR JUIZ DE FORA , NOTICIADO: INDETERMINADO (PAIS DAS CRIANÇAS) - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o declínio de atribuição e, no mérito, por unanimidade, não referendar o declínio, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo PP-000264.2017.03.003/8 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: NOTICIANTE: (SOB SIGILO), INVESTIGADO: MUNICÍPIO DE BAEPENDI - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o declínio de atribuição e, no mérito, por unanimidade, referendar o declínio com destaque para a necessidade do Órgão Oficiante, doravante, passe a averbar declínio a outro ramo do Ministério Público, com ou sem necessidade de referendo do Órgão Superior nos termos da Resolução CNMP n° 174/2017, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000487.2017.03.003/8 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: NOTICIADO: MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO, NOTICIANTE: JUSTIÇA DO TRABALHO - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO - VARA DO TRABALHO DE CAXAMBU, NOTICIADO: SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO LOURENÇO - S.A.A.E - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o declínio de atribuição e, no mérito, por unanimidade, referendar o declínio com destaque para a necessidade do Órgão Oficiante, doravante, passe a averbar declínio a outro ramo do Ministério Público, com ou sem necessidade de referendo do Órgão Superior nos termos da Resolução CNMP n° 174/2017, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000419.2017.04.007/5 - Assunto: 8.CONALIS, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO: AZ SISTEMAS ELETRÔNICOS LTDA - ME, NOTICIANTE: SIGILOSO - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o declínio de atribuição e, no mérito, por unanimidade, referendar o declínio com destaque para a necessidade do Órgão Oficiante, doravante, passe a averbar declínio a outro ramo do Ministério Público, com ou sem necessidade de referendo do Órgão Superior nos termos da Resolução CNMP n° 174/2017, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-002810.2017.06.000/1 - Assunto: 1.CODEMAT, 4.CONAP - Interessados: NOTICIADO: MUNICÍPIO DE QUIPAPÁ, NOTICIANTE: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO - TCE - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte. Devolvido o feito após vistas do Dr. André Luís Spies, a Relatora retirou o feito de pauta.

Processo NF-003171.2017.06.000/2 - Assunto: 4.CONAP, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO: MUNICÍPIO DO RECIFE - SECRETARIA DE SAÚDE - HOSPITAL DA MULHER DO RECIFE, NOTICIANTE: (SOB SIGILO) - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o declínio de atribuição e, no mérito, por unanimidade, não referendar o declínio, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-003105.2017.09.000/2 - Assunto: 4.CONAP, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO: DPU/PR - DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO, NOTICIANTE: RICARDO ALVES DE GÓES - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o declínio de atribuição e, no mérito, por unanimidade, não referendar o declínio quanto ao tema 09.08. ESTÁGIO e respectivos subtemas e referendar quanto aos demais temas, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000220.2017.12.004/1 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: ANÔNIMO, NOTICIADO: CONSTRUTORA SOLO LTDA., NOTICIADO: FRANCISCO ALVARINO BACCA - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o declínio de atribuição e, no mérito, por unanimidade, referendar o declínio com destaque para a necessidade do Órgão Oficiante, doravante, passe a averbar declínio a outro ramo do Ministério Público, com ou sem necessidade de referendo do Órgão Superior nos termos da Resolução CNMP n° 174/2017, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000300.2017.14.000/4 - Assunto: 1.CODEMAT, 4.CONAP, 6.COORDIGUALDADE, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO: ESTADO DE RONDÔNIA - SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE (SESAU), NOTICIADO: HOSPITAL JOÃO PAULO II ANEXO (ASSISTÊNCIA MÉDICA INTENSIVA), NOTICIANTE: (SOB SIGILO) - Relator: Dr. André Luís Spies. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o declínio de atribuição e, no mérito, por unanimidade, referendar parcialmente o Declínio de Atribuição para o MPE, somente quanto aos temas relativos a "desvio de função" e "Improbidade Administrativa", determinando o prosseguimento da investigação do MPT sobre o "Assédio Moral", nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000528.2017.14.000/6 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: NOTICIADO: ESTADO DE RONDÔNIA, NOTICIANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO - PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO (DENUNCIANTE), NOTICIADO: MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o declínio de atribuição e, no mérito, por unanimidade, não referendar o declínio, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000496.2017.15.003/1 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: NOTICIADO: SINTECT-RPO-SINDICATO DOS TRABALHADORES NA EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS, SUAS SUBSIDIÁRIAS, CONTROLADAS E EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS POSTAIS PÚBLICAS E ESTATAIS DE DE RIBEIRÃO PRETO E REGIÃO, NOTICIANTE: IDENTIDADE RESGUARDADA - Relator: Dr. André Luís Spies. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o declínio de atribuição e, no mérito, por unanimidade, não referendar o declínio, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000816.2017.15.006/0 - Assunto: 3.CONAFRET - Interessados: NOTICIADO: MUNICÍPIO DE ITUVERAVA, NOTICIANTE: VARA DO TRABALHO DE ITUVERAVA, NOTICIADO: INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO BENEDITA MARIA DE FREITAS MATOS "DONA FIÚCA" - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte. A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o declínio de atribuição e, no mérito, por unanimidade, referendar o declínio com destaque para a necessidade do Órgão Oficiante, doravante, passe a averbar declínio a outro ramo do Ministério Público, com ou sem necessidade de referendo do Órgão Superior nos termos da Resolução CNMP n° 174/2017, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-001335.2017.17.000/0 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: NOTICIANTE: IDENTIDADE SOB SIGILO, NOTICIADO: SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE MARECHAL FLORIANO , NOTICIADO: GELSILENE LOIOLA - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte. Devolvido o feito após vistas do Dr. Marco Aurélio Lustosa Caminha, a Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não referendar o declínio de atribuições, nos termos do voto da Relatora.
Também foi deliberado, por unanimidade, referendar o declínio de atribuição dos procedimentos a seguir listados:
PRT 1ª Região-RJ - NF-000365.2017.01.003/9, NF-000324.2017.01.005/5, NF-000636.2017.01.005/0, NF-000749.2017.01.005/4, NF-000652.2017.01.006/0, NF-000870.2017.01.006/8 - PRT 2ª Região-SP - NF-000778.2017.02.002/9 - PRT 3ª Região-MG - IC-000016.2016.03.001/1, NF-002916.2017.03.000/9, NF-000224.2017.03.001/7, NF-000892.2017.03.001/4, NF-000929.2017.03.001/6, NF-000244.2017.03.003/3, NF-000505.2017.03.003/5, NF-000255.2017.03.005/9, PP-000160.2017.03.006/7, PP-000240.2017.03.006/0, PP-000361.2017.03.006/0 - PRT 4ª Região-RS - NF-000445.2017.04.004/4 - PRT 5ª Região-BA - NF-002992.2017.05.000/0, NF-003033.2017.05.000/0, NF-000414.2017.05.004/2, NF-000699.2017.05.006/0 - PRT 6ª Região-PE - NF-002280.2017.06.000/2, NF-003181.2017.06.000/9 - PRT 7ª Região-CE - PP-000250.2008.07.002/0, IC-000208.2016.07.002/3 - PRT 8ª Região-PA - IC-000381.2011.08.001/2 - PRT 9ª Região-PR - NF-003449.2017.09.000/1 - PRT 10ª Região-DF - IC-000010.2016.10.003/3, NF-002330.2017.10.000/3, NF-000259.2017.10.001/4 - PRT 11ª Região-AM - NF-000935.2017.11.000/4, NF-001266.2017.11.000/8 - PRT 12ª Região-SC - IC-000502.2017.12.001/0 - PRT 14ª Região-RO - IC-000266.2012.14.001/2 - PRT 15ª Região-Campinas - NF-000606.2017.15.006/7, NF-000540.2017.15.007/8 - PRT 17ª Região-ES - NF-001390.2017.17.000/0 - PRT 18ª Região-GO - NF-000823.2017.18.000/2 - PRT 19ª Região-AL - NF-001273.2017.19.000/3 - PRT 20ª Região-SE - NF-000613.2017.20.000/3 - PRT 23ª Região-MT - NF-000539.2017.23.001/9, NF-000269.2017.23.003/2 - PRT 24ª Região-MS - NF-000357.2017.24.000/7.

7) HOMOLOGAÇÕES DE ARQUIVAMENTO: Foi deliberado, por unanimidade, homologar a promoção de arquivamento dos procedimentos a seguir listados:
PRT 1ª Região-RJ - IC-001099.2010.01.000/8, IC-003423.2010.01.000/6, IC-000429.2010.01.004/5, IC-004145.2011.01.000/8, IC-000465.2012.01.004/4, IC-001255.2013.01.000/0, IC-002259.2013.01.000/0, IC-000156.2013.01.003/0, IC-000065.2014.01.000/0, IC-000213.2014.01.000/0, IC-001313.2014.01.000/3, IC-001334.2014.01.000/1, IC-001441.2014.01.000/9, IC-001642.2014.01.000/9, IC-001937.2014.01.000/1, IC-003141.2014.01.000/3, IC-003302.2014.01.000/8, IC-003313.2014.01.000/0, IC-003319.2014.01.000/2, IC-003656.2014.01.000/3, IC-004489.2014.01.000/2, IC-000222.2014.01.001/2, IC-000565.2014.01.001/5, IC-000225.2014.01.004/4, IC-000308.2014.01.004/7, IC-000321.2014.01.004/7, IC-000445.2014.01.004/0, IC-000528.2014.01.004/8, IC-000572.2014.01.004/6, IC-000788.2014.01.004/3, IC-000991.2014.01.004/7, IC-001031.2014.01.004/6, IC-001109.2014.01.004/8, IC-000215.2015.01.000/6, IC-001370.2015.01.000/7, IC-001739.2015.01.000/0, IC-002075.2015.01.000/0, IC-002228.2015.01.000/0, IC-003364.2015.01.000/9, IC-003371.2015.01.000/9, IC-004611.2015.01.000/0, IC-004920.2015.01.000/3, IC-005022.2015.01.000/7, IC-000173.2015.01.001/0, IC-000343.2015.01.001/4, IC-000247.2015.01.002/2, IC-000292.2015.01.002/7, IC-000287.2015.01.003/2, IC-000463.2015.01.003/9, IC-000338.2015.01.004/1, IC-001170.2015.01.004/5, IC-000067.2015.01.005/8, IC-000244.2015.01.005/6, IC-000268.2015.01.005/6, IC-000366.2015.01.005/1, IC-000445.2015.01.006/0, IC-000281.2015.01.007/8, IC-000152.2016.01.000/0, IC-000637.2016.01.000/9, IC-000745.2016.01.000/1, IC-001264.2016.01.000/7, IC-001707.2016.01.000/1, IC-001889.2016.01.000/0, IC-002344.2016.01.000/0, IC-002377.2016.01.000/5, IC-002587.2016.01.000/6, IC-002729.2016.01.000/3, IC-002775.2016.01.000/3, PP-002989.2016.01.000/6, IC-003011.2016.01.000/0, IC-003099.2016.01.000/5, IC-003263.2016.01.000/8, IC-003319.2016.01.000/6, PP-003848.2016.01.000/6, PP-004376.2016.01.000/6, IC-004770.2016.01.000/2, IC-005130.2016.01.000/1, IC-005425.2016.01.000/4, IC-005711.2016.01.000/8, IC-005866.2016.01.000/4, IC-006030.2016.01.000/2, IC-006102.2016.01.000/1, IC-006192.2016.01.000/9, IC-006514.2016.01.000/8, IC-006538.2016.01.000/2, IC-000003.2016.01.001/9, IC-000027.2016.01.001/1, IC-000197.2016.01.001/2, IC-000433.2016.01.001/8, IC-000105.2016.01.002/5, IC-000334.2016.01.002/7, IC-000262.2016.01.003/9, IC-000318.2016.01.003/9, IC-000453.2016.01.003/4, IC-000090.2016.01.004/3, IC-000244.2016.01.004/8, IC-000923.2016.01.004/4, IC-000993.2016.01.004/5, IC-000400.2016.01.005/0, IC-000440.2016.01.005/0, IC-000511.2016.01.005/2, IC-000517.2016.01.005/0, IC-000094.2016.01.006/6, PP-000547.2016.01.006/3, IC-000102.2016.01.007/0, IC-000126.2016.01.008/1, PP-000012.2017.01.000/9, IC-000129.2017.01.000/6, IC-000192.2017.01.000/2, IC-000283.2017.01.000/0, IC-000390.2017.01.000/6, PP-000444.2017.01.000/3, PP-000756.2017.01.000/8, IC-000792.2017.01.000/1, IC-000802.2017.01.000/4, PP-001014.2017.01.000/2, IC-001236.2017.01.000/0, IC-001282.2017.01.000/0, IC-001602.2017.01.000/9, IC-001709.2017.01.000/4, PP-002047.2017.01.000/6, IC-002836.2017.01.000/2, PP-002878.2017.01.000/9, IC-002948.2017.01.000/7, NF-004560.2017.01.000/3, IC-000185.2017.01.001/5, IC-000232.2017.01.001/8, IC-000094.2017.01.002/2, IC-000245.2017.01.003/6, IC-000098.2017.01.005/7, IC-000185.2017.01.006/0, PP-000214.2017.01.006/0, IC-000292.2017.01.006/6, PP-000371.2017.01.006/3, PP-000190.2017.01.007/6 - PRT 2ª Região-SP - IC-000061.2010.02.001/1, IC-000038.2010.02.003/1, IC-002975.2011.02.000/0, IC-000186.2011.02.001/7, IC-000283.2011.02.001/6, IC-001310.2012.02.000/4, IC-001889.2012.02.000/4, IC-004220.2012.02.000/8, IC-002411.2013.02.000/7, IC-000141.2013.02.003/3, IC-000192.2013.02.005/8, IC-000292.2014.02.000/4, IC-002241.2014.02.000/3, IC-003015.2014.02.000/0, IC-006298.2014.02.000/6, IC-006524.2014.02.000/1, IC-000073.2014.02.001/9, IC-000658.2014.02.001/7, IC-000590.2014.02.002/8, IC-000117.2014.02.003/2, IC-000314.2014.02.003/9, IC-000012.2014.02.004/8, IC-000049.2014.02.005/5, IC-006630.2015.02.000/5, IC-008180.2015.02.000/7, IC-008809.2015.02.000/6, IC-000300.2015.02.002/9, IC-000880.2015.02.002/8, IC-001004.2015.02.002/0, IC-000066.2015.02.003/0, IC-000194.2015.02.003/4, IC-000338.2015.02.003/2, IC-000341.2015.02.003/5, IC-000391.2015.02.003/1, IC-001665.2016.02.000/2, IC-002290.2016.02.000/3, IC-004610.2016.02.000/8, IC-004769.2016.02.000/6, IC-004923.2016.02.000/2, IC-005628.2016.02.000/6, IC-006796.2016.02.000/5, IC-000031.2016.02.001/9, IC-000374.2016.02.001/7, IC-000123.2016.02.002/9, IC-000402.2016.02.003/3, IC-000305.2016.02.005/8, IC-000336.2016.02.005/4, IC-000355.2016.02.005/2, IC-000379.2016.02.005/2, IC-001099.2017.02.000/1, PP-001937.2017.02.000/8, IC-002105.2017.02.000/8, PP-002155.2017.02.000/0, IC-002284.2017.02.000/0, IC-002328.2017.02.000/1, PP-002393.2017.02.000/9, PP-002831.2017.02.000/6, IC-003757.2017.02.000/2, PP-003992.2017.02.000/5, PP-003997.2017.02.000/2, PP-004834.2017.02.000/9, PP-004848.2017.02.000/7, IC-005005.2017.02.000/5, IC-005094.2017.02.000/7, IC-005127.2017.02.000/6, PP-005627.2017.02.000/2, PP-006121.2017.02.000/1, PP-006126.2017.02.000/9, IC-000510.2017.02.001/7, IC-000548.2017.02.001/0, IC-000551.2017.02.001/2, IC-000620.2017.02.001/2, IC-000815.2017.02.001/3, IC-000874.2017.02.001/0, PP-000688.2017.02.002/8, PP-000731.2017.02.002/5, NF-000863.2017.02.002/8, PP-000205.2017.02.003/9, PP-000271.2017.02.003/4, PP-000336.2017.02.003/5, IC-000217.2017.02.005/0, IC-000283.2017.02.005/6 - PRT 3ª Região-MG - IC-001346.2011.03.000/5, IC-001594.2013.03.000/4, IC-000174.2013.03.001/4, IC-000304.2013.03.001/0, IC-000271.2013.03.005/7, IC-000304.2013.03.006/4, IC-000185.2013.03.010/8, IC-000333.2013.03.010/5, IC-001128.2014.03.000/4, IC-001622.2014.03.000/8, IC-000002.2014.03.001/9, IC-000011.2014.03.010/8, IC-000209.2014.03.010/6, IC-000483.2014.03.010/2, IC-001013.2015.03.000/5, IC-002206.2015.03.000/8, IC-002348.2015.03.000/1, IC-002478.2015.03.000/8, IC-000670.2015.03.002/6, IC-000951.2015.03.002/2, IC-000066.2015.03.004/4, IC-000102.2015.03.008/2, IC-000152.2015.03.010/2, IC-001808.2016.03.000/6, IC-002405.2016.03.000/9, IC-002579.2016.03.000/2, IC-003444.2016.03.000/7, IC-003450.2016.03.000/1, IC-004274.2016.03.000/0, IC-004502.2016.03.000/6, IC-

000293.2016.03.001/9, IC-000695.2016.03.002/5, IC-000273.2016.03.004/7, IC-000219.2016.03.006/3, IC-000305.2016.03.006/9, IC-000391.2016.03.006/9, IC-000427.2016.03.006/4, IC-000324.2016.03.007/8, IC-000030.2016.03.010/4, IC-000262.2016.03.010/8, IC-000241.2017.03.000/1, IC-000508.2017.03.000/1, IC-000530.2017.03.000/2, IC-000652.2017.03.000/8, IC-001044.2017.03.000/3, IC-001257.2017.03.000/0, IC-001506.2017.03.000/5, PP-001828.2017.03.000/0, IC-001978.2017.03.000/0, IC-002150.2017.03.000/3, PP-002168.2017.03.000/3, IC-002774.2017.03.000/1, IC-003277.2017.03.000/0, IC-000174.2017.03.002/6, IC-000423.2017.03.002/8, IC-000434.2017.03.002/1, PP-000451.2017.03.002/7, PP-000488.2017.03.002/3, IC-000557.2017.03.002/3, IC-000222.2017.03.003/6, PP-000361.2017.03.003/7, PP-000385.2017.03.003/7, IC-000430.2017.03.003/7, IC-000065.2017.03.006/8, IC-000110.2017.03.007/1, IC-000283.2017.03.007/0, NF-000539.2017.03.007/6, PP-000133.2017.03.008/6, PP-000158.2017.03.008/2, PP-000092.2017.03.009/3, PP-000215.2017.03.010/6, IC-000288.2017.03.010/6 - PRT 4ª Região-RS - IC-000817.2012.04.006/0, IC-000049.2013.04.004/5, IC-000016.2013.04.005/0, IC-000212.2013.04.006/2, IC-000337.2013.04.007/8, IC-001255.2014.04.000/5, IC-002101.2014.04.000/1, IC-002871.2014.04.000/7, IC-003007.2014.04.000/5, IC-000270.2014.04.003/1, IC-000046.2014.04.004/7, IC-000067.2014.04.004/0, IC-000337.2014.04.004/3, IC-000450.2014.04.004/1, IC-000503.2014.04.004/7, IC-000517.2014.04.006/1, IC-000562.2014.04.006/5, IC-000473.2014.04.007/2, IC-003817.2015.04.000/1, IC-000161.2015.04.001/9, IC-000270.2015.04.003/4, IC-000257.2015.04.005/0, IC-000212.2015.04.006/8, IC-000476.2015.04.006/3, IC-000645.2016.04.000/5, IC-001235.2016.04.000/5, IC-002170.2016.04.000/4, IC-003232.2016.04.000/5, IC-003362.2016.04.000/1, IC-003543.2016.04.000/9, IC-003888.2016.04.000/3, IC-004503.2016.04.000/1, IC-004792.2016.04.000/8, IC-004812.2016.04.000/4, IC-000228.2016.04.001/1, IC-000047.2016.04.004/4, IC-000185.2016.04.004/0, IC-000365.2016.04.004/8, IC-000128.2016.04.006/8, IC-000226.2016.04.006/3, IC-000318.2016.04.006/7, IC-000542.2016.04.006/6, IC-000544.2016.04.006/0, IC-000665.2016.04.006/9, IC-000726.2016.04.006/4, IC-000839.2016.04.006/9, IC-000442.2016.04.007/7, IC-000451.2016.04.007/0, IC-000305.2016.04.008/7, IC-000413.2016.04.008/0, PP-000050.2017.04.000/1, IC-000413.2017.04.000/7, IC-000434.2017.04.000/1, IC-000458.2017.04.000/8, IC-000552.2017.04.000/8, IC-000574.2017.04.000/5, IC-000793.2017.04.000/0, IC-000807.2017.04.000/8, PP-000980.2017.04.000/0, IC-001235.2017.04.000/7, IC-001432.2017.04.000/5, IC-001476.2017.04.000/2, IC-001637.2017.04.000/8, IC-001684.2017.04.000/2, IC-001828.2017.04.000/0, PP-001975.2017.04.000/4, IC-002027.2017.04.000/5, PP-002085.2017.04.000/2, IC-002109.2017.04.000/1, PP-002519.2017.04.000/6, IC-002593.2017.04.000/4, PP-002917.2017.04.000/5, IC-002995.2017.04.000/5, PP-003104.2017.04.000/1, IC-003234.2017.04.000/8, PP-003402.2017.04.000/2, IC-000075.2017.04.001/5, IC-000277.2017.04.001/8, IC-000019.2017.04.002/1, IC-000084.2017.04.002/7, PP-000228.2017.04.002/6, PP-000288.2017.04.002/0, PP-000307.2017.04.002/2, NF-000325.2017.04.002/5, PP-000023.2017.04.003/1, PP-000069.2017.04.003/8, IC-000108.2017.04.003/3, IC-000123.2017.04.003/6, IC-000128.2017.04.003/8, PP-000264.2017.04.004/6, IC-000031.2017.04.006/8, NF-000364.2017.04.006/0, IC-000194.2017.04.007/4, IC-000246.2017.04.007/9, IC-000080.2017.04.008/3, PP-000253.2017.04.008/5, IC-000334.2017.04.008/5 - PRT 5ª Região-BA - PP-000148.2007.05.001/9, IC-000054.2010.05.002/5, IC-000468.2010.05.006/7, IC-000442.2012.05.004/8, IC-000445.2012.05.004/7, IC-001729.2013.05.000/3, IC-000037.2013.05.004/5, IC-000032.2013.05.007/4, IC-000384.2014.05.000/3, IC-001203.2014.05.000/3, IC-000196.2014.05.004/0, IC-000593.2015.05.000/3, IC-002173.2015.05.000/0, IC-002360.2015.05.000/2, IC-002457.2015.05.000/1, IC-000176.2015.05.003/8, IC-000166.2015.05.004/1, IC-000326.2015.05.004/4, IC-000365.2015.05.004/1, IC-000774.2016.05.000/4, IC-000823.2016.05.000/0, IC-000845.2016.05.000/7, IC-000888.2016.05.000/5, IC-001549.2016.05.000/7, IC-002006.2016.05.000/7, IC-003208.2016.05.000/0, IC-000235.2016.05.001/1, IC-000129.2016.05.004/4, IC-000192.2016.05.004/6, IC-000221.2016.05.004/1, IC-000418.2017.05.000/4, PP-000602.2017.05.000/5, PP-000734.2017.05.000/8, PP-000865.2017.05.000/4, IC-001250.2017.05.000/4, IC-002137.2017.05.000/0, PP-002241.2017.05.000/1, PP-002516.2017.05.000/1, IC-000088.2017.05.002/4, IC-000094.2017.05.003/5, IC-000046.2017.05.004/0, IC-000146.2017.05.004/2, IC-000191.2017.05.004/7, IC-000033.2017.05.005/2, IC-000070.2017.05.005/3 - PRT 6ª Região-PE - IC-002026.2014.06.000/7, IC-001144.2015.06.000/0, IC-001974.2015.06.000/9, IC-002072.2015.06.000/9, IC-002235.2015.06.000/4, IC-000337.2015.06.001/1, IC-000276.2016.06.000/8, IC-000594.2016.06.000/4, IC-000675.2016.06.000/4, IC-001325.2016.06.000/9, IC-001495.2016.06.000/0, IC-002262.2016.06.000/9, IC-002580.2016.06.000/2, IC-002888.2016.06.000/8, IC-000253.2016.06.002/6, IC-000307.2016.06.002/3, PP-000343.2017.06.000/8, IC-000473.2017.06.000/8, IC-000784.2017.06.000/6, IC-001431.2017.06.000/2, IC-002679.2017.06.000/4, IC-000172.2017.06.001/8, IC-000026.2017.06.002/3 - PRT 7ª Região-CE - IC-000377.2012.07.000/3, IC-000973.2012.07.000/7, IC-000198.2013.07.002/2, IC-000214.2013.07.002/7, IC-001112.2014.07.000/0, IC-001600.2014.07.000/9, IC-000049.2015.07.000/3, IC-000587.2015.07.000/9, IC-000685.2015.07.000/4, IC-001114.2015.07.000/2, IC-001278.2015.07.000/0, IC-001472.2015.07.000/1, IC-001694.2015.07.000/0, IC-001931.2015.07.000/7, IC-000135.2015.07.001/5, IC-000274.2016.07.000/0, IC-000309.2016.07.000/0, IC-000529.2016.07.000/0, IC-000927.2016.07.000/0, IC-001140.2016.07.000/1, IC-001217.2016.07.000/8, PP-001769.2016.07.000/6, IC-002038.2016.07.000/0, IC-002072.2016.07.000/2, IC-000163.2016.07.002/5, IC-000039.2017.07.000/6, PP-000242.2017.07.000/9, PP-000453.2017.07.000/9, IC-000611.2017.07.000/3, PP-000646.2017.07.000/7, PP-001174.2017.07.000/4, PP-001369.2017.07.000/0, PP-001384.2017.07.000/5, PP-001558.2017.07.000/2, PP-001566.2017.07.000/8, PP-001778.2017.07.000/0, NF-001883.2017.07.000/5, NF-001908.2017.07.000/9, PP-002100.2017.07.000/6, PP-000162.2017.07.002/1 - PRT 8ª Região-PA - PP-000075.2013.08.000/7, IC-000360.2013.08.002/5, IC-000206.2013.08.003/0, IC-000231.2013.08.003/0, IC-000234.2014.08.003/6, IC-000241.2014.08.003/4, IC-000330.2014.08.003/9, IC-000626.2015.08.000/5, IC-000863.2015.08.000/1, IC-000134.2015.08.002/3, IC-001658.2016.08.000/8, IC-001979.2016.08.000/8, IC-000310.2016.08.001/9, IC-000158.2016.08.002/6, IC-000509.2016.08.002/3, IC-000276.2017.08.000/4, IC-000798.2017.08.000/2, IC-000987.2017.08.000/5, IC-000067.2017.08.002/0, PP-000250.2017.08.002/3 - PRT 9ª Região-PR - IC-000085.2011.09.001/0, IC-000151.2013.09.000/0, IC-000310.2013.09.001/2, IC-000271.2013.09.010/4, IC-001456.2014.09.000/0, IC-000517.2014.09.001/6, IC-000330.2015.09.000/1, IC-003450.2015.09.000/5, IC-000052.2015.09.001/8, IC-000112.2015.09.001/4, IC-000372.2015.09.001/4, IC-000601.2015.09.003/3, IC-000238.2015.09.004/8, IC-000194.2016.09.000/7, IC-000438.2016.09.000/3, IC-000966.2016.09.000/3, IC-001030.2016.09.000/9, IC-001855.2016.09.000/7, IC-001980.2016.09.000/6, IC-002536.2016.09.000/6, IC-003156.2016.09.000/8, IC-003160.2016.09.000/1, IC-003439.2016.09.000/3, IC-000106.2016.09.001/5, IC-000304.2016.09.001/9, IC-000317.2016.09.001/5, IC-000404.2016.09.001/7, IC-000482.2016.09.001/2, IC-000516.2016.09.001/5, IC-000556.2016.09.001/4, IC-000685.2016.09.001/8, IC-000185.2016.09.003/9, IC-000302.2016.09.003/8, IC-000260.2016.09.005/2, IC-000204.2016.09.006/5, IC-000013.2016.09.007/7, IC-000040.2016.09.008/1, IC-000143.2016.09.008/1, IC-000268.2016.09.009/7, PP-000050.2017.09.000/9, IC-000300.2017.09.000/5, IC-000374.2017.09.000/1, IC-000448.2017.09.000/3, IC-000630.2017.09.000/1, IC-000635.2017.09.000/3, PP-000696.2017.09.000/3, IC-000768.2017.09.000/2, IC-001085.2017.09.000/0, PP-001444.2017.09.000/8, IC-001693.2017.09.000/9, IC-001804.2017.09.000/1, PP-001908.2017.09.000/0, IC-002131.2017.09.000/1, PP-002166.2017.09.000/8, PP-002315.2017.09.000/5, PP-002497.2017.09.000/4, PP-002519.2017.09.000/1, PP-002579.2017.09.000/0, PP-002684.2017.09.000/6, IC-002858.2017.09.000/3, PP-002864.2017.09.000/8, PP-002923.2017.09.000/4, PP-003026.2017.09.000/3, NF-003049.2017.09.000/2, PP-003156.2017.09.000/0, IC-003194.2017.09.000/4, IC-000105.2017.09.001/1, IC-000123.2017.09.001/3, IC-000168.2017.09.001/4, IC-000048.2017.09.003/4, IC-000065.2017.09.003/9, PP-000203.2017.09.003/9, PP-000271.2017.09.003/7, PP-000292.2017.09.003/8, PP-000492.2017.09.003/4, PP-000523.2017.09.003/8, IC-000165.2017.09.004/8, IC-000146.2017.09.005/0, IC-000056.2017.09.006/3, PP-000164.2017.09.006/3, IC-000183.2017.09.006/1, IC-000037.2017.09.007/6, IC-000066.2017.09.007/3, IC-000186.2017.09.007/1, IC-000221.2017.09.007/4, IC-000238.2017.09.007/6, IC-000036.2017.09.008/0, IC-000140.2017.09.009/6, IC-000101.2017.09.010/6 - PRT 10ª Região-DF - IC-000851.2013.10.000/3, IC-001897.2014.10.000/2, IC-002117.2014.10.000/9, IC-000020.2014.10.002/3, PP-001346.2015.10.000/0, IC-001460.2015.10.000/8, IC-002193.2015.10.000/0, IC-001171.2016.10.000/0, IC-002249.2016.10.000/0, IC-002552.2016.10.000/0, IC-002672.2016.10.000/0, IC-000047.2016.10.001/7, IC-000037.2016.10.003/0, PP-000225.2017.10.000/9, IC-000277.2017.10.000/8, IC-000835.2017.10.000/5, IC-001078.2017.10.000/2, PP-001239.2017.10.000/7, IC-001460.2017.10.000/1, PP-001634.2017.10.000/9, IC-001750.2017.10.000/7, IC-000030.2017.10.001/1, PP-000063.2017.10.001/8, IC-000111.2017.10.002/4 - PRT 11ª Região-AM - IC-000280.2009.11.000/3, IC-000117.2013.11.000/6, IC-000567.2013.11.000/5, IC-000552.2014.11.000/9, IC-000990.2014.11.000/8, IC-001221.2014.11.000/0, IC-000082.2014.11.001/8, IC-000203.2014.11.001/2, IC-000538.2015.11.000/5, PP-000843.2015.11.000/5, IC-001520.2015.11.000/8, IC-000395.2016.11.000/6, IC-001135.2016.11.000/4, IC-000030.2016.11.001/0, IC-000124.2016.11.001/0, IC-000003.2017.11.001/5 - PRT 12ª Região-SC - IC-000565.2010.12.000/5, IC-000701.2012.12.000/8, IC-000044.2012.12.003/6, IC-000039.2012.12.004/5, IC-000095.2012.12.004/5, IC-000139.2012.12.004/4, IC-000960.2013.12.000/4, IC-000304.2014.12.002/6, IC-000285.2014.12.003/0, IC-000006.2015.12.003/7, IC-000096.2015.12.004/3, IC-000216.2015.12.004/7, IC-000034.2016.12.000/0, IC-000438.2016.12.000/0, IC-000896.2016.12.000/4, IC-001291.2016.12.000/6, IC-001537.2016.12.000/2, IC-000203.2016.12.001/9, IC-000001.2016.12.002/9, IC-000245.2016.12.002/9, IC-000013.2016.12.004/0, PP-000442.2016.12.005/0, IC-000678.2017.12.000/9, PP-000772.2017.12.000/9, IC-000858.2017.12.000/0, IC-000920.2017.12.000/6, IC-000954.2017.12.000/3, IC-000175.2017.12.001/7, IC-000410.2017.12.001/6, IC-000198.2017.12.003/7, PP-000133.2017.12.004/0, IC-000178.2017.12.004/0, NF-000203.2017.12.004/6, PP-000097.2017.12.005/9 - PRT 13ª Região-PB - IC-010208.2009.13.000/1, IC-000735.2012.13.000/6, IC-000177.2012.13.002/5, IC-000694.2014.13.000/0, IC-001540.2014.13.000/5, IC-000422.2015.13.000/3, IC-001314.2015.13.000/5, IC-000814.2016.13.000/4, IC-000135.2016.13.002/4, IC-000489.2017.13.000/7, IC-000140.2017.13.001/4, PP-000070.2017.13.002/0 - PRT 14ª Região-RO - IC-000239.2012.14.000/1, IC-000467.2014.14.000/2, IC-000483.2014.14.000/1, IC-000486.2014.14.000/0, IC-000809.2014.14.000/4, IC-000234.2015.14.001/6, IC-000180.2015.14.002/7, IC-000219.2015.14.002/1, IC-000060.2016.14.000/9, IC-000722.2016.14.000/1, IC-000131.2016.14.002/0, IC-000329.2017.14.000/6, IC-000390.2017.14.000/0, IC-000009.2017.14.001/2, IC-000042.2017.14.001/1 - PRT 15ª Região-Campinas - PP-000347.2010.15.006/9, IC-000504.2013.15.003/0, IC-003386.2014.15.000/1, IC-001135.2014.15.001/0, IC-000462.2014.15.007/9, IC-000820.2015.15.000/5, IC-002468.2015.15.000/0, IC-000686.2015.15.002/7, IC-000519.2016.15.000/3, IC-000610.2016.15.000/4, IC-001781.2016.15.000/0, IC-001870.2016.15.000/6, IC-002288.2016.15.000/0, IC-002460.2016.15.000/9, IC-003120.2016.15.000/0, IC-003261.2016.15.000/8, IC-003278.2016.15.000/2, IC-003531.2016.15.000/0, IC-003704.2016.15.000/2, IC-003815.2016.15.000/1, IC-003926.2016.15.000/0, IC-003949.2016.15.000/0, IC-000522.2016.15.001/4, IC-000645.2016.15.001/6, IC-000664.2016.15.001/4, IC-000291.2016.15.002/2, IC-000394.2016.15.002/0, PP-000849.2016.15.002/6, IC-000375.2016.15.003/0, IC-000541.2016.15.003/9, IC-000043.2016.15.004/0, IC-000205.2016.15.004/9, IC-000111.2016.15.005/0, IC-000154.2016.15.007/5, IC-000196.2016.15.007/7, IC-000732.2016.15.008/5, IC-000532.2017.15.000/6, IC-000698.2017.15.000/6, PP-000714.2017.15.000/0, IC-001007.2017.15.000/3, IC-001304.2017.15.000/9, IC-001539.2017.15.000/0, PP-001632.2017.15.000/9, PP-001701.2017.15.000/1, PP-001703.2017.15.000/2, PP-001753.2017.15.000/4, PP-001845.2017.15.000/6, IC-001853.2017.15.000/1, PP-001959.2017.15.000/1, PP-001969.2017.15.000/8, IC-001977.2017.15.000/3, IC-002325.2017.15.000/5, IC-002371.2017.15.000/5, PP-002462.2017.15.000/1, PP-002676.2017.15.000/4, IC-002792.2017.15.000/2, IC-003108.2017.15.000/2, PP-003190.2017.15.000/6, PP-000419.2017.15.001/6, PP-000735.2017.15.001/0, PP-000548.2017.15.002/8, PP-000127.2017.15.003/2, IC-000137.2017.15.003/0, PP-000417.2017.15.003/0, PP-000435.2017.15.003/1, PP-000438.2017.15.003/0, PP-000455.2017.15.003/6, PP-000104.2017.15.005/5, IC-000187.2017.15.006/0, IC-000474.2017.15.006/9, IC-000029.2017.15.007/3, IC-000154.2017.15.007/8, IC-000369.2017.15.007/3, IC-000445.2017.15.007/1, IC-000165.2017.15.008/0, IC-000321.2017.15.008/1, IC-000335.2017.15.008/4, IC-000529.2017.15.008/9, IC-000577.2017.15.008/2 - PRT 16ª Região-MA - IC-000123.2012.16.001/8, IC-000017.2013.16.001/2, IC-000333.2014.16.000/9, IC-000343.2014.16.000/6, IC-000629.2014.16.000/4, IC-000937.2014.16.000/3, IC-000361.2014.16.001/6, IC-000222.2015.16.000/0, IC-000576.2015.16.000/6, IC-001116.2015.16.000/6, IC-000001.2015.16.001/3, IC-000067.2016.16.000/3, IC-000756.2016.16.000/0, IC-000933.2016.16.000/3, IC-001164.2016.16.000/9, IC-000156.2016.16.001/0, IC-000125.2017.16.000/6, PP-000281.2017.16.000/2, IC-000289.2017.16.000/3, NF-000325.2017.16.000/2, IC-000572.2017.16.000/6, IC-000605.2017.16.000/2, IC-000769.2017.16.000/0, IC-000873.2017.16.000/7, NF-000235.2017.16.001/0, IC-000026.2017.16.002/9 - PRT 17ª Região-ES - IC-000633.2012.17.000/9, IC-000367.2013.17.000/4, IC-000044.2014.17.000/0, IC-000919.2015.17.000/5, IC-000159.2015.17.001/7, IC-000262.2015.17.003/4, IC-000143.2016.17.000/6, IC-000210.2016.17.000/3, IC-001052.2016.17.000/2, IC-000191.2016.17.001/8, IC-000037.2016.17.003/3, IC-000118.2017.17.000/9, PP-000289.2017.17.000/4, IC-000290.2017.17.000/4, PP-000539.2017.17.000/2, PP-000554.2017.17.000/5, PP-000915.2017.17.000/5, PP-000982.2017.17.000/7, PP-001332.2017.17.000/3, IC-000042.2017.17.001/7, IC-000096.2017.17.001/7, IC-000098.2017.17.001/1, IC-000041.2017.17.002/0, PP-000166.2017.17.002/9 - PRT 18ª Região-GO - IC-000044.2013.18.002/0, IC-000052.2013.18.002/3, IC-000185.2014.18.000/3, IC-001472.2014.18.000/9, IC-001490.2014.18.000/0, IC-001520.2014.18.000/3, IC-000285.2014.18.001/0, IC-000102.2014.18.002/2, IC-000415.2014.18.002/3, IC-000144.2015.18.000/0, IC-000544.2015.18.000/3, IC-001175.2015.18.000/5, IC-001391.2015.18.000/0, IC-001685.2015.18.000/8, IC-000114.2015.18.002/5, IC-000975.2016.18.000/7, PP-001221.2016.18.000/0, IC-001285.2016.18.000/0, PP-001310.2016.18.000/6, IC-001569.2016.18.000/1, IC-

001595.2016.18.000/9, IC-000155.2016.18.001/5, IC-000123.2016.18.002/9, IC-000133.2016.18.002/6, IC-000316.2016.18.002/7, IC-000329.2016.18.002/3, IC-000049.2016.18.003/8, IC-000350.2016.18.003/6, IC-000392.2016.18.003/8, IC-000198.2017.18.000/8, IC-000355.2017.18.000/6, IC-000501.2017.18.000/0, IC-000566.2017.18.000/6, IC-000852.2017.18.000/8, IC-001027.2017.18.000/0, NF-001154.2017.18.000/0, IC-001241.2017.18.000/5, IC-001318.2017.18.000/1, IC-000076.2017.18.001/2, IC-000114.2017.18.002/0, IC-000121.2017.18.002/9, PP-000001.2017.18.003/1, IC-000024.2017.18.003/9, IC-000109.2017.18.003/3, IC-000156.2017.18.003/0, IC-000240.2017.18.003/3 - PRT 19ª Região-AL - IC-000123.2014.19.001/6, IC-001348.2015.19.000/5, IC-001395.2015.19.000/0, IC-000539.2016.19.000/1, IC-000885.2016.19.000/7, IC-000932.2016.19.000/0, IC-001236.2016.19.000/2, IC-001366.2016.19.000/9, IC-000136.2017.19.000/2, IC-000137.2017.19.000/9, IC-000763.2017.19.000/4, IC-000801.2017.19.000/6, IC-000903.2017.19.000/7, IC-001016.2017.19.000/7, PP-001183.2017.19.000/2, IC-001250.2017.19.000/4, IC-000225.2017.19.001/5, IC-000248.2017.19.001/9, IC-000255.2017.19.001/7 - PRT 20ª Região-SE - IC-001087.2013.20.000/7, IC-001596.2013.20.000/4, IC-001510.2014.20.000/2, IC-000048.2015.20.000/2, IC-000539.2015.20.000/2, IC-000173.2016.20.000/3, IC-001318.2016.20.000/5, IC-001606.2016.20.000/0, IC-001844.2016.20.000/9, IC-001845.2016.20.000/4, IC-001966.2016.20.000/0, IC-001989.2016.20.000/9, IC-002225.2016.20.000/6, IC-002788.2016.20.000/7, IC-000036.2016.20.001/4, PP-000614.2017.20.000/0, IC-001294.2017.20.000/9, PP-001480.2017.20.000/5, IC-001575.2017.20.000/3, IC-001639.2017.20.000/7 - PRT 21ª Região-RN - IC-001241.2013.21.000/1, IC-000057.2014.21.000/1, IC-000346.2014.21.000/2, IC-000663.2014.21.000/2, IC-001053.2014.21.000/6, IC-000295.2015.21.000/7, IC-000413.2015.21.000/2, IC-000525.2015.21.000/0, IC-001659.2015.21.000/4, IC-001706.2015.21.000/3, IC-000201.2016.21.000/9, IC-000223.2016.21.000/6, IC-000256.2016.21.000/7, IC-000321.2016.21.000/1, IC-001111.2016.21.000/0, IC-001225.2016.21.000/6, PP-001529.2016.21.000/0, IC-001547.2016.21.000/1, IC-001581.2016.21.000/4, IC-001599.2016.21.000/4, PP-001710.2016.21.000/9, IC-001806.2016.21.000/2, IC-000274.2017.21.000/1, IC-000313.2017.21.000/0, IC-000317.2017.21.000/5, IC-000342.2017.21.000/5, PP-000396.2017.21.000/7, PP-000512.2017.21.000/0, PP-000703.2017.21.000/5, PP-000724.2017.21.000/6, IC-000738.2017.21.000/9, IC-000913.2017.21.000/9, IC-000014.2017.21.002/2 - PRT 22ª Região-PI - IC-000686.2013.22.000/4, IC-000098.2014.22.001/4, IC-000118.2015.22.000/0, IC-000077.2016.22.000/7, IC-000393.2016.22.000/6, IC-001283.2016.22.000/1, IC-001544.2016.22.000/3, IC-001927.2016.22.000/6, IC-000042.2017.22.000/0, IC-000226.2017.22.000/9, IC-000404.2017.22.000/8, IC-000919.2017.22.000/8, IC-000934.2017.22.000/0, PP-000997.2017.22.000/3, IC-001017.2017.22.000/6, IC-001071.2017.22.000/1, IC-000067.2017.22.001/3 - PRT 23ª Região-MT - IC-000493.2010.23.000/9, IC-000443.2013.23.000/0, IC-000747.2014.23.000/3, IC-000228.2015.23.000/7, IC-000062.2015.23.004/4, IC-000139.2015.23.004/5, IC-000762.2016.23.000/1, IC-000927.2016.23.000/0, IC-000088.2016.23.001/5, IC-000282.2016.23.001/3, IC-000477.2016.23.001/4, IC-000136.2017.23.000/9, IC-000373.2017.23.000/5, IC-000725.2017.23.000/4, IC-000748.2017.23.000/8, IC-000804.2017.23.000/1, IC-000871.2017.23.000/3, IC-001102.2017.23.000/8, IC-001289.2017.23.000/4, IC-001354.2017.23.000/5, IC-000122.2017.23.001/4, IC-000477.2017.23.001/7, NF-000575.2017.23.001/2, IC-000099.2017.23.003/6, IC-000047.2017.23.004/1 - PRT 24ª Região-MS - IC-000442.2015.24.000/0, IC-000487.2016.24.000/4, IC-000145.2016.24.001/6, IC-000008.2016.24.002/5, IC-000055.2016.24.003/2, IC-000513.2017.24.000/9, IC-000556.2017.24.000/7, IC-000678.2017.24.000/2, NF-000761.2017.24.000/9, PP-000777.2017.24.000/4, IC-000042.2017.24.002/5, IC-000053.2017.24.002/0.

Eu, Luiz Cláudio Barbosa Lucas, Secretário da sessão, nos termos do artigo 18, inciso XII, da Resolução nº 142/CSMPT, lavrei a presente ata e a encaminhei a todos os Membros da 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão (MPT) para leitura e aprovação, com determinação de publicá-la no Diário Oficial da União.

Encerrou-se a sessão às 15:10 horas.

ANDRÉ LUÍS SPIES
Coordenador

JUNIA BONFANTE RAYMUNDO
Membro

MÁRCIA CAMPOS DUARTE
Membro

MARCO AURÉLIO LUSTOSA CAMINHA
Membro (Suplente)

LUIZ CLÁUDIO BARBOSA LUCAS
Secretário

MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR

PROCURADORIA-GERAL DA JUSTIÇA MILITAR

DECISÃO DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017

PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL 115-30.2017.1105

EMENTA. ALEGADO ALICIAMENTO DE MULHERES POR MEIO DA INTERNET. FOTO DE INDIVÍDUO APARENTEMENTE USANDO FARDA DA FAB. AUSÊNCIA DE ELEMENTOS MÍNIMOS DE PROVA. FALTA DE JUSTA CAUSA PARA O INÍCIO DE UMA INVESTIGAÇÃO CRIMINAL. ARQUIVAMENTO.

Notícia encaminhada por correio eletrônico de suposto aliciamento de mulheres. Envio de fotografia do noticiado usando farda militar. Dados confusos e imprecisos. Tentativa infrutífera de contato com a noticiante. Impossibilidade de identificação do representado. Ausência de elementos mínimos que configurem a justa causa necessária à abertura de procedimento formal de investigação. O PGJM determinou o arquivamento do feito.

JAIME DE CASSIO MIRANDA
Procurador-Geral

Tribunal de Contas da União

PORTARIA Nº 541, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2017

Delega competência ao Secretário-Geral de Controle Externo para assinar Acordo de cooperação com Organizações Não-Governamentais, voltado a incentivar o controle social.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e tendo em vista o disposto no § 2º do art. 4º da Resolução-TCU nº 211, de 18 de junho de 2008, e considerando as informações constantes do TC 032.758/2017-0, resolve:

Art. 1º Fica delegada competência ao Secretário-Geral de Controle Externo para assinar, em nome do Tribunal de Contas da União, Acordo de Cooperação Técnica e Assistência Mútua com as Organizações Não-Governamentais (ONGs) Os Amigos Associados de Ribeirão Bonito (Amarribo), Observatório Social do Brasil (OSB), Instituto de Fiscalização e Controle (IFC) e Transparência Brasil (TBrasil), visando a ampliar os espaços e a efetividade de iniciativas de participação da sociedade no controle externo a cargo do TCU.

Art. 2º Fica designado o dirigente da Ouvidoria do TCU para zelar pelo acompanhamento da execução do acordo a que se refere o artigo anterior.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RAIMUNDO CARREIRO

PLENÁRIO

ATA 49, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017
(Sessão Ordinária do Plenário)

Presidência: Ministros Raimundo Carreiro e José Múcio Monteiro
Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
Secretário das Sessões: AUFC Marcio André Santos de Albuquerque
Subsecretária do Plenário: AUFC Marcia Paula Sartori

Às 14 horas e 33 minutos, a Presidência declarou aberta a sessão ordinária do Plenário, com a presença dos Ministros Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro, Ana Arraes e Vital do Rêgo, dos Ministros-Substitutos Augusto Sherman Cavalcanti (convocado para substituir o Ministro Bruno Dantas), Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho, bem como da Procuradora-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União, Cristina Machado da Costa e Silva.

Ausentes o Ministro Bruno Dantas, participando de evento educacional no exterior, e o Ministro-Substituto Weder de Oliveira, em férias.

HOMOLOGAÇÃO DE ATA

O Tribunal Pleno homologou a Ata 47, referente à sessão extraordinária de entrega do Grande-Colar do Mérito do TCU, e a Ata 48, referente à sessão ordinária, realizadas em 22 de novembro (Regimento Interno, artigo 101).

PUBLICAÇÃO DA ATA NA INTERNET

Os anexos desta ata, de acordo com a Resolução 184/2005, estão publicados na página do Tribunal de Contas da União na internet (www.tcu.gov.br).

SORTEIO ELETRÔNICO DE RELATOR DE PROCESSOS

De acordo com o parágrafo único do artigo 28 do Regimento Interno e nos termos da Portaria da Presidência 9/2011, entre os dias 23 e 29 de novembro, foi realizado sorteio eletrônico dos seguintes processos:

Processo: 032.094/2017-5
Interessado: Não há
Motivo do sorteio: Assunto fora de LUJ
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - Plenário
Relator sorteado: Ministro AROLDO CEDRAZ

Processo: 032.857/2017-9
Interessado: Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União
Motivo do sorteio: Resolução - TCU nº 280/2016, artigos 8º a 11, 42 e 43
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos de Obras
Relator sorteado: Ministro VITAL DO RÊGO

Processo: 032.824/2017-3
Interessado: Não há
Motivo do sorteio: Resolução - TCU nº 280/2016, artigos 8º a 11, 42 e 43
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos de Obras
Relator sorteado: Ministro ANA ARRAES

Processo: 007.054/2017-3
Interessado: Congresso Nacional (VINCULADOR)
Motivo do sorteio: Impedimento - Art. 111 e 151, inciso II do R.I.
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - Plenário
Relator sorteado: Ministro BRUNO DANTAS

Processo: 016.182/2017-0
Interessado: Ministério da Saúde, Secretaria Estadual de Saúde - TO /Superintendência Regional da Caixa Econômica Federal no Tocantins - SR/CEF/TO
Motivo do sorteio: Impedimento - Art. 111 e 151, inciso II do R.I.
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - Plenário
Relator sorteado: Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

Processo: 029.639/2017-4
Interessado: Não há
Motivo do sorteio: Impedimento - Art. 111 e 151, inciso II do R.I.
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - Plenário
Relator sorteado: Ministro ANA ARRAES

Recurso: 000.317/2002-0/R001
Recorrente: Universidade Federal de Lavras
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: VITAL DO RÊGO

Recurso: 018.636/2005-7/R006
Recorrente: Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica da UFRRJ - FAPUR
Motivo do sorteio: Recurso de revisão
Relator sorteado: AROLDO CEDRAZ

Recurso: 007.021/2009-6/R002
Recorrente: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: WALTON ALENCAR RODRIGUES

Recurso: 008.059/2009-8/R002
Recorrente: Antonio Carlos Felix Ribeiro
Motivo do sorteio: Recurso de revisão
Relator sorteado: BRUNO DANTAS

Recurso: 008.785/2012-0/R003
Recorrente: Ecoplan Engenharia Ltda
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: AROLDO CEDRAZ

Recurso: 009.437/2013-4/R001
Recorrente: José Milani Filho
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: AUGUSTO NARDES

Recurso: 009.437/2013-4/R002
Recorrente: Associação Regional das Casas Familiares Rurais do Sul do Brasil
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: AUGUSTO NARDES

Recurso: 009.891/2013-7/R001
Recorrente: José Lúcio Marcelino de Jesus
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: BRUNO DANTAS

Recurso: 009.891/2013-7/R002
Recorrente: Hidramec Serviços de Engenharia Ltda - EPP
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: BRUNO DANTAS

Recurso: 009.891/2013-7/R003
Recorrente: Clodomir Batista de Albuquerque
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: BRUNO DANTAS

Recurso: 021.976/2013-9/R001
Recorrente: Luiz Helosman de Figueiredo/ Zezito Cordeiro Rodrigues
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: WALTON ALENCAR RODRIGUES

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800268

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Recurso: 032.828/2013-6/R001
Recorrente: Ronalde Sousa dos Santos
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

Recurso: 032.828/2013-6/R002
Recorrente: Filipe Danilo Silva dos Santos
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

Recurso: 032.828/2013-6/R003
Recorrente: Tiago Caldas Dias
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

Recurso: 032.828/2013-6/R004
Recorrente: Sanderson da Boa Morte de Carvalho
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

Recurso: 009.204/2014-8/R001
Recorrente: Tereza Carlota Carvalho Caldas/ Ana Léa Moraes Martins
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: AROLDO CEDRAZ

Recurso: 014.203/2014-6/R001
Recorrente: Junior César Gomes Pinheiro
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

Recurso: 020.297/2014-9/R001
Recorrente: Cláudio Jair da Rosa/Mari Machado Cardoso
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: WALTON ALENCAR RODRIGUES

Recurso: 020.630/2014-0/R001
Recorrente: Floriano Pastore Júnior
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: BRUNO DANTAS

Recurso: 006.377/2015-7/R001
Recorrente: Tomas de Aquino Pereira Neto/ Elo Engenharia Ltda - ME
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: BRUNO DANTAS

Recurso: 006.377/2015-7/R002
Recorrente: José Ronaldo Pessoa Pereira
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: BRUNO DANTAS

Recurso: 007.599/2015-3/R003
Recorrente: Aldo Alves Ferreira
Motivo do sorteio: Recurso de revisão
Relator sorteado: BRUNO DANTAS

Recurso: 011.195/2015-0/R001
Recorrente: José Adelmo Alves
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: BENJAMIN ZYMLER

Recurso: 011.195/2015-0/R002
Recorrente: Iara Soares Costa
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: BENJAMIN ZYMLER

Recurso: 020.159/2015-3/R001
Recorrente: José Jadson Pedro de Farias
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: ANA ARRAES

Recurso: 023.076/2015-1/R001
Recorrente: Raimundo Gonçalves Sobrinho
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

Recurso: 035.129/2015-8/R002
Recorrente: Jorge Azar Chaib Neto
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: AROLDO CEDRAZ

Recurso: 035.129/2015-8/R003
Recorrente: Francisca Maria Ferreira Dantas do Vale
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: AROLDO CEDRAZ

Recurso: 000.882/2016-0/R001
Recorrente: Sueo Numazawa
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: VITAL DO RÊGO

Recurso: 000.882/2016-0/R002
Recorrente: Carlos Afonso de Lima Pinheiro
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: VITAL DO RÊGO

Recurso: 000.882/2016-0/R003
Recorrente: Edmilson Antonio Nogueira Rodrigues
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: VITAL DO RÊGO

Recurso: 017.643/2016-3/R004
Recorrente: André Tadeu Bernardo de Sá
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: AROLDO CEDRAZ

Recurso: 017.643/2016-3/R005
Recorrente: Luiz Antonio Santini Rodrigues da Silva
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: AROLDO CEDRAZ

Recurso: 022.148/2016-7/R003
Recorrente: Coopersystem - Cooperativa de Trabalho
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: BRUNO DANTAS

Recurso: 022.148/2016-7/R004
Recorrente: Nathercia M.R.A.C. Meleiro
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: BRUNO DANTAS

Recurso: 022.148/2016-7/R005
Recorrente: José Adalberto Ribeiro de Andrade
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: BRUNO DANTAS

Recurso: 022.148/2016-7/R006
Recorrente: Roberto Bueno de Assunção
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: BRUNO DANTAS

Recurso: 022.148/2016-7/R007
Recorrente: Liomar Santos Torres
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: BRUNO DANTAS

Recurso: 000.809/2017-9/R001
Recorrente: Fundo Nacional de Saúde - MS
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: WALTON ALENCAR RODRIGUES

Recurso: 014.884/2017-8/R001
Recorrente: Bruno Gustavo Araújo Loureiro
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: ANA ARRAES

Recurso: 014.981/2017-3/R002
Recorrente: Defensoria Pública da União - DPU-PA
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: BENJAMIN ZYMLER

Recurso: 016.309/2017-0/R001
Recorrente: Fundo Nacional de Saúde - MS
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: WALTON ALENCAR RODRIGUES

Recurso: 016.322/2017-7/R001
Recorrente: Fundo Nacional de Saúde - MS
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: BENJAMIN ZYMLER

Recurso: 017.751/2017-9/R001
Recorrente: Paulo Roberto Veloso Catarina
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: VITAL DO RÊGO

Recurso: 017.751/2017-9/R002
Recorrente: Cicero Duarte de Araujo
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: VITAL DO RÊGO

Recurso: 022.305/2017-3/R001
Recorrente: Maciel Consultores S/S LTDA
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: AUGUSTO NARDES

Recurso: 023.504/2017-0/R001
Recorrente: Polo Segurança Especializada Ltda
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: VITAL DO RÊGO

COMUNICAÇÕES (v. inteiro teor no Anexo I desta Ata)

Da Presidência:

Lançamento, no dia 23 de novembro, durante o XXIX Congresso dos Tribunais de Contas do Brasil, realizado em Goiânia/GO, do aplicativo de jurisprudência do Tribunal.

Realização na data de hoje, dia 29 de novembro, na Presidência, da cerimônia de posse dos quatro auditores da última turma de candidatos habilitados no certame realizado no ano de 2015 para exercerem o cargo de Auditor Federal de Controle Externo do Tribunal de Contas da União.

Lançamento, no dia 27 de novembro, no auditório do edifício sede do Tribunal, do sistema e-TCE. O Ministro Aroldo Cedraz usou da palavra para elogiar a iniciativa da Presidência.

Participação da abertura da 2ª Reunião Presencial do Comitê de Criação de Capacidades da Olacefs, no dia 28 de novembro, no Instituto Serzedello Corrêa, com presença de servidores de nove países da América Latina e Alemanha.

Expedição de Avisos à Advogada-Geral da União, ao Secretário da Receita Federal e ao Ministro do Trabalho referentes à proposta de sugestão de alteração da Medida Provisória nº 805, de 30 de outubro de 2017, que, dentre outras disposições, altera a alíquota da contribuição social do servidor público, conforme sugestão do Ministro-Substituto Weder de Oliveira, submetida ao Plenário na sessão reservada de 8 de novembro.

Participação da abertura do Diálogo Público sobre o tema "Gestão e Governança das Contratações", no dia 23 de novembro, no Instituto Serzedello Corrêa.

Do Ministro Benjamin Zymler:

Abertura de prazo de quinze dias para a apresentação de emendas e sugestões ao projeto de Instrução Normativa que estabelece normas de organização e apresentação da Prestação de Contas do Presidente da República. Aprovada.

Do Ministro Augusto Nardes:

Assinatura, no último dia 22 de novembro, pelo Presidente da República, do Decreto nº 9.203/2017, que dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Realização de projeto piloto nas contas anuais da Fundação Nacional de Saúde - Funasa para acompanhar a implementação das medidas estabelecidas no referido decreto. O Presidente Raimundo Carreiro usou da palavra para congratular-se com o Ministro Augusto Nardes.

Do Ministro José Múcio Monteiro:

Realização, pela Corregedoria, de inspeção ordinária na Secretaria de Controle Externo no Estado de Goiás, em conformidade com o disposto no Plano de Correições e Inspeções do 2º semestre de 2017.

HOMENAGEM AO CENTENÁRIO DE NASCIMENTO DE MINISTROS EMÉRITOS

A Presidência informou que, conforme convocação feita na Sessão Plenária de 18 de outubro de 2017, nos termos do § 1º do art. 298-B do Regimento Interno, a primeira parte da sessão destinava-se à celebração do centenário de nascimento dos Ministros Ewald Sizenando Pinheiro, Gilberto Monteiro Pessôa, Iberê Gilson, Mário Pacini e Wilson Aguiar.

Na sequência, o Presidente Raimundo Carreiro proferiu discurso de homenagem em nome do Tribunal (v. inteiro teor no Anexo II a esta Ata).

Dando prosseguimento, o Secretário das Sessões procedeu à chamada dos familiares dos homenageados e o Presidente fez a entrega da medalha alusiva aos 125 anos de criação do Tribunal de Contas da União às senhoras Maria Aparecida de Paula Pinheiro e Maria Lucia Pinheiro, respectivamente esposa e filha do Ministro Ewald Sizenando Pinheiro, ao senhor Dalton Henrique Iberê Gilson, filho do Ministro Iberê Gilson, e ao senhor Leopoldo Pacini Neto, filho do Ministro Mário Pacini. A Presidência registrou, a pedido, que o filho do Ministro Gilberto Monteiro Pessoa, senhor Gilberto Goulart Pessoa, deixou de comparecer em virtude de problemas de saúde que impossibilitaram sua vinda a Brasília.

A palavra foi então concedida ao senhor Dalton Henrique Iberê Gilson, para falar em nome dos homenageados (v. inteiro teor no Anexo II a esta Ata).

Em seguida, o Presidente Raimundo carreiro lançou a 8ª edição do livro com Dados Biográficos dos Ministros do Tribunal de Contas da União, de 1893 a 2017, e a 1ª edição dos Dados Biográficos dos Membros do Ministério Público junto ao TCU, de 1893 a 2017, e fez distribuir exemplares aos Senhores Ministros, Ministros-Substitutos e aos Membros do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União.

Ao fim, o Presidente agradeceu as presenças dos Ministros-Eméritos do Tribunal de Contas da União Luiz Octávio Pires e Albuquerque Gallotti, Carlos Átila Álvaro da Silva, Valmir Campelo e Ubiratan Aguiar, do Ministro-Substituto Emérito Lincoln Magalhães da Rocha, do Subprocurador Emérito do Ministério Público junto ao TCU Sebastião Baptista Afonso e do Procurador do Ministério Público junto ao TCU Júlio Marcelo de Oliveira, bem como dos demais participantes da homenagem.

SUSPENSÃO DA SESSÃO

Às 15 horas e 19 minutos, a Presidência suspendeu a sessão ordinária para cumprimentos aos homenageados. A sessão foi reaberta às 15 horas e 27 minutos.

PROCESSOS APRECIADOS POR RELAÇÃO

O Tribunal Pleno aprovou, por relação, os acórdãos de nºs 2627 a 2642.

PROCESSOS EXCLUÍDOS DE PAUTA

Foram excluídos de pauta, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno, os seguintes processos:

TC-012.621/2016-1, cujo relator é o Ministro Benjamin Zymler;

TC-000.885/2015-0, TC-003.280/2015-2, TC-007.651/2015-5 e TC-016.091/2017-5, cujo relator é o Ministro Augusto Nardes;

TC-009.557/2013-0 e TC-031.620/2012-4, cujo relator é o Ministro Aroldo Cedraz;

TC-041.559/2012-6, cujo relator é o Ministro José Múcio Monteiro;

TC-034.481/2016-8, cuja relatora é a Ministra Ana Arraes;

TC-025.915/2017-7, cujo relator é o Ministro Bruno Dantas;

TC-006.542/2013-1, cujo relator é o Ministro Vital do Rêgo; e

TC-016.524/2016-0 e TC-023.301/2015-5, cujo relator é o Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

SUSTENTAÇÕES ORAIS

Na apreciação do processo TC-001.511/2014-9, que trata de pedidos de reexame interpostos por Francisco Cassiano Sobrinho, Fabrício Carlos Araújo da Silva, Renan Mendes Rocha, Fernanda Maria Queiroga da Fonte Ribeiro, Luís Afonso Bermudez e Júlio César Versiani Teixeira contra decisão que os condenou ao pagamento de multa em decorrência de irregularidades em sucessivas contratações emergenciais de serviços de vigilância e de limpeza pela Fundação Universidade de Brasília, cujo relator é o Ministro Benjamin Zymler, o Dr. Guilherme Medeiros produziu sustentação oral em nome de Fernanda Maria Queiroga da Fonte Ribeiro, Fabrício Carlos Araújo da Silva, Renan Mendes Rocha, Luís Afonso Bermudez e Francisco Cassiano Sobrinho. Acórdão 2644.

Na apreciação do processo TC-008.837/2013-9, que trata de representação acerca de irregularidades em contratações diretas de empresa, pela Caixa Econômica Federal, para prestação de serviços na área de TI, cujo relator é o Ministro José Múcio Monteiro, o Dr. Guilherme Lopes Mair declinou de produzir sustentação oral em nome da Caixa Econômica Federal. Acórdão 2645.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800269

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Na apreciação do processo TC-034.481/2016-8, que trata de auditoria nas obras de implantação do Trecho Norte do Rodoanel de São Paulo, no âmbito do Fiscobras 2017, cuja relatora é a Ministra Ana Arraes, os Drs. Arthur Lima Guedes e João Paulo Pessoa produziram sustentação oral em nome da Construtora OAS S/A e da DERSA - Desenvolvimento Rodoviário S/A, respectivamente. O processo foi excluído de pauta a pedido da relatora, atendendo solicitação do Ministro Augusto Nardes, devendo retornar a pauta na sessão de 6 de dezembro de 2017.

Na apreciação do processo TC-001.323/2006-5, que trata de recursos de revisão interpostos por Solução Serviços Comércio e Construção Ltda. e por Staff Assessoria Empresarial Empreendimentos e Serviços Ltda. contra decisão que as declarou inidôneas para licitar com a Administração Pública Federal por cinco anos, em razão de fraude à licitação por meio do conluio entre licitantes e contratação da empresa vencedora com preços superfaturados, cujo relator é o Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Bruno Dantas, a Presidência indeferiu o pedido de sustentação oral requerido pelo Dr. Gustavo Lobo de Carvalho, em nome da Solução Serviços Comércio e Construção Ltda., tendo em vista que a solicitação não observou o prazo mínimo de 4 (quatro) horas antes da sessão previsto no art. 168 do Regimento Interno. Acórdão 2646.

REABERTURA DE DISCUSSÃO

Nos termos do § 5º do art. 112 do Regimento Interno, foi reaberta a discussão do TC-011.581/2013-1 (Ata nº 33/2015), que trata de pedido de reexame interposto pelo Ministério da Saúde contra decisão que lhe expediu determinações em decorrência de Fiscalização de Orientação Centralizada nas obras de construção de Unidades de Pronto Atendimento - UPA - 24 horas, cujo relator é o Ministro Augusto Nardes e revisor, o Ministro Benjamin Zymler. Acórdão 2647.

Nos termos do § 5º do art. 112 do Regimento Interno, foi reaberta a discussão do TC-045.767/2012-2 (Ata nº 28/2017), que trata de auditoria na Universidade Federal do Rio de Janeiro com o objetivo de verificar se a vantagem decorrente de URP foi devidamente absorvida, cujo relator é o Ministro Vital do Rêgo e revisor, o Ministro Benjamin Zymler. Acórdão 2648.

ATO NORMATIVO APROVADO (v. inteiro teor no Anexo III desta Ata)

TC-007.255/2016-0 - Relator Ministro José Múcio Monteiro - Acórdão 2663

RESOLUÇÃO - TCU Nº 291 - "Estabelece normas e procedimentos relativos ao processo de apreciação das Contas do Presidente da República e à emissão de parecer prévio pelo Tribunal de Contas da União, nos termos do art. 71, inciso I, da Constituição Federal".

PROCESSOS APRECIADOS DE FORMA UNITÁRIA

Por meio de apreciação unitária, o Plenário examinou os processos listados a seguir e aprovou os seguintes acórdãos:

MINISTRA ANA ARRAES

TC-003.673/2017-0 - Acórdão 2643

Os Ministros Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro e Vital do Rêgo e o Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti usaram da palavra para discutir a matéria.

MINISTRO BENJAMIN ZYMLER

TC-001.511/2014-9 - Acórdão 2644

O Ministro Walton Alencar Rodrigues usou da palavra para discutir a matéria.

MINISTRO JOSÉ MUCIO MONTEIRO

TC-008.837/2013-9 - Acórdão 2645

MINISTRO-SUBSTITUTO AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI, em substituição ao MINISTRO BRUNO DANTAS

TC-001.323/2006-5 - Acórdão 2646

MINISTRO AUGUSTO NARDES

TC-011.581/2013-1 - Acórdão 2647

MINISTRO VITAL DO RÊGO

TC-045.767/2012-2 - Acórdão 2648

TC-015.114/2016-3 - Acórdão 2649

TC-021.438/2008-7 - Acórdão 2650

TC-028.002/2017-2 - Acórdão 2651

MINISTRO BENJAMIN ZYMLER

TC-006.982/2014-0 - Acórdão 2652

TC-010.638/2016-4 - Acórdão 2653

TC-041.018/2012-5 - Acórdão 2654

MINISTRO AUGUSTO NARDES

TC-007.582/2002-1 - Acórdão 2655

TC-009.514/2010-4 - Acórdão 2656

TC-027.013/2010-3 - Acórdão 2657

TC-034.411/2013-5 - Acórdão 2658

ALTERNÂNCIA NA PRESIDÊNCIA

O Vice-Presidente José Múcio Monteiro assumiu a cadeira da Presidência, em substituição ao Presidente Raimundo Carreiro.

MINISTRO AROLDO CEDRAZ

TC-007.859/2017-1 - Acórdão 2659

Os Ministros Benjamin Zymler e José Múcio Monteiro e o Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti usaram da palavra para discutir a matéria.

Na apreciação do processo, o Vice-Presidente José Múcio Monteiro convocou o Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa para substituir o Ministro Walton Alencar Rodrigues, em função do quórum mínimo exigido.

TC-013.561/2016-2 - Acórdão 2660

Na apreciação do processo, o Vice-Presidente José Múcio Monteiro convocou o Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa para substituir o Ministro Walton Alencar Rodrigues, em função do quórum mínimo exigido.

ALTERNÂNCIA NA PRESIDÊNCIA

O Presidente Raimundo Carreiro reassumiu a cadeira da Presidência.

MINISTRO AROLDO CEDRAZ

TC-021.108/2017-0 - Acórdão 2661

TC-032.203/2017-9 - Acórdão 2662

MINISTRO JOSÉ MUCIO MONTEIRO

TC-007.255/2016-0 - Acórdão 2663

O Presidente Raimundo Carreiro apresentou sugestão que foi acolhida pelo relator.

TC-029.438/2017-9 - Acórdão 2664

MINISTRA ANA ARRAES

TC-019.042/2013-2 - Acórdão 2665

Na apreciação do processo, o Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa foi convocado para substituir o Ministro Walton Alencar Rodrigues, em função do quórum mínimo exigido.

TC-029.083/2013-3 - Acórdão 2666

TC-035.802/2015-4 - Acórdão 2667

MINISTRO-SUBSTITUTO AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI, em substituição ao MINISTRO BRUNO DANTAS

TC-012.437/2017-4 - Acórdão 2669

MINISTRO-SUBSTITUTO AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

TC-009.116/2012-5 - Acórdão 2668

Na apreciação do processo, o Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa foi convocado para substituir o Ministro Walton Alencar Rodrigues, em função do quórum mínimo exigido.

TC-017.361/2017-6 - Acórdão 2670

TC-018.241/2015-8 - Acórdão 2671

TC-018.361/2015-3 - Acórdão 2672

TC-027.843/2017-3 - Acórdão 2673

MINISTRO-SUBSTITUTO MARCOS BEMQUERER COSTA

TC-009.207/2017-1 - Acórdão 2674

TC-011.558/2015-6 - Acórdão 2675

TC-027.081/2017-6 - Acórdão 2676 - CAUTELAR

MINISTRO-SUBSTITUTO André luís de carvalho

TC-010.438/2015-7 - Acórdão 2677

ACÓRDÃOS PROFERIDOS

Estão transcritos a seguir os acórdãos de nºs 2627 a 2642, apreciados por relação, e de nºs 2643 a 2677, apreciados de forma unitária, que constam também do Anexo IV desta Ata, juntamente com os relatórios e votos em que se fundamentaram.

RELAÇÃO Nº 44/2017 - Plenário
Relator - Ministro BENJAMIN ZYMLER

ACÓRDÃO Nº 2627/2017 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, incisos I; 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, alínea "a", e 169, inciso III, do Regimento Interno, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

1. Processo TC-023.374/2017-9 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2016)

1.1. Responsáveis: Andreia Alvares de Azevedo Oliveira (796.180.737-34); Maria Lucia Pedroso de Lima Raposo (880.026.677-00); Poul Erik Dyrlund (550.795.987-00); Roy Reis Friede (628.580.337-49)

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (SECEX-RJ).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. julgar regulares com ressalva as contas dos responsáveis, dando-lhes quitação;

1.7.2. dar ciência aos responsáveis, ao órgão e ao Conselho da Justiça Federal do teor deste acórdão;

1.7.3. com base no art. 3º da Lei 8.443/1992, dar ciência à administração do Tribunal Regional Federal da 2ª Região sobre a ocorrência de inobservância ao art. 11, incisos IV, V e VI, da INT-TCU 63/2010, c/c o art. 8º, parágrafo único, da DNT-TCU 154/2016, em razão da não apresentação, no Rol de Responsáveis que informa o processo de contas, das informações referentes aos atos formais de nomeação, designação e exoneração dos responsáveis, à data de publicação desses atos no Diário Oficial da União ou em outro documento de divulgação, ao endereço residencial completo e ao endereço de correio eletrônico dos responsáveis arrolados;

1.7.3. arquivar os presentes autos.

ACÓRDÃO Nº 2628/2017 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, e no art. 54 da Resolução TCU 164/2003 c/c o enunciado 145 da Súmula de Jurisprudência predominante do Tribunal, em autorizar a Secretaria de Controle Externo competente a apostilar o Acórdão 2.433/2017-Plenário, para fins de correção de inexatidão material, para que, onde se lê "Crys Angélica Ulrich", leia-se "Crys Angélica Ribeiro de Carvalho", de acordo com os pareceres emitidos nos autos, mantendo-se os demais termos da deliberação ora retificada.

1. Processo TC-019.763/2015-8 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Apensos: 011.928/2017-4 (Solicitação); 024.432/2014-8 (Relatório de Auditoria); 023.592/2016-8 (Solicitação)

1.2. Responsáveis: Ailthon Januário Pereira (322.434.211-00); Aparecida Lúcia Darcin Rigo (601.523.979-49); Cláudio Rogério Malacrida (158.897.088-48); Crys Angélica Ribeiro de Carvalho (738.731.109-97); Edson Bernardes de Souza (629.176.509-82); Hélio Belarmino Pereira (482.525.499-34); Instituto Corpore para o Desenvolvimento da Qualidade de Vida (07.229.374/0001-22); João de Sena Teodoro Silva (449.394.699-72); Sandra Sebastiana Pilegi Pinheiro (742.290.799-15); Terezinha de Fátima Inocenti Bitencourt (239.377.939-68); Vanderley Estruzani (443.709.039-04); Ângelo Roberto Bertoncini (209.593.119-04)

1.3. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Bela Vista do Paraíso - PR

1.4. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Paraná (Secex-PR).

1.7. Representação legal: Edgard Hermelino Leite Junior (92114/OAB-SP) e outros, representando Instituto Corpore para o Desenvolvimento da Qualidade de Vida; Victor Emanuel Almeida Heremann (36.488/OAB-PR) e outros, representando Ângelo Roberto Bertoncini; Adriane Terebinto Di Bacco (49.023/OAB-PR), representando Sandra Sebastiana Pilegi Pinheiro, Hélio Belarmino Pereira, Edson Bernardes de Souza e Terezinha de Fátima Inocenti Bitencourt.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2629/2017 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 1º, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os arts. 143, inciso III, 169, inciso V, e 243 do Regimento Interno, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

1. Processo TC-006.838/2012-0 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)

1.1. Apensos: 028.596/2013-7 (SOLICITAÇÃO); 016.322/2015-0 (SOLICITAÇÃO); 011.416/2016-5 (SOLICITAÇÃO); 027.028/2016-0 (SOLICITAÇÃO); 030.599/2014-8 (SOLICITAÇÃO); 007.891/2013-0 (SOLICITAÇÃO)

1.2. Responsáveis: Marcos Aurélio Madureira da Silva (154.695.816-91)

1.3. Órgão/Entidade: Eletrobras Distribuição Piauí (EDP)

1.4. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura de Energia Elétrica (SeinfraEle).

1.7. Representação legal: Danilo Sá Urtiga Nogueira (4961/OAB-PI) e outros, representando Marcos Aurélio Madureira da Silva.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.8.1. considerar cumprida pela Eletrobras Distribuição Piauí a determinação do item 9.1.1 do Acórdão 2.231/2012-TCU-Plenário;

1.8.2. acatar as razões de justificativa do gestor Marcos Aurélio Madureira da Silva quanto ao não cumprimento da determinação contida no item 9.1.3 do Acórdão 2.231/2012-TCU-Plenário, considerando-a cumprida;

1.8.3. acatar parcialmente as razões de justificativa do gestor Marcos Aurélio Madureira da Silva quanto ao item 9.1.2 do Acórdão 2.231/2012-TCU-Plenário, afastando a sua punibilidade em razão do atingimento dos objetivos pretendidos pela determinação do TCU;

1.8.4. rejeitar as razões de justificativa do gestor Marcos Aurélio Madureira da Silva quanto ao descumprimento da determinação contida no item 9.1.4 do Acórdão 2.231/2012-TCU-Plenário, deixando, excepcionalmente, de aplicar multa tendo em vista a não ocorrência de prejuízos da conduta;

1.8.5. cientificar o gestor Marcos Aurélio Madureira da Silva que o descumprimento de decisão ou determinação do Tribunal enseja a aplicação de multa prevista no art. 58, caput, da Lei 8.443/1992;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800270

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.8.6. dar ciência à entidade, ao responsável e à Procuradoria da República no Estado do Piauí do teor deste acórdão;

1.8.7. arquivar os presentes autos.

RELAÇÃO Nº 40/2017 - Plenário
Relator - Ministro AUGUSTO NARDES

ACÓRDÃO Nº 2630/2017 - TCU - Plenário

Trata o presente processo de tomada de contas especial decorrente de irregularidades na celebração, na execução e na aprovação da prestação de contas do convênio PGE 43/1992, celebrado entre o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - Dnocs e a Prefeitura de Granja/CE, para construção da Barragem Paula Pessoa.

Considerando que o responsável faleceu em 25/9/2013, antes, portanto, de prolatado o Acórdão 790/2014-Plenário, cuja sessão ocorreu em 2/4/2014, mas depois da sua regular citação por meio do Ofício 130/2006, cuja ciência ocorreu em 29/3/2006;

Considerando o parecer uniforme da Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará (Secex-CE) e do Ministério Público junto a este Tribunal;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 3º, § 2º, da Resolução TCU nº 178/2005, com redação dada pela Resolução TCU nº 235/2010, e de acordo com os pareceres uniformes emitidos nos autos, em rever de ofício o Acórdão 790/2014-Plenário, com a nova redação dada pelo Acórdão 790/2014-Plenário, para excluir do item 9.3 da deliberação condenatória, referente à multa do art. 57 da Lei 8.443/1992, o nome do Sr. Esmerino Oliveira Arruda Coelho, em virtude de seu falecimento em 25/9/2013, e em dar ciência desta deliberação aos interessados.

1. Processo TC-016.851/2003-9 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Almir Alves Fernandes Távora Filho (002.488.273-91); Amilcar de Oliveira Magalhaes (034.142.303-30); Coesa Engenharia Ltda. (13.578.349/0007-42); Eduardo Fernandes Batista Filho (041.091.393-68); Esmerino Oliveira Arruda Coelho (000.227.217-20); Eudoro Walter de Santana (001.522.423-68); Francisca Felix de Oliveira Costa (262.958.493-34); Francisco Hamilton Vieira (016.631.003-49); Francisco das Chagas Alves (000.924.013-68); Geraldo de Souza Araujo (001.015.084-68); Luiz Gonzaga Nogueira Marques (000.186.863-20); Maria do Livramento Pinho Arruda Oliveira (247.244.163-00)

1.2. Órgão/Entidade: Departamento Nacional de Obras Contra As Secas

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará (SECEX-CE).

1.6. Representação legal: João Geraldo Piquet Carneiro (800-A/OAB-DF) e outros, representando Coesa Engenharia Ltda..

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2631/2017 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso III, 243, e 250, inciso III, do Regimento Interno, em:

a) considerar implementadas as deliberações 9.2.1 a 9.2.3 e 9.2.5 do Acórdão 1.233/2012- TCU-Plenário, destinadas à Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão;

b)considerar parcialmente implementada a deliberação 9.2.4 do Acórdão 1.233/2012-TCUPlenário, destinada à Secretaria de Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão;

c)considerar não implementadas as deliberações 9.2.6, 9.2.7 e 9.2.8 do Acórdão 1.233/2012- TCU-Plenário, destinadas à Secretaria de Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão;

d)considerar cumpridas as deliberações 9.3.2 e 9.3.3 do Acórdão 1.233/2012-TCU-Plenário, destinadas à Secretaria de Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão;

e)considerar implementada a deliberação 9.5.1 do Acórdão 1.233/2012-TCU-Plenário, destinada à Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão;

f)tornar insubsistente a recomendação contida no item 9.5.2 do Acórdão 1.233/2012-TCUPlenário, destinadas à Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão;

g)considerar cumpridas as deliberações 9.6.1 a 9.6.3 do Acórdão 1.233/2012-TCU-Plenário, destinadas à Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão;

h)considerar cumpridas as deliberações 9.7.1 a 9.7.5 do Acórdão 1.233/2012-TCU-Plenário, destinadas à Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais;

i)considerar implementadas as deliberações 9.8.1 a 9.8.3 do Acórdão 1.233/2012-TCUPlenário, destinadas ao Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República;

j)considerar implementadas as deliberações 9.10.1 e 9.10.2 do Acórdão 1.233/2012-TCUPlenário, destinadas ao Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União;

k)considerar implementadas as deliberações 9.11.1 a 9.11.12 do Acórdão 1.233/2012-TCUPlenário, destinadas à Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União;

l)considerar cumprida a deliberação 9.12 do Acórdão 1.233/2012-TCU-Plenário, destinada à Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União;

m)considerar implementadas as deliberações 9.13.1 a 9.13.2, 9.13.4, 9.13.6 e 9.13.8 a 9.13.15 do Acórdão 1.233/2012-TCU-Plenário, destinadas ao Conselho Nacional de Justiça;

n)considerar não implementadas as recomendações contidas nos itens 9.13.3, 9.13.5 e 9.13.7 do Acórdão 1.233/2012-TCU-Plenário, destinadas ao Conselho Nacional de Justiça;

o)tornar insubsistente a recomendação contida no item 9.13.16 do Acórdão 1.233/2012-TCUPlenário, destinada ao Conselho Nacional de Justiça;

p)considerar cumpridas as deliberações 9.14.1 a 9.14.5 do Acórdão 1.233/2012-TCU-Plenário, destinadas ao Conselho Nacional de Justiça;

q)considerar implementadas as deliberações 9.15.1 a 9.15.5, 9.15.7 a 9.15.12 e 9.15.14 a 9.15.19 do Acórdão 1.233/2012-TCU-Plenário, destinadas ao Conselho Nacional do Ministério Público;

r)considerar em implementação a deliberação 9.15.13 do Acórdão 1.233/2012-TCU-Plenário, destinada ao Conselho Nacional do Ministério Público;

s)considerar não implementada a recomendação contida no item 9.15.6 do Acórdão 1.233/2012-TCU-Plenário, destinada ao Conselho Nacional do Ministério Público;

t)considerar cumpridas as deliberações 9.16.1 a 9.16.4 do Acórdão 1.233/2012-TCU-Plenário, destinadas ao Conselho Nacional do Ministério Público, sem prejuízo das providências descritas no subitem 1.6 desta deliberação.

1. Processo TC-023.797/2016-9 (MONITORAMENTO)

1.1. Órgão/Entidade: Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação

1.2. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação (SEFTI).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.6.1. Autorizar a Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da informação (Sefti) a monitorar o cumprimento das deliberações 9.4 e 9.9 prolatadas no Acórdão 1.233/2012-TCU-Plenário em conjunto com novo monitoramento do Acórdão 1.200/2014-TCU-Plenário;

1.6.2. Enviar, para conhecimento, cópia da instrução (peça 75), à Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União, ao Conselho Nacional de Justiça Conselho Nacional do Ministério Público, ao Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, ao Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União, à Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, à Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e à Secretaria de Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão;

1.6.3. Apensar os presentes autos ao TC 011.772/2010-7, no qual foi proferido o Acórdão 1.233/2012-TCU-Plenário, nos termos do inciso II do art. 5º da Portaria Segecex 27/2009.

ACÓRDÃO Nº 2632/2017 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 26 da Lei 8.443, de 1992, em autorizar o parcelamento da multa de que trata o subitem 9.4 do Acórdão 702/2016-TCU-Plenário, condenação mantida em sede de recursos, conforme Acórdãos 1526/2016-TCU-Plenário e 1600/2017-TCU-Plenário, em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, atualizadas monetariamente até a data do pagamento, esclarecendo-lhe que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor (art. 217, § 2º, do RI/TCU), dando-se ciência desta deliberação ao responsável Sr. Laélio Pereira de Araújo (056.868.734-53).

1. Processo TC-006.614/2013-2 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)

1.1. Responsáveis: Abrahao Lincoln Bezerra Dantas (315.174.634-91); Arko Construcoes Ltda - Me (10.715.077/0001-00); Camila Nascimento de Queiroz (314.696.688-31); Cassius Claudio Pereira Barreto (838.905.214-87); Cláudio Henrique Pessoa Porpino (378.917.404-10); Fernando Bezerril de Araujo (003.126.574-04); Franklin Delano Meira Garcia (043.934.144-20); Jose Renato Freire de Barros (009.585.644-77); João Alves de Carvalho Bastos (526.172.704-91); Laélio Pereira de Araújo (056.868.734-53); Luis Antonio de Albuquerque Lopes (565.575.824-53); Marcelo Barreto China (056.141.394-00); Maria Jailene Franco de Carvalho (008.308.414-23); Maria da Natividade Paulino Tinoco (035.723.234-87); Melyna Jusseara de Lima e Silva Paiva (054.171.864-90); Moacir Mateus de Souza (230.451.834-68); Murilo Barros Junior (406.435.574-15); Raniere de Medeiros Barbosa (392.411.574-53); Soraya Lopes Cardoso (242.715.784-87); Start Pesquisa e Consultoria Tecnica Ltda (05.752.322/0001-00); Suelia de Paula Nascimento (106.367.574-04); Suetânia Medeiros Costa (474.460.564-87)

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal do Natal - RN

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Norte (SECEX-RN).

1.6. Representação legal: Francisco Fernandes Borges Neto (3213/OAB-RN), representando João Alves de Carvalho Bastos e Cassius Claudio Pereira Barreto; Andreia Cunha Fausto de Medeiros (7266/OAB-RN), representando Raniere de Medeiros Barbosa; Gleydson Kleber Lopes de Oliveira (3686/OAB-RN) e outros, representando Start Pesquisa e Consultoria Tecnica Ltda; Esequias Pegado Cortez Neto (426-A/OAB-RN) e outros, representando Arko Construcoes Ltda - Me e Maria Jailene Franco de Carvalho; Vladimir Guedes de Morais (2661/OAB-RN), representando Moacir Mateus de Souza e Luis Antonio de Albuquerque Lopes.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. Dar ciência desta deliberação ao responsável Sr. Laélio Pereira de Araújo (056.868.734-53).

ACÓRDÃO Nº 2633/2017 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, c/c o Enunciado nº 145 da Súmula de Jurisprudência predominante no Tribunal, ACORDAM, por unanimidade, em retificar, por inexatidão material, o Acórdão 2.229/2012-TCU-Plenário, prolatado na Sessão de 22/8/2012, inserido na Ata nº 33/2012-Ordinária, de modo que onde se lê: "Responsáveis: Jorge Ernesto Pinto Fraxe, Diretor Geral do Dnit (CPF 306.174.567-04)", leia-se: "Responsáveis: Jorge Ernesto Pinto Fraxe, Diretor Geral do Dnit (CPF 108.617.424-00), Jorge Luiz de Almeida (CPF 453.830.816-15)", mantendo-se inalterados os demais termos do acórdão ora retificado sem prejuízo das providências descritas no subitem 1.9 desta deliberação.

1. Processo TC-026.363/2011-9 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)

1.1. Apensos: 031.139/2014-0 (SOLICITAÇÃO); 001.558/2015-3 (SOLICITAÇÃO)

1.2. Responsáveis: Contractor (01.980.404/0001-51); Delta Construções S.a (10.788.628/0001-57); Denise Gomes Simões (466.098.656-04); Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - Dnit/mt (03.983.939/0001-01); Ecr Engenharia Ltda (42.161.372/0001-40); Jorge Luiz de Almeida (453.830.816-15); José Renato do Rosário Oliveira (968.047.187-04); Reginaldo Lírio Morelato (576.010.207-97); Wilson Boone de Souza (652.213.977-49); Élio Bahia Souza (189.776.697-15)

1.3. Interessado: Congresso Nacional (vinculador)

1.4. Órgão/Entidade: Superintendência Regional do Dnit No Estado do Espírito Santo - Dnit/mt

1.5. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Rodoviária e de Aviação Civil (SeinfraRod).

1.8. Representação legal: Paulo Aristóteles Amador de Sousa, representando Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - Dnit/MT; Marcelo de Souza do Nascimento (23180/OAB-DF) e outros, representando Delta Construções S.A.

1.9. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.9.1. Elaborar e expedir novo ofício para dar cumprimento da audiência determinada no item 9.2 do Acórdão 2.229/2012-TCU-Plenário, destinado ao Sr. Jorge Luiz de Almeida, CPF 453.830.816-15;

1.9.2. Corrigir a qualificação do sr. Jorge Luiz de Almeida nos sistemas do TCU no que se refere à fiscalização 787/2011 e ao TC 026.363/2011-9, substituindo o homônimo de CPF 306.174.567-04 pelo responsável de CPF 453.830.816-15;

1.9.3. Restituir os autos à SeinfraRodoviaAviação para dar prosseguimento ao processo.

ACÓRDÃO Nº 2634/2017 - TCU - Plenário

Considerando que na peça inicial desta representação (peça 1), a empresa Tríllia Projetos e Tecnologia Ltda., além de denunciar a este Tribunal a respeito de indícios de irregularidades na Tomada de Preços 15/2017, realizada pela Secretaria Municipal de Infraestrutura de Gurupi/TO, requereu a suspensão cautelar daquele processo licitatório;

Considerando que a Secretaria de Controle Externo no Estado de Tocantins (Secex/TO), em sua instrução à peça 11, não se pronunciou a respeito do pedido de suspensão cautelar;

Considerando que, na análise realizada em meu Gabinete, foi identificado que não estão presentes os requisitos para a concessão da medida cautelar, quais sejam, fumus bonis iuris e periculum in mora;

Considerando que a jurisprudência dessa Corte é pacífica no sentido de que a exigência de "atestado de visita técnica", sob pena de desclassificação da proposta, sem a devida motivação e sem franquear às licitantes a alternativa de apresentação de declaração de opção de não realizar a vistoria, sem prejuízo da consecução do objeto, em desacordo com a Constituição Federal, art. 37, inciso XXI; com a Lei 8.666/1993, art. 3º, §1º; e com a Jurisprudência do TCU (v.g. Acórdãos 1.823/2017, 655/2016, 656/2016, 234/2015, 1.955/2014, 1.604/2014, 714/2014, 1.731/2008, todos do Plenário do TCU);

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800271

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, "a"; 235; 237, inciso VII; e 250, inciso I, do Regimento Interno deste Tribunal c/c o art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, em conhecer da presente Representação, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente, indeferir o pedido de medida cautelar formulado pela empresa Tríllia Projetos e Tecnologia Ltda., encaminhar cópia desta deliberação à representante e à Secretaria Municipal de Infraestrutura do município de Gurupi/TO, promovendo-se, em seguida, o arquivamento dos autos, nos termos da proposta da unidade técnica (peças 11/13), sem prejuízo das providências descritas no subitem 1.6 desta deliberação com os ajustes necessários.

1. Processo TC-029.249/2017-1 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Trillia Projetos e Tecnologia Ltda. (CNPJ 20.615.168/0001-19).

1.2. Entidade: Secretaria Municipal de Infraestrutura, do município de Gurupi/TO.

1.2. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Tocantins (Secex/TO).

1.5. Representação legal: Abílio Rodrigues de Oliveira Bisneto (OAB/TO 5911) representando a empresa Trillia Projetos e Tecnologia Ltda., peça 1.

1.6. Determinações/Orientações/providências:

1.6.1. Dar ciência à Secretaria Municipal de Infraestrutura de Gurupi/TO (CNPJ 17.590.843/0001-98), assim como à Comissão Permanente de Licitações da prefeitura do referido ente municipal, por meio de sua presidente, de que é irregular a exigência de atestado de visita e de comprovação documental, sob pena de desclassificação da proposta, sem a devida motivação e sem franquear às licitantes a alternativa de apresentação de declaração de opção de não realizar a vistoria, sem prejuízo da consecução do objeto, conforme jurisprudência pacífica desta Corte.

RELAÇÃO Nº 35/2017 - Plenário
Relatora - Ministra ANA ARRAES

ACÓRDÃO Nº 2635/2017 - TCU - Plenário

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento no art. 27 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 218 do Regimento Interno, em expedir quitação a Isaías Matos Dantas, ante o recolhimento integral da multa que lhe foi imputada, e em dar ciência desta deliberação ao responsável.

Quitação relativa ao subitem 9.8 do acórdão 3.249/2011 - Plenário, mantida no Acórdão 180/2016 - Plenário.

- Isaías Matos Dantas

Valor original da multa: R$ 5.000,00	Data de origem da multa: 7/12/2011
Valor Recolhido: R$ 6.779,00	Data do recolhimento: 18/03/2016

1. Processo TC-012.253/2000-8 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 1999)

1.1. Apensos: 020.550/2016-2 (COBRANÇA EXECUTIVA); 020.551/2016-9 (COBRANÇA EXECUTIVA); 020.549/2016-4 (COBRANÇA EXECUTIVA); 020.437/2016-1 (COBRANÇA EXECUTIVA); 020.548/2016-8 (COBRANÇA EXECUTIVA); 020.699/2016-6 (COBRANÇA EXECUTIVA); 020.439/2016-4 (COBRANÇA EXECUTIVA); 020.697/2016-3 (COBRANÇA EXECUTIVA); 020.438/2016-8 (COBRANÇA EXECUTIVA); 020.440/2016-2 (COBRANÇA EXECUTIVA); 020.698/2016-0 (COBRANÇA EXECUTIVA); 010.684/2013-1 (SOLICITAÇÃO).

1.2. Classe de Assunto: II.

1.3. Responsável: Isaias Matos Dantas (CPF 061.872.185-15).

1.4. Unidade: Banco do Nordeste do Brasil S.A..

1.5. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.6. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará (Secex-CE).

1.8. Representação legal: Célia Maria Rufino de Sousa e outros, representando Banco do Nordeste do Brasil S.A..

1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2636/2017 - TCU - Plenário

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento no art. 27 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 218 do Regimento Interno, em expedir quitação a Fabiano Francisco Noetzold Saldanha, ante o recolhimento integral da multa que lhe foi imputada, e em retornar os autos à Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas para acompanhamento do cumprimento integral do acórdão 1.401/2016 - Plenário.

Quitação relativa ao item 9.3 do acórdão 1.401/2016 - Plenário

- Fabiano Francisco Noetzold Saldanha

Valor original da multa: R$ 3.000,00 Data de origem da multa: 1/6/2016

Valor recolhido: R$ 3.098,65 Data do último recolhimento: 28/07/2017

1. Processo TC-002.353/2015-6 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Apensos: 009.320/2017-2 (COBRANÇA EXECUTIVA).

1.2. Responsável: Fabiano Francisco Noetzold Saldanha (CPF 003.566.920-94).

1.3. Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

1.7. Representação legal: Wesley Cardoso dos Santos (OAB/DF 16.752) e outros, representando Cristiano Cabral e Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares; Andrea Lucia da Silva (OAB/SP 208.332) e outros, representando Tecnoset Informática Produtos e Servicos Ltda.; Hugo Medeiros Gallo da Silva (OAB/DF 37.027) e outros, representando Simpress Comercio, Locação e Serviços S/A..

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2637/2017 - TCU - Plenário

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres da Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas e com fundamento nos arts. 169, inciso V, 235 e 237, inciso VII, do Regimento Interno, c/c os arts. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993 e 103, § 1º, da Resolução TCU 259/2014, em conhecer desta representação e considerá-la parcialmente procedente; em indeferir a medida cautelar pleiteada pela empresa Trivale Administração Ltda., ante a ausência dos pressupostos necessários para sua concessão; em dar ciência desta deliberação, bem como da instrução à peça 13, à representante e ao Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN); em dar ciência ao DEPEN, com fundamento no art. 7º da Resolução TCU 265/2014, de que, no âmbito do Pregão 14/2017, a necessidade de preposto por região deveria ter sido mais cabalmente justificada, tendo em conta a necessidade de motivação dos atos administrativos que tenham o condão de limitar interesses (inc. I do art. 50 da Lei 9.784/1999), com vistas a não se caracterizar como restritiva ao caráter competitivo do certame; e em arquivar o processo.

1. Processo TC-024.977/2017-9 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Classe de Assunto: VII.

1.2. Representante: Trivale Administração Ltda. (CNPJ 00.604.122/0001-97).

1.3. Unidade: Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN).

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

1.7. Representação legal: Wanderley Romano Donadel (OAB/MG 78.870), representando Trivale Administração Ltda.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 42/2017 - Plenário
Relator - Ministro-Substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

ACÓRDÃO Nº 2638/2017 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos de monitoramento do cumprimento do disposto nos subitens 9.1.1 e 9.1.2 do Acórdão 2.742/2015-Plenário, no TC-014.137/2015-1, que tratou de auditoria realizada nas obras de construção do edifício-sede do Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região - TRT/ES, em Vitória/ES, no âmbito do Fiscobras 2015,

Considerando que esta Corte determinou ao TRT/ES que encaminhasse o resultado das apurações em curso naquele órgão, relativas à responsabilização e ressarcimento pelo dano decorrente da inutilização das estacas hélice contínua, projetadas pela NBC Arquitetura e Construções Ltda. e executadas pela Delta Construções S.A., bem como de eventuais outros danos decorrentes das falhas no projeto estrutural do edifício (subitem 9.1.1); e caso as apurações em curso não lograssem êxito em obter o ressarcimento pelos danos, providenciasse a instauração da competente tomada de contas especial (subitem 9.1.2);

Considerando que restou comprovado que o TRT/ES adotou providências administrativas para apuração da responsabilidade e quantificação de dano ao erário, concluindo pela responsabilização das duas empresas (projetista e executora), assim como dos fiscais do contrato;

Considerando, quanto às empresas, que os processos já foram apreciados pelo Plenário daquele tribunal, com a definição dos valores atualizados a serem restituídos e das multas devidas, emissão das guias de recolhimento da União e notificação das responsáveis;

Considerando, em relação aos fiscais do contrato, que ainda não houve apreciação de mérito dos recursos interpostos no processo administrativo;

Considerando, portanto, que a determinação exarada no subitem 9.1.1 do Acórdão 2.742/2015-TCU-Plenário foi cumprida e que o subitem 9.1.2 ainda não é exigível, uma vez que as medidas administrativas foram tomadas, mas não se pode assegurar, no momento, o êxito em obter o ressarcimento pelos danos;

Considerando que a Portaria Segecex 27/2009, no art. 4º, prevê as formas e situações para realização de monitoramento;

Considerando a proposta uniforme elaborada no âmbito da Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Urbana;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "a", e 243, todos do Regimento Interno, em:

a) considerar atendida a determinação constante do subitem 9.1.1 do Acórdão 2.742/2015-TCU-Plenário;

b) prosseguir com o monitoramento da determinação constante do subitem 9.1.2 do Acórdão 2.742/2015-TCU-Plenário, nas formas previstas na Portaria Segecex 27/2009, art. 4º;

c) dar ciência da presente deliberação, acompanhada da instrução da unidade técnica (peça 13), ao Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região;

d) apensar os presentes autos ao processo originário, TC 014.137/2015-1, nos termos do art. 5º, inciso II, da Portaria-Segecex 27/2009.

1. Processo TC-030.775/2015-9 (MONITORAMENTO)

1.1. Interessado: Tribunal de Contas da União.

1.2. Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região/ES.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Urbana.

1.6. Representação Legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 2639/2017 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos de representação.

Considerando que os autos cuidam de documentação encaminhada pelo Ministério Público Federal a respeito de indícios de irregularidades na concessão e utilização do Crédito Instalação no assentamento Bela Vista do Chibarro, no Município de Araraquara-SP;

Considerando que parte das notícias dão conta de alegações, por parte de beneficiários, de que dirigentes sindicais e/ou de associações de assentados cobrariam taxas e comissões indevidas para acesso aos recursos do programa, supostamente por meio de superfaturamento de compras coletivas e uso de recibos fictícios de prestação de serviços;

Considerando que, a respeito de tais notícias, as informações encaminhadas acerca do Inquérito Civil 1.34.017.000118/2011-86 são inconclusivas e as diligências nestes autos efetuadas não trouxeram elementos de prova da ocorrência de tais irregularidades, não sendo possível emitir opinião quanto à sua efetiva ocorrência ou não;

Considerando que a vistoria realizada pelo Incra se limitou a averiguar de forma superficial, nos lotes beneficiados pelo programa, o recebimento dos bens e serviços adquiridos com recursos dos créditos concedidos no período de 2004 a 2009;

Considerando que a competência desta Corte cinge-se aos aspectos administrativos da suposta ocorrência, porquanto os indícios da prática de conduta tipificada como crime constituem competência do Poder Judiciário;

Considerando que já é de conhecimento desta Corte a situação de fragilidade, de modo amplo, dos controles internos do Incra, a exemplo da atuação do Acórdão 2028/2015-TCU-Plenário, que apontou diversos riscos e fragilidades na constituição da relação de beneficiários da reforma agrária, e do Acórdão 775/2016-TCU-Plenário, por meio do qual o Tribunal chegou a determinar ao Incra a suspensão cautelar de novas concessões do PNRA, incluindo pagamentos de créditos da reforma agrária e remissão dos créditos a que se refere o art. 3º da Lei 13.001/2014, esta revogada pelo Acórdão 1.967/2017-TCU-Plenário;

Considerando a ciência dada à presidência do Incra acerca das irregularidades relatadas nesta representação, mediante envio de cópia da instrução inicial e da peça de representação (peças 30-32);

Considerando o teor da instrução uníssona lavrada pela Secex-SP (peças 35-37),

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, por unanimidade, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento no art. 1º, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 17, inciso IV, 143, inciso V, alínea "a", 237 e 250, inciso I, todos do Regimento Interno, em:

a) conhecer da presente representação, satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 235 e 237 do Regimento Interno deste Tribunal e no art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014;

b) determinar ao Incra que informe ao Tribunal, em 60 dias, o resultado das apurações que realizou;

b) dar ciência ao Ministério Público Federal - Procuradoria da República em Araraquara/SP; e

c) arquivar o presente processo, com fundamento no art. 169, inciso III, do Regimento Interno do Tribunal.

1. Processo TC-013.733/2015-0 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Ministério Público Federal

1.2. Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Incra no Estado de São Paulo

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (SECEX-SP).

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800272

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 2640/2017 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos de monitoramento do cumprimento da determinação contida no subitem "b" do Acórdão 125/2017-TCU-Plenário, prolatado em processo de representação oriunda da Procuradoria da República em Santa Catarina, dando conta de supostas irregularidades na execução das obras de duplicação e sinalização da BR-101/SC no trecho entre os municípios de Palhoça e Paulo Lopes (Lote 22).

Considerando que o subitem "b.1" do acórdão monitorado determinou ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes em Santa Catarina (Dnit/SC), em síntese, a adoção das medidas cabíveis contra a empresa contratada para a execução das obras de duplicação da BR-101/SC, Lote 22, especificamente quanto ao refazimento dos trabalhos nos trechos em que se verificaram os defeitos no km 231,8 e km 236,4;

Considerando que as informações prestadas pelo Dnit/SC, conforme a instrução à peça 17, dão conta de que os trechos a que se refere a determinação encontram-se sob a responsabilidade de empresa concessionária, não cabendo, então, cobrar do Dnit o refazimento dos trechos com defeito;

Considerando que cabe à Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT fiscalizar a execução dos contratos de concessão de rodovias;

Considerando que o subitem "b.2" do acórdão monitorado determinou a adoção das mesmas medidas do subitem "b.1" com relação à correção dos defeitos nos encabeçamentos das pontes apontados no Laudo Técnico Pericial 019/2015/5ª CCR do Ministério Público Federal, cujas obras tenham sido entregues em 2012 ou depois;

Considerando que as informações prestadas pelo Dnit/SC mostram que nenhuma das pontes foi entregue em 2012 ou depois, o que levou a Secex/SC a considerar cumprida a determinação;

Considerando, entretanto, que se mostra mais pertinente também ter a mencionada determinação como prejudicada ante a sua não aplicação à situação fática encontrada;

Considerando que foi cumprido pelo Dnit/SC o subitem "b.3" do acórdão monitorado, que determinou ao Dnit/SC que informasse à Secex/SC, até 31/05/2017, as providências tomadas com relação às determinações dos subitens "b.1" e "b.2", bem como as datas das entregas de todas as pontes de que trata o Laudo Técnico Pericial 019/2015/5ª CCR do Ministério Público Federal,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, por unanimidade, em:

a) considerar prejudicadas as determinações constantes dos subitens "b.1" e "b.2" do Acórdão 125/2017-TCU-Plenário;

b) considerar cumprida a determinação constante do subitem "b.3" do Acórdão 125/2017-TCU-Plenário; e

c) encaminhar cópia deste Acórdão, fazendo-o acompanhar da instrução à peça 17, à Procuradoria da República em Santa Catarina, ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) e à Superintendência Regional do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes em Santa Catarina (Dnit/SC).

1. Processo TC-022.782/2015-0 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Interessado: Procuradoria da República/SC (26.989.715/0029-03)

1.2. Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Dnit no Estado de Santa Catarina

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Santa Catarina (SECEX-SC).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. Determinar à Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT que informe a este Tribunal, no prazo de 60 (sessenta) dias, se, no âmbito do contrato de concessão atinente à BR-101/SC, foram adotadas medidas para corrigir os defeitos detectados nas obras de duplicação da referida rodovia nos trechos referentes ao km 231,8 (Ponto 6, Figura A9) e km 236,4 (Ponto 29, Figura A53), conforme o Laudo Técnico Pericial 019/2015/5ª CCR do Ministério Público Federal constante do Inquérito Civil 1.33.000.001699/2012-71

RELAÇÃO Nº 32/2017 - Plenário

Relator - Ministro-Substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

ACÓRDÃO Nº 2641/2017 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea e, e 183, parágrafo único, do Regimento Interno/TCU, em prorrogar o prazo, por mais 60 (sessenta) dias, contados a partir do término do prazo anteriormente fixado, para que o Ministério do Esporte cumpra a determinação constante do subitem 9.1 do Acórdão 457/2017 - Plenário, de acordo com o parecer da Secex/PR:

1. Processo TC-023.670/2016-9 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)

1.1. Responsáveis: Ary Andreatta (404.510.899-87), Edison Wilmar Repinoski (163.017.149-20), Elias Cesar Pesseti (068.669.339-60), Everton Andreatta Costa (043.278.439-03), Fernando Cunha (043.685.319-14), Fox Produções Ltda. - ME (07.443.954/0001-18), Ivan Rodrigues (224.510.218- 53), Iracema Anaide Mendes (296.373.841-20), Juliana Sautner (024.713.429-57), Marcelo Aparecido de Barros (028.061.839-52) e Merielen Vodan Demarchi (942.851.879-49).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério do Esporte, Município de São José dos Pinhais, Centro Cultural Ilê de Bamba, Município de Quatro Barras, Universidade Federal do Paraná, Fundação de Apoio da Universidade Federal do Paraná, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Município de Centenário do Sul.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Paraná (Secex/PR).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 42/2017 - Plenário

Relator - Ministro-Substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

ACÓRDÃO Nº 2642/2017 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "e", do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em deferir a solicitação apresentada pelos Srs. Jose Ailton de Lima (Diretor de Engenharia e Construção da Chesf, a partir de 19/6/2015), Antônio Varejão Godoy (Diretor-Presidente da Chesf, no período de 4/4/2014 até 18/6/2015, e Diretor de Engenharia e Construção da Chesf, a partir de 19/6/2015), José Carlos de Miranda Farias (Diretor-Presidente da Chesf, no período de 19/6/2015 até 12/1/2017), Álvaro Rodrigues Fernandes (Diretor Executivo das SPE dos Complexos Pindaí I, II e III) e Evandro Gastão Wanderley (Diretor Executivo das SPE dos Complexos Pindaí I, II e III) para conceder à Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Chesf) a prorrogação, por 60 (sessenta) dias, do prazo para o atendimento ao Acórdão 2402/2017-TCU-Plenário, devendo o novo prazo ser contado a partir do término daquele originalmente concedido, conforme a proposta da unidade técnica:

1. Processo TC-007.880/2017-0 (AUDITORIA)

1.1. Responsáveis: Álvaro Rodrigues Fernandes (CPF: 594.525.877-68); Ângelo Coelho de Andrade (CPF: 010.528.934-57); Antônio Varejão de Godoy (CPF: 353.308.644-53); Evandro Gastão Wanderley (CPF: 167.481.824-68); Francisco Roberto Nunes de Souza (CPF: 138.014.574-00); José Ailton de Lima (CPF: 070.673.994-91); José Carlos de Miranda Farias (CPF: 090.244.174-49); João Bosco de Almeida (CPF: 059.132.414-87); Marcos Aurélio Madureira da Silva (CPF: 154.695.816-91); Sérgio Sarquis Attié (CPF: 758.614.297-15); Sinval Zaidan Gama (CPF: 034.022.663-34).

1.2. Entidade: Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Chesf).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Bahia (Secex/BA).

1.6. Representação legal:

1.6.1. Jorge Ulisses Jacoby Fernandes (OAB/DF 6.546) e outros, representando Álvaro Rodrigues Fernandes;

1.6.2. Eduardo Talamini (OAB/PR 19.920) e outros, representando a Companhia Hidroelétrica do São Francisco, além de Antônio Varejão de Godoy, José Carlos de Miranda Farias e José Ailton de Lima; e

1.6.3.Fernando Rosendo de Araújo Filho e outros, representando Sinval Zaidan Gama.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2643/2017 - TCU - Plenário

1. Processo TC 003.673/2017-0

1.1. Apenso: TC 000.524/2017-4

2. Grupo I - Classe V - Relatório de Auditoria.

3. Interessado: Tribunal de Contas da União.

4. Unidades: Departamento Penitenciário Nacional e Secretaria Executiva do Ministério da Justiça e Segurança Pública, Conselho Nacional de Justiça e demais órgãos fiscalizados pelos tribunais de contas dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Defesa Nacional e da Segurança Pública -SecexDefesa.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTA, relatada e discutida esta auditoria realizada pela Secretaria de Controle Externo da Defesa Nacional e da Segurança Pública - SecexDefesa, em conjunto com tribunais de contas estaduais e municipais, sobre o sistema prisional brasileiro.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 250, incisos II e III, do Regimento Interno, e ante as razões expostas pela relatora, em:

9.1. determinar ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, por meio da Secretaria Executiva e do Departamento Penitenciário Nacional, que:

9.1.1. institua controle periódico da remessa, por parte dos estados e do Distrito Federal, de planilhas que contenham dados referentes ao custo mensal do preso por estabelecimento prisional, nos termos do art. 6º da Resolução CNPCP 6/2012, e elabore tabela específica dessas despesas, oferecendo-as por meio eletrônico às secretarias de estado de administração penitenciária ou órgãos equivalentes, na forma do art. 7º da referida Resolução;

9.1.2. realize estudos conjuntos com estados, Distrito Federal e municípios com o objetivo de encontrar solução para assegurar o acesso à Internet pelas unidades prisionais, de modo a que a alimentação do Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional - Sisdepen e o acompanhamento da execução penal ocorram no nível de abrangência e capilaridade previstos na Lei 12.714/2012;

9.1.3. elabore e encaminhe a este Tribunal, no prazo de 60 (sessenta) dias, conforme modelo presente no Anexo I-C do documento Padrões de Monitoramento do Tribunal de Contas da União, plano de ação com as ações a serem implementadas, etapas, responsáveis, atividades, data de início e fim e produtos necessários à completa implantação do Sisdepen, incluindo, em especial, providências para viabilizar a interoperabilidade das bases de dados e informações dos sistemas informatizados instituídos pelos estados e pelo Distrito Federal (art. 5º, *caput*, da Lei 12.714/2012);

9.1.4. para acompanhamento do plano de ação, envie a este Tribunal, semestralmente, informações sobre o alcance de cada ação ou motivos para seu não atingimento, com detalhamento dos obstáculos que venham a comprometer o cumprimento das ações planejadas;

9.1.5. estabeleça critérios de aceitabilidade do custo das vagas prisionais criadas com recursos do Fundo Penitenciário Nacional - Funpen que contemple todos os parâmetros considerados relevantes, como tipo de regime, tipo de obra (conclusão de obra, nova obra ou ampliação de unidade) e localização do empreendimento, entre outros;

9.1.6. disponibilize na página na Internet do Ministério da Justiça e Segurança Pública, na seção reservada ao Funpen, informações sobre cada repasse de recursos aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, de modo a promover a transparência e o controle social sobre a aplicação desses recursos, com *links* para acesso direto aos respectivos processos administrativos eletrônicos.

9.2. determinar ao Ministério da Justiça e Segurança Pública e ao Conselho Nacional de Justiça que adotem as medidas necessárias à efetiva implementação do módulo 3 do Sisdepen, consoante acordo de cooperação técnica firmado entre aqueles órgãos, e informem a este Tribunal os resultados alcançados, em documento único, subscrito por ambos os partícipes, nos prazos de 120 (cento e vinte) e de 240 (duzentos e quarenta) dias;

9.3. recomendar ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, por intermédio da Secretaria Executiva e do Departamento Penitenciário Nacional, que:

9.3.1. acompanhe a implantação dos sistemas informatizados de execução das penas, de prisão cautelar e de medida de segurança pelos estados e pelo Distrito Federal, provendo os meios necessários para viabilizar a interoperabilidade entre as bases de dados e informações dos sistemas próprios e do Sisdepen, conforme art. 5º, *caput*, da Lei 12.714/2012;

9.3.2. avalie a possibilidade de participação do Departamento Penitenciário Nacional nos comitês dos estados e do Distrito Federal eventualmente instituídos com o propósito de viabilizar a interoperabilidade de sistemas;

9.3.3. fomente a padronização de procedimentos e normas relativos ao sistema penitenciário e avalie a possibilidade de elaborar modelo nacional de gerenciamento de risco de rebeliões e normas de segurança penitenciária e de inteligência;

9.3.4. para mitigar riscos no processo de execução de recursos do Funpen, bem como para proporcionar previsão de receita e fixação de despesas na lei orçamentária anual de estados, Distrito Federal e municípios, informe anualmente em tempo hábil, o valor efetivo ou estimado a que cada ente fará jus no exercício seguinte, e estabeleça prazo máximo para encaminhamento do plano de aplicação pelos beneficiários, que deverá anteceder a data do repasse financeiro em pelo menos 120 (cento e vinte) dias, de forma que o Departamento Penitenciário Nacional disponha de prazo suficiente para avaliá-lo;

9.3.5. avalie a possibilidade de regulamentar medidas de limitação do repasse de recursos do Funpen aos entes federados que não alimentem o Sisdepen ou não lhe forneçam seus dados, conforme o art. 3º, § 4º, da Lei Complementar 79/1994;

9.3.6. em conjunto com o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, avalie a possibilidade de desenvolver funcionalidades no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse - Siconv para apoiar a execução, o controle e a fiscalização dos recursos do Funpen transferidos na modalidade fundo a fundo.

9.4. dar ciência ao Ministério da Justiça e Segurança Pública e aos demais interessados que os recursos do Funpen, qualquer que seja a modalidade de transferência (voluntária ou obrigatória), constituem recursos federais e estão sujeitos à fiscalização do Tribunal de Contas da União;

9.5. dar ciência à Secretaria Executiva e o Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça e Segurança Pública que o valor dos recursos transferidos na modalidade fundo a fundo não utilizados pelas unidades da federação (art. 3°-A, § 4°, da LC 79/1994) constitui-se, para fins de devolução, no somatório dos valores efetivamente não aplicados e dos valores utilizados em desconformidade com os planos de aplicação e termos de adesão (art. 3°-A, § 3°, inciso III, da LC 79/1994);

9.6. dar ciência ao Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária sobre os indícios de deficiência na fiscalização da regularidade formal das guias de recolhimento e internamento instituídas pela Resolução CNJ 113/2010, e sobre a ausência de instituição e de operação da Comissão Técnica de Classificação (art. 6º da Lei 7.210/1984), para que adote as medidas que julgar pertinentes;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800273

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

9.7. determinar à Secretaria-Geral de Controle Externo que realize ação de controle, no formato que julgar conveniente, com a brevidade possível, para avaliar as atuais estruturas de governança dos sistemas de segurança pública e de justiça criminal do País, com ênfase nas dimensões da liderança, da capacidade de coordenação e no papel do Poder Executivo da União;

9.8. determinar à Secretaria de Controle Externo da Defesa Nacional e da Segurança Pública deste Tribunal que:

9.8.1. avalie os termos do Contrato 24/2013 - Processo 08008.001171/2013-11, os motivos determinantes da inexecução contratual e os demais elementos que embasaram o Inquérito Civil 1.16.000.000846/2017-81 e, caso encontre irregularidades, represente a este Tribunal, nos termos do art. 237, inciso VI, do Regimento Interno;

9.8.2. monitore a implementação das determinações e recomendações deste acórdão.

9.9. dar ciência deste acórdão aos presidentes do Congresso Nacional, da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, ao ministro-chefe da Casa Civil da Presidência da República, aos ministros de Estado da Justiça e Segurança Pública, do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, da Fazenda e da Transparência e Controladoria-Geral da União, à presidente do Conselho Nacional de Justiça, à Agência Brasileira de Inteligência, à Secretaria-Executiva do Ministério da Justiça e Segurança Pública, ao Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça e Segurança Pública, à Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça e Segurança Pública, ao Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, ao Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais de Contas, ao Conselho Nacional do Ministério Público, à Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil, ao Instituto Rui Barbosa, aos Tribunais de Contas do Distrito Federal e dos estados e municípios, à Defensoria Pública da União e à Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado deste Tribunal.

10. Ata n° 49/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 29/11/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2643-49/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro, Ana Arraes (Relatora) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2644/2017 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 001.511/2014-9

1.1. Apensos: 016.343/2014-0; 007.486/2015-4

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame (em Representação)

3. Recorrentes: Francisco Cassiano Sobrinho (207.286.118-72); Fabrício Carlos Araújo da Silva (729.851.431-87); Renan Mendes Rocha (143.839.851-49); Fernanda Maria Queiroga da Fonte Ribeiro (000.037.027-40); Luís Afonso Bermudez (265.056.900-00) e Júlio César Versiani Teixeira (120.384.401-82).

4. Entidade: Fundação Universidade de Brasília

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Bruno Dantas

6. Representante do Ministério Público: não atuou

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog)

8. Advogados constituídos nos autos: Eduardo Han (OAB/DF 11.714), Luiz Antônio Müller Marques (OAB/DF 33.680), Ulisses Santana Lara (OAB/DF 14.596), Guilherme Medeiros (OAB/DF 36.924) e outros

9. Acórdão:

Vistos, relatados e discutidos estes autos de pedidos de reexame interpostos contra o Acórdão 737/2017-Plenário,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão Plenária, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. conhecer dos pedidos de reexame interpostos por Francisco Cassiano Sobrinho, Fabrício Carlos Araújo da Silva, Renan Mendes Rocha, Fernanda Maria Queiroga da Fonte Ribeiro, Luís Afonso Bermudez e Júlio César Versiani Teixeira, nos termos dos arts. 285 e 286 do RITCU c/c o art. 48 da Lei 8.443/1992, para, no mérito, negar-lhes provimento; e

9.2. dar ciência desta deliberação aos recorrentes e à Fundação Universidade de Brasília.

10. Ata n° 49/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 29/11/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2644-49/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro, Ana Arraes e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2645/2017 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 008.837/2013-9

2. Grupo I, Classe VII - Representação

3. Representante: Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação (Sefti)

3.1. Interessada: CPM Braxis S.A. (CNPJ 65.599.953/0001-63)

4. Unidade: Caixa Econômica Federal

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado

7. Unidade Técnica: Sefti

8. Advogados constituídos nos autos: Carlos Henrique Bernardes Castello Chiossi (157.199/OAB-SP) e Guilherme Siqueira de Paula (48370/OAB-DF)

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação da Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação (Sefti) acerca de contratações diretas, pela Caixa Econômica Federal, da empresa CPM Braxis, com base no art. 24, inciso XXIII, e art. 25, caput, da Lei 8.666/93.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 43 da Lei 8.443/92, e nos arts. 237 e 250 do Regimento Interno do TCU, em:

9.1 considerar a presente representação procedente;

9.2. determinar à Caixa que adote, no prazo de quinze dias, providências com vistas a:

9.2.1. impedir novas contratações diretas com a CPM Braxis com base no art. 24, inciso XXIII, e no art. 25, caput, da Lei 8.666/1993;

9.2.2. impedir novos aditamentos referentes a aumentos de quantitativos ou de valores aos contratos que tenham sido celebrados com a CPM Braxis com base no art. 24, inciso XXIII, e no art. 25, caput, da Lei 8.666/1993, salvo para alterações pontuais de adequação que, justificadamente, sejam necessárias à conclusão dos serviços;

9.2.3. impedir novas prorrogações dos contratos de serviços contínuos que tenham sido celebrados com a CPM Braxis com fundamento no art. 24, inciso XXIII, e no art. 25, caput, da Lei 8.666/1993, salvo se for indispensável à continuidade desses serviços até que se conclua licitação para nova contratação dos mesmos objetos;

9.3. dar ciência deste acórdão à Caixa Econômica Federal e à empresa CPM Braxis S.A..

10. Ata n° 49/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 29/11/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2645-49/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro (Relator), Ana Arraes e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro que alegou impedimento na Sessão: Aroldo Cedraz.

13.3. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.4. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2646/2017 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 001.323/2006-5

1.1. Apensos: TC 025.868/2010-1; TC 008.023/2017-4; TC 026.850/2009-4; TC 007.753/2016-0; TC 003.911/2011-0

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de revisão (Tomada de Contas Especial)

3. Recorrentes: Solução Serviços Comércio e Construção Ltda. (05.531.239/0001-01); Staff Assessoria Empresarial Empreendimentos e Serviços Ltda. (05.562.351/0001-00)

4. Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro José Jorge

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Norte (Secex-RN)

8. Representação legal: Ana Valeria do Nascimento Nobre (20.983 OAB/CE) e outros, representando Solução Serviços Comércio e Construção Ltda. e Solução Serviços Comércio e Construção Ltda.; Francisco de Melo Antunes (26.218 OAB/PE) e outros, representando Staff Assessoria Empresarial Empreendimentos e Serviços Ltda.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se apreciam recursos de revisão interpostos por Solução Serviços Comércio e Construção Ltda. e Staff Assessoria Empresarial Empreendimentos e Serviços Ltda. contra o Acórdão 1.209/2009-TCU-Plenário, por meio do qual o Tribunal declarou a inidoneidade das recorrentes para licitar com a Administração Pública Federal por 5 (cinco) anos;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento no arts. 32, inciso III, e 35 da Lei 8.443/1992, conhecer e negar provimento aos recursos de revisão, mantendo-se inalterado o Acórdão 1.209/2009-TCU-Plenário;

9.2. dar ciência desta deliberação às recorrentes e à Procuradoria da República no Estado do Rio Grande do Norte.

10. Ata n° 49/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 29/11/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2646-49/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2647/2017 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 011.581/2013-1.

1.1. Apensos: 021.110/2013-1; 022.744/2013-4; 021.893/2013-6; 021.981/2013-2; 024.824/2013-5; 022.123/2013-0; 022.394/2013-3; 022.393/2013-7; 019.560/2013-3; 020.097/2014-0; 001.980/2015-7; 022.064/2013-3; 021.982/2013-9.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame (Relatório de Auditoria).

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Congresso Nacional (vinculador).

3.2. Responsável: Paulo de Tarso Monteiro Abrahão (670.487.738-04).

3.3. Recorrente: Ministério da Saúde (00.530.493/0001-71).

4. Órgãos/Entidades: Agência Nacional de Vigilância Sanitária; Ministério da Saúde (vinculador).

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Urbana (SeinfraUrb).

8. Advogado constituído nos autos: não consta.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia pedido de reexame interposto contra o Acórdão 1101/2014-TCU-Plenário,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer, com fundamento no art. 48, *caput*, e seu parágrafo único, da Lei 8.443/1992, do Pedido de Reexame interposto pelo Ministério da Saúde, para, no mérito, dar a ele provimento parcial, a fim de tornar insubsistente o subitem 9.1.5 do Acórdão 1.101/2014-TCU-Plenário, mantendo-se inalterados os demais itens desse Acórdão;

9.2. dar ciência deste Acórdão ao recorrente e demais interessados.

10. Ata n° 49/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 29/11/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2647-49/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Revisor), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro, Ana Arraes e Vital do Rêgo.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2648/2017 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 045.767/2012-2.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Relatório de Auditoria.

3. Responsáveis: Carlos Antônio Levi da Conceição (380.078.517-04); Roberto Antônio Gambine Moreira (671.056.617-04); Regina Maria Macedo Costa Dantas (CPF 801.815.467-87).

4. Entidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de auditoria realizada pela Secretaria de Fiscalização de Pessoal na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com o objetivo de verificar se a vantagem decorrente da URP (26,05%) foi devidamente absorvida em cumprimento ao Acórdão 2.161/2005-TCU-Plenário;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, com fundamento nos artigos 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU e ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. acolher parcialmente as razões de justificativa apresentadas pelos responsáveis, Pró-Reitores de Pessoal, Sr. Roberto Antônio Gambine Moreira (CPF 671.056.617-04) e Sra. Regina Maria Macedo Costa Dantas (CPF 801.815.467-87);

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800274

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

9.2. determinar à Universidade Federal do Rio de Janeiro, sob pena de responsabilização solidária da autoridade administrativa omissa, que:

9.2.1. no prazo de 30 dias, cumpra a ordem judicial e suspenda o pagamento da parcela decorrente da URP (26,05%) dos substituídos na Reclamatória Trabalhista 0117700-88.1991.5.01.0024 (24ª Vara do Trabalho do RJ), sem realizar a oitiva dos beneficiários, nos termos do item 1.7 do Acórdão 1.356/2014-TCU-Plenário, uma vez que na ação judicial já lhes foi assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, bem como comunique o procedimento a outros órgãos ou entidades para os quais tenha ocorrido remoção de algum dos substituídos nessa ação judicial, comunicando os fatos a sua Procuradoria;

9.2.2. no prazo de 70 dias, informe a esta Corte de Contas a relação dos substituídos na reclamatória trabalhista referida no subitem 9.2.1 e as providências adotadas em cada caso;

9.2.3. com relação aos servidores que receberam a URP administrativamente, continue a executar o plano de ação elaborado com as medidas cabíveis, objetivando suspender os pagamentos irregulares dessa parcela, mediante a oitiva dos beneficiários em respeito aos princípios do contraditório e da ampla defesa, bem como comunique o procedimento a outros órgãos ou entidades para os quais houve remoção de algum desses servidores, e, no prazo de 180 dias, informe ao Tribunal a relação dos servidores afetados e as providências adotadas em cada caso;

9.3. alertar a Universidade Federal do Rio de Janeiro que o alcance da Reclamatória Trabalhista 0084100-80.1990.5.01.0034 (34ª Vara do Trabalho do RJ), que ampara o pagamento da URP, restringe-se aos docentes que, à época da propositura da ação, eram associados da Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro - ADUFRJ. (26,05%);

9.3.1. determinar à entidade que, no prazo de 30 dias, identifique os beneficiados da Reclamatória a que se refere o subitem anterior e encaminhe a este Tribunal a relação dos docentes por ora amparados a continuar percebendo a vantagem em questão;

9.4. remeter cópia desta deliberação:

9.4.1. à Procuradoria Federal da Universidade para que adote as providências jurídicas necessárias à efetivação das decisões judiciais exaradas pelo Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região e pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região, respectivamente, nas ações rescisórias AR-5504500-18.2000.5.01.0000 e 2007.02.01.007310-5;

9.4.2. ao Departamento de Assuntos Extrajudiciais da Advocacia-Geral da União e à Consultoria Jurídica deste Tribunal, nos termos da Questão de Ordem aprovada na sessão plenária de 8/6/2011 (ata 22/2011), em especial para acompanhar a Reclamatória Trabalhista 0084100-80.1990.5.01.0034, em trâmite no Tribunal Superior do Trabalho desde 3/11/2013 e que aguarda julgamento de Agravo de Instrumento em Recurso de Revista interposto pela UFRJ;

9.4.3. ao Conselho Nacional de Justiça, Conselho Superior da Justiça do Trabalho, Tribunal Superior do Trabalho e Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região para a adoção das providências que entenderem cabíveis;

9.5. determinar à Sefip que:

9.5.1. acompanhe as providências adotadas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro com vistas à implementação das medidas necessárias para dar cumprimento à decisão judicial proferida nos autos da ação rescisória AR-5504500-18.2000.5.01.0000;

9.5.2. monitore, com prioridade, o cumprimento das determinações especificadas no item 9.2 e 9.3.1 da presente deliberação.

10. Ata n° 49/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 29/11/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2648-49/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Benjamin Zymler (Revisor), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Ana Arraes e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2649/2017 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 015.114/2016-3.

2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Francisco Marques de Souza Promoções - ME (01.856.500/0001-92); Francisco Neri de Oliveira (098.470.814-68).

4. Entidade: Município de Doutor Severiano - RN.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Norte (SECEX-RN).

8. Representação legal:

8.1. Emanuel Pessoa Dantas (6.078/OAB-RN) e outros, representando Francisco Neri de Oliveira e Francisco Marques de Souza Promoções - ME.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Turismo (MTur) em desfavor do Sr. Francisco Neri de Oliveira, ex-prefeito do município de Doutor Severiano/RN, em razão de irregularidades na execução física e financeira do Convênio 407/2009, que teve por objeto o incentivo ao turismo por meio do apoio à realização do projeto intitulado "Realização de Festival Junino";

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. julgar irregulares as contas do Sr. Francisco Neri de Oliveira (098.470.814-68), ex-prefeito de Doutor Severiano/RN, e da empresa Francisco Marques de Souza Promoções - ME (01.856.500/0001-92), com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", 19, caput, e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 209, incisos II e III, do RI/TCU;

9.2. condenar, solidariamente, com fundamento nos arts. 19, caput, e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 210 e 214, inciso III, do RI/TCU, os responsáveis mencionados no subitem anterior ao pagamento das importâncias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprovem perante este Tribunal, em respeito ao art. 214, inciso III, alínea "a", do RI/TCU, o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente e acrescida de juros de mora calculados a partir da data indicada até a data do efetivo recolhimento e com o abatimento do valor já ressarcido, nos termos da legislação vigente:

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
145.500,00	30/7/2009 D
4.500,00	29/7/2009 D
(15,50)	15/9/2010 C

9.3. aplicar individualmente ao Sr. Francisco Neri de Oliveira (098.470.814-68), ex-prefeito de Doutor Severiano/RN, e à empresa Francisco Marques de Souza Promoções - ME (01.856.500/0001-92) a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 267 do RI/TCU, no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), fixando o prazo de quinze dias, a partir da notificação, para que, nos termos do art. 214, inciso III, alínea "a", do RI/TCU, comprovem perante este Tribunal o recolhimento aos cofres do Tesouro Nacional do valor atualizado monetariamente desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se for pago após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. aplicar ao Sr. Francisco Neri de Oliveira (098.470.814-68), ex-prefeito de Doutor Severiano/RN, a multa prevista no art. 58, II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 268, II, do RI/TCU, no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), fixando o prazo de quinze dias, a partir da notificação, para que, nos termos do art. 214, inciso III, alínea "a", do RI/TCU, comprove perante este Tribunal o recolhimento aos cofres do Tesouro Nacional do valor atualizado monetariamente desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se for pago após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.5. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 219, inciso II, do RI/TCU, caso não atendida a notificação;

9.6. autorizar, desde logo, caso solicitado e o processo não tenha sido remetido para cobrança judicial, o pagamento das dívidas em até 36 parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno/TCU, fixando-se o vencimento da primeira parcela em quinze dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada trinta dias, devendo incidir sobre cada valor mensal os correspondentes acréscimos legais, na forma prevista na legislação em vigor, sem prejuízo de alertar aos responsáveis que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela implicará o vencimento antecipado do saldo devedor;

9.7. encaminhar cópia desta deliberação ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Rio Grande do Norte, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do RI/TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis;

9.8. determinar à Secretaria-Geral de Controle Externo (Segecex) que, ao promover o cumprimento do Acórdão 1.435/2017-TCU-Plenário, nos casos em que forem apresentados contrato de exclusividade, carta de exclusividade ou instrumento de procuração não registrados em cartório, oriente suas unidades técnicas, sempre que possível, a realizarem procedimentos expeditos, a exemplo de consulta a bases de dados disponíveis ao Tribunal ou a sítios da internet, com vistas a obter informações que comprovem a validade da representação legal do artista contratado, antes de concluir pela ausência de comprovação na aplicação dos recursos, ressalvando que tais procedimentos não substituem a obrigação legal do gestor de trazer aos autos todos os elementos de prova aptos a demonstrar a regularidade das despesas efetuadas; e

9.9. recomendar ao Ministério do Turismo que, ao promover o cumprimento do Acórdão 1.435/2017-TCU-Plenário, nos casos em que forem apresentados contrato de exclusividade, carta de exclusividade ou instrumento de procuração não registrados em cartório, oriente os setores responsáveis pelo exame de prestações de contas de convênios a realizarem, na medida do possível, levantamento de informações, a exemplo de pesquisas junto a bases de dados públicas ou privadas, de acesso público, ou mesmo obtidas junto aos signatários do convênio, entre outros meios possíveis, com vistas a comprovar a validade da representação legal do artista contratado, antes de concluir pela ausência de comprovação na aplicação dos recursos.

10. Ata n° 49/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 29/11/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2649-49/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Ana Arraes e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2650/2017 - TCU - Plenário

1. Processo TC 021.438/2008-7.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Embargos de declaração (Tomada de Contas Especial).

3. Interessado/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessados: Prefeitura Municipal de Itabuna/BA; Procuradoria da República/BA - MPF/MPU.

3.2. Responsáveis: Alberto Rodrigues Nunes (313.281.485-72); Alex Malta Santos (658.764.905-04); Alexandre Assis de Carvalho (658.453.401-44); Carlos Eduardo Andrade Galvão (083.675.585-53); Fabrício Moreira Valadares (953.548.085-53); Fernando Gomes Oliveira (011.703.845-87); Florisvaldo Ferreira Júnior (108.184.215-68); Heloisa Santos (582.955.345-72); Isaac Romeu Moreira Ribeiro (108.160.385-20); Kátia Rejane de Assis Lins (463.358.115-53); Lusia Bomfim Lopes (886.800.295-72); Margarida Barros Setenta (229.819.505-68); Maria Anália Santana Santos (529.824.087-91); Márcia Ribeiro dos Santos Guerra (896.106.955-15); Nelson Ferreira Alves (615.405.955-87); Oséas Jesus Santos (710.118.895-87); Paulo Eudóxio Queiroz de Araújo (343.527.083-72); Suzinete César Valadares (247.707.105-00)

3.3. Embargantes: Carlos Eduardo Andrade Galvão (083.675.585-53); Isaac Romeu Moreira Ribeiro (108.160.385-20).

4. Entidade: Fundo Nacional de Saúde/MS.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Raimundo Carreiro.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur).

8. Representação legal: Ademir Ismerim Medina (OAB/BA 7.829); Moisés Viana do Nascimento (OAB/BA 43.129); Fábio Alves Ferreira (OAB/BA 21.981); Luiz Fernando Maron Guarnieri (OAB/BA 26.001); Harrison Ferreira Leite (OAB/BA 17.719); Lucas Cabral Aboboreira (OAB/BA 24.559) e outros.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes embargos de declaração em Tomada de Contas Especial interpostos pelos Srs. Carlos Eduardo Andrade Galvão e Isaac Romeu Moreira Ribeiro, ambos ex-Secretários de Saúde do Município de Itabuna (BA), contra o Acórdão 1.165/2015-TCU-Plenário.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator:

9.1. conhecer dos embargos do Sr. Carlos Eduardo Andrade Galvão e, no mérito, acatá-los parcialmente, de modo a, aplicando-se efeitos infringentes, excluir do montante do débito atribuído a ele, no Acórdão 1.563/2012-TCU-Plenário, os valores constituídos após a sua exoneração desse cargo, ocorrida em 20/10/1999;

9.2. conhecer dos embargos do Sr. Isaac Romeu Moreira Ribeiro para, no mérito, rejeitá-los;

9.3. tornar insubsistentes, com fundamento no § 2º do art. 3º da Resolução TCU 178/2005, as penas de multa e de inabilitação para exercício de cargo em comissão ou função de confiança aplicadas ao Sr. Carlos Eduardo Andrade Galvão pelos itens 9.2 e 9.4 do Acórdão 1.563/2012-TCU-Plenário, em razão do seu falecimento, em 24/6/2015;

9.4. rever, de ofício, consoante entendimento fixado pelo Acórdão 1.441/2016-TCU-plenário, as multas aplicadas aos responsáveis listados no item 9.2 do Acórdão 1.563/2012-TCU-Plenário, que passa a ter a seguinte redação:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800275

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

"9.2. aplicar, individualmente, a multa prevista no art. 57 da Lei n. 8.443/1992 aos responsáveis abaixo relacionados, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea a, do RI/TCU), o recolhimento das dívidas ao Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data do presente Acórdão até a do efetivo recolhimento, caso pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

Responsável	*Valor (R$)*
Fernando Gomes Oliveira	*16.000,00*
Isaac Romeu Moreira Ribeiro	*5.000,00*
Lusia Bomfim Lopes	*5.000,00*
Alberto Rodrigues Nunes	*5.000,00*
Maria Anália de Santana Santos	*3.000,00*
Suzinete Cézar Valadares	*3.000,00*
Fabrício Moreira Valadares	*3.000,00*
Márcia Ribeiro dos Santos Guerra	*5.000,00*
Oséas Jesus Santos	*5.000,00*
Alex Malta Santos	*13.000,00*
Nelson Ferreira Alves	*3.000,00*
Margarida Barros Setenta	*3.000,00*
Alexandre Assis Carvalho	*3.000,00*
Florisvaldo Ferreira Júnior	*3.000,00*

9.5. corrigir, por erro material, o item 9.1.1. do Acórdão 1.563/2012-TCU-Plenário, de modo que, onde se lê "Luzia Bomfim Lopes", leia-se: "Lusia Bomfim Lopes"; e

9.6. dar ciência aos embargantes, aos demais responsáveis, à Procuradoria-Geral de Justiça do Estado da Bahia e aos demais órgãos e entidades interessados.

10. Ata n° 49/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 29/11/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2650-49/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Ana Arraes e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministro que alegou impedimento na Sessão: Aroldo Cedraz.

13.3. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.4. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2651/2017 - TCU - Plenário

1. Processo TC 028.002/2017-2.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Solicitação do Congresso Nacional.

3. Interessado: Comissão de Fiscalização Financeira e Controle (Ofício 192/2017/CFFC-P); Requerimento 434/2017-CFFC, de autoria do Exmo. Deputado Luiz Cláudio.

4. Órgão/Entidade: não há.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Rondônia (Secex-RO).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de solicitação do Congresso Nacional, para que esta Corte de Contas informe sobre a aplicação de recursos federais em obras de saneamento nos municípios rondonienses de Porto Velho, Jaru e Ji-Paraná, mediante instrumentos de repasse firmados entre o Ministério das Cidades e o Estado de Rondônia;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. conhecer da solicitação, por estarem preenchidos os requisitos de admissibilidade previstos no art. 38, inciso II, da Lei 8.443/1992, art. 232, inciso III, do Regimento Interno e art. 4º, inciso I, alínea "b", da Resolução TCU 215/2008;

9.2. encaminhar à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle e ao autor do requerimento 434/2017-CFFC cópia da presente decisão, acompanhada das seguintes peças:

Objeto de controle	Processo no TCU	Peças processuais	Conteúdo
SAA de Porto Velho	TC 000.284/2010-6	s/n	Acórdão 1.202/2010-Plenário, Relatório e Voto
	TC 015.946/2010-0	s/n	Acórdão 1.808/2011-Plenário, Relatório e Voto
SES de Porto Velho (2010)	TC 009.360/2010-7	1	Relatório de auditoria
		2	Acórdão 2.572/2010-Plenário, Relatório e Voto
		4-5	Instrução de mérito sobre as irregularidades; Acórdão 3.131/2011-Plenário, Relatório e Voto
		190	Instrução de mérito do processo
		197-199	Acórdão 610/2015-Plenário, Relatório e Voto
	TC 017.688/2011-6	28	Relatório de auditoria
		34-40	Acórdão 1.997/2011-Plenário, Relatório e Voto
SES de Porto Velho - sistema sul (2016)	TC 014.504/2016-2	56	Relatório de auditoria
		75	Instrução preliminar sobre proposta de IGP
		79	Despacho do Ministro Relator - ratificação de IGP e concessão de cautelar
		188	Instrução de mérito sobre as irregularidades
		203 - 205	Acórdão 1.308/2017-Plenário, Relatório e Voto
SES de Ji-Paraná	TC 014.565/2017-0	44	Relatório de auditoria
		47-49	Acórdão 8.514/2017-2ª Câmara, Relatório e Voto

9.3. considerar a solicitação integralmente atendida e arquivar o presente processo, nos termos dos arts. 169, inciso II, do Regimento Interno do TCU e 17, inciso I, da Resolução TCU 215/2008.

10. Ata n° 49/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 29/11/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2651-49/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro, Ana Arraes e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2652/2017 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 006.982/2014-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto V - Relatório de Auditoria

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Congresso Nacional (vinculador)

3.2. Responsável: José Sérgio Gabrielli de Azevedo (042.750.395-72).

4. Entidade: Petróleo Brasileiro S.A.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura de Petróleo e Gás Natural (SeinfraPet).

8. Representação legal: Paola Allak da Silva (142.389/OAB-RJ) e outros, representando Petróleo Brasileiro S.A.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de relatório de auditoria constituído em cumprimento ao subitem 9.8 do Acórdão 1.771/2013-Plenário, proferido no âmbito do TC 006.285/2013-9,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. juntar cópia da presente deliberação e do relatório e voto que a subsidiam aos processos TC 008.472/2008-3 e 006.285/2013-9;

9.2. com fundamento no art. 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU, arquivar o presente processo; e

9.3 dar ciência da presente deliberação à Petrobras.

10. Ata n° 49/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 29/11/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2652-49/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro e Ana Arraes.

13.2. Ministro que alegou impedimento na Sessão: Aroldo Cedraz.

13.3. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.4. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2653/2017 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 010.638/2016-4.

1.1. Apenso: 018.146/2017-1

2. Grupo II - Classe de Assunto: I Embargos de declaração(Relatório de Auditoria)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Responsáveis: Blal Yassine Dalloul (257.925.121-91); Eduardo Monteiro de Rezende (583.796.811-34); Fabricio Bittencourt da Cruz (006.749.439-02); Marcelo Daniel Pagotti (115.195.638-41); Romulo de Sousa Mesquita (443.493.351-53)

3.2. Recorrente: Ministério da Fazenda (00.039.446/0011-13).

4. Órgãos/Entidades: Câmara dos Deputados; Conselho Nacional de Justiça; Conselho Nacional do Ministério Público (vinculador); Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão; Senado Federal; Tribunal de Contas da União.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler

5.1. Relator da deliberacao recorrida: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação (SEFTI).

8. Representação legal : não há

9. Acórdão:

Vistos, relatados e discutidos estes autos de relatório de auditoria, nos quais foram opostos embargos de declaração,

Acordam os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, em:

9.1. conhecer dos embargos de declaração opostos pelo Ministério da Fazenda em face do Acórdão 1.469/2017-Plenário, porquanto preenchidos os requisitos de admissibilidade inerentes à matéria, para, no mérito, dar-lhes provimento;

9.2. tornar sem efeito o subitem 9.2.9.3 do Acórdão 1.469/2017-Plenário;

9.3. incluir no Acórdão 1.469/2017-Plenário o subitem 9.2.12, o qual deverá conter a seguinte redação:

"9.2.12 Elabore, com articulação com o Ministério da Fazenda, plano de ação contendo estratégias para minimizar redundâncias e ineficiências na atuação das empresas estatais de tecnologia, em especial Serpro e Dataprev, de modo a otimizar o provimento de aplicações e serviços de TI, bem como maximizar o apoio dessas empresas à integração de dados e sistemas da administração pública, em conformidade com o art. 37, caput, da Constituição Federal;"

9.4. dar ciência desta deliberação ao embargante e aos demais interessados.

10. Ata n° 49/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 29/11/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2653-49/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2654/2017 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 041.018/2012-5.

1.1. Apensos: 023.846/2016-0; 015.288/2011-0; 034.334/2016-5

2. Grupo I - Classe de Assunto: I Recurso de reconsideração(Tomada de Contas Especial)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Responsáveis: Anderson Paraizo Campos (452.379.485-53); Construtora Queiroz Garcia Ltda (02.895.841/0001-30); Emerson Izolan (168.618.828-52); Gilseno de Souza Nunes Ribeiro (769.511.977-68); Rubem Vaz Nogueira (844.001.457-00); Sergio Lucien Trautmann (599.278.600-72)

3.2. Recorrentes: Construtora Queiroz Garcia Ltda (02.895.841/0001-30); Gilseno de Souza Nunes Ribeiro (769.511.977-68).

4. Órgão/Entidade: Centro Integrado de Telemática do Exército.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler

5.1. Relator da deliberacao recorrida: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo da Defesa Nacional e da Segurança Pública (SecexDefes).

8. Representação legal :

8.1. Tamiris Bessoni Miranda e outros, representando Gilseno de Souza Nunes Ribeiro.

8.2. Kênia Ribeiro Ferreira (15565/E/OAB-DF), representando Anderson Paraizo Campos.

8.3. Jaques Fernando Reolon (22.885/OAB-DF) e outros, representando Construtora Queiroz Garcia Ltda.

8.4. Cassius Ferreira Moraes (34726/OAB-DF) e outros, representando Sergio Lucien Trautmann.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recursos de reconsideração interpostos por Gilseno de Souza Nunes Ribeiro e pela Construtora Queiroz Garcia Ltda. contra o Acórdão 660/2016 - Plenário,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fulcro nos arts. 32, I, e 33, da Lei 8.443/1992, conhecer dos recursos de reconsideração para, no mérito, negar-lhes provimento;

9.2. indeferir pedido de diligência ou inspeção no local das obras, formulado pela Construtora Queiroz Garcia Ltda. e por Gilseno de Souza Nunes Ribeiro;

9.3. dar ciência desta deliberação ao recorrente, ao Centro Integrado de Telemática do Exército, à Procuradoria da República no Distrito Federal e 2ª Procuradoria da Justiça Militar em Brasília - DF, neste último caso, fazendo-se menção ao Ofício 494/2017/Gab. 2º Ofício/2ª PJM-DF, de 5/9/2017.

10. Ata n° 49/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 29/11/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2654-49/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2655/2017 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 007.582/2002-1.

1.1. Apensos: 004.031/2006-4; 005.302/2002-0; 016.757/2003-7

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de declaração (Solicitação do Congresso Nacional)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Congresso Nacional (vinculador).

3.2. Responsáveis: Antônio Machado Bastos (008.615.707-82); Carlos Alberto de Carli (250.584.288-49); Carlos Antônio de Carli (143.234.438-20); Clifford Nelson Ruiz de Oliveira (436.518.102-59); Eliseu Lemos Padilha (009.227.730-68); Empresa de Revitalização do Porto de Manaus S.A (04.487.767/0001-48); Eric Stone de Holanda (146.637.402-00); Estação Hidroviária do Amazonas S.A (04.487.762/0001-15); Irlêda de Carvalho Leal Nobre Leão (444.383.972-00); Jorge Francisco Medavar (087.533.775-91); Jorge de Almeida Barroso (043.254.002-49); José Gil de Carvalho (043.321.644-15); João Thomé Verçosa Mestrinho de Medeiros Raposo (273.236.507-63); Kleber Castro de Albuquerque (078.080.892-49); Lucia Maria Oliveira de Castro Vieira (213.814.533-68); Pedro Castro de Albuquerque Filho (032.191.782-00); Raimundo Edir Vieira da Silva (064.807.802-72); Sociedade de Navegação Portos e Hidrovia (01.253.690/0001-53); Washington de Oliveira Viegas (001.379.603-87); Wildjan da Fonseca Magno (002.902.891-49)

3.3. Recorrente: Empresa de Revitalização do Porto de Manaus S.A (04.487.767/0001-48).

4. Órgão/Entidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado do Amazonas.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Portuária e Ferroviária (SeinfraPor).

8. Representação legal: Sabrina Cardoso Bernardo (OAB/DF 34.199), Simone Martins de Araújo Moura (OAB/DF 17.540), Suellen Bernardes F. Ferreira (OAB/DF 48.451) e Walter José Faiad de Moura (OAB/DF 17.390).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos os embargos de declaração opostos ao Acórdão 2.363/2017-TCU-Plenário,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo Relator, em, com fundamento nos arts. 32, inciso II, e 34, caput, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 277, inciso III, e 287 do Regimento Interno do TCU,

9.1. conhecer dos embargos de declaração opostos para, no mérito, rejeitá-los, mantendo-se inalterados os termos do Acórdão 2.363/2017-TCU-Plenário;

9.2. ratificar a restituição dos autos ao relator a quo do Acórdão 371/2006-TCU-Plenário, com a finalidade de subsidiar a adoção das providências que entender cabíveis com vistas ao cumprimento do subitem 9.19 daquela deliberação, medida essa já anteriormente expedida mediante o subitem 9.2.1 do Acórdão 2.934/2010-TCU-Plenário;

9.3. com o objetivo de subsidiar a deliberação acima, novamente informar à unidade técnica que eventualmente realizará os estudos determinados no subitem 9.19 do Acórdão 371/20016-TCU-Plenário, após decisão do relator a quo e caso ainda necessários, sobre:

9.3.1. a edição do Decreto 9.048/2017, que "*altera o Decreto nº 8.033, de 27 de junho de 2013, que regulamenta o disposto na Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013, e as demais disposições legais que regulam a exploração de portos organizados e de instalações portuárias*";

9.3.2. a existência de relatório com levantamento de informações e dados realizado pela Comissão de Transição da Administração Estadual para Federal, por meio do qual teria se constatado que as determinações desta Corte no sentido de adequar os termos do convênio objeto dos autos já se encontrariam em andamento (peça 369);

9.4. considerar estes embargos protelatórios e alertar à recorrente que novos aclaratórios com finalidade assemelhada, tratando de matéria já analisada e rejeitada pelo Tribunal, podem ensejar a aplicação da multa prevista no art. 1.026, §2º, do Código de Processo Civil, além de não suspenderem o trânsito em julgado da decisão prolatada no Acórdão 2.363/2017-TCU-Plenário; e

9.5. dar ciência desta deliberação aos recorrentes/interessados.

10. Ata n° 49/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 29/11/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2655-49/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Benjamin Zymler, Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2656/2017 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 009.514/2010-4.

1.1. Apensos: 015.020/2009-3; 032.760/2016-7

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de Reconsideração (Prestação de Contas)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Companhia Brasileira de Trens Urbanos (42.357.483/0001-26)

3.2. Responsáveis: Adeilson Teixeira Bezerra (494.355.744-91); Bergson Aurélio Farias (218.079.144-53); Carlos Roberto Ferreira Costa (417.980.074-87); Clodomir Batista de Albuquerque (377.900.644-87); Damião Fernandes da Silva (140.143.604-82); Gilmar Cavalcante Costa (208.038.184-91); Hidramec Serviços de Engenharia Ltda - Epp (07.167.080/0001-13); Horácio Rafael de Albuquerque Aguiar (134.306.704-97); Jefferson Calheiros da Rocha Júnior (420.755.054-20); José Lúcio Marcelino de Jesus (287.087.844-34); José Queiroz de Oliveira (140.494.905-44); José Zilto Barbosa Júnior (371.174.404-49); Log Logística, Comercial e Representações Ltda. - Me (04.463.080/0001-72); Mcc Manutenção, Construção e Comércio Ltda. - Me (00.400.963/0001-82); Nelma Industrialização de Madeiras Ltda (03.721.182/0001-88); P.i. Construções Ltda. (01.655.218/0001-47); Pratica Engenharia e Construcoes Ltda (01.722.421/0001-99); Salinas Construções e Projetos Ltda. - Me (05.559.104/0001-54); Silva & Cavalcante Ltda (03.924.817/0001-44); Terceirizadora Santa Clara Ltda - Me (04.963.564/0001-80); Valber Paulo da Silva (470.063.584-34).

3.3. Recorrentes: Damião Fernandes da Silva (140.143.604-82); Silva & Cavalcante Ltda (03.924.817/0001-44); Pratica Engenharia e Construcoes Ltda (01.722.421/0001-99); Clodomir Batista de Albuquerque (377.900.644-87); José Queiroz de Oliveira (140.494.905-44); Adeilson Teixeira Bezerra (494.355.744-91); José Lúcio Marcelino de Jesus (287.087.844-34); Hidramec Serviços de Engenharia Ltda - Epp (07.167.080/0001-13).

4. Órgão/Entidade: Companhia Brasileira de Trens Urbanos.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes

5.1. Relator da deliberacao recorrida: Ministro José Múcio Monteiro.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo no Estado de Alagoas (SECEX-AL).

8. Representação legal :

8.1. Tiago Gomes de Souza e outros, representando Companhia Brasileira de Trens Urbanos.

8.2. Carlos Roberto Lima Marques da Silva (5.820/OAB-AL), representando José Queiroz de Oliveira.

8.3. Cosmo Fernandes da Silva (5.131/OAB-AL) e outros, representando Damião Fernandes da Silva e Damião Fernandes da Silva;

8.4. Glauco de Castelo Branco Junior (10586/OAB-CE), representando Pratica Engenharia e Construcoes Ltda.

8.5. Bruna Sales Moura (11.875/OAB-AL) e outros, representando Silva & Cavalcante Ltda.

8.6. Fabricio Silva Ramos (6986/OAB-AL) e outros, representando Hidramec Serviços de Engenharia Ltda - Epp e Clodomir Batista de Albuquerque;

8.7. José Eduardo Barros Correia (3875/OAB-AL) e outros, representando Gilmar Cavalcante Costa.

8.8. Maria Edite Barretto Fantini, representando José Zilto Barbosa Júnior.

8.9. Aristenio de Oliveira Juca Santos (3148/OAB-AL), representando Valber Paulo da Silva.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Prestação de Contas do Exercício de 2005 da Companhia Brasileira de Trens Urbanos - Superintendência de Maceió/AL, em que se examinam Recursos de Reconsideração interpostos por Damião Fernandes da Silva, Silva & Cavalcante Ltda., Pratica Engenharia e Construções Ltda, Clodomir Batista de Albuquerque, José Queiroz de Oliveira, Adeilson Teixeira Bezerra, José Lúcio Marcelino de Jesus e Hidramec Serviços de Engenharia Ltda - Epp contra o Acórdão 1.570/2015-TCU-Plenário, por meio do qual foram rejeitadas as alegações de defesa apresentadas e, em consequência, imputados débito solidário e multa aos recorrentes.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator e com fulcro no art. 48, c/c os arts. 32 e 33, da Lei n.º 8.443/1992, em:

9.1. conhecer dos Recursos de Reconsideração interpostos para, no mérito:

9.1.1. dar provimento ao recurso interposto por Damião Fernandes da Silva, julgando suas contas regulares com quitação plena;

9.1.2. dar provimento parcial ao recurso de José Queiroz de Oliveira, estendendo os efeitos a José Lúcio Marcelino de Jesus e a Terceirizadora Santa Clara Ltda. e dando a seguinte redação ao subitem 9.5.5 do Acórdão 1.570/2015-TCU-Plenário:

"*9.5.5. com José Lúcio Marcelino de Jesus, José Queiroz de Oliveira e a empresa Terceirizadora Santa Clara Ltda.:*

Valor (R$)	*Data*
10.120,82	*31/1/2005*
10.120,82	*28/2/2005*
10.120,82	*31/3/2005*
10.120,82	*30/4/2005*
10.120,82	*31/5/2005*
10.120,82	*30/6/2005*
10.120,82	*31/7/2005*
10.120,82	*31/8/2005*
10.120,82	*30/9/2005*
10.120,82	*31/10/2005*
10.120,82	*30/11/2005*
10.120,82	*31/12/2005*

9.1.3. negar provimento aos recursos de Silva e Cavalcanti Ltda., Clodomir Batista de Albuquerque, Adeilson Teixeira Bezerra, José Bernardino de Castro Teixeira e Hidramec Engenharia e Manutenção Ltda.

9.2. dar ciência da presente deliberação aos recorrentes, à Companhia Brasileira de Trens Urbanos - Superintendência de Maceió/AL, à Terceirizadora Santa Clara Ltda. e à Procuradoria-Geral da República no Estado de Alagoas.

10. Ata n° 49/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 29/11/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2656-49/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Benjamin Zymler, Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800277

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 2657/2017 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 027.013/2010-3.
2. Grupo: I; Classe de assunto: I - Recurso de Reconsideração.
3. Recorrente: Hospfar Indústria e Comércio de Produtos Hospitalares Ltda. (CNPJ 26.921.908/0001-21).
4. Entidade: Secretaria de Estado de Saúde de Goiás.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade técnica: Serur.
8. Representação legal: Antônio Augusto Rosa Gilberti (OAB/GO 11.703) e Lincoln Magalhães da Rocha (OAB/DF 24.089).

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada em razão de irregularidades constatadas na aquisição de medicamentos pela Secretaria de Estado da Saúde de Goiás por meio do Pregão nº 174/2005, em que se aprecia neste momento recurso de reconsideração interposto contra o Acórdão nº 1.344/2013-TCU-Plenário,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 33 e 48 da Lei nº 8.443/1992, em:
9.1. conhecer do presente recurso de reconsideração e, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo-se inalterado o acórdão recorrido;
9.2. dar ciência deste acórdão à recorrente e aos demais interessados no processo.

10. Ata n° 49/2017 - Plenário.
11. Data da Sessão: 29/11/2017 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2657-49/17-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Benjamin Zymler, Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro e Ana Arraes.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2658/2017 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 034.411/2013-5.
1.1. Apensos: 010.059/2014-8; 010.048/2014-6; 024.746/2016-9; 010.141/2014-6; 002.240/2014-9; 010.298/2014-2; 010.263/2014-4; 010.169/2014-8; 010.088/2014-8; 010.216/2014-6; 010.086/2014-5
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame (em Relatório de Auditoria)
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessados: Congresso Nacional e Secretaria Executiva do Ministério da Saúde (00.394.544/0005-09)
3.2. Responsável: Ademar Arthur Chioro dos Reis (738.678.377-91)
3.3. Recorrente: Secretaria Executiva do Ministério da Saúde (00.394.544/0005-09).
4. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde (vinculador).
5. Relator: Ministro Augusto Nardes
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Urbana (SeinfraUrb).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia pedido de reexame interposto pelo Ministério da Saúde contra o Acórdão 1.426/2015-TCU-Plenário,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento no art. 48 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 286 do Regimento Interno do TCU:
9.1. conhecer do recurso e, no mérito, negar-lhe provimento;
9.2. determinar ao Ministério da Saúde, com fundamento no art. 250, inciso II, do Regimento Interno/TCU, enquanto órgão máximo do SUS, financiador e mentor do programa de construção de UPAS, que no prazo de 60 (sessenta) dias, em conjunto com os Estados, Distrito Federal e Municípios interessados, a CNM e quem mais se fizer necessário, para que elaborem plano de ação com vistas à resolução urgente dos problemas identificados nos autos e relativos à construção daquelas unidades de saúde;
9.3. determinar à SecexSaúde a autuação de processo apartado para acompanhamento e fiscalização do plano de ação mencionado no subitem anterior, representando ao Tribunal caso necessário; e
9.4. dar ciência deste acórdão ao recorrente.

10. Ata n° 49/2017 - Plenário.
11. Data da Sessão: 29/11/2017 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2658-49/17-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Benjamin Zymler, Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro e Ana Arraes.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2659/2017 - TCU - Plenário

1. Processo TC 007.859/2017-1.
2. Grupo II - Classe V - Assunto: Levantamento.
3. Interessado: Tribunal de Contas da União.
4. Entidades: Ministério de Minas e Energia (MME), o Ministério de Meio Ambiente (MMA), Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações (MCTIC), Empresa de Pesquisa Energética (EPE), a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), a Casa Civil da Presidência da República, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e a Comissão Nacional de Energia Nuclear (Cnen).
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Agricultura e do Meio Ambiente (SecexAmb).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Levantamento, realizado com o objetivo de examinar medidas emergenciais e estruturantes que podem ser adotadas no âmbito do setor elétrico, com a finalidade de identificar áreas ou processos de trabalho relevantes para fins de planejamento de futuras fiscalizações;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento nos artigos 1º, inciso II, da Lei 8.443/1992; 169, inciso V, 238 e 250 do Regimento Interno do TCU; e art. 4º, § 1º, c/c art. 5º da Resolução 254/2013, em:
9.1. determinar à Segecex, ouvidas as SecexAmbiental e SeinfraElétrica, que realize auditoria operacional piloto sobre energias renováveis no setor elétrico brasileiro, considerando no escopo a proposta de fiscalização descrita no Anexo 1, Peça 38, e eventual alteração decorrente da Consulta Pública 33, em andamento no Ministério de Minas e Energia, podendo os resultados da auditoria ser utilizados como subsídio para definição da matriz de planejamento da auditoria coordenada na temática de investimentos em infraestrutura de energia elétrica sustentável;
9.2. manter o sigilo da Peça 38;
9.3. encaminhar cópia do Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentarem, além da cópia do Relatório de Levantamento, ao Conselho Nacional de Política Energética, ao Ministério de Minas e Energia, à Agência Nacional de Energia Elétrica, à Empresa de Pesquisa Energética, ao Operador Nacional do Sistema Elétrico, ao Ministério do Meio Ambiente, à Casa Civil da Presidência da República, à Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados à Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal e à Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor do Senado Federal; e
9.4. arquivar, com fulcro no art. 250, inciso I, do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, o presente processo.

10. Ata n° 49/2017 - Plenário.
11. Data da Sessão: 29/11/2017 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2659-49/17-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (na Presidência), Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz (Relator) e Ana Arraes.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2660/2017 - TCU - Plenário

1. Processo TC 013.561/2016-2.
2. Grupo I - Classe de Assunto VII - Representação.
3. Interessado: Tribunal de Contas da União (TCU).
4. Órgãos/Entidades: Delegacia da Receita Federal em São Luís/MA, vinculada ao Ministério da Fazenda (MF).
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo do TCU no Estado do Maranhão (Secex/MA).
8. Advogados constituídos nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Representação autuada por força do Acórdão 886/2016-TCU-Plenário, tendo por objeto a apuração de supostas irregularidades na Delegacia da Receita Federal em São Luís-MA (DRFB/SLS/MA), mais precisamente em suas áreas de gestão de pessoas, de patrimônio e de obras;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer da presente Representação, por preencher os requisitos previstos nos arts. 235, caput, e 237, inciso VI, do Regimento Interno-TCU e no art. 103, § 1º, da Resolução-TCU 259, de 7/5/2014, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;
9.2. dar ciência à Delegacia da Receita Federal do Brasil em São Luís/MA sobre as seguintes impropriedades constatadas nestes autos de fiscalização relativamente aos exercícios de 2015 e 2016, para que sejam adotadas as medidas internas com vistas a evitar ocorrências semelhantes:
9.2.1. não implantação de controle eletrônico de ponto para os servidores, em afronta às disposições dos artigos 1º e 3º do Decreto 1.867, de 17/4/1996, ressalvada a desnecessidade dessa medida no que concerne àqueles servidores que realizam trabalho externo às dependências da unidade, que terão seu desempenho avaliado pelas chefias imediatas;
9.2.2. pagamento a estagiários referente a períodos posteriores aos respectivos desligamentos, o que evidencia deficiência no controle interno de gestão de pessoas e requer uma atuação tempestiva da unidade;
9.3. dar ciência desta decisão:
9.3.1. à Secretaria da Receita Federal do Brasil, à sua Superintendência da 3ª Região Fiscal e à Controladoria Regional da União no Estado do Maranhão, para conhecimento das impropriedades constatadas nestes autos e adoção das providências cabíveis no âmbito de competência de cada um desses órgãos federais, encaminhando-lhes cópia desta deliberação e do Relatório de Inspeção autuado como peça 48;
9.3.2. ao autor da Representação objeto do TC-031.586/2016-3 - apensado a este TC-013.561/2016-2 - e à Procuradoria da República no Estado do Maranhão, esta última expressamente mencionada, às peças 3 e 6 do TC-021.655/2016-2 - também em apenso -, como parte interessada na apuração de condutas semelhantes àquelas fiscalizadas neste TC-013.561/2016-2;
9.4. arquivar o presente processo, com base no art. 169, inciso V, do Regimento Interno-TCU.

10. Ata n° 49/2017 - Plenário.
11. Data da Sessão: 29/11/2017 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2660-49/17-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (na Presidência), Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz (Relator) e Ana Arraes.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2661/2017 - TCU - Plenário

1. Processo: TC 021.108/2017-0.
2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Representação (pedido de Medida Cautelar).
3. Representante: UPTEC - Construção e Tecnologia Ltda. (00.393.826/0001-68).
4. Órgão/Entidade: Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo/Comando da Marinha/Ministério da Defesa.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo.
8. Advogados constituídos nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Representação formulada pela empresa UPTEC - Construção e Tecnologia Ltda. (00.393.826/0001-68), noticiando supostas irregularidades na condução da Concorrência 177/2015 (Processo Administrativo 63230.002813/2015-35), promovido pelo Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo, tendo como objeto a contratação de empresa especializada na execução de obra civil para a construção do prédio do Laboratório de Sistemas Inerciais (Labsin), no total de R$ 17,2 milhões;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer da Representação, por adimplir os requisitos de admissibilidade estabelecidos no art. 113, § 1º, da Lei 8.666/93, c/c o art. 237, inciso VII e parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, para, no mérito, considerá-la improcedente;
9.2. indeferir o pedido de concessão de Medida Cautelar para suspensão do certame; e
9.3 determinar o arquivamento do presente processo, nos termos do art. 237, parágrafo único, c/c o art. 250, inciso I, do Regimento Interno do TCU, após ciência desta deliberação à representante e ao Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo.

10. Ata n° 49/2017 - Plenário.
11. Data da Sessão: 29/11/2017 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2661-49/17-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz (Relator), José Múcio Monteiro e Ana Arraes.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2662/2017 - TCU - Plenário

1. Processo TC 032.203/2017-9.
2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Representação.
3. Interessados/Responsáveis: não há.
4. Entidade: Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (Eletronorte)
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura de Energia Elétrica (SeinfraElétrica).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Representação, com pedido de Medida Cautelar, formulada pela empresa Gonçalves Neto Engenharia e Consultores Associados S/C Ltda. a respeito de possíveis irregularidades ocorridas na

Concorrência CC-012-7-0044 promovida pelas Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (Eletronorte), cujo objeto é a prestação de serviços técnicos de consultoria na área de engenharia para os empreendimentos da estatal de energia pertencentes ao Sistema de Transmissão de Energia Elétrica do estado do Pará;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da presente Representação, vez que satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos no art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993 e nos arts. 235 e 237, inciso VII, do Regimento Interno.

9.2. determinar, cautelarmente, nos termos do art. 276, caput, do Regimento Interno do TCU, que a Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (Eletronorte), CNPJ: 00.357.038/0001-16, abstenha-se de dar continuidade ao procedimento licitatório relativo à Concorrência CC-012-7-0044, cujo objeto é a prestação de serviços técnicos de consultoria na área de engenharia para os empreendimentos da estatal pertencentes ao Sistema de Transmissão de Energia Elétrica do Estado do Pará, até decisão de mérito por parte deste Tribunal;

9.3. determinar, com fundamento no art. 276, § 3º, do Regimento Interno do TCU, a oitiva das Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A (Eletronorte), CNPJ: 00.357.038/0001-16, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, manifeste-se pormenorizadamente sobre os fatos apontados na Representação formulada pela empresa Gonçalves Neto Engenharia e Consultores Associados S/C Ltda. (CNPJ: 38.045.241/0001-20), especialmente sobre as razões que motivaram a desclassificação da representante, diante dos elementos presentes nestes autos, alertando-a quanto à possibilidade de o Tribunal vir a decidir pela determinação de providências corretivas e sustação de atos relativos à Concorrência CC-012-7-0044, nos termos do art. 45 da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992;

9.4. indeferir o pedido da representante para ingresso como interessado nos presentes autos, com fundamento no art. 146, § 1º, do Regimento Interno, assim como na jurisprudência desta Corte;

9.5. encaminhar cópia da peça 1 e da instrução de peça 14 à Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (Eletronorte), CNPJ: 00.357.038/0001-16, a fim de subsidiar as manifestações requeridas;

9.6. dar ciência desta deliberação à Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (Eletronorte), CNPJ: 00.357.038/0001-16, e à representante.

10. Ata n° 49/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 29/11/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2662-49/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz (Relator), José Múcio Monteiro e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2663/2017 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 007.255/2016-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Administrativo

3. Interessado: Tribunal de Contas da União

4. Unidade: não há

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

6. Representante do Ministério Público: não atuou

7. Unidade Técnica: Secretaria de Macroavaliação Governamental (Semag)

8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Projeto de Resolução que dispõe sobre o disciplinamento das etapas e procedimentos relacionados à apreciação das contas do Presidente da República e à emissão de parecer prévio pelo Tribunal de Contas da União, nos termos do art. 71, inc. I, da Constituição Federal.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator e com fulcro no art. 3º da Lei 8.443/92 e nos arts. 2º, 169 e 222 do Regimento Interno, em:

9.1. aprovar o Projeto de Resolução, na forma do texto anexo;

9.2. arquivar os autos.

10. Ata n° 49/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 29/11/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2663-49/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2664/2017 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 029.438/2017-9.

2. Grupo II - Classe I - Agravo (em Representação)

3. Agravante: Banco do Brasil S.A.

3.1. Interessada: MAC Engenharia e Instalação Ltda.

3.2. Representante: RCS Tecnologia Ltda.

4. Unidade: Banco do Brasil S.A.

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro José Múcio Monteiro

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Selog

8. Advogados constituídos nos autos: Edinei Silva Teixeira (OAB/SP 185.415) e André Puppin Macedo (12004/OAB-DF)

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam, nesta fase processual, de agravo interposto pelo Banco do Brasil contra despacho, ratificado pelo Acórdão 2.469/2017 - Plenário, por meio do qual foi concedida a medida cautelar pleiteada por RCS Tecnologia Ltda. para a suspensão do Pregão Eletrônico 2016/4270, destinado a contratar serviços de gerenciamento, operação e manutenção da infraestrutura dos prédios administrativos Torre Sul, Central e Norte, que compõem o complexo Edifício Banco do Brasil.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo Relator e com fundamento nos arts. 277 e 289 do Regimento Interno/TCU, em:

9.1. conhecer do agravo e rejeitá-lo;

9.2. dar ciência desta deliberação à representante e ao Banco do Brasil.

10. Ata n° 49/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 29/11/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2664-49/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2665/2017 - TCU - Plenário

1. Processo TC 019.042/2013-2

1.1. Apenso: TC 029.095/2011-5

2. Grupo I - Classe I - Recurso de Reconsideração.

3. Recorrentes: Edson Chigueru Taki (CPF 396.863.459-49), José Rogério de Medeiros (CPF 376.122.121-53), Lérida Maria dos Santos Vieira (CPF 450.617.344-91) e Christianne da Silveira Santos (CPF 868.196.741-04), herdeira de Jaldo de Souza Santos (CPF 002.840.841-15).

4. Unidade: Conselho Federal de Farmácia - CFF.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

5.1. Relator da deliberação recorrida: ministro-substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos - Serur.

8. Representação legal: Délio Lins e Silva (OAB/DF 3.439) e outros representando José Rogério de Medeiros; Elísio de Azevedo Freitas (OAB/DF 18.596) e outros representando Lérida Maria dos Santos Vieira; e outros.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos os recursos de reconsideração interpostos por Edson Chigueru Taki, José Rogério de Medeiros, Lérida Maria dos Santos Vieira e Christianne da Silveira Santos (herdeira de Jaldo de Souza Santos) contra o acórdão 43/2016 - Plenário.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos arts. 32 e 33 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer dos recursos de reconsideração e negar-lhes provimento;

9.2. dar ciência deste acórdão aos recorrentes e ao procurador-chefe da Procuradoria da República no Distrito Federal;

9.3. determinar à Secretaria de Controle Externo da Previdência, do Trabalho e da Assistência Social - SecexPrevidência que:

9.3.1. adote as medidas pertinentes para resguardar o sigilo dos documentos à peça 76, p. 39/121, e para proteger a identidade de denunciante perante esta Corte contida no expediente à peça 158; e

9.3.2. analise os documentos às peças 91 e 138, que versam sobre o cumprimento de determinações contidas no acórdão recorrido, para posterior submissão ao relator original.

10. Ata n° 49/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 29/11/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2665-49/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministro que alegou impedimento na Sessão: Aroldo Cedraz.

13.3. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.4. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2666/2017 - TCU - Plenário

1. Processo TC 029.083/2013-3

1.1. Apensos: TC 003.225/2015-1, TC 033.910/2015-4, TC 029.652/2013-8, TC 004.181/2015-8, TC 032.950/2013-6, TC 029.596/2013-0, TC 004.440/2014-5, TC 002.988/2014-3, TC 031.834/2013-2 e 011.480/2014-9

2. Grupo I - Classe VII - Desestatização.

3. Interessadas: Advocacia-Geral da União (CNPJ 26.994.558/0001-23), Agência Nacional de Transportes Aquaviários (CNPJ 04.903.587/0001-08) e Secretaria de Portos (extinta) (CNPJ 08.855.874/0001-32).

4. Unidades: Agência Nacional de Transportes Aquaviários e Secretaria de Portos (extinta).

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Portuária e Ferroviária - SeinfraPortoFerrovia.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido este acompanhamento, da desestatização a ser efetivada pelo Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil das instalações de envasilhamento de gás liquefeito de petróleo - GLP localizadas no Terminal Petroquímico de Miramar/PA, nominadas BEL05, BEL06 e MIR01, pelo prazo de 20 anos, conforme o Aviso 65/2017/MTPA, de 21/9/2017.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, com fundamento no inciso VIII do art. 18 da Lei 9.491/1997 c/c o art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992 e o art. 250, incisos II e III, do Regimento Interno, e ante as razões expostas pela relatora, em:

9.1. comunicar ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil - MTPA e à Agência Nacional de Transportes Aquaviários - Antaq que, excepcionalmente, dentro do escopo delimitado na presente análise de 1º estágio de fiscalização regulamentado pela IN TCU 27/1998, não foram detectadas irregularidades ou impropriedades que desaconselhem o regular prosseguimento do processo concessório dos terminais portuários denominados BEL05, BEL06 e MIR01;

9.2. determinar ao MTPA e à Antaq que avaliem a inclusão, nos editais do processo concessório dos terminais portuários intitulados BEL05, BEL06 e MIR01, de cláusula que impeça a concentração horizontal do mercado, ante a possibilidade de participação nos leilões do atual operador do arrendamento designado BEL11, ou o seu grupo econômico, considerando o que regem o art. 3º, inciso V, da Lei 12.815/2013 e o art. 27, inciso IV, parte final, da Lei 10.233/2001, informando seus resultados a este Tribunal previamente à publicação dos editais;

9.3. recomendar ao MTPA e à Antaq que avaliem conveniência e oportunidade de, nos estudos concorrenciais referentes à licitação do terreno intitulado BEL09, analisar relações da cadeia produtiva do GLP na área de influência do Terminal Petroquímico de Miramar/PA (produção/importação, distribuição e revenda), a fim de verificar se a estrutura de concorrência necessita de proteções adicionais além do *price cap*, cuja necessidade já foi declarada nestes autos, o que poderia contribuir para aumento da eficiência e maior proteção dos consumidores intermediários e finais;

9.4. dar ciência ao MTPA de que a participação do atual operador da área BEL11, ou seu grupo econômico, nos leilões dos terminais portuários intitulados BEL05, BEL06 e MIR01, pode gerar concentração horizontal no mercado, o que é incongruente com o estímulo concorrencial pretendido pelos certames e pelo PDZ do Terminal Petroquímico de Miramar/PA, considerando o art. 3º, inciso V, da Lei 12.815/2013 e o art. 27, inciso IV, parte final, da Lei 10.233/2001, com vistas à adoção de providências internas que previnam a ocorrência de irregularidades semelhantes;

9.5. enviar cópia deste acórdão ao MTPA e à Antaq; e

9.6. restituir os autos à Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Portuária e Ferroviária - SeinfraPortoFerrovia, para continuidade do acompanhamento regido pela IN TCU 27/1998.

10. Ata n° 49/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 29/11/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2666-49/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2667/2017 - TCU - Plenário

1. Processo TC 035.802/2015-4

2. Grupo II - Classe I - Embargos de Declaração (Representação).

3. Embargante: Global Gestão Em Saúde S.A. (CNPJ 10.375.666/0001-88).

4. Unidade: Petróleo Brasileiro S.A.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

5.1. Relatora da deliberação recorrida: ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: não atuou.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes embargos de declaração, opostos pela Global Gestão em Saúde S.A. contra o acórdão 2.202/2017 - Plenário.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, com fundamento nas razões expostas pela relatora e nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 287 do Regimento Interno, em:

9.1. conhecer dos embargos de declaração e acolhê-los parcialmente para prestar os esclarecimentos constantes do voto que fundamenta esta deliberação;

9.2. dar ciência deste acórdão à embargante e aos interessados.

10. Ata n° 49/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 29/11/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2667-49/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2668/2017 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 009.116/2012-5.

1.1. Apensos: 032.137/2015-0; 015.318/2016-8; 011.120/2015-0; 014.041/2013-8; 021.134/2017-0

2. Grupo I - Classe V - Assunto: Relatório de Auditoria

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessados: Congresso Nacional (vinculador); Departamento de Engenharia e Construção do Exército (07.521.315/0001-23).

3.2. Responsáveis: Elpídio Gomes da Silva Filho (035.292.152-87); Estaleiro Rio Amazonas Ltda. (02.709.163/0001-73); Herbert Drummond (110.346.966-53); Jose Claudio Froes de Moraes (415.395.087-49); Sílvio Romano Benjamin Júnior (233.990.902-34); Washington de Oliveira Viegas (001.379.603-87).

4. Órgãos/Entidades/Unidades: Companhia Docas do Maranhão; Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Portuária e Ferroviária (SeinfraPor).

8. Representação legal:

8.1. Paulo Aristóteles Amador de Sousa, representando Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes.

8.2. Maria Augusta Alves Pereira (3913/OAB-MA) e outros, representando Companhia Docas do Maranhão.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de auditoria nas obras de construção de terminal fluvial em Barcelos/AM, Contrato 7/2010-Codomar, cujo valor era de R$ 12.462.192,21, firmado entre a Companhia Docas do Maranhão S.A. (Codomar) e o Estaleiro Rio Amazonas Ltda. (Eram), por força do Convênio 268/2005-DAQ/Dnit, Siafi 556790, celebrado entre o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) e a Companhia Docas do Maranhão (Codomar), nesta oportunidade avaliando o cumprimento à determinação contida no subitem 9.4.2 do Acórdão 2.209/2016-TCU-Plenário,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão Plenária, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, da Lei 8.443/92, e 237, inciso VII, e 276, do Regimento Interno, em:

9.1. autorizar o aprofundamento das questões envolvendo a responsabilização subjetiva pela elaboração e pela cadeia de aprovação do orçamento estimativo contendo sobrepreço adotado na Concorrência Pública 5/2009-Codomar, parte integrante do projeto executivo do porto fluvial de Barcelos/AM, no âmbito da tomada de contas especial a ser autuada por força do comando do subitem 9.4.1 do Acórdão 2.209/2016-TCU-Plenário, autorizando, desde logo, as diligências necessárias à identificação e citação dos agentes responsáveis, à apuração do grau de reprovabilidade de suas condutas e à precisa quantificação do dano aos cofres públicos;

9.2. acolher as razões de justificativa do Sr. Elpídio Gomes da Silva Filho, ex-Superintendente da Administração de Hidrovias da Amazônia Ocidental - Ahimoc, encaminhadas em razão da audiência demandada no subitem 9.3.3 do Acórdão 2.836/2012-TCU-Plenário;

9.3. acolher as razões de justificativa do Sr. Washington de Oliveira Viégas, ex-Diretor-Presidente da Companhia Docas do Maranhão, encaminhadas em razão da audiência demandada no item 9.5 do Acórdão 2.896/2014-TCU-Plenário;

9.4. acolher as razões de justificativa do Sr. Sílvio Romano Benjamin Júnior, ex-Diretor de Engenharia e Operações da Companhia Docas do Maranhão, encaminhadas em razão da audiência demandada no item 9.6 do Acórdão 2.896/2014-TCU-Plenário;

9.5. considerar cumprida a determinação constante do item 9.5 do Acórdão 1.719/2012-TCU-Plenário;

9.6. considerar cumprida a determinação constante do item 9.7 do Acórdão 2.896/2014-TCU-Plenário;

9.7. dar ciência deste Acórdão ao Dnit, à Codomar, aos Srs. Elpídio Gomes da Silva Filho, Washington de Oliveira Viégas e Sílvio Romano Benjamin Júnior e ao Estaleiro Rio Amazonas Ltda. - Eram;

9.8. informar à Procuradoria da República no estado do Amazonas o conteúdo da presente decisão, bem como o número do processo da tomada de contas especial que for autuada em atendimento ao comando do subitem 9.4.1 do Acórdão 2.209/2016-TCU-Plenário; e

9.9. apensar os presentes autos à tomada de contas especial a ser autuada por força do comando do subitem 9.4.1 do Acórdão 2.209/2016-TCU-Plenário, cuja instrução deverá considerar os argumentos pertinentes trazidos pelos responsáveis em sede dos recursos apresentados em face do Acórdão 1.187/2017-Plenário (TC 029.512/2011-5).

10. Ata n° 49/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 29/11/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2668-49/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro e Ana Arraes.

13.2. Ministro que alegou impedimento na Sessão: Aroldo Cedraz.

13.3. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Marcos Bemquerer Costa.

13.4. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2669/2017 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 012.437/2017-4

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Solicitação do Congresso Nacional

3. Interessado: Senado Federal

4. Órgãos/Entidades: Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT); Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

6. Representante do Ministério Público: não atuou

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Portuária e Ferroviária (SeinfraPortoFerrovia)

8. Representação legal: Paulo Sergio Bezerra dos Santos e outros, representando Agência Nacional de Transportes Terrestres

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Solicitação do Congresso Nacional, encaminhada pelo presidente do Senado Federal, por intermédio da qual se requer a realização de auditoria nos contratos de concessões ferroviárias, nos termos do Requerimento 624/2016 formulado pelo Senador Álvaro Dias.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. conhecer da presente solicitação, por preencher os requisitos de admissibilidade previstos no art. 38, incisos I e II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 232, inciso I, do Regimento Interno TCU;

9.2. comunicar à Presidência do Senado Federal que o Requerimento será atendido por intermédio das fiscalizações em curso no âmbito do TC 009.032/2016-9, e que, tão logo estas etapas de fiscalização sejam concluídas o Tribunal informará os resultados;

9.3. estender, com fundamento no art. 14, inciso III, da Resolução TCU 215/2008, os atributos definidos no art. 5º da mesma Resolução ao processo TC 009.032/2016-9, uma vez reconhecida conexão do respectivo objeto com o da presente solicitação;

9.4. juntar cópia desta deliberação ao processo TC 009.032/2016-9, conforme determina o art. 14, inciso V, da Resolução TCU 215/2008;

9.5. sobrestar a apreciação destes autos até que sejam apreciadas as fiscalizações necessárias ao integral cumprimento desta solicitação, com fundamento no art. 47 da Resolução TCU 259/2014, c/c o art. 6º , inciso I, da Resolução TCU 215/2008;

9.6. comunicar, desde já, à Presidência do Senado Federal que pareceres da Superintendência de Infraestrutura e Serviços de Transporte Ferroviário de Cargas da Agência Nacional de Transportes Terrestres (SUFER/ANTT) e da Procuradoria Federal junto à ANTT propuseram, no âmbito dos procedimentos de averiguação preliminar 50500.158166/2017-16 e 50500.158156/2017-72, respectivamente; a instauração de processo administrativo com vistas à decretação de caducidade das concessões da Malha Oeste e da Malha Sul, com fundamento no art. 38, § 1°, da Lei 8.987/1995, caso não sejam corrigidas as infrações cometidas pelas concessionárias Rumo Malha Oeste S/A e Rumo Malha Sul S/A;

9.7. dar ciência desta deliberação à presidência do Senado Federal, ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil e à Agência Nacional de Transportes Terrestres.

10. Ata n° 49/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 29/11/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2669-49/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2670/2017 - TCU - Plenário

1. Processo TC-017.361/2017-6.

2. Grupo: II - Classe: V - Assunto: Relatório de auditoria.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Responsáveis: Antonia Guimaraes Mendes (645.627.273-49); Darionildo da Silva Sampaio (436.126.013-34); Distribuidora LG Ltda. - ME (19.707.927/0001-94); Edson Jose da Rocha Junior (238.582.903-78); Francisco Nunes da Silva (089.354.243-15); I. R. P. dos Santos Eireli - ME (19.121.471/0001-86); L. R. Distribuidora Ltda. - Epp (08.475.528/0001-29); Osiran Santos Sousa (897.771.151-72); R. C. L. Gomes & Cia Ltda. - Epp (10.579.273/0001-96); R. M. da Silva Eireli - ME (19.413.978/0001-03); R. dos Santos Costa Comercio - ME (08.934.299/0001-63); Rafael Ribeiro Filho (223.336.901-78); Ronilson Silva Soares (631.754.953-20); Vagtonio Brandao dos Santos (343.983.333-04).

4. Órgãos/Entidades/Unidades: Prefeitura Municipal de Buritirana/MA; Prefeitura Municipal de Senador La Rocque/MA; Prefeituras Municipais do Estado do Maranhão (217 Municípios).

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Maranhão (Secex/MA).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de auditoria realizada nas Prefeituras Municipais de Senador La Rocque/MA e Buritirana/MA, com objetivo de verificar a qualidade e a regularidade do fornecimento de alimentação escolar e dos serviços de transporte escolar oferecidos por essas prefeituras, nos exercícios de 2016 e 2017,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. realizar a audiência do Sr. Vagtonio Brandao dos Santos, Prefeito do Município de Buritirana/MA, para que, no prazo de quinze dias, apresente justificativas:

9.1.1. para a subcontratação integral do objeto do Pregão Presencial 25/2017;

9.1.2. para a existência de veículos inadequados para o transporte escolar, em desacordo com as normas de trânsito e/ou segurança, especialmente quanto aos seguintes aspectos: veículos sem revisões periódicas; veículos sem registro específico para transporte de escolares; veículos não possuem grade separando os alunos da parte onde fica o motor; apenas um veículo possui seguro contra acidentes; a maioria dos veículos tem mais de sete anos de uso; apenas dois veículos possuem registrador de velocidade (tacógrafo), mas sem utilização; os veículos não possuem autorização especial, expedida pela Divisão de Fiscalização de Veículos e Condutores do Detran ou pela Circunscrição Regional de Trânsito (Ciretran); os veículos não são submetidos a duas vistorias especiais (uma em janeiro e outra em julho), para verificação específica dos itens de segurança para transporte escolar; há relatos de condução de mais alunos que o número de assentos, em excesso de lotação; há relatos de que não há monitor (encarregado de cuidar dos alunos, principalmente dos menores de doze anos) acompanhando o motorista;

9.1.3. quanto ao descumprimento das exigências de qualificação a seguir listadas quanto ao serviço de transporte escolar: nenhum condutor foi submetido a exame psicotécnico com aprovação especial para transporte de alunos; nenhum condutor fez curso de Formação de Condutor de Transporte Escolar; e nenhum condutor possui matrícula específica no Detran.

9.2. realizar a audiência do Sr. Vagtonio Brandao dos Santos, Prefeito do Município de Buritirana/MA, e do pregoeiro municipal, Sr. Osiran Santos Sousa, para que, no prazo de quinze dias, apresentem justificativas:

9.2.1. pela insuficiência de detalhamento do objeto do Pregão Presencial 25/2017 para a contratação de transporte escolar do Município de Buritirana/MA, já que a descrição do objeto licitado especificou apenas o tipo e a quantidade dos veículos que a prefeitura pretendia contratar;

9.2.2. incompatibilidade entre o objeto social de licitante e o objeto da licitação para locação de veículos, já que a empresa Construset, contratada para a locação de veículo para o transporte escolar do Município de Buritirana/MA no exercício de 2017, não possui a locação de veículos dos tipos licitados no seu objeto social, mas apenas locação de "máquinas e equipamentos agrícolas, sem operador".

9.3. realizar a audiência do Sr. Darionildo da Silva Sampaio, Prefeito municipal de Senador La Rocque, para que, no prazo de quinze dias, apresente justificativas quanto à:

9.3.1. não observância do percentual mínimo de 30% do valor repassado do FNDE no âmbito do Pnae para a aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar, em desacordo com o art. 14 da Lei 11.947/2009;

9.3.2. constatação de alimentos com prazo de validade vencido ou sem o prazo de validade estampado nas embalagens (polpas de frutas) e sem o Selo de Inspeção Sanitária em escolas do município.

9.4. realizar a audiência do Sr. Francisco Nunes da Silva, ex-prefeito municipal de Senador La Rocque, para que, no prazo de quinze dias, apresente justificativas quanto à não observância do percentual mínimo de 30% do valor repassado do FNDE no âmbito do Pnae para a aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar, em desacordo com o art. 14 da Lei 11.947/2009;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800280

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

9.5. realizar a oitiva do Município de Senador La Rocque para que apresente esclarecimentos sobre a distribuição, no exercício de 2017, de gêneros alimentícios às escolas de produtos não constantes do Pregão Presencial 06/2017.

9.6. dar ciência ao Município de Buritirana/MA sobre as seguintes falhas, para que sejam adotadas medidas internas com vistas à prevenção de ocorrência de outras semelhantes:

9.6.1. controle deficiente de estoque de alimentos, o que impossibilita certificar-se o recebimento integral do objeto licitado, no caso, os gêneros alimentícios à conta do Pnae;

9.6.2. não estão sendo previamente apresentados ao Conselho da Alimentação Escolar - CAE os cardápios da merenda escolar e suas alterações, sendo que todos os conselheiros foram unânimes em declarar que nunca tiveram nenhum tipo de treinamento e/ou formação destinados aos membros do Conselho, oferecidos pelo município em parceria com o FNDE;

9.7. dar ciência ao Município de Senador La Rocque/MA sobre as seguintes falhas, para que sejam adotadas medidas internas com vistas à prevenção de ocorrência de outras semelhantes:

9.7.1. publicação do aviso da chamada pública, identificada no processo para aquisição de gêneros alimentícios em 2017, em desacordo com a Resolução FNDE 26/2013, art. 21, parágrafo único, tendo em vista a não publicação em periódico local nem afixação em quadros de aviso de amplo acesso público;

9.7.2. ausência do diagnóstico do estado nutricional dos alunos, em afronta Resolução 465/2010 CFN, art. 3º, inciso I, e Resolução FNDE 26/2013, art. 12, inciso I;

9.7.3. cardápio em desacordo com as exigências da Resolução CD/FNDE 26/2013 e Nota Técnica FNDE 01/2014;

9.7.4. ausência de autonomia da nutricionista para participação na aquisição de gêneros alimentícios, definição de cardápio e acompanhamento na distribuição de alimentos nas escolas, contrariando o disposto na Lei 11947/2009, art. 13 e na Resolução FNDE 26/2013, art. 12, § 2º;

9.7.5. não aplicação de testes de aceitabilidade da merenda escolar adquirida com os alunos, em dissonância com o disposto na Resolução FNDE 26/2013, art. 17;

9.7.6. não estão sendo previamente apresentados ao Conselho da Alimentação Escolar - CAE os cardápios da merenda escolar e suas alterações, sendo que todos os conselheiros foram unânimes em declarar que nunca tiveram nenhum tipo de treinamento e/ou formação destinados aos membros do Conselho, oferecidos pelo município em parceria com o FNDE;

9.7.7. ausência, em contrariedade ao disposto na Resolução 465/2010, Conselho Federal de Nutrição, art. 3º, inciso V; art. 3º, inciso VII; art. 3º, inciso XI, de ficha técnica detalhando a preparação das refeições previstas no cardápio, de manual de boas práticas de fabricação de merendas;

9.7.8. existência de lanchonete particular funcionando dentro das instalações da escola municipal Presidente Costa e Silva, no Município de Senador La Rocque;

9.7.9. ausência de mapeamento agrícola para embasar a elaboração do cardápio pelo nutricionista responsável técnico, em desatenção ao disposto na Resolução FNDE 26/2013, art. 2º, inciso V;

9.7.10. acompanhamento inexistente ou deficitário da execução do Pnae por parte do CAE nos municípios de Senador La Rocque/MA e Buritirana/MA, contrariando o disposto na Resolução FNDE 26/2013, art. 35, inciso I;

9.7.11. controle deficiente de estoque de alimentos nos municípios de Senador L Rocque/MA e Buritirana/MA; e

9.8. determinar à Secex/MA que avalie a conveniência e a oportunidade de verificar:

9.8.1. possível existência de sobrepreço nos valores contratados referentes ao transporte escolar do Município de Buritirana/MA;

9.8.2. quanto ao suposto fornecimento indevido de combustível para abastecimento dos veículos de transporte escolar de Buritirana/MA, a real natureza do objeto contratado e a extensão das obrigações da empresa contratada quanto ao fornecimento de combustível.

9.9. autorizar, desde já, a Secex/MA a compartilhar, nos termos do art. 2º, inciso II, da Resolução TCU 223/2009, as informações contidas nos presentes autos com o Ministério Público do Estado do Maranhão, o Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado do Maranhão e ao Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União.

10. Ata n° 49/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 29/11/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2670-49/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2671/2017 - TCU - Plenário

1. Processo TC-018.241/2015-8.

2. Grupo: I - Classe: VII - Assunto: Monitoramento (Tomada de Contas Especial).

3. Responsável: Florisvane Maurício da Glória (CPF 884.084.771-53).

4. Órgão/Entidade/Unidade: Município de Divinópolis do Tocantins/TO.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Tocantins (Secex/TO).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de monitoramento do cumprimento do Acórdão 1.687/2015 - Plenário, prolatado no âmbito do TC-016.090/2009-2, que tratou de tomada de contas especial, resultante da conversão de processo de denúncia, para apurar irregularidades na aplicação de recursos públicos federais pela Prefeitura de Divinópolis do Tocantins/TO,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revel, para todos os efeitos, o Sr. Florisvane Maurício da Glória (CPF 884.084.771-53), dando-se prosseguimento ao processo, com fundamento no art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;

9.2. aplicar ao Sr. Florisvane Maurício da Glória (CPF 884.084.771-53), a multa prevista no art. 58, inciso IV, da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal, o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do Acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial da dívida caso não atendida a notificação;

9.4. determinar ao Prefeito Municipal de Divinópolis do Tocantins/TO que, no prazo de sessenta dias a contar da ciência, informe a esta Corte de Contas as medidas adotadas para dar cumprimento ao item 9.8 Acórdão 1.687/2015 - Plenário, acompanhadas dos documentos e elementos comprobatórios, com o alerta de que o não atendimento à determinação caracterizará reincidência no descumprimento de decisão deste Tribunal e poderá ensejar a aplicação de nova sanção pecuniária ao gestor municipal, nos termos no art. 58, inciso VII, da Lei 8.443/1992; e

9.5. dar ciência à Prefeitura de Divinópolis do Tocantins/TO da presente deliberação, bem como do Acórdão 1.687/2015 - Plenário.

10. Ata n° 49/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 29/11/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2671-49/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2672/2017 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 018.361/2015-3.

2. Grupo I - Classe V - Assunto: Auditoria.

3. Responsáveis: Antônio Gonçalves de Lima Filho (CPF 406.314.007-53); Eduardo Ogando Rivas (CPF 546.339.077-00); Nilo Eduardo Moreira da Silva (CPF 469.825.587-20); Ricardo Cezar Britto Lopes (CPF 776.228.557-15); Turiano Moss Barroso (CPF 795.775.557-72); Pedro Gherardi Neto (CPF 495.136.058-68); Frederico Pires da Silva (CPF 663.602.507-72), Nara Eni Pacheco de Siqueira (CPF 865.682.997-15), Roberto Costa de Souza Leal (CPF 362.874.587-04), Rossinélio Lopes da Fonte (CPF 596.299.407-87) e Sérgio Lopes (CPF 778.114.967-04).

3.1. Interessado: Consórcio Frota-BH.

4. Órgão/Entidade/Unidade: Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU).

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Administração Indireta no Rio de Janeiro (SecexEstataisRJ).

8. Representação legal: Tiago Gomes de Souza e outros, representando Companhia Brasileira de Trens Urbanos.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de auditoria de conformidade realizada no Contrato 023-2012/DT, firmado entre a Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU) e o Consórcio Frota-BH (composto pelas empresas CAF e Alstom), tendo como objeto a aquisição de 10 trens unidades elétricas (TUEs), cada veículo constituído de quatro carros, em bitola larga, movidos a tração elétrica, para o fornecimento à Superintendência de Trens Urbanos de Belo Horizonte (STU/BH);

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento no art. 45 da Lei 8.443/1992, determinar à Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU) que:

9.1.1. abstenha-se de efetuar pagamentos a título de variação cambial no âmbito do Contrato 023-2012/DT, uma vez que as disposições dos itens 4.4 e 4.4.1 do edital RDC 002/2012/GALIC/CBTUAC afrontaram o disposto no art. 5º, *caput*, da Lei 8.666/1993, bem como os princípios da moralidade, da eficiência, do julgamento objetivo e da obtenção da proposta mais vantajosa insculpidos no art. 37, *caput*, da Constituição Federal de 1988, no art. 3º da Lei 12.462/2011 e no art. 3º da Lei 8.666/1993;

9.1.2. em caso de recebimento de eventuais pleitos de reequilíbrio econômico-financeiro a título de variação cambial no âmbito do Contrato 023-2012/DT, observe as orientações expedidas por esta Corte no Acórdão 1431/2017-Plenário, com especial atenção aos requisitos dispostos nos itens 9.2.1 e 9.2.5 da referida deliberação;

9.1.3. informe, no prazo de 60 dias contados a partir da ciência, a situação da execução física e financeira do Contrato 023-2012-/DT, esclarecendo especialmente se os atrasos encontrados na entrega do último trem foram superados, se foi firmado o necessário termo aditivo de prorrogação contratual e os pagamentos realizados, encaminhando as evidências documentais pertinentes;

9.2. aplicar ao Sr. Frederico Pires da Silva a multa prevista no art. 58, inciso II, da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais), fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal, com fundamento no art. 214, inciso III, alínea "a", do RI/TCU, o recolhimento da referida importância aos cofre do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até as datas dos efetivos recolhimentos, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. aplicar aos Srs. Roberto Costa de Souza Leal, Rossinélio Lopes da Fonte e Sérgio Lopes a multa prevista no art. 58, inciso II, da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais), fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante este Tribunal, com fundamento no art. 214, inciso III, alínea "a", do RI/TCU, o recolhimento das referidas importâncias aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data do presente acórdão até as datas dos efetivos recolhimentos, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. aplicar à Sra. Nara Eni Pacheco Siqueira, a multa prevista no art. 58, inciso II, da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal, com fundamento no art. 214, inciso III, alínea "a", do RI/TCU, o recolhimento da referida importância aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a data do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.5. aplicar ao Sr. Pedro Gherardi Neto a multa prevista no art. 58, inciso II, da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal, com fundamento no art. 214, inciso III, alínea "a", do RI/TCU, o recolhimento da referida importância aos cofre do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até as datas dos efetivos recolhimentos, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.6. aplicar aos Srs. Antonio Gonçalves de Lima Filho, Nilo Eduardo Moreira da Silva, Turiano Moss Barroso, Eduardo Ogando Rivas e Ricardo Cézar Britto Lopes a multa prevista no art. 58, inciso II, da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante este Tribunal, com fundamento no art. 214, inciso III, alínea "a", do RI/TCU, o recolhimento das referidas importâncias aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data do presente acórdão até as datas dos efetivos recolhimentos, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.7. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não sejam atendidas as notificações, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.8. dar ciência à CBTU quanto às seguintes impropriedades ocorridas na licitação RDC 002/2012/GALIC/CBTU-AC:

9.8.1. a ausência de estudos preliminares, contendo a análise da viabilidade técnica e econômico-financeira da aquisição, por estar em desacordo com o princípio da eficiência insculpido no *caput* do art. 37 da Constituição da República, o inciso IX do art. 6º da Lei 8.666/1993 e o inciso IV do art. 2º da Lei 12.462/2011;

9.8.2. a inexistência de parecer jurídico prévio aprovando o edital e a respectiva minuta de contrato por afrontar o art. 38, inciso VI e parágrafo único, da Lei 8.666/1993 e o art. 7º do Decreto 7.581/2011;

9.8.3. as falhas na estimativa de preços de referência, como falta de transparência na metodologia e adoção de procedimentos inconsistentes de atualização monetária de valores de contratos utilizados como referência, por afigurarem-se em desacordo com os princípios da publicidade e da economicidade insculpidos no *caput* do art. 3º da Lei 12.462/2011;

9.8.4. a obrigatoriedade de que cada uma das empresas em grupo consorciado cumpra exigências individuais para qualificação técnica, por restringir a competitividade do certame e contrariar o art. 33, inciso II, da Lei 8.666/1993;

9.9. determinar à SecexEstatais que autue processo específico para monitoramento das determinações contidas no item 9.1 retro;

9.10. encaminhar cópia do relatório de fiscalização acostado na peça 41, bem como deste acórdão, acompanhado dos elementos pertinentes, ao Ministério Público Federal para que adote as providências que entender cabíveis;

9.11. encaminhar cópia das peças 14 a 17 e 45 a 51, bem como deste acórdão, ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro para que adote as providências que entender cabíveis; e

9.12. dar ciência deste acórdão à empresa CAF Brasil Indústria e Comércio S/A, líder do Consórcio Frota-BH, e ao Ministério das Cidades.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800281

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

10. Ata n° 49/2017 - Plenário.
11. Data da Sessão: 29/11/2017 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2672-49/17-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro e Ana Arraes.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2673/2017 - TCU - Plenário

1. Processo TC 027.843/2017-3.
2. Grupo: I - Classe VII - Assunto: Representação.
3. Representante: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Rodoviária e de Aviação Civil (SeinfraRodoviaAviação).
4. Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero) e Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (MTPA).
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Rodoviária e de Aviação Civil (SeinfraRodoviaAviação).
8. Representação legal: Raquel Montenegro de Oliveira Lara Rocha (OAB/DF 21.578), Alex Zeidan dos Santos (OAB/DF 19.546) e outros.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação, com proposta de medida cautelar, apresentada pela SeinfraRodoviaAviação, acerca de possíveis irregularidades decorrentes da incompatibilidade entre o Edital 016/LALI-1/SBAR/2017, conduzido pela Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero) com vistas à contratação de empresa para execução de serviços de reforma do aeroporto de Aracaju (Santa Maria - SBAR), e o Edital de Chamamento Público de Estudos 1/2017, publicado pelo Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (MTPA), cujo objeto consiste na apresentação de projetos e estudos técnicos que subsidiem a modelagem das concessões para expansão, exploração e manutenção de quatorze aeroportos,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. com fulcro no art. 276, *caput*, do Regimento Interno/TCU, referendar a medida cautelar adotada pelo relator por meio do despacho contido na peça 30 destes autos, transcrito no Relatório que precede este acórdão, bem como as medidas acessórias constantes no mencionado despacho;
9.2. encaminhar cópia desta deliberação à Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero) e ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (MTPA).

10. Ata n° 49/2017 - Plenário.
11. Data da Sessão: 29/11/2017 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2673-49/17-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro e Ana Arraes.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2674/2017 - TCU - Plenário

1. Processo TC-009.207/2017-1.
2. Grupo: II - Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração.
3. Embargante: Comando da Aeronáutica - COMAER.
4. Órgão: Comissão Aeronáutica Brasileira na Europa - CABE.
5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
5.1. Relator da Deliberação Recorrida: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: não atuou.
8. Representação Legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos dos Embargos de Declaração opostos pelo Comando da Aeronáutica contra o Acórdão 2.372/2017 - Plenário.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. com fundamento nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992, conhecer dos Embargos de Declaração opostos pelo Comando da Aeronáutica, para, no mérito, dar-lhes provimento de modo a tornar insubsistente o subitem 9.2.1 do Acórdão 2.372/2017 - Plenário, mantendo-se inalterados os demais termos daquele decisum;
9.2. encaminhar cópia do Acórdão 2.372/2017 - Plenário e deste Acórdão ao Procurador da República Ivan Cláudio Marx, da Procuradoria da República no Distrito Federal, e à Sra. Jacira Xavier de Sá, em atenção, respectivamente, às solicitações de informações constantes do TC-017.302/2017-0 e do TC-013.0812017-9 (apensos);
9.3. encaminhar cópia deste Acórdão ao embargante.

10. Ata n° 49/2017 - Plenário.
11. Data da Sessão: 29/11/2017 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2674-49/17-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro e Ana Arraes.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa (Relator) e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO N. 2675/2017 - TCU - Plenário

1. Processo TC 011.558/2015-6.
2. Grupo: II; Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.
3. Responsáveis: Maria Regina Queiroz de Almeida (731.257.503-00); Comase - Construções, Materiais e Serviços Ltda. (34.967.836/0001-81).
4. Unidade Jurisdicionada: Município de Madeiro/PI.
5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Piauí - Secex/PI.
8. Representação legal: de Comase - Construções, Materiais e Serviços Ltda.: Fábio Renato Bomfim Veloso, OAB/PI 3.129; Ana Julieta Almeida Farias Veloso, OAB/PI 11.903; Edson Pereira de Sá, OAB/PI 4.288; Hilton Ulisses Fialho Rocha Júnior, OAB/PI 5.967; Max Mauro Sampaio Portela Veloso, OAB/PI 8.849; Priscila Bezerra Dantas de Araújo Veloso, OAB/PI 14.229.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos referentes à Tomada de Contas Especial instaurada pelo Fundo Nacional de Saúde em razão da falta de prestação de contas parcial e da inexecução parcial de Termo de Compromisso 331/2011, celebrado com o Município de Madeiro/PI com vistas à execução de 300 módulos sanitários domiciliares.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator:
9.1. julgar irregulares as contas da Sra. Maria Regina Queiroz de Almeida, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas a e c, e da empresa Comase - Construções, Materiais e Serviços Ltda. com base na referida alínea c;
9.2. condenar solidariamente a Sra. Maria Regina Queiroz de Almeida e a empresa Comase - Construções, Materiais e Serviços Ltda. ao pagamento da quantia abaixo especificada, atualizada monetariamente e acrescida de juros de mora calculados a partir da respectiva data até o dia da efetiva quitação, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento do débito aos cofres do Tesouro Nacional, nos termos do art. 214, inciso III, alínea a, do Regimento Interno do TCU:

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
250.000,00	20/04/2012

9.3. aplicar à Sra. Maria Regina Queiroz de Almeida e à empresa Comase - Construções, Materiais e Serviços Ltda. a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, individualmente, no valor de R$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea a, do RI/TCU), o recolhimento das dívidas ao Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data do presente Acórdão até a do efetivo recolhimento, caso pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;
9.4. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217 do Regimento Interno/TCU, o parcelamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, sobre as quais incidirão os correspondentes acréscimos legais (débito: atualização monetária e juros de mora; multa: atualização monetária), esclarecendo às Responsáveis que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, sem prejuízo das demais medidas legais;
9.5. autorizar a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;
9.6. encaminhar cópia da presente deliberação à Procuradoria da República no Estado do Piauí, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992.

10. Ata n° 49/2017 - Plenário.
11. Data da Sessão: 29/11/2017 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2675-49/17-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro e Ana Arraes.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa (Relator) e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2676/2017 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 027.081/2017-6.
2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Representação.
3. Representante: Comercial Minas Brasília Eireli - EPP (18.768.894/0001-20).
4. Órgão/Entidade: Base de Administração do Quartel General do Exército.
5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
8. Representação legal:
8.1. Divaldo Pedro Marins Rocha (23.108/OAB-DF), Eury Pereira Luna Filho (989-A/OAB-DF) e outros, representando Comercial Minas Brasília Eireli - EPP.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação formulada pela sociedade empresarial Comercial Minas Brasília Eireli - EPP, noticiando pretensas irregularidades havidas no Pregão Eletrônico 3/2017 - SRP, promovido pela Base Administrativa do Quartel-General do Exército, que teve por objeto registro de preços para aquisição de gêneros alimentícios visando ao apoio para o Serviço de Aprovisionamento, a fim de atender às necessidades da mencionada unidade e dos órgãos participantes.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo, em:
9.1. com fulcro no art. 276, caput, do Regimento Interno/TCU, referendar a medida cautelar adotada pelo Relator por meio do Despacho a que se refere a Peça 20 destes autos, bem como as medidas acessórias constantes do mencionado Despacho;
9.2. encaminhar cópia desta deliberação à Base Administrativa do Quartel-General do Exército e à representante.

10. Ata n° 49/2017 - Plenário.
11. Data da Sessão: 29/11/2017 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2676-49/17-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro e Ana Arraes.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa (Relator) e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 2677/2017 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 010.438/2015-7.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração (em Denúncia).
3. Partes:
3.1. Responsáveis: Alexson Sueide Rabelo Mamed (CPF 231.195.272-20); Francisco Cleudiomar Alves Ferreira (CPF 201.122.542-68); Francisco de Assis Rodrigues (CPF 076.548.714-49); Gilmar Horta Thomé (CPF 074.656.532-15); Jean Cláudio de Souza Hermógenes (CPF 323.575.752-04); José de Anchieta Júnior (CPF 320.895.623-15); e Maria Suely Silva Campos (CPF 181.485.062-72).
3.2. Recorrente: Francisco de Assis Rodrigues.
4. Entidade: Estado de Roraima.
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva (manifestação oral)
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Roraima (Secex/RR).
8. Representação legal:
8.1. Cecília Smith Lorezom (470A/OAB-RR), representando Gilmar Horta Thome.
8.2. Warner Velasque Ribeiro (288A/OAB-RR) e outros, representando Francisco Cleudiomar Alves Ferreira e Jean Cláudio de Souza Hermógenes; e
8.3. Irineu de Oliveira (5119/OAB-DF), representando Francisco de Assis Rodrigues.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800282

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que, no presente momento, tratam de embargos de declaração opostos por Francisco de Assis Rodrigues em face do Acórdão 2.214/2017 proferido pelo Plenário do TCU no sentido de não conhecer, por intempestividade, dos embargos de declaração então opostos pelo mesmo responsável em face do Acórdão 1.006/2017 prolatado pelo Plenário para conhecer e, no mérito, considerar procedente a denúncia sobre possíveis irregularidades perpetradas perante o Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Roraima (CBMRR) por meio de indevidas promoções de oficiais integrantes do quadro de militares do extinto Território Federal de Roraima com o injustificado dispêndio de recursos federais, tendo o ora embargante sido multado pelo TCU, nos termos do art. 58, incisos II e III, da Lei nº 8.443, de 1992, além da inabilitação para o exercício de cargo em comissão e de função de confiança no âmbito da administração federal, com fundamento no art. 60 dessa lei e no art. 270 do RITCU;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos embargos de declaração opostos por Francisco de Assis Rodrigues, já que preenchidos os requisitos legais e regimentais de admissibilidade, para, no mérito, rejeitá-los, mantendo integralmente os exatos termos do Acórdão 2.214/2017-TCU-Plenário;

9.2. promover a correção do erro material nas razões de decidir do Acórdão 2.214/2017-TCU-Plenário, com a presente a anuência do MPTCU, nos termos do art. 280, § 1º, II, do RITCU, de sorte que, em relação ao Sr. Francisco de Assis Rodrigues, a sua efetiva ciência sobre o Acórdão 1.006/2017-TCU-Plenário seja atribuída ao aviso de recebimento (AR) acostado à Peça 119, e não ao AR acostado à Peça 117;

9.3. dar ciência do presente Acórdão ao ora embargante; e

9.4. enviar os autos à Serur para a análise de admissibilidade dos recursos acostados às Peças nºs 132, 153 e 154.

10. Ata n° 49/2017 - Plenário.

11. Data da Sessão: 29/11/2017 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2677-49/17-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro e Ana Arraes.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho (Relator).

ENCERRAMENTO

Às 18 horas e 28 minutos, a Presidência lembrou que está convocada sessão extraordinária de caráter reservado para o dia 6 de dezembro, logo após o encerramento da sessão ordinária, e encerrou a sessão, da qual foi lavrada esta ata, a ser aprovada pelo Presidente e homologada pelo Plenário.

(Assinado Eletronicamente)
MARCIA PAULA SARTORI
Subsecretária do Plenário

Aprovada em 6 de dezembro de 2017.

(Assinado Eletronicamente)
RAIMUNDO CARREIRO
Presidente

SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA

SECRETARIA DAS SESSÕES

EXTRATO DE PAUTA

Sessão Extraordinária de Plenário, de 12/12/2017, às 14h30

PROCESSOS RELACIONADOS

Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

027.304/2017-5
Natureza: Representação
Representante: Marcio Santos
Interessados: Eduardo Lobo; Gilberto de Oliveira Moritz; Luciano Patricio Souza de Castro; Luiz Carlos Cancellier de Olivo; Marcio Santos; Marcos Baptista Lopez Dalmau; Rogerio da Silva Nunes
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Santa Catarina
Representação legal: Adriano Zanotto (OAB/SC 6560) e outros, representando Gilberto de Oliveira Moritz; Pedro Paulo Philippi (OAB/SC 5972), representando Marcio Santos; Gabriel Annoni Cardoso (OAB/SC 42940) e outros, representando Eduardo Lobo; Carlos Danilo Moreira Pires (OAB/SC 17859), representando Rogerio da Silva Nunes; Adriano Tavares da Silva (OAB/SC 025660) e outros, representando Marcos Baptista Lopez Dalmau

031.661/2015-7
Natureza: Monitoramento
Órgão/Entidade/Unidade: Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo
Responsáveis: Antonio Carlos do Amaral Filho; Carlos Nabil Ghobril; Christian Nielsen Faria Lombardi; Luiz Concilius Goncalves Ramos; Pedro Tomas do Canto Benedetti
Representação legal: Joao Paulo Goncalves da Silva (OAB/DF 19442) e outros, representando Pedro Tomas do Canto Benedetti; Claudio Tucci (OAB/SP 33.928) e outros, representando Carlos Nabil Ghobril; Christopher Rezende Guerra Aguiar (OAB/SP 203028) e outros, representando Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo

033.983/2011-9
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
Responsáveis: Arty Coelho de Souza Fleck; Cruzeiro Taxi Aereo S A; Flavio Montiel da Rocha; Helisul Taxi Aereo Ltda
Representação legal: Renata Goretti Balduino de Souza e outros, representando Cruzeiro Taxi Aereo S A; Daniele Meireles Doberstein de Magalhaes (OAB/DF 41997) e outros, representando Flavio Montiel da Rocha; Valéria Aguiar Pastorin (OAB/DF 11852) e outros, representando Helisul Taxi Aereo Ltda; Felipe Cavaignac e outros, representando Arty Coelho de Souza Fleck

Ministro BENJAMIN ZYMLER

013.692/2016-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Robertson Neves Siqueira Leite
Órgão/Entidade/Unidade: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 1ª Região/DF
Representação legal: não há

019.691/2016-5
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Várzea Grande/MT
Responsáveis: Jaime Verissimo de Campos; Murilo Domingos
Representação legal: não há

025.973/2017-7
Natureza: Representação
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de São Félix do Piauí/PI
Representação legal: Mirela Mendes Moura Guerra (OAB/PI-3401)

031.550/2017-7
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Laura Vieira Barra
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

031.743/2017-0
Natureza: Solicitação
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Zabelê/PB
Representação legal: não há

033.958/2017-3
Natureza: Representação
Órgão/Entidade/Unidade: Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - Departamento Nacional
Representação legal: não há

036.253/2012-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Coremas/PB
Responsáveis: Antônio Carlos Cavalcanti Lopes; Celta Construções e Empreendimentos Ltda; Edilson Pereira de Oliveira; José Aloysio da Costa Machado Neto; José Vitoriano da Silva Filho
Representação legal: Alysson Cássio Barbosa da Silva e outros, representando Antônio Carlos Cavalcanti Lopes; Rafael Santiago Alves (OAB/PB 15.975) e outros, representando Edilson Pereira de Oliveira; Camila Lopes Abrantes (OAB/PB 18.276) e outros, representando José Vitoriano da Silva Filho

Ministro AUGUSTO NARDES

012.803/2017-0
Natureza: Monitoramento
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Goiânia/GO
Responsáveis: Glauciane Ribeiro Antonelli; Marcos Alberto Rocha Augusto; Paulo de Siqueira Garcia; Washington dos Santos Ramalho
Interessado: Congresso Nacional
Representação legal: não há

022.305/2017-3
Natureza: Pedido de Reexame
Recorrente: Maciel Consultores S/S Ltda
Interessado: Maciel Consultores S/S Ltda
Órgão/Entidade/Unidade: Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado Minas Gerais
Representação legal: Luis Felipe Canto Barros (OAB/RS 65230) e outros, representando Maciel Consultores S/S Ltda

Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

001.160/2001-7
Natureza: Recurso de Revisão
Recorrente: Cateplan - Cassol Terraplanagem Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Pimenta Bueno/RO
Representação legal: Claudio Henrique Correa

001.533/2017-7
Natureza: Monitoramento
Órgão/Entidade/Unidade: Caixa Econômica Federal
Representação legal: Jailton Zanon da Silveira (OAB/RJ 77.366) e outros

017.184/2010-0
Natureza: Prestação de Contas
Exercício: 2007
Responsáveis: José Lúcio Marcelino de Jesus; Clodomir Batista de Albuquerque; José Queiroz de Oliveira; Jefferson Calheiros da Rocha Júnior; Damião Fernandes da Silva; Valber Paulo da Silva; Haylton Lima Silva Junior; Salinas Construções e Projetos Ltda.; Terceirizadora Santa Clara Ltda.; Empremac - Empresa de Manutenção e Construção Ltda.; Command Informática Ltda.; Omega 3000 Suprimentos para Ferrovias Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Trens Urbanos de Maceió/AL
Representação legal: Gustavo Igor Vasconcelos Lopes Calheiros (OAB/AL 9393), Aristênio de Oliveira Jucá Santos (OAB/AL 3148), Carlos Henrique Barbosa de Sampaio (OAB/AL 1626) e Sandra de Almeida Silva (OAB/AL 6521)

034.020/2017-9
Natureza: Representação
Representante: Coperson Áudio e Vídeo Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Supremo Tribunal Federal
Representação legal: não há

Ministro BRUNO DANTAS

002.881/2015-2
Natureza: Recurso de Revisão (Tomada de Contas Especial)
Recorrente: José Antonio Cavalcante
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de São José da Tapera/AL
Representação legal: não há

002.911/2017-5
Natureza: Relatório de Acompanhamento
Órgão/Entidade/Unidade: Câmara dos Deputados; Conselho da Justiça Federal; Conselho Nacional de Justiça; Justiça do Trabalho
Representação legal: não há

004.145/2005-7
Natureza: Recurso de Revisão (Tomada de Contas Especial)
Recorrentes: Arnaldo Bernardino Alves; Mário Antônio Alvarenga Horta Barbosa
Órgãos/Entidades/Unidades: Diretoria-Executiva do Fundo Nacional de Saúde; Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal
Responsáveis: Aldery Silveira Junior; Arnaldo Bernardino Alves; Carlos Alberto Tayar; Entidades/Órgãos do Governo do Distrito Federal; Horacio da Silva Botelho; Jose Geraldo Maciel; Mário Antônio Alvarenga Horta Barbosa; Pedro Jose Ferreira Tabosa; Procuradoria-Geral do Distrito Federal - Administrativa; Renato Fernandes de Azevedo; Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal
Representação legal: Rafael Teixeira Moreti (OAB/DF 22.799) e outros, representando Arnaldo Bernardino Alves e Mário Antônio Alvarenga Horta Barbosa; Amanda Galvão Ferreira Tabosa (OAB/DF 26.013) e outros, representando Pedro Jose Ferreira Tabosa; Pedro Eloi Soares (OAB/DF 1.586-A), representando Aldery Silveira Junior

004.737/2017-2
Natureza: Representação
Representante: Tribunal de Contas da União
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
Interessado: Forma Office Comercio de Moveis e Interiores Ltda
Representação legal: não há

005.694/2017-5
Natureza: Monitoramento
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Incra no Estado de Mato Grosso
Responsável: Salvador Soltério de Almeida
Representação legal: não há

007.295/2004-0
Natureza: Tomada de Contas Simplificada
Exercício: 2003
Órgão/Entidade/Unidade: 3º Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo - CINDACTA
Responsáveis: Ayrton Jose Schultze; Elias Vieira de Souza; Eric de Azevedo Bastos; Francisco Iran de Vasconcelos Junior; Lucio Minoru Yoshida; Luiz Carlos Amaral Crasto; Luiz Carlos Santos da Silveira; Marco Aurelio de Azevedo Souza; Mario Luis Ribeiro Santos; Mario Sergio Malheiros; Natanael Torres Domais Junior; Ricardo Rodrigues Goncalves; Roney Tavares; Walter Dias Fernandes Filho
Representação legal: Osvir Guimarães Thomaz (OAB/PE 37.698) e outros, representando Marco Aurelio de Azevedo Souza, Roney Tavares e Walter Dias Fernandes Filho; Juliana Malafaia Moreira Ferreira e outros, representando Centro de Controle Interno da Aeronáutica

007.406/2014-2
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Antonio Ribeiro Pinto; Caetano Guedes Junior; GMP Prestações de Serviços e Eventos Ltda. - ME; Miguel Ângelo Pinto Martins
Recorrente: Caetano Guedes Junior
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Fortim - CE
Representação legal: Ubiratan Diniz de Aguiar (OAB/CE 3.625) e outros, representando Caetano Guedes Junior

007.590/2010-5
Natureza: Representação
Representante: Câmara Municipal de Castro/PR
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Castro/PR
Responsáveis: Carlos Alberto Nogara; Carlos Eduardo Sanches; Gilberto Ismael Kachinski; Giovanni de Castro Zadra; Lourival Leite de Carvalho Filho; Moacyr Elias Fadel Júnior; SP Alimentação e Serviços Ltda
Interessado: Câmara Municipal de Castro/PR
Representação legal: Fabian Emanuel Daltoé Dalmina (OAB/PR 57.859) e outros, representando Moacyr Elias Fadel Júnior; Lissa Shimada (OAB/PR 32.251) e outros, representando Prefeitura Municipal de Castro - PR; Alexandre Baptista Pitta Lima (OAB/DF 17.323) e outros, representando SP Alimentação e Serviços Ltda

011.619/2014-7
Natureza: Recurso de Revisão (Tomada de Contas Especial)
Recorrente: Benedito Francisco Silveira Figueiredo
Responsável: Benedito Francisco Silveira Figueiredo
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Codó/MA
Representação legal: Marisvaldo Paiva de Menezes (OAB/DF 29.518) e José Dilson Lopes de Oliveira (OAB/MA 4.635), representando Benedito Francisco Silveira Figueiredo

017.130/2014-0
Natureza: Relatório de Auditoria
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária
Responsável: Antonio Gustavo Matos do Vale
Interessado: Congresso Nacional
Representação legal: Adriana Neder de Faro Freire (OAB/DF 18.011) e outros, representando Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária

017.166/2014-4
Natureza: Recurso de Revisão (Tomada de Contas Especial)
Recorrente: Cicero Cavalcanti de Araujo
Responsáveis: Cicero Cavalcanti de Araujo; Eficaz Construções e Empreendimentos Ltda. - EPP
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de São Luís do Quitunde/AL
Representação legal: Adeilson Teixeira Bezerra (OAB/AL 4.719), representando Cicero Cavalcanti de Araujo

018.492/2013-4
Natureza: Representação
Representante: Tribunal de Contas da União
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Laranjal do Jari/AP; Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Amapá
Responsáveis: ABO Construções Ltda.; André Luiz Mendonça Bastos; Construtora Trindade Ltda. - ME; Edilma Reis Lisboa Gomes; Euricélia Melo Cardoso; Manoel José Alves Pereira; Mário Jorge Salomão Silva; Suzane Gomes Pereira; Valeria Oliveira Amorim
Interessado: Manoel José Alves Pereira
Representação legal: Ivete Gomes Pereira, representando Suzane Gomes Pereira; Ana Margarida Marques Fascio (OAB/AP 1017-A) e Mara da Silva Goés (OAB/AP 927), representando Manoel José Alves Pereira; Antônio Pereira dos Santos e Aderbal Ferraz de Souza, representando ABO Construções Ltda.; Joice Elizabeth da Mota Barroso (OAB/GO 20.986) e Rosemeire David dos Santos (OAB/DF 23.915), representando Prefeitura Municipal de Laranjal do Jari - AP; Karynne Pantoja Veras, representando Euricélia Melo Cardoso

018.509/2008-9
Natureza: Relatório de Levantamento
Órgão/Entidade/Unidade: Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A
Interessado: Congresso Nacional
Responsáveis: André Luiz de Oliveira; Benjamim da Silva Teixeira; Carlos Eduardo Martins Tannus; Cleilson Gadelha Queiroz; Construtora Andrade Gutierrez S.A.; Construtora Norberto Odebrecht S.A.; Fábio Levy Rocha; IESA Projetos, Equipamentos e Montagens S.A.; Jaqueline dos Santos Melo Abreu; Jorge Antônio Mesquita Pereira de Almeida; José Francisco das Neves; Marcelo Cabral de Mello; Reginaldo dos Santos; Renato Luiz de Oliveira Lustosa; SPA - Engenharia Industria e Comércio Ltda.; TIISA - Triunfo IESA Infra-Estrutura S.A.; Ulisses Assad
Representação legal: Renata Goretti Balduino de Souza e outros, representando Construtora Norberto Odebrecht S.A.; Mauricio Santo Matar (OAB/SP 322.216) e outros, representando Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.; Mariana Marangon Mendes Caldeira (OAB/MG 155.949) e outros, representando SPA - Engenharia Industria e Comércio Ltda.; Rafael Câmara Barreto e outros, representando TIISA - Triunfo IESA Infra - Estrutura S.A. ; Jean Guilherme Arnaud Deon e outros, representando Construtora Norberto Odebrecht S.A. e Construtora Andrade Gutierrez S.A.; Igor Fellipe Araujo de Sousa e outros, representando SPA - Engenharia Industria e Comércio Ltda., IESA Projetos, Equipamentos e Montagens S.A., Construtora Norberto Odebrecht S.A. e Construtora Andrade Gutierrez S.A.; Reginaldo Bacci Acunha (OAB/DF 16.333) e outros, representando André Luiz de Oliveira; Rafael Teixeira Martins (OAB/DF 19.274) e outros, representando Jaqueline dos Santos Melo Abreu

019.858/2012-4
Natureza: Tomada de Contas Especial
Recorrente: José Fernando Manzke
Responsáveis: Instituto Licere; José Fernando Manzke
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Desenvolvimento Agrário (extinta)
Representação legal: Jose Henrique Cabral Coaracy (OAB/MA 912) representando José Fernando Manzke

020.111/2005-8
Natureza: Embargos de Declaração (Relatório de Inspeção)
Embargante: ZOIH Engenharia Ltda
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de João Pessoa/PB
Responsáveis: 3C Engenharia Ltda.; Adriana Carla Soares Vaz; ALCAR Engenharia e Comércio Ltda.; Beta Projetos e Construções Limitada; Celta Construções Empreendimentos Ltda.; CONIM - Construtora e Imobiliária; Construtora Acta Ltda.; Construtora Eldorado Ltda.; Construtora Torreao Villarim Ltda.; Cícero de Lucena Filho; DECON Construções Civis Ltda.; Evandro de Almeida Fernandes; Fernando Martins da Silva; Francisco Bezerra Gualberto; Francisco Carlos Oliveira Cavalheiro; Francisco de Sales Pereira; Geronildo Alves Fernandes; HRF Construções Civis Ltda.; INCAL Incorporações S.A.; INCOL - Incorporações e Construções Ltda.; Isa Silva de Arroxelas Macedo; Isabella Duarte Gouvêa; José Eymard Moraes de Medeiros; José Rodrigues Lopes; José Sérgio Albuquerque de Almeida; KVA Projetos Eletro Rurais e Construções Ltda.; Linear Engenharia e Empreendimentos Ltda.; Marcelo Maximiano Guedes Pereira Pitanga; Marcílio Juvêncio Pinheiro de Almeida; Maria Elisabeth Carvalho Duarte; Maria José Santos da Nóbrega; Maria Thelma Farias Marques; MLR Construções Ltda.; Márcia Ramos da Silva; Oswaldo Pessoa de Aquino; Paulo Sérgio Navarro Cruz; Potengi Holanda de Lucena; PRORCON Projetos e Construções Ltda.; Rubria Beniz Gouveia Beltrao; SERTELI Serviços Técnicos de Engenharia Ltda.; SETOR - Serviços Técnicos e Obras Rodoviárias Ltda.; SOANE Engenharia e Comércio Ltda.; Virgílio Mendonça da Costa e Silva; ZOIH Engenharia Ltda.; Élia Andrade de Araújo
Interessados: Congresso Nacional
Representação legal: Anníbal Peixoto Neto (OAB/PB 10.715) e outros, representando Francisco de Sales Pereira; Marcelo Martins de Sant Ana (OAB/PB 16.373), representando Rubria Beniz Gouveia Beltrao; Rochele Karina Costa de Moraes (OAB/PB 13.561) e outros, representando Paulo Sérgio Navarro Cruz, Maria José Santos da Nóbrega, Paulo Sérgio Navarro Cruz e Maria José Santos da Nóbrega; Luiz Alberto Moreira Coutinho Neto (OAB/PB 14.916) e outros, representando 3C Engenharia Ltda., Linear Engenharia e Empreendimentos . e Construtora Torreao Villarim Ltda.; Luciana Emília de Carvalho Torres Galindo Coutinho (OAB/PB 5.541) e outros, representando José Eymard Moraes de Medeiros e José Eymard Moraes de Medeiros; Manfrini Andrade de Araújo (OAB/PB 12.533) e outros, representando Élia Andrade de Araújo; Ivamberto Carvalho de Araújo (OAB/PB 8.200), representando Maria Thelma Farias Marques, Maria Elisabeth Carvalho Duarte e Francisco Bezerra Gualberto; Jose Edisio Simoes Souto (OAB/PB 5405) e outros, representando Linear Engenharia e Empreendimentos Ltda., Construtora Torreao Villarim Ltda., Beta Projetos e Construções Limitada e 3C Engenharia Ltda.; Zenildo Goncalves de Mendonca Filho (OAB/PB 12.733) e outros, representando ZOIH Engenharia Ltda

021.668/2014-0
Natureza: Denúncia
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Pelotas
Representação legal: não há

024.043/2016-8
Natureza: Relatório de Auditoria
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Saúde
Representação legal: não há

027.311/2016-3
Natureza: Pedido de Reexame (Representação)
Recorrente: José Alexandre dos Reis Cardozo
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal do Natal/RN
Representação legal: Thomas Lindolfo de Barros Tavares (OAB/RN 11.355) representando José Alexandre dos Reis Cardozo

028.314/2017-4
Natureza: Solicitação
Solicitante: Fernando Fortes Melro Filho
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
Representação legal: não há

032.121/2017-2
Natureza: Solicitação
Solicitante: João Luiz Pereira Marciano
Representação legal: não há

Ministro VITAL DO RÊGO

003.947/2017-3
Natureza: Relatório de Auditoria
Órgãos/Entidades/Unidades: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes; Superintendência Regional do DNIT nos Estados do Pará e Amapá
Responsáveis: Adailton Cardoso Dias; Jose Osvaldo Pontes Neto; Leandro Parreira de Souza; Luciana Michelle
Dellabianca Araújo; Valter Casimiro Silveira
Representação legal: Paulo Aristóteles Amador de Sousa

043.832/2012-1
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Cocal de Telha/PI
Responsáveis: Consenso Premoldados Ltda - ME; Raimundo Nonato da Silva
Representação legal: Hemington Leite Frazão (OAB/PI 8.023) e outros

Ministro-Substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

009.481/2016-8
Natureza: Representação
Representante: VICMA Comércio de Equipamentos Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Representação legal: André Puppin Macedo (OAB/DF 12004), e outros, representando Simpress Comercio, Locação e Serviços S/A; Gevaldo Lopes Silva (OAB/RJ 69.560), e Renan do Nascimento Rodrigues (OAB/RJ 158.934), representando VICMA Comércio de Equipamentos para Escritório Ltda. - Epp

014.353/2016-4
Natureza: Monitoramento
Interessado: Tribunal de Contas da União
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Santa Cruz/PE
Representação legal: não há

020.767/2009-9
Natureza: Monitoramento
Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria Estadual de Saúde de Goiás
Responsáveis: Fernando Passos Cupertino de Barros; Idelmar de Paiva Neto; Maria da Graça Silva Gonçalves
Interessado: Tribunal de Contas da União
Representação legal: Marcio Pacheco Magalhães (OAB/GO 5795), e outros, representando Maria da Graça Silva Gonçalves e Fernando Passos Cupertino de Barros

Ministro-Substituto WEDER DE OLIVEIRA

000.102/2017-2
Natureza: Prestação de Contas
Exercício: 2015
Órgão/Entidade/Unidade: Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio Grande do Norte
Responsáveis: Antonio Paula da Silva; Ecia Maria de Moura; Edner Roberto de Sousa da Silva; Francisco Rubian Almeida Nogueira; Gonçalo Maciel da Silva; Halcima Melo Batista; Joao Gregorio Junior; Lieda Amaral de Souza; Maria Laide de Souza Araujo; Maria das Gracas do Vale; Maria do Carmo; Paulo Viana Nunes
Representação legal: não há

015.579/2016-6
Natureza: Representação
Representante: Tribunal de Contas do Estado de Rondônia
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Corumbiara/RO
Representação legal: não há

024.427/2016-0
Natureza: Representação
Representante: Tribunal de Contas do Estado de Rondônia
Órgão/Entidade/Unidade: Estado de Rondônia
Representação legal: não há

025.111/2010-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Raquel Ferreira Lima
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Superior do Trabalho
Representação legal: não há

028.479/2011-4
Natureza: Prestação de Contas
Exercício: 2010
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região/PI
Responsáveis: Fausto Lustosa Neto; Laércio Domiciano; Manoel Edilson Cardoso; Wellington Jim Boavista
Representação legal: não há

029.203/2017-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Flavio Ribeiro Magalhaes; Francisco Firmino Leal; Francisco Jose Moreira Pereira; Joelson Firmino Teixeira; Jonas Batista Sousa da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
Representação legal: não há

029.835/2016-0
Natureza: Representação
Representante: Conselho Regional de Administração do Pará
Órgão/Entidade/Unidade: Conselho Federal de Administração
Representação legal: Marcelo Dionisio de Souza (OAB/DF 43963) e outros, representando Conselho Federal de Administração

033.348/2015-4
Natureza: Representação
Representante: Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação do Estado do Mato Grosso
Órgão/Entidade/Unidade: Administração Regional do Sesc no Estado do Mato Grosso
Responsáveis: Marcos Amorim da Silva; Moyses Feres Zarour; Pedro Jamil Nadaf
Representação legal: não há

036.013/2016-1
Natureza: Prestação de Contas
Exercício: 2015
Órgão/Entidade/Unidade: Administração Regional do Sesc no Estado de Rondônia
Responsáveis: Abraao Lima Viana; Alvaro Henrique de Lima Teixeira; Canísio Hartmann; Carlos Moisés de Oliveira; Dirceu Hoffmann; Gabriel Scrheibert; Gladstone Nogueira Frota; Hermenegildo Amâncio Quaresma de Carvalho Filho; Hélio

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800284

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Hirayuki Natori; Jose Nilson de Oliveira; José Mauro de Arruda; José da Silva Honório; José de Souza Arcanjo; Joyce Negreiros da Silva; Luiz Joaquim Paes; Nelson Tavares da Silva; Pedro Juca de Oliveira; Raimundo Ildomar Brasil de Carvalho; Raniery Araújo Coelho; Roberval Xavier de Souza; Ronaldo Marcelo Hella; Samia do Socorro Melo Lopes; Sonia Marisa da Silva Montenegro; Syllas Nunes Rosa Junior; Tereza Janete Córdova Santos; Waldy Fernando Bastos Ferreira
Representação legal: não há

PROCESSOS UNITÁRIOS

SUSTENTAÇÃO ORAL

Ministro AUGUSTO NARDES

000.885/2015-0
Tomada de Contas Especial instaurada em razão de irregularidades na aplicação de recursos repassados por intermédio de convênio, que teve por objeto apoiar o evento "Reveillon Mineiros Feliz 2009". Análise de citações.
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Turismo
Responsáveis: Premium Avança Brasil; Cláudia Gomes de Melo; Conhecer Consultoria e Marketing Ltda.-ME; Luís Henrique Peixoto de Almeida
Representação legal: Huilder Magno de Souza (OAB/DF 18.444) e outros, representando a empresa Premium Avança Brasil e Cláudia Gomes de Melo
Interessados em sustentação oral:
- Mariana de Carvalho Nery (OAB/DF 41.292) e Huilder Magno de Souza (OAB/DF 18.444), em nome de PREMIUM AVANÇA BRASIL e CLÁUDIA GOMES de MELO

019.164/2011-4
Recurso de Reconsideração interposto por responsáveis pelo Conselho Regional de Enfermagem do Pará contra decisão que julgou suas contas irregulares e aplicou-lhes multa.
Órgão/Entidade/Unidade: Conselho Federal de Enfermagem
Responsáveis: Agildo Jorge Pereira de Azevedo; Antonio Marcos Freire Gomes; Carmem de Almeida da Silva; Eduardo Pereira de Carvalho; Elizano Santos de Assis; Ivanete Paiva Surrage; Joacir da Silva; Luiz Afonso Rocha; Lígia Maria Melo Gurgel Abelleira; Maria Auxiliadora da Cruz Lima; Maria da Graça Piva; Milva de Melo Cavalcante Oliveira; Mondrian Editora e Comunicação Ltda.; Ney da Costa Silva; Osvaldo Luis Carvalho; Sylvia Hinterholz; Sérgio Luiz Soares de Oliveira
Representação legal: Érica Lima de Paiva Muglia (OAB/DF 13.775) e outros, representando Antonio Marcos Freire Gomes; Julio Cesar do Monte (OAB/RJ 82200) e outros, representando Osvaldo Luis Carvalho; Irapuan Indio da Costa (OAB/RS 24887) e outros, representando Sylvia Hinterholz; Katia Vieira do Vale (OAB/DF 11737) e outros, representando Ivanete Paiva Surrage, Maria Auxiliadora da Cruz Lima e Milva de Melo Cavalcante Oliveira; Júlio Lima Toledo (OAB/DF 41.460) e outros, representando Conselho Federal de Enfermagem e Conselho Federal de Enfermagem; Felipe Melo Abelleira (OAB/CE 13422), representando Lígia Maria Melo Gurgel Abelleira; Antonio Cesar Cavalcanti Junior (OAB/RN 2268), representando Eduardo Pereira de Carvalho; Nedy de Vargas Marques (OAB/RS 9595), representando Sylvia Hinterholz e Maria da Graça Piva
Interessado em sustentação oral:
-Antônio Marcos Freire Gomes

PROSSEGUIMENTO DE VOTAÇÃO

Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

041.559/2012-6
Tomada de Contas Especial instaurada decorrente de fiscalização realizada em processos de dispensa de licitação para a realização de serviços emergenciais na rodovia BR-010/MA, trecho Divisa TO/MA-Divisa MA/PA.
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes no Estado do Maranhão
Responsáveis: Alfredo Soubihe Neto, Antônio Máximo da Silva Filho, Francisco Augusto Pereira Desideri, Genésio Bernardino de Souza, Gerardo de Freitas Fernandes, Leônidas Soriano Caldas Neto, Maurício Hasenclever Borges e DM Construtora de Obras Ltda.
Representação legal: Leonardo Lacerda Jubé (OAB/GO 26.903) e Roger Santos Ferreira (OAB/PR 29.960) e outros
Revisor: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho (37/2017)

DEMAIS PROCESSOS INCLUÍDOS EM PAUTA

Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

018.009/2002-2
Pedido de reexame interposto contra decisão que julgou irregular ato de aposentadoria.
Recorrente: Antônio Thomé
Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria Especial de Informática do Senado Federal
Representação legal: Walter Costa Porto (OAB/DF 6.098)

030.171/2014-8
Pedido de reexame interposto contra decisão que determinou à recorrente a adequação de preço de serviço para sanear sobrepreço identificado, efetuando as devidas compensações em medições futuras das parcelas pagas com sobrepreço.
Recorrente: Construtora Norberto Odebrecht S.A.
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha
Representação legal: Carolina Ferreira Caetano da Silva (OAB/BA 16768)

Ministro BENJAMIN ZYMLER

007.991/2017-7
Relatório de auditoria com o objetivo de fiscalizar a construção do Novo Centro de Processamento Final de Imunobiológicos de Bio-Manguinhos (NCPFI), localizado em Santa Cruz, zona oeste do município do Rio de Janeiro/ RJ. Análise das oitivas referentes à IG-P.
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Oswaldo Cruz
Interessado: Congresso Nacional
Responsáveis: Akira Homma; Alejandro Marcel Hasslocher Moreno; Ana Paula da Silva Carvalho; Antonio Gomes Pinto Ferreira; Antonio Ivo de Carvalho; Antonio de Padua Risolia Barbosa; Artur Roberto Couto; Carla de Freitas Campos; Carlos Alberto de Matos; Carlos Augusto Grabois Gadelha; Carlos Maurício de Paulo Maciel; Claude Pirmez; Cristiane Frensch Pereira; Cristiane Teixeira Sendim; Eduardo Chaves Leal; Eduardo Maia Freese de Carvalho; Flavio Isidoro da Silva; Gerson Oliveira Penna; Hayne Felipe da Silva; Hermano Albuquerque de Castro; Isabel Brasil Pereira; Joel Majerowicz; Jorge Antonio Zepeda Bermudez; José Damasceno Fernandes; Juliana Bezerra de Souza; Juliano de Carvalho Lima; Leandro Luis Dantas Gouget; Leonardo Ribeiro de Lacerda; Lorena Drumond Loureiro Vieira; Manoel Barral Netto; Marcos Antonio Gomes; Marcos Henrique dos Santos Silva; Marcos da Silva Freire; Maria da Luz Fernandes Leal; Maria do Carmo Leal; Mauricio Zuma Medeiros; Mitermayer Galvão dos Reis; Nara Margareth Silva Azevedo; Nisia Veronica Trindade Lima; Paulo Cesar de Castro Ribeiro; Paulo Ernani Gadelha Vieira; Paulo Roberto Elian dos Santos; Pedro Ribeiro Barbosa; Roberto Sena Rocha; Rodrigo Correa de Oliveira; Rodrigo Guerino Stabeli; Roseli Monteiro da Silva; Samuel Goldenberg; Sergio Dias de Oliveira; Sinval Pinto Brandao Filho; Sérgio Luiz Bessa Luz; Tania Cremonini de Araujo Jorge; Umberto Trigueiros Lima; Valcler Rangel Fernandes; Valdilea Goncalves Veloso dos Santos; Wagner de Jesus Martins; Wilson Savino; Zelia Maria Profeta da Luz
Representação legal: Dimitri Leal Gasos e outros, representando Sergio Dias de Oliveira

012.196/2016-9
Monitoramento para acompanhar o cumprimento de determinações contidas em deliberação que julgou tomada de contas especial instaurada em decorrência de denúncia de malversação dos recursos federais transferidos pelo INCRA a associações de produtores do PA Mata do Boi, para a execução do programa Crédito Instalação, modalidade aquisição de materiais.
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Incra no Estado do Maranhão
Responsável: George de Melo Aragão
Representação legal: não há

012.893/2017-0
Agravos interpostos contra deliberação que, cautelarmente, decretou a indisponibilidade dos bens da empresa agravante por um ano, em processo de representação na qual foram relatadas irregularidades ocorridas no município de Prata do Piauí-PI relacionadas a licitações, contratações e movimentações bancárias efetuadas pelo ex-gestor da referida municipalidade com recursos públicos federais originários de precatório.
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Prata do Piauí/PI
Responsáveis: Antonio Gomes de Sousa; Antonio Marcolino Ferreira Neto; Antonio Marcos Coutinho Gomes; Construcar - Construção Civil e Locação de Maquinas e Veículos Ltda - EPP; Construtora Tende; Contabilidade Pública de Municípios Ltda; Dmj Serviços de Diagnóstico e Comércio de Equipamentos para Escritório Ltda. Me; Emanuela Machado Araujo; F & R Pneus Ltda - Me; Francisco Jarbas de Araujo Melo; Francisco Lennon Barbosa Martins; Francisco Rodrigues da Silva; Geopa Empreendimentos Imobiliários Ltda.-ME; Graphisoft Brasil Serviços de Tecnologia da Informação Ltda.; Ionildes Castelo Branco de Queiroz Ferreira; Isabel Rejane Fernandes Ramos; Italo James Alencar de Souza; Joao Ricardo Pinheiro Campos Sousa; Lana Goretti Santos Paiva; Mailson Lima Fernandes; Marcos Patricio Ferreira Craibano; Marquinhos Construções Ltda.-ME; Naddja Thallyta Sousa Silva; Qualityserv Construtora Serviços e Reformas Ltda-ME; Ricardo Matos da Cruz; Salinas Empreendimentos e Construções; Vania Regia Felix Ribeiro de Carvalho; Venilson de Oliveira Rocha; Venilson de Oliveira Rocha-ME; Vitor Alves Cardoso Neto; Vitor Alves Cardoso Neto Eireli; Webston de Carvalho Lima; Webston de Carvalho Lima Filho
Representação legal: Uanderson Ferreira da Silva (OAB/PI 5.456), representando Emanuela Machado Araujo, Ricardo Matos da Cruz e Antonio Gomes de Sousa; Francisco Jose Bardawil Filho (OAB/CE 23.570), representando Salinas Empreendimentos e Construções; Nelson Nery Costa (OAB/PI 196/72) e outros, representando Dmj Serviços de Diagnóstico e Comércio de Equipamentos Para Escritório Ltda. ME

028.484/2017-7
Atos de aposentadoria, para fins de registro, de servidores cujos proventos incluem valor do Bônus de Eficiência e Produtividade, parcela imune de contribuição previdenciária.
Interessados: José Venilton Dorneles Romero; Lenir Zito da Costa; Leonor Wallau Souto Ribeiro; Lizeti Rabenschlag Rossato; Manoel Torres Abreu
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Rio Grande do Sul
Representação legal: não há

028.486/2017-0
Atos de aposentadoria, para fins de registro, de servidores cujos proventos incluem valor do Bônus de Eficiência e Produtividade, parcela imune de contribuição previdenciária.
Interessados: Maria Valesca Martel; Marinês Menti Moura; Marlene Marchisio Crispim; Marta Inês Dornelles Macedo; Neiva Boscarin Mocelin
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Rio Grande do Sul
Representação legal: não há

028.487/2017-6
Atos de aposentadoria, para fins de registro, de servidores cujos proventos incluem valor do Bônus de Eficiência e Produtividade, parcela imune de contribuição previdenciária.
Interessados: Neusa Baldasso Pires da Costa; Nilo Manoel Mattia; Norma Leal Podolsky Paes; Nívian Terezinha Fontoura de Barros; Paulo Ari Benício
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Rio Grande do Sul
Representação legal: não há

028.490/2017-7
Atos de aposentadoria, para fins de registro, de servidores cujos proventos incluem valor do "Bônus de Eficiência e Produtividade", parcela imune de contribuição previdenciária.
Interessados: Solismonte Demarco Rodrigues; Sonia Maria Trindade Moraes; Terezinha Moehlecke
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Rio Grande do Sul
Representação legal: não há

028.573/2017-0
Atos de aposentadoria, para fins de registro, de servidores cujos proventos incluem valor do "Bônus de Eficiência e Produtividade", parcela imune de contribuição previdenciária.
Interessados: Eliana Azevedo Lima Torres; Elias Pereira Filho; Fernando Silvestre Dayrell; Flavio Correa Araujo; Francisca Clivaneide Ferreira
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado de Minas Gerais
Representação legal: não há

028.574/2017-6
Atos de aposentadoria emitidos no âmbito da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado de Minas Gerais para fins de registro
Interessados: Geraldo Pampanelli Ligeiro; Getulio Ferreira Furtado; Ivone Corgosinho Baumecker; José de Paula Leite; João Paulo Mendes de Almeida
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado de Minas Gerais
Representação legal: não há

028.589/2017-3
Aposentadoria. Auditor Fiscal do Trabalho. Bônus de eficiência.
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Ceará
Interessados: Hermelinda Marilia Pedrosa de Barros Macedo; Jose Gama de Queiroz Filho; José Glêbe Duarte Guedes; Vitoria Marcia Araujo Amancio
Representação legal: não há

028.684/2017-6
Aposentadoria. Auditor Fiscal do Trabalho. Bônus de eficiência.
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado de Minas Gerais
Interessados: Renato Cesar da Silva; Ricardo Damasceno da Rocha; Ricardo Gontijo Fernandes; Roberto Mosqueira; Roxana Pinheiro Araújo Fidelis
Representação legal: não há

028.685/2017-2
Atos de aposentadoria emitidos no âmbito da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado de Minas Gerais para fins de registro
Interessados: Rubens Vinicius Rocha; Sonia de Menezes Silva; Teodoria Moreira Marques
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado de Minas Gerais
Representação legal: não há

028.686/2017-9
Aposentadoria. Auditor Fiscal do Trabalho. Bônus de eficiência.
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado de Minas Gerais
Interessados: Uilmo Martins de Moura; Vera Antunis Caetano; Veralucia Bernardino Fernandes; Walter Tanure Junior
Representação legal: não há

028.876/2017-2
Ato de aposentadoria emitido no âmbito da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Rio Grande do Sul para fins de registro
Interessado: Inez Malcum Rospide
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Rio Grande do Sul
Representação legal: não há

Ministro AUGUSTO NARDES

001.035/2015-0
Recurso de reconsideração interposto por Ana Adelia Nery Cabral contra decisão do Tribunal que julgou suas contas irregulares e a condenou em débito.
Recorrente: Ana Adélia Nery Cabral
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Frei Martinho/PB
Representação legal: Édson Barros Batista (OAB/PB 7.042)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800285

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

012.402/2017-6
Solicitação do Congresso Nacional requerendo informações acerca do grau de comprometimento na segurança de Angra 3, tendo em vista as denúncias e investigações sobre irregularidades em empreendimentos na construção da referida usina.
Interessado: Congresso Nacional
Órgãos/Entidades/Unidades: Eletrobrás Termonuclear S.A.; Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações; Ministério de Minas e Energia
Representação legal: Andre Ribeiro Mignani e outros, representando Eletrobrás Termonuclear S.A.

017.019/2017-6
Representação promovida pelo Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União (MPTCU), em razão de indícios de irregularidades em operações financeiras realizadas pelo BNDES e pelo BNDESPar com o grupo J&F, com lastro em investigações promovidas pela Polícia Federal e pelo Ministério Público Federal.
Órgão/Entidade/Unidade: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
Representação legal: Juliana Calixto Pereira (OAB/RJ 130.070) e outros, representando Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

019.642/2011-3
Recurso de revisão interposto contra deliberação que julgou irregulares as contas do recorrente, com imputação de débito e multa, em razão da inexecução parcial do objeto de convênio, cujo objeto era a construção de 275 unidades sanitárias domiciliares na zona rural.
Recorrente: Jurandir Freire Marinho
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Canguaretama/RN
Representação legal: Ana Célia Felipe de Oliveira (OAB/RN 2.455)

023.072/2017-2
Representação formulada por licitante, com pedido de medida cautelar, em virtude da suposta adesão irregular do Dnocs à Ata de Registro de Preços lavrada no âmbito de Pregão Eletrônico para Registro de Preços da Companhia Docas do Ceará (CDC), destinado a contratação de serviços de vigilância armada.
Representante: Protemaxi Segurança Patrimonial Armada Ltda
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Nacional de Obras Contra As Secas
Interessado: Departamento Nacional de Obras Contra As Secas
Representação legal: não há

Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

009.813/2014-4
Auditoria realizada no Banco Central do Brasil (BCB) para apurar os eventos relacionados à prescrição de débito imputado no âmbito ação de fiscalização bancária, bem como avaliar os sistemas de controle dos processos administrativos da autarquia, com vistas a assegurar sua eficácia.
Órgão/Entidade/Unidade: Banco Central do Brasil
Responsáveis: Isaac Sidney Menezes Ferreira, Aílton César dos Santos e Arício José Menezes Fortes, Rodrigo Telles da Rocha Azevedo e Mario Gomes Torós
Representação legal: Marcel Mascarenhas dos Santos (OAB/DF 31.580), Rafael Bezerra Ximenes de Vasconcelos (OAB/DF 40.695) e outros

012.611/2006-9
Recurso de reconsideração interposto por Antônio Carlos Carvalho de Sousa,Associação Brasileira de Educação Agrícola Superior - Abeas,Cícero Rainha de Oliveira,Irene Alves Pereira,Luciano Alves,Marilene Mendes da Silva,Neísa Monteiro Cardozo e Silvano Carvalho, em fase da decisão que julgou as contas do Senar/MT referentes ao exercício de 2015.
Recorrentes: Associação Brasileira de Educação Agrícola Superior - Abeas; Cícero Rainha de Oliveira; Irene Alves Pereira; Marilene Mendes da Silva; Luciano Alves; Antônio Carlos Carvalho de Sousa; Silvano Carvalho; Neísa Monteiro Cardozo e espólio de Homero Alves Pereira
Órgão/Entidade/Unidade: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural no Estado de Mato Grosso
Representação legal: Sérgio Luiz Tomaz (OAB/DF 32.471); Guilherme Antônio Brito Gonçalves Barbosa (OAB/DF 45.197) e outros

027.797/2010-4
Recurso de reconsideração interposto pelo SESI/RS contra o subitem 9.3.2 do Acórdão 1.067/2011-Plenário, concernente a alerta para que a entidade comprove a verificação da regularidade fiscal da contratada em procedimentos de compra direta.
Recorrente: Serviço Social da Indústria - Departamento Regional do Rio Grande do Sul
Órgão/Entidade/Unidade: Serviço Social da Indústria - Departamento Regional do Rio Grande do Sul
Representação legal: Wanderley Marcelino (OAB/RS 16.635), Lindomar dos Santos (OAB/RS 23.829), Cássio Augusto Muniz Borges (OAB/RJ 91.152 e OAB/DF 20.016), Daniele Jardim Vasconcellos (OAB/RS 75.114) e outros

028.566/2017-3
Aposentadorias de servidores com apresentação de falha superveniente ao início de vigência dos atos, decorrente da inclusão de parcela imune de contribuição previdenciária.
Interessados: Carmen de Almeida, Celso Perdona, Cesar Mauricio Baasch Filomeno, Claudio José Pinheiro e Decio Rafael Sisvestre
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de Santa Catarina
Representação legal: não há

028.667/2017-4
Aposentadorias de servidores com apresentação de falha superveniente ao início de vigência dos atos, decorrente da inclusão de parcela imune de contribuição previdenciária.
Interessados: Edson Araujo, Edson Orivaldo Lessa, Elisabete Araujo Leonetti, Eloiza Asako Arabori Araujo e Elvani Rodrigues Reys Yoshimine
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de Santa Catarina
Representação legal: não há

028.673/2017-4
Aposentadorias de servidores com apresentação de falha superveniente ao início de vigência dos atos, decorrente da inclusão de parcela imune de contribuição previdenciária.
Interessados: Libório da Costa, Luimara Silva Godo Fagundes, Luis Sergio da Silva Aguiar, Luis Tutomo Kubota Ando e Luiz Antônio de Azevedo Araujo
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de Santa Catarina
Representação legal: não há

028.675/2017-7
Aposentadorias de servidores com apresentação de falha superveniente ao início de vigência dos atos, decorrente da inclusão de parcela imune de contribuição previdenciária.
Interessados: Mara Lucia Soares Cassilha de Oliveira, Marcia Mary Pinho, Marcia Raquel Tschumi, Marco Aurelio Nedel e Marcos Dornelis Burgardt
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de Santa Catarina
Representação legal: não há

030.251/2013-3
Tomada de contas especial instaurada pela Caixa Econômica Federal em desfavor da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul (Fetraf/Sul) e de seus ex-coordenadores Altemir Antônio Tortelli e Celso Ricardo Ludwig, inicialmente em razão da omissão no dever de prestar contas dos recursos transferidos por meio do Contrato de Repasse 187.280-25/2005, celebrado com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). O objeto do ajuste era a "construção e desenvolvimento de uma proposta alternativa de educação integral, especialmente destinada aos agricultores familiares da região sul do Brasil".
Responsáveis: Altemir Antônio Tortelli e Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Desenvolvimento Agrário
Representação legal: Maria Loiva de Andrade (OAB/SC 8.264)

031.240/2010-0
Tomada de contas especial instaurada com o objetivo de investigar possível superfaturamento no Contrato 100/2006, celebrado entre o Senado Federal e a Aval Empresa de Serviços Especializados Ltda. para a prestação do serviço de locação de mão de obra na função de auxiliar técnico de informática.
Responsáveis: Agaciel da Silva Maia e José Alexandre Lima Gazineo, Efraim de Araujo Moraes, José Ausnemburgo dos Santos Sobreira Machado, e Aval Empresa de Serviços Especializados Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Senado Federal
Representação legal: Jorge Ulisses Jacoby Fernandes (OAB/DF 6.546), Jaques Fernando Reolon (OAB/DF 22.885), João Henrique Soares de Holanda (OAB/DF 36.556), Cynthia Póvoa de Aragão (OAB/DF 22.298), Marcos von Glehn Herkenhoff (OAB/DF 28.432), Luis Henrique Alves Sobreira Machado (OAB/DF 28.512), José Alberto Rodrigues Teixeira (OAB/DF 16.163) e José Alexandre Lima Gazineo, em causa própria (OAB/BA 8.710)

Ministro BRUNO DANTAS

005.718/2010-4
Recurso de revisão interposto pela Prefeitura Municipal de Mauá/SP contra o Acórdão 11.147/2011-TCU-Plenário. Tomada de Contas Especial. Desvio na aplicação de recursos do Fundo Nacional de Saúde. Condenação do Município ao pagamento de débitos ao Fundo Nacional de Saúde. Conhecimento. Não provimento. Alteração de redação do subitem 9.2 do Acórdão impugnado para destinar a devolução dos recursos ao Fundo Municipal de Saúde de Mauá/SP.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Mauá/SP
Responsáveis: Diniz Lopes dos Santos; Eliene de Paula Pinto; Jairo Altair Georgetti; José Roberto Trombini Novo; Marcio Chaves Pires; Oswaldo Dias; Município de Mauá/SP; Vilma Maria dos Santos
Interessado: Fundo Nacional de Saúde - MS
Representação legal: Wanderli Bortoletto Marino de Godoy (OAB/SP 69.636) e outros, representando Município de Mauá/SP; Ivan Antonio Barbosa (OAB/SP 163.443) e outros, representando Marcio Chaves Pires; Ana Paula Ribeiro Barbosa (OAB/SP 146.553), representando Oswaldo Dias; Lincoln Kazuo Koyama (OAB/SP 181.473) e Alexis Galiás de Souza Vargas (OAB/SP 165.651), representando Jairo Altair Georgetti

006.373/2013-5
Pedido de reexame interposto por Banco da Amazônia S.A. e pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão contra acórdão que deliberou sobre o monitoramento de determinações acerca das terceirizações em empresas estatais.
Recorrentes: Banco da Amazônia S.A.; Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
Representação legal: Leonardo Raupp Bocorny e outros, representando Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão; Danielle de Jesus Oliveira dos Santos (OAB/PA 7.690) e outros, representando Banco da Amazônia S.A.

006.593/2017-8
Representação da Selog a respeito de locação de imóvel pelo Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (MTPAC).
Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria -Executiva do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
Interessado: Italia Participações S/A
Representação legal: Marcus Vinicius Furtado Coêlho (OAB/DF 18.958) e outros, representando Italia Participações S/A

012.829/2003-0
Embargos de declaração interpostos por Adeilson Teixeira Bezerra e José Queiroz de Oliveira contra decisão que retificou por inexatidão material acórdão condenatório dos ora recorrentes .
Embargantes: José Queiroz de Oliveira e Adeilson Teixeira Bezerra
Órgão/Entidade/Unidade: Companhia Brasileira de Trens Urbanos
Representação legal: Márcio Costa Pereira (OAB/AL 9.506) e outros, representando José Queiroz de Oliveira

013.329/2011-1
Embargos de declaração interposto por Maria Suiley Antunes Aguiar em face do Acórdão 1.896/2017-TCU-Plenário, proferido no âmbito de tomada de contas especial.
Embargante: Maria Suiley Antunes Aguiar
Representação legal: Adriane da Silva Oliveira (OAB/AP 2.761) e outros, representando Maria Suiley Antunes Aguiar; Gabriel Abbad Silveira (OAB/DF 18.744) e outros, representando EPG Construções Ltda - ME e Luiz Eduardo Pinheiro Corrêa

022.434/2009-0
Recurso de revisão contra decisão que julgou irregulares as contas do recorrente, condenou-o em débito e aplicou-lhe multa em razão da inexecução parcial de convênio, que tinha por objetivo construir o sistema público de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto sanitário.
Recorrente: Manoel Rodrigues dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Chapada do Norte/MG
Representação legal: André Santos Neiva (OAB/MG 170.070) e outros, representando Manoel Rodrigues dos Santos

027.822/2014-1
Tomadas de Contas Especial instaurada em cumprimento de determinação contida em acórdão, decorrente de convênio celebrado entre o Ministério da Defesa e o Governo do Estado do Amapá.
Órgão/Entidade/Unidade: Governo do Estado do Amapá
Responsáveis: Carlos Camilo Góes Capiberibe; Estado do Amapá; Marcos Roberto Marques da Silva
Representação legal: não há

031.853/2017-0
Representação contra o edital de pregão eletrônico promovido pela Companhia Docas do Estado de São Paulo cujo objeto era a contratação de empresa para a prestação de serviços de segregação, beneficiamento, acondicionamento, coleta, movimentação interna, transporte e destinação final de resíduos sólidos gerados.
Representante: Foccus Gerenciamento de Resíduos Eireli
Órgão/Entidade/Unidade: Companhia Docas do Estado de São Paulo
Representação legal: Wilson Raia de Carvalho (OAB/SP 379.542), representado Foccus Gerenciamento de Resíduos Eireli

032.826/2010-9
Recurso de reconsideração interposto por Francisca Tereza Correa de Souza Costa,Ione Serra Maia,Marcio Antonio Pinto de Almeida,Maria Francilene Rodrigues de Moura,Raimundo Nonato Machado Filho contra decisão que, em sede de tomada de contas especial, julgou suas contas irregulares, condenando-os ao pagamento de débito.
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Maranhão
Responsáveis: Agaform Comércio e Representações Ltda.; Francisca Tereza Correa de Souza Costa; Ione Serra Maia; José Francisco Santos Sousa; Luís Roberto da Costa Pereira; Marcio Antonio Pinto de Almeida; Maria Francilene Rodrigues de Moura; Raimundo Nonato Machado Filho
Representação legal: Noraney Lucena Mangueira (OAB/MA 6.422), representando Maria Francilene Rodrigues de Moura; Rodrigo Antônio Delgado Pinto de Almeida (OAB/MA 8.540), representando Marcio Antônio Pinto de Almeida; Mário de Andrade Macieira (OAB/MA 4.217) e outros, representando Raimundo Nonato Machado Filho, Ione Serra Maia e Francisca Tereza Correa de Souza Costa

Ministro VITAL DO RÊGO

034.119/2017-5
Consulta acerca da possibilidade de abertura de crédito extraordinário para transferência de recursos a outros entes federativos, em caso de grave crise financeira do ente.
Consulente: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
Representação legal: não há

Ministro-Substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

034.278/2016-8
Representação formulada pela Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro acerca de ocorrências relacionadas ao Projeto n. 106.487, referente ao Rock in Rio 2011, beneficiado pelo Programa Nacional de Apoio à Cultura - Pronac.
Representante: Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro
Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria de Fomento e Incentivo Fomento À Cultura
Representação legal: não há

041.265/2012-2
Tomada de Contas Extraordinária referente à extinção da Secretaria Nacional de Esporte Educacional do Ministério do Esporte - SNEEd/ME, no exercício financeiro de 2011.
Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria Nacional de Esporte Educacional do Ministério do Esporte
Responsáveis: Alexandre Leonardo da Costa Silva, Danielle Fermiano dos Santos Gruneich, Encomendas e Transportes de Cargas Pontual Ltda., Fábio Roberto Hansen, Gianna Lepre Perim, José Lincoln Daemon, Milena Carneiro Bastos, V. R. Comércio de Calçados Ltda. e Wadson Nathaniel Ribeiro
Representação legal: André Luiz Porcionato (OAB/SP 245.603) e Priscila Damásio Simões (OAB/DF 25.691)

Ministro-Substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

017.074/2015-0
Tomada de Contas Especial instaurada decorrente da não apresentação da documentação complementar da prestação de contas dos recursos inerentes a convênio destinado ao apoio à realização do evento "Temporada de Praia Pontão Verão - 2009".
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Santa Fé do Araguaia/TO
Responsáveis: Valtenis Lino da Silva e E. S. de Andrade Peças-EPP
Representação legal: Josanilton Gualberto Silva (OAB/TO 6.665) e outros, representando Valtenis Lino da Silva

026.133/2011-3
Embargos de declaração opostos contra deliberação em processo de tomada de contas especial autuada a partir da conversão do processo de representação, diante de diversas irregularidades na implantação de sistema informatizado de tratamento de digitais (AFIS) por intermédio da celebração de diversos convênios entre a Secretaria de Segurança Pública do Ministério da Justiça e o Estado do Mato Grosso do Sul.
Embargantes: Fundação Cândido Rondon, Fundação Ezute e José Dirceu Galão
Órgão/Entidade/Unidade: Estado do Mato Grosso do Sul
Responsáveis: Almir Silva Paixão; Claudio Tucci; Emi Kiuchi; Fundação Aplicações de Tecnologias Críticas; Fundação Cândido Rondon; Fundação Ezute; Gabinete do Ministro - MJ; Interprint Ltda.; Ivan Gibim Lacerda; Joao Batista Mendes; Jose Dirceu Galão; Mirgon Eberhardt; Novadata Sistemas e Computadores S.A.; e Pedro Alberto da Silva Alvarenga
Representação legal: Fernando Ortega (OAB/MS 13.701) e outros, representando Fundação Cândido Rondon; Gabrielle Beatriz Beiro Lourenco, representando Emi Kiuchi; Jose Wanderley Bezerra Alves (OAB/MS 3.291) e outros, representando Almir Silva Paixão; Letícia Garcia Rocha (OAB/GO 24.188) e outros, representando Ivan Gibim Lacerda; Luiz Piauhylino de Mello Monteiro (OAB/DF 1.296/A) e outros, representando Interprint Ltda; e Bruna Silveira Sahadi (OAB/DF 40.606) e outros, representando Fundação Ezute

Ministro-Substituto WEDER DE OLIVEIRA

005.932/2017-3
Auditoria realizada na Secretaria da Agricultura, Pecuária e Irrigação do Estado do Rio Grande do Sul, no período compreendido entre 2/5/2017 e 26/5/2017, com o objetivo de fiscalizar as obras de Construção da Barragem do Arroio Jaguari/RS.
Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria da Agricultura, Pecuária e Irrigação do Estado do Rio Grande do Sul
Interessado: Congresso Nacional
Representação legal: não há

012.997/2011-0
Auditoria realizada no Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), no 3º Batalhão de Engenharia de Construção do Exército (3º BEC e no Departamento de Engenharia de Construção (DEC), no período entre 1/5/2017 e 30/8/2017 (Fiscobras 2017), referente aos recursos alocados ao PT 26.782.1459.7435.0026/2011, que trata das obras de adequação da BR 101/PE.
Órgãos/Órgão/Entidade/Unidade: Departamento de Engenharia e Construção do Exército; Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes; 3º Batalhão de Engenharia de Construção - MD/CE
Responsável: Consórcio Queiroz Galvão/Norberto Odebrecht/Andrade Gutierrez/Barbosa Mello
Representação legal: Paulo Aristóteles Amador de Sousa, representando Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes; Angelo Longo Ferraro (OAB-DF 37.922) e outros, representando Consórcio Queiroz Galvão/Norberto Odebrecht/Andrade Gutierrez/Barbosa Mello

020.456/2016-6
Agravo interposto pela Administração Regional do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial no Estado do Rio de Janeiro (Senac/ARRJ) contra despacho do relator de 30/5/2017 que denegou pedido de concessão de prazo mínimo de sessenta dias para que a entidade pudesse analisar e se pronunciar sobre relatório de auditoria elaborado pelo Conselho Fiscal do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac/CF).
Órgão/Entidade/Unidade: Administração Regional do Senac no Estado do Rio de Janeiro; Administração Regional do Sesc no Estado do Rio de Janeiro
Responsável: Orlando Santos Diniz
Interessado: Serviço Social do Comércio - Administração Nacional
Representação legal: Ana Flavia Rodrigues Araujo e outros, representando Serviço Social do Comércio - Administração Nacional; Sergio Freitas de Almeida (OAB-DF 22.075) e outros, representando Administração Regional do Sesc no Estado do Rio de Janeiro; Fabiano Augusto Martins Silveira (OAB-DF 31.440) e outros, representando Administração Regional do Sesc no Estado do Rio de Janeiro, Administração Regional do Senac no Estado do Rio de Janeiro e Federação do Comércio do Estado do Rio de Janeiro; Fábio Nogueira Fernandes (OAB-RJ 109.339) e outros, representando Ordem dos Advogados do Brasil - Seção do Estado do Rio de Janeiro - OAB/RJ

028.164/2017-2
Solicitação de prorrogação do prazo para envio da Prestação de Contas Anual - exercício de 2016.
Solicitante: Wagner de Campos Rosário (Ministro de Estado da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União - Substituto)
Órgão/Entidade/Unidade: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
Representação legal: não há

034.144/2017-0
Solicitação de prorrogação de prazo para envio de Prestação de Contas Anual - Exercício 2016.
Solicitante: Wagner de Campos Rosário (Ministro de Estado da Transparência e Controladoria-Geral da União substituto)
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Regional do Sesi no Estado da Paraíba
Representação legal: não há

Em 7 de dezembro de 2017.
MARCIA PAULA SARTORI
Subsecretária

EXTRATO DE PAUTA
Sessão Extraordinária Reservada de Plenário, de 12/12/2017, às 14h30

Convocada com fundamento nos arts. 55,caput, e 108, § 1º, da Lei 8.443, de 1992, com o objetivo de apreciar processos em que é necessária a preservação de direitos individuais ou do interesse público.

PROCESSOS RELACIONADOS

Ministro BENJAMIN ZYMLER

001.828/2017-7
Natureza: Denúncia
Representação legal: não há

Ministro AUGUSTO NARDES

006.251/2011-0
Natureza: Auditoria
Representação legal: Pedro Pullen Parente e outros; Bruno Silva Campos (OAB/DF 17509) e outros; Tiago Neves Furtado (OAB/CE 20993) e outros

011.956/2015-1
Natureza: Denúncia
Representação legal: João Luiz Pereira Marciano e outros

Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

033.107/2016-5
Natureza: Denúncia
Representação legal: José Renato Pinto da Fonseca e outros

Ministro BRUNO DANTAS

011.770/2015-5
Natureza: Levantamento
Representação legal: não há

020.960/2017-4
Natureza: Denúncia
Representação legal: não há

025.915/2017-7
Natureza: Denúncia
Representação legal: não há

Ministro VITAL DO RÊGO

029.052/2017-3
Natureza: Denúncia
Representação legal: não há

Ministro-Substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

010.614/2016-8
Natureza: Denúncia
Representação legal: não há

013.153/2000-7
Natureza: Tomada de Contas Especial
Representação legal: Ana Lúcia Falsarella Testolini (OAB/SP 118.008) e outros; Mônica Gonçalves Aderne Freitas (OAB/RJ 102.881) e outros; Sonia Maria Andrade de Albuquerque (OAB/RJ 142.493) e outros e Jerusmar Sampaio de Freitas (OAB/RJ 95.745)

026.001/2016-0
Natureza: Denúncia
Representação legal: não há

PROCESSOS UNITÁRIOS

PROSSEGUIMENTO DE VOTAÇÃO

Ministro AUGUSTO NARDES

005.093/2015-5
Natureza: Acompanhamento
Representação legal: Advocacia-Geral da União através de seus representantes Eduardo Alonso Olmos, Daniel Pereira de Franco, Raïssa Torres Moraes Delázari, Laura Femandes de Lima Lira, Tatiana Mesquita Nunes e José Augusto Cordeiro da Cruz Neto.
Revisor: Ministro-Substituto Weder de Oliveira (22/2017)

DEMAIS PROCESSOS INCLUÍDOS EM PAUTA

Ministro BRUNO DANTAS

021.074/2016-0
Natureza: Denúncia
Órgão/Entidade/Unidade: Comando da Aeronáutica - Grupamento de Apoio de Brasília
Representação legal: Mauro Santos Silva e outros; Ivana Ferreira Castro Lobo Barbosa

021.243/2017-4
Natureza: Denúncia
Órgãos/Entidades/Unidades: Agência Nacional de Transportes Aquaviários e Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
Representação legal: não há

021.244/2017-0
Natureza: Denúncia
Representação legal: não há

029.910/2017-0
Natureza: Denúncia
Órgãos/Entidade/Unidade: Agência Nacional de Transportes Aquaviários e Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
Representação legal: não há

Ministro VITAL DO RÊGO

004.914/2015-5
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União
Representação legal: não há

Em 8 de dezembro de 2017
MARCIO ANDRÉ SANTOS DE ALBUQUERQUE
Secretário das Sessões

Poder Judiciário

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

PORTARIA Nº 945, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2017

Ajusta o Cronograma Anual de Desembolso Mensal da Justiça Eleitoral para o exercício de 2017.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 9° da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e no art. 58, caput, §§ 1° e 3° da Lei 13.408, de 26 de dezembro de 2016, e ainda no Procedimento Administrativo SEI n° 2017.00.000001252-0, resolve:

Art.1º Ajustar, na forma do Anexo, o Cronograma Anual de Desembolso Mensal da Justiça Eleitoral para o exercício de 2017.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MIN. GILMAR MENDES

ANEXO

JUSTIÇA ELEITORAL
CRONOGRAMA ANUAL DE DESEMBOLSO MENSAL - 2017

	Outros Custeios e Capital		Pessoal e Encargos Sociais	
Meses	Mensal	Acumulado	Mensal	Acumulado
Janeiro	2.500.000	2.500.000	680.005.709	680.005.709
Fevereiro	397.646.961	400.146.961	375.487.621	1.055.493.330
Março	249.410.149	649.557.110	381.000.000	1.436.493.330
Abril	242.811.105	892.368.215	381.000.000	1.817.493.330
Maio	217.356.831	1.109.725.046	381.000.000	2.198.493.330
Junho	251.837.683	1.361.562.729	381.000.000	2.579.493.330
Julho	253.057.475	1.614.620.204	381.000.000	2.960.493.330
Agosto	235.268.397	1.849.888.601	381.000.000	3.341.493.330
Setembro	251.001.662	2.100.890.263	380.000.237	3.721.493.567
Outubro	209.732.958	2.310.623.221	380.100.000	4.101.593.567
Novembro	184.001.999	2.494.625.220	574.909.414	4.676.502.981
Dezembro	203.344.038	2.697.969.258	198.082.120	4.874.585.101

Nota: Os valores referentes aos meses de janeiro a novembro já foram liberados pela Secretaria do Tesouro Nacional.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800287

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

PORTARIA Nº 457, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2017

Dispõe sobre o expediente no Conselho da Justiça Federal no dia 08 de dezembro de 2017.

A PRESIDENTE DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, usando de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º Comunicar que não haverá expediente no Conselho da Justiça Federal no dia 08 de dezembro de 2017 (sexta-feira), conforme disposto no art. 62, inciso IV, da Lei n. 5.010/66, alterado pelo art. 1º da Lei n. 6.741/79.

Art. 2º Os prazos que porventura devam iniciar-se ou completar-se nesse dia ficam automaticamente prorrogados para o dia 11 subsequente (segunda-feira).

Min. LAURITA VAZ

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

RETIFICAÇÃO

No Diário Oficial da União, nº 186, de 27/09/2017, seção 1, páginas 117 e 118, onde se lê no Anexo II do Ato Normativo nº 236, de 25/09/2017:

LIMITE MÁXIMO <%> \3	LRF, art. 20, incisos I, II e III								
	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente \4:	0,101800%	0,101800%	0,101800%	0,101800%	0,101800%	0,101800%	0,101800%
	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente \4:	0,807260%	0,807260%	0,807260%	0,807260%	0,807260%	0,807260%	0,807260%
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente \4:	0,805760%	0,805760%	0,805760%	0,805760%	0,805760%	0,805760%	0,805760%
	Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT/2015 \2								

Leia-se:

LIMITE MÁXIMO <%> \3	LRF, art. 20, incisos I, II e III		0,101900%	0,101900%	0,101900%	0,101900%	0,101900%	0,101900%	0,101900%
	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente \4:	0,101798%	0,101798%	0,101798%	0,101798%	0,101798%	0,101798%	0,101798%
	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente \4:	0,080726%	0,080726%	0,080726%	0,080726%	0,080726%	0,080726%	0,080726%
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente \4:	0,080576%	0,080576%	0,080576%	0,080576%	0,080576%	0,080576%	0,080576%
	Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT/2015 \2								

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

PORTARIA Nº 369, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2017

Publica a limitação de empenho e movimentação financeira da Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 1ª Região, conforme Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias - 5º Bimestre 2017.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais e tendo em vista o constante nos autos do PAe 0000082-29.2017.4.01.8000 e o disposto no Artigo 3º da Resolução n. CJF-RES-2014/00317, de 24 de outubro de 2014, e CONSIDERANDO o disposto no Ofício n. CJF-OFI-2017/04556, de 29 de novembro de 2017, resolve:

Art. 1º Fica indisponível para empenho e movimentação financeira o valor de R$ 22.407.530,00 (vinte e dois milhões, quatrocentos e sete mil e quinhentos e trinta reais), consignados às Unidades da Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 1º Região na Lei Orçamentária de 2017 e seus Créditos Adicionais.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. HILTON QUEIROZ

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS

RESOLUÇÃO Nº 1.396, DE 31 DE OUTUBRO DE 2017

Estabelece valores de anuidades, emolumentos e preços de serviços para o exercício de 2018.

O CONSELHO FEDERAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS-COFECI, no uso das suas atribuições legais e regimentais; CONSIDERANDO as disposições contidas no artigo 16 da Lei nº 6.530/78, com as alterações introduzidas pela Lei nº 10.795, de 5 de dezembro de 2003, publicada no D.O.U., Seção 1, em 08/12/2003;

CONSIDERANDO a tese de repercussão geral decidida pelo STF no Recurso Extraordinário nº 838.284, de 19/10/2016, que autoriza os Conselhos de Fiscalização Profissional a fixarem o valor de suas anuidades, desde que limitado a valor legalmente estabelecido, como é o caso do Sistema Cofeci-Creci, conforme dispõe o art. 16, §§ 1º e 2º, da Lei nº 6.530/78;

CONSIDERANDO os índices oficiais de atualização do ano em curso pelo IPCA, no período de 1º de outubro de 2016 a 30 de setembro de 2017;

CONSIDERANDO que os orçamentos-programa dos Conselhos Regionais de Corretores de Imóveis, para o exercício de 2018, estão sendo adequados à realidade proposta nesta Resolução; CONSIDERANDO a decisão do Egrégio Plenário, adotada na Sessão Extraordinária realizada durante os dias 30 e 31 de outubro de 2017; resolve:

Art. 1º - Estabelecer, conforme a seguir, os valores de anuidades, emolumentos e preços de serviços, devidos ao Sistema Cofeci-Creci, a partir de 1° de janeiro de 2018, atualizados pelo IPCA, nos termos do art. 16, § 2º da Lei n° 6.530/78.

I - ANUIDADES

a) Pessoa Física, Empreendedor ou Empresário Individual.....R$ 606,00 (seiscentos e seis reais);

b) Pessoa Jurídica, de acordo com os seguintes níveis de Capital Social:

b.1) de R$ 0,01 até R$ 50.000,00.....	R$ 1.212,00
b.2) de R$ 50.001,00 até R$ 100.000,00.....	R$ 1.515,00
b.3) de R$ 100.001,00 até R$ 150.000,00.....	R$ 1.818,00
b.4) de R$ 150.001,00 até R$ 200.000,00.....	R$ 2.121,00
b.5) Acima de R$ 200.000,00.....	R$ 2.424,00

Obs.: No ato da inscrição a anuidade será cobrada proporcionalmente aos meses faltantes do exercício em curso, conforme Arts. 21, parágrafo único (Pessoa Física) e 28, parágrafo único (Pessoa Jurídica), da Resolução-Cofeci nº 327/92.

II - EMOLUMENTOS

a) Serviços para inscrição e reinscrição de Pessoa Física...R$ 606,00. (Inclui taxa de expediente + emissão da Cédula de Identidade + disponibilização no site do Cofeci, de Programa de Reciclagem Profissional - Teste de Verificação). Obs: O valor correspondente a este item deve ser recolhido em conta-corrente especial compartilhada na proporção de 56% para o Creci e 44% para o Cofeci. Neste percentual já estão considerados os 20% correspondentes à cota-parte do Cofeci, determinada pelo art. 18, I, da Lei nº 6.530/78.

a.1) Serviços para inscrição secundária (no Creci receptor).....	R$ 485,00

(Inclui taxa de expediente + emissão da Cédula de Identidade + disponibilização, no site do Cofeci, de Programa de Reciclagem Profissional - Teste de Verificação). Obs: O valor correspondente a este item deve ser recolhido em conta-corrente especial compartilhada na proporção de 56% para o Creci e 44% para o Cofeci. Neste percentual já estão considerados os 20% correspondentes à cota-parte do Cofeci, determinada pelo art. 18, I, da Lei nº 6.530/78.

b) Serviços para inscrição/reinscrição de Pessoa Jurídica.....50% do valor da anuidade correspondente à da própria Pessoa Jurídica requerente da inscrição. (Inclui taxa de expediente + emissão do Certificado de Inscrição de Pessoa Jurídica)

c) Averbação de filial (art. 39, letra d, Resolução nº 327/92).....20% da Taxa de Inscrição PJ.

d) Serviços para emissão de 2ª via da Cédula de Identidade.....	R$ 61,00
e) Serviços para emissão de 2ª via de Certificado de Pessoa Jurídica.....	R$ 61,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800288

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

f) Certidões.....	R$ 30,00
g) Fotocópia de documentos.....	R$ 0,20

h) Desarquivamento e cópia de documentos com autenticação administrativa.....de 5% a 10% do valor da anuidade de pessoa física, cujo percentual será definido por Portaria da Presidência do Creci.

i) Pedidos no Regional de origem: cancelamento da inscrição; suspensão da inscrição; transferência para outra Região.....	R$ 151,00
j) Registros no Regional receptor: exercício eventual; suspensão ou cancelamento da inscrição secundária; emissão de novos documentos de identificação profissional.....	R$ 151,00

Obs: As taxas dos itens "i" e "j" referem-se ao serviço prestado, e não se confundem com anuidade proporcional, ou outro valor intrínseco ao item requerido.

k) Serviço de cobrança extra banco, realizado pelo próprio CRECI após o vencimento do débito.....10% do valor do débito.

l) Diligência referente ato administrativo ou disciplinar.....	R$ 61,00
m) Consulta prévia sobre liberação de razão social ou nome fantasia.....	R$ 61,00
n) Averbação de nome fantasia ou nome profissional abreviado; interrupção da suspensão ou prorrogação dos efeitos da inscrição.....	R$ 61,00
o) Taxa de Expedientes Diversos.....	R$ 61,00

Parágrafo Único - Os emolumentos e preços de serviços a que se referem o item II deste artigo, poderão ser parcelados, se pagos via cartão de crédito, a critério da Diretoria do Conselho Regional, na forma prevista no Art. 5º desta Resolução. Art. 2º - O pagamento da contribuição anual, se integral, será efetuado até o dia 31 de março. Art. 3º - É facultado ao Conselho Regional conceder parcelamento das anuidades fixadas no inciso I, do artigo 1º, desta Resolução, em até 05 (cinco) parcelas mensais iguais e sucessivas, sem o desconto previsto na Resolução-COFECI n° 1.099/2008, observados os seguintes critérios: a) em até 5 (cinco) parcelas mensais, se requerido até 12 de janeiro (sexta-feira), com vencimento da primeira parcela em 15 de janeiro (segunda-feira); b) em até 4 (quatro) parcelas mensais, se requerido até 15 de fevereiro (quinta-feira), com vencimento da primeira parcela em 16 de fevereiro (sexta-feira); c) em até 3 (três) parcelas mensais, se requerido até 13 de março (terça-feira), com vencimento da primeira parcela em 14 de março (quarta-feira). Art. 4º - O valor integral da contribuição anual pago após o dia 31 de março será atualizado pelo índice oficial de preços ao consumidor (IPCA) e acrescido de multa de 2% (dois por cento) e de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês ou fração. Art. 5º - É facultado o recebimento da contribuição anual por meio de cartão de crédito, conforme tabela abaixo: a) Pagamento até 15/01/2018, permitido o parcelamento em até 10 vezes. b) Pagamento até 15/02/2018, permitido o parcelamento em até 9 vezes. c) Pagamento até 15/03/2018, permitido o parcelamento em até 8 vezes. d) Pagamento até 15/04/2018, permitido o parcelamento em até 7 vezes. e) Pagamento até 15/05/2018, permitido o parcelamento em até 6 vezes. f) Pagamento até 15/06/2018, permitido o parcelamento em até 5 vezes. g) Pagamento até 15/07/2018, permitido o parcelamento em até 4 vezes. h) Pagamento até 15/08/2018, permitido o parcelamento em até 3 vezes. i) Pagamento até 15/09/2018, permitido o parcelamento em até 2 vezes. Art. 6º - As filiais ou representações de Pessoas Jurídicas pagarão a contribuição anual em valor que não exceda à metade do que for pago pela matriz. Art. 7º - É facultado ao Conselho Regional conceder desconto para pagamento único das anuidades, de acordo com os limites e critérios estabelecidos pela Resolução-Cofeci nº 1.099/2008. Art. 8º - Os débitos existentes em 31 de dezembro serão inscritos na Dívida Ativa e cobrados na forma própria. Art. 9º - Os valores de anuidades constantes da presente Resolução obedecem aos limites máximos estabelecidos no § 1º, incisos I e II, do artigo 16, da Lei nº 6.530, de 12/05/78, com a redação dada pela Lei nº 10.795, de 05/12/03, corrigidos nos termos do § 2º do mesmo artigo, considerado o período anual de 1º de outubro de 2016 a 30 de setembro de 2017. Art. 10 - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. *Republicada por ter saído com incorreção no original publicado no D.O.U de 21/11/2017, nº 222, págs. 94/95, Seção 1.

JOÃO TEODORO DA SILVA
Presidente do Conselho

ANTÔNIO ARMANDO CAVALCANTE SOARES.
Diretor-Tesoureiro

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

ACÓRDÃOS

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 9063/2015 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Mato Grosso do Sul (Sindicância nº 45/14). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 1 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 27 de setembro de 2017. NORBERTO JOSÉ DA SILVA NETO, Presidente da Sessão; SERGIO TAMURA, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 9766/2015 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Amazonas (Sindicância nº 77/14). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 2 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto da conselheira relatora. Brasília, 27 de setembro de 2017. ALBERTO CARVALHO DE ALMEIDA, Presidente da Sessão; ADRIANA SCAVUZZI CARNEIRO DA CUNHA, Relatora.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 3637/2016 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Sindicância nº 100747/15). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 1 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto da conselheira relatora. Brasília, 26 de setembro de 2017. JOSÉ ALBERTINO SOUZA, Presidente da Sessão; LIA CRUZ VAZ DA COSTA DAMASIO, Relatora.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 5277/2016 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Pernambuco (Sindicância nº 0001/14). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 1 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelos apelantes, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 27 de setembro de 2017. JOSÉ ALBERTINO SOUZA, Presidente da Sessão; SERGIO TAMURA, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 5847/2016 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Pará (Sindicância nº 120/2015). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 1 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto da conselheira relatora. Brasília, 27 de setembro de 2017. JOSÉ ALBERTINO SOUZA, Presidente da Sessão; LIA CRUZ VAZ DA COSTA DAMASIO, Relatora.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 6329/2016 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Sindicância nº 33.009/13). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 1 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 27 de setembro de 2017. JOSÉ ALBERTINO SOUZA, Presidente da Sessão; NORBERTO JOSÉ DA SILVA NETO, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 6675/2016 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio Grande do Sul (Sindicância nº 173/2015). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 1 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto da conselheira relatora. Brasília, 27 de setembro de 2017. ALCEU JOSE PEIXOTO PIMENTEL, Presidente da Sessão; LIA CRUZ VAZ DA COSTA DAMASIO, Relatora.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 6817/2016 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Pernambuco (Sindicância nº 134/2015). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 1 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto da conselheira relatora. Brasília, 27 de setembro de 2017. NORBERTO JOSÉ DA SILVA NETO, Presidente da Sessão; LIA CRUZ VAZ DA COSTA DAMASIO, Relatora.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 7343/2016 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Pará (Sindicância nº 102/15). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 1 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto da conselheira relatora. Brasília, 26 de setembro de 2017. JOSÉ ALBERTINO SOUZA, Presidente da Sessão; LIA CRUZ VAZ DA COSTA DAMASIO, Relatora.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 7652/2016 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Sindicância nº 38.310/15). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 1 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelos apelantes, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 27 de setembro de 2017. JOSÉ ALBERTINO SOUZA, Presidente da Sessão; ALCEU JOSE PEIXOTO PIMENTEL, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 8107/2016 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Sindicância nº 167.730/2014). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 1 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto da conselheira relatora. Brasília, 26 de setembro de 2017. NORBERTO JOSÉ DA SILVA NETO, Presidente da Sessão; LIA CRUZ VAZ DA COSTA DAMASIO, Relatora.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 8882/2016 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Sindicância nº 149.071/15). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 2 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 27 de setembro de 2017. ALBERTO CARVALHO DE ALMEIDA, Presidente da Sessão; OTÁVIO MARAMBAIA DOS SANTOS, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 9607/2016 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio Grande do Norte (Sindicância nº 46/15). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 2 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto da conselheira relatora. Brasília, 27 de setembro de 2017. ALBERTO CARVALHO DE ALMEIDA, Presidente da Sessão; ADRIANA SCAVUZZI CARNEIRO DA CUNHA, Relatora.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 9626/2016 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Sindicância nº 75.074/15). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 1 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 27 de setembro de 2017. JOSÉ ALBERTINO SOUZA, Presidente da Sessão; NAILTON JORGE FERREIRA LYRA, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 9674/2016 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Sindicância nº 120802/15). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 2 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto da conselheira relatora. Brasília, 26 de setembro de 2017. ALBERTO CARVALHO DE ALMEIDA, Presidente da Sessão; ADRIANA SCAVUZZI CARNEIRO DA CUNHA, Relatora.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 9692/2016 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro (Sindicância nº 10.296/15). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 1 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800289

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 26 de setembro de 2017. ALCEU JOSE PEIXOTO PIMENTEL, Presidente da Sessão; PEDRO EDUARDO NADER FERREIRA, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 9852/2016 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Santa Catarina (Sindicância nº 141/15). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 2 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto da conselheira relatora. Brasília, 27 de setembro de 2017. ALBERTO CARVALHO DE ALMEIDA, Presidente da Sessão; ADRIANA SCAVUZZI CARNEIRO DA CUNHA, Relatora.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 11102/2016 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Paraná (Sindicância nº 527/15). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 1 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 26 de setembro de 2017. JOSÉ ALBERTINO SOUZA, Presidente da Sessão; NAILTON JORGE FERREIRA LYRA, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 11432/2016 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Sindicância nº 156146/15). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 3 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento parcial ao recurso interposto pela apelante, reformando a decisão do Conselho de origem, que determinou o arquivamento dos autos, para que seja instaurado o competente PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL em desfavor dos 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 6º e 7ª apelados, a cargo do ilustrado Conselho a quo, para apurar indícios de infração aos artigos 1º e 32 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), e mantendo a decisão do Conselho de origem, de ARQUIVAMENTO dos autos, em relação aos 8º, 9ª, 10º, 11ª, 12º, 13º, 14 º, 15º, 16º e 17ª apelados, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 27 de setembro de 2017. ANTONIO CELSO KOEHLER AYUB, Presidente da Sessão; LUEIZ AMORIM CANÊDO, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 11630/2016 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Santa Catarina (Sindicância nº 45/16). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 2 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo(a) apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 27 de setembro de 2017. ALBERTO CARVALHO DE ALMEIDA, Presidente da Sessão; DORIMAR DOS SANTOS BARBOSA, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 11844/2016 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado da Paraíba (Sindicância nº 39/15). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 3 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 26 de setembro de 2017. ANTONIO CELSO KOEHLER AYUB, Presidente da Sessão; WILMAR DE ATHAYDE GERENT, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 12306/2016 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Mato Grosso do Sul (Sindicância nº 92/15). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 1 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 27 de setembro de 2017. ALCEU JOSE PEIXOTO PIMENTEL, Presidente da Sessão; JOSÉ ALBERTINO SOUZA, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 1390/2017 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Goiás (Sindicância nº 93/15). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 1 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 26 de setembro de 2017. JOSÉ ALBERTINO SOUZA, Presidente da Sessão; PEDRO EDUARDO NADER FERREIRA, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 2296/2017 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Sindicância nº 145194/14). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 2 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelos apelantes, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 27 de setembro de 2017. ALBERTO CARVALHO DE ALMEIDA, Presidente da Sessão; OTÁVIO MARAMBAIA DOS SANTOS, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 2297/2017 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Sindicância nº 174294/14). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 3 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 26 de setembro de 2017. NEWTON MONTEIRO DE BARROS, Presidente da Sessão; ANTONIO CELSO KOEHLER AYUB, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 2301/2017 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Sindicância nº 61739/16). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 3 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 27 de setembro de 2017. LUEIZ AMORIM CANÊDO, Presidente da Sessão; ANTONIO CELSO KOEHLER AYUB, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 2304/2017 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Sindicância nº 31374/16). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 1 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 26 de setembro de 2017. JOSÉ ALBERTINO SOUZA, Presidente da Sessão; NORBERTO JOSÉ DA SILVA NETO, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 2311/2017 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Sindicância nº 159694/15). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 3 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 27 de setembro de 2017. ANTONIO CELSO KOEHLER AYUB, Presidente da Sessão; LUEIZ AMORIM CANÊDO, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 2550/2017 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Sindicância nº 199116/15). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 2 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto da conselheira relatora. Brasília, 27 de setembro de 2017. ALBERTO CARVALHO DE ALMEIDA, Presidente da Sessão; LISETE ROSA E SILVA BENZONI, Relatora.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 2982/2017 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Piauí (Sindicância nº 54/16). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 3 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 26 de setembro de 2017. ANTONIO CELSO KOEHLER AYUB, Presidente da Sessão; WILMAR DE ATHAYDE GERENT, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 3153/2017 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Mato Grosso do Sul (Sindicância nº 12/16). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 2 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 27 de setembro de 2017. LISETE ROSA E SILVA BENZONI, Presidente da Sessão; ALBERTO CARVALHO DE ALMEIDA, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 3476/2017 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Distrito Federal (Sindicância nº 79/16). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 2 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 27 de setembro de 2017. LISETE ROSA E SILVA BENZONI, Presidente da Sessão; ALBERTO CARVALHO DE ALMEIDA, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 3505/2017 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Paraná (Sindicância nº 382/15). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 3 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelos apelantes, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 27 de setembro de 2017. ANTONIO CELSO KOEHLER AYUB, Presidente da Sessão; NEWTON MONTEIRO DE BARROS, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 3596/2017 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Minas Gerais (Sindicância nº 11236/16). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 3 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo(a) apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 27 de setembro de 2017. ANTONIO CELSO KOEHLER AYUB, Presidente da Sessão; WILMAR DE ATHAYDE GERENT, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 3852/2017 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado da Bahia (Sindicância nº 196/14). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 3 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 27 de setembro de 2017. RUY YUKIMATSU TANIGAWA, Presidente da Sessão; ANTONIO CELSO KOEHLER AYUB, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 3951/2017 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro (Sindicância nº 10952/16). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 3 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 27 de setembro de 2017. ANTONIO CELSO KOEHLER AYUB, Presidente da Sessão; RUY YUKIMATSU TANIGAWA, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 4115/2017 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Paraná (Sindicância nº 487/16). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 1 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 26 de setembro de 2017. PEDRO EDUARDO NADER FERREIRA, Presidente da Sessão; ALCEU JOSE PEIXOTO PIMENTEL, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 4277/2017 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Paraná (Sindicância nº 214/15). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 2 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 27 de setembro de 2017. ALBERTO CARVALHO DE ALMEIDA, Presidente da Sessão; DORIMAR DOS SANTOS BARBOSA, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 4340/2017 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Pernambuco (Sindicância nº 165/16). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Con-

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800290

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

selheiros membros da Câmara Especial nº 1 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 26 de setembro de 2017. JOSÉ ALBERTINO SOUZA, Presidente da Sessão; NORBERTO JOSÉ DA SILVA NETO, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 4446/2017 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Pará (Sindicância nº 115/16). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 1 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 27 de setembro de 2017. JOSÉ ALBERTINO SOUZA, Presidente da Sessão; NORBERTO JOSÉ DA SILVA NETO, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 4699/2017 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Sindicância nº 164524/13). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 1 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 27 de setembro de 2017. JOSÉ ALBERTINO SOUZA, Presidente da Sessão; PEDRO EDUARDO NADER FERREIRA, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 4861/2017 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Minas Gerais (Sindicância nº 11.426/16). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 2 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo(a) apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 27 de setembro de 2017. LISETE ROSA E SILVA BENZONI, Presidente da Sessão; ALBERTO CARVALHO DE ALMEIDA, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 4863/2017 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Minas Gerais (Sindicância nº 11558/16). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 1 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelos apelantes, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 26 de setembro de 2017. NORBERTO JOSÉ DA SILVA NETO, Presidente da Sessão; ALCEU JOSE PEIXOTO PIMENTEL, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 4905/2017 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Paraná (Sindicância nº 556/15). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 3 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 27 de setembro de 2017. ANTONIO CELSO KOEHLER AYUB, Presidente da Sessão; NEWTON MONTEIRO DE BARROS, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 5289/2017 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro (Sindicância nº 8446/13). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 3 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 26 de setembro de 2017. NEWTON MONTEIRO DE BARROS, Presidente da Sessão; ANTONIO CELSO KOEHLER AYUB, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 5391/2017 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Sindicância nº 99597/14). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 3 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 26 de setembro de 2017. NEWTON MONTEIRO DE BARROS, Presidente da Sessão; ANTONIO CELSO KOEHLER AYUB, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 5724/2017 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Acre (Sindicância nº 34/14). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 3 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 27 de setembro de 2017. ANTONIO CELSO KOEHLER AYUB, Presidente da Sessão; NEWTON MONTEIRO DE BARROS, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 6253/2017 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Sindicância nº 200.928/16). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 2 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 27 de setembro de 2017. LISETE ROSA E SILVA BENZONI, Presidente da Sessão; ALBERTO CARVALHO DE ALMEIDA, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 6254/2017 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Sindicância nº 49.238/16). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 2 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 27 de setembro de 2017. LISETE ROSA E SILVA BENZONI, Presidente da Sessão; ALBERTO CARVALHO DE ALMEIDA, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 6777/2017 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro (Sindicância nº 11049/16). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 2 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 27 de setembro de 2017. ALBERTO CARVALHO DE ALMEIDA, Presidente da Sessão; OTÁVIO MARAMBAIA DOS SANTOS, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 7146/2017 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado da Bahia (Sindicância nº 137/16). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 3 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 27 de setembro de 2017. ANTONIO CELSO KOEHLER AYUB, Presidente da Sessão; RUY YUKIMATSU TANIGAWA, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 7417/2017 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Mato Grosso (Sindicância nº 173/15). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 3 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 26 de setembro de 2017. NEWTON MONTEIRO DE BARROS, Presidente da Sessão; ANTONIO CELSO KOEHLER AYUB, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 8166/2017 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado da Bahia (Sindicância nº 511/13). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 1 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 27 de setembro de 2017. ALCEU JOSE PEIXOTO PIMENTEL, Presidente da Sessão; JOSÉ ALBERTINO SOUZA, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 6825/2016 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro (Sindicância nº 8516/13). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 2 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento ao recurso interposto pelo apelante, reformando a decisão do Conselho de origem, que determinou o arquivamento dos autos, para que seja instaurado o competente PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL em desfavor do apelado, a cargo do ilustrado Conselho a quo, para apurar indícios de infração aos artigos 73 e 78 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto da conselheira relatora. Brasília, 28 de setembro de 2017. ALBERTO CARVALHO DE ALMEIDA, Presidente da Sessão; ADRIANA SCAVUZZI CARNEIRO DA CUNHA, Relatora.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 9824/2016 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Pernambuco (Sindicância nº 287/15). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 3 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 28 de novembro de 2017. RUY YUKIMATSU TANIGAWA, Presidente da Sessão; ANTONIO CELSO KOEHLER AYUB, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 9952/2016 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Sindicância nº 66424/13). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 1 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelos apelantes, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 28 de novembro de 2017. JOSÉ ALBERTINO SOUZA, Presidente da Sessão; SERGIO TAMURA, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 12269/2016 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Pará (Sindicância nº 147/15). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 2 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento parcial ao recurso interposto pelo apelante, reformando a decisão do Conselho de origem, que determinou o arquivamento dos autos, para que seja instaurado o competente PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL em desfavor da 1ª apelada, a cargo do ilustrado Conselho a quo, para apurar indícios de infração aos artigos 1º e 32 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), e mantendo a decisão do Conselho de origem, de ARQUIVAMENTO dos autos, em relação à 2ª apelada, nos termos do voto da conselheira relatora. Brasília, 28 de novembro de 2017. ALBERTO CARVALHO DE ALMEIDA, Presidente da Sessão; ADRIANA SCAVUZZI CARNEIRO DA CUNHA, Relatora.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 13157/2016 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio Grande do Sul (Sindicância nº 103/16). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 2 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelos apelantes, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto da conselheira relatora. Brasília, 28 de novembro de 2017. ALBERTO CARVALHO DE ALMEIDA, Presidente da Sessão; LISETE ROSA E SILVA BENZONI, Relatora.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 13233/2016 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Sergipe (Sindicância nº 35/14). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 3 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 28 de novembro de 2017. LUEIZ AMORIM CANÊDO, Presidente da Sessão; ANTONIO CELSO KOEHLER AYUB, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 13327/2016 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio Grande do Sul (Sindicância nº 414/15). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 2 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento ao recurso interposto pela apelante, reformando a decisão do Conselho de origem, que determinou o arquivamento dos autos, para que seja instaurado o competente PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL em desfavor do apelado, a cargo do ilustrado Conselho a quo, para apurar indícios de infração ao artigo 18 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto da conselheira relatora. Brasília, 28 de novembro de 2017. ALBERTO CARVALHO DE ALMEIDA, Presidente da Sessão; LISETE ROSA E SILVA BENZONI, Relatora.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800291

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 2130/2017 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro (Sindicância nº 8502/13). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 1 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 28 de novembro de 2017. ALCEU JOSE PEIXOTO PIMENTEL, Presidente da Sessão; SERGIO TAMURA, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 3550/2017 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Sindicância nº 28.470/15). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 2 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 28 de novembro de 2017. ALBERTO CARVALHO DE ALMEIDA, Presidente da Sessão; OTÁVIO MARAMBAIA DOS SANTOS, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 5051/2017 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Minas Gerais (Sindicância nº 11.607/16). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 2 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento ao recurso interposto pela apelante, reformando a decisão do Conselho de origem, que determinou o arquivamento dos autos, para que seja instaurado o competente PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL em desfavor da apelada, a cargo do ilustrado Conselho a quo, para apurar indícios de infração aos artigos 1º e 32 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto da conselheira relatora. Brasília, 28 de novembro de 2017. ALBERTO CARVALHO DE ALMEIDA, Presidente da Sessão; LISETE ROSA E SILVA BENZONI, Relatora.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 5367/2017 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Sindicância nº 104.496/16). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 1 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e, por maioria, dar provimento ao recurso interposto pela apelante, reformando a decisão do Conselho de origem, que determinou o arquivamento dos autos, para que seja instaurado o competente PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL em desfavor do apelado, a cargo do ilustrado Conselho a quo, para apurar indícios de infração aos artigos 1º, 32 e 87 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), por unanimidade, a instauração do competente PROCESSO ÉTICO PROFISSIONAL em desfavor do 1º e 2º apelados, a cargo do ilustrado Conselho de origem, para apurar indícios de infração ao artigo 1º do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 28 de novembro de 2017. JOSÉ ALBERTINO SOUZA, Presidente da Sessão; ALEXANDRE DE MENEZES RODRIGUES, Voto Divergente.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 5538/2017 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado da Bahia (Sindicância nº 240/2016). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 3 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 28 de novembro de 2017. LUEIZ AMORIM CANÊDO, Presidente da Sessão; ANTONIO CELSO KOEHLER AYUB, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 5970/2017 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio Grande do Norte (Sindicância nº 017/2016). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 03 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e, por maioria, dar provimento ao recurso interposto pelo apelante, reformando a decisão do Conselho de origem, que determinou o arquivamento dos autos, para que seja instaurado o competente PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL em desfavor do apelado, a cargo do ilustrado Conselho a quo, para apurar indícios de infração aos artigos 1º, 32 e 87 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto divergente/vencedor do conselheiro Wilmar de Athayde Gerent. Brasília, 29 de novembro de 2017. (data do julgamento) ANTÔNIO CELSO KOEHLER AYUB, Presidente da Sessão; WILMAR DE ATHAYDE GERENT, Voto Divergente/Vencedor.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 6171/2017 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Rondônia (Sindicância nº 92/16). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 3 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento ao recurso interposto pelo(a) apelante, reformando a decisão do Conselho de origem, que determinou o arquivamento dos autos, para que seja instaurado o competente PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL em desfavor dos apelados, a cargo do ilustrado Conselho a quo, para apurar indícios de infração aos artigos 18, 20, 40, 58, 68 e 69 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 29 de novembro de 2017. ANTONIO CELSO KOEHLER AYUB, Presidente da Sessão; RUY YUKIMATSU TANIGAWA, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 6602/2017 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Ceará (Sindicância nº 40/2016). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 2 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 28 de novembro de 2017. LISETE ROSA E SILVA BENZONI, Presidente da Sessão; ALBERTO CARVALHO DE ALMEIDA, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 7419/2017 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Minas Gerais (Sindicância nº 11597/16). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 3 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 28 de novembro de 2017. ANTONIO CELSO KOEHLER AYUB, Presidente da Sessão; WILMAR DE ATHAYDE GERENT, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 8605/2017 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Piauí (Sindicância nº 18/17). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 3 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 28 de novembro de 2017. ANTONIO CELSO KOEHLER AYUB, Presidente da Sessão; WILMAR DE ATHAYDE GERENT, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 8669/2017 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Sindicância nº 130.499/16). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 2 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 28 de novembro de 2017. ALBERTO CARVALHO DE ALMEIDA, Presidente da Sessão; OTÁVIO MARAMBAIA DOS SANTOS, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 8902/2017 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Sindicância nº 90.245/2016). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 3 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento ao recurso interposto pela apelante, reformando a decisão do Conselho de origem, que determinou o arquivamento dos autos, para que seja instaurado o competente PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL em desfavor dos apelados, a cargo do ilustrado Conselho a quo, para apurar, em relação ao 1º apelado, indícios de infração aos artigos 1º, 32, 37 e 87 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009) e em relação ao 2º apelado, indícios de infração aos artigos 37 e 87 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 28 de novembro de 2017. ANTONIO CELSO KOEHLER AYUB, Presidente da Sessão; NEWTON MONTEIRO DE BARROS, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 8937/2017 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro (Sindicância nº 11053/2016). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 2 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 28 de novembro de 2017. ALBERTO CARVALHO DE ALMEIDA, Presidente da Sessão; OTÁVIO MARAMBAIA DOS SANTOS, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 9572/2017 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Sergipe (Sindicância nº 44/13). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 3 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelos apelantes, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 28 de novembro de 2017. LUEIZ AMORIM CANÊDO, Presidente da Sessão; ANTONIO CELSO KOEHLER AYUB, Relator.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

RESOLUÇÃO Nº 1.191, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2018

Aprova e homologa as Propostas Orçamentárias para o exercício de 2018 do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Medicina Veterinária que especifica.

O CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA - CFMV -, no uso da atribuição que lhe confere a alínea "f", artigo 16, da Lei nº 5.517, de 23 de outubro de 1968, combinada com os incisos XI e XII, do Artigo 3º, da Resolução CFMV nº 856, de 30 de março de 2007 e §§ 1º e 3º do artigo 1º da Resolução CFMV nº 1049, de 14 de fevereiro de 2014;

Considerando a deliberação do Plenário do CFMV na 306ª Sessão Plenária Ordinária, realizada em 2 de dezembro de 2017, em Brasília - DF, resolve:

Art. 1º Aprovar e homologar as Propostas Orçamentárias para o exercício de 2018, do Sistema CFMV/CRMVs, conforme a seguir:

I. Conselho Federal de Medicina Veterinária - CFMV

Receitas Correntes	33.800.000,00	Despesas Correntes	33.800.000,00
Receitas de Capital	11.250.000,00	Despesas de Capital	11.050.000,00
TOTAL	45.050.000,00	TOTAL	45.050.000,00

II. Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Acre:

Receita Corrente	534.300,00	Despesa Corrente	450.300,00
Receita de Capital	0,00	Despesa de Capital	84.000,00
TOTAL	534.300,00	TOTAL	534.300,00

III. Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de Alagoas:

Receita Corrente	879.551,10	Despesa Corrente	847.731,10
Receita de Capital	0,00	Despesa de Capital	31.820,00
TOTAL	879.551,10	TOTAL	879.551,10

IV. Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Rio de Janeiro:

Receita Corrente	8.000.000,00	Despesa Corrente	8.000.000,00
Receita de Capital	1.500.000,00	Despesa de Capital	1.500.000,00
TOTAL	9.500.000,00	TOTAL	9.500.000,00

Art. 2º Na Resolução CFMV nº 1182, de 11 de novembro de 2017, publicada no DOU nº 221, Seção 1, pág. 124, de 20/11/2017, na ementa onde se lê: "para o exercício de 2017", leia-se: "para o exercício de 2018".

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação no DOU, revogadas as disposições em contrário.

BENEDITO FORTES DE ARRUDA
Presidente do Conselho

MARCELLO RODRIGUES DA ROZA
Secretário-Geral

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800292

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RESOLUÇÃO Nº 1.194, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2017

Aprova registro de Título de Especialista.

O CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA - CFMV -, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 16, alínea "f", da Lei nº 5.517, de 23 de outubro de 1968, combinado com o §2º, artigo 8º, da Resolução CFMV nº 935, de 10 de dezembro de 2009,

Considerando a documentação contida no PA CFMV nº 3827/2017;

Considerando a decisão proferida na LIII Sessão Ordinária da Segunda Turma Recursal do CFMV, realizada no dia 19 de outubro de 2017; resolve:

Art. 1º Aprovar o parecer conclusivo do CRMV-MS que defere o pedido de registro do Título de Especialista em Homeopatia Veterinária concedido pela Associação Médico Veterinária Homeopática Brasileira (AMVHB) à médica veterinária Ana Paula Gomes Amorim (CRMV-MS nº 1944).

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no DOU.

BENEDITO FORTES DE ARRUDA
Presidente do Conselho

MARCELLO RODRIGUES DA ROZA
Secretário-Geral

RESOLUÇÃO Nº 1.195, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2017

Aprova registro de Título de Especialista.

O CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA - CFMV -, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 16, alínea "f", da Lei nº 5.517, de 23 de outubro de 1968, combinado com o §2º, artigo 8º, da Resolução CFMV nº 935, de 10 de dezembro de 2009,

Considerando a documentação contida no PA CFMV nº 2973/2017;

Considerando a decisão proferida na LIII Sessão Ordinária da Segunda Turma Recursal do CFMV, realizada no dia 19 de outubro de 2017; resolve:

Art. 1º Aprovar o parecer conclusivo do CRMV-MG que defere o pedido de registro do Título de Especialista em Patologia Veterinária concedido pela Associação Brasileira de Patologia Veterinária (ABPV) à médica veterinária Taismara Simas de Oliveira (CRMV-MG nº 7476).

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no DOU.

BENEDITO FORTES DE ARRUDA
Presidente do Conselho

MARCELLO RODRIGUES DA ROZA
Secretário-Geral

RETIFICAÇÃO

Na Ementa e artigo 1º da Resolução CFMV nº 1174, publicada em 6/12/17 no DOU nº 233, Seção 1, p.159, leia-se: "Universidade Estadual Paulista, campus Botucatu".

CONSELHO FEDERAL DE ODONTOLOGIA

DECISÃO Nº 46, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2017

Estabelece o dia 23/01/2018 como a data em que todos os colaboradores lotados no escritório do RJ, que não aderiram ao PDV, se apresentem na sede do CFO, em Brasília, para darem início a suas atividades.

O presidente do Conselho Federal de Odontologia, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei nº 4.324, de 14 de abril de 1964, regulamentada pelo Decreto Lei nº 68.704, de 03 de junho de 1971, e ainda de acordo com o que prevê o Regimento Interno do CFO, "ad referendum" do plenário;

Considerando as determinações do Tribunal de Contas da União;

Considerando o Plano de Ação aprovado pelo plenário do CFO;

Considerando a necessidade de conferir transparência às ações da Administração e agir pautado na boa-fé e cordialidade com todos os atores envolvidos no processo de transferência da sede;

Considerando que a transferência da sede administrativa do CFO impactará na vida funcional dos integrantes do Quadro de Pessoal da Autarquia; e,

Considerando o disposto na Decisão CFO - 75/2016.

decide:

Art. 1º. Fica estabelecido o dia 23/01/2018 como sendo a data em que todos os colaboradores lotados no escritório do Rio de Janeiro, que não aderiram ao PDV, devem se apresentar na sede do CFO, em Brasília, para darem início a suas atividades.

Art. 2º. No período estabelecido entre os dias 18/12/2017 a 22/12/2017 só haverá, para os funcionários lotados no escritório do Rio de Janeiro, expediente interno, cuja finalidade será separar, acondicionar e identificar os documentos e materiais que serão transportados para a sede.

Art. 3º. O período de recesso para as comemorações de Natal e Ano Novo, para os colaboradores lotados no Rio de Janeiro, se dará do dia 23/12/2017 a 07/01/2018.

Art. 4º. O período compreendido entre os dias 08/01/2018 a 12/01/2018 será, para os colaboradores lotados no Rio de Janeiro, destinado à conclusão dos trabalhos e encerramento das atividades previstas no Art. 2º.

Art. 5º. A responsabilidade pelo acompanhamento da transferência dos materiais e documentos de cada setor será de responsabilidade dos respectivos gerentes e chefes, e todo e qualquer fato que possa prejudicar o cronograma, deverá ser comunicado imediatamente à Diretoria.

Art. 6º. Na forma do previsto no parágrafo único, do Art. 4º, da Decisão CFO 75/2016, durante os dias 15/01/2018 a 22/01/2018, os colaboradores lotados no Rio de Janeiro serão dispensados de suas atividades, sem prejuízo de sua remuneração, a fim de operacionalizar o processo de mudança de domicílio e de adaptação pessoal.

Art. 7º. O auxílio mudança previsto no inciso I, do Art. 2º, da Decisão CFO 75/2016, será pago aos colaboradores lotados no Rio de Janeiro, no dia 22/01/2018.

Art. 8º. A primeira parcela do auxílio moradia previsto no inciso II, do Art. 2º, da Decisão CFO 75/2016, será paga no dia 22/01/2018 e as demais 30 (trinta) e 60 (sessenta) dias após.

Art. 9º. Conforme dispõe o inciso III, do Art. 2º, da Decisão CFO 75/2016, o auxílio alimentação e/ou refeição será (ão) pago (s), em dobro, nos meses de janeiro, fevereiro e março de 2018.

Art. 10. Os colaboradores lotados no Rio de Janeiro farão jus a 2 (duas) passagens aéreas de ida e volta Rio de Janeiro para Brasília, e 1 (uma) passagem aérea de ida para Brasília, que deverão ser emitidas no período compreendido entre os dias 01/12/2017 e 12/12/2017, em atenção ao prazo estabelecido no Art. 6º, "b", da Decisão n.º 69/2016.

Parágrafo único - Os dependentes dos colaboradores lotados no Rio de Janeiro, no período compreendido no caput deste artigo, farão jus à emissão de 1 (uma) passagem do Rio de Janeiro para Brasília.

Art. 11. Dê-se ciência da presente norma a todos os colaboradores, e aos Conselhos Regionais.

JULIANO DO VALE, CD

CONSELHO FEDERAL DE QUÍMICA

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 269, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2017

Estabelece os valores a serem recolhidos ao Sistema CFQ/CRQs, por profissionais e empresas que laboram na área da Química, nos termos da legislação vigente, para o exercício de 2018.

O Conselho Federal de Química, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 8º, alínea f, da Lei nº 2.800 de 18/06/1956;

Considerando o disposto nos artigos 25, 26, 27 e 28 da Lei nº 2.800/56;

Considerando que, para cumprir as suas finalidades de relevante interesse público, determinadas em Lei, o Sistema CFQ/CRQs deve dispor de recursos que permitam a sua manutenção financeira;

Considerando que com a Fiscalização, o Sistema busca atingir o bem comum, em defesa da Sociedade;

Considerando a Lei nº 12.514 de 28/10/2011, que define os limites de valores a serem recolhidos pelos Conselhos de Fiscalização Profissional e estabelece norma para a sua correção; resolve:

Artigo 1º - As contribuições a serem recolhidas aos CRQs, pelas pessoas jurídicas na forma de Anuidade para o exercício 2018, ficam definidas da seguinte forma: de acordo com a receita bruta para as microempresas e as empresas de pequeno porte conforme a Lei Complementar 123/06, art. 3º, I e II; as demais empresas com os respectivos capitais sociais:

a)	Microempresa com receita bruta anual igual ou inferior a R$360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais): R$702,00 (setecentos e dois reais)
b)	Empresa de pequeno porte com receita bruta anual superior a R$360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R$4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais): R$1.415,00 (um mil, quatrocentos e quinze reais)
c)	Até R$50.000,00 (cinquenta mil reais) de capital social: R$724,00 (setecentos e vinte e quatro reais).
d)	Acima de R$50.000,00 (cinquenta mil reais) e até R$200.000,00 (duzentos mil reais) de capital social: R$1.450,00 (um mil, quatrocentos e cinquenta reais).
e)	Acima de R$200.000,00 (duzentos mil reais) e até R$500.000,00 (quinhentos mil reais) de capital social: R$2.176,00 (dois mil, cento e setenta e seis reais).
f)	Acima de R$500.000,00 (quinhentos mil reais) e até R$1.000.000,00 (um milhão de reais) de capital social: R$2.897,00 (dois mil, oitocentos e noventa e sete reais).
g)	Acima de R$1.000.000,00 (um milhão de reais) e até R$2.000.000,00 (dois milhões de reais) de capital social: R$3.624,00 (três mil, seiscentos e vinte e quatro reais).
h)	Acima de 2.000.000,00 (dois milhões de reais) e até R$10.000.000,00 (dez milhões de reais) de capital social: R$4.349,00 (quatro mil, trezentos e quarenta e nove reais).
i)	Acima de R$10.000.000,00 (dez milhões de reais) de capital social: R$5.788,00 (cinco mil, setecentos e oitenta e oito reais).

Parágrafo Único - As microempresas e as empresas de pequeno porte deverão comprovar esta condição pela apresentação da Certidão Simplificada atualizada emitida pela Junta Comercial.

Artigo 2º - Os valores de Anuidades a serem recolhidos pelas pessoas físicas aos Conselhos Regionais de Química para o exercício de 2018, ficam estabelecidos, conforme especificado a seguir:

a) Nível Superior	R$505,00.
b) Nível Médio	R$250,00.
c) Auxiliares e Provisionados	R$178,00.

§ 1º - O recolhimento das Anuidades pelas pessoas físicas, quando feito em cota única, será efetuado ao CRQ, de acordo com o disposto a seguir:

até 31 de janeiro	desconto de 20%.
até 28 de fevereiro	desconto de 10%.
após 28 de fevereiro até 31 de março	sem desconto.

§ 2º - No caso de profissionais formados em meados de ano letivo e que adquiram emprego, será devida, apenas, a parcela proporcional ao período não vencido e com redução de 20% do valor devido, se pago em parcela única, no ato da inscrição.

§ 3º - Os profissionais de nível superior que comprovarem que exercem suas atividades apenas no ensino fundamental e médio, pagarão sua anuidade, correspondente à do profissional de nível médio.

Artigo 3º - O recolhimento das anuidades pelas pessoas jurídicas, quando feito em cota única, será efetuado ao CRQ de acordo com o disposto a seguir:

até 31 de janeiro	desconto de 5%.
até 28 de fevereiro	desconto de 3%.
após 28 de fevereiro até 31 de março	sem desconto.

Parágrafo Único - No caso de pessoas jurídicas que comprovarem que estão classificadas como microempresas nos termos da legislação vigente, ficam os CRQs autorizados a fazer o desconto não cumulativo de 20%, se efetuado o pagamento até 31 de janeiro. Caso o pagamento seja efetuado em fevereiro, o desconto será de 10%, também, não cumulativo.

Artigo 4º- Os valores das anuidades estabelecidas nos artigos precedentes, serão corrigidos de acordo com a variação integral do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC -, calculado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE -, ou por outro índice oficial que venha a substituí-lo.

Parágrafo Único - A fixação do valor da anuidade a ser recolhida por Filiais ou Representações, ou qualquer outro estabelecimento da mesma pessoa jurídica, sem capital destacado, não excederá à metade do valor da anuidade paga pela Matriz ou Estabelecimento-base.

Artigo 5º - Os valores das taxas correspondentes a serviços relativos aos atos indispensáveis ao exercício da profissão ficam estabelecidos conforme designado a seguir:

a)	Inscrição de Pessoa Física	R$50,00.
b)	Inscrição de Pessoa Jurídica	R$232,00.
c)	Expedição de carteira profissional	R$115,00.
d)	Substituição de carteira profissional ou expedição 2ª via	R$115,00.
e)	Certidões	R$72,00.
f)	Anotação de Função Técnica de empresa	R$217,00.
g)	Anotação de Função Técnica de firmas individuais de profissionais	R$145,00.
h)	Anotação de Função Técnica profissionais autônomos, por projeto.	R$72,00.

Artigo 6º - Ficam os CRQs autorizados a procederem o parcelamento das anuidades de profissionais e empresas, em 05 (cinco) parcelas mensais, quando solicitado, considerando o valor integral da anuidade.

Artigo 7º - Sobre os valores estabelecidos no artigo 5º e sobre as parcelas referidas no artigo 6º, incidirão correção monetária quando não pagas, respectivamente, até 31 de março, e nos prazos estipulados quando do parcelamento, segundo os índices oficiais em vigor, a correção anual pelo INPC, acrescido de multa de 20% de mora, conforme a Lei de Regência do Sistema CFQ/CRQs.

Artigo 8º - Ficam os CRQs autorizados a realizar medidas administrativas gerais de cobrança, a aplicação de sanções por violação à ética e até, a suspensão do exercício profissional.

Artigo 9º - Os profissionais que estejam desempregados, cursando pós-graduação ou não, ficam dispensados do pagamento da respectiva anuidade, sem perda de seus direitos profissionais e sociais em relação ao CRQ de sua jurisdição, desde que comprovem uma das condições estabelecidas neste artigo, até 31 de março.

§1º- Os profissionais beneficiados no caput deste artigo, tão logo adquiram emprego, ou venham a prestar serviços como autônomos, será devido, apenas, a anuidade proporcional ao período não vencido e com redução de 20% do valor devido, se pago em parcela única, no mês da aquisição do emprego.

§2º- O não cumprimento do disposto no parágrafo anterior implicará na assunção automática de todas as obrigações e penas pecuniárias previstas na presente Resolução Normativa, a partir da data de dispensa.

§3º- O CRQ entregará ao profissional que vier a ser beneficiado pelo presente artigo cópia do texto integral do mesmo e seus parágrafos, devendo, o profissional assinar um Termo de Responsabilidade perante o CRQ.

Artigo 10 - Esta Resolução Normativa entrará em vigor, na data de sua publicação, podendo ser alterada em função de Lei superveniente.

JESUS MIGUEL TAJRA ADAD
Presidente do Conselho

ROBERTO LIMA SAMPAIO
Diretor-Secretário

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800293

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO DISTRITO FEDERAL

DECISÃO Nº 352, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2017

O Presidente do Conselho Regional de Enfermagem do Distrito Federal, no uso de suas competências legais, em conformidade com a Lei n° 5.905/73 e com o Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Decisão Coren-DF n° 114/2012.

Considerando o Código Eleitoral dos Conselhos de Enfermagem, aprovado pela Resolução Cofen nº 523/2016, em seus artigos: 40, 41, 42 e 43, Eleição e Posse dos membros da Diretoria.

Considerando a Posse da trigésima quinta Diretoria do Conselho Regional de Enfermagem do Distrito Federal - Coren-DF, eleita pelo Plenário para a gestão de 2018 a 2020 em sua 128ª (centésima vigésima oitava) Reunião Extraordinária, realizada no dia vinte e quatro de novembro de dois mil e dezessete, no Auditório do Coren-DF, situado no SDS Edifício Eldorado, loja 36, 2º Subsolo, Brasília-DF, decide:

Art. 1º - Proclamar o resultado da Eleição e Posse dos membros da Diretoria: Presidente: Dr. Marcos Wesley de Sousa Feitosa, Coren-DF nº 146.933-ENF, CPF 716.917.071-04, RG 2.110.442 SSP-DF. Secretário Dr. Tiago Pessoa Alves, Coren-DF nº 110.045-ENF, CPF 964.242.491-68, RG 1.955.144 SSP-DF. Tesoureiro Sra. Maria Aparecida Alves de Almeida, Coren-DF nº 428.673-TEC, CPF 878.260.111-91, RG 1.963.909 SSP-DF. Delegado Regional Dr. Ricardo Cristiano da Silva, Coren-DF nº 94.516-ENF. Delegado Regional Suplente Dr. Marcos Wesley de Sousa Feitosa, Coren-DF nº 146.933-ENF, para a gestão de primeiro de janeiro de dois mil e dezoito a trinta e um de dezembro de dois mil e vinte.

GILNEY GUERRA DE MEDEIROS
Presidente do Conselho

ELISSANDRO NORONHA DOS SANTOS
Secretário

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO MATO GROSSO DO SUL

DECISÃO Nº 47, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017

A Presidente do Conselho Regional de Enfermagem de Mato Grosso do Sul em conjunto com a Secretária, no uso de suas competências legais e regimentais, conferidas pela Lei nº 5.905, de 12 de julho de 1973, e pelo Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Decisão Cofen n. 0288/2016 de 29 de novembro de 2016;

CONSIDERANDO que "O Conselho Federal e os Conselhos Regionais são órgãos disciplinadores do exercício da profissão de enfermeiro e das demais profissões compreendidas nos serviços de Enfermagem", nos termos do art. 2º da Lei n. 5.509/73.

CONSIDERANDO que "os Conselhos Regionais de Enfermagem possuem personalidade jurídica própria e gozam de autonomia administrativa e financeira, observada a subordinação ao Conselho Federal de Enfermagem.", estabelecida no art. 3º da Lei n. 5.905/73 (art. 76, primeira parte do Regimento Interno do Cofen).

CONSIDERANDO que, em se tratando de autarquia pública, é função precípua do controle e acompanhamento dos gastos, como fruto da reformulação de métodos e técnicos de administração que assegure a excelência da gestão de recursos disponíveis e o primado da sua integridade.

CONSIDERANDO o constante do capítulo V - Dos Créditos Adicionais - artigos 40 a 46, e seus parágrafos e incisos, da Lei 4.320/64.

CONSIDERANDO o constante do capítulo IV - Dos Créditos Adicionais - artigos 87 a 90 do Regulamento da Administração Financeira e Contábil do Sistema Cofen e Conselhos Regionais, aprovado pela Resolução COFEN 340/2008.

CONSIDERANDO a necessidade de adequar o Orçamento para o corrente exercício às novas políticas da administração, suplementando algumas dotações orçamentárias, para suporte das despesas que serão ordenadas.

CONSIDERANDO a deliberação na 428ª Reunião Ordinária de Plenário, realizada no dia 13 de novembro de 2017, decidem:

Art. 1ºAprovar a Reformulação Orçamentária n. 06/2017, do Conselho Regional de Enfermagem de Mato Grosso do Sul, apresentada pela Contadora Sra. Rosana Serejo Martins Araújo, CRC/MS n. 3862.

Art. 2ºAutorizar as Aberturas de Créditos Adicionais Suplementares no valor de R$ 1.584.294,25 (hum milhão quinhentos e oitenta e quatro mil, duzentos e noventa e quatro reais, e vinte e cinco centavos), e créditos adicionais especiais no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais).

Art. 3º Os recursos existentes para as alterações orçamentárias são provenientes de excesso de arrecadação no 3º trimestre no valor de R$ 447.071,82 (quatrocentos e quarenta e sete mil, setenta e um reais e oitenta e dois centavos), de previsão de excesso de arrecadação no 4ª trimestre no valor de R$ 1.157.222,43 (hum milhão, cento e cinquenta e sete mil, duzentos e vinte e dois reais e quarenta e três centavos), e de redução de R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil) na rubrica auxílio representação de colaboradores.

Art. 4ºEm face da suplementação orçamentária aprovada, altera-se o valor global do orçamento de 2017 para R$ 6.441.455,31 (seis milhões, quatrocentos e quarenta e um mil, quatrocentos e cinquenta e cinco reais e sessenta e trinta e um centavos) de previsão de receita, e R$ 6.941.455,31 (seis milhões, novecentos e quarenta e um mil, quatrocentos e cinquenta e cinco reais e trinta e um centavos) de despesa.

Art. 5ºEsta Decisão entrará em vigor na data da homologação do Conselho Federal e Enfermagem e publicação em Diário Oficial, revogadas as disposições em contrário.

Art. 6ºDê ciência, publique-se e cumpra-se. Campo Grande, 14 de novembro de 2017.

JUDITH WILLEMAN FLÔR

DECISÃO Nº 57, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2017

A Presidente do Conselho Regional de Enfermagem de Mato Grosso do Sul em conjunto com a Secretária, no uso de suas competências legais e regimentais, conferidas pela Lei nº 5.905, de 12 de julho de 1973, e pelo Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Decisão Cofen n. 0288/2016 de 29 de novembro de 2016; CONSIDERANDO a Resolução Cofen n. 523/2016 que aprova o Código Eleitoral dos Conselhos de Enfermagem, e dá outras providências. CONSIDERANDO o Processo Eleitoral (Pleito 2018-2020) para o Conselho Regional de Enfermagem de Mato Grosso do Sul, decidem:

Art. 1ºTornar público o resultado da eleição interna realizada no dia 4 de dezembro de 2017, para os cargos de Diretoria, Delegado (a) Regional e Delegado (a) Regional Suplente do Conselho Regional de Enfermagem de Mato Grosso do Sul que terão mandato compreendido entre 1º de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2020. DIRETORIA: - Presidente: Dr. Sebastião Junior Henrique Duarte, Coren-MS n. 85775; - Secretário: Dr. Rodrigo Alexandre Teixeira, Coren-MS n. 123978 e; - Tesoureiro: Sr. Cleberson dos Santos Paião, Coren-MS n. 546012. DELEGADO (A) REGIONAL E DELEGADO (A) REGIONAL SUPLENTE: - Delegada Regional: Dra. Virna Liza Pereira Chaves Hildebrand, Coren-MS n. 96606 e; - Delegado Regional Suplente: Dr. Rodrigo Alexandre Teixeira, Coren-MS n. 123978.

Art. 2ºEsta Decisão entrará em vigor na data de sua publicação em Diário Oficial, revogadas as disposições em contrário. Campo Grande, 5 de dezembro de 2017.

JUDITH WILLEMAN FLÔR

CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DE MINAS GERAIS

ACÓRDÃOS

Processo Ético nº 23/2016 - Indiciado: Alex Danilo Silva Costa - MG-CD-26.855. Assunto: Publicidade Irregular. Acórdão nº 22/2017. Decisão: CENSURA PÚBLICA EM PUBLICAÇÃO OFICIAL, conforme julgamento realizado em 26/05/2017.

Processo Ético nº 79/2016 - Denunciado: Lázaro Pereira de Castro Junior - MG-CD-20.072 - Denunciante: Eremita Cláudia Bessa Custódio. Assunto: Tratamento Odontológico Inadequado e Abandono de Tratamento. Acórdão nº 24/2017. Decisão: SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL POR 05 (CINCO) DIAS cumulado com PENA PECUNIÁRIA de 05 (CINCO) ANUIDADES, conforme julgamento realizado em 26/05/2017.

Processo Ético nº 119/2016 - Denunciados: Cláudio Antônio Lino - MG-CD-31.322 e Outros - Denunciante: Maria Madalena Coelho. Assunto: Tratamento Odontológico Inadequado e Abandono de Tratamento. Acórdão 36/2017. Decisão: CENSURA PÚBLICA EM PUBLICAÇÃO OFICIAL, conforme julgamento realizado em 21/07/2017.

Processo Ético nº 126/2016 - Denunciado: Marcos Vinicius Carvalho Soares - MG-CD-10.905 - Denunciante: João Batista Alves de Araújo. Assunto: Tratamento Odontológico Inadequado e Abandono de Tratamento. Acórdão nº 37/2017. Decisão: SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL POR 30 (TRINTA) DIAS cumulado com PENA PECUNIÁRIA de 02 (DUAS) ANUIDADES, conforme julgamento realizado em 21/07/2017.

Processo Ético nº 136/2016 - Denunciado: Marcos Vinicius Carvalho Soares - MG-CD-10.905 - Denunciante: Edson Luiz Leal. Assunto: Tratamento Odontológico Inadequado e Abandono de Tratamento. Acórdão nº 38/2017. Decisão: SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL POR 30 (TRINTA) DIAS cumulado com PENA PECUNIÁRIA de 04 (QUATRO) ANUIDADES, conforme julgamento realizado em 21/07/2017.

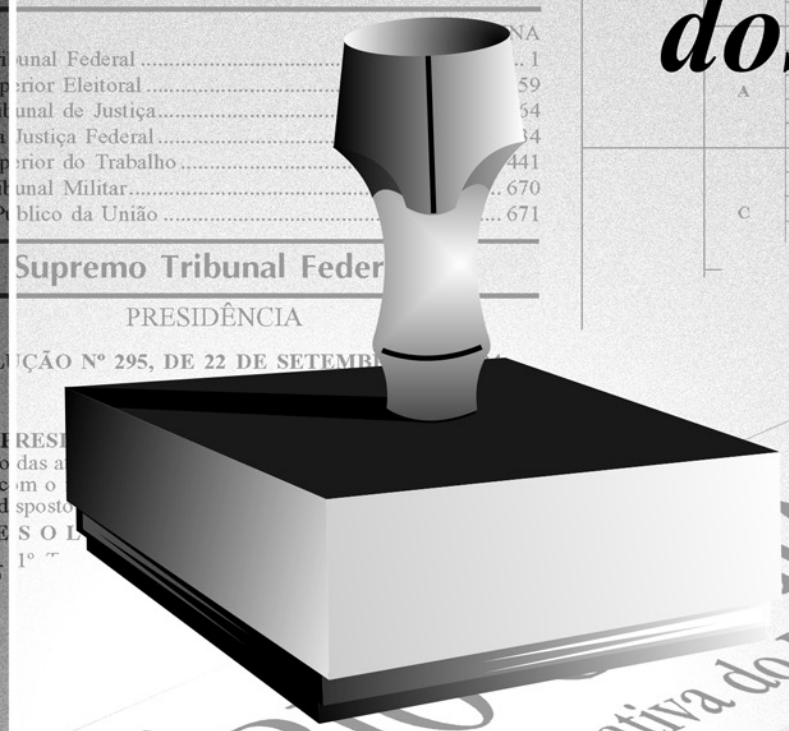
Processo Ético nº 131/2016 - Indiciado: Rodrigo Ferreira Lima - MG-CD-42.748. Assunto: Prática de Ato Ilícito no Exercício da Profissão. Acórdão nº 41/2017. Decisão: SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL POR 15 (QUINZE) DIAS, conforme julgamento realizado em 21/07/2017.

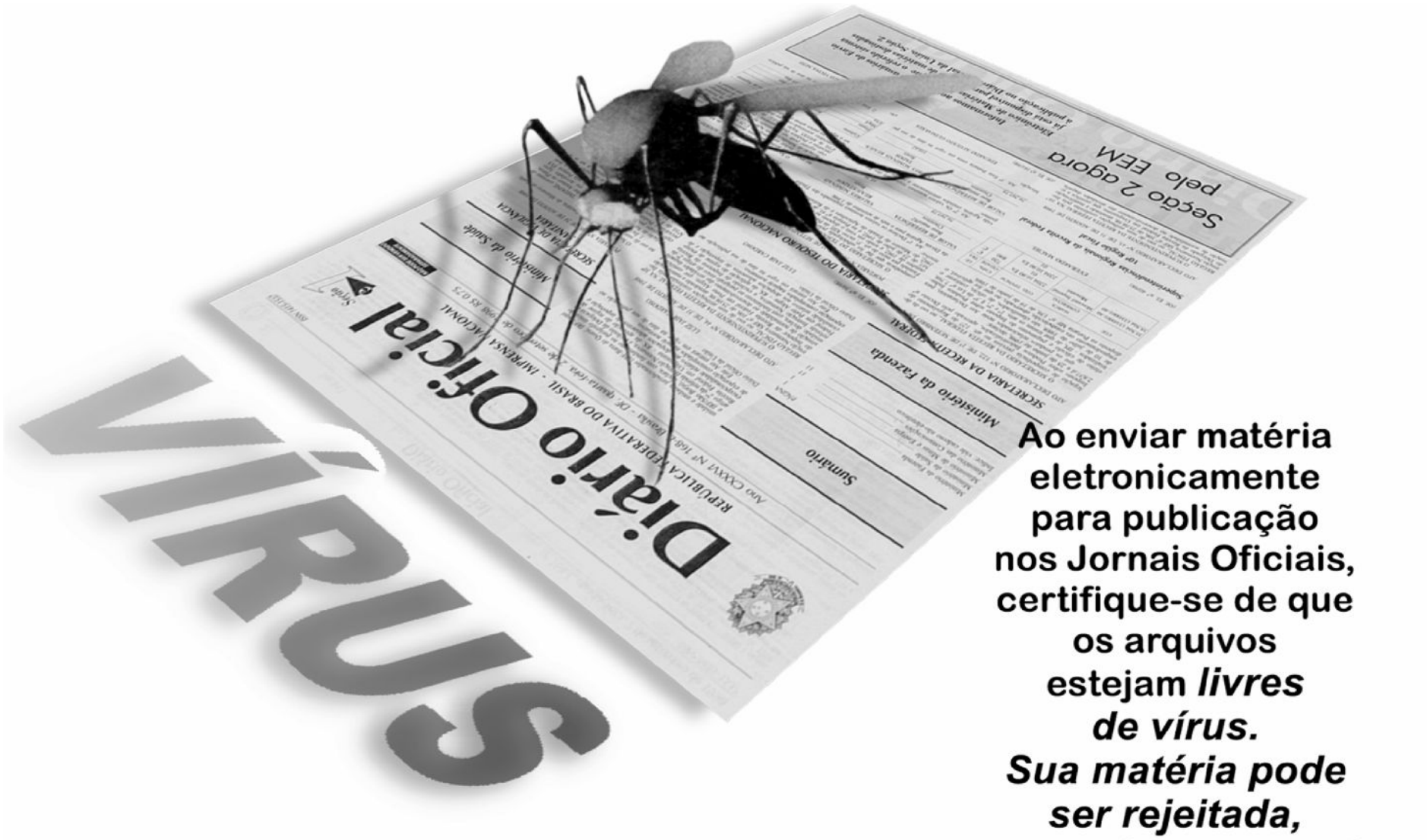
ALBERTO MAGNO DA ROCHA SILVA, CD
Presidente do Conselho

IMPRENSA NACIONAL
http://www.in.gov.br
ouvidoria@in.gov.br

CERTIFICAÇÃO DIGITAL

Desde 1º de outubro de 2004, os assinantes dos jornais oficiais eletrônicos contam com a Certificação Digital, que garante a autenticidade desses produtos.





ENVIO ELETRÔNICO DE MATÉRIAS

Ao enviar matéria eletronicamente para publicação nos Jornais Oficiais, certifique-se de que os arquivos estejam *livres de vírus.* *Sua matéria pode ser rejeitada, caso seja constatado algum tipo de contaminação.*

Novos tipos de vírus aparecem diariamente, causando transtornos e prejuízos para os usuários de computadores. Portanto, cuidado, seja prudente!

Atualize seu software antivírus **com freqüência, para evitar sua defasagem e ineficácia na eliminação de novos vírus que venham a surgir.**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017120800296

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.